

UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA
FACULDADE DE FILOLOGIA
Departamento de Filologia Galega

A ACULTURAÇÃO E OS GALEGOS DO BRASIL:

O VAZIO GALEGUISTA

Tese de Doutorado apresentada por
Antón Corbacho Quintela junto ao
Departamento de Filologia Galega,
área de português,
sob a orientação do
Prof. Dr. Elias José Torres Feijó para a obtenção
do Título de Doutor

Santiago de Compostela

2009

=====

Agradecimentos

Agradeço ao Prof. Dr. Elias José Torres Feijó, pela ciência; à livraria Estante Virtual, ao amigo Jorge Javier Justo Prado e à família, pelos livros; a Manuel Diz Ramos, a Victor Velo e aos sócios do velho Centro Democrático Espanhol de São Paulo, pelos testemunhos e pelos documentos; ao Prof. Dr. Salustiano Álvarez Gómez (OSA), pelo apoio em Minas Gerais; e a Ana Cristina Boaventura Teixeira de Paula, pelas cópias de segurança.

Dedicatória

*À madame Olímpia Vazquez Garcia,
“senhora da Galiza e do puteiro belorizontino”,
com simpatia*

=====

ÍNDICE

	p.
PREFÁCIO	6
I. INTRODUÇÃO	19
Considerações gerais.....	19
I. 1. O imigrante <i>versus</i> o estrangeiro	19
I. 2. O imigrante e a aculturação no Brasil	29
I. 3. O processo de aculturação no Brasil	40
I. 4. As representações	53
I. 5. O aparente vazio e as suas causas	56
II. O OBJETO DE ESTUDO	57
O estado da questão.....	71
III. A CONDIÇÃO DO IMIGRANTE	72
O vocábulo <i>imigrante</i>	72
III. 1. Os paradoxos da alteridade segundo Abdelmalek Sayad	72
III. 1. 1. O sistema do fenómeno migratório	73
III. 1. 2. O trabalho e o imigrante	84
III. 1. 3. O imigrante frente ao asilado	90
A <i>elghorba</i>	97
O masoquismo do imigrante.....	100
O exílio dissimulado.....	102
III. 1. 4. O imigrante e o lucro	109
O êxodo e o imigrante.....	112
III. 1. 5. A viagem e o estrangeiro	114
A narração do não-imigrante: Jiménez de Asúa no Brasil.....	115
A narração do imigrante.....	139
As impressões do imigrante ambíguo (o trabalhador estrangeiro não-imigrante)..	141
III. 1. 6. A apatridia e o imigrante	146
A assunção do desterro.....	150
III. 1. 7. A fronteira e o estrangeiro	153
Os vínculos do imigrante com a sua pátria.....	155
O espaço do imigrante.....	156
O não-lugar da imigração.....	158
O colonizador e o imigrante.....	159
III. 1. 8. A solução dos problemas criados pela imigração	163
A integração do imigrante.....	164
As fases de adaptação segundo Florencio Costa.....	168
III. 1. 9. As relações bilaterais e a imigração	169
III. 1. 10. O imigrante frente ao turista	176
O Brasil do turista Daglio.....	178
A pátria como destino turístico do imigrante.....	199
III. 2. O ressentimento da alteridade, segundo Julia Kristeva	202
III. 3. A aculturação positiva segundo Todorov	214
III. 4. O imigrante como vítima	221
IV. OS IMIGRANTES GALEGOS NO BRASIL	224
O termo <i>galego</i>	224
As cifras.....	231

A invisibilidade da cultura galega no Brasil.....	236
IV. 1. Os estudos sobre a imigração no Estado de Minas Gerais: o caso dos galegos.....	240
IV. 2. Os galegos da Bahia.....	274
IV. 2. 1. Os primeiros galegos do Brasil: os alicerces das representações.....	274
IV. 2. 2. Os estudos sobre os galegos do Estado de Bahia.....	286
IV. 3. Os imigrantes espanhóis no Estado de São Paulo.....	328
IV. 3. 1. Os estudos sobre a imigração no Estado de São Paulo: o caso dos galegos.....	328
IV. 3. 2. As investigações sobre os aportes da imigração espanhola à sociedade paulista.....	337
IV. 3. 3. As investigações sobre as influências hispânicas em São Paulo durante o período colonial.....	350
IV. 3. 4. As investigações sobre o comportamento político dos espanhóis residentes no Estado de São Paulo e sobre a repercussão, nesse estado, da Guerra Civil espanhola.....	351
IV. 3. 5. As investigações sobre a cultura espanhola realizadas no meio universitário paulista.....	363
IV. 3. 6. As investigações sobre os imigrantes espanhóis das cidades do interior do Estado de São Paulo.....	368
IV. 3. 7. As representações da imigração na produção literária dos imigrantes espanhóis em São Paulo.....	380
A imprensa espanhola em São Paulo.....	380
O <i>Diario Español</i>	382
Os imigrantes espanhóis em São Paulo e a sua historiografia.....	390
A temática da imigração em São Paulo no <i>corpus</i> literário criado por imigrantes espanhóis e os seus descendentes.....	392
O Centro Galego de São Paulo, segundo o seu Estatuto e a imprensa.....	405
A Guerra Civil espanhola na imprensa dos imigrantes espanhóis.....	428
IV. 3. 8. O galeguismo na cidade de São Paulo.....	441
IV. 3. 9. A aculturação dos galegos no Estado de São Paulo.....	465
IV. 4. Os galegos do Rio de Janeiro.....	471
IV. 4. 1. O galego de Juan Valera.....	471
O uso pejorativo do qualificativo galego no Rio de Janeiro.....	477
IV. 4. 2. Os espanhóis de João do Rio.....	481
IV. 4. 3. Os periódicos dos imigrantes galegos do Rio de Janeiro.....	486
<i>Lembranza de Galicia</i>	486
Os estudos sobre os periódicos dos imigrantes galegos do Rio de Janeiro.....	493
O Centro galego do Rio de Janeiro.....	496
<i>El Correo Gallego</i>	498
<i>La Estirpe</i>	506
As notícias, no Rio, sobre a Guerra Civil espanhola.....	523
IV. 4. 4. A Espanha e os galegos de Paulo da Silveira.....	544
IV. 4. 5. Os compêndios das contribuições da Espanha à formação da sociedade brasileira.....	552
A primeira relação elaborada sobre os elementos repertoriais da cultura espanhola presentes na cultura brasileira: a análise de Pinto do Carmo.....	556
O n. 35 da revista <i>Cultura</i> : a conformação oficial de um repertório cultural hispano-brasileiro.....	592

<i>El español en Rio de Janeiro</i>	593
IV. 4. 6. Os estudos sobre os imigrantes galegos do Rio de Janeiro.....	596
IV. 4. 7. A aculturação dos galegos no Estado do Rio de Janeiro.....	594
IV. 5. O galeguismo nos estados de Minas Gerais, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro	599
V. OS GALEGOS NÃO-IMIGRANTES NO BRASIL	602
V. 1. Manuel Bernárdez: um filho de imigrantes galegos no Uruguai deslocado ao Brasil como jornalista	602
V. 2. José Casais Santaló: o asilado reconvertido em turista	618
<i>Un turista en el Brasil</i>	618
<i>Roteiro Balneário</i>	667
O ufanismo de José Casais Santaló.....	680
V. 3. A produção do galeguista Álvaro de Las Casas no seu exílio brasileiro	681
<i>Espanha (gênese de uma revolução)</i>	681
<i>Angústia das nossas horas</i>	707
<i>Na labareda dos trópicos</i>	743
<i>Os dois</i>	783
A inserção de Álvaro de Las Casas no sistema literário brasileiro.....	836
V. 4. O Brasil visto desde a Galiza em meados do séc. XX	837
V. 5. Xosé María García Rodríguez: o diplomata que poetizou em galego as suas vivências brasileiras	861
V. 6. A reação de José Luis Casas	882
VI. SÍNTESE CONCLUSIVA	887
BIBLIOGRAFIA	894

= = =

PREFÁCIO

Esta pesquisa não surgiu de uma convincente intuição baseada em uma intrigante *doxa*. Quando esta pesquisa se iniciou essa *doxa* era, em mim, escassa. O meu desconhecimento do tema que acabou sendo enfrentado na pesquisa que se segue era, no começo, absoluto. Era um tema, além do mais, que quase me arrepiava, que não despertava em mim vontade e que não me criava ilusões. Talvez a ordem de expulsão que eu, como estrangeiro em situação irregular, tivera que arrostar até a obtenção de um visto de permanência que me permitisse trabalhar legalmente no Brasil causou-me um trauma pueril que fez com que, durante um lustro, tentasse me afastar de qualquer assunto relacionado com a imigração. Assim sendo, eu não manejava obviedades ou evidências sobre a imigração no Brasil; comprovara, no entanto, que, para ser admitido como imigrante, era preciso cumprir uns trâmites, e opinava que o estrangeiro que tinha bom natural devia, para evitar mal-estares, se aclimar ao país em que escolhera residir e trabalhar. Só agora, no momento em que é enfrentada a redação, a quantidade de dados que foram acumulados como consequência das práticas às que me forcei permite-me já expor algumas considerações gerais, presumivelmente convincentes, sobre a imigração galega no Brasil.

Esta pesquisa também não partiu do conhecimento objetivo previamente acumulado, de forma autodidata, sobre a matéria, nem partiu da minha trajetória acadêmica, nem da determinante descoberta de um precioso material inédito que me inspirasse. Por outro lado, apesar de que, naqueles momentos de eleição do tema para esta tese de doutorado, eu já levasse o lustro mencionado residindo no ecumênico Brasil, não se tinha criado em mim nenhuma empatia geral com os imigrantes galegos – havia, além do mais, muito poucos por volta –, nem com os estrangeiros em geral, nem acordara em mim a curiosidade pela busca de indícios de um legado que poderia ter sido depositado por esses imigrantes na formação deste país-colosso, de complexa etnicidade, do Cone Sul¹. Eu não sabia nada a respeito da história da presença galega no Brasil. Não viera ao Brasil com o propósito de conhecer estrangeiros nem de analisar as suas representações – já era suficiente para mim, saber que eu era um deles –, e, além do mais, eu era um galego que

¹ Com anterioridade, unicamente na tese de licenciatura intitulada *O tratamento do sertão em Sagarana de J. Guimarães Rosa: A sua canonização entre 1937 e 1956*, aludira à recepção que tivera a produção de *Joãzito* no campo intelectual galego. Destacara, superficialmente, a presença da cultura implícita galego-portuguesa vislumbrada sutilmente por Valetín Paz-Andrade ([1978] 1983: 79-125) e por Eduardo Moreiras (1975: 169-73) no uso estilístico que caracterizava a fala de sertanejos e capiaus na prosa *rosiana*.

morava nos sertões do Centro-Oeste e que estava, portanto, isolado das supostas espantosas colônias de galegos reunidas paulatinamente, ao longo dos séc. XIX e XX, no litoral. Declaro, sem ânimo de forjar uma ilusão biográfica, que nunca procurara um estrangeiro que tivesse no espanhol a sua língua materna para participar de uma comunhão identitária e que nunca me reunira com outros galegos no Brasil para matar saudades.

A possibilidade de realização da presente investigação foi-me comunicada, com diplomacia, mas sem contemplações, por quem fora o meu orientador de tese de licenciatura. Estávamos em junho do 2001; este doutorando, por imperativos acadêmicos e familiares, desfrutava de mais uma breve, e cíclica, estadia na Galiza. Também aproveitava a conjuntura para participar de um Seminário *polissistêmico* com Itamar Even-Zohar, um evento que, na Faculdade de Filologia da Universidade de Santiago de Compostela (USC), coordenava o meu diretor de dissertação. Em uma daquelas noites acadêmicas de debates e jantares do teórico de Telavive com integrantes e simpatizantes do *Grupo Galabra*, o Prof. Dr. Elias José Torres Feijó informou-me da sua indução: cumpria sopesar a possibilidade de análise da produção cultural dos galegos do Brasil, das representações deles, das suas estratégias de sucesso, da literatura escrita por eles, do seu *horizonte de expectativas*, da criação de energias identitárias, das imagens recíprocas entre o Brasil e a Galiza, etc., isto é, cumpria investigar por que, no ano 2001, se sabia tão pouco sobre os imigrantes galegos do Brasil se comparados com os dos outros países em que eles se assentaram na América. E eu devia refletir, desde logo, acerca das minhas condições para assumir alguns aspectos dessa empreitada. Eu teria quase que partir de zero. Recebi o conselho de estudar, sem limitações prévias, tudo o que tivesse a ver com a imigração galega no Brasil para poder logo encontrar um foco estruturante. Todavia, eu cria que nada disso se correspondia com o que fora a minha pretensão inicial.

Por então, eu desejava estudar a relação tecida entre a política cultural do Estado Novo, a *Marcha para o Oeste* e a literatura sobre o trópico sub-úmido das décadas de 1940 e 1950². Pesquisas precedentes, uma relativa fortuna bibliográfica reunida sobre essas

² O Estado Novo foi decretado pelo presidente Getúlio Vargas aos 10 de novembro de 1937 mediante um auto-golpe. A justificativa principal dada para a imposição desse regime de natureza autoritária, centralista e retoricamente corporativista centrou-se na ameaça que criava a iminência da guerra civil e da guerra mundial. O grupo das lideranças nacionalistas que incentivou e tramou o golpe era formado pelo ministro Eurico Gaspar Dutra – chefe do Estado-Maior do Exército –, pelo chefe da polícia, Filinto Müller, e por Francisco Campos, principal ideólogo do poder autoritário que logo seria nomeado ministro da Justiça e redigiria a

matérias, a minha obnubilação perante o nacionalismo brasileiro e a simpatia *queremista* que me provocavam as diretrizes políticas de Getúlio Vargas³ inclinaram-me perante uma área de investigação que eu achava não ter muito a ver com a inesperada proposta de estudo de alguns traços dos que poderiam ser os hipotéticos *campos*⁴ constituídos pelos imigrantes

Carta Constitucional que dotava o governo de plenos poderes. Previamente, em fins de setembro de 1937, amparado-se, como pretexto, na violência verbal da campanha eleitoral que se iniciara, no desprestígio do Congresso Nacional, nas evidentes conexões estrangeiras do expandido movimento integralista e, ainda, em um documento fictício que supostamente detalhava um plano urdido pelo comunismo internacional para derrubar o governo – o *Plano Cohen* –, fora decretado o estado de emergência que seria utilizado para legalizar o golpe contra o próprio governo (cf. Carone, 1976: 26-28). Segundo Darcy Ribeiro (1985: 893-909), o regime estado-novista, a partir do início da década de 1940, com a Guerra Mundial, suavizou a rigidez e o pendor fascista, passando à neutralidade e, em seguida, ao alinhamento com as democracias na guerra contra as potências do Eixo. A disposição nacionalista e reformista do Estado Novo, e o seu forte sentido de responsabilidade social diante dos trabalhadores assalariados urbanos, alteraram de forma marcante o tratamento dos trabalhadores da etnicidade imigrante. O projeto geopolítico da *Marcha para o Oeste*, com o intuito de preencher as lacunas do Brasil Central, incentivando o progresso e a ocupação do Centro-Oeste e avançando com a modernidade para o sertão, foi enunciado por Getúlio Vargas aos 31 de dezembro de 1937 durante a transmissão radiofônica da sua mensagem de fim de ano à nação. Nela declarava que “o verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o Oeste” (Cf. Quintela, 2009). Darcy Ribeiro (1985: 967) interpretou esse projeto como se segue: “Getúlio Vargas lança a diretiva de Marcha para o Oeste, prometendo entregar os fundos do Brasil a milhões de granjeiros. Só consegue levar para lá o latifúndio, que já infelicitava o resto do Brasil”.

³ Getúlio Vargas (1883-1954) chefiou o Brasil durante 19 anos. Em um primeiro momento (1930-1937) governou como líder revolucionário, depois como ditador (1937-1945) e, finalmente, como presidente democraticamente eleito (1950-1954). Um dos resultados do seu mandato foi a maior unificação do país após a excomunhão do regionalismo, a assimilação dos quistos estrangeiros e uma política trabalhista que visava a inclusão da classe operária brasileira na construção da nacionalidade. Nesse sentido, Vargas transformou, através da sua política social, o modo de inserção dos imigrantes no Brasil. A reação irônica do Dr. Vargas perante um anúncio acerca da sua distante ascendência espanhola reflete a ufana política de nacionalização que posteriormente empreenderia. Em uma data inexata – três ou quatro meses depois da Revolução de 1930 – teve lugar uma reunião entre o Dr. Vargas, então chefe do Governo Provisório, e o cardeal D. Sebastião Leme, durante a qual o eclesiástico expôs documentalmente as raízes da ascendência espanhola do dirigente político. Fernando Jorge (1985: 316-17) narra, como se segue, o encontro em que se mostra a percepção de Vargas em torno da amálgama étnica concentrada na *brasilidade*: “– Presidente, realizei uma pesquisa sobre os troncos das famílias brasileiras de origem nobre. E constatei, através da árvore genealógica de Vossa Excelência, que o senhor descende do eminente cavaleiro d. Francisco de Vargas, conselheiro dos reis católicos, lá pela época dos grandes descobrimentos marítimos. Um dos mais remotos antepassados de Vossa Excelência é o fidalgo D. Juan de Vargas, que era patrão, em 1119, de São Isidro, o Lavrador. Conforme o licenciado Pozo, o nome Vargas é alcunha dos godos e significa *Pai Bom*... Getúlio, em silêncio, expelia baforadas do seu charuto. [...] Animado, exultante, o cardeal ia continuar, porém Getúlio o interrompeu: – Eminência, não é bom dar muita importância a esses problemas genealógicos... Aqui no Brasil, se nos aprofundarmos em tais questões, nessas pesquisas em torno dos nossos antepassados, vamos terminar, é quase certo, no mato ou na cozinha...”.

⁴ Trata-se de um dos conceitos fundamentais da sociologia de Bourdieu. Uma longa definição do conceito encontra-se no capítulo El punto de vista del autor. Algunas propiedades generales de los campos de producción cultural, da segunda parte – Fundamentos de una ciencia de las obras – de *Las reglas del arte* (Bourdieu, 1972 [2002]). A partir dessa exposição, destacamos os seguintes aspectos sobre o conceito campo, de interesse para os fins desta tese. O *campo* consiste em uma rede de relações objetivas entre as diferentes posições envolvidas em um determinado processo de produção e, outrossim, em uma rede de relações objetivas relativas às tomadas de posição acerca da produção realizada. São inerentes a essa rede as lutas de classificação hierárquica entre as posições concorrentes; dessas lutas deriva, além da classificação, a inclusão ou a exclusão, em relação às fronteiras do campo. Às diferentes posições correspondem tomadas homólogas

galegos do Brasil. Só depois de iniciada a pesquisa para esta tese, percebi a brusca inflexão que as administrações de Getúlio Vargas provocaram no fenômeno imigratório no Brasil.

Aliás, a minha vivência, como alienígena, em Goiás, um vasto estado do Brasil com uma escassíssima e disseminada presença de galegos e de descendentes de imigrantes galegos⁵, ensinara-me quão difícil era declarar de modo persuasivo aos aborígenes desprovidos de especializados conhecimentos de geografia e história que se pode ser unicamente galego ainda não sendo loiro, ou um coitado português e apesar de ter passaporte espanhol. No Cerrado observei que, ao não se ter, por perto, outros galegos em volta, não é simples ser apercebido como *galego da Galiza* e fui entendendo que, neste sertão goiano, ser *galego da Galiza* não é uma redundância semântica senão uma especificação necessária. Por outro lado, o galego imigrante tem um sotaque diferente, veio do exterior e, às vezes, percebe-se que se comporta de forma algo estranha, ou peculiar, se comparado com os aborígenes, mas esses detalhes são referências que se podem adjudicar a todos os estrangeiros migrantes em qualquer país. Querendo ser didaticamente convincente, minhas dificuldades para me declarar *galego*, e ser reconhecido como tal sem cair nos estereótipos diacronicamente traçados em torno do alienígena espanhol e sem querer ser presumido como um arredio da Espanha, contrastavam com o cordial recebimento e as facilidades para a inclusão social que, como estrangeiro, tive, tanto nos sertões goianos, quanto nos outros lugares em que parei no Brasil; isto é, nunca tive que encarar reações

de posição. Por exemplo, no campo literário e no campo artístico, às posições ocupadas por obras literárias/artísticas podem-se aderir as atas, os discursos políticos, os manifestos e as polêmicas. As tomadas de posição, que devem ser tratadas como sistema, são o produto e são o entorno da concorrência – a luta –, sendo a própria luta o princípio gerador e unificador desse sistema. Para Bourdieu, todos os campos têm dominantes e dominados, conservadores e vanguarda, práticas específicas, lutas de subversão e estratégias de marginalização, potencialidades objetivas e limitações estruturais, e mecanismos de reprodução. Dentro de cada um dos campos suscita-se uma *illusio* específica. A *illusio* é o interesse do agente e, logo, da sua produção em se inserir na luta e em afetá-la mediante práticas – códigos específicos de conduta e de expressão – legítimas, ou legitimadas pelo sucesso. Concretamente nas relações de força do campo literário participa uma forma muito particular de capital, o capital simbólico; no entanto em todos os campos há homologias estruturais e funcionais, o qual faz com que, segundo Bourdieu, seja possível acreditar na viabilidade da elaboração de uma teoria geral dos campos que, de ser aplicada, permitiria a compreensão total da sociedade. Nesse sentido, interessa-nos comprovar se, no Brasil, se formou algum campo específico relativo à imigração espanhola ou se as práticas da aculturação impediram que ele se constituísse.

⁵ Ao longo da tese prevalecerá a expressão *descendente de imigrante(s)*. Prefere-se essa expressão à de *imigrante de segunda geração* ao entender-se que emigrante/ imigrante é o indivíduo que participa diretamente do processo que o torna um trabalhador estrangeiro – um não-autóctone [não-nacional] – na terra em que passa a residir. Considera-se que o filho de imigrante(s) não herda o título de *imigrante* embora, sob algumas das circunstâncias que envolveram os períodos imigratórios brasileiros, esse descendente possa ter recebido estigmas inerentes ao amplo e complexo conceito de estrangeiro apesar de ele não haver nascido em um outro país. A controvérsia que suscita o uso desses termos é exposta no Cap. I.

suscetíveis de serem qualificadas como xenófobas, mas, coincidentemente, sentia que eram aprovados quaisquer sinais meus de abraqueiramento. Desejo, assim, sublinhar que, quando cheguei a Goiás não me senti questionado pelos nativos sobre escatologias relativas à minha origem. Em Goiás percebi que eu era considerado, normalmente, como mais um gringo, a quem, se havia interesse por parte do interrogador, se lhe perguntava, como muito, a que viera, se estava gostando do Brasil, se lhe compensava economicamente trabalhar no Brasil, de que Estado nacional procedia e, em último caso, de que cidade. Nesse sentido, declarar-me galego demandou sempre um certo esforço expositivo. Parecia-me, portanto, que a pretensão de alguém se apresentar, no Brasil que eu conhecia, como galego da Galiza tinha sempre que ir acompanhada de glosas explanatórias; eu traçava, pois, um paralelismo entre essa experiência pessoal e as complicações, e alambicamentos, que supunha deveram existir na história das representações construídas a partir da natureza do qualificativo *galego* no Brasil. É claro que a identificação de um alienígena galego com representações classificatórias inerentes aos comportamentos associados aos indivíduos que compartilhassem a sua procedência existiria nas cidades em que estes fossem quantitativamente relevantes. Esse não era o caso do estado em que eu residia.

Contudo, com a assunção da pesquisa, teve-se que iniciar uma lenta aproximação à bibliografia sobre os assuntos migratórios e ir à procura dos galegos e das coisas dos galegos do Brasil. Soube logo que o Brasil começou a se familiarizar com o acolhimento de adventícios desejáveis desde os anos em que regeu o poder moderador que lhe fora outorgado a Dom Pedro de Alcântara pela Constituição de 1824⁶. E soube também que a incorporação de estrangeiros imigrantes fora, de fato, uma das vias abertas pelo Império

⁶ De fato, o decreto mais antigo que localizamos dispondo a naturalização de um galego – *José Fernandes* –, residente no Brasil, data de 1834, durante o período da Regência (7 de abril de 1831 - 23 de julho de 1840). Carecemos de dados que nos permitam indicar se esse galego chegara ao Brasil como imigrante. A sua profissão – oficial de justiça do Império – impedir-nos-ia qualificá-lo, *a priori*, como imigrante. Eis esse decreto: “DECRETO - DE 25 DE AGOSTO DE 1832 *Autoriza o Governo a mandar passar carta de naturalização a José Fernandes, natural de Galiza.* A Regência, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, Há por bem Sancionar, e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléia Geral Legislativa: O Governo fica autorizado a mandar passar carta de naturalização a José Fernandes, natural de Galiza, e que se acha atualmente provido na serventia vitalícia do ofício de Meirinho da Casa da Suplicação. Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, do Conselho do mesmo Imperador, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e encarregado interinamente dos do Império, assim o tenha entendido, e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, em vinte e cinco de Agosto de mil oitocentos trinta e dous, undécimo da Independência e do Império. FRANCISCO DE LIMA E SILVA. JOSÉ DA COSTA CARVALHO. JOÃO BRAULIO MONIZ.” Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/PaginaDocumentos.action/>>. Acesso em: 13 fev. 2009.

para a construção da identidade nacional⁷. Mas, do início, também reparei em que, no encerramento da era dos Bragança no Brasil, alguns intelectuais advertiram do extremo cuidado – cuidado eugênico – com que havia que tratar o imigrante, por ser, este, um reagente social que estava sendo vertido – aclimatado e transformado – em uma composição étnica singular. O crítico literário Sílvio Romero ([1888] 1960: 96-99) sustinha, em finais do séc. XIX, que novas levas de imigrantes europeus eram a única solução para “conjurar” a ação do clima sobre o “extenuado” povo brasileiro. Para Romero, o povo brasileiro não era nem um grupo étnico estreme – porque era um resultado pouco determinado de três raças diversas – nem uma determinada formação histórica porque, nessa época, não havia na nação brasileira uma feição étnica característica e original. Mas devido à fragilidade do processo de mestiçagem do povo brasileiro, tornava-se uma exigência fortalecer esse povo evitando “a aglomeração de homens de *uma gente* estranha à nossa em *uma zona do país*” (Romero, [1888] 1960: 307). Assim, o que convinha em relação aos estrangeiros era “Dividi-los, espalhá-los, difundi-los para serem assimilados e não perturbarem a nação brasileira, que é uma formação luso-americana”. Destarte, desde as primeiras leituras, observei que a presença de indivíduos estrangeiros no Brasil, de efeitos aparentemente inócuos na atualidade, parecia que chegara a se apresentar, nos ensaios sobre a formação da identidade nacional de alguns intelectuais e políticos, como uma questão bastante polêmica e que, desde cedo, houvera a preocupação de propiciar a

⁷ A concessão de direitos a estrangeiros para que estes pudessem trabalhar no Brasil, ou servir ao Brasil, remonta-se à regência de D. João VI. Assim, pelo Dec. 0-091 de 25/11/1808, concediam-se sesmarias aos estrangeiros residentes no Brasil e, já com D. Pedro como Príncipe Regente do Brasil, pelo Dec. 0-119 de 02/06/1821, efetivava-se a possibilidade da colonização por parte de mão-de-obra estrangeira, concedendo-se a Sebastião Nicolau Gachet, a título de sesmaria, uma légua de terras para o estabelecimento de “estrangeiros industriais”. Durante a Guerra de Independência recorreu-se aos estrangeiros para a luta contra Portugal. Assim, o Alvará 0-125 de 30/12/1822 concedia, tanto aos súditos do Império quanto aos estrangeiros, a faculdade de armarem corsários que se empregassem contra as propriedades de pavilhão português, e, por Decreto de 08/01/1823, o Imperador criava um Regimento de três Batalhões com a denominação de “Regimento de Estrangeiros” nos seguintes termos: “Convindo nas atuais circunstâncias aumentar a força do Exército e havendo estrangeiros, que voluntariamente se oferecem ao serviço deste Império; Hei por bem Mandar formar um Regimento, composto de um Estado-maior, e três Batalhões, o qual se denominará – Regimento de Estrangeiros –”. Em 11/06/1824, mediante o Dec. 0-034, concederam-se vantagens pecuniárias aos marinheiros estrangeiros que se empregassem no serviço do Império. Além disso, entre 1826 e 1830 discutiu-se e aprovou-se, na Câmara dos Senadores do Império do Brasil, a Lei de Colonização de Estrangeiros. Como consequência dela, D. Pedro I rubricou decretos específicos em relação à permanência dos estrangeiros no Brasil. O Decreto de 10/12/1830 regulava as obrigações a que estavam sujeitos os estrangeiros que chegavam à Província do Pará. Já na Regência, em nome do Imperador D. Pedro II, a Assembléia Geral Legislativa decretou e sancionou, em 23/10/1832, a Lei sobre naturalização dos estrangeiros, através de treze artigos. Disponíveis em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>>. Acesso em: 14 fev. 2009.

absorção do alheio nos campos sociais brasileiros através de medidas políticas destinadas à aculturação⁸. A bibliografia sobre a formação nacional do Brasil recolhia essas polêmicas, as quais refletiam que a harmonização entre o nacional e o estrangeiro não sempre acontecera na base da cordialidade⁹.

⁸ No início da nossa aproximação à questão da aculturação dos galegos no Brasil assumimos a denotação lexicografada do termo. Assim, o *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa* diz o seguinte do substantivo “aculturação”: “Rubrica: antropologia. ato, processo ou efeito de aculturar; aculturamento. 1. processo de modificação cultural de indivíduo, grupo ou povo que se adapta a outra cultura ou dela retira traços significativos. 2. Derivação: por extensão de sentido. fusão de culturas decorrente de contato continuado. 3. Derivação: por analogia. processo por meio do qual um indivíduo absorve, desde a infância, a cultura da sociedade em que vive. 4. estado resultante de tais processos”. Os dicionários especializados das áreas das ciências humanas, além de conterem exposições da aplicação que diversas pesquisas fizeram da conceituação recolhida no termo, explicam a gênese da denotação. Uma dessas exposições, por nós contemplada durante o desenvolvimento desta investigação, é a que consta no *Dicionário de conceitos históricos* de Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva (2005). Nesse dicionário assinala-se o seguinte para o verbete “aculturação”: “O conceito de aculturação, assim como os de cultura, etnocentrismo e sincretismo, surgiu na Antropologia; no entanto, devido à crescente interdisciplinaridade, a História também se beneficia da utilização das ferramentas de disciplinas como a Antropologia. O termo aculturação foi inicialmente cunhado por antropólogos norte-americanos, sendo o historiador francês Nathan Watchel um dos principais responsáveis por sua adaptação para a História. De acordo com ele, o conceito de aculturação é útil para o desenvolvimento de reflexões sobre as mudanças que podem acontecer em uma sociedade a partir da inclusão de elementos externos, ou seja, do contato com outras culturas. [...] Segundo Watchel, aculturação é todo fenômeno de interação social que resulta do contato entre duas culturas, e não simplesmente a sujeição de um povo a outro. Para ele, essa noção tem sua maior utilidade quando empregada para o estudo de situações coloniais. Aculturação é, assim, um *conceito* construído com o fim de explicar uma realidade social única, aplicável apenas a determinado momento e lugar específico na história. Outros autores, todavia, discordam de Watchel. O estudioso brasileiro Alfredo Bosi, em sua obra *Dialética da colonização*, define aculturação como o ato de sujeitar um povo ou adaptá-lo tecnologicamente a um padrão tido como superior. [...] Em síntese, percebemos uma ativa discussão em torno da idéia de aculturação: enquanto Watchel considera que a aculturação pode ser espontânea e útil para uma sociedade, a maioria dos outros autores acredita que ela é um fenômeno sempre de imposição cultural. Apesar das discordâncias, podemos resumir a aculturação como um processo de imposição ou assimilação de valores socioculturais de uma sociedade por outra. Processo possível principalmente em situações de colonização” (Silva; Silva, 2005: 15-17).

⁹ A definição do sujeito brasileiro como um homem cordial é da autoria de Sérgio Buarque de Holanda. Está contida no quinto capítulo do ensaio *Raízes do Brasil* (1936), mas foi revisada e alterada na segunda edição, de 1947. O texto definitivo foi fixado em 1969. Eis ela na sua primeira formulação: “Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o ‘homem cordial’. A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar ‘boas maneiras’, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante” (Holanda, 1936: 101). Buarque de Holanda (1936: 102) assinala que esse “homem cordial” convive evitando a polidez, própria de um indivíduo bem-educado, e a cerimônia, por nelas haver “qualquer coisa de coercitivo”, e assevera: “Nossa forma ordinária de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez. Ela pode iludir na aparência – e isso se explica pelo fato de a atitude polida consistir precisamente em uma espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no ‘homem cordial’: é a forma natural e viva que se converteu em fórmula”. Buarque de Holanda salientou que, por meio dessa cordialidade com aparência de espontaneidade, embora fosse norma e uso – fórmula – nas relações sociais, o sujeito brasileiro protegia-se, pois resguardava as suas disposições e os seus critérios sob a atitude da amabilidade superficial – da afetividade e da emotividade –. Essa definição teve enorme sucesso no meio acadêmico brasileiro e motivou

Diante dos comandos de meu orientador, na minha condição de imigrante galego sob a contínua influência da cultura brasileira nos sertões do *hinterland* goiano, uma das perguntas preliminares que cri ter que começar a me formular foi a de qual era exatamente

muitas pesquisas sobre a natureza e os reflexos da cordialidade nos campos sociais do Brasil. Isso foi possível pela imprecisão, e pela conseguinte ambigüidade e confusão, da exposição de Buarque de Holanda, apesar de ele asseverar que a cordialidade era um “traço definido” inerente ao brasileiro. A conveniência dessa qualificação foi discutida por Cassiano Ricardo em *O homem cordial* (1959). Cassiano Ricardo (1959: 7) frisou o seguinte: “Cumpra ainda acrescentar que essa cordialidade, estranha por um lado, a todo formalismo e convencionalismo social, não abrange, por outro, apenas e obrigatoriamente, sentimentos positivos e de concórdia. A inimizade bem pode ser tão cordial como a amizade, nisto que uma e outra nascem do coração, procedem, assim, da esfera do íntimo, do familiar, do privado”. O principal problema na identificação, feita por Buarque de Holanda, do sujeito brasileiro como um homem cordial residia, segundo Cassiano Ricardo, na ausência de concretização de uma acepção nítida para o qualificativo “cordial”. Além disso, o modernista salientou que não se podia assinalar um povo que carecesse de cordialidade, sendo, pois, a cordialidade um fenômeno universal inerente à natureza humana. Cassiano Ricardo julgou contraditória a enunciação de que o brasileiro era cordial, mas não polido, e denunciou a artificialidade do recurso, à etimologia, de Buarque de Holanda na segunda edição de *Raízes do Brasil* (o brasileiro é um “homem de coração”), mediante o qual esse autor se amparava nos impulsos e sentimentos, tanto de amizade quanto de inimizade, surgidos no coração, para esclarecer em que consistia a cordialidade brasileira. Nesse sentido, o modernista opinava que Buarque de Holanda deveria ter escolhido o vocábulo *simpático*, caso ele quisesse indicar que o brasileiro gostava de mostrar envolvimento com os seus interlocutores, embora não o manifestasse por meio da polidez, e apesar de que esse envolvimento não derivava necessariamente em apoio ou auxílio. Cassiano Ricardo acreditava que o brasileiro típico era representado, na sua conduta, pela técnica da bondade – pela benevolência –, mas politizou que esta não se manifestava através de fórmulas de cordialidade, já que ela era envolvente, política e assimiladora, e propôs a seguinte síntese sobre os traços distintivos do brasileiro: “a) Que estamos elaborando uma civilização de fundo mais emotivo que a dos outros povos, – não há dúvida; b) Que o brasileiro se deixa levar, ou consegue vencer, mais pelo coração do que pela cabeça, é coisa que me parece incontestável; c) Que somos muito mais propensos a ideologias do que a idéias, – quem o negará? d) Que detestamos a violência porque o nosso estilo de vida é o da mansidão social, – certíssimo; e) Que até na intimidade e mesmo na hostilidade o brasileiro é ‘menos cruel’ que os outros povos – muito bem. Menos odioso – nada mais verdadeiro; f) Que a história nos demonstra que esse ‘menos cruel’, como acontece na própria conquista da terra – é ponto pacífico; g) Que a bondade (ao invés da cordialidade) é a nossa contribuição ao mundo, – é uma verdade que a observação dos fatos confirma plenamente; h) Que o brasileiro (quando mais polido) sabe tirar partido da própria bondade, e que esse seu *ricorso* se poderia chamar ‘técnica da bondade’ – é tese que me pareceu não só procedente como original; i) Que essa bondade, no plano social e político, é o primeiro fundamento de nossa democracia social – sempre me pareceu certo; j) Que somos individualistas mas que o nosso individualismo encontra, em grande parte, o seu corretivo natural na bondade específica do brasileiro – nada mais justo; k) Mas que ‘cordialidade’ seja, no sentido em que tomamos e praticamos essa palavra (polidez), a nossa contribuição ao mundo, não se me afigura aceitável nem cabível” (Ricardo, 1959: 22). Segundo Cassiano Ricardo, a “bondade brasileira” teria começado a se conformar, como técnica para os relacionamentos sociais, com a descoberta, devido ao convívio paternal com os ingênuos aborígenes e à influência da natureza, e ter-se-ia transmitido pela educação familiar. Para o modernista, no Brasil consolidara-se a felicidade social e resolviam-se, pela mediação e pela conciliação, os conflitos, de modo que não cabiam as “violências, ditaduras e quejandas invenções da força” (Ricardo, 1959: 36) no clima moral brasileiro, caracterizado pela democracia racial e pela vocação para a fraternidade. Ora, a argumentação de Cassiano Ricardo carece também de suficiência estrutural. Ao igual que Buarque de Holanda, ele fundamentou a sua visão nos juízos de viajantes estrangeiros e na sua própria experiência de vida. Além do mais, a discordância de Ricardo com Holanda ficou reduzida, por um lado, ao vocábulo que devia ser assumido – “bondade” frente a “cordialidade” – para enfatizar a principal propriedade da identidade brasileira e, por outro, à retórica da justificativa da escolha. Contudo, ambos os autores coincidiram ao assinalarem que o brasileiro era afável, embora não aprofundasse nas relações sociais, e que a simpatia fazia parte de uma estratégia de convívio que podia visar, como finalidade principal, tirar vantagem de quem recebia essa simpatia.

o elenco de traços identitários singulares da Galiza que, voluntária ou inevitavelmente, os meus patrícios e eu mantínhamos e exteriorizávamos com o nosso comportamento e que os nativos podiam interpretar, na sua percepção emotiva, como presumíveis peculiaridades de um *volkgeist* ou de uma unidade de destino de uma outra pátria. Também, da minha leiguice, questionava se, além dos poucos prédios societários, existia algum legado deixado pelos milhares de galegos desembarcados, durante décadas, neste país que fosse ainda visível ou que, pelo menos, em algum momento, tivesse interferido na evolução de alguma particularidade da sociedade brasileira. E, sobretudo, começou-me a instigar a dúvida a respeito de que poderia ter sido projetado pelos galegos, e interpretado pelos nativos, como genuíno e diferencial frente às representações do conjunto dos espanhóis, ou dos portugueses, ou, mesmo, frente às características associáveis ao *jeito* singular dos indivíduos abrangidos pelo termo aglutinante de gringo.

No Brasil houvera, e ainda há, milhares de galegos. Soube que se concentravam nas grandes cidades da costa, mas que também havia muitos galegos que se radicaram em municípios interioranos do país. Empregaram-se, sobretudo, em um amplo leque de profissões do setor dos serviços. Alguns fizeram grandes fortunas e chegaram a se destacar pela sua hegemonia, nas cidades em que residiam, na hotelaria, nos restaurantes, no comércio ou na construção civil. Eram, e são, localizáveis e identificáveis. Porém, observei que, dentre eles, foram poucos os que escolheram se dedicar à intelectualidade e à produção cultural, e menos ainda os que se comprometeram com o galeguismo. E começou-me a chamar a atenção, e a me desnortear, essa, em uma relação proporcional à quantidade de galegos assentados no Brasil, escassez de galegos que estiveram aqui trabalhando como jornalistas, artistas plásticos, músicos, professores e escritores literários, quer dizer, como intelectuais. Sem intelectuais galegos não poderia ter havido produção cultural, nem galega, nem galego-brasileira.

Considereei óbvio que, ao ser assumida a pesquisa, inicialmente se devia proceder à análise dos ingredientes da imagem que tinham construído os imigrantes galegos de si mesmos e que era preciso descrever como esses aspetos foram compreendidos pelos brasileiros. Conseqüentemente, de forma indireta, cumpriria também acompanhar os debates – ou os campos de lutas – surgidos na Galiza em torno à compreensão e à definição do conceito de cultura galega e balizar em que grau essas polêmicas repercutiram nas

atitudes dos galegos no Brasil. Acreditava, e ainda acredito, que não é possível asseverar concerto na própria Galiza sobre a identidade, a cultura, a nacionalidade ou a língua galegas. Lá, na atualidade, essas questões ainda são marcos em processo de construção. Assim, eu achava que os galegos que emigraram e se estabeleceram no Brasil com o firme propósito de trabalhar e de enriquecer poderiam ter partido das suas localidades sem idéias determinadas ou representações preclaras do que eles eram como povo específico da Espanha e que, portanto, poderiam ter elaborado no Brasil, com uma parcial autonomia a respeito do que se realizava na Galiza, representações peculiares. Por conseguinte, seria necessário comprovar se essas suposições iniciais minhas sustentar-se-iam em uma pesquisa de campo. O problema para o exame dessas imagens e desses debates estava na localização de documentos que permitissem compor um *corpus* e na viabilização do encontro com os agentes galegos que se dedicaram à produção cultural no Brasil.

Também ponderava diletantemente que, ao se terem podido asilar no Brasil, durante a história contemporânea, só uns poucos dissidentes e *agitadores de idéias* naturais da Galiza – republicanos, anarquistas, socialistas, nacionalistas, etc. –, o conjunto de imigrantes galegos não deveria ter, entre as suas metas principais, a produção cultural explícita em torno à identidade galega. Ao contrário do que sucede com os exilados – asilados, refugiados –, a mão-de-obra imigrante deseja sentir-se útil como força do trabalho e ser reconhecida como tal para, logo, ganhar bastante prestando o seu serviço. Isso é a indispensável explicação primária para entender a sua saída do seu país de origem. A ausência, se entendida como um sacrifício familiar e patriótico do emigrante, e não como um capricho, como uma aventura ou como um arrebatamento, é aceita e justificada pelos que partem e pelos que despedem os emigrantes quando se tem a oportunidade de aplicar no exterior a aptidão para a labuta que não se pode exercitar na nação¹⁰. Ora, a produção cultural em torno a itens relacionados com identidades estrangeiras é um tipo de trabalho

¹⁰ É preciso levar em consideração a observação de Eric Hobsbawn sobre o conceito *nação* (1995: 27). É claro que este termo não teve o mesmo significado no início e no fim do séc. XIX. Conseqüentemente, aquilo que, na conjuntura hodierna, dificultaria a compreensão do conceito seria o fato de acharmos a identificação nacional “tão natural, fundamental e permanente a ponto de preceder a história”. Para o autor, na tradição ibérica, a palavra “nação” referia-se ao conjunto de habitantes de uma província, país ou reino. Desta forma, embora não se considerasse a existência de um centro comum, governo ou Estado até fins do XIX, a palavra possuía uma visão unitária e centralizante (Hobsbawn, 1995: 31). A imigração no Brasil começou quando o país fazia parte da nação portuguesa, antes que se consolidasse o início do processo de formação da nacionalidade diferenciada no Estado brasileiro e quase um século antes que firmaram as cogitações em torno da nacionalidade galega.

que pode ser demandado aos imigrantes. No entanto, as informações que começava a reunir mostravam que isso não acontecera com os imigrantes galegos.

Pouco a pouco, dados básicos desse tipo rumaram a delimitação do tema da tese, mas eles provocavam também o meu desconcerto porque apontavam um âmbito de pesquisa que me começava a parecer demasiado amplo e, na verdade, difícil de abranger. Isto é, assumira que iria estudar a identidade nas representações que os galegos desenvolveram sobre si mesmos ou que, a respeito deles, fizeram os brasileiros. O problema estava, nesse início, em, por um lado, poder localizar essas representações e em, por outro, saber quê estudar delas e como o fazer. Decidi me centrar na procura de produtos culturais que pudessem conter representações sem me cingir, a princípio, a nenhum período histórico. Também não queria restringir a investigação a nenhum estado do Brasil, mas, para a pesquisa *in loco*, a enormidade do território brasileiro e as dificuldades econômicas fizeram com que, para os deslocamentos, me limitasse ao eixo Minas Gerais – Rio de Janeiro – São Paulo, um eixo, por sua vez, bastante coerente pela quantidade de galegos que se concentraram nesses três estados. Lancei-me à recopilação, em textos brasileiros de qualquer gênero, de referências, de todo tipo, aos galegos do Brasil; estudei a história das migrações no Brasil; nos estados de Minas Gerais e São Paulo pesquisei nos arquivos e analisei as publicações dos centros “de socorros mútuos e instrução”, ainda existentes, que foram fundados por imigrantes espanhóis nesses estados, o Grêmio Espanhol e a Sociedade Hispano-Brasileira, respectivamente; entrevistei dezenas de galegos residentes em Goiás, Brasília, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, e gravei os seus depoimentos; na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro li e copiei periódicos cariocas e paulistas a cargo de espanhóis, e destinados, sobretudo, a espanhóis, das três primeiras décadas do séc. XX; li a documentação emitida entre as décadas de 1950 e 1970 pela Embaixada e pelos consulados do Brasil na Espanha que se custodia no Arquivo Histórico do Itamarati, em Brasília; consultei os dossiês sobre espanhóis do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Estado de São Paulo e do Estado de Minas Gerais e acompanhei as pesquisas sobre a imigração espanhola e sobre as relações bilaterais do Estado espanhol e da República brasileira que eram realizadas nas universidades espanholas e brasileiras.

Nessa primeira aproximação fui chegando ao que semelhavam quatro conclusões preliminares. Em primeiro lugar observei que, logo de ser fixada, no início da República

(15/11/1889), uma ambiciosa política de atração de milhares de imigrantes, tomaram-se medidas para evitar que a concentração deles não derivasse na aparição de guetos de estrangeiros que logo seriam difíceis de assimilar – abrigar –. Esperava-se que esses imigrantes se radicassem no Brasil, mas que não afetassem as essências identitárias brasileiras; ou seja, esperava-se que os imigrantes se aculturassem e se convertessem em brasileiros. Durante a República Velha, foram também motivo de preocupação as articulações políticas e as mobilizações reivindicatórias dessa mão-de-obra estrangeira em torno do anarquismo e do sindicalismo revolucionário devido às perturbações da ordem nacional que, na apreciação das autoridades, provocavam. A segunda é que, na década de 1930, houvera um grave momento de inflexão no funcionamento das associações que constituíram os estrangeiros e no desenvolvimento dos projetos educativos e culturais que promoveram os estrangeiros. Como consequência das medidas ditadas pela política nacionalista e pela doutrina da segurança nacional da *Era Vargas* (1930-1945), as atividades dessas associações passaram a ser estreitamente fiscalizadas pelas autoridades, sendo intervindas e fechadas aquelas associações consideradas perigosas para os interesses nacionais. Em terceiro lugar, reparei em que, ao contrário dos imigrantes, houvera estrangeiros não-imigrantes – exilados *lato sensu*, turistas, professores convidados, jornalistas, diplomatas – dos que não se esperava que se arraigassem no Brasil nem se aculturassem, mas dos que se esperava que, caso produzissem discursos sobre o Brasil, contribuíssem com o país que os recebera captando e divulgando imagens positivas do território e da sua nação. Por último, por um lado comprovei que nas ações desses estrangeiros não-imigrantes, e na produção cultural em que elas eram recolhidas, foram marginalizados, como assunto, os traços da presença dos estrangeiros imigrantes, parecendo que essa matéria não constituía um alvo atraente que merecesse registro. Por outro lado, observei que os estrangeiros não-imigrantes que se dedicaram a escrever sobre as coisas do Brasil desprezavam ou ignoravam a produção que, a esse respeito, fora elaborada, ou que contemporaneamente estava sendo composta, por outros estrangeiros não-imigrantes de posição análoga e disposições semelhantes, o qual apontava o que parecia ser uma reclamação de originalidade e exclusividade na visão do Brasil e na correlativa emissão de impressões.

Seguindo as orientações do Prof. Dr. Elias Torres Feijó, optei por aprofundar nessas observações e aplicar essa inter-relação de circunstâncias aos galegos do Brasil, havendo acreditado que esse contexto poderia apontar as causas pelas que se assentaram no Brasil poucos intelectuais galegos e pelas que, portanto, não abundara a produção cultural e não surgira um sistema literário galego no Brasil.

INTRODUÇÃO

I. Considerações gerais

I. 1. O imigrante *versus* o estrangeiro

Desde o início desta investigação, a observação de que do imigrante, do exilado/asilado e do estrangeiro não-imigrante (turista, estudioso ou missionário) se deviam traçar etopéias diferenciadas, ajudou-me a compreender por que o conjunto dos galegos do Brasil possuía uma característica que o distinguia das grandes colônias de galegos assentadas em outros países da América Latina. Imigrante, exilado/asilado e turista são três categorias de estrangeiros que, como tais, receberam no Brasil considerações legais específicas. Na legislação brasileira¹¹ discrimina-se que o imigrante é o estrangeiro que, com a sua residência fixada no país, contribui mediante o seu trabalho ao desenvolvimento econômico deste. Frente ao imigrante, nem o estrangeiro de estada limitada em visto, nem o exilado, devem, e às vezes nem podem – é o caso do turista –, trabalhar para melhorar a economia da nação. No Brasil foram, e ainda são, milhares os galegos imigrantes. Foram também milhares os galegos de passagem pelo país – turistas, sujeitos aos que se concedia visto temporário para diversos fins, diplomatas e sujeitos com visto de cortesia –. No entanto, foram pouquíssimos os galegos que se refugiaram por motivos políticos no Brasil.

Embora possa ser apreciado que toda a imigração, ao estar marcada pela economia, tem um viés político, pois quem abandona o seu país na procura de melhores condições de trabalho é consciente de que a sua saída foi causada pela falta de perspectivas na própria pátria e pela ineficácia das políticas propostas para remediá-la, as tomadas de posição dos imigrantes, e os correlativos processos de aculturação¹², diferem claramente daquelas que assumem os exilados e os outros tipos de estrangeiros antes apontados.

¹¹ A legislação brasileira vigente sobre estrangeiros está disponível na página do Ministério da Justiça (Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/>>), na página do Conselho Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho e Emprego (Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/>>) e na página do Senado Federal (Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/>>). Acesso em: 16 fev. 2009.

¹² Até a sua substituição, na década de 1970, pelo termo *inculturação*, o termo *aculturação* foi muito usado pela igreja católica. Ao se questionar a identificação da fé católica com a cultura ocidental, com a expressão *aculturação* denominava-se a necessidade do encontro harmônico da fé católica, mediante a ação missionária evangelizadora, com as diversas culturas do mundo. Todavia, devido à vinculação do termo com a antropologia, assumiu-se o neologismo *inculturação* para o uso no contexto da pastoral. Mário de França Miranda (2001: 38) faz a seguinte definição de *inculturação*: “Inculturação é o termo que acabou se impondo, depois de repetidas clarificações, e pode ser definido como ‘a realização da fé e da experiência cristã numa cultura, de tal modo que não só se expresse com elementos culturais próprios (tradução), mas também se torne uma força que anima, orienta e renova esta cultura (discernimento), contribuindo para a formação de uma

O imigrante mentalizado de que a sua estadia no Brasil estará justificada enquanto o sonho de *fazer a América* pareça crível, desejará e reivindicará, sobretudo, o oferecimento de recursos para exercer com liberdade a sua profissão. Para realizar o seu sonho de enriquecimento, o primeiro requerimento que ele terá que dirigir às autoridades do país receptor será o de um visto de permanência que o autorize a residir e trabalhar com amparo legal. Há que ter em conta que se o estrangeiro deseja permanecer no país de destino por ele escolhido deverá superar os trâmites exigidos para adquirir esse direito¹³. Caso contrário, ele será um estrangeiro em situação irregular, ou na clandestinidade, agoniado pela instabilidade que crie a sobrevivência à margem da lei e pelo risco de ser expulso, pelo procedimento de urgência, em qualquer momento. Nesse sentido, no caso da Espanha, ainda no final do séc. XX, mediante a “Ley de Extranjería” – a Ley Orgánica 4, de 11.01.2000, *sobre derechos y libertades de los extranjeros* [extra-comunitários] y su *integración social* –, não se reconheciam os direitos de reunião, associação, manifestação, sindicacão e greve aos imigrantes ilegais¹⁴. Isto é, a primeira preocupação do pretendente a

nova comunidade, não só dentro de sua cultura, mas ainda como enriquecimento da Igreja universal (síntese)’. Aí aparecem os três elementos do processo de inculturação: primeiramente a presença e o encontro com outra cultura, que exige nova linguagem, gestos e símbolos para ser significativa; em seguida vem a difícil fase do diálogo, na qual se examina que elementos culturais podem ou não ser assumidos e valorizados pela fé cristã; finalmente chega-se a uma síntese cultural, que não só enriquece a cultura local e a Igreja local, mas ainda contribui para a catolicidade da igreja. Deve-se notar, portanto, que não se trata de ‘inculturar’ uma doutrina ou valores do Evangelho, mas permitir que a *vivência da fé* de uma comunidade eclesial se realize nessa cultura, configurando-se como Igreja Particular. Além disso, tenha-se claro que esse processo jamais termina, seja devido à liberdade do Espírito, responsável último pela experiência cristã, seja porque qualquer cultura sofre contínuas transformações de fatores endógenos e exógenos”. Além da obra de Miranda – intitulada *Inculturação da fé/ uma abordagem teológica* – localizamos conceituações e propostas em torno da *inculturação* nos ensaios *Inculturação e sincretismo* (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, 1994) e *Teologia da inculturação e inculturação da teologia* (dos Anjos, 1995). As edições Loyola publicaram, em 2005, a tradução ao português do ensaio *Cultura, interculturalidad, inculturación* [*Cultura, interculturalidade, inculturação*] do jesuíta Xavier Albó em que também se aborda a necessidade de respeitar e de incorporar as culturas das sociedades nas quais se desenvolve o labor de propagação da fé.

¹³ Na atualidade, a situação jurídica do estrangeiro no Brasil está definida pela Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980, mediante a qual também se criou o Conselho Nacional de Imigração. Essa Lei teve disposições alteradas pela Lei n. 6.964, de 09 de dezembro de 1981, e foi regulamentada pelo Decreto n. 86.715, de 10 de dezembro de 1981.

¹⁴ A Ley Orgánica 4/ 2000 foi consequência tanto da adequação do tratamento jurídico da matéria de *extranjería* à doutrina constitucional quanto da transformação do fenômeno migratório na Espanha a partir de finais da década de 1980. Reformou a Ley Orgánica 7/ 1985, de 1º de julho, *sobre Derechos y Libertades de los extranjeros*, que fora criticada pelo tratamento restritivo dos direitos dos estrangeiros e pela sua perspectiva policial perante o fenômeno imigratório. A Ley Orgánica 4/ 2000, partindo do princípio geral de igualdade em direitos entre nacionais e estrangeiros, amplia esses direitos e visa a implementação de políticas que conduzam à integração dos alienígenas. Assim, no TÍTULO IV. – COORDINACIÓN DE LOS PODERES PÚBLICOS – dessa Ley Orgánica 4/ 2000, inseria-se, no Art. 70, a composição de “El Foro para la Integración Social de los Inmigrantes”, nos seguintes termos: “1. El Foro para la Integración Social de los Inmigrantes, constituido, de forma tripartita y equilibrada, por representantes de las Administraciones

imigrante é a de que o país para o qual parte o aceite e o receba como estrangeiro com direito a trabalhar. Não é um direito natural, de qualquer indivíduo, a livre escolha de um Estado para o exercício de alguma profissão, é um deferimento para com ele do Estado do qual não é cidadão.

Serem reconhecidos e admitidos como mão-de-obra estrangeira converte-se na primeira aspiração dos imigrantes. Com o intuito de obter a regularização, os imigrantes amoldar-se-ão à circunstância do país que querem que os receba. No Brasil, ainda não é raro escutar de alguns velhos imigrantes galegos que eles saíram da sua terra natal não para fazer política, pois não estavam perseguidos, senão que eles vieram ao Brasil simplesmente para, dentro da legalidade, arrumar um emprego melhor e reunir umas poupanças. De todas as formas, caso eles tivessem almejado os envolvimento com a política, ter-se-iam deparado com os impedimentos que as autoridades brasileiras colocavam aos estrangeiros para essas militâncias. Especialmente a partir da década de 1930, as autoridades brasileiras destacaram-se pela sistemática repressão exercida, *manu militari*, contra os imigrantes que se mobilizaram em favor de ideais políticos de gérmen e de interesses estrangeiros – “exóticos” –. Resultam paradigmáticas as punições empreendidas no Estado Novo contra os espanhóis. Nesse regime repreendeu-se tanto os apologistas da II República Espanhola quanto os que aderiram à Falange Espanhola.

A adesão da idiosincrasia do imigrante às representações de um bom trabalhador parece ter sido uma preocupação principal das autoridades brasileiras desde o início das grandes migrações no séc. XIX, com independência da nacionalidade do imigrante e das características dos campos sociais aos que se incorporava. No Brasil, um país em que a cultura em comum se foi constituindo, segundo as avaliações da historiografia, ao redor da comunhão das oportunidades econômicas e sociais, a valia no desempenho do serviço foi o canal aberto para que o imigrante satisfizesse a sua ânsia de receber o reconhecimento social. Acrescente-se que, nos regulamentos do Brasil dos períodos imigratórios, não se concedia o visto de *permanente* ao estrangeiro que apresentasse lesão orgânica, ou

públicas, de las asociaciones de inmigrantes y de las organizaciones sociales de apoyo, entre ellas los sindicatos de trabajadores y organizaciones empresariales con interés e implantación en el ámbito inmigratorio, constituye el órgano de consulta, información y asesoramiento en materia de integración de los inmigrantes”. (Disponível em: <http://noticias.juridicas.com/base_datos/Admin/lo4-2000.html>. Acesso em: 14 fev. 2009). Logo, mediante a *Ley Orgánica* 11/2003 dispuseram-se medidas concretas para a matéria de “integración social de los extranjeros”.

insuficiência funcional, que invalidassem a sua aptidão para o trabalho; quer dizer, a utilidade confiada à introdução do imigrante pendia explicitamente da adequação dele aos requisitos laborais cujo cumprimento lhe fosse oficialmente ditado.

Essa premissa manteve-se na legislação contemporânea que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil¹⁵. Em relação à concessão do visto permanente ao estrangeiro que pretenda se fixar definitivamente no Brasil, o *Estatuto do Estrangeiro* – a lei n.º 6.815, de 19.08.1980 –, no Art. 16 do CAPÍTULO I, em que trata da admissão do imigrante, regulamenta ainda que

Parágrafo único. A imigração objetivará, primordialmente, propiciar mão-de-obra especializada aos vários setores da economia nacional, visando à Política Nacional de Desenvolvimento em todos os aspectos e, em especial, ao aumento da produtividade, à assimilação de tecnologia e à captação de recursos para setores específicos (Redação dada pela Lei n.º 6.964, de 09/12/81)¹⁶.

Enquanto o imigrante se sinta procurado e usado como produtor de bens, sendo retribuído, em compensação, por um salário, e enquanto perceba que o uso que lhe outorgaram, e para o qual ele mesmo se presta, não pode ser encontrado na sua terra, ele manterá o seu estatuto de ausente e resignar-se-á à sua dupla segregação.

Uma forma de compreender as diferenças na idealização da noção identitária que se derivavam do estatuto que fosse ocupado pelo galego expatriado foi expressa por Castelar

¹⁵ Há uma abundante bibliografia sobre os direitos do estrangeiro no Brasil. Desde o início do séc. XX publicam-se trabalhos que contêm recopilações sistematizadas do tratamento jurídico do estrangeiro. Junto aos levantamentos, os autores apresentam os seus comentários sobre os princípios que marcam a legislação em vigor e sobre os efeitos que essa legislação provoca. O primeiro trabalho dessas características que localizamos e consultamos é *Direito do estrangeiro no Brasil* (Octavio, 1909). Seguiram-se *Estrangeiros no Brasil – legislação anotada e atualizada* (Alonso, 1960); *Estatuto do estrangeiro* (Cahali, 1983); *Direitos e obrigações dos estrangeiros no Brasil* (Strenger, 1997); *Tratados internacionais no Brasil e integração* (Lima, 1998); *Estatuto do Estrangeiro – Lei n. 6.815, de 19.09.1980 (alterada pela Lei n. 6.964, de 09.12.1981)* (2003); e *Comentários ao estatuto do estrangeiro e opção de nacionalidade* (Freitas, 2006).

¹⁶ A redação inicial, pela Lei n.º 6.815, de 19 de agosto de 1980, no Título II – Da Admissão, Entrada e Impedimento –, Capítulo I – Da Admissão –, Art. 16, era a seguinte: “O visto permanente poderá ser concedido ao estrangeiro que pretenda se fixar definitivamente no Brasil. Parágrafo único. A imigração objetivará, primordialmente, propiciar mão-de-obra especializada aos vários setores da economia nacional, visando ao aumento da produtividade, à assimilação de tecnologia e à captação de recursos para setores específicos”. Isto é, a Lei n.º 6.964, de 09 de dezembro de 1981, substituiu “visando ao aumento da produtividade” por “visando à Política Nacional de Desenvolvimento”. Em 2009, na lei ordinária 11.961/2009, que “Dispõe sobre a residência provisória para o estrangeiro em situação irregular no território nacional e dá outras providências”, no Art. 4 indica-se que o estrangeiro que decidir requerer a transformação do seu visto temporário em permanente, deve comprovar “exercício de profissão ou emprego lícito ou a propriedade de bens suficientes à manutenção própria e da sua família”. Disponível em: <<http://legislacao.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

(1992)¹⁷ no Libro Terceiro de *Sempre en Galiza*¹⁸. Após levar dois anos de residência na República Argentina, o autor mencionava os matizes desconstruídos na percepção sentida da terra natal entre um imigrante estável – “prófugo do sacho” – e ele, um desterrado de difícil repatriação que, embora deslocado na “Galiza ideal, livre e sonhada”, logo, irreal, jamais tivera “vocação de emigrante”:

Nóvoa Santos atopouse no perigo de morrer lonxe do berce orixinal, e sinteu unha “especie de remordimento”, que el chamaba “morriña”, porque a “morriña” dos emigrados que triunfan non é máis que unha “especie de remordimento”. E Nóvoa Santos, como Valle Inclán, foi morrer á terra nativa, para pagar, co seu nome gregorioso e cos seus restos mortaes, unha deuda inmorrente, que endexamáis será pagada. Pero eu non son un emigrante, porque non saín voluntariamente de Galiza, mundo adiante, á cata de tesouros e de grandezas. [...] Teño morriña; pero a miña door non é, non, unha “especie de remordimento”, porque nunca lle fuertei á miña Terra nin os meus pensamentos nin o meu traballo. Por eso quero retornar a Galiza; máis non para morrer, senón para vivir (Castelao, 1961: 490)¹⁹.

Nesse momento, Castelao era um exilado galego que fora acolhido em Buenos Aires e não aspirava a se sentir parte integrante da então moderna nação argentina, nem pretendia se dedicar a imaginar modelos para a construção da identidade nacional desse outro país. No texto destacado, observa-se que Castelao se sentia orgulhoso de, ainda que estivesse longe da Galiza, saber conservar, incólume, a sua cultura pré-migratória, e de poder, assim, continuar a refletir e teorizar sobre a identidade do país do qual tivera que escapar. Apesar da sua ausência, ele continuava na Galiza, mantendo imutável o seu galeguismo diferencial.

Supõe-se que, no Brasil, os imigrantes galegos, frente a disposições parecidas com a de Castelao na Argentina, tiveram mais a ganhar abraçando, tanto algum dos paradigmas da

¹⁷ Usa-se a edição crítica de *Sempre en Galiza* publicada em 1992, a qual contém o fac-símile da 2ª edição da obra, publicada em Buenos Aires, em 1961. Essa edição crítica contém uma dupla numeração, a própria e a correspondente ao fac-símile da 2ª edição de *Sempre en Galiza*. A citação, incluída no corpo do texto, dessa obra de Castelao é indicada pela numeração original do fac-símile.

¹⁸ Em *Sempre en Galiza*, Castelao alude ao Brasil em sete ocasiões (Castelao, 1992: 42, 285, 331, 361, 421, 447 e 455) e faz uma referência específica ao Rio de Janeiro (Castelao, 1992: 463). Essas menções ao Brasil surgem, em primeiro lugar, quando expõe a difusão sintópica da língua galega. No juízo de Castelao, a extensão da língua galega vai além de suas fronteiras espanholas e abrange o Brasil, Portugal e as, então, colônias portuguesas. Por outro lado, em suas reflexões sobre o equilíbrio que propiciaria um ideal autêntico de Hispanidade, o autor reporta à fortalecedora inclusão do Brasil para a construção da convivência entre os povos hispânicos. O referimento ao Rio é superficial e meramente conjuntural; suas estadias nessa capital aconteceram em função das escalas das suas viagens: “Con esta xa van alá sete veces que paso por Rio de Xaneiro. Os monstros xeolóxicos que gardan a bahía son os mesmos de sempre, pero de cada vez que os vexo semellan outros. Tamén as ideas máis firmes toman o tinte das novas circunstancias” (Castelao, 1992: 463).

¹⁹ Roberto Nóvoa Santos (1885-1933). Médico e escritor corunhês, catedrático de Patologia Geral nas Universidades de Santiago de Compostela e Madri. Foi deputado da ORGA pela Corunha nas eleições de 1931 (cf. Castelao, 1992: 489).

identidade do novo país, quanto a identidade do seu país de origem. Esse duplo vínculo, por sua vez, abria o caminho para a alteração da cultura pré-migratória, a qual passava a se transformar em uma nova identidade cultural, pois, como é lógico, o imigrante também recebia, além do ordenado, a experiência e os hábitos – sociais, mentais, morais – que eram praticados nesse outro país, presumivelmente mais rico e avançado.

Paulatinamente, através do convívio com os naturais, os trabalhadores galegos, estranhos à nação em que se encontravam, deviam tentar incorporar as disposições do novo meio social ao que se deslocaram, a não ser que eles optassem, ou os forçassem, a se aglutinarem em um *quisto racial*, a se refugiarem em um gueto ou a se comprazerem em uma torre de marfim identitária. Mas, durante os períodos das grandes imigrações do Brasil, as autoridades teimaram para que os imigrantes se integrassem na nação, visando-se evitar a consolidação das identidades exógenas dos imigrantes. Houve planos para que os imigrantes propendessem para a submissão identitária. Esses imigrantes, ademais, eram conhecedores de que os naturais do país que precisava do seu trabalho dificilmente emigrariam para o lugar de onde eles vieram enquanto se mantivesse a mesma correlação de circunstâncias socioeconômicas que os fizeram ir embora. Mesmo nos casos de rejeição da sociedade de adoção, foi comum que se modificasse a cultura dos imigrantes como resultado do contato com a cultura majoritária, embora as mudanças sofridas não fizessem com que a cultura dos imigrantes se diluísse integralmente na autóctone do país receptor.

As dificuldades para compatibilizar uma identificação cultural dupla podem provocar nos imigrantes um conflito de referências. Esse conflito, por sua vez, tende a cobrar dos imigrantes a demonstração de competência para a superação dos prováveis abalos emocionais que surjam durante o seu processo de integração. Uma das vias de resolução para a encruzilhada de identidades delineada perante os imigrantes pode vir dada pela emergência da consciência nacional, ou nacionalista, em relação à pátria deixada, o qual pode derivar na interiorização de lealdades políticas e culturais.

Convém, no entanto, frisar que, com freqüência, não se espera que sejam os imigrantes os agentes que ofereçam, aos nativos, atividades de divulgação de elementos das suas culturas estrangeiras. Às vezes, inclusive, não só a militância política é negada aos imigrantes, senão que também lhes são proibidas quaisquer práticas de exposição e de

reivindicação dos seus traços identitários²⁰. A concessão da autorização explícita, ou a tramitação do convite, para a ocupação proposital de demarcadas posições de representação e difusão da cultura de um país estrangeiro é encaminhada a estrangeiros que, devido ao seu estatuto especial, não são imigrantes. Eles, por sua vez, têm um visto particular, o visto temporário, próprio de aqueles que estão de passagem no país²¹. Esses estrangeiros, pela sua situação legal – estrangeiros com visto temporário – e pela missão que desempenham são enxergados como uma outra categoria de estrangeiros tanto pelos nativos quanto pelos seus compatriotas imigrantes.

²⁰ Dentro da Lei n.º 6.815, de 19 de agosto de 1980, no Art. 107, dispõe-se que “O estrangeiro admitido no território nacional não pode exercer atividade de natureza política, nem se imiscuir, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do Brasil, sendo-lhe especialmente vedado: I - organizar, criar ou manter sociedade ou quaisquer entidades de caráter político, ainda que tenham por fim apenas a propaganda ou a difusão, exclusivamente entre compatriotas, de idéias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem; II - exercer ação individual, junto a compatriotas ou não, no sentido de obter, mediante coação ou constrangimento de qualquer natureza, adesão a idéias, programas ou normas de ação de partidos ou facções políticas de qualquer país; III - organizar desfiles, passeatas, comícios e reuniões de qualquer natureza, ou deles participar, com os fins a que se referem os itens I e II deste artigo. Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica ao português beneficiário do Estatuto da Igualdade ao qual tiver sido reconhecido o gozo de direitos políticos”. No Art. 108 dessa lei dispõe-se, no entanto, que é permitido aos estrangeiros se associarem para fins não-políticos (“É lícito aos estrangeiros associarem-se para fins culturais, religiosos, recreativos, beneficentes ou de assistência, filiarem-se a clubes sociais e desportivos, e a quaisquer outras entidades com iguais fins, bem como participarem de reunião comemorativa de datas nacionais ou acontecimentos de significação patriótica”), mas com ressalvas. Assim, há um parágrafo desse Art. 108 em que se indica que os estrangeiros terão que receber autorização especial para constituir uma entidade em que eles sejam maioria (“Parágrafo único. As entidades mencionadas neste artigo, se constituídas de mais da metade de associados estrangeiros, somente poderão funcionar mediante autorização do Ministro da Justiça”) e, no Art. 110, especifica-se que, se a autoridade estimar que se põem em risco os interesses nacionais, qualquer ato organizado por estrangeiros poderá ser intervindo (“O Ministro da Justiça poderá, sempre que considerar conveniente aos interesses nacionais, impedir a realização, por estrangeiros, de conferências, congressos e exposições artísticas ou folclóricas”). Cf.: <<http://www.mj.gov.br>>. Acesso em: 16 fev. 2009.

²¹ Na Lei 6.815, de 19 de agosto de 1980 (Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1980/6815.htm>>. Acesso em: 19 fev. 2009), contemplam-se os seguintes tipos de vistos para os estrangeiros que pretendam entrar no território nacional: “I - de trânsito; II - de turista; III - temporário; IV - permanente; V - de cortesia; VI - oficial; e VII – diplomático” (Art. 4). O turista é aquele estrangeiro que chega ao Brasil “em caráter recreativo ou de visita, assim considerado aquele que não tenha finalidade imigratória, nem intuito de exercício de atividade”. O visto temporário pode ser concedido ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil “I - em viagem cultural ou sem missão de estudos; II - em viagem de negócios; III - na condição de artista ou desportista; IV - na condição de estudante; V - na condição de cientista, professor, técnico ou profissional de outra categoria, sob regime de contrato ou a serviço do Governo brasileiro; VI - condição de correspondente de jornal, revista, rádio, televisão ou agência noticiosa estrangeira; e VII - na condição de ministro de confissão religiosa ou membro de instituto de vida consagrada e de congregação ou ordem religiosa” (Art. 13). Isto é, os sujeitos que explicitamente cheguem ao Brasil com a missão de promover alguma ação cultural a serviço de um governo estrangeiro receberão o visto temporário ou, se for o caso, um visto diplomático, oficial ou de cortesia, estes definidos *ad hoc* pelo Ministério das Relações Exteriores (Art. 19).

De fato, no *Acôrdo Cultural Brasil-Espanha* assinado em junho de 1960 pelo Governo dos Estados Unidos do Brasil e pelo Governo da Espanha²², as “Partes Contratantes” concordaram em se manifestarem cômicas “da comunidade de tradições sobre as quais se baseia a vida cultural dos países”, expressando, em consequência, o seu desejo de “tornar ainda mais estreitas e fecundas, as relações literárias, artísticas, científicas e técnicas já existentes entre ambos os povos”²³. Nesse Acordo não se considerou que esses laços de histórica união cultural tivessem sido contemporaneamente estreitados pela ação dos imigrantes espanhóis presentes no Brasil e também não se contemplou que os incentivos ao intercâmbio cultural pudessem se aunar às iniciativas dos espanhóis assentados no país. Esse labor para o incremento das relações “literárias, artísticas, científicas e técnicas” ficou adscrito a instituições de cultura de cada país, autorizadas pelos respectivos Governos para a organização de cursos, conferências, concertos, manifestações de arte, serviços de biblioteca, discoteca, filмотeca, etc.

Transcorrido um semestre desde a rubrica do Acordo Cultural e devido à necessidade de regular a cooperação entre os dois países em matéria migratória, foi concluído o *Acôrdo de Migração*. O objetivo desse novo Acordo consistiu em orientar, disciplinar e assistir as correntes migratórias da Espanha, “sempre levando em conta a conveniência de preservar a unidade dos núcleos familiares”²⁴, para contribuir ao

²² O Acordo Cultural entre os “Estados Unidos do Brasil” e a Espanha foi assinado em Madrid, em 25 de junho de 1960, por, pelo Governo brasileiro, Clóvis Salgado, e por, pelo Governo da Espanha, Fernando María Castiella. Em 17 de julho de 1964, esse Acordo foi promulgado, no Congresso Nacional, pelo Decreto Legislativo n.º 20 e, aos 9 de agosto de 1965, foi promulgado, pelo Decreto n.º 56.698, pelo Presidente da República, Humberto Castello Branco. Cf.: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 16 fev. 2009.

²³ O *Acôrdo Cultural Brasil-Espanha* compõe-se de 11 artigos. No Art. I acorda-se que “Cada uma das altas Partes Contratantes permitirá a criação e favorecerá, com todas as facilidades, o funcionamento e o desenvolvimento no seu próprio território, de instituições culturais do outro País, autorizadas pelos respectivos Governos cuja atividade se destine à efetivação dos fins gerais do presente Acordo, por meio de cursos, conferências, concertos, manifestações de arte, serviços de biblioteca, discoteca, filмотeca, etc. e permitirá que instituições ou particulares os ajudem com meios financeiros ou de qualquer outra natureza”. No Art. II acordava-se que se favorecia “a criação de cátedras, leitorados e cursos livres de Língua, Literatura, História e Arte do outro País” e, no III, “os contatos diretos entre as Universidades e outros organismos de cultura humanística, científica dos dois Países”. No Art. V acordava-se que se concederiam “tôdas as possíveis facilidades (como isenções fiscais, alfandegárias, etc.) à entrada, nos seus respectivos territórios, de livros, jornais, revistas, publicações, reproduções artísticas, destinadas a instituições de caráter educativo e cultural, sob a condição de que tais artigos não sejam objeto de operações comerciais”. Cf.: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 16 fev. 2009.

²⁴ O *Acôrdo de Migração entre o Govêrno dos Estados Unidos do Brasil e o Govêrno do Estado espanhol* foi assinado em Madri, aos 27 de dezembro de 1960, por João Pizarro Gabizo de Coelho Lisboa, Embaixador dos Estados Unidos do Brasil junto ao Governo do Estado Espanhol, e por Fernando María Castiella, Ministro de Assuntos Exteriores da Espanha. Todavia, só foi promulgado pelo Presidente da República – Humberto

desenvolvimento econômico do Brasil por meio do seletivo aproveitamento da técnica e mão-de-obra espanholas – operários e camponeses – e, na ordem das sociedades econômicas, por meio de unidades de produção de caráter técnico-industrial e de cooperativas de produtores agropecuários.

Cotejando esses dois acordos, vigentes na atualidade, recebe-se a impressão de que, segundo a interpretação e a praxe diplomáticas, produção cultural nacional – espanhola – e emigração/ imigração não são dois fenômenos vinculáveis entre si. É observável que, ainda

Castello Branco –, mediante o Decreto n. 53.998, aos 3 de julho de 1964, logo de ele haver sido aprovado, pelo Congresso Nacional, em 1963, pelo Decreto Legislativo n. 38. No Preâmbulo do *Acordo* declara-se que o motivo de o Presidente da República brasileira e de o Chefe do Estado espanhol haverem concluído esse acordo fora o fato de que, para “fortalecer os laços da tradicional amizade” entre ambos os países, eles estavam “convictos da necessidade de regular a cooperação” em matéria “de migração e de organizá-la e assisti-la em moldes condizentes com os respectivos interesses”, e eram cômicos da conveniência de “execução de uma política objetiva e adequada, baseada no espírito de colaboração internacional, e visando ao desenvolvimento econômico do Brasil mediante o aproveitamento da técnica e mão-de-obra espanholas”. O acordo é composto por 58 artigos, aplicados às seguintes seções: Das Finalidades, Migração Espontânea, Migração Dirigida, Pré-Seleção e Seleção, Embarque e Transporte, Recepção, Encaminhamento e Colocação, Colonização Agrícola, Migração de Religiosos, Repatriação, Financiamento e Auxílios, Seguros, Treinamento Profissional e Reconhecimento de Títulos de Estudos, Previdência Social, Remessa de Fundos, Comissão Mista, Revisão, Vigência e Denúncia. Cf.: *Acordo de Migração Brasil-Espanha*. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/>>. Acesso em: 16 fev. 2009. É claro que, no momento da sua promulgação, em 1964, a emigração de espanhóis ao Brasil era um fenômeno, quantitativamente, e comparativamente às décadas precedentes, muito diminuído, embora ainda não se tivesse detido o fluxo de espanhóis reconhecidos pelas autoridades da Espanha e do Brasil como emigrantes/ imigrantes. Contudo, como se registra no Art. 4º, em 1964, as autoridades dos dois países ainda se comprometiam a “incrementar e facilitar a migração espontânea de espanhóis para o Brasil”. A maior parte dos artigos é dedicada, porém, a regular a imigração dirigida. No Art. 7º se contemplavam, “entre outras”, cinco categorias de migração dirigida de espanhóis para o Brasil. São estas: “a) técnicos, artesãos, operários especializados e profissionais qualificados, semi-qualificados ou com experiência de sua profissão, consoante as necessidades do mercado de trabalho e as exigências da legislação específica no Brasil; b) unidades de produção ou empresas de caráter industrial ou técnico que sejam do interesse do desenvolvimento econômico do Brasil, conforme o pronunciamento prévio dos órgãos brasileiros competentes; c) agricultores, técnicos especializados em indústrias rurais e atividades acessórias, operários agropecuários, lavradores, criadores e camponeses em geral, que migrarem com a intenção de se estabelecerem imediatamente, como proprietários ou não; d) associações ou cooperativas de agricultores, lavradores ou operários agro-pecuários que migrarem coletivamente com o fito de se estabelecerem como proprietários, ou não, em fazendas, em empresas agro-pecuárias ou núcleos de colonização já existentes no Brasil ou a serem criados; e) os familiares, que acompanhar os migrantes dirigidos ou que forem chamados pelos espanhóis migrados e domiciliados no Brasil”. Fora disposto que, na seleção e no encaminhamento dessas categorias, interviriam o Instituto Espanhol de Emigração e o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, inclusive indicando-se – Art. 14 – que o governo brasileiro poderia manter na Espanha, para esses fins, um “Serviço permanente de seleção profissional e médica” e que, para o transporte dos migrantes e de seus bens para o Brasil – Art. 17 –, “os dois Governos solicitarão a assistência do Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (C.I.M.E.) ou de outros organismos internacionais específicos reconhecidos pelos dois Governos. No caso de não ser isso possível, as Altas Partes Contratantes, mediante troca de notas, estabelecerão o meio e as condições mais convenientes de realizá-lo”. Serviços dependentes da Missão Diplomática da Espanha no Brasil – Art. 22 – poderiam colaborar com as autoridades brasileiras na “recepção, colocação e assistência dos migrantes espanhóis”. Nesse Acordo, as Partes Contratantes comprometiam-se também – Art. 36 – a facilitar “a migração de religiosos espanhóis para o Brasil”.

na atualidade, o governo estatal espanhol e o governo autonômico galego, por um lado, praticam políticas de assistência social com os seus emigrantes no Brasil e, por outro, enviam agentes para a apresentação e a divulgação, entre o público brasileiro afim e, indiretamente, entre os seus residentes ausentes, de amostras culturais.

Devido às considerações acima esboçadas, com vistas à compreensão dos processos da produção cultural dos galegos no Brasil, acreditamos que cumpria aprofundar no estudo das diferenças entre o *habitus*²⁵ do imigrante e o *habitus* do estrangeiro não-imigrante. A isso é dedicado o Capítulo III desta tese.

²⁵ A noção do conceito *habitus* serve para investigar as categorias que utilizam os indivíduos para articular a sua experiência de vida. Para estabelecer a gênese e a estrutura social do *habitus* de um sujeito que migra haveria que, simultaneamente, reparar no princípio de *sociação* e no de *individuação*. O primeiro faz com que os migrantes – os sujeitos submetidos a meios, condições e condicionamentos sociais similares de emigração/imigração – partilhem as categorias sociais de juízo e de ação. O segundo diferencia esses sujeitos, porque cada indivíduo, devido a ter uma trajetória biográfica única, internaliza as experiências de um modo particular seguindo esquemas cognitivos e motivacionais próprios, por sua vez agindo, portanto, de um modo particular. Ambos os princípios são afetados pelo mundo social particular – o campo da migração – em que o *habitus* do indivíduo recai. Da relação dialética que se estabeleça entre o *habitus* e o campo dependerão as escolhas do indivíduo e, em decorrência disso, as estratégias que siga, embora essas estratégias possam não ser objetivamente o resultado da sua intenção estratégica senão da dinâmica de disposições que estimulem as sucessivas posições que ocupe o indivíduo nas situações sociais que se lhe apresentem. A tradutora ao espanhol de *La distinction* [*La distinción – Criterio y bases sociales del gusto* (Bourdieu, 2000)], M^a. del Carmen Ruiz de Elvira, reproduz em nota de rodapé a tradução que J. J. Sánchez de Horcajo, autor de *La Cultura. Reproducción o cambio (El análisis sociológico de P. Bourdieu)*, fizera de umadas definições dada por P. Bourdieu ao termo *habitus*. Trata-se de um conceito fundamental na epistemologia e na análise sociológica de P. Bourdieu, usado já desde a década de 1960 nas suas pesquisas de antropologia econômica relativas às mudanças na sociedade camponesa do seu Béarn natal, no Sudoeste de França, e às comunidades cabilas de expressão berbere, na Argélia colonial, e elaborado analiticamente na década de 1970. A noção é exposta no *Esquisse d'une Théorie de la Pratique* (Bourdieu, 1972). Eis essa tradução: “El *habitus* se define como un sistema de disposiciones durables y transferibles – estructuras estructuradas predispuestas a funcionar como estructuras estructurantes – que integran todas las experiencias pasadas y funciona en cada momento como matriz estructurante de las percepciones, las apreciaciones y las acciones de los agentes cara a una coyuntura o acontecimiento y que él contribuye a producir. (P. Bourdieu, *Esquisse d'une théorie de la pratique, précède de trois études d'ethnologie kabyle*, Droz, Ginebra, 1972, p. 17)” [Bourdieu, 2000: 54*]. Assim, o *habitus* de cada indivíduo é *estruturado* pelo meio social do qual o indivíduo parte e é *estruturante* pelas ações e pelas representações que afetarão o desenvolvimento do indivíduo à medida que ele se relacione com o mundo, percebendo-o e apreciando-o. Loïc Wacquant, professor de Antropologia e Sociologia do New School for Social Research – Nova Iorque, no artigo *Esclarecer o Habitus* (Disponível em: <http://sociology.berkeley.edu/faculty/wacquant/wacquant_pdf/ESCLARECEROHABITUS.pdf> [traduzido do inglês por José Madureira Pinto e Virgílio Borges Pereira]. Acesso em: 17 fev. 2009), desenvolve, segundo ele declara no resumo do texto, “uma reconstituição da gênese da noção de *habitus*”, visando “documentar algumas das suas principais propriedades teóricas” e efetuando “um pequeno retrato dos principais horizontes de mobilização sociológica de que a noção tem sido alvo”. Contudo, apesar de ser um conceito-chave nos escritos de Bourdieu e, como tal, da sua aplicação, um dos meios para entender, mediante a análise sociológica, o funcionamento dos campos sociais e a execução das estratégias, o significado do *habitus* não foi definido de forma definitiva pelo sociólogo. Trata-se, nesse sentido, de um conceito claro, mas incansavelmente definido, cuja noção, portanto, só é compreensível à medida que se acompanha a bibliografia de Bourdieu. Wacquant assinala que *habitus* é “uma noção filosófica antiga, originária no pensamento de Aristóteles e na Escolástica medieval”. O antropólogo repassa a evolução da conceituação a partir do termo

I. 2. O imigrante e a aculturação no Brasil

Uma dificuldade surgida, ao início desta pesquisa, foi a localização de produção escrita, de qualquer gênero, publicada em periódicos e livros por imigrantes galegos. Para preencher a lacuna da escassez de textos, optei pela gravação de entrevistas, tentando desenvolver, sobre os produtos escritos e sobre os depoimentos orais, a observação combinada de representações recorrentes a respeito da identidade. Finalmente, ao haver conseguido recopilar um *corpus* de textos que julgamos oportuno, decidi não utilizar a maioria dos testemunhos orais reunidos por conter poucas informações relevantes para os fins desta tese.

Querendo primeiro fixar o alvo nos imigrantes, foram descartados como inicial foco da análise os possíveis textos de viajantes galegos – turistas, jornalistas, acadêmicos – que

hexis – noção que significava “um estado adquirido e firmemente estabelecido do carácter moral que orienta os nossos sentimentos e desejos numa situação e, como tal, a nossa conduta”. Ele destaca a tradução de *hexis* como *habitus* que fez Tomás de Aquino na sua *Summa Theologiae*, tradução, e uso, em que o termo “adquiriu o sentido acrescentado de capacidade para crescer através da actividade, ou disposição durável suspensa a meio caminho entre potência e acção propositada”. Wacquant indica que o termo *habitus* foi retomado, e muito usado, pelos sociólogos da geração de Émile Durkheim, e, depois, por Marcel Mauss, Max Weber e Thorstein Veblen, havendo ressurgido com a fenomenologia de Edmund Husserl e havendo sido também usado por Norbert Elias. Com Bourdieu a noção renovou-se, sendo elaborada analiticamente no *Esquisse d'une Théorie de la Pratique* (1972/ 2002). Diz Wacquant que, com Bourdieu, “o *habitus* é uma noção mediadora que ajuda a romper com a dualidade de senso comum entre indivíduo e sociedade ao captar ‘a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade’, ou seja, o modo como a sociedade se torna depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis, ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados, que então as guiam nas suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações do seu meio social existente”. Nesse sentido, a prática é o produto de uma relação dialética entre a situação e o *habitus*. Citando *The Logic of Practice* (Bourdieu, [1980] 1990) e *Distinction: A Social Critique of the Judgment of Taste* (Bourdieu, [1979] 1984), Wacquant esclarece cinco aspectos a respeito do *habitus* assinalando que esse conceito “(i) resume não uma aptidão natural mas social que é, por esta mesma razão, variável através do tempo, do lugar e, sobretudo, através das distribuições de poder; (ii) é transferível para vários domínios de prática, o que explica a coerência que se verifica, por exemplo, entre vários domínios de consumo – na música, desporto, alimentação e mobília, mas também nas escolhas políticas e matrimoniais – no interior e entre indivíduos da mesma classe e que fundamenta os distintos estilos de vida (Bourdieu 1979/1984); (iii) é durável mas não estático ou eterno: as disposições são socialmente montadas e podem ser corroídas, contrariadas, ou mesmo desmanteladas pela exposição a novas forças externas, como demonstrado, por exemplo, a propósito de situações de migração; (iv) contudo é dotado de inércia incorporada, na medida em que o *habitus* tende a produzir práticas moldadas depois das estruturas sociais que os geraram, e na medida em que cada uma das suas camadas opera como um prisma através do qual as últimas experiências são filtradas e os subseqüentes estratos de disposições sobrepostos (daí o peso desproporcionado dos esquemas implantados na infância); (v) introduz um desfazamento, e por vezes um hiato, entre as determinações passadas que o produziram e as determinações actuais que o interpelam: como ‘história tornada natureza’, o *habitus* ‘é aquilo que confere às práticas a sua relativa autonomia no que diz respeito às determinações externas do presente imediato. Esta autonomia é a do passado, ordenado e actuante, que, funcionando como capital acumulado, produz história na base da história e assim assegura que a permanência no interior da mudança faça do agente individual um mundo no interior do mundo’ (Bourdieu 1980/1990: 56)”.

contivessem as impressões fruto da experiência desses sujeitos no Brasil. Nesse início interessavam, porém, tanto os textos em que, com a finalidade explícita de atrair imigrantes, se apresentava aos galegos o futuro grandioso do Brasil, quanto, os textos em que, pretendendo desmotivar a emigração ao Brasil, se desmentiam as imagens do Brasil como país acolhedor e em constante crescimento econômico que, em paralelo, estavam sendo construídas e divulgadas.

Ao procurar imigrantes galegos que aceitassem ser entrevistados percebeu-se que eles formam uma comunidade nacional²⁶ envelhecida, pois são, relativamente, muito poucos os que chegaram ao Brasil depois da década de 1970. Perante a solicitude da concessão de uma entrevista predominavam dois tipos de reações. Alguns dos velhos imigrantes aceitavam com agrado ser entrevistados ou, quando menos, conversar sobre pretéritas vivências. Eles estimam que é cabal querer arquivar a memória da imigração e consentiam que qualquer um que se interessasse pelo tema, tanto do Brasil quanto da Galiza, pudesse levar o testemunho de seus depoimentos para divulgá-lo. Esses imigrantes dão valiosas dicas para o rasteio dos percursos seguidos pela coletividade. A outros lhes surpreendia a recente atração que suscita na *academia* e na mídia a história encerrada do afastamento da terra natal.

O contato com esses trabalhadores estrangeiros mostra o que parece uma enteléquia bifurcada: a dos imigrantes que chegaram ao Brasil, sendo que os mesmos são, paralelamente, os emigrantes que partiram da Galiza. Trata-se, quase, de duas categorias

²⁶ A noção de comunidade nacional é aqui utilizada segundo a conceituação desenvolvida em 1983 por Benedict Anderson no ensaio *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, quem expôs que uma nação é uma “comunidade imaginada”. Nós utilizamos a tradução brasileira de 2008 [*Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*]. Anderson justifica como se segue a compreensão da nação como comunidade política imaginária: “Assim, dentro de um espírito antropológico, proponho a seguinte definição de nação: uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana. Ela é *imaginada* porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles. Era a essa imagem que Renan se referia quando escreveu, com seu jeito levemente irônico: ‘Or l’essence d’une nation est que tous les individus aient beaucoup de choses en commun, et aussi que tous aient oublié bien des choses’”. Gellner diz algo parecido quando decreta, com certa ferocidade, que ‘O nacionalismo não é o despertar das nações para a autoconsciência: ele *inventa* nações onde não existem’. Mas o inconveniente dessa formulação é que Gellner está tão afeto para mostrar que o nacionalismo se mascara sob falsas aparências, que ele identifica ‘invenção’ com ‘contrafação’ e ‘falsidade’, e não com ‘imaginação’ e ‘criação’. Assim, ele sugere, implicitamente, que existem comunidades ‘verdadeiras’ que, num cotejo com as nações, se mostrariam melhores. Na verdade, qualquer comunidade maior que a aldeia primordial do contato face a face (e talvez mesmo ela) é imaginada. As comunidades se distinguem não por sua falsidade/ autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas” (Anderson, 2008: 32-33).

diferentes. É claro que a *migração* é um fato social complexo em que o *emigrante* – aquele que saiu da sociedade própria – é também o *imigrante* – aquele que chegou a uma terra em que ele é estranho –. Perante essas duas ordens solidárias da migração, resolveu-se para esta tese que o ponto de partida da investigação sobre a produção cultural desses migrantes galegos seria a da sua localização brasileira: os galegos não seriam observados como emigrantes da Galiza que foram ao Brasil – os *indianos* ou *brasileiros* – senão como trabalhadores galegos assentados no Brasil; isto é, a perspectiva inicial não seria a da saída senão a da recepção e a da estada.

O contato com os imigrantes permite entender as sutilezas da sua memória seletiva a respeito da Galiza. A aflição, os remorsos e saudade são sensações que podem aparecer quando não se está na Galiza e a formação de pareceres sobre o que semelha se ter definitivamente perdido pode se tornar uma prática dolorosa. Alguns dos imigrantes galegos do Brasil lembram, ou esquecem, acontecimentos e experiências da sua vida na Galiza segundo se configure e aja o *habitus* da sua existência no Brasil.

Às vezes, nos momentos de infortúnio e de ressentimento, se idealiza a pátria – ou a aldeia – abandonada, desejando regressar a ela e arrependendo-se por tê-la deixado; outras, perante o triunfo alcançado, evoca-se arcadicamente a Galiza – ou um cantinho particular da nação/ *terrinha* –, acreditando, contudo, ter acertado ao optar por uma nova vida no *país do futuro* cuja identidade o imigrante acaba tornando sua. Não se duvida da bonança da Galiza e, se possível, mantém-se o elo com o clã, porém crê-se que não se errou na tomada de decisão, pois no lugar de nascença não se teriam descoberto as mesmas oportunidades para a construção de uma reconhecida trajetória de ascensão libertadora. Recordar-se, e ama-se, a Galiza, mas a vida tem-se no Brasil.

O imigrante abraça, simultaneamente, a sua galeguidade, a sua hispanidade, a sua brasilidade e, até, o seu modo europeu de ser ocidental. Mas também há outras possibilidades; uma delas, talvez não a mais rara, é a de uma pretendida ruptura decidida com o imediato passado, e a simulada miscigenação total no país receptor, o país da acolhida. Esse seria o caso da assimilação, no qual a cultura pré-migratória do sujeito desaparece, *a priori*, por completo. As conversas, as espontâneas, e as marcadas e formais, com os protagonistas do *êxodo* fazem despontar visões multifacetadas e interpretações

volúveis do cotidiano existir imigrante que emperram por demais a coordenação de uma simples taxionomia de causa e efeito acerca do seu passado.

As contradições dos imigrantes já têm sido abordadas por Abdelmalek Sayad (1998). Em relação com a crise de identidade dos argelinos na sua *elghorba* [o exílio] na França, ele expôs:

Levados, quase que no mesmo ato ou no mesmo discurso, ora a queixar-se, ora a alegrar-se com sua emigração, ora a deplorar, ora a elogiar sua condição, os emigrantes conhecem entretanto situações e momentos de crise que os fazem sentir de forma mais aguda a experiência dessas contradições. É o que acontece sobretudo quando aparecem em sua vida acontecimentos individuais (a doença, o acidente, o desemprego, a aposentadoria por invalidez ou a aposentadoria simples etc.) ou coletivos (o desemprego e todas as medidas discriminatórias que sentem) que podem lembrá-los de sua condição, precária e *provisória*, de estrangeiros e de estrangeiros que ocupam uma posição de dominados. Acontece a mesma coisa todas as vezes em que se produz o encontro com a terra natal, raras oportunidades em que o emigrante tem a impressão – sem contudo acreditar muito – que suspendeu (pela duração das férias passadas na terra natal) sua emigração ou, melhor, que ela acabou; pouco importa que seja apenas provisória e artificialmente, quando não de forma fictícia, pois, mesmo em sua terra, tudo nele e em volta dele lembra-lhe, novamente, que é um emigrante (Sayad, 1998: 226).

Entende-se que a dinâmica adaptação às circunstâncias do país receptor com vistas ao convívio social e à sobrevivência econômica é o procedimento normal que há de seguir qualquer trabalhador estrangeiro. No entanto, essa adaptação pode demandar ao imigrante que aceite e assuma princípios e modos que não coincidam com os da sua realidade nacional, tendo-se que aculturar. A diferença entre um trabalhador estrangeiro e um trabalhador nacional consiste em que, embora ambos tenham que demonstrar a sua competência e adequação profissional, só o primeiro faz com que as autoridades tomem decisões encaminhadas a dirigir o desenvolvimento da sua inserção na nação. Essa inserção é um especial motivo de preocupação quando o imigrante demonstra não estar predisposto a se adaptar ao modo de vida dos nativos. E, por sua vez, a preocupação aumenta quando, apesar de os imigrantes tenderem a uma adaptação parcial, ameaçam com afetar e transformar, devido ao seu grande número, as estruturas nacionais do país receptor, correndo estas o risco de se desnacionalizarem. Eis a razão de o fenômeno imigratório poder ser enxergado como um problema nacional no país de destino.

No Brasil, durante a primeira metade do séc. XX, elaboraram-se discursos sobre a seleção e o disciplinamento de imigrantes. Na medida em que aumentava o número desses trabalhadores aumentava a preocupação pela integração e pelo abasileiramento deles. Foi nas décadas de 1930 e 1940 quando se radicalizaram os discursos em que se insistia no dever de que as autoridades agissem e, aculturando os imigrantes, evitassem a dissolução da nação. Nessa direção assim se expressava o cônsul Wagner Pimenta Buêno²⁷ (1943), chefe da Seção Técnica do Conselho de Imigração e Colonização, no *Ante-projeto de lei sobre imigração e colonização*:

Ora, a imigração transitória ou flutuante não nos convém. O imigrante transitório, “ave de arribação”, tem como único objetivo ajuntar tanto dinheiro como possível, não para o investir onde o adquiriu, mas para o empregar na melhoria de sua situação econômica e social, ao voltar para o país de origem, onde habitualmente, deixa a família, negligencia e despreza assim, tudo quanto não contribuir para a mais pronta e completa consecução do seu fim: o conhecimento das instituições e o interesse pelo modo de vida do país que o acolheu, e sua integração nesse meio (Buêno, 1943: 147).

No Art. 75 desse Ante-projeto de lei (Buêno, 1943: 193) assinalava-se que a admissibilidade do estrangeiro passava por que ele demonstrasse a sua vontade de se integrar no meio brasileiro. Para facilitar essa integração, as autoridades deveriam cuidar o ensino e o fomento do uso da língua nacional, o cultivo da história e das tradições do Brasil, a atração ao convívio com o espaço brasileiro e a incorporação do alienígena em associações nacionais de caráter patriótico. Ao observar os entraves colocados pelo poder político, nessas décadas, à exteriorização dos traços distintivos das identidades estrangeiras, deixam de surpreender os processos de aculturação dos galegos no Brasil. As suspeições das que podia ser objeto o imigrante são explícitas na enunciação abaixo do citado *Ante-projeto*, na qual se enfatiza que o alienígena não poderia ficar no Brasil se perturbasse o equilíbrio da identidade nacional:

²⁷ O cônsul Wagner Pimenta Buêno, chefe da Seção Técnica do Conselho de Imigração e Colonização, foi o secretário da comissão nomeada pelo ministro das Relações Exteriores, Antônio Camilo de Oliveira, para a execução do trabalho de reforma e consolidação da legislação sobre estrangeiros no Brasil, expungindo-a das falhas verificadas na prática, e para a execução do trabalho de sistematização e incorporação, a um novo texto legal, do copioso acervo de disposições ditas pela experiência. A comissão foi composta pelos conselheiros tenente-coronel Aristóteles de Lima Câmara, Dr. Artur Hehl Neiva – microbiólogo – e Ernani Reis. O resultado foi a elaboração de um Ante-Projeto de Lei *sobre Imigração e Colonização*, apresentado em sessão de 30 de agosto de 1943 ao Conselho de Imigração e Colonização, para a sua submissão à apreciação e à aprovação do Presidente Getúlio Vargas. O texto desse anteprojeto derivou no Decreto-lei n. 7.967, de 18 de setembro de 1945, que dispunha sobre a Imigração e Colonização. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaLegislacao.action>>. Acesso em: 24 mai. 2009.

A contribuição sócio-cultural externa será bem-vinda para aprimorar e apurar os traços espirituais de nossa fisionomia nacional, não para os desfigurar. Combinada com critério correspondente do ponto de vista étnico, esta orientação encerra o propósito de fazer com que a imigração concorra, realmente, para fixar e apurar o tipo somato-psíquico brasileiro.

Com *êste* objetivo como meta, pode-se dizer que é no sentido de assegurar a supremacia e a unidade do meio nacional – preocupação máxima das cogitações neste particular – que, em última análise, devem se dirigir os esforços visando o *abrasileiramento* do imigrante (Buêno, 1943: 195).

Do mesmo ano desse Ante-projeto de lei data o *Discurso de Posse* na Academia Brasileira de Letras do prócer nacionalista Getúlio Vargas (1943). Na parte desse discurso em que se aborda a produção literária de Alcântara Machado – o antecessor do Dr. Vargas na Cadeira 37 –, abundam as referências a bandeirantes e imigrantes. Perante os *imortais* da Academia Brasileira de Letras, comunicava o Presidente do Brasil: “A atualidade, com os tremendos ensinamentos da guerra, está a indicar o único caminho possível: – apresentarmos, por todos os meios, a transformação dos adventícios em autênticos e bons brasileiros” (Vargas, 1943: 37-38).

É claro que os períodos de crise econômica e de instabilidade política são também momentos em que se promulga copiosa legislação imigratória e se ensaiam discursos sobre a responsabilidade dos imigrantes no estouro da crise e sobre as conseqüências, na nação, da aparição de massas de trabalhadores estrangeiros desempregados.

Nesse sentido, a legislação *nacionalizadora* do estrangeiro das presidências de Getúlio Vargas nas décadas de 1930 e de 1940 correu paralela ao impulso à legislação de proteção ao trabalho e à segunda política cultural do Brasil. O projeto da política cultural *modernista* quis promover a reinvenção e resgate da identidade do país, concebendo esta com base na eliminação das distinções étnicas. Nesse marco, uma parte do sistema literário brasileiro – apoiado na ação cultural planejada por Gustavo Capanema, desde 1934 a 1945, durante a sua chefia do Ministério de Educação e Saúde – orientou-se para a recuperação da autonomia supostamente enfraquecida da cultura nacional. A própria denominação do Ministério de Capanema [educação e saúde], que fora criado em 1930 e que tivera como primeiro ocupante da pasta a Francisco Campos, logo ministro da Justiça, reflete o assentimento oficial à influência da eugenia.

Durante o regime varguista, a *intelligentsia* afim colaborou na delimitação de um campo cultural em que não se deixava muita margem para que os adventícios

sobressaíssem ensaiando, dentro da ordem vigente, autônomas estratégias de distinção identitária. Até mesmo, o achado de culposas sutilezas indicadoras de uma idiossincrasia alheia ao Brasil podia deparar em julgamentos acusatórios acerca do patriotismo falível dos estrangeiros. Um dos ensaístas brasileiros que teorizou acerca dos problemas que gerava a harmonização, no *melting-pot* do Brasil, de uma sociedade homogeneizada e fusionada entre brasileiros de nascimento – genuínos – e os complexos brasileiros naturalizados foi Oliveira Vianna. Vianna, em 1932, publicou o que se segue a respeito da crise de adaptação que experimentava o estrangeiro naturalizado brasileiro:

Ele nunca é integralmente nacional, nem sob o ponto de vista cultural, nem sob o ponto de vista biológico. Sob o ponto de vista cultural, há neste adotivo sempre qualquer coisa que resta ou subsiste da sua mentalidade originária; a sua identificação com a nova pátria é mais aparente que real (Vianna, [1932] 1959: 99)²⁸.

Ainda que a preocupação obsessiva do poder político com a integração dos imigrantes no meio nacional chegou ao seu zênite durante o Estado Novo, as medidas legais contra os estrangeiros *nocivos* iniciaram-se na República Velha. Com a *Lei Adolfo Gordo*, de 1907, regulamentava-se a expulsão dos estrangeiros quando envolvidos em atividades subversivas e criminosas²⁹, e, mediante o Decreto n. 4.247 – denominado a *Lei dos indesejáveis* –, de 1921, estabeleciam-se as restrições à entrada de estrangeiros³⁰. Nesse Decreto, através da imposição do *termo de responsabilidade*, visava-se evitar a entrada de

²⁸ Para a consulta de *Raça e Assimilação*, sétimo livro publicado por Oliveira Vianna, só se teve acesso à quarta edição; a primeira data de 1932. Tanto a 1ª quanto a 4ª edição estiveram a cargo da José Olympio Editôra. A concepção de Vianna arraigou-se no pensamento de muitos agentes das áreas das ciências humanas no Brasil. Em 1995, Darcy Ribeiro mantinha uma visão semelhante sobre a formação do povo brasileiro. Para ele: “a confluência de tantas e tão variadas matrizes formadoras poderia ter resultado numa sociedade multiétnica, dilacerada pela oposição de componentes diferenciados e imiscíveis. Ocorreu justamente o contrário, uma vez que, apesar de sobreviverem na fisionomia somática e no espírito dos brasileiros os signos de sua múltipla ancestralidade, não se diferenciaram em antagônicas minorias raciais, culturais ou regionais, vinculadas a lealdades étnicas próprias e disputantes de autonomia frente à nação. [...] os brasileiros se integram em uma única etnia nacional, constituindo assim um só povo incorporado em uma nação unificada, num Estado uni-étnico. A única exceção são as múltiplas microetnias tribais, tão imponderáveis que sua existência não afeta o destino nacional” (1995: 20-22).

²⁹ Trata-se do Decreto n. 1.641, de 7 de janeiro de 1907, que *providencia sobre a expulsão de estrangeiros do território nacional*. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaLegislacao.action>>. Acesso em: 24 mai. 2009.

³⁰ Trata-se do Decreto n. 4.247, de 6 de janeiro de 1921, que *regula a entrada de estrangeiros no território nacional*. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaLegislacao.action>>. Acesso em: 24 mai. 2009.

“indesejáveis”. O *termo de responsabilidade*, posteriormente conhecido como *carta de chamada*, foi regulamentado pelo Decreto-lei n.º 16.761, de 31.12.1924³¹.

Os efeitos das medidas para a aculturação dos imigrantes puderam ser observados *in loco*, na época, por dois professores franceses, Roger Bastide e Jacques Lambert, que se converteram em afamados brasilianistas. Roger Bastide fora convidado para ser o primeiro regente da cadeira de Sociologia da Universidade de São Paulo³². A respeito da integração na sociedade brasileira dos portugueses e dos espanhóis, no ensaio *Brasil, terra de contrastes* (Bastide, 1959) ele diz ter percebido que esses imigrantes se aculturavam pelas consequências do seu próprio talante:

Como os portugueses, também os espanhóis não são atraídos pelo trabalho do campo; entregam-se a ele durante alguns anos, mas acabam por abandoná-lo para morar nas cidades. Este grupo forma uma das primeiras massas de mão de obra utilizadas na constituição do proletariado industrial; introduziram na massa operária algumas idéias socialistas e, mais ainda, idéias anarquistas; têm estado muitas vezes à frente de greves sangrentas. Mas sua influência ideológica foi desaparecendo com a extensão do proletariado, com a chegada de outros imigrantes menos reivindicadores, com o êxodo de caboclos atraídos por elevados salários urbanos, com a ascensão dos negros e também, finalmente, com a obtenção da Legislação Trabalhista, que melhorou a condição operária. Mais individualistas do que os outros latinos, não procuram agrupar-se em comunidades fraternas, o que facilita a sua assimilação (Bastide, 1959: 202)³³.

³¹ O Decreto n. 16.761, de 31 de dezembro de 1924, é comentado em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/476368.pdf>>. Acesso em: 24 mai. 2009.

³² Segundo Paulo Duarte, no Prefácio a *Brasil, terra de contrastes*, “Seria presunção boba pretender apresentar Roger Bastide aos brasileiros” (Bastide, 1959: 5). Cumpre assinalar que Bastide chegou ao Brasil em 1938, a convite do professor Georges Dumas, para tomar posse da vaga deixada por Lévy-Strauss e ministrar aulas de Sociologia no Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP), fazendo parte do quadro dos docentes estrangeiros que foram contratados por ocasião da fundação, em 1934, da pluri-departamental Faculdade de Filosofia. Em 1954 voltou para a França para ocupar o posto de titular de Etnologia Social e Religiosa na Sorbonne. Lecionou também na *École Pratique des Hautes Études* e no *Institut des Hautes Études d’Amérique Latine*. Criou, em 1961, um Centro de Psiquiatria Social, que dirigiu até a sua morte. Da sua obra, 1.039 títulos foram recopilados em um inventário intitulado *A produção intelectual de Roger Bastide* (Trindade, 1985). Em relação ao pensamento acerca do Brasil, Bastide diz que pôs em prática a noção de interdisciplinaridade; ele justificou esse procedimento como se segue: “Assim, o sociólogo que estuda o Brasil não sabe mais que sistema de conceitos utilizar. Todas as noções que aprendeu nos países europeus ou norte-americanos não valem aqui. O antigo mistura-se com o novo. As épocas históricas emaranham-se umas nas outras. Os mesmos termos como ‘classe social’ ou ‘dialética histórica’ não têm o mesmo significado, não recobrem as mesmas realidades concretas. Seria necessário, em lugar de conceitos rígidos, descobrir noções de certo modo líquidas, capazes de descrever fenômenos de fusão, de ebulição, de interpenetração, noções que se modelariam conforme uma realidade viva, em perpétua transformação. O sociólogo que quiser compreender o Brasil não raro precisa transformar-se em poeta” (Bastide, 1959: 15).

³³ O livro *Brasil, terra de contrastes* (Bastide, 1959) teve em francês a sua primeira edição [*Brésil, terre des contrastes* (Bastide, 1957)]. Usa-se, nesta tese, a primeira edição brasileira.

O juízo de Bastide foi ratificado por Lambert³⁴. No ensaio *Os dois Brasís*, Lambert ([1959] 1967: 61) coincidia com Bastide na detecção da tendência à assimilação dos imigrantes espanhóis, conquanto esta não se processasse automaticamente como a dos portugueses. O autor destacava também o traço individualista dos espanhóis e a não formação, nos centros urbanos, de permanentes colônias separadas. Ao retrato desses imigrantes Lambert acrescentava que o comércio de retalhos ao qual se dedicavam provocara, às vezes, o rancor das populações locais e que as suas atitudes ideológicas, unidas às violentas atividades políticas da Espanha, acabaram despertando a desconfiança do governo brasileiro. Ambos os autores, apesar de qualificarem os espanhóis como propensos à assimilação, assinalaram o ativismo social e político deles.

No período democrático seguido à renúncia de Vargas em outubro de 1945, o discurso institucional intolerante sobre o imigrante não-qualificado e alheio aos padrões físicos e culturais nacionais manteve-se, embora não se aplicassem as medidas repressivas com as atuações dos trabalhadores estrangeiros que caracterizaram o Estado Novo.

Cumprir mencionar que, para alguns autores e para os governos brasileiros deste século, as tentativas para legislar a *brasilidade* comum não tiveram sucesso pleno e que o Brasil se manteve como uma nação de etnicidade e cultura hifenizadas e de identidade

³⁴ Jacques Lambert, mestre em direito comparado na Faculdade de Direito de Lyon, integrou a missão francesa que se incumbiu da consolidação da Faculdade Nacional de Filosofia em 1939, no Rio de Janeiro. Aplicou-se, como sociólogo e demógrafo, na observação da realidade estrutural dualista da sociedade brasileira, enfatizando, nas suas análises, a comparação entre o Brasil desenvolvido e o Brasil subdesenvolvido com vistas à delimitação dos elos de união entre ambos – língua, história e comunhão do mesmo nacionalismo – e com vistas a explicar a brecha aberta pelas desigualdades econômicas. Os dois produtos em que, com uma perspectiva sociológica, analisou a estrutura social do Brasil são *Brésil* (1953) e *Os dois Brasís* (1959). Na segunda obra, além de descrever aspectos demográficos, econômicos, educativos e políticos da história do Brasil, Lambert, com base na função distintiva desempenhada pelo valor de substrato das etnias na formação das sociedades americanas, procurou distinguir a América Espanhola e a América Portuguesa, negando a pretendida união cultural de toda a América Latina. A respeito da imigração, Lambert qualificou como de “pequena importância” (Lambert, [1959] 1967: 57) a influência, no Brasil, das características culturais estrangeiras. Devido às transformações acontecidas a partir da década de 1930, que interromperam o estabelecimento, no país, de imigrantes, o autor, concordando com o planejamento político governamental, considerou que era mais indicado recorrer aos excedentes da população rural brasileira do que aos imigrantes estrangeiros: “Nessas condições, não há possibilidade de outro tipo de imigração além de lavradores com capitais, ou de técnicos especialmente necessários ao país, que, em virtude do seu pequeno número, podem passar despercebidos. E, mesmo assim, é possível que o rápido desenvolvimento de uma classe média numerosa, a cujos desejos o Governo é especialmente sensível, venha restringir a aceitação desses técnicos aos setores da população em que a falta de nacionais credenciados seja indiscutível” ([1959] 1967:72).

nacional heterogênea³⁵. Porém, ainda no final do séc. XX, Darcy Ribeiro, em *O povo brasileiro* (Ribeiro, 1995), qualificou como uma transcendente peculiaridade nacional a capacidade para a assimilação, cultural e racial, do imigrante. Segundo esse antropólogo e romancista mineiro, a altamente definida etnia brasileira teria evitado que a cultura dos estrangeiros se alçasse ameaçadoramente como um sistema relevante. Na visão dele, isso aconteceu nos países rio-platenses, onde a fisionomia européia das massas de imigrantes alterou a sociedade e a cultura nacional, transfigurando esses países e fazendo com que eles, em vez de serem “povos novos” fossem “povos transplantados” (Ribeiro, 1995: 243). O historiador norte-americano Jeffrey Lesser, ao estudar a identidade dos imigrantes não-europeus no Brasil – os orientais – (Lesser, 2000: 17-35), critica a tese segundo a qual a identidade nacional brasileira foi obtida através da eliminação das distinções étnicas. Ele interpreta que os imigrantes e os seus descendentes formularam maneiras sofisticadas e bem sucedidas de se tornarem brasileiros à margem da concepção de nação proposta pelos que ocupavam posições de domínio no poder público e na academia, sem que isso significasse a criação de um Brasil estrangeirado.

Um *exemplum* canonizado da produção em artes visuais retratando a assimilação do trabalhador estrangeiro e a função a ele destinada para a eugenia racial no Brasil é uma tela de Brocos intitulada, em 1895, *A redenção de Cam*, premiada no *Salão carioca* desse ano. No âmbito da aculturação dos imigrantes galegos no Brasil, a trajetória de Brocos mostra a correspondência que se estabelece entre o espaço das posições ocupadas no campo cultural e o espaço das disposições. Modesto Brocos y Gomez (1852-1936)³⁶ foi um artista plástico

³⁵ Neste séc. XXI, gerou polêmica na opinião veiculada na mídia a legislação em que se marcavam quotas de discriminação positiva em favor dos negros e dos índios do Brasil – em favor de identidades hifenizadas – no ensino superior. Isto é, mediante essa legislação segmentava-se, do povo brasileiro, o grupo dos afro-brasileiros e dos indígenas brasileiros. Trata-se da Lei n. 10.558, de 13.11.2002, que “Cria o Programa Diversidade na Universidade, e dá outras providências”, em cujo Art. 1º indica-se que “Fica criado o Programa Diversidade na Universidade, no âmbito do Ministério da Educação, com a finalidade de implementar e avaliar estratégias para a promoção do acesso ao ensino superior de pessoas pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos, especialmente dos afrodescendentes e dos indígenas brasileiros” e da Lei n. 11.645, de 10.03.2008, pela qual se incluiu, no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Cf.: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/>>. Acesso em 20 jun. 2009.

³⁶ Nascido em Santiago de Compostela, aos 20 anos transferiu-se de Buenos Aires ao Rio de Janeiro. A Buenos Aires emigrara dois anos antes. Gravador, xilógrafo, pintor, renomeado expositor, professor, Brocos, no seu périplo cosmopolita, participou em ateliês de Espanha, Argentina, Brasil, França e Itália. Fora estudante na Real Sociedad Económica de Amigos del País de Santiago de Compostela, da Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro, da École des Beaux-Arts de Paris, da Academia de San Fernando e da Academia Chigi de Roma. Além de destacar como artista, e como autor de ilustrações para diversos

galego assentado no Rio de Janeiro. A partir do momento da sua fixação definitiva no país, o artista nascido em Compostela preocupou-se por definir um repertório de motivos autóctones para a pintura brasileira, dentre eles a temática caipira – regionalista –. De fato, Brocos é considerado, desde o Império, um artista nacional. *A redenção de Cam* está exposto no Museu de Belas Artes, no Rio de Janeiro. Trata-se de um quadro de inusuais dimensões (200 x 166 cm). José Roberto Teixeira Leite (1996), um dos historiadores brasileiros dedicados ao estudo das artes plásticas produzidas por espanhóis no Brasil, descreve a obra como se segue:

representa, à porta de um casebre, uma ex-escrava que ergue as mãos aos céus em agradecimento pela clara epiderme do netinho, sustentado ao colo pela mãe, uma jovem mulata que tem ao lado o marido, lusitano típico. *A Redenção de Cam* consiste por conseguinte no branqueamento da raça através de gradativos cruzamentos, e não sabemos até que ponto influíram para a sua concepção os novos conceitos de eugenia, então postos em circulação entre nós (Leite, 1996: 22).

Brocos, um artista galego naturalizado brasileiro, não só se integrara no campo cultural da, então, capital do Brasil, havendo retratado cenas pitorescas brasileiras; ele, em *A redenção de Cam*, demonstrou haver entendido o *biopoder*³⁷ dado ao imigrante europeu e a significação da mestiçagem na configuração nacional³⁸. No Rio, esse artista, quem esteve vinculado ao Centro Galego, adaptou-se plenamente à sociedade brasileira.

periódicos, converteu-se em ensaísta de belas artes – escrevendo em português (*A questão do ensino de Bellas Artes*, 1915, e *Retórica dos pintores*, 1933) – e de assuntos políticos – escrevendo em espanhol (*Viaje a Marte*, 1930) –, e ocupou os cargos de catedrático de Desenho Figurado da Escola Nacional de Belas Artes e de membro do Conselho Nacional de Belas Artes, entidades cariocas de abrangência federal. A sua obra encontra-se nas principais pinacotecas do Brasil, no Centro Galego de Havana, na Deputação de A Coruña, no Paço de Marinhâm e na Catedral de Santiago de Compostela. O produto de Brocos que se exhibe na Havana é o óleo *La defensa de Lugo*. Trata-se de uma composição histórica consoante com o gosto regionalista do monumental Centro Galego dessa cidade. Em 1900, Brocos naturalizou-se brasileiro, nunca mais se ausentando do país. No Rio de Janeiro, Brocos colaborou com o Centro Galego.

³⁷ O conceito divulgado por Foucault (1990: 87-104) através do termo *biopoder* descreve uma tecnologia do poder regulador cuja função consiste em controlar racionalmente a condição da espécie e a sua reprodução com o objetivo de criar uma população mais saudável e distinta. A perversidade concentrada no reverso do discurso, e das táticas políticas, mediante os quais se busque valorizar e aprimorar a vida natural do homem, apresenta-se na apologia do direito soberano a eliminar aquilo que seja considerado nocivo ou prejudicial para o bem-estar e a sobrevivência do corpo social.

³⁸ A associação, com o homem português – o *galego* –, da função eugênica mediante a reprodução com as mulatas ou as negras brasileiras conformara-se em uma recorrência dos campos da cultura brasileira atuantes no Rio de Janeiro desde a independência. Assim, em *O Escravocrata*, drama em 03 atos composto em 1882 por Artur Azevedo, em colaboração com Urbano Duarte, publicado dois anos mais tarde, pode ser observada essa característica através do diálogo que mantém a personagem Josefá com seu irmão Salazar, negociante de escravos: “Josefa – Ninguém nos ouve. Era mulato e escravo; mas a aliança com galegos purificou a raça, de sorte que tanto você como eu somos perfeitamente brancos... Temos cabelos lisos e corridos, beijos finos e testa larga” (Azevedo, 1884: 21).

Interessou-nos estudar as conceituações dadas no Brasil à aculturação e os efeitos da aplicação delas sobre os imigrantes. Acreditamos que era preciso comprovar em que grau a política assimiladora das identidades dos trabalhadores estrangeiros afetou a produção cultural dos imigrantes galegos e acreditamos que cumpria observar se essa política também incidiu na obra produzida sobre o Brasil pelos galegos não-imigrantes. No Capítulo IV desta tese tentamos um esboço de recopilação da produção cultural escrita dos imigrantes galegos em quatro estados brasileiros – Minas Gerais, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro – com o intuito, em primeiro lugar, de verificar se houvera uma produção cultural galega e, dentro dela, uma produção cultural galeguista, e, em segundo lugar, de verificar o grau de aculturação no Brasil que ela manifestava.

I. 3. O processo de aculturação no Brasil

A aculturação é um processo vinculado às relações ou aos contatos sociais. Considera-se que há aculturação quando o resultado dessas relações é a mudança cultural das pessoas envolvidas. A mudança, embora envolva todos os grupos em contato, costuma ser maior nos sujeitos que ocupam posições de não-dominação – os imigrantes, por exemplo –. É claro que a aculturação afeta unicamente as pessoas, e não aos hábitos em si, mas também é óbvio que uma das conseqüências da aculturação psicológica e cultural do sujeito é a alteração das suas imagens e das suas representações sobre os hábitos. A envergadura da aculturação varia, sendo os seus pontos extremos, por um lado, o total abandono da cultura de origem e, por outro, o refúgio na marginalização cultural, como estratégia que visa a preservação da identidade. O ponto médio cria-o a participação dialética da cultura de origem com a cultura de acolhimento³⁹.

³⁹ Gonzalo Aguirre Beltrán publicou em 1957 um ensaio de antropologia intitulado *El proceso de aculturación*. Ele é dedicado à análise do contato entre culturas no território mexicano. Através dessa análise o autor procura mostrar como se produziu a dinâmica integração sócio-cultural e, logo, nacional, do México. Porém, a maior parte do livro oferece um tratamento geral do processo de aculturação, desenvolvendo-se uma exposição arqueológica sobre a consolidação das investigações cujo alvo eram as relações culturais. Do início, o autor adverte que não se deve confundir a *aculturação* com a *educação*, pois este processo – composto pelas fases de criação, socialização e escolarização – deve ser unicamente entendido como a transmissão da bagagem cultural de uma geração a outra, pela qual a criança é condicionada às formas de vida do seu grupo social. Interessou-nos esse trabalho porque contém (Aguirre, 1957: 9-16) uma seção dedicada à exposição da etimologia do termo aculturação e, outra seção, à contraposição das diversas definições que recebera o termo. Gonzalo Aguirre destaca que os estudos sobre a aculturação foram conseqüência da reação, entre 1925 e 1935, contra as pesquisas das escolas *difusionistas* – *heliolítica*, histórico-cultural e *boasiana* –, a partir da qual se consolidaram duas tendências opostas: a norte-americana cultural e a inglesa funcional. Na

O psicólogo John W. Berry, no seu artigo Migração, aculturação e adaptação (Berry, 2004), combinando conceitos da antropologia com conceitos da sociologia, propôs uma classificação dos graus da aculturação em que se diferenciam os interesses dos grupos etnoculturais não-dominantes dos interesses dos grupos dominantes.

Berry indica que, nos casos em que os grupos não-dominantes têm liberdade para escolher a sua forma de engajamento nas relações interculturais, há quatro possibilidades de estratégia. A primeira estratégia deles é a *assimilação*, a qual se dá quando os indivíduos não desejam manter a sua identidade cultural e procuram interagir com outras culturas. A segunda é a *separação*, consequência da valorização da própria cultura e da decisão de conservá-la, evitando-se a interação com outros grupos. A terceira estratégia é a *integração*, consistente na vontade de manter a distinção cultural do grupo enquanto ele interage diariamente com a sociedade majoritária e se acomoda a ela. A última é a *marginalização*, a qual surge quando há poucas possibilidades, e interesse, na manutenção cultural e, paralelamente, escassos relacionamentos com outros grupos, geralmente por razões de exclusão ou discriminação.

O autor denomina com outros termos essas mesmas estratégias para destacar a dimensão do(s) grupo(s) dominante(s) e contemplar o papel crucial que eles exercem nesses processos interculturais. Assim, se a *assimilação* dos não-dominantes é buscada por esses grupos chama-se *cadinho* (*melting pot*). Caso o objetivo seja a *separação*, o que os grupos dominantes demandam é a *segregação*. Se a *marginalização* é imposta acontece a *exclusão*. Por último, tem-se a *mútua acomodação* – o *multiculturalismo* – quando, com o intuito de

tendência norte-americana cultural realizaram-se, por um lado, estudos sobre os mecanismos da transmissão cultural e sobre as influências recíprocas resultantes do contato entre culturas industrializadas e culturas tecnologicamente simples. Por outro, efetuaram-se investigações sobre o contato dos indivíduos europeus imigrantes e a grande massa cultural estadunidense, propiciando-se, assim, o surgimento da perspectiva *aculturativa* associada ao conceito *assimilação* com base no império colonial britânico. A tendência funcional inglesa derivou em pesquisas sobre a *integração* e a *estruturação social*. Aguirre diz que o conflito criado pelos pesquisadores de ambas as tendências no tocante ao método que devia ser seguido para a pesquisa antropológica fez com que a Associação Norte-americana de Antropologia elegeu uma comissão para determinar os termos em disputa. Ela foi formada por Redfield, Linton e Herskovits; esta foi a definição elaborada: “‘*Aculturación* comprende aquellos fenómenos que resultan cuando grupos de individuos de culturas diferentes entran en contacto, continuo y de primera mano, con cambios subsecuentes en los patrones culturales originales de uno o de ambos grupos’. En nota adicional aclararon: ‘Según esta definición, *aculturación* debe ser distinguida de *cambio cultural*, del cual sólo es un aspecto y de *asimilación* que es, a intervalos, una fase de la *aculturación*. También debe ser diferenciada de *difusión* que, aunque ocurre en todos los casos de *aculturación*, es un fenómeno que tiene lugar con frecuencia no solamente sin la ocurrencia de los tipos de contacto entre grupos especificados en la definición sino que, además, constituye sólo un aspecto del proceso de *aculturación*’” (Aguirre, 1957: 14).

imprimir diversidade cultural à sociedade, se favorece a *integração* dos grupos não-dominantes⁴⁰.

Durante a República Velha publicaram-se várias obras em que se expunha qual devia ser o modelo de política imigratória assumido pelo governo. Criticava-se a imigração espontânea, pelas dificuldades que gerava para o controle do alienígena, e defendia-se, portanto, a imigração de grupos, dirigidos ao trabalho agrícola, mediante a qual as autoridades poderiam impor o perfil conveniente para a seleção do elemento estrangeiro, visando tanto a colonização e o benéfico econômico quanto a consolidação da nacionalidade brasileira. Assim o enunciava, em 1929, o diplomata Carlos Martins em um ensaio intitulado *Uma política de imigração*:

Não basta, porém, não nos iludamos, praticar recrutamentos coletivos, nem sujeitar a regras a imigração, mas faz-se mister saber que fins divisa essa política.

No Brasil, onde existem regiões quase inabitadas, parece improvável povoá-las pelo único desenvolvimento natural da natalidade, mas resultados certos e rápidos se alcançarão por uma imigração sistemática de elementos estrangeiros selecionados, sistematicamente introduzidos.

[...] As seleções aconselháveis de raça, de indivíduo, de profissões se impõem a uma política de imigração que deseje ver assimilado e integralizado na raça o estrangeiro imigrante.

Encaminhemos as correntes de imigração para os trabalhos agrícolas e rurais – nos campos, em contato constante com a terra, mais rapidamente, mais facilmente se assimilam e se amalgamam os imigrantes; nas cidades, ao contrário, agrupam-se, indiferentes à vida nacional, segundo as facções políticas de seu país natal, formando, não raro, elementos de distúrbio e desordem.

Dest'arte a política de imigração reclama uma fiscalização severa mais acolhedora, uma legislação mais elástica, embora baseada em princípios firmes e definidos, dispondo de meios para repudiar os maus, os inúteis, e agasalhar com benevolência, os que conosco venham colaborar no engrandecimento do solo nacional; dispondo de meios que evitem nos convertamos em refúgio

⁴⁰ A adoção dessas estratégias, é claro, pode ser velada, tanto por parte de grupos da sociedade do país receptor quanto pelos sujeitos imigrantes. Por cautela, mais de uma estratégia pode ser praticada ou, inclusive, a exibição de uma estratégia pode procurar dissimular a estratégia em verdade assumida. A poesia permite os autores emigrantes/ imigrantes encarnar o estereótipo do sujeito assimilado, embora essa assimilação não se corresponda com a realidade biográfica do produtor emigrante/ imigrante. Um exemplo dessa circunstância é o livro de poemas *Alvorada – um canto a Brasília*, que acreditamos ser a primeira coletânea que um imigrante espanhol contextualizou na circunstância da construção da capital federal. O seu autor é o exilado Miguel Melgarejo, um andaluz de Granada, quem publicou a coletânea em 1960, aos 46 anos, em São Paulo, antes mesmo da inauguração da nova capital. Não é possível inferir dos poemas que o autor é estrangeiro. Ele identifica-se com um candango – um operário da construção de Brasília – desde o primeiro poema da obra. Este se intitula Clara Cifra e encerra-se com os seguintes versos: “eu quero/ que os olhos/ quando pretendam decifrar a clara cifra/ encontrem logo o nome do candango// eu quero/ que ao fechar o livro/ se porventura fica uma lembrança/ seja a lembrança do candango” (Melgarejo, 1960: 12). No entanto, apesar da aparente simbiose brasileira, o autor regressou, durante a transição, à Espanha e em Granada fixou a sua residência em 1977, reintegrando-se na sociedade espanhola.

escolhido das épaves humanas e sim trazer-nos gente ordeira e de trabalho, gente sadia e forte que não pede senão uma pátria dadivosa que ofereça condições de existência belas e largas permitindo-lhe vencer (Martins, 1929: 104-07).

Nos documentos oficiais brasileiros da década de 1940 a aculturação do trabalhador estrangeiro já não era mais uma finalidade discutível. O que, então, se debatia sobre a aculturação do imigrante eram os procedimentos para implementá-la.

No primeiro número – janeiro de 1940 – da *Revista de imigração e colonização* [Órgão oficial do Conselho de Imigração e Colonização], a Secretaria do Conselho, em uma matéria intitulada Primeiro ano de trabalhos do Conselho de Imigração e Colonização, referia-se, como se segue, aos critérios que deviam ser seguidos em política imigratória para se evitar a chegada de estrangeiros inassimiláveis. Em 1940 não se contemplava a possibilidade de que se instalasse no Brasil uma mão-de-obra estrangeira que, se cingindo ao seu desempenho profissional, não contribuísse à formação da nacionalidade. Para os autores do discurso, cumpria que o imigrante se instalasse no país com caráter definitivo⁴¹, adaptando-se ao país e nele dissolvendo-se:

Para os países novos como o Brasil, a política imigratória que mais convém é a que tem em vista evitar os elementos indesejáveis e os de difícil assimilação, e promover a entrada de boas correntes imigratórias em harmonia com a expansão econômica do país. Essa política tem de basear-se, portanto, no selecionamento da imigração, pois é dever máximo do Estado intervir na composição da sua população, de forma a criar a maior colaboração e a maior harmonia entre os elementos que a formam. A imigração não deve ser encarada somente como um meio de atrair elementos capazes de auxiliar o desenvolvimento econômico do país, mas, principalmente, como fator de formação da nacionalidade.

Todos os países de imigração se ocupam hoje deste problema, estabelecendo medidas de caráter legislativo que visam selecionar e favorecer a entrada dos tipos mais assimiláveis.

⁴¹ Um outro periódico do Estado Novo, a revista *Cultura Política*, vinculada ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), no seu n. 3 – maio de 1941 –, contém um artigo de Artur Hehl Neiva [membro do Conselho de Imigração e Colonização e Diretor Geral do Expediente e Contabilidade da Polícia Civil do Distrito Federal] intitulado Evolução da política imigratória do Brasil III – Primeiro período de expansão, até 1555, em que o autor insere uma comparação entre o que ele qualifica como a política imigratória de D. João III e a política imigratória brasileira do séc. XX. Ele observa a continuidade das mesmas diretrizes na orientação da imigração ao longo da história do Brasil e ressalta que, na administração, sempre se manteve a intenção de colonizar e povoar. Eis essa apreciação, rotulada As colunas mestras do fomento imigratório: “Estes três fatores – subvenção ou auxílio para as passagens, doação ou cessão de terras por quantia mínima e assistência sob todas as suas formas, técnica, social ou financeira, – constituem ainda neste momento, as colunas mestras de qualquer política de fomento da imigração, visando influir, de maneira positiva, sobre o povoamento do solo. São, em pleno século XX, absolutamente indispensáveis, embora associadas a outras, em todos os programas de imigrações colonizadoras, sendo encaixadas em todos os planos de colonização tecnicamente organizados” (*Cultura Política*, 1941: 127).

A imigração cria, pois, problemas de assimilação e controle social que o Estado tem de resolver, pondo em prática as medidas que facilitam a assimilação e removendo, ao contrário, os fatores que a tornam difícil.

Entre os fatores favoráveis à assimilação estão a afinidade étnica, a imigração familiar, os esforços do Estado no sentido de facilitar a adaptação do elemento estrangeiro, a igualdade econômica e social entre os trabalhadores nacionais e estrangeiros, os casamentos mistos e a religião. Entre os fatores que se opõem à assimilação citam-se os obstáculos erigidos pelo país de origem, a segregação, as diferenças de línguas, o serviço militar no país estrangeiro e as diferenças étnicas muito salientes (Conselho de imigração e colonização, 1940: 7-8).

A I Conferência Brasileira de Imigração e Colonização, convocada pelo Conselho de Imigração e Colonização e realizada em Goiânia, de 30 de abril a 7 de maio de 1949, aprovou quarenta recomendações que lhe fizera a Comissão de Imigração instalada *ad hoc* no congresso. Três delas referiam-se aos meios que deveriam ser colocados com o intuito de favorecer a rápida aculturação do colono alienígena. São estas; nelas dá-se muita importância à função positiva, pastoral e educacional, que pudesse desempenhar a Igreja⁴² para a aculturação do elemento estrangeiro:

5) – Promover as maiores facilidades para a vinda, com os imigrantes católicos, de sacerdotes da mesma língua e da mesma nacionalidade, que aqui se comprometerão, perante as autoridades brasileiras, inclusive as eclesiásticas, a acatar as suas determinações, cooperando para a rápida aculturação e assimilação dos alienígenas.

⁴² A assistência político-social ao imigrante no Brasil como projeto eclesiástico remonta-se à década de 1880. Esse labor, durante o período de 1887 a 1911, foi avaliado por Wlaumir Doniseti de Souza na obra *Anarquismo, Estado e pastoral do imigrante – Das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem: o Caso Idalina* (2000). O autor estudou as ações executadas pela Congregação dos Missionários de São Carlos com os imigrantes italianos no Estado de São Paulo. Para a igreja foi também motivo de preocupação, e de reflexão, a eugenia. Esta, tendo sido inicialmente, devido ao seu propósito racista, rejeitada e condenada pela igreja, foi logo aceita. Nessa revisão, a igreja diferenciou entre a eugenia negativa e a positiva. A segunda – a aceita – foi comentada pelo bispo húngaro Tihamér Tóth na obra *Eugenesia y Catolicismo*. Nós tivemos acesso à tradução espanhola publicada em Madri em 1942. Tihamér Tóth (1942: 40) definiu a eugenia positiva como se segue: “busca los medios con que se puede lograr el predominio y la multiplicación del elemento valioso en la humanidad”. Assim, Tóth (1942: 95) conclui que a melhora física e o aperfeiçoamento identitário do ser humano eram um dever social, mas ele sublinhou que esse preceito havia de ser alcançado mediante uma conduta regida pela moral católica: “De modo que, a fuerza de imparciales, hemos de reconocer que la eugenesia, el afán de lograr una generación más sana, aunque sea cuestión biológica, es todavía mucho más: *es un deber moral, psicológico y pedagógico*. Las normas objetivas del derecho divino y de la raza, por lo tanto, son obligatorias también para la eugenesia, y lo que ellas prohíben, no puede permitirlo ningún fin eugénico. Despertar en medida más crecida la responsabilidad moral es un medio eugénico tan valioso y necesario, que su uso hace superfluo el de otros muchos medios eugénicos, reprobables moralmente; en cambio si falta este medio, la conciencia ligera encontrará modo de eximirse de los preceptos eugénicos más severos. Podemos afirmar con toda tranquilidad, que la eugenesia más eficaz es el cumplimiento intransigente de la moral católica”.

6) – Conceder à Igreja, através de seus sacerdotes, o direito de abrir e dirigir educandários de todos os níveis de ensino, nas zonas de colonização, salvaguardadas as disposições legais que regem o assunto, inclusive quanto à obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa, fator precípua à aculturação e assimilação.

26) – Para que se possam bem aproveitar os reais efeitos da psicotécnica, quando aplicada aos serviços de imigração, é indispensável uma perfeita e absoluta entrosagem entre as quatro etapas fundamentais do seu desenvolvimento: a imigração propriamente dita, a colocação, a fixação e a assimilação (*I Conferência Brasileira de Imigração e Colonização*, 1949: 55-57)

Contudo, deve ser entendido que, na apreciação das autoridades governamentais brasileiras, a adaptação e a aculturação no meio nacional do trabalhador estrangeiro não era um direito deste senão a sua obrigação. Essas autoridades assumiam, portanto, a missão de supervisionar a inserção do imigrante no processo de integração nacional, cabendo-lhes a faculdade de penalizá-lo se ele prejudicava o convívio social. Em 1943, o argentino Horacio Zorraquín publicou o estudo intitulado *El problema del extranjero en la reciente legislación latino-americana*, no qual, logo de se explicar por que o fenômeno imigratório se convertera em uma grave preocupação nacional dos Estados latino-americanos, se desenvolve um estudo comparativo entre as legislações desses países com o objetivo de descrever como neles se resolveu o problema da seleção e da assimilação dos trabalhadores estrangeiros. O autor elogia as disposições recentes – década de 1930 – das legislações em que se estabelecem requisitos severos que havia de cumprir qualquer imigrante para poder permanecer em um país e gozar da proteção do Estado. Assim, ele justifica como se segue a vigilância do estrangeiro, exemplificando, no caso brasileiro, a materialização jurídica desse controle que visa a assimilação:

Contrariamente a lo que antes ocurría, no por el hecho de haber atravesado el extranjero los filtros opuestos a las corrientes migratorias, ingresando al país, se confunde con la población y se desentiende el Estado de su existencia. La condición de habitante no lo purga de su origen. Sigue siendo un extranjero sometido a exigencias y requisitos desconocidos para el nacional.

Por otra parte, aún la entrada al territorio no significa para él una garantía de estabilidad ni influye decisivamente sobre su precario status jurídico.

En el Brasil, por ejemplo, todos aquellos aún con larga residencia, que no se encontraban dentro de las previsiones del decreto-ley 406 de 1938 [exigia a apresentação de uma cédula de identidade do país de origem e de uma certidão de antecedentes penais], debieron solicitar una “autorización de permanencia”. Además, si ingresó con carácter temporario debe solicitar un permiso de residencia, el que puede serle negado. Tampoco se libra ningún extranjero de la respectiva carta de identidad como condición para una legítima convivencia social (Zorraquín, 1943: 69-70).

Horacio Zorraquín acredita que, até a década de 1930, as legislações latino-americanas protegeram irresponsavelmente, e injustamente, os estrangeiros em detrimento dos sujeitos nacionais; ele relaciona essa suposta desvalorização do próprio com o *entreguismo*, isto é, com a abertura dos mercados nacionais à cobiça imperialista das potências estrangeiras. Mas ele confia em que a inflexão nacionalista acontecida nessas legislações permitiria barrar as agressões e reparar os danos causados tanto pelo favoritismo com os estrangeiros, fruto do auto-ódio latino-americano, quanto pela permissividade perante os interesses do capital internacional. O autor encerra o seu estudo comparativo com um discurso exultante, no qual celebra o rigor nacionalista aplicado na revisão do tratamento da questão imigratória e, portanto, a repressão das identidades dos adventícios que, com o seu neocolonialismo inerente, punham em perigo a conservação e a hegemonia dos traços distintivos da nacionalidade do país receptor:

El nuevo estatuto legal del extranjero se informa en ese espíritu. Ha desaparecido la equivalencia con el nacional o el tratamiento preferente que a aquél se le otorgaba en algunos países. Se delimitan sus actividades, no con un propósito hostil, sino, y para decirlo con los mismos términos de la ley mejicana, “tanto como protección a los nacionales, como con el fin de asegurarles el control de la vida económica”.

La protección al nacional se advierte en todos los órdenes. Desde asegurarles una preferencia en el trabajo hasta impedir que sean extradicionados, desde reservarles el dominio de las tierras en ciertas zonas hasta ampararlos en materia sucesoria mediante la aplicación de la ley local. A su vez, el control de la vida económica, como se ha visto en las páginas anteriores, deja de confiarse a manos extranjeras. Ni los yacimientos minerales, ni los bancos, ni, en general, el trabajo, deben ser, en el futuro monopolio foráneo.

Pero, es en otro orden de ideas, donde mejor se advierte el avanzar del criterio nacionalista. La enseñanza está en manos de profesores nativos, los puestos públicos se reservan a los nacionales, se trata de desarrollar mediante el culto de la historia y de las tradiciones el sentido y la intuición de la patria. Los hijos deben educarse en la tierra de sus padres, así no recibirán, en el período de su formación, ideas ni influencias extrañas. Se distribuirán los extranjeros en forma tal que su número excesivo no perturbe, en lugares determinados, el índice étnico de la nación. Se hablará en la lengua vernácula, se estudiará en libros escritos en el idioma nativo y por autores nativos. Se limitan las asociaciones de extranjeros, se las controla, se impiden sus actividades políticas, el empleo de distintivos que traduzcan vínculos y lazos anudados más allá de las fronteras nacionales. En una palabra, se afirma con orgullo y decisión la conciencia de la nacionalidad.

Tan extraordinaria mudanza se ha operado en menos de diez años. Son los primeros pasos para obtener la identificación de los habitantes y el suelo, para permitir el libre desarrollo de la

sensibilidad nativa, para destruir, por último, los yugos tenaces de los colonialismos espirituales y económicos. Y ese es el valor intrínseco del muy reciente ordenamiento jurídico comentado (Zorraquín, 1943: 137-38).

A obrigatoriedade do ensino nacional e nacionalista para os filhos dos imigrantes e a correlata proibição do funcionamento de escolas que ou dependessem de associações de estrangeiros ou seguissem projetos pedagógicos estrangeiros também se refletiu na produção ensaística brasileira. Ivo d'Aquino, Secretário de Justiça, Educação e Saúde de Santa Catarina e Professor de Direito Constitucional da Faculdade de Direito de Santa Catarina publicou em Florianópolis, em 1942, pela Imprensa Oficial do Estado um estudo intitulado *Nacionalização do Ensino – Aspectos políticos*. Em primeiro lugar, o autor justificou a nacionalização do ensino por ser um imperativo da Constituição *estadonovista* e, em segundo lugar, pelo seguinte raciocínio:

Dentro do Brasil, não se reconhecem, portanto, minorias políticas estrangeiras, nem a nossa lei se compadece das duplas nacionalidades. Quem nasceu no Brasil é brasileiro, sem subordinação a origens raciais. Deve, por isso, ser ensinado e educado como cidadão brasileiro e, como ele, falar e sentir (d'Aquino, 1942: 11).

Ivo d'Aquino (1942: 16) comenta, como um exemplo, que, antes de 1937, um diretor de escola – quando esta o mantinha – devia falar correntemente o português, mas que não era incomum que o fizesse incorretamente, “com acento estrangeiro”, desrespeitando, com isso, a nacionalidade. Ele diz que constataria que nos estados meridionais do Brasil funcionavam escolas mantidas por governos estrangeiros, os quais almejavam conservar, no Brasil, a identidade e, logo, a fidelidade nacional, dos seus expatriados:

Não é de admirar, pois, que esses governos, ou diretamente por seus agentes consulares ou através de sociedades culturais, organizadas no Brasil, mas orientadas e nutridas espiritualmente em fontes estranhas, – subvencionassem a todas essas escolas, que nós mesmos chamamos de “estrangeiras” e que, sob a égide das nossas próprias leis, instilavam no corpo da Nação o veneno de um perigoso racismo, afeiçoando as mentalidades de crianças brasileiras a ideologias e mitos, que lhes confundiam o sentido da nacionalidade e lhes criavam no espírito a paisagem moral de uma outra pátria, em competição com a que verdadeiramente deveriam sentir e amar (d'Aquino, 1942: 17-18).

Nesse sentido, o autor (d'Aquino, 1942: 21) salienta que a constituinte de 1934, conhecedora do problema, procurara, infrutuosamente, em razão da demagogia e do populismo próprios do liberalismo democrático, “dar forma legal às equações sociais da Nação” e, conseqüentemente, resolver o problema da unidade e da nacionalização do

ensino primário, cogitando conferir competências à União para a fixação de um plano nacional de educação executável em todo o território do país, no idioma português. Houve, pois, devido a esse fracasso, que aguardar a proclamação do Estado Novo para emendar a situação, especialmente problemática nos núcleos de descendência germânica por causa dos seguintes cinco fatores desintegrantes do espírito nacional:

resistência orgânico-social das suas populações a qualquer influência, que lhes contrariasse os hábitos e as convicções raciais;

propaganda metódica, organizada e intensiva de elementos interessados em manter esse ambiente;

auxílio pecuniário e assistência do governo e de organizações alemães, ou de sociedades fundadas no Brasil, mas aquelas filiadas, para a propaganda da cultura e do racismo germânicos e para a manutenção de escolas não brasileiras;

práticas e cultos religiosos em língua alemã;

difusão de jornais, revistas, livros e calendários, em língua alemã, com a finalidade de manter vivo o espírito racial;

ausência ou ineficiência das leis de nacionalização quer federais quer estaduais (d'Aquino, 1942: 31-32).

Essa situação fez acreditar o autor (d'Aquino, 1942: 43) que era impossível reeducar as gerações adultas, mas que sim era fatível educar nos sentimentos brasileiros as gerações novas em idade escolar, compostas de crianças na sua maioria nascidas no Brasil, e subtraí-las, portanto, às influências dos elementos interessados em desnacionalizá-las. Com esse objetivo, o autor comenta que, no início da década de 1940, se começaram a perceber os efeitos da implantação da escola unificada nacional. Assinala que, no Estado de Santa Catarina, não se permitia o batizado, com nomes estrangeiros, dos estabelecimentos escolares e que se proibia a contratação (d'Aquino, 1942: 47-48) de qualquer professor que não soubesse se expressar “em vernáculo com espontaneidade” ou cuja prosódia denunciasse “acento estranho ao gênio da língua”. O resultado era o de que as crianças descendentes dos imigrantes já sentiam o Brasil, por elas serem educadas “no culto às tradições, à língua, aos costumes e às instituições nacionais e na compreensão dos direitos e dos deveres do cidadão brasileiro” (d'Aquino, 1942: 43).

Acreditamos que os primeiros grandes estudos monográficos sobre a inserção de um grupo específico de trabalhadores estrangeiros no Brasil foram os dois ensaios que Emílio Willems, um alemão professor da Universidade de São Paulo, dedicou aos imigrantes alemães. Em 1940, de uma perspectiva sociológica, publicou *Assimilação e populações*

marginais no Brasil e, em 1946, com fundamentos antropológicos, *A aculturação dos alemães no Brasil*. Em ambos os estudos, Willems descreveu o modo de vida desses colonos e os reflexos da sua identidade, e da dos seus descendentes, na sua interação com a sociedade brasileira, e classificou os graus de incorporação deles à nacionalidade do país receptor.

Em 1952, o etnógrafo, professor da Universidade Católica do Rio, Manuel Diegues Júnior, publicou o livro didático *Etnias e culturas no Brasil*⁴³, em que se expunha a verificação da assimilação em duas circunstâncias distintivas, geradas por diferentes condições de distribuição dos imigrantes. Uma dessas circunstâncias eram as colônias agrícolas isoladas nas quais se concentravam trabalhadores rurais estrangeiros. A outra eram as fazendas de café e os centros urbanos, na qual os imigrantes se dispersavam e tinham que estabelecer contato com a sociedade brasileira. Na primeira circunstância o processo de assimilação foi moroso; na segunda, este se acelerou. Porém, o autor salienta que nunca se produziu a aculturação total do estrangeiro:

Não houve, de certo, uma assimilação absoluta, isto é, uma perda total pelo imigrante de seus valores culturais para aceitação integral dos valores nativos; observou-se, ao contrário, um processo em que foi constante a permuta de elementos culturais, a troca recíproca de valores, o que beneficiou, de certo modo, os quadros sociais respectivos, de maneira a não perderem as populações brasileiras, em contato com os imigrados, as bases lusitanas fundamentais de sua formação (Diegues, [1952] 1956: 87).

Essa ponderação de Diegues Júnior corresponde-se com a conceituação recolhida no termo *transculturação*. Acreditamos que, provavelmente, foi Gilberto Freyre o introdutor e primeiro comentador, em 1943, desse termo no Brasil por meio do seu ensaio *Problemas brasileiros de antropologia*. Nessa obra, o intelectual pernambucano levantou o estado em que se encontravam os estudos que visavam o entendimento da problemática das relações inter-humanas e inter-regionais a partir da análise da intervenção dos traços e complexos da cultura e do peso da raça. Eis o parágrafo em que ele menciona o sentido da *transculturação*:

Pode-se dizer que os traços de cultura têm a tendência para se difundir para todos os lados, e não, como se pensou por algum tempo, apenas no sentido das migrações diretas e maciças. O traço se difunde, não só por meio das migrações, mas por simples contacto ou contágio; não só através das grandes massas, como de grupos pequenos ou simplesmente de indivíduos. Os indivíduos são, assim,

⁴³ Utilizamos a segunda edição de *Etnias e culturas no Brasil*, corrigida e aumentada, publicada em 1956.

portadores de traços de cultura, cuja tendência é no sentido da disseminação e da combinação, por todos os meios, com outros traços. Daí fenômenos como o de transculturação, segundo o bom neologismo do professor Fernando Ortiz e que Malinowski considera superior ao termo *aculturação*, largamente empregado pelos antropologistas norte-americanos (Freyre, 1943: 44-45)⁴⁴.

A assunção, por parte de Freyre, da denotação do termo transculturação para a compreensão do processo de formação das identidades, não o impedira de advertir, com tom dramático, o perigo que corria, na década de 1940, a cultura luso-brasileira por causa das estratégias de agentes estrangeiros, promovidas entre os imigrantes, as quais aspiravam ao desvirtuamento da soberania nacional brasileira e, portanto, da organização social do povo brasileiro. Assim ele o manifestara em uma palestra ministrada no Recife em 1940, intitulada *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*⁴⁵, à qual nós tivemos acesso através da sua edição, em 1942, pelo Departamento Cultural da carioca Casa do Estudante do Brasil. Em relação a esse perigo, diz o sociólogo:

Não acrediteis que romantizo quando digo que é tempo de mobilizarmos os recursos dessa cultura tradicional, vital, humana, socialmente democrática – ou personalistamente democrática, como querem alguns que eu diga – até hoje tão forte em nos assegurar a unidade no continente, a coesão, o desenvolvimento relativamente harmonioso no sentido da democracia social da nossa vida contra propagandas já em plena ação no sentido de desprestigiar valores essenciais à vida brasileira e à continuação da nossa existência como América portuguesa, livremente americana e integralmente portuguesa nos seus fundamentos, nas suas tradições gerais, na sua língua geral ou nacional. Não acrediteis que seja preciso o olhar da contra-espionagem para surpreender e fixar o que se está passando de grave no Brasil: uma vasta obra sistematizada no sentido da desmoralização e do enfraquecimento das tradições portuguesas de cultura que condicionam nossa independência entre as nações modernas e nossa extensão, nossa situação, nossa coesão no continente americano.

Essa obra está se fazendo hoje sob dissimulações tais que nem sempre é possível dizer se sob os óculos de pastores evangélicos, diretores de asilos para velhos ou órfãos, nos Estados do Sul, sob as barbas de comerciantes de nomes israelitas e até sob a tonsura de frades, padres ou mestres de escolas acatólicas, espalhados por vários pontos do país, estão de fato os europeus de outras origens que não a portuguesa que simplesmente trazem ao Brasil – singularmente hospitaleiro para eles – com os benefícios da atividade missionária, educativa, comercial ou industrial, os valores de suas diversas culturas.

⁴⁴ A definição do termo *transculturación* foi exposta por Fernando Ortiz (1940: XVI) dentro do estudo *Contrapunteo Cubano del Tabaco y el Azúcar*. Consultamos a edição de Cátedra de 2002.

⁴⁵ Essa palestra fora proferida no Gabinete Português de Leitura de Recife, em comemoração dos centenários da Fundação de Portugal e da Restauração Pernambucana de 1640.

[...] Ninguém ousará negar o enriquecimento que tem resultado para a vida e para a cultura do Brasil da atividade dos grupos europeus não-portugueses estabelecidos em vários pontos do território brasileiro, de preferência nos Estados do Sul. O perigo não está nem nunca esteve neles: o perigo sempre esteve e está intensamente neste momento em agentes de organizações políticas que os exploram, disfarçados em pastores evangélicos, em mestres disso ou daquilo, até em padres, frades e professores católicos. Porque nunca foi tão importante a advertência da sabedoria popular de que o hábito não faz o monge. Não exagero nem faço retórica: cada uma das palavras que acabo de pronunciar se baseia no conhecimento, na observação e na verificação de fatos e documentos (Freyre: 1942: 66-69)

Freyre não propõe nenhum plano político concreto para combater as frentes de agressão à consciência nacional brasileira. Ele limitou-se a apontar o risco e a prover com exemplos a sua admoestação, e a convocar a sua platéia para uma reação geral de autodefesa identitária.

Quando, a meados da década de 1960, se encerrou a chegada de massas de trabalhadores estrangeiros considerou-se que esse era um momento propício para avaliar o *statu quo* da adaptação dos imigrantes que no Brasil se assentaram e, por conseguinte, para apreciar o grau de acerto das medidas tomadas para conseguir a sua aculturação. Em 1964, o Prof. Diegues Júnior, através do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do MEC, publicou a extensa obra *Imigração, urbanização e industrialização*. Nela estudou alguns aspectos da contribuição dos imigrantes à cultura brasileira. São escassas as alusões aos aportes dos espanhóis, aos quais o autor só alude nos itens que dedica à distribuição regional e quantitativa dos imigrantes⁴⁶. Interessa-nos, no entanto, esse estudo de Diegues Júnior pelas suas ponderações acerca da transculturação. O autor salienta que, nas áreas de imigração, “os elementos culturais trazidos pelos grupos imigrados se difundiram, misturando-se ou interculturando-se com os de origem luso-índia-negra, para dar em resultado o que hoje encontramos” (Diegues, 1964: 364)⁴⁷. Ele diz que, apesar ter havido

⁴⁶ O tema da contribuição dos imigrantes à cultura brasileira foi posteriormente tratado por Giralda Seyferth. Em 1990 publicou a obra *Imigração e cultura no Brasil*. Todavia, nela não consta nenhuma referência às representações étnicas dos imigrantes espanhóis nem à influência espanhola sobre a cultura brasileira. A autora menciona os espanhóis só para redundar no dado de que esses imigrantes constituíram o terceiro maior contingente estrangeiro, depois de portugueses e italianos. Pelo demais, os espanhóis passam inadvertidos nesse estudo.

⁴⁷ Uma representação plástica dos emigrantes retornados, ou de visita nas suas localidades, observa-se na superposição da estética da arquitetura brasileira de inícios do séc. XX nos chalés e palacetes – as casas de indianos – que esses migrantes mandaram erguer na Galiza. Nessas casas percebe-se a combinação de soluções construtivas e decorativas do ecletismo *modernista*, na moda no Brasil, com o uso português do azulejo e com materiais e elementos arquitetônicos tradicionais galegos. Assim, os migrantes galego-

uma legislação que refletia um nacionalismo desconfiado, e com frequência hostil, a respeito dos imigrantes, o povo brasileiro, de modo geral, agiu cordialmente, com espírito de boa acolhida, com o alienígena chegado para o trabalho no campo. A crítica à legislação baseia-se no que, na visão do autor, foi a ignorância dela da realidade nacional, a qual patenteava que o Brasil era um país imigrantista. Nesse sentido, Diégues enuncia o seguinte:

De qualquer maneira, é oportuno salientar que o brasileiro recebe o imigrante como um colaborador, e não como a legislação o trata. Daí o desajustamento – saliente-se, mais uma vez, – entre o que dispõe a legislação e aquilo que o quotidiano indica. O Brasil, com a atual legislação imigratória, constitui antes um país emigrantista, ou anti-imigrantista; não apenas mantém restrições que outros Países imigrantistas já superaram, como também – e isso já foi salientado em documento oficial – mantém uma legislação que o transforma no País de mais difícil acesso de todo o continente para o imigrante. Daí o decréscimo, cada ano maior, nas correntes de imigração para o Brasil, e o crescimento para outras áreas em que o imigrante é recebido como colaborador (Diégues, 1964: 355).

Observamos que, apesar de os decretos e as resoluções que visavam a assimilação do trabalhador estrangeiro terem uma complicada aplicação, esta acabou acontecendo, em parte pela constante proibição, justificada na necessidade da segurança nacional, da existência de entidades associativas ou da realização de projetos destinados a contribuir à conservação da integridade identitária dos grupos isolados de colonos que pretendiam se manterem segregados da sociedade brasileira. Aos imigrantes assentados em meios urbanos, a inevitável interação com a população nativa conduziu-os à acomodação na nacionalidade brasileira.

brasileiros trasladaram aos seus municípios um gosto arquitetônico suntuoso, espantoso pela colorida decoração, que contrastava tanto com o gosto fidalgo dos paços quanto com as construções típicas populares. Na *arquitetura brasileira* da Galiza generalizaram-se as galerias forjadas em ferro, à moda *modernista*, e as fachadas adornadas com caprichosos elementos figurativos sobre portas e janelas. O exterior dos imóveis ocupou-se com jardins recreativos com espécies tropicais. As peculiaridades das casas que respondem ao estilo da *arquitetura dos brasileiros*, construídas por alguns imigrantes galegos de Salvador em Tominho, O Rosal, Ponte Caldelas, A Lama, Paços de Borbém e Fornelos de Montes foram estudadas por Táboas (1999). Já em uma comunicação apresentada por Antonio Fraguas Fraguas no V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, intitulada *Influencia de la emigración al Brasil en tierras de Galicia* (1965), menciona-se a inter-relação galego-brasileira nos municípios da Terra de Montes. Fraguas identifica um gosto indiano no estilo *colonial* de algumas residências construídas por imigrantes no Brasil. O autor também nota a projeção brasileira na culinária e assinala o uso, por parte dos vizinhos, de roupas importadas, a formação de uma interlíngua nos idioletos e o fato de que versões de *coplas* medievais ibéricas, conservadas no Brasil, foram decoradas e adaptadas pelos emigrantes retornados. Nessa comunicação aponta-se que o traçado brasileiro das moradas das paróquias da Terra de Montes desapareceu no início da segunda metade do séc. XX, quando os *indianos* delegaram em arquitetos ou em mestres-de-obras o planejamento das residências, o qual, até então, fora realizado diretamente por eles.

I. 4. As representações

A compreensão e o uso dados neste trabalho ao termo *representação* partem das considerações expostas em 1898 sobre ele por Émile Durkheim, no capítulo “Representações individuais e representações coletivas” de *Sociologia e filosofia*⁴⁸ (Durkheim, 1970). Nesse capítulo há considerações que, aqui, foram usadas para a compreensão do fenômeno migratório.

O fenômeno migratório é um fato social, de morfologia social, gerado, obviamente, pela sociedade, que afeta à vida coletiva nos campos sociais. Como fato social, de morfologia social, o fenômeno migratório é um fato físico – um objeto –, mas a sua compreensão não pode ser só efetuada considerando-o, unicamente, um objeto material. Na conceituação do fenômeno cumpre considerar também os efeitos provocados, na consciência dos sujeitos que se deparam com ele, pelas sensações que, individual e socialmente, produzem as imagens do objeto, ou seja, pelas representações.

Por conseguinte, entre o objeto relativo a um fato social e as representações a ele vinculadas, mas constituídas como entidades autônomas, média a consciência social, por sua vez dependente tanto da relação que ela guarda com o número dos sujeitos que a compartilham quanto dos modos segundo os quais esses sujeitos se agrupam e distribuem. Isso não quer dizer que as representações de um objeto consistam em uma síntese das idéias e das sensações relativas a ele tidas pelos sujeitos que o observam. Caso assim fosse, conseguir-se-ia uma compreensão unívoca e estável das diacrônicas representações de qualquer objeto que acabaria fundindo o objeto no *epifenômeno* das representações.

Durkheim nega que essa estruturação e defende que existem excitações exteriores ao fato, e ao objeto social do qual partem as representações, que independem dele, mas que afetam o processo constitutivo das representações. Essas excitações existem por si e, embora sejam alheias ao fenômeno das representações, determinam as representações individuais e coletivas que se formam sobre o fato social.

Uma vez constituídas as representações sobre um fato social, o fato submete-se a essas representações. Todavia, as representações acabam-se tornando realidades

⁴⁸ O capítulo foi por primeira vez publicado como artigo na *Revue de Métaphysique et de Morale*, t. VI, número de maio de 1898. Utiliza-se nesta exposição a primeira edição da tradução ao português do Brasil (Durkheim, 1970).

parcialmente autônomas que adquirem uma vida própria, consistente em atrair e em repelir outras representações, criando-se sínteses de toda espécie e, portanto, novas representações, segundo as afinidades naturais estabelecidas entre as representações. Há, contudo, uma indubitável interligação entre o objeto e as suas correspondentes representações autônomas. Nesse sentido, a eficiência das representações depende da sua capacidade para provocar transformações no objeto.

No capítulo mencionado, o sociólogo francês assinala que “a vida coletiva, como a vida mental do indivíduo, é feita de representações” comparáveis entre si (Durkheim, 1970: 12). Durkheim considerou que as propriedades das representações dependem, é claro, da percepção que tenham os agentes das manifestações delas e dos efeitos delas nos objetos. Durkheim apontou que, para entender os traços comuns e os traços distintivos das representações, tanto das de criação individual quanto das de criação coletiva, é preciso estabelecer analogias, apesar de que estas não são um método demonstrativo propriamente dito. Ele comenta que as representações coletivas sobre um objeto têm como causas próximas outras representações coletivas, e não tal ou qual característica da estrutura social. Isto é, embora a estrutura social em que está inserido o objeto percebido faça parte do substrato de uma representação coletiva, essa representação, como entidade, independente da estrutura social que a possui; ela não é causada diretamente pela estrutura social, senão por outras representações coletivas autônomas com as quais ela é associada. As associações através da percepção de semelhanças permitem, além do mais, achar o substrato das representações e marcar a delimitação entre elas. Assim, as causas das representações partem de ligações físico-mentais, que são, por sua vez, origem de outras representações.

As representações compõem-se a partir da interpenetração, no sujeito, da abstração de uma continuidade indivisa de imagens de fatos e objetos – uma memória física – e da vida psíquica – memória psíquica –, de tal forma que nunca se pode dizer onde começa a abstração de imagens e onde acaba a vida psíquica. Os fatos da realidade guardam uma autonomia relativa do substrato do qual procedem, ou seja, não são inerentes, senão que se produzem pelas ações e reações permutadas entre as consciências elementares das quais é feita a sociedade. As representações são, logo, fenômenos reais dotados de propriedades específicas e que se comportam de modo diferente entre si conforme tenham ou não propriedades comuns. Assim, uma representação coletiva sobre um objeto não é

simplesmente um somatório das representações individuais sobre esse objeto, senão que ela depende da comunhão dos traços semelhantes compartilhados pelas várias representações individuais. Na representação coletiva tem que haver uma fusão, por afinidade, das representações individuais de tal modo que elas se imiscuam umas nas outras até se tornarem indistinguíveis. Segundo Durkheim (1970: 33), “As representações que são a trama da vida social originam-se das relações que se estabelecem entre os indivíduos assim combinados ou entre grupos secundários que se intercalam entre o indivíduo e a sociedade total”. As maneiras de agir e pensar a partir da percepção das manifestações da vida, isto é, das representações coletivas, não são exprimidas, conseqüentemente, das consciências individuais porque não derivam dos indivíduos considerados isoladamente; elas são exprimidas da cooperação entre consciências. Ao respeito, afirma Durkheim o seguinte:

Naturalmente na elaboração do resultado comum, cada qual traz a sua quota-parte; mas os sentimentos privados apenas se tornam sociais pela sua combinação, sob a ação de forças *sui generis*, que a associação desenvolve; em conseqüência dessas combinações e das alterações mútuas que delas decorrem, *elas se transformam em outra coisa*. Uma síntese química se produz que concentra e unifica os elementos sintetizados e, por isso mesmo, os transforma. Uma vez que essa síntese é obra do todo, é o todo que ela tem por ambiente. A resultante ultrapassa, portanto, cada espírito individual, assim como o todo ultrapassa a parte. Ela existe no conjunto, assim como existe por causa do conjunto. Eis aí em que sentido ela é exterior em relação ao particular (Durkheim, 1970: 34).

Frente a um objeto social, a natureza e as características das consciências individuais neutralizam-se e apagam-se mutuamente e é o agregado o que intervém na assunção do fato coletivo fusionando as percepções individuais em representações coletivas acerca do fato.

I. 4. O aparente vazio e as suas causas

Até a década de 1970, foram escassos os estudos sobre a imigração espanhola no Brasil. A escassez de representações e a insignificante produção cultural são traços apontados em todas as pesquisas que, desde essa década, se realizaram sobre a matéria e que, além de preencher essa lacuna, localizando dados, tiveram que se marcar o intuito de entender por que assim acontecera.

Logo de qualquer aproximação à história das associações galegas no Brasil, constata-se que não houve coordenação entre elas, ou seja, que nenhuma prevaleceu sobre o resto e pôde, em consequência, orientar um projeto comum (cultural, político, sanitário ou beneficente). Isso se deveu a que, ao contrário do acontecido nos países hispano-americanos, no Brasil os imigrantes galegos, em várias cidades distantes, formaram colônias de relevância semelhante. Na região Sudeste, a colônia da capital federal até a década de 1960 – Rio de Janeiro – não teve melhor estruturação associativa que a da capital do Estado de São Paulo e, esta, também não frente à de Santos. Na região Nordeste, reuniu-se outra colônia quantitativa e qualitativamente importante na capital do Estado de Bahia, mas a sua estruturação associativa foi autárquica em relação às colônias do Sudeste. Essa fragmentação, e a conseguinte desconexão, não permitiram publicações comuns. É também evidente que os imigrantes galegos se integraram bastante na sociedade brasileira e, logo, que não quiseram redundar na sua diferença mediante atuações de afirmação identitária.

No entanto, no nosso parecer, o traço distintivo dos galegos no Brasil frente aos galegos hispano-americanos foi o reduzido número que entre eles houve de intelectuais, de artistas e de asilados. Sem eles, a produção cultural e o ativismo político não puderam ser intensos. Por um lado, os intelectuais e os artistas galegos que emigraram à Ibero-américa não escolheram como destino as cidades brasileiras. Obviamente, ao não se haver assentado em alguma cidade do país nem tão sequer um reduzido número de intelectuais e artistas galegos, não se criou um âmbito de chamada entre colegas e a decorrente cadeia migratória. Caberia indagar por que o Brasil, para eles, carecia de atrações. Supomos, embora a nossa suposição não seja mais que uma especulação, que a língua portuguesa resultou-lhes um fator principal de rejeição de destino, pois o desconhecimento dela significava um empecilho para arrumar emprego nas empresas culturais e na academia. Por outro lado, durante a Guerra Civil espanhola e no pós-guerra, o governo brasileiro não dirigiu

declarações de simpatia aos republicanos espanhóis. Não temos conhecimento do indeferimento de alguma solicitude de asilo político encaminhada por algum galego nessa circunstância, mas o caso é que o Brasil também não foi escolhido como espaço para o asilo.

II. O objeto de estudo

O nosso intuito de tentar compreender e explicar por que não se constituiu no Brasil um grupo galeguista faz com que esta pesquisa não seja mais que uma indagação sobre as causas do vazio. Uma consequência dessa ausência é não ter havido uma finalidade galeguista na produção cultural das entidades formadas por galegos residentes no Brasil e, logo, não se ter criado literatura galega. Isso não quer dizer que os galegos do Brasil não tenham gerado produtos literários e que, por sua vez, os galegos não tenham sido conformados como elementos repertoriais na temática da literatura brasileira.

É claro que, nesta pesquisa, a tomada, como ponto de partida, do vazio galeguista entre os imigrantes galegos no Brasil, é, *a priori*, um axioma. Porém, esse axioma baseia-se na não-localização, durante a pesquisa de campo, de discursos galeguistas emitidos por imigrantes, e na descoberta de uma única tentativa – tentativa falida – de constituição de um grupo galeguista no Brasil.

Muito significativamente, as notícias relativas ao galeguismo no Brasil que achamos procedem da imprensa galeguista de Buenos Aires. Durante dez anos (1946-1956) o periódico *A Nosa Terra* publicou as notícias que lhe remetera Victor M. Balboa sobre as atividades que realizava um pequeno grupo de galeguistas cariocas, por ele convocado. O grupo – a Irmandade Galega – não tinha local, nem estatuto; as suas atividades eram tertúlias, coordenadas por Balboa, em que, sem entusiasmo, se tratava do que se poderia fazer em prol do galeguismo no Brasil.

Na p. 3 do n. 448 [junho de 1946] de *A Nosa Terra*, publicou-se uma matéria intitulada Xurde a Irmandade Galega do Brasil – Interessante chamado da Xunta Iniciadora do Movimento Irmandiño en Río de Xaneiro. Na matéria reproduz-se o convite que supostamente distribuíram, em maio de 1946, do Rio de Janeiro, Victor M. Balboa⁴⁹, Luis

⁴⁹ Victor M. Balboa fez parte, como membro titular da Comissão de Contas, da Junta Diretiva de 1913 da Sociedade Espanhola de Beneficência do Rio de Janeiro. Em 1941, sucedendo a Miguel Barreiros Cabanelas, ele foi o presidente da Junta Diretiva e, em 1944, foi Primeiro Secretário da Mesa do Conselho Deliberativo.

García Fernández, Perfecto González Vázquez e Manoel Gómez Vázquez para que os galegos interessados se unissem ao projeto de criação de uma Irmandade Galega no Rio de Janeiro. Copiamos abaixo alguns fragmentos desse texto:

Contrerráneo amigo:

Non abonda que sexamos bons republicáns e desexemos o restablecemento da nosa República. É mester que a queiramos amplamente federal, basada nas realidades nacionais, e non cortada pol-o patrón de tal ou cal país. Porque Hespaña non é unha nación unificada, é sí, un conxunto de catro nacións diferentes en todo e por todo unhas das outras, que son: Galiza, País Vasco, Cataluña e Castela. [...] Co intuito de propagar as ideas galeguistas entre os nosos paisanos, un grupo de galegos residentes n-esta Capital, tenciona levar a efecto a creación d-un orgaismo idéntico aos moitos que xa funcionan na Arxentina e no Uruguai, e sobor todo ao que os nosos paisanos conseguiron orgaizar e manteñen na clandestinidade no interior de Galiza – a Irmandade Galega –. Pedímoslle, por tanto, estimado contrerráneo, que reflesione no arriba eisposto e se dispoña a enfileirarse conosco n-esta cruzada. E como inicio da súa cooperación pase esta proclama a outro galego das súas relacións e convénzao de sumarse a nós. Fraternais saúdos.

No número seguinte [449], o periódico reproduz, na sua página 5, a mensagem do cartão que a Irmandade Galega do Rio de Janeiro fizera “circular” pelo correio devido ao 25 de julho:

Irmán galego: Lémbrete que hoxe, 25 de xullo é día de Galiza, túa terra, e que ela meresce que, ao menos neste día, lle dediques un pensamento e intimamente lle prometas que farás todo en prol da súa liberdade, da súa grandeza, e da súa felicidade. E así te portarás como bon fillo. Firmado: Irmandade Galega.

Esse mesmo número recolhia, na sua capa, a recepção que um grupo de simpatizantes de Castelao, residentes no Rio, organizaram para ele em 31 de julho de 1946⁵⁰. A passagem de Castelao pelo Rio devera-se a uma escala que lá fez o navio em que

Na página web da Sociedade Espanhola de Beneficência do Rio de Janeiro (Disponível em: <<http://www.sebhe.com.br/biblioteca.htm>>; acesso em: 29 jun. 2009) há uma *biblioteca virtual* que contém a relação do acervo da biblioteca do hospital e documentos históricos da sociedade (transcrições parciais de “textos e trechos importantes e interessantes da história da Sociedade Espanhola de Beneficência” e a “relação de todos os Presidentes e diretorias desde a inauguração da Sociedade Espanhola de Beneficência”). O nome de Victor Balboa consta na relação dessas diretorias. Em 26 de abril de 2006, lançou-se o livro *Sociedade Espanhola de Beneficência – 146 anos de história*, elaborado pela historiadora Paula Salgado Quintans e pela estudante de história e de museologia Elizabeth Delamarque (Sociedade Espanhola de Beneficência, 2006).

⁵⁰ Embora tenha sido superficial, e circunstancial, a relação de Castelao com as organizações dos imigrantes galegos no Brasil e, pelos dados de que dispomos, com o campo da cultura brasileira, há uma contribuição sua que poderíamos considerar bastante simbólica. Trata-se das ilustrações que ele fez para a obra *Los sertones*, de Euclides da Cunha, publicada em Buenos Aires, em 1941 (“se acabó de imprimir el día 27 de Agosto de 1941”), pela Editorial Atlántida, fazendo parte da Colección Azul da Biblioteca Billiken, com 172 p. Segundo é detalhado na explicação que consta no final do exemplar que consultamos de *Los sertones* (Cunha, 1941: 74), essa “biblioteca” da editora Atlántida era composta de três coleções: a vermelha, formada por

ele viajava de Buenos Aires a Marselha. A notícia intitulou-se A camiño da Franza pasan por Río de Janeiro os Ministros do Goberno Giral Señores Alfonso R. Castelao e Augusto Barcia.

A crônica inicia-se informando que os organizadores da recepção souberam da notícia da presença de Castelao no vapor Campana por um cabograma da Irmandade Galega de Buenos Aires. Nesse início justifica-se a escassa presença de público no desembarque de Castelao, indicando-se, como a causa, o atraso no aportamento do vapor:

“reproducciones o adaptaciones de obras maestras de la literatura universal”, a verde, que continha obras sobre “vidas famosas, sea por su ejemplaridad, por su especial significación en la historia, o por el interés épico o novelesco de sus peripecias” e a azul, sobre “obras, hechos y hombres de América”. *Los sertones* foi editado fazendo parte da coleção azul e como o primeiro produto brasileiro que passava a integrar essa coleção. No entanto não se trata de uma tradução ao espanhol de *Os sertões*, senão de uma versão resumida, qualificada, pelos editores, como *versión compendiada*. Da sua elaboração encarregou-se Enrique Pérez Mariluz; consta de uma breve introdução e de um vocabulário (Cunha, 1941: 5-8) – um glossário com 38 termos –, justificado porque “Empléanse en el transcurso de esta obra palabras cuya exacta comprensión es inexcusable si se quiere entender bien el texto. Son en su mayoría palabras que no tienen una correspondencia exacta en español”. Na introdução (Cunha, 1941: 2) resume-se e julga-se a gênese do fenômeno que desembocou na Guerra de Canudos: “Este libro, que hoy entregamos a nuestros lectores en forma compendiada, contiene la historia de un episodio grotesco, ridículo y grandioso ocurrido hace medio siglo en los desiertos candentes del norte del Brasil. Un loco, un hombre cuya locura no pudo manifestarse abiertamente porque se vio rodeado de una turba fanatizada dentro de la cual se movía tan naturalmente como el hombre normal en su medio, cobró tal prestigio entre los pobladores ignorantes de aquellas soledades de fuego, que se convirtió, al cabo de veintitantos años de correrías por el desierto, en el dueño y señor de éste. Para su descabellada empresa de redención del mundo aquel loco contó, no solamente con la asistencia de una muchedumbre de fanáticos tan locos como él, sino con un aliado poderoso e invencible: el desierto norteño, el sertao, como se le denomina en el Brasil. Euclides da Cunha, el autor de esta historia extraordinaria, logró hacer de ella uno de los libros más bellos y expresivos de América”. Castelao fez, como ilustração da capa, um retrato colorido de Antônio Vicente Mendes Maciel, o “Antônio Conselheiro”. Dentro da narrativa há quatro ilustrações em preto e branco. Na primeira delas apresenta-se o conselheiro ainda nômade, repousando, sentado e meditativo do lado de um caixão, sob a atenção dos adeptos que o rodeavam; tem a legenda “Seguido siempre de sus fieles” (Cunha, 1941: 45). A segunda, com a legenda “El lugar era macabro”, mostra o esqueleto decapitado e pendurado de uma árvore do coronel Nunes Tamarindo (Cunha, 1941: 103). A terceira é uma cena de batalha entre os sertanejos e as tropas federais; a sua nota é “Conocían los lugareños cada repliegue del terreno y sabían aprovecharlo” (Cunha, 1941: 127). A quarta ilustração mostra o corpo inerte do Conselheiro; nela foi escrito “Estaba rígido y frío” (Cunha, 1941: 149). Dez anos após da *princeps*, houve uma segunda edição na mesma biblioteca e coleção. Desta vez, em 8vo. menor (17 x 12 cm), com 123 páginas. As ilustrações também são de Castelao; no entanto, foram incluídas ilustrações coloridas no texto e foi mudada a ilustração colorida da capa, pelo qual inferimos que Castelao desenhou uma série de, pelo menos, 4 ilustrações em preto e branco e 4 coloridas sobre *Os sertões* cujo paradeiro desconhecemos. Não nos foi possível consultar a segunda edição. Desconhecemos quem teria entrado em contato com Castelao e como se teria entrado em contato com Castelao para a encomenda das ilustrações de *Los sertones*. Essas, no entanto, não foram as únicas ilustrações feitas por um galego para uma obra literária brasileira traduzida ao castelhano e publicada em Buenos Aires. Luis Seoane desenhou a capa de *El conventillo* [O cortiço, de Aluísio de Azevedo], tradução publicada em 1943, na coleção Nuestra América, pela portenha Editorial Nova. Seoane, outrossim, desenhou a capa da obra *El “aleijadinho”* – Antonio Francisco Lisboa, publicada na coleção Mar Dulce, da mesma editora, em 1946. *El “aleijadinho”* – Antonio Francisco Lisboa é um ensaio sobre o escultor homônimo redigido por Newton Freitas, acompanhado por 31 fotografias que cederam “Carlos Drumond de Andrade, del Ministerio de Educación y Salud Pública y por el Sr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, Director del Servicio de Patrimonio Histórico y Artístico Nacional del Brasil”.

O resultado de toda esta incerteza foi que muitos contrerráneos que acudiron ao porto víronse forzados a retirárense antes do ataque do navío premidos pol-as súas ocupacións, o que perxudicou a manifestación que se pensaba fazer ao ministro galego. Non obstante estes contratempos, esperaba os viaxeiros un, non grande, pro selecto número de amigos de ambos os próceres, entre os cuaes se destacaba un grupo galego que, impaciente en canto se realizaban as operacións de ataque e saída de pasaxeiros destinados para este porto, vendo os nosos ministros asomados á borda gritaban: Castelao!, Castelao!; ao que o interpelado respondía con aceños cariñosos e demorados.

Entre a comitiva que aguardava no cais estaba o “deputado galego” Elpidio Villaverde e a súa esposa. Villaverde passava, entón, uns días no Rio “para se repor de recente enfermidade”. Castelao e Augusto Barcia, e as suas esposas, ficaram no Rio tão só as horas que durou a escala, que foi a noite do 31 de julho. Após desembarcarem, foram conduzidos à sede da Associação Brasileira de Amigos do Povo Espanhol (A.B.A.P.E.), uma entidade vinculada ao Partido Comunista Brasileiro, onde foram recebidos e homenageados pela diretoria e por alguns associados. Depois se trasladaram ao restaurante *Altomar*⁵¹, para o jantar que organizaram os simpatizantes galegos de Castelao residentes no Rio. Alguns dos participantes no banquete – umas duas dúzias de pessoas – são nomeados na crônica. Menciona-se que, pela A.B.A.P.E., compareceram o seu presidente e o seu secretário geral, Horta Barbosa e o major Costa Leite, respectivamente, e, além deles, Barbosa Neto. Dos refugiados políticos estiveram o Prof. Mira y López, Freire Castilla, Antonio de La Rosa, junto à sua esposa, Angel Bonet e Luis Juíz García. Junto a eles estiveram os ex-diplomas Ruíz Eleicegui, junto à sua esposa (senhora Ruíz Eleicegui) e Fernández Pintado – “representante oficioso do governo Giral” –⁵². Do grupo de republicanos democratas portugueses, “tan chegados ao elemento republicano hespanhol

⁵¹ Acreditamos que se trata do restaurante *Albamar*, fundado em 1933 em uma das torres do mercado de ferro que inaugurara o prefeito Pereira Passos em 1908. Um apontamento sobre a história desse restaurante está na página: <<http://www.albamar.com.br/>>. Acesso em: 29 jun. 2009.

⁵² O Dr. Emilio Mira y López, sociólogo e psiquiatra, assentou-se no Brasil em 1945. Nesse ano fora convidado para ministrar um curso de orientação profissional para funcionários públicos do Estado de São Paulo. Logo, foi contratado pelo carioca Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) do qual, em 1947, se tornaria presidente. Dirigiu a revista *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, vinculada à Fundação Getúlio Vargas. Faleceu em Petrópolis, em 1964. Manuel Freire Castilla fora comandante do V Corpo do Exército Republicano. Acreditamos que Fernández Pintado [“representante oficioso do governo Giral”] é Ramiro Fernández pintado, manchego, quem fora Cônsul de Espanha no Rio de Janeiro durante a chefia de Primo de e durante a II República. No n. 6 da Gaceta de Madrid, de 06.01.1931 consta o “Real decreto ascendiendo a Cónsul de primera clase a D. Ramiro Fernández Pintado y Camacho, Cónsul de segunda clase en Belem, en comisión en Río de Janeiro, y disponiendo continúe prestando sus servicios en referida Legación” (Disponível em: <<http://www.boe.es>>, acesso em 29 jun. 2009). Por sua vez, Ángel Bonet Guilayn fora funcionário do Ministerio de Obras Públicas.

daquí e especialmente con os galegos autonomistas, con os cuais teñen maior afinidade”, estiveram Jaime Cortesão, Moura Pinto, Ricardo Seabra e Emílio Velho; dos galegos autonomistas estiveram “Vázquez (Perfecto), Cabalar Adán, Posse e Balboa”. Na nota acrescenta-se que, embora não participassem no banquete, compareceram para cumprimentar Castelao o desenhista Augusto Rodrigues, o romancista Aníbal Machado e a jornalista Zora Braga.

Na sobremesa, tomaram uso da palabra Fernández Pintado, como representante no Brasil do governo da República Espanhola, Jaime Cortesão, Horta Barbosa, pela A.B.A.P.E., e Juíz García, pelos republicanos espanhóis do Rio. Após eles, discursaram Castelao e Barcia. A intervenção de Castelao foi assim recolhida pela crônica:

Fala en galego – dice – para ser mellor entendido, unha vez que están presentes, non soio compatriotas, como também brasileiros e portugueses, e con palabra concisa e amena expresa a satisfacción que sente en prestar seu concurso ao goberno, si ben non sabe en que poderá consistir súa colaboración que será soio en prol da República, mas que, en todo caso, vai animado de fê, desa fê que non é soio un simple desexo vago, sinon daquela fê que anima, impulsa e se torna acción.

Em dezembro de 1947, também em *A Nosa Terra*, publicou-se outra notícia sobre as ações do galeguismo no Rio de Janeiro; diz-se que, mediante essas ações, se procurava “trocar en puxo futurista as enerxías da raza, que fican asalagadas baixo alivións de complexos e prexucios, cal fogo latexante que espera o sopro da chamada fraterna e cordial para alcenderse em labarada creadeira”. A notícia intitulou-se O movimento galeguista no Brasil – Eisaltación do sentimento nacional e patriótico dos nosos emigrados. Trata-se da resenha de uma suposta campanha destinada a fomentar a consciência nacional galega entre os imigrantes galegos do Brasil. A notícia começa assim:

Con centro no Rio de Xaneiro, i-esparexéndose ás cibdades de San Paulo, Santos, Bahía, Pernambuco, Pará, Amazonas, etc. tense iniciado unha campaña encamiñada a espertar o sentimento da nacionalidade galega, que poña en aitividade aos nosos emigrados de todo aquil grande país, e os leve a sumar os seus esforzos, dun xeito entusiasta i eficiente, á grande empresa de reivindicación da Patria Galega, de afirmación dos seus outos valores históricos e de difusión da propia cultura; secundando así os traballos que, con tan acesa fe e bon eisito, se veñen levando a cabo nas repúblicas do Plata, en Nova York e Cuba.

Acompanhando essa resenha, reproduzia-se um texto, em português, da autoria dos galeguistas do Brasil, em que se assinalavam, e explicavam-se, as datas patrióticas que eles queriam que os imigrantes galegos tivessem presentes e cultuassem: o 17 de dezembro de

1483, dia da decapitação do marechal Pardo de Cela; o 25 de julho, dia do apóstolo Santiago, peregrino e evangelizador, e dia *de Galicia*; o 2 de abril de 1846, dia do começo da Revolução Galega; e o 26 de abril, dia do fuzilamento de Solís e dos seus companheiros, os mártires.

A seguinte notícia sobre o galeguismo no Brasil aparece no n. 471. Data de agosto de 1949 e consiste em uma crônica sobre o jantar que, para celebrar o 25 de julho, compartilhou um grupo de galegos do Rio de Janeiro. Intitula-se O galeguismo no Brasil – os galegos do Rio de Janeiro e o Dia de Galicia. Informa-se que, durante o jantar, foram lembrados “cousas e homes” da Galiza, e indica-se que o tema político se abordou nas falas de Serxio Gómez e de Balboa. A resenha, no entanto, deixa transparecer a muito precária situação do galeguismo na, então, capital federal:

Habituada estaba a colectividade galega do Río de Janeiro a celebrar a festa de Santiago cando existía o Centro Gallego, e máis tarde no único ano vivido pol-a Casa de Galicia. Este ano, porén, pasaría a data en branca nube si un puñado de galegos idealistas non se propuxesen celebrá-la ao menos con unha comida de camaradaxe.

E foi así que no Alba Mar, un restaurante cujos propietarios son tamén galegos, se reuniu ese pequeno grupo na noite do 25 de Xulio. E non se repare no escaso do número dos comensais, porque, traballando a cuasi totalidade dos nosos paisanos que aquí residen en Cafés e Restaurantes, non puđen, pol-a razón do seu traballo, concurrir a semellantes actos. Poucos foron, en efecto, pro a calidade compensa o número. E, por seren poucos, vamos aquí nomealos.

Serxio Gómez Rodríguez, ex-Presidente de Casa de Galicia (asesñada oficialmente por inxunción franquista); Ramiro Gándara Cernadas, ex-Tesoureiro da mesma entidade; o dinámico e entusiasta Xesús Ruíz Garcia; Manuel Freire Castilla, exilado político, galego; Anxel Bonet, madrileño, tamén exilado político, que se diz galego honorario, tal vez despóis que coñeceu en Vigo a cárcel franquista; Evaristo Estévez, sempre activísimo na vida da colonia e seu inseparavel compañeiro e conterráneo Xosé G. Teixeira; Floreal, un rapaz, nacido no Brasil, fillo de galegos e criado en Galicia; e, finalmente, Balboa, o decano do grupo.

Essa resenha encerrou-se com a reprodução de um parágrafo do texto galeguista que Victor M. Balboa, com o ensejo da efeméride patriótica, preparara para enviar pelo correio aos seus afins. Balboa também assina um artigo, intitulado Cartas do Brasil, publicado em um número de *A Nosa Terra* de novembro de 1949. Nesse artigo resume-se a história do galeguismo na capital carioca e justifica-se a precariedade em que se encontrava, nesse ano, o movimento:

Comentando no de 1935 certos aspectos negativos da colectividade galega do Rio de Janeiro, eistrañábanos que, sendo ésta, tanto pol-a súa importancia económica, mais principalmente pol-a súa superioridade numérica (de cada dez españois, nove son galegos) e, sobre todo pol-o seu maior espírito asociativo o principal soporte da colonia española, non tuvese dentro dela unha maior influencia rexional e, antes pol-o contrario, denótase unha cuase total despersonalización: o que se puña ben de manifesto no seu órgano colectivo, o Centro Galego. Nascido este no final do século pasado dunha disidencia do Casino Español, creceu rapidamente na mesma proporción que aquel outro minguaba, de tal sorte que, por volta do ano de 1912, campeaba como única sociedade da colonia española; pois todos os intentos feitos para crear novas entidades de carácter xeneral español redundaron no máis estrondoso fracaso. Por esta razón os poucos elementos non galegos viron-se forzados a sumar-se a él.

Pois muito bem. Para que esa minoria non se sentise contrafeita no seu seo, comprende-se que o Centro Galego lle fixese algunhas concesións e así na parte lirico-dramática do programa das súas festas incluíse obras teatrais, cantos e bailes das diversas rexións e mesmo do tipo xeneral español; pro nunca que tal deferencia fose ao punto de representaren-se, solamente, obras do teatro castellano e andaluz, cuando xa o teatro galego tiña atinxido un notável desenvolvemento, nin de que os números de variedades constasen, apenas, de cante e baile andaluces, deixando no máis completo esquecemento as nosas cántigas e as nosas danzas. Pro en honra á verdade debemos consignar que nos últimos anos de súa eistencia operou-se nel unha reaccion favorable como o demostra o ter creado un pequeno orfeón en cuio repertorio figuraban o Himno galego e a Alborada, de Veiga... e digamos ainda, en seu abono, que sempre celebrou – ao seu modo, é certo – a festa de Santiago.

Balboa queixa-se da ausência de fomento dos elementos diferenciais galegos por parte dos asociados do Centro Galego do Rio de Janeiro e salienta que esse desinteresse era paralelo à inexistência de qualquer movimento cívico com *espírito galego* no seio dessa agremiação. Ele aponta que o paroxismo da teima na rejeição da identidade galega esteve no apagamento de um conjunto ornamental de “figuras” históricas galegas, de valor “moral” e “espíritual”, entre as quais estavam Feijóo, Rosalia e Curros. Esses retratos foram apagados das paredes do Centro. Todavia, segundo ele, a *desgaleguização* do Centro não foi endógena, senão que aconteceu pela influência de uma minoria não-galega. A pior consequência da *desgaleguização* da agremiação foi a extensão dessa desídia identitária ao conjunto da coletividade galega do Rio. O autor situa esses acontecimentos mais de uma dúzia de anos atrás, ou seja, antes de 1937, mas frisa que ainda não houvera revide. As possibilidades para que este acontecesse resultaram diminuídas quando, em, 1943, o Centro Gallego foi fechado por não se ajustar às disposições legais das autoridades brasileiras. Vislumbrou-se em 1947 uma solução para o marasmo da coletividade galega carioca; nesse

ano fundou-se a Casa de Galicia. Esta, no entanto, foi desmantelada no ano seguinte, também por não satisfazer a normativa brasileira para as associações de estrangeiros⁵³. De todas as formas, o autor acredita que essa nova agremiação, através das suas festas e das suas “características sociais”, já começara a demonstrar que acabaria seguindo a linha “españoleira” do pretérito Centro Galego.

Balboa interpreta que as dificuldades para que a coletividade imigrante galega se organizasse em uma agremiação em que se valorizassem e se mostrassem traços da identidade galega radicavam em quatro motivos. Estes eram a alienação, a não renovação da colônia galega, a circunstância do meio brasileiro e o gosto dos galegos pelas representações do espanholismo. O autor do artigo expõe que a alienação se devia à confusão patriótica provocada na mentalidade dos galegos residentes no Rio pelos “meseteiros”, que os convenceram de que os interesses da Espanha deviam prevalecer sobre os da Galiza, “como si Galicia non fose España”. Em relação à falta de renovação na colônia galega no final da década de 1940, ele explica que:

cuase suspensa a inmigración de Galicia para este país hai máis de dez anos a colonia galega non se renova desde entón e os poucos elementos dirixentes radicados van escaseando cada vez máis por morte, cansancio e envellecimento, sendo, os poucos que quedan dispoñibles chamados a actuar permanentemente.

Balboa censura-se e não esclarece quais são as “certas condicións do medio ambiente” que faziam com que os imigrantes galegos no Rio se alheassem da identidade da Galiza, mas ele ensaiou uma argumentação para explicar a dissolução identitária dos galegos no Brasil se comparados que os seus conterrâneos imigrantes na América. Eis:

Así como nas repúblicas hispano-americanas a voz “gallego” serve para designar a todo español, no Brasil particulariza simplesmente ao português, perdendo o fillo de Galicia sua denominación xenérica para ser, sinxelamente coñecido como “español”, e como tal, ben estimado, tanto pelas súas meritorias condicións de traballador honrado como, ainda, por ser súbdito de España; e para o brasileiro común desa España de pandeireta, que él admira no taboado de cualquier cabaret aplaudindo a cualquier “graciosa” tonadilleira. Pois ben, moitos dos galegos aquí participan, en

⁵³ A Casa de Galicia consolidou-se no início da década de 1950. Na página web da Casa de España do Rio de Janeiro (Disponível em: <<http://www.casadeespanha.com.br>>, acesso em: 11 jun. 2009) consta o seguinte histórico da associação: “A Casa de España de Rio de Janeiro, fundada em 27 de março de 1983, nesta cidade do Rio de Janeiro, onde tem sede e foro, é resultante da fusão entre o clube espanhol de Rio de Janeiro, fundado em 25 de junho de 1951 com o nome de Centro Espanhol de Rio de Janeiro, e Casa de Galicia, fundada no dia 24 de maio de 1947, e é uma sociedade civil, sem fins lucrativos”.

pouco ou en muito, dese falso concepto e, como os naturais do país, entusiástan-se con a arte flamenca... Xa algúen afirmou que os galegos toleamos pol-o flamenquismo.

Mas, non se pense que eses galegos “españoleiros” non sintan a voz da “terra”. Sénten-na a seu modo, pro sénten-na. A proba é que se emocionan cuando houven soar a gaita galega, e non se pexan de bailar, nas festas a muiñeira, tal como nos seus tempos mozos, alá; cual si a isto fosen impulsados pol-a voz inmanente da raza. Isto nos diz de modo claro que non falta galeguidade aos paisanos, aínda que de común soterrada nas cinzas da incompreensión. O que lles falta é coraxe para afirmar súas características raciais, vítimas que son do complexo de inferioridade.

O número 474 de *A Nosa Terra* reproduce, entre os telegramas de pesar que foran recibidos en Buenos Aires polo falecemento de Castelao, o telegrama que lle enviara, aos 9 de xaneiro de 1950, un grupo dos galeguistas do Rio de Janeiro:

Da colectividade galega de Rio de Janeiro (Brasil)

Interpreto sentimiento gallegos Rio Janeiro sin distinción credos políticos enviamos conmovidas condolencias fallecimiento Castelao, pérdida irreparable Galicia, grande hijo. Rogamos transmitir pésame su esposa. Asociámonos homenajes esa colectividad. Balboa, Sergio Gomes, Ruiz, García, Freire, Castilla, Luis García.

Nese mesmo número, Víctor M. Balboa publicou unha columna elegíaca relatando o encontro que tivera con Castelao durante a primeira passagem dele polo Rio de Janeiro, debido à escala feita polo navio en que viajava rumbo ao exílio en Buenos Aires. Balboa situa nessa conversa o inicio da admiración que nele provocava tanto o talento quanto o pensamento político de Castelao. O texto intitula-se De como vin a coñecer a Castelao. Essa prosa dá a entender que, enquanto o navio en que viajava Castelao permaneceu amarrado no Rio, o único galego que se dirixiu ao encontro de Castelao foi Balboa:

Certo día do mes de Xullo de 1940, un paisano e amigo me avisaba de que a bordo do vapor norteamericano “Argentina”, de paso para Buenos Aires, viaxaba Castelao. Para moitos dos nosos paisanos aquí, Castelao era, aínda, aquel fino dibuxante que nas páxinas de *Vida Galega* de Vigo publicaba, aló polos anos de 1910 á 1914, unha serie de deseños humorísticos a respecto dos nosos labregos que nos facían rir ás gargalladas, e que moitos aínda hoxe recordan con saudade, a que seu autor denominou “dibuxos pra americanos” porque, na realidade, a revista era máis lida en América que en España.

[...] Felizmente, o amigo que me había avisado da súa presenza no porto de Rio de Janeiro, non ignoraba, de todo, a súa significación política galeguista e republicana, porque tiña tido ocasión de admirar aquela famosa colección de estampas publicadas por ocasión do levante franquista, que non soio se espallaron por toda a España como até aquí, nestes países de América. [...] Bastou que me apresentase como galego, para que, inmediatamente, fose recibido no seu camarote, con aquela afeituosa sinxeleza que lle era característica, e que nos cautivaba desde o primeiro momento

dándonos a impresión de sermos velhos coñecidos. Logo ás primeiras palabras trocadas estableceuse entre nós unha corrente de sinxela intimidade, o que me permitiu inquerir déle cuanto a miña curiosidade represada de longos anos de emigración e de escasez de noticias da Terra, desexaba saber. Falamos de todo, da súa obra artística, da súa obra literaria, da República e seus homes, da guerra que acabábase de perder e a causa da derrota. E, finalmente, de Galiza e seus problemas. [...] Muito do que, nas duas horas que durou a miña vista, me dixo, había de estampalo tres anos mais tarde naquel seu famoso libro – que alguen chamou a Biblia Galega – “Sempre en Galiza”. Saín, pois, desa visita, fortalecido no meu galeguismo, agora mais consciente, como si nela houbera tomado un baño lustral. Dahí por diante miña amizade para con el foi en crescendo porque á admiración po-lo xefe e guía máisimo da corrente galeguista a que me consideraba filiado, xuntábase a afeición persoal, que non podía deixar de sentir por quen, non solo irradiaba fonda simpatía, como tamen un halo de bondade. E si súa morte nos fere profundamente aos seus amigos, muito mais ha de senti-lo Galiza que perde nel o seu maior patriota, na hora que pasa.

Ainda em 1950, Victor M. Balboa recebeu no Rio de Janeiro a Xosé Bieito Abreira, procedente de Buenos Aires, de onde partira aos 10 de julho. X. B. Abreira tinha como destino final a Galiza. Na Galiza a sua estadia estendeu-se dois meses, tempo durante o qual entrou em contato e debateu com agentes do movimento galeguista. Tanto na ida quanto na volta, Abreira passou por Madri, e, no regresso, esteve também em Cuba e no México. X. B. Abreira viajara como representante do Consello da Galiza e da Editorial Nós que publicara a última obra de Castelao, *As cruces de pedra na Galicia*, que Abreira divulgou e vendeu durante a sua viagem. A respeito do seu parecer sobre os agentes e os grupos galeguistas que observou e com os quais dialogou, lavrou um relatório para ser entregue ao Consello da Galiza⁵⁴. Da sua experiência no Rio informou o seguinte:

De paso pra terra visitei en Rio de Xaneiro a Irmandade Galega. O seu presidente Don Victor M. Balboa fíxonos, a miña dona e a min, ouxeto de distintas atencións. O irmán Balboa é un patriota cabal. Formado nas irmandades primeiras que houbo en Galiza, continúa fidel a Patria; sostendo ergueita a Bandeira da súa redención no Brasil. Il mantense avencellado com galegos de San Paulo, de Bahía, etc. Acompañoume a visitar na Biblioteca Nacional de Rio de Xaneiro ao Gran Patriota Português Don Xaime Cortesao co que sostivemos unha longa conversa encol dos problemas galaico-portugueses. Creio que non estaría demais que ise Consello se fixera eco d-ista entrevista, e poñerse en contaio con il. Mercou un libro de Cruces e outro o irman Balboa; quedamos en que il faria na prensa cariôca os comentarios pertinentes pra contribuir a súa venda no Brasil.

⁵⁴ O informe de X. B. Abreira foi reproduzido por Marcelino Xulio Fernández Santiago no seu artigo Unha visión da actividade dos nacionalistas galegos en 1950 desde Bos Aires (2000: 133-47). Disponível em: <http://www.culturagalega.org/exilio/pdf/estudos_abreira.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2009.

Em fevereiro de 1954, Victor M. Balboa recebeu outro *irmandiño* procedente de Buenos Aires. Tratou-se do Dr. Fiz Fernández, presidente da Irmandade Galega de Buenos Aires, quem, no outono americano, fora ao Rio para participar no Primeiro Congresso Mundial de Homeopatia. O encontro de Fiz Fernández com os galeguistas da capital brasileira noticiou-se no n. 489 de *A Nosa Terra*. O comentário ao respeito intitulou-se Viaxe ao Brasil do presidente da Irmandade Galega Dr. Fiz Fernández. Nele recolhem-se as impressões de Fiz Fernández a respeito da reorganização de um grupo de galegos preocupados com a situação econômica da Galiza; dessa situação diz-se que era “consecuencia á súa vez da orgaización político-administrativa que fai de Galiza unha colonia da meseta”. Segundo Fiz, Balboa comentou-lhe que a reação falangista era um dos empecilhos que dificultavam a articulação de grupo galeguista carioca. Apesar disso, fora possível a fundação de uma nova Casa de Galicia, cujo secretário era Serxio Gómez, a partir da qual seria possível executar ações para a exaltação dos valores culturais galegos e para reivindicar os direitos da Galiza. No artigo, Fiz expôs que, na Casa de Galicia, já se criara um coral “pra manter e espallar a nosa música racial” e que começara a funcionar uma seção cívica, que organizou uma homenagem a Lamas Carvajal. O artigo conclui transmitindo uma declaração de Fiz, quem expressa, como se segue, a vontade da Irmandade Galega portenha de estreitar a colaboração com os correligionários cariocas:

Orgullosos dos nosos irmáns na Patria, que en terras brasileiras manteñen aceso o facho dos nosos ideais, dende esta grande cidade do Plata chamada eufóricamente a mor cidade galega no mundo, onde campa o espírito imorrente e o ensino de Castelao acarón da loita de liberación da patria galega, ofrecemos aos nosos irmáns afincados no Brasil, as páxinas deste boletín da galeguidade co gallo d'estabelecer cordiais relacións d'irmandade, relacións que coidamos doado, serían de grande proveito para nosa loita.

No n. 495, *A Nosa Terra* resume, no artigo Galegos no Brasil, o labor que, no começo de 1955, desenvolveram os galegos residentes no Rio de Janeiro, agrupados na Casa de Galicia, em prol dos direitos da sua nação. Nesse sentido, menciona-se a homenagem que a Casa de Galicia prestara a Castelao no aniversário da sua morte. Na homenagem discursaram Victor M. Balboa e Serxio Gómez. Informa-se também da constituição da “Ala Galeguista” da Casa de Galicia, “que agrupará a todos los galegos que desexen sumar os seus esforzos no espallamento das ideas de redención para percurar a solución dos problemas que coutan atualmente as angueiras do povo galego”. Nomeiam-se

os seguintes indivíduos como primeiros integrantes dessa “Ala”: Victor M. Balboa, Perfecto González Vázquez, Adolfo Rodríguez Alonso, Xosé Rodríguez Pampillón, Xosé Miguel Carballo, Xosé Rodríguez Beiro e Serxio Gómez Rodríguez. As outras atividades assinaladas no texto foram uma palestra, ministrada em 22 de maio por Victor M. Balboa com o título “Perseguição da língua galega”, e a adesão da coletividade galega do Rio à campanha de protesta, iniciada pelos galegos de Buenos Aires, contra a perseguição do idioma galego que acontecia na Galiza. A esse respeito assinala-se que, no Rio, foram distribuídos folhetos, contendo um artigo do poeta argentino Francisco Luis Bernárdez e a reprodução de um protesto contra a perseguição da língua galega enviado à Unesco pelos galegos de Buenos Aires.

No seguinte número de *A Nosa Terra* [496], de julho de 1955, na matéria Notícias do Brasil, por um lado, emenda-se o anterior artigo no tocante à homenagem a Castela realizada pela Casa de Galicia do Rio, incluindo-se a Jesús Juíz García como um dos oradores que participaram no ato. Por outro, anuncia-se a celebração do “Día de Galiza” e a publicação de um livro, promovido pela Casa da Galicia sobre os problemas da pátria galega e o sobre o seu ressurgir nacional, preparado por Serxio Gómez.

Em agosto, n. 497, noticia-se a celebração previamente anunciada, especificando que os atos culturais e artísticos do seu programa se realizaram nos dias 9, 25 e 31 de julho e que neles palestrou Avelino Fernández Rivera, diretor de cultura da Casa de Galicia. Em relação ao livro previamente anunciado, especifica-se que:

Ala Galeguista publicou un vibrante manifesto espoñendo as aspiracións de Galiza como povo diferenciado, como nación que debe gozar da necesaria liberdade para ourentar os seus roteiros, e facendo un chamado a todol-os galegos a traballar por ver reaizadas esas angueiras, postas de manifesto no plebiscito do Estatuto, que reverdecen día a día en todol-os eidos onde os corazóns galegos vibran ao conxuro do nome e do recordo da Terra Nai.

Acreditamos que os pareceres de Victor Balboa em relação à história do galeguismo no Rio de Janeiro, na primeira metade do séc. XX, são de suma importância pelas seguintes razões. Por um lado, porque são os únicos pareceres lavrados ao respeito que localizamos; eles foram emitidos, e foram feitos publicar, por um imigrante galego – Victor Balboa – assentado estavelmente, desde o início do séc. XX, na que era a capital da República. Por outro lado, têm o valor de procederem de um membro ativo das agremiações criadas pela colônia galega no Rio, que não só as observou, senão que foi nelas um membro ativo, como

se pode inferir dos cargos que ele ocupou na Beneficência Espanhola carioca. Finalmente, ele é o indivíduo que nos indicara Francisco Fernández del Riego como o contato que os galeguistas da Galiza tinham no Brasil⁵⁵. Além disso, Balboa, por ser o remetente das notícias que sobre o galeguismo no Rio se publicavam na imprensa galeguista bonaerense e por ser a autoridade galeguista reconhecida, no Rio, por *A Nosa Terra*, se nos apresenta como o único líder da reduzidíssima agrupação galeguista nessa cidade.

Se confiarmos nas informações e nos juízos de Balboa, haveria que concluir que, durante a primeira metade do séc. XX, não se puderam consolidar coletivos no Brasil capazes de organizarem atividades significativas de índole galeguista, de manterem publicações periódicas ou de se constituírem como uma corrente de opinião com autoridade dentro de alguma das agremiações que os galegos fundaram, nesse período, no país.

As explicações oferecidas por Balboa para justificar o fracasso do galeguismo entre os imigrantes galegos no Brasil – as dificuldades no uso do termo *galego* devido às confusões que gerava pela sua denotação pejorativa aplicada aos portugueses, o poder simbólico da identidade espanholista entre os imigrantes galegos e a conseqüente inclinação deles para o espanholamento, o envelhecimento da colônia, e os traços específicos do Brasil – são, por si, convincentes. Cumpriu-nos verificá-las e perscrutar por que não escolheram o Brasil, como destino, os galeguistas que se exilaram no Cone Sul logo da Guerra Civil espanhola. Caso se tivesse assentado em alguma cidade brasileira um grupo notável de galeguistas, teria sido possível o labor de proselitismo. Além de a circunstância brasileira ser adversa e de a idiossincrasia dos imigrantes galegos do Brasil não favorecer a militância galeguista, é óbvio que a ausência de líderes políticos e a escassez de agentes culturais galeguistas acabariam inviabilizando a promoção da causa na qual se empenhavam Victor Balboa e os seus amigos.

Partimos, pois, da premissa de que não houve galeguismo no Brasil até a década de 1960. Consideramos, no entanto, que era preciso verificá-la. Com esse objetivo foi preciso

⁵⁵ A indicação a nós de Balboa por parte de Francisco Fernández del Riego teve lugar na Fundación Penzol em abril de 2002. Solicitáramos a Francisco Fernández del Riego que nos atendesse pessoalmente para nos comentar o que ele soubesse sobre as relações dos galeguistas da Galiza com os galegos no Brasil. Ele não nos pôde atender e pediu-nos que lhe formulássemos por escrito a questão. Uma funcionária da Fundación Penzol entregou-nos um bilhete com a resposta de Francisco F. del Riego. Nele estava escrito “Victor Balboa”. Essa funcionária transmitiu-nos, também, que Francisco F. del Riego lhe dissera que foram poucos os contatos que se tentaram ou se puderam estabelecer com o Brasil. No bilhete só estava escrito “V́ctor Balboa”; ele era, pois, o indivíduo com quem contactavam no Brasil os galeguistas.

observar o surgimento e a evolução das associações de imigrantes galegos nos estados brasileiros em que mais eles se concentraram. Quisemos saber se o *habitus* desses imigrantes, presumivelmente aculturados no Brasil, impediu a sua adesão ao galeguismo. E acreditamos que cumpria analisar a atuação e a produção cultural dos poucos galegos não-imigrantes que permaneceram no Brasil. A trajetória de um deles, Álvaro de Las Casas, galeguista, pareceu-nos especialmente significativa, porque, embora não renunciasse à reivindicação da identidade galega através da produção ensaística e literária, não almejou coordenar ideologicamente um grupo de patrícios seus, e porque demonstrou que o seu principal objetivo intelectual era obter reconhecimento no campo cultural brasileiro.

O estado da questão

É lógico que haja seções dedicadas à exposição do estado da arte em relação ao assunto focalizado. Sobre essa base elaboram-se as conclusões desta tese. Todavia, nós não destinamos aqui um capítulo específico a esse estado da questão. A respeito da “condição do imigrante”, tema do terceiro capítulo, decidimos contrapor a visão de vários autores – Abdelmalek Sayad, Todorov e Julia Kristeva, principalmente – no miolo do capítulo, e, em decorrência dessa contraposição, acrescentar os nossos contributos. Nós não localizamos nenhum estudo em que se analisasse pormenorizadamente a imigração galega a partir das regiões em que oficialmente está dividido o Brasil. Interessou-nos a região Sudeste e o Estado da Bahia, pela quantidade de imigrantes galegos que nesse território se concentrou. Encontramos, no entanto, bastantes análises sobre diversos aspectos da imigração galega centradas nas colônias de cidades específicas da União, sobretudo as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Essa fragmentação fez com que, por razões expositivas, optássemos pela apresentação e pelo comentário dessas análises no capítulo em que nos referimos à aculturação dos imigrantes galegos no Brasil, – o capítulo quarto –. Foram muito escassos os dados que localizamos sobre a produção cultural, no Brasil ou sobre o Brasil, dos galegos não-imigrantes que passaram estadias no país. De fato, nós reunimos o *corpus* desses autores com dificuldade, *buquinando* em sebos e perscrutando ao acaso os acervos das bibliotecas brasileiras. Esses escassos dados comentamo-los no capítulo quinto, em que nos enfrentamos à produção cultural dos galegos não-imigrantes no Brasil. Por fim, não podemos assinalar estudos sobre o galeguismo no Brasil porque não os conhecemos.

III. A CONDIÇÃO DO IMIGRANTE

O vocábulo *imigrante*

O confronto entre as políticas que visaram a aculturação dos estrangeiros no Brasil e as práticas de inserção social dos imigrantes galegos impõe que, previamente, se expliquem os sentidos das conceituações relativas aos vocábulos *estrangeiro* e *imigrante*. Decidimos recorrer a autores que refletiram, especificamente, sobre as significações da *alteridade*. Assim, centramo-nos nas obras *A imigração ou os paradoxos da alteridade*, de Abdelmalek Sayad (1998), *Estrangeiros para nós mesmos*, de Julia Kristeva (1994), e *O homem desenraizado*, de Tzvetan Todorov (1999). Os três autores são estrangeiros, não-imigrantes, residentes na França⁵⁶.

Das considerações expostas nessas obras partem os referentes com os quais aqui se cotejaram as representações atribuídas à palavra *estrangeiro* e à palavra *imigrante* na documentação brasileira em que se expunham as políticas destinadas à aculturação e à assimilação, no meio nacional, dos indivíduos assim qualificados.

A seguir apresentam-se, pois, as significações observadas dessas duas palavras; essas significações acompanham-se, a modo de exemplos, de descrições e imagens em que se pode notar como se plasmaram essas duas palavras em uma produção literária cujo argumento envolvia a emigração/ imigração e a visão do estrangeiro.

III. 1. Os paradoxos da alteridade segundo Abdelmalek Sayad

Para decifrar a condição do sujeito imigrante foi adotado, como um dos marcos referenciais teóricos, a obra indicada de Sayad porque nela, com base nos testemunhos dos imigrantes argelinos na França e de uma ótica *bourdieuana*, por um lado, exuma-se a diacronia do uso das denotações do vocábulo imigrante até a sua conversão em uma categoria epistemológica e, por outro, examinam-se as condições de funcionamento e perpetuação do fenômeno migratório⁵⁷.

⁵⁶ Abdelmalek Sayad faleceu o 13 de março de 1998.

⁵⁷ Abdelmalek Sayad desenvolveu o seu projeto de *socioanálise* entrevistando, entre as décadas de 1960 e 1980, imigrantes argelinos na França dispostos a revelar-se a si mesmos. Ele queria saber o que os imigrantes criam que constituía a verdade da sua situação. Os imigrantes podiam desenvolver discursos sobre a sua própria experiência que os acabaram levando a produzir uma teoria total do fenomênico migratório. Como conclusão dessa experiência, Sayad (1998: 233) considerou o seguinte: “assim como a psicanálise, mas uma

III. 1. 1. O sistema do fenômeno migratório

Sayad é do parecer de que a construção de um objeto de interesse sociológico sobre a imigração deve partir da análise das condições de possibilidade que fizeram com que a imigração se constituísse em problema social. Ele considera (Sayad, 1998: 105) que, a partir do fenômeno migratório, se constituiu um sistema. Esse fenômeno é um sistema porque, devido a ter perpassado os séculos XIX e XX como um problema universalizado relativo à ordem de dominação, adquiriu uma estrutura regida por causas, lógica, leis e efeitos próprios, os quais intervêm nas relações institucionalizadas na oposição entre o âmbito da emigração (identificado com a pobreza) e o âmbito da imigração (que tende a ser confundido com a riqueza).

A classificação das estruturas dos processos migratórios como constituintes de um sistema foi exposta por Sayad em finais da década de 1980. Essa classificação baseou-se na observação dos argelinos na França⁵⁸. Tal contexto faz com que seja necessário interpor algumas matizações que permitam manter para a nossa pesquisa a perspectiva adotada pelo sociólogo argelino em relação aos emigrantes/ imigrantes. Sayad explica como se segue os mecanismos do fenômeno migratório:

A dupla evolução que caracteriza o processo migratório na sua forma atual, a saber, por uma parte, na cena internacional, a oposição nítida, como nunca aconteceu antes, entre um mundo da emigração e um mundo da imigração; e, por outra parte, em cada um dos países da imigração, a tendência, sem dúvida desigual mas presente por toda parte, do mercado de trabalho, em parte sob o efeito da imigração, a dividir-se em dois pólos (um mercado de trabalho qualificado e de trabalho de qualidade para trabalhadores nacionais e um mercado de trabalhos subqualificados ou de menor qualificação técnica e social para trabalhadores imigrantes), essa dupla evolução que governa o fenômeno

psicanálise em que o analisando se torna seu próprio analista, ou seja, consegue elaborar ele mesmo as 'perguntas' e as respostas que devem dar (relativamente) mais sentido e unidade a sua existência, a socioanálise contribui, nestas condições, para restaurar a integridade de uma identidade que a emigração deslocou; ela permite retomar em mãos e reconstruir esta identidade sobre uma base mais coerente; ela concorre para libertar (ao menos parcialmente) contradições múltiplas impostas por este duplo sistema de referência do qual não se pode sair. Porque ajuda a reunir e a reunificar os elementos dispersos de uma vida e de uma experiência tão dilaceradas e mutiladas quanto as de um emigrante e porque leva a uma ordem, a um sentido e a um motivo maiores, a socioanálise permite – pelo menos neste caso particular – viver melhor o sistema de contradições que a emigração faz surgir. Assim não é de espantar que semelhante análise tenda, na medida em que as condições se prestam a isso, a preencher também uma função análoga à função esperada por um verdadeiro tratamento”.

⁵⁸ A conceituação da emigração/ imigração como um sistema foi apresentada por Sayad no capítulo intitulado O “pecado” da ausência ou os efeitos da emigração de *A imigração*. A primeira versão desse texto fora publicada em *Anthropologia medica* (Trieste, n. 4, jul. 1998, pp. 50-69).

migratório, constitui o mecanismo que contribui mais fortemente para erigir a imigração em verdadeiro sistema (Sayad, 1998: 105-06).

Nessa interpretação estrutural do fenômeno migratório, Sayad (1998: 266) introduz também o ponto de vista jurídico a respeito do pertencimento nacional dos sujeitos migrantes. A imigração pode ser, então, definida como a presença, no seio da ordem nacional e da nacionalidade, de indivíduos não-nacionais (*i.e.*, de estrangeiros, de nacionais de outra nação, de outra ordem nacional e de outra nacionalidade)⁵⁹; por simetria, a emigração seria definida como a ausência da ordem nacional de nacionais pertencentes a essa ordem. A qualificação de um imigrante como um trabalhador chega a constituir um pleonasma; assim, a existência de um imigrante desempregado supõe uma contradição, como também é contraditória a permanência no país de imigração de um imigrante aposentado.

No modo prático da experiência, a ordem da migração age como reagente na ordem nacional, assinalando a distinção entre o *nacional* e o *não-nacional*. Todavia, esse ponto de vista só serve para entender os casos ideais, juridicamente puros, pois nem todos os imigrantes são necessariamente estrangeiros no âmbito nacional, nem todos os estrangeiros são socialmente vistos como imigrantes⁶⁰.

⁵⁹ No Art. 2 da Parte 1 [Alcance y definiciones] da *Convención internacional sobre la protección de los derechos de todos los trabajadores migratorios y de sus familiares* (Adotada pela Assembleia Geral na sua resolução 45/ 158, de 18.12.1990) define-se como trabalhador migratório “toda persona que vaya a realizar, realice o haya realizado una actividad remunerada en un Estado del que no sea nacional” (Disponível em: <http://www.pcb.ub.es/idp/esp/11_codigos_dossier/pdf/Punto_5/trabajador_migrante.pdf>, acesso em 29 jun. 2009).

⁶⁰ Um exemplo recente de confusão na aplicação do *Estatuto do Estrangeiro* no tocante ao direito a trabalhar é o seguinte. Trata da concessão de um liminar pelo Juiz Federal Substituto de Uberlândia, Gustavo Soratto Uliano, permitindo que o ex-vocalista da banda de heavy metal “Iron Maiden”, Paul Martin Andrews, pudesse fazer uma apresentação musical, na noite do dia 21 para o dia 22 de novembro de 2007, no estabelecimento denominado London Pub, na cidade de Uberlândia-MG. A Polícia Federal procurara o vocalista e comunicou-lhe que estaria impedido de realizar essa apresentação, pois o seu visto de turista não permitiria a realização de atividade remunerada no Brasil, de acordo com o art. 98 da Lei n.º 6.815/ 80. A pena para o descumprimento seria a deportação. O magistrado que assumiu o processo submeteu o *Estatuto do Estrangeiro* a critérios superiores, como “os fins sociais” e “a segurança”, devido ao caráter excepcional da atividade irregular que realizaria um estrangeiro que gozava de intenso apoio entre os consumidores dessa atividade. Segundo Marília Maciel Costa, da Assessoria de Comunicação Social do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, “A defesa alegou não se tratar de realização de atividade remunerada, pois a arrecadação resultante da venda dos ingressos seria revertida para os músicos da cidade, os quais estão apenas recebendo o apoio de Paul Martin Andrews. Alertam de que o cancelamento da apresentação ocasionaria tumulto no local, fato que colocaria em risco a segurança das pessoas que aguardam a realização do evento. Ao decidir, o Juiz de Uberlândia esclareceu que ‘na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum’. Assim sendo, o magistrado explicou que de fato a legislação visa proteger o mercado de trabalho para os nacionais, mas, que, no caso, a apresentação de um dia não ocasionaria risco ao mercado de trabalho dos profissionais locais, podendo, até mesmo, servir de estímulo a produção musical

Como consequência disto último, não basta com abolir o estatuto jurídico-político dos imigrantes para que esses sujeitos abandonem a condição de imigrantes que ocupam na estrutura hierarquizada da sociedade. Nesse sentido, o fato de se naturalizar, isto é, de se integrar na categoria política e jurídica da ordem da nação e da nacionalidade, não retira do trabalhador estrangeiro a sua condição social de imigrante.

Em um mercado de trabalho nacional, os empregos mais desvalorizados e, portanto, menos procurados são destinados à mão-de-obra socialmente desprestigiada e politicamente mais dominada. Ao assumir um desses empregos, pela lógica circular do campo simbólico, o sujeito vira alvo de desprezo profissional por haver evidenciado a sua desqualificação técnica, embora, simultaneamente, se agradeça a sua submissão para executar o serviço demandado. Nessa dinâmica insere-se o recurso à provisão com imigrantes dos postos de trabalho recusados pelos operários nacionais.

O estigma da depreciação abrange, assim, o cargo e quem o ocupa, mas não se estende linearmente ao país de onde procede a categoria de mão-de-obra social e tecnicamente desqualificada. Para o país de emigração, caso dele já não se emigre mais, cabe a possibilidade de traçar, paralelamente às representações dos seus naturais ainda residentes no país de imigração, outras representações à margem das imagens desfavoráveis criadas ao redor desses seus velhos emigrantes. Logo, do egresso país de emigração podem-se projetar, no país de imigração, representações que ora ignoram o legado depositado pelos seus emigrantes, ora amortecem esse legado, apresentando-o como o produto anômalo de uma amarga circunstância já superada. Desse modo, os descendentes dos emigrantes/imigrantes ganham a possibilidade de tentar se desmarcarem das representações associadas aos seus progenitores e de se vincularem ao poder simbólico que instituições e agentes prestigiosos do país de emigração introduziram posteriormente no país de imigração.

Se aplicado esse raciocínio aos galegos no Brasil, caberia contemplar que, sobre esse país de imigração, poder-se-iam projetar desde a Espanha representações não coincidentes, a respeito da identidade galega, com as de autoria dos imigrantes galegos, por um lado, e, por outro, com as elaboradas pelos galegos não-imigrantes, mas ausentes.

local. Depois, explicou o magistrado, que, faltando poucas horas para o show, o seu cancelamento poria de fato em risco a segurança de muitas pessoas. Portanto, em atenção ao princípio da segurança previsto no art. 5º, *caput*, da Constituição Federal de 1988, não seria razoável o cancelamento da apresentação no último momento”.

Dentro da possível dialética de representações é preciso reparar que, em uma primeira dimensão, os galegos ausentes (imigrantes ou não-imigrantes), como categoria marcada, podem inclusive fazer parte das representações sobre a identidade galega formadas por galegos não-expatriados. Nestas, os imigrantes podem ser contemplados como sujeitos custódios de essências identitárias galegas e, paralelamente, como sujeitos transformados em relação ao seu momento pré-migratório, já que a circunstância e existência internacional deles tê-los-ia alterado. A duplicidade identitária converte, logo, os imigrantes em merecedores de reconhecimento e tributos, pela sua fidelidade patriótica, e, simultaneamente, em sujeitos suspeitos de hibridez nos quais poderão assomar, em qualquer momento, mostras de abasileiramento. Sayad (1998: 230) indica que os desdobramentos conformam um sistema de dupla referência em que os mesmos dados de experiência podem servir para mecanismos que levam a resultados completamente opostos.

Em uma segunda dimensão, galegos ausentes, mas não-imigrantes (exilados, pesquisadores, turistas), podem descrever, desde a sua ótica de deslocados supostamente incólumes na sua identidade nacional, as representações que eles captam dos galegos imigrantes como categoria marcada. A origem dupla das representações sobre um país e os seus naturais acontece, sobretudo, quando convivem anacronicamente uns estrangeiros que são representantes de um país que se modernizou, e deixou de ser um país de emigração para se converter em um país de imigração, e os remanescentes, com a sua descendência, dos períodos em que esse mesmo país era um país atrasado ou depauperado que precisava enviar os seus excedentes de população a trabalhar no exterior.

A diferença entre eles manifesta-se, em primeiro lugar, nas condições sociais que motivaram as suas partidas e que os caracterizam durante a sua estadia no exterior. Junto a isso, estão as posições políticas, econômicas e/ ou culturais que os acompanham no exterior e que revelam o tipo de visto com que justificam a permanência fora do seu país.

O estrangeiro ao redor de quem surgem as representações do país modernizado leva uma vantagem dupla sobre o imigrante. Esse estrangeiro ostenta tanto o prestígio do visto que lhe permite estar no exterior quanto os valores positivos associados ao país do qual procede. Por sua vez, o imigrante, representa uma dupla dominação, pois ele é, como mão-de-obra, além de um sobejo do seu país, o representante arqueológico de um país que esteve dominado no cenário internacional.

A duplicidade de representações volta a aparecer quando os estrangeiros não-imigrantes sabem que o seu país virou um país atraente para a emigração de trabalhadores do país em que se encontram, enquanto que os estrangeiros imigrantes, conterrâneos e estranhamente contemporâneos desses outros estrangeiros, lembram que, quando eles chegaram, os naturais do país-destino não escolhiam o seu país como lugar aonde emigrar.

Antes de a imigração, como problema social, se tornar objeto da investigação sociológica, ela foi um objeto do interesse das ciências jurídicas e, logo, da demografia e da geografia. Nas ciências jurídicas, sob a compreensão da migração como uma transação bilateral e recíproca de direito, elaboraram-se estatutos do estrangeiro e hermenêuticas desses estatutos, e, das ciências da população e do espaço, iniciaram-se os estudos da emigração/ imigração no tocante à compreensão do fenômeno como um transplante de população através das formas qualificadas do espaço social (o espaço econômico, o espaço geopolítico e o espaço da nacionalidade, e o espaço cultural nas suas dimensões simbólicas, como a língua e a religião).

Ao ressaltar as duplas naturezas do fenômeno migratório, Sayad, por um lado, assinala que o sujeito migrante deve ser entendido dentro das duas ordens em que está inserido, a da sua qualidade de emigrante e a da sua condição de imigrante. Por outro lado, ele assinala que a trajetória e a experiência singulares do emigrante e do imigrante – os itinerários individuais – hão de ser relacionados com a dimensão de fato coletivo que constituem as migrações na, por sua vez, dupla vertente desse fato, a do surgimento, evolução e conservação das condições que permitem a emigração e a da constituição das condições de existência na imigração.

Para representar alegoricamente o fenômeno migratório, Sayad (1998: 280) vale-se de uma duna ou de uma rocha. Uma tempestade – o conglomerado das causas de expulsão e atração – faz com que uma parte se desprenda do conjunto. As partículas desse segmento transferem-se até encontrarem um acidente do terreno onde pararem. Lá podem permanecer isoladamente, podem-se dissolver no novo espaço ou, na hipótese de que se concentrem muitos fragmentos, podem constituir um novo agregado que, contudo, nunca será idêntico à massa original. Caso uma nova tempestade arraste as partículas em sentido contrário, devolvendo-as ao seu lugar de origem, elas não poderão integrar de novo a massa da qual partiram, ora porque ela já não existe mais, ora porque não a encontram, ora porque o

espaço em que elas estiveram foi ou ocupado ou teve as suas dimensões mudadas, o que faz com que as partículas já não se possam de novo acoplar.

A grande descoberta para as partículas deslocadas não reside na viagem de ida, pois elas percebiam que eram arrastadas rumo ao ignoto. A grande descoberta surge quando elas são transportadas de volta. Se isso chega a acontecer, tomarão conhecimento que a tempestade final, por muita força que tenha, não será capaz de colocá-las de volta na duna de origem. Será, então, quando descubram a verdade da sua condição.

Desde meados do séc. XIX, com a consolidação dos sistemas políticos baseados na idéia de nação, o sujeito migrante, como emigrante, é um nacional ausente. A ordem da migração, no seu duplo componente de ordem de emigração e de ordem de imigração, está fundamentalmente ligada à ordem nacional. Assim, dentro da ordem dos Estados e, portanto, na ordem política e jurídica, um galego emigrante é um espanhol, ausente, que se encontra no estrangeiro. Esse sujeito migrante, como imigrante, é um indivíduo não-nacional presente no seio de uma ordem nacional.

Quando os imigrantes são sujeitos não-nacionais do país de imigração, eles, de direito, são excluídos da participação política nesse país. Simultaneamente, por serem emigrantes, na sua nação questionam-se os seus direitos políticos por eles estarem ausentes. Com frequência, a exclusão política do emigrante, sobre a qual pende a extensão à exclusão, ou limitação, jurídica dele, vai precedida da auto-exclusão, pois o emigrante intui a sua deslegitimação. Logo, o emigrante opta por se antecipar à declaração da sua *morte cívica*. Essa auto-exclusão pode ser acompanhada da reivindicação do estigma que a provocou. A assunção da discriminação motivada pela permanência na emigração/imigração fez às vezes com que os migrantes compreendessem a sua alteridade, tomando para si, de forma ativa, as representações do internacionalismo.

No país de imigração, cabe que os imigrantes marginalizados das representações da ordem da nacionalidade assumam esquemas nacionalistas análogos aos elaborados pelos que os preterem, isto é, pelos sujeitos nacionais nativos. É quando os imigrantes reivindicam o estigma do enquistamento hermético em relação à sociedade de acolhida. Em ambas as ordens da migração, entre os migrantes podem, então, surgir identidades quiméricas, pseudonacionalidades ou idiossincrasias íntimas.

Abdelmalek Sayad sublinha que a ocultação da dimensão intrinsecamente política do fenómeno migratório é imprescindível para a perpetuação da asséptica regulamentação das migrações. Para o sociólogo argelino, as partes envolvidas na ocultação da natureza política do fenómeno migratório desconsideram que a transferência de mão-de-obra consiste, na verdade, em uma transferência de cidadãos ou indivíduos nacionais e, logo, de sujeitos políticos: Essa problemática é exposta por Sayad como se segue:

Se, no fenómeno migratório, a razão ou a necessidade económica invocadas autorizam cada um dos parceiros a fazer um contrato confesso, um (o país de emigração), com vistas à “exportação” (provisória) de seus trabalhadores nacionais proclamados disponíveis para esse fim – proclamados desempregados: esta é a função objetiva cumprida pelo álibi do desemprego –, o outro (o país de imigração), com vistas à “importação” (igualmente provisória) dos trabalhadores que lhe faltam ou de uma determinada categoria de trabalhadores, por outro lado, a razão nacional ou a necessidade política, mesmo quando se fala em termos de demografia, impedem que se confesse do mesmo modo e de forma tão manifesta que se está procedendo, na verdade, à transferência, não provisória e sim *definitiva* (como poderá ser, talvez, consagrada “por exemplo” pela naturalização, uma operação de “transubstanciação” pela qual o cidadão ou o nacional de uma nação e de uma nacionalidade se torna o cidadão ou o nacional de outra nação e de outra nacionalidade), para um dos dois países (o país de “exportação” ou de emigração), de uma parte de sua população atual, seus emigrantes – população que é efetivamente sua ou que considera como sua porque é, de direito (e apenas de direito), sua; para o outro país (o país de “importação” ou de imigração ou ainda de naturalização), de uma parte de sua população *futura*, seus imigrantes (Sayad, 1998: 278).

A justificativa da ocultação do carácter político do fenómeno migratório encontra-se na dificuldade que qualquer ordem nacional tem para reconhecer que aceita a saída do seu território nacional de uma fração dela mesma, isto é, de indivíduos que fazem parte da sua identidade e da sua integridade. Por sua vez, a agregação de indivíduos na ordem nacional mediante a contratação provisória de mão-de-obra estrangeira supõe também um procedimento politicamente difícil de explicar. Esses indivíduos transferidos de uma ordem nacional a outra se converterão, se não retornam, em uma fração constituinte da população nacional, logo, da cidadania e da nacionalidade. Esses sujeitos que, aparentemente, tomaram a decisão individual de emigrarem e de se transformarem em imigrantes, mas que se acabam inserindo em uma realidade coletiva alheia, mudam com a sua presença, e com a sua fusão na sociedade de recepção, as representações da nacionalidade que havia antes da sua chegada. Para que isso aconteça, tem que haver previamente uma aceitação das conseqüências da inserção de imigrantes na ordem nacional. Assim, a assunção da perda de

uma fração da nacionalidade por meio da emigração e a premeditação para a transformação da nacionalidade mediante a incorporação de transferências de cidadãos de outra ordem nacional convertem-se nos dois pólos cúmplices de um mesmo processo.

Na história da imigração no Brasil, o que, em primeiro lugar, legitimou a presença dos imigrantes foi a necessidade da sua força de trabalho. Junto a essa justificativa principal para a demanda de mão-de-obra – de braços para a lavoura –, acrescentaram-se as virtudes civilizatórias associadas aos modelos de imigrantes solicitados, isto é, o comportamento e as presumíveis vantagens simbólicas dos imigrantes europeus. Em terceiro lugar, mediante a recepção dos trabalhadores europeus pretendeu-se efetuar, paralelamente, o branqueamento da população nacional.

A posta em prática dos projetos eugenísticos para a alteração da idiossincrasia dos brasileiros e da sua aparência cromática foi comentada por Stefan Zweig em *Brasil, país do futuro*, publicado em 1941. Zweig observara as políticas implementadas pelo Estado Novo para a aceleração do processo assimilador dos imigrantes e para a *nacionalização* das atividades educativas e culturais que eles promoviam⁶¹. Ele admirou os efeitos conseguidos em prol do fortalecimento da identidade nacional brasileira:

Mais uma vez, no fim, do século dezenove se cumpre a mais íntima lei do desenvolvimento do Brasil, a saber, que este, facilmente seduzido pelo lucro monetário dum produto principal, tem sempre necessidade de uma crise, a fim de se transformar, e que com isso todas essas crises cíclicas de todo o seu desenvolvimento verdadeiramente lhe foram mais favoráveis do que nocivas. A última grande transformação a que o Brasil foi forçado, não foi a vontade do mercado mundial que lhe impôs e sim sua própria vontade, pela lei de 1888 que aboliu definitivamente a escravatura. [...] Essa imigração de quatro e cinco milhões de brancos nos últimos cinquenta anos importa num acréscimo de energia para o Brasil e ao mesmo tempo lhe proporciona uma imensa vantagem no ponto de vista da civilização e da etnologia. A raça brasileira, que, por uma importação de negros durante três séculos, está ameaçada de se tornar cada vez mais escura, cada vez mais africana, clareia visivelmente, e o elemento europeu, em oposição ao elemento, primitivamente crescente, de escravos analfabetos, eleva o nível de civilização. [...] Com admirável celeridade, graças à especial energia assimiladora deste país, os novos elementos se adaptam ao meio, e a geração seguinte coopera já, de maneira natural e com igualdade de direitos, para a realização do velho ideal dos primeiros tempos

⁶¹ A admiração de Stefan Zweig pelo planejamento e pela execução das medidas políticas criadas ao longo da década de 1930 pelos governos do presidente Getúlio Vargas é patente no seguinte comentário: “Um ano na era atual, de Getúlio Vargas, pode produzir mais do que pôde fazê-lo um decênio no tempo de D. Pedro II, ou um século no tempo de D. João VI. Quem hoje vê a rapidez com que crescem as cidades, melhora a organização e se transformam as energias potenciais em efetivas, sente que – em completo contraste com o que se dava anteriormente – a hora tem aqui mais minutos do que na Europa” (Zweig, [1941] 1960: 107).

do Brasil: o de uma nação unida por uma só língua e um só modo de pensar. (Zweig, [1941] 1960: 97).

As virtudes civilizatórias que se supunha trasladariam ao Brasil os trabalhadores europeus envolviam a tradição cultural, uma *hexis* corporal e uns modernos usos sociais que se queriam inerentes a esses imigrantes. É claro que eles não recebiam nenhum complemento salarial pelos seus aportes, que tinham que ser desinteressados em contrapartida ao suposto desinteresse material relativo ao proveito simbólico que buscava neles a sociedade de imigração.

Como a relação de forças pende a favor da sociedade de imigração, ela é capaz de inverter o contrato que a une aos imigrantes de forma que sejam os imigrantes depositários das virtudes civilizatórias os que sintam que estão em dívida com a sociedade de acolhida, a qual, além de consentir a sua presença e de proporcionar-lhes um emprego, permite-lhes que conservem a sua idiossincrasia e que, na qualidade de colonos, expandam gratuitamente essas virtudes da sua identidade nacional. A sociedade de imigração tem o controle para imprimir essa relação de dominação porque, ainda que ela careça de suficiente capital cultural, e simbólico, sabe que, caso haja imigrantes que disponham desse capital, eles sempre serão oriundos de um país pobre, o qual, por si mesmo, desvaloriza o poder fático desse capital.

Propositalmente por parte dos seus idealizadores, a imigração no Brasil não visou só, por um lado, o usufruto da força de trabalho dos estrangeiros, e das virtudes civilizatórias, e, por outro, a integração no meio nacional daqueles que optassem por se estabelecer indefinidamente no espaço nacional. Visou também a colonização do território. Eis a grande diferença nas estruturas das relações de dominação da imigração no Brasil e, em geral, da imigração em todo o continente americano até meados do séc. XX, frente à imigração iniciada na Europa ocidental nesse mesmo momento.

O sentido de complementação colonial do território converteu a imigração econômica em uma imigração de povoamento. Se, nos países europeus receptores de imigrantes a partir de meados do séc. XX, o principal fator de atração para os trabalhadores procedentes de países pobres, ou de antigas colônias desses países receptores, tem sido a compensação econômica pela posse de empregos gerados por estáveis sociedades industriais, o desfrute da qualidade de vida inerente ao bem-estar dessas sociedades e os ganhos simbólicos com os que retornarem ao Terceiro Mundo, na imigração dos europeus

no Brasil, o ânimo de conseguir, em curto prazo de tempo, abundantes ganâncias não era acompanhado da consciência, ou da sensação, de poder receber as contribuições de campos sociais evoluídos.

Embora compartilhem a condição de refugados pelas reconversões econômicas das suas sociedades de origem e, portanto, de desenraizados, os emigrantes europeus chegados ao continente americano entre meados do séc. XIX e a década de 1950 e os emigrantes (europeus, africanos, asiáticos e latino-americanos) assentados nos países mais desenvolvidos da Europa após o final da Segunda Guerra Mundial diferem no seu estatuto de alógenos no sentido de que os segundos faziam parte de países que se encontravam submetidos por relações de dominação tanto econômica quanto simbólica aos países aos que emigravam.

O estado anterior à emigração em que se acham os sujeitos migrantes cria, pois, uma hierarquia na classificação do trabalhador estrangeiro a partir de parâmetros associados ao poder simbólico que projeta o país de onde eles provêm. Esse poder simbólico, e a falta desse poder simbólico, incidirão no grau de aceitação do trabalhador estrangeiro. Na hierarquia aludida, o topo estará marcado pelo desejo de que o trabalhador estrangeiro, além de realizar adequadamente o serviço que assuma, mostre e forneça, na prática, modelos de comportamento, de gostos, e formas para acometer empreendimentos, isto é, as virtudes civilizatórias acima mencionadas. O grau ínfimo dessa hierarquia é afetado por disposições que limitam o trabalhador estrangeiro a realizar o trabalho relegado para ele, isto é, um trabalho para imigrantes que é tal porque os trabalhadores nacionais não o ocupam por considerá-lo indesejável. Os serviços indesejáveis que fazem os imigrantes projetam sobre eles o caráter de sujeitos indesejáveis⁶², convertendo-se em postos de

⁶² O uso em documentos oficiais brasileiros do termo *indesejáveis* foi freqüente nas décadas de 1930 e 1940 para qualificar o mau trabalhador nacional. Na separata O problema dos indesejáveis, de Leão Machado (1945), publicada pelo Serviço de Documentação do Departamento do Serviço Público do Governo do Estado de São Paulo e que faria parte revista carioca *Administração Pública*, o adjetivo *indesejáveis* é especificamente colocado aos indivíduos de todos os setores da Administração Pública – “vadios e inúteis” – que, sendo ineficientes e improdutivos, percebiam os seus salários sem trabalhar e que, com a sua sem-vergonhice, davam um péssimo exemplo aos funcionários da repartição à qual foram destinados. Leão Machado (1945: 3) expõe o seguinte: “O dano causado pela abstenção do trabalho é incomparavelmente maior do que o resultante da ineficiência, porque um indivíduo em qualquer função pode ser ineficiente, apesar de operoso, uma vez que essa ineficiência resulte da inadaptação. Mas, enquanto que o funcionário operoso, de pequena capacidade de trabalho ou de relativa inaptidão intelectual, consome todo seu tempo para apresentar uma produção defeituosa e de baixo rendimento, o vadio, que não faz nada, nem bem, nem mal, fica com todo o seu tempo disponível para tecer intrigas, fomentar a maledicência ou quando menos para

trabalho indesejáveis ocupados por estrangeiros indesejáveis que se hão de limitar a regularizar a sua estadia na sociedade que os recebeu, integrando-se unicamente nos seus trabalhos, o que os diferencia dos estrangeiros desejáveis dos que se espera que se fusionem plenamente na sociedade de acolhida.

Dentro dos mecanismos da imigração trata-se de tirar o máximo proveito dos sujeitos imigrantes da mesma maneira que os imigrantes almejam o lucro sem medida em um curto período de tempo. É claro que o planejamento das estratégias para alcançar vantagens depende da quantidade e da qualidade de investimentos que as partes estejam dispostas a fazer. A sociedade de imigração tenta retribuir com o menor preço (econômico, social e cultural) o trabalho dos imigrantes e tenta tirar deles o máximo benefício. No entanto, a sociedade de imigração só pretende tirar dos imigrantes indesejáveis o benefício que possa obter da sua força de trabalho, enquanto que dos imigrantes que ocupam a hierarquia de classificação da mão-de-obra estrangeira o país receptor visará, além do seu trabalho, a aquisição, mediante o convívio, de influências emanadas das virtudes civilizatórias. De todas as formas, tanto os imigrantes indesejáveis quanto os desejáveis são devedores da sociedade de recepção e sabem que, para obterem as vantagens que respaldam o seu projeto laboral no exterior, terão que se esforçar o máximo. Os primeiros sentir-se-ão devedores porque, junto ao trabalho remunerado que lhes cederam, adquiriram, por meio da submissão e do contato com os nacionais, a educação própria dos sujeitos integrantes de sociedades evoluídas. Os segundos sentir-se-ão devedores porque, além de poderem trabalhar, gozaram do direito a exteriorizar os seus traços identitários.

Nesse sentido, a imigração, como problema estruturado que foi criado pela inserção de sujeitos alógenos nos campos sociais de uma nação, carece de natureza própria. Sayad (1998: 56-57) considera que os discursos e a problemática da ciência social sobre o imigrante e a imigração são impostos. A relação dos imigrantes com os problemas sociais (o emprego, a habitação, a assistência sanitária, a instrução, a formação cultural, a integração, a participação política, a educação da descendência, o retorno, a aposentadoria) depende diretamente da percepção social que se tem desses imigrantes, um objeto sobre o

perturbar o trabalho dos companheiros”. O autor acreditava que a solução para purgar esses sujeitos era a de que os chefes das repartições, superando sentimentalismos, aplicassem o *Estatuto dos Funcionários Cívicos* e emitissem atestados para que se iniciassem processos de demissão.

qual pesam numerosas representações coletivas que se acabam tornando realidades parcialmente autônomas.

III. 1. 2. O trabalho e o imigrante

No romance *Emigrantes* de Ferreira de Castro⁶³ (1928) narra-se o discurso que profere um representante do governo do Estado de São Paulo a imigrantes italianos antes de desembarcarem em Santos. Nesse discurso o funcionário frisa perante os *alógenos* que eles poderão usufruir a proteção das autoridades estaduais sempre e quando se incorporem ao mercado de trabalho para eles reservado; esse mercado não é composto por qualquer trabalho, senão por trabalhos para imigrantes em espaços para imigrantes – a lavoura – que só podem ser assumidos, portanto, por imigrantes, como antes requereram escravos. A mão-de-obra imigrante, condicionante da presença de sujeitos estrangeiros, substituída,

⁶³ José Maria Ferreira de Castro (Oliveira de Azeméis, 1898 – Porto, 1974) foi imigrante no Brasil. Órfão aos 12 anos, e passando a sua família por graves problemas financeiros, embarcou em 1911 para Belém de Pará. Lá permaneceu menos de um mês, pois o patrício a quem fora recomendado logo o despachou para um seringal no rio Madeira, em pleno sertão amazônico. A experiência do trabalho semi-escravo imposto nesse seringal – o seringal Paraíso –, e de todos os consequentes sofrimentos e injustiças, proporcionou ao escritor um repertório temático que posteriormente explorou no romance *A Selva*, publicado no Porto em 1930. Por volta de 1914 deixa o seringal e retorna a Belém, onde vive na miséria e tem que se submeter a trabalhos humildes – colador de cartazes, embarcadouro em navios do Amazonas – para conseguir manter-se. Desde essa indigência, começa a produzir contos e crônicas para pequenos jornais e revistas brasileiros e, em 1916, consegue publicar em fascículos o seu primeiro romance, *Criminoso por ambição*, que ele mesmo e os empregados do editor (F. Lopes) distribuem a assinantes. O prestígio que adquire permite-lhe obter colaborações em alguns jornais locais (*Jornal dos Novos* e *A Cruzada*). No entanto, somente conseguiu o reconhecimento por parte dos leitores, e a regularização da sua situação financeira, quando, em 1917, funda, juntamente com o também português João Pinto Monteiro, um semanário intitulado *Portugal*, que despertou a adesão da colônia portuguesa local. O sucesso acaba-lhe proporcionando convites e homenagens. Convidado por uma associação de poveiros, viaja a Manaus, onde é recebido por várias agremiações portuguesas e, inclusive, pelo governador. A finais de 1918, empreende uma viagem ao Sul do Brasil. Não retorna a Belém; em 1919 regressa a Portugal com a intenção de seguir a carreira literária. A ausência de recursos próprios e o desconhecimento que dele havia fazem com que demore a estabelecer relações que lhe permitam obter colaborações em periódicos. Entre 1920 e 1922 consegue colaborações nos jornais *Imprensa Livre* e *O Tempo*, funda a revista *A Hora*, e colabora na revista *ABC*. Em 1922 publicou dois livros, uma miscelânea de estudos literários, sociológicos e de novelas intitulada *Mas...* e a novela de temática amazônica *Carne Faminta*. A partir de 1923, com o início do reconhecimento de público e crítica passa a publicar intensamente em periódicos e consegue a edição de várias novelas. Em 1928 publica, com grande êxito de vendas, o romance *Emigrantes* que, dois anos depois, será traduzido ao espanhol e, em 1948, ao francês. Esse êxito é consolidado em 1930 com a publicação de *A Selva*, romance traduzido ao espanhol um ano depois. Ao longo da década de 1930, *A Selva* será traduzido ao alemão, ao inglês, ao italiano e ao francês e, até a década de 1960, receberá traduções a um total de 14 idiomas. Em 1955 foi lançada pela Guimarães Editores uma edição de luxo do romance, comemorativa ao 25º ano de publicação, com 12 ilustrações de Portinari. Depois de *A selva*, Ferreira de Castro publicou cinco romances, e dois livros de viagens. Uma biografia de Ferreira de Castro foi elaborada pelo *Centro de Estudos Ferreira de Castro*. Disponível em: <<http://www.ceferreiradecastro.org/?id=2.3>>. Acesso em: 29 jun. 2009.

assim, a mão-de-obra de uns escravos ameríndios e africanos que, durante séculos, fizeram com que os trabalhos da lavoura fossem considerados trabalhos ínfimos:

Quando todos os italianos estavam conferidos, o homem que ordenara a chamada distendeu o pescoço sobre a gola da farda e arengou no idioma daqueles a quem se dirigia: “O Estado de S. Paulo orgulhava-se de possuir a legislação mais completa, mais liberal e humana de todas as que existiam, nos outros países, sobre imigração. Riquíssimo, com terras de uma fertilidade assombrosa, onde a natureza se encarregava de facilitar o trabalho do homem, S. Paulo dispensava aos imigrantes uma proteção eficaz, desde que eles chegavam a Santos até encontrarem maneira de ganhar a vida. O Estado transportá-los-ia, hospedando-os e, por fim, colocando-os, com a única condição de que se entregassem a trabalhos de lavoura” (Castro, [1928] 1954: 120).

Nesse romance, a alienação nas representações coletivas do imigrante mediante a transubstanciação em força de trabalho é o anelo do pária. O marginal anseia que se tolere a sua presença, sendo admitido como estrangeiro de direito, e chega a explorar o afeto dos seus interlocutores assegurando-lhes que o seu único desejo é ser tolerado pela sociedade receptora para se submeter à ordem vigente e poder agir como um bom trabalhador:

O copeiro descobrira dois homens. Olhando-os de alto a baixo, em pesquisa de nacionalidade, o comissário perguntou-lhes, numa mescla de espanhol e inglês, onde tinham embarcado.

- Em Vigo.
- E os passaportes?
- Não temos...

Trêmulos, dando às palavras um tom de humildade, reconstituíram, ante as interrogações secas do britânico, a aventura do embarque.

Um, o mais novo, era português do Minho: Manuel António de Sousa, ingressado em Espanha à procura de melhor sorte – e com fome, dias depois, nas ruas de Vigo. O outro era bilbaíno: operário de metalurgia, despedido por motivos de greve. Viera à Galiza em busca de trabalho, mas também ali não o encontrara e só ouvia falar na Argentina. [...] Que não lhes fizessem mal; eram pobres de Cristo, braços sem trabalho e queriam apenas ir ganhar a sua vida, que em Portugal e Espanha um pobre não podia viver (Castro, [1928] 1954: 102).

Aqueles que, apesar de não terem a documentação em regra, de carecerem de papéis – cartas de chamada, contratos, vistos –, desejam trabalhar, aceitam se tornarem juridicamente invisíveis na sociedade de recepção e se acostumam a sobreviver em regime de exploração. A tolerância da presença de trabalhadores ilegais dependerá, afinal, da equação entre os efeitos qualitativos gerados pela mão-de-obra que eles fornecem e o risco de engrossamento da marginalidade, ao qual se acrescentam os custos assistências que eles sempre acabam gerando. Além disso, a proclividade dos trabalhadores ilegais à submissão

pode ser interpretada, segundo a circunstância socioeconômica do país de acolhida, como um benefício para os empregadores ou como um deslustre, por causa da concorrência desleal que provoca. Assim, a hostilidade contra os imigrantes fica amortecida quando se reportam à sua mão-de-obra vantagens para o campo econômico dos aborígenes, mas aceira-se quando, desde posicionamentos políticos, se deplora o elevado custo social que a sua presença causa à sociedade que os acolheu⁶⁴. A acolhida é, logo, diretamente proporcional à vontade e à capacidade demonstradas pelo imigrante para se adequar às funções e ao espaço para ele reservados.

O trabalho é, pois, a razão de ser, o álibi e o estigma da ausência/ presença do emigrante/ imigrante. Enquanto haja trabalho, o imigrante justificará social e oficialmente, *de jure*, o seu estatuto provisório de trabalhador estrangeiro e usufruirá o direito de prolongá-lo indefinidamente. Objetivamente, o trabalho faz com que a situação, teoricamente provisória, da emigração/ imigração se transforme tacitamente, na prática, em contínua e definitiva. Essa situação provisória permite que se forme uma sensação de efemeridade que ajuda o sujeito iludido a suportar a hostilidade gerada pela sua presença como concorrente estrangeiro⁶⁵. Ajuda-o também a resistir às insinuações ou aos ditados

⁶⁴ Sayad (1998: 47-50) frisa que, nos balanços contábeis dos “custos e vantagens” comparados da emigração/ imigração, predominam os pressupostos ideológicos e não os argumentos científicos. Quando, nos inventários resultantes desses balanços, as vantagens – vantagens de toda ordem, não só as econômicas – predominam, surge a ilusão coletiva da perpetuação da imigração e, ao pesarem mais os custos, recupera-se a definição do imigrante como trabalhador provisório e, da imigração, como estadia literalmente provisória. Na sua crítica, o sociólogo argelino, baseando-se em várias pesquisas sobre a imigração na França na década de 1970, por um lado salienta que aquilo que para alguns autores são custos da imigração para outros são vantagens. Por outro lado, destaca que contrapor, em termos absolutos, custos a vantagens é um erro, já que a correlação entre eles é instável. Nesse sentido, deve-se reparar que as vantagens proporcionadas pela emigração, ou pela imigração, em um período concreto, podem transformar-se, para os países envolvidos no processo, em custos em um momento posterior, e vice-versa. Assim, a interdependência de custos e benefícios gerados pelos emigrantes poder-se-ia inverter quando eles retornassem ao seu país de origem. Essas mistificações nos cálculos sobre os benefícios e os prejuízos da imigração afetariam tanto às ponderações sobre os efeitos quantitativos – os estritamente econômicos – quanto às análises sobre os efeitos qualitativos – grosso modo, todas as outras implicações: sociais, políticas, culturais, etc. –. Dever-se-ia, pois, relativizar a possibilidade de calcular quantitativamente os efeitos qualitativos inerentes a “ausências” na sociedade de emigração ou a possibilidade de avaliar os efeitos qualitativos que podem ocasionar, a longo prazo, as primeiras remessas do dinheiro dos emigrantes em núcleos rurais não habituados ao manejo de numerário.

⁶⁵ Dentre todas as argumentações contrárias à presença de trabalhadores estrangeiros – de imigrantes –, a estruturada em torno da concorrência tem-se apresentado como a mais isenta de preconceitos alicerçados na xenofobia. Nessas argumentações propõe-se que o desemprego entre os trabalhadores nacionais, causado em períodos de instabilidade econômica, seja aliviado mediante a redução de imigrantes, acusando-os de intrusão e responsabilizando-os por eles se concentrarem, saturando-as, em determinadas áreas profissionais. Nessa circunstância, os argumentadores patriotas sublinham que a carta magna e a legislação nacional salvaguarda o direito ao emprego entre os cidadãos naturais ou nacionais e que esse direito deve prevalecer sobre as garantias concedidas aos imigrantes. O letrado e político José Antonio Primo de Ribera discursou aos 21 de

para que se aculture e assimile – se integre – no meio receptor, defendendo o seu direito de continuar sendo imigrante enquanto ele queira. Essa situação provisória incita o imigrante a, na aparência e perante a sua comunidade de origem, se manter idêntico a como era antes de partir, ficando preparado para, sem haver assumido os usos adquiridos durante a imigração, se reinserir nela em qualquer momento.

No sistema de dupla referência do fenômeno migratório, a aculturação é também uma desculturação, a qual pode ser sentida na sociedade de emigração como uma traição dos emigrantes. O tema da traição apresenta-se quando certos comportamentos ou crenças são investidos de uma função suplementar convertendo-se em sinais distintivos. Se um imigrante ou uma coletividade de imigrantes não conserva, ostenta e reproduz, no olhar do observador, o gosto pelos traços culturais do seu país de origem – vestimenta, culinária, arquitetura, decoração, língua, etc. –, pode-se interpretar que ou eles são subservientes perante o país de imigração e que, portanto, se negam ou se traem a si mesmos, ou que a sua cultura de origem é vergonhosa e merece ser ocultada.

novembro e em 4 de dezembro de 1935 nas Cortes espanholas demandando o estabelecimento de quotas para os profissionais estrangeiros na Espanha e, em concreto, ressaltou os efeitos nocivos da concorrência de engenheiros e técnicos estrangeiros, porquanto propunha a sua redução: “A éstos les llega, como a todos los trabajadores, el régimen de trabajo de extranjeros, que se regula por el Ministerio del ramo en el Decreto de 29 de agosto último y en una orden complementaria o aclaratoria del 12 de noviembre; pero resulta que estas normas están muy lejos de defender de una manera suficiente la expectación de hallar trabajo en España que tienen los técnicos españoles, y lo están porque – sin perjuicio de otras ampliaciones que personas más cercanas que yo a este género de preocupaciones sabrán traer para complemento de nuestra información – adolecen, por lo menos, de estos defectos. Dice este Decreto de 29 de agosto último que, con objeto de que esté asegurada la colocación preferente de un español en cualquier caso, aquel que necesite contratar a un trabajador habrá de presentar las bases a que someta la colocación para el empleo que tiene vacante; estas bases habrán de publicarse en la gaceta, transcurrirá un cierto período, y sólo en el caso de que ningún español apto se presente a solicitar la plaza, podrá serle concedida a un extranjero. Pero, claro, como la fijación de las condiciones de colocación se deja por entero al arbitrio del que ofrece el cargo, como estas condiciones no son las genéricas de: “necesito un hombre de tales condiciones, de tal característica, de tal título o de tal especialidad”; sino que se puede llegar en la fijación de las condiciones hasta el pormenor más delgado, ocurre – y de esto he visto algunos casos en la Gaceta –, que aquellos que quieren deliberadamente colocar, no ya a un extranjero en general, sino a un determinado extranjero que probablemente tienen a su servicio, establecen condiciones tan estrechas, que sólo aquel extranjero las puede cumplir. [...] Por otra parte, se echa de menos en esta regulación la determinación de un cupo profesional para los españoles y una proporción establecida para los extranjeros. Debe tratarse de alguna omisión, porque en esta orden complementaria de noviembre se dice que estarán sujetos al régimen de concesión de carta profesional aquellos que trabajen por su cuenta, y se entiende que trabajan por su cuenta los que tienen a sus órdenes menos de cuatro empleados. Para el caso éste, se exige que esos cuatro empleados, dos, por lo menos, sean españoles; pero para aquellos que estén empleados a las órdenes de personas que no se consideren a sí mismo como trabajadores, no hay limitación. Para éstos el cupo de extranjeros y el cupo de españoles está completamente abierto” (Primo, 1945: 418-20).

Em *Emigrantes*, o protagonista manifesta a sua contrariedade por ter que assumir um posto de trabalho – o de camponês – que, nas suas cogitações, não lhe poderia render a quantidade de benefícios calculada para um breve prazo de tempo:

– E o senhor vai?

– Eu? Não faltava mais nada do que vir ao Brasil para agarrar à enxada! [...]

– Vem recomendado a alguém?

– Eu venho ter com um rapaz da minha terra.

O inspector voltou-se para a mesa, a reunir os papéis. E Manuel da Bouça ficou a ruminar o diálogo.

“Estavam caçoando com ele... Vir ganhar no Brasil cento e cinquenta mil réis por mês! Assim, quando voltaria a Portugal?” (Castro, [1928] 1954: 122).

Nesse trecho observa-se que não eram coincidentes o trabalho reservado pelas autoridades para um imigrante e a ocupação almejada por esse emigrante com vistas ao enriquecimento rápido. A contradição consiste na relutância de um camponês, o protagonista Manuel da Bouça, para trabalhar na lavoura no Brasil. Ele, apesar do seu despreparo para o desempenho de profissões urbanas, era consciente de que o trabalho rural não lhe renderia o salário desejado. Portanto, durante a sua estada no Brasil, ele deveria adotar a impostura de se propor candidato para labutar na cidade por achar que só obteria lucro em um ofício urbano. A atitude de Manuel da Bouça representa o paradigma de muitos camponeses chegados ao Brasil. Eles abandonavam o trabalho reservado nas fazendas aos imigrantes, já que eram conscientes de que a ascensão social pretendida não se poderia encontrar no modo de vida que os fizera sair da sua pátria. Se essa mudança lhes fosse vedada, só lhes ficaria a alternativa de se conformarem e se empenharem na profissão rural para investirem os ganhos na educação da sua descendência.

Eis uma grande diferença entre a imigração no Brasil e a imigração magrebina e turca estudadas em *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. Sayad assinala que a emigração reproduz as relações características da situação colonial. A emigração é, como a colonização, “o lugar e a oportunidade mais favoráveis à relação de força que engendrou essas reações, a saber, a relação (desigual) entre, por um lado, uma sociedade, uma economia, uma cultura dominante e, por outro, uma sociedade, uma economia, uma cultura dominadas” (Sayad, 1998: 230).

No caso do Brasil, e dos países americanos que demandaram mão-de-obra européia, não se pode projetar a mesma estrutura de dominação destacada por Sayad para a diacronia

das relações *internacionais* entre a França e a Argélia. No continente americano, logo da emancipação, a maior parte da mão-de-obra livre procedia de ex-metrópoles ou de potências coloniais. Contudo, os camponeses e operários pobres europeus não chegavam a América para ocupar cargos administrativos ou desbravar terras a serviço das metrópoles, senão para assumir os trabalhos que as nações libertadas e soberanas lhes reservassem. Esse é um dos aspetos do desdobramento sociológico na imigração europeia no Brasil. Os imigrantes europeus podiam-se considerar vítimas de uma relação de exploração, porém, simultaneamente, desde a demagogia ou com um afã de revanchismo nacionalista, podiam ser qualificados como sucessores dos antigos algozes. Inclusive, os próprios imigrantes podiam reinterpretar o discurso demagógico criado contra eles por aborígenes nacionalistas para entender o seu estigma: o seu estatuto de trabalhadores pobres no exterior era a consequência da falência, pelo mau governo, de uma nação que fora poderosa.

Sayad (1998: 55) sublinha que, para qualquer discernimento, a condição imigrante e a condição de desempregado são, de fato, um paradoxo. Para que um sujeito (não-imigrante), instalado duradouramente, ou de forma provisória, em um país que não é o seu, seja considerado estrangeiro basta com que ele seja um não-nacional. Porém, o estrangeiro imigrante precisa trabalhar para não ser interpelado, jurídica e moralmente, sobre o sentido da sua presença e para não correr o risco de ser cominado a retornar.

Por sua vez, o estrangeiro não-imigrante pode receber um ordenado, uma pensão, ou montantes de rendas, do país do qual é natural ou de onde tem a nacionalidade. Esse alógeno pode ser um investidor, um funcionário de uma empresa multinacional, um pesquisador ou cooperante a serviço de instituição forânea. Inclusive, ele pode até ser um agente formador, pago pelo país da emigração ou pelo país da imigração, dedicado a *reaculturar* os seus patrícios imigrantes, ajudando-os para que se reencontrem a si mesmos e redescubram o país que abandonaram, reabilitando-os, assim, para empreenderem o retorno. Embora trabalhe e apesar de, sub-repticiamente, se ter assentado indefinidamente em um país que não é o seu, o estrangeiro que não desempenhe trabalhos próprios de imigrantes não se sentirá um imigrante, nem será socialmente encaixado nos correlativos estereótipos, nem será juridicamente assim classificado.

Contudo, cabe ao estrangeiro não-imigrante compor uma identificação retórica, quando assim o decidir e ignorando as contradições que gera a posição que ocupa, com os

estrangeiros imigrantes em favor da comunhão patriótica entre todos os patrícios desterrados. É o que expressa Castelao em um discurso proferido em agosto de 1940 perante imigrantes galegos em Buenos Aires:

Sería parvo agachar a miña condición de desterrado político; pero eu xúrovos que sóio me sinto emigrante dendes que cheguéi a este país, coma se saíra de Galiza vontariamente, empurrado pola ilusión de atopar unha vida mellor. E como emigrado xa me incorporéi á coleitividade galega, para sentir os seus propios afáns e soñar co retorno á Terra que nos dou o ser; pero sempre leal e agradecido ao país que nos dá o pan de cada día. Eiquí me criéi i eiquí veño envellecer, e nos dous extremos da miña vida síntome igoalmente ledos, porque a patria arxentina non é allea ao noso sentimento patriótico e nela non trocamos o noso xeito de vida. Mentiría se non dixese que quero morrer na Terra en que nascín; mentiría se non confesase que para os meus anceios Galiza é a Terra mellor do mundo e que sóio nela me sinto feliz; pero em Bós-Aires viven máis galegos que en ningunha cibdade de galiza e polo tanto é natural que declare a miña verdade: síntome máis a carón da propia patria vivindo em Bós-Aires que vivindo en Madrid. E que ninguén vexa nesta sincera declaración nin a máis leve sombra de política.

Tardéi moito en chegar porque o camiño foi longo e retorto; pero xa cheguéi i estou eiquí. Agora vivo antre vós e prégovos que me teñades como un irmán verdadeiro, porque para min non hai idea máis pura que a da solidariedade fraternal dos galegos (Castelao, 1976: 28-29).

III. 1. 3. O imigrante frente ao asilado

O estigma do imigrante encontra-se em uma posição hierarquicamente inferior em relação ao estigma de outros desterrados, isto é, aos motivos políticos dos asilados. A subalternação do estigma do imigrante a respeito do estigma do asilado é perceptível em outro discurso de Castelao, pronunciado em setembro de 1940, no Centro Galego de Buenos Aires. Esse discurso intitulou-se “A hestoria e a tradición de Galicia”. Nele, Castelao expôs uma síntese de elementos do repertório constituinte da autêntica tradição galega. A defesa dos bens materiais e simbólicos garantes da tradição – “a enerxía étnica que vive nos limbos da conciencia nacional galega”, “a ialma eterna de Galicia” – era, para Castelao, uma das estratégias que deviam ser seguidas para a melhora das condições de vida dos galegos e para que se conseguisse que eles anulassem o estigma da emigração e pudessem permanecer na sua pátria. Mas essa vocação redentora e essa tomada de partido fizeram com que alguns dos seus adais, entre eles o próprio Castelao, padecessem a perseguição da reação e se soubessem condenados, para não perecerem, a assumir o estigma do desterro. Diz Castelao:

Así soñábamnos nós nos días de trunfo, en vísperas do gran acontecemento. E para que vexades como eran as nosas preocupacións vou lervos un proeiro de afiche que eu compuxera para a campaña que se avexiaba con motivo da presentación do Estatuto. O albre: [...] Na nosa terra danse os mellores albres. O día que seipamos o que val un albre, aquel día non teremos necesidade de emigrar. [...] Así era a nosa política. Por creer que Galicia necesitaba un Estatuto autonómico para resolver os seus problemas e desenrolar a súa cultura e a súa economía nós fumos o que debíamos ser, fixemos o que debíamos facer e demos todo canto podíamos dar. E agora estou na Arxentina – a terra xenerosa que acollen tantos homes da nosa caste e a que os galegos queremos como a nosa segunda patria – coa tristura que me produce o estima que me acompaña, o estima de “desterrado político”. Eu non son um político ao uso, aínda que andivera polas tripas da política en misión de cidadanía. Eu son un galego, un patriota, que ama a súa Terra, que quere vivir para ela e que morrerá co seu nome nos beizos. Eu soio quixera ver compridos os anceios dos mortos. E para que non haxa dúbidas de quenes son os nosos mortos, eu quixera contalos a todos; pero son incontables e innumerables aínda que pode concretarse a súa memoria en figuras que todos nós levamos no corazón: Antolín Faraldo, Rosalía de Castro, Curros Enríquez, Alfredo Brañas, Alexandre Bóveda (Castelao, 1976: 36-38).

O asilado é aceito e acolhido por um Estado debido aos compromissos assumidos em acordos internacionais em relação aos refugiados políticos⁶⁶. A falta de emprego dificulta aínda máis as condicións de existencia no desterro deses asilados, mas non contradiz o sentido da súa residencia fora do país de onde é natural. O asilado deberá procurar fontes de ingresos que lle permitam subsistir, embora a procura de traballo non seja a

⁶⁶ Ariosto Licurzi sublinhou, na década de 1940, as dificultades que había que enfrentar no proceso de incorporación dos refugiados – os “emigrantes políticos” – ao mercado de traballo americano. Para ele, o principal problema relativo ás medidas a serem tomadas para a adaptación deses suxeitos ás necesidades do país receptor consistía nos empecilhos que, con frecuencia, criaba a falta de documentación sobre eles, a qual impedía coñecer plenamente os seus antecedentes judiciais e policiais. Perante esa situación, ele propunha: “Una solución de emergencia podrían darla, quizá, los gobiernos donde estuvieren refugiados: certificando su conducta policial y judicial durante el tiempo transcurrido desde su arribo a los respectivos países. Tres o cuatro años vividos bajo el amparo de sus leyes hospitalarias pueden constituir un período de prueba suficiente acerca de la peligrosidad o inocuidad de un sujeto. Con mayor fundamento, sabiendo que durante su asilo, estos refugiados políticos son objeto de frecuentes investigaciones policiales, obligados a presentaciones temporarias, episódicas o regulares, para informar a la autoridad sobre sus actividades, cambios de domicilio, obtención de trabajo, etc. Es muy probable que se llegue a ello, sin dificultad. Pero, ¿qué valor podemos dar a estos certificados? ¿Es la personalidad real la que consignan, o es una personalidad ‘reconstituida’ para facilitar la emigración? ¿Qué valor puede darse a una falta de anotaciones judiciales, en los casos de pasaportes librados por los gobiernos exilados desde su sede de asilo? ¿Acaso sabemos cómo se rigen? O debemos creer que, huyendo, estos gobiernos llevaron en su fuga los archivos judiciales de la nación respectiva?” (Licurzi, 1945: 20). Licurzi aspira a que o estatuto dos refugiados non impeça que eles ajan no país que os acolha como *mão-de-obra*. Em forza de traballo foron convertidos milhares dos refugiados espanhóis que atravesaram a fronteira francesa entre 1938 e maio de 1939. Alberto Fernández (1972), no seu estudo intitulado *Emigración republicana española (1939-1945)*, analiza a participación deses refugiados na resistencia e na liberación da Franca; moitos deles pasaram, dos campos de concentración e de castigo na Franca e no norte da África, a integrar o coletivo da M.O.I. [*Mão-de-obra imigrada*]. O autor informa que, a partir desas compañías de traballadores estranxeiros, organizou-se o *maquis* e a guerrilha nas cidades ocupadas.

justificativa que motivou a sua presença⁶⁷. Nos motivos para a ocupação de uma vaga de qualquer emprego estriba, portanto, a diferença entre o asilado e o imigrante. Se o primeiro não arruma trabalho, o seu estatuto não muda, mas, caso o segundo fique descolocado ou caso o seu desempenho não seja o esperado, surgirão os questionamentos acerca do sentido da sua presença junto a uma nação que não é a sua.

Ao asilado e ao estrangeiro não-imigrante cabe-lhes encontrar fórmulas para se relacionarem com os patricios imigrantes com os quais compartilham o espaço da expatriação. Para o asilado e para o estrangeiro não-imigrante, a estratégia de convivência mais conveniente consiste em conseguir que o seu capital cultural e simbólico seja reconhecido, protegido e apoiado economicamente pelos conterrâneos imigrantes que tiveram fortuna, estabelecendo-se, assim, um relacionamento em que o mecenato que recebem o asilado e/ ou o estrangeiro não-imigrante pode redundar, perante alguns dos

⁶⁷ No início da década de 1980, o literato argentino Juan Gelman refletiu sobre a condição do asilado – a que ele tivera que assumir – nos poemas de *Bajo la lluvia ajena* (notas al pie de una derrota) [1983], por nós lidos no livro *Interrupciones II* (Gelman, 1986). Gelman (1986: 13) definiu o exílio como “una vaca que puede dar leche envenenada” e os exilados como “inquilinos de la soledad” (Gelman, 1986: 44). Desde Roma, redigiu a seguinte consideração sobre a colônia de desterrados argentinos, que interpretamos como uma exposição dos motivos que, caso eles assim o decidam, permitem que os asilados evitem a aculturação na circunstância do país que os acolheu e que, desde a sua solidão, se limitem a ignorar, e inclusive, desprezar o que os rodeia sob o amparo da saudade e da fidelidade à pátria abandonada: “En la colonia exiliar Argentina predomina la apatía política y de otro tipo. Se trabaja o no, se estudia o no, se aprende el idioma del país en que se está o no, se reconstruye la vida o no. Las mujeres pasan como ríos, se las quiere o no, se las conserva o no. La necesidad de autodestruirse y la necesidad de sobrevivir pelean entre sí como dos hermanos vueltos locos. Guardamos la ropita en el ropero, pero no hemos deshecho las valijas del alma. Pasa el tiempo y la manera de negar el destierro es negar el país donde se está, negar a su gente, su idioma, rechazarlos como testigos concretos de una mutilación: la tierra nuestra está lejana, qué saben estos gringos de sus voces, sus pájaros, sus duelos, sus tormentas”. Os exilados podem argüir, perante os nativos e perante os seus compatriotas não-exilados, que, quando residiam na sua pátria, tinham tudo o que precisavam e que a causa de ter partido dela se deveu, só, às consequências da sua atitude dissidente, isto é, à perseguição política, às ameaças e ao banimento. Assim, eles podem asseverar que deixarão o exílio imediatamente após a desapareição do regime que os expulsou ou os fez fugir. E isso pode ser uma justificativa para a recusa de quaisquer compromissos ou relacionamentos com a sociedade do país em que residem temporariamente, a qual, supõe-se, não pode compreender as nuances da circunstância dolorosa do desterro. Contudo, o desterro demanda do banido que, para que ele possa dar cabimento à excepcionalidade do seu estatuto, ele tenha que se referir constantemente à pátria e às razões que motivaram o seu exílio dela, isto é, ao seu passado. A esse respeito Gelman (1986: 21) expressa o seguinte: “de los deberes del exilio:// no olvidar el exilio/ combatir a la lengua que combate al exilio// no olvidar el exilio/ o sea la tierra// o sea la patria o lechita o pañuelo// donde vibrábamos/ donde niñábamos// no olvidar las razones del exilio// la dictadura militar/ los errores// que cometimos por vos/ contra vos// tierra de la que somos y nos eras// a nuestros pies/ como alba tendida/ y vos/ corazoncito que mirás// cualquier mañana como olvido// no te olvides de olvidar el olvido”. No escrito XII de *Bajo la lluvia ajena*, Gelman (1986: 28) contrasta a disposição de um exilado – ele mesmo – e um imigrante judeu ucraniano em Buenos Aires – seu pai –. Gelman destaca que, nas peculiaridades da carência que impulsiona à emigração ou ao exílio, e nas formas de relacionamento com a terra deixada, estão os traços diferenciais entre a condição que assume o asilado e o trabalhador estrangeiro: “Mi padre vino a América con una mano atrás y otra adelante, para tener bien alto el pantalón. Yo vine a Europa con una alma atrás y otra adelante, para tener bien alto el pantalón. Hay diferencias, sin embargo: él fue a quedarse, yo vine para volver”.

campos sociais locais dos nativos, em atribuições intelectuais e políticas prestigiosas ou, quando menos, atraentes, para os imigrantes.

Todavia, entre os imigrantes e os asilados, e os estrangeiros não-imigrantes, pode também se tecer um campo de lutas a partir de ressentimentos, desconfianças e discordâncias baseados nas posições diferentes que ocupam e no caráter conflitante dos seus talentos. Nessa situação, os asilados e os estrangeiros não-imigrantes, embora saibam que fazem parte de um grupo nacional estrangeirado que também abrange os imigrantes, em vez de se sentirem solidários como esse coletivo, podem renegar das imagens associadas a ele e recusar-se a se integrarem na nação da diáspora, para se identificarem, unicamente, da sua individualidade, com a nação que permaneceu no território pátrio.

Na realidade, perante a sociedade que os acolheu, os imigrantes e os asilados compartilham um mesmo estatuto do estrangeiro e ambos os grupos conservarão a tolerância que os protege no país de acolhida enquanto se mostrem úteis para essa sociedade. Paralelamente, ambos os grupos representam uma falência da nação que não foi capaz de os reter como trabalhadores ou que mesmo os expulsou por desentendimentos ou rivalidades ideológicas. Nesse sentido, com isenção de suspeitas sobre as benesses dos países de origem, só pode ser compreendida a saída de estrangeiros não-imigrantes e não-asilados quanto estes fazem parte de quadros profissionais reputados ou de missões culturais. Os estrangeiros não-imigrantes que têm poder gozam de respeito e causam fascínio, embora procedam de um país onde agentes com o seu perfil são excedentes; eles convertem-se, inclusive, em metonímias difusoras das representações positivas do país ao qual são vinculados, podendo chegar a imporem usos e critérios que serão reproduzidos pelos nativos. Sobre esses estrangeiros com capacidade de gerar emulações no país receptor correr-se-á o risco de que recaiam discursos e ações de repúdio geradas desde posições nacionalistas que sentem ameaçados os seus valores. Todavia, os emigrantes/ imigrantes, unicamente circunscritos à condição de mão-de-obra, carecem de um poder simbólico que projete imagens sobre eles que transcendam o que se espera da figura de um bom ou mau trabalhador estrangeiro.

De todas as formas, os limites entre as posições ocupadas, nas sociedades de acolhida, pelos imigrantes e asilados podem ser muito tênues. Há asilados que se recusam a serem reconhecidos nas idiosincrasias dos imigrantes. Na introdução deste trabalho

reproduziu-se um parecer ao respeito de Castelao, quem destacava o caráter egrégio do seu estatuto frente ao dos seus patrícios classificados como trabalhadores estrangeiros. Mas, nas situações em que o asilado não recebe subsídios ou nas situações em que ao asilado não lhe permitem se sustentar explorando os motivos da sua expatriação, o desempenho de trabalhos remunerados alheios à sua condição de asilado confunde-o com um imigrante.

Por sua vez, o imigrante pode sentir que a sua permanência e o seu exercício profissional em um país estrangeiro patenteiam uma injustiça contra ele. No seu estudo sobre os imigrantes republicanos espanhóis na cidade de São Paulo, Gattaz (1996) salienta o caráter de exílio, além do de *perda*, que reveste a escolha da expatriação como a solução para a situação de crise em que um sujeito está submerso. Esse historiador diz que:

Segundo sete dos dez espanhóis que entrevistei, a falta de perspectivas econômicas foi o principal fator que os impulsionou a sair do país; a dificuldade material, no entanto, foi na maioria dos casos ocasionada pela perseguição política, o que dá a característica de exílio a uma emigração que aparece como de origem puramente econômica (Gattaz, 1996: 49).

Nesse sentido, o Dr. Ariosto Licurzi, professor titular de Medicina Legal na Universidad de Córdoba (R. A.) respondia como se segue, em um ensaio publicado em 1945, com o título *Problemas de inmigración y de criminología*, à questão ¿Todo extranjero que llega al país es un inmigrante?

En el período de la anteguerra se diferenciaba, con cierta lógica, al inmigrado de otros extranjeros – profesionales, comerciantes, turistas, etc. – que llegaban a puertos americanos. Estos eran “pasajeros”, según la calificación burocrática corriente; mientras los primeros, que llenaban las terceras clases de los transatlánticos, representaban los verdaderos emigrantes: trabajadores, pobres y sufridos, como los que volcará en nuestros puertos el próximo aluvión.

A éstos conviene atraerlos y ayudarlos por todos los medios, para que con el trabajo puedan crear su bienestar y realizar la vieja sentencia latina: “Ubi panem et libertas, ibi Patria”.

Los del otro grupo – los “pasajeros de clase”, burgueses y profesionales emigrados – poco interesan al país, en este momento histórico-social. [...] Desgraciadamente, con ellos la selección adquirirá aspectos menos gratos. El profesionalismo propio configura ya, entre nosotros, una preocupación social que no debemos agravar con elementos extraños. El sentimiento de solidaridad social – esencia inmortal del cristianismo – chocaría con el sentido realístico, que aconseja rechazarlos como elementos inapropiados a la vida económica argentina, en las condiciones actuales.

Hoy tampoco los capitalistas representan una categoría ventajosa de inmigrantes para la vida argentina. El problema fundamental de éstos consiste en obtener las mayores utilidades y rendimientos del capital traído. El porvenir económico y el progreso general de la nación sólo les interesa en cuanto se relaciona con su problema; y termina cuando sus empresas comerciales,

industriales o bancarias dejan de producir pingües ganancias. Constituyen un “cuerpo demográfico deforme – diría Livio Livi – con atrofia del sentimiento del deber social”, pues carecen de sensibilidad afectiva hacia el ambiente que explotan y que, aparentemente, benefician.

Los beneficios reales, en verdad, los perciben ellos. Y bien se puede decir que, en lugar de inmigración de capitalistas, se trata de inmigración de capitales, seguida de emigración de utilidades (Licurzi, 1945: 10-11).

Observa-se que, para Licurzi, o que caracteriza o imigrante desejado pelo país receptor não é o só a sua dedicação ao trabalho, senão a conveniência dessa dedicação ao trabalho. O imigrante, para ser aceito e protegido, tem que produzir em benefício da nação que o acolheu e deve subordinar as suas aspirações de enriquecimento pessoal aos interesses da nação que só permite a sua presença porque precisa do seu trabalho. Isto é, o imigrante, além de um trabalhador esforçado e humilde, tem que ser conveniente⁶⁸. A preocupação de Licurzi com a adequação sanitária dos imigrantes parte da sua inquietude para estabelecer critérios de idoneidade para o melhor rendimento desses sujeitos no trabalho:

En los primeros tiempos casi todo inmigrante sufre el juego de una especie de ambivalencia psíquica, durante la cual resulta difícil su adaptación al trabajo y al medio, y a la vez se puede malograr buena parte de sus aptitudes y su porvenir económico-social. Al mismo tiempo que emprende anheloso una

⁶⁸ No início da imigração europeia no Brasil, as expectativas colocadas sobre o trabalhador estrangeiro centravam-se na comprovação da sua conveniência para a substituição da mão-de-obra escrava na lavoura das fazendas. Entre os primeiros contratadores, responsáveis dos negócios agropecuários, houve o propósito de aplicar aos imigrantes um tratamento semelhante ao dos africanos. Em consequência disso, até a década de 1920 denunciaram-se abusos. Publicaram-se reportagens e livros de memórias com vistas a que os candidatos a migrar reconsiderassem se as contrapartidas compensavam a estadia fora do seu país. O primeiro testemunho de grande repercussão de um imigrante magoado pelo maltrato recebido e, portanto, pela frustração do seu projeto no Brasil foi o que Thomas Davatz divulgou nas suas *Memórias de um colono no Brasil*, publicadas em alemão, em 1858, em Chur (Suíça) (Davatz, 1941). Um exame geral da situação da imigração europeia no Brasil está contido no livro *Voyage au Brasil*, publicado, em 1868, pelo paleontólogo suíço Louis Agassiz junto à sua esposa Mme. Agassiz. Eles basearam-se na sua viagem científica que fizeram pela região amazônica, de abril de 1865 a julho de 1866. Nós consultamos a terceira edição, de 1882, uma edição popular, resumida, lançada pela Librairie Hachette, de Paris. No final da obra, os autores fazem a seguinte consideração sobre os problemas da imigração no Brasil: “Aussi a-t-il fait des tentatives pour appeler à lui la population européenne; mais ses essais n’ont été sérieusement entrepris, avec une certaine énergie, que vers l’année 1850, après que la traite des nègres eut été réellement abolie et lorsqu’il fut devenu impossible d’importer des bras de l’Afrique. Malheureusement, dans cette entreprise, le gouvernement et les planteurs poursuivaient un objet différent. Le premier voulait avec la plus entière bonne foi, créer une population de travailleurs et une classe de petits propriétaires. Les *fazendeiros*, au contraire, accoutumés à exploiter le travail servile et forcé, ne songeaient guère qu’à compléter leurs ateliers en substituant les Européens aux Africains. De terribles abus en résultèrent: sous prétexte de’avances faites pour payer leur passage, de pauvres émigrants, et principalement les Portugais ignorants des Açores, devenaient virtuellement la propriété des *fazendeiros*, en vertu d’un contrat qu’il leur était ensuite presque impossible de rompre. Ainsi furent discréditées les tentatives faites par le gouvernement pour coloniser l’intérieur; mais ces iniquités, pratiquées sous prétexte d’immigration, ne peuvent plus désormais se produire” (Agassiz, 1882: 261-62).

nueva vida, lejos de la opresión política o la coacción económica que lo impulsó a emigrar – el recuerdo de su constelación familiar y social surge y polariza todas sus actividades mentales. Cuanto más diferente del nuestro era aquel medio, tanto más insidiosamente sufre la coacción de aquella idea parásita – que no es nostalgia – y que monopoliza todos los componentes de su vida afectiva, deprime su atención y distorsiona hasta el sentimiento de interés profesional. Los inmigrantes con poca afinidad psico-étnica con nuestra raza presentan más intenso este cuadro de xenopathema que, por configurar una verdadera enfermedad del espíritu, escapa a toda previsión y todo control de las leyes sanitarias e inmigratorias. Sus frecuentes infortunios contrastan con su capacidad de producción, muy deficiente [...] Tal vez se nos creará egoístas, porque analizamos con aparente frialdad estas situaciones ingratas. Claro que sería más generoso abrir las puertas a todos: vigorosos, débiles y tarados, sin preocuparnos de que su déficit físico represente un factor negativo y perjudicial a la economía del país. Pero, esto no sería ni práctico ni patriótico (Licurzi, 1945: 14-15).

A preocupação de Licurzi com os antecedentes judiciais, penais e morais surge, por sua vez, da necessidade de se evitar o dano que poderia ser causado à sociedade receptora pelos indivíduos estrangeiros, ou de inata tendência para o crime, ou irreversivelmente perturbados nos conflitos bélicos europeus, convertidos em seres deficitários nos aspetos morais e psicofisiológicos. Para Licurzi, a incapacidade deles para se adaptarem ao trabalho levá-los-ia a crises de tensão emotiva e depressão moral – provável índice da tendência para o crime –, tendo, como destino final, o hospital, o cárcere ou o manicômio ou, simplesmente, uma vida parasitária, qualificada pelo autor como um “delito social”. Assim, o autor recomenda às autoridades argentinas que extremem as precauções na aceitação de documentos de identificação judicial e policial dos imigrantes, visando, sobretudo, a descoberta de antecedentes relativos a delitos repetidos contra a pessoa e a propriedade, e delitos sexuais.

Com frequência, os imigrantes e a sua cultura são mantidos segmentados das características dos campos sociais do país que convoca e aceita a mão-de-obra estrangeira. Ariosto Licurzi, assumindo um ranço de superioridade ao considerar que a Europa, coletivamente, após a destruição das suas estruturas tangíveis – as materiais – e morais teria que recorrer ao continente americano para que a ajudasse na reconstrução orgânica, e na recuperação dos ideais, e a alimentasse, advertia dos perigos que seriam consequência do contato com povos sensibilizados pela miséria e pela desesperação, tomados pelo ódio. Ele aprecia o seguinte:

La inmigración nos traerá ambos problemas: el del trabajo y el de la criminalidad, no siempre discriminables. Demasiadas inquietudes y demasiado dolor ha costado y sigue costando la

delincuencia propia a nuestro continente, para no preocuparnos ante el peligro señalado (Licurzi, 1945: VIII).

O autor acreditava que, quando se suspendesse a beligerância entre os povos europeus, grandes contingentes de emigrantes chegariam à nação argentina na procura de tranqüilidade espiritual e bem-estar econômico. A nação teria o dever iniludível de receber massas de imigrantes, mas a solidariedade com os outros não poderia afetar à solidariedade primigênia, que é a que acontece entre os cidadãos nacionais. Assim, ele questiona, em primeiro lugar, se convinha à Argentina a recepção de novas massas imigrantes e se o país tinha capacidade para assimilá-las. Além disso, o autor acredita que se devia proceder à seleção desses trabalhadores estrangeiros e evitar-se, logo, o deslocamento, no mercado, de trabalhadores nacionais, a depreciação da mão-de-obra e a desocupação. Para superar os riscos econômicos, políticos e étnicos, ele propõe que só fosse aceita a imigração de famílias no meio rural, onde elas poderiam constituir colônias, isto é, empresas de trabalho agrícola. Contudo devia ser evitada a concentração nesse meio de grupos de indivíduos de uma nacionalidade determinada, os quais gerariam núcleos étnicos estanhos à “família argentina” nos quais, segundo Licurzi (1945: 11) pesariam “preceptos y doctrinas político-morales y sociales incompatibles con el espíritu liberal de nuestras leyes, nuestras tradiciones y nuestra idiosincrasia”. Licurzi almeja a homogeneidade entre os trabalhadores da Argentina, a qual devia girar em torno à capacidade e à vontade de trabalho e ao sentimento de gratidão, respeito e submissão às leis, aos interesses e à moral da nação que será a pátria da descendência desses trabalhadores. Mas, para atingir esse objetivo de adaptação e assimilação dos trabalhadores estrangeiros, Licurzi acredita que se devia proceder à seleção deles por meio da avaliação do seu perfil psico-moral e social, na qual deveriam ser observados os antecedentes sanitários, judiciais e penais, morais, psico-técnicos e profissionais, e étnicos.

A elghorba

Ao examinar a problemática específica da imigração argelina na França, Sayad qualifica os trabalhadores argelinos como padecedores de um eterno exílio [*elghorba*]. Essa apreciação fora desenvolvida por Sayad em um artigo intitulado *Elghoba*: o mecanismo da reprodução da emigração, publicado em 1975 nas *Actes de la recherche en sciences sociales* e reproduzido no estudo supramencionado (Sayad, 1998: 25-44).

A partir do testemunho de um jovem informante da Cabília que emigrou a Paris, Sayad examina a gênese, os motivos e os desafios da emigração em uma aldeia camponesa berbere, a criação das redes de migração, a ilusão inerente às esperanças de sucesso depositadas no lugar de destino, o convívio com outros patrícios aldeões imigrantes, o desengano no tocante à redenção econômica alcançável na *elghorba* na França, o fingimento de bem-estar nos retornos à aldeia de origem e a desagregação do modo de vida tradicional, que passa a ser apresentado como obsoleto e inane.

Sayad sublinha que a proletarização e o abandono do trabalho rural levavam à estruturação da *elghorba* como único modo de vida, de tal forma que a manutenção das decadentes condições de existência na aldeia se fazia dependente das esperanças depositadas na retroalimentação que recebesse dos emigrantes. O ideal para uma família dessas aldeias da Cabília era dispor de um capital humano que lhe permitisse, ao mesmo tempo, manter alguns membros na aldeia e delegar outros na França. Os primeiros teriam que aplicar o capital econômico remetido pelos segundos em capital simbólico que rendesse o reconhecimento e a admiração da vizinhança perante o êxito dessa estratégia de sobrevivência.

A *elghorba* é, inicialmente, planejada como temporária, mas, com frequência, essa estadia fora da pátria torna-se contínua, com o qual o estatuto do emigrante se estabiliza. Assim, criam-se dois tipos de *elghorba*: o duradouro, na emigração na França, e o temporário, causado pelas esparsas estadias em férias na aldeia ou pela inadaptabilidade em um regresso provocado pela aposentadoria ou a doença. Nos discursos dos emigrantes/imigrantes da Cabília, Sayad distingue uma tripla verdade envolvendo a significação da palavra *elghorba*:

Na lógica tradicional, a verdade da *elghorba* é a de ser associada ao “poente”, à “escuridão”, à distância e ao isolamento (entre os estranhos, logo à sua hostilidade e ao seu desprezo); ao exílio; ao terror (aquele que é provocado pela noite e que o faz se perder numa floresta ou numa natureza hostil); à perda (por perda do sentido de direção); à infelicidade etc. Na visão idealizada da emigração, fonte de riqueza e ato decisivo de emancipação, *elghorba*, intencional e violentamente negada em seu significado tradicional, tende (sem, todavia, conseguir completamente) a trazer uma outra verdade que a identificaria com a felicidade, a luz, a alegria, a segurança etc. A experiência da realidade da emigração vem desmentir a ilusão e estabelecer a *elghorba* em sua verdade original (Sayad, 1998: 44).

O processo cíclico da *elghorba* inicia-se, pois, quando, de uma posição nacional, se cria uma disposição à rejeição do desenvolvimento de um projeto vital longe da pátria, pois só na pátria se encontram os caminhos para a autêntica felicidade. Nesse estágio, a *elghorba* envolve azarado fado. A impossibilidade da realização dos projetos na pátria abre o espaço das retificações à ilusão de uma estada no exterior. Crê-se que, nessa estada, poder-se-ão conseguir os meios para a auferibilidade do projeto vital ao acontecer o retorno. A *elghorba* perde, assim, as suas marcas de desarraigo e reveste-se de matizes vinculados à fantasia da fortuna.

Contudo, quando a vida na *elghorba* se materializa e a quimera de um triunfo garantido, rápido e fácil, se esboroa, a representação final da *elghorba* funde-se com as primeiras imagens. É então quando a *elghorba* passa a ser sentida pelo migrante como ubíqua e o anseio que causou a migração se deslocaliza e perde a sua ligação com um único ponto de chegada. As razões do trânsito do migrante e, por parte desse sujeito, a assunção com indiferença ou por identificação com a aventura, de qualquer destino em que se possa satisfazer a aspiração aos proveitos simbólicos do ganho material expressou-as, como se segue, José Maria Ferreira de Castro no seu prólogo ao romance *Emigrantes*:

Os homens transitam do Norte para o Sul, de Leste para Oeste, de país para país, em busca de pão e de um futuro melhor. [...] Alguns, porém, não se resignam facilmente. A terra em que nasceram e que lhes ensinaram a amar com grandes tropos patrióticos, com palavras farfalhantes, existe apenas, como o resto do mundo, para fruição de uma minoria. E eles, mordidas as almas por compreensíveis ambições, querem também viver, querem também usufruir regalias iguais às que desfrutam os homens privilegiados. E deslocam-se, e emigram, e transitam de continente a continente, de hemisfério a hemisfério, em busca do seu pão. Mas, em todo o Mundo, ou em quase todo o Mundo, vão encontrar drama semelhante, porque semelhantes são as leis que regem o aglomerado humano. Não esmorecem, apesar disso. Continuam a transitar de olhos postos na luz que a sua imaginação acendeu, enquanto os mais ladinos, aproveitando todas as circunstâncias favoráveis ou criando-as até, fazem oiro com a ingenuidade dos ingênuos (Castro, [1928] 1954: 13).

Nesse exílio, provisório, mas com frequência durável, é projetada, por parte das sociedades de emigração e de imigração, a ilusão da neutralidade política. Trata-se de uma neutralidade, em palavras de Sayad (1999: 19), que não só se exige do imigrante, senão que “se impõe ao próprio fenômeno da imigração (e da emigração), cuja natureza intrinsecamente política é mascarada, quando não é negada, em proveito de sua única função econômica”. Há, pois, implicações políticas dentro da lógica da ordem da imigração

que o próprio sujeito imigrante faz questão de esquivar. Em *Emigrantes*, o personagem Afonso, após o navio Darro aportar em Santos, comunica ao protagonista Manuel que ele ansiava desembarcar para poder imediatamente assumir a sua posição de imigrante, ou seja, incorporar-se ao trabalho, evitando qualquer distração ou perda de tempo que emperrasse o seu projeto de enriquecimento através do trabalho denodado: “Os da primeira vão já para a cidade. Como se não fôssemos todos iguais! Dizem que nos sustentam, que nos dão casa... Mas o que eu queria era ir já para terra. Vim para trabalhar e não para perder tempo. Bom; adeus, senhor Manuel! Mais uma vez... Passe bem! Seja feliz!” (Castro, [1928] 1954: 113).

Na narrativa do desembarque frisa-se como a transformação em agentes da produção no país de acolhida era um desejo catártico que ineria o afastamento e a superação das disposições relativas às trajetórias pretéritas truncadas:

Ruidosas, enchendo de brancura a escada trémula, as polacas passaram levemente de uma embarcação para a outra e atrás delas seguiram os galegos, desempenhados, respirando saúde e decisão. [...] E na terceira tudo dir-se-ia provisório: diminuído o rebanho, os que ficaram, italianos, alguns galegos, cinco portugueses, uma dezena de mulheres, tinham a atitude de quem espera a saída de um funeral, para dar nova arrumação à vida, para estabelecer nova ordem (Castro, [1928] 1954: 113-117).

O masoquismo do imigrante

A adaptação, aplicada ao imigrante, possui uma denotação bastante ambígua. O ajuste, a adequação ou a acomodação, por parte do trabalhador alienígena, aos costumes dos naturais em troca de permissividade e amparo e, inclusive, fraternidade, pode implicar a sua submissão, isto é, a *servidão voluntária*, a clássica expressão do séc. XVI para a interpretação da condição humana criada por Etienne de La Boétie em *De la servitude volontaire ou contr'un*, desenvolvida, retraduzindo-a psicanaliticamente como “pacto masoquista”, por Joel Birman (2006) no seu trabalho sobre o campo do mal-estar na contemporaneidade intitulado *Arquivos do mal-estar e da resistência*.

Ora, a adoção de uma disposição submissa pelo estrangeiro imigrante, e a conseqüente sujeição deste às normativas e a modelos de condutas do país receptor, dependeria tanto da sua vontade de ser percebido pelos aborígenes como um ente aceitável, ou mesmo admirável, por se ter revestido de características comportamentais semelhantes às nacionais do país de imigração, quanto da autoridade simbólica e do poder coercitivo da

sociedade desse país para assediar o forâneo e conseguir que ele se aculture e assimile. Cabe, pois, à sociedade nativa a decisão do grau de adaptação que há de assumir o imigrante. Nesse sentido, é possível que só se espere que o imigrante aja unicamente como um trabalhador estrangeiro, de modo que facilmente seja reconhecido como tal e não se confunda com os nacionais. Mas podem aparecer as resistências, a rebeldia do imigrante que se afirma a si mesmo desprezando e rejeitando os modos do país em que reside, discriminando-se, e, portanto, prorrogando o seu ser no passado em um espaço social novo, sentindo-se um inadaptado. Pode também surgir uma outra rebeldia, a de aquele imigrante que, abandonando o gueto em que fora confinado, emula os naturais e tenta se dissolver entre eles, reinventando-se em uma ilusão eugênica para procurar passar despercebido.

Seja qual for a disposição que assuma o imigrante, a sua condição de trabalhador estrangeiro confere-lhe uma dupla servidão, voluntária ou involuntária, já que junto à sujeição, como mão-de-obra, às relações de trabalho, deve observar o diferencial inerente à sua classificação como alienígena. Assim, ele consente, quando menos parcialmente, a posição de dominado que ocupa ao ter aceitado, supostamente desde a sua liberdade, desempenhar-se como trabalhador em um país que não era o espaço natural da sua nacionalidade. Houve, pois, vontade explícita, e desejo, na decisão tomada por esse estrangeiro, tendo ele acreditado que, para alcançar a satisfação que se desprende da auto-realização como operário, deveria transitar pela dor do desarraigamento nacional e, usando da liberdade de que gozava, emigrar. Assim, aplicando-se a visão de Joel Birman acerca do significado de *masoquismo*, entende-se que o imigrante é um sujeito masoquista porque almeja a sua satisfação como mão-de-obra transmutando-se em alienígena, pondo-se, para tal, às ordens de quem possa garantir a proteção de que precisa como estrangeiro para cumprir o seu plano. O suposto protetor do imigrante servil fica, assim, autorizado e legitimado para agir, adjudicando-se a faculdade de decidir o grau de violência e crueldade que creia ser necessário empregar com essa mão-de-obra estrangeira servil. Enuncia Birman:

O masoquismo seria uma modalidade de subjetivação mediante a qual o sujeito se submete ao outro de maneira servil, seja de forma voluntária ou involuntária, pouco importa, para fugir do horror do desamparo. Para isso, o sujeito permite que o outro possa fazer o que quiser, com o seu corpo e o seu espírito, para se proteger do terror do desamparo. Nesse contexto, a dor é uma resultante e um

desdobramento dessa posição obscena diante do outro, mas não é aquilo absolutamente que o sujeito busca e tem a intenção de obter (Birman, 2006: 28).

A adesão masoquista do imigrante mostra dois vieses. Se, pelo desencanto e pela frustração aos que ele foi conduzido por não haver sido capaz de amortecer, na sua pátria, o desamparo em que se encontrava, o indivíduo opta por se expatriar e se sujeitar ao que lhe concedam os outros para assim conseguir o triunfo e o gozar, esse anseio de redenção requerer-lhe-á a aceitação de um novo desamparo em que o deixará o seu estatuto de trabalhador estrangeiro, com a conseqüente humilhação, e o ressentimento, que se podem derivar da perda de auto-estima por se ocupar uma posição servil desde uma perspectiva nacional. Assim, frente ao desamparo penoso que, como trabalhador insatisfeito, ou desempregado, sofria na sua pátria, o desamparo que lhe ocasiona se sentir e ser reconhecido como estrangeiro é a contrapartida dolorosa do comprazimento de se redimir podendo trabalhar em consonância com as suas ambições e podendo aspirar à obtenção de riqueza e de distinção.

O exílio dissimulado

Na introdução de *Brasil, país do futuro*, Stefan Zweig frisou que a pesquisa que derivara na obra fugira ao “seu habitual círculo de atividade”. Esclareceu que ela era conseqüência do impacto que recebera ao conhecer o Brasil, um país no qual não acreditara que poderia residir pelas imagens preconceituosas que dele tinha. Zweig descreve, como se segue, a idéia que formara sobre o Brasil:

uma república qualquer das da América do Sul, que não distinguimos bem umas das outras, com clima quente, insalubre, com condições políticas de intranquilidade e finanças arruinadas, mal administrada e só parcialmente civilizada nas cidades marítimas, mas com bela paisagem e com muitas possibilidades não aproveitadas – país, portanto, para emigrados ou colonos e, de modo nenhum, país do qual se pudesse esperar estímulo para o espírito. Uma visita de dez dias a tal país parecia-me suficiente para quem não é geógrafo, colecionador de borboletas, caçador, sportsman ou negociante (Zweig, [1941] 1960: 3).

Zweig supunha que, no Brasil, só permaneceria o breve tempo que durasse a escala, na cidade de Rio de Janeiro, de uma viagem transatlântica que empreendera rumo a Buenos Aires. Todavia, no Rio descobrira, além de uma rara combinação entre montanha, natureza tropical, cidade e mar, que o comovera, “uma espécie inteiramente nova de civilização”, bela e dinâmica, em todos os campos, incluídos a arquitetura e o urbanismo.

Posteriormente, ao viajar até São Paulo e Campinas, percebera a imensidão do país e observara que, apesar do desenvolvimento rápido pelo qual o Brasil passava, a maior parte das riquezas naturais estava ainda por explorar. Assim, entendeu que no Brasil havia espaço para até quinhentos milhões de habitantes, que poderiam conviver na “segurança da paz” e em uma “atmosfera hospitaleira”. Entendeu também que resultava impossível o cálculo da importância do país para as vindouras gerações, mas que era inquestionável que no Brasil estava “o futuro do mundo”.

O austríaco expressou que essa primeira revisão sua fizera com que se desvanecesse a sua “presunção européia que muito superficialmente trouxera como bagagem”. Portanto, no início da Segunda Guerra Mundial, espantado com a “Europa suicida”, decidira se retirar desse “mundo que se destrói” e residir “no mundo que se desenvolve de maneira pacífica e fecunda” (Zweig, [1941] 1960: 5). Stefan Zweig, ainda que não renegasse da Europa, mas sim da sua circunstância, retirou-se dela, porém não assumiu que a sua determinação envolvia o exílio, e que só poderia permanecer nele enquanto as autoridades locais lho permitissem. Zweig, conseqüentemente, indica que escolhera o Brasil, como destino para o seu retiro indeterminado, pelas boas impressões que o país lhe causara durante a sua primeira e breve estadia e devido à vontade, que então tivera, de descrever pormenorizadamente o país.

Observa-se que Zweig justifica com duas argumentações a sua presença no Brasil. Se, por um lado, esta se devia à sua necessidade de se retirar da Europa, por outro, ele solapa o seu exílio, argüindo que o intuito que o fez ficar no país estrangeiro era a elaboração de um tratado descritivo a partir de apreciações obtíveis na vivência *in loco*. Diz Zweig ([1941] 1960: 5): “afinal cheguei de novo a este país, mais bem preparado do que anteriormente, a fim de tentar fazer dele uma pequena descrição”. É claro que, ao enunciar que estava “mais bem preparado”, Zweig indiretamente reconhece que ele estava predisposto para a admiração do que enxergasse⁶⁹.

⁶⁹ Ao se referir às mudanças infraestruturais do Brasil no capítulo intitulado Economia, Zweig ([1941] 1960: 106-07) destaca os avanços que ele observou que aconteceram no Brasil entre a sua primeira visita e a sua segunda estadia. Ele louva os efeitos das ações empreendidas na saúde pública, pois se combateram algumas doenças infecciosas – cita a sífilis – e se executaram projetos sanitários para diminuir a insalubridade do Rio – “uma das mais seguras cidades do mundo” –. Assinala os melhoramentos nas comunicações através do transporte aeroviário e os efeitos causados pela extensão da refrigeração às residências e aos escritórios. Esses efeitos consistiam no aumento, no clima tropical, da capacidade de trabalho. Ao respeito declara: “Já hoje quem, passados alguns anos, volta a este país, fica constantemente surpreso de ver que coisas admiráveis ele

Dada a circunstância bélica em que estavam submersas a Europa e os Estados Unidos – *Brasil, país do futuro* foi publicado no Rio em 1941 –, a descrição do Brasil composta estava destinada aos consumidores brasileiros. Assim, Zweig, apesar de ser um estrangeiro havia pouco retirado no Brasil, dirige explicitamente o seu exame do país aos habitantes do país. Zweig matiza, no entanto, que a imensidão do Brasil sempre impediria o conhecimento pleno deste, inclusive quando se colocasse todo o tempo de uma vida para esse fim. As suas viagens não o levaram até o Centro-Oeste, nem à Amazônia, nem ao interior dos estados do Sudeste e do Sul, restringindo-se à “orla da civilização do Brasil”. Devido a isso, informa que não lhe fora possível:

Expende conclusões definitivas, predições e profecias sobre o futuro econômico, financeiro e político do Brasil. Os problemas do Brasil relativos à economia, à sociologia e à civilização são tão novos, tão especiais e, sobretudo, dispostos de modo tão indistintos, em consequência da vastidão do país, que cada um deles exigiria um grupo de especialistas para esclarecê-lo inteiramente. É impossível ter uma noção completa dum país que ainda não tem uma vista de conjunto de si próprio e se acha em crescimento tão rápido que toda estatística e todo relatório já estão atrasados quando impressos (Zweig, [1941] 1960: 7).

No Prólogo, em uma aparente contradição, Zweig expressa que comprovara ser inviável o seu propósito de descrever o Brasil. Contudo, diz que manteve esse propósito, mas que tivera que limitar o alvo da sua análise ao aspecto brasileiro que julgava mais atual, e de relevância espiritual e moral, por servir de exemplo de união e tranquilidade para todos os países do mundo. Esse aspecto era o convívio pacífico, no Brasil, entre os sujeitos de diferentes raças, credos, ideologias e condições econômicas. Zweig opina que se encontrara uma solução feliz para um problema que, devido à “constelação particularmente complicada” da sociedade brasileira, podia-se ter convertido no seu maior perigo. Esse risco inerente ao Brasil pela sua composição foi, como se segue, exposto por Zweig, quem explica as causas pelas quais, apesar de o risco ser patente, ele não se transformara em um problema:

O Brasil, pela sua estrutura etnológica, se tivesse aceito o delírio europeu de nacionalidade e de raças, seria o país mais desunido, menos pacífico e mais intranquilo do mundo. Nele ainda são nitidamente reconhecíveis, já nas ruas, as diversas raças e sub-raças de que é constituída sua

fez no ponto de vista da centralização, da autonomia e do saneamento do país. [...] Quem vê o que aqui se fez e ao mesmo tempo sabe o que ainda está por fazer, tem certeza de que o vencerem-se todas as dificuldades é apenas uma questão de tempo. Mas cumpre não esquecer que o tempo mesmo já não é um padrão uniforme, que ele se acelerou pelo impulso da máquina e pela inteligência humana”.

população. Aqui vivem os descendentes dos portugueses que conquistaram e colonizaram o Brasil, aqui vive a descendência aborígine dos que habitam o interior do país desde épocas imemoráveis, aqui vivem milhões provindos dos negros que nos tempos da escravidão foram trazidos da África, e milhões de estrangeiros, portugueses, italianos, alemães e até japoneses. Segundo o modo de pensar europeu, seria de esperar que cada um desses grupos assumisse atitude hostil contra os outros, os que haviam chegado primeiro contra os que chegaram mais tarde, os brancos contra os negros, os brasileiros contra os europeus, os de cor branca, parda, ou vermelha, contra os da raça amarela, e que as maiorias e as minorias, em luta constante pelos seus direitos e prerrogativas, se hostilizassem. Com maior admiração verifica-se que todas essas raças, que já pela cor evidentemente se distinguem umas das outras, vivem em perfeito acordo entre si e, apesar de sua origem diferente, porfiavam apenas no empenho de anular as diversidades de outrora, a fim de o mais depressa e o mais completamente se tornarem brasileiras, constituindo nação nova e homogênea. Da maneira mais simples o Brasil tornou absurdo – e a importância desse experimento parece-me modelar – o problema racial que perturba o mundo europeu, ignorando simplesmente o presumido valor de tal problema (Zweig, [1941] 1960: 7-8).

O Brasil seria, portanto, um país exemplar por ter sabido evitar a incidência de problemas étnicos no convívio entre os campos sociais da nação. Esse estágio da formação nacional ter-se-ia alcançado através da dissolução dos contrastes “fortes” e “perigosos” dos grupos exógenos – os imigrantes – e mediante a negação de todas as diferenças, exigindo-se, simultaneamente, a recondução do ânimo desses grupos à “criação duma consciência nacional única”. Zweig ([1941] 1960: 9) diz ter observado que essa estratégia fora um sucesso, até o ponto de que “em geral, o filho de estrangeiro é nacionalista”.

Para o autor, a atmosfera humana amistosa existente, desde sempre, no Brasil, e a ausência de quaisquer ódios na vida pública e familiar, unidas à beleza sem-par da natureza que já se percebe ao desembarcar no país, faziam com que os adventícios fossem serenamente cooptados pela maneira de viver dos brasileiros. Zweig assinala, no Prólogo, que essa harmonia social tinha sido notória desde o início da existência do Brasil (“a nação brasileira há séculos assenta no princípio da mescla livre e sem estorvo, da completa equiparação do preto, branco, vermelho e amarelo” Zweig, [1941] 1960: 8). Nas conclusões apresentadas no capítulo dedicado à análise da história do Brasil (Zweig, [1941] 1960: 13-63), o autor salientou que o talante pacífico e conciliador inerente à natureza do *volksgeist* brasileiro, portanto, inalterável, se refletira nos âmbitos da política nacional e nas relações internacionais. Eis essa apreciação:

Em todas as suas formas o Brasil, em essência, nunca se alterou, só se desenvolveu para constituir uma personalidade nacional cada vez mais forte e mais consciente de si própria. Na sua política, quer interna, quer externa, o Brasil inabalavelmente revelou sempre o mesmo método, porque refletia a alma de milhões e milhões: resolução pacífica de todos os conflitos, mediante conciliação recíproca (Zweig, [1941] 1960: 62).

Zweig assevera que no Brasil havia uma absoluta igualdade entre os cidadãos na vida pública e na privada – “na escola, nos empregos, nas igrejas, nas profissões e na vida militar, nas universidades, nas cátedras” (Zweig, [1941] 1960: 8). Ele louva a tolerância natural dos brasileiros, a qual impedira, em primeiro lugar, as perseguições religiosas (“o Brasil é uma nação em que não existiram nem perseguições religiosas sangrentas, nem fogueiras de inquisição” Zweig, [1941] 1960: 12), em segundo lugar, a ignomínia sobre os escravos (“Em nenhum outro país os escravos foram tratados relativamente com mais humanidade” Zweig, [1941] 1960: 12), e, em terceiro lugar, crises políticas que derivassem em regimes abjetos ou em vocações imperialistas que ameaçassem os outros países do continente. Este terceiro ponto é, assim, exposto por Zweig:

Mesmo suas revoluções interiores e mudanças de regime se efetuaram quase sem derramamento de sangue. Os dois imperadores, que a vontade do Brasil de se tornar independente fez deixarem o país, dele se retiraram sem sofrer vexames e, por isso, sem ódio. Mesmo após rebeliões e intontonas que foram sufocadas, desde a independência do Brasil os cabeças não pagaram o ato de insurreição com a vida. Quem quer que governe o povo brasileiro, inconscientemente é forçado a adaptar-se a seu espírito de conciliação; não constitui uma casualidade o fato de o Brasil – que entre todos os países da América durante decênios foi a única monarquia – ter tido como o imperador o mais democrata, o mais liberal de todos os soberanos. E hoje, que o Governo é considerado como ditadura, há aqui mais liberdade e mais satisfação individual do que na maior parte dos nossos países europeus (Zweig, [1941] 1960: 12).

Apesar do predomínio de uma visão ufanista e ilusória sobre o Brasil, na prosa de Zweig também se assinala que ainda havia imperfeições no país, embora se pontualize que já se iniciara a execução dos planos para resolvê-las. As imperfeições que, para o autor, afastavam o país do estado ideal eram: a “maneira de vida” de uma grande parte da população, inferior à “maneira de vida” predominante na Europa; as escassas e rudimentares “atividades técnicas” e a incipiência da indústria; os desajustes no “mecanismo da administração”; o primitivismo do interior do país; e as “pequenas faltas de

pontualidade e inexatidão” na cotidianidade⁷⁰. Essas imperfeições, na sua opinião, deveriam ser superadas para evitar que “certos viajantes” comodistas e superficiais pudessem regressar aos seus países, logo de visitar o Brasil, com “a presunção de superioridade em civilização e de achar muita coisa neste país atrasada e deficiente” (Zweig, [1941] 1960: 10). De todas as formas, minimiza, e inclusive neutraliza, as máculas apontadas alegando que os periclitantes “acontecimentos dos últimos anos” alteraram os referenciais relativos à civilização e cultura de uma nação. A civilização deixara-se de medir por critérios cingidos à capacidade de organização, à fortuna pecuniária e ao conforto, e pela quantidade e qualidade de bens de consumo por indivíduo nacional⁷¹, e passara a ser ponderada através do “cômputo do espírito de humanidade”. Por essa norma de confronto, o Brasil, devido ao espírito pacífico e humanitário do seu povo, ocuparia, segundo Zweig, uma posição superior⁷².

Brasil, país do futuro está estruturado em cinco partes. Uma extensa primeira parte, que ocupa a metade da obra, é dedicada a generalidades sobre o Brasil; é composta pelas seções Prefácio, Introdução, História, Economia e Civilização. Seguem-se as partes dedicadas ao Rio de Janeiro, a São Paulo e a Minas Gerais, e a parte intitulada O vôo sobre o norte, que reúne os seus ensaios sobre a Bahia, o Recife e a Amazônia. O produto

⁷⁰ A falta de rigor com os compromissos foi, no entanto, percebida por Zweig ([1941] 1960: 134), no capítulo Civilização, como uma virtude civilizacional digna de emulação, pois ela derivava em um modo de vida relaxado e afável e, portanto, mais humano: “Mas, por outro lado, também o europeu que chega ao Brasil para visitá-lo mais ou menos demoradamente, tem aqui muito que aprender. Encontra outro sentimento do tempo. Aqui o grau de tensão da atmosfera é menor, os indivíduos são mais afáveis, os contrastes menos fortes, a natureza está mais próxima, o tempo não está cheio de ocupações, as energias não se acham tão fortes e extremamente tensas. Vive-se aqui mais pacífica, portanto mais humanamente, não se vive tão maquinal, tão padronizadamente, como nos Estados Unidos, não se vive tão superexcitado e envenenado pela política como na Europa”.

⁷¹ No capítulo intitulado Civilização, Zweig ([1941] 1960: 123) expõe que a displicência, ou mesmo o rechaço, em relação aos bens de consumo era um traço distintivo da maioria das famílias brasileiras. Estas, segundo ele, não possuíam esses bens não porque não os pudessem adquirir, senão porque não tinham interesse neles: “A não ser em umas trezentas ou quatrocentas famílias de classe elevada, não se encontrarão no país inteiro nenhum quadro de valor, nenhuma obra de arte, mesmo medíocre, livros de valor, nada do conforto que tem o pequeno cidadão europeu – no Brasil é sempre a frugalidade que desperta a atenção do estrangeiro”.

⁷² No capítulo intitulado Civilização, Zweig ([1941] 1960: 116) relativiza o talante bondoso do povo brasileiro. Censura esse talante por ser suscetível de conduzir à hiperestesia, podendo derivar em percepções erradas da fala ou do comportamento do outro, as quais, por sua vez, provocavam, pela ofensa sentida, reações de desconfiança e, inclusive, de rancor: “Essa extraordinária delicadeza de sentimentos, essa ausência de preconceitos, essa boa fé, essa boa índole e essa incapacidade de ser brutal do brasileiro acompanham-se duma sensibilidade muito grande e talvez excessiva. Não só muito sentimental, mas também muito sensível, todo brasileiro possui um sentimento de honra muito suscetível e todo especial. Precisamente porque é tão cortês e modesto, toma logo a mais involuntária descortesia por um menosprezo. Não é que ele reaja violentamente como um espanhol, um italiano ou um inglês; por assim dizer, guarda a suposta ofensa”.

encerra-se com uma Tabela Cronológica da história do Brasil; essa tabela inicia-se com a partida de Lisboa da esquadra de Cabral e finaliza indicando-se a Revolução de 1930 – “Getúlio Vargas assume a presidência-1930” –.

Citamos a seguir umas passagens que consideramos paradigmáticas da disposição de Zweig como observador do Brasil. A primeira refere-se à sua compreensão da miséria do Rio de Janeiro e a segunda à sua análise do fenômeno imigratório europeu no Estado de São Paulo. Em ambas, o talante e a conduta do povo brasileiro, por um lado, e a diacrônica orientação natural seguida por esse povo para o convívio cordial e para a assimilação dos alienígenas, por outro, são o motivo que leva Zweig a apresentar o Brasil como o país do futuro. Assim, a prosa que recolhe as impressões de Zweig sobre o Rio mostra um observador felizado, que se compraz com o relaxado modo de vida e com os gostos frugais dos cariocas:

No Rio a vida pode ser boa para todos. A idéia de aqui ser rico, de viver em uma dessas casas maravilhosas cercadas de parques e situadas e situadas nos outeiros da Tijuca, é muito sedutora. É mais fácil ser pobre aqui do que noutra cidade. O mar é livre para o banho, e a beleza para todos os olhos; as pequenas necessidades da vida custam pouco dinheiro, as pessoas são afáveis e é infinda a multiplicação das pequenas surpresas diárias que fazem feliz uma pessoa, sem que ela saiba o porquê disso. [...] Algumas das coisas singulares, que tornam o Rio tão colorido e pitoresco, já se acham ameaçadas de desaparecer. Sobretudo as “favelas”, as zonas pobres em plena cidade, será que ainda as veremos daqui a alguns anos? [...] Mas as “favelas” apresentam um colorido especial no meio dessa figura caleidoscópica, e ao menos uma dessas estrelinhas do mosaico deveria ser conservada no quadro da cidade, porque elas representam um fragmento da natureza humana primitiva no meio da civilização. [...] A vida social tolera nesta cidade todos os contrastes; podemos tomar um sorvete numa confeitaria refrigerada, que por seus preços lembra as de Nova York, e muito perto dela, muitas vezes no mesmo prédio, podemos tomá-lo por alguns tostões, e podemos com o mesmo terno de brim andar num automóvel ou num bonde com os operários; nada nesta cidade se hostiliza, e encontramos em todas as pessoas, no engraxate e no aristocrata, a mesma polidez que aqui une harmonicamente todas as classes sociais. [...] Quem visita o Brasil não gosta de o deixar. De toda parte deseja voltar para ele. Beleza é coisa rara e beleza perfeita é quase um sonho. O Rio, essa cidade soberba, torna-o realidade nas horas mais tristes. Não há cidade mais encantadora na terra (Zweig, [1941] 1960: 143; 152; 170; 172).

Na cidade de São Paulo, Zweig ([1941] 1960: 173-88) não encontrou a beleza que o embasbacara no Rio, mas encontrou o progresso que era consequência dos capitais gerados com o seu trabalho pelos imigrantes europeus. Eles são caracterizados como trabalhadores

especiais pela necessidade que eles tinham de investir toda a sua capacidade individual em progredir, pois, para alcançarem esse progresso, ao chegarem despojados do recurso ao auxílio de rendas hereditárias, só podiam contar com a sua força e a sua ambição para os empreendimentos econômicos. O progresso paulista, segundo Zweig, não era compatível nem com a estética nem com os sentimentos; precisava-se que fosse assepticamente materialista. Os trabalhadores estrangeiros assentados em São Paulo tinham a função de provocar a sua emulação da sua atitude por parte dos “filhos do país”, já residentes em São Paulo, ou que a São Paulo se deslocavam pelas notícias transmitidas em relação ao lucro que esses imigrantes lá obtinham⁷³.

III. 1. 4. O imigrante e o lucro

A busca de trabalho bem remunerado no exterior é o móvel da emigração, mas essa razão de ser constitui paralelamente o estigma da imigração. O migrante busca emprego fora da sua pátria e nação porque estas não lho oferecem na medida das suas pretensões. Por isso ele deve aceitar converter-se em um sujeito não-nacional em trânsito em um país que, indefinidamente, tolera a sua presença sempre que ela esteja revestida de utilidade econômica e social – de utilidade nacional –, da qual se almeja que os benefícios produzidos superem por ampla margem os custos causados.

⁷³ Em *Brasil, país do futuro*, não há nenhuma passagem sobre a imigração européia em que Zweig mencione os espanhóis. Ao se referir à imigração na cidade de São Paulo, são os italianos o grupo em que o autor baseia a sua valorização acerca dos aportes dos trabalhadores estrangeiros ao progresso do Brasil. Eis a apreciação de Zweig sobre as características da imigração italiana nessa cidade: “O verdadeiro impulso para o progresso foi trazido pelos imigrantes nos últimos decênios do século dezenove. Instintivamente procura o imigrante condições de vida e clima que correspondam aos que tinha em sua pátria; os italianos, que constituem a maioria dos imigrantes, encontram em São Paulo o clima do Norte e do centro da Itália e o sol do sul da Europa. Eles não têm que se adaptar; trazem consigo toda sua energia e ainda a fortalecem no Brasil. O imigrante tem sempre maior sofreguidão de progredir do que o filho do país, não possui bens de herança dos quais possa viver sem trabalho, e tem que adquirir tudo pelo labor. Isso aumenta a sua atividade, isso faz com que dispenda maior energia. E essa energia e esse espírito de empreendimento estimulam os filhos do país; justamente os brasileiros mais dispostos para o trabalho e mais ambiciosos se estabelecem em São Paulo, onde encontram esses trabalhadores mais civilizados, mais bem preparados e mais operosos. O capital, por sua vez, aflui em massa para o espírito de empreendimento, uma roda engrana na outra, e assim a máquina do progresso de ano para ano trabalha com maior velocidade. Quatro quintos do total produzido hoje de modo organizado e industrialmente no Brasil têm origem em São Paulo. Esse Estado, mais do que qualquer outro da União, mantém a economia nacional em equilíbrio; é, de certo modo, o centro muscular do Brasil, o órgão da sua força. O músculo é, sem dúvida, no organismo um dos elementos mais necessários, mas não é um órgão bonito. Quem espera ter da cidade de São Paulo impressões estéticas, sentimentais ou pitorescas, fique sabendo que São Paulo é uma cidade que cresce para o futuro, e ela o faz tão rápida e sofregamente que não presta muita atenção ao seu presente e ainda menos ao seu passado” (Zweig, [1941] 1960: 175).

Em *Emigrantes*, Ferreira de Castro destaca que era o desejo, e a confiança, de um enriquecimento rápido, mediante o exercício de qualquer ofício proveitoso que estaria à sua espera, o que fazia que centenas de camponeses europeus, pobres e sem qualificação, embarcassem rumo ao Brasil:

A Espanha embarcara, em Vigo, uma boa centena de galegos, homens fortes e rosados, que seguiam ao deus-dará, confiantes nem eles sabiam em quê; todos, porém, dispostos a amoedar na própria pele o oiro ambicionado. [...] Depois, quando veio o hábito e o oceano se tornou calmo, os galegos foram os primeiros a desenroscar os corpos. Também italianos, romenos e portugueses não tardaram a fazer vida no convés superior, debruçando-se, de quando em quando, na extremidade da proa, para ver por cima da âncora a marcha do navio. [...] Portugueses, galegos e italianos irmanavam-se na mesma arrastada melancolia, voz de tristeza campesina evolvendo-se dos lóbregos corredores da terceira até o mar, que a abafava rapidamente.[...] Os companheiros falavam, as mulheres destrançavam queixas, mas ele não os ouvia, sempre com o espírito a magicar no que faria o Cipriano quando o visse aparecer – cá estou, quero trabalho! – e na vida que o esperava, que o esperava de modo indefinido, como várzea sob nevoeiro. Mas o exemplo dos outros fortalecia-lhe o ânimo. O Lopes ia também, como ele, ter com um conhecido – e, além disso, acompanhavam-no mulher e filhos. E o Nóbrega? E os galegos? A mesma coisa, tudo a mesma coisa (Castro, [1928] 1954: 96-101).

O emigrante aceita a emigração como uma provação passageira. Se essa provação é superada, o sujeito imigrante resolve o sentido da sua emigração, pois, após a obtenção do sucesso, ele sentirá que cumpriu a sua missão e poderá empreender o regresso. Se nessa provação fracassa, ele poderá procurar novas chances de provação com vistas à sua definitiva redenção, ou poderá retornar como um vencido, ou poderá tentar conviver indefinidamente com a sua derrota no espaço em que foi derrotado e onde não será recriminado nem interpelado pelas causas da sua derrota, pois os envolvidos nela puderam assistir diretamente a ela. Paralelamente, para que a realização dessa provação seja permitida e possa-se desenvolver, o imigrante tem que aceitar previamente uma série de reservas e condições fixadas pelos agentes que controlam o espaço natural dos nacionais. Esses agentes sentem-se obrigados a velar pela manutenção do caráter nacional da pátria e do Estado, para o qual hão de excluir os não-nacionais do campo político exigindo-lhes a adoção de neutralidade e polidez e a submissão à ordem estabelecida.

A valorização do emigrante no espaço da emigração, e o conseqüente poder simbólico que lhe outorguem, dependerá do capital econômico que ele acumule no espaço da imigração. Por mais justificada que seja a opção pela emigração, não basta com que ela

se ampare em uma alegação inicial. Enquanto o sujeito mantenha a sua condição de ausente, essa alegação terá que ser constantemente renovada. Os argumentos da alegação terão que ser reforçados, para resultarem mais convincentes, quanto mais se prolongue a ausência.

Se o retorno definitivo não acontece, o projeto de ausência perde a sua delimitação e passa a ser ambíguo e indeterminado e, conseqüentemente, suspeito a respeito da sua razão de ser e dos seus prazos, constatando-se as iniciais suscetibilidades acerca de ele poder-se converter em uma separação radical. Sayad (1998: 109) acredita que a única forma para se evitar jogar a suspeita de “fuga” ou “renegação” sobre o emigrante cuja ausência se torna infinda é a da “moralização” da emigração. A moralização do fenômeno emigratório consiste em inocentar ou eximir de culpa tanto àqueles que se ausentam (os emigrantes) quanto àqueles que consentem a ausência e que, portanto, se tornam cúmplices dela (o conjunto da sociedade de emigração). Essa moralização é, na sua essência, um amoralismo que permite neutralizar o fenômeno, retirando dele qualquer julgamento dramático sobre a sua morfologia, e que o tecniciza ao o apresentar como um processo trivial no qual, sem dó nem traumas, uns indivíduos tentam melhorar a sua fortuna indo trabalhar por um prazo indefinido em um país que não é o seu, com vistas a regressarem ao seu país quando o processo esteja encerrado, isto é, quando se tenha acumulado o capital anelado que motivou a partida. O amoralismo, para ser completo e eliminar tendências à culpabilização relativas à sinistrose, tem que contemplar que possa acontecer qualquer acidente durante o desenvolvimento do processo, aceitando-se, ora prorrogações da ausência do lar para se completar o percurso, ora a consecução parcial das metas propostas ou, inclusive, o fracasso do empreendimento.

O amoralismo também age sobre a prestação de contas que tem que fazer o emigrante retornado. Ao regressar, o emigrante há de fazer público o balanço da sua estadia no exterior, mas este não deve ser um exame escrupuloso senão uma simples apresentação do capital acumulado através do seu desempenho profissional. A confissão dos padecimentos e das sensações de mal-estar tidos durante a estada no exterior não tem cabimento para um retornado preocupado com a sua honra. Ele é consciente de que todos os sujeitos concernidos com a sua presença no exterior, e interessados em saber, já sabem, sem que ele precise dizer e apesar de que eles possam fingir e ignorar. Dessa forma, ao não

se incentivar que o retornado realize a auto-análise da sua experiência, ou ao se evitar a difusão dessas auto-análises, a sociedade de emigração distancia-se da inteligência da circunstância miserável que propiciou as situações particulares derivadoras em processos migratórios.

O êxodo e o imigrante

Na tradição judeu-cristã, o êxodo, com a sua espera longe da pátria, é o caminho para a purificação. Essa purificação torna-se necessária quando um indivíduo, ou um povo, errou ao desobedecer alguma norma ou violar algum preceito. Assim, a redentora vagabundagem que se segue à ruína e ao exílio é, no *Livro de Jeremias* (Bíblia Shedd, 1997: 1071-73), a maldição com que o *Senhor* castiga o povo enganado e corrupto. De um outro clássico, a *Odisséia*, depreende-se que a viagem coloca, aos que a assumem, em situação de debilidade e penúria. A estada longe da pátria constitui uma provação para o viajante; outrossim se arrisca quem decide se relacionar com ele⁷⁴. A viagem também pode ser interpretada como um demorado processo para o conhecimento, como nos versos de Kaváfis dedicados a Ítaca⁷⁵:

⁷⁴ Sob o título *El viajero desnudo* (Piñeiro, 1981), e mediante a hiperbolização do insólito, Juan Piñeiro parodiou a provação e os riscos a que se enfrenta o forasteiro, como assunto recorrente dos livros de viagens. *El viajero desnudo* é uma narração de incidentes fantásticos e de bizarras experiências sexuais. No Prólogo – *Cómo llegar a ser explorador. Breves advertencias para el que quiera iniciar un viaje maravilloso* –, o autor ridiculariza os frequentes conselhos para viajantes que escrevem os protagonistas de travessias pelo exótico e misterioso. O autor caça também das vivências interiores tidas em rituais de passagem. O sarcasmo em relação às recorrências argumentais dos livros de viagens é aplicado no Prólogo a partir dos seguintes itens: I. Estudio preliminar de la región que se pretende explorar; II. Información sobre las lenguas y costumbres extranjeras; III. Organización de la expedición y medios de transporte; IV. Los regalos; V. Los alimentos; VI. Precauciones a tomar durante la noche; VII. Cómo atravesar un curso de agua y algunos últimos consejos al explorador. No último capítulo – o capítulo XII – de *El viajero desnudo*, o autor ludibria as notas com que se costuma encerrar os livros de viagens, nas quais se pretende transmitir a transcendência, e a conseguinte ruptura na sequência biográfica, que proporciona ao sujeito a experiência desconcertante de uma travessia distinta: “Mis horas son tulipanes cerrados. No tengo sueños para descifrar ni recuerdos acechando detrás de las puertas. El único viaje está en mí. Densas telas de araña rodean mi desnudez sedentaria, envuelven mi cuerpo deslumbrante, mariposa perfecta y cumplida que prefiere seguir siendo crisálida. La silla es confortable. La noche es toral. El viaje es entonces absoluto, preciso, incomparable. Abiertos, mis ojos están fijos en el vacío, inmóviles. Mi corazón no late, inmóvil. Mi pecho no respira, inmóvil. Mis sienes no palpitan, inmóviles. Mis brazos están hundidos en un sueño letárgico. Mis piernas han alcanzado, quietas, la morada de la indolencia inalterable. Mis manos, adormecidas, sueñan. El viaje es entonces perfecto, es el solo, el único viaje posible. Veo un sol llameante. Veo una blanca garza real de Noda que eriza sus plumas. Veo piernas hundidas en arenas movedizas y un beso furtivo. Siento las antiprotonas llegar desde sus fuentes de antimateria escondidas en el espacio. Veo una isla. Descubro islas en todos los horizontes, como discos de oro, resplandeciendo entre todas las sombras y todos los resplandores” (Piñeiro, 1981: 139-40).

⁷⁵ Na sua introdução à *Antología de poesia galega* por ela organizada, Yara Frateschi Vieira (1996: 17-18) destaca o uso simbólico de referências a Ítaca como um elemento do repertório temático de alguns produtores

Faz votos de que o caminho seja longo./ Numerosas serão as manhãs de verão/ nas quais, com que prazer, com que alegria,/ tu hás de entrar pela primeira vez um porto/ para correr as lojas dos fenícios/ e belas mercancias adquirir:/ madreperolas, corais, âmbares, ébanos,/ e perfumes sensuais de toda espécie,/ quanto houver de aromas deleitosos./ A muitas cidades do Egito peregrina/ para aprender, para aprender dos doutos./ Tem todo o tempo Ítaca na mente./ Estás predestinado a ali chegar./ Mas não apresses a viagem nunca./ Melhor muitos anos levars de jornada/ e fundeares na ilha velho enfim,/ rico de quanto ganhaste no caminho,/ sem esperar riquezas que Ítaca te desse./ Uma bela viagem deu-te Ítaca./ Sem ela não te ponhas a caminho./ Mais do que isso não lhe cumpre dar-te./ Ítaca não te iludiu, se a achas pobre./ Tu te tornaste sábio, um homem de experiência,/ e agora, sabes o que significam Ítacas (Kaváfis, 1982: 118-119).

Na expressão de Kaváfis a viagem transforma-se em peregrinação na procura de redenção, de conhecimento ou, simplesmente, de lazer. No entanto, para o imigrante a viagem não é um fim em si mesmo, senão que ela é o meio para chegar ao lugar onde se encontra o trabalho, cuja procura causou que se empreendesse a viagem. A *Ítaca* do imigrante é, pois, a sua vaga no emprego.

A “terceira margem do rio”, metáfora criada por João Guimarães Rosa em um conto homônimo, pode ser aplicada para compreender a desorientação do migrante. O conto narra a história de um homem que, de súbito, faz construir uma canoa e passa a habitar na terceira margem de um rio. Elena Pájaro Peres intitulou o seu estudo sobre a imigração galega em São Paulo no período de 1946 a 1964 de *A inexistência da terra firme*. A obra é introduzida com uma citação desse conto do escritor mineiro. A historiadora menciona, como se segue, a necessidade de se entender a estranha circunstância dos imigrantes que gera a residência deles em um limbo:

Pretendo, enfim, que este meu trabalho seja uma forma de dialogar com os protagonistas dessa história, ocultados tantas vezes pelos discursos impregnados de ideologia dos representantes do poder institucionalizado, que se utilizaram e continuam se utilizando dos imigrantes como objetos de propaganda política, ora em nome da brasilidade, ora da hispanidade, da galegidade, do franquismo, do antifranquismo. Que eles possam saltar aos nossos olhos com toda a sua inefável rusticidade, plena de significados, criadora de formas de sobrevivência no novo meio. Situada entre as margens de projetos político-culturais hegemônicos, a história dos imigrantes galegos em São Paulo deve ser

literários galegos: “Vários poetas retomam o mito de Penélope, como representação da Galiza, mas agora de outra perspectiva: Xohana Torres, por exemplo, do ponto de vista da recusa da passividade como forma de ação própria e adequada à mulher; outros, revistando Ulisses, a viagem iniciática necessária para a recuperação da identidade perdida, tanto no nível individual como coletivo. [...] Aqui convém observar como o símbolo por excelência da viagem iniciática de caráter nostálgico, Ulisses, renovado embora por visões mais recentes, como a de Kaváfis, acaba por contaminar o próprio discurso crítico [...]”.

buscada no fluir da corrente, no vagar do rio, na fronteira que os separa da terra firme (Peres, 2003: 44-45).

Em função das chances de arrumar um serviço bem remunerado, o imigrante escolhe o destino da sua viagem. A ele quererá chegar no menor prazo de tempo e no meio de transporte mais em conta. Todavia, desde esse destino e através das lentes da alteridade, o imigrante predisposto pode refletir acerca da sua experiência *não-nacional*. Se assim acontece, a visão dos traços diferenciais dos campos sociais de um país estrangeiro serve de contraste para sopesar as particularidades distintivas do próprio país. Mas esse exercício reflexivo cabe também a um viajante observador. Ambos, o imigrante e o viajante, podem conferir, como consequência da estada no exterior, as imagens distintivas da sua identidade e as representações da identidade do seu país de origem. Caso eles não retornem, reunidos em coletivo de patrícios podem reproduzir no exterior as suas representações nacionais. Contudo, corre-se o risco de que estas acabem ficando temporalmente distanciadas da realidade do país de origem, convertendo-se em representações do que o país era.

III. 1. 5. A viagem e o estrangeiro

A viagem funciona, também, como um acicate para que o estrangeiro confirme a normalidade da sua idiossincrasia. Da comparação circunstancial entre os campos da sociedade própria e os da sociedade estrangeira cujo país se visita, o estrangeiro pode concluir que a sua nação compartilha traços identitários e que há uma relação de paridade entre ele e o *outro* – o natural –.

Contudo, quando a paridade não existe, isto é, no caso em que um dos dois campos sociais – o do deslocado ou o dos nativos – seja considerado desigual, o estrangeiro, ou obtém a convicção autocomplacente do bem-estar da sua pátria, ou descobre no país visitado modelos emuláveis dos quais se extraírem paradigmas de bom funcionamento.

Em uma análise de representações nos relatos de viagens de intelectuais brasileiros ao Oriente, sobretudo, ao Japão, publicados desde finais do séc. XIX pelas principais editoras do Brasil, o historiador norte-americano Jeffrey Lesser comenta que “Os viajantes criaram um Brasil a milhares de quilômetros de sua localização física. As descrições do *outro lugar* representavam sempre as esperanças acalentadas para o *aqui*” (Lesser, 2000, 266). Conforme expõe Lesser (2000: 266-300), no sistema político e econômico do Japão moderno e, portanto, quase ocidental, radicalmente transformado pela Restauração Meiji e

amplamente divulgado pelos serviços de propaganda imperiais em convites dirigidos a acadêmicos e cientistas estrangeiros de renome, os visitantes intelectuais brasileiros encontraram um modelo de progresso no campo da ciência. Eles impressionaram-se com a expansão militar e com as estruturas do poder autoritário. Esses viajantes observaram que outro benefício que obteria o Brasil, se chegasse a se parecer com o Japão, seria o de poder atingir a modernização e encaminhar-se, sob a direção do Estado, para o futuro sem ter que renunciar aos aspectos culturais tradicionais da identidade indígena e africana e às disposições sociais conservadoras. As representações das narrativas dos viajantes brasileiros, apesar de estarem alicerçadas no ponto de vista autoconfiante da superioridade, pois eles se achavam depositários do europeísmo cristão, põem de manifesto a vontade de imitação dos produtos culturais e das inovações tecnológicas conseguidas pelo Japão. Elas poderiam fornecer soluções para a melhoria da sociedade brasileira e, assim, favorecer a posição do Brasil no concerto das nações.

A narração do não-imigrante: Jiménez de Asúa no Brasil

Em 1928, um jurista espanhol, Luis Jiménez de Asúa, publicou em Madri um livro com as suas impressões de viagem ao Brasil, intitulado *Un viaje al Brasil* (Jiménez, 1928), previamente recolhidas em um “cuaderno peregrino”. A obra é uma combinação entre o livro de viagens e o ensaio acadêmico. O autor assinou o Prólogo em *San Rafael* aos 9 de julho de 1928 e dedicou o livro aos seus amigos Eudoro Cisneros – advogado argentino – e Luciano Salmona – “viajero cosmopolita” –, que viajaram com ele ao Brasil. A publicação de *Un viaje al Brasil* foi justificada pelo seu autor por dois motivos. Por um lado, pela vontade de divulgar na Espanha a análise que o autor desenvolvera sobre o Direito Penal brasileiro. Por outro, para esclarecer algumas declarações, mal recebidas no Brasil⁷⁶, que o autor fizera à imprensa espanhola no seu regresso:

⁷⁶ No Cap. V Jiménez de Asúa especifica a quais matérias jornalísticas ele aludia. Menciona uma entrevista que lhe fizera Javier Fernández Mata e que, aos 14 de outubro de 1927, publicara *El Heraldo de Madrid* com o título El Brasil tal como lo ha visto un Profesor español, e uma outra que lhe fez Francisco Ayala e que publicou, aos 15 de outubro de 1927, *La Gaceta Literaria* com o título Los Raids Literarios. Brasil, ida y vuelta. Devido à polémica recepção que puderam ter essas entrevistas, especifica perante os seus possíveis novos leitores brasileiros: “Permitidme, señores brasileños, que explaye mi criterio íntimo, y no os precipitéis en demasía a enmendar supuestos yerros de mi parte. Hasta mí han llegado confusas noticias de que no fueron de vuestro agrado las pocas censuras, apenas perceptibles entre frases de gratitud y encomio, que dirigí a la cultura jurídica de vuestro pueblo. Parece que me achacáis además inexactitudes en el aprecio hecho de vuestra pintura y de vuestra poesía. No olvidéis que esas impresiones fueron captadas por periodistas en

A mi regreso a España fui entrevistado por mis amigos de *La Gaceta Literaria* y por los redactores de *El Heraldo de Madrid*. Las entrevistas, por su forzado esquematismo, contenían juicios demasiado sintéticos, y, como yo no me preocupé de controlar esos reportajes, no estaban exentos de errores. A mi noticia ha llegado que mis opiniones causaron disgusto en el Brasil y no faltó quien se dirigiese a *La Gaceta Literaria* rectificando algunos de mis asertos. Con el designio de exponer con más reposo y con la responsabilidad de mi firma mis impresiones de viaje, compuse una serie de artículos que publicó *La Libertad*. Algunos de esos trabajos tampoco agradaron a los brasileños.

Este libro se redacta a base de mis colaboraciones del diario aludido, con aditamentos importantes y con la debida documentación. En numerosos pasajes me he servido de la anécdota y de la más suave ironía; en otros destaca el tono apologético. No pretendo que mis juicios sean acatados sin réplica, pero sí afirmo que este es el Brasil visto por mí. La obra presente displacerá a los que sólo quisieran escuchar loas descomunales. Mucho me temo que los brasileños hiperestésicos y nacionalistas se enojen conmigo; pero en cambio espero que los más inteligentes aprecien mi sinceridad y hasta juzguen benévola mi crítica.

Por otra parte, los espíritus imparciales habrán de agradecerme que difunda en la vieja y refinada Europa el Derecho penal brasileño, expuesto en la última parte de este libro con objetividad cuidadosa.

Todas las páginas de esta obra están tan serenamente escritas, que ni aun la preocupación del juicio que merezcan en el Brasil ha gravitado un solo instante sobre mi estilográfica (Jiménez, 1928: XI-XIII).

Como uma *captatio benevolentiae*, Jiménez de Asúa especifica que, embora ele tivesse almejado a imparcialidade, a exposição das suas observações era refutável, porque elas derivavam da empiria, limitada pela escassez de tempo e pela falta de hábito do autor na ponderação dos assuntos que ele, finalmente, decidira apresentar. No Prólogo, Jiménez informa que a sua estadia no Brasil se estendeu durante mês e meio, havendo-se iniciado aos 28 de julho de 1927, e que esta se devera a um convite, “de consuno, por la Universidad y por el Gobierno”, para que ele ministrasse uma série de palestras. De fato, no Cap. V ele sublinha que, no Brasil, “Los grupos intelectuales me hicieron objeto de atenciones superlativas” (Jiménez, 1928: 30). Não era a primeira vez que pisava o Brasil, pois já estivera duas vezes, embora só, em ambas as ocasiões, durante as poucas horas das escalas

entreviús concedidas a mi arribo a España, que el repórter tiene facultades para transcribir lo oído con formas propias que donen más interés periodístico a la narración, y que al escribir nombres escuchados de viva voz no se puede exigir un orden y una ortografía correctos, sobre todo cuando, como ocurre en mi caso, la sobra de quehaceres impide al interrogado revisar las notas del periodista. Es frecuente en vuestra tierra escuchar: “Calma en el Brasil”. ¿Queréis hacer honor a vuestra frase, aguardando a leer lo que ahora escribo con la responsabilidad de mi firma al pie? Enojaos después si mis palabras son acreedoras a la indignación” (Jiménez, 1928: 31-32).

dos navios em que viajava da Espanha à Argentina. Destaca que a sua atuação fora reconhecida, prova do qual eram os títulos que ele recebeu: Professor honorário da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e Membro de honra do “Instituto de Advogados” do Distrito Federal. Todavia, para que pudesse acontecer o seu deslocamento ao Brasil, ele teve que superar os empecilhos interpostos pelo Governo espanhol:

El Gobierno español puso empeño superlativo en entorpecer mi marcha, aprovechando un trámite de pura fórmula que la Dirección de Seguridad exige, a mi juicio ilegalmente, a los Profesores que se ausentan al extranjero. Bien está que los funcionarios públicos, cuyo deber de residencia es ininterrumpido, presenten a los empleados expedidores del pasaporte el oportuno permiso del jefe del establecimiento; pero no se olvide que el deber de residencia de Catedráticos se interrumpe al llegar las vacaciones. [...] Intenté hacer uso de esta facultad que me otorgan las leyes vigentes y quise partir para el Brasil sin licencia alguna, pensando regresar con tiempo suficiente para la práctica de los exámenes extraordinarios. La Dirección General de Seguridad negóse a expedirme pasaporte sin permiso del Rector. [...] Larga fue la pugna. [...] La postura del Gobierno era difícil en extremo y tuvo que abandonarla, permitiendo al Rector que autorizase mi partida.

Pero no acabaron con ello los incidentes. [...] Pues bien; el mismo día que desembarqué en el muelle carioca me contaron, en secreto primero, y públicamente después, un episodio extraño. El Ministro de Estado español – que ya lo era entonces el General-Presidente – reclamó contra el Gobierno brasileño, estimando signo de mala amistad que se invitase a un adversario de su política. Parece ser que se me presentaba además como un propagandista de las ideas soviéticas, según han dicho luego los diarios de Río.

Esta última imputación era grotesca; pero acaso el Gobierno brasileño dio crédito a semejante patraña sin cuidarse mucho de comprobar su veracidad o su falsía. De esta situación que me crearon los gobernantes españoles, surgieron numerosas anécdotas y raros episodios que un español contempla siempre sin perder la sonrisa. Tuve poco o ningún trato con los elementos oficiales del Brasil (Jiménez, 1928: VII-X).

Jiménez de Asúa iniciou a narração da sua experiência brasileira descrevendo a desagradável experiência da travessia transatlântica a bordo do “Re Vittorio”, em que embarcara em Barcelona. A viagem fora incômoda porque o navio era pequeno, velho, feio, estava sujo e tinha uma tripulação ineficiente. Jiménez (1928: 2-4) queixa-se do cardápio (“La comida dejaba mucho que desear por su monotonía y el abuso de fiambres”), do refeitório (“poco atractivo, con sus mesas demasiado grandes, que privan de la ilusión de hotel brindada por los transatlánticos modernos”), da falta de conforto (“Las cabinas son estrechas y nada modernas. En el mobiliario se aprecian los deterioros de los días que pasan y el único salón social es poco comfortable”), de haver sido enganado por ter que

compartilhar camarote com sujeitos desagradáveis, tendo pagado um elevado valor por um camarote individual, e da marginalização dos passageiros estrangeiros em benefício dos italianos:

Reclamé de nuevo, y supe entonces que en Génova penetraron elementos secundarios de una Compañía de ópera. Lo exiguo del trasatlántico no permitió acomodar a todos en segunda clase, y se les hizo hueco en primera; mas como el patriotismo impele a tratar a los conacionales con máximo favor, no sólo se les mejoró la clase, sino que les dieron los más confortables camarotes. Los “extranjeros” que embarcamos en España tuvimos que contentarnos con las cabinas restantes, y aguantar de mañana los variadísimos ruidos que producían los filarmónicos pasajeros. El cantante probaba su voz y los músicos ensayaban sus instrumentos. Había un clarinete infatigable que nos puso a los españoles al borde del Código Penal.

Na baía de Guanabara, desde o vapor, diz que o Rio lhe pareceu “la ciudad de la luz”, um título que a capital do Brasil poderia adotar, no seu juízo, com mais justiça que Paris. Jiménez desembarcou aos 29 de julho de 1927. Nas suas impressões de viagem inseriu uns sumários apontamentos sobre a história da cidade, desde a sua fundação até as grandes reformas urbanísticas executadas na gestão do prefeito Pereira Passos, no início do séc. XX. A respeito dessas reformas, matiza: “Pero la principal seducción de esta ciudad sin par no le ha sido procurada por urbanista alguno. Es la Naturaleza, con su fantasía lujuriente, la que ha donado a Río su magia incomparable” (Jiménez, 1928: 13). Qualifica a baía de Guanabara como “la más bella del mundo” e o Rio de Janeiro como “una de las más hermosas ciudades del mundo”. Ele opina que: “El hijo de la vieja Europa siente la más superlativa admiración ante su extraña flora, ante sus árboles magníficos, ante sus palmeras altísimas, que se elevan rectas y derechas hacia el cielo” (Jiménez, 1928: 9-10).

Do primeiro passeio que fizera pelo Rio, durante a escala de uma viagem transatlântica, lembra que o centro carioca era um espaço limpo e bem estruturado, de prédios luxuosos e com um comércio dinâmico e variado. Como consequência das apreciações feitas nos passeios dados na nova estada, fez uma ressalva ao seu parecer positivo anterior. Refere-se, como se segue, à impressão que lhe causaram as mansões da av. Beira-mar e de Copacabana:

Todas estas orillas del mar están sembradas de innumerables Villas, Chalets y Palacetes, de estilos variadísimos. Si se mira cada una de estas construcciones, sería muy discutible la belleza de estos edificios, de rebuscado estilo, excesivamente cargados. Aisladamente sus torres, sus piedras de colores, sus arcos retorcidos, se hallan muy lejos de la estética. Pero en conjunto, contemplados al

raudo pasar del automóvil, en el arco que la playa forma y sobre la lujuriente decoración de verdes montañas, estas casitas policromas armonizan de tal modo con el ambiente, que el viajero pasea la vista en torno complacido y absorto. Con la imaginación he transmutado estas “Villas” alegres y absurdas, en nuestras sombrías casas castellanas y nuestros sencillos Chalets vascos, y estoy seguro de que en este paisaje tropical los severos estilos españoles romperían la armónica belleza del conjunto (Jiménez, 1928: 11).

Expressa Jiménez Asúa que a sua intenção na sua nova estadia no Rio, a primeira com tempo suficiente – mês e meio – para observar com calma a cidade, fora a de constatar ou modificar os pareceres aos que chegou nas horas que passara na cidade durante as duas anteriores ocasiões. Para isso, assumiu um posicionamento crítico perante os aspectos físicos e intelectuais do Brasil com os que contatava. Nesse sentido, esclareceu que o seu desígnio não fora o de escrever um “guía del turista”, senão o de oferecer informações a partir da sua particular visão:

El lector no hallará en mis párrafos un catálogo completo de calles, edificios públicos, parques y teatros. Los folletos que editan los grandes hoteles cumplen este menester subalterno, que yo desdeño ahora. Los relatos de viajes interesan por lo que descubren del espíritu del narrador, más que por la fidelidad de las descripciones. Pasados los capítulos panorámicos me cuidaré más del comentario que de la información (Jiménez, 1928: 12).

Do centro carioca destaca a av. Rio Branco e a rua do Ouvidor, as quais descreve. Da primeira mereceram-lhe reconhecimento o Teatro Municipal e o Palace Hotel, onde ele se hospedou, – “edificios suntuosos” –. Compara a rua do Ouvidor com a portenha *calle de Florida*, mas, a respeito da moda do passeio no entardecer por ambas as vias, faz a seguinte crítica: “Lo mismo que en la capital argentina, me asombró en Río esta moda inexplicable, que lleva a las gentes a transitar por vías estrechas en vez de elegir para sus mundanos esparcimientos otros lugares más espaciosos y de panorama más sugestivo” (Jiménez, 1928: 14). Ele assinala o Botafogo como o bairro mais aristocrático e chama a atenção para o contraste existente entre os bairros dos morros e a cidade baixa:

Cuando se mora en Río por algún tiempo, pasada la impresión primera, se perciben defectos urbanos que los “cariocas” procuran corregir con impaciencia. Al llegar de los barrios altos en tranvía, el vehículo eléctrico se para en un cerro enclavado casi en plena ciudad. Es preciso descender por inseguras escaleras de madera y entre tierra removida. Pero lo curioso es que el paraje casi alpino no se halla a gran distancia de la ciudad engalanada de luces profusas y adornada de aceras de mosaico, sino que se encuentra a pocos pasos de la Avenida de Río Branco. El transeúnte topa inmediatamente

con los grandes edificios y los hoteles suntuarios, cuando aún conserva en sus suelas el barro del cerrito en trance de demolición (Jiménez, 1928: 14-15).

Jiménez também criticou, desde a ironia, o modo de atuar da polícia carioca. Embora diga que a cidade estava bem atendida pelos funcionários municipais e que os serviços públicos não ofereciam “defectos de volumen visible”, opina que a polícia era lenta e agia com desmesura. Narrou, assim, a sua experiência como testemunha da detenção de um sujeito negro, acusado de cometer latrocínios:

Regresaba de pasear una noche de esas de tipo carioca, serena y transparente, en compañía de un Abogado argentino, con quien ligué amistad cordialísima, cuando al trasponer la calzada, casi frente al Palace Hotel, donde tenia mi albergue, oímos gritos de estentoriedad tropical. Un compacto grupo rodeó en el acto a un automóvil en mediano uso, del que hicieron descender por la fuerza al negro conductor, que agarraba el volante. Se trataba de un conocido aventurero, harto aficionado a la propiedad ajena, que había tenido el mal propósito de robar el vehículo. El negro ladrón se defendía con cierta comicidad de las agresiones, y, al instante, los que pugnaban por atraparle le dejaron enteramente desnudo. Un golpe más certero le tendió desvanecido en tierra y sus perseguidores le acurrucaron junto a un árbol de la Avenida. Eran las once de la noche y hubo precisión de variar la ruta de los carruajes, pues la masa compacta del gentío no podía ser pacíficamente hendida. Pasaron largos minutos, y extrañadísimo de que no se tomara providencia alguna con aquel infeliz que exhibía con descaro no imputable sus oscuras carnes, interrogué a los más próximos curiosos. Se me dijo que se esperaba al “carro forte”, que había de conducir al arrestado. El paciente aguardar fue divertido por un estruendoso petardo que algún transeúnte bromista introdujo entre los espectadores del incidente. Los guardias y policías nada hicieron en procura del dinamitero de sainete, que causó terrible pánico a muchos de los del corro, temerosos de que el negro desvestido estuviera provisto de un arma, milagrosamente oculto hasta entonces en los repliegues de su desnudo. Al cabo de cerca de una hora el coche celular arribó imponente y hermético. Entre guardias y espontáneos ayudantes fue encerrado el ladrón en la cárcel semimoviente. El “carro forte” arrancó entre clamorosas voces, partidas de su seno, que movían a risa más que a piedad.

El episodio me hizo meditar al trasponer la gran puerta del Palace, que las urbes de más nueva planta y de aspiraciones modernas, brindan a ratos espectáculos más cómicos que los ofrecidos por ciudades modestas y vetustas (Jiménez, 1928: 16-17).

Superando o tom jocoso dessa crônica, Jiménez (1928: 35) julgou que a alta frequência e a brutalidade dos crimes eram o aspecto patológico mais temível da sociedade brasileira. De todas as formas, ele elogia a beleza do passeio marítimo que se estendia pelas avenidas Beira-mar e Atlântica, até o Leblon. Ele salienta que “Los alrededores de Río son de una magnificencia exótica, que sobrecoge al europeo, cuya pupila no está habituada a

contemplar cotidianamente paisajes de tan tierna hermosura” (Jiménez, 1928: 18) e recomenda, em primeiro lugar, a visita, em “ferrocarril aéreo”, ao Pão de Açúcar, no entardecer, – “forzada ascensión para el turista, incluso para el que atraviesa la ciudad entre los ronquidos del motor de un automóvil, urgido por la partida del buque que le conduce a otras playas y que atracó horas fugaces al costado del muelle brasileño” –. Acredita que o nome do morro “acusa el acierto que se tuvo al bautizar la montaña” e que o panorama que se divisava do topo é “superlativamente atractivo”. Em segundo lugar, recomenda a ascensão, de trem de cremalheira, ao Corcovado, durante a qual, assegura, a exótica natureza surpreendia ao visitante europeu “que sólo tiene costumbre de contemplar la sobriedad de la flora europea” (Jiménez, 1928: 21). Além disso, sugere a ida até a Tijuca, o “más bello retiro de la capital brasileña”, e o regresso da Tijuca, à cidade, pela Gávea. Comenta que, antes da sua pausada excursão pela floresta da Tijuca durante a sua estadia de mês e meio no Brasil, achava que já estivera nela, pois, em 1925, em uma das duas breves escalas que fizera no Rio nas suas viagens transatlânticas, pegara um táxi e lhe pedira ao motorista que o passeasse pela Tijuca. Percebeu, no entanto, que, então, o chofer o enganara:

Hoy sé que en ese tiempo es imposible la excursión serrana y que por el camino que llevábamos acaso sería factibles iniciar el paseo de la “Gavea”, pero jamás el de “Tijuca”, que está precisamente en el otro extremo. Bien seguro el conductor de mi inocencia, hizo subir el vehículo por una rampa suave, nos hundió en una floresta de infinito verdor, y tras de decirnos que nos hallábamos en Tijuca, viró rápido, descendió graciosamente raudo y nos dejó en el muelle, casi junto al vientre del navío, que lanzaba el calmar sordo de su sirena en anuncio de marcha.

Este episodio picaresco no envuelve reproche. En París, en Berlín, en Madrid y en todas las grandes ciudades, el cochero y el chauffeur diagnostican sin titubeos al forastero malamente informado, que paga la novatada. El nuevo rico y el “isidro” sórdido se indignan; el viajero que ha conocido ya muchos países se sonríe ante esta muestra de cosmopolitismo y de solidaridad internacional entre los conductores de carruajes (Jiménez, 1928: 23).

Jiménez deslocou-se também à cidade de São Paulo, onde permaneceu durante uma semana, e a Santos, cidade em que passou “algumas horas”. Explica que não pôde conhecer o interior do Brasil pela falta de tempo, derivada dos seus compromissos académicos no Rio, da urgência do seu regresso à Espanha e do vencimento do seu passaporte, embora tivesse recebido convite do governador do Estado do Amazonas para remontar o rio Negro até Manaus, o qual teria consumido quinze dias. Sente “no haber podido maravillarme en

sus selvas intrincadas y únicas”. Da cidade de São Paulo, o autor diz que ela tinha um aspecto mais europeu que o Rio, mas esclarece “Y conste que no adjetivo ahora con designio de superación, sino más bien con intenciones de subrayar el máximo encanto de la capital brasileña que para los hijos de la vieja Europa brinda sorpresas de paisaje que San Paulo no posee” (Jiménez, 1928: 25). Da cidade de São Paulo anota a sua passagem pela Praça da Sé, pelo viaduto do Chá, pelo Museu do Ipiranga e pelo parque de Anhangabaú, mas destaca, sobretudo, a sua visita ao Instituto Butantã, do qual diz que ignorava “si habrá en otros lugares del orbe algo parecido”, e a sua ida à Penitenciária do Estado, “uno de los mejores establecimientos carcelarios del mundo, del que hablaré páginas adelante con la misma prolijidad” (Jiménez, 1928: 26). De São Paulo desceu e Santos de automóvel; qualifica a acidentada estrada de pitoresca e menciona que a outra possibilidade de viagem era o trem (“Por ferrocarril el viajero atalaya desde las ventanillas un pasaje de ensueño, perpetuamente verde, prestigiado por palmeras variadísimas” Jiménez, 1928: 28). Descreveu Santos como se segue: “es una ciudad comercial de primer orden, por donde el Brasil expide al mundo las riquezas de sus cafetales, me pareció un pueblo triste, bajo la luz escasa y pálida. Bien es cierto que mis ojos estaban todavía deslumbrados por la luminaria eléctrica de Río de Janeiro” (Jiménez, 1928: 29).

Capítulos à parte mereceram ao autor as práticas sociais (Cap. V – Costumbres brasileñas; Cap. VI – Brasil se divierte), a política (Cap. VII – La Política), a presença espanhola no Brasil (Cap. VIII – La cultura brasileña y el influjo español), a produção cultural (Cap. IX – La literatura y el arte), o direito brasileiro (Cap. X – El Derecho; Cap. XI – El Derecho Penal; Cap. XII – La legislación penal vigente; Cap. XIII – El nuevo proyecto del Código Penal) e o sistema penitenciário (Cap. XIV – La práctica penitenciaria; Cap. XV – La maravillosa penitenciaria de San Paulo; Cap. XVI – El tratamiento de los menores abandonados y delincuentes en el Brasil). Jiménez Asúa considerou que, a partir do Cap. V, o seu livro plasmava a sua muito particular visão crítica do Brasil e dos brasileiros, pois, nos aspectos antes comentados, classificados por ele como aspectos físicos do país, não havia espaço para as observações subjetivas:

Terminada la parte meramente descriptiva de mi viaje al Brasil, el espectador asume una responsabilidad más personal. La visión de ciudades y paisajes se presta poco a ser deformada por la mente del viajero; pero cuando se penetra en el relato de las costumbres y de la vida cultural y jurídica de los pueblos, el parecer del comentarista puede alejarse de la realidad y, sobre todo, del

juicio que los nacionales del país tengan formado de sus hábitos políticos y de sus grados de civilización (Jiménez, 1928: 30).

Por um lado, em uma apreciação contrastiva com a América espanhola, Jiménez Asúa comenta que, no Brasil, em decorrência de uma civilização ameríndia escassamente desenvolvida, não fora viável, por parte das elites intelectuais, a utilização da cultura índia na forja de uma identidade diferencial, pelo qual estas afanavam para “asimilarse cuanto de Europa llega”, sobretudo da França (“Francia ejerce en literatura y ciencia un influjo dominante” Jiménez, 1928: 33). Ele observou, por outro lado, a presença, no Brasil, da herança portuguesa na cortesia, na mesura nas críticas, na linguagem polida e no tratamento cerimonioso, e louvou a conservação de hábitos distintos já perdidos na Espanha (“La vida social guarda costumbres selectos que se han perdido en España y que dudo se conserven en Portugal: los salones literarios, en que damas de abolengo o caballeros próceres reciben a sus amistades para escuchar una conferencia o aplaudir a un artista” (Jiménez, 1928: 34-35). Contudo, acredita que as diferenças entre os povos eram cada vez menores, especialmente no tocante ao ócio – as “diversiones mundanas” –. No capítulo Brasil se divierte, expôs que notara que a moda, os veículos e os espaços para a diversão nas grandes cidades se internacionalizaram, de tal modo que ele cria que as pessoas – diplomatas, esportistas e novos ricos – se entretinham de maneiras semelhantes “en Deauville y en Montecarlo, en el Cairo y en Río de Janeiro”. Além disso, comprovou que essas pessoas falavam a mesma gíria de modismos afrancesados e locuções “britanizantes”. Assim, ele acredita que ele podia enunciar que “El Brasil mata sus horas ociosas como el resto del mundo”, embora isso também significasse a analogia nas mazelas do lazer – “ese otro mundo parasitario de tahúres, prostitutas y estafadores distinguidos, que ruedan por la vida sin saber en qué país nacieron” – (Jiménez, 1928: 37). No entanto, observou que, apesar de haver no Rio um Teatro Municipal majestoso e luxuoso, o Brasil carecia ainda de um “teatro nacional”, pelo qual as companhias estrangeiras monopolizavam os espetáculos, ainda que estes fossem, quase sempre, peças mundanas encenadas por “comediantes de inmigración”. Nesse sentido, ele criticou o gosto do público brasileiro, que julgava pouco requintado para o teatro, mesmo que estivesse bem educado para a música:

El brasileño, que ama la música y paga grandes precios por escuchar la ópera en el Teatro Municipal, cuyo recinto guarda ecos de las voces de los más conspicuos cantantes, no muestra tan marcadas aficiones por la comedia y el drama. Pirandello sólo excepcionalmente vio colmados los palcos y

butacas; eran más las tardes y las noches en que sus personajes hablaban en un teatro casi deshabitado (Jiménez, 1928: 38-39).

A falta de pendor pelo teatro contrastava, na sua visão, com a grande afeição pelo cinema, especialmente pelas fitas de “varieté”, projetadas em múltiplas salas, algumas suntuosas, havendo muita renovação dos filmes. Diz Jiménez (1928: 39): “Yo he visto en Agosto de 1927 *films*, que hasta cuatro o cinco meses después no se han proyectado en Madrid”. Essa renovação permitia que, junto aos “héroes cosmopolitas de la pantalla” dos filmes famosos, aparecessem, nas telas cariocas, “artistas españolas, la mayoría ignoradas en nuestro país, y alguna cantante argentina, que desgrana sus tangos milongueros” em produções cinematográficas secundárias. Jiménez apontou que na inclinação do público brasileiro pelo cinema mudo podia estar a explicação da sua reticência para aplaudir:

La frecuentación del espectáculo mudo, en que no hay hábito de aplaudir, hace que el brasileño no sea fácil a sonar palmas. No es un público indiferente, sino poco ruidoso. Recuerdo que en los primeros días de mi estancia en Río, vi bailar a una muchacha española, desconocida en nuestros escenarios. No extrañé el recibimiento de los espectadores cariocas, ni los parcos aplausos con que fue epilogado su trabajo. Pero después, no sin asombro, oí elogios superlativos a la española danzante, que actuaba en el Brasil con franco suceso (Jiménez, 1928: 39).

O autor inseriu nesse Cap. VI – Brasil se divierte – uma seção dedicada aos hotéis cariocas. Recomenda três: o Glória – “el más prócer” –, o Palace – “el más mundano”, onde ele se hospedou –, e o Copacabana – “el más elegante” –. Este último foi classificado pelo autor como o “hotel del ocio”, em que se hospedavam os visitantes mais ricos, sobretudo “argentinos acaudalados”. Destaca o seu cassino no qual, se por um lado, a decoração era muito semelhante à de outros estabelecimentos da mesma espécie (“También existe un uniforme para estos recintos del juego. Sus columnas de escayola pintada, su tapicería característica, sus mesas de verde paño y sus empleados de rostro inalterable, son iguales en todas partes”), por outro, tolerava-se o convívio, na sala de jogo e no dancing do cassino, entre senhoras distintas e as “pupilas de los rendez-vous”. A observação dessa tolerância permitiu-lhe entender por que os cabarés cariocas estavam semi-vazios: “Por eso no eran precisos en Río de Janeiro otros sitios de baile y tolerancia. No es raro, por tanto, que los *cabarets* cariocas sean lugares de máximo aburrimiento y de una tristeza colindante con los velatorios” (Jiménez, 1928: 42-43).

Jiménez Asúa fez uma detalhada descrição do funcionamento do negócio da prostituição do Palace Hotel. Assinalou que no seu bar, a partir das seis da tarde, se

congregava “la bolsa de la alta prostitución internacional que opera en Rio”, ou seja, jovens muito desenvoltas controladas pelos seus proxenetas, e que no restaurante sempre havia uma fila de mesas ocupadas por mulheres sozinhas, assim disposta pelos *maîtres d’hôtel* para que os hóspedes – homens sozinhos – que se sentavam nas mesas situadas em uma fila paralela pudessem escolher. Além desses comentários sobre a prostituição carioca, Jiménez expôs a sua avaliação sobre a questão do lenocínio no Brasil em uma seção intitulada Las “entretenidas”. Nela, com cínico humor, mostra o luxuoso modo de vida ao que podiam aspirar as mulheres européias que, sem terem possibilidades de ascensão social e econômica nos seus países, decidissem emigrar ao Brasil para exercerem a prostituição. Também assinala um traço diferencial na relação dos senhores brasileiros com as suas queridas. Segundo ele, os brasileiros, embora tratassem com correção as suas amantes, eram muito recatados e não gostavam de se associar claramente a elas em público:

El Brasil es el paraíso de las mujeres. Criaturas insignificantes, que arrastrarían miserable vida en España, Francia, Italia o Alemania, logran éxito crematístico en la capital o en las grandes ciudades brasileñas. Las joyas y los perfumes deslumbran la vista y casi trastornan el olfato. Los brillantes del Brasil, grandes y amarillentos, se han convertido en el atributo de la cocota, que añade uno a su dedo a medida que asciende, como los militares prenden una estrella más en su bocamanga. Yo he visto en el anular de una mujer cuatro brillantes descomunales, de esa tonalidad icteríca, engarzados a pares en dos sortijas, que extravasaban por los dedos contiguos con notable falta de elegancia.

La vida de las “entretenidas” ofrece una particularidad remarcable. El brasileño es superlativamente educado con las mujeres; pero el hombre que ha traspuesto los treinta años y que logró situarse socialmente por la conquista económica, que es el más aristocrático marchamo en América, no osará, aunque sea soltero o viudo, presentarse en público con su amante. La hospeda en los mejores Hoteles, pero ella come sola en su pequeña mesa, mientras él almuerza y cena solitario en el mismo comedor a pocos metros de su querida. En el Casino de Copacabana, la mujer juega a la ruleta en un paño, mientras su dueño y señor hace sus posturas en otro tablero. Sólo la alta noche los reúne. De este género de vida, en que la hembra colma sus caprichos más costosos, sin dejar de sentir la barrera que la separa del hombre que la paga, nace un rencor irracional de la amante al propietario que únicamente reclama sus derechos al llegar el silencio nocturno.

Por eso el Brasil no sólo es el paraíso de las mujeres, sino de los hombres respetuosos con las convenciones sociales (Jiménez, 1928: 42-43).

Em relação à política no Brasil (Cap. VII – La Política), Jiménez expressou que esta compartilhava os mesmos males que afetavam à gestão da coisa pública em “la mayor parte del continente americano en que se habla lengua ibérica”, com exceção da Argentina e do

Uruguai; isto é, mediocridade nos sujeitos empossados nos cargos públicos de maior relevância, ineficácia, demagogia, prevaricação e nepotismo, apesar de que, ao igual do que acontecia na Espanha, a figura do político estivesse revestida do que ele denominou “poder social”, o qual, para ele, queria dizer que “el hombre público, despreciado en el fondo por venal e impreparado” acumulava, pelo contrário, “una superlativa cantidad de poder social” (Jiménez, 1928: 46). Jiménez diferencia entre a política “en su más alto sentido”, merecedora de encômios, e a política mesquinha dos magistrados tirânicos que punham em perigo a liberdade e “han hipotecado el Brasil a Norteamérica, que paulatinamente va adueñándose de la economía de buena parte del Nuevo Mundo” (Jiménez, 1928: 47). Vinculou, à primeira, a Oswaldo Cruz, a Olavo Bilac e a Ruy Barbosa, e relacionou com a segunda a Arthur Bernardes e Washington Luiz. No tocante a este presidente, Jiménez Asúa diz enxergar com preocupação as conseqüências da nova lei de imprensa [de 17 de janeiro de 1921] porque, “con el pretexto de luchar contra el comunismo”, e sob a escusa da defesa de preceitos vagos como “ordem”, “moralidade” e “segurança” públicas, autorizava-se, penalmente, ao executivo, o feche de sociedades e a suspensão arbitrária de periódicos. No entanto, ele diz ter observado que, frente ao ambiente de cortesia que distinguia o Brasil, na imprensa se veiculavam “ataques apasionados” com violento tom e “frases durísimas” nas críticas contra o governo.

Jiménez Asúa apontou que uma das características distintivas dos campos sociais brasileiros era o nacionalismo, ou o patriotismo. Ele associou esse sentimento à energia da juventude do Brasil como nação estruturada; ou seja, indica que o nacionalismo exacerbado que se manifestava no Brasil não seria possível em nações consolidadas como ele cria que eram as européias, nas quais as representações dos posicionamentos nacionalistas já não despertavam mais as automáticas reações emocionadas entre os cidadãos. Ele fez a seguinte reflexão comparando a atitude entre um expectador europeu – ele – e o público brasileiro perante uma peça teatral em cujo conteúdo se exaltava a inalterabilidade do amor à pátria:

País mozo, siente la patria con gestos desmesurados y con una sensibilidad hipertrófica. En esa revista que se representaba en los teatros cariocas, vi aplaudir con frenesí un cuadro por más romántico. El del anciano desterrado, que en la frontera, desde la que percibe las tierras natales, muere envuelto en la bandera de su país, mientras sus camaradas se disponen a cubrir el cuerpo inerte con la tierra brasileña expresamente porteadada en un saco para tan piadoso menester.

Viejo europeo, no supe conmoverme con la lúgubre pantomima (Jiménez, 1928: 50).

No Cap. VII – La cultura brasileña y el influjo español –, o autor apontou que a influência da Espanha e de Portugal na cultura ibero-americana fora substituída pela dos Estados Unidos e pela da França. Nesse sentido, ele especifica que o repertório cultural do Brasil era, majoritariamente, alimentado por modelos franceses (“El brasileño culto conoce los libros franceses y habla el idioma de la ‘dulce Francia’ con rara perfección. [...] las damas brasileñas alardean de conocer la lengua de nuestros vecinos pirenaicos con igual atildamiento que su propio léxico” Jiménez, 1928: 51-52), e matiza que isso acontecia apesar da presença muito marcada da imigração alemã (“Y todo ello a pesar de la enorme inmigración tudesca que adquiere inmortalidad literaria en el famoso libro de Graça Aranha, Tierras de Canaán” Jiménez, 1928: 52). O autor crê que o sucesso da penetração cultural francesa no Brasil se devia a uma inteligente estratégia coordenada pelo governo francês, e executada mediante o envio de missões, a qual visava, junto à divulgação e à projeção da cultura francesa, a adoção do gosto francês pelas elites brasileiras, que passariam a demandar e a consumir produtos na moda relacionados com esse gosto, pagando por eles e, por conseguinte, beneficiando economicamente a indústria cultural francesa, *lato sensu*. Jiménez Asúa fez questão de sublinhar que, frente à estratégia francesa, a sua missão no Brasil foi estritamente científica e acadêmica, livre de intenções susceptíveis de serem qualificadas como espúrias:

Francia, que tiene bien organizada su propaganda, ha creado organismos de intercambio cultural con las Universidades del Brasil, enviando anualmente varios profesores de sus centros docentes y recibiendo cortésmente a los universitarios brasileños. El catedrático francés no abandona la *reclame* de su Nación, de *toda* su Nación y de las innúmeras actividades de sus pobladores. Tras del conferenciante técnico, que no siempre cuica de la profundidad de los temas, el modisto, el comerciante y el cosechero franceses, están parapetados con sus modelos de última moda, sus perfumes exquisitos y sus vinos gratos al paladar. Muchos Catedráticos franceses llevan al Brasil, más que una misión rigurosamente científica, una consigna política y un propósito, nada censurable, de que la exportación comercial de su patria aumenta en volumen y calidades, al amparo del auge que cobre en los espíritus brasileños la ciencia de Francia. Estoy muy lejos de censurar esta política y, hasta si queréis, me parece certera. Yo, como Profesor, solo diré que mis excursiones de conferenciante estaban desprovistas de la preocupación comercial (Jiménez, 1928: 52).

Ao se referir à “penetración española” no Brasil, Jiménez de Asúa circunscreveu as suas observações ao grau de valorização de cultura espanhola – cultura entendida como produção literária e produção científica – que, perante ele, deixaram transparecer os

intelectuais com quem conviveu. O autor entendeu que essa cultura fora conhecida por alguns intelectuais brasileiros, ora pelas viagens que eles fizeram a países hispânicos, ora pela divulgação do livro espanhol no Brasil, ora pela atração simpática que as coisas da Espanha suscitavam entre alguns sujeitos⁷⁷. Ele desvincula o prestígio alcançado pela cultura espanhola das ações e das representações da colônia espanhola assentada no Brasil, que ele qualificou como fraca e pouca instruída:

La colonia española no es poderosa ni excesivamente culta, sobre todo en la capital. A pesar de ello no ha descuidado la propaganda de los valores del espíritu y ha fundado una Sociedad con el título prócer “Casa de Cervantes”, donde de cuando en vez se exponen conferencias en que participan personajes del Brasil. La Junta, en que figuran nombres de brasileños conspicuos, está dirigida por uno de los españoles de más preparación cultural, el Sr. Sánchez Góngora, Doctor en Ciencias (Jiménez, 1928: 55).

Dos cidadãos espanhóis residentes no Rio só um lhe mereceu reconhecimento pleno, por esse sujeito haver orientado, com tenacidade e generosidade, o seu labor profissional ao patriotismo, tendo-se responsabilizado pela “hispanofilia literaria y científica” que Jiménez observou no Brasil. Tratava-se do livreiro malagueño, assentado no Rio, Samuel Núñez López, proprietário da *Librería Española*, sobre quem Jiménez escreveu as seguintes notas biográficas:

Es un librero malagueño, Samuel Núñez López, enjuto y vivaz en su aspecto somático, optimista y bravo, con la bravura del hombre de esta centuria, poco propicia a las hazañas de espada, que se reemplazan por empresas de actividad pacífica demandantes de tanto coraje y decisión como las pretéritas. Hace cuatro siglos, Manuel Núñez hubiese marchado a América con coraza y enseña; hoy es librero y sus batallas se empeñan tras el mostrador, y en vez de la lanza tremolan libros en sus manos.

⁷⁷ Em relação à “penetración española” no Brasil, o que mais parece haver surpreendido a Jiménez de Asúa (1928: 53-55) era a competência lingüística em espanhol de algumas “personalidades destacadas del mundo de las letras”, os que, mediante o uso da língua espanhola, demonstravam, na visão de Jiménez, a sua afeição hispanista. Eles ter-se-iam comunicado com ele, durante a sua estadia no Rio, em espanhol. Menciona, como exemplos, ao reitor da Universidade do Rio de Janeiro, Dr. Manuel Cícero Peregrino, quem teria aprendido o castelhano em uma viagem ao Peru, ao presidente do Instituto de Advogados, Dr. Rodrigo Octavio, ao “Director del Departamento de Enseñanza”, Dr. Aloysio de Castro, ao decano da Faculdade de Medicina, Dr. Fialho, e ao endocrinologista Dr. Julio Novaes, apelidado pelos cariocas como “el Marañón brasileño”. Qualifica como o principal hispanófilo brasileiro a Sylvio Julio, um bilíngüe perfeito, autor de obras em que “se evalúa la obra literaria de nuestros escritores de más relevancia”, entre as quais destaca *Estudios hispano-americanos*, *Apostólicamente* e *Ideas y combates*. Por um lado, Jiménez diz ter notado um crescendo do apreço pela Espanha na imprensa. Menciona, nesse sentido, um artigo da autoria de Waldemar Pereira publicado nos “diarios cariocas” sob o título *España es nuestra manía*. Por outro, comenta que o desprezo por Portugal no Brasil era maior ao da Espanha na Argentina e diz ter ouvido “De varias bocas” a exclamação “¡Ojalá hubiéramos sido colonizados por españoles!”.

Núñez López conversaba una tarde, hace ya años, en un café andaluz con sus paisanos. El tema de la charla amistosa recayó en las remotas tierras brasileñas, y uno de los contertulios lamentóse de que no se vendieran nuestros libros en el Brasil. “Porque no estoy yo allí”, dijo lapidariamente Samuel Núñez. Rieron la petulante exclamación los oyentes y... Núñez López embarcó para el país exótico. Llega al puerto con un modesto cargamento de obras españolas, y como carecía de recursos para montar una librería, guareció sus volúmenes en un rincón que le fue cedido de prestado. Núñez López no se arredra ante las dificultades y acude al más extraño expediente para propagar su artículo impreso. En la Aduana yacía abandonada una partida de encendedores mecánicos y Samuel la adquiere a un precio bajísimo. Se informa del nombre y domicilio de algunos brasileños dedicados a las letras y a la ciencia y se persona, con poca ceremonia, en la casa de los futuros compradores de libros. Pero no les ofrece el producto intelectual, sino el industrioso mechero. Unos lo compran y otros lo rechazan. Núñez insiste siempre y vuelve para informarse del buen funcionamiento del aparato. Con su habla ceceante y su sonrisa bondadosa confiesa que su oficio es muy otro y pone bajo los atónitos ojos del comprador del mechero un libro español. “Ésta, ésta es mi profesión verdadera, señor. Yo soy librero”. Le objetan que los libros españoles no interesan, que en el Brasil se leen las obras francesas; pero Samuel no desmaya. Vende baratísimo; regala tomos y folletos. El científico brasileño haya interesantes aquellas páginas y es él quien busca entonces a Núñez. Los libros de España comienzan a venderse. Núñez López exulta de alegría. Abre una tienda pobre, recurre luego al préstamo, e instala, al fin, en la calle 13 de Maio, la “Librería Española”, con su muestra un poco chillona, donde campean los colores nacionales (Jiménez, 1928: 55-57).

A loja, em que só se vendiam livros espanhóis, foi retratada como o ponto em que, por um lado, se reuniam os hispanistas brasileiros – os médicos Fialho e Novaes, Sylvio Julio e Waldemar Bandeira – e, por outro, eram recebidos os “hispanos visitantes” com “fama” – conferencistas e escritores –, sendo postos, estes, em contato com a imprensa local. Jiménez adverte que essa livraria corria o risco de cessação involuntária das suas atividades pelas dívidas contraídas pelo empresário com as editoras espanholas, às que não pudera pagar pelo enfraquecimento da moeda brasileira – os réis –, e menciona que se fizera um abaixo-assinado em apoio ao livreiro⁷⁸.

Os comentários sobre o campo cultural no Brasil (Cap. IX – La literatura y el arte) foram distribuídos por Jiménez nas seções de “la poesía y la novela (el vanguardismo literario)”, “la prensa”, “la oratoria” e “la pintura”. Em relação à poesia, ele diz que o Brasil

⁷⁸ Esse abaixo-assinado é comentado como se segue por Jiménez (1928: 58): “Núñez-López no ha podido saldar sus compromisos con los editores de España y pide nuevos plazos para hacer sus pagos. Un mensaje firmado por los hombres de más eminencia del Brasil clama porque este librero heroico no luche solo contra la adversidad presente y circunstancial. A su empresa de fino patriotismo debemos cooperar todos. Mi pluma propaga hoy su viril grito de auxilio” (Jiménez, 1928: 58).

era um país propício para os poetas pelo “dulce idioma” e pela “joyante naturaleza”, produzindo-se, em decorrência dessa motivação, uma poesia sensual em que se percebia “un constante batir de caricias”. Dentre os críticos literários destacou a Duque Estrada e, dentre os poetas, a Olavo Bilac, sobre quem Jiménez julgava um erro considerá-lo um parnasiano em vez de um romântico. Parnasiano seria, no parecer de Jiménez, Machado de Assis. O único título de um livro de poemas que menciona Jiménez é *Angustia de Don Juan*, de Menotti Del Picchia (1922) – “una versión del donjuanismo que coincide con la figura del Don Juan del Norte” –. Sobre as vanguardas em Ibero-América, e no Brasil em particular, ele opina que a maior parte da sua produção carecia de interesse por ser uma imitação de “nula originalidad” e “dudoso gusto” de modelos franceses e espanhóis (“Los vanguardistas del coro sólo copian los renglones sin rima y el desfile de palabras impresas en escalones” Jiménez, 1928: 62). Diz Jiménez que, quando esse seu parecer a respeito do modernismo brasileiro foi divulgado através de uma entrevista que ele dera a *La Gaceta Literaria* e que se publicou aos 15 de outubro de 1927, Ernesto Giménez Caballero recebeu uma missiva de Clodovaldo M. Mariondes, na qual se protestava contra a visão que ele dava do campo literário brasileiro⁷⁹. Jiménez de Asúa, não retifica o seu parecer, mas amplia-o e matiza-o, por acreditar que o veículo da entrevista não permitira a exposição de especificações sobre o panorama da produção literária vanguardista que ele conheceria, citando, desta vez, os autores que ele valorizava e assinalando algumas características da sua obra. Assim, além de reconhecer que, dentre os autores incluídos por Mariondes na

⁷⁹ Jiménez de Asúa (1928: 62-63) reproduz o conteúdo da carta de Clodovaldo M. Mariondes, remetida a Giménez Caballero, a propósito dos seus comentários sobre o modernismo brasileiro, supostamente difamadores, ou, quando menos, depreciativos, na visão do remetente, em relação à qualidade da produção vanguardista no Rio e em São Paulo na década de 1920: “Con frases breves, por demás dogmáticas, como correspondía a una entrevista de periódico, dije algo parecido a mis amigos de La Gaceta Literaria. La síntesis de mis impresiones, recogida con premura, apareció el 15 de Octubre del pasado año, ocasionando algunos petardos contra mis pareceres. Jiménez Caballero, que dirige la Revista bimensual, recibió una carta pretendidamente correctora de mis supuestos yerros. Estos párrafos de ahora sirvan de archicumplida respuesta al Sr. Clodovaldo M. Mariondes, autor de la epístola. Me reprocha que enjuicie a los vanguardistas sin citarles. Subsano ahora, con más espacio ante mí, lo que hubiera sido quimérico en la columna escasa de La Gaceta Literaria. Me parece lo menos expuesto a error reproducir el pertinente párrafo de la carta del Sr. Mariondes: ‘Hay en el Brasil, desde 1920, un movimiento intelectual paralelo al de todas las vanguardias americanas y europeas. Un grupo de escritores... viene desde esa fecha agitando y dando vida a la literatura brasileña con libros, revistas, conferencias, artículos que pueden parecer de mal gusto a Asúa, de la misma manera que el superrealismo o el expresionismo. Pero no era lícito, a pretexto de mal gusto, substraer al examen del público español la acción y las obras de escritores como João Ribeiro, Graça Aranha, Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, Mário de Andrade, Antônio de Alcântara Machado, Guilherme de Almeida, Ronald de Carvalho, Tristão de Athayde, Rubens de Moraes, Plínio Salgado, Augusto Meyer y Álvaro Moreyra, para no hablar sino de los más conocidos. ¡Complacido señor!’”.

nominata que remetera a *La Gaceta Literaria* havia alguns que ele valorizava, embora não cite nenhum em concreto, acrescenta uns poucos mais:

Por mi parte, quiero añadir algo más. Algunos de esos nombres, y otros que no se cuentan por Mariondes, merecen mi reverencia. Ronald de Carvalho es un fino cronista elegantísimo. Tasso da Silveira, con sus poesías y sus ensayos de vanguardia, renueva el ambiente literario con golpes de su timón audaz. Andrade Muricy está, como nadie, al tanto de todo lo moderno. Nestor Víctor aclimata el simbolismo en las tierras tropicales y ejerce influjo poderoso en la juventud artística de su país.

En la sociología modernista destaca con sus cinco o seis volúmenes apretados, Vicente Licinio Cardoso, y, por su cultura filosófica, merece recuerdo Jackson de Figueiredo, al que sólo me atrevería a poner como reparo su catolicismo agresivo, que enturbia la serenidad de sus obras (Jiménez, 1928: 63).

A carta enviada por Mariondes também questionava as impressões de Jiménez sobre a pintura brasileira. O trecho dessa carta reproduzido por Jiménez é o seguinte:

Muy por encima de las recompensas oficiales y de las Academias – dice – un pequeño grupo de artistas van construyendo la pintura brasileña: Tarsila de Andrade, Anita Malfatti, Di Cavalcanti, Oswaldo Goeldi, Ismael Nery, Antonio Gomide, Vicente Rego Monteiro, Alberto Cavalcanti, Yan de Almeida Parado. Y en cuanto a la escultura, menos cultivada, se resume en un gran nombre: Víctor Brecheret (Jiménez, 1928: 66).

Jiménez diz que a sua opinião sobre as artes visuais brasileiras fora publicada pelo *Heraldo de Madrid* aos 14 de outubro de 1927 e baseava-se na sua ida ao Salão Oficial da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro. Desta vez, Jiménez, embora não negue que Mariondes pudesse estar certo, não matizou as declarações que fizera à imprensa madrilena. Insistiu, pelo contrário, na asseveração do impacto desolador que recebera durante a visita a esse Salão – “Todo pintura de tipo estampa y del peor estilo”⁸⁰ – e esclareceu que, sabendo ele que os salões oficiais, ou as exposições nacionais, eram, como na Espanha, acadêmicos e enfadonhos e não refletiam a excelência das artes plásticas, ele rogara aos seus guias brasileiros que o levassem a alguma exposição em que se pudesse apreciar a produção dos artistas mais modernos e audazes, não lhe sendo dito que houvesse uma amostra melhor que a do salão da Escola de Belas Artes. Portanto, ele redundou no seu juízo e conclui:

⁸⁰ Jiménez (1928: 66) não cita nenhum dos artistas cuja obra ele considerou deplorável; descreve, porém, alguns dos produtos por ele vistos: “Había unas ‘Tentaciones de San Antonio’, que de cierto acaban con la ecuanimidad del Santo, pecador seguro no por lujuria, sino por iracundia, si llega a contemplar su imagen. Recuerdo unos angelitos de alas tendidas, a los que sólo faltaba el alambre del dorso para parecer figuras de barro en un nacimiento pobre”.

O los pintores brasileños – a pesar de ser la *season* en Río – peregrinaban por otras tierras, o no me alcanzó la fortuna de que, en aquella época, hubiese cuadros preparados para el público. De todos modos, el hecho de tolerar en un Salón oficial las cosas que allí colgaban de los muros, denota poca sensibilidad pictórica en los brasileños. En todas partes esos certámenes oficiales carecen de valor; pero en parte alguna vi nada más deplorable (Jiménez, 1928: 67).

Em relação à produção de romances assinala que nestes predominava o gosto francês, embora houvesse alguns poucos autores que se destacassem por terem construído um estilo próprio no tratamento de “temas autóctonos”. Mencionou dois, Graça Aranha e Coelho Neto; do primeiro apontou, como a sua obra “más lograda”, *Tierra de Canaán*, cujos “cuadros locales tienen un perfume exótico, que prende al europeo en extraños encantos”; do segundo, citou o romance *Certão*, do qual, por sua vez, diz que “brinda [...] páginas de estirpe brasileña” e que “va a ser vertido al castellano”. Junto a esses dois autores destacou Fabio Luz, qualificado de romancista e crítico literário, a quem retrata como “ácrata y revolucionario de ideas” e de quem diz que “como todo hombre de izquierdas – en las derechas predomina el hígado y, por tanto, la acritud biliosa –, es dulce, generoso, amante de los niños, a los que ha dedicado conmovedores libros”. De Fabio Luz, Jiménez (1928: 61) citou todas as obras que publicara: *Novellas*, *Ideólogo*, *Os emancipados*, *Virgem-Mãe*, *Elias Barrão* e *Nunca*.

A imprensa carioca foi comparada por Jiménez com a portenha, concretamente com os diários *La Prensa* e *La Nación*. Dessa comparação resultou um parecer em que se afirma que os diários cariocas tinham um viés marcadamente político. Jiménez ressalta que, no Rio, se publicavam demasiados diários, o que fazia que eles sobrevivessem precariamente e que estivessem sujeitos a freqüentes mudanças de proprietário e de direção. Destaca especialmente o *Jornal do Commercio*, por conter colaborações literárias e científicas de intelectuais nacionais e estrangeiros, e comenta, sem citar nenhuma, que havia algumas revistas ilustradas de boa qualidade gráfica. Apesar de ele considerar os diários brasileiros inferiores aos argentinos, louvou-os pelo seu “carácter batallador”, pela sua crítica audaz e por terem um prosa ágil. Assim, diz que eles atraíram a sua simpatia “con tirones más fuertes que las hojas de las grandes empresas, forzosamente prudentes y sobrado académicas” (Jiménez, 1928: 64). Nos seus comentários sobre as manifestações do campo da cultura brasileiro, a única desqualificação explícita, não isenta, entretanto, de humor, é a que fez sobre a oratória, a qual ele considerou antiquada por ter ficado presa a uma retórica

afetada e verborrágica, isto é, ao que ele denomina de “tropicalismo”. Nesse sentido, expressa o seu desejo de que ela acabe o antes possível, sendo substituída pela oratória moderna, sem pieguices e com conteúdo objetivo:

A los oradores brasileños, al menos a los que yo he oído más reiteradamente, les debo la gratísima sensación de haber vuelto a mis años infantiles, cuando los discursos y conferencias eran una pedrea de tropos e imágenes, lanzada entre gritos y manoteos descompuestos. El orador grandilocuente, altisonante y un poco vacío, gran artífice de metáforas estentóreas, un mucho actor a la vieja usanza en gestos y actitudes, sigue teniendo en el Brasil gran suceso de masas. Confesemos que, a pesar del predominio de la oratoria pirotécnica, empieza a hablarse ya en las tribunas brasileñas en un tono menor, más insinuante y contenido. Hay conferenciantes ausentes de tropicalismo, correctos de palabra y nutridos de ideas. Auguremos el triunfo de su estilo y el definitivo fenecimiento de la vieja manera oratoria que tanto emocionó a los hombres de ayer (Jiménez, 1928: 65).

Durante a sua estadia no Rio, Jiménez participou em uma colação de grau de bacharelados do curso de Direito. Os atos do evento foram vistos por Jiménez como uma cerimônia tradicionalista, embora em um dos discursos que ouvira se tivessem expressado as críticas que ele logo lançaria em relação à desatualização e às carências pedagógicas nos estudos superiores em Direito⁸¹. O autor valeu-se desse discurso para enunciar, de forma

⁸¹ Em obras de autoria estrangeira, só localizamos duas exposições críticas a partir das impressões obtidas na observação do cerimonial de uma colação de grau de estudantes universitários brasileiros. Além do texto de Jiménez de Asúa, existe a crônica intitulada *Baile de graduados*, do uruguaio Andrés Daglio, compondo o livro *Kodak, el Brasil ante mi lente* (Daglio, 1951), abaixo mencionado. Nela, o uruguaio Daglio descreve as partes que compunham a formatura, ressaltando a sua corriqueirice como ritual de passagem. A formatura é qualificada como uma celebração tipicamente brasileira. Assim, embora Daglio não descreva com denosto o modo de colar grau, expõe que a formatura carecia de qualquer profundidade que não fosse a transcendência dada à colação pelos formados e pelas suas famílias e amizades, pois eles assumiam, em sociedade, esse ato trivial como um momento transcendental. Ao contrário de Jiménez, Daglio não focaliza o conteúdo dos discursos por haver percebido que a estrutura do procedimento da formatura primava, semiologicamente, sobre esses discursos. Eis a visão de Daglio (1951: 96-97) sobre a formatura: “Días después de haber defendido la tesis final y si victoriosos quedan recibidos, se efectúa en el salón noble de la universidad o de la facultad la ceremonia de la entrega del diploma. A esa fiesta han sido invitados todos los parientes y amigos de los nuevos profesionales. En la frente del salón, sobre alto estrado hay una amplia mesa adornada con flores y banderas brasileñas. En las poltronas que la rodean ocupan lugar los profesores, el decano y el ‘paraninfo’, es decir el padrino de los estudiantes. Estos, revestidos de una toga negra y tocados de un birrete negro también, pero con una franja de armiño ocupan otro estrado en la parte lateral. Empieza la ceremonia con un discurso alusivo al acto, pronunciado por el decano. Luego el paraninfo, que es generalmente un ‘ansien’ de la misma profesión de los que se están consagrando, les da la bienvenida en el seno de la corporación felicitándolos por el éxito alcanzado. Es de imaginarse como aquellos discursos de los grandes, ellos dirán de los ‘big’, calan hondo en aquellos corazones que aún no latieron 25 años! ¡Con qué sentida emoción, emoción esa que repercutirá toda la vida, escuchan las palabras consagratorias! ¿Y las madres? ¡Ah! las madres! ¡Qué divino, qué supremo momento para ellas! ¡Qué copa de ambrosía están bebiendo a la salud del hijo querido! Los pechos se hinchan con los suspiros contenidos y la lágrima, que resbala es contenida por un dedo discreto. Aquella hora sublime las paga de mil desvelos y las compensa de largos sacrificios. En la inmensa sala de felicidad fluctúa con sus velos y en todos aquellos corazones canta la vida más sana. Ellos, con su austera vestimenta doctoral están radiantes buscando, con mal disimuladas miradas, en medio de la

indireta, as suas censuras, respaldando o seu juízo no parecer de um natural do Brasil, visando evitar, assim, que ele pudesse ser mal interpretado por ser um observador estrangeiro:

El Brasil no ha desterrado de sus claustros las solemnidades tradicionales que el avance democrático arrumbó en la mayoría de los pueblos de América.

La toma del grado académico se rodea de etiqueta universitaria de viejo rito. Los Profesores asisten con sus togas y sus mucetas rojas, semejantes a las españolas, y con sus borlas de fleco más recargadas que las de nuestros doctores. Los “bacharelandos” pasan por el estrado; el Rector les cala el birrete, el joven presta el juramento y el padrino desliza en su dedo la simbólica sortija de roja piedra. Yo tuve la ventura de apadrinar a Oscar Tenorio, uno de los mozos de más auténtica juventud y de avanzadísimo ideario. Después se cierra el acto con dos discursos, clásico el uno y con sabor revolucionario el otro. Los estudiantes designan de entre sus maestros al orador oficial, que recibe el nombre de “paranympo”. Yo escuché al Conde Alfonso Celso, de corte antiguo en su palabra, plagada de imágenes y de tropos, verbo de clamante patriotismo. El discurso clásico era esta vez del más acabado molde ochocentista. El representante de la mocedad, Octavio Castello Branco, fue también, de inverso modo, alto paradigma de lo que ha de ser la tarea del orador juvenil. Si la pieza oratoria clásica fue de tipo archiclásico, la de índole revolucionaria fue superlativamente rebelde.

Castello Branco encaró con valiente gesto los problemas nacionales, fustigó a los políticos brasileños y no dulcificó las críticas que merece la enseñanza de Derecho en su patria. “Reconozcamos con tristeza – dijo con dolorosa valentía el exponente de los muchachos universitarios – que celebramos hoy el Centenario de nuestros Cursos superiores, sin que de hecho podamos afirmar que poseemos cursos de cultura superior... La incuria es completa... Que la conmemoración de este Centenario despierte la conciencia nacional contra esta enseñanza anacrónica, sin eficiencia, que deprime antes que eleva la inteligencia de la juventud”.

¿Lo ven ustedes, patriotas brasileños? No puede considerárseme difamador del Brasil por haber dicho palabras semejantes a las que lanzó Octavio Castello entre el aplauso clamoroso de toda la estudiantina. Enemigo, sí, del Brasil viejo, retrógrado y conformista, pero amigo y defensor del

multitud el rostro amado de la madre y también la gracia inefable de la enamorada, de la ‘garota’ que también, infaltablemente está allí. Después de los discursos se pasa a la entrega de los diplomas. Al llamado de un bedel cada uno de los jóvenes se levanta y dirigiéndose a la mesa recibe de manos del decano el ansiado pergamino. Una sonrisa, un ‘muito obrigado’ que la emoción a veces apaga, un cordial ‘shake-hand’ y ‘c’est fini’. En aquel momento es como si se abriera una esclusa. Cada cual busca sus amigos y parientes. Por la sala soplan ráfagas de cordial emoción. Todos se sienten unidos por aquella cálida vibración de sentimientos amigos. En la balburdia consiguiente, en medio del torbellino de risas, de llamados, de gritos de alegría los doctorcitos se ven apretados, solicitados por nuevos e interminables abrazos, atraídos, repelidos, estrujados. ¡Pero qué importa, santo cielo! ¡Ya son doctores, ya son felices, ya son algo! Con anterioridad a esta muy simpática ceremonia – ¡tan brasileña! – hubo en la intimidad del hogar oro momento de alegría y emoción. Es cuando el estudiante, regresando de la facultad donde acaba de rendir su último examen, es felicitado y abrazado por los suyos. Es en ese minuto culminante de la vida del joven, que la madre entrega al hijo el codiciado ‘anel de grau’, el anillo de graduado”.

Brasil nuevo, pujante y audaz, del Brasil de los estudiantes y de los mozos como Castello Branco (Jiménez, 1928: 79-81).

A respeito da cultura jurídica brasileira (Cap. X – El Derecho), Jiménez opinou que o nível que esta alcançara era inferior ao da cultura médica, e avaliou-a como medíocre. “Sórdido” é o adjetivo que usou para retratar o prédio, na rua do Catete, da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, pois se tratava de um espaço “deteriorado e incómodo, com aulas insuficientes y con un salón de Profesores mal tenido” (Jiménez, 1928: 77). A sua estadia no Brasil [1927] coincidiu com as celebrações do centenário da fundação dos primeiros cursos de Direito no Brasil. Jiménez opinou que os faustos dos festejos deviam ser acompanhados pela modernização dos métodos de ensino, um objetivo que preocupava à maioria dos estudantes e aos melhores docentes:

La tarea más sagaz ha de cumplirse a extramuros de estos festejos necesariamente aparatosos y de resultado nulo. Estoy lejos de censurar tales jubileos, que atraen la atención pública sobre las reformas universitarias; pero estimo que el cambio vendrá del trabajo diario y de la constancia fervorosa de Catedráticos y alumnos (Jiménez, 1928: 76).

Todavia, ele receou oferecer o listado dos juristas que ele considerava mais destacáveis do Brasil. Por isso, ao expor esse listado esclareceu: “No es innecesario, en vista de la hiperestesia brasileña, confesar que las omisiones en que he incurrido, sin duda, son oriundas o de falta de espacio o de desconocimiento y olvido, y que no se deben al deseo de erigirme en crítico intolerante de los jurisconsultos brasileños” (Jiménez, 1928: 72). Como jurisconsultos, só lhe mereciam alta estima A. Teixeira de Freitas, autor do *Código Civil*, Ruy Barbosa – “que no puede ser citado por sus compatriotas sin que su nombre vaya en compañía de adjetivos resonantes [...] Como suele acaecer con muchos cerebros en perpetua actividad, era superior a las obras que dejó escritas” –, Tobias Barreto, escritor de Direito Penal, seguidor da escola alemã, Almachio Diniz – “Abogado de nota, al que acaso perjudica su enciclopedismo jurídico” –, Clóvis Beviláqua – “A mi juicio, el mejor jurisconsulto brasileño contemporáneo” –, de quem valorizava a sua decisão de se ter afastado da tentação do enciclopedismo jurídico para se centrar no Direito Privado, e Edgardo de Castro Rebello, citado por Jiménez como o docente que lutava pela modernização da Faculdade de Direito carioca, ou seja, como um agitador do “pacífico ambiente demasiado académico de aquel Claustro de Catedráticos”, quem tinha que

suportar ser acusado de comunista “Por estar enterado de la marcha legislativa de la Rusia soviética”.

Jiménez assistiu, no Rio, a sessões do Tribunal Federal e do Tribunal do Júri no Palácio de Justiça. Observou que nas votações se permitia a presença de público, o qual, para ele, ainda sendo uma mostra de afã democrático, tinha, como parte negativa, a possível coação dos cidadãos sobre a direção do voto dos magistrados.

Dos dezesseis capítulos de *Um viaje al Brasil*, os seis últimos foram dedicados ao Direito Penal, a especialidade profissional do autor. Ele solicitou a compreensão do leitor por se, devido aos laços de amizade feitos com alguns colegas de profissão durante a sua permanência no Brasil, em algum momento deixava de ser imparcial⁸². Jiménez considerou Tobias Barreto o herói na especialidade de Direito Penal – “uno de los espíritus más finos y cáusticos que puede lucir la ciencia jurídica brasileña” – e observou que as fontes da formação científica desse jurista estavam na cultura alemã. Apontou, no entanto, que o *penalismo* alemão, com a exceção de Tobias Barreto, Mário Tibúrcio Gomes Carneiro e Antonio José da Costa e Silva, tinha pouco seguimento no Brasil, apesar da importante imigração alemã:

Es conocidísima la fuerte inmigración germánica en el Brasil; por eso extraña más que los penalistas brasileños desconozcan la lengua alemana y presten poca atención a la bibliografía tudesca, arquetipo de técnica. El ejemplo de Tobias Barreto no tuvo numerosos imitadores. Pero lo que no logra la cultura jurídico-penal germánica en extensión, lo conquista en intensidad (Jiménez, 1928: 86).

Gomes Carneiro foi mencionado por Jiménez como o seu principal guia no Rio (“Trabé con él amistad en España, cuando visitó Madrid, y ha sido mi piloto en Río, testimoniándome afecto cordialísimo y una devoción inquebrantable” Jiménez, 1928: 86). Na sua avaliação, os penalistas brasileiros ainda não compuseram um tratado “de tipo sistemático”, mas tinham produzido estudos de “superlativo” interesse sobre o Direito

⁸² Essa solicitude de compreensão adquire a forma de uma *captatio benevolentiae*: “He debido ser forzosamente parco al ocuparme de los escritores de Derecho que han enriquecido con sus obras la literatura científica brasileña. Me vedaban la extensión el reducido marco de estos ensayos y mis personales aficiones especialistas. Pero toco ahora un tema que cae de lleno en el área de mi vocación. Breve mi estancia en el dilatado país, no lo fue tanto que no me permitiera conocer los libros del Derecho penal más considerables y tender amistosas relaciones con quienes se afanan en las mismas tareas que yo. Al disponerme a escribir sobre este asunto, recelo de mi imparcialidad. Nada dificulta nuestro juicio tanto como el trato afectuoso con camaradas unidos a nosotros por la misma inquietud del espíritu. Me angustia también la forzosa limitación de las páginas que me he propuesto componer. Consagradas al gran público, no me es permitido adentrarme en problemas demasiado técnicos, y al estilizar el relato se precipita en el defecto de que quisiera huir: reducido a sus perfiles más imprescindibles, este estudio caerá forzosamente en un catálogo de apellidos y de títulos fatigante y árido. El lector sabrá perdonarme” (Jiménez, 1928: 82-83).

Penal militar. Ele cria que o novo Código Penal brasileiro, composto por Virgílio de Sá Pereira⁸³, continha “más aciertos que tropiezos” devido ao reconhecimento da sentença indeterminada em certas penas (“como la relegación, y, sobre todo, el recibo de la peligrosidad, que colma de sentido antropológico sus mejores preceptos” Jiménez, 1928: 116), o que fazia com que se devesse classificar entre os Códigos modernos de fatura acertada.

O *penitenciario* doutrinal brasileiro foi qualificado por Jiménez de moderno e seletto, mas ele opinou que as práticas penitenciárias deviam ser submetidas a imprescindíveis reformas. O autor visitou dois cárceres, a Casa de Correção carioca e a Penitenciaria paulista, sendo, o primeiro estabelecimento, considerado imperfeito pela sua localização – do lado de um campo de tiro da polícia –, pela sua antiquada concepção, e pelo desgaste nas instalações, e, o segundo, modelar, com um regime extensivo, comparável com “o irlandés”. Dos trabalhos feitos pelos reclusos nas oficinas da Casa de Correção carioca, chamou-lhe especialmente a atenção a qualidade das caixas de marchetaria (“La carpintería da labor a 15 hombres. Los más hábiles fabrican preciosas cajas de maderas nobles incrustadas, en cada una de las cuales emplean un mes de trabajo. Pueden obtener por ejemplar unos 30.000 réis” Jiménez, 1928: 121) e, da Penitenciaria paulista, impressionou-o a qualidade do assoalho das celas (“Amplias (dos metros y medio por cuatro), bien encaladas, con suelo de madera más rica que la de muchas casas europeas de la clase media” Jiménez, 1928: 127). Nesta, Jiménez foi guiado pelo seu Diretor, Franklin de Toledo Piza, quem o informou das muitas visitas que recebia o cárcere por parte de curiosos:

Esta Casa de reforma es objeto de constantes peregrinaciones forasteras y nacionales. Desde Enero a Septiembre del año 1927 la visitaron 20.000 personas, ajenas la mayoría a los conocimientos jurídicos y penitenciarios. Cuantos recorren sus celdas, sus talleres y sus servicios médicos, trasponen el lugar con una frase de subido elogio; pero no todos se percatan de que tanto orden,

⁸³ Virgílio de Sá Pereira é comparado por Jiménez (1928: 107-08) com outros ibero-americanos que viajavam à Europa para se instruírem e para reunir dados necessários para a elaboração de projetos que lhes foram encomendados. Jiménez louva Pereira pelo grande aproveitamento da sua estadia na Europa: “A fin de prepararse para el logro de su misión, viajó por Europa como suelen hacerlo los americanos del Sur y del Centro. Es decir, instalándose en París y efectuando fugaces excursiones a Bélgica e Italia, los ‘países latinos’, sin traspasar la frontera alemana por dificultades idiomáticas. Pero el Dr. Virgilio de Sá Pereira, a pesar de que su observatorio científico no era propicio, puesto que Francia jamás ha destacado por sus escritores de Derecho penal y es de los contadísimos países que no piensan en la reforma de sus leyes punitivas, volvió a sus tierras vernáculas más enterado de lo que suelen regresar a sus países la mayor parte de los iberoamericanos que transitan por Europa”.

disciplina y trabajo está en manos de un hombre. Franklin de Toledo atraviesa ahora la más vigorosa edad madura, y el Estado de San Pablo puede confiar en que por largos años su establecimiento carcelario será exhibido como ejemplo (Jiménez, 1928: 132).

Jiménez de Asúa encerrou *Un viaje al Brasil* referindo-se à doutrina, à legislação, à prática e aos estabelecimentos em relação aos menores delinquentes e aos menores abandonados no Brasil. Acompanhado pelo primeiro juiz de menores do Brasil, Dr. José Cândido de Albuquerque Mello Mattos, visitou o juizado e alguns estabelecimentos cariocas de amparo e reforma de menores, julgando-os adequados. Com um relato laudatório sobre esse juiz, Jimenez conclui a narração das suas impressões de viagem:

Esta figura, transida de corazón, modesta y prócer a la vez, quiero que sea la última imagen – “los últimos serán los primeros” – que se deslice suavemente por estas notas de mi viaje al Brasil, como fueron sus brazos los últimos que me estrecharon al partir y su pañuelo flameante el postrer adiós que distinguí desde la cubierta del buque... (Jiménez, 1928: 147).

Observa-se que o prestígio e a autoridade de Jiménez de Asúa lhe permitiram transitar, como um convidado estrangeiro admirado e desejado, pelos âmbitos da elite da sociedade brasileira. Ele sentiu-se legitimado para, baseando-se sua experiência e nas suas reflexões, publicar a sua opinião sobre todos os aspetos, públicos e privados, incluindo os escatológicos, dessa sociedade, sem temer o desgosto que essa opinião poderia causar, pois ponderara que a sua visão estava bastante amparada. E o amparo era, simplesmente, a sua convicção de que o seu ponto de vista era o correto, pelo qual nem precisava contrastá-lo com o de outros visitantes análogos a ele. Ao contrário do que acontece ao estrangeiro não-imigrante residente, o estrangeiro não-imigrante visitante, publicando as impressões de estadia no exterior logo do retorno, não arrisca a sua permanência. Ele só se enfrenta à possibilidade de que não o deixem ingressar de novo no país ou de perder o favor dos anfitriões e guias criticados.

Os imigrantes espanhóis no Rio de Janeiro não foram mais que um item do panorama carioca que Jiménez de Asúa conheceu. Dentre eles, só um – o livreiro – lhe causou simpatia, devido à índole intelectual desse sujeito e ao seu desempenho como promotor da cultura e da ciência hispânicas, das quais Jiménez de Asúa se considerava um integrante. Para o estrangeiro não-imigrante visitante, os seus conterrâneos imigrantes, isto é, os seus compatriotas no exterior, não estão, necessariamente, mais ligados a ele pelo simples fato de todos compartilharem um espaço não-nacional. A ausência de atratividade

no conhecimento dos patrícios em um país que não é o deles, unida à provável diferença de idiossincrasias, levam o visitante não-imigrante a desprezar os imigrantes como objeto apreciável durante a estada. O interesse neles surge, no entanto, quando são eleitos, *ex professo*, como um objeto de curiosidade, ou de pesquisa.

A narração do imigrante

No país de imigração, quando o trabalhador estrangeiro se converte em escritor e transforma a sua travessia em tema literário, ele pode observar os nativos como uns indivíduos de nacionalidade diferente à sua. Mas, caso queira publicar o seu produto nesse país e ser compreendido pelos leitores nativos, não deverá desconsiderar que o estrangeiro é ele e que os *outros* são os soberanos ocupadores do espaço em que ele decidiu morar. Na recriação literária do que foi a sua experiência como viajante, o imigrante escritor está aderido à terra e às gentes que descreve, tanto na partida quanto na chegada. Nessa recriação, a vivência prévia à viagem, que, desde a distância, se começou a apagar até quase se transformar em algo estranho, fazia parte da cultura e da identidade pré-migratórias do autor. Para o imigrante autor até mesmo a cultura do seu país de residência não lhe é alheia e ele sabe que o *outro*, perante os nacionais desse país, é ele e a sua comunidade de adventícios.

Isaías, el emigrante soñador, de Manuel Diz Ramos (2000), é um dos poucos romances sobre os galegos no Brasil composto por um imigrante⁸⁴. No prólogo, o produtor declara que a sua vontade fora a de que as trajetórias dos personagens da narração pudessem ser apreciadas como exemplos representativos dos percursos que seguiu a maioria dos imigrantes galegos no Brasil. Mais da metade desse romance transcorre na Galiza e na cidade de Salvador. A obra inicia-se relatando a infância do protagonista – Isaías –, nascido na década de 1920 em Doade, no município de Beariz, na Terra de Montes. A miséria, a desestruturação familiar e a falta de esperança em mudanças positivas – os fatores de expulsão – fizeram com que o ele, no final da década de 1940, emigrasse à Bahia, onde residiam parentes e vizinhos. Lá, Isaías dedicar-se-á ao comércio. Porém, logo de ele ter conhecido casualmente Belo Horizonte durante uma excursão que fez desde

⁸⁴ O corpus de Manuel Diz Ramos encontra-se disponível na Biblioteca Virtual Galega (<http://bvg.udc.es/ficha_autor.jsp?id=ManDiz+R1&alias=Manuel+Diz+Ramos>). Acesso em: 13 jun. 2009.

Divinópolis-MG, onde fora passar uns dias de férias, convidado por uns patrícios proprietários de fazenda, decide se mudar à capital mineira, cidade em que, com as economias que reunira em Salvador, abriu primeiramente um bar, dedicando-se, depois, à construção. Isaias antes de trocar Salvador por Belo Horizonte, conversa com um amigo seu – Lamoso –, também galego e imigrante em Salvador; nessa conversa justifica a sua ida, compara ambas as cidades e as colônias de galegos nelas residentes (Diz, 2000: 88).

Quando Isaias chega a Belo Horizonte, hospeda-se na Pensão Floresta, propriedade de galegos, na qual estavam alojados outros patrícios (Diz, 2000: 113). Assim, ele pôde conhecer, nada mais se instalar, o modo de vida dos galegos belo-horizontinos. Isso lhe permitiu se informar sobre os âmbitos profissionais em que os galegos destacavam – o comércio, os serviços (hotéis, bares e restaurantes) e a construção – (Diz, 2000: 115). No seu relato, Isaias menciona o orgulho que sentiam os imigrantes galegos por se saberem partícipes da urbanização da nova capital mineira e refere-se à ida de bastantes galegos ao oeste do estado para trabalharem na finalização da Estrada de Ferro do Triângulo Mineiro (Diz, 2000: 136). O final da obra é ocupado pela conversa mantida entre Isaias e o seu amigo Pablo. Ela acontece durante o segundo retorno temporário que o protagonista faz à sua aldeia galega. Eis o fragmento no qual o vizinho Pablo, não-emigrante, questiona Isaias sobre os motivos da sua nova partida:

Al comentar su vuelta a Brasil con uno de sus nuevos amigos, el Pablo, le preguntó:

– Isaias, ¿por qué tú te marchas luego ahora que has comenzado a crear raíces en esta región gallega?

¡Esta tierra también es tuya!

– Mira, Pablo, estas raíces que tú estás imaginando, tienen dificultad de penetrar en la tierra un poco árida, sin cuidar, y cuando consiguen esparcirse, se desarrollan en la superficie, son poco penetrantes y la planta luego pierde su vitalidad. Es una pena, pero es la pura realidad, mi caro amigo.

– Se percibe que el Brasil está impregnado dentro de ti. Mira Isaias, yo entiendo todo eso, es lógico que quieras volver lo más pronto posible para junto de aquellos con los que en realidad tú convives de manera más afectiva.

– Mi amigo Pablo, todo lo que tú dices es verdad, pero eso no significa que deje de gustar de la tierra donde nací. Sería mucha ingratitud de mi parte. ¿Tú no lo crees? Pero en Brasil, busqué oportunidades y él me dio las posibilidades de concretizarlas, es claro, que con mucho sacrificio y muchas lágrimas escurriendo por mi rostro en determinados momentos de mi vida. Sin embargo, hoy, como las distancias geográficas son consideradas insignificantes dadas ciertas comodidades de nuestra época, podemos ir y volver con más frecuencia. Yo, cuando menos, veo en mi mente el Brasil, luego allí, del otro lado del Atlántico (Diz, 2000: 144-45).

Não localizamos fortuna crítica de *Isaías, el emigrante soñador* e não temos dados para sopesar a recepção desse romance. Nós observamos que nele estão contidos os *leitmotiven* das narrativas autobiográficas, ou pseudo-autobiográficas, dos autores imigrantes: a mágoa pelo inevitável abandono da pátria, o estranhamento no país de recepção, as dificuldades no convívio com a sociedade desse país e com os patrícios desterrados, a luta árdua pela sobrevivência e o sucesso, e a evocação saudosa das origens. Esses *leitmotiven* mostram, no gênero dos livros de memórias, a particularidade distintiva da intencionalidade do discurso do autor imigrante. Além da justificação da trajetória vital do autor e da exposição didática da circunstância do passado, características estendíveis a todos os livros de memórias, esse discurso contém a expressão da agonia dos protagonistas ao haverem tido que compatibilizar a sua existência internacional, na qual o distanciamento de uma pátria nem sempre era compensado pela acomodação no país de destino. Assim, nesse discurso biográfico, o mérito desses protagonistas radica na obtenção de satisfações, mediante o esforço no trabalho, para se compensar a injustiça do desterro da qual foram vítimas⁸⁵.

As impressões do imigrante ambíguo (o trabalhador estrangeiro não-imigrante)

Há ofícios para imigrantes e há ofícios que os imigrantes, embora não sejam deles excluídos, não costumam ocupar. Há sujeitos que reconhecem que a sua partida significa emigrar, e sabem que a sua emigração é diferente da majoritária entre os seus patrícios. Esses patrícios seus emigram para se desempenharem como mão-de-obra – camponeses, operários, empregados do comércio e dos serviços –; eles emigram para, como intelectuais e cientistas, explorarem o seu capital cultural, uma particularidade que os converte em

⁸⁵ Em 2007, Manuel Diz Ramos publicou outra obra cujo assunto era a questão migratória. Intitulou-se *O mundo de Thaynara* (Disponível em: <http://bvg.udc.es/ficha_obra.jsp?id=OmudeTh%201&alias=Manuel%20Diz%20Ramos>, acesso em: 13 jun. 2009). Nela combina-se a prosa com a poesia. No Prólogo, o autor refere-se, como se segue, ao drama do imigrante ressaltando o mal-estar que nesse sujeito provoca ter que se expatriar para obter sucesso econômico: “A ese fenómeno, que ten causado tantos traumas e desequilibrio familiar ós individuos por ser obrigados a mudar dun país para outro buscando a sobrevivencia, é o que hoxe podemos chamar de emigración ou migración compulsoria. Se por un lado ese cambio trae algunha vantaxe económica, tanto para o individuo como para os países de orixe como para os receptores, por outro lado, ese fenómeno tamén poderá crear un trauma que nen sempre será totalmente asimilado polos protagonistas desa odisea. Na verdade, eses seres humanos, a pesar de ser uns verdadeiros heroes, de certa maneira, tamén pasan a ser uns individuos sen unha auténtica identidade social e cultural: tanto no país de orixe como no que os recibiu, mesmo que teñan sido acollidos con bastante xenerosidade nas novas terras”.

trabalhadores estrangeiros não-imigrantes. A distinção inerente a essa diferenciação coloca o trabalhador estrangeiro não-imigrante em uma posição cômoda para a observação de dois âmbitos, aos que está ligado sem integrá-los. Ele situa-se entre os campos sociais dos sujeitos nacionais e o modo de vida dos imigrantes típicos, estando próximo aos correspondentes espaços de esses dois âmbitos e, simultaneamente, sentindo-se alheio a ambos. O seu estatuto não coincide com o do estrangeiro não-imigrante de estadia temporária e, logo, delimitada – o professor convidado, o cientista viajante, o estudante, o executivo representante de uma empresa investidora no estrangeiro –, já que a sua residência no país receptor é permanente e o seu trabalho, nesse país, é estável, e também não com o da massa dos imigrantes, pois ele é um sujeito não-nacional que exerce funções profissionais próprias dos nacionais. A sua posição como observador assemelha-se à do padre estrangeiro, embora eles tenham diferentes estatutos legais e não coincidam os motivos que causaram o deslocamento. Quem chega para se dedicar ao labor pastoral no Brasil recebe, no início da estadia, um visto exclusivo – o visto de missionário –, e justifica a sua presença na filantropia, sem que se declare um interesse econômico pessoal. Mas cabe ao missionário e ao trabalhador estrangeiro não-imigrante, segundo a sua conveniência, a livre transição pelo espaço tanto da mão-de-obra patriciana quanto dos cidadãos naturais.

Um caso de trabalhador estrangeiro não-imigrante foi o do castelhano Auxilio Berdión, autor da obra *El país maravilloso (Impresiones del Brasil)*, uma combinação de ensaio e crônicas publicada em Madri em 1929. Durante oito anos, Berdión trabalhou no Brasil como jornalista e de professor. Assim o declara no início da obra, quando informa do propósito dela: “Contiene este pequeño volumen, no un estudio detallado del Brasil físico y político de nuestros días, sino apenas unas ligeras impresiones, recogidas con cariño, en ocho años de profesorado y de periodismo en aquel bello país” (Berdión, 1929: 7). No entanto, embora no Brasil acabasse exercendo ofícios de não-imigrante, ele expressa que da Espanha partira sentindo-se como um emigrante. Tão ambíguo reconhecimento – ele sentiu-se no barco como um emigrante, mas não o era – foi acompanhado de uma classificação dos sujeitos que viajaram de navio com ele. Berdión esclareceu, como segue, que, entre os passageiros que viajavam à América do Sul, havia não-imigrantes e imigrantes, e que, entre estes, havia *classes*, apresentando-se, além do mais, patentes as

diferenças entre as nacionalidades. Era, conseqüentemente, a viagem no mesmo navio o único elo entre todos eles:

Si la buena o la mala suerte no te obligaron nunca, querido lector, a abandonar las tierras queridas de la patria para abrirte camino en la lucha terrible por la vida en las apartadas regiones de un mundo nuevo, no habrás sentido tampoco las impresiones de nostalgia que se apoderan del alma del emigrado cuando desaparecen, quizás por última vez, las últimas montañas de su país.

En esos magníficos trasatlánticos, verdaderas ciudades flotantes, que traen de América el oro y llevan la miseria y el sudor del trabajador, podrás observar, como en toda sociedad constituida, la eterna diferencia entre las clases sociales. Sobre aquel montón de tablas que sirve de juguete a las olas caprichosas del mar, se observan los tipos más raros de la tierra.

Millonarios sentados en butacas de mimbre, pensando en sus ricas propiedades y negocios fabulosos; artistas jóvenes, naufragados ya en el mar de la vida; comerciantes arruinados por el juego o las malas transacciones; poetas, músicos, pintores, engañados por la fantasía humana; emigrantes sucios y hambrientos que van a la conquista del oro...

[...] Uno se siente desterrado en medio de estas gentes misteriosas, que expresan cosas ignoradas en misteriosas lenguas.

¿Quién podrá adivinar el futuro de esos seres, o, por lo menos, conocer su pasado?

La simple contemplación de un trasatlántico, nos proporciona un cuadro interesante de psicología humana. No quiero concretar, por no herir susceptibilidades de ningún pueblo, pero estoy cierto que cualquiera de vosotros que haya viajado, a las pocas horas habrá notado la nacionalidad del hotel flotante donde se hospeda. Aún no ha podido el nacionalismo tomar carta de internacionalismo (Berdión, 1929: 13-16).

El país maravilloso está dividido em duas partes, a primeira com seis capítulos e, a segunda, com sete. Mediante esses capítulos, o autor visa uma ampla descrição do país – natureza, economia, sociedade e cultura –. Os seis primeiros são os seguintes: La ciudad flotante, Río de Janeiro, Grandeza y belleza del Brasil, Florestas vírgenes, Riquezas naturales e (VI) Industria y comercio. A segunda parte concentra os capítulos dedicados ao comentário da identidade brasileira e da produção cultural e científica. São estes: Movimiento cultural, Carácter nacional, Literatura brasileña, Siluetas literarias (Olavo Bilac e Ruy Barbosa), Movimiento científico y artístico, Tipos y paisajes e (VII) Futuro del Brasil. Berdión amparou as suas impressões brasileiras, fruto da sua experiência reflexiva *in loco*, em comentários sobre o Brasil de publicações de outros estrangeiros e em ensaios de autores brasileiros.

Berdión acreditava que entre os estrangeiros e o Brasil se produzia uma relação de transculturação (“El extranjero podrá transformar materialmente el Brasil, pero aquél a su

vez será moralmente transformado por éste” (Berdión, 1929: 129), mas advertiu que, nela, o benefício econômico gerado pelo trabalho dos estrangeiros nas grandes cidades tinha, como contrapartida negativa, o apagamento de dois traços distintivos da identidade brasileira: a bondade e a hospitalidade. Assim o expressou:

Otro de los rasgos característicos del pueblo brasileño es la bondad. Esta cualidad, únicamente puede evaluarse en pleno *sertão* o en el interior de los Estados, donde apenas existe la influencia extranjera. En las grandes ciudades está completamente modificada por las diversas colonias extranjeras, que si bien es cierto han dado al país gran desarrollo económico con su trabajo, también es verdad que han modificado el espíritu del pueblo indígena, esencialmente bondadoso. Los continuos desengaños con los pueblos extraños, y cuyos elementos (ni siempre son de los mejores) [sic] ha hecho que el brasileño del litoral y de las grandes ciudades, o pierda su carácter, identificándose con el del pueblo inmigrado, o sea desconfiado, y no abra su corazón como suele hacerse en pleno *sertão*, que tan maravillosamente nos cantó Affonso Arinos, que, hasta por ironía de la suerte, vino a dar su último suspiro en nuestra España (Berdión, 1929: 80-81).

A transculturação no Brasil acontecia, na visão de Berdión, pela força de atração, *lato sensu*, do país, com independência da predisposição dos estrangeiros, e ela fora o procedimento que permitira a formação da sociedade brasileira. O Brasil amalgamava os estrangeiros porque era um país democrático (“Allí se confunden todas las razas humanas de tal modo que casi siempre llegan a identificarse. La democracia brasileña no es una utopia” Berdión, 1929: 33) e porque os recebia com extrema simpatia (“En el terreno internacional, el Brasil ha dado siempre pruebas de la mayor hospitalidad a todos los pueblos que allí emigran, y que, debido a estas raras cualidades, se identifican con el medio ambiente. Su historia está llena de rasgos de bondad” (Berdión, 1929: 83).

O autor combinou a sua apreciação do funcionamento dos campos sociais nacionais brasileiros com a sua avaliação do comportamento dos imigrantes espanhóis. Berdión diz haver-se sentido orgulhoso do nacionalismo dos seus compatriotas, por eles não se deixarem afetar por regionalismos e por todos eles se sentirem, a despeito da sua diversa procedência geográfica, unicamente espanhóis⁸⁶. Ele informa que ficou satisfeito pelo labor

⁸⁶ A neutralização, no Brasil, dos regionalismos da Espanha é um juízo de valor de Berdión. Ele, simplesmente, assevera que, apesar da diversidade de procedências, todos os seus patrícios se sentiam, desde a distância brasileira, espanhóis patriotas. Diz Ele: “Es indiscutible que el patriotismo crece en razón directa del cuadrado de las distancias. Allí no existen los regionalismos acentuados, pues antes que nada son españoles. ¡Cuántas veces en visita a las ‘facendas’, después de la labor cotidiana, en medio de un mundo completamente extraño y de un paisaje tan diverso al nuestro, he oído a la puerta de aquellas casitas de los colonos llorar la guitarra española la música única de nuestras granadinas y cartageneras, malagueñas y

que ele desempenhou entre coletivos de espanhóis⁸⁷, o qual consistira em incentivar o orgulho identitário dos imigrantes através de palestras sobre as grandezas e o porvir da Espanha. Assim o expressou:

Me enorgullezco de haber contribuido a medida de mis fuerzas y con mi torpe palabra a levantar el espíritu y animar aquellas entidades y sociedades españolas, en una peregrinación desinteresada y patriótica, recordándoles nuestras grandezas pretéritas y nuestro futuro halagüeño (Berdión, 1929: 56-57).

Outros espanhóis que exerciam as mesmas profissões que ele foram mencionados. Berdión destaca a José Eiras García, o diretor de *El Diario Español*, o único periódico paulistano em língua espanhola que é indicado. De Eiras García comenta “también trabajó por la colonia española. Era un amigo a quien recuerdo siempre con cariño” (Berdión, 1929: 72). Como professores espanhóis residentes no Brasil, cita o arquiteto Morales de los Rios, quem residira no Rio de Janeiro, e o matemático André Pérez y Marín, residente em Campinas-SP. Auxilio Berdión encerra a obra assinalando que, logo das suas referências às riquezas materiais e espirituais do Brasil, podia-se sintetizar que o país era a maravilha do séc. XX.

Frente aos viajantes estrangeiros, Auxilio Berdión não só percorreu o Brasil; ele residiu e trabalhou no Brasil fazendo parte da colônia de espanhóis residentes. De fato, ele saíra da Espanha para exercer estavelmente nesse país as suas profissões, o qual lhe permitiu entrosar-se, durante anos, com os aborígenes e com os outros trabalhadores estrangeiros. A pertinência das suas impressões sobre o Brasil baseia-se, portanto, em uma dupla autoridade: a dada pela sua valia como observador intelectual e a decorrente do seu demorado convívio. Isso fez com que, embora dissimulasse o seu discurso com o título

sevillanas! ¡Qué escalofríos más extraños sentía uno en aquellos momentos! Catalanes y aragoneses, andaluces y castellanos, asturianos y gallegos, vascos y extremeños, ante la presencia de un español, son únicamente españoles!” (Berdión, 1929: 55-56).

⁸⁷ Berdión louva as associações no Brasil de espanhóis. Porém os seus elogios exagerados prejudicam a veracidade da sua apreciação. Ao contrário do que ele afirma, nunca houve no Brasil, nem na União nem nos estados, federações de *sociedades* espanholas. Ele enxergou-as como modelos de organização e de unidade, o qual é questionável devido à incapacidade delas para congregar segmentos quantitativamente consideráveis dos imigrantes espanhóis. No período passado por ele no Brasil havia na cidade do Rio de Janeiro e na cidade de São Paulo sociedades tipicamente galegas – os centros galegos – o qual contradiz a sua apreciação sobre a unidade da colônia. Expusera Berdión (1929: 57): “Las sociedades y federaciones españolas del Brasil son modelo de organización, desinterés y patriotismo. Río de Janeiro, S. Paulo, Santos, Campinas, Ribeirão Preto, Bahía, Porto-Alegre... son otros tantos ejemplos de la prosperidad y de la unión de la colonia española en el Brasil”.

impressões, este seja enunciado como o conjunto das conclusões, dificilmente refutáveis, de um exame⁸⁸.

III. 1. 6. A apatridia e o imigrante

No Brasil, nas três primeiras décadas do séc. XX, as condições do deslocamento criaram em centenas de imigrantes, dentre eles, dezenas de galegos, a predisposição para a adesão à ideologia anarquista. A sensação de interregno – de apatridia – provocada pelo fato de estar e, ao mesmo tempo, de não-estar, no espaço da partida e no espaço da chegada favoreceu que esses imigrantes respaldassem sistemas de ideais políticos, e planejamentos de ações, de cunho internacionalista, orientados a enfrentar as estruturas responsáveis da sua opressão. No prólogo de *Emigrantes*, Ferreira de Castro faz questão de frisar que da leitura do seu romance não se deveria só tirar uma visão negativa das condições de vida dos imigrantes no Brasil. Ele assinala que as suas denúncias sobre a emigração não tinham que ser entendidas como consequência de um preconceito dele contra a sociedade brasileira; com elas pretendia-se apontar as estruturas que provocavam a exploração, da qual se deveria culpar, em primeiro lugar, à Europa:

Não temos lá, porém, nenhuma espécie de interesses. Não teríamos, portanto, vantagem alguma em afirmar a nossa amizade pelo Brasil se ela, em realidade, não existisse. As nossas idéias e simpatias estão para além dos nacionalismos agressivos ou retóricos, venham de onde vierem. Além disso, seria erro atribuir ao Brasil, ou à Argentina, ou à América do Norte, que têm uma organização social idêntica à de quase todos os outros países, responsabilidades especiais pela derrota que alguns emigrantes possam sofrer nas suas ambições, tanto mais que é verdade não estar preparada para a luta a maioria deles, constituída, em muitos casos, por pobres seres ignorantes que a Europa exporta diariamente. O drama é outro e é universal. Esses homens vão correr a sua aventura porque têm falta de pão ou porque se convenceram, justamente, de que no mundo em que vivem só quem dispõe de ouro tem direito às expressões capitosas da vida. Em circunstâncias particulares, são ainda iludidos por outros homens, que os exploram na sua própria terra, afirmando à ingenuidade deles que, mesmo assim rudes, mazorros, primários, encontrarão, neste e naquele trecho do Globo, fabulosas riquezas. E eles partem, então, fascinados pela miragem. Se tivéssemos culpas a estabelecer, à Europa as debitaríamos em primeiro lugar (Castro, [1928] 1954: 15-16).

⁸⁸ Reunimos poucos dados biográficos de Auxilio Berdión. Na edição do sábado, 19 de abril 1930, p. 29, do periódico barcelonês *La Vanguardia*, há uma notícia intitulada Sabadell: La visita de los periodistas ibero-americanos. Nela informa-se que, dessa representação de jornalistas, fizera parte “don Auxilio Berdión Álvarez. vicecónsul del Brasil en Madrid” (Cf.: <<http://hemeroteca.lavanguardia.es/preview/1930/04/19/pagina-29/33215782/pdf.html>>. Acesso em: 20 jun. 2009). Em 1937, Berdión publicou, em Salamanca, *Madrid en tinieblas: siluetas de la revolución*.

No prefácio ao livro de Sayad, Pierre Bourdieu (Sayad, 1999: 9-12) assinala que na *elghorba* estão envolvidos os que foram “cruelmente despossuídos” e são, portanto, *atopos*. O imigrante é para Bourdieu um sujeito “sem lugar, deslocado, inclassificável”⁸⁹, até “incongruente e inoportuno”, cuja situação ambígua – bastarda – o mantém flutuando, ou mergulhado, entre o “ser” e o “não-ser”, em um espaço fronteiriço em que ele não é reconhecido nem como um estrangeiro – o outro – nem como um cidadão – um igual, *um mesmo* –. Submetido ao raciocínio, segundo Bourdieu, o imigrante suscita embaraço, pois resulta difícil entendê-lo. Subjetivamente, segundo Bourdieu, o imigrante provoca incomodidade, tanto na sua sociedade de origem, quanto na receptora. Essa projeção duplamente inconveniente da natureza do imigrante é explicada por Bourdieu como se segue. Ele considera que a interpretação dos lindes do limbo em que se encontra o imigrante pode acabar provocando, no analista, um exame das regiões mais obscuras do seu próprio inconsciente:

Presente ausente, ele [o imigrante] nos obriga a questionar não só as reações de rejeição, que, ao considerar o Estado como uma expressão da Nação, justificam-se pretendendo fundar a cidadania na comunidade de língua e de cultura (quando não de “raça”), como também a “generosidade” assimilacionista, que, confiante em que o Estado, armado com uma educação, saberá produzir a Nação, poderia dissimular um chauvinismo do universal (Sayad, 1999: 12).

O deslocamento de um trabalhador a um país de imigração deixa abertas vias alternativas para que o sujeito se afaste das supostas práticas inerentes a um trabalhador estrangeiro. Esse sujeito, amparando-se no seu capital cultural, tem a ocasião de tentar esquivar os espaços para ele preparados das estruturas da dominação, chegando-se a apresentar, ele mesmo, como uma reação irreverente, em forma de violência simbólica, contra o *statu quo*. Assim, frente à identificação do estrangeiro-imigrante com o trabalho, o estrangeiro autodesignado não-imigrante pode reivindicar, procurando a provocação e a distinção perante a sociedade de adoção, o *direito à preguiça* e a extravagância de ele conseguir sustentar-se, no espaço dos outros, pedindo e não dando.

Um paradigma desse *habitus* é o representado por Rafael López, quem a si se chamava o “filósofo da selva”. Ele foi um misterioso viajante espanhol, de procedência

⁸⁹ Especificamente, o termo “deslocados” foi utilizado pelas Nações Unidas, a Cruz Vermelha e Caritas Internacional, através da *United Nations Relief and Repatriation Administration* e da *International Refugee Organization*, para aqueles estrangeiros – os deslocados de guerra, as *displaced persons* – que não puderam ou não quiseram regressar às suas pátrias após a segunda guerra mundial (Cf. Magalinski, 1980: 9, 35).

ocultada por ele mesmo, que decidira assumir a imagem e o comportamento de um vagabundo na década de 1950⁹⁰. No seu retrato misturam-se os traços de um adail da contracultura com os de um excêntrico estrangeiro individualista, solteiro, sem visto de permanência, sem residência fixa e sem profissão, que sobrevive com o que recebe da venda de uns folhetos que continham máximas e reflexões com a sua apologia de um modo de vida libertário e panteísta. O diário *O Globo* publicara em 16.04.1953 (López, 1955: 137) uma resenha sobre esse estrangeiro não-trabalhador, intitulada “Desencantos e amarguras de um filósofo...”, em que se destacava que Rafael López chegara ao Brasil, procedente da Espanha, havia quatro anos, onde “não se sabe se movido por dificuldades, se por desencanto desta vida”, fundara uma filosofia de moldes panteístas. O jornal paulista *Última Hora*, em 20.05.1953, na notícia “Viveu na floresta amazônica e é inimigo fidalgal do trabalho”, acrescentou que esse estrangeiro, de 37 anos, chegara moço ainda ao Brasil, à cata de aventuras e percorrera a pé a América do Sul. À pergunta de se alguma vez trabalhara, ele respondeu: “nunca trabalhei e jamais trabalharei. Considero o trabalho uma coisa indigna, uma verdadeira exploração” (López, 1955: 138). Em outra notícia sobre o “filósofo da selva”, desta vez do *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, publicada em 16.09.1954, destaca-se que “Rafael Lopes, ou melhor, o ‘Filósofo da Selva’, é um refugiado espanhol que há anos vive nesta capital, cavando, como muitos outros, a sua vida” (López, 1955: 144). Esse estrangeiro, um suposto grande conhecedor, por meio de constantes travessias, da América Latina, recorre à sua experiência na selva amazônica e aos aprendizados entre os indígenas dos Andes para respaldar a sua refutação da civilização moderna. Na recopilação de algumas das suas folhas volantes intitulada *Páginas cínicas*, publicada pela editora anarquista Germinal, López expõe como se podia viver, sendo feliz, sem trabalhar, e critica comicamente a entrega ao trabalho dos imigrantes europeus obcecados pela ganância:

São Paulo

⁹⁰ Rafael López faz questão de ocultar as suas origens, as quais, segundo ele, além de não serem relevantes para os seus leitores, amparam, como exemplo negativo, a posição em que ele trata de se manter e as decisões que tem tomado. Em “Minha família”, Lopez (1955: 65) declara o seguinte: “Onde nasci, se sou solteiro, como me chamo? Que interessa? O valor do escritor está na cabeça, não em outra parte. Começo por meu pai. Foi um imbecil. Com seu trabalho enriqueceu a outros e morreu. Pobre coitado! Tenho pena dele! Sua mulher parecia uma porca, pois teve quatorze filhos. Todos saíram rústicos: trabalham muito. O único sábio sou eu, que jamais quis trabalhar, pois, como dizem os argentinos, do trabalho vive qualquer um. O mérito está em viver sem labutar! A maioria de meus irmãos casaram-se. Eu não desejo casar-me. Seria uma desgraça: ter de trabalhar para a meia laranja. Isso revolta-me. Agarrem outro, que não a mim.”

Capital da Itália e também da antipatia e grande traganíqueis, S. Paulo parece um formigueiro: Só se trabalha!

Ai, dói-me a barriga!

Pouco amor se faz! Conversa-se pouco e corre-se muito!

O fito da cidade é o lucro. Os bares da Avenida São João não têm cadeiras: a gente come em pé, como os cavalos.

Os italianos falam com as mãos cheias de *pizza* e *Chianti*.

Os insípidos doces árabes abundam e os japoneses também.

Os burros de trabalho europeu correm muito e fazem bem, pois para isso os tiraram da Europa.

Na rua Aimorés as rameiras estão enjauladas.

Fala-se em proibir a prostituição.

Que hipocrisia! A Natureza não fez meretrizes, e sim a civilização dos calos (López, 1955: 95-96).

A visão de desprezo de Rafael López em relação aos imigrantes italianos alienados pelo trabalho apresenta-se como uma radicalização da exposta no *Estado de São Paulo*, em oito reportagens, quase trinta anos antes, a respeito dos imigrantes, na capital paulista, de diversas procedências, por Guilherme de Almeida.

Um desses textos, de 21 de abril de 1929, intitulado Um carvão de Goya, fora dedicado às observações feitas em um passeio vespertino pela rua Santa Rosa, na capital paulista, onde residia uma colônia de imigrantes espanhóis⁹¹. Em um aparte da prosa, Guilherme de Almeida (1962: 59) retrata os trabalhadores dos armazéns dessa rua como “homens em mangas de camisa transpirando dinheiro”. O efeito alienante do trabalho sobre os imigrantes também é transmitido, no seguinte trecho, por Almeida:

E, dentro desse silêncio comercial, vão chegando e vão passando uns homens do trabalho, lerdos, abobalhados, inexpressivos como motores parados. Não dizem nada. Que homens são esses, que vão chegando e vão passando? De que pátria fugiram? Que música estrangeira terá a sua fala? (Almeida, 1962: 60).

O “Filósofo da Selva” reivindica a vagabundice como modo de vida em qualquer lugar. Para ele (López, 1955: 116), o vagabundo “é um anônimo revolucionário, que não trabalha, para evitar que outrem se enriqueça com seu esforço. É inimigo dos tiranos. Estes querem trabalhadores otários para sustento de sua plutocracia”. Em *Páginas cínicas* comenta-se que o escárnio contra o sentido do trabalho, acrescentado de múltiplas invectivas contra as religiões, contra as ideologias e contra o campo da cultura e, em geral, contra tudo o relacionado com a infra-estrutura econômica e as construções simbólicas da

⁹¹ Essa reportagem foi incluída no volume *Cosmópolis* (Almeida, 1962).

civilização, valeu, entre 1952 e 1955, ao estrangeiro Rafael López, seis confiscos dos seus escritos e seis detenções, além de um internamento por seis meses no manicômio de Juqueri, em São Paulo, de onde só saiu pela pressão do deputado socialista Cid Franco, da Assembléia Legislativa paulista, quem se baseou, para a apologia da normalidade do detendo, no atestado de sanidade dos psiquiatras que o submeteram aos testes.

Na reportagem acima mencionada de Guilherme de Almeida, não se menciona a selva como o espaço natural do homem livre, mas, com uma expressão tremendista, acentuam-se os efeitos denigratórios que produz nos imigrantes a submissão aos meios de produção. Na visão de Almeida, no caso dos imigrantes espanhóis, a dedicação deles ao trabalho anulava as felizes e intensas nuances *flamencas* do seu atavismo, convertendo-os em força de trabalho acoplada à miséria das ínfimas ocupações em que eles se empregaram:

Volto-me, brusco. Noite na Espanha de São Paulo. Mas noite que não caiu do céu: subiu dos telhados rasteiros, negríssimos dos gasômetros, e veio vindo, numa fuligem fosca de crepe, que se esgarçou toda no ar baixo. Noite de hulha. Noite preta e pobre que riscou o carvão irônico de Goya. Noite realista de uma Espanha sem rondalhas nem luar de prata nas flores de azahar. Noite de fechar as portas dos armazéns, de acender a lâmpada elétrica dos armazéns... A lâmpada elétrica triste, tristíssima, atrás dos vidros sujos das bandeiras, pendurada num fio de moscas sobre a escrivaninha do guarda-livros, e parada, amarela, idiota, entre sacas e réstias, toda assombrada de teias de aranha... (Almeida, 1962: 64).

Na história da imigração no Brasil a conexão entre os trabalhadores estrangeiros e o movimento anarquista esmoreceu a partir da década de 1930; as massas de imigrantes chegadas na década de 1950 não reativaram esse movimento nem influenciaram nas organizações operárias então existentes. Isto é, a apatridia dos imigrantes não foi a causa do surgimento sindicalismo revolucionário internacionalista brasileiro, mas favoreceu a incorporação deles nessa militância. Todavia, a perda de vínculos com a pátria e a falta de identificação com o país receptor não favoreceram o compromisso da mão-de-obra estrangeira com as organizações sindicais e políticas nacionais.

A assunção do desterro

O imigrante, embora seja um sujeito expatriado, não pode passar toda a sua indeterminada estadia no exterior detestando a sua vida no desterro. Embora ele possa acusar de ignominiosa a conjuntura que o forçou a emigrar, ele tem que se responsabilizar pela vida cujo seguimento aceitou e na qual se mantém. Se ele declara que a existência

como imigrante lhe resulta detestável, terá que reconhecer que é um malfadado ou um masoquista por tê-la assumido e nela permanecer.

A imigração apresenta também vantagens. Caso o imigrante se recuse a reconhecê-las, e só sinta desvantagens, tingirá a sua vida de sem-sentido. Sayad (1998: 225-26) expõe que o emigrante/ imigrante depara-se com um *modus vivendi* investido de funções ambivalentes. Esse *modus vivendi* é delimitado por duas diretrizes contraditórias: o sujeito migrante, assim como não pode (nem quer) detestar deliberada e absolutamente a sua emigração/ imigração, descobre que também não pode (nem quer) amá-la absolutamente. Nesse *modus vivendi* – nesse sistema de dupla referência –, os mesmos fatos da experiência podem ser avaliados, segundo a perspectiva adotada, de forma oposta, invocando-os ora para estigmatizar a emigração e os emigrantes, ora para louvá-la e louvá-los e exaltar o país de imigração e tudo o que a ele está associado⁹².

⁹² É claro que as preocupações em torno do estabelecimento de posicionamentos verazes para a indagação das causas da realidade e a compreensão dos efeitos que a partir dela se produzem são uma constante filosófica. Desde que a ciência almeja o conhecimento das origens, das formas e do modo como foram feitas as coisas, visa-se a construção de vias condutoras para alcançar adequadamente esse conhecimento. Assim, o ajustamento entre o conhecimento e a realidade, o discernimento ao redor das aparências dessa realidade e o entendimento da relação guardada entre as estruturas cognitivas e o mundo organizado por elas têm sido motivos de constantes reflexões tendentes a encaixar ou adaptar a identidade do ente, e da sua comunidade, no âmbito, criado por eles mesmos, do qual fazem parte. Para Paul Watzlawick (1994), da sua ótica cética enquadrada no construtivismo radical e alicerçada nas conclusões do idealismo, a realidade não existe fora do conhecimento, ou seja, não existe separação entre objeto e sujeito; seria, então, preciso partir de um realismo metafísico para entender a realidade ontológica. Assim, o domínio – a compreensão – do que existe é essencial para a sobrevivência, mas limita-se às analogias e às recursividades que se possam compor da identidade individual do sujeito pensante. Isso provoca que se formulem, em um sonho de complacência, profecias que se autocumprem. Afirma Watzlawick (1994: 42): “Lá como cá, trata-se de uma questão de ponto de vista, ou seja, o que se considera e em relação com o que se busca ‘semelhança’. Supondo que a matéria-prima da experiência seja abundante, uma consciência assimiladora pode construir regularidades e ordem também num mundo completamente caótico, desordenado. Até que ponto é isso possível, depende mais dos fins e do ponto de partida já construído do que das condições dadas do mundo ‘verdadeiro’.” Como não existe separação entre sujeito e objeto, o objeto padece a heteronomia marcada pela auto-reflexividade do sujeito. Nesse sentido, Watzlawick (1994: 323) acredita que Francisco Varela, no seu Cálculo de auto-referência, que parte da lógica de Brown, chegou a conclusões análogas às suas: “O ponto de partida desse cálculo [...] é o postulado de uma diferenciação. Com esse ato primeiro de divisão separamos umas das outras as formas dos fenômenos que logo consideramos como o mundo mesmo. Partindo dessa posição, afirmamos posteriormente a primazia do papel do observador que estabelece suas diferenciações a seu talante. No entanto, essas distinções que, por um lado, engendram nosso mundo revelam, por outro, exatamente isto: as distinções que fazemos, e estas se referem mais ao ponto de vista do observador que à verdadeira índole do mundo, o qual permanece sempre inabarcável por causa da cisão entre observador e observado. Enquanto percebemos o mundo de determinada maneira de ser, esquecemos o que fizemos para encontrá-lo nesse seu modo de ser; e, quando remontamos à primeira posição, já não encontramos mais do que a imagem reflexa de nosso eu no mundo e como mundo. Contrariamente à opinião largamente difundida, a criteriosa investigação de uma observação revela os traços do observador. Nós, os observadores, nos diferenciamos exatamente em virtude da diferenciação do que, pelo visto, não somos, isto é, em virtude do mundo”. O *habitus* que subjaz ao planejamento de Watzlawick remete, parcialmente, à relação orteguiana entre a razão vital e a captação da

A durabilidade da presença do trabalhador estrangeiro, com residência legalizada no exterior, só pode ser indicada *a posteriori*. Mas inclusive quando essa presença, e a conseguinte ausência, se tornam indefinidas e a ilusão do regresso perde qualquer lógica, as diferenças entre os que se consideram simplesmente estrangeiros e os classificados como imigrantes se mantêm. O poeta e professor Adolfo Casais Monteiro (1908-1972), residente no Brasil desde 1947, intitulou o seu último livro, publicado no ano de 1969, como *O Estrangeiro Definitivo*. Nesse livro de poemas, o último poema, Ouvindo Mozart, expressa as oscilações do autor entre a realidade e o sonho com um possível encontro com Ariadna, um encontro que, talvez, possa acabar sendo uma despedida da vida:

Os continentes invisíveis presidem nosso destino

Estarei acordado? Porque chamar

sonho à realidade sem memória?

Há sempre outros abismos até onde

o fio invisível nos conduz.

Ariadna, serás tu? (*apud* Gotlib, 1985: 336).

Casais Monteiro naturalizara-se brasileiro. Na sua estada no Brasil, exerceu de professor em várias universidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, colaborou com periódicos e desenvolveu uma intensa atividade como crítico literário. Mas ele, como trabalhador, não era mais um dos portugueses que mourejavam no Brasil o pão de cada dia. Ele tinha a capacidade de recorrer a Ariadna para entender os seus périclos em direção a nenhures⁹³. Nesse sentido, os versos acima transcritos refletem que a consciência do próprio destino pode ser sentida de um modo diferente dependendo de se o sujeito é um

realidade, isto é, à relação “amorosa” entre a percepção sensível e interpretativa “em mim” e o logos “em si”. Assim, o sujeito, ao se envolver no processo que busca a dissecação e a captação da sua realidade imediata – a circunstância e os valores dessa circunstância –, com vistas a integrá-la na sua vida individual, há de descobrir que ele não tem natureza e que ele, na realidade, é o que ele faz com as coisas da sua circunstância.

⁹³ A naturalização brasileira de Casais Monteiro é comentada por ele em carta a Rodrigues Lapa [Araraquara-SP, 21.12.63] com a justificativa de poder aceder a uma vaga de professor efetivo na universidade pública brasileira: “Preciso de lhe dar um esclarecimento final, que justifica [que] eu possa ser designado para estas funções: é que já sou brasileiro” (302). Quatro meses depois [23.04.1964], Rodrigues Lapa datou em Santiago de Compostela uma missiva dirigida a Casais Monteiro em que lamentava a “redentora revolução” que eclodira no Brasil aos 31 de março desse ano. Na carta, Rodrigues Lapa alude aos efeitos que poderia causar o golpe, diferenciando entre a sua repercussão nos imigrantes portugueses e em um sujeito naturalizado – Casais Monteiro –: “Logo que eclodiu essa brutalidade do golpe militar fascista, alcunhado de ‘democrático’, lembrei-me dos portugueses que por aí mourejam o pão de cada dia e podem ter sido incomodados pelos estrênuos defensores da civilização cristã ocidental. De você mais ainda, porque agora é brasileiro, e o que não podem fazer aos outros podem fazer a você; porque neste tempo de confusão dirigida tudo é possível” (*Correspondência*, 1997: 302).

estrangeiro definitivo ou um imigrante permanente, embora ambos sejam trabalhadores deslocados.

III. 1. 7. A fronteira e o estrangeiro

A fronteira tem um valor diferente para o estrangeiro e para o imigrante. Para uma nação, os estrangeiros são aqueles que estão além das suas fronteiras. Eles continuam sendo estrangeiros se atravessam essas fronteiras e penetram no território nacional que não é seu. Caso nele permaneçam e nele trabalhem, eles podem-se converter em imigrantes. Embora as ordenanças façam com que quase todos os trabalhadores estrangeiros sejam tratados como imigrantes, eles foram contemplados, primeiro, como uns estrangeiros que solicitavam a sua admissão no território nacional.

Juridicamente todos os imigrantes não-nacionais são estrangeiros. Todavia, em um país podem residir trabalhadores estrangeiros que não são classificados, em nenhuma ordem, como imigrantes. Levando em consideração o caso francês, Abdelmalek Sayad sublinhou que, não se reconhecendo a realidade histórico-social, criou-se uma ficção jurídica pela qual um imigrante terceiro-mundista na França recebia, de direito, a mesma classificação que um cooperante francês que, com remuneração, trabalhasse no país do qual é oriundo esse imigrante. Ambos, como categoria de direito, e na linguagem oficial – linguagem jurídico-administrativa e diplomática –, são *trabalhadores estrangeiros*. Isso permite que, no país de imigração, trabalhadores estrangeiros não-imigrantes possam, estrategicamente, se assimilar aos imigrantes e reivindicar para si essa qualidade se consideraram que, com isso, podem receber vantagens materiais ou simbólicas. Assim os não-imigrantes, enfatizando o reconhecimento a eles devido pelos sucessos obtidos com o afã e o sacrifício próprios dos imigrantes, podem gozar medidas assistencialistas ou podem, apresentando-se como exemplos da preservação identitária, assumir posições de representatividade e chefia de coletivos de imigrantes.

A vinculação da denotação de imigrante a critérios sociais ligados ao *statu quo* das relações bilaterais de poder, entre o país da emigração e o país da imigração, leva Sayad a sintetizar que a diferenciação opositiva entre a denotação de *estrangeiro imigrante* e a denotação de *estrangeiro não-imigrante* pende, unicamente, da posição que os campos sociais do país de imigração queiram fazer ocupar aos naturais do país de emigração,

podendo ser considerados, quase todos eles, como potenciais imigrantes. Produz-se, assim, uma divisão em dois, amparada na existência de sistemas socioeconômicos desigualmente desenvolvidos, que é descrita por Sayad como se segue:

de um lado, um mundo dominante (política e economicamente) que produziria apenas turistas – e todo estrangeiro oriundo desse mundo poderoso, mesmo se residir em país estrangeiro durante toda a sua vida, seria tratado com o respeito devido a sua qualidade de “estrangeiro” –; de outro lado, um mundo dominado que só forneceria imigrantes, e todo estrangeiro proveniente desse mundo, mesmo se vier como turista e só permanecer durante o tempo autorizado ou o tempo atribuído aos turistas, é considerado como um imigrante virtual ou um “clandestino” virtual. A lei que deseja estabelecer, nos fatos, essa distinção, que se quer simples, entre os verdadeiros turistas e os “falsos turistas” sob os quais se escondem os falsos imigrantes, adota essa filosofia social (e política) de um mundo bipolarizado, de um mundo cindido em duas metades assimétricas e antitéticas (Sayad, 1998: 244-45).

Essa divisão manter-se-á enquanto não mude a relação de dominação que a produziu e que a mantém. Por sua vez, na possibilidade de mudança reside um efeito perverso da relação de dominação. Caso se produza uma inversão nas posições ocupadas pelos dois países nessa relação, passando o país dominado a ocupar o lugar do dominante, isto é, transformando-se de país de emigração em país de imigração, os seus naturais que emigraram, se decidem deixar de serem residentes ausentes para voltar a residir onde são oriundos, sofrerão de novo a discriminação e tornar-se-ão sujeitos suspeitos de quererem usufruir uma situação vantajosa à qual não contribuíram por se terem voluntariamente ausentado.

A volta e a reinserção dos alógenos aos seus países está longe de ser um problema técnico ou uma conclusão lógica, necessária e inelutável, do processo migratório. Os que decidem retornar podem perceber que o novo deslocamento encerra um aspeto vergonhoso ao sentirem que eram mais respeitados no país de imigração que no país de origem. Se a causa desse deslocamento é tentar tirar mais rentabilidade da sua força de trabalho, podem perceber que há um revanchismo do destino por ter que regressar a um território que abandonaram achando que as oportunidades econômicas e as melhores condições de vida estavam fora dele. Por sua vez, os que permaneceram, mantendo a sua interioridade, a sua endogeneidade, observam que a emigração não pára após a eliminação das condições de possibilidade que a incentivaram, senão quando se apagam da memória os aspetos

desonrosos do fenômeno e dos seus efeitos e são criadas as condições de possibilidade para a reintegração dos emigrantes.

Os vínculos do imigrante com a sua pátria

Os projetos de estadia empregatícia no Brasil dos imigrantes galegos levavam associada a intenção de retorno à Galiza. A freqüente e comum postergação da volta fez com que muitos desses imigrantes se instalassem em uma conjuntura ambígua na qual não se apreciava se, nessa residência no *exterior*, primava o caráter provisório ou o arraigo duradouro. A intensa sensação de transitoriedade era por eles fomentada. Eles mantinham o vínculo com os seus lugares de origem como um mecanismo de defesa para se protegerem perante a estranheza que suscitava a sua presença e como um modo de espantar a evidente ameaça de não regressarem. Se o imigrante reconhecesse as dificuldades para o retorno definitivo, contribuiria ao distanciamento com o espaço da sua identidade, favorecendo a diluição ou a fossilização desta nos campos da sociedade receptora.

A porfia de alguns imigrantes em se interessarem por uma pátria em que não residiam e a sua firmeza na conservação dos laços de união com essa pátria não foram somente consequência de uma querência gratuita e da quimera do próximo retorno. Essa teima podia reportar-lhes um estatuto distinto perante a sociedade receptora. O autoconvencimento da sua transitoriedade permitiu que eles acreditassem, em primeiro lugar, na inutilidade de se assentarem plenamente e, em segundo lugar, no proveito do investimento na conservação dos elos com a pátria à que regressariam.

Contudo, será a conjuntura sociopolítica de cada momento e de ambos os espaços – o da emigração e o da imigração – a que impelirá os trabalhadores estrangeiros a assumir ou a rechaçar em diversos graus o direito-dever à diferença cultural. A aculturação e, inclusive, a assimilação que, desde os governos brasileiros, foram pretendidas para os imigrantes tiveram, pois, que defrontar resistências baseadas na impermeabilidade *etnocentrista*. Mas essas resistências só se puderam manter quando as representações identitárias tiveram avaliação favorável entre os nativos e quando receberam o amparo institucional da pátria de origem. É claro que a evolução da experiência individual do imigrante, as transformações da sua identidade e os graus da sua aculturação dependeram

também das características da cultura prévia dele que foi reedificada e instalada no país que o recebeu.

O espaço do imigrante

A respeito da constituição das condições de existência na imigração, no capítulo O lar dos sem-família de *A imigração ou os paradoxos da alteridade* (Sayad, 1998: 73-103), Sayad analisa a função desempenhada pelo alojamento no enquadramento do trabalhador estrangeiro na sociedade de imigração. Sayad considera que a percepção da condição do imigrante depende das representações que se formem sobre o modo de vida do imigrante. Desse modo de vida fazem parte, sobretudo, as características dos trabalhos ocupados e a habitação. A habitação do imigrante não é só, segundo ele, a sua moradia, senão que é também uma “verdadeira projeção das categorias com as quais se define o imigrante e com as quais se delimita seu espaço social, revela a idéia que se tem do imigrante e que contribui para criar o imigrante”.

Assim, o imigrante, como trabalhador pobre indefinidamente provisório, ocupa temporariamente, mas durante prazos indeterminados, vivendas cujos únicos propósitos são o de proporcionarem um lugar para descansar após o trabalho da jornada e o de servirem para cozinhar, quando há tempo para o preparo de refeições domésticas e quando o custeio delas é mais barato que o consumo de comidas em um estabelecimento público. O imigrante tenta evitar qualquer gasto em comodidade e em decoração amparado na ilusão de que a sua residência só se prolongará por um período breve e de que o sentido da sua estadia no exterior é a acumulação e a remissão de poupanças. Isso lhe permitirá dissimular a precariedade que o rodeia e se sentir contente com uma habitação degradada e degradante, que é qualificada como uma habitação apropriada para ele devido à sua circunstância. Nesse sentido, poder-se-ia traçar um paralelismo com a habitação ocupada por um estudante solteiro e pobre que não é protegido por políticas públicas assistencialistas, mas a diferença entre ambas as situações radica em que, frente ao estatuto temporário do estudante, com freqüência o imigrante deixa de ser um trabalhador provisório enquanto a sua habitação continua sendo provisória.

No Brasil, ao começar a grande imigração, no início da substituição da mão-de-obra escrava nas fazendas paulistas, as famílias que assumiram a labuta na cafeicultura

ocuparam as senzalas que antes acolheram os africanos. Ferreira de Castro, em *Emigrantes* (Castro, [1928] 1954), descreve os alojamentos de uma dessas fazendas, a fazenda Santa Efigênia. Nada mais chegarem às plantações, os emigrantes europeus, entre os quais está o protagonista – o português Manuel da Bouça –, eram instalados em míseros barracos em que só havia o espaço justo para que cada trabalhador pendurasse a sua rede e preparasse as suas refeições. Essa situação é retratada como se segue:

Seguia-se a esplanada, onde outrora, em tempos de senzalas, se consentia aos escravos, nos dias em que era feliz a digestão dos amos, batuques e outros folguedos. Depois, vinha a fila dos casinhotos, que denunciavam, pela sua exigüidade e modéstia, a condição dos inquilinos. [...] O feitor reapareceu, seguido por um preto, que tilintava grosso molho de chaves. E levou o rebanho. Andando, tornejaram a esplanada, deram volta ao tronco de peroba, beirando depois as térreas habitações dos caipiras, onde se lobrigavam corpos esbronzados de mulheres e crianças. A meio da fila dos casinhotos o feitor deteve-se e, à sua ordem, o preto experimentou as chaves numa das portas. Mostrou-se, então, um recinto quadrado, que no lugar do soalho apresentava uma esteira. Cheirava a umidade e a bafio e, ao fundo, dois degraus ligavam com outro compartimento, destinado a cozinha. Efetuada uma rápida inspeção, o feitor volveu-se para o grupo e escolheu o inquilino: – Vocês! Era um casal de italianos e duas crianças. [...] Logo, deixando o casal, foi proceder à instalação dos outros nas habitações que se seguiam, todas elas iguais, construídas em série, diferenciando-se apenas pelo tamanho – que um homem casado sempre necessitou de mais espaço do que dois ou três solteiros (Castro: 1954: 159-162).

Os dormitórios dos imigrantes europeus nas fazendas brasileiras não precisavam conter nada além de um catre ou do espaço para uma rede. Supunha-se que chegaram para se dedicarem ao trabalho e que, portanto, só precisavam de um lugar para dormir no final da jornada. Como trabalhadores nômades, os imigrantes não levavam consigo móveis e chegavam apenas com roupa, em parte inapropriada para o clima do Brasil, e com algumas ferramentas que lhes permitissem desempenhar o ofício que declaravam conhecer.

Sayad (1998: 85) utiliza o conceito “ilusão comunitária” para explicar as comunhões que os idealizadores de residências para imigrantes esperam que surjam ao integrarem dormitórios individuais em alojamentos coletivos. Supõe-se que as características compartilhadas pelos imigrantes, ou seja, o fato de serem estrangeiros, pobres e trabalhadores, facilitará a criação de redes solidárias que contribuam a dissipar a solidão, a disciplinar os sujeitos desorientados reagentes à assunção do seu papel de mão-de-obra e logo, a estabelecer os modelos ou as pautas de comportamento que serão emuladas pela coletividade imigrante.

A armadilha desse planejamento deriva da perspectiva gregária que o estabelece. Trata-se de uma concepção em que se considera que o engajamento social e o convívio privado do sujeito acontecerão melhor se ele é agrupado com os seus pares, isto é, com os outros imigrantes a quem esse sujeito está unido pela sua condição de trabalhador estrangeiro. Assim, a armadilha aparece quando se acusa esse sujeito de não se entrosar na sua comunidade ou de provocar situações conflitantes inclusive no seu próprio meio, o qual pode valer para acusá-lo de individualista, de rixento ou de anti-social.

A dissimulação, por parte de um estrangeiro, da sua condição de imigrante, pode ser entendida pelos nacionais como uma provocação a eles dirigida. Consistiria em uma impostura com a qual se pretenderia fazer crer aos nacionais que eles carecem de méritos naturais. Sayad (1998: 281) julga como comportamento “herético” a recusa de um imigrante a se conformar com as normas que o enquadram, isto é, a sua estrita subordinação ao trabalho, a escolha de uma habitação identificável como típica de trabalhadores estrangeiros [temporais], a sua exclusão da participação na política *nacional* e a expressão do seu temor à *expulsabilidade*.

O não-lugar da imigração

O lugar da imigração transforma-se, adaptando um conceito de Marc Augé, em um *não-lugar* alheio à dimensão nacional e ao multiculturalismo⁹⁴. Nele realizam-se transações, isto é, prestações de serviços oferecidas por sujeitos impessoais em troca da remuneração salarial. No não-lugar da imigração, como um espaço de trânsito que conduz ao analgésico retorno à nação após a acumulação de poupança, o estrangeiro, identificado como mão-de-obra, poderá interagir e, assim, cumprir as suas funções e receber, contratualmente, os rendimentos correspondentes, mantendo o anonimato.

⁹⁴ No seu livro *Não-Lugares/ Introdução a uma antropologia da supermodernidade*, Augé conceituou que o não-lugar “é diametralmente oposto ao lar, à residência, ao espaço personalizado. É representado pelos espaços públicos de rápida circulação – como aeroportos, estações de metrô e pelas grandes cadeias de hotéis e supermercados. Só, mas junto com outros, o habitante do não-lugar mantém com este uma relação contratual representada por símbolos da supermodernidade: cartões de crédito, cartão telefônico, passaporte, carteira de motorista, enfim, por símbolos que permitem o acesso, comprovam a identidade, autorizam deslocamentos impessoais”. Assim, entre os “não-lugares” estariam “tanto as instalações necessárias à circulação acelerada das pessoas e bens quanto os próprios meios de transporte ou os grandes centros comerciais” (Augé, 1994: 36-37). Augé destacou que os não-lugares eram “particularmente visados por todos aqueles que levam até o terrorismo sua paixão pelo território a ser preservado ou conquistado” (Augé, 1994: 102).

A subsistência do imigrante em um espaço que, na sua configuração exterior, não pareça ter excludentes particularidades idiossincrásicas nacionais, pode resultar cômoda se esse espaço está ocupado por uma percentagem grande de estrangeiros de diversas origens que garanta a proteção da impessoalidade do sujeito durante a execução rentável das tarefas previstas para uma curta estada.

Contudo, a presença de contingentes pluri-nacionais de imigrantes como força predominante em um espaço de trabalho, embora, *a priori*, represente uma intervenção social de valor neutro, converte-se em suscetível de reações entre os aborígenes se eles decidem recuperar e re-nacionalizar um espaço internacionalizado que consideram seu. Isso pode acontecer quando o meio ocupado pelos imigrantes transforma-se, tanto na visão deles quanto na visão dos nativos, deixando de ser um espaço de fugazes presenças identitárias alienígenas em que têm lugar contatos pré-acordados e delimitados, isentos de graves conflitos, para se converter, por tempo indeterminado, em um espaço de constante convívio onde se forja uma nova identidade coletiva a partir de um patrimônio reivindicado como próprio por ambos os grupos. Os enfrentamentos convertem o *não-lugar* global em um *lugar* nacional, personalizado, no qual desde a inter-relação se disputa a prevalência dos valores identitários de cada uma das forças.

O colonizador e o imigrante

A categoria *imigrante* abrange, para alguns autores, os colonizadores. O antropólogo e etnólogo Arthur Ramos ([1943] 1962) elaborou uma periodização do movimento colonizador e imigratório europeu no Brasil⁹⁵. Ramos incluiu nela os

⁹⁵ A exposição de Arthur Ramos em *Introdução à antropologia brasileira* também é do nosso interesse no tocante às considerações que ele apresenta sobre raça, etnia, nacionalidade, nação e estado. Ramos ([1943] 1962: 9-10) indica o seguinte ao respeito: “Sob o ângulo da antropologia, há necessidade de lá distinguir os grupos raciais, lingüísticos e culturais. ‘Raça’ tem um significado biológico preciso: é uma variedade da espécie mais ou menos fixada pela herança. Mas no homem, esta noção vem intimamente ligada a outras características, não-hereditárias, ou sejam lingüísticas e culturais, para os fins de uma classificação dos grupos humanos. [...] Para obviar a estes inconvenientes, alguns autores propuseram, para a classificação dos grupos humanos, uma concepção de ‘grupo étnico’ ou seja a reunião de indivíduos do mesmo grupo físico, da mesma língua e de cultura similar, procedendo dos mesmos focos de origem, ou habitando o mesmo território. Em outras palavras, a etnia ou grupo étnico é a soma dos caracteres raciais, lingüísticos e culturais. Na Europa, é onde talvez se observe com maior razão a necessidade de se esclarecerem estas noções, dada ainda a confusão desses termos referidos, com os de ‘nacionalidade’, ‘nação’ e ‘estado’. Para certos autores, é realmente preciso distinguir a ‘nacionalidade’ grupo étnico, da ‘nação’, ou agrupamento histórico que leva à concepção política ulterior de ‘Estado’. É a mesma distinção que os alemães estabelecem entre VOLKSTUM (nacionalidade) e NATION. Quando falamos, por exemplo, de Portugal, temos a considerar várias noções: de

imigrantes não-europeus ocidentalizados – sírio-libaneses, japoneses – porque assumiram o mesmo ânimo e porque, na visão dele, nos seus países fora adaptada a civilização da Europa.

Arthur Ramos considera que, até o início do séc. XIX, não houve imigração – imigração dirigida – no Brasil, pois o povoamento se fizera de maneira arbitrária. Para o autor, a colonização do país com imigrantes, quer dizer, o povoamento com estrangeiros distribuídos em colônias agrícolas, começou no período pós-colonial. Segundo ele, só se deviam qualificar como colônias de imigrantes as fundadas após a chegada ao Rio de Janeiro da corte de D. João VI⁹⁶. Porém, ele aponta que só mediante as Sociedades de Colonização fundadas a partir da independência do Brasil foram adotadas medidas que promoveram a entrada, em larga escala, de trabalhadores estrangeiros. Isso derivou na elaboração de legislação para a regulamentação do processo de assentamento dos imigrantes. Entre a sanção dos primeiros Atos imperiais, autorizando, a contratantes, a introdução de estrangeiros, e a aprovação, a partir de 1907, dos regulamentos do Serviço de Povoamento do Solo, detalhando a seleção dos imigrantes, os direitos destes, os tipos de contrato, e as garantias de hospedagem, estabilizaram-se as pautas do processo de assimilação dos imigrantes. Arthur Ramos sintetiza, como se segue, a consolidação, no séc. XX, da legislação em que se especificavam os requisitos que devia cumprir o estrangeiro residente do Brasil para ser considerado imigrante:

Novos decretos, de 1921 a 1924, que regulam a entrada e fixação dos imigrantes, precedem as medidas legislativas do governo Getúlio Vargas. É assim que surge o decreto de 9 de maio de 1934, que estabelece as categorias de estrangeiros entrados no país, separando-os em IMIGRANTES e

‘raça’ (raças mediterrânea e atlanto-mediterrânea); de ‘língua’ (o grupo lingüístico português-galego, do grupo das línguas arianas); do ‘grupo étnico’ (os celtiberos, de onde emergiu o português atual, após outros acréscimos étnicos); de ‘nação’ e ‘estado’ (a nação, o estado português). De outro lado, a noção antropológica de ‘cultura’, – já definida no primeiro volume deste livro, como a soma total das criações humanas, isto é, verificação de todo aquele aspecto que excede a noção física de raça, ou em outras palavras, a modificação do puro comportamento instintivo do homem –, tem sido prejudicada pela concepção europeia do termo. Foram os europeus que difundiram a noção de cultura, como sinônimo de ‘civilização’, ou seja um aspecto ‘universal’, ‘difusionista’, quase diríamos europeu-imperialista da cultura. É a concepção francesa ou anglo-saxônica de CIVILISATION ou alemã de KULTUR. Nesse sentido, os povos da terra estariam divididos em ‘homens de cultura’ (KULTURMENSCHEN) e ‘homens sem cultura’ ou ‘homens naturais’ (NATURMENSCHEN). A lição da antropologia de campo mostrou, porém, que esse NATURMENSCH era uma abstração da antropologia vitoriana do século XIX. O homem está individualmente ligado à sua cultura, seja ela um arranha-céu, ou uma religião monoteísta do europeu, ou seja um simples abrigo, ou um fragmento de crença naturista do chamado ‘primitivo’”.

⁹⁶ Arthur Ramos ([1943] 1962: 24) aponta como primeiras colônias as de Santo Agostinho, no Espírito Santo, em 1812, com imigrantes açorianos, a de Santa Leopoldina, na Bahia, em 1818, com imigrantes suíços, e a de Nova Friburgo, também com imigrantes suíços, no Rio de Janeiro, em 1819.

NÃO-IMIGRANTES. Já agora “imigrante” não era, como nas legislações anteriores, o “estrangeiro que pretendesse, vindo para o Brasil, nele permanecer por mais de trinta dias, com o intuito de exercer sua atividade em qualquer profissão lícita e lucrativa”, mas os “agricultores” e “técnicos contratados”, aqui entrados pelo processo da “carta de chamada”, isto é, uma autorização de livre embarque e desembarque em território nacional, enviada ao imigrante pelas autoridades policiais e consulares (Ramos, [1943] 1962: 26).

Esse autor identificou a figura do colono com o trabalhador estrangeiro e, no seu juízo, o regulamento da colonização de um país com imigrantes correspondia às autoridades nacionais desse país. Outra visão, própria de autores residentes no país que exporta a mão-de-obra, é a que considera a colonização de um território estrangeiro um direito natural da nação à qual ele pertence e um dever moral dessa nação pelas virtudes civilizatórias do povo colono. Em *Mein Kampf*, Adolf Hitler ([1925] 2001) justificava que quando o espaço natural da *raça ariana* não comportasse o sustento de todos os alemães, eles, em uma *marcha para o leste* [Drang nach Osten] poderiam partir na procura de novos territórios – o espaço vital [Lebensraum] –, não como imigrantes, senão como conquistadores:

A Áustria alemã deve voltar a fazer parte da grande Pátria germânica, aliás sem se atender a motivos de ordem econômica. Mesmo que essa união fosse, sob o ponto de vista econômico, inócua ou até prejudicial, ela deveria realizar-se. *Povos em cujas veias corre o mesmo sangue devem pertencer ao mesmo Estado*. Ao povo alemão não assistem razões morais para uma política ativa de colonização, enquanto não conseguir reunir os seus próprios filhos em uma pátria única. Somente quando as fronteiras do Estado tiverem abarcado todos os alemães sem que se lhes possa oferecer a segurança da alimentação, só então surgirá, da necessidade do próprio povo, o direito, justificado pela moral, da conquista da terra estrangeira (Hitler, [1925] 2001: 5)⁹⁷.

No texto El Ba’th frente a las conspiraciones de la deformación y la falsificación⁹⁸, o ideólogo Michel Aflaq expõe o que se segue em relação à idéia da unidade árabe e às argumentações que foram dadas às massas para justificar os enfrentamentos, e a conseguinte divisão, entre o Partido Ba’th da Síria e do Iraque e a ruptura com o Egito *nasserista*. Ele visa explicar como uma nação – a árabe – foi vilmente separada em estados que fizeram com que sujeitos de uma mesma nação, e com uma pátria comum, sejam

⁹⁷ Essa citação faz parte do primeiro capítulo – Na casa paterna – do primeiro volume *Eine Abrechnung* [Retrospecção] de *Mein Kampf*, publicado em 18 de julho de 1925 pela editora britânica Secker and Warburg.

⁹⁸ Nesse texto reúnem-se o discurso pronunciado aos 8 de fevereiro de 1965 por Michel Aflaq, denunciando a conspiração da deformação e falsificação que segundo ele afetava o movimento revolucionário árabe, e o artigo Llamamiento a la responsabilidad histórica, sobre a necessidade de manter a unidade de visão e decisão entre todos os árabes, que Aflaq divulgara seis anos antes.

classificados, e se sintam, como estrangeiros quando traspassam os limites do território que administra um desses Estados:

La idea de nacionalismo, desde el punto de vista de los revolucionarios y progresistas del mundo, está considerada como una idea reaccionaria, como una tendencia fanática o imperialista. El Ba'ath árabe ha sido el primero que puso en claro su verdad y demostró su aspecto positivo, creador y revolucionario. En esto se ha cifrado el éxito de este movimiento, porque ha conducido a las masas del pueblo árabe a la revolución en nombre del nacionalismo árabe, porque ha fundido la idea de socialismo con las ideas de unidad y nacionalismo. Por ello, ha encontrado preparado el camino hacia los corazones del pueblo y las masas. [...] Pero una mirada a la realidad árabe actual, nos hace ver que esto que decimos y deseamos es más un sueño que una realidad. Esta sola contradicción es suficiente para desenmascarar los males y contradicciones que padece la revolución árabe. [...] Durante los años de esta ruptura, las masas árabes fueron sometidas involuntariamente, sin convencimiento ni entusiasmo, a los planes de separación y división. Les exigían que vieran diferencias donde no había más que coordinación, unidad y complementariedad; que aceptasen esta realidad extraña que se contradice con la naturaleza de las cosas. Pero despertaron al recibir el golpe de los fracasos y derrotas. Se despertó su mente y su conciencia al comprender, a la luz de los resultados, la falsedad de aquella separación artificial; al comprender que el único camino está en la unidad y la unificación, en la recuperación de la voluntad expoliada; en liberarse de las influencias de los planes antipatrióticos, que se contradicen con la línea natural de la marcha de liberación árabe (Aflaq, 1978: 251-57).

Dentro desses posicionamentos pan-arabistas, Saddam Hussein explicara à jornalista egípcia Sakina Sadat, aos 19 de janeiro de 1977, que a concessão de autorização para a presença de camponeses egípcios no Iraque não encontraria obstáculos por se entender que no território árabe, ainda que fragmentado por interesses provincianos ou suscitados por nacionalismos deformados, não devia haver fronteiras que impedissem os trabalhadores se deslocarem segundo as suas necessidades por esse território:

Cuando decimos que esta tierra pertenece a todos los Árabes es necesario que los hechos lo confirmen. De este modo, deseamos imaginarnos al obrero industrial iraquí, trabajando junto a otros Árabes que comparten su labor, así como al agricultor, y lo mismo debe ocurrir en el sector de la planificación y de la información. Este es uno de los medios de aplicación de los principios del combate por la unidad, considerando al Iraq como el país de todos los Árabes – del mismo modo que Egipto o cualquier otro país árabe – en nuestra concepción de principio. [...] Por otro lado, en lo que a nosotros concierne, y partiendo de una misma concepción, no impedimos a los iraquíes que vayan a establecerse en Egipto, para trabajar en la agricultura, en el comercio o en cualquier otra actividad, pues consideramos que Egipto es también nuestro país, y nos es muy querido (Hussein, s/d: 39-40).

Legalmente, um sujeito ao passar a um território sobre o qual o seu Estado não exerce soberania, é um estrangeiro. Isso independe de se em ambos os Estados habita uma mesma nação. Em um Estado de direito, a comunhão de etnia ou de religião não desclassifica como estrangeiro o sujeito que se encontra fora do seu país, nem tão sequer isso o pode efetivar uma ideologia supra-nacionalista classista assumida pela autoridade. Contudo, ao essas distinções serem resoluções de direito político, cabe mudá-las. Um Estado nacional pode, conforme a direito, nacionalizar ou naturalizar os estrangeiros que residem no seu território. Nesse Estado pode também haver uma secessão do seu território que implique que os cidadãos do espaço perdido passem a ser enquadrados na categoria do não-nacional, ou pode acontecer a anexação de territórios com o conseguinte acréscimo do censo de sujeitos nacionais; nesses territórios anexados, além disso, os cidadãos procedentes do Estado engrandecido já não seriam mais estrangeiros.

Por meio da insubmissão frente ao direito político pode-se visar a modificação do conceito de nação em um Estado, mas quaisquer mudanças acabarão sendo recolhidas em uma legislação que tem que estabelecer a diferença entre o que é nacional e não-nacional no Estado.

III. 1. 8. A solução dos problemas criados pela imigração

Os problemas da migração aparentemente acabam, não quando os efeitos dela deixam de existir, senão quando o emigrante/ imigrante – o objeto – deixa de ser notado.

Na ordem de emigração, os problemas relativos ao estatuto dos correspondentes objetos (estatuto, ao mesmo tempo, social, jurídico, político e, também, científico) diluem-se ou quando a falta de residentes [*os residentes ausentes*] deixa de ser percebida e mencionada, ou no momento em que se produz o regresso definitivo.

Na ordem da imigração, as complicações geradas pelos seus objetos são superadas quando eles são absorvidos pelos campos sociais que os acolheram, isto é, quando tem lugar a fusão na naturalidade, convertendo-se os objetos não-nacionais em nacionais e, logo, incorporando-se a alteridade na identidade.

Essa observação resulta, sem dúvida, banal, pois sempre se pode argüir que qualquer problema desaparece quando o objeto que o causou some. Assim, o principal problema estrutural da emigração supera-se quando ela é contida e o da imigração quando

se fecha a entrada de novos trabalhadores estrangeiros. Todavia, a problemática associada à emigração/ imigração que nos interessa é a que surge quando os objetos do fenômeno migratório – os deslocados – existem já por si mesmos na altura em que o fluxo de saídas e entradas se estanca e há espaços, condições e circunstâncias, físicos e simbólicos, relacionados diacronicamente com eles.

A integração do imigrante

O conceito de integração é, por si mesmo, cômico pela inconsistência relativa à sua ambigüidade. Quando o estrangeiro que presta um serviço a uma nação começa a demonstrar que a sua presença é indeterminada e que não tem data marcada para regressar definitivamente ao seu país, e quando, por motivos morais e estratégicos, observa-se que não é digna nem rentável a aglutinação de estrangeiros em guetos, discursa-se sobre a integração do imigrante e põem-se em prática políticas para a integração dos trabalhadores estrangeiros e, se as há, das suas famílias. A ambigüidade e a índole hilária da integração recaem na incoerência de tentar incorporar entes heterogêneos e mutantes no tempo – os imigrantes – em um conjunto muito amplo e versátil – a nação –. Os imigrantes, como trabalhadores, desempenham ofícios que têm pouca demanda por parte dos sujeitos nacionais e aceitam condições de vida (horários de trabalho, salários, moradia, etc.) que são criticadas pelos sujeitos nacionais. Portanto, a sua integração teria que se produzir legitimando a existência de um segmento social da nação que é inferior na sua qualidade de vida à dos campos sociais não-marginais da nação. Mas, caso as políticas públicas fossem orientadas a transmudar o imigrante em um qualificado trabalhador nacional, poder-se-ia acusar o Estado responsável por essas políticas de estar incorrendo na insensatez de um maquiavelismo amoral e antipatriótico, ao estar formando concorrentes aos trabalhadores nacionais e, em decorrência disso, por estar fomentando a hostilidade entre os naturais da nação e os estrangeiros nacionalizados, isto é, integrados⁹⁹. Surge, assim, a complexa

⁹⁹ O literato e ensaísta belo-horizontino Eduardo Frieiro, filho de imigrantes galegos, transmite a seguinte opinião desesperançada a respeito das possibilidades de convívio entre o aborígene e o *outro* no capítulo Fogos Cruzados de *O elmo de Mambrino*: “Os particularismos etnográficos, geográficos, culturais, políticos e religiosos dividem os homens e os contrapõem uns aos outros, desconfiados, incompreensivos, fechados a toda simpatia. E quem diz desconfiança e incompreensão, diz também prevenção hostil, injustiça, detração. [...] O estrangeiro sempre será o inimigo, o *bárbaro*, como os gregos chamavam ao indivíduo estranho a sua cultura. [...] A incompreensão e a má vontade entre povos de raças, culturas ou nacionalidades diferentes nada têm que possam causar espanto, quando se sabe que os habitantes dum mesmo território nacional, desde que

discussão de em que lugares do todo – a nação – devem ser distribuídas e integradas as partes – os imigrantes – e de em que estágio dessas partes há de se começar a incorporação delas como cidadãos de amanhã.

Sayad considera que a discussão sobre a integração dos imigrantes surge quando a sociedade de imigração percebe que a existência desses sujeitos no seu seio produz também desvantagens e que eles, como consequência da sua experiência no país em que vivem, cada vez por mais tempo e de forma mais contínua, iniciaram, por vias próprias, a sua adaptação e a sua integração na nova circunstância, mudando a sua atitude submissa e reconvertendo a sua disposição frente às condições de trabalho que lhes oferecem. O mascaramento da transubstanciação que a migração provoca faz com que a sociedade de imigração ignore que, de por si, os trabalhadores importados são novos povoadores. Essa lógica da ordem simbólica é qualificada por Sayad como uma das malícias do fenômeno migratório, no qual se tenta dissimular que o emigrante, ao se converter em imigrante, já está inserido como cidadão no sistema social que o convocou. Nesse sentido tentar integrar um imigrante significa pretender que esse trabalhador estrangeiro não pareça o que em realidade é. Além do mais, se ele deixasse de ser o que é, ele ou transformar-se-ia em um sujeito desnecessário para a sociedade de imigração ou em um rival hostil.

O imigrante, desde o seu estatuto de agente produtor e consumidor, poderá começar a ocasionar problemas para a sua aceitação no seio da sociedade receptora quando ele se decida a reivindicar direitos de existência plena, próprios de um cidadão nacional (moradia, atendimento sanitário, educação, igualdade de salário, assistência à família). *A priori*, os direitos que ele possui são os direitos parciais que se lhe reconhecem aos trabalhadores estrangeiros. O imigrante, credor de um posto de trabalho, é paralelamente um devedor por esse emprego, já que o direito ao trabalho, enquadrado nos princípios de salvaguarda da dignidade humana, garante-se só, ao menos nominalmente, aos sujeitos nacionais. Ele, além do mais, pode ser considerado um credor da formação e da experiência que acumula no desempenho de um ofício, uma oportunidade que o seu país de emigração não lhe poderia oferecer. Assim, a maior transgressão de um imigrante consiste em exigir que lhe

pertençam a regiões de caracteres mais ou menos distintos, não se entendem melhor uns com outros e tratam-se às vezes como estrangeiros. [...] As antipatias geográficas são insensatas, porém sem remédio. Pertencem ao repertório da incompreensão universal. Como hão de os homens entender-se uns aos outros, se estão cheios de prevenções, armados de estrepes como porcos-espinhos?” (Frieiro, 1971: 159).

outorguem um tratamento diferente ao do seu estatuto de imigrante, isto é, que, na prática, ele seja, pelo Estado de direito, considerado com igualdade de tratamento.

Sayad (1998: 46) adverte que o imigrante “só é admitido ora como provisório (de direito), com a condição de que esse ‘provisório’ possa durar indefinidamente, ora como definitivo (de fato), com a condição de que esse ‘definitivo’ jamais seja enunciado como tal”. A visão e a interpretação de Sayad, embora partam de pesquisas de campo e análises bibliográficas relativas aos imigrantes magrebinos na França nas sete primeiras décadas do séc. XX, deriva em conclusões apresentadas como parcialmente aplicáveis a todos os fenômenos migratórios caracterizados pela ida de mão-de-obra do Terceiro Mundo a Estados dominantes. Poder-se-ia considerar que Sayad ousou teorizar sociologicamente sobre as essências dos processos migratórios com base, tão só, em dados correspondentes a um breve período, limitados aos deslocamentos humanos de uma colônia e, após 1962, ex-colônia – Argélia –, à sua metrópole.

Um contemporâneo de Sayad, Jean Baudrillard, salienta aspetos de um outro processo migratório, o empreendido em direção aos Estados Unidos de América desde diversos países. Ele crê que esses aspetos não são exclusivos dessa república e ressalta que as conseqüências da recepção dos imigrantes não se reduzem aos problemas causados pela presença indefinida de mão-de-obra estrangeira.

No ensaio *América*, Baudrillard (1986) reflete acerca de se a modernidade surgida nos Estados Unidos, sem que houvesse preocupação por a assentar sobre um repertório composto de princípios de verdade, constitui, por si mesma, a realização de uma utopia expurgada da sua gênese e da sua diacronia. Para Baudrillard, nos Estados Unidos não se cultiva a origem, ou a autenticidade mítica, e não houve passado, nem há verdade fundadora, nem território ancestral.

Portanto, para a sua conformação como nação, América, como Estado virtual nas suas origens, recebeu, sem se importar, povos sem origem e sem autenticidade, os quais souberam explorar essa situação até o fim. América, como Estado de imigrantes, teria operacionalizado ideais e modelos que os cidadãos não-imigrantes – os que ficaram na sua pátria – cultivaram como objetivo derradeiro e, por conseguinte, secretamente impossível. Assim, ter-se-ia produzido o simulacro perfeito das quimeras do “velho mundo” a partir de uma hiper-realidade. Nesse caso, os “cidadãos-novos” não tiveram que se submeter aos

planos para eles pensados por cidadãos respaldados por uma panóplia ornada por direitos de antiguidade, e que ocupavam posições de dominação material e simbólica, porque esses planos não existiam. Tudo esteve disponível em vastos espaços vazios em que tudo o sonhado no velho mundo se podia reproduzir e efetivar com afã narcisístico, e onde a única agonia era se acostumar à convivência com a solidão. O imigrante recebeu, em América, a indulgência para que praticasse, da sagração da diferença, a liberdade e a igualdade nos costumes e, se queria, para que explorasse a sua banalidade procedendo à liquidação de toda a cultura que consigo levava.

Assim se tratando, Baudrillard acredita que se devem diferenciar os processos migratórios sopesando tanto as características do lugar de partida quanto a circunstância do âmbito da imigração:

Ao exportar-se, ao hipostasiar-se no ultramar, o ideal expurga-se de sua história, concretiza-se, desenvolve-se com um sangue novo e uma energia experimental. O dinamismo dos “novos mundos” é testemunho permanente da superioridade deles sobre sua pátria de origem: eles operacionalizam o ideal que os outros cultivavam como fim último e secretamente impossível. [...] Na mesma ordem de idéias, há uma profunda diferença de tonalidade racial, étnica, entre a América e a França. Ali, a mistura violenta de múltiplas nacionalidades européias, depois de raças exógenas, produziu uma situação original. Essa multirracialidade transformou o país e deu-lhe sua complexidade característica. Na França, não houve mistura original nem solução verdadeira, nem desafio de um ao outro grupo. A situação colonial foi simplesmente transferida em metrópole, fora do seu contexto original. Todos os imigrados são, no fundo, harkis sob o protetorado social de seus opressores, aos quais só podem opor sua miséria ou sua rejeição de fato. A imigração é, sem dúvida, uma questão candente mas, em si, a presença de vários milhões de imigrados não marcou o modo de vida francês nem alterou a configuração deste país. É por isso que, quando se regressa à França, tem-se sobretudo a impressão viscosa de racismo rasteiro, de situação falsa e vergonhosa para todos. Sequela de uma situação colonial, onde persiste a fé do colono e a do colonizado. Ao passo que na América, cada etnia, cada raça, desenvolve uma língua, uma cultura competitiva, por vezes superior à dos “autóctones”, e cada grupo assume, sucessiva e simbolicamente, uma posição dominante. Não se trata de igualdade ou de liberdade formal, mas de uma liberdade de fato, a qual se exprime na rivalidade e no desafio, e isto propicia uma vivacidade singular, uma tonalidade aberta ao confronto de raças (Baudrillard, 1986: 67-71).

As condições para a recepção do imigrante no Brasil não guardam analogia com as estadunidenses. O país não se funda como Estado pela rebelião da *intelligentsia* e da elite econômica dos imigrantes colonos contra a metrópole senão como consequência da reação dos administradores do Reino do Brasil pelas restrições à soberania desse reino que as

Cortes de Lisboa queriam impor. Ao se iniciar a chegada de massas de imigrantes, as autoridades políticas que fomentaram e organizaram essa vinda não pretendiam que a mão-de-obra forânea efetivasse no país projetos particulares de modos de vida; o intuito inicial dessas autoridades era o de que os trabalhadores estrangeiros se enraizassem no país e ajudassem à sua colonização, e, logo, à consolidação da nacionalidade, seguindo os procedimentos que os poderes públicos estaduais, submetidos aos latifundiários, marcassem.

As fases de adaptação segundo Florencio Costa

De uma perspectiva sociológica, a emigração, como uma experiência de desenraizamento, foi estudada por Florencio Costa em *Emigrantes obreros en Europa*, (Costa, 1970)¹⁰⁰. Costa entendeu o desenraizamento como as conseqüências da dissociação espacial causada pela passagem à vida urbana, nacional ou internacional, de trabalhadores rurais e como os correlativos ajustes, nas estruturas e nas relações familiares, e nos modos de socialização. Nessa obra, após serem descritos os condicionamentos econômicos gerais, e as repercussões, da circunstância migratória na Europa ocidental, foi exposto o processo de adaptação dos imigrantes aos grupos sociais do país de acolhida¹⁰¹. O autor refere-se aos trabalhadores pobres, de origem rural, que emigram a cidades em que se requer força de trabalho estrangeira, pouco qualificada, nos serviços urbanos e na atividade industrial. Ele assinala que, para se incorporar a esse tipo de empregos, por um lado o trabalhador rural tem, primeiro, que se adaptar à *máquina*, logo aos horários e, finalmente, à divisão do trabalho. Por outro lado, de uma atitude ativa, esse trabalhador deverá aprender a se relacionar e a se solidarizar com os operários autóctones – nacionais –, inserindo-se nas organizações operárias por eles formadas – sindicatos e comitês de empresa – e entendendo

¹⁰⁰ Dentro dos grandes movimentos espaciais humanos, Florencio Costa (1970: 5-6) diferencia entre os movimentos no interior de um mesmo Estado e os movimentos de ordem internacional. A classificação dos primeiros dependeria da duração do deslocamento do indivíduo. Assim, esses movimentos seriam “permanentes” – o nomadismo –, “estacionais” (profissionais ou turísticos), ou “de instalação definitiva” (em direção às regiões industriais; característicos do fenômeno de urbanização). Dos segundos fariam parte o turismo internacional, as migrações políticas (conseqüência de mudanças de fronteiras, de soberania, de regime) e os deslocamentos, temporários ou definitivos, de ordem econômico na procura da promoção social e de um maior bem-estar. Nestas migrações econômicas, Florencio Costa distingue as migrações de mão-de-obra das migrações de *cérebros*.

¹⁰¹ Florencio Costa (1971: 30) declara que, frente a outros termos – inserção, assimilação, integração –, optou pelo de “adaptação” por lhe parecer mais objetivo e com menos ressonâncias de dominação.

as motivações e as expectativas destas, com frequência enfrentadas à predisposição do imigrante, que é a de procurar o enriquecimento rápido, embora isso implique a submissão a situações e condições de trabalho precárias¹⁰². Além da adaptação ao modo de produção, o imigrante deve aprender, às vezes junto à sua família, a se relacionar funcional e formalmente com as condições e os grupos sociais nacionais com os que, se não quer permanecer isolado, tem que conviver no ambiente urbano. Costa divide o processo de adaptação em três fases: socialização, personalização e aculturação. A elas refere-se como se segue:

En todo proceso de adaptación social encontramos tres componentes que surgen de la interacción entre individuos y grupos y que condicionan el éxito del proceso: se trata de los factores de socialización, personalización y aculturación.

Por un proceso de *socialización*, el individuo se inserta en el grupo. Conoce el papel social que tiene en él y lo que los otros miembros esperan de esta inserción.

La *personalización* supone el desarrollo de la personalidad en la autonomía y la coordinación con el grupo social.

La *aculturación* implica la asimilación de experiencias y bienes culturales que son interiorizados de tal forma que la existencia propia y la del grupo son interpretados y desarrollados en un sentido determinado (Costa, 1971: 30).

Todavia, para que esse processo se desenvolva, os naturais do país que convivam com os imigrantes devem permitir que esses trabalhadores estrangeiros possam se adaptar. Caso contrário, a ausência de empatia e de afeto acrescentaria a distância social e o isolamento dos imigrantes, aumentando-se a despreocupação destes em relação aos problemas sociais, políticos e culturais da sociedade receptora.

III. 1. 9. As relações bilaterais e a imigração

A questão migratória, embora envolva dois países, é pautada e, inclusive, resolvida unilateralmente, pelo jogo de interesses entabulado pelo parceiro dominante, isto é, o país da imigração. De todas as formas, o país da emigração, não pode ignorar completamente

¹⁰² No Brasil, no entanto, os imigrantes foram os organizadores do movimento operário, o qual fez com que, desde a proclamação da República, do governo, das estruturas patronais e da imprensa não-operária, se tentasse desqualificar as ações e reivindicações sindicais vinculando-as a ideologias exógenas alheias aos interesses nacionais. A socióloga Paula Beiguelman (1977: 15) destaca, nesse sentido, um comentário publicado no jornal *O Estado de São Paulo* aos 28 de novembro de 1889: “Em fins de 1889, escrevia um articulista na imprensa de São Paulo: ‘Isto de paredes vai se tornando, pelos modos, um verdadeiro contágio a que estão sujeitas as classes proletárias. A coisa veio-nos da Europa e, como as modas, pegou logo, propagou-se com presteza’”.

aquilo que o país de imigração resolva sobre os seus expatriados – os residentes ausentes –. Em relação aos residentes ausentes, o país da emigração tem a obrigação moral de salvaguardar a sua soberania, como Estado nacional, protegendo-os como cidadãos, mas o controle de qualquer princípio de negociação relativo a esses sujeitos não lhe cabe a ele. É o país de imigração o único que pode impor as condições para que os trabalhadores estrangeiros possam residir no seu território, restando ao país de emigração agir *pro forma* nas negociações e concordar, em último caso, à revelia, com o imposto pela outra parte negociadora perante a qual lhe interessa assinar acordos o menos ciosos e delimitadores possíveis.

O país de emigração pode negociar a quantidade da mão-de-obra a ser exportada, mas terá dificuldades para acompanhar e administrar, à distância, os seus cidadãos ausentes. De fato, a partir do momento em que os seus cidadãos residam como trabalhadores no estrangeiro, será o poder público do país que os acolha o que disporá de mais informações e documentos sobre essa população. As autoridades do país de emigração terão que solicitar às suas homólogas do país de imigração os dados que precisem para conhecer as atuações, os problemas e as necessidades dos seus ausentes, criando-se, com isso, uma relação de dependência.

Para um Estado resultará constrangedora qualquer tentativa de impor, a uma nação soberana, premissas para o tratamento de uns cidadãos que nela são estrangeiros. Caso se vulnere no exterior a honra desse Estado infringindo um tratamento indigno aos seus sujeitos expatriados, ele, inspirado no seu amor-próprio nacional e na imagem patriótica que deve manter de si, poderá protestar, respeitando o limite que marquem os seus interesses estratégicos relativos à permanência no exterior da sua força de trabalho excedente, ou seja, o limite que marquem os seus interesses econômicos.

Sayad (1998: 256) observou que, por parte dos países envolvidos em acordos bilaterais de cooperação, a consciência de eles ocuparem posições desiguais de poder nas negociações relativas à questão migratória faz com que entre eles se instaure, objetivamente, uma divisão das questões que cada uma das partes quer regulamentar e proteger.

Assim, a parte dominante – o país de imigração – mostra-se preocupada por questões de ordem prática relacionadas com a vida cotidiana dos imigrantes, enquanto que

a parte dominada – o país de emigração – levanta, da ordem simbólica, questões de princípio: regras de justiça, argumentos éticos e enunciações que possuam um alcance universal.

O país da imigração pode, além do mais, estabelecer quotas para estrangeiros por nacionalidades, distribuir os imigrantes pelo seu espaço nacional segundo os seus interesses e fixar profissões próprias para imigrantes. Nesse sentido, o Acordo de Migração Brasil-Espanha (Decreto n.º 53.998, promulgado em 03.07.1964), em que se negociava a cooperação entre os dois países em matéria de migração, converte-se em uma argúcia contratual por parte do país da emigração, que aceita as leis internas do país de imigração e, portanto, o que esse país resolvera sobre os requisitos que tinha que cumprir o trabalhador estrangeiro [espanhol], precisamente no momento em que se dissipava esse fluxo de migrantes.

Quando cessa a emigração e o país de partida já não tem nada que negociar com o país destino sobre o movimento migratório, a assinatura de um acordo resulta uma cômoda solução *pro forma*. Havendo-se resolvido o problema da partida de cidadãos, a permanência desses cidadãos no país destino pode, implicitamente, ser considerado um problema do país de imigração. Apresentam-se, então, como problemas próprios do país de partida a definição das condições para o retorno dos migrantes e a tomada de medidas para a reintegração deles.

Se não há uma convenção de mão-de-obra entre o país de emigração e o país de imigração, o primeiro não tem que se submeter aos parâmetros que estabeleça o segundo para que seja recebida a sua mão-de-obra excedente. Logo, diplomaticamente se pratica por ambas as partes um asséptico, e não isento de cinismo, *laissez-faire*, *laissez-passer*, em que se permite, a até se incentiva, o fluxo de mão-de-obra sem que o país de emigração intervenha e a regule, evitando-se, assim, o reconhecimento oficial de um fato aviltante e a submissão a um parceiro que ocupa, na escala internacional, uma posição avantajada para impor condições em um contrato.

Sayad (1998: 235-63) dedica o capítulo oitavo de *A imigração* à análise das convenções internacionais relativas à imigração. Ele aponta que a questão contratual do processo migratório se inicia quando o país de imigração negocia com o país de emigração – o país fornecedor – a quantidade e a qualidade (ao menos do ponto de vista de idade e de

controle sanitário) da mão-de-obra a ser importada para a ocupação de empregos que foram desvalorizados. Ele examina as séries de protocolos e convenções de assentamento e/ ou de circulação de pessoas assinadas, a partir de 1963, entre a França e a maioria das suas antigas colônias, além de Portugal, a Iugoslávia e Turquia. Sayad observa o seguinte sobre o aspecto contratual da imigração:

trata-se, sobretudo, inversamente dos direitos reconhecidos aos trabalhadores estrangeiros em igualdade com os trabalhadores nacionais (*grosso modo* são os direitos que lhes são reconhecidos pelo Direito do Trabalho), direitos que parecem voltar aos países de origem dos emigrados, que parecem tratar diretamente de sua economia ou, mais exatamente, que se convertem em interesses diretos para as economias desses países, como é o caso, por exemplo, das convenções de seguro social e também de salário-família, de pensões e aposentadorias, ou seja, de tudo o que pode promover transferências sociais e, mais recentemente e de forma excepcional, em matéria de formação profissional (na medida em que o país de origem poderia descontar a reinserção de emigrantes que se beneficiam dessa formação) (Sayad, 1998: 236).

O caso dos trabalhadores galegos no Brasil demonstra que à mão-de-obra estrangeira pode não lhe interessar que haja convenções bilatérias em que se atribuam determinados empregos a imigrantes. Os governos estaduais do Brasil que demandavam mão-de-obra queriam que esta fosse destinada à lavoura; os galegos, no entanto, só eram atraídos pelas profissões urbanas.

As convenções bilaterais de mão-de-obra visam a regulamentação do emprego dos estrangeiros almejando o menor custo (econômico, social, político, cultural) para a nação da imigração. Essas regulamentações contradizem o anseio dos imigrantes de *fazer a América* em um curto prazo de tempo, pois, para obter um rápido sucesso, é preciso evitar os serviços destinados aos imigrantes devido aos baixos salários com que esses serviços são remunerados.

O estrangeiro deixa-se utilizar como mão-de-obra crendo que, ao mesmo tempo em que ele é de proveito (para o patrão, para a economia, a sociedade ou o país de imigração), ele se serve a si na imigração. O emigrante/ imigrante fundamenta no seu raciocínio de se sentir útil, sendo utilizado, o álibi da sua expatriação, mesmo que no seu país ele não estivesse desempregado ou apesar de ter rejeitado no seu país um emprego semelhante ao que exerce no país de imigração. O emigrante/ imigrante sente-se útil, também, para o seu país, não só por não figurar nele em um censo de desempregados, senão porque para lá transfere as divisas da sua poupança. Ele também pode crer que, quando regressar, poderá

ajudar o seu país se leva os aportes do seu aprendizado, isto é, os hábitos sociais, mentais e morais adquiridos no país da imigração.

O desequilíbrio da relação bilateral estabelecida nos tratados de emigração/imigração por parceiros desiguais reflete-se, no dia-a-dia, na maior autoridade que tem uma das partes contratuais – o país de imigração – para a regulamentação da vida do sujeito migrante. É o país de imigração o que legisla impondo as condições de entrada, de estadia e de trabalho dos migrantes. E é o país de imigração a parte mais capaz para pautar o fim do fluxo de imigrantes e a única que tem poder real para fazer regressar os trabalhadores ao seu país. A moradia, a saúde, a educação, quase toda a assistência aos trabalhadores, dependem, pois, da dimensão imigratória do fenômeno, e só a dimensão emigratória poderá cobrar importância na assistência a esses trabalhadores quando mude a correlação de forças na relação bilateral, isto é, quando a dimensão emigratória deixe de ter que se submeter aos critérios socioeconômicos traçados da dimensão imigratória. Nesse caso, suprimir-se-á a definição de *imigrantes* e a condição, de direito, dos sujeitos deslocados será simplesmente a de estrangeiros. Com isso, juridicamente, demonstrar-se-á que as partes reconhecem reciprocamente a sua condição de pares em níveis de desenvolvimento socioeconômico e que consideram que a sua autoridade política é semelhante.

Sayad (1998: 242) enuncia que, enquanto não fiquem anulados os fatores de discriminação, os contratos referir-se-ão às condições de migração de mão-de-obra e não ao reconhecimento, entre as partes contratantes, do direito de os seus cidadãos transitarem pelo espaço que não se corresponde com o da sua nacionalidade, e nele residirem. Na ausência de paridade, as cláusulas da reciprocidade são puramente formais; essa assimetria contém uma relação de poder em que a parte que acolhe os imigrantes demanda à outra o compromisso para assumir planos de cooperação dirigidos à ordenação do fluxo de mão-de-obra.

Perante a própria consciência e o crivo da sociedade de origem, o abandono voluntário da pátria, embora se converta em um fenômeno corriqueiro ao ficar inserido em uma realidade de multidões, só é aceito com cumplicidade objetiva quando se justifica que ele mutuará bem-estar econômico e distinção. Apesar dessa conivência e apesar de o imigrante deixar mais espaço vital para os que permanecem, ele arrisca-se a ser acusado de

desertor da pátria. A claudicação da posição ocupada leva atrás de si, portanto, a ameaça de perda dos direitos alcançados desde o nascimento.

A argumentação de que a ausência constante aliena imbuí-se do palpite da necessidade de se mostrar, por um lado, o vínculo telúrico entre o sujeito e a sua nacionalidade e, por outro lado, a contribuição positiva dele ao erário do seu Estado nacional. Devido à suspeita da tendência à desnacionalização do sujeito pelo seu afastamento da pátria, o campo do poder inclina-se a legislar sobre a exclusão parcial da nação de aqueles conaturais que se auto-excluíram por residirem permanentemente no exterior. Esse palpite ofusca-se ao ter que concretizar o modo de medição da ausência como fator de desnacionalização e ao ter que apreciar como se sanciona a *renacionalização* do migrante após o seu retorno ao Estado nacional.

As considerações sobre os direitos políticos que cabem aos emigrantes/ imigrantes desprezam um traço fundamental do *habitus* desses sujeitos. Esse traço é a estratégia da auto-exclusão. O migrante sabe que, como sujeito não-nacional do país de imigração e como expatriado do país de emigração, ele está, de direito, excluído da ordem do político no Estado em que reside, e ele sabe que, na sua pátria, se questiona se a sua ausência o descaracteriza como cidadão. Nesse contexto, a maioria dos migrantes assume, de fato, a sua dupla exclusão nacional. Ao respeito, no capítulo A ordem da imigração na ordem das nações, Sayad expõe o seguinte:

Excluir e/ou excluir-se do político é o que fazem, por um lado, de direito, a imigração (que é também e sempre será imigração numa ordem política) e, uma coisa leva a outra, os próprios imigrantes – em virtude da mesma concepção do político, sendo que a exclusão e a auto-exclusão do político são a mesma coisa, pois ambas participam da mesma lógica e procedem do mesmo princípio: o indivíduo exclui-se daquilo de que é excluído e também para não ter de ser excluído; e, por outro lado, de fato, a emigração (que é, da mesma forma, igualmente e sempre uma emigração para fora de uma ordem política) e, com ela, os emigrantes que com sua ausência ou sua deserção excluem-se ou são excluídos do político do qual são provenientes (Sayad, 1998: 265-86).

A exclusão, do migrante, do exercício de direitos políticos altera a sua identidade nacional. Essa exclusão política, e a conseqüente anulação política, acontecem enquanto o trabalhador estrangeiro permanece no país de imigração. No país de emigração, elas efetivam-se de forma progressiva, na medida em que se consolidam a ausência e a desconexão com a comunidade nacional que permanece no espaço nacional. Assim, o

sujeito migrante, ao perder a sua índole nacional, acaba não sendo mais que ele mesmo: um indivíduo identificado com a prestação de serviços.

Logo de se efetivar a desnacionalização do sujeito migrante, no país de imigração surge a questão da conveniência da integração política dele na ordem nacional, o qual deriva no debate de como se deve justificar e legitimar essa agregação. É então quando se faz necessário definir o lugar que há de ocupar, na ordem nacional, a alteridade – a estranheza, a alogeneidade – de um sujeito que, até o momento em que se decidiu integrá-lo, era externo à nação.

Essa integração, *a priori*, não é uma obrigação. Enquanto não se mostrem necessárias, as políticas de integração dos imigrantes na nação podem ser qualificadas como a criação arbitrária de um problema, fruto da moral democrática. Para que essas políticas se mostrem necessárias há que apreciar previamente que a presença de imigrantes derivou em um problema para a manutenção do *statu quo* na ordem nacional. Isso desmascara os pressupostos democráticos da integração, ao apresentar a integração, ou seja, a recriação do povo, como a dissolução – a neutralização –, na nacionalidade, dos problemas da alteridade, a partir do qual se legitima quaisquer regulamentações para a superação dos conflitos entre o endógeno e o exógeno. A solução oposta à integração consiste em sublinhar o que um imigrante é. Caso se explicita que o imigrante sempre será, invariavelmente, um trabalhador estrangeiro, legitima-se a segregação dele do campo político do Estado nacional. As discussões sobre a nacionalização do imigrante e a desnacionalização do emigrante indicam que, sobre o fenômeno migratório, não só incidem os mecanismos das relações de dominação. Na compreensão dele também intervêm critérios morais.

Tanto a sociedade de emigração quanto a de imigração podem agir com benevolência com o migrante. Essa ética consiste em gratificar os trabalhadores estrangeiros com os direitos que exercem os cidadãos nacionais, demonstrando-se a vontade de integração. Contudo, esses direitos sempre serão uma concessão condicionada e reversível, da nação, aos imigrantes. No país de emigração, a assistência aos residentes ausentes e aos retornados apresenta-se, também, como uma concessão, desta vez justificada no amparo que a nação crê que deve dar aos seus expatriados, apesar de eles não haverem contribuído *in situ* à manutenção do Estado.

III. 1. 10. O imigrante frente ao turista

Uma situação completamente diferente é a vivida pelo sujeito estrangeiro que se apresenta e age como turista internacional. Ele não se deslocou até outro país na procura de trabalho; as causas da sua partida também não se deveram à fuga de um conflito e da perseguição derivada. Esse turista, como estrangeiro, encontra-se no exterior – um espaço exterior aonde não o conduziu o banimento –, porque decidiu folgar em um país diferente àquele onde tem a sua residência fixada e, talvez, porque também decidiu observar e apreender, *in loco*, as características desse outro e entrosar com uma sociedade que, para ela, é estrangeira.

O turista reconhece-se como potencial observador e sente-se legitimado para escrutar e para emitir o seu parecer acerca do que tem inquirido. A folga, o esparecimento e a diversão podem bastar como justificativa para os turistas cujas pretensões não vão além do descanso. O turista, no entanto, que se sabe reflexivo acredita que o cometimento que deve assumir com a sua viagem, tanto para ampliar a sua formação quanto para cumprir uma missão, é a observação detida e a valorização do observado com vistas à transmissão, aos seus patrícios e/ ou aos aborígenes do lugar visitado, de um relato sobre a experiência tida como viajante. Nesse relato contêm-se os episódios avaliados de maior interesse por, em primeiro lugar, constarem informações úteis para aqueles que desejem ou repetir a viagem que o turista fez ou, simplesmente, se instruírem sobre esse país estrangeiro. Em segundo lugar, crê-se que as impressões de viagem do relato podem apresentar, aos nativos, aspectos característicos dos seus campos sociais que fogem da percepção deles por eles carecerem de elementos contrastivos que permitam singularizar o próprio.

No seu relato, o turista reflexivo declara com frequência o seu convencimento de haver sido capaz de captar nuances intrínsecas aos campos sociais vistos por ele das quais ainda não se tivera conhecimento. Trata-se de aspectos relativos ou ao comportamento de algum sujeito representativo observado ou ao funcionamento de algum campo social.

No séc. XX, o turista era consciente de que as paisagens e a natureza não guardavam mais grandes segredos, a não ser que fosse da óptica especializada de um cientista. Portanto, o turista concentrou-se, por um lado, no exame do modo de vida nas cidades, procurando tanto se inserir na cotidianidade quanto se deparar com o

extraordinário e, por outro, no exame das relações do nativo, ou do estrangeiro residente, com a natureza.

O julgamento do mérito das observações expostas por esse turista cabia, obviamente, a um leque de consumidores do relato. Nesse leque integravam-se os turistas reflexivos afins, que também adquiriram a experiência da elaboração de discursos sobre as peculiaridades dos países dos *outros*, e os aborígenes com a curiosidade de comprovar se esse estrangeiro entrevira algum detalhe sobre o seu país em que eles não repararam. É claro que, para estes últimos consumidores, o discurso de qualquer estrangeiro que observara o seu país e escreveu, com suposto olho clínico, sobre os campos sociais dele é susceptível de apresentar inexatidões que não podem ser compartilhadas, mas que são fáceis de aceitar pelo estranhamento que no turista pode causar o contato com uma realidade recém-conhecida. Isto é, a não ser que o turista tenha optado deliberadamente pela elaboração, desde a má vontade, de uma exposição que possa ser recebida como uma afronta caluniosa contra as coisas deles, os nativos, dependendo do seu grau de concordância com o discurso estrangeiro, ora o recebem com condescendência e simpatia, ora com admiração, por ele conter pareceres e especulações que, aos nativos, o seu convívio com a sua realidade nacional não lhes revelara.

Nas crônicas sobre experiências com o *outro* dos relatos de viagens, do objeto *outro* se excluem com frequência os outros estrangeiros visitantes. O *outro* é o nativo e, acaso, o alienígena assentado, quem pode despertar tanta curiosidade quanto o nativo. No item [O impeitizo da frol] em que Otero Pedrayo (1952) se refere à sua escala no Rio de Janeiro em meados da década de 1940, durante uma travessia em direção a Buenos Aires, o autor não se entretém com considerações acerca dos estrangeiros que moram na capital do Brasil. Ele reflete sobre a força cromática da paisagem da baía de Guanabara e lavra apontamentos sobre a atmosfera social autóctone, exótica. Apesar de Otero ter desembarcado, alguns parágrafos do relato mostram que ele adotou uma perspectiva orientada à captação de impressões exclusivamente estéticas para a emissão de algumas das suas reflexões:

Nós, ó ire e ó voltare, tivemos en Río o noviciado de unha vivencia pura da coor e das esencias cósmicas do calor e a lus, en estaxe teóricamente inicial, gardando en sono “in potentia” a paleta dos grandes mestres, e unha inocencia de materia da Estética dinantes de ser trabalhada. Nun tempo ideal, que pode ser o cumio do inteleitualismo, e por iso devalar no hialino vapor e néboa agarimosa

da intuición. Os fumes, algún feio mercante, un castelo no roquedo, lixaban o sedán tecido, mancaban a fina pel do coor (Otero, 1952: 62).

Otero assumiu o rol de observador atento da cidade que visitava, e achou a urbe, e o seu contorno, fora do comum. Ele, no entanto, não teve tempo para se sentir estranho como estrangeiro no Rio de Janeiro, pois ele foi um passageiro em trânsito, nem creu necessário se referir à capital brasileira como destino dos emigrantes galegos. Otero devia saber que a sua sumária crônica carioca – oito páginas –, a não ser que ele remetesse a obra – *Por os vieiros da saudade* – aos seus contactos brasileiros, dificilmente seria lida no Brasil. Outros turistas, autores de poemas ou narrações sob a inspiração de uma viagem, almejaram tanto satisfazer o horizonte de expectativas dos leitores do seu país, quanto contentar, com a sua apreciação crítica do vivenciado durante a estadia, os potenciais consumidores do espaço em que transcorreram a viagem.

O Brasil do turista Daglio

A obra *Kodak, El Brasil ante mi lente*, do uruguaio Andrés Daglio (1951) é, para a compreensão das diferenças entre o *imigrante* e o *turista*, paradigmática. Ela contém três apresentações, redigidas por comentaristas amigos de Daglio – um brasileiro, um uruguaio e um francês –, nas que se aprecia o mérito outorgado às impressões de viagem do autor pelo fato de elas partirem da mirada de um turista estrangeiro.

A primeira dessas introduções foi datada em São Paulo, aos 15 de março de 1951, por Guilherme de Almeida. Almeida, o autor da reportagem *Um carvão de Goya*, publicada aos 21 de abril de 1929, em que são retratados alguns imigrantes espanhóis em São Paulo destacando-se a sua alienação no trabalho e a sua avidez pelo lucro, estereotipa o turista como um estrangeiro capaz de notar o que os nativos não enxergam.

Para Almeida o estrangeiro-imigrante só se preocupa pelo trabalho; nele empenha-se para gerar o pecúlio que justifique a sua ausência da sua pátria. Esse estrangeiro é, nesse sentido, ou desprezível, ou digno de comiseração por se obcecar com a meta primária da sobrevivência e com a obtenção da fortuna material. Mas, para Almeida, o estrangeiro-turista deve ser louvado se, do seu distanciamento, oferece, aos nativos, quadros ou panoramas sobre aspetos do Brasil por eles não adivinhados. Diz Almeida:

Só o Kodak do turista sabe ver. Ver as coisas que, por muito apaixonados vêm mal, ou, muito habituados, já não vêm os olhos nativos.

Eis que um turista da melhor cultura e das melhores letras ora nos visita: André Daglio, uruguaio de nascimento mas francês de formação, escritor bilingüe, jornalista, comediógrafo e conferencista, colaborador das grandes revistas parisienses do editor Laffitte, autor das comédias já publicadas em Paris: “Bal á l’Ambassade” e “La Marjolaine”, e que, faz pouco tempo realizou notável conferência sobre a obra do Aleijadinho.

André Daglio, agora em S. Paulo e que há dois meses viaja pelo Brasil prepara uma série de reportagens (Kodak – El Brasil ante mi lente), cujo capítulo V em manuscrito ainda inédito, tenho o prazer de ler em primeira mão. E, como se não bastasse tal honra, confere-me ainda o autor a de traduzir um fragmento dessa “Sinfonia dos Pinheiros Paranaenses”. Eis, pois, a nossa “Araucaria brasiliensis” vista como nós ainda não a soubemos ver (Daglio, 1951: 6).

A segunda introdução é assinada em Paris, em junho de 1951, por Maurice Pierrefeu, quem destaca o efeito emulador contido na prosa de Daglio a respeito do Brasil. Para Pierrefeu, as impressões turísticas de Daglio animam a conhecer o Brasil exótico:

Ce pays merveilleux brille dans ces pages avec le miroitement fascinant des oiseaux des tropiques. L’Ame échanteresse et complexe du Brésil vibre, chante et pleure sous la plume magique de André Daglio. Après celá il ne reste plus qu’a prendre l’avion et aller connaître la reine de la Croix du Sud (Daglio, 1951: 7).

O historiador e literato uruguaio Telmo Manacorda (Daglio, 1951: 8-10), o autor da terceira introdução, elogia, das crônicas de Daglio, o estilo, notório pela sua “claridad francesa” e pela sua “gracia brasileña”, a documentação em que elas se alicerçam, e o seu gênero, por nele se combinar a literatura com o jornalismo, de forma que nessas crônicas se encontra uma prosa que evidenciava a compatibilidade entre a veracidade e as formas elegantes. Porque, segundo esse introdutor, a razão da excelência lograda por Daglio residia em ele ter sabido transcrever com primor umas impressões que se correspondiam, objetivamente, com a realidade do Brasil, o qual fazia com que *Kodak* fosse uma publicação que “hará mucho bien al Brasil”. Manacorda frisa também que Daglio soubera captar aspetos do Brasil que os brasileiros não percebiam:

El Brasil moderno, que Andrés Daglio vio y soñó y quiere con pasión deslumbrada, está palpitante en su libro. Hombre y tierras, ríos y ciudades, sustancia cósmica y problemas espirituales, vibración de arpa remota y ardor de sangre indígena, hermosura de mujeres y dramático trajín de industrias, fiesta de pueblo, iluminan este Brasil, crisol de un mundo, que aún los mismos brasileños desconocen.

La síntesis que el autor da a su libro lo ennoblece. La vivacidad y el colorido, lo exaltan. Lamparazos de luz, parece cada capítulo. Y museo esplendoroso, el libro entero.

Se goza de su lectura con fruición. En el desdoblamiento de las páginas, hay estampas soberbias. En la médula del volumen, aletea la esmeralda de una mariposa, tiembla la perla de una gota de agua, acechan los ojos coruscantes de un pájaro simbólico, topamos con el enredijo y la maraña de la selva, el monte, el mar, la raza, el afán, la gloria, la vida íntima y gozosa de la naturaleza en su mayor escenario americano.

De antología son muchas visiones. De escritor costumbrista, todo el libro. Nunca el libro o la crónica del periodista extranjero que quiere abarcar de un vistazo la tierra que visita. Hay capítulos que a los brasileños les serán particularmente gratos. La realidad vive en cualquier estampa. El lente de Daglio tiene cristal purísimo y sensibilidad exquisita (Daglio, 1951: 9).

O convencimento de que o advertido nas suas anotações não fora com anterioridade revelado em nenhum outro escrito é o princípio que, na visão de Daglio, há de sublinhar o turista que se converte em autor de impressões de viagem, de crônicas ou de reportagens. Nesse sentido, o reconhecimento que poderia fazer o turista-autor de que o que ele comunica já fora apresentado desvirtuaria o valor que ele outorga ao seu produto. Destarte, o turista-autor tem que insistir na sua distinção como observador em relação tanto aos outros estrangeiros quanto aos nativos.

No início de *Kodak, El Brasil ante mi lente*, Andrés Daglio assim o faz. Ele assinala que não todos os turistas são iguais. Há, segundo ele, uma maioria que só viaja aos lugares que são tópicos; trata-se dos destinos populares enquadráveis na categoria não-marcada do turismo trivial por esses destinos gozarem de representações inquestionáveis. Esses lugares, por sua vez, ao serem alvos turísticos consagrados, demandam a visita de qualquer cidadão que queira reclamar para si o qualificativo de cosmopolita, o qual faz com que a sua escolha não parta da sua adequação com o gosto particular do turista senão da obrigação assumida por ele de haver ido até lá para não se sentir excluído do grupo de sujeitos conhecedores dos itinerários turísticos internacionais. Apesar disso, muitos dos integrantes do turismo de massas não são capazes nem de enxergar, além da superfície, os ícones canonizados desse turismo internacional. Frente a eles, estão os agentes da categoria marcada do turismo, isto é, da categoria distinta, a inscrição na qual, em primeiro lugar, exige a capacidade para observar e analisar as particularidades mais curiosas e sutis dos espaços canonizados como destinos do turismo internacional, incluindo-se os seus campos sociais, sendo também precisa a demonstração da posse da sensibilidade e da inteligência para entender os produtos sociais e os cenários naturais. Em segundo lugar, essa inscrição demanda a coragem para escolher direções remotas e exóticas, deslumbrantes

pela sua natureza ignota e pelo seu modo de vida estranho. Para Daglio, a categoria marcada do turismo envolve uma arte para cuja dedicação requer-se ter predisposição e haver-se sabido dotar dos recursos que hão de ser aplicados para o seu entendimento. Ele declara o seguinte:

Viajar es un arte. Pero no todos los viajeros son artistas. Para la mayoría no es más que mera distracción. Satisfacen un deseo que en muchos casos no pasa de simple vanidad. “Si, ma chère! Estuvimos en París y Venecia y dimos una vuelta por el Lago di Como!...” Pero si se les pregunta si visitaron la maravillosa Villa d’Este y si enmudecieron de admiración ante la joya que es la escultura de Paulina Borghese, por Cánovas, preguntarán asombrados: “¿quién es esa mujer?...” (Daglio, 1951: 11).

O autor assinala que, para viajar, além de recursos econômicos, é preciso ter tempo, isto é, é preciso saber se abstrair das preocupações da cotidianidade e se dispor, intelectual e emotivamente, durante o período dedicado à viagem. Esses são requisitos para poder desfrutar das singularidades que a viagem oferece, inclusive para compreender o significado distintivo dos pequenos detalhes.

Faz falta, destarte, possuir uma disposição que permita entender a transcendência que deve haver em uma viagem turística para, logo, aproveitar as experiências sublimes que brindam os lugares que se visitam. E, é claro, para o autor, essa disposição, que é como uma graça que emana da hiperestesia, só a possui uma elite entre os turistas. Eis a definição que Daglio faz dos sujeitos capazes para gozar de uma viagem turística na forma que ele adotou e pratica: “El verdadero viajero es un poeta que se ignora”¹⁰³. Os sujeitos que não são viageiros-poetas são desprezados por Daglio como turistas; frente a eles, Daglio

¹⁰³ Para Daglio (1951: 12), o turista virtuoso é o esteta, quase um místico, quem, além de saber gozar enquanto contempla o belo, tem que ser o suficientemente modesto para saber guardar para si o que tenha apreciado sem cair na tentação de se deleitar e de tirar vantagem relatando aos outros o descoberto nas suas experiências: “El verdadero viajero es un poeta que se ignora. Es el hombre que no habla ni manifiesta turbulentamente su emoción ante los esplendores de la naturaleza o ante la grandiosidad de la creación humana. Su silencio, palpitante de vibraciones, le proporciona un profundo goce espiritual. Esos viajeros no surcan los mares por el despreciable orgullo de mandar a los familiares postales policromas de regiones lejanas [...], ni suben a las montañas agujoneados por la vanidad de batir un record deportivo. No, esos viajan con el corazón abierto de par en par, como ventanales sobre el océano, para que en él entre a raudales la emoción de la vida, el siroco arrebatador de la aventura, la profunda, la encantadora manifestación de lo bello. Una vez leí este pensamiento a una dilecta amiga, tierna como un soneto de Samain, la cual intrigada y curiosa (¡oh feminidad!) me preguntó: “¿qué es lo bello para Ud.?” La miré en sus pupilas violetas, en que el ocaso marino ponía fulgores adriáticos y... lo bello eres tú, le dije, cuando miras con amor la cabeza rubia del niño que duerme confiante en tu regazo; lo bello es la lágrima del alba que tiembla indecisa en el borde de la rosa; el canto del mar en la noche tropical; la furia del viento en la pampa irritada. Lo bello es indefinible, pues es lo imponderable de una emoción fugaz. Y para los que buscan en la vida esa emoción meteórica que es imperdurable en el tiempo porque es eterna en el espacio, les aconsejo que hagan un viaje por el Paraná, en el Brasil”.

apresenta-se como alternativa. A enunciação desse desprezo integra o capítulo La sinfonía de los pinos paranaenses, com o qual se abre *Kodak*. É esta:

Otros, infelices millonarios, encadenados a sus múltiples negocios, viajan con los minutos contados, con el espíritu cargado de preocupaciones financieras y dependiendo siempre del cablegrama que esperan o del que van a hacer transmitir. Esos no viajan, se deslocan simplemente, cambian de lugar su cuerpo atrofiado por las insomnias y su espíritu, que es una máquina registradora.

Los hay también cuya mentalidad cocacolinizada se extasia únicamente ante lo desproporcionado, lo grande en volumen. Miran sin ver, pues su mirada resbala horizontalmente, nunca en profundidad. Los componentes de esa tribu anotan en pequeños memoteau de Versailles, los 300 metros de la Tour Eiffel y las 3.500 estatuas que adornan exteriormente el Duomo de Milán. Son esos profanos los que al regreso del viaje, adobados de orgullo, preguntan a los amigos: “¿a que no sabe que altura tiene el Cristo del Corcovado?...”.

Daglio percorre o Brasil e reparte as suas impressões de viagem em treze capítulos¹⁰⁴. No primeiro destaca, sobretudo, a grandiosidade das matas do Paraná e, no segundo, descreve as ilhas do litoral brasileiro¹⁰⁵. Ao se referir às cariocas ilha do Governador, ilha de Paquetá e ilha de Boa Viagem, faz a seguinte disquisição acerca da visão que sobre a baía de Guanabara podia desfrutar qualquer viajante:

La inmensa Guanabara a sus pies está encerrada en un amplio anfiteatro de montañas teniendo a la izquierda, como colosal puno final, la masa ciclópea del Pan de Azúcar. El océano aún acaricia su falda rocosa entonando su eterno cantar. La ciudad, aprisionada entre los morros, no tiene para donde evadir sus ansias de expansión y suspira apretada por la cintura salvaje. Y ella nos aparece deslumbrante, en aquel marco verde de la selva y azul del mar, con la atrevida silueta de sus mil rascacielos, con las antiguas torres de sus iglesias, sus campanarios y sobre todo sus playas famosas, con sus arenas doradas brillando al sol.

Lo curioso, y diré también, lo sumamente bello, es que estas playas no están separadas entre ellas por puntas rocosas, como acontece en la riviéra francesa o la costa uruguaya. En Río, que es una ciudad paradójal, desbordando de lo lógico y contrariando lo cierto, cada playa que, naturalmente, forma un

¹⁰⁴ Trata-se dos capítulos: La Sinfonía de los Pinos Paranaenses; El embrujo de las islas; Volta Redonda, Ciudad del Acero; Una sorbona sobre islas; San Pablo, Crisol de Razas y Culturas; Semana Santa en San Pablo; Un Ciudadano del Mundo; Los últimos días de Río de Janeiro; Baile de Graduados; Bajo el Signo de Acuario; Cita con la Muerte; Keyserling se equivocó e Bahía de todos los Santos.

¹⁰⁵ O ufanismo em relação ao Brasil no ponto de vista de Daglio é constante em *Kodak, El Brasil ante mi lente*. No segundo capítulo – El embrujo de las islas – esse ufanismo expressa-se explicitamente: “País privilegiado bajo todo punto de vista, – ¿no dicen que Dios es brasileño? – tiene el Brasil en sus cinco mil kilómetros de costa marina una gran variedad de islas. Algunas inmensas como continentes: Marajó; otras, divinamente bellas como un cuento de hadas: Brocoió, que fue el paraíso de los Guinle; otras arrogantes y mundanas: Guarujá; otras que son verdaderas Citéreas: Paquetá; otras que son populosas capitales de estado: Florianópolis; otras, en fin, tan atractivas en su belleza lujuriosa, tan llenas de encantos y misterios que hubieran seducido a Tiberio” (Daglio, 1951: 19-20).

barrio, está separada de otra playa por una elevada e infranqueable montaña. Para acceder de una a la otra hay que perforar esa inmensa roca y abrir túneles. Río es la ciudad del mundo que los cuenta en mayor cantidad.

Eso da lugar a que la primera impresión que recibe el viajero que llega por mar, sea falsa, en cuanto al tamaño urbano de la capital. Los morros juegan el rol de telones que ocultan a la vista otros barrios que se extienden en sus faldas. En cambio no acontece lo mismo cuando se contempla la ciudad de lo alto de Boa Viagem, isla que da frente a Botafogo. De ahí se abarca un amplio panorama de seductora belleza. Sobre todo en las últimas horas de la tarde, cuando el sol prepara las suntuosidades del ocaso (Daglio, 1951: 25-26).

Tanto em relação à baía de Guanabara, quanto sobre a Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda – cap. III –¹⁰⁶, ou sobre a Cidade Universitária nas ilhas do Fundão e do Governador no Rio de Janeiro – cap. IV –¹⁰⁷, ou sobre a feminidade da cidade do Rio de Janeiro¹⁰⁸ e sobre a identidade de São Paulo¹⁰⁹, Daglio adota a atitude do

¹⁰⁶ A Companhia Siderúrgica Nacional, no vale do Paraíba, fora inaugurada aos 9 de abril de 1941 por Getúlio Vargas com o objetivo de fornecer à indústria brasileira o aço que precisava, evitando-se, com isso, a importação. Daglio redige louvores à autoridade – o poder público – responsável por esse empreendimento industrial e aos gestores do seu desenvolvimento, por terem feito com que a empresa alcançasse uma enorme produção e por terem sabido planejar uma cidade industrial – “La Ciudad del Acero” – que oferece, aos operários, excelentes condições de trabalho, instrução, moradia e descanso e, em geral, uma modelar assistência social. Mediante essas ponderações, Daglio mostra o seu posicionamento ideológico: “Por otro lado, acompañado la tendencia moderna que se relaciona directamente con los problemas sociales, en las comunidades dependientes de grandes empresas comerciales o industriales, la dirección de la siderúrgica aprobó medidas destinadas a implantar allí un Centro de Comunidad. Esta entidad de gran alcance social sería la primera a funcionar en América Latina, habiendo dado grandes resultados en las ciudades industriales de Norte América, Canadá e Inglaterra. Expresión altamente democrática de las relaciones entre los trabajadores y los dirigentes, en las organizaciones de marcada envergadura, en el terreno social, el Centro de Comunidad es una conquista moderna que está dando los mejores frutos. Se le da al obrero consciencia de su fuerza obligándolo así a asumir el respeto de sus responsabilidades. El metalúrgico de Volta Redonda, gracias a la orientación social de su dirección, marcada con el sello del modernismo mas up-to-date, es un operario que por su elevado nivel de vida, y por su eficiencia profesional, puede compararse sin desmedro con sus colegas de Detroit o del Rhur. En ese ambiente sano, bajo todo punto de vista, no hay asidero para las ideologías importadas ni para los epilépticos “ismos”. El Valle del Paraíba está muy lejos de los Montes Urales” (Daglio, 1951: 34-35).

¹⁰⁷ Daglio (1951: 48-49) pressagia, em uma outra enunciação ufanista brasileira, que o desenvolvimento da Cidade Universitária carioca atingirá em poucos anos a grandeza das melhores universidades estadunidenses: “En los Estados Unidos, el desarrollo de las universidades, derivadas en gran escala de su organización propia y de sus iniciativas didácticas, es prodigioso a partir de 1626, en que se funda la primera: Harward. Le siguen en 1701 la de Yale, en 1746 la de Princeton, y la de Columbia en 1754 que es hoy la más grande del mundo. Pero esa gloria le será disputada en breve por la Universidad de Río Janeiro, que está reuniendo sus diversas Facultades y Colegios en una inmensa Ciudad Universitaria que ya levanta, sobre la gracia marina de un Archipiélago, la enmarañada selva de sus estructuras metálicas”.

¹⁰⁸ Sobre o Rio, Daglio (1951: 52-53) estima: “Ahí tenemos a Río, por ejemplo. ¿Quién imagina a la bella capital brasileña si no es teniendo como “fond de décor” al Pan de Azúcar, mojando sus pies en la esmeralda fluida de la Guanabara y su cima orgullosa mirando hacia el cielo más lindo del mundo? No hay una ciudad más femenina que Río; femenina por su atrayente encanto, por su gracia y sobre todo por su elegante espiritualidad. Para mí es como una divina mujer, una apimentada mulata, de esas atormentadoras criaturas vibrantes de ariscos requiebros que eluden la caricia ansiosa. Porque Río conquista pero no se entrega”.

visitante estrangeiro que almeja a compreensão positiva daquilo que contempla com o intuito de revelar uma descrição nítida de uma realidade que ele julga desconhecida para os seus leitores. Essa atitude exige que ele evite mencionar que o que ele enxerga já fora examinado com anterioridade por outros viajantes. Assim, o que ele vê é apresentado como uma realidade inédita ou, quando menos, escassamente conhecida para os seus possíveis leitores, supostamente devido à ausência ou à escassez de literatura centrada nesses alvos.

O autor de livros de viagens, para legitimar o seu produto, evita aludir, sempre que possível, à existência de um vasto repertório bibliográfico prévio. A sua visão perante o paraíso, ou perante o horror, ou a normalidade, do espaço estrangeiro e dos campos sociais estrangeiros assemelha-se, desse modo, à do descobridor deslumbrado pelas terras virgens que percorria. Esse autor, além do mais, com frequência não enxerga, caso os haja, os seus patrícios que, ou bem se encontram no exterior na mesma qualidade que ele, ou bem

¹⁰⁹ Da cidade de São Paulo, a capital “donde todo es motivo de asombro o admiración”, Daglio (1951: 65) afirma: “Dicen que esta ciudad, entregada frenéticamente al trabajo, tiene el corazón endurecido como el cemento con que, orgullosa, construye sus gigantes babilónicos. Pero no es verdad.” Essa enunciação está na abertura do capítulo Semana Santa de San Pablo, no qual resenha a fé que os paulistanos mostravam durante as celebrações da Semana Santa que passou na cidade. Ele não especifica o referente do sujeito do “Dicen”; isto é, prefere deixar no anonimato os responsáveis, anteriores a ele, pelos pareceres sobre o modo de vida em São Paulo. No entanto, estabelece um elo com os viajantes que também estiveram na cidade, observando os atos da Semana Santa, durante os mesmos dias que ele permaneceu nela: “El viajero que tuvo la suerte de ver, en esta Semana Santa que acaba de transcurrir, las diversas manifestaciones de fe del pueblo paulista, vio algo grande e inolvidable” (1951: 65). Desse modo, ele descarta, por equívocas, as impressões expostas em relação à falta de sentimentos religiosos na capital paulista que antecede às suas e estabelece, por meio da sua visão, a qual há de ser compartilhada pelos viajantes contemporâneos a ele, a inflexão na apreciação da espiritualidade do povo paulistano: “Ayer, yo vi a este pueblo inmenso llorar por la muerte de un Dios; yo lo vi gemir, sacudido de sollozos, por el dolor de una santa madre atribulada; yo lo vi rezar, arrastrándose de rodillas, con el alma en duelo y afligido el corazón. Las misas a las que asistí en las diversas y magníficas iglesias de San Pablo fueron pomposas ceremonias rituales que sólo tienen parangón con las famosas misas cantadas de Semana Santa en Roma o Sevilla” (1951: 65). Para Daglio, o povo paulistano, além de ser piedoso, celebrava a sua fé com pompa e esplendor nos ofícios da catedral de Santa Efigênia e nas procissões no Largo do Paissandu. Ele expressa a admiração e o deslumbramento que lhe causara o Mosteiro de São Bento, cuja beleza externa e cuja primorosa e luxuosa estética interna (“¡Qué orgía de decorados!” Daglio, 1951: 69) contrastam, no seu parecer, com a balbúrdia urbana da praça em que se encontra o mosteiro: “Esa situación paradójica es de un irritante y tal vez irreverente contraste. Esa plazoleta es punto terminal de innúmeras líneas de tranvías y de ómnibus. Los edificios que la rodean son en su totalidad casas de comercio, provisiones, bares, cafés, kioscos de diarios, vendedores de frutas, sin contar el enjambre de lustra-botas y “canillitas” que pululan en su centro, bajo los árboles” (Daglio, 1951: 68). Uma procissão noturna pelo Largo do Paissandu leva o autor a traçar uma comparação com, supostamente, o quadro *Doña Juana la Loca* (1877), de Francisco Pradilla y Ortiz: “Contemplada de lejos, aquella fantasmagórica procesión nocturna, moviéndose difusa entre los velos impalpables de la “garoa”, recordaba aquel alucinante cuadro que representa a “Juana la Loca” acompañando y haciendo seguir por toda la Corte a través de las llanuras hostiles de Castilla, el cuerpo ya putrefacto del rey, su bien amado. Pero aquí, la reunión inmensa de fieles impelidos por un sentimiento de puro amor cristiano, tiene un significado más hondamente humano. No es el dolor lancinante de una amante enloquecida e inconsolable por haber perdido el objeto de su pasión; no. Era un dolor colectivo, el angustioso sentimiento de todos los hombres por el divino sacrificio de Cristo” (Daglio, 1951: 67).

residem estavelmente, como imigrantes, no espaço da sua visita. Mas, caso o autor reconheça ter topado com compatriotas seus assentados como imigrantes, incorpora-os ao seu escopo de análise, frisando assepticamente, em consequência, a falta de elos idiossincráticos entre ele – o observador – e qualquer elemento do panorama que contempla. O autor de livros de viagens, no entanto, demonstra intenção de procurar a comunhão com o modo de enxergar dos seus leitores. Só espera que eles, se chegam a viajar pelo espaço que ele percorreria, corroborem as informações que ele transmitiu.

Daglio, ao se referir a São Paulo, pensa na impressão que da cidade poderão receber os estrangeiros que a ela forem. Ele expõe a sua particular impressão, fruto da sua perspicácia e da sua erudição cosmopolita, e não repara nem nos pareceres lavrados pelos viajantes estrangeiros que a ele se anteciparam nem procura as opiniões dos estrangeiros que residem nessa cidade:

Y llegamos a San Pablo. Vamos a ver; un extranjero que pasara algún tiempo en la inquieta capital bandeirante, ¿cómo la imaginaría luego en las nebulosidades de su recuerdo? ¿Rubia?... ¿Morena clara?... No; ¿platinada?... Tampoco.

San Pablo, “barbouillée” eternamente por un “fog” londrino, destaca el fabuloso panorama pétreo de sus atrevidos rascacielos sobre un fondo grisáceo. Cuando pienso en ella aparecen simultáneamente en mi memoria aquellos barrios neoyorkinos populosos e inquietos, teatro habitual de las hazañas de los “Ángeles de cara sucia”. La similitud es latente, los puntos de contacto copiosos.

Tanto en uno como en otro veremos lo grandioso y lo mísero codearse y estrujarse luchando ansiosamente por espacio vital. A la sombra de un moderno y bello edificio de 20 pisos, encontraremos una pocilga maloliente o un chino trabajando en su miserable lavandería.

Pero este contraste urbanístico, si nos choca en el ultra civilizado país norteno, aquí, en San Pablo nos asombra, pues nos da la pauta de su rápido y extraordinario desenvolvimiento. Consideramos que la era del “gratte-ciel” data aquí de pocos años (Daglio, 1951: 53).

Daglio não menciona se, antes de chegar a São Paulo, se informara sobre as características da cidade através de guias, folhetos, livros de viagens, relatórios ou enciclopédias. Também não menciona haver recebido, de algum residente ou de alguma agência, um roteiro ou dicas sobre que visitar ou aonde se dirigir¹¹⁰. Além disso, ou oculta

¹¹⁰ O percorrido do autor pela cidade de São Paulo é apresentado como um conjunto de passeios solitários. Não são mencionados os cicerones que o poderiam haver recepcionado. Contudo, Daglio (1951: 75-89) dedica um capítulo panegírico – Un ciudadano del mundo – ao jornalista paraibano Assis Chateaubriand em que apresenta a *Chatô* como um benfeitor dos paulistas tanto pelo seu trabalho nos meios de comunicação de massas quanto pelo seu labor de mecenas de escritores e artistas plásticos: “El pueblo bandeirante le debe mucho, aunque no sea su tierra natal y creo no engañarme al decir que siente por ella un cariño especial. Y ello se concibe fácilmente, pues los dos están hechos para entenderse: el hombre y el pueblo. Los dos tienen el

ou obvia os prováveis encontros com imigrantes havidos durante os seus passeios paulistanos. Refere-se, porém, aos monges belgas e alemães que encontrara visitando o Mosteiro de São Bento na capital paulista. Diz que topou monges dessa procedência não só no mosteiro paulistano, senão nos “diversos monasterios benedictinos del Brasil” (Daglio, 1951: 72). Explica que isso se devia à proibição, decretada por D. Pedro II, do funcionamento no Brasil de noviciados de ordens religiosas. Julga essa proibição como uma conseqüência das pressões às que fora submetido o imperador pelos maçons e qualifica a solução encontrada pelos beneditinos, para se evitar a desapareição da ordem, como uma corrente emigratória:

De entre esos monjes benedictinos que vinieron al Brasil para renovar la vida monástica, se destacó Don Miguel Kruse, abad de San Pablo, que fue quien mandó construir la basílica, el monasterio y el colegio actuales, fallecido en 1929.

Fue de esa forma que se estableció una corriente emigratoria, digamos así, de religiosos alemanes y belgas que vinieron a poblar los apagados conventos brasileños, costumbre que continuó a través del tiempo y que constituye el asombro del viajero al constatar, bajo el solideo o la capa pluvial, cabezas rubias, teutonas (Daglio, 1951: 73).

O autor opta, pois, por se referir, do fenômeno migratório do Brasil, a dois processos questionáveis. Assim, além da, acima mencionada, presença de religiosos belgas e alemães que, oficialmente, nunca seriam classificados como imigrantes, Daglio destaca, no capítulo Los últimos días Rio Janeiro, a afluência de milhares de emigrantes à cidade de Goiânia, a moderna cidade à que fora transferida a capital do Estado de Goiás em 1937¹¹¹. Todavia, essa consideração de Daglio não se corresponde com a verdade; nem essa

mismo dinamismo, idénticas ansias de superación, anhelos gemelos de altitud, iguales inquietudes espirituales. Es el presidente de los “Diarios Asociados”, un verdadero paulista y paulista bandeirante, lo que es mejor, por su formación intelectual, por sus atrevidos emprendimientos, por sus vigorosas conquistas y sobre todo por ese clima de inquieto nerviosismo que lo envuelve como un halo” (Daglio, 1951: 78).

¹¹¹ Daglio (1951) não esclarece se ele chegou a visitar Goiás e Goiânia. Limita-se a exaltar o futuro econômico que aguarda ao Altiplano do Brasil Central quando se consiga explorar as potencialidades agropecuárias da região. Para esses fins, ele crê que contribuirá a cidade de Goiânia, a nova capital do Estado de Goiás: “Otra ciudad infante que los brasileños trasladaron de un lugar impropio, para región más recomendada y eficaz es Goyania, capital del Estado de Goyás. Aquí también encontramos envuelta en un clima delicioso una zona abundante en pastos para desarrollar la pecuaria, tierras fertilísimas para la agricultura y subsuelo riquísimo en minerales para el desenvolvimiento de las industrias. Todo la señala como la capital tentacular del futuro, a la que llegan, atraídos por lo benigno de su clima y las amplias posibilidades de vida mejor, millares de emigrantes de todas partes del mundo. Es en ese mismo altiplano goyano, que se encuentra en el centro del territorio, que el gobierno brasileño, muy bien inspirado por cierto estudia trasladar la capital federal. Esta mudanza administrativa daría un insospechado impulso a las regiones adyacentes, que despertarían de su lejana somnolencia, que cobrarían nervio y músculo al influjo bienhechor de la cercanía gubernamental, al soplo vitaminizante de los capitales extranjeros que todo gobierno tutelar y eficiente arrastra en su huella”.

afluência fora planejada pelas autoridades, nem ela chegou a acontecer, sobretudo porque a construção de Goiânia teve lugar quando o governo brasileiro estipulava a valorização da mão-de-obra nacional e a restrição à chegada de trabalhadores estrangeiros mediante a fixação de quotas. Contudo, Daglio (1951: 107-09), a partir do seu comentário sobre o quadro de Portinari *Os retirantes*, que ele vê no MASP, refere-se aos retirantes nordestinos como o estereótipo do migrante nacional. Eles são caracterizados pelo autor, apontando a seca como a causadora do infortúnio deles.

As suas impressões revelam a emoção que sentiu percorrendo vias e visitando locais sobre os quais não tinha um parecer prévio, lacuna que, por sua vez, funciona como justifica para o autor detalhar o que vira. Só, então, logo da experiência contemplativa própria, admite o autor o cotejo com outras informações escritas, que ele obtém *in loco*, e que, ou lhe servem para corroborar e certificar as suas impressões, ou são utilizadas como fator de discordância que demanda matizações ou emendas¹¹². A ignorância, o descaso ou a ocultação de um *corpus* prévio por parte do sujeito redator de crônicas ou de reportagens, leva-o, com frequência, a querer inaugurar com o seu produto o *corpus*. Todavia, esse procedimento contém o princípio da negação do seu efeito. Salvando a hipótese de que o

¹¹² A cidade de São Paulo vista por Daglio é um espaço urbano idílico, paradigma da modernidade, no qual o que ainda não é quase perfeito está prestes a sê-lo por meio do alcance do progresso. Nela admira as lojas especializadas em objetos de luxo, as confeitarias especializadas no chocolate, as floriculturas e o bem abastecido mercado municipal. Daglio surpreende-se com o ritmo construtivo da urbe e diz gostar da arquitetura e do urbanismo que estavam sendo traçados; ele admira, sobretudo, os arranha-céus: “Nunca vi, sino en las ciudades devastadas por las guerras, una furia igual de demoliciones, de echar abajo lo antiguo o bambolean, de arrasar manzanas enteras de caseríos coloniales para hacer surgir en su lugar amplias avenidas, cinemas colosales, grupos maravillosos de construcciones modernas. A este respecto es interesante consultar las estadísticas. La División de Planos de construcciones particulares publica en su último boletín, fechado en enero de 1951 las siguientes cifras: durante el año de 1950 fueron aprobados 10.175 edificios nuevos construidos en la capital. En esa cifra no consta las casas obreras, levantadas en barrios de la zona rural” (Daglio, 1951: 53). Há cantos que o fazem evocar, “toda proporción guardada, *bien entendu*”, Londres ou Paris. Assinala, nesse sentido, a Praça da República, os jardins da avenida Paulista – os “Champs Elysées de la capital bandeirante” – e o parque da Biblioteca Municipal, dos quais traça um retrato bucólico sublinhando com entusiasmo a ausência de vagabundos: “Ese producto impío de las grandes aglomeraciones humanas, el “roto”, chileno, el “reo” rioplatense, el “clochard” parisien, no afea el panorama bucólico de los jardines públicos paulistanos. No diré que no haya mendigos, no; pero no hay que confundir mendigos con vagabundos. Sabemos, por el lenguaje sin piedad de las estadísticas, que en S. Pablo, ciudad rica y generosa, la mendicidad es una industria muy bien remunerada. Aquí los mendigos tienen cuenta corriente en los Bancos y son verdaderos artistas en el arte difícil de enternecer al pasante. Algunas mujeres famélicas, pero sólo en apariencia pues tienen la tripa bien llena, arrastran una fila de andrajosos chicuelos que quieren pasar por hijos, cuando en realidad no son más que decorados de la escena teatral que constantemente representan en la vía pública” (Daglio, 1951: 55-56). Daglio (1951: 57-61) também salienta o crescimento em São Paulo da “cultura del pueblo”, notável esta pela circulação de uma imprensa profunda e apolítica, pela ampla oferta de palestras e recitais, e de concertos de música sacra em igrejas, pela abertura dos museus e bibliotecas até as 11 da noite e pelas bem surtidas bibliotecas e bancas.

produto literário seja canonizado, tornando-se uma referência prestigiosa cuja indicação faz-se obrigatória para fins de contraste ou para alcançar o *status*, e o amparo, de obra admissível no epigonismo, a alusão a esse produto far-se-á prescindível para outros viajantes que desejem imbuir a sua prosa da admiração e da emoção causadas pela visão do inesperado.

Nesse sentido, Daglio é explícito, pois só recorre aos viajantes estrangeiros que o antecederam para refutá-los, pretendendo inaugurar com as suas próprias impressões, uma mirada distinta sobre o Brasil. Ele diz que “deseando ser fiel a la verdad, y no queriendo emitir un juicio erróneo sobre el temperamento brasileño he leído varios libros que tratan de la materia, aunque más no sea superficialmente” (Daglio, 1951: 124). O seu parecer marca, pois, segundo ele, a inflexão na apreciação do talante do povo brasileiro. De todas as formas, não nomeia todos os viajantes que critica; limita-se a indicar um, que deve ter sido considerado por ele suficientemente significativo. Trata-se de Hermann Graf Keyserling, ao que qualifica como “el ilustre sociólogo alemán”, cujo sobrenome utiliza para intitular um capítulo, Keyserling se equivocó, dedicado a contrastar, com a sua, as visões dos outros viajantes que julgaram o ânimo do povo brasileiro. Daglio não esclarece a que obra de Keyserling se refere, mas supõe-se que se trata de *Südamerikanische Meditationen*, a cuja edição em francês [*Méditations sud-américaines* (Keyserling, 1932)] ele deveu ter acesso. Daglio assevera que Keyserling, e outros estrangeiros¹¹³, erraram ao perceberem os brasileiros como pessoas tristes e apresenta-se a si mesmo como o revelador do engano:

¹¹³ Os estrangeiros – visitantes, turistas ou intelectuais –, aos que Daglio reconhece autoridade intelectual, que havendo viajado, como convidados, pelo Brasil, emitiram opiniões negativas sobre o país, são tachados por ele de ingratos e indelicados: “Inteligencias del panorama mundial, atraídos al Brasil por el registro de cheques relinchantes y obsequiados en esta tierra de la generosidad por la hospitalidad más fidalga, han proferido, de regreso a su tierra, la inelegancia espiritual de un juicio temerario y erróneo. Hubo uno, yankee del “Life”, que lapidó al Brasil con tres palabras sentenciosamente falsas: “Portentoso fracaso humano”. Hubo otra, conferencista famosa, que, obnubilado su poder receptor por abluciones internas de whisky, escribió un famoso reportaje en que afirmaba haber visto serpientes en la avenida Rio Branco. Los brasileños, que son dueños de una bondad señorial, sonríen del visitante ingrato y perdona la crítica acerba. Con su noble actitud se asemejan a la madera del sándalo que perfuma el hacha que lo hiere” (Daglio, 1951: 124). Todavia, das valorizações que o irritam e visa refutar só concretiza um dos supostos assuntos negativos nelas contidos. Trata-se da tristeza indicada como traço marcante da identidade do povo brasileiro. Daglio (1951: 124) refere-se a como esse traço era apresentado na imprensa francesa: “En reportajes de revistas francesas he leído: Le peuple bresilien est triste, il ne connaît pas la joie de la vie nocturne.”; ele considera que juízos desse tipo são errôneos, pois partem de observadores estrangeiros que entendem que a tristeza de um povo se mede pela intensidade da sua vida noturna, um barema inadequado, na opinião de Daglio, porque reflete o talante devasso do equivocado observador estrangeiro, quem anela satisfazer no Brasil, mediante diversões licenciosas, o aborrecimento que sente no seu país de origem. Sendo assim, Daglio auto-proclama-se o agente encarregado de denunciar as prosas oprobiosas contra o Brasil e de, justificadamente, comentá-las e desmenti-

Y con el ilustre sociólogo alemán se equivocaron también todos los periodistas y escritores extranjeros que visitaron el Brasil, sin retirar de sus ojos los lentes ahumados, y afirmaron que ésta es una tierra de hombres tristes. Académicos famosos, agobiados bajo el peso funerario de marchitos laureles, en pocos días de permanencia, quieren disecar el alma compleja de este pueblo maravilloso, pretenden desmenuzar su espíritu, captar la armoniosa sonoridad de sus más íntimas voces.

Pueblo triste, afirman después, en conferencias, o libros cerebrales, influenciados todos en el arcaico concepto de que el brasileño es la resultante del acrisolamiento de tres razas tristes: la portuguesa, la negra y la india autóctona.

Error profundo. Si ello es cierto en cuanto al origen resulta falso al análisis actual (Daglio, 1951: 123).

O autor baseia a sua discordância com Keyserling nas suas reflexões *in loco* sobre o povo brasileiro. Daglio não pode arremeter contra Keyserling desqualificando as apreciações dele por ele não se ter deslocado até o Brasil; por conseguinte, se limita, simplesmente, a sobrepor o seu *habitus* ao de Keyserling, negando a pertinência da opinião deste. Isto é, para Daglio, Keyserling não compreendeu o que viu no Brasil, enquanto que ele sim foi capaz de perceber e entender a realidade: “Después de ver este pueblo entregado a una alegría tan sana, después de asistir a sus desbordamientos festivos mostrando al desnudo su alma, que es una sonrisa latina, pienso de nuevo como lo dije al principio, Keyserling se equivocó” (Daglio, 1951: 134). O problema principal da crítica que Daglio dirige a Keyserling é o da hermenêutica desvirtuada que ele faz das “meditações sul-americanas” do filósofo alemão, já que Keyserling, ao observar a psicologia coletiva do

las: “Tratando de disipar su propia tristeza, digamos mejor, un aburrimiento de viajeros solitarios, en boites y cabarets, la reflejan decepcionados sobre la ciudad que no los posee en cantidad. ¡Qué fatal espejismo! Es justamente en esos lugares llamados de diversión donde no hay alegría; es en la vida nocturna, donde todo no es más que apariencia y falsedad, donde zozobra la verdadera alegría, la del hombre sano. Esos señores regresan a sus patrias amortajados en su propio hastío y en sus juicios sobre el Brasil destiñe la amargura de la ausencia. Otros, fueron influenciados ciertamente por los sesudos estudios de sociólogos más sesudos aún, Ingenieros, Keyserling, quienes gustan hacer juegos malabares con las razas y estudiar a la luz de la etnografía el origen de los pueblos. De esa alquimia sutil y peligrosa surgen a veces conceptos erróneos y de sus probetas y alambiques inseguros nacen sentencias que el tiempo destruye. Muchos conferencistas o reporteros, respaldados en autoridades de tal magnitud, siguen la huella, como los bueyes de una carreta, sin darse al trabajo de analizar con espíritu moderno estudios o ensayos ya antiguos, enmohecidos en polvorientas bibliotecas. Para dar a sus escritos un clima de sapiencia, siguen la tendencia doctoral de la mayoría de los hombres de gabinete en estudiar los hechos con profundidad, erudita o científica, despojándolos de todo aleteo. Continúan la tradición de esos mestres sombríos, cucarachas de librerías conventuales, de enfocar los problemas sociales y étnicos con togada tozudez, sin apartarse un ápice de las cementadas auto-estradas científicas, cuando en tan agradable internarse por los poéticos senderos del bosque. Todos, al unísono, gritan al mundo como un aburrido coro wagneriano que el Brasil es un país triste. Pues yo seré el primero, entonces, que proclamará a la faz de la tierra la alegría inquieta y sana, de este pueblo sin par. Yo seré el primero que quemará en la plaza pública, que es mi libro, un simbólico auto de fe, en el que arderán y volarán al viento en cenizas, doctorales papiros, cuyo contenido no es más de actualidad” (Daglio, 1951: 125-26).

povo brasileiro não absolutizara a tristeza como traço distintivo. De fato, Keyserling refere-se ao Brasil destacando, sobretudo, a delicadeza como atitude que caracterizava as relações humanas no meio público. A palavra *delicadeza* intitula, inclusive, o capítulo em que mais menções há sobre a identidade brasileira, no qual se expõe que, frente ao modo de funcionamento do aparelho do Estado da Rússia Czarista, a autoridade no Brasil era imposta com suavidade e discrição.

Daglio, ademais, desconhece ou omite que a primeira obra em que se refletiu acerca da melancolia como um traço identitário do caráter nacional brasileiro correspondia a um paulista, Paulo Prado (1928), autor de *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*, e que no produto *Brasil, país do futuro*, Stefan Zweig (1941), dentro do seu otimismo a respeito do destino do Brasil, enxergara no brasileiro um homem triste. De todas as formas, quatro anos após a publicação de *Kodak*, Claude Lévi-Strauss (1955) canonizará a percepção da tristeza do Brasil com o seu *Tristes Tropiques*. Contudo, a principal representação que Daglio encontra do caráter feliz dos brasileiros é o samba e o carnaval.

Acreditamos que, frente aos livros de impressões de viagem de autores estrangeiros de primeira metade do séc. XX, normalmente entusiastas a respeito da *cidade maravilhosa*, uma das singularidades de *Kodak* estriba na sua crítica às condições da cidade do Rio de Janeiro como sede da capital federal. Ao Rio, Daglio (1951: 81-89) dedica um capítulo – Los últimos días de Río Janeiro –. Ele opina que essa cidade, a pesar da sua beleza natural, não comportava mais os requisitos que permitiriam a modernização da alta administração do país; assim, qualifica o Rio como uma cidade “demente”, sobretudo pelo seu trânsito, mas também pelo tumulto que nela geravam as incontroláveis aglomerações humanas, pela carestia da vida gerada pelos problemas para o abastecimento de alimentos, pelas constantes inundações, e pelas dificuldades, causadas pela topografia, para a expansão urbana e para o aumento das habitações. Diz, baseando-se em estatísticas da ONU, que o Rio “es la ciudad más cara del mundo” e que, na capital federal, pela sua própria experiência, “Todo es extranjero, todo es enlatado, todo es carísimo. [...] Un almuerzo comercial en cualquier restorán de Río, cuesta idéntico precio que el consumido en un establecimiento de N. York. Los alquileres son también fabulosamente elevados”. Por conseguinte, ele acredita que era acertada a intenção governamental de construir uma nova cidade no Planalto Central para onde transferir a capital federal, pois, do centro do país,

articular-se-iam melhor as comunicações com todo o território e poder-se-ia pôr fim “a las pretensiones feudales de ciertos políticos ambiciosos, a los desmanes de caudillos enseñoreados en pequeñas capitales nordestinas, atrincherando su poder con la extrema lejanía de la capital federal” (Daglio, 1951: 87). Isto é, para o autor haveria uma causa tópica carioca para a corrupção inerente ao coronelismo. Segundo ele, este se poderia dissolver deslocando a capital aos sertões de Goiás, um projeto, no entanto, já incluído na primeira Constituição republicana. Contudo, o parecer negativo de Daglio sobre o Rio como capital da União, não era uma provocação susceptível de causar irritação em potenciais leitores brasileiros. Esse parecer fazia eco dos planos políticos do momento que acabariam se efetivando com a chegada à presidência de Juscelino Kubitschek.

Kodak, El Brasil ante mi lente (Daglio, 1951) recebeu, no ano seguinte – 1952 – à sua publicação, uma segunda edição, ampliada, com novo título: *Brasil, despertar de un mundo*. A obra, embora escrita em espanhol, foi editada em São Paulo. O editor justificou-a como se segue:

Este livro, na sua edição uruguaia, intitula-se *Kodak*. Sai agora, a presente edição brasileira, aumentada de oito reportagens, com o título *Brasil, despertar de um mundo* por julgar o Autor mais em harmonia com o espírito e a matéria da obra. Alarico de Castro Borelli, Editor (Daglio, 1952: 2).

A obra abre-se com uma recopilación de comentários críticos a ela, na sua primeira edição, favoráveis, publicados em diversos periódicos brasileiros – *A Gazeta* (Florianópolis), *Diário da Tarde* (Curitiba), *Gazeta do Povo* (Curitiba), *A Gazeta* (São Paulo), *O Cruzeiro* (Rio de Janeiro), *Diário de Notícias* (Porto Alegre) – e em um uruguaio – *Diario del Plata* (Montevideo) –. Também há pareceres de alguns agentes: Altino Arantes, da Academia Paulista de Letras; Maurice Pierrefeu, autor de uma das introduções de *Kodak*; o general uruguaio Edgardo Genta; Carlos Maria Princivalle, da Academia Nacional de Letras de Montevideu; e o jurista uruguaio Eduardo J. Couture, quem presidiu o Instituto Cultural Uruguayo-Brasileño. Nessa recopilación de críticas é reproduzida a introdução – Só a Kodak do turista sabe ver – que, para *Kodak*, escrevera Guilherme de Almeida.

O Prefacio de *Brasil, despertar de un mundo* é o mesmo de *Kodak*, de Telmo Manacorda. O livro, ao igual que *Kodak*, também é dedicado à *la Comtesse Henriette du Fayet de la Cour*. Todavia, possui dois textos iniciais próprios. O primeiro é dedicado a Getúlio Vargas (A Su Excelencia [...] Presidente del Brasil), e, o segundo, a Juscelino

Kubitschek (Al Señor [...] Gobernador del Estado de Minas Gerais). No dedicado a Getúlio (Daglio, 1951: 23-32) – Un par de amigos –, Daglio elogia as constantes e cordiais reciprocidades do Brasil com os Estados Unidos de América. Elas, segundo o critério de Daglio, foram propiciadas pelas gestões presidenciais do Presidente Vargas; manifestavam-se na lealdade do Brasil às diretrizes internacionais ianques e na ajuda econômica que recebia o Brasil dos Estados Unidos. Ao respeito, o autor diz o seguinte, destacando a impossibilidade de que esse relacionamento pudesse resultar enturvado pelas “absurdas campañas de una prensa sensacionalista” orientadas ao fomento da agitação chauvinista,

nada estremece el abrazo fraternal de este par de amigos. Es que en las altas esferas gubernamentales, tanto allá como acá, hay cerebros lúcidos y corazones fieles que, conscientes de sus responsabilidades y deberes pasan por encima de la intriga, se abren camino a través de la crítica no siempre sincera para alcanzar la meta trazada que es la unión internacional y el sagrado bienestar del pueblo. Esos hombres se llaman Truman o Vargas, Rockefeller o Lafer, son grandes constructores que, inspirados en sentimientos de alto vuelo, cimientan sus obras colosales en vista a la paz mundial y a la fraternidad universal (Daglio, 1952: 26).

O texto dedicado a Kubitschek (Daglio, 1952: 35-45) – El espíritu vivo de las ciudades muertas – é, por um lado, um resumo, da história da mineração na antiga Capitania das Minas Gerais e, por outro, uma elucubração sobre as cidades coloniais mineiras, em que estas são comparadas ora com as ruínas de Pompéia e Taormina – as “ciudades devastadas por un cataclismo o destruidas por pavorosos incendios” – ora com as cidades deslumbrantes que cria a indústria cinematográfica e que, logo de completada a filmagem, ficam desertas e esquecidas. Assim, sopesa:

Pero en las ciudades muertas de Minas Geraes – Sabará, Diamantina, Tejuco, Ouro Preto, São João del Rey, Congonhas – la emoción no es despertada por la tragedia de la destrucción y por el espectáculo entristecedor de las ruinas sino por la capa de silencio monacal que las envuelve, por la soledad oprimiente de sus calles y plazas, por el inexplicable abandono de toda humana agitación. Paseando por esos lugares impregnados de una poética tristeza uno experimenta idéntica impresión que al visitar, en Cinecittá o en Hollywood, esas ciudades ficticias que, para efectos de filmaje se levantan por un día y que una vez terminada la finalidad artística que las creó quedan abandonadas y desiertas (Daglio, 1952: 37).

Outro dos textos não incluídos em *Kodak* intitula-se *Conflicto en la tierra sin ley* (Daglio, 1952: 57-67). Trata-se de uma breve reportagem sobre as grandes mudanças acontecidas no norte do Paraná como consequência da colonização gerada pela cultura do café. O autor refere-se, em primeiro lugar, à perfeita adequação do solo do setentrão

paranaense para a plantação do café, logo menciona os violentos conflitos que ocasionava a irregular posse das terras e a corrupção por parte do executivo e do judiciário estaduais na outorga dos títulos de propriedade; encerra a sua exposição expressando a sua admiração pelo rápido crescimento e desenvolvimento na região das cidades fundadas, com improvisação, pelos colonos. Sobre elas, Daglio comenta o seguinte:

Las Viñas de la Ira mudaron de escena y es aquí en este prodigioso Alto Paraná en donde se desenvuelve un violento drama por la posesión de tierras y donde las escenas más dolorosas, engendradas en la arbitrariedad y prepotencia son comunes. Las calles nacen y crecen como hongos en un empuje tan grande, en un ritmo creador tan sorprendente que el hotel, la casa de juego, el cabaret y el prostíbulo se instalan antes que la municipalidad y la comisaría. Se imaginan lo que es una tierra sin ley donde el oro, fácilmente ganado por individuos de baja extracción social, por humildes trabajadores que anteriormente nunca habían visto un billete de mil, es gastado con inconsciente prodigalidad? Y cuantos problemas surgen de esa incontrolable riqueza! La ignorancia agudiza los más extraños caprichos (Daglio, 1952: 61).

Na visão de Daglio, os colonos eram homens que ambicionavam o enriquecimento rápido, mas eram muito temerosos, no entanto, da falta de sorte. Ele cria que, enquanto não se consolidasse a adaptação dos colonos, haveria conflitos e violências. Assim o expressa:

La arbitrariedad es flagrante y la injusticia clamorosa. El caso no es de extrañar. Es muy común y corriente en el proceso evolutivo de estas colonizaciones relámpagos. Hasta que el heterogéneo conglomerado humano formado por aluviones de todas las razas y de todos los pueblos no se estratifica y sedimenta, surgirán esos conflictos que son el tributo que el hombre paga a la civilización. [...] De todo el Brasil arrancan gigantescas procesiones de colonos, de humilde gente de la tierra, bien intencionada, que en convoyes de camiones se dirigen al Alto Paraná. En los primeros días el impacto de la realidad es tan contundente y brutal que viven como alucinados, enfiebrados. Pero luego, los problemas angustiosos e inmediatos del vivir son solucionados y acaban por ambientarse en el áspero clímax (Daglio, 1952: 60-62).

Daglio supõe que o alcance do sucesso econômico seria factível para a maioria dos colonos, embora ele tivesse comprovado que, junto aos trabalhadores honrados, chegavam os vilões e os delinquentes:

Hay de todo en ese prodigioso fermento social cuyo caldeamiento se procesa a través de todos los climas morales. Junto con el trabajador, que enseguida de la primera zafra encuentra la holganza y luego después la riqueza, llega la prostituta, el escroc, el jugador profesional y, sobre todo el ‘grillero’, es decir, el vendedor de tierras fantasmas, de concesiones que no existen más que sobre el papel (Daglio, 1952: 60).

A pesar de todos os problemas que estavam surgindo durante a colonização, o autor prognosticou um futuro promissor para o Alto Paraná. Daglio acreditava que, da fusão entre os colonos, surgiria uma nova e exemplar raça brasileira que daria conta de transformar o mundo: “Pero lo que en realidad están levantando esos humildes pioneros de la gleba roja, son los formidables cimientos de una raza pujante que surge y que hará de este Brasil generoso y unérrimo, el milagro del mundo” (Daglio, 1952: 67).

O assunto “colonos” é retomado no capítulo La nostalgia del colono (Daglio, 1952: 70-80), dedicado “Al Señor Irineu Bornhausen, Gobernador del Estado de Santa Catalina”. Nele, Daglio refere-se, especificamente, aos colonos que são imigrantes estrangeiros. Dos estrangeiros diz que, ao aportarem no Brasil, desembarcavam consigo, além da *magra bagagem* e das ilusões, “la nostalgia punzante del terruño”. Esta, no entendimento do autor, acompanhá-los-ia sempre, e só poderia ser amortecida parcialmente pela satisfação que lhes produziria uma vida feliz no Brasil, qualificado por ele como o “Eldorado” para italianos, alemães, sírios e japoneses, os estrangeiros que, na sua opinião, mais afluíam para o Brasil. Assim o expõe Daglio:

Los inmigrantes que aportan al Brasil traen, además de su magro bagaje, y su cargado barco de ilusiones, la nostalgia punzante del terruño. Es un profundo, un tenaz sentimiento que se adhiere al alma como esos perfumes capitosos, como esos alientos mórbidos de jungla amazónica, que se pegan a la piel y que ningún Sunlight elimina.

Sufren un raro proceso de trasmutación sentimental, pues si acaban amando la tierra generosa que los acoge tan fraternalmente, los supiros nostálgicos vuelan, de vez en cuando, como mariposas fugaces y se posan en los campaniles de Venecia, en las pagodas de Yokoama o sobre los abetos vestidos de blanco de la lejana Baviera (Daglio, 1952: 70).

Daglio excetua das suas considerações os imigrantes portugueses – os mais numerosos –, já que acreditava que a vinda deles para o Brasil era, “etnograficamente”, um retorno. Em relação aos modos de vida dos estrangeiros não-portugueses, opina que eles não constituíam, para o Brasil, um verdadeiro risco de enquistamento. Ampara o seu ponto de vista na cultura miscigenada que ele crê que construíram as primeiras gerações de descendentes de imigrantes estrangeiros. Segundo Daglio, nessa identidade e nessa cultura mistas residia a negação dos temores que, segundo ele, expressavam os “sociólogos”, cujos nomes não menciona. Eles advertiam da possibilidade de que se produzisse a indesejável

consolidação de guetos ou encraves de população estrangeira¹¹⁴. O uruguaio opina que, da miscigenação dos aborígenes com os alienígenas, surgiria uma nova raça forte, saudável e bela – a etnia idônea para o progresso do país –, a qual purgaria e refinaria as históricas taras raciais brasileiras. Ele colocou, como exemplos, as cidades dos dois estados mais meridionais do Brasil – Santa Catarina, um “estado que, geográficamente, tanto se asemeja a la Selva Negra”, e Rio Grande do Sul –, nas quais se atingiram os maiores índices de desenvolvimento e prosperidade nacionais.

Daglio descreve as cidades catarinenses de Joinville e Blumenau, cujos traçados urbanos “definen a la perfección la nostalgia del colono”. Coloca Blumenau como paradigma de município fundado por imigrantes alemães e contrasta-o com a cidade gaúcha de Caxias do Sul, descrita com pormenores, criada por colonos de origem italiana¹¹⁵. A

¹¹⁴ Eis o raciocínio de Daglio (1952: 70-71): “Al principio forman un incipiente núcleo de población agrícola, cohesa en su alargamiento espiritual, en su *modus-vivendi*, en su idioma, que con el tiempo y el progreso se convierte en ciudad foránea enclavada en tierra brasilica. Por su natural tendencia a no mezclarse con extraños y preferir vivir en su mundo, los sociólogos han inventado una expresión medical para designarlos; “kiste racial”. Yo no veo al tal kiste, tanto más que con el tiempo las nuevas generaciones tienden a mezclarse, a fundirse, surgiendo de ese caldeamiento de razas un tipo humano que es el brasileño del porvenir. Ese aluvión de tipos humanos fuertes y sanos es un depurativo de la sangre brasileña, que elimina un pesado sedimento de taras raciales y que está forjando, en un bronce sonoro, el hombre del futuro que unirá a las grandes cualidades del autóctono la operosidad viril del italiano, la fuerza tosuda del teuto y la ágil habilidad nipónica. En un barrio humilde de San Pablo me encontré una vez con unas encantadoras “garotas”, brasileñas, digamos cincuenta por ciento, que tenían, sin embargo, el cabello lacio y renegrido de las “mousmés” y aquellos ojos de almendra, rebosantes de picardía oriental, que cautivaban a Pierre Loti. Y atravesando Santa Catalina, en una pequeña población, salió a recibirme en el hotel un magnífico negro de mota rubia y hablando el más puro “deustche”. No nos asombremos de esa aparente incongruencia que no es más que el preludio de una raza en formación. Para apreciar en su justo valor la formidable amalgama etnográfica que se está procesando en el Brasil con el aporte de vastos contingentes foráneos no nos detengamos en juzgar casos aislados. Debemos, por el contrario, ampliar nuestra visión de conjunto y mirar hacia adelante, es decir, imaginar lo que será este pueblo cuando alcance cien millones de habitantes, corriéndole impetuosa en las venas la sangre nueva depurada y refinada en los vastos calderones de la emigración”.

¹¹⁵ Caxias do Sul é apresentada como uma importante – bela e rica – cidade gaúcha, cuja importância se deve à cultura da uva que fora introduzida por colonos vênnetos. Daglio (1952: 77-78) esclarece por que se produzem na região de Caxias vinhos do tipo toscano: “Lo curioso es que cultivando los mejores viñedos del Brasil y embotellando vinos de tipo toscano no hay aquí ningún florentino pues la inmigración es casi toda veneta”. O autor especifica que já não havia mais imigrantes de origem italiana, senão netos e bisnetos “que pronuncian el portugués nativo con el dejo heredado”. Ele qualifica os vinhos e “champagnes” produzidos na zona de excelentes e infere-se das impressões que ele (Daglio, 1952: 78-79) compõe que a maioria dos colonos alcançaram o sucesso como produtores de vinho, obtiveram um grande benefício econômico e que os seus descendentes viviam satisfeitos e plenos em uma circunstância de bem-estar: “Las casas de los colonos son lindas, bien cuidadas, con su apacible jardincito. En la puerta, sentado al sol está el abuelo, viejito ya, fumando su pipa. En el cuadro próspero del trabajo agrícola es un símbolo. Él representa la semilla de esta fecundidad, semilla que él trajo en su corazón juvenil, desde más allá del océano. La mayoría de los grandes productores, propietarios de famosas bodegas, viven en sus mansiones de Caxias y algunos tienen casa también en Porto Alegre. Los millones extraídos de la uva enriquecen al estado y al agricultor. En ninguna parte ni en la más humilde casa de colono se nota miseria. No he visto chicuelos desnudos ni mujeres andrajosas. Llevan una vida holgada, sin privaciones. Son totalmente felices en su áurea mediocridad, que era

partir dessa comparação, Daglio constata o menor grau da aculturação alcançado pelos imigrantes alemães e pelos seus descendentes. Ele diz ter observado como, em Blumenau, os alemães erigiram uma cidade que reproduzia os modos e os gostos da vida pública e privada alemã¹¹⁶, de forma que “La presencia psíquica del torreón natal no se empaña jamás en el recuerdo” (Daglio, 1952: 79). Esses colonos reproduziam materialmente o seu *modus vivendi*, tentando triunfar no Brasil sem alterar o que, na visão de Daglio, era o comportamento estereotipado alemão. Frente aos alemães, os italianos assimilavam-se com

el ideal horaciano. Muy buenos católicos también, apegados a su religión como lo son los campesinos venecianos”.

¹¹⁶ Em primeiro lugar, Daglio (1962: 74) refere-se, sobretudo, aos tipos humanos e à língua dos colonos: “Las trenzas rubias de las “Gretchen”, que ellas usan sueltas como Margarita, los campesinos fornidos, de cuero blanco reacio al tostamiento solar, conduciendo las largas telegas con toldo avanzado, arrastradas por la yunta de friones ensillados al modo teuto; el hablar que se oye en la calle, en las plazas, en los cafés y que fue más usado por Goethe que por Camoens; y en fin la edificación, el estilo arquitectónico de las casas, de los palacios, de los templos. Eso sí que es típicamente alemán. Em segundo lugar, ele (Daglio, 1952: 74) oferece as suas impressões acerca do predio da prefeitura e da praça em que este se encontra: “La Municipalidad, amplia y sombría construcción de piedra gris y techo de pizarra es igualita a cualquier “rathaus” prusiano. Su austera belleza se destaca aislada en medio de una plaza que, naturalmente, baña sus pies en el río. Hay allí un árbol enorme, tal vez secular, a cuya sombra el cariño maternal del municipio colocó un banco que lo circunda. Les garanto que sentarse allí al atardecer o en noches de argentado plenilunio es sentir bajar al alma una cósmica serenidad. Porque creo que el hombre solo encuentra la felicidad cuando se identifica con el Creador en las divinas manifestaciones de su obra”. Logo, aponta (Daglio, 1962: 75-76) a estrutura, a mobília e a decoração das casas dos colonos alemães e dá a sua opinião sobre a atmosfera que se sente no interior dos lares desses imigrantes, a qual, nesse seu parecer, transmite a sensação de que neles se desenvolvem vivências muito felizes estreitamente vinculadas aos valores alemães: “Todas las casas edificadas sobre la vereda derecha dan al río. Algunas con un diminuto muellecito en donde hay generalmente una lancha durmiendo al sol, otras ostentando la gracia pulida de floridos jardines. Esas casas alemanas de techo puntiagudo y que en su vértice final se abren en dos alas de pronunciado declive, para permitir el deslizamiento de una nieve que solo existe en la nostalgia del colono, están todas revestidas de un humilde encanto doméstico. Sus ventanas de pequeños vidrios lucen cortinitas de rameadas cretonas y la mirada tan curiosa como indiscreta del viajero puede apereibir en el interior muebles lustrosos, poltronas acogedoras y la infaltable chimenea donde, en los crudos inviernos de la montaña crepita la leña en llamada feliz. Al entrar en uno de esos ambientes domésticos es casi siempre una mujer de edad la que atiende al visitante, doblando las puntas de un amplio e immaculado delantal. La higiene es meticulosa, la paz serena. El cou-cou del comedor, con su cantar mecánico pone en la gracia hogareña una nota de suave poesía. Es el dios lar de la casa y muy amado de todos porque en todos los corazones recuerda la lejana Alemania. La cocina es de opereta vienense, clara y limpia, con su gran ventanal adornado con macetas de geranios y malvones. A través de sus brillantes cristales se ven la montaña y el río. Uno siente que allí viven seres felices, hombres y mujeres entregados con amor a las diarias tareas, compenetrados de sus deberes y conscientes de su destino humano. Hombres y mujeres que durante la semana trabajan afanosamente pero el domingo, revestido el traje paquete, van al templo a leer la Biblia y entonar cánticos rituales”. Finalmente, menciona a feliz vida social que se cria nas reuniões nas cervejarias (“para saborear la deliciosa brahma-chop”) e nas confeitarias, que “por su comfortable instalación podrían figurar en el centro de cualquier ciudad” para “comer la clásica torta de manzana y en general todos los famosos “kuchen” de los que los alemanes son golosos”, das quais se desfruta com a vista da bela paisagem que rodéia a cidade. No final da sua exposição, menciona que tudo lhe faz lembrar Suíça ou Alemanha, inclusive o ar e os aromas: “Por momentos el parecido con Suiza es tan grande que uno espera ver pasar el vaporcito que va de Basilea a Colonia. Hasta el aire es alemán que nos trae a los oídos el eco lejano de un acordeón en el que una mano ruda de labriego intenta arrancar un “lied” de Schubert. Los diversos olores que impregnan el ambiente son también clásicamente alemanes como se los respira en cualquier taberna alemana de Munich; olor agrio de cerveza, dulzón de manzanas, perfumado, de tabaco rubio” (Daglio, 1952: 76).

facilidade e rapidez ao comportamento habitual brasileiro e não evitavam a mestiçagem com os nativos¹¹⁷. O autor louva a miscigenação ítalo-brasileira e tem fé em que as uniões entre adventícios fugidos da desgraça e brasílicos conduzissem ao firmamento de um povo trabalhador que explorasse a riqueza do país e permitisse o avanço econômico:

También las “liaisons” amorosas con muchachas nacidas en el país son más comunes y frecuentes que en las colonias alemanas. Y se casan con ellas formando hogares felices. Los hijos de esas uniones internacionales son el exponente promisor de un cruzamiento racial que tiende a perfeccionar el padrón humano. En estos días están llegando al Brasil compactas levas de inmigrantes arrancados a la miseria del valle del Po, producida por la dramática creciente del río. Y hay que ver con que esplendorosa alegría estas pobres víctimas de la calamidad, pisan la generosa tierra, que es para ellos, seguro refugio, bienestar placentero y, sobre todo, paz en el trabajo fecundo y cristalización de esperanzas augurales (Daglio, 1952: 80).

Um outro capítulo de *Brasil, despertar de un mundo* que não fizera parte de *Kodak* intitula-se Corazones con alas (Daglio, 1952: 81-90). Está dedicado a Cândido Fontoura¹¹⁸. Trata-se de um encômio da trajetória profissional do farmacêutico e de uma exaltação das obras filantrópicas por ele realizadas. Nesse panegírico, Fontoura, devido à sua bondade e ao seu amor à humanidade, é, para Daglio, um “corazón con alas” e, devido aos empreendimentos que ele completou, era um cidadão que estabelecera pautas de comportamento úteis no futuro. Também não figurava em *Kodak* o capítulo El Butantán declara la guerra (Daglio, 1952: 91-99), dedicado ao Prof. Francisco Antonio Cardoso¹¹⁹. Nesse capítulo, Daglio insere uma elogiosa reportagem sobre o Instituto Butantan, na qual

¹¹⁷ Frente aos italianos, os alemães caracterizavam-se, na visão de Daglio, por se rodearem de objetos simbólicos trazidos da Alemanha ou elaborados no Brasil com vistas a representarem a identidade alemã e a exibirem a sua vinculação a ela. Esses objetos mostram-se nos espaços urbanos públicos e nos interiores domésticos. Diz Daglio (1952:79): “Los alemanes trasladan, con su justificado anhelo de prosperar en la tierra nueva, su modus-vivendi, su estilo arquitectónico, sus porcelanas policromas. En los interiores familiares siempre hay un objeto de uso doméstico, umbilical, traído por el inmigrante en sus alforjas. Es algo sagrado que ya adquirió revestimiento de culto: un pesado jarro de cerveza con tapa de estaño, una enorme pipa de cerámica lustrosa, adornada con un ingenuo paisaje natal, un cuadrado religioso en el que manos fervorosas bordaron un salmo de la Biblia, en caracteres góticos”.

¹¹⁸ Cândido Fontoura Silveira (Bragança Paulista, 1885-1974) foi um empresário farmacêutico – “Instituto Medicamento Fontoura”, “Indústrias Farmacêuticas Fontoura-Wyeth” – que começou a acumular a sua fortuna comercializando um estimulador do apetite e reconstituente – o Biotônico Fontoura –. Era um xarope com alta dose de ferro e fósforo, supostamente formulado *ad hoc* para fortalecer a saúde da sua esposa, o qual, em 2001, foi proibido pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) por conter álcool etílico – 9,5 na sua fórmula original –. Os laboratórios de Fontoura editavam o *Almanaque do Jeca Tatu*, de Monteiro Lobato.

¹¹⁹ Entre 1951 e 1952, o Prof. Francisco Antonio Cardoso foi Secretário de Saúde Pública e da Assistência Social do Estado de São Paulo.

indica detalhadamente como se produziam vacinas a partir de soros ofídicos e frisa a ação decisiva do Instituto em favor da saúde pública do Brasil.

A outra novidade de *Brasil, despertar de un mundo* é o capítulo Las hermanas Seridó bailan “chez” Jacques Fath. (Daglio, 1952: 101-111), dedicado “a la Princesse Bibesco, grande amie du Brésil”. Contém uma crônica de uma grande festa brasileira, com ambientação e música brasileira e danças regionais brasileiras – 2.000 convidados, “artistas de renombre, figuras mundiales de las letras y de las artes, bellezas y elegantes de proyección estelar” (Daglio, 1952: 104) –, promovida pelo jornalista e senador Assis Chateaubriand no castelo que o estilista Jacques Fath tinha em Coberville. A justificativa dessa festa fora a apresentação de vestidos femininos confeccionados com tecidos de algodão *seridó*.

A festa funcionou como uma passarela em que as modelos eram as senhoras convidadas: “Setenta hermosas mujeres, escogidas entre la flor y nata de la sociedad elegante de Río y S. Paulo llevaron a París la gracia brasileña. Todas ataviadas con los preciosos trajes regionales, sobre todo bahianos, confeccionados con tejidos de algodón seridó” (Daglio, 1952: 105-06). Entre os participantes mencionados por Daglio estavam o embaixador de Espanha no Brasil, conde de Casas Rojas, a, então, primeira dama do Brasil, Darcy Vargas e sua filha Alzira. Eis a descrição que faz Daglio do encerramento do evento:

A las cuatro de la mañana se apagaron las luces. Ya era el alba. Empezaron las despedidas y el impresionante desfile de cadillacs y de rolls-royce por las carreteras de l’Isle-de-France.

El balance final de la fiesta es auspicioso: quedó asentado en el corazón de París la amistad brasileña, habiéndose estrechado más aún los lazos cordiales que siempre unieron estos dos grandes pueblos y la moda internacional hizo conocimiento con la prodigiosa industria textil brasileña representada en Coberville por las encantadoras “garotas” Bangú, Teap, Corcovado y Río-Tinto (Daglio, 1952: 110-11).

As crônicas acrescentadas em *Brasil, despertar de un mundo* fazem supor que a boa recepção brasileira obtida por Kodak, *El Brasil ante mi lente* fizeram com que Daglio decidisse centrar as suas novas laudatórias apreciações em indivíduos e instituições de sucesso e prestígio do Brasil, no âmbito da política, da ciência e do comércio, o qual manifesta o entrosamento que o autor conseguira com a elite da sociedade brasileira. Daglio, como observador estrangeiro do Brasil, não teve interesse em mostrar aspectos do exotismo primitivo nem do subdesenvolvimento do país. As suas duas únicas críticas e

denúncias – a inconveniência do Rio como capital e a problemática da questão agrária – referiram-se a lugares-comuns dos debates sobre as máculas que o Brasil devia apagar.

A pátria como destino turístico do imigrante

Um posicionamento diferente é adotado pelos viajantes que escolhem como destino turístico o país do qual emigraram os seus ascendentes. Localizamos duas obras cujos autores eram filhos de pai galego. Estas são *Chão galego*, de Renard Perez (1972)¹²⁰, e *Espanha gloriosa*, de Francisco Maria de Uberaba (1978). Ambos os produtos contém, junto ao relato da tomada de conhecimento das paisagens estrangeiras, o registro do encontro com a pátria dos antepassados. Ao programarem as suas estadias na Espanha, Renard Perez e Francisco Maria de Uberaba não circunscreveram os seus passeios à terra de seus pais. O pai de Perez era “Porquerós” – a vila de Porqueirós, no município de Muinhos –, em Ourense, e, o de Francisco Maria, da vila de Pentes (São Lourenço de Pentes – A Gudinha –), também em Ourense. Eles decidiram aproveitar o seu deslocamento à península para percorrer boa parte da Espanha e assim conhecer as grandes cidades e os tópicos do folclore – o *flamenco*, as touradas –. Francisco Maria de Uberaba recolheu no seu discurso toda a experiência de viagem, mas Renard Perez centrou a sua narração nos seus passeios pela Galiza. Embora a obra fosse publicada em 1972, a viagem foi realizada em fevereiro e março de 1969. Nas semanas que o produtor potiguar/ cearense, mas residente no Rio, passou na Galiza, ele padeceu estranhamento. De fato, ele declara que demorara muitos anos para se decidir a conhecer a terra de seu pai – tinha 39 anos quando viajou com a sua esposa –, pelo pressentimento de que a experiência seria psicologicamente impactante¹²¹. Assim, Renard Perez não se sentiu à vontade na maior parte dos momentos

¹²⁰ *Chão galego* recebeu, em 2007, uma segunda edição, bilingüe “galego/ português”, no Rio de Janeiro, pela H.P.C. Editora, com o patrocínio da Xunta de Galicia, 2007.

¹²¹ Apreciamos um paralelismo temático entre o livro de Renard Perez e a crônica Casa de Espanha, datada em 09.10.2004, inserida no livro *Bom dia, Espanha!*, de Marcelino Rodriguez (2005), um carioca filho de viguês emigrado – Bendito Cea Rodriguez –. Do mesmo modo que Perez, Marcelino Rodriguez demorou trinta anos para se decidir a pisar a terra de seu pai. Mas, no caso de Rodriguez, esse reencontro com a pátria paterna aconteceu de forma simbólica. Ele decidiu ir conhecer a Casa de Espanha, o clube espanhol da cidade do Rio de Janeiro, com maioria de sócios galegos, e, lá, segundo ele relata, se reconciliou com a sua ascendência e sentiu-se envolvido pela Espanha. Eis essa declaração: “Talvez fosse para eu ter chegado há três décadas atrás. Procuro os nomes dos fundadores e beneméritos na absoluta certeza que haveria um Rodriguez entre eles. Estão, os Rodriguez, espalhados em toda parte da Espanha, na América e no mundo. No clube vazio vou explorando os espaços. Somente a biblioteca encontrava-se fechada. Vi os brasões das províncias. Procurava com os olhos o símbolo dos galegos. Senti, ao mesmo tempo que uma grande solidão,

que passou nos municípios galegos que decidira visitar demoradamente – Vigo, Pontevedra e Ourense – e, do vilarejo de seu pai, sobretudo destacou a rusticidade – o atraso – das condições de vida. Ele encerra a sua narração como se segue, pois o discurso é interrompido com uma crônica ambientada em Madri, aonde ele vai logo de estar na Galiza:

A viagem não terminará em Saragoça, um bom itinerário espera-nos ainda na Espanha. De Saragoça seguiremos para Barcelona (onde avistarei o poeta João Cabral), daí para Valencia, que veremos exatamente na semana das *fallas*. E depois, sempre ao sul, no destino da Andaluzia: Granada, Málaga, Sevilha. (E a lembrança das palavras daquele porteiro de hotel, em Vigo, a minha deslumbrada antecipação de uma visão de feira, de festa, de *gitanos por las calles a cantar*). Com tal itinerário, acredito, um acréscimo de meu entendimento da Espanha.

Mas a *minha viagem*, a minha famosa viagem de infância – é aqui que ela termina. Com minha despedida de Jayme, com esta despedida de Madri. Vigo, Orense, o *pueblo*, Madri – este o roteiro que, há trinta e tantos anos, no sobrado de Fortaleza – aquelas tardes quietas – fazia meu dedo a correr pelo grande mapa da escrivadinha paterna. E verifico que a viagem está realizada, e creio que positivamente, e exatamente no tempo devido: quando eu já estava preparado para ela.

Pelo que me trouxe, entretanto, esta viagem – uma outra viagem começa (Perez, 1972: 120-21).

Acreditamos que o produto de Francisco Maria de Uberaba – frade capuchinho – é o único livro de viagens pela Espanha publicado no interior de Minas Gerais. Foi editado no município de Pouso Alegre e foi dedicado pelo autor a seu pai: “José Pousa Garcia (1977-1971), nascido no povoado de Pentes, província de Orense, na Galícia, Espanha, e falecido em Uberaba, Minas Gerais, Brasil. Com ele, desde cedo, aprendi a admirar e a amar a Espanha” (Uberaba, 1978: 6). Além das crônicas sobre a turnê pela Espanha – Andaluzia, Castela, Madri, Galiza, País Basco, Navarra, Catalunha e Valencia –, o livro contém capítulos monográficos sobre temas que o autor considerou representativos da identidade espanhola: “a língua espanhola”, “a tourada”, “os castelos”, “o leque”, “a *jota*” e “a

uma paz. É como se eu tivesse, depois de longo tempo, retornado. Espanha nas minhas veias, nas entranhas da alma. Certa vez Dolores, minha queridíssima professora de espanhol, galega de Vigo como meu pai, disse-me que depois de cinquenta anos de Brasil, pensava ter esquecido sua origem. Que nada! Chorou copiosamente na festa da hispanidad. Ela própria surpreendera-se com o sentimento. A hispanidad é uma marca forte no caráter. A Espanha tem uma mística própria e irrevogável. Milhões de filhos, netos e bisnetos a carregá-la sob as mais variadas bandeiras do novo mundo. E basta que nós, hispânicos, vejamos a bandeira vermelha e amarela, ouçamos um ritmo musical ou o som divino e ‘caliente’ do idioma e já estamos de frente a nosso próprio rosto inteiros, como num espelho. Não contarei mais sobre outros signos misteriosos sentidos na Casa de Espanha. Nada tem a ver com o mundo, nem com a publicidade, o aconchego espiritual de estar entre familiares, mesmo num espaço de poesia pouco compreendido pelos homens. Há certas coisas sobre as quais me calo. ‘Felizes os puros de coração, porque verão a Deus’. Há sempre comunhão entre os que sentem” (Rodriguez, 2005: 12-13).

literatura galega”. O autor ressalta os contrastes entre as regiões da Espanha e, em decorrência disso, o que, na sua apreciação, é a extraordinária diversidade da sociedade espanhola. Ele faz o seguinte breve apontamento sobre a localidade de Pentes:

Cidades graves, severas no seu porte, mas doces no seu acolhimento, quentes no seu carinho, como Mondonhedo, Lugo e Orense. Nesta última nasceu meu pai, precisamente no “pueblo” Pentes, ao lado de La Gudiña. Já perto de Portugal.

E ali, na aldeia de Pentes, conheci minha velha tia, Teresa, aos 94 anos, falando um espanhol misturado com português e chorando a perda de todos os parentes, cujos corpos estavam depositados no cemitério unido à velha igreja de pedra. Vi a pia batismal de pedra onde meu pai foi batizado.

Frio, vento, chuva numa grande geografia de pedra, montanhas audazes e lavouras de centeio – eis o que é Pentes. Apesar disto, o povo ali vive e já se nota a ponta do progresso, nas residências, estradas, no trabalho mais sofisticado. Algumas casas têm televisão.

Os campos rebrilham e movem-se ao vento, são fileiras de trigo e de centeio, de onde crescem aqui e ali árvores de noqueira com mais galhos do que folhas. O pouco gado é levado cuidadosamente às pastagens e depois guardado nas cocheiras no porão das casas. No teto, pertinho das telhas, guardam-se linguiças, toucinhos e outros preparados de carne e queijo. As paredes das casas mais antigas são todas de pedra.

Desse labirinto de ruelas e ínvios caminhos, desse buraco escondido no frio que se chama Pentes, saiu meu pai, jovem ainda para a aventura na América. Muito pobre mas com muita coragem e fé em Deus deixou sua parentela e foi fundador de família no Brasil, em Uberaba. Outros parentes depois o seguiram (Uberaba, 1978: 130-31).

No capítulo Literatura galega, Uberaba redigiu uns breves comentários sobre a história do “dialeto”/ língua da Galiza e referiu-se aos três poetas do Ressurgimento. Ele (Uberaba, 1978: 137) encerra essa capítulo expressando que verificara a influência da língua portuguesa no galego. Em Minas Gerais publicou-se um outro livro de viagens de autoria espanhola. Trata-se de *Pelos caminhos da Espanha*, escrito por Valentín Bahillo Cuadrado (1995). Desta vez, o autor não é um imigrante ou um filho de imigrantes, senão um não-imigrante residente na capital mineira, natural de Palencia, ex-padre agostiniano, professor de história e de turismo na universidade belo-horizontina¹²². Bahillo propõe

¹²² Na Pontifícia Universidade Católica de Belo Horizonte (PUC-Minas), onde lecionou Valentín Bahillo, também lecionou Cástor Cartelle, galego, quem chegou ao Brasil em 1959. Ele foi professor de paleontologia na UFMG e, na PUC, assessorou o Museu de Ciências Naturais. Além de produção científica, é autor de uma novela; nela não há alusões à Espanha. Intitula-se *Os meninos da planície* – Histórias de um Brasil antigo (Cartelle, 2001). Trata-se de uma obra destinada a crianças em que se entrecruzam dois discursos distantes no tempo, mas que compartilham um mesmo espaço: a vida de dois rapazes de uma aldeia de há 10.000 anos e a investigação de um arqueólogo, que descobriu os esqueletos fossilizados desses meninos e tenta reconstruir a existência deles. No início de *Os meninos da planície* consta a biografia do autor, na qual se assinala,

itinerários pela Espanha, fazendo recomendações e destacando o que deve ser visitado. O livro não é, portanto, a consequência de um reencontro com a Espanha, pois o autor até ela viajava com certa frequência; é um compêndio de experiências e observações com uma tripla finalidade: lembrar o visitado aos brasileiros que passaram pela Espanha, mostrar a Espanha aos que ainda não a conheciam, e permitir, aos espanhóis residentes no Brasil, matar saudades mediante a leitura de uma obra sobre o seu país¹²³.

III. 2. O ressentimento da alteridade, segundo Julia Kristeva

A obra *Estrangeiros para nós mesmos*, de Julia Kristeva (1994)¹²⁴, apresenta valorizações, com viés psicanalítico, sobre a alteridade e sobre a diferença. Essas valorizações surgem do exame de obras literárias cujo argumento tratava das vivências de estrangeiros e de miscelâneos documentos relativos às estranhezas inerentes à condição do estrangeiro no Ocidente. A autora contrasta as suas ponderações com os debates que abordaram, durante a segunda metade do séc. XX, a inserção de estrangeiros na nacionalidade de um país receptor. Ela pergunta-se o seguinte:

Deve a nacionalidade ser adquirida automaticamente ou, pelo contrário, dever-se-ia escolhê-la por um ato responsável e deliberado? O *jus solis* basta para apagar os *jus sanguinis* (quando se trata de filhos de imigrados [...]), ou além disso, é preciso uma manifestação de desejo por parte dos interessados? Os estrangeiros podem obter direitos políticos? Depois do direito de aceder às organizações sindicais e profissionais, o próprio direito de voto deve lhes caber no seio das coletividades locais e, finalmente, no plano nacional? (1994: 203).

sobretudo, a formação e a trajetória acadêmica de Cartelle. Sobre a sua origem menciona-se o seguinte: “Cástor Cartelle nasceu na Galícia (Espanha) e há quarenta e dois anos, quando veio para o Brasil, tornou-se cidadão brasileiro” (Cartelle, 2001: 4). Nessa página há uma nota do editor em que se esclarece o sentido dado ao vocábulo “meninos” no título da obra: “O título deste livro refere-se a crianças de ambos os sexos: ‘meninos’, no linguajar mineiro – que é o do autor – tem essa conotação”.

¹²³ Bahillo dedica um capítulo à Galiza. Intitula-se Galiça: terra, mar e nostalgia (Bahillo, 1995: 135-44). Nele descreve-se o país, propõem-se itinerários, recomendam-se visitas e são feitas sugestões gastronômicas. Embora o autor seja castelhano, encerra o capítulo com elogios distintivos dirigidos à Galiza: “Após realizar esta visita às terras galegas você poderá me falar se a visita valeu a pena. Quando da minha viagem, eu fiquei entusiasmado prometendo-me a mim mesmo que voltaria. Somente outro lugar da Espanha entusiasmou-me tanto. Foi minha permanência em Palma de Maiorca, outro recanto paradisíaco na época em que passei por ela. E espero cumprir a promessa. Voltarei pelas terras galegas para respirar tanta beleza e tanta arte...” (Bahillo, 1995: 144). No entanto, há de ser também considerado que a publicação da obra fora possível pelo apoio de um grupo empresarial galego cuja sede estava em Belo Horizonte. Assim o declara o autor: “Agradecimento, Por intermédio do GRUPO ELMO, à família Ignacio Ballesteros, honra do emigrante espanhol, que, com o seu apoio, fez possível a publicação desta obra, contribuindo, mais uma vez, com as produções culturais” (Bahillo, 1995: 5).

¹²⁴ O título original é *Étrangers à nous mêmes*. A Foi publicado em Paris em 1988.

Segundo Kristeva, a resposta a esses questionamentos depende de como se interprete a noção de *estrangeiro*. Tal noção, além de ter que ser entendida desde a ordem jurídica e política, tem que ser entendida desde uma perspectiva psicológica em que se aprecie que a estranheza de um indivíduo faz também parte do âmbito privado e deve ser, portanto, submetida ao foro íntimo. Kristeva situa o miolo das suas reflexões na defesa do direito do estrangeiro a manter a sua singularidade, sem, para isso, estar obrigado a sofrer a marginalização ou a se ter que defender das tentativas da absorção e integração no país receptor.

Kristeva acredita que a xenofobia – a não aceitação do estrangeiro – provém, por um lado, das crises das concepções universalistas religiosas e morais e, por outro, da subversão individualista e intransigente do homem moderno, a qual provoca ressentimento ao se quebrar a união no sistema social. Nesse sentido, ela sublinha que essa subversão fora paralela ao nacionalismo que acompanhou, desde o séc. XVIII, o romantismo das revoluções burguesas, já que esse nacionalismo, na sua vontade integradora, segregou, por sua vez, as estranhezas idiossincráticas do estrangeiro.

Ela também aponta que, nos casos em que predomina o liberalismo e se celebra a hospitalidade para com o *outro*, o estrangeiro perceberá que a recepção entusiasta é frágil e que a acolhida é provisória, pois ele, como outro, acabará tendo que se restringir ao espaço reservado e às funções destinadas, da legalidade e da administração, para os errantes. Do liberalismo, surge a cumplicidade entre os naturais e os outros, mas trata-se de uma cumplicidade submetida ao controle recíproco e à suspeição, a fim de se evitar que o contingente de estrangeiros acabe se assenhoreando, como intruso ou invasor, de um espaço que não está legitimado a possuir. Quando a presença desse outro no tecido social – de um outro concorrente, embora débil, ou mesmo um dejetivo – é sopesada desde posições isentas de xenofobia, e com resignação devido à sua inevitabilidade dessa presença, alguns observadores julgam que a aceitação dela deve ser guiada pela tolerância, porém, na opinião de Kristeva, isso acontece com pouca humildade e nenhuma generosidade. A aceitação impõe-se, mas esta consiste em uma acolhida ajustada pela desconfiança, e organizada, de todas as formas, com base no orgulho nacional. Dessa dúbia aceitação, com lindes fixados sobre o desprezo e o temor, pode surgir, a qualquer momento, a fúria contra o estrangeiro, porque os liberais têm em mira a solidificação da nação.

Ao igual que Abdelmalek Sayad, Julia Kristeva examina o objeto imigrante contemplando as representações sobre ele criadas, incluindo as imbuídas de religião e moral; todavia, Kristeva procura a estruturação das representações acerca de um estrangeiro genérico e diacrônico com vistas a poder inferir, nas sociedades de acolhida, as atitudes predominantes derivadas do encontro com a alteridade. Eis a primeira definição que Kristeva faz do estrangeiro:

Estrangeiro: raiva estrangulada no fundo da minha garganta, anjo negro turvando a transparência, traço opaco, insondável. Símbolo do ódio e do outro, o estrangeiro não é nem a vítima romântica de nossa preguiça habitual, nem o intruso responsável por todos os males da cidade. Nem a revelação a caminho, nem o adversário imediato a ser eliminado para pacificar o grupo. Estranhamente, o estrangeiro habita em nós: ele é a face oculta da nossa identidade, o espaço que arruína a nossa morada, o tempo em que se afundam o entendimento e a simpatia. Por reconhecê-lo em nós, poupamo-nos de ter que detestá-lo em si mesmo. Sintoma que torna o “nós” precisamente problemático, talvez impossível, o estrangeiro começa quando surge a consciência de minha diferença e termina quando nos reconhecemos todos estrangeiros, rebeldes aos vínculos e às comunidades (Kristeva, 1994: 9).

Kristeva, assim como Sayad, também define o estrangeiro [o imigrante e o não-imigrante] como um problema econômico, social e político que tem que ser resolvido pela via administrativa¹²⁵. Trata-se de um problema prático, quase trivial na sua essência, que gera alguém – um outro homem, o, *a priori*, não-cidadão – que, do *jus solis* e do *jus sanguinis*, não faz parte do grupo. O grupo terá que decidir, portanto, se o beneficia com a concessão de poder político e com direitos legais, ou se o exclui.

Como tal problema, o estrangeiro é, em primeiro lugar, um problema jurídico, pois ele é um sujeito que não tem a cidadania do país que habita. Ao estrangeiro, no entanto, do poder público da sociedade receptora, deixam-se abertas vias para que se incorpore e se integre juridicamente nessa sociedade. Ele, se demonstrar, comportando-se como um trabalhador, que merece alcançar a igualdade de oportunidades que o Estado Nação tenta garantir aos cidadãos nacionais, poderá, sem ser uniformizado nos campos sociais nacionais, ser tolerado como um cidadão extraordinário sob um estatuto especial e poderá

¹²⁵ Julia Kristeva (1994: 108), citando Danièle Lochak (1985), além de identificar o estrangeiro com “um problema”, reconhece no estrangeiro “um sintoma”: “psicologicamente, ele [o estrangeiro] significa a nossa dificuldade de viver como *outro* e com os outros; politicamente, assinala os limites dos Estados-nações e da consciência política nacional que os caracteriza e que todos nós interiorizamos profundamente, ao ponto de considerar como normal que existam estrangeiros, isto é, pessoas que não têm os mesmos direitos que nós”.

obter o amparo legal para continuar sendo um estrangeiro trabalhador. A presença do estrangeiro não é banal nem negligenciável e, embora se ensaiem estratégias para confundir-lo, identificá-lo e assimilá-lo no tecido social e na civilização do país receptor, o custo e os riscos dessas estratégias homogeneizadoras resulta muito alto. O fracasso delas sempre supõe condenar o estrangeiro à assunção de estigmas e ao isolamento, constatando-se que, eticamente, pode haver sujeitos que não gozem dos direitos universais da cidadania nacional.

Nas democracias modernas, enquanto um sujeito mantenha o seu estatuto de estrangeiro, será distinguido do cidadão nacional pela proibição, salvo exceções em algumas poucas legislações, a que exerça uma função pública, pelas restrições à propriedade imobiliária e pelas especificidades no direito de sucessão. Na atualidade, nos casos de reciprocidade nas relações bilaterais entre nações, equipara-se o estrangeiro ao nacional quanto aos direitos civis, mas restam diferenças quanto aos direitos políticos, notadamente a respeito do direito a decidir politicamente – o direito ao voto –, em relação ao qual o estrangeiro é um objeto passivo. As tomadas de decisão políticas ou jurídicas afetam ao estrangeiro, mas dispensam a sua participação por ele não estar integrado na consciência nacional, com o qual se predispõe o estrangeiro para ele se recusar, do seu foro íntimo, a aceitá-las e para ele conservar a sua obediência às autoridades do país de origem, guardando os valores culturais, simbólicos e legais de lá. Trata-se de uma submissão alternativa relativamente fácil, na medida em que essas autoridades não estão no país de destino e não podem verificar a obediência. Contudo, no país de emigração considera-se, com frequência, que a saída do país, para residir em outro, aliena, jurídica e politicamente, o sujeito envolvido nesse processo e que, portanto, sobre esse sujeito pode ser aplicado, pelo poder administrativo, o *direito à depreciação*. No país de origem, o emigrante perde o direito ao voto, pois se lhe denega o *direito subjetivo* que só recuperará se voltar a permanecer estavelmente no país e logo de informar às autoridades competentes do seu regresso.

A passagem de uma fronteira rumo ao exterior, abandonando a família, o idioma, a pátria, está imbuída, na qualificação de Kristeva (1994: 37), de desafio à moral e, inclusive, de “frenesi sexual”, já que permite o acesso a um espaço de desembaraço onde tudo pode ser possível, ainda que a libertinagem possa acabar sendo substituída por um recolhimento

medroso ou o estrangeiro possa acabar perturbado por feridas narcísicas psicossomáticas que freiam a pulsão erótica sem limites. A relação do estrangeiro com o desenfreamento tem dois vieses. Por um lado, o desenfreamento surge como superação das proibições, dos tabus e das inibições que existam no seu lugar de origem. A superação das fronteiras derivaria, nesse sentido, na recusação de qualquer limite moral. Por outro lado, o desenfreamento favorece a exploração do próprio corpo e de representações sobre o exotismo do *outro* – de um mesmo – na prostituição. O desenfreamento é um meio de vida para que estrangeiros, com menos pressões do seu recalque, e desvencilhados da vigilância da conduta que exercia o seu meio natural no país de emigração, ganhem a vida com uma sem-vergonhice que o pudor não lhes permitiria mostrar na sua pátria. A respeito da liberação sexual dos estrangeiros na França, Julia Kristeva pondera o seguinte:

O cosmopolita do século XVIII era um libertino – e ainda hoje, o estrangeiro, embora sem a ostentação, o desembaraço ou o luxo do Iluminismo, permanece esse insolente que, secreta ou explicitamente, de início, desafia a moral do seu país e, em seguida, provoca excessos escandalosos no país que o acolhe. Veja a explosão erótica das mulheres espanholas ou muçulmanas, uma vez instaladas na França. O “modelo francês” talvez contribua um pouco para isso, mas com que facilidade a fachada do cristianismo e mesmo a tirania do islamismo são desbaratadas por essas novas perversas, prontas para tudo, certamente para vencer, mas sobretudo para gozar, até a morte! (Kristeva, 1994: 37).

O “frenesi sexual” não é a única libertação suscetível de ser sentida pelo estrangeiro. Junto a ela, está a libertação da linguagem, consistente na eliminação de qualquer constrangimento para se expressar, até mesmo com loquacidade, em um idioma alheio sem o estrangeiro se deter em pautas, códigos e convenções comunicativas, apropriando-se desse idioma. No idioma estrangeiro, ele – o estrangeiro – pode-se comunicar mediante construções intrépidas, desinibindo-se das reações dos naturais frente ao seu sotaque e aos seus erros gramaticais e assumindo que, sempre que ele queira falar em público, o seu idioleto será percebido como a língua artificial de um alienígena. Kristeva assinala o seguinte a respeito da linguagem liberada do estrangeiro:

Como numa alucinação, as suas construções verbais – eruditas ou escabrosas – rolam no vazio, dissociadas de seu corpo e de suas paixões, deixadas como reféns para a língua materna. Nesse sentido, o estrangeiro não sabe o que diz. O seu inconsciente não habita o seu pensamento, assim ele se contenta em fazer uma reprodução brilhante de *tudo* o que existe para ser aprendido, raramente uma *inovação*. A sua linguagem não o incomoda, pois ele guarda silêncio sobre as suas pulsões; o estrangeiro pode dizer toda espécie de incongruências sem que nenhuma repulsa, nem mesmo

excitação, o abale, de tanto que o ser inconsciente se protege do outro lado da fronteira. Um tratamento psicanalítico ou, de forma mais excepcional, uma intensa viagem solidária pela memória e pelo corpo podem, contudo, produzir o milagre do recolhimento que unirá a origem ao adquirido, resultando numa dessas sínteses móveis e inovadoras de que são capazes os grandes cientistas ou os grandes artistas imigrados. Pois, por não pertencer a nada, o estrangeiro pode se sentir filiado a tudo, a toda a tradição, e essa ausência de gravidade no infinito das culturas e das heranças proporciona-lhe a facilidade insensata de inovar (Kristeva, 1994: 38-39).

De todas as formas, as estranhezas dos outros só são reconhecidas e assimiladas por sujeitos da nação receptora como performances de esquisitices culturais se elas gozarem de excepcional e atraente capital. Kristeva foge da possibilidade de considerar a existência de representações inócuas sobre o estrangeiro. O estrangeiro pode ser acolhido ou rejeitado, e mesmo, pode-se cogitar, da política, da moral ou da religião, na existência de uma sociedade sem estrangeiros, mas as representações sobre eles sempre estarão presentes para a delimitação das características de uma identidade própria, contrária ou, quando menos, diferenciada frente à alheia. Kristeva coincide com Sayad na visão de duplicidades na idiossincrasia dos estrangeiros. Se por um lado, os sujeitos desenraizados estão orgulhosos de si mesmos pela coragem que demonstraram ao abandonarem os seus lares em direção ao desterro, por outro, eles, arriscados, aventureiros e valentes, sentem a humilhação por terem que residir em um território que não é a sua pátria, pois essa residência no exterior é um sintoma de que houvera alguma falha que impediu a permanência no espaço natural.

Para o desenvolvimento da análise das representações sobre o estrangeiro, Kristeva contrasta os traços distintivos do *outro* com os próprios de quem observa esse outro. Desse modo, ela assinala que as primeiras diferenças notáveis originar-se-iam na percepção da aparência. Elas, apriorísticas, dependeriam da captação da exterioridade do estrangeiro, isto é, do retrato que dele se fizer observando-se os traços fisionômicos, o sotaque, o porte. A visão física do estrangeiro desemboca em interpretações etopéicas, e revela, na análise de Kristeva, uma característica imanente da condição do estrangeiro: a expressão de um novo tipo de felicidade, uma felicidade algo insolente, instável e, simultaneamente medrosa, que deixa extravasar a satisfação por ele haver conseguido o desenraizamento, o nomadismo, e por residir no espaço de um *infinito prometido*. Trata-se da felicidade que proporciona a sensação de viver em uma constante fuga, em um processo perpétuo de trânsito. Todavia, a emoção e a emotividade derivadas da liberdade que se sente ao longo da fuga indefinida

são atenuadas pelo mal-estar da ausência. Kristeva (1994: 13) deduz que o estrangeiro é aquele que perdeu a mãe, hiper-dimensionada, mas ineficaz, protetora, mas asfíxiante¹²⁶.

O estrangeiro consegue combater por meio da indiferença a angústia que lhe provoca a ausência e o desarraigo. Essa indiferença – um existir anestesiado – manifesta-se tanto como um desligamento com a existência no *antes* e no *alhures* – a pátria e a mãe – quanto como uma displicência no tocante aos laços sociais no país receptor e como uma distância interior em relação a ele mesmo no *agora* e no *aquí*. O estrangeiro não teve um pai com poder e autoridade para detê-lo na sua fuga; tem, porém, uma mãe presente, antes e durante a sua ausência, mas ela está demasiado distraída e não pode entender a agonia do filho. Essa mãe é muito preocupada pela circunstância em que ela vive, da qual faz parte seu filho, e assume, desnecessariamente, responsabilidades familiares que extrapolam e distorcem as suas funções como mãe, chegando o filho a acreditar que a sua desaparecimento física do entorno da mãe e o início de uma vida errática podem servir para aliviar os atritos pelos quais ela passa procurando harmonizar o núcleo familiar. Ao respeito, diz Kristeva:

No ponto mais longínquo em que sua memória remonta, ela está deliciosamente magoada: incompreendido por uma mãe amada e contudo distraída, discreta e preocupada, o exilado é estranho à própria mãe. Ele não a chama, nada lhe pede. Orgulhoso, agarra-se ao que lhe falta, à ausência, a qualquer símbolo. O estrangeiro seria o filho de um pai cuja existência não deixa dúvida alguma, mas cuja presença não o detém. A rejeição de um lado, o inacessível do outro: se tiver forças para

¹²⁶ Julia Kristeva (1994) reflete acerca da significação simbólica distintiva que pode ter, em um estrangeiro, a assunção da perda da mãe. A autora exemplifica essa reflexão no personagem Mersault, do romance *O estrangeiro*, de Albert Camus. Desse personagem ela destaca a atitude fria com a qual ele reagiu perante a morte de sua mãe; Kristeva acredita que o desarraigamento conduz o estrangeiro à apatia a respeito da sua pátria e, logo, ao distanciamento psíquico e à renúncia da sua família. O protagonista Mersault, solitário, e ausente da circunstância que o rodeava, compreende antes da sua execução, que a sua morte completaria o seu processo vital de auto-anulação, do qual tentara se distrair mediante paixões e exaltações. Mersault percebe, na auto-avaliação que faz em uma cela durante a noite prévia ao seu justicamento, que a morte não era mais que a culminação da sua indiferença em relação a tudo o que o rodeava e, inclusive, em relação a si mesmo: “En cuanto salí, recuperé la calma. Me sentía agotado y me arrojé sobre el camastro. Creo que dormí porque me desperté con las estrellas sobre el rostro. Los ruidos del campo subían hasta mí. Olores a noche, a tierra y a sal me refrescaban las sienes. La maravillosa paz de este verano adormecido penetraba en mí como una marea. En ese momento y en el límite de la noche, aullaron las sirenas. Anunciaban partidas hacia un mundo que ahora me era para siempre indiferente. Por primera vez desde hacía mucho tiempo pensé en mamá. Me pareció que comprendía por qué, al final de su vida, había tenido un ‘novio’, por qué había jugado a comenzar otra vez. Allí, allí también, en torno de ese asilo en el que las vidas se extinguían, la noche era como una tregua melancólica. Tan cerca de la muerte, mamá debía de sentirse allí liberada y pronta para revivir todo. Nadie, nadie tenía derecho de llorar por ella. Y yo también me sentía pronto a revivir todo. Como si esta tremenda cólera me hubiese purgado del mal, vaciado de esperanza, delante de esta noche cargada de presagios y de estrellas, me abría por primera vez a la tierna indiferencia del mundo. Al encontrarlo tan semejante a mí, tan fraternal, en fin, comprendía que había sido feliz y que lo era todavía. Para que todo sea consumado, para que me sienta menos solo, me quedaba esperar que el día de mi ejecución haya muchos espectadores y que me reciban con gritos de odio” (Camus, 2004: 156-57).

não sucumbir a isso, resta procurar um caminho. Fixado a esse outro lugar, tão seguro quanto inabordável, o estrangeiro está pronto para fugir. Nenhum obstáculo o retém e todos os sofrimentos, todos os insultos, todas as rejeições lhe são indiferentes na busca desse território invisível e prometido, desse país que não existe mas que ele traz no seu sonho e que deve realmente ser chamado de um além (Kristeva, 1994: 12-13).

Com o abandono da família por parte do estrangeiro, ele, nela, passa a existir como uma lembrança. Na visão dos nativos, a família, ausente e, logo, intangível, do estrangeiro não existe. Se a família não está e não pôde ser reconhecida e avaliada, se ela não pode intervir para influenciar, ela não carece de entidade e qualquer representação que o estrangeiro queira reproduzir perante os nativos é susceptível de receber a qualificação de falsária. O estrangeiro há de sentir que a ruptura do vínculo com a estirpe, em vez de motivar louvores entre os nativos no tocante à sua capacidade de independência, gera a responsabilidade de explicar a causa desse corte e cria a sensação de uma culpabilidade que tem de ser assumida por se haver perdido um âmbito de comunicação. E, caso tal âmbito se mantenha, os nativos poderão opinar que ele nada bom proporciona ao estrangeiro a não ser reavivar as saudades. A família do estrangeiro que ficou no país de origem não pode ser nem boa nem poderosa, porque não quis nem foi capaz de evitar a ruptura, e de nada serve que ela aja como o melhor interlocutor para que o estrangeiro confesse o seu mal-estar no desterro, as alterações que lhe acontecem com os nativos e o devir do seu projeto no exterior. Contudo, se o estrangeiro se recusa a falar aos nativos da sua família, ele também pode ser acusado de insensibilidade, desleixo ou crueldade, o qual confirmaria a sua condição de sujeito sorrateiro. Ao final, a família ausente do estrangeiro, ignorada ou diminuída entre os nativos, pode acabar se revalorizando perante o estrangeiro, quem aumentará o sentimento ilusório de união e identificação comunitária com ela, embora ele, com o transcurso do tempo, se converta, cada vez mais, em um estrangeiro para a sua própria família, a qual se resigna a não o compreender e a o perder para sempre.

No país receptor, o estrangeiro, se o deixam, pode decidir entre, desde a sua ilusão e com ânimo desafiante, continuar sendo como era antes de chegar e, portanto dessemelhante e excluído, ou incluir-se, obviando o seu passado, para o qual deverá demonstrar a sua vontade de ser semelhante, isto é, de ser reconhecido pelos naturais como o seu par. Os amigos do estrangeiro que ficaram no país de origem também inexitem para os nativos. Caso os haja, eles não estão no país receptor, a sua valia não pode ser comprovada e eles

não podem intervir em auxílio do seu colega desterrado. Os amigos que possa fazer o estrangeiro no país receptor são julgados por uma Kristeva desconfiada com antipatia. A autora não considera a alternativa de que o estrangeiro, explorando com *vitimismo* a sua desolação, revista de íntima camaradagem algumas das suas relações com os nativos para aumentar o auxílio obtível deles. Para ela, o estrangeiro é uma potencial vítima de aborígenes desequilibrados ansiosos por convertê-lo em um objeto das suas terapias. Assim ela o expressa:

Os amigos do estrangeiro, excetuando as boas almas que se sentem obrigadas a fazer o bem, somente poderiam ser aqueles que se sentem estrangeiros de si mesmos. Senão, claro, existem os paternalistas, os paranóicos e os perversos que têm cada um o seu estrangeiro predileto e até mesmo o inventariam se este não existisse (Kristeva, 1994: 30).

Dentre os nativos, ou dentre os naturais do país de origem do estrangeiro, questiona-se por que o alienígena vive isolado podendo se relacionar e unir com outros estrangeiros. Tratar-se-ia de que entrassem em contato todos os excluídos, raros ou, simplesmente, os diferentes pertinazes da mesma nacionalidade que residem em um país estrangeiro e de que criassem, no seio da nação alheia, órgãos para o convívio, o lazer, a autodefesa e a ação comunitária de adventícios patricios, ou seja, um encrave dos outros. Não tem importância que os alienígenas da mesma nacionalidade só se tenham encontrado no desterro, que o desterro seja o único que os une, pois não possuem capitais semelhantes, nem talentos comparáveis nem compartilham os mesmos projetos, e não tem importância que estejam acostumados a excluir-se e a excluir como prevenção antes de serem excluídos. Impõe-se que, se eles aspiram a se integrarem, sendo os *outros*, em uma sociedade, se relacionem e entendam entre si, liberando a sociedade autóctone de responsabilidades para com eles, e formando uma nação na diáspora dentro da nação em que residem, que não é a sua e que, portanto, não tem nenhuma obrigação de assisti-los a não ser a de remunerá-los pelo serviço que prestem, enquanto que eles – os estrangeiros – têm a obrigação de manter viva a fé nas suas origens e cultivar os ancestrais abandonados, a não ser que queiram ser considerados uns apátridas desnaturados.

Em paralelo com o descrédito sobre a família e sobre os amigos do sujeito estrangeiro, aparece o desejo irrequieto de escutar, diretamente desse sujeito estrangeiro, informações sobre a sua origem – a sua pátria e a sua nacionalidade –. Na opinião de Kristeva, perante esse interesse dos outros, o estrangeiro, para se expressar, tem que obviar

que ele, simbolicamente, tentou anular a sua origem, fugindo, de fato, do solo da estirpe ao se transferir para alhures. Julia Kristeva considera que a evocação da origem não causa no estrangeiro a remissão a uma única representação acerca do perdido e que, portanto, a dor, a exaltação, a questão do enriquecimento, a sensação de ser inoportuno ou um estorvo, podem aparecer quando o estrangeiro é interpelado. Ela salienta que, ainda que o estrangeiro, nas suas meditações existenciais e nas intimações que lhe dirigem os nativos, seja assediado pela sua origem, a sua realidade objetiva acontece no país receptor. Diz Kristeva:

foi para o melhor e para o pior, mas foi *em outro lugar* que ele colocou as suas esperanças, que se travam os seus combates, que ele hoje mantém a vida. *Em outro lugar* oposto à origem, e mesmo *em lugar algum* oposto às raízes: essa divisa dos temerários engendra tanto recalques estéreis quanto impulsos audaciosos (Kristeva, 1994: 36).

A busca, na memória, de lembranças fragmentadas com as quais criar um discurso sobre as suas origens resulta, conseqüentemente, além de um exercício agônico, uma experiência tingida de ironia.

O estabelecimento de um propósito para empreender a fuga – profissional, intelectual, afetivo –, e que converte um sujeito em estrangeiro, é um narcótico para dissimular a culpa e os remorsos sentidos, devido à ausência do espaço natural, e para suportar os dissabores, ou a animosidade, que serão encontrados durante o trânsito. Na fuga, o estrangeiro adquire uma perspectiva distanciada do espaço do qual se afastou e do novo espaço que ocupa, um espaço, este último, que é a sua referência sincrônica, mas ao qual não pertence e que não lhe pertence. Esse distanciamento duplo provoca, no estrangeiro, indiferença a respeito de tudo o que o rodeia, a qual, ao mesmo tempo que o protege da saudade e das agressões, o insensibiliza e o embrutece. A indiferença do estrangeiro, no entanto, há de ficar dissimulada e guardada na intimidade dele, sem poder ser ostensivamente exibida nos campos sociais que o estrangeiro observa para assim ele evitar a indignação ou a irritação dos observados perante a displicência de quem foi, entre os aborígenes, generosamente acolhido. A indiferença do estrangeiro deve ser revestida de humildade, visando ser percebida como a sua aceitação de tudo o que envolve ele no seu desenraizamento.

Junto à indiferença, surge a autonomia do estrangeiro, que é um misto de aceitação da diferença, marginalização, isolamento e misantropia forçada. A obtenção de autonomia é

desejada, mas também é o único recurso logo da constatação de que a não-pertença restringe as possibilidades de obtenção do apoio dos enraizados, com legitimidade, na comunidade nacional. De fato, o direito à diferença e o sentimento de ser diferente não são recebidos pelo estrangeiro por ele possuir um talante especial ou uma cultura sem fronteiras, nem como consequência da sua insistência apaixonada. Estes direitos concedem-se já que ele é o *outro*, em relação ao qual se decreta a tolerância do seu isolamento e da sua solidão.

A combinação de indiferença e autonomia cria no estrangeiro um sentimento simultâneo de admiração (fascinação/ ódio) perante os outros – os naturais – e de prepotência (narcisismo ressentido), por ele se saber possuidor de chaves para a interpretação social das quais carecem esses outros – os nacionais em território nacional – devido à falta dos elementos para o contraste que fornece a experiência do distanciamento.

Ora, a ampla perspectiva para a observação neutral dos campos sociais adquirida pelo estrangeiro através do distanciamento e do desligamento daquilo que o rodeia é estéril se não podem ser comunicadas as impressões das observações a interlocutores cúmplices que entendam a exposição sem se sentirem ofendidos por ela ou sem reagirem com anodinia perante o comunicado. Se esses interlocutores não aparecem, o observador está obrigado ao silêncio, com independência do estatuto que ocupe esse estrangeiro: imigrante, turista, asilado ou funcionário de uma empresa internacional. O estrangeiro impossibilitado para compartilhar, no espaço dos outros, a sua visão sobre os outros e sobre ele mesmo padece a mesma agonia de um jornalista dissimulado, correspondente em um país hostil e censor, com as comunicações com o exterior cortadas, que não pode remeter o seu discurso a periódicos fora das fronteiras do espaço em que ele faz as suas observações. Aos sujeitos dos campos sociais observados, esse jornalista não oferecerá crônicas, artigos ou reportagens que recolham a desconformidade ou o estranhamento ao seu respeito, a não ser que o que ele procure seja irritá-los e correr o risco de ser expulso. Mesmo que isso aconteça, perante os nativos a palavra do observador forâneo carecerá de verossimilhança, porque essa palavra, impedida de repercutir no exterior, ainda que pareça atraente, escandalosa ou rara, não tem nem o suficiente peso social nem o correlativo poder simbólico. E, caso haja outros jornalistas dissimulados, eles já sabem, sobre o observável, tanto quanto ele e, portanto, tudo o que ele enuncie carecerá de interesse e parecerá

redundante. Assim como esse hipotético jornalista, o sujeito residente em um país que não é o seu sempre poderá encontrar outros espíritos afins – outros estrangeiros – que entendam o que ele expressa, porém para esses pares a comunicação das observações nada proporciona, pois o que um outro estrangeiro expressar já foi sentido ou compreendido por eles, deixando, logo, de ter qualquer efeito de revelação ou de visão distintiva. Por sua vez, a autonomia alcançada pelo estrangeiro durante o seu nomadismo é inútil se a liberdade conseqüente não pode ser utilizada para fim nenhum a não ser a de continuar sendo nômade e, em parte, ermitão. Trata-se de uma liberdade total, mas absurda; ela representa a inexistência de limites para o seu exercício e, sendo total, encerra a dissolução do sentido do seu gozo. O absoluto da liberdade é o tédio, já que a disposição suprema do sujeito sobre si mesmo relega-o à solidão. Não ter pátria, quer dizer, ter abandonado a própria sem assumir como substituta a dos outros, liberta o estrangeiro de compromissos e de obrigações morais, mas também provoca a angústia da orfandade, própria dos apátridas.

Julia Kristeva (1994: 18) afirma que “o estrangeiro é um sonhador que faz amor com a própria ausência, um deprimido extravagante” de quem é difícil julgar se é feliz. A dificuldade para julgar o grau de satisfação do estrangeiro com o seu estatuto reside na disposição dele, inerente à estratégia da neutralidade, para não manifestar desilusão. Se ele não acredita nem na possibilidade de sucesso, nem no sentido da sua empreitada no exterior, ele também não crê na sua derrota, porque por nada luta ao não valer a pena o esforço no espaço da desolação, assumindo, desse modo, a postura distanciada e desligada do ironista. Mas, caso o estrangeiro acredite no sentido da sua busca em uma terra prometida, ele prefere, em vez de parar, refletir e investir o seu tempo na expressão da sua amargura ou do seu ceticismo, porfiar na consecução da fortuna. E essa teima mantém-se mediante o trabalho. No discurso de Kristeva observa-se que ela insere, ao igual que Sayad, o estrangeiro trabalhador – o imigrante – em uma estrutura de distribuição da força de trabalho na qual ele é contrastado com as posições e disposições dos trabalhadores nativos:

Enquanto os nativos do mundo civilizado, dos países adiantados, acham o labor vulgar e assumem os ares aristocráticos da desenvoltura e do capricho (quando podem...), você reconhecerá o estrangeiro pelo fato de que ele *ainda* considera o trabalho como um valor. Certamente uma necessidade vital, o único meio da sua sobrevivência, que ele não coroa necessariamente de glória, mas reivindica simplesmente como um direito básico, grau zero da dignidade. Ainda que alguns, uma vez satisfeito o mínimo, também sintam uma felicidade aguda em se afirmarem no trabalho e pelo trabalho: como

se fosse ele a terra eleita, a única fonte de sucesso possível e, sobretudo, a qualidade pessoal inalterável, intransferível, mas transportável para além das fronteiras e das propriedades. Que o estrangeiro seja um trabalhador pode parecer um paradoxo fácil, deduzido da existência tão discutida dos “trabalhadores imigrados”. Entretanto, conheci num vilarejo francês camponeses ambiciosos, vindos de uma outra região, mais laboriosos do que os outros e querendo “fazer o seu canto” com o suor do seu rosto, odiados por serem tanto intrusos quanto obstinados e que se faziam tratar (o cúmulo do insulto durante uma briga) por... portugueses e espanhóis! De fato, confidenciavam eles, os outros (no caso, a palavra designava os franceses seguros de si) jamais se obstinavam tanto no trabalho (Kristeva, 994: 25).

Segundo Kristeva, o estrangeiro trabalhador é mais esforçado que o trabalhador nativo, pois nada tem além da sua energia, da sua esperteza e da sua vontade de sacrifício com vistas à obtenção de lucro. Os filhos dos imigrantes, no entanto, são afetados com frequência pela aculturação; isto é, pode, neles, haver relaxamento no afã laborioso por emulação aos trabalhadores nativos, ou mesmo por desafio aos progenitores.

As colocações de Kristeva resultam, contudo, algo confusas, ou imprecisas, porque ela não traça com clareza as diferenças entre estrangeiro não-imigrante e o imigrante. A necessária diferenciação entre ambas as categorias, assumida por Sayad, foi ignorada por Kristeva, quem centrou as suas reflexões na descrição da psique e da circunstância social do estrangeiro genérico e não assinalou os desdobramentos nele.

III. 3. A aculturação positiva segundo Todorov

Tzvetan Todorov inicia *O homem desenraizado*, 1999¹²⁷, comentando a angústia que lhe produzia um sonho recorrente em que ele, durante uma estadia em Sofia após longa ausência, descobria que não poderia regressar a Paris, onde residia como estrangeiro não-imigrante ou “exilado circunstancial”. Todorov comenta (1999: 16) que o exilado, de retorno no país natal, não é de todo semelhante ao estrangeiro turista em visita, “nem mesmo ao estrangeiro que ele foi, no momento em que debutou no exílio”, porque uma longa estadia no país receptor fizera com que o exilado se transformasse ao ter convivido com uma outra sociedade e ter acumulado duas culturas.

De fato, a inexistência de mudanças após uma longa estadia no exterior refletiria, segundo Todorov, um fracasso, isto é, a impermeabilidade para a evolução e, portanto, uma capacidade nula para se enfrentar a uma ausência. Ele exemplifica essa opinião com uma

¹²⁷ O título original é *L'homme dépaycé*. Foi publicado em Paris em 1996.

experiência sua, vivida em maio de 1981, quando, fazendo parte de uma legação francesa, teve que apresentar na sua Sofia natal uma comunicação. Nela defendia que o fecho no culto aos valores nacionais tradicionais era consequência do egoísmo coletivo e impedia a evolução da cultura através das influências proveitosas procedentes do exterior. Esse era o seu ponto de vista como búlgaro residente na França. No entanto, ao preparar o texto que devia expor em Sofia percebeu que, perante o seu público búlgaro, esperançoso de sair da influência soviética, a sua tese era inadequada e que ele mesmo compreendia que o discurso nacionalista búlgaro era a única forma possível de resistir à ideologia comunista. Não se tratava, nesse caso, de modificar levemente um discurso em função dos ouvintes, senão de afirmar o oposto. Dada a circunstância, era inviável tentar combinar as dois critérios e, para manter a coerência intelectual, só restou a Todorov o caminho do silêncio.

Por meio dessa experiência, Todorov diz que entendeu que o duplo vínculo proporcionava a possibilidade de ele entender o seu desdobramento interno e de apreciar a coexistência, em si mesmo, dele e do outro, ou seja, de duas personalidades que se questionavam entre si. Todorov salienta que, na experiência dele, o abandono do seu país natal não significara nenhuma fatalidade e também não provocara crispação alguma na sua identidade. Destaca, além do mais, que no início da sua estadia, como estrangeiro, na França, ele procurou deliberadamente, embora sem se esforçar para tal, a assimilação. Ele declara o seguinte:

No início de minha temporada na França, eu procurava – e consegui mais tarde – a assimilação máxima. Falava exclusivamente em francês, evitando os antigos compatriotas; podia, de olhos fechados, reconhecer os diferentes vinhos e queijos do país; apaixonava-me exclusivamente por mulheres francesas... Este movimento teria podido prolongar-se indefinidamente, sem provocar nenhum terremoto: teria resultado, ao final da operação, em um menos búlgaro e um mais francês. O saldo teria sido nulo, sem perda nem ganho para a humanidade... (Todorov, 1999: 24).

Na vivência de Todorov, a assimilação não foi um processo lamentável visto que lhe permitiu, como adventício, se sentir membro de uma nova comunidade e evitou que ele se isolasse por meio de ilusões egocêntricas ou que se auto-marginalizasse em guetos etnocêntricos. O autor búlgaro acredita que a *aculturação* – a aquisição progressiva de uma nova cultura – é a necessária compensação para a *desculturação* – a destruição de canais de transmissão da tradição – e para a consequente degradação da cultura de origem. Evitar, logo, a aquisição de tradições dos outros, de uma nova religião ou de uma nova língua,

significa restringir a liberdade do deslocado e significa forçá-lo a ficar ancorado em um passado ao qual, talvez, o deslocado nunca possa voltar ou, se regressar, ao qual o deslocado não deseja se ligar de novo. A aculturação resultará dificultada se a sociedade receptora oferece ao estrangeiro os benefícios de uma hospitalidade baseada na atração pelo exótico, na qual se almeja que o caráter excêntrico do estrangeiro se conserve para que os nativos possam desfrutar da observação direta das particularidades de uma cultura forânea. Embora Todorov não aprecie as virtudes do nomadismo sistemático, nem a acumulação ilimitada de empréstimos culturais, ele acredita que a aculturação é um direito do indivíduo. Ele diz o seguinte:

Condenar o indivíduo a continuar trancando na cultura dos ancestrais pressupõe de resto que a cultura é um código imutável, o que é empiricamente falso: talvez nem toda mudança seja boa, mas toda cultura viva muda (o latim tornou-se língua morta a partir do momento em que não pôde mais evoluir). O indivíduo não vive uma tragédia ao perder a cultura de origem quando adquire outra; constitui nossa humanidade o fato de ter uma língua, não o de ter determinada língua (1999: 24-25).

De todas as formas, Todorov sopesa que a assimilação absoluta – o *desenraizamento* – não se pode alcançar e que, devido à duração limitada da vida, não se podem reunir, em uma vivência intensa, mais de duas ou três experiências identitárias nacionais. Por isso, para definir a sua trajetória pessoal ele preferiu o termo *transculturação*, por este estar estreitamente vinculado ao de *biculturalismo*. O termo *transculturação* explicitava que a aquisição de um novo código identitário acontecia sem se apagar o anterior código, e permitia a Todorov entender por que ele era um estrangeiro na sua *casa* (Sofia) que se sentia em *casa* quando estava fora dela (Paris). O autor acredita que a *transculturação* é a fase final da experiência bicultural, só atingível após um período de *aculturação*, a primeira experiência para a integração. A *aculturação* consiste para Todorov no desligamento da cultura de origem, no uso da língua do país adotivo e no exercício profissional nesse país. Paralelamente, tal processo deve ir acompanhado do reconhecimento dos *outros* – os aborígenes –, já que o estrangeiro precisa que o olhar alheio lhe confirme a adequação dos seus passos na adaptação à nova sociedade.

A competência profissional do sujeito estrangeiro é fundamental para que a sociedade do país de destino o acolha e lhe reconheça o mérito, criando-se, assim, as condições para que o estrangeiro se predisponha a se aculturar e para que assuma que a experiência do seu *desenraizamento* resulta amainada mediante a adoção, por parte dele, de

visões desenraizadas que o levarão a relativizar o que ele cria ser absoluto. Todorov sintetiza, como se segue, o desenvolvimento do processo dessa aculturação positiva:

O homem desenraizado, arrancado de seu meio, de seu país, sofre em um primeiro momento: é muito mais agradável viver entre os seus. No entanto, ele pode tirar proveito de sua experiência. Aprende a não mais confundir o real com o ideal, nem a cultura com a natureza: não é porque os indivíduos se conduzem de forma diferente que deixam de ser humanos. Às vezes ele fecha-se em um ressentimento, nascido do desprezo ou da hostilidade dos anfitriões. Mas, se consegue superá-lo, descobre a curiosidade e aprende a tolerância. Sua presença entre os “autóctones” exerce por sua vez um efeito desenraizador: confundindo com seus hábitos, desconcertando com seu comportamento e seus julgamentos, pode ajudar alguns a engajar-se nesta mesma visão de desligamento com relação ao que vem naturalmente através da interrogação e do espanto (Todorov, 1999: 27).

A aculturação tem que ser um meio para que o estrangeiro evite que a sociedade receptora jogue contra ele preconceitos por ele se apresentar como alguém dissonante. Caso a aculturação, sendo uma via permitida pela sociedade receptora para que o estrangeiro se insira e se adapte, seja rejeitada pelo estrangeiro, ele terá que assumir a sua responsabilidade de, amparando-se na sua autonomia, ter optado por manter a sua diferença e, conseqüentemente, de ter preferido permanecer na heterogeneidade, e logo na exclusão, frente à cultura hegemônica. Portanto, nessa situação, ele terá que assumir a sua responsabilidade pela sua marginalidade, e ficará deslegitimado para, posteriormente, reclamar a compaixão alegando ser um sujeito que fora vítima da sociedade receptora e que merecia recompensas. Não é suficiente ser fraco para ser aceito, nem, na visão de Todorov, se podem reivindicar privilégios para compensar supostas ofensas padecidas no passado durante qualquer processo de *aclimação*.

Na justificativa do rechaço, por parte do sujeito estrangeiro, da aculturação pode-se argüir que ele não goza de autonomia para optar por essa via de inserção, porque ele pertence a um grupo – o grupo dos estrangeiros, imigrantes ou não-imigrantes, a comunidade das vítimas – que decide por ele. O grupo aliena o sujeito, quem deixa de poder expressar a sua vontade, ao exigir-lhe, desde a mixofobia, fidelidade identitária exógena e, logo, a preservação da sua filiação a um projeto de conservação ou, inclusive, de acentuação das diferenças.

Um dos efeitos da manutenção da segregação em relação à sociedade receptora é a procura de amparo, político e jurídico. Os estrangeiros segregados reivindicam à administração nacional uma quota corporativa, étnica e/ ou identitária, nos órgãos

institucionais da sociedade receptora, e uma quota de vagas nos serviços que essa administração presta, esteando-se tal reclamação no direito dos estrangeiros a reparações pela segregação existente ou pelas injustiças cometidas contra os seus coletivo no passado. Desse modo, os grupos diversos de estrangeiros residentes revestem-se de homogeneidade, e as diferenças internas desses coletivos ficam diluídas em uma identidade compartilhada por todos os integrantes dos grupos dos estrangeiros desfavorecidos, que se convertem em sujeitos passivos com uma identidade individual desvalorizada.

O viés negativo do afastamento da pátria e da aculturação transcende quando o homem desenraizado não sente mais atração pelo espaço do qual partiu. Esse homem, desde o ressentimento ou desde a indiferença, chega a perder a vontade de conhecer as mudanças acontecidas no seu país durante a sua ausência, ainda que ele costume cavilar sobre o passado do seu país, pois esse passado lhe explica os traços da sua personalidade e guarda as razões da sua partida.

No processo da aculturação conveniente, para que esta seja aceita pelo estrangeiro residente e reconhecida pelos cidadãos nacionais, deve-se produzir uma síntese em que a interiorização, por parte do estrangeiro, da cultura alheia consista na abrangência de uma dimensão cognitiva e na execução de uma função afetiva. A dimensão cognitiva fornece ao estrangeiro orientações para a compreensão da sociedade na qual ele se inseriu enquanto que a posse da função afetiva lhe fornece os meios para que a sociedade nacional adote o reconheça e o confirme como novo membro, podendo ele sentir que a sua presença está permitida e que ele foi incorporado como um neófito. Se, desde o afeto dos campos sociais receptores, a integração do estrangeiro não se tolera, sob a justificativa das diferenças intransponíveis que os separam dos elementos exógenos, a submissão e, até mesmo, a eliminação do estrangeiro será almejada, exigindo-se o seu afastamento dele do *nós*.

A partir da rejeição afetiva do *outro* e da delimitação do grupo dos outros – um subgrupo, o *eles* –, conformam-se os fundamentos da xenofobia e do etnocentrismo (desvalorização dos outros, supervalorização dos meus). Por sua vez, o racismo consiste em fazer coincidir a identidade associada ao grupo rejeitado com características físicas distintivas, quer dizer, com os traços opositivos do que se crê ser uma raça, embora esse parâmetro de classificação já tenha sido invalidado pela biologia. Quando não se distinguem com nitidez traços físicos – como acontece no anti-semitismo –, estabelecem-se

analogias entre ambíguos estereótipos físicos, a linguagem corporal e representações sociais (a forma como o grupo majoritário enxerga a prática da religião ou o exercício de profissões nos grupos minoritários, mais que a religião ou as profissões em si desses grupos minoritários).

Todorov (1999: 136-40) explora as condições que favorecem a aparição do racismo. Uma delas é a homogeneização das sociedades como consequência da erosão da identidade cultural tradicional, com o correlativo desaparecimento dos canais tradicionais para o reconhecimento e para a distinção social. O critério racista abre, então, uma nova via de classificação. Outra condição é a presença, no mesmo espaço, de grupos fisicamente diferentes que são associados com comportamentos sociais interpretados como marginais e ameaçadores. Sob essas condições, ao serem vinculadas as características físicas – o grupo *racial* – aos comportamentos sociais – o grupo social –, estrutura-se a separação entre os grupos humanos.

A superação do preconceito contra o *outro* atinge-se, segundo o intelectual búlgaro, mediante a educação humanista, capaz de produzir cidadãos respeitosos, isto é, “espíritos abertos, tolerantes e críticos ao mesmo tempo” (Todorov, 1999: 220). Com a implementação dessa educação será possível proceder para o apagamento das ilusões egocêntricas e etnocêntricas. Ele crê que os seres humanos devem aprender a renunciar a si mesmos, a se afastar de si mesmos, a se distanciar dos próprios hábitos, para adquirirem, desde essa exterioridade, a visão crítica deles mesmos e da sua circunstância que lhes permita confrontar as suas normas e os seus valores com as dos outros, e que lhes permita, desde a transculturação, descobrir, por meio do estudo e da análise contrastiva, a legitimidade das normas dos outros dentro da realidade social e econômica deles, conseguindo-se, desse modo, a aproximação ao conhecimento da herança comum da humanidade.

Todavia, o autor assinala que a dimensão da diversidade na sociedade deve estar condicionada. A exibição das diferenças não pode ser nociva para a conservação da estrutura comum que permite o diálogo entre o *eu* e o *você*. Se, após o conhecimento do *outro*, um indivíduo quer recalcar as suas diferenças ostensivas e distanciar-se, essa reação deve-se contentar com o direito a afetar as ações que concirnam à própria vida privada. Não se consentirá que o sujeito diferenciado reacionário nem tão sequer aspire a que a sua

solução receba a sanção desde a legalidade. Todorov acredita firmemente que, com moralidade, justiça e razão, a aculturação na *civilização* – uma civilização que admita a sua avaliação e a modernização – harmonizará a humanidade e conduzi-la-á à liberdade e à autonomia que é proporcionada pelo conhecimento. De forma deliberada, o intelectual búlgaro faz apologia de uma cultura dominante, embora não subjugadora, que, sendo inquestionavelmente adequada pelo mérito inerente à sua natureza, amortença os extremos e forneça o bem-estar global proposto pelo humanismo.

O antropólogo italiano Massimo Canevacci, no seu ensaio *Culturas eXtremas: mutações juvenis nos corpos das metrópoles*, 2005, salienta (Canevacci, 2005: 15), entretanto, que desde os anos 1990 se dissolveu qualquer possibilidade de existência objetiva de uma cultura dominante, tanto quando ela se apresenta como universal, tanto quando, simplesmente, ela se transfigura em ideologia. Ele crê que a clássica dicotomia cultura hegemônica/ culturas subalternas se exauriu definitivamente, pois tais culturas se diluíram em uma série policêntrica de poderes em competição entre si.

Ao não existir mais uma cultura geral unitária de caráter nacional (por exemplo, a cultura britânica) que, seguindo leis positivas universais, englobe e unifique, na sua estrutura, modelos, crenças e valores, de acordo com os seus modelos generalistas e homogeneizantes, não faz mais sentido definir, como elementos dela, determinadas sub-culturas (inglesa, juvenil, feminina, operária, estudantil)¹²⁸. Do mesmo modo, também não faz mais sentido relacionar, como sub-cultura, essa cultura nacional a concepções uniformizadoras da cultura (cultura europeia, ocidental). Canevacci acredita que não se pode envolver no “caráter nacional” a complexidade da cultura; esta, segundo ele, não é unificável. Diz Canevacci:

Para contrastar o perigo das diferenças – vistas como desordem – a antropologia (como a filosofia, a psicologia, a sociologia, a arquitetura) estruturou-se como apologia e defesa da identidade. [...] a elaboração do “caráter nacional” favoreceu cada preconceito e reforçou cada estereótipo, levando em

¹²⁸ Canevacci (2005: 17) considera que não há um sentido depreciativo na expressão “subcultura”, concentrado no prefixo “sub”: “ele não indica algo que está ‘abaixo’ e, conseqüentemente, é inferior em relação a alguma outra coisa que fica ‘acima’”. No emprego do termo permanece a instância cientificista de identificar, ou melhor, de recortar uma fatia comportamental caracterizada por possuir estilos, ideologias, valores homogêneos. Selecionam-se esses traços culturais, vistos como idênticos para cada estrato, e se privilegiam em relação a uma série de outros traços que os tornariam diferentes. A história da antropologia afirmou-se não apenas ao privilegiar as (supostas) uniformidades, mas também na destruição sistemática e ‘objetiva’ das diferenças. São as diferenças que devem ser aplainadas para que seja possível fazer fluir o carro triunfante e cientificista de ‘a’ cultura”.

consideração sociedades modernas em larga escala, com milhões de pessoas: e assim a subcultura – como sua matriz “cultura” – seleciona o homogêneo em detrimento do heterogêneo, o uniforme contra o fragmentário, o singular contra o plural, o estático contra o fluido, o holístico contra o parcial, as conexões contra as disjunções, a identidade contra as diferenças.

O erro produzido é duplo: não só se estendem às culturas nacionais aqueles conceitos e métodos aplicados nas pesquisas etnográficas em contextos restritos (aldeias), mas se acaba inclusive sustentando que nas sociedades chamadas “simples” haveria um caráter uniforme (mas não nacional) e sem indivíduos!

Assim, nas sociedades “complexas” há somente um caráter nacional, e nas chamadas “simples” há somente um caráter individual...

Está na hora de eliminar as distinções etnocêntricas entre sociedades simples e complexas, juntamente com os caracteres nacionais e as várias subculturas, todas marcadas pela idéia de uniformidades e pela reprodução de estereótipos. É tempo de defender os fragmentos, as parcialidades, as diferenças, como uma parte da antropologia já começou a fazer (Canevacci 2005: 17-18).

Na visão de Canevacci já não há uma categoria geral (a cultura humanista) capaz de englobar categorias particulares como se estes fossem segmentos homogêneos e estáveis (o caráter nacional); portanto, segundo Canevacci, as sub-culturas não existem mais. Ele acredita que cumpre transitar entre os *nós* e os *outros* conhecendo as disjunções e as parcialidades do *nós* e do *outros*, os quais não devem ser unificados, pois reivindicam, vivem e praticam parcialidades extremas e irreduzíveis diferenças.

III. 4. O imigrante como vítima

Como estrangeiros não-imigrantes residentes na França, Sayad, Kristeva e Todorov examinaram os problemas aos que se tem que enfrentar o sujeito estrangeiro. Dos três, só Todorov indica uma solução clara para esses problemas. Baseando-se no sucesso da sua estratégia, Todorov recomenda a transculturação. Desde a sua chegada ao país receptor, ele optara por, sem ocultar o seu passado exógeno, se deixar permear pela cultura francesa. A sociedade francesa permitiu a presença de Todorov e reconheceu o mérito do seu esforço na sua incorporação a ela. Como intelectual, foi-lhe permitido aplicar o seu ponto de vista diferencial de estrangeiro e ele pôde realizar-se profissionalmente. Todorov até mesmo acredita que a condição de estrangeiro fornece uma amplidão benéfica de perspectiva para a observação social. Sabendo ele conviver com os outros – os nacionais –, eles não o questionaram, nas vivências do dia-a-dia, por ele se ter assentado em um país do qual não

era natural. Implicitamente, devido à sua apologia da transculturação como o procedimento que universalmente teria que ser canonizado, e oficializado, para a harmonização social das diferenças, o autor acredita que a presença de bons estrangeiros – ele, por exemplo – e, logo, de diversidade, é uma contribuição enriquecedora e equilibrante para o povo que sabe acolher. Todorov, no entanto, argüiu que aquele estrangeiro residente que, pelo motivo que seja, não queira se inserir no processo de transculturação, poderá se auto-marginalizar, mas não terá direito a reclamar nem o respeito a ele da sociedade que o admitira, nem a proteção da sua inadaptação por parte do Estado de direito.

Kristeva não propõe soluções. No seu ensaio, ela não enunciou que nas suas colocações incidia a auto-análise. Ela assegura que o deslocamento produz sempre marcações traumáticas. O sujeito, quando se converte em estrangeiro, perde segurança para se entender a si e faz-se instável, porque, no meio dos campos sociais do país de destino, os princípios julgados naturais diluem-se, e é mal compreendido pelos nacionais, porque eles não o enxergam como sujeito em si, senão como sujeito-estrangeiro, isto é um sujeito marcado pelo desarraigo, caprichoso ou forçado. O mal-estar da condição de ser estrangeiro inerente a todas as representações sobre esses sujeitos marcados analisadas por Kristeva conduz a acreditar que não há mais vias que a resignação para o existir do outro.

Sayad, frente a Todorov e Kristeva, enfocou o seu exame em um tipo de estrangeiro: o estrangeiro que se desloca para se encarregar dos trabalhos que os nacionais oferecem aos sujeitos forâneos pobres, ou seja, o imigrante. O sociólogo argelino frisou que a condição de imigrante compõe-se de duplicidades que causam confusão e agonia ao sujeito que a adquire. Ele, sem, *a priori*, deixar de ser ele, ao se expatriar, converte-se em um trabalhador não-nacional presente e, simultaneamente, em um nacional ausente, sendo, através do prisma dessa dupla condição dele, apreciado pelos sujeitos que legitimamente se encontram no seu espaço natural. Essa dupla avaliação realizada pelos sujeitos positivamente nacionais faz com que ele se reavalie como ser a partir das representações que os nacionais fazem dele, o qual, unido à sua própria consciência de se saber o *outro*, mergulha o imigrante no desnorteio a respeito da sua identidade. Sayad, ao igual que Kristeva, não propõe soluções. O imigrante, inevitavelmente, está marcado pelo fato de a sua presença estar condicionada pela realização correta das funções que lhe sejam designadas. No caso dele, no entanto, o trabalho não é um direito, é só um dever, e, quando

deixe de haver trabalho para ele, a sua presença, e a sua ausência, deixarão de estar justificadas. Sayad ressalta que a duplicidade de qualquer dimensão relacionada com o imigrante permite ao imigrante, segundo ele achar melhor a qualquer momento, se aproximar a um extremo ou ao outro, convertendo-se, logo, a sua condição, em um âmbito propício para as ambigüidades.

Para os nossos fins, é relevante considerar as diferenças entre o estrangeiro imigrante e os tipos de estrangeiro não-imigrante. Acreditamos que as pressões que padece o estrangeiro imigrante são as responsáveis pela reação deste frente à sociedade do país receptor. A duplicidade da condição do imigrante mostrada por Sayad permite que este se submeta, segundo a força dessas pressões, ora à marginalização e ao refúgio na sua identidade nacional, em diversos graus, ora à aculturação e à sua integração, como o *outro*, na nação. No Brasil, durante o séc. XX, a *intelligentsia* e o poder público almejaram que o trabalhador estrangeiro se aculturasse e se diluísse na nacionalidade brasileira. No seguinte capítulo apresenta-se uma recopilação da produção cultural *galega* dos imigrantes galegos nos estados de Minas Gerais, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro com vistas a sopesar os efeitos, nela, da política brasileira de aculturação dos trabalhadores galegos e a apreciar se essa aculturação causou a sua desvinculação do galeguismo.

IV. OS IMIGRANTES GALEGOS NO BRASIL

Não se criou, no Brasil, uma federação das entidades formadas pelos imigrantes galegos. Não encontramos nenhum dado que mostre que, por parte de algum agente ou por parte de alguma das associações, se tivesse tentado a coordenação entre todas essas entidades. Excetuando-se os hospitais espanhóis de Salvador e da cidade do Rio de Janeiro, elas nem tão sequer tiveram uma projeção estadual, restringindo o seu espaço de atuação às cidades em que estavam instaladas. Por essa razão, apresentamos a seguir um esboço de recopilação da produção cultural dos imigrantes galegos, e da relativa aos imigrantes galegos, a partir de uma divisão estadual. Centramo-nos em quatro estados – Minas Gerais, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro –; sobre os imigrantes neles assentados obtivemos a maioria das informações. O nosso intuito foi o de observar os efeitos da aculturação nessa produção cultural e se nela houve representações galeguistas.

O termo *galego*

Antes de observar essa produção cultural, cumpre comentar quais eram as denotações que, no Brasil, recebia o vocábulo antes mesmo da chegada dos imigrantes da Galiza. Estes depararam-se com que o seu gentílico tinha significações alheias a eles. *Galego* é, no Brasil, uma qualificação ambígua, do mesmo modo que em Portugal. Usa-se para remeter a estereótipos que, diretamente, não têm a ver com os naturais da Galiza e associa-se a um âmagos de traços depreciativos¹²⁹. Predominam no Brasil as denotações

¹²⁹ A posição subalterna e o talante mesquinho do galego são refletidos nas entradas registradas pela lexicografia brasileira. Em Ferreira (1999: 962) consta “galego (ê). 4. *Bras. Deprec.* Português (2). [Há outras muitas alcunhas dadas por brasileiros a portugueses, algumas delas já fora de uso: *abacaxi, bicudo, boaba* ou *boava, emboaba* ou *emboava, candango, caneludo, chumbinho, cotruco, cupê, cutruca, jaleco, japona, labrego, marabuto, marinheiro, maroto, marreta, mascate, matruco, mondrongo, novato, parrudo, pê-de-chumbo, portuga, puça, sapatão, talaveira.*] 5. *RS V. carimboto*. 6. *Bras. N.E. SC* Estrangeiro, sem distinção de nacionalidade. 7. *Bras. N.E.* Indivíduo louro.”; “galegada. 3. *Bras. Gir. Tolice, calinada*. 4. *Bras. S. Deprec.* A colônia portuguesa.”. Ferreira (1999: 410) também registra “carimboto. *RS Deprec.* Alcinha dada pelos farrapos aos legalistas, *i. e.*, aos membros do partido conservador, no Império; absolutista, camelo, caramuru, corcunda, galego, reformador, restaurador.” Houaiss (2001: 1418) coloca “galego (ê) *adj. s. m.* 1. relativo a Galiza (Espanha) ou o que é seu natural ou habitante; galaico, galeco, galeciano - *s. m.* 3. *B pej.* indivíduo nascido em Portugal, esp. os de mais baixo nível de cultura 4. *B N.E. e SC pej.* Qualquer estrangeiro, gringo 5. *B N.E.* indivíduo louro • à galega *B infm. pej.* sem capricho, apressadamente (*fez o trabalho à g.*); galegada *B infm. pej.* 1. dito ou comportamento próprio de galego (‘indivíduo nascido em Portugal’) 3. ato impensado; ignorância, estupidez; agalegado *adj.* 1. que tem modos, feição ou sotaque galego 3. *pej.* que se comporta com estupidez, com grosseria (Houaiss, 2001: 110)”. O dicionário Michaelis (1998) tem as mesmas acepções para “galego” e “galegada” que o dicionário de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Tanto no Michaelis, quanto nos dicionários de Houaiss e Ferreira, explicita-se que as fontes dessas obras foram os dicionários portugueses de João de Barros, Cândido de Figueiredo e Antonio de Moraes Silva.

pejorativas com as que se procura menosprezar os portugueses. Em decorrência disso, o “galego” converteu-se na representação negativa do imigrante português. Alencastro explica, como se segue, a gênese desse uso:

Às vezes, conflitos opunham os comerciantes portugueses a seus compatriotas. No início, é bem provável que o substantivo galego tenha sido usado pejorativamente pelos próprios comerciantes lusitanos para designar os proletários portugueses entregues a tarefas similares às dos verdadeiros galegos, emigrados da Galícia, na cidade de Lisboa. Em seguida, os brasileiros denominaram “galegos” o conjunto de portugueses estabelecidos no Império. Suscitando discussões sobre o presente e o futuro dos modos de vida no Brasil, a imigração de proletários portugueses alimentava também os debates sobre o passado, o que constitui uma outra maneira de questionar o presente. Assim, O Instituto Histórico propõe um tema de pesquisa que ainda hoje incomoda uma parte da velha oligarquia brasileira: “A que classes da sociedade pertenciam os primeiros colonizadores portugueses no Brasil? De que categoria de indivíduos descendemos? (Alencastro, 1997: 312).

Sérgio Miceli, em sua exposição acerca do mercado do livro e do *habitus* dos romancistas profissionais, estuda o caso do “galego” Francisco Alves, quem se tornou editor a partir da sua posição de livreiro. No retrato fornecido do livreiro pelo sociólogo da USP, citando-se a Medeiros e Albuquerque (1934: 135), convivem a alcunha “galego” e o gentílico “português”: “É idêntico o caso de Francisco Alves, um português ignorante, que vendia livros, como poderia vender carne-seca ou batatas, e que deixou a sua fortuna à Academia Brasileira” (Miceli, 2001: 142). Um caso extremo de exposição confusa – ou de completa ignorância – a respeito da identidade assinalada com o termo “galego” deve-se a Manoelito de Ornellas, quem, antes de comentar que o “dialeto medieval” galego era a mostra restante da língua comum que compartilharam Espanha e Portugal (Ornellas, 1956b: 26-27), reproduz, para se referir ao “drama da pobreza” na Maragateria espanhola, o último dos cantos de “Pra a Habana”, nos quais, segundo Ornellas (1956b: 16), Rosalia de Castro referiu-se “à imigração dos maragatos, da terra árida e estéril onde vivem”.

A relação estabelecida entre o termo “galego” e os colonizadores portugueses – os primeiros adventícios – estendeu-se semanticamente no Estado do Ceará; nele vincula-se o vocábulo “galego” a tudo o que, desprezivelmente, tem a ver com os estrangeiros. Segundo Lesser (2000: 98) “No Pará, os árabes muitas vezes eram chamados de ‘judeus’, e no Ceará eram conhecidos como ‘galegos’, um termo pejorativo para os naturais da Península Ibérica”.

Essas confusões conduziram alguns pesquisadores a indagar sobre os reflexos semânticos que teve a introdução no Brasil do *real* indivíduo galego. Em um dos quatro cadernos redigidos por Castelao entre 1938 e 1947 – o *Caderno B* –, constam os resultados dos estudos por ele realizados sobre as causas de todos os imigrantes da *Hespanha* Sul receberem, na América do, o apelido de *gallegos* (Castelao, 1992: 928-29)¹³⁰. Castelao pondera que os espanhóis assentados na região do Prata eram chamados “galegos” pelos *criollos* – filhos dos moçárabes hispânicos – como consequência da recuperação natural, e da perpetuação, do alcunho que seus pais, sob o poder sarraceno, deram aos cristãos livres durante o longo período da Reconquista. O intelectual galeguista expõe que o uso que faziam os brasileiros do termo “galego” para qualificar todos os reinóis derivou da ancestral aversão que sentiram os portugueses da terra de mouros – antepassados dos brasileiros – contra os bracarenses, alcunhados de galegos, e, em geral, “contra o Norte de Portugal, ou sexa, contra Galiza” (Castelao, 1992: 929)¹³¹. Assim, Castelao repara em que:

¹³⁰ Esses cadernos manuscritos, anexados à edição crítica de *Sempre en Galiza*, foram localizados pela equipe de investigadores de *Co Pensamento en Galiza* no acervo custodiado na Biblioteca da Fundación Penzol. Conforme indicam os editores, o conteúdo das anotações dos cadernos corresponde a reflexões sobre as leituras que Castelao fazia, a apontamentos de viagem ou a apontamentos literários e a idéias para discursos ou artigos.

¹³¹ Ao contrário do posicionamento de Castelao, preconceituoso contra moçárabes e mouros hispânicos, a relação especial entre a brasilidade e o substrato mouro foi, desde finais do séc. XIX, reexaminada positivamente no empenho em definir a etnicidade nacional. Com anterioridade às reflexões historiográficas, José de Alencar inserira uma alusão à herança cultural hispano-árabe no Brasil em um episódio de *O Guarani* (Alencar, [1857] 1999); nele o índio Peri dedica uma canção à filha de um fidalgo português. O conteúdo dessa canção faz referência aos amores entre um *infância mouro* e uma *castelã cristã*. Dentre os ensaístas, o poeta e crítico literário Manoelito de Ornellas, ao estudar a gênese do gaúcho sul-americano, isto é, do mestiço autóctone de ambas as margens do *Plata*, expôs em duas obras de retórica *iberista* que na ascendência étnica do gaúcho – a miscigenação do peninsular com a índia – havia influência indireta de um substrato árabe. Em sua obra *Gaúchos e beduínos: a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul* ([1948] 1956b), Ornellas assinala que era evidente que as raízes dos atuais habitantes do Sul do Brasil se encontravam na África do Norte. Essa tese foi de novo sustentada em *A gênese do gaúcho brasileiro* (1956a), ensaio no qual, baseando-se, sobretudo, em Gilberto Freyre e Oliveira Martins, Ornellas assinala que o elemento mourisco, ou moçárabe, lusitano teria chegado ao Brasil através dos conquistadores e colonos procedentes do Algarve e das ilhas atlânticas portuguesas, espaços com notável influência da civilização islâmica. Pela parte da contribuição espanhola, os indícios dessa herança árabe – poesia dos Pampas, costumes, vestido, gastronomia, nomadismo – teriam sido depositados na região do *Plata* pelos maragatos castelhanos, herdeiros dos berberes. Ornellas (1956a: 27) indica a *História da Literatura* de Teófilo Braga (não especifica o volume ao qual se refere) como obra em que se salienta que a “raça portuguesa”, etnologicamente, é “a resultante de um caldeamento molecular de diversas outras raças”. Lesser (2000: 89-90) aponta outro livro de Braga, *A Pátria Portuguesa* (Braga, 1894), como uma importante fonte para a formulação de que a afinidade biológica dos peninsulares com os árabes provava que os portugueses que colonizaram o Brasil estavam arabizados. Por sua vez, voltando os olhos para Portugal em busca de auto-compreensão, Luís da Câmara Cascudo (1967: 17-52) procurou traços da presença moura na identidade do Brasil, estabelecendo um elo árabe-português-moçárabe-tupi-brasileiro.

No Brasil chámanlle “gallegos” aos portugueses, e os galegos non queren ser confundidos cos portugueses. Por eso prefiren que se lles chame “hespañoles”, deixandolle o de “gallegos” aos portugueses. É que un galego val máis que un portugués no Brasil, por todo. Inclusive porque é raro que un emigrado portugués non sexa analfabeto (a estadística oficial dá un 68% de analfabetos, pero xa sabemos que entre os alfabetos hai incontables analfabetos que dibuxan o nome). Os galegos, en troques, saben ler i escribir, anque mal (Castelao, 1992: 929).

Deve-se levar em consideração que, com anterioridade à chegada em massa dos imigrantes galegos, e com independência da imagem de indivíduos rurais e iletrados que podiam ter projetado os galegos, nos períodos da sua maior presença quantitativa, já existia uma representação sobre o indivíduo *galego*. De fato, os primeiros imigrantes galegos que aportaram ao Rio de Janeiro depararam-se com que a expressão *Mata Galego!* era um comando nacionalista que condensava o sentimento popular anti-lusitano.

Os historiadores das relações internacionais, Amado Luiz Cervo e José Calvet de Magalhães, ao analisarem a imigração portuguesa no Brasil no séc. XX (Cervo, 2000: 343-51), interpretam que a *lusofobia* popular gerada no séc. XIX, logo da independência, incitada pelos movimentos nativistas, e abrigada, por vezes, por entidades oficiais, encontrou, no milhão de emigrantes saídos de Portugal entre 1822 e finais desse século, um canal para a expansão virulenta dos seus ataques contra a subsistência da importante influência do elemento português na formação da nacionalidade brasileira. A notável concentração de portugueses no Rio de Janeiro, e a sua predominância no pequeno comércio e na indústria, acumulando, em 1889, 69,25% do capital da praça e detendo a propriedade de grande parte das moradias populares – os cortiços –, acirrou a *lusofobia* e consolidou a denotação vilipendiosa do qualificativo “galego” em uma época em que a imigração propriamente galega era já intensa nas principais cidades cariocas. Segundo os dois historiadores mencionados: “Esta situação originou, em muitos círculos brasileiros, intensa hostilidade ou má vontade contra os emigrantes portugueses, apelidados de exploradores, ‘praga de gafanhotos’, marinheiros, galegos, e outros epítetos depreciativos” (Cervo, 2000: 346).

O historiador Sidney Chalhoub, no estudo intitulado *Trabalho, lar e botequim* (Chalhoub, 1986), levantou e analisou os conflitos cotidianos de convivência, e os delitos, dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *Belle Époque*, isto é, da primeira década do séc. XX, através da sua plasmação em inquéritos policiais e processos judiciais. Esse foi um período

em que 20% da população carioca constituíam-no os imigrantes portugueses. O autor comenta depoimentos, perante a polícia, de sujeitos envolvidos em brigas nos quais o qualificativo “galego” era recebido como um insulto que podia desencadear violências. Assim aconteceu entre o português Nogueira, gerente da cocheira de uma empresa de transporte de carnes verdes, e o empregado Maciel Rodrigues Veiga, espanhol, de 27 anos, solteiro, sabendo ler e escrever, cocheiro, os quais se agrediram, e trocaram disparos, no local de trabalho (Chalhoub, 1986: 85-86). As testemunhas da defesa do português declararam perante a polícia que o empregado insultara o feitor, chamando-o “filho da puta” e “galego”. Por sua vez, Schwarcz, em sua biografia do imperador D. Pedro II, comenta:

Dizia-se que, no caminho que fazia quase todos os dias de São Cristóvão para o Paço da Cidade, d. Pedro abanava a cabeça de um lado para o outro enquanto seus batedores, de espada em punho, gritavam para os carroceiros portugueses que atravancavam as ruas: “Oh seu galego!! Sai do caminho!!” (Schwarcz, 1998: 414).

Frente ao acontecido em países como Cuba, Argentina, Uruguai ou México, onde a presença galega também era majoritária se comparada com outras procedências espanholas, no Brasil o gentílico “galego” não foi empregado para designar todos os oriundos da Espanha. Nesses países, foram inclusive compostos arquétipos de personagens cinematográficas¹³² ligados a estereótipos sobre os galegos. A personagem do “galego” é muito escassa no *corpus* dramático, embora o vocábulo surja como alcunha de portugueses ou de loiros. Aparece, entretanto, o personagem do “espanhol”, caracterizado conforme os tópicos “flamencos”¹³³.

De todas as formas, houve intelectuais no Brasil que entenderam que os genuínos imigrantes galegos – os naturais da Galiza – encarnavam e ratificavam a representação

¹³² A criação de estereótipos sobre os galegos na produção artística rio-platense foi estudada, para o período de 1880-1940, por Núñez Seixas (2002: 64-99). Uma breve referência ao estereótipo típico dos galegos no México consta no estudo realizado sobre esses imigrantes nesse país, de 1878 a 1936, por Elixio Villaverde García (Villaverde, 2003: 11-12). Durante o ano 2002, no programa televisivo de variedades apresentado sob o nome *A las siete con Fernando*, produzido em Miami para colônia de cubanos exilados, foi inserida a série “Tres patines”, colagem da popular novela radiofônica de Cuba, na década de 1930, intitulada *La tremenda corte*, em que se retrata humoristicamente um estereótipo do galego caipira – grosso, avarento enredado em conflitos com o agente da justiça –, o malandro nativo e a mulata típica, mas, no fundo, ingênuo e “de bom coração”.

¹³³ A aparição de grupos de espanhóis fez parte de duas telenovelas brasileiras do primeiro lustro do séc. XX ambientadas no cotidiano dos imigrantes. Em ambas as produções, *Terra Nostra* e *Esperança*, os imigrantes da Espanha estavam pouco caracterizados e só eram reconhecíveis por alguns traços extraídos dos clichês flamencos de *héxis* corporal, pelo sotaque imitado e por um espirituoso temperamento bravo.

desdenhosa que se fizera do português¹³⁴. Ainda neste século, a socióloga L. Lippi Oliveira (2001), em um bosquejo sobre a imigração, ao se referir ao “sonho de enriquecimento” dos galegos de Salvador¹³⁵, destaca a “língua enrolada” dos galegos, isto é, uma fala que, para os baianos, era mais difícil de compreender que o português de Portugal. Diz ela:

Eles provinham em sua maioria de uma região da Espanha – a Galiza. Região pobre, colonizada, sufocada pelos governos de Madri, a Galiza não apresentava perspectiva para os seus habitantes. [...] Têm língua enrolada, pior que os portugueses; são exploradores do povo da terra; sovinas, não gostam de gastar dinheiro nem para se vestir; vivem entre os pobres e como os pobres, mas destes se afastam pelo preconceito; não querem se identificar com os negros já que estes são cidadãos de segunda classe. Sofrem pressão muito grande. Galego passa a ser sinônimo de ignorante, bruto e sem higiene! (Oliveira, 2001: 46, 49).

Desse discurso desprende-se que a fala dos galegos se corresponde com o uso lingüístico do português esperado dos “não-nacionais”. Na categoria “não-nacionais” estão incluídos os portugueses, que não se expressam em português da maneira que se espera o façam os “nacionais”.

O imigrante galego foi visto como um sujeito – aldeão pobre – que espelhava o seu país. Assim, associou-se a identidade galega à rusticidade e ao atraso. Ao se referir ao caráter dos imigrantes galegos no Estado de São Paulo do período 1946-1964, a historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro fez a seguinte reflexão a respeito dos traços distintivos da Galiza, o país de emigração:

¹³⁴ O retrato mais delirante, com explícita hipérbole degradante, da Galiza e dos galegos foi inserido pelo escritor e diplomata Aluísio Azevedo nas suas declarações epistolares, do 23 de dezembro de 1896, dirigidas a Domingos Perdigão. Escritas durante a sua estadia em Vigo como cônsul da República brasileira, nelas descreve-se o indivíduo galego sem interferências explícitas do preconceito anti-lusitano e sem que nelas constem imagens estendíveis a todo o povo espanhol. Comentou Azevedo (1961: 193-95): “Recebi a tua bela carta que me veio surpreender, muito agradavelmente, nesta terra por onde Deus nunca andou e para onde o meu destino, que se apraz em contrariar-me, me atirou ultimamente, obrigando-me a suportar de perto este animal não classificado, que se chama – Galego, e que é feito de uma estranha composição combinada de velhacaria, estupidez e porcaria – combinadas estas três substâncias em doses iguais e temperadas com raspagens de chifre do diabo. [...] Tu, que és químico e conheces todos os segredos das recortas, não me dirás qual é o princípio científico que determina a formação satânica do preparado de que te falei primeiro, a respeito do animal ainda não classificado? Se o conheces, manda-me dizer, para que eu me defenda profilaticamente contra a intoxicação que aqui me ameaça. [...] Adeus, meu caro Domingos; se vieres por cá dar um passeio, fica já prevenido de que há aqui, neste canto insuportável da Espanha, uma casa que é tua [...]”

¹³⁵ Lippi Oliveira reconstrói sumariamente as estratégias de adaptação e de agregação da colônia galega frente aos usos e costumes da sociedade baiana. Para a elaboração da sua obra, a autora indica ter se baseado nas quatro primeiras grandes análises da imigração galega do Estado da Bahia (Albán, 1983; Bacelar, 1983 e 1994; Braga, 1995).

Tempos difíceis tanto para aqueles que optaram por imigrar após a Segunda Guerra Mundial como para aqueles que resolveram permanecer na Galícia recolhidos em suas aldeias, transformadas em monumento-símbolo da desagregação do mundo rural galego. [...] Ser espanhol tem múltiplas facetas, tantas quantas são as diversidades regionais da Espanha onde “cada mundo é um mundo à parte”, ainda que unidos pelo sentimento de hispanidade. Frente a esse conjunto de diversidades, a Galícia possui luz própria: o idioma misterioso e o perfil de uma região dedicada à terra apresentam-se como indícios de uma cultura essencialmente galega (Peres, 2003: 20-21).

Para o mesmo período, Nicolau Sevcenko, também historiador da USP¹³⁶, refere-se a esses imigrantes vinculando-os com a barbárie e o caos. Sevcenko fez deles o seguinte retrato:

Uma comunidade pouco articulada e carente de uma cultura política mais elaborada, [...]. Vistos dessa perspectiva, os amplos contingentes de imigrantes galegos que convergiam para o Brasil entre 1946-64 eram “rurais” demais, “atrasados” demais, “desorganizados” demais e “autodeterminados” de menos (Peres, 2003: 25-26).

A visão de Sevcenko mostra que, para esse historiador, os galegos não atuavam, nem individual nem comunitariamente, como se esperava que o fizessem os imigrantes *normais*¹³⁷. Por um lado, os pressupostos de Sevcenko obviam, porém, a atividade benéfica realizada pelas colônias de galegos e ignoram a participação de imigrantes galegos na estruturação, desde os seus primórdios, do movimento operário brasileiro¹³⁸. Por outro, não foi percebido que o desempenho profissional de muitos imigrantes galegos determinou um conjunto de impressões – a neutralidade política, o trabalho tenaz, a

¹³⁶ Maria Luiza Tucci Carneiro e Nicolau Sevcenko são os autores dos textos de apresentação do livro, de Elena Pájar Peres, *A inexistência da Terra Firma – A imigração galega em São Paulo (1946-1964)* (2003).

¹³⁷ O nível de inserção dos imigrantes espanhóis na sociedade brasileira foi medido por Sevcenko contratando-o com a conservação idiossincrática de outras colônias de imigrantes. Essa perspectiva leva a ressaltar o alto grau de assimilação da colônia espanhola, por ela ter, aparentemente, diluído a sua identidade na cultura tópica do cotidiano nacional brasileiro. Com essa mesma orientação, na sua análise sobre as características da aculturação dos espanhóis na cidade de São Paulo, Avelina Martinez Gallego (1995: 6) afirma que “[...] a influência da cultura espanhola na cultura brasileira no que diz respeito a marcas culturais, não são tão facilmente identificáveis como é a italiana, por exemplo, na culinária, na música, em certas expressões idiomáticas ou nas famosas festas religiosas como as de N. Sra. Acchiropita e de S. Genaro. Os espanhóis, pela facilidade de se fazerem entender, pela proximidade do idioma castelhano e, mais ainda, do idioma galego com o português, conservavam mesmo depois de muitos anos de Brasil, muito de seu idioma. Entretanto, não se percebe na fala popular do paulista em geral, ou do paulistano em particular, nenhuma influência do imigrante espanhol. Ainda na questão da religiosidade, que é uma característica muito forte da cultura espanhola, não se tem informações de nenhuma festa religiosa da coletividade espanhola em São Paulo”.

¹³⁸ Desde que, em 1906, teve lugar, no Centro Galego do Rio de Janeiro, o Primeiro Congresso Operário Brasileiro, houve intervenção de galegos nas atividades do sindicalismo revolucionário. A participação de libertários brasileiros no Congresso Anarquista do Ferrol de 1916 (Rodrigues, 1995: 212) é também uma prova das articulações entre o proletariado galego e o brasileiro.

humildade, a extrema austeridade – que se afixaram como traços da representação do trabalhador “galego” e, por extensão, do espanhol, surgindo, assim, o símile entre o imigrante espanhol e o trabalhador estrangeiro submisso, disciplinado e de fácil assimilação.

As cifras

Durante a grande imigração (1880- 1960)¹³⁹, o Brasil foi o terceiro destino preferido pelos espanhóis, só ganhando, em afluência, Cuba e a Argentina¹⁴⁰. Todavia, a quantificação estatística dos imigrantes galegos no Brasil é uma tarefa bastante complexa, sujeita a interpretações conflitantes, com variação de números nas fontes. Em primeiro lugar, cumpre distinguir entre os dados fornecidos pelas fontes brasileiras e os fornecidos pelas espanholas. Em segundo lugar, há que levar em consideração que nas estatísticas oficiais brasileiras só se especifica o Estado nacional do qual os imigrantes procedem. Alguns dos pesquisadores envolvidos nesses cálculos, para saberem se o espanhol desembarcado no Brasil era ou não galego, recorreram ao registro do porto em que o emigrante embarcara e às fichas das repartições consulares da Espanha no Brasil, em que, às vezes, figurava o lugar de nascimento desse imigrante.

Entre as fontes brasileiras, a variação dos cálculos sobre a imigração espanhola é relativamente leve e depende dos anos que tenham sido fixados como datas de início e encerramento do movimento migratório. O estadunidense Sheldon Leslie Maram (1979: 13) calcula em 500.000 a entrada de espanhóis para o período de 1871 a 1920. A contagem de Klein¹⁴¹ (1994: 104-07) – a cronologicamente mais ampla das consultadas – abarca de

¹³⁹ O estudo aprofundado dos fatores gerais de expulsão e de atração – demográficos, sociais, políticos, psicológicos, econômicos, educativos e culturais – que motivaram o processo migratório americano dos galegos foi elaborado por Vicente Peña Saavedra (1991).

¹⁴⁰ Da apreciação de estatísticas oficiais espanholas do período 1885-1895 em que se detalham a origem regional ou provincial dos emigrantes, Eiras (1992: 231) tira a seguinte distribuição percentual sobre os quatro países que concentraram os 167.575 emigrantes galegos desses anos: Cuba (39%), Argentina (37%), Brasil (15%) e Uruguai (5%), mas ele afirma (1992: 254) que nunca foi estável e fixa a distribuição, pois a corrente era sensível às circunstâncias políticas e econômicas. Entre 1946 e 1960, o Brasil continuou sendo o terceiro destino preferido pelos galegos, com 20% de média em toda a emigração galega do período. Todavia, Cuba deixou de estar entre as duas primeiras predileções, sendo ocupados os dois primeiros destinos por Argentina, 35%, e Venezuela, 30%.

¹⁴¹ As fontes que Klein informa ter usado são: “Para 1820-1871, Diretoria Geral de Estatística, *Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908* (Rio de Janeiro, 1908), pp. 82-85; para 1872-1972, Maria Stella Ferreira Levy, “O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972)”, *Revista de Saúde Pública*, vol. 8 (Supl.) (São Paulo, 1974), pp. 71-73 (tabela 1)”.

1820 a 1972 e situa em 717.424 o número de espanhóis chegados ao Brasil nesse período. Com base nos dados de Klein, pode-se calcular que 66% dos espanhóis chegados ao Brasil entre 1872 e 1972 dirigiram-se a São Paulo. A estatística de Saito (1980: 176) compreende de 1882 a 1929. Segundo essa fonte, no período assinalado teriam entrado no Brasil 567.176 espanhóis. Por sua vez, González (2000: 241) reproduz os dados divulgados vinte anos antes por Saito.

Contrastando-se as cifras de Saito com as de Klein, observa-se que, adaptando os períodos somados por ambos os autores, há coincidência nos resultados, pelo qual é possível aventurar que Klein se tenha baseado na mesma fonte que Saito, isto é, em Levy (1974: 74). Divergentemente, Darcy Ribeiro¹⁴² (1995: 242) marca em 694.000 o contingente imigratório espanhol de 1851 a 1960, o qual representa 1.608 espanhóis menos em relação ao total de Saito para esse período.

A fonte governamental, isto é, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁴³, estabelece em 587.114 o número de espanhóis chegados entre 1884 e 1933, ou seja, adiciona 18.417 espanhóis em comparação com os dados de Saito para esse período. A estatística do IBGE não contabiliza a etapa que vai de 1934 a 1944¹⁴⁴; informando que, de 1945 a 1959, teriam aportado 96.268 espanhóis, 2.517 menos que na estatística de Saito.

No tocante ao crescimento da emigração produzido logo do final da Segunda Guerra Mundial¹⁴⁵, a mais recente contagem realizada no Brasil (Peres, 2003: 34-35) restringe-se aos espanhóis desembarcados no porto de Santos¹⁴⁶. A cifra de espanhóis emigrados proposta, para a década de 1950, é a de 77.801, 15.505 indivíduos mais que os computados por Klein (1994: 109) para a seqüência 1950-1959.

¹⁴² O antropólogo não menciona as fontes de que se serviu para confeccionar a sua tabela sobre a distribuição de contingentes imigratórios por períodos de entrada.

¹⁴³ O Censo Demográfico divulgado no ano 2000 pelo IBGE encontra-se disponível em: <<http://www1.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29122003atlascenso.shtm>>. Acesso em: 29 jun. 2009.

¹⁴⁴ As causas do pouco interesse estatístico para esse período são diretamente proporcionais à baixa imigração e devem-se, no plano externo, à crise capitalista de 1929 e à política de restrição à emigração de alguns países europeus tradicionalmente exportadores de mão-de-obra (cf. Fausto, 1995: 48), e, no plano interno, à legislação discriminatória do Estado Novo.

¹⁴⁵ A regulamentação da nova entrada de estrangeiros foi fixada através do Decreto-lei n. 7.967 de 18 de setembro de 1945 (Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisa.action>>. Acesso em: 29 jun. 2009). Pela parte espanhola, o impulso à emigração partiu do regulamento contido na *Orden del Ministerio del Trabajo*, promulgado aos 29 de março de 1946 (Disponível em: <www.boe.es>. Acesso em: 29 jun. 2009).

¹⁴⁶ Elena Pájaro Peres (2003: 47) informa ter confeccionado os seus dados estatísticos mediante uma coleta de dados por ela realizada a partir das listas de desembarque no Porto de Santos arquivadas no Memorial do Imigrante de São Paulo.

Contudo, a grande disparidade aparece quando se cotejam os resultados brasileiros com as quantias oferecidas pelos censos espanhóis. González (2000: 239-241) assinala que a diferença principal entre os dados de ambos os países deve-se ao fato de as fontes espanholas só recolherem o número de emigrantes com destino ao Brasil saídos de portos espanhóis. Entretanto, os ofícios diplomáticos referentes a conflitos pela evasão de espanhóis através de portos estrangeiros manifestam que houve um intenso trânsito de emigrantes espanhóis pelos portos de Leixões, Lisboa e Gibraltar durante o último quarto do séc. XIX e as três primeiras décadas do séc. XX¹⁴⁷. Isso explicaria a diferença de 328.437 imigrantes a menos que se detecta ao confrontar os números das fontes espanholas com as brasileiras para o período de 1882 a 1929.

Na Espanha, o início do registro estatístico oficial dos emigrantes no ultramar só se produziu em 1882, ano em que, por meio da Ordem Real de 26 de agosto, foi ditado que se recolhessem dados sobre os movimentos de passageiros em navio – entrada e saída – em todos os portos espanhóis¹⁴⁸.

A lacuna estatística espanhola é patente perante os 8.716 espanhóis que, segundo as fontes brasileiras manejadas por Klein, chegaram ao Brasil entre 1820 e 1882. Assim, com anterioridade a 1882, as cifras brasileiras são a única base de dados fiável existente. Partindo, em consequência, de 1882, e alcançando o ano 1972, a compulsa global entre os dados brasileiros (Klein, 1994: 104-07) e os espanhóis (Santos, 1996: 20) – o duplo registro

¹⁴⁷ As únicas notáveis restrições à emigração ao Brasil por parte das autoridades espanholas foi a proibição, pela Ordem Real de 25 de agosto de 1910, das passagens subsidiadas, e, pela Ordem Real de junho de 1912, da atuação dos *arregimentadores* (Klein, 1994: 43-45; González, 2000: 246). A tolerância das disposições legais espanholas contrasta com a atuação de outros governos, mais zelosos com a proteção dos seus súbditos. Na Itália, a Ordem de 13 de março de 1889 – vigente até 1891 – proibiu a emigração para o Brasil. Posteriormente a Portaria de 26 de março de 1902 do Comissariado Italiano de Imigração (Decreto Prinetti) proibia a emigração gratuita ao Brasil, permitindo-se só a espontânea. A causa dessas resoluções fora a recepção de relatórios que denunciavam condições péssimas de trabalho a que estavam submetidos os imigrantes. Por semelhantes razões, o governo alemão, mediante a Lei Heydt, manteve proibida a emigração ao Brasil de 1859 a 1896. Também na França a Circular de 31 de agosto de 1875, só suspendida em julho de 1908, proibiu a emigração ao Brasil (Cf. Cenni, 2003: 235-239).

¹⁴⁸ A partir de 1882, pelo Real Decreto de 6 de maio, as estatísticas espanholas sobre emigração foram anuais e estiveram a cargo de uma negociado específico do Instituto Geográfico y Estadístico. A primeira publicação, a *Estadística de la emigración e inmigración de España en los años 1882-1890*, editou-se em 1891. A Real Ordem mencionada antecedeu a legislação que regulamentava a emigração dos espanhóis. A primeira lei que sancionava o direito de todo espanhol a emigrar data de 21 de dezembro de 1907, ainda que já aos 16 de setembro de 1853 uma Real Ordem regulamentava a emigração espanhola para os Estados da América do Sul e de México onde existiam Delegados do Governo de S.M.C. . Toda a legislação posterior a 1907 redundou na liberdade de emigração, sem mais restrições que a do cumprimento do serviço militar (cf. Villares, 1996: 98-100).

– revela que as estatísticas governamentais espanholas recolhem 33.7056 passageiros menos que as brasileiras¹⁴⁹.

Nesta tese não pudemos estabelecer umas cifras definitivas sobre a população espanhola assentada no Brasil e tomamos os cálculos dos autores mencionados¹⁵⁰. Esses autores indicaram que, do total dos imigrantes do Brasil, entre 1820 e 1972, ao redor de 13% era espanhol, quantidade que converteu a colônia espanhola na terceira maior, depois da portuguesa e da italiana.

Dentro dessa percentagem de imigrantes espanhóis é difícil indicar qual foi a quantidade de galegos. As dificuldades devem-se a dois motivos: o já indicado duplo registro e a acima mencionada falta da especificação da localidade e da região de origem do imigrante nas listas oficiais brasileiras. Esses empecilhos condicionam a credibilidade dos dados expostos pelos autores que se acercaram à questão. González (2000: 246-259) tomou como referência os informes que os cônsules das repartições espanholas no Brasil apresentaram, durante o ano de 1931, ao Ministerio de Asuntos Exteriores. Segundo esses expedientes, seriam galegos 90% dos espanhóis do Estado do Pará, 70% dos de Recife, 96% dos da Bahia e 70% dos do Rio de Janeiro, o qual resultava em um contingente de 33.043 galegos. Dos outros estados, González não informa das percentagens de galegos; para São Paulo indica que 20% dos de espanhóis eram galegos, mas a investigadora não precisa o período para o qual seria aplicável esse dado. Em relação ao Estado da Bahia, em cuja capital o número de estrangeiros nunca superou 1% no total da população, Braga (1995: 119-120), centrando-se nas fichas do Consulado Espanhol em Salvador para o período 1861-1919, afirma que 96% dos espanhóis residentes na cidade de Salvador eram galegos; deles 90,8% procederiam da província de Pontevedra. Essa autora acredita que o

¹⁴⁹ O transporte marítimo foi o principal meio utilizado pelos imigrantes para o seu deslocamento ao Brasil. Nenhuma estatística consultada explicita se, além de às listas de embarque e desembarque de passageiros nos diferentes portos, também se acudiu às fontes que contêm a saída/ entrada de passageiros por via aérea ou por meio terrestre. O montante de imigrantes que entraram de forma ilegal no país também é desconhecido.

¹⁵⁰ É preciso apreciar que, em geral, houve 50% de remigração galega. Esse dado leva a considerar os efeitos da inter-relação entre as beiras do Atlântico através dos migrantes. Ramón Villares (1997: 225) sintetiza os traços dessa inter-relação como se segue: “Trátase dunha emigración serodia, propiamente do século XX na súa manifestación de feito masivo; trátase dunha emigración moi concentrada nos seus lugares de destino, nun grao superior ao español en xeral e, sobre todo, ao italiano, achegándose pola contra moito máis ao tipo de emigración portuguesa; e trátase, en suma, dunha emigración que presenta unha relación moi intensa coas súas raíces, por ser este un país de pequena propiedade, pero tamén polas propias modalidades que presenta a poboación emigrante: altas taxas de masculinidade, elevado índice de retornos, abondosa emigración estacional ou ‘andoriña’ e intensa devolución cara á metrópole de recursos, sexa en forma de remesas monetarias, sexa en forma de accións culturais e políticas”.

teto quantitativo que pôde haver alcançado a colônia galega no séc. XX, em Salvador, foi de 50.000. Braga não fornece um cálculo exato sobre o número de galegos residentes na capital da Bahia no final do séc. XX. Esse número seria superior a 2.000 (1995: 20) e inferior a 4.000 (1995: 94); a ele poder-se-ia adicionar o dos descendentes com nacionalidade espanhola. Se forem somadas essas duas gerações, a socióloga crê que o número se elevaria a mais de 10.000 sujeitos¹⁵¹.

No estudo de Peres (2003: 38-39), em que, pelo lugar de emissão do passaporte registrado nas listas de desembarque, são identificados os galegos aportados em Santos, assinala-se um montante de 26.072 galegos chegados durante o período 1946-1964. Se contrastados com os 124.280 espanhóis calculados por Klein (1994: 109) para o período 1945-1964, a percentagem de galegos relativa ao total de espanhóis-paulistas seria de 21%. No entanto, Peres assevera que o conjunto de imigrantes galegos aproximadamente corresponde a um terço da imigração espanhola no Estado de São Paulo do pós-guerra mundial.

Mediante esses cálculos sobre a imigração espanhola, observa-se que, com a parcial exceção da população galega de São Paulo e da Bahia, ainda deve ser acometida a quantificação definitiva sobre os galegos do Brasil. Nós calculamos, *ex professo*, o número de galegos assentados no Estado de Minas Gerais entre 1890 e 1955. Através das fichas cadastrais arquivadas no Consulado Honorário da Espanha de Belo Horizonte, as quais contêm dados pessoais – nome, lugar e data de nascimento, dia e meio de transporte de chegada ao Brasil, profissão, estado civil e endereço –, contabilizamos 342 imigrantes galegos¹⁵².

Ainda não há correspondência de cifras nas fontes que estabelecem o censo atual de espanhóis residentes no Brasil, isto é, entre os censos do IBGE e dos consulados da Espanha no Brasil (2003)¹⁵³. O fato de que não se poder indicar, no início do séc. XXI, a

¹⁵¹ O cálculo do contingente galego do Estado da Bahia também foi feito por Bacelar (1994: 42-45). Ele cotejou os dados dos livros de registro de entrada de passageiros pelo porto de Salvador com as fichas do Consulado espanhol nessa cidade. Pela primeira fonte, de 1883 a 1936, 60% dos espanhóis que desembarcaram na capital baiana partira de Vigo, o qual computaria uns 10.642 sujeitos de presumível origem galega. Pela segunda fonte, dos 3.210 espanhóis registrados entre 1919-1936, 94.3% dos desembarcados procederia da Galiza.

¹⁵² A fiabilidade do nosso cálculo é escassa, pois as fichas de cadastro conservadas referem-se aos imigrantes galegos que, voluntariamente, decidiram se registrar no Consulado Honorário.

¹⁵³ No censo do Consulado Geral da Espanha em Brasília há falhas organizacionais que condicionam a sua fiabilidade. O registro – a alta e a atualização dos dados, tanto dos espanhóis naturalizados brasileiros e dos

dimensão quantitativa exata da presença galega no Brasil é consequência da dispersão e da fragmentação das copiosas fontes sobre essa imigração. Trata-se, pois, de uma existência óbvia e abundante, mas difícil de quantificar.

A invisibilidade da cultura galega no Brasil

Nas investigações sobre a imigração espanhola no Brasil publicadas frisa-se a dificuldade havida para a estruturação do campo de pesquisa, devido à escassez e à dispersão dos dados, e a aparente rápida dissolução da idiossincrasia dos imigrantes na identidade brasileira.

O historiador Raúl Soutelo, quem utilizou, como fontes de informação, documentos pessoais – correspondência, fotografias familiares – e depoimentos dos imigrantes, disse que as lacunas historiográficas existentes sobre o tema eram dificilmente justificáveis. Contudo, ele ressaltou o seguinte:

a non ser pola falta dunha cristalización nacionalista da acción colectiva dos emigrados – en termos semellantes ás podentes asociacións étnicas dos galegos emigrados en Bos Aires ou a Habana que foron refuxio de republicanos e gardiáns do “lume sacro” da Galeguidade durante os peores anos da dictadura franquista –, que desincentivaría ós nosos investigadores para aborda-lo tema. Os estudos migratorios realizados dende Brasil (Martínez Gallego, 1995; Klein, 1996; Antunes Marciel e Antonacci, 1997) veñen demostrando, nembargantes, que é falsa a explicación simplista dunha rápida asimilación da comunidade española – e especialmente da galega – en Brasil que se traduciría na súa incapacidade para crear e soste-las asociacións ás que antes aludíamos (Soutelo, 1998: 100).

Embora não seja possível concordar com a exposição de Soutelo na sua citação de Klein¹⁵⁴, é claro que os galegos que se assimilaram na nacionalidade brasileira não o

espanhóis possuidores de visto de residência quanto dos descendentes de espanhóis que mantêm a nacionalidade espanhola – depende da vontade de se identificar do residente. Assim, a atualização dos dados do residente fica submetida ao seu arbítrio, pois o censo não é renovado pelas autoridades consulares com uma periodicidade definida. Igualmente, a baixa do espanhol retornado ou falecido só constará se essa informação for comunicada por parte dos particulares interessados. Segundo os dados do Gabinete do censo eleitoral espanhol para os comícios de 25 de maio 2003, o número de galegos residentes no Brasil com direito a voto era de 20.417. Essa quantia colocava o Brasil no quinto posto entre os Estados estrangeiros em que residiam galegos, logo da Argentina (85.995), da Suíça (34.628), da Venezuela (29.517) e do Uruguai (24.720).

¹⁵⁴ Soutelo cita Klein pela edição espanhola. Klein, ao contrário do que interpreta Soutelo, expõe com nitidez que os espanhóis se integraram rapidamente no meio social brasileiro. Assevera Klein (1994, 91-93): “Ao se examinar a integração, a mobilidade e o padrão de vida que os imigrantes espanhóis alcançaram no Brasil, impressiona a integração invulgarmente rápida deles à sociedade mais ampla. [...] Eles se concentraram na agricultura, mas não se saíram tão bem quanto italianos e japoneses. Embora constituíssem um elemento importante nas cidades, seus índices de propriedade no comércio e na indústria foram bem baixos para os padrões dos imigrantes europeus. Com poucas escolas especiais e nenhum bairro urbano ou mesmo rural,

fizeram por um efeito mecânico da sua natureza; a necessidade de adaptação para a aceitação social com vistas ao sucesso no trabalho e à ascensão econômica nem sempre foi compatível com a exposição e a reivindicação identitária.

No seu ensaio sobre a imigração galega em São Paulo, Elena Pájaro Peres (2003: 41) considera que a acima mencionada escassez de fontes documentais para a pesquisa revela o perfil “transitório, fracionário, dispersivo, desordenado e instável” do fenômeno migratório galego no Brasil. Por sua vez, a respeito das lacunas bibliográficas, Bassanezi (1995: 24-25) assinala uma possível causa. A autora aponta que no baixo índice de alfabetização dos imigrantes espanhóis e na ligação ao movimento operário brasileiro dos imigrantes intelectuais pode estar a explicação da muito limitada produção escrita dos imigrantes espanhóis a respeito da cultura diferencial espanhola¹⁵⁵.

Nos períodos de grande afluência imigratória, nenhuma das associações estaduais espanholas se erigiu como a coordenadora de todas, nem o pretendeu. Também não houve um periódico espanhol que fosse distribuído pelo Brasil com a pretensão de funcionar como porta-voz estável de todo o coletivo espanhol. Percebe-se que a abrangência regular de cada periódico era o espaço das associações de patrícios instaladas em um mesmo estado. Apesar de algum ambicioso projeto, como foi a revista *La Estirpe* durante a década de 1920 no Rio de Janeiro, não triunfou nenhuma publicação periódica espanhola que pudesse forjar e dirigir um horizonte de expectativas para alguns setores das colônias de imigrantes repartidas por todo o país.

Para compreender o percurso das associações de imigrantes a partir de 1930, cumpre reparar nos efeitos da orientação nacionalista da *carta magna* de 1934¹⁵⁶. Logo é

devido a sua dispersão, a integração desses imigrantes espanhóis ocorreu com alguma rapidez já na segunda geração”.

¹⁵⁵ Além dos periódicos em língua espanhola estreitamente vinculados às associações *étnicas* dos imigrantes espanhóis no Brasil, publicaram-se, em espanhol, outros de caráter divulgador geral sobre o Brasil e circulou também uma imprensa proletária em espanhol. No final do século XIX houve uma publicação em espanhol que oferecia “cultura geral” e amenidades para os interessados em informações sobre o Brasil. Tratou-se do periódico bimensal *Revue du Brésil*, iniciado em 1896, com sede em Paris, redigido em três línguas – francês, italiano e espanhol –, o qual manifesta que se dirigia a leitores estrangeiros. Houve também periódicos que funcionaram como porta-vozes do movimento sindical do operariado estrangeiro do Brasil. Foi o caso do jornal *O Socialista* – órgão do Centro Socialista de São Paulo –, que veio à luz em 1896, redigido em português, italiano, espanhol e alemão, e do semanário socialista revolucionário *O grito do povo*, lançado em 1900 em edição trilingüe – português, italiano e espanhol – (Cf. Martins, 2001: 82).

¹⁵⁶ No Art. 131 do Título IV, Da ordem econômica e social, dispunha-se o seguinte: “É vedada a propriedade de empresas jornalísticas, políticas ou noticiosas a sociedades anônimas por ações ao portador e a estrangeiros. Estes e as pessoas jurídicas não podem ser acionistas das sociedades anônimas proprietárias de

preciso atentar à campanha de nacionalização promulgada pelo Estado Novo¹⁵⁷. Essa inflexão nacionalista afetou os centros dos imigrantes, alguns dos quais foram desmantelados. À decadência e ao esvaziamento das associações dos imigrantes espanhóis contribuíram os dissentimentos provocados durante a Guerra Civil espanhola¹⁵⁸. A vitória dos *nacionais* coincidiu com a fixação da postura mais belicosa do governo brasileiro frente aos imigrantes que residiam no país. Em 1939, Vargas através do Decreto-lei n. 1.545, dispôs que todas as repartições públicas deviam trabalhar para a “completa adaptação” dos estrangeiros com o objetivo de fortalecer o “consenso nacional”¹⁵⁹. O Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural publicara, em abril de 1938, uma síntese das declarações de Vargas à imprensa brasileira desde a instauração do Estado Novo [10.11.1937]¹⁶⁰, na qual consta a argumentação feita por Vargas aos jornalistas para

tais empresas. A responsabilidade principal e de orientação intelectual ou administrativa da imprensa política ou noticiosa só por brasileiros natos pode ser exercida. A lei orgânica de imprensa estabelecerá regras relativas ao trabalho dos redatores, operários e demais empregados, assegurando-lhes estabilidade, férias e aposentadoria”. Esse veto foi repetido nas Constituições de 1937, 1946 – incorporando as empresas de radiodifusão –, 1967 – estendendo-se à televisão –, só desaparecendo na de 1988. Mediante a proibição aos estrangeiros, tanto da propriedade e da participação nas ações das empresas jornalísticas, quanto da direção e da orientação da mídia, o modo de produção da imprensa *colonial* dos imigrantes, iniciada no último quarto do séc. XIX, foi, inevitavelmente, modificado (Cf. Constituições do Brasil, disponíveis em: <<http://www.planalto.gov.br/legisla.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2009).

¹⁵⁷ A política de nacionalização perseguia a “revalorização do homem brasileiro” e a unificação étnica. Um dos meios colocados para atingir esse alvo foi a interrupção, mediante a promulgação de decretos-lei, das atividades de exaltação identitária, e, logo, de reivindicação lingüística e cultural, dos imigrantes, entre as que figuravam, por exemplo, as experiências educacionais autônomas dos estrangeiros. Assim, foram fechadas escolas, exigiu-se o ensino integral em língua portuguesa e proibiu-se a circulação dos jornais em língua estrangeira que fossem editados no Brasil (Cf. Schwartzman, 2000: 97-122).

¹⁵⁸ Ainda que o Brasil não se posicionou perante o conflito espanhol, o governo estrategicamente consentiu as manifestações de adesão ao bando *nacional* e sufocou as mobilizações em favor da II República dos imigrantes espanhóis. Em relação à guerra espanhola, Getúlio Vargas (1995) escreveu o seguinte nos seus diários: “[10/8/1936] O ministro do Exterior procura-me com um pesado cartapácio de informações sobre a Espanha, propondo uma manifestação do Brasil no sentido de definir-se a favor dos rebeldes, ou pelo reconhecimento da beligerância destes, ou por outro ato qualquer que [tenha] por objetivo uma quebra da neutralidade [...] [13/8/36] Depois de assentada a decisão, o ministro do Exterior insistiu, apresentando-me o esboço de um decreto, pela declaração de neutralidade do Brasil na Guerra Civil da Espanha. Novamente recusei-me em concordar com tal atitude. É uma questão de política interna da Espanha que só a esta cabe intervir, não nos competindo opinar no assunto sobre o qual ninguém nos consultou. [...] [28/3/39] autorizei o reconhecimento do governo Franco [...] [26/12/39] Recebi neste dia uma reprodução da espada do Cid, o Campeador, remetida da Espanha, uma carta de Mussolini, uma figa de Guiné e uma notícia que me encheu de alegria e fez renascer esperanças mortas”.

¹⁵⁹ O Decreto-lei n. 1.545, datado em 25 de agosto de 1939, dispunha sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaLegislacao.action>>. Acesso em: 10 jun. 2009.

¹⁶⁰ Em *Problemas e realizações do Estado Novo* enuncia-se, como se segue, que a concessão, de Getúlio Vargas, de entrevistas a grupos de jornalistas deveria-se à necessidade, logo da dissolução do Congresso Nacional e da supressão dos partidos políticos, da comunicação direta do Chefe do Estado com a mídia, como a intermediária entre o presidente e a nação: “A atitude do Presidente está na lógica dos acontecimentos.

justificar a proibição das atividades políticas dos estrangeiros residentes no Brasil. No entender do presidente, não era coerente que se consentisse aos estrangeiros a continuação da livre manifestação política havendo sido suprimidos os partidos políticos nacionais, isto é, a repressão, em benefício da nação, da expressão política tinha que afetar todos os sujeitos, brasileiros ou estrangeiros, que se encontravam no país. Disse Vargas:

Ainda recentemente expedi o decreto-lei, que mandara elaborar pelo Ministro da Justiça, visando proibir, aos estrangeiros, o exercício de atividades políticas, individuais ou coletivas. Somos um país de imigração e temos muitas colônias estrangeiras de nações amigas. É natural que seus membros pertençam a esta ou àquela filiação partidária dos seus países de origem. Mas se dissolvemos os nossos partidos políticos por causa da ação perturbadora que estavam desenvolvendo, como tolerar que elementos estrangeiros se reservem o privilégio de atividades políticas proibidas aos próprios nacionais? Trata-se, além do mais, de uma medida de ordem geral, cujo fundamento só a nós cabe apreciar, e adotada no exercício normal da nossa soberania. Quem não quiser submeter-se, tem liberdade para deixar o país. Porque a lei será cumprida, sem exceções (*Problemas e realizações do Estado Novo*, 1938: 78-79).

A *Grande Depressão* mundial durante a década de 1930, e as conseqüências políticas, provocaram o colapso imigratório no Brasil. Nesse contexto, o Governo Provisório chefiado por Vargas em 1930 envolveu em nativismo – nacionalismo – os seus discursos e atos, o qual também implicava o preconceito contra os trabalhadores estrangeiros. Nesse sentido, o Decreto n. 19.482 assinalava que “uma das causas de desemprego encontra-se na livre entrada de estrangeiros... [que] freqüentemente contribuem para o aumento da desordem econômica e da insegurança social”¹⁶¹.

Para restringir a entrada desordenada de imigrantes e valorizar o trabalhador nacional, a administração varguista fixou, em 1934, *cotas* de estrangeiros¹⁶², as quais

Abolidos os intermediários, desaparecido o parlamento, só restava falar diretamente ao povo por meio dos jornais. Duas entrevistas coletivas já concedeu o Sr. Getúlio Vargas, uma em Petrópolis, a primeira aliás, e outra em São Lourenço. Em ambas, o chefe do Estado Novo abordou os mais altos problemas nacionais” (*Problemas e realizações do Estado Novo*, 1938: 3-4).

¹⁶¹ O Decreto n. 19.482, datado em 12 de dezembro de 1930, limitava a entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de terceira classe, e dispunha sobre o amparo dos trabalhadores nacionais. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaLegislacao.action>>. Acesso em: 10 jun. 2009.

¹⁶² A cota migratória limitava quantitativa e qualitativamente o ingresso de imigrantes, pois dava preferência aos agricultores. Prejudicava particularmente o ingresso dos japoneses, pois essa imigração surgira em 19 de junho de 1908, quando o navio Kasato-Maru aportou em Santos, desembarcando os primeiros 781 integrantes dessa colônia (Cf. Lesser, 2000: 159). O recurso às cotas teve a sua derradeira especificação no Decreto-lei n. 406, de 4 de maio de 1938, que dispunha sobre a entrada de estrangeiros no território nacional (Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaLegislacao.action>>. Acesso em: 10 jun. 2009). Essa medida inspirara-se na Lei das Origens Nacionais, dos Estados Unidos, de 1924. O estabelecimento das cotas fora assim planejado no §6º, do Art. 121, da Constituição 1934: “A entrada de imigrantes no território

causaram aos efeitos planejados. No caso da imigração espanhola, a redução radicalizou-se no período da Guerra Civil Espanhola e da II Guerra Mundial, até alcançarem-se quantidades insignificantes; só a partir do ano de 1949, o processo imigratório recuperou o seu caráter de deslocamento de massas. Os novos imigrantes espanhóis, de por si traumatizados pelo pós-guerra, depararam-se com uma colônia dividida pelos rancores da contenda, gremialmente esmorecida, e dobrada pelas autoridades brasileiras. Entre eles e os seus patrícios já assentados no Brasil houvera, além do mais, quase vinte anos de lapso no fluxo migratório.

IV. 1. Os estudos sobre a imigração no Estado de Minas Gerais: o caso dos galegos

Para a compreensão do processo de formação das representações da Espanha em Belo Horizonte e do fenômeno da aculturação do caso galego, contamos, como material inédito, com toda a documentação sobre os espanhóis presentes em Belo Horizonte e sobre as atividades dos belo-horizontinos em prol da causa democrática espanhola. Essa documentação foi gerada, entre as décadas de 1930 e 1950, pelo Departamento da Ordem Político Social de Minas Gerais (DOPS-Minas) e é conservada no Arquivo Mineiro (Belo Horizonte). Entre 2003 e 2004 solicitamos que fosse permitida a paulatina liberação e a cópia desse material. Ele é o veículo para conhecer o seguimento e a avaliação que as autoridades da ordem pública fizeram do movimento associativo espanhol belo-horizontino – o Grêmio espanhol – e das atuações políticas e culturais promovidas em círculos locais brasileiros, sobretudo os vinculados ao Partido Comunista Brasileiro – a Associação

nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos”. O governo federal passava, ademais, a ter completo controle sobre a imigração. As primeiras cotas de imigração foram fixadas para o ano de 1935, tendo sido anunciadas em meados de 1934. Aguiar (1991: 142-42) indica que a cota imigratória fixada para a Espanha ficou sem efeito, já que o número de pessoas dispostas a emigrar nunca atingiu, nos anos seguintes, o limite de 11.543 imigrantes que fora marcado a partir de 1936. Arthur Ramos (1962: 26) resume como se segue a efetivação da política de cotas para a imigração durante o Estado Novo: “O decreto-lei de 4 de maio de 1938, e seu regulamento três meses depois, conservando o sistema das ‘quotas’, divide os estrangeiros entrados no país em ‘temporários’ e ‘permanentes’. Na primeira categoria estão os que só podem permanecer no país pelo prazo máximo de seis meses: os turistas, viajantes de comércio, artistas, conferencistas, e os passageiros em trânsito. Os seguintes, os ‘permanentes’, seriam os verdadeiros imigrantes. A quota continuou sendo de 2% sobre o número total das entradas nos últimos cinquenta anos, porém a legislação estabeleceu a proporção de 80% desta quota para a introdução de AGRICULTORES ou TÉCNICOS AGRÍCOLAS, reservando os 20% restantes para as demais profissões. Por essas resoluções a entrada de estrangeiros no país, não pode ultrapassar a cifra de 165.445 imigrantes anuais. Os Portugueses foram depois, em 1939, considerados livres da restrição pelo sistema de ‘quota’, podendo entrar livremente, em qualquer número, no país”.

Brasileira de Amigos do Povo Espanhol e o Ateneu García Lorca –¹⁶³. Ao mesmo tempo, os comunicados e relatórios que o Grêmio remetia ao DOPS permitem-nos conhecer os pormenores da submissão à que a polícia mineira forçava o Grêmio. Os documentos guardados pelo DOPS são o único meio para indagar na história da estreita vigilância que, durante décadas, mantiveram os órgãos públicos de segurança de Minas sobre as atividades corporativas, aparentemente inofensivas para os interesses do poder público mineiro, da colônia espanhola reunida em torno do Grêmio, pois no arquivo deste não se conserva cópia nem dos informes que ele enviou ao DOPS nem dos comunicados ou advertências recebidas. Esses documentos são-nos úteis para sopesar quais eram as representações cuja construção era tolerada pela ordem pública para um coletivo de trabalhadores estrangeiros residente em Belo Horizonte e para entender por que o modo de agir desse coletivo foi marcado pela extrema prudência e pela ênfase na organização de atividades favorecedoras da socialização ordeira entre os seus integrantes, e do seu lazer.

Não temos dados que nos permitam assinalar a existência de nenhum grupo de imigrantes espanhóis em Belo Horizonte que se mobilizasse contra o regime franquista a partir da década de 1950. A colônia portuguesa nessa cidade constituía, porém, uma plataforma de denúncia e combate contra o regime salazarista inicialmente vinculada ao

¹⁶³ Em 2004, no Arquivo Público Mineiro, tive acesso às pastas do DEOPS de Minas Gerais que continham a documentação apreendida, aos 12 de maio de 1947, sobre as atividades realizadas pelo Comitê Municipal de Belo Horizonte da Associação Brasileira dos Amigos do Povo Espanhol (ABAPE), entidade de caráter “democrático popular” que fora criada em 29 de junho de 1945, no salão da Associação Brasileira de Imprensa, do Rio de Janeiro, para apoiar e defender “os ideais de fraternidade universal em geral e da democracia espanhola, em particular” (*Estatutos*, 1945). No n. 3 do Boletim da ABAPE – “Número especial dedicado ao 10º aniversário da Resistência Espanhola” (03.07.1946) – há três artigos em que se cita Lorca. O periódico abre-se com um texto de E. Mira López (1946, p. 1-3) intitulado “18 de julho, data culminante da história da Espanha”. Nele associa-se a Espanha “liberal” a Lorca, ao fundador do Partido Socialista Operário Espanhol e à *Pasionaria*, a mais famosa líder comunista espanhola durante a Guerra Civil (idem, *ibidem*, p. 2). Mais adiante, no artigo intitulado “Nossa dívida com a Espanha”, Moacir Werneck de Castro (1946, p. 5) insere uns versos tirados da Cena Quinta de *La zapatera prodigiosa* para enfatizar a necessidade de que o Brasil se solidarizasse com a Espanha, e Alberto Palacios (1946, p. 7) encerra seu artigo “Salvemos os presos políticos da Espanha” com uns versos apócrifos de Lorca dos quais se chegou a dizer que foram declamados pelo poeta antes de ser fuzilado. Além da documentação apreendida relativa à ABAPE, na pasta do DEOPS também constavam alguns textos relacionados com o “Ateneu García Lorca”, uma associação civil de caráter cultural fundada em 16 de julho de 1946 que tinha por objetivos fundamentais “divulgar a arte, a literatura e ciências da Espanha, promover cursos de língua, literatura e história espanholas” e “desenvolver as relações culturais entre o Brasil e a Espanha e colaborar com as instituições universitárias e culturais em geral, para o fortalecimento dos laços de solidariedade espiritual e democrática entre ambos os povos” (*Projeto de Estatutos*, 1946). Perceba-se que tanto a ABAPE quanto o “Ateneu García Lorca” foram intervindos em maio de 1947, data da cassação do registro do PCB pelo Supremo Tribunal Federal. Nos meses seguintes aconteceu a repressão das organizações que seguiam as orientações do Partido Comunista, entre as quais parece que figuravam as duas associações mencionadas.

general Humberto Delgado. Houve, pois, alguns episódios em que um pequeno grupo de portugueses residentes em Belo Horizonte se mobilizou para mostrar publicamente o seu repúdio ao salazarismo. O primeiro desses episódios envolveu o Prof. Rodrigues Lapa, então docente da Universidade de Minas Gerais. Em junho de 1959, Manuel Rodrigues Lapa, residente em Belo Horizonte, trocou correspondência com o general Humberto Delgado, asilado então no Rio de Janeiro¹⁶⁴. Trata-se de duas cartas; o assunto de ambas foi a visita do general à capital mineira. Na carta remetida por Lapa, datada em Belo Horizonte aos 5 de junho de 1959, ele, por um lado, admoesta Delgado a respeito da inconveniência do comparecimento do general em Belo Horizonte devido tanto à falta de representatividade dos integrantes do grupo organizador da visita quanto à pouca sintonia da colônia portuguesa na cidade com essa visita. Por outro, ele justifica a sua ausência em Belo Horizonte durante a visita que lá fará o general. Na carta de Lapa lê-se:

Do grupo fazia parte aquele Virgulino (sic), de que lhe falei no Rio, por ocasião do almoço na *Maison de France*. Logo vi tratar-se de uma rapaziada, um pouco no ar, que não tinha atrás de si nada de consistente e que pouco ou nada representava, pois os portugueses de maior importância na sociedade belorizontina conservaram-se distantes, ou por serem salazaristas ou por não confiarem nos tais rapazes, armados em líderes da Oposição.

[...] Como, porém, surgiram circunstâncias que me obrigam indispensavelmente a sair amanhã, sábado, de Belo Horizonte, para só voltar na terça-feira, escrevo-lhe esta carta para cumprimentar e lhe fazer esta respeitosa advertência. Quanto a mim – e nesta opinião acompanham-me muitos portugueses aqui no Brasil – V. Excia. só poderá encontrar no Rio e em São Paulo uma minoria de democratas suficientemente ampla e valiosa, para dar à sua presença aquele cunho de grandeza e dignidade que a missão de que está investido necessariamente lhe impõe. Nos outros pontos do país, por agora ainda não. Há todo um trabalho delicado a fazer de aliciação política que tem de ser feito pela persuasão e não pela violência. Enquanto isso não se fazer, é arriscado para V. Excia. e para a causa que defendemos entregar-se nas mãos de criaturas que não estão à altura das suas responsabilidades.

Por enquanto, é só isto que tenho a dizer-lhe. Faça agora (sic) o que lhe aprouver (Carvalho, 1986: 81)¹⁶⁵.

¹⁶⁴ Uma parte da correspondência de Humberto Delgado durante o seu exílio brasileiro – 1959-1963 – foi reunida e publicada por Luís Abreu de Almeida Carvalho (1986), então presidente da Associação Humberto Delgado, em *A verdade sobre Humberto Delgado no Brasil – cartas inéditas, notas e comentários*.

¹⁶⁵ Lapa referia-se a Virgulino [sic] Pereira Vilhena, presidente da Divisão de Minas Gerais da Associação Humberto Delgado, e representante em Belo Horizonte, a partir de janeiro de 1960, do periódico *Portugal Democrático*. Aos 10 de junho de 2005, ele foi qualificado como sujeito destacado do Centro da Comunidade Luso-Brasileira de Belo Horizonte por Manuel Frederico Pinheiro da Silva, Cônsul de Portugal em Belo

Da sua posição de auto-investido Chefe de Estado, Humberto Delgado responde a carta de Lapa aos 19 de junho, do Rio. O tom irado nesse despacho é notório, uma longa prosa dividida em itens que contrasta com a sucinta missiva de Lapa. A demonstração do despeito que lhe provocou Lapa e a apologia da suposta ação direta que ele e os seus adeptos encarnam são o miolo da correspondência de Delgado. O general não tolerara nem a disposição didática de Lapa para aconselhá-lo nem o que ele considera um ar “de excessivo à vontade”, isto é, a confiança com a qual Lapa se dirigira. Delgado repreendeu a Lapa por não ter colaborado com os seus simpatizantes e por não ter tomado a iniciativa de assumir a chefia desse grupo. Além disso, recriminou Lapa por não se ter colocado às suas ordens desde que soubera do início do seu exílio no Brasil e por não lhe ter oferecido todo tipo de auxílio, inclusive o econômico. Sobre a falta de uma formação adequada para a luta política que supostamente tinham os indivíduos que se encarregaram dos preparativos para a visita de Delgado a Belo Horizonte, ele responde a Lapa:

O risco de me “entregar nas mãos de criaturas que não estão á altura das suas responsabilidades”, a isto dá-se curta resposta: pelo visto, o Snr. professor não conhece a minha biografia nem a minha psicologia. Aliás, conheço doutores sem responsabilidades, como conheço comerciantes, industriais e operários com elas.

O Snr. doutor faz-me lembrar a idéia velha do socialista com a mão no nariz: “povo sim”, “mas ao longe, porque cheira mal”!

Pois informa-se em primeiro lugar que entre aquela rapaziada não havia mau cheiro. Mais, informo que na candidatura andou realmente muita gente pouco dada ao banho, talvez porque não tendo dinheiro para aquecer e comer, quanto mais a água para se lavarem. Mas informa-se, ainda, que é exacta e essencialmente para a classe média e classe pobre que a minha candidatura existe (Carvalhal, 1986: 84).

Todavia, uma carta – confidencial e pessoal – enviada, do Rio, por Delgado a Luís Abreu de Almeida Carvalhal, aos 26 de junho de 1959, poucos dias após a comunicação com Lapa, mostra o grau em que os comentários do professor o afetaram, até o ponto de pedir a Carvalhal – o presidente da Associação General Humberto Delgado no Rio – que

Horizonte, durante a palestra por ocasião da cerimônia solene na comemoração do Dia de Portugal, de Camões e das comunidades portuguesas.

Cf.: <<http://www.consuladoporugalmg.org.br/discurso%20da%20cerimonia%20solene%20com%20do%20dia%20de%20portugal%202005.doc>>. Acesso em: 8 fev. 2008.

fizesse o possível para comprometer na Associação sujeitos de prestígio, isto é, “sujeitos de projeção no Rio”¹⁶⁶.

Um ano depois desse desencontro com Lapa, Humberto Delgado, deslocando-se de São Paulo, compareceu de novo em Belo Horizonte. Aos 10 de junho de 1960, ele fez parte da comissão que inaugurou um busto Luís de Camões, na praça do poeta português, no bairro de Lourdes da capital mineira, em um ato promovido pela Prefeitura Municipal, o Diretório Central dos Estudantes e a Divisão de Minas Gerais da Associação General Humberto Delgado. Fora convidado, então, o ex-diplomata e intelectual Álvaro Lins, quem ajudara Delgado a abandonar Portugal refugiando-o na Embaixada do Brasil em Lisboa e realizando as gestões para a concessão do asilo político do general no Brasil. Lins, embora tivesse aceitado inicialmente o convite, não compareceu¹⁶⁷.

¹⁶⁶ Nessa carta, escreveu Delgado (Carvalho, 1986: 85): “Meu Exmo. Amigo Snr. Dr. Luiz Carvalho, Dentro da idéia de certas coisas só convir serem tratadas por ambos, venho relembrar, a propósito do jantar em que me falou, da necessidade de não darmos azo a uma falsa *ou nova exploração* (como a de Belo Horizonte): “uma rapaziada”. Pondero ao seu espírito que o “avacalhar” é perigoso aqui e que temos de ir aprendendo e emendando. Assim, na Conferência para 10 de Junho, em que eu também falei, tínhamos *pouca gente*, para não dizer *nenhuma dos poucos portugueses de projeção no Rio*. Em Belo Horizonte, o Rodrigues Lapa nada fez, se não desfez, para que alguma pessoa de projeção ajudasse à tão grande boa vontade dos rapazes, e aparecesse. NÃO PODE SER. Quero dizer: se nos não acautelamos, caímos no “avacalhar”, como, creio, eles dizem, pois que, sempre que a Associação se mete, o General só tem rapazes à volta dele, como começarão a dizer. Logo, para o jantar, convém agarrar *gente de projeção que lá vá. Além de nós os dois*. Mas que não diga apenas que vai. Que vá para se evitar que o “Chefe de Estado” como amavelmente me chamam, não ande isolado da pequena parte da Colônia alta que é anti-salazarista. Se vou só eu é muito mau. Cuidado. Como vii em Belo Horizonte, por desconhecimento de hábitos, o nosso carro andava um bocado cheio demais, e o pessoal como excesso de à vontade, como lhe salientei depois de acabada a “festa”. Casos análogos não podem repetir-se. É preciso dar uma certa *formalidade* para evitar o perigo que disse. Está a ver o que pode dar, como exploração, se nos não importamos com o caso, cuidadosamente. Recomendo-lhe, pois, apreenda bem o sentido que desejo pôr nas minhas observações de amigo seu e da Causa [...] P.S. Por que não mete o João Ribeiro Dantas, pessoal do *Diário de Notícias*, Colaço, grupo Seabra, professores universitários, etc. São mais do que eu?”

¹⁶⁷ Em carta dirigida a Luís Abreu de Almeida Carvalho (Carvalho, 1986: 201), Delgado demonstra que a missiva de Lapa lhe causara um grande impacto ao dar instruções para que a sua presença em Belo Horizonte estivesse revestida de distinção: “Creio que o meu Amigo irá, mas, vá ou não vá (e eu muito apreciaria que fosse, é claro), julgo poderei aproveitar os ensinamentos da outra viagem para evitarmos da parte dos salazaristas, e dos “narcisos” oposicionistas, como aquele lente que se julga filho de Deus. Devia, pois, desta vez: a) evitar-se que o carro em que eu me desloque ande a transbordar; b) quem vá ao volante não ande em mangas de camisa, nem os que andem dentro do carro comigo (estes dois assuntos devem tratar-se sem magoar os rapazes, tão cheios de boa vontade); c) se há cumprimentos às autoridades, garantir horas exatas para os fazer. Arranjar *nomes de peso para a cerimônia*; d) parecendo que há quaisquer declarações acerca do *espírito político* de Camões, convém eu saber do que se trata para estar prevenido contra qualquer rasteira (mandar-me JÁ); e) dar-me lista agora, se possível, das pessoas a quem devo agradecer (com nomes e funções). Como o tempo aperta, convinha olhar já por isto”. O pavor de Delgado perante a possibilidade de que surja algum imprevisto deslegante faz com que ele, em carta de 3 de junho de 1960, lhe saliente a Virgolino Pereira Vilhena – presidente da Associação Humberto Delgado de Belo Horizonte – os mínimos detalhes que devem ser cuidados no tratamento de Álvaro Lins, o convidado de prestígio para a inauguração do busto de Camões: “Telefonei imediatamente ao Dr. Álvaro Lins, que aceitou o convite. Vai com a Esposa,

Junto aos documentos do DOPS, a correspondência recebida pelo Instituto Mineiro de Cultura Hispânica (IMCH), da década de 1950 à década de 1980, conforma a segunda fonte inédita para reconstruir a história dos empreendimentos culturais das associações espanholas em Belo Horizonte¹⁶⁸. Neste caso, só nos foi possível consultar a correspondência recebida pelo IMCH e não a enviada por ele, da qual não encontramos cópias na velha sede do IMCH em Belo Horizonte. Todavia, o conteúdo dessa correspondência recebida deixa entrever que ela se deveu à necessidade de responder a demandas ou solicitudes emitidas pelo ICMH, do qual podemos parcialmente inferir o conteúdo desses ofícios, relatórios e circulares iniciais. Nessa correspondência, os remetentes mais freqüentes são o Instituto de Cultura Hispânica (ICH) de Madri, o Ministerio de Información y Turismo da Espanha e a Sección Femenina de la Falange. O IMCH visou se constituir como uma entidade cultural na qual, tanto a sociedade mineira quanto o governo espanhol, reconhecessem a legítima representação e o legítimo porta-voz dos interesses culturais e educativos da Espanha no Estado de Minas Gerais. O volume da

mas, como não gosta de viajar de avião, e tem carro, prefere fazer a viagem de automóvel. Ora isto foi ainda melhor, pois lhes poupa despesas que nesta hora se devem evitar, uma vez que teriam sido enormes as que tiveram e ainda terão com essa grande iniciativa da inauguração do Busto de Camões. Seria conveniente alojar o Dr. Álvaro Lins e esposa no melhor Hotel dessa cidade, com a recomendação de tudo ser pago pela Associação ou pela Comissão. Mas deve deixar isso bem claro, para evitar que o gerente ou responsáveis do Hotel, caso sejam salazarentos, para provocarem atritos e confundirem, cobrem ao Dr. Álvaro Lins qualquer importância, deixando ficar mal a Associação. Desculpe-me por mais esta lembrança, mas tudo será necessário para evitar imprevistos, pois também o adversário pode ter um serviço montado para nos desprestigiar” (Carvalho, 1086: 211).

¹⁶⁸ Um detalhe significativo na trajetória do IMCH é a ausência de participação nele do hispanista José Carlos Lisboa, quem, até a sua morte em 1994, como professor emérito da UFMG, desenvolveu uma grande atividade no âmbito cultural e acadêmico em Belo Horizonte desde que 1938 ocupara o cargo de chefe de gabinete do prefeito José Oswaldo de Araújo. Em 1947 José Carlos Lisboa fundou, no Rio de Janeiro, o Ateneu García Lorca, do qual foi diretor e professor e, em 1949, fundou a cátedra de Língua e Literatura Espanhola da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais. Em 1950, idealizou e organizou o Centro de Estudos Hispânicos da Universidade do Brasil (Rio de Janeiro) e, em 1952, participou na fundação, e tornou-se conselheiro, do Instituto Brasileiro de Cultura Hispânica do Rio de Janeiro. Nessa cidade fundou, em 1953, o Seminário Menéndez Pidal, da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro e, em 1959, fundou e presidiu a Associação Brasileira de Professores de Espanhol. Em 1956, José Carlos Lisboa recusou o convite para reger a cátedra Archer M. Huntington da Facultad de Filosofía y Letras da Universidad de Madrid, com a justificativa de incompatibilidade política com o regime de Francisco Franco. Às suas atividades como hispanista, por um lado, unem-se outros cargos que ele assumiu no campo cultural, como o de diretor da Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional (1960), o de membro do Conselho Nacional de Cultura (1961), o de secretário geral do Instituto Brasileiro de Estudos Literários-MEC (1961) e o de membro da Academia Brasileira de Filologia e da Academia Mineira de Letras (1982). Por outro lado, ele soma dez publicações relacionadas com a cultura hispânica, entre ensaios, edições de clássicos espanhóis e livros de ficção da sua autoria. Apesar desse ingente labor, intelectual e acadêmico, nas áreas do hispanismo não encontramos elos na sua atuação com as atividades nem da colônia espanhola residente em Belo Horizonte nem do IMCH. Também não colaborou nem com o IMCH nem em nenhuma atividade do Grêmio, Maria José de Queiroz, professora, desde 1960, de Literatura Hispano-americana na UFMG.

correspondência recebida pelo IMCH demonstra a estreita e intensa colaboração oferecida ao IMCH pelo Instituto de Cultura Hispânica de Madri (ICM) e, paralelamente, atesta o grau de dependência do IMCH dessa colaboração. Tratou-se de uma colaboração econômica em forma de subvenções, verba para o deslocamento de personalidades vinculadas ao ICH para proferir palestras ou lecionar em minicursos em Belo Horizonte, bolsas de estudos na Espanha para estudantes mineiros e envios ao IMCH de malotes com livros, cartazes, slides e discos para o acervo do IMCH¹⁶⁹. Assim, o ICMH configurou-se como um contraponto do Grêmio espanhol. O IMCH não foi criado como um órgão que pudesse complementar a oferta cultural e a instrução escassamente oferecidas pelo Grêmio aos seus sócios imigrantes. Pelo contrário, o IMCH foi criado por sujeitos que não eram, ou não se consideravam, ou não eram considerados, imigrantes espanhóis e foi sobretudo destinado a oferecer atividades a um público belo-horizontino supostamente desejoso de conhecer, para completar a sua formação acadêmica, a cultura espanhola da Espanha, não a cultura espanhola dos imigrantes espanhóis residentes em Belo Horizonte. Nesse sentido, as atividades organizadas pelo IMCH tiveram que seguir as diretrizes do ICM, órgão do qual o IMCH se tornou a sua sucursal em Belo Horizonte até o ponto em que, quando o ICH se diluiu, sendo o seu projeto assumido parcialmente pelo Instituto de Cooperación Iberoamericana/ Agencia Española de Cooperación Internacional (ICI/ AECI), o IMCH teve também que se dissolver. O caráter autônomo do IMCH a respeito do Grêmio espanhol, e o seu projeto diferenciado em relação aos fins do Grêmio, não impediu que o IMCH recorresse ao Grêmio para a obtenção de ajudas econômicas e a colaboração na divulgação das atividades que oferecia.

A análise comparativa entre as trajetórias do Grêmio espanhol e do IMCH permite observar dois âmbitos de formação de representações sobre a Espanha em Belo Horizonte. Por um lado, estiveram as imagens que ofereceram os imigrantes espanhóis através da sua dedicação ao trabalho e dos seus empreendimentos comerciais e empresariais. Uma parte desses espanhóis – 20% aproximadamente – se congregou ao redor do Grêmio para se entreter e criar laços de comunhão entre patricios. Por outro lado, esteve a atuação do IMCH, criado deliberadamente para se instituir no órgão delegado da Espanha em Belo

¹⁶⁹ Mediante doações, o IMCH conseguiu reunir uma biblioteca de 5.000 volumes e um acervo cinematográfico de 300 filmes.

Horizonte com vistas à promoção, entre os aborígenes belo-horizontinos, da cultura espanhola, e para a realização de cursos na área das humanidades, mas que acabaram sendo, sobretudo, cursos de língua espanhola. No ano 2009, o Grêmio subsiste com poucas diferenças estruturais em relação ao seu projeto original, embora tenha deslocado as suas atividades sociais, da velha sede no centro de Belo Horizonte, à sede campestre do clube no setor residencial da Pampulha. O projeto do IMCH, após a extinção da entidade, foi retomado através do Centro Cultural Brasil-Espanha do ICI/ AECI, por sua vez definitivamente dissolvido em 2008 e substituído pelo Instituto Cervantes, o órgão que, desde então, promove a língua e a cultura espanholas em Belo Horizonte¹⁷⁰.

Parcialmente inédita é a obra literária de Manuel Diz Ramos, imigrante galego em Belo Horizonte. O principal motivo dela é o estatuto de imigrante do autor, que fez com que ele sentisse a necessidade de refletir ao redor dos sentimentos e das interpelações causadas pela ausência, do seu convívio com outros imigrantes e do seu processo de adaptação ao meio social brasileiro. Qualificamos a produção de Manuel Diz Ramos como parcialmente inédita porque as tiragens das suas obras foram muito limitadas e, com exceção de dois títulos, o *corpus* é formado por edições do autor¹⁷¹.

A única obra localizada relacionada com Belo Horizonte composta por um galego não residente nessa cidade foi a intitulada *Belo Horizonte*, do desenhista corunhês Miguelanxo Prado (2003)¹⁷². Esse livro faz parte da coleção Cidades Ilustradas e teve o

¹⁷⁰ A principal diferença entre o Instituto Mineiro de Cultura Hispânica e o Instituto Cervantes de Belo Horizonte é a de que, enquanto o primeiro se constituiu a si mesmo dentro da legislação brasileira e logo recebeu o aval e os apoios do Instituto de Cultura Hispânica de Madri, mantendo, no entanto, bastante autonomia para a programação de atividades e para a sua constituição orgânica, o segundo foi planejado em Madri e logo instalado em Belo Horizonte em conformidade com a normativa brasileira.

¹⁷¹ O *corpus* de Manuel Diz Ramos analisado nesta tese é composto pelos seguintes títulos: *Phoenix Hispânica* (Diz, 1998), *Poemas na Emigración* (Diz, 2000), *Isaías, el emigrante soñador* (Diz, 2000), *A República de Patópolis* (Diz, 2001), *Poesias (lembranças, saudades, amores)* (Diz, 2001), *Planeta Terra e seus mistérios* (Diz, 2003) e *Vidas fragmentadas* (Diz, 2003). Disponível na Biblioteca Virtual Galega (<http://bvlg.udc.es/ficha_autor.jsp?id=ManDiz+R1&alias=Manuel+Diz+Ramos>). Acesso em: 13 jun. 2009.

¹⁷² Durante a realização da nossa pesquisa, deparamo-nos com alguns produtos de autoria de brasileiros, sobretudo livros de poemas e ensaios, que recolhiam impressões de viagens à Espanha ou reflexões sobre a história e a identidade de Espanha fruto de estadias motivadas por prestações de serviços ou por estudos cursados em universidades espanholas. Essas obras servem-nos para observar a construção de representações relativas à Espanha e, em alguns casos, à Galiza, do olhar estrangeiro – brasileiro – divulgadas no Brasil. Dentre elas destacamos, na poesia, a tradução de composições populares espanholas publicada em 1904 por Alfonso Celso (*Trovas de Hespanha*, 1922); o livro *Tempo espanhol* publicado em 1959 pelo mineiro Murilo Mendes (2001); os poemas relacionados com a Espanha compostos entre 1962 e 1989 por João Cabral de Melo Neto (1999) e reunidos por Maura Sardinha na seleção *Entre o sertão e Sevilha* (Melo Neto, 1997); *Tempo de Espanha*, de Betty Borges Fortes (1969), estudante de doutorado com bolsa do ICH que dedicou uns poemas a Santiago de Compostela (Fortes, 1969: 141-55); a antologia de poemas *Lembranças da*

apoio Embaixada da Espanha no Brasil, da Agência Espanhola de Cooperação Internacional e, logo, do Centro Cultural Brasil-Espanha de Belo Horizonte. Trata-se de um

Espanha – coordenada por Washinton Goularte (1996) –, do projeto Orvalho Andaluz Editora, que reuniu poemas de 21 autores brasileiros – entre eles o belo-horizontino Affonso Romano de Sant’anna –, os quais plasmaram em seus versos a sua compreensão de elementos repertoriais de cultura espanhola; o poema Mar de Vigo, fazendo parte de *Nômada* de Rodrigo Garcia Lopes (2004: 99) e os poemas ao redor da tauromaquia e da cultura flamenca de *Por Espanha* (1987-2005), da autoria de Couto Corrêa Filho (2006), que receberam em 2004 o Prêmio Sousândrade do XXVIII Concurso Literário e Artístico da Cidade de São Luís-MA. No ensaio destacamos o capítulo Dias de Hespanha do livro de Nilo Peçanha, *Impressões da Europa*, em que se incluem algumas ponderações sobre a emigração dos espanhóis ao Brasil e os *Cadernos de Portugal e de Espanha*, do gaúcho Manoelito de Ornellas (1954). Aachamos que *Se um viajante numa Espanha de Lorca*, de Antonio Naud Júnior (2005), é o primeiro livro publicado no Brasil em que um autor brasileiro, neste caso um baiano, refere-se à Espanha da perspectiva de um imigrante brasileiro nesse país. O livro é um pequeno conjunto, miscelâneo, de crônicas, de anotações de impressões de viagens, narrativas de um suposto diário, ensaios, artigos de opinião e fotografias em preto-e-branco unido pela perspectiva de um autor que assume uma dupla posição. Por um lado, ele é um imigrante brasileiro de variados ofícios – barman, cozinheiro, tradutor, modelo de escolas de Belas Artes, colhedor de frutas, jardineiro – residente na Espanha; por outro, ele investe uma parte do seu tempo em conhecer a Espanha – um “belo, místico e acolhedor país” (Naud Júnior, 2005: 17) –, sobretudo a Catalunha e Andaluzia, e Marrocos, através de viagens que recolhe em narrativas nas quais se misturam a olhada do repórter com a olhada do turista deliberadamente reflexivo. Dedica o capítulo intitulado A morte de um Amor não é Menos Triste que a Morte, datado em setembro de 2004 em Tarifa, ao Caminho de Santiago. Menciona que estivera duas vezes em Compostela, mas não se refere à cidade, e, após descrever diversas atitudes e finalidades dos peregrinos, explica por que ele nunca fez esse caminho: “O meu caminho são as palavras escritas, palavras que falam da perplexidade humana diante do vazio e da solidão de todos nós” (Naud Júnior, 2005: 62). O livro contém uma narração em que se descreve uma reunião festiva de brasileiros residentes na Espanha que, acreditamos, deve ser um dos primeiros relatos com esse assunto escrito por um brasileiro e publicado no Brasil. Eis: “Os cerca de quarenta convidados dançavam, bebiam, comiam e lembravam saudosamente do Brasil. Todos jovens, educados, de diversas partes do nosso imenso país, do Ceará ao Tocantins, de Minas Gerais ao Rio Grande do Sul. Entre chamar um táxi, ir para casa, e continuar bebendo, falando frivolidades com estranhos, acatei a segunda opção. Tarde na madrugada, ouvindo de um moreno gaúcho algo a respeito das saudades que sentia pela filha distante, éramos interrompidos a curtos intervalos pelo timbre histérico do seu celular. Não me controlei, perguntando: ‘Não vai atender?’. ‘Não trabalho esta noite’, respondeu com um sorriso malandro. Então percebi que muitos outros celulares tocaram infernalmente toda a noite. Melodias de Carlinhos Brown, Mozart; até do nosso Hino. O gaúcho, sem qualquer curiosidade ou incentivo de minha parte, confessou pagar as suas contas como garoto de programa, não só ele, como mais da metade das meninas e meninos presentes. Alguns trabalham em saunas, outros em bordéis e a maioria coloca anúncios em jornais, ensinou-me. ‘Somos formados ou universitários, classe média, gente fina no Brasil’, ironizou, creio. Fiquei imaginando os seus pais, esposas, filhos, amigos, irmãos, sei lá o quê, acreditando que ganham dinheiro como garçons ou coisa parecida. E os patrícios vendendo o corpo. Um exército de meretrizes tropicais! Depois indignam-se com a idéia gringa de que o Brasil é a terra de putas, bandidos e jogadores de futebol. Será que no futuro contarão aos netos suas peripécias eróticas de juventude? Não creio, nem todo o mundo tem a honestidade verbal de um Gerald Thomas. ‘Se estiver interessado em trabalhar numa sauna, avise-me. Não é complicado. Basta ficar esperando, se possível excitado, e logo surge um cliente. Dependendo o que ele quer, varia o preço. Não tarda mais de 15 minutos e, na hora, o truque é pensar na mulher amada’, disse. Este jovem advogado recém formado, belo como um modelo, casado, pai de uma garotinha de quatro anos, veio à Europa para juntar dinheiro e voltar o mais rápido possível. Está sozinho em Barcelona há dois anos, não juntou um euro, não sabe quando poderá regressar. ‘o que farei no Brasil?’, perguntou, concluindo: ‘Aqui pelos menos tenho uma vida confortável, posso também enviar uma boa mesada para a minha mulher e a minha filhinha. Muitos gostariam de estar no meu lugar’. Uma vida confortável. Foi isso mesmo o que ouvi. O mundo está mesmo louco. Voltei para casa, acariciando livros e pensando com nostalgia na minha biblioteca baiana” (Antonio Naud, 2005: 88-90).

conjunto de 37 desenhos que acompanham um breve relato literário¹⁷³. O relato é narrado pelo seu protagonista, um executivo a quem a sua empresa o destina a Belo Horizonte para que, durante uma breve estadia, observe as possibilidades de incorporar, aos negócios dessa firma, algumas sociedades comerciais mineiras. A estadia em Belo Horizonte permite ao protagonista visitar lugares emblemáticos ou pitorescos da cidade em que lhe acontecem aventuras¹⁷⁴. Essas vivências são sentidas pelo protagonista de uma predisposição marcada

¹⁷³ *Belo Horizonte* não é, no entanto, o primeiro produto de banda desenhada de Miguelanxo Prado publicado no Brasil, mas é o primeiro referido explicitamente ao Brasil. Em 1991, a Editora Abril Jovem lançou *Mundo Cão* dentro da série *Graphic Novel* – n. 26 –, com a mesma seleção de histórias de *Chienne de Vie*, produto cujas histórias foram assinadas por Prado entre 1986 e 1987 e que fora editado em 1988 pelos Humanoïdes Associés. *Mundo Cão* é, pois, a tradução ao português das seis histórias curtas em quadrinhos de *Chienne de Vie*: Hot-dogs, Um cara desligado, O burocrata, Telejornal das oito, Me descola cem paus?, Terror na praia. Na edição de *Mundo Cão* incluem-se uma “biocronologia” de Prado e uma resenha crítica sobre a produção do autor. A biocronologia, com o título Prado, passo a passo (Prado, 1991: 6-7), abrange toda a vida do autor até então, isto é, desde o ano do nascimento de Prado – 1958 – até o ano da publicação de *Mundo Cão* – 1991 –. Nos dados apontados para o ano 1989, indica-se que a historieta dedicada por Prado ao mercado de órgãos humanos, como consequência da divulgação de uma denúncia sobre o tráfico de crianças em Honduras, intitulada *Loda Sea la Ciencia*, fora reproduzida no Brasil na revista *Aventura e Ficção* sob o título *Louvada Seja a Ciência*. Na verdade, essa historieta foi publicada no n. 21 [janeiro de 1990] de *O melhor do quadrinho mundial – Aventura e ficção* (1990: 25-26), na mesma editora paulistana, a Editora Abril Jovem. Nesse número, diz-se que Miguelanxo Prado é “um dos mais cultuados desenhistas espanhóis da atualidade” e frisa-se que em *Louvada seja a ciência* está “todo o sarcasmo e indignação” do autor (*Aventura e ficção*, 1990: 2). A resenha crítica de *Mundo Cão* leva o título *Um cronista de vanguarda e seus flertes com o delírio cotidiano – Miguel Angel – Miguelanxo* – (Prado, 1991: 4-5), e está assinada pelo jornalista Marcelo Alencar, editor da revista *Graphic Novel*. Alencar comenta o que se segue sobre o produtor galego: “Ele não é de muito papo nem gosta de posar para fotografias, mas pode ser visto vagando sem rumo pelas avenidas movimentadas e vielas abandonadas de Madri. Nestes ambientes, o galego Miguel Ángel Prado (Miguelanxo, na assinatura) colhe subsídios e busca inspiração para construir suas historietas urbanas. Membro da cada vez mais inchada lista de arquitetos que abandonaram a carreira para se dedicar às HQ, o artista projeta, em traços preciosos e precisos, caricaturas possíveis apenas no espaço bidimensional do papel: seus personagens são distorcidos, desproporcionais e desequilibrados. As expressões faciais são valorizadas, em detrimento da musculatura restante. Os protagonistas, eternos anti-heróis, se vêem vítimas de tramas absurdas planejadas pelo acaso – ácidas ironias da realidade cotidiana. [...] Já as histórias curtas, quando não relatam amargas despedidas de jovens casais em quartos de apartamentos perdidos na metrópole, procuram ridicularizar com humor sarcástico e burlesco as situações mais comuns do dia a dia. Esta é a tônica de *Mundo Cão*, um domingo no parque segundo um ponto de vista inédito”.

¹⁷⁴ Não localizamos nenhuma outra obra literária ambientada em Belo Horizonte ou que tenha essa cidade como um dos seus motivos entre a produção dos imigrantes espanhóis. Contudo, em 1969, o madrilenho Mario García-Guillén, imigrante em São Paulo, publicou o romance *Frente 313* em que o protagonista – Mário –, um jornalista que empreende uma viagem pelo Brasil com o intuito de escrever crônicas sobre as cidades em que se detém, comenta as impressões que Belo Horizonte e Ouro Preto, os seus primeiros destinos em Minas, lhe causam. Como consequência disso, inserem-se breves apontamentos sobre a nova capital mineira. O protagonista faz os seguintes comentários: “Toda Belo Horizonte era maravilhosa, radiante, na noite de Natal. As lembranças afligiram-me dentro da alegria readquirida. Pensei: nossa consciência sempre aproveita a véspera de Natal para revivermos acontecimentos agradáveis do passado, enchendo-nos de saudade. Pensamos mais, sobretudo quando nos sentimos estrangeiros, e temos uma pátria além, à distância” (García-Guillén, 1969: 27). Essa mesma viagem a Belo Horizonte foi recriada posteriormente por García-Guillén, como marco para a ficção, em uma história romanceada da imigração espanhola no Brasil intitulada *Vimos por nuestras águas: espanhóis no Brasil* (García-Guillén, 2005a). Nela, dois jovens – Miguel, imigrante espanhol residente no Rio, e Água – acompanham Ricardo, o seu amigo e o protagonista da obra –

por se saber perante de uma atmosfera dominada pelo “real maravilhoso”. Concluído o seu serviço, o executivo espanhol, cujo bisavô materno foi um imigrante que trabalhara em 1896 na construção de Belo Horizonte, regressa a Madri. O produto literário de Miguelanxo Prado fornece uma visão sobre Belo Horizonte tida por um galego que não se sente imigrante. O autor é um estrangeiro para quem a imigração galega em Belo Horizonte é um fato que não atinge a sua geração. De fato, o protagonista do relato é apresentado como um executivo com uma distante ascendência vinculada à imigração. O protagonista não se sente imigrante, o imigrante foi o seu bisavô embora o seu bisavô tenha permanecido, ao igual que ele, por um curto período de tempo em Belo Horizonte. Nesse sentido, no relato não há alusões a outros espanhóis que não sejam o protagonista, quem observa a urbe e os seus cidadãos como se fosse um turista ou um explorador surpreendido pela estranheza inerente ao espaço que visita¹⁷⁵.

um imigrante espanhol radicado em São Paulo – na viagem que, como repórter, ele tem que fazer a Belo Horizonte para elaborar umas crônicas sobre a cidade para um jornal paulistano. Nessa viagem, eles recebem informações sobre “Angel Carrero”, um pintor espanhol imigrante em Belo Horizonte.

¹⁷⁵ Dentre os espanhóis autores de relatos de estadias no Brasil ou de viagens pelo Brasil em que se combina a crônica e o ensaio, salientamos a Carlos Beltran, autor de *Brasil, tipos humanos y mestizaje* (Beltran, 1970), Fernando Díaz-Plaja, autor de *Los Brasiles – una visión amena, desenfadada y culta de los pueblos del Brasil* (Díaz-Plaja, 1978), Francisco Ayala, autor de *Recuerdos y olvidos – 2. El exilio* (Ayala, 1983), Javier Nart Peñalver, autor de *Viaje al otro Brasil* (Nart, 2003) e Mónica Sánchez Lázaro, autora de *Memorias del Mato Grosso; una misión en el umbral de la Amazonia* (Sánchez, 2004). Interessa-nos a obra de Carlos Beltran, pelo seu estudo detalhado sobre as contribuições dos imigrantes à formação da idiossincrasia brasileira. Nesse sentido, o livro de viagens de Fernando Díaz-Plaja, que trata de apresentar uma visão geral sobre a circunstância da sociedade brasileira durante o governo de Ernesto Geisel, surpreende, no entanto, por ignorar a presença de imigrantes espanhóis. Dos dezesseis capítulos do livro, Fernando Díaz-Plaja dedica quatro a comentários sobre a presença de imigrantes no Brasil, salientando as contribuições deles à formação dos campos sociais brasileiros (El Brasil italiano; El Brasil alemán; El Brasil japonés, El Brasil norteamericano... de ayer). Além disso, dedica dois capítulos ao elemento negro, e um ao substrato índio. Todavia, não faz nenhuma menção aos espanhóis do Brasil. Por sua vez, ao longo de cinco breves capítulos da obra mencionada (os capítulos Paréntesis brasileño, Otto Maria Carpeaux, Gabriela Mistral, El racismo brasileño, Balance de un año), Francisco Ayala refere-se ao ano inteiro – 1945 – que passou na cidade do Rio de Janeiro, lecionando sociologia em uma escola da Divisão de Aperfeiçoamento do Serviço Público (DASP) como professor convidado pelo goiano Benedicto Silva. Diz Ayala que, ao longo desse ano, permaneceu no Rio de Janeiro, sem haver viajado pelo país. Ayala narra a experiência e refere-se aos intelectuais brasileiros, franceses, portugueses e hispano-americanos com que conviveu no Rio. Nessas memórias, não consta nenhum comentário sobre relacionamentos que pôde ter com outros espanhóis. De fato, ele parece ser o único espanhol que morava nessa cidade. A ruptura desse isolamento com respeito aos espanhóis, foi produzida por um auto-exilado, cujo nome Ayala não menciona, com quem Ayala teria conversado sobre a Espanha logo de esse sujeito aportar no Rio. Esse sujeito teria chegado à capital brasileira pouco antes de Ayala regressar a Buenos Aires; o auto-exílio dele dever-se-ia à decepção que lhe provocara perceber que o regime franquista manter-se-ia apesar da derrota do Eixo. Esse encontro foi transformado na crônica intitulada *La vida por la opinión*, incluída, em 1978, no livro *La cabeza del cordero*. Nela, a cidade do Rio de Janeiro só aparece como o marco do discurso. Em *La vida por la opinión* Francisco Ayala faz um comentário, dentro dos escassos apontamentos a respeito da ambientação carioca, que é do nosso interesse. O autor indica que em 1945 desembarcaram no Rio alguns espanhóis fugidos, mas destaca que isso se devia à escala que nesse porto

Nas entrevistas realizadas a membros da colônia galega em Belo Horizonte, alguns informantes comunicaram-nos que sentiam similitudes entre o modo de ser e as atitudes dos galegos e dos mineiros. Para indagar nessa questão, ultrapassando os limites dos comentários recebidos nas entrevistas com esses informantes, decidimos recorrer à bibliografia em que se analisam traços considerados característicos do comportamento dos galegos e dos mineiros¹⁷⁶. Esse parecer mencionado em conversas com galegos belo-

faziam os transatlânticos em que eles viajavam. O destino era o “sur”, isto é, o Uruguai e a Argentina (Ayala, 1978: 236-37). Diz Ayala que lhe fora proposta a prorrogação do seu contrato com o DASP, mas que ele a decidiu recusar porque no Rio não havia “por entonces facilidades educativas adecuadas para mi hija, niña a la sazón de once años, que había pasado todo ese tiempo privada de escolaridad y atendida a lecturas más o menos programadas en casa. Fueron, para ella, sin duda, unas prolongadísimas vacaciones, en las que sin limitación disfrutaba de la playa, que se extendía al pie de nuestros balcones” (Ayala, 1983: 96). Ayala faz a seguinte síntese da suas vivências cariocas: “Tampoco es caso de repetir lo que ya dije: que trabajé mucho y muy a gusto, que completé el *Tratado de sociología*, que di con buen resultado las enseñanzas para las que me contrataron, y que cuando quise hacer el esfuerzo de hablar en portugués a mis alumnos, ellos me pidieron, con la broma habitual, que les siguiese hablando en castellano, pues me entendían mucho mejor así... Los contactos humanos de que tan sólo he ofrecido ligeros bosquejos, fueron para mí de valor muy positivo” (Ayala, 1983: 95). Em relação à poesia, no entanto, encontramos poucos produtos que transluzam o reflexo, nos versos, das experiências tidas por espanhóis durante estadias no Brasil, como viajantes. A esse respeito, destacamos o livro de poemas *La ciudad es ya cuerpo* escrito por Manuel Alvar (1970) em São Paulo nos meses de janeiro e fevereiro de 1969. Esse livro, com desenhos de Sérgio Tonissi, é o “Cuaderno n. 3 de la serie ‘Álamo y Sauce’ – Poesía”, que dirigia Julio García Morejón e que editavam a Universidade de São Paulo e o Instituto de Cultura Hispánica da capital paulista. Compõe-se de três conjuntos, de três poemas cada um. Os poemas estão escritos em castelhano e foram datados em São Paulo, em janeiro e fevereiro de 1969. Eles são: São Paulo, Amanecer con fondo de rascacielos, Negros (Bloco I); Tan cerca estás, En el suelo quedaron ya mis ojos, Entre los dos, la espada del silencio (Bloco II); Secuoyas Solitarias, Nocturno em São Sebastião, Ad Amoris inivstrandvm (Bloco III). Os poemas do primeiro bloco expressam o estranhamento, e em parte a desolação, do autor no meio da urbe paulistana e, devido às suas imagens, lembra-nos a linguagem do Lorca de *Poeta en Nueva York*. Cinco anos após *La ciudad es ya cuerpo*, Guillermo Díaz-Plaja (1974) publicou, nas Ediciones de Cultura Hispánica de Madri, *Poemas y Canciones del Brasil*. Trata-se de um livro maior; contém 29 poemas distribuídos nas seguintes cinco séries: Al llegar, Canciones en Bahía, Poemas de Río de Janeiro, Poemas de tierra adentro e Al Salir. Essas séries são abertas por um poema sem título que constitui uma seção autônoma rotulada Declaración de amor. Nela, Díaz-Plaja cita uns versos de Ronald de Carvalho (Todas as tuas conversas, pátria morena,/ correm pelo ar...) e expressa: “Hispano soy, y nada/ portugués me es ajeno/ [...] Lo que hoy te traigo aquí/ como um enamorado tímido,/ son las primeras, pequeñísimas, temblorosas/ notas de un viajero/ que no te ofrece más que la sincera/ música de su piel estremecida/ al contacto de tu gigante hermosura” (Díaz-Plaja, 1974: 7-8). O autor manifesta a sua complacência perante o que percebe nas cidades de Salvador e do Rio de Janeiro; porém, expressa o espanto e a decepção que sentiu nas cidades de São Paulo e de Brasília através de dois poemas homônimos – São Paulo e Brasília –; neles patenteia a sua desilusão. São estes: São Paulo, “Aterrados,/ Bajo una barahúnda de bocinas,/ enfilamos la jungla de cemento/ pobre jungla sin árboles/ monumento de orgullo numerario,/ en el que un solo rascacielos/ se curva en una inmensa/ serpiente, por azar, petrificada.”; Brasília, “La selva transformada en geometría/ enfria sus paisajes./ Cubos, conos, pirámides, cilindros,/ en lugar de los árboles./ La línea recta ha asesinado/ las mariposas frágiles./ Los aviones de aluminio,/ el temblor de las aves./ Y la regla de cálculo/ ha hecho la perfección irrespirable./ Todo es justo, preciso, claro, rígido./ Es el sitio de Nadie.” (Díaz-Plaja, 1974: 62-63).

¹⁷⁶ Em relação aos mineiros, usamos um ensaio de Maria A. do Nascimento Arruda sobre o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil, intitulado *Mitologia da mineiridade* (Arruda, 1989) e às ponderações sobre a cultura mineira, para justificar o caráter diferencial da literatura mineira, apresentadas por Martins de Oliveira na obra intitulada *História da Literatura Mineira* (Oliveira, 1963). Da parte galega,

horizontinos tem, porém, um difícil amparo científico. Tal parecer indica que galegos e mineiros compartilham traços em atitude e discurso. A desconfiança, a ambigüidade, a prudência, o jeito matuto e a ironia sorrateira, e as conseqüentes posições conservadoras, marcariam a simpatia entre eles, mas, aqui, não podemos dar mais valor que a esses pareceres que o próprio das informais opiniões subjetivas.

Durante o desenvolvimento deste trabalho, a menção mineira à Galiza em que se retrocede mais no tempo, que foi localizada, está no ensaio *O diabo na livraria do cônego*, 1981, de Eduardo Frieiro, filho de imigrantes galegos¹⁷⁷. O ensaio refere-se à biblioteca do cônego Luís Vieira da Silva, lente de Filosofia na Sé de Mariana e um dos implicados na Conjuração Mineira de 1789. Ele tinha uma variada e notável biblioteca, na então longínqua e mal povoada Capitania das Minas Gerais, formada por um milheiro de livros, que foi seqüestrada pelas autoridades da Devassa, o qual permitiu que se conhecessem quais eram todos os títulos, pois uma relação deles figura nos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira. Eduardo Frieiro faz um escrutínio dessa biblioteca e investiga quais puderam ser as inclinações do cônego na sua escolha dos títulos. Frieiro conclui que, apesar do isolamento que supunha residir na Capitania das Minas Gerais em finais do séc. XVIII e das conseqüentes dificuldades para a aquisição de livros, e apesar das proibições régias, o cônego pôde acompanhar as idéias da ilustração, o enciclopedismo, o racionalismo e o

utilizamos, para os fins da análise comparada, por um lado, o ensaio de Valentín Paz-Andrade intitulado *A galeguidade na obra de Guimarães Rosa* (Paz-Andrade, 1983) por ela conter a reflexão em torno aos elementos de um possível repertório cultural galego latente na circunstância sertaneja recolhida na produção literária de Guimarães Rosa. Por outro lado, utilizamos o *Ensaio sobre a cultura galega*, de R. Otero Pedrayo (1954) devido à reflexão ao redor da “alma nacional” dos galegos desenvolvida pelo autor.

¹⁷⁷ No séc. XVIII encontramos uma recorrente alusão a D. Quixote e Sancho Panza, nas suas representações estereotipadas de, respectivamente, idealismo e materialismo, nas *Cartas Chilenas* atribuídas ao inconfidente Tomás Antônio Gonzaga. O estudo da obra, e a explicação dessas alusões, foram feitos por Rodrigues Lapa (1958), professor no início da década de 1960 na Universidade de Minas Gerais (parte da atuação de Rodrigues Lapa em Belo Horizonte pode ser entrevista através da sua correspondência – *Correspondência de Rodrigues Lapa*, 1997 –). Rodrigues Lapa (1958: 151) acredita que o personagem Critilo das *Cartas Chilenas* pode proceder de um personagem homônimo de *El Crítico*, do jesuíta Baltasar Gracián, obra existente na livraria de Cláudio Manuel da Costa. Em 1938, Miram de Barros Latif publicou um ensaio intitulado *As Minas Gerais* (Latif, 1991) em que reflete acerca da formação do Estado de Minas Gerais, desde a descoberta das primeiras jazidas de ouro até o encerramento definitivo do ciclo de ouro em 1935. No capítulo O espírito das Minas (Latif, 1991: 209-213), o autor visa reconhecer quais são os elementos constitutivos da idiossincrasia do homem mineiro. Assim, ele observa que, no séc. XVIII, o mineiro, nos árduos trabalhos das lavras, “adquiriu a imaginação e os arrojos de entusiasmo romântico de um verdadeiro Quixote” (Latif, 1991: 210) e, para sobreviver às penalidades, “adquiriu as ponderações de Sancho” (Latif, 1991: 211).

otimismo naturalista¹⁷⁸. Na biblioteca do cônego havia um só autor espanhol. Esse era o P. Feijoo. A ele refere-se, como se segue, Eduardo Frieiro (1981: 32-33):

Da Espanha, um único escritor, e esse mesmo por ser divulgador de idéias francesas, o Padre Benito Jerónimo Feijoo, a quem Gregório Maraño tem na conta de “*assombroso exemplo do poder da palavra humana*”. As *Cartas eruditas y curiosas* e sobretudo o *Teatro Crítico universal* do ensaísta Feijoo (de que se achou um volume truncado na livraria do Cônego) eram uma verdadeira introdução crítica à ciência européia, além de conterem uma investigação aguda do marasmo e do cansaço em que se achava mergulhada a vida intelectual em sua terra. O *Teatro crítico* teve numerosas edições, circulou pela Europa e a América e foi lido no Brasil por alguns homens instruídos.

Se o P. Feijoo é o primeiro autor galego lido em Minas, a madame Dona Olímpia Vázquez García é, como imigrante transformada em motivo literário, a galega mais conhecida de Belo Horizonte, ao ter sido objeto de tratamento poético por Carlos Drummond de Andrade nos versos de Cabaré Palácio, poema inserido em *Farewell*, um livro póstumo do autor, publicado em 1996 (Drummond, 2003: 1407-08)¹⁷⁹. Nele apontam-se os negócios de “diversões noturnas” e o lenocínio como uns dos âmbitos laborais dos galegos residentes em Belo Horizonte. Sobre esse aspecto, durante esta pesquisa, não foi localizada nenhuma monografia específica, havendo sido necessário recorrer a trabalhos

¹⁷⁸ Uma exposição geral a respeito da imposição de limites à chegada do iluminismo ao Brasil, através da censura literária, foi feita por Maria Luiza Tucci Carneiro no capítulo “Iluministas pervertidos” (Carneiro, 2002: 41-43).

¹⁷⁹ Além de Cabaré Palácio, Drummond de Andrade dedicou outros dois poemas à atmosfera de bordéis. Eles são Zona de Belo Horizonte, anos 20, também de *Farewell* (Drummond, 2003: 1431) e Cabaré Mineiro, sobre uma dançarina espanhola de Montes Claros-MG, inserido em *Alguma poesia* (Drummond, 2003: 30). Por outro lado, Drummond de Andrade, dedicou explicitamente um poema [A ilusão do migrante, (Drummond, 2003: 1395-96)] à expressão dos sentimentos que lhe causou ter que partir da sua Itabira natal, embora o mal-estar da ausência e a impossibilidade do regresso sejam *leit-motiven* na poesia do itabiriano. De fato, um imigrante viguês no Rio de Janeiro, Domingo Gonzalez Cruz, Domingo, dedicou um ensaio ao reflexo na poesia do *habitus* de Drummond como imigrante. Trata-se do ensaio *No meio do caminho tinha Itabira: a presença de Itabira na obra de Carlos Drummond de Andrade* (González, 1980), em que se transcreve o seguinte diálogo mantido pela ensaísta com Pedro Nava: “Nava. Eu não tinha me fixado nisso. Realmente nós podemos considerar o Carlos um imigrante em busca de coisa melhor, de educação, de meio de vida, maneira de viver. Ele saiu para estudar da sua própria terra, mas sempre preso a essa terra. A poesia dele é uma prova disso. De modo que essa prisão dele deve ter acarretado sempre a vontade de voltar. E as voltas que ele fez a Itabira devem tê-lo magoado. Ele já não encontrando o que ele queria encontrar, que seria a Itabira antiga e ele próprio, o antigo Carlos. É como você diz: ele é um imigrante, e também imigrante com a impossibilidade de voltar. Ele é um símbolo de cada um de nós. Nós também não podemos voltar à nossa terra, como um pedaço de nós mesmos. No fundo seria o desejo de retornar à infância, à mocidade. Isso é impossível. Nós iríamos cair em Fausto outra vez. Teríamos que vender a alma ao diabo. Domingo. Belo Horizonte na época em que o sr. era estudante devia ser uma terra de imigrantes. Nava. Exatamente. Uma terra cheia deles. Hoje, Belo Horizonte nos traiu, mudando e evoluindo. Acabou. Não há mais. (González, 1980: 90). O desarraigo de imigrantes brasileiros em Belo Horizonte nas duas primeiras décadas de existência da cidade é mencionado nas obras *O modernismo em Belo Horizonte: década de vinte* (Bueno, 1982), *Horizontes modernistas: o jovem Drummond e seu grupo em papel jornal* (Cury, 1998) e no capítulo Dois noturnos de Belo Horizonte (Paula, 2001: 9-17).

com alusões à participação espanhola nessas atividades e a obras literárias em que se descreviam os ambientes da boemia belo-horizontina. Dona Olimpia Vázquez Gacia é mencionada nas monografias *Trilhas urbanas: histórias da Rua da Bahia e da Cantina do Lucas* (Silveira, 2002: 211), *Praça 7: o coração da cidade* (Santos, 2006: 27) e *Livraria Amadeu: os livros e a cidade* (Paula, 2006: 42). Ao bairro Lagoinha, como popular espaço histórico belo-horizontino da devassidão, da malandragem e da prostituição, com a conseqüente repressão policial, dedicou Wander Piroli um breve estudo (Piroli, 2004). Uma descrição da vida noturna na zona belo-horizontina onde se situavam alguns dos “hotéis de batalha” e *rendez-vous* gerenciados por galegos é apresentada nas suas memórias por Octavio Mello Alvarenga (2003: 97-111)¹⁸⁰. Todavia, o trabalho que mais informações proporcionou para o conhecimento da participação espanhola no lenocínio belo-horizontino é o capítulo “o Bonfim da prostituição: a presença ambivalente do outro”, de Regina Medeiros, que faz parte do livro *Permanências e mudanças em Belo Horizonte* (Medeiros, 2001). Nele examinam-se as causas da inicial qualificação do bairro do Bonfim e da Lagoinha como um espaço de residência da mão-de-obra pouco qualificada e da criminalidade desde a época da construção da cidade de Belo Horizonte e retratam-se as características da clandestinidade inerente à prostituição, expondo-se a representatividade desses espaços em paralelo ao conceito de *habitus* de P. Bourdieu.

Em *A revista*, periódico belo-horizontino que, a meados da década de 1920, dirigiu Carlos Drummond de Andrade, publicaram-se várias matérias em relação à questão da nacionalidade, da autoria de Gregoriano Canêdo. Esse autor, em um artigo intitulado *A situação*, expõe claramente a identificação do estrangeiro com a força de trabalho, ressaltando que a presença forânea devia ser aceita sempre e quando ela significasse mão-de-obra que contribuísse à formação da nacionalidade brasileira¹⁸¹. A questão da

¹⁸⁰ Não dispomos de dados estatísticos sobre a prostituição em Belo Horizonte durante as décadas da chegada de imigrantes estrangeiros a essa cidade. Conhecemos, no entanto, a estatística policial, elaborada em 1912, relativa a um dos distritos policiais da cidade do Rio de Janeiro onde era significativa a presença de estrangeiras. Em um total de 94 casas toleradas havia 299 mulheres, das quais 160 eram estrangeiras. Nesse conjunto, 33 mulheres eram russas, 30 eram italianas, 20 eram espanholas, 16 eram francesas, 15 eram portuguesas, 10 eram inglesas, 9 eram alemãs, 7 eram austríacas, 4 eram argentinas, 4 eram turcas, 3 eram romenas, 2 eram polacas, 2 eram marroquinas e 1 era suíça. No Rio de Janeiro, as prostitutas estrangeiras instalavam-se ou em prostíbulos organizados segundo o modelo das *maisons de tolérance* francesas ou em cabarés e similares que compunham o chamado “gênero alegre”, introduzido no Brasil com a inauguração, no Rio de Janeiro, do “Alcazar Lirique” em 1859.

¹⁸¹ No primeiro número de *A revista*, de julho de 1925, Gregoriano Canêdo expressava-se nos seguintes termos: “O braço estrangeiro de que depende o índice de difusão e saneamento perfeitos do nosso trabalho

nacionalidade faz também parte do conto A volta do marido pródigo, presumivelmente escrito por João Guimarães Rosa a meados da década de 1930, embora só fosse publicado em 1946, fazendo parte de *Sagarana*. Nele, Lalino [Eulálio] de Souza Salãthiel, figura notável pela habilidade para envolver teatralmente em suas confusões os seus interlocutores por meio de um discurso artificioso – cujo retrato compartilha traços com os estereótipos do mulato malandro brasileiro –, vende as suas poucas posses a um camarada, e sua mulher – Maria Rita –, a um imigrante espanhol, “bestalhão e bigodudo”, o senhor Ramiro, para, com o dinheiro reunido, poder ir morar no Rio de Janeiro, onde deseja cair na gandaia e dedicar-se à devassidão com prostitutas estrangeiras. Esse espanhol, a quem também se refere Lalino como “gringo” ou “estranja”, integrava uma “espanholada” que trabalhava na construção de uma estrada no interior de Minas, em Itaguara, perto de Montes Claros. Acabado o dinheiro, aborrecido com o seu fracasso perante as vadias como galã, e frustrado pelo difícil dia-a-dia carioca, Lalino decide regressar a Minas e recuperar a sua mulher sem devolver o dinheiro que recebera em troca. Lalino retorna com presunção cosmopolita e finalmente recupera a sua mulher amasiada sem ter restituído o montante a Ramiro. Em Itaguara, os espanhóis se assentaram após terminarem a construção da estrada. No conto justifica-se como se segue essa decisão: “Compraram um sítio, de sociedade. E fizeram relações e se fizeram muito conceituados, porque, ali, ter um pedaço de terra era uma garantia e um título de naturalização” (Rosa, [1946] 1983: 86). Para receber o apoio dos seus amigos nativos, Lalino, por um lado, recorre ao discurso da xenofobia:

Olha, su Jijo, pois enquanto você estiver ajustado com esse pessoal, nem fale, hein?!... Nem quero que me dê bom-dia!... Olha: eu estou vindo da capital: lá, quem trabalha p’ra estrangeiro, principalmente p’ra espanhol, não vale mais nada, fica por aí mais desprezado do que criminoso... É isso mesmo. E nem espie p’ra mim, enquanto que estiver sendo escravo de galego azedo! (Rosa, [1946] 1983: 91)¹⁸².

Por outro, ele põe-se a serviço do Major Anacleto, o coronel da região, que utiliza Lalino como gancho eleitoral. Lalino acaba se convertendo no principal articulador político do Major, de quem recebe o reconhecimento pelo seu labor e a quem pede auxílio para

produtivo, pelo território nacional inteiro, não é o chinês, alemão, japonês, hespanhol, italiano ou português, mas qualquer que seja, uma vez que à sombra do labor fecundo, coopere para a nossa felicidade econômica”.

¹⁸² Dentre todo o *corpus* rosiano, é em *Sagarana* onde aparece a única referência aos galegos. Na obra *O léxico de Guimarães Rosa*, Nilce Sant’Anna Martins comenta o uso que Rosa dá ao termo galego no conto “A volta do marido pródigo”: “GALEGO. *E nem existe p’ra mim, enquanto que estiver sendo escravo de galego azedo!* (S-II, 90/105)./ Natural da Galícia; esp.; (por ext.) estrangeiro.// Conot. Pejorativa reforçada pelo adjetivo.” (Martins, 2001: 243).

tomar de volta do “espanhol” a sua mulher. O espanhol Ramiro é respaldado pela pequena colônia espanhola, mas o Major faz com que Maria Rita se reconcilie com Lalino e acaba obrigando os espanhóis a que lhe vendam o sítio e partam para bem longe. Uma das argumentações usadas por Lalino com o Major para que ele se pusesse da sua parte foi a falta de direitos políticos dos imigrantes. Estes, ao não poderem votar, deixaram de ser de interesse para o Major. Lalino comenta ao Major:

Está vendo, seu Major, que eu andei muito ocupado com os negócios do senhor, e não ia lá ter tempo p’ra gastar com espanhol nenhum? Gente que p’ra mim até não tem valor, seu Major, pois eles nem não votam! Estrangeiros... Estrangeiro não tem direito de votar em eleição... (Rosa, [1946] 1983: 104).

O conto de Guimarães Rosa transmite a idéia de que a esperteza do malandro, um dos estereótipos que condensam as essências identitárias do caráter nacional brasileiro, supera o talante tosco e amedrontado do estrangeiro – o gringo –. Ele deve se dedicar só a trabalhar, sem mexer com os interesses particulares do aborígene, quem sempre vencerá em casos de conflito porque, além de ser mais esperto, tem do seu lado a justiça, que pende em seu favor por ele gozar de direitos políticos, neste caso, o direito ao voto.

A mudança da atitude do Major fora alcançada por Lalino quando, trabalhando ao seu serviço como cabo durante a campanha eleitoral, usa de toda a sua lábia e consegue convencer os eleitores para votarem a favor do Major. Contudo, a legitimação da posse da Rita Maria perante o Major passa pelo domínio do uso da língua brasileira que demonstra ter Lalino. O imigrante espanhol – o outrem –, sem competência para o uso de expressão lingüística engenhosa, e inábil no manejo dos códigos sociais de conduta, acaba derrotado por um indivíduo que encarna simpaticamente a representação nacional-popular do país ao longo de um desregrado conflito que extrapola o plano da vida privada e atinge o plano da vida social de toda a comunidade do pequeno povoado, fazendo com que a colônia espanhola se veja obrigada a abandonar às pressas seu assentamento. A vocação universal do regionalismo que se perfila no conjunto de contos de *Sagarana* contradiz-se com a temática de “A volta do marido pródigo” em que se constrói uma representação nacionalista da brasilidade mediante a imposição do talante esperto e gaiato de um mulatinho herói, capaz de fazer vivenciar os outros experiências que nem mesmo ele tivera,

sobre a inepta escrupulosidade de imigrantes interesseiros desconhecedores dos códigos sociais do interior do país¹⁸³.

A volta do marido pródigo recolhe um aspecto da presença espanhola em Minas que difere das características dessa presença em Belo Horizonte e que nos leva a nos deparar com os primeiros destinos da mão-de-obra imigrante espanhola. Décadas antes que se iniciasse a construção de Belo Horizonte, o governo, primeiro da Província e, a partir de 1889, do estado de Minas Gerais, adotara medidas tendentes a suprir o trabalho escravo na mineração e, sobretudo, na, a meados do séc. XIX, incipiente lavoura do café, com imigrantes procedentes da Europa¹⁸⁴. A história desse processo, até o ano 1930¹⁸⁵, foi estudada por Norma de Góes Monteiro em uma tese de doutorado intitulada *Imigração e colonização em Minas (1889-1930)* defendida em 1973 na UFMG¹⁸⁶ e publicada nesse

¹⁸³ Embora na produção de Rosa só se possa registrar uma alusão aos galegos, ele era conhecedor, ou fabulador, de sua origem familiar sueva devido à genealogia de seu sobrenome “Guimarães”. Enfatizando a vocação emigrante do povo suevo, a cepa genealógica minhoto-duriense da qual Rosa presumia fora integrada na sua constelação literária, conforme Rosa manifesta na entrevista concedida em 1965 ao jornalista alemão Günter Lorenz (1995: 30). Deve-se salientar que, nessa entrevista, Rosa interpreta o destino errante do povo suevo como responsável pelo fato de seus antepassados “se apegarem com tanto desespero àquele pedaço de terra que se chama sertão. E eu também estou apegado a ele...”.

¹⁸⁴ Na Zona da Mata, no Sudeste mineiro, há um município cujo topônimo, de origem obscura, parece ser consequência da passagem de imigrantes espanhóis pela região. Trata-se do município de Mar de Espanha, cujo significado é assim explicado por Joaquim Ribeiro Costa (1997: 274) no seu livro *Toponímia de Minas Gerais*: “MAR DE ESPANHA – Top. de or. obscura, embora haja a tradição local de que teria surgido da exclamação de um dos primeiros povoadores, de nacionalidade espanhola, o qual, ante o espetáculo da confluência dos rios Paraíba e Piabana, em dia de grande cheia, teria dito: “Parece mar... um mar de Espanha!...” A expressão agradou a um fazendeiro, que a aproveitou para a denominação de sua fazenda. Cur. de N. S. das Mercês do Cágado, da paróq. de São José do Paraíba, por dec. imperial de 14-VII-1832. Dist., mun. e vila, com o nome at., pela lei nº 514 de 10-IX-1851, que para ali transf. a sede do mun. de São João Nepomuceno”.

¹⁸⁵ Norma de Góes Monteiro coordenou, em 1980, o VI Seminário de Estudos Mineiros da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), dedicado à revolução de 1930, por ocasião do seu cinquentenário. Nas atas do seminário há dois trabalhos que proporcionam alguns apontamentos úteis para os fins desta tese. Por um lado está o trabalho de Eliana Regina de Freitas Dutra (*Seminário de Estudos Mineiros*, 1987: 115-32), em que se menciona a participação do elemento imigrante nas práticas sociais do operariado de Juiz de Fora. Por outro lado, no trabalho Manifestações político-sociais da população belorizontina: 1930-37 (*Seminário de Estudos Mineiros*, 1987: 199-227) encontramos úteis referências ao papel da colônia italiana na fundação do Partido Integralista em Belo Horizonte a meados da década de 1930. Por sua vez, o imaginário político relativo ao integralismo mineiro da década de 1930 foi estudado por Eliana Dutra em *O ardil totalitário* (Dutra, 1997).

¹⁸⁶ Berenice Martins Guimarães e Sérgio de Azevedo organizaram um catálogo crítico sobre a produção acadêmica que teve como alvo os campos sociais de Belo Horizonte. Eles identificaram um total de 449 trabalhos produzidos entre 1920 e 1994, entre teses, dissertações e monografias de Universidades e Instituições Isoladas de Ensino Superior, nacionais e estrangeiras, com cursos regulares de pós-graduação *stricto sensu* reconhecidos pelo Ministério da Educação. Dentre todos esses trabalhos, os organizadores do livro, intitulado *Belo Horizonte em tese*, só localizaram um dedicado especificamente aos imigrantes estrangeiros. Trata-se da tese de Norma de Góes Monteiro (*Belo Horizonte em tese*, 1995: 29, 46, 283). De todas as formas, no catálogo também consta uma dissertação de mestrado em economia, de Lea Melo da

mesmo ano em forma de livro¹⁸⁷. Nessa tese o objeto de estudo não são os imigrantes em si, senão a política do Governo de Minas sobre imigração e colonização. Para o nosso trabalho, a tese de Norma G. Monteiro foi de grande utilidade pela recopilação e as análises contidas de leis e regulamentos¹⁸⁸. A autora destaca que houve um incremento do processo migratório acontecido com a implantação do regime republicano com vistas ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento demográfico, mas conclui que as medidas tomadas foram improvisadas e imprecisas o que fez com que a política migratória mineira fosse, do Império até a revolução de 24 de outubro, tímida e sem qualquer ousadia. De todas as formas, entre 1894 e 1901, o governo estadual conseguiu introduzir, sobretudo nas lavouras de café da Mata e do Sul de Minas Gerais, 52.582 estrangeiros, criando na área suburbana da Nova Capital 5 núcleos coloniais e dois no Sul do estado. Ao igual do que aconteceu em São Paulo, a lavoura do café foi inicialmente sincrônica à imigração; contudo, as maiores parte desses imigrantes não se assentaram nas fazendas do café por muito tempo devido às poucas vantagens obteníveis nesse trabalho e ou regressaram aos seus países, ou emigraram a outros países americanos ou passaram-se a outros estados da União. A partir de 1907, a imigração esteve condicionada ao povoamento do território por meio da criação de núcleos coloniais e da concessão de terras devolutas. Esse processo de

Silva, intitulada *Fluxos migratórios para Belo Horizonte*, defendida na UFMG em 1972, em que se aborda a inter-relação entre os processos migratórios e a constituição social da cidade, no período de 1900 até 1971, ressaltando-se os fatores que determinaram a seletividade, a distribuição e a assimilação dos imigrantes no âmbito do município. Tangencialmente, Carlos M. Teixeira aborda a problemática da imigração em Belo Horizonte ao se referir, no estudo *Em obras: História do Vazio em Belo Horizonte* (Teixeira, 1999), às consequências, na configuração urbana belo-horizontina, do assentamento dos imigrantes nas regiões suburbanas da cidade. Mas ele refere-se aos imigrantes mineiros, chegados do interior do estado à capital na procura de melhores condições de vida: “A zona suburbana foi crescendo e invadindo a zona urbana. O êxodo de pessoas do interior para a capital do Estado, atraídas pelo milagre da cidade grande, contribuía e ainda contribui para o assentamento de centenas de milhares de casas nos arredores da cidade. A zona suburbana assiste então a um crescimento desordenado, cresce periférica demais e necessita do Centro para se articular às outras periferias. Estas não se articulam entre si e recebem mais imigrantes do que poderiam. Depois de décadas de crescimento seguindo o modelo oposto ao ‘do Centro à periferia’ previsto por Aarão, o Centro entra em colapso. Satura-se, torna-se obeso, impróprio para desempenhar as finalidades a que se propunha. Seu excesso de centralidade torna-o passagem obrigatória para quem quer cruzar a cidade, o que o faz corredor de trânsito. As ruas do Centro ficam pequenas para a vazão de carros e ônibus que chegam de todos os bairros. A arquitetura decai. O Centro entope” (Teixeira, 1999: 125). Desde o início dos trabalhos de construção da cidade, a participação dos imigrantes “internos” – procedentes do próprio estado de Minas – foi quantitativamente muito superior à dos imigrantes “estrangeiros”.

¹⁸⁷ A obra recebeu em 1994 uma segunda edição (Monteiro, 1994).

¹⁸⁸ Nas conclusões do seu trabalho, Norma G. Monteiro (1973: 157) salienta que a legislação mineira sobre imigração, no período 1889-1930, foi quantitativa excessiva e que, qualitativamente, não apresentou caráter inovador. E salienta que as medidas “além de uniformes – chegando mesmo à monotonia da repetição – não foram eficazes. Se fossem, não havia necessidade de tanta lei e regulamento: a multiplicidade é a prova de que pouco se cumpria”.

imigração ligado à agropecuária manteve-se até 1930. Foi pouca a incidência do elemento imigrante na industrialização de Minas e unicamente cabe, segundo Norma de Góes, considerar a importância dos imigrantes para o desenvolvimento urbano de Minas no tocante à transformação dos núcleos coloniais em cidades e à construção da Nova Capital do estado¹⁸⁹. Norma de Góes frisa que a imigração em Minas não provocou conflitos sociais e que os imigrantes se adaptaram e se integraram, dissolvendo-se, na sociedade mineira. Ao respeito, ela afirma:

Se foi mínima a presença estrangeira em Minas, com entradas decrescentes por medidas oficiais – governo federal e estadual – e pela situação internacional, que afeta os países emigrantistas, não se pode falar em xenofobia. Não foi por hostilidade ao alienígena que ele não se fixou aqui, mas pelas maiores vantagens que percebia em outros Estados. Era natural que se dirigisse para áreas em que havia muitos de seus patrícios. Não houve jamais, porém, xenofobia. O estrangeiro foi sempre bem acolhido, como se observa no Século XIX e no atual. Homens de diferentes países vieram e logo se adaptaram ao estilo local, participando intensamente do que havia: as disputas políticas, a rivalidade de associações, clubes, bandas-de-música. A primeira geração, os filhos nascidos em Minas, já não se distinguem em nada dos que são da terra e filhos e netos de mineiros (Monteiro, 1973: 166-67).

Até 2009, a única pesquisa desenvolvida no âmbito acadêmico em relação à presença espanhola em Belo Horizonte é da autoria Renato de Assumpção e Silva quem, em 20.12.2002, defendeu na Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul (Porto Alegre), sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Núncia Santoro de Constantino e dentro do Programa de História das Sociedades Ibéricas e Americanas, uma dissertação de mestrado intitulada *A América Latina e a Imigração Espanhola em Belo Horizonte (1890-1930): Colonização, Urbanização e Integração Social*. Essa dissertação tem dois resumos que são os seguintes:

A dissertação analisa a presença de espanhóis em Belo Horizonte no período entre 1890 e 1930, marcado inicialmente pelo processo de construção, inauguração e consolidação da cidade como capital do Estado de Minas Gerais. A referida presença é decorrente dos grandes fluxos imigratórios europeus que marcaram a primeira década republicana no Brasil, sendo caracterizada , nos primeiros

¹⁸⁹ A visão dos imigrantes que se deslocaram até os terrenos destinados à nova capital de Minas Gerais com o intuito de fazerem fortuna incorporando-se ora à construção ora aos serviços demandados pela cidade foi literaturada por Avelino Fóscolo no romance *A capital* (1903). Esses imigrantes protagonistas da narrativa de Fóscolo, no entanto, são quase todos brasileiros, procedendo do interior de Minas muitos dos personagens. Os imigrantes estrangeiros só aparecem como personagens secundários para o desenvolvimento do argumento, sendo eles ou portugueses ou, sobretudo, italianos. Uma caracterização da trajetória profissional – jornalística, literária e política – de Fóscolo foi feita por Edgard Rodrigues (1979: 80) e várias análises sobre a sua produção, além de notas biográficas do autor, aparecem na edição crítica de *A capital* (Fóscolo, 1979).

tempos, por questões políticas e sociais que se desenvolviam no cotidiano desses estrangeiros, de certo modo expressas nas suas reivindicações, em grande parte assumidas por entidades representativas que contribuíram ao processo de inserção social dos espanhóis na cidade.// Esta pesquisa trata da imigração espanhola em Minas Gerais, no período de 1890 a 1930. Nesse contexto, destaca-se a construção da nova Capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, que demandou um número significativo de mão-de-obra para a sua execução. Nesse contingente os espanhóis tiveram certa expressividade. Entre os trabalhadores vindos para executar o projeto da nova Capital, tratar-se-á especificamente da inserção dos espanhóis na sociedade, apresentando as dificuldades enfrentadas, nesse processo, por esses imigrantes que, em número pequeno, não formaram bairros próprios que os mantivessem unidos, mas que mesmo assim procuraram, por intermédio do Grêmio Espanhol e do Consulado, manter contato constante entre si e não perder sua identidade nacional. A atuação desses imigrantes em nossa sociedade, pela própria natureza de suas condições culturais, se revestiu de determinadas peculiaridades e, sem ser ostensiva, ainda hoje marca presença, de forma discreta, mas firme.

A dissertação compõe-se de 146 páginas, às que há que acrescentar ao redor de umas 200 páginas de anexos. Os anexos são a principal contribuição do autor para a investigação da presença espanhola em Minas Gerais, pois neles há, em primeiro lugar, a cópia de uma recopilação importante de documentos de censos¹⁹⁰, feitos na Hospedaria Horta Barboza de imigrantes de Juiz de Fora, sobre a designação de lotes de terras a imigrantes e sobre a organização de colônias¹⁹¹; em segundo lugar, há cópias de registros do *Livro de legalizações* do Consulado da Espanha em Belo Horizonte; em terceiro lugar, há uma soma da legislação estadual sobre imigração. O estudo está dividido em cinco capítulos, dos quais só o quinto é dedicado explicitamente aos espanhóis em Belo Horizonte. O primeiro intitula-se “Os espanhóis no Brasil: primeiros contatos”, o segundo “A grande imigração para o Brasil”, o terceiro “A imigração espanhola para o Brasil” e, o quarto, “A imigração para Minas Gerais e Belo Horizonte: a ação governamental”¹⁹². Na

¹⁹⁰ Os dados dos censos brasileiros, com discriminação dos espanhóis residentes em Minas Gerais, foram contrastados, nesta tese, com o registro histórico da colônia espanhola em posseção do Consulado Honorário da Espanha em Belo Horizonte.

¹⁹¹ Elda González Martínez destaca a escassa participação espanhola nas colônias agrícolas mineiras entre 1892 e 1912 no item La experiencia en Minas Gerais. Ele faz parte do capítulo El modelo colonizador en otros estados, no seu livro *La inmigración esperada: la política migratoria brasileña desde João VI hasta Getúlio Vargas* (González, 2003: 70-72).

¹⁹² No capítulo I, “Os espanhóis no Brasil: Primeiros contatos”, Renato de Assumpção e Silva apresenta um resumo panorâmico da presença espanhola no Brasil, desde a descoberta até a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, mencionando a chegada de espanhóis como consequência de escalas ou naufrágios nos reconhecimentos da costa oriental da América do Sul, das incursões no sertão, da evangelização, da luta contra os holandeses durante a União Ibérica e da descoberta do ouro na região das

introdução, o autor alude a alguns acontecimentos históricos com vistas à contextualização da transferência da capital do Estado de Minas Gerais, de Ouro Preto à Cidade de Minas [Belo Horizonte], inaugurada em 1897, e informa que o centro de interesse do trabalho que apresenta é

a atuação dos espanhóis a partir do início da construção da nova Capital, com os problemas sociais e políticos resultantes, seu cotidiano, suas lutas, suas instituições culturais, as questões políticas específicas, até sua inserção na sociedade que se constituía no novo espaço urbano (Silva, 2002: 10).

Renato de Assumpção e Silva refere-se, na introdução, à causa da chegada de imigrantes espanhóis a Belo Horizonte, isto é, à necessidade de mão-de-obra para os trabalhos de construção dessa cidade – mão-de-obra escassa entre os naturais “já que o trabalhador nacional, de modo geral, considerava degradante o trabalho, efeito ainda do longo período escravista” – e aponta a segregação elitista como uma das características inerentes à concepção urbanística da nova capital, em cujo perímetro urbano não foram contemplados espaços destinados à habitação dos operários. Em decorrência disso, as primeiras levas de imigrantes espanhóis ocuparam, devido a fazerem parte da *classe*

Minas Gerais. No capítulo II, “A grande imigração para o Brasil”, destacam-se momentos relevantes no processo imigratório brasileiro, desde a autorização da doação de terras a todos os estrangeiros que quisessem se fixar como colonos no Brasil, feita pelo Príncipe Regente D. João, em 25 de novembro de 1808 até as medidas implementadas para efetivar a substituição gradativa da mão-de-obra escrava por imigrantes europeus para a lavoura na cafeicultura paulista. No Capítulo III, “A imigração Espanhola para o Brasil” – o capítulo maior da tese –, esboçam-se as causas da emigração espanhola ao Brasil, indica-se a periodização dessa imigração e as suas quantidades e depara-se em algumas características socioeconômicas da imigração espanhola em Salvador e nas cidades de São Paulo e de Rio de Janeiro. Nesse capítulo, salienta-se o seguinte: “Minas Gerais foi exceção, pois, tendo a maior população escrava do país, sendo um dos três maiores produtores de café e possuindo uma população nativa suficientemente grande para suas necessidades, precisava de pouco trabalho do imigrante. Isso explica o fato de a imigração européia, incluindo a espanhola, ocorrer em tão pequena escala para Minas Gerais, se comparada a outros Estados” (Silva, 2002: 61-62). No final desse capítulo, o autor conclui que os espanhóis que emigraram ao Brasil estavam entre os europeus mais pobres e despreparados, tinham pouca instrução, viajaram em grupos familiares numerosos, criaram poucas entidades associativas, não se concentraram em bairros específicos das cidades em que se assentaram, adquiriram, comparativamente a outros povos imigrantes, poucas propriedades fundiárias, não destacaram nem na indústria nem no comércio, não construíram hospitais para a comunidade nem veicularam periódicos de importância e, em decorrência desses traços, na “segunda geração” já estavam bastante integrados no meio social brasileiro. No entanto, o autor não apresenta dados dos quais se possam inferir essas categóricas conclusões. Ele chega a elas através da sua interpretação da bibliografia que consultou. No capítulo IV, “A imigração para Minas Gerais e Belo Horizonte: a ação governamental”, analisa-se a vinculação da chegada de imigrantes ao Estado de Minas Gerais ao crescimento da cultura do café e à construção de estradas de ferro e comentam-se as primeiras disposições legislativas do Governo Provincial mineiro para a introdução e localização de contingentes de imigrantes e a problemática gerada por elas. O autor comenta o seguinte sobre a inserção de imigrantes espanhóis em Minas Gerais: “Apesar de impor-se no período como a segunda força imigratória em Minas, a corrente espanhola não era bem aceita. Seus componentes eram considerados agressivos e muito exigentes. Já os espanhóis viam o problema de outra maneira. Na sua versão, o que ocorria era que não aceitavam serem tratados como escravos. Faziam valer seus direitos, reivindicavam e não aceitavam desaforos de nenhum patrão, pois tinham brio e personalidade” (Silva, 2002: 85).

proletária – operários, ajudantes, mestres de obras e empreiteiros da construção de estradas –, áreas além do contorno da cidade, apesar deles trabalharem na construção dessa cidade. Todavia, a escolha, como corte histórico, do período de 1890 a 1930, embora anteceda o início das obras da construção da cidade e ultrapasse em décadas a sua inauguração, justifica-se pelo caráter simbólico dos anos que marcam os extremos do período: por um lado, 1890 e a consolidação da República, por outro, 1930 e a revolução do 24 de outubro. A abrangência do período faz com que o foco do estudo não sejam só os operários espanhóis que participaram na urbanização de Belo Horizonte, senão também os indivíduos que exerceram profissões nos serviços demandados por uma cidade: a educação, da que se encarregaram alguns religiosos espanhóis, o comércio e a indústria. Já na introdução, Renato de Assumpção e Silva, embora não mencione as fontes que lhe permitem elaborar o seu juízo, desenvolve categoricamente uma representação dos imigrantes espanhóis que estará presente ao longo de todo o seu trabalho:

Os espanhóis que vieram para Minas Gerais, mais especificamente para Belo Horizonte, no início da República eram, na maioria, oriundos de regiões pobres, semi-analfabetos ou analfabetos. Pobres, muito pobres mesmo, aproveitavam a facilidade das passagens gratuitas fornecidas pelo governo brasileiro, ou por ele financiadas, para tentar a sorte em um novo país [...] Enfim, em decorrência da região de origem do imigrante espanhol, ele manteve muito pouca ou nenhuma correspondência com os parentes e amigos na Espanha. Tinha pouco contato com a mãe-pátria e quase não recebia jornais, revistas ou outras notícias de lá, a não ser esporadicamente. Na maioria das vezes, eram notícias providas de parentes ou amigos da mesma aldeia ou região, que ingressavam apenas aos correspondentes, como quem casou com quem, quem morreu, como está fulano (Silva, 2002: 12-13).

Na sua dissertação, o autor frisa a escassez de estudos sobre a imigração espanhola no Brasil, em geral, e, em Belo Horizonte, em particular, e menciona a dispersão e desorganização das fontes de dados para quem se interesse por essa temática. O autor dedica umas linhas da introdução ao levantamento do estado da questão, em que afirma:

Na verdade, só existem dois trabalhos sobre os espanhóis em Belo Horizonte: um do professor Valentin Bahillo Cuadrado e outro, uma publicação sobre os noventa anos do Grêmio Espanhol, editado por uma comissão interna. Mesmo no Centenário da Capital nada se fez em termos de estudos sobre a imigração espanhola. Sobre a imigração para Minas Gerais há apenas um livro, a tese de livre-docência da Professora Norma de Góes Monteiro, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), único de natureza acadêmica, editado em 1973, em que se fala um pouco sobre os espanhóis (Silva, 2002: 13-14).

Ele decidiu contribuir ao preenchimento dessa lacuna bibliográfica mediante um trabalho interdisciplinar guiado por pressupostos da História Social, na sua vertente de História das Cidades, em que se reuniram dados procedentes da legislação e de órgãos executivos federais e mineiros do período estudado (1890-1930), relatórios da Hospedaria de Imigrantes Horta Barbosa, de Juiz de Fora-MG, e o livro de legalização dos espanhóis que entraram em Belo Horizonte desde a implantação do Consulado da Espanha, em 1917.

É no capítulo V, “Os espanhóis em Belo Horizonte”, onde Renato de Assumpção e Silva aborda os seus objetivos, pois os anteriores capítulos constituem um compêndio de dados sobre a história da presença de estrangeiros no Brasil, desde a descoberta até a consolidação do processo migratório durante a República Velha. Nesse capítulo, o autor menciona alguns padres e exploradores espanhóis que estiveram em Minas Gerais nos séc. XVI e XVII¹⁹³ – o missionário jesuíta João de Aspilcueta Navarro, considerado “o primeiro apóstolo de Minas”, seria o primeiro espanhol que teria penetrado na região –, aponta a presença de um espanhol em uma bandeira – o espanhol Rodrigo de Castelo Branco, fazendo parte da bandeira de Borba Gato – e nomeia uma fazenda da região do Rio das Mortes – “o principal centro produtor de gêneros alimentícios das Minas Gerais –, da década de 1810, que se supunha pertencia a um espanhol: a “Fazenda do Castelhana”¹⁹⁴. Após aludir aos motivos que provocaram a decisão da mudança da capital de Minas Gerais para uma nova cidade construída seguindo um planejamento urbano higienista, mencionam-se os profissionais qualificados espanhóis que chegaram à região do perímetro urbano fixado para a nova capital para participarem, como mestres-de-obras, construtores,

¹⁹³ O bandeirismo e os conflitos luso-castelhanos acontecidos no séc. XVII em relação ao controle da região Sudoeste brasileira foram literaturados por Plínio Salgado em *A voz do Oeste* (1934).

¹⁹⁴ A remissão à época colonial é freqüente nos trabalhos que estudam a presença espanhola no Brasil. No periódico *Lectura pedagógica de la realidad “vasco-brasileña”* (2004) da Eusko Ikaskuntza – Sociedad de Estudios Vascos, consta um artigo de Estebe Ormazabal Insausti (Ugartetxea, 2004: 55-137), intitulado Los vascos de Brasil. Aproximación a una historia desconocida, em que se remonta a presença basca no Brasil a meados do séc. XVI devido à participação de jesuítas bascos e navarros nas primeiras missões evangelizadoras do território. Um dos autores – Ormazabal – (Ugartetxea, 2004: 98), inclusive considera que em 1549 aconteceu a chegada do primeiro euskaldun ao Brasil. Ele seria o jesuíta navarro José de Azpilicueta Navarro, radicado em Salvador e em Porto Seguro. O autor também acrescenta à relação de primeiros bascos no Brasil o jesuíta canário José de Anchieta, por sua ascendência navarra. A evocação, motivada por uma vontade de exaltação da ascendência espanhola, de personagens históricos da época colonial, pode derivar na composição de estudos sobre esses personagens. Assim, em 1991, Duílio Crispim Farina, então presidente da Academia Paulista de História e da Academia Hispano-Brasileira de Ciências, Artes e Letras, e membro da Academia Paulista de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em homenagem aos seus “ancestrais ibéricos” – os Farinhas –, publicou uma obra, intitulada *Sarmiento de Gamboa no Brasil*, em que traça uma biografia desse navegante que participara em 1584, como tripulante nas naves de Flores Valdés, nos combates contra o corsário inglês Edward Fenton nas costas de São Vicente.

desenhistas, pintores, carpinteiros, marceneiros, canteiros, pedreiros, nos trabalhos de urbanização e construção da cidade¹⁹⁵. A especialização profissional desses sujeitos fez com os seus nomes fossem anotados. Os espanhóis constituíram na época a terceira colônia de estrangeiros, após os italianos e os portugueses, mas segundo o autor, a sua presença foi menos perceptível do que a das outras nacionalidades. Nesse sentido, Renato de Assumpção e Silva destaca que eles não se agruparam em nenhum bairro, não construíram um hospital para a sua comunidade, mantiveram poucos contatos com a sua pátria e se integraram facilmente na sociedade belo-horizontina. O autor menciona o primeiro recenseamento – o de 1920 – em que se discriminam os estrangeiros residentes por nacionalidades. Assim, nesse ano haveria no Estado de Minas Gerais 6.800 espanhóis, dos quais 444 residiriam estavelmente em Belo Horizonte¹⁹⁶. Foi no ano de 1912 quando entrou no estado um maior número de espanhóis, 648 indivíduos¹⁹⁷. Renato de Assumpção alude à

¹⁹⁵ No *Dicionário biográfico de construtores e artistas de Belo Horizonte: 1894-1940* (IEPHAM, 1997) localizamos 12 notas biográficas de mestres de obra espanhóis. Na atualidade, a colônia de galegos de Belo Horizonte vem assumindo, como a sua primeira representação, o trabalho dos operários que cortavam e colocavam a pedra do piso das ruas e dos meios-fios. Esses precursores configuram um estereótipo digno, pois marcam o primeiro degrau na ascensão à propriedade de empresas da construção e de firmas dedicadas à extração de mineral (Cf. Bahillo, 1998: 21-24).

¹⁹⁶ Quatro décadas após a sua divulgação, os dados do recenseamento de 1920 foram comentados por Arthur Ramos (1962: 113-15) como se segue: “O Recenseamento de 1920, consignou 219.142 Espanhóis no Brasil, dos quais 171.289, ou seja 78,2%, viviam em São Paulo. Os grupos restantes assim se distribuíam: Rio de Janeiro (capital), 18.221 (8,3%); Minas Gerais, 6.809 (3,1%); Rio Grande do Sul, 5.359 (2,5%); Bahia, 4.900 (2,2%). O Recenseamento de 1940, de acordo com os dados provisórios já disponíveis (BOLETIM MIMEOGRAFADO n. 297), consigna 148.074 Espanhóis, ou seja 11,53% do total dos estrangeiros presentes no Brasil. É preciso lembrar que no Recenseamento de 1920, os brasileiros naturalizados foram incluídos entre os estrangeiros, ao passo que em 1940, só foi feita a computação dos estrangeiros, com exclusão dos naturalizados. A distribuição pelas regiões fisiográficas é a seguinte: Norte, 1.407; Nordeste, 327; Este, 18.569; Sul, 127.327; Centro-Oeste, 444. São Paulo tem o número maior, com 121.316 Espanhóis, ou seja 81,93%, seguindo-lhe o Distrito Federal com 11.495, ou seja 7,74%. Em São Paulo, o Espanhol competiu com o Italiano, nos trabalhos agrícolas das fazendas de café, achando-se hoje espalhados pelas zonas da Noroeste, Alta Sorocabana e a Araraquarense. Plantando seu pé de café, o agricultor espanhol tem ainda as suas criações de gado e hoje já se transforma em pequeno proprietário, preferindo trabalhar por conta própria. Na baixada santista, é ele o maior plantador de bananas. Nas cidades, como o Rio, São Paulo, Santos, Bahia, os Espanhóis são pequenos proprietários de armazéns de comestíveis, dedicam-se a outras atividades de pequeno comércio, ou se empregam como garçons, chauffeurs, trabalhadores de docas, etc. Sua influência cultural é hoje insignificante, a não ser, [...] nas zonas marginais, de antigos influxos históricos, ou de novas vizinhanças geográficas na fronteira ocidental. Ai se podem facilmente reconhecer certos padrões culturais, quer materiais, quer não materiais, de origens espanholas, ou melhor hispano-americanas, no traje, no linguajar, no FOLK-LORE, oral e musical, nos hábitos de vida...”

¹⁹⁷ Ao censo de 1912 também recorre Luciana Teixeira de Andrade em sua tese de doutorado – transformada em livro sobre o título *A Belo Horizonte dos modernistas* (Andrade, 2004) – sobre as ambivalentes representações de Belo Horizonte, como cidade moderna, criadas pelos modernistas mineiros Cyro dos Anjos, Pedro Nava e Carlos Drummond de Andrade. A autora destaca a pouco significativa participação do imigrante estrangeiro nas três primeiras décadas de existência de Belo Horizonte no séc. XX (Andrade, 2004: 77-82).

instabilidade dessa presença, pois se teria produzido uma considerável “remigração” ou a partida para outros estados brasileiros ou outros países americanos. O autor acrescenta uma lista de sobrenomes espanhóis localizáveis em Minas em decorrência do assentamento do contingente de imigrantes e salienta que, concluídas as principais obras de urbanização de Belo Horizonte, bastantes espanhóis deixaram essa cidade para se dispersarem pelo estado ou de deslocarem a outros estados do Brasil. Em relação à contribuição dos espanhóis para a constituição do campo cultural mineiro o autor menciona três fatos: a apresentação em Belo Horizonte, em 1895, de um espetáculo por uma companhia espanhola de zarzuela¹⁹⁸, a construção do Santuário de Nossa Senhora de Lourdes pela Congregação Espanhola dos Missionários Filhos do Imaculado Coração de Maria e as pesquisas acadêmicas, nas áreas de história e economia, do Prof. Francisco Iglesias, filho de um galego e uma andaluza¹⁹⁹. O autor menciona ainda a fundação, em 1907, da Sociedade Beneficente Espanhola e, em 1911, do Grêmio Espanhol de Socorros Mútuos e Instrução, e conclui o capítulo com as seguintes ponderações:

Com a venda dos lotes das colônias, muitos imigrantes, dentre os quais os espanhóis, ficaram financeiramente bem de vida, podendo aplicar seus lucros em atividades industriais, comerciais ou agrícolas, o que lhes garantia mais rápida ascensão social. Desse modo e em decorrência do que foi dito, não houve problemas de vulto na inserção dos espanhóis na sociedade de Belo Horizonte, mormente dos seus primeiros descendentes.

Não obstante a sua pouca densidade, a colônia espanhola de Belo Horizonte foi sempre atuante na defesa dos interesses de seus membros, e as relações entre ela e sociedade foram sempre amistosas. Desse modo, houve poucos problemas com relação à inserção dos espanhóis na sociedade de belo-horizonte (Silva, 2002: 124-25).

¹⁹⁸ A presença no território de Minas Gerais de grupos artísticos espanhóis, além de ter sido registrada em crônicas e em estudos da história mineira, foi objeto de tratamento literário no romance *Cassino de Sevilla*, de Paulo Thiago (2000). A chegada a Belo Horizonte da Companhia de Zarzuelas a que se referem Renato de Assumpção e Silva e Valentín Bahillo (1998: 65-66) foi, por primeira vez, relatada pelo historiador Abílio Barreto (1936: 433-34).

¹⁹⁹ Na bibliografia de Francisco Iglésias não encontramos estudos ou ensaios que contemplem explicitamente a Galiza. No entanto, em um artigo de opinião da sua autoria, intitulado Chão Galego, publicado no Suplemento Literário do *Minas Gerais*, 03.02.73, ao comentar o homônimo livro de viagens de Renard Perez, declara que, embora nunca antes tivesse se referido à Galiza – a terra do seu pai –, ele viajou em duas ocasiões até ela com o intuito de conhecer *in situ* as suas raízes para entender-se melhor a si mesmo. De todas as formas, ele declara-se profundamente brasileiro: “Uma das coisas prodigiosas da cultura brasileira é esta assimilação plena de estrangeiros – espanhóis e italianos, sobretudo: seus filhos já são de todo nacionais, como se dá com o nordestino Perez ou o mineiro que lhe comenta o livro; ainda que mais espanhol – pai e mãe –, sinto-me tão brasileiro como se viesse direto de um dos índios vistos por Cabral” (Iglésias, 1973: 8).

Na conclusão da dissertação, o autor frisa que a sua pretensão foi a análise da presença espanhola em Belo Horizonte na passagem do séc. XIX para o XX. Entretanto, no discurso que desenvolve não consta nenhum comentário que não tenha sido feito nas sínteses dos capítulos da monografia. Sobre os espanhóis residentes em Belo Horizonte o autor conclui que “as evidências de sua contribuição à sociedade belo-horizontina são sutis, principalmente aos movimentos de trabalhadores” (Silva, 2002: 130), mas não expõe como se manifestam essas sutilezas. Além disso, o autor insiste na diluição dos espanhóis nos campos sociais da cidade, havendo tão só, como espaços para os encontros entre os espanhóis, o “Consulado” e o “Grêmio”:

Verificou-se que o Consulado e o Grêmio se tornaram o centro de convergência dos espanhóis em Belo Horizonte. O Consulado, para a sua legalização perante as autoridades espanholas, no caso de informações sobre seu paradeiro, perante suas famílias. O consulado espanhol iniciou o *Livro de Legalização* em janeiro de 1917, quando foi instalado o vice-consulado espanhol na capital mineira. A partir daí, estão registrados todos os espanhóis que lá foram se apresentar. É uma das poucas fontes que se tem sobre os espanhóis que aqui estiveram.

O Grêmio é o local de reuniões, das conversas, da música de casa, das recordações e dos sonhos futuros, de jogos e de atividades culturais e desportivas. Também foi o local que o imigrante espanhol procurava nas suas dificuldades financeiras. Portanto, é no Consulado e no Grêmio que se encontram informações mais precisas sobre a presença dos espanhóis em Belo Horizonte.

No caso específico de nosso objeto – os espanhóis em Belo Horizonte –, verifica-se que não se constitui em movimento isolado da imigração européia, constituindo parte integrante dela; sem dúvida, uma presença minoritária, pouco perceptível, como, aliás, na maioria do território nacional, com a provável exceção de São Paulo. (Silva, 2002: 129)

A dissertação de Renato de Assumpção e Silva tem a função de ser a primeira monografia acadêmica dedicada à presença dos espanhóis de Minas. Todavia o estudo dessa presença é sumário e superficial e limita-se a esboçar dados contidos na escassa bibliografia que abordou essa temática. Na verdade, Renato Assumpção Silva não acerta quando afirma que, no centenário de Belo Horizonte, não se publicou nenhum estudo sobre a presença espanhola em Belo Horizonte. Houve uma obra, por ele citada, intitulada *Espanha em Belo Horizonte – Cem anos*, de Valentín Bahillo Cuadrado²⁰⁰, 1998, em que se expõe, com muitos mais pormenores que na monografia de Silva a história dessa presença.

²⁰⁰ Valentín Bahillo Cuadrado é autor de três ensaios em que se reflete sobre a história e a idiossincrasia da Espanha e a identidade hispano-americana: *Hispanidade e outros ensaios* (Bahillo, 1994), *Pelos caminhos da Espanha* (Bahillo, 1995) e *Brasil no contexto colonial ibérico* (Bahillo, 2000). Além disso, foi o fundador em 1959 e o “redator-chefe” da revista *Alma Mater – Revista da Universidade Católica de Minas Gerais*.

Consideramos que esse é o principal estudo existente sobre o tema devido a que fornece variadas informações sobre a contribuição dos espanhóis à formação dos campos sociais de Belo Horizonte. Valentín Bahillo Cuadrado foi um observador direto dessas atuações ao ter residido durante mais de quatro décadas em Belo Horizonte. Ele chegou da Espanha ao Brasil como um religioso agostiniano destinado à docência no colégio Santo Agostinho de Belo Horizonte e, desde o início da sua estadia em Minas, acompanhou a colônia espanhola como padre, como professor de filhos de imigrantes, como membro ativo no Grêmio e como fundador do Instituto Mineiro de Cultura Hispânica. Ele justificou o seu livro como se segue:

O Colégio Promove pediu aos alunos que realizassem uma pesquisa sobre as “comunidades de imigrantes estrangeiros” em Belo Horizonte. A Comunidade Espanhola entrou, também, na pesquisa. O Grupo encarregado de apresentar o trabalho sobre os espanhóis veio me procurar, para pedir-me uma colaboração.

Mesmo procurando material, não obtiveram resultado. Parece que ninguém tinha dados para fornecer-lhes. Procurei atendê-los.

Rascunhei um esquema, apresentei-lhes um roteiro para a elaboração de um vídeo que pensavam realizar.

Foi este fato, o que me levou a escrever estas páginas. Algumas, já foram publicadas, em parte, no número especial de ALBATROZ, jornalzinho do Grêmio Espanhol, ao completar, este, 80 anos de fundação. (Bahillo, 1998: 3)

Valentín Bahillo inicia a sua obra destacando que, embora quantitativamente a presença espanhola seja escassa e apesar de ainda se ter reduzido nas três últimas décadas do séc. XX, a marca dessa presença, desde a fundação da cidade, tem sido notória, além de haver-se revestido de um caráter simbólico, ao ter abrangido do empedrado das ruas à construção de arranha-céus, passando pela indústria, o comércio, a educação e os serviços – restauração, casas noturnas e hotelaria –. Bahillo, recorrendo ao verbo “espanholear”, que atribui a Ernesto Gimenez Caballero, qualifica a ação da colônia espanhola em Belo Horizonte – de maioria galega – como “espanholeadora” e esclarece

Porque “espanholear” significa jogar, com um coração imenso, a semente esperançosa à procura de multiplicação; mas, também, de oferenda e holocausto. Seremos no Brasil, como se fôssemos brasileiros; oferecendo nosso apoio e a nossa colaboração, retribuindo, com alma espanhola, o carinho com que fomos acolhidos nesta terra de Santa Cruz (Bahillo, 1998: 11-12).

No livro está inserida uma mensagem, a modo de prólogo, do então cônsul honorário de Espanha em Minas Gerais, Francisco Javier Leza Bourman, quem calcula que,

em finais do séc. XX, a colônia espanhola em Minas é formada, aproximadamente, por umas 2.000 pessoas. Nele, o então cônsul faz a sua particular definição da emigração e apresenta uma ponderação a respeito da integração dos espanhóis na sociedade belo-horizontina:

Penso no significado da emigração como sendo a decisão de sair do lugar de origem para construir num outro lugar novos vínculos, relacionamentos, amizades. A palavra “construir”, que tanto se repete neste livro, pode ser entendida tanto literalmente no sentido do trabalho dos espanhóis colocando as pedras nas primeiras calçadas de belo Horizonte, como no sentido metafórico, o da construção de cada um de nós de sua própria história pedra a pedra. Todos têm uma história a ser escrita, e na maioria das vezes, edificada com a maior dignidade.

É interessante ressaltar que quando a emigração é bem sucedida, é interativa, nunca discriminativa, funcionando como líquidos comunicantes, onde os espanhóis se “brasileam”, sendo isto visível nos filhos e netos, porém, também, os brasileiros se “espanholeam”, e isto se percebe nos matrimônios mistos hispano-brasileiros. Enfim a emigração é um caminho aberto a ser percorrido por cada um de maneira que suas circunstâncias e história assim o permitam (Bahillo, 1998: 5).

Bahillo, ao igual que Silva, remonta a presença espanhola em Minas à época colonial. Nesse sentido, destaca a devoção por Nossa Senhora do Pilar que há nas cidades mineiras fundadas no séc. XVIII e suspeita que a autoria do quadro Nossa Senhora da Assunção que há na Sé de Mariana corresponde a um pintor espanhol. Ambos os autores também coincidem, em primeiro lugar, ao assinalar que os espanhóis que se estabeleceram em Minas na primeira grande imigração, como consequência da demanda de mão-de-obra para a cafeicultura, procediam da Bahia, de São Paulo e do Rio de Janeiro. Em segundo lugar, coincidem e ao mencionar que os espanhóis que se deslocaram à Cidade de Minas [Belo Horizonte] para participar nos trabalhos de traçado e urbanização da Nova Capital exerceram as profissões de canteiros e pedreiros. Mas Bahillo, ao contrário de Silva, expõe que os espanhóis de Belo Horizonte sim se agruparam inicialmente em um bairro – o bairro Floresta –, cujo nome foi tirado de uma pensão nele existente – o Hotel Floresta, propriedade de um espanhol – em que se hospedavam e reuniam muitos trabalhadores espanhóis ao chegarem a Belo Horizonte²⁰¹. Além disso, Bahillo destaca que um bairro da

²⁰¹ No estudo *De outras terras, de outro mar... Experiências de imigrantes estrangeiros em Belo Horizonte* (2004), assinalam-se os bairros da capital mineira cuja denominação está relacionada com a presença de imigrantes estrangeiros: “Alguns bairros e locais de Belo Horizonte têm a origem de seus nomes vinculada de algum modo à presença de imigrantes estrangeiros. A denominação do Bairro Gutierrez foi sugerida pelo nome do primeiro vice-cônsul honorário da Espanha, Leonardo Álvares Gutierrez, que atuou como empreiteiro na edificação de diversos prédios e em obras como o Palácio e a Praça da Liberdade. [...] Muitos

cidade – o Prado – tomou o seu nome de uma pedreira, propriedade de um espanhol – a pedreira Prado Lopes – e um outro – Gutiérrez – recebeu o seu nome de um mestre-de-obras espanhol – Andrade Gutierrez²⁰² – que fundara uma importante construtora – a Construtora Andrade Gutiérrez–, ainda existente, que alcançaria relevância nacional. Esse construtor, ademais, foi o primeiro cônsul da Espanha em Belo Horizonte. Após a breve exposição introdutória em relação ao início da presença no Brasil e em Belo Horizonte, e trás alguns comentários sobre a história do “Grêmio espanhol” de grande utilidade para a compreensão, na nossa tese, da história e das características do associacionismo entre os galegos em Belo Horizonte, Bahillo desenvolve o que consideramos o grande mérito da obra. Trata-se de uma descrição da participação espanhola na formação dos campos sociais belo-horizontinos na qual as contribuições são organizadas por meio de uma estrutura de

espaços têm sua denominação relacionada à presença de imigrantes estrangeiros na cidade, mas nunca foram tipicamente locais de concentração de imigrantes. [...] Outros nomes provêm de espaços criados por imigrantes como o Bairro Floresta, em razão do Hotel Floresta, propriedade de um imigrante espanhol. Ambos foram pontos mencionados em conversas, em encontros marcados, em direções indicadas. Vale ressaltar que o poder público acabou por oficializar posteriormente as denominações que o uso cotidiano já fazia valer” (*De outras terras, de outro mar...*, 2004: 47-48). Porém, nesse estudo cita-se a obra *Espanha em Belo Horizonte (cem anos)*, de Valentín Bahillo (1998) como uma das suas fontes. Em *De outras terras, de outro mar...* insere-se um fragmento de um depoimento concedido em 2004 por um imigrante galego, Jesus Fumega Ameijeiras, no qual o informante se refere às dificuldades que tem o imigrante para a compatibilização entre os seus dois espaços, a pátria e o país receptor: “Aí, para não ficar difícil, ou para você conseguir conviver com isso, você passa a gostar dos dois lados, gosta dos de lá e dos de cá.(...) Se você pegar aqueles meninos, brasileiros, e eu for embora pra Espanha, eu estou voltando para Espanha, para meu país, mas estou tirando eles do país deles. Compreendeu? Então, quer dizer, fica uma coisa muito dividida. Você divide sua família entre duas pátrias” (*De outras terras, de outro mar...*, 2004: 97).

²⁰² A Construtora Andrade Gutiérrez, com filiais e escritórios, na metade dos estados brasileiros, nas comemorações do seu trigésimo aniversário lançou um livro monográfico sobre ela mesma intitulado *Construtora Andrade Gutiérrez S.A. 1948-1978*, em que, com muitas ilustrações, recolhem-se descrições das principais empreitadas executadas pela firma ao longo desses trinta anos. No livro, no entanto, só se faz a seguinte menção à sua origem: “A Construtora Andrade Gutiérrez, fundada em 1948 por um grupo de três jovens idealistas, foi testemunha de todo o recente processo de desenvolvimento brasileiro. Os três jovens que tinham uma única máquina e enorme confiança no seu país, talvez nem imaginassem que o crescimento do Brasil fosse tão rápido”. Todavia, recolhe-se, como se segue, o perfil que apresentava a firma, em 1978, após três décadas de esforços e sucessos: “A Construtora Andrade Gutierrez, acompanhando e participando de cada etapa dessa renovação, cresceu junto com o Brasil: das pequenas estradas que abriu para o Governo de Minas Gerais, na década de 50, tornou-se a única responsável por obra do porte da Manaus-Porto Velho, rodovia de 870 quilômetros, através da floresta amazônica. A Andrade Gutierrez cresceu rapidamente desde a sua fundação, adquirindo experiência em todas as áreas de construção pesada. Desenvolveu suas próprias técnicas em vários campos de operação, treinando profissionais do mais alto nível bem como mão-de-obra especializada, e mantendo contato permanente com o avanço tecnológico em todo o mundo. Por estas razões, a Andrade Gutierrez é capaz de executar qualquer tipo de construção sob as mais difíceis condições e dentro de prazos e custos pré-estabelecidos. [...] A transformação atingiu todos os setores da economia, e em muitos deles superou as previsões mais otimistas. Decidido a modernizar rapidamente o país, O Governo Brasileiro vem realizando, desde 1964, maciços investimentos em educação, habitação, transportes, telecomunicações, saneamento básico e outros setores, além de incentivar a implantação de sofisticada tecnologia”.

*nichos laborais*²⁰³. Isso se corresponde com os motivos que fizeram com que centenas de espanhóis se deslocassem até Belo Horizonte. Esses motivos estão sempre relacionados com o desempenho de profissões demandadas no início da construção de cidade. Nesse sentido, Bahillo dedica um capítulo a cada um dos seguintes âmbitos profissionais: “Hotelaria e similares (cabarés, salas de festa, restaurantes e lanchonetes ou bares”, “Indústria e comércio”, “Outros negócios” e “Educação, Cultura e Arte”. No capítulo dedicado a “Hotelaria e similares”, Bahillo salienta que, apesar da presença espanhola na restauração, nos cardápios dos locais nota-se a falta da gastronomia espanhola:

O que, realmente, hoje, nos falta, na maior parte de restaurantes e lanchonetes, é uma dedicação mais forte pela divulgação da comida típica espanhola, tão rica e tão saborosa, assim como variada. Não são muitos os pratos típicos espanhóis que a freguesia pode degustar. Nisto, tanto o ALBAMAR, como a chamada Casa da Tortilha, e o mesmo Petisqueira do Primo, deram admirável exemplo de espanholismo (Bahillo, 1998: 40).

No capítulo “Indústria e comércio”, Bahillo repassa a participação espanhola nesse setor apresentando a variada trajetória profissional de duas famílias de empresários galegos, os Cabaleiro e os Ballesteros²⁰⁴. Em “Outros negócios” é feito um percorrido pelos variados segmentos laborais aos que se incorporaram ou, inclusive, que criaram os imigrantes espanhóis. Assim, mencionam-se as rodas de amolar dos galegos, a indústria química, a assistência técnica de máquinas de escrever, gráficas e editoras, a venda de automóveis, o setor dos transportes, postos de gasolina e venda de lubrificantes, açougues e peixarias, as charutarias, salões de beleza e casas de alta costura. Nesse capítulo, o autor também escolheu algumas famílias de imigrantes que ele considerou paradigmas de sucesso alcançado pelo esforço e a dedicação. No capítulo “Educação, Cultura e Arte”, por um lado comenta-se a história do Instituto Mineiro de Cultura Hispânica e do Centro Cultural Brasil-Espanha. Por outro, traça-se a participação de espanhóis em instituições de ensino

²⁰³ A única razão pela que milhares de imigrantes europeus se deslocaram até Belo Horizonte [a, então, Cidade de Minas] a meados da década de 1890 foi a procura de emprego. No início da construção da Nova Capital o apelo à imigração foi a consequência da deficiência de operários para o preparo de ruas, praças, avenidas, canais e pontes. Essa convocação e a instalação dos imigrantes no canteiro de obras belo-horizontino foi tratado pelo primeiro historiador da urbanização da Nova Capital, Abilio Barreto (1936: 395-97). A participação dos imigrantes na articulação e no desenvolvimento dos movimentos operários belo-horizontinos foi objeto de estudo de Michel Marie Le Vem, no capítulo Belo Horizonte: trabalho e sindicato, cidade e cidadania (1897-1990) (Neves, 1996: 75-106). No entanto, nesse capítulo só são mencionados, dentre os estrangeiros, os trabalhadores italianos, portugueses e belgas.

²⁰⁴ A família Ballesteros foi biografada na obra *História da Imigração no Brasil – As famílias* (Silva, 1986: 149-50).

belo-horizontinas e a notável implantação, desde os primeiros anos da história da cidade, de colégios pertencentes a ordens religiosas – colégio Imaculada Conceição, colégio Santo Agostinho²⁰⁵, as Escolas Pias, colégio São José, colégio São Miguel Arcanjo, colégio Loyola e o colégio Regina Pacis –. Como agentes da cultura, espanhóis ou descendentes de espanhóis, no livro dedicam-se páginas a biografar a Eduardo Frieiro, José Quiroga Carballada, ao próprio Valentín Bahillo Cuadrado, Castor Cartelle Guerra, Jorge Solivellas Perelló e Miguel González Arroyo. Do âmbito da cultura, Bahillo biografa os artistas plásticos Angel Carretero, Juan Antonio Iglesias, Carlos Carretero Genaro, Joseph Jordá Poblet e Juan José Pueyo Gracia. Bahillo conclui a sua obra destacando que o encerramento da emigração espanhola fez com que a colônia espanhola em Belo Horizonte tenha-se reduzido e envelhecido e aponta sutilmente a descontinuidade na conservação da idiossincrasia espanhola entre os progenitores espanhóis e seus descendentes, nascidos no Brasil e assimilados à identidade brasileira. Também sutilmente aponta que, em parte, essa quebra pode-se dever a que esses descendentes, cujos pais se esforçaram para lhes dar a formação técnica e a educação universitária à que eles não tiveram acesso, não reconhecem como próprios os gostos e os valores que têm seus pais e avôs. Conclui Bahillo:

Gostaríamos, também, de sentir orgulho pelo orgulho que, eles, descendentes, deveriam sentir da sua estirpe... e não é necessário que recorram a procurar genealogias, coisa tão de moda nos dias de hoje, porque a grandeza do homem não está na sua árvore genealógica, mas na dignidade e personalidade daqueles que nos deram a vida. Trabalhar e criar os filhos com a pá e a enxada nas mãos, é tão nobre como ostentar um brasão de longa tradição de nobreza (Bahillo, 1998: 124-25).

Por sua vez, o “Gremio Español de Socorros Mútuos e Instrucción” publicou dois estudos monográficos sobre a sua história. O primeiro deles foi uma edição extra de *Albatroz, jornal do Grêmio Espanhol de Socorros Mútuos*, com motivo da comemoração

²⁰⁵ Em outubro de 1994, nas comemorações do 60º aniversário da sua fundação, o colégio Santo Agostinho de Belo Horizonte publicou um livro sobre a sua história, da autoria de José Bruña Alonso (1994). No entanto, apesar de haver sido fundados por padres e frades espanhóis, ainda presentes na administração do colégio, nele não há nenhuma referência à colônia espanhola nem à relação da instituição com a hispanidade. Nota-se essa mesma distância, em relação à colônia espanhola, por parte da Ordem Sacerdotal Agostiniana, nos estados de São Paulo e Goiás. Isso é observável nos apontamentos históricos que constam na *Resenha Histórica no Vicariato da província de Castela no Brasil (1933-1992)* redigida pelo P. Eládio Gutiérrez (1992). O R. P. Marie H. Tapie, no livro que recolhe a sua viagem, de caráter aventureiro e naturalista, pelo sertão do Centro-Oeste brasileiro (Tapie, 1928), menciona a gentil recepção que lhe fizeram os agostinianos espanhóis de Catalão, no Estado de Goiás. Consultamos a tradução espanhola de 1930; ao longo de todo o livro só há alusões a colonos franceses na região, mas retrata com traços distintivos esses padres missionários espanhóis, dos que comenta que chegaram ao Brasil procedentes das Filipinas. Deles destaca a sua amabilidade, “muito espanhola”; Tapie, além disso, menciona que eles o presentearam com uma garrafa de vinho da Espanha (Tapie, 1930: 266-67).

dos 80 anos da associação. O segundo, pelo seu nonagésimo aniversário, é um livro intitulado *Noventa años de historia, 26 de febrero de 1911 a 26 de febrero de 2001*. O primeiro foi redigido e revisado por Valentín Bahillo Cuadrado (1991) e o segundo coordenado, compilado e traduzido ao português por Manuel Diz Ramos (2001). A estrutura de ambas as obras é semelhante. A primeira divide-se nas seguintes partes: Apresentação, Palavras e mensagens de autoridades diplomáticas espanholas, A Fundação, Os Fundadores, Socorros Mútuos, Instrução e Construção das Sedes Sociais. O periódico contém também a reprodução da capa do primeiro número de *Albatroz*²⁰⁶ – publicado desde março de 1982 –, uma longa reportagem dos atos comemorativos do 70º aniversário e pequenas biografias de “expoentes” da colônia espanhola em Belo Horizonte, distribuídos por categorias: cultura, arte, indústria e comércio, hotéis e restaurantes e construção. A segunda tem as seguintes partes: Mensagens, Prefácio, Fundação, Reconhecimento, Galeria dos Presidentes e as suas Diretorias, Socorros Mútuos, Instrução e Cultura, Sede Social, Sede Campestre e Bibliografia. Entre ambas as obras conformou-se a canonização de uma visão da presença espanhola em Belo Horizonte desde o interior do Grêmio. De todas as formas, essa visão não é plenamente coincidente em ambas as obras; de fato, no livro coordenado por Manuel Diz Ramos declara-se, tangencialmente, que com ele se almeja emendar e complementar a versão oferecida dez anos antes:

Acreditamos que seja possível e, todos concordem, em que possamos escrever a verdadeira história: usando o bom senso, sem paixões, com o mínimo de falhas por falta de testemunho escrito, lapso de memória, exagero inconsciente de alguns feitos por algumas diretorias, ou mesmo paixões diversas mais ou menos conscientes, ou às vezes o desejo de agradar ou até a mitomania que deforma um pouco o verdadeiro sentido da história. A Comissão do livro, tudo fará, dentro do seu alcance, para não decepcionar os leitores (*Grêmio*, 2001: 17).

Observa-se no livro coordenado por Manuel Diz uma maior amplitude no espectro social retratado, o apoio em referências a documentos do Grêmio e a predominância de alusões aos galegos, correspondendo-se isto à realidade da predominância histórica deles no conjunto da colônia espanhola assentada em Belo Horizonte. Entendemos que, embora não se possa considerar a existência de um campo de lutas, houve no seio da colônia espanhola de Belo Horizonte dois agentes – um galego, Manuel Diz, e outro castelhano, Valentín

²⁰⁶ O *Albatroz* – o jornal do Grêmio Espanhol – foi consultado nesta tese até o seu número 83, de maio de 2005.

Bahillo – que, com os seus correspondentes grupos de apoio, assumiram, da sua autoridade reconhecida e do seu prestígio intelectual, o rol de porta-vozes, historiadores e historiógrafos da colônia desde a década de 1950, criando-se, assim, duas visões não coincidentes da trajetória seguida pela colônia. De fato, essas visões não poderiam coincidir devido às diferentes trajetórias profissionais e às diferentes estratégias associativas seguidas por esses dois agentes.

Acreditamos que um estudo das representações sobre a Espanha em Belo Horizonte e da aculturação dos imigrantes galegos residentes nessa cidade poderia ser realizado a partir do estado da questão acima esboçado. Nós observamos que a produção dos galegos, imigrantes e não-imigrantes, residentes em Belo Horizonte, e, em geral, no Estado de Minas Gerais foi escassa e que, com a exceção do Instituto Mineiro de Cultura Hispânica, forçosamente em constante relação com o Instituto de Cultura Hispânica de Madri, por parte deles não se criaram estruturas para a colaboração no campo cultural com os imigrantes residentes em outros estados do Brasil.

IV. 2. Os galegos da Bahia

IV. 2. 1. Os primeiros galegos do Brasil: os alicerces das representações

Desde a descoberta, há presença de galegos no Brasil. Essa presença, porém, foi escassa e esporádica até o início da abertura à imigração. Os enfrentamentos entre as coroas de Portugal e de Espanha e os conseqüentes entraves para que um súbdito da Espanha aportasse na América portuguesa determinaram essa escassez. À insignificância quantitativa dos galegos acrescenta-se o caráter temporário da sua permanência. Em correspondência, os registros documentais, anteriores ao séc. XIX, sobre a ação dos galegos no Brasil são esparsos. Trata-se de breves inserções em produtos literários e em obras de história ou historiografia. Os coletivos de imigrantes galegos ou não conheceram essas anotações ou decidiram não as utilizar em representações dirigidas a legitimar em antecedentes históricos a sua presença no Brasil.

O primeiro galego que arribou às costas brasileiras o fez como membro destacado da tripulação da esquadra de Cabral. Trata-se do solapado *Mestre João*. A sua posição era a de físico-astrônomo da frota que desembarcou no Brasil. Ao primeiro de maio de 1500, na costa das terras de Vera Cruz [a Bahia], o Mestre João redigiu para El-Rei D. Manuel a carta em que por primeira vez se informava da latitude do Brasil. Nessa carta indicava-se também, e desenhava-se, o grupo cruciforme das estrelas denominadas *Cruzeiro do Sul*, um dos símbolos pátrios brasileiros. Em um dos estudos dedicados ao informe do Mestre João (Simões, 1999), assegura-se que a carta está escrita “num português com indícios de castelhano”. Entretanto, se submetido o original manuscrito da carta a uma simples hermenêutica filológica, o código lingüístico que aparece, a pesar da interferência lexical do Português, corresponde-se com os padrões do Castelhana de finais do séc. XV²⁰⁷.

Considero que, simbolicamente, o Mestre João conforma o primeiro paradigma de mistificação no Brasil em torno aos galegos e às suas intervenções. O seu complexo perfil – um marujo galego, cientista assentado em Lisboa, integrante de uma transcendental expedição portuguesa, descritor de uns astros luminosos que se acabariam convertendo em emblema nacional e autor de uma prosa funcional redigida em castelhano – não foi

²⁰⁷ Embora não analise o documento, P. Núñez Arca (1957; 36) não põe em dúvida a classificação lingüística da carta: “Na frota de Cabral viajavam mercadores italianos gananciosos de especiarias [sic] da Índia, armando à sua custa alguns navios; vinham outros elementos não portugueses, inclusive o piloto e astrônomo, Mestre João, espanhol da Galiça [sic], que desenhou o grupo cruciforme de estrelas conhecidas por Cruzeiro do Sul, e em castelhano informa ao Rei português do acontecimento.”

explorado nem pelos imigrantes galegos nem pelas instituições espanholas instaladas no Brasil. Surpreende que a *Carta* do Mestre João exumada por Francisco Adolfo de Varnhagem e divulgada por primeira vez no Brasil em 1843 não tenha sido reivindicada e explorada pelos coletivos de imigrantes como possível primeira contribuição da presença galega à forja da identidade brasileira. Essa marginalização do produtor e do produto surpreende também quando se constata as preocupações manifestadas ao longo do séc. XX por instituições e agentes sociais da Espanha por legitimarem, através de pretéritas ações benéficas, as suas intervenções no Brasil. Porém, seguindo o rumo da afirmação identitária traçado pelos seus patrícios imigrantes em outros países latino-americanos, os galegos do Brasil, através dos seus periódicos, fizeram uso propagandístico, na década de 1920, do hipotético berço pontevedrês de Colombo, vinculando essa reivindicação à façanha do vôo atlântico do *Plus Ultra*.

Neste início do séc. XXI tem havido algumas tentativas – escassas – de exploração dos elos entre a Espanha e o Brasil da época colonial. Uma dessas tentativas está em uma obra que reúne biografias de galegos bem sucedidos no Estado de Bahia (Pérez, 2002), à qual abaixo nos referiremos. Nela, presume-se uma origem galega para Diogo Álvares Correia, o “Caramuru”. Assim, o “Caramuru” galego-baiano, oferecido à elite imigrante retratada no livro como possível precursor da sua gesta, pretendeu converter-se em uma frente publicitária dos galegos da Bahia no início do séc. XXI. Contudo, o vocábulo *galego* tem-se associado na Bahia a conotações depreciativas. Ele já recebera, inclusive, uma forte carga satírica a partir da sua conversão no apelido com que, em dois sonetos, Gregório de Matos ridicularizou os foros de fidalguia nativa alardeados por alguns endinheirados da Bahia.

Em uma publicação de 1621 há referências explícitas à presença de galegos no Brasil colônia. Em 15 de novembro de 1618, os experimentados marinheiros pontevedreses Bartolomé Garcia de Nodal e Gonçalo de Nodal aportaram no Rio de Janeiro, permanecendo lá 16 dias. O motivo de terem ancorado os seus navios na baía de Guanabara foi o de consertar o mastro da Almirante, comandada por Bartolomé Garcia de Nodal. O relato, em que se descreve a estadia da tripulação e os trabalhos acometidos para a reparação da embarcação, contém breves referências à cidade e cremos que constitui, cronologicamente, o quinto relato composto por um viajante europeu, não português, sobre

o Rio de Janeiro²⁰⁸. Ambos os irmãos foram convocados como capitães pela Coroa espanhola para empreenderem, a bordo de uma expedição de duas caravelas com uma equipe de cerca de 80 marujos portugueses – quase todos embarcados a contragosto –, uma viagem exploratória de Lisboa à Terra do Fogo destinada a procurar uma passagem segura para os mares do Sul e a efetuar o reconhecimento do Estreito de Magalhães.

Na relação dessa permanência no Rio de Janeiro comenta-se que foram encaminhados, mediante pagamento, alguns despachos para o rei da Espanha através de Gaspar Maciel e Juan Abaris Madris, dois senhores moradores de Viana que estavam de partida para a Europa em duas naus. Uma parte desses despachos tinha que ser entregue para D. Fernando Alvia de Castro, em Lisboa, e uma outra em Pontevedra, para ir na demanda do governador de “Bayona”, o licenciado Domingos Nunes de Araújo, quem trataria de encaminhá-la à Corte.

A referência à cidade de Baiona na *Relação* da viagem dos irmãos Nodal não é a única do período colonial brasileiro. O poeta barroco da Bahia, Gregório de Matos e Guerra (Salvador, BA, 1636 – Recife, PE, 1696) – o primeiro a cantar o elemento brasileiro, o tipo local, e a usar, bastante pejorativamente, expressões da língua nativa e vocabulário africano – também alude a essa cidade das Rias Baixas galegas através de uma expressão fraseológica inserida em uns tercetos, de sua *Satírica*, intitulados Aos vícios: “Arda Bayona, e todo o mundo arda,/ Que a quem de profissão falta à/ verdade/ Nunca a dominga das verdades/ tarda”.

Sobre o primeiro dos versos acima transcritos, o editor Massaud Moisés (2000), em nota ao poema, comenta simplesmente “Baiona: cidade marítima da Galiza”. Na edição crítica que realizou da poesia de Gregório de Matos, Segismundo Spina (1995)²⁰⁹ indica ao

²⁰⁸ Conhecemos esse relato pela edição, em língua portuguesa, preparada por França (2000: 28-33). Ele diz que houve duas edições prévias. A primeira – em língua espanhola – foi a de Correa (1621: folhas 4-12); a segunda – em Inglês – foi a de Markham (1911).

²⁰⁹ O livro de Spina baseia-se em uma anterior antologia preparada por ele, ainda aluno nos cursos de letras da Faculdade, que fora publicada pela Editora Assunção, de São Paulo, em 1946, estabelecendo os textos a partir das obras completas dirigidas por Afrânio Peixoto (1923-33). Para o produto de 1995, Spina contou também com as obras completas preparadas por James Amado (1969). A partir de 1997, José Pereira da Silva, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), foi disponibilizando em sua página web (Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/pereira/textos>>. Acesso em: 20 jun. 2009), mediante sucessivas apresentações, uma edição diplomática dos códices de Gregório de Matos que estão custodiados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

respeito, em nota de rodapé, que “Foi a mesma cintilação do gênio camoniano, violenta exteriorização do seu desalento diante dos males que a vida lhe proporcionava”.

Não foi localizada essa expressão, ainda viva na língua galega e de uso inclusive estendido à literatura espanhola²¹⁰, em nenhum outro produto da literatura brasileira. Também não foram encontradas referências sobre o seu uso na cidade de Salvador da Bahia no séc. XVII, então, capital do Brasil. Cabe lobrigar, como conjectura, que o fato de Gregório de Matos ser descendente de *galegos* procedentes da cidade de Guimarães (Minho), que se instalaram na Bahia no início do século XVI, ou a sua longa estadia em Portugal (de 1650 a 1678 [ou 1681])²¹¹, talvez possam ter influenciado para que essa expressão ficasse incorporada ao idioleto do poeta.

Uma outra conjectura para explicar o uso dessa expressão por Gregório de Matos é a moda seiscentista – própria dos letrados no barroco português – de inserir provérbios e frases feitas, vocábulos latinos e espanhóis e, inclusive, palavras com acepção estranha ao Português, mas peculiar à língua espanhola. Nesse sentido, Spina (1995: 67-69) destaca que *El Parnaso Español* de Francisco de Quevedo, junto às *Soledades* de Luis de Góngora, constituem modelos dos quais derivaram muitas sugestões, muitos temas, e até versos inteiros gregorianos, criando-se o que se considera uma relação explorável através do conceito de *intertextualidade*²¹².

Em outro poema, intitulado Confusão do Festejo do Entrudo, o *boca do inferno* descreve, em um soneto, as ações, e a balbúrdia, que decorriam durante as festas do Carnaval em Salvador²¹³. O cadinho dos elementos que compunham o festejo baiano

²¹⁰ Em um dos estudos dedicados ao informe do Mestre João (Simões, 1999), asus forjas y demás bienes; no se contentan con nada, se visten de todas las maneras y siguen todas las modas, malcrian a los niños, los visten como principitos, ceden a todos sus caprichos; el maestro no puede pegarlos, reñirlos o tocarlos. Comen magníficamente; lo corriente son dos *ollas*, una dulce, otra salada, y a menudo hay comidas de invitados en las que no se privan de nada, jarabes, pasteles, chocolates, bizcochos...; Bah, ¡que arda Bayona!, como decía uno de estos insensatos”.

²¹¹ Nesse período, Gregório de Matos formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra em 1661, foi nomeado juiz-de-fora em Alcácer do Sal (Alentejo) em 1663; em 1672 tornou-se procurador de Salvador junto à administração lisboeta.

²¹² Segundo Spina (1995: 174), poder-se-ia argüir que há claras imitações entre alguns dos versos de “Aos Vícios” com algum terceto da “Epístola satírica y censoria contra las costumbres presentes de los castellanos, escrita a Don Gaspar de Guzmán, Conde de Olivares, en su valimiento”. O paralelismo é nítido entre os seguintes versos do terceto de Quevedo: “¿No ha de haber un espíritu valiente?/ ¿Siempre se ha de sentir lo que se dice?/ ¿Nunca se ha de decir lo que se siente?” e os compostos por Matos: “De que pode servir calar quem cala?/ Nunca se há de falar o que se sente?!/ Sempre se há de sentir o que se fala”.

²¹³ Os versos do soneto Confusão do Festejo do Entrudo são os seguintes: “Filhós, fatias, sonhos, mal-assadas,/ Galinhas, porco, vaca, e mais carneiro,/ Os perus em poder do pasteleiro,/ Esguichar, deitar pulhas,

seiscentista contido nesse soneto caracteriza ainda, em grande parte, o *Entroido* de algumas vilas e aldeias galegas. De todas as formas, não temos elementos de juízo que permitam estabelecer uma relação direta entre as celebrações da Galiza e os elementos temáticos integrantes do repertório da lírica gregoriana.

No entanto, observou-se que o poeta emprega derivados do termo *galego* em quatro composições satíricas. Esses quatro usos servem para alastrar as incisões cáusticas sobre os destinatários. Embora a cronologia poética de Gregório de Matos ainda não tenha sido estabelecida, e em vista de suas poesias não trazerem datas, o fato do poema fescenino intitulado O Marinícolas se referir unicamente ao cenário político do governo de D. João IV permite considerar que esse poema foi escrito durante a estadia do produtor em Portugal, sendo, em consequência, a primeira composição gregoriana em que se introduzem as referências aos galegos. Em uma das estrofes de O Marinícolas o termo *gallegas* emprega-

laranjadas;/ Enfarinhar, pôr rabos, dar risadas;/ Gastar para comer muito dinheiro;/ Não ter mãos a medir o taverneiro;/ Com réstias de cebolas dar pancadas;/ Das janelas com tanhos dar nas gentes;/ A buzina tanger, quebrar panelas;/ Querer em um só dia comer tudo;/ Não perdoar arroz, nem cuscuz quente;/ Despejar pratos, e alimpar tijelas;/ Estas as festas são do Santo Entrudo.” Adolfo Morales de los Rios Filho, em *O Rio de Janeiro Imperial* [1946], faz um histórico do carnaval do Rio de Janeiro, partindo do séc. XVII até a década de 1920. Ele (Morales, [1946] 2000: 372) aponta que foi aos 31 de março de 1641 quando se celebrou o primeiro carnaval carioca. Teria sido um desfile – uma *encamisada* – de 161 cavaleiros fantasiados – *encamisados* –, seguidos de dois carros ornados em que tocavam os únicos músicos então existentes na cidade, com o qual se deu início às festas comemorativas da aclamação de D. João IV ao trono restaurado português. Na sua exposição, Morales de los Rios Filho, após apontar esse primeiro dado, passa a se referir ao carnaval do séc. XIX. Assim, menciona (Morales, 2000: 372) que em 1810, durante os festejos de sete dias dos “Reais Desposórios” – o aniversário de casamento dos príncipes regentes –, na praça do Curro, no campo de Santana, a polícia permitira “vestir-se de máscara, formar danças, apresentar-se no Curro e discurrir pelas ruas públicas”, e destaca que, até a década de 1920, nos dias de carnaval desfilavam enormes bandos de tocadores de bombos, costume que ele considera que fora transplantado para o Brasil pelo sapateiro português José Nogueira de Azevedo Paredes, sendo que “como o bombo era conhecido em algumas localidades de Portugal como Zé-Pereira, o ruflar do mesmo recebeu esse nome no Brasil” (Morales, 2000: 373). No tocante ao entrudo, Morales de los Rios descreve-o com traços que o mostram como uma clara continuação do entrudo ao que se referia Gregório de Matos dois séculos antes: “ora praticado por meio de ovos e limões de cera colorida cheios de água perfumada com essências de canela e benjoim, lançados sobre os transeuntes; ora com o auxílio de seringas e bisnagas manejadas através das gelosias; ou com baldes de água suja arremessada dos corredores e vestibulos das casas, e jarras, canecas, caçambas, bacias e demais recipientes despejados dos sobrados. E, para completar a brincadeira, eram besuntados com farinha, alvaiade ou vermelhão aqueles que já estavam molhados, sendo vítimas prediletas os de epiderme escura. As cartolas eram, por sua vez, amarradas a pau, dando origem a muita cabeça quebrada. Durante três dias era uma lavagem ou... emporcalhamento dos transeuntes e dos que caíam na tolice de fazer visitas. Saíam delas aguados!... Não havia quem deixasse de tomar parte no divertimento: o imperador, os príncipes, os respeitáveis ministros, os empertigados cavalheiros, as dengosas senhoritas, os pelintras, os travessos pequenotes e os endemoniados escravos. Também os estrangeiros apreciavam e praticavam com entusiasmo o entrudo, o qual foi de funestas consequências para Grandjean de Montigny. Com as doenças contraídas e os acidentes e incidentes provocados pela prática do apreciadíssimo encharcamento dos cariocas, houve uma reação e o Carnaval foi sendo gradativamente mais apurado” (Morales, [1946] 2000: 373).

se para acrescentar detalhes incisivos, de provável clara significação para os receptores da época, ao retrato de umas prostitutas²¹⁴.

Os outros três usos do vocábulo *galego* estão inseridos na *Crônica do Viver Baiano Seiscentista* (Gregório de Matos, 1999). Assim, na nona das dezoito estrofes da sátira dedicada “A várias pessoas”, a mordacidade destrutiva barroca de Gregório de Matos alcança, de novo, os galegos; desta vez, um *galego* faz parte do conjunto de figuras viciosas, hipócritas e corruptas – manganos de *atafona*, cristãos-novos sandeus, um clérigo ladrão, um doutor e um letrado ignorantes, fidalgos nativos parvos, sodomitas – que intervêm na degradação da atmosfera política, religiosa e econômica da Bahia²¹⁵.

Na décima Aos capitulares do seu tempo, destinada a escarnecer e expor ao ridículo os viciosos e desmandados participantes da alta hierarquia da igreja da cidade de Salvador, “mula galega” é a imagem com que identifica a um membro da Sé da Bahia apelidado *Caveira*²¹⁶. A derradeira utilização do vocábulo *galego* encontrada na produção de Gregório de Matos tem a função de modificar o substantivo “alhos”, conformando a expressão *comer alhos galegos* que, com o verbo conjugado, é inserida na décima intitulada Entra agora o poeta a satirizar o dito padre²¹⁷. Nessa décima, o poeta mofa-se do P Manuel Alvares, cujo nome troca pelo de “Reverendo Padre Alvar” para que recaia nele o apelido de tolo, e acusa-o com crueldade irônica de estar ressentido por comer “alhos galegos”, isto é, por se sentir afetado pelas anteriores pulhas inventivas que ele lhe dirigiu.

As três primeiras acepções dadas por Matos à palavra *galego*, na sua flexão de gênero e número, embora contenham claramente uma carga de desprezo, não permitem

²¹⁴ Trata-se da estrofe “Outras tias me dizem que foram/ Tão fortes gallegas, e tão varonis,/ Que sobre ellas foi muito mais gente/ Do que sobre Hespanha em tempo do Cid” (Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/pereira/textos>>. Acesso em: 20 jun. 2009).

²¹⁵ A estrofe em que foi introduzido o retrato zombeteiro do *galego* expressa que: “Verão um gallego/ Grande salvajola,/ Vestido à mariola,/ Anda ao patacego:/ Fidalgo Noroego/ Com cruz de Calvario,/ Que um certo falsario/ Nos peitos lhe entona:/ Forro minha cona” (Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/pereira/textos>>. Acesso em: 20 jun. 2009).

²¹⁶ A décima é a seguinte: “A nossa Sé da Bahia,/ Com ser um mappa de festas,/ É um presepe de bestas,/ Se não for estrebaria:/ Varias bestas cada dia/ Vejo que o sino congrega:/ Caveira mula gallega,/ Deão burrinha bastarda,/ Pereira mula de albarda,/ Que tudo da Sé carrega” (Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/pereira/textos>>. Acesso em: 20 jun. 2009).

²¹⁷ Os versos são: “Outra vez vos não metais/ sentir alheios trabalhos,/ que dirão, que comeis alhos/ galegos, pois vos queimais:/ e porque melhor saibais,/ que os zotes, de que haveis dor,/ são de abatido valor,/ vede nos vossos sentidos,/ quais serão os defendidos,/ sendo vós o defensor.” Essa décima é continuação da intitulada “Ao padre Manuel Alvares capellão da Marapé remoquendo ao poeta huma pedrada que lhe deram de noyte estando se provendo: e perguntandolhe porque se não satyrizava della! escandalizado, e picado, porque o poeta havia satyrizado os clerigos, que vinhão de Portugal” (Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/pereira/textos>>. Acesso em: 20 jun. 2009).

entrever se o conhecimento de *galegos da Galiza* influenciou na seleção dos termos para o uso em sua produção poética, mas é provável que o público receptor dos versos soubesse reconhecer as denotações pejorativas a eles vinculadas, tendo estas, portanto, que ser associadas à animadversão sobre tudo o relativo aos *galegos* expressa nas letras portuguesas desde o séc. XVI.

Apesar da ausência de dados definitivos em torno à presença de galegos durante o período colonial brasileiro, o uso dado por Matos à palavra *galego* leva a considerar que o vocábulo já tinha um significado identificável para uma parte da população de Salvador antes que contingentes quantitativamente importantes de galegos desembarcassem na cidade.

Antes que Matos, outro intelectual baiano, Frei Vicente do Salvador (Salvador, 1564-1635), usara a palavra *galego* com um significado gentílico. Na coleção de documentos comentados reunidos nos cinco livros em que está dividida a primeira obra denominada *História do Brasil* (1918)²¹⁸, abrange-se o período que vai desde a Descoberta até a época do governo de Diogo Luís de Oliveira; entre os episódios coletados pelo frade beneditino figura a explicação dada sobre a origem do topônimo de Olinda. No esclarecimento fornecido por Frei Vicente do Salvador, posteriormente reproduzido e glosado por Humberto de Campos (1927) fazendo parte de um livro que reúne anedotas contidas em frases históricas que resumem a crônica do Brasil-Colônia, do Brasil-Império e do Brasil-República, adjudica-se a um galego a autoria casual do topônimo:

OH, LINDA! [Frei Vicente do Salvador – *História do Brasil*, pág. 107] Andando com outros por entre o mato, em busca de um lugar em que o seu amo fundasse uma povoação, um galego, criado de Duarte Pereira, foi ter a um monte à beira-mar, de onde se divisava um soberbo panorama. E tão encantado ficou com a posição descoberta que, não se contendo, exclamou: – Oh, linda! É essa a origem, vulgarmente admitida, do nome que ainda hoje tem a antiga capital pernambucana (Campos, 1927: 51).

²¹⁸ A obra *História do Brasil* permaneceu inédita por mais de dois séculos, sendo publicada integralmente, pela primeira vez, em 1888, nos *Anais* da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro. O estudo introdutório do produto é de Capistrano de Abreu. Ao mesmo historiador incumbiu a preparação da edição definitiva de 1918. Na justificativa da obra, o frade expôs que, para acometer o labor, lera os autores contemporâneos, recolhera as tradições orais, ouvira aqueles que participavam de modo direto e indireto da faina colonizadora, e anotara suas próprias vivências e experiências. Esse foi o procedimento seguido para de atender à solicitação de Manuel Severim de Faria, no sentido de redigir um tratado “das cousas do Brasil”. A obra foi assinada aos 20 de dezembro de 1627 e foi dedicada àquele erudito português.

Por um lado, são escassos os usos seiscentistas da palavra *galego* na produção escrita brasileira. Por outro, parece ser que as associações de imigrantes galegos não conheceram esse limitado *corpus*. Além disso, os usos supra-assinalados da palavra *galego* impediriam a sua recuperação com vistas a construir uma boa reputação baseada ou nos laços galego-brasileiros fixados desde a descoberta ou nas realizações dos *precursores* da imigração galega.

Como elementos substitutos para alicerçar essa construção, livres do pesado atavismo simbólico, de origem lusitana, que se pendurava em qualquer associação semântica com o termo *galego*, alguns membros da elite imigrante encontraram na história das relações coloniais entre o Brasil e a Espanha a base sobre a que erguer o orgulho da sua presença no Brasil.

O período *filipino* em que viveu Frei Vicente do Salvador, e que antecederia às décadas durante as quais Gregório de Matos produziu sua poesia, foi uma época conturbada para a capital do Brasil. Em 10 de maio de 1624 os holandeses assaltaram e ocuparam a cidade de Salvador, só sendo recuperada a praça em 30 de abril de 1625 por uma esquadra hispano-portuguesa ao mando de D. Fadrique de Toledo. O convento de Nossa Senhora do Carmo, na cidade de Salvador, converteu-se no quartel general das forças de assalto enviadas pelo monarca Felipe IV e nele os batavos pactuaram a capitulação. Nesse convento, em 1938, em plena campanha nacionalista do Estado Novo, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia colocou uma placa de mármore com estas informações: “De maio de 1624 a abril de 1625, foi aqui o quartel general do norte das forças contra os holandeses. Aos 30 de abril de 1625, neste convento, assinaram os holandeses a sua rendição.” Por sua vez, a colônia espanhola – galega – da Bahia também consignou à entrada do convento a sua homenagem aos que lutaram contra os holandeses, nestes termos:

À memória dos espanhóis e portugueses, que unidos sob o comando de D. Fadrique de Toledo y Osório, caíram na defesa desta cidade. Neste Convento do Carmo, então quartel general das forças hispano-portuguesas, foi assinada a rendição dos invasores no dia 30 de abril de 1625.

O ato de colocação da lápide, em 3 de abril de 1955, foi presidido pelo governador do Estado da Bahia, pelo prefeito da capital e pelo marquês de Plat de Mantovillet, o então embaixador de Espanha no Brasil. Observa-se que as colônias galegas incorporaram, em algumas ocasiões, os elementos de um repertório de referentes hispânico e unificado, no qual os adjetivos espanhol e hispânico sintetizavam todas as identidades da Espanha. Para

esse labor contaram com o aval ou os incentivos das autoridades diplomáticas espanholas no Brasil.

A história da luta contra os holandeses pela retomada de Salvador foi o miolo documental sobre o qual Lope de Vega, refletindo fervor católico e patriotismo espanhol, construiu a comédia *El Brasil Restituído*. Trata-se da primeira incorporação do Brasil à dramaturgia espanhola. O manuscrito original foi datado em 23 de outubro de 1625²¹⁹. Ao mesmo episódio refere-se uma tela de Juan Bautista Mayno, que se encontra no Museo del Prado.

Tanto a comédia de Lope quanto o quadro de Mayno têm sido utilizados desde a década de 1950 como alicerces onde fundamentar a hispanidade no Brasil. A utilização de obras de arte, de produtos literários e de gestas dos períodos coloniais em, respectivamente, exposições comemorativas, em edições divulgadoras patrocinadas e em variados simpósios foi um recurso do que se valeram órgãos públicos da Espanha para realçar a histórica grandeza do seu país e se revestir de autoridade. Com isso pretendia-se contribuir a justificar a projeção, no Brasil, do poder simbólico da Espanha.

No ano 2000, em várias ações diretamente promovidas pelo governo da Espanha, a grandeza imperial e os primores culturais que explorara o franquismo nas suas construções ideológicas em torno à hispanidade foram retomados. Assim, entre julho e setembro de 2000, com motivo da comemoração dos 500 anos da descoberta do Brasil, organizou-se no Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, uma mostra de pintura e de objetos litúrgicos e suntuários produzidos durante o florescimento artístico da União Ibérica, sob o título *Esplendores de España*. Por primeira vez puderam-se contemplar no Brasil 133 obras do acervo do Museo del Prado. A exposição foi visitada por cerca de 370.000 pessoas. No dia da inauguração estiveram presentes o Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso,

²¹⁹ O original autógrafo da obra está depositado na Divisão de Manuscritos da Biblioteca Pública de Nova Iorque, fazendo parte da Coleção Orich de Obadiah. A peça está incluída na edição das *Obras Completas de Lope de Vega* publicadas pela Real Academia Española (Vega, 1902), com Notas Preliminares redigidas por Marcelino Menéndez Pelayo. Em Nova Iorque foi publicada a primeira edição crítica da comédia (Vega, 1929). *El Brasil restituído*, junto a uma outra comédia de Lope de Vega de temática americana, *El nuevo mundo descubierto por Cristóbal Colón*, foi publicada em Buenos Aires, em edição de Alberto E. Lora (Lora, 1943). Em relação ao Brasil, foi P. Núñez Arca (1957) o primeiro editor do texto completo do produto, em língua espanhola modernizada segundo o critério do editor. Todavia, José Maria Viqueira Barreiro já publicara em Coimbra, em 1950, uma edição da obra acompanhada de um estudo crítico (Viqueira, 1950). Em 2001, na Universidade de São Paulo, André Fernandez Romera defendeu sua dissertação de Mestrado sob o título *Tradução anotada e comentada de El Brasil restituído, de Lope de Vega*. Uma parte das personagens é formada por figuras alegóricas: a fama, o Brasil, a religião católica e a heresia.

e os reis da Espanha. Paralelamente, na Biblioteca Nacional foi aberta uma exposição sobre a obra de Miguel de Cervantes. A mostra “Esplendores de España” esteve dividida em oito seções mediante as quais se vinculavam os reflexos dos acontecimentos históricos do período 1580-1640 nas artes plásticas e na ourivesaria. Essas seções foram: A União das duas Coroas, A União Ibérica, A cultura que seduziu Europa, A arte devocional, A defesa do Império do Ultramar, Velázquez, El Greco e A natureza morta ou a Alegria de Viver²²⁰.

No suplemento publicado, nesse ano, para comemorar o décimo aniversário da revista da Conselharia de Educação e Ciência da Embaixada da Espanha no Brasil – o *Anuario brasileño de estudios hispánicos* (Suplemento, 2000)²²¹ – reuniram-se diversos pareceres sobre o hispanismo no Brasil. Para apresentar um estado da questão e se indicar, simbolicamente, um ponto de partida da construção acadêmica do hispanismo, introduziram-se dois estudos sobre o tema que foram divulgados nas décadas de 1950 e 1960. O primeiro estudo, cuja primeira publicação fora em 1953, intitula-se En torno al hispanismo de Brasil, de Angel Valbuena Prat. O outro artigo, Creación y desarrollo del hispanismo en Brasil, datado em 1964, é da autoria de Julio García Morejón.

O Prof. Valbuena estivera no Brasil na categoria de convidado junto ao sociólogo Tierno Galván e ao historiador de arte Marco Dorta. Durante a sua estadia visitou as cidades de Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo e entrou em contato com alguns destacados intelectuais brasileiros hispanófilos, como o escritor Osvaldo Orico e os professores hispanistas José Carlos Lisboa e Idel Becker. No relato da sua estadia nessas três cidades, Valbuena traça uma exposição dos modelos culturais espanhóis cuja influência na produção brasileira considerava notável. Refere-se, por um lado, ao tratamento dado por Lope e por Mayno à *recuperação* da cidade de Salvador nos seguintes termos:

²²⁰ A exposição *Esplendores de Espanha* foi continuada por outras duas intituladas *De Picasso a Barceló* (2001) e *Século XVIII. Espanha, o sonho da razão* (2002). A primeira reuniu mais de cem obras da coleção do séc. XX do Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofia. Nela apresentava-se um percorrido através do arte espanhol do séc. XX representado pela obra de artistas – Picasso, Dalí, Miró – considerados símbolos de correntes inovadoras às quais se integraram ou às que deram origem. A mostra foi na Pinacoteca de São Paulo e esteve dividida nas seguintes seções: Do noventa ao ultraísmo, Ao redor do Cubismo, Surrealismo, A geração do 27, A escola de Vallecas, A geração abstrata, Figürões dos 60, Os anos 80 e 90. A mostra *Século XVIII. Espanha, o sonho da razão* foi exposta no Museu Nacional de Belas Artes, no Rio, e reuniu 233 obras de 38 museus e coleções privadas espanholas. As suas seções foram: Símbolos de uma dinastia, Retratos, O universo pictórico dos *Borbones*, Academia, Arquitetura, Ciência, Viagens, Caprichos de Goya, Pecados, Touros e Beleza Útil.

²²¹ Disponível em: <<http://www.mec.es/sgci/br/es/publicaciones/anuario/abeh2000s.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2009.

Lope de Vega tituló una de sus comedias más adivinatoras *El Brasil restituido*. Es la primera obra de un gran dramaturgo que tiene por asunto esa fecunda y rica tierra del Mundo Nuevo. Se refiere a la liberación de la bahía del Salvador de la denominación pirata de los holandeses. Del mismo asunto trata un cuadro famoso de Juan Bautista Mayno, que se halla en la galería central del Museo del Prado. También se trata de la primera pintura importante que adivina aquel paisaje, aquellas tierras y aquellos rostros. No ha olvidado Brasil estos motivos (Suplemento, 2000: 11).

Angel Valbuena Prat considerou patente o reflexo de Góngora na obra de Jorge de Lima intitulada *Invenção do Orfeu* (1952), e salientou a constante atenção à cultura espanhola do Barroco demonstrada por Manuel Bandeira, Afranio Coutinho, e Josué Montello. Finalmente, registrou o labor realizado, para o impulso e a estabilidade do “hispanismo cultural”, pelos corpos consulares dirigidos pelos embaixadores conde de Casas Rojas e marquês de Prat de Nantouillet. Das atividades que ele realizou durante sua permanência no Brasil, informa só de uma palestra ministrada na Academia de Letras de Minas Gerais sob o título “Poesía religiosa contemporánea”, cuja platéia foi, em parte, constituída pelos agostinianos e claretianos espanhóis residentes em Belo Horizonte. Assinala-se que, a partir dela, o diretor da *Academia* louvou “los beneficios de la corta dominación española” no Brasil (Suplemento, 2000: 14). A pesar dos bons augúrios que vaticinava para o hispanismo no Brasil, Valbuena queixou-se do escasso cultivo do teatro espanhol, tanto na língua original, o que considera compreensível para a maioria do público, quanto em traduções, e pergunta, retoricamente, por que não se encena, na tradução portuguesa, *El gran teatro del mundo*, de Calderón.

O empenho em abarcar o Brasil no conceito de *hispanidade*, a aproximação espiritual entre a lusofonia e a hispanofonia e a criação de um hispanismo brasileiro “ativo, volitivo e intelectual” são os temas do artigo de García Morejón²²². García Morejón reivindica a inalterável substância ibérica do Brasil, a sua unidade de destino com a Espanha, a vocação evangelizadora ibero-americana e a transcendente contribuição

²²² O Prof. Dr. Julio García Morejón (Valencia de don Juan – León, 1929) licenciou-se em Filosofia e Letras na Universidade de Salamanca em 1953. Transladou-se ao Brasil em 1954. Desde o início da década de 1960 até finais da década de 1980 exerceu como professor de Língua e Literatura Espanhola na Universidade de São Paulo, fundando, em 1971, a Faculdade Ibero-americana [atual Unibero - Centro Universitário Ibero-americano] da que ainda é o chanceler. Foi membro do Conselho Federal de Educação de 1979 a 1985. Atualmente, é o único acadêmico correspondente do Brasil na Real Academia de la Lengua Española. O livro *Unamuno e Portugal* (García Morejón, 1964), que recebeu um prólogo de Dámaso Alonso em sua segunda edição (1971), marcou o início de sua consolidação como unamunista. Entre 1961 e 2009 publicou uns vinte livros com temática relativa à literatura espanhola, um dos quais é uma introdução a Lope de Vega (García Morejón, 1969).

lingüística, literária, socioeconômica e histórica da Espanha à realidade vernácula brasileira. Contudo, lamenta-se, e protesta, pelo, por ele qualificado, infeliz comentário do autor do artigo dedicado ao hispanismo no *Diccionario de literatura española* publicado em Madri pela *Revista de Occidente* [1949], pois nele se mencionava que, durante a primeira metade do séc. XX, os hispanistas merecedores de resenha no Brasil foram: “un portugués ilustre, que hace ya diez años dejó estas playas; un español en el exilio, ya fallecido, y un ex seminarista gaúcho, hijo de gallegos” (Morejón, 2000: 18)²²³. Contestando essas restrições, elogia aqueles que, “a pesar de la indiferencia general”, contribuíram à difusão do campo cultural *hispano*, entre os que menciona a Manuel Bandeira, José Carlos Lisboa, Henriqueta Lisboa, Eduardo Portella, Celso Cunha e Gilberto Freyre²²⁴. Morejón insiste na urgência de intensificar as tarefas de proselitismo que

²²³ Tomamos essa citação do suplemento intitulado *El hispanismo en Brasil*, publicado, em 2000, no *Anuario brasileño de estudios hispánicos*. Nesse suplemento foi reproduzido o artigo de Julio García Morejón intitulado *Creación y desarrollo del hispanismo en Brasil* (Suplemento, 2000: 17-31), indicando-se que fora inicialmente publicado no livro *Presente y futuro de la lengua española* (Madrid: Ediciones Cultura Hispánica – OFINES, 1964). Em 2001, Julio García Morejón publicou a antologia *O resgate da memória (Temas hispánicos)*, em que recolheu todos os artigos que publicara na imprensa paulista (*O Estado de São Paulo*, *A Gazeta*, *Diário de São Paulo* e *Correio Popular*) desde a sua chegada ao Brasil, em fins de 1953. Nessa antologia aparece de novo o artigo do qual tiramos a citação. Desta vez, o artigo intitula-se *O hispanismo no Brasil (I)* e informa-se que ele fora inicialmente publicado no jornal *O Estado de São Paulo* em 17.08.1963. Acreditamos, pois, que a primeira versão foi a publicada nesse diário paulista. O parágrafo completo do que faz parte a citação é o seguinte: “Um documento comprobatório, embora vago e generalizado, mas que serve de exemplo, é o verbete dedicado ao hispanismo no *Diccionario de Literatura Española*, publicado em Madrid pela ‘Revista de Occidente’, que revela ao mesmo tempo a ignorância dos outros em relação ao que se passa no Brasil. Enquanto nos mostra a fecundidade destes estudos em países como Alemanha, França, Inglaterra, Itália, Suíça, Holanda, Estados Unidos, etc., ao se referir à contribuição de além-mar, apresenta o Brasil em seis linhas apenas, nas quais surgem lado a lado, como hispanistas, um português ilustre, que já há dez anos deixou estas plagas; um espanhol exilado, já falecido, e um professor gaúcho, filho de galegos. É óbvio que essas notas, pela pressa com que foram redigidas, não são dignas de grande crédito, mas encaradas com certa relatividade proclamam a verdade se observamos, por exemplo, o desenvolvimento do hispanismo em outros povos, também ali registrado. De 1950 para cá esta situação sofreu uma ligeira modificação, felizmente. Mas há, ainda, um longo caminho a ser percorrido. A década de 60 foi muito benéfica para a cultura hispânica no Brasil” (Morejón, 2001: 11). Curiosamente, na versão do artigo aparecida no suplemento *El hispanismo en Brasil*, Morejón (Suplemento, 2000: 18) não disse que o gaúcho era professor, senão ex-seminarista (“y un ex seminarista gaúcho, hijo de gallegos”) e indicou que as mudanças se começaram a produzir em 1953 (“Desde 1953 a esta parte las cosas han cambiado un poco, afortunadamente”), ano que coincide com a sua chegada à cidade de São Paulo.

²²⁴ Procuramos a entrada a que se refere Morejón. Consultamos a 2ª ed. do *Diccionario de Literatura Española* (1953). A primeira edição desse produto da Revista de Occidente é de 1949. Os dados relativos ao hispanismo no Brasil constam no verbete “Hispanismo [en Ultramar]”, da autoria de Germán Bleiberg. Nele é exposto o seguinte: “En el Brasil, el más importante hispanista es el erudito Fidelino de Figueiredo, adscrito a la Universidad de Sao Paulo, igual que Luis Sánchez y Fernández, y también se dedica a la docencia de las letras españolas José Lodeiro, en Rio Grande do Sul” (*Diccionario de Literatura Española*, 1953: 356). Embora ela seja uma informação insuficiente, nela não se percebem nem desqualificações nem um tom pejorativo. As adjetivações ambíguas contra esses professores, e o sarcasmo, são patentes, no entanto, na glosa que desse verbete fez Morejón.

objetivem a quebra de fronteiras e a integração supranacional das culturas para que a seiva do espírito latino-americano circule com intensidade por todos os países do bloco de nações ibéricas:

En la unidad de Iberia puede estribar la salvación del Occidente. Iberia unida es indestructible. Pero la unión tiene que venir por el amor. Y el amor duradero exige comprensión, digan lo que quieran los fariseos de la cultura. Cada día tiene que sonar con más potencia en los oídos del hombre universal – porque para la construcción del nuevo mundo del mañana todos tendremos que ser hombres universales de nuestra tierra – la voz cristiana que dice: “amaos los unos a los otros”. Este es el precepto que evitará la catástrofe final, la que algunos andan organizando. Si el Brasil quiere amar a sus hermanos hispánicos deberá entenderlos bien primero. Es necesario que los seres, para entenderse, hablen el mismo idioma (Suplemento, 2000: 24).

Percebe-se que alguns dos pesquisadores vinculados ao hispanismo no Brasil e que as instituições culturais de cunho oficial espanhol tentaram fixar na relação colonial com a Espanha o início do intercâmbio cultural entre os dois países. O período da União Ibérica, com o episódio da expulsão dos holandeses da Bahia, transformou-se em uma recorrência na construção de representações sobre a comunhão identitária hispano-brasileira. No entanto, localizamos muito poucos dados que permitam inferir um aproveitamento semelhante por parte das associações de imigrantes espanhóis no Brasil.

IV. 2. 2. Os estudos sobre os galegos do Estado de Bahia

O primeiro trabalho acadêmico que localizamos tendo como foco os imigrantes galegos da Bahia é a tese de Célia Maria Leal Braga para o Concurso a Professor Assistente da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Intitula-se *Os Espanhóis em Salvador* (Análise Sociológica das possibilidades de assimilação de um grupo de imigrantes) e data de 1972. Em 1979, Sebastian Sanchez Martin defendeu, na Universidade Federal de Pernambuco, em Recife, a sua dissertação de Mestrado em História intitulada *A imigração espanhola no Nordeste*. Contudo, a imigração espanhola na Bahia só se consolidará como assunto de pesquisas acadêmicas na década de 1980, cabendo essa responsabilidade ao Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia. Esse Centro editou, em 1983, duas monografias sobre os galegos da Bahia. Em 31 de julho de 1983 publicou o trabalho de Jeferson Afonso Bacelar intitulado *Negros e espanhóis* (Identidade e ideologia étnica em Salvador) e, em 31 de outubro de 1983, o estudo *A imigração galega na Bahia*, de Maria del Rosário S. Albán.

Célia Maria Leal Braga, Jeferson Afonso Bacelar e Maria del Rosário S. Albán continuaram, na década de 1990, os seus estudos sobre a imigração galega na Bahia. Pela editora da UFBA, Braga publicou, em 1995, o livro *Memórias de imigrantes galegos*, e por essa editora, e em 1994, Bacelar publicou o estudo *Galegos no paraíso racial*. Logo, em 1997, Bacelar publicou o *Álbum de imigrantes galegos: memória visual da presença galega na Bahia*. Por sua vez, junto a Doralice Fernandes Xavier Alcoforado, Albán, sob o título *Romanceiro ibérico na Bahia* organizou uma recopilação de romances medievais em que se estabelecia um vínculo entre a preservação deles na Bahia e a tradição oral da imigração galega nesse estado. Essa obra foi publicada em 1996. Em 2000, com o título *Romances tradicionais na Galícia e na Bahia* foi editada em CD a interpretação que o Quarteto Cantares fez de uma seleção do recopilado no *Romanceiro ibérico na Bahia*. Pela Editora Universitária da Universidade Federal da Paraíba publicou-se, também no ano 2000, *A tradição Ibérica no romanceiro Paraibano*, de Maria de Fátima Barbosa de Mesquita Batista. No entanto, nessa obra, não se ousa estabelecer nenhum elo entre essa poesia e a imigração galega, muito escassa nesse estado nordestino. No livro, a autora indica simplesmente que os romances conservados na tradição oral que ela recopilou a partir de informantes paraibanos, e que ela estudou, procedem do repertório literário levado ao Brasil pelos portugueses durante a época colonial. Adscrivendo o seu produto – um folheto editorado – à literatura de cordel, o paraibano Zanoni Yberville publicou em 2004 o poema *A disputa do pequeno filho da puta com o grande filho da puta no cabaré das galegas*. Nele, no entanto, o vocábulo “galegas” é usado na acepção nordestina, isto é, “mulheres loiras”. O Centro Gráfico da UFBA publicou, em 1993, um opúsculo do antropólogo Luiz Mott intitulado *A influência da Espanha na formação religiosa no Brasil*. Nele, esse professor da UFBA, sem se restringir à Bahia, recolhe uns apontamentos sobre a ação dos principais missionários espanhóis na época colonial, sobre a devoção a santos espanhóis, e sobre a autoridade que tiveram em todo o Brasil, até a transferência da corte lisboeta, as pautas teológicas determinadas na Espanha. O autor não menciona nenhum clérigo galego que agisse com relevância no Brasil durante a colônia.

Na década de 2000 publicaram-se duas obras acerca dos galegos em Salvador. Geraldo da Costa Leal dedicou aos “gallegos” um capítulo de *Perfis urbanos da Bahia* (Leal, 2002) e, em 2005, Paulo Roberto Baqueiro Brandão publicou, pela editora da UFBA,

Geografias da presença galega na cidade da Bahia, uma análise em que se abordam as estratégias dos comerciantes galegos em Salvador durante o séc. XX.

A existência de um grupo de professores da UFBA dedicados a pesquisas sobre os imigrantes galegos na Bahia e a relevância da colônia galega na cidade de Salvador fez com que, aos 30 de março de 1995, se criasse um *Centro de Estudos da Língua e Cultura Galegas* (CELGA) mediante um convênio entre a *Consellería de Educación* da *Xunta de Galicia* e a UFBA. A missão fixada para esse Centro foi a de “incentivar, promover e realizar acciões tendentes a estimula-lo intercambio cultural entre Bahía e a Galicia, e organizar cursos e seminarios de lingua, literatura e cultura galegas”. Através do CELGA se organizou, entre o 17 e 19 de outubro de 1996, o *Simpósio de Língua e Imigração Galegas na América Latina*, com *Atas* publicadas em 1998 pela editora da UFBA (Albán, 1998) e, entre o 12 e o 15 de setembro de 2006, se organizou o 8º *Congreso Internacional de Estudos Galegos*. Por sua vez, o CELGA converteu-se em objeto de pesquisa. Em 2002, Ives Milena Santos Silva escreveu a sua Monografia de Conclusão de Curso de Graduação em História na Universidade Católica do Salvador sobre ele, intitulando-a *Associações de galegos em Salvador: o caso específico do Centro de Estudos de Língua e Cultura Galegas 1995-2002*. Além dos estudos acadêmicos acima assinalados, um sindicalista galego, Lois Pérez Leira, publicou em 2002, com o título *Galegos na Bahia de Todos os Santos*, uma história da imigração galega na Bahia na qual incluiu um conjunto de biografias de galegos bem sucedidos da cidade de Salvador e destacou o poema de Eduardo Blanco Amor – Closa [sic] a Bahia –, inspirado nessa cidade, a qual fora conhecida pelo escritor em outubro de 1928, durante uma escala do navio que o levava de Buenos Aires à Galiza. Nesse livro, Pérez Leira lança a arriscada conjectura da origem galega de Diogo Álvares Correia, o “Caramuru”, a quem a historiografia brasileira sempre lhe outorgou uma provável nascerça portuguesa²²⁵. O Caramuru galego-baiano de Pérez Leira é apresentado

²²⁵ Na página que a digital *Enciclopedia da emigración galega* dedicara ao “Caramuru”, a mudança da estirpe do pioneiro realizou-se mediante uma taxativa asseveração, na qual também se observava a troca da ortografia no antropônimo: “Diego Álvarez Correa nasceu na Coruña no século XVI, ainda que algúns investigadores portugueses afirmam que nasceu em Viana do Castelo” (Estava disponível em: <<http://www.cigmigracion.com/alvarez.htm>>. Acesso em: 31 jul. 2003). No entanto, sim houve espanhóis entre os primeiros povoadores europeus da Bahia, mas eles chegaram quando já se assentara o Caramuru. Ao respeito, menciona Arthur Ramos (1962: 75): “A Bahia, antes da chegada do seu donatário Francisco Pereira Coutinho, teve como primeiro povoador Diogo Alves Corrêa, o famoso Caramuru das lendas, de cujo casamento com a índia Paraguaçu, saiu numerosa prole. Acredita-se que quando Martim Afonso de Souza por lá passou em 1531, deixando dois homens, o Caramuru já tinha seis genros e o próprio Pero Lopes, no seu diário, escreveu que a

como um precursor da gesta da elite imigrante retratada no livro. É estranha a inserção do Caramuru na seção que recolhe as biografias assinaladas. Essa seção, a principal de *Galegos na Bahia de Todos os Santos*, intitula-se Protagonistas galegos na Bahia de Todos os Santos (Leira, 2002: 55-184). Abre-a a biografia de Javier Alfaya (Redondela, 1957 – Salvador), “Un loitador, un auténtico revolucionario”, segue-a a de Diego Álvarez Correa “Caramuru” (A Coruña – Salvador de Bahia, 1557), “Un galego que se namorou da bela Paraguasu” e, logo, a do empresário de sucesso Manuel Antas Fraga (Cotobade, 1932 – Salvador), “Un emigrante no paraíso racial”. Reparamos, contudo, em que, apesar da reivindicação de Leira, não se publicaram mais documentos contendo a assunção da origem galega do Caramuru e que não se desenvolveu publicitariamente a relação desse Caramuru galego com os galegos do Nordeste brasileiro. A viabilização de um uso publicitário, de todas as formas, teria que enfrentar a forte carga satírica associada ao vocábulo Caramuru devido à conversão em apelido pejorativo que dele fizera, em dois sonetos, Gregório de Matos, nos quais ridicularizou os foros de fidalguia nativa alardeados por alguns endinheirados da Bahia.

Alberto Silva, professor da Universidade da Bahia e membro do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, cinqüenta anos antes que Pérez Leira, já propusera um precursor quinhentista da presença espanhola na Bahia. No artigo *El primer emigrante español en Brasil*, publicado na madrilena *Revista de Índias* em 1951, esse professor adjudica a Felipe de Guillén esse título de primeiro emigrante. Segundo consta na separata de que dispomos, o artigo fora consequência de uma palestra que o autor ministrara no Rio fazendo parte das semanais Tertúlias Literárias organizadas por García Viñolas, agregado cultural da Embaixada de Espanha na, então, capital do Brasil. No texto, o Prof. Alberto Silva justifica a sua dedicação ao reconhecimento desse primeiro migrante julgando que “Es interesante identificar al primer emigrante español llegado a tierra brasileña para iniciar la larga y secular corriente emigratoria de estas gallardas Españas, que tan saludables resultados tuvieron para nuestro país” (153). Antes de revelar a identidade do classificado por ele como primeiro imigrante, Silva menciona, por um lado, os navegadores do Reino de

gente da terra era toda alva, sendo muito formosas as mulheres. Essa população de mamelucos foi aumentada logo depois por alguns Espanhóis e certo número de Portugueses que escaparam de dois naufrágios. Muito auxiliou o Caramuru ao donatário, que trouxe por sua vez vários casais e soldados. A pequena prosperidade inicial logo cessou com a hostilidade dos Tupinambás, um dos motivos porque o rei D. João III resolveu criar o governo geral”.

Castela que, antecedendo Cabral, reconheceram o litoral brasileiro setentrional e nordestino e compila, por outro, os nomes dos espanhóis que, ora como náufragos, banidos ou aventureiros, ora integrando expedições planejadas, alcançaram a costa brasileira e nela permaneceram por algum tempo, explorando-a, nas quatro primeiras décadas no Brasil no séc. XVI. Assinala, porém, que nenhum deles poderia ser considerado imigrante “dentro del término justo y guardadas sus necesarias condiciones” (Silva, 1951: 155). Na avaliação dele o primeiro imigrante espanhol no Brasil seria Felipe de Guillén, por ser o primeiro espanhol desembarcado no Brasil com ânimo colonizador. A chegada de Guillén teria acontecido em 1537, falecendo em Porto Seguro no início da década de 1570. Felipe de Guillén, no juízo de Silva, merece a consideração dos cidadãos brasileiros por ter se assentado no Brasil com o intuito de se arraigar em definitivo e por ter agido de modo conveniente, como esforçado trabalhador, para o desenvolvimento da Bahia. Eis a argumentação de Silva:

Afirmamos que semejante distinción debe caber, como cabe, al castellano Felipe de Guillén, embarcado, por orden real, en una expedición portuguesa de carácter colonizador, y llegado aquí con disposición de trabajar honradamente por la grandeza de la tierra a la cual se dedicó, en verdad, de cuerpo y alma. Por la razón de su viaje, por las diligencias que hizo en nuestro país, por su permanencia en nuestro medio, por su decisión de traer para aquí a su familia, por su espíritu de colaboración, en fin, hay que considerar a Felipe de Guillén como primer emigrante español en Brasil (Silva, 1951: 155).

É claro que a argumentação de Silva tendente à nacionalização brasileira de um castelhano súdito da Coroa portuguesa, embora compreensível como ação destinada à fixação de referentes simbólicos para a construção da nacionalidade, carece de seriedade histórica. Silva, no entanto, tenta amparar o seu arrazoado forjando a biografia de Felipe de Guillén. Nela destaca o sucesso profissional que, antes de embarcar rumo às capitanias de Espírito Santo e Bahia, esse sujeito tivera em Castela e Portugal pela sua habilitação como cientista – boticário, matemático, astrólogo, químico, engenheiro, astrólogo e geólogo –. Nas capitanias nordestinas teria servido com os seus conhecimentos aos donatários, participando em bandeiras, abrindo picadas e estradas e tentando localizar minas de ouro. Silva encerra a sua hagiografia sobre Felipe de Guillén como se segue:

De esta manera vivió y murió en nuestro país Felipe de Guillén, su primer emigrante español. Con noble dedicación a la tierra, aún inculta, que conoció y amó, hizo todo por su bien, dándolo todo, inteligencia y esfuerzo, por su prosperidad y su grandeza. Sintió Felipe de Guillén profundo amor por nuestro país, amor que refleja la sincera confianza que tenía en su destino glorioso. Por eso escribí

para la posteridad, lleno de convicción, “haber sido su deseo estudiar y saber las cosas extrañas de este Brasil”. De este nuestro Brasil, repetimos, su constante cuidado, elevado encanto de su vida; de este nuestro Brasil donde, repitiendo sus palabras, “procuró ver si encontraba camino para la tierra seguramente correr”, ansia noble de quererlo portentoso, enorme, grande como la propia naturaleza; de este nuestro Brasil en que siempre confió y creyó, bañado del esplendor de su entusiasmo por nuestro futuro maravilloso; de este nuestro Brasil del cual hizo conocer por primera vez la existencia de valiosas riquezas en estas palabras proféticas que el tiempo confirmó: “Tengo para mí que si en toda esta costa del Brasil existe algún metal, lo hay sin falta en Bahía”. Y no se equivocó (Silva, 1951: 161).

Contudo, assim como verificamos em relação à reivindicação da origem galega do Caramuru feita por Pérez Leira, a colocação de Felipe de Guillén como primicério na imigração espanhola pretendida por Alberto Silva não encontrou eco nem em pesquisas posteriores nem em discursos de representantes dos imigrantes galegos na Bahia.

Observa-se que os imigrantes galegos se consolidaram como uma área de conhecimento, sobretudo dos estudos baianos de grau superior. Essas pesquisas esclareceram bastante o processo de inserção dos galegos na sociedade baiana, sobretudo na soteropolitana, assinalando as representações que dos galegos fizeram os nativos e as contestações colocadas a elas pelos galegos. Pormenorizaram-se os conflitos travados entre os aborígenes e esses alienígenas devido às estratégias de sucesso econômico por estes seguidas e descreveram-se as contribuições feitas pelos galegos à cidade de Salvador. Mas, em todas as investigações mencionadas, conclui-se que, logo de todos os choques e avatares de finais do séc. XIX e da primeira metade do séc. XX, o conjunto dos imigrantes galegos encontra-se perfeitamente integrado na Bahia e, inclusive, abaianado, havendo-se caracterizado por uma existência vinculada ao denodado trabalho. Assim o expôs Jeferson Bacelar (1994) em *Os galegos da Bahia*, o capítulo final de *Galegos no paraíso racial*:

Salvador já não é mais a mesma e o galego acompanha o ritmo de suas mudanças. Torna-se apenas mais um componente, sem grande significado e função para as novas estruturas de poder e controle social.

O grupo galego, então, de forma progressiva, vai aceitando cada vez mais os valores universalistas e aceitando completamente as normas e os valores vigentes em Salvador.

As premissas norteadoras do grupo, no período abordado neste trabalho [primeira metade do séc. XX], à medida em que os seus componentes foram sendo aceitos e integrados na vida econômica, social e cultural do ambiente, deixam de funcionar como forças coesivas e aglutinadoras.

Assim, perfeitamente adaptados à nossa realidade, aparecem atualmente como um plano expressivo da hospitalidade, pluralismo e abertura dos baianos a todas as raças e povos. Sob outras formas, o paraíso continua.

Por sua vez, a Galícia é hoje uma região ativa e florescente, com sua autonomia conquistada, com sua rica língua e literatura renascidas, bem como com a sua cultura revitalizada, a expressar o sonho de tantas gerações.

Entretanto, essa nova Galícia jamais teria sido possível sem o capital financeiro e simbólico dos seus pobres e analfabetos imigrantes. Gente, como os galegos da Bahia, que com sofrimento e determinação, mantiveram em terras longínquas e estranhas, o espírito da Galícia sempre eterna (Bacelar, 1994: 181-82).

Passada uma década, Paulo Roberto Baqueiro Brandão (2005), na Conclusão de *Geografias da presença galega na cidade da Bahia* voltou a ressaltar o afã dos imigrantes galegos em Salvador:

A saga galega nas terras da capital baiana é, portanto, uma história de sofrimento, luta pelo trabalho, dignidade e sucesso para muitos dos que atravessaram o oceano Atlântico na tentativa de fazer a América, de alcançar em terras distantes e estranhas o que, nos campos da sua origem não lhes era possível: uma vida de dignidade (Brandão, 2005: 131).

Nessas pesquisas são também mencionadas e estudadas as associações que a elite galega promoveu em Salvador entre os seus patrícios. Essas associações – a *Sociedad Española de Beneficencia* (fundada em 1885), o *Centro Español* (1929), o *Galícia Sport Club* (década de 1930) – tiveram as finalidades de favorecer a mutualidade, de permitir a defesa dos interesses da colônia e de projetar imagens de poder e prestígio sobre a sociedade local. Essas finalidades encerravam a vontade de inserção no campo do poder soteropolitano, mostrando a adesão aos padrões e aos valores dos grupos sociais dominantes em Salvador. Não há notícias de publicações periódicas, de grandes bibliotecas societárias ou mesmo, na primeira metade do séc. XX, de algum livro escrito por algum imigrante galego de Salvador. Há, porém, uma abundante participação dos galegos na imprensa soteropolitana, sobretudo nos diários *A Tarde* e *O Imparcial*, pois nela faziam publicar propaganda dos seus negócios, comentários sobre os problemas do comércio, notícias sobre as atividades das suas associações, hagiografias de sujeitos bem-sucedidos da colônia, declarações de lealdade aos interesses do Brasil ou adesões a medidas tomadas pelas autoridades políticas locais. Paralelamente, essa imprensa local podia conspurcar as representações sobre os galegos publicando notícias críticas sobre a qualidade – higiene, preços, regime de trabalho – dos seus empreendimentos comerciais e industriais ou sobre o

talante desses sujeitos. Essas notícias, junto aos depoimentos dados pelos imigrantes e à documentação do Arquivo Público do Estado da Bahia e dos arquivos da Real Sociedade Espanhola de Beneficência e do Centro Espanhol, têm sido as principais fontes das pesquisas sobre a imigração galega na Bahia mencionadas.

Contudo, os imigrantes galegos na Bahia como assunto de pesquisa remontam ao ano 1929. Nesse ano publicou-se um livro de impressões de viagens intitulado *Bahia, orgullo del Brasil* – Impresiones de dos periodistas españoles, no qual, os imigrantes galegos nesse estado fazem parte dos itens observados pelos autores.

Infere-se que o livro ou custeou-o parcialmente o governo estadual baiano ou que dele recebeu apoio, pois foi editado pela Imprensa Oficial baiana. Já em 1926 essa mesma Imprensa Oficial reeditara, em fac-símile, a *Memoria sobre Meios de Promover a Colonização*, do Visconde de Abrantes (1794-1865), inicialmente publicada em 1846. Não nos cabe especular sobre o intuito desse impresso estadual. Contudo, infere-se que, apesar de se tratar de uma obra do início do império de D. Pedro II, ele poderia servir para reforçar a orientação que o Governo do Estado de Bahia queria marcar para a imigração européia da década de 1920, dirigindo-a para a colonização agropecuária e evitando que ela se concentrasse no comércio e serviços da capital, que era o que, até então, acontecera. Os autores de *Bahia, orgullo del Brasil* foram dois jornalistas madrilenos, F. Gomez de Otero e José Burriel Muñoz. Eles justificaram a sua publicação em espanhol argüindo que os seus leitores seriam majoritariamente espanhóis. Declararam que mediante ele se almejava a ampliação na Espanha do conhecimento da Bahia, embora na capa se especificasse que se tratava de um “Libro ofrendado al ejemplar Estado de Bahia en prueba de admiración por sus progresos e hidalguías y dedicado al Ilustre Estadista que rige sus destinos y a la Colonia Española”. Infere-se também que os autores mantiveram, durante a sua estadia, um estreito contato com a colônia espanhola, a cujos membros se referem como “nuestros queridos compatriotas”. De fato, Gomez de Otero e Burriel Muñoz acreditam estar representando a colônia ao compor o livro.

Carecemos de dados acerca de como, caso acontecesse, se efetivou a distribuição na Espanha de *Bahia, orgullo del Brasil*. Em si, o livro é um encadeamento de elogios ao comportamento e às realizações do poder público estadual e dos imigrantes espanhóis. Além dessa prosa laudatória, contém artigos em que se frisa a riqueza do estado, se

assinalam as potencialidades de desenvolvimento e progresso que ele encerra e em que se gabam as medidas tomadas pela administração estadual tanto para o fomento da chegada de imigrantes europeus quanto para o assentamento e a integração deles. Da adequação dessas medidas, são colocados como exemplo os bem-sucedidos imigrantes espanhóis.

Os autores dedicaram o livro “Al Ilustre y gran Estadista Excmo. Señor Doctor Vital Henriques Baptista Soares. Gobernador del Estado de Bahia”. Na dedicatória louva-se toda a administração estadual – “un Gobierno ejemplar y una administración sana, concienzuda e inteligente llevan a Bahia a lugar preeminente en la Historia de los pueblos cultos y progresivos” –. Perante o governador, além de como os seus admiradores, os autores colocam-se como emissários da colônia espanhola. Dessa posição, eles transmitem-lhe a adesão da colônia, a qual, segundo eles, com o seu trabalho e a sua atitude, retribuía ao “fidalgo” povo baiano a hospitalidade e os bens que dele recebia, agindo como digna representante da Espanha:

En estas páginas que hemos trazado con la habitual precipitación de nuestros inquietos espíritus periodísticos, van también los entusiasmos y los afectos de nuestros queridos compatriotas, los españoles residentes en Bahia.

Quiere esta Colonia española, Señor, por nuestro modesto conducto testimoniaros su adhesión, y es deseo que muy ufanos cumplimos, porque hay que reconocer en honor de la verdad, Señor, que a la hidalguía con que vuestro Pueblo trata a nuestros compatriotas, ellos gente de alma sana y de espíritu, hombres de bien encariñados con el trabajo y esclavos de la honradez, corresponden con una aportación que en los tiempos que vivimos es muy útil y beneficiosa para los pueblos: la aportación de su ejemplar civismo, de su seriedad en todos los actos de su vida de relación con los brasileños, de su gran afecto hacia los bahianos y de sus entusiasmos por todo lo que signifique engrandecimiento de este País de ensueño.

A fuerza de sinceros informadores reconocemos orgullosos que nuestros compatriotas residentes en Bahia encarnan dignamente el ideal de España, que no es otro que el de sembrar afectos en este País fraternal al que nos consideramos vinculados por Ley de raza y por sinceros dictados de amor (Gomez, 1929: II-III).

Ao longo da obra discriminam-se os louvores, sendo o seu alvo, sobretudo, os secretários estaduais. Os autores desempenham a função de repórteres dentro da sua circunstância de visitantes. Não sabemos, porém, por que visitaram a Bahia nem se viajaram também por outros estados brasileiros. Eles justificaram o livro na necessidade de dar a conhecer na Espanha a excelência do Estado da Bahia e na de difundir o labor da colônia espanhola em Salvador em favor da elevação do prestígio da Espanha, mas eles,

além de retratar o que observam, também o criticam. Nesse sentido, sopesam e avaliam aquilo que visitam e aqueles que entrevistam. Os seus julgamentos de valor encontram-se já na Dedicatória, na qual esclarecem peremptoriamente que “Nuestra visita a Bahia nos ha convencido de que si Brasil es lo que es en la consideración mundial, lo debe en no pequeña parte a este Estado ejemplar” (Gomez, 1929: I).

Dos dez capítulos do livro, os oito primeiros são destinados a descrever o Estado da Bahia. No primeiro caracteriza-se Salvador como uma cidade monumental, bela, senhorial, pitoresca e, economicamente, produtiva e desenvolvida – na “vanguardia de la civilización” –, na qual se combina o romântico decadentismo das velhas cidades portuguesas com o urbanismo que dita o progresso. Para os autores, Salvador é uma cidade de obrigatória visita e eles atrevem-se a maldizer aqueles que, tendo recursos econômicos, não pretendem visitá-la:

Merecen los que teniendo dinero no saben disfrutarle en estas visiones que tanto confunden el alma, pasar el resto de sus días en sus rincones provincianos deslumbrándose con sus dólares, con sus pesetas o con sus contos de réis. Para nosotros es preferible a ese empalago metálico el espiritual consuelo de esta ciudad de maravilla (Gomez, 1929: 5).

Em uma seção desse primeiro capítulo dão-se algumas informações sobre a geografia do estado, a sua riqueza econômica, a sua estrutura administrativa e as suas instituições de ensino superior. No Capítulo II retrata-se o governador, reproduzem-se alguns fragmentos dos seus discursos e transcreve-se uma entrevista que os autores lhe fizeram. Na entrevista foram tratados diversos temas da administração estadual – finanças, administração de justiça, saúde pública, segurança e sistema penitenciário, e imigração –. No tocante à imigração o governador comentou-lhes aos jornalistas que a finalidade de introdução de trabalhadores estrangeiros no estado era a de aumentar a exploração agropecuária no despovoado interior da Bahia. A esse respeito, os jornalistas também se manifestaram e, interpretando o depoimento do governador, declaram que, na opinião dele, o “verdadero porvenir” para os camponeses espanhóis e para os investidores desejosos de aplicar em patrimônio o seu capital no Brasil estava, respectivamente, no trabalho agrícola no interior baiano e na compra de terras.

O seguinte capítulo é dedicado por inteiro à polícia baiana e às políticas de segurança pública. Os jornalistas entrevistaram no domicílio dele o secretário estadual encarregado da ordem pública no seu domicílio – o Dr. Madureira, “preclaro penalista,

gloria del Foro brasileño”. No gabinete desse secretário notaram a existência de livros espanhóis, o qual lhes vale para criticar o alto preço que alcançavam no Brasil os livros importados da Espanha. Do labor do secretário destacam o envio da Força Pública baiana para sufocar o levantamento tenentista e popular de São Paulo em 1924, a repressão contra os jagunços no interior da Bahia, a criação de um plano de carreira e de cursos de instrução para a polícia, a reestruturação do corpo de bombeiros e a modernização do sistema penitenciário baiano. Os autores fazem questão em visitar a Penitenciária de Salvador e, para isso, solicitam autorização do Secretário Estadual de Segurança Pública, quem lha dá e faz com que o diretor dessa Penitenciária – o Dr. Araújo – os guie. A partir da experiência, os autores elaboraram uma extensa crônica, mais extensa e rica em detalhes que a sua narração sobre as impressões tidas na *Real Sociedad de Beneficencia* ou no *Centro Español*. Eles admiraram a Penitenciária, pois nela observaram um higiênico centro que não procurava o castigo dos detentos, senão a sua regeneração e a sua reabilitação como cidadãos, através do convívio saudável, da educação e do trabalho em oficinas. A esse respeito, os autores ponderaram que a prática do Centro obedecia aos critérios para o tratamento do detento propostos por “nuestra ilustre compatriota Concepción Arenal” (Gomez, 1929: 46).

A admiração dos autores perante a administração estadual baiana dirige-se, no Capítulo IV – La salud y la asistencia pública –, às práticas sanitárias. Eles gostam das instalações existentes para ao atendimento médico e hospitalar, do modo como são prestados os serviços médicos e da política sanitária implementada. As referências ao Hospital Espanhol de Salvador, isto é, à *Real Sociedad Española de Beneficencia*, não fazem parte, porém, desse capítulo. Elas estão incluídas no Capítulo VIII, intitulado La colonia portuguesa de Bahia – La colonia española. No entanto, o parecer dos jornalistas acerca da *Beneficencia* é exposto seguindo a mesma estrutura que usaram ao se referirem à sede da Secretaria Estadual de Saúde. Aprovam as características do prédio da *Beneficencia* – um palácio, ao igual que a sede da Secretaria Estadual de Saúde –, ressaltam a boa gestão da diretoria e a dedicação do corpo médico, admiram as práticas sanitárias e destacam a qualidade da aparelhagem e do instrumental cirúrgicos. No caso da *Beneficencia* redigem um histórico da instituição e reproduzem as finalidades contidas nos seus estatutos. Nessas finalidades observa-se como, além da atenção sanitária, a *Beneficencia* contemplava o

amparo dos sócios em situações de infortúnio, a conciliação nos pleitos, a procura de colocações para os desempregados, a inspiração de sentimentos patrióticos entre os espanhóis e a consolidação do renome da colônia espanhola em Salvador, para o qual se admoestaria, se preciso, os que adotassem uma conduta improcedente. Isto é, por meio da *Beneficência*, além do atendimento médico, os imigrantes pretendiam viabilizar os socorros mútuos nas situações de invalidez para o trabalho, nos processos jurídicos e quando fosse ameaçada a sua identidade.

O enaltecimento da administração estadual baiana concretiza-se, no Capítulo V, no ensino público, tanto na educação básica quanto no ensino superior e no técnico. Os autores julgam que as ações estaduais atendem às necessidades da população. O primeiro item desse Capítulo V dedica-se à “encantadora belleza da mulher baiana”. Os autores sentem-se obrigados a prestar uma homenagem a essa mulher pela sua beleza e talento e, simultaneamente, a recomendar-lhe a assunção dos posicionamentos modernos para conseguir maior liberdade e aceder à educação superior que lhe permita se capacitar melhor e ocupar melhores empregos. Além disso, eles recomendam às baianas que superem a tirania da moda, que demandem a adaptação da sua instrução, nas famílias e nas escolas, aos novos tempos modernos e que se preocupem pela elaboração, nas suas casas, de uma dieta mais saudável. Para os autores (Gomez, 1929: 64), as mulheres baianas são “adorablemente hermosas”, evocando-lhes “el recuerdo de nuestra alegre y bella Andalucía”.

Os aspetos econômicos da Bahia são enunciados no Capítulo VI – La agricultura, la industria y comercio —. Nele, porém, não se menciona a participação nas atividades econômicas dos imigrantes espanhóis nem, portanto, a sua contribuição para o progresso do Estado. Essas menções aparecem no Capítulo VIII, destinado especificamente à colônia espanhola. Nele sim se alude ao “prestigio” e à “influencia comercial” dessa colônia em Salvador. Mas, antes de se referirem à colônia espanhola, os autores, “interpretando el sentir de sus compatriotas”, cumprimentam a colônia portuguesa e o seu cônsul. Dessa outra colônia colocam, como o seu mais admirável símbolo na Bahia, o Gabinete Português de Leitura que ela fundara. Do Gabinete exaltam a biblioteca, “repleta de los mejores libros que hoy figuran en los catálogos de las Editoriales de todo el Mundo” (Gomez, 1929: 115-16), e os seus elegantes salões, nos quais se celebram “las más elegantes fiestas mundanas

de la ciudad, en las que bellezas bahianas, portuguesas y españolas compiten formando un delicioso vergel que es lindísimo ornato de esta tierra de beldades” (Gomez, 1929: 116). No Capítulo VIII, os espanhóis da Bahia são assim retratados pelos jornalistas:

Hay que decirlo en honor de la verdad, y para satisfacción de nuestros buenos compatriotas. Los españoles del Estado de Bahia son por su prestigio, por sus virtudes, por su ejemplar ciudadanía, por sus respetos a las liberales leyes de este país, por sus fraternales afectos para con los bahianos, y por sus leales cariños para España, los mejores conquistadores que tiene la Nación de esa armonía hispano-brasileña que tanto ha de beneficiarnos moral y materialmente a unos y otros.

El gran concepto social de que gozan aquí los españoles nos enorgullece a quienes visitamos estas tierras para luego llevar a la Madre Patria impresiones de estas nuestras halagadoras andanzas. Cuando en cumplimiento de nuestros deberes informativos hemos visitado al ilustre Jefe del Estado, a los Secretarios de Gobierno, y a las Autoridades todas y Personalidades bahianas, de todos estos prestigiosos hombres, hemos escuchado el mismo elogio para nuestros compatriotas. El crédito e influencia comercial que han sabido conquistar aquí los españoles con su ejemplar asiduidad en el trabajo y con su profesional honradez, constituyen a la base más sólida de su indiscutible prestigio y del gran aprecio en que los tienen los bahianos.

Enemigos siempre de comparaciones, no hemos de hacerlas al referirnos a la Colonia española de Bahia, pero sí nos es muy grato afirmar, y lo proclamamos con gran orgullo que no hay en todo el Brasil otra Colonia española que bajo ningún concepto aventaje a esta.

Además, estos compatriotas nuestros, tan sanos de alma, sustentan la buena y acertada teoría de hacer Patria sembrando afectos entre los bahianos, con quienes viven una excelente vida de relación.

Se, para os autores, a cidade de Salvador era uma bela combinação de tradição e progresso e os baianos eram um povo exemplar em fidalguia e em dedicação ao trabalho, a colônia espanhola contribuía adequadamente a esse meio mediante as suas iniciativas comerciais e industriais. Ela combinava, em valores, atitudes e atuações, com a urbe em que, com orgulho e carinho, se integrara sem haver perdido o seu talante espanhol.

O Brasil, por sua vez, compensava o labor dos espanhóis no seu território, além de acolhendo-os, mediante gestos simbólicos. Um desses gestos seria, em curto prazo, a participação do Brasil na Exposição de Sevilha, onde o governo brasileiro construía um grande pavilhão. Outro gesto fora o martírio de um brasileiro que morrera no Marrocos lutando pela Espanha. Os autores registram que, aos 2 de maio de 1929, organizaram no Teatro Polyteama de Salvador uma festa “literaria y española” – uma “solemne y brillante fiesta de confraternidad hispano-brasilera” – em que um deles, Gomez de Otero, ministrou uma palestra intitulada Heroísmo brasileiro – Bendición y gratitud a la memoria

de algunos brasileños que dieron heroicamente su sangre por España en la Guerra de Marruecos. Nela salientou que, assim como os espanhóis contribuíam à grandeza da Bahia, houvera um brasileiro que lutara pela Espanha na guerra em Marrocos no ano 1924 como soldado da “Legión que fundó el glorioso Millan Astray y luego dirigiera el no menos glorioso y también gallego General Franco” (Gomez, 1929: 109). Segundo o palestrante na bandeira às ordens do comandante Valzcazar alistaram-se “varios brasileños y argentinos”. Um deles, com quem conversara o palestrante quando cobria como repórter a campanha, tombou na defesa da posição de Chentafa. Esse brasileiro, cujo nome não é mencionado, teria dito ao palestrante “Doctor, a ver si cuenta usted en mi tierra, en el Brasil, como luchamos en España los brasileños...” (Gomez, 1929: 109), pelo qual o palestrante se sentiu na obrigação de relatar à platéia a gesta desse brasileiro, cujo cadáver ele reconheceu quando compareceu em Chentafa para observar a gesta que lá acontecera. Ele diz que expressou, como se segue, a necessidade que sentira de dar a conhecer aos baianos a demonstração de amor à Espanha desse legionário brasileiro convertido em mártir:

Yo mientras encomendaba a Dios su alma, me comprometí a mí mismo para venir a contaros la hazaña de ese héroe, de ese brasileño, de ese glorioso compatriota vuestro que así ofrendó su vida a nuestra Patria.

Cumplida está mi promesa y orgulloso yo de contaros en vuestro propio suelo cómo saben amar a España los hijos de este país fraternal. Justo es que a ese heroísmo correspondamos los españoles con nuestro leal y admirativo cariño (Gomez, 1929: 112).

Em *Bahia, orgullo del Brasil* menciona-se que o jornal *O imparcial* resenhara a festa literária aos 4 de maio. A matéria, sem traduzir, aparece reproduzida no livro (Gomez, 1929: 130-31). Na resenha menciona-se que o legionário brasileiro objeto da palestra chamava-se “Hyppolito”, mas não se dão mais dados para a sua identificação. Nela, comenta-se o programa do evento. Indica-se que o abriu “uma banda militar” executando uma peça intitulada “Sinfonia” e que, logo, antes da palestra de Gomez de Otero, José Burriel, “prestigioso literato e festejado escritor”, recitara o poema *Salutación de España a las repúblicas americanas*. Esse poema é reproduzido no final de *Bahia, orgullo del Brasil* (Gomez, 1929: 145-152). Na resenha assinala-se que o título da conferência de Gomez de Otero fora “Brasil, país encantador, da qual fez parte o Canto al heroísmo de algunos brasileños que dieron su sangre por España en la guerra de Marruecos”. Segundo o redator da resenha, durante essa conferência Gomez de Otero dissera que “o motivo principal da

sua vinda à Bahia foi o entusiasmo com que lhe descreveram no Rio os aviadores Jimenez e Iglesias a maneira como tinham sido recebidos nesta capital, quando ocasionalmente aqui aterrissaram”. Segundo o jornalista de *O imparcial*, a palestra fora uma exaltação da grandeza territorial e dos promissores recursos econômicos do Brasil, da hospitalidade e do “progresso intelectual” do povo baiano, da beleza das mulheres de Salvador e, a respeito dos espanhóis, da “fraternidade em que vivem com os baianos e a distinção que gozam no seio da nossa sociedade” (Gomez, 1929: 131).

No último capítulo – o Capítulo IX – Gomez de Otero e Burriel Muñoz referem-se a esses espanhóis, supostamente bem integrados e valorizados na sociedade baiana, qualificando-os de imigrantes. Eles justificam haverem deixado o tema da imigração na Bahia como encerramento do seu livro por, em primeiro lugar, o considerarem de grandíssima transcendência e acharem que, figurando no final, seria o mais lembrado pelos leitores, e, em segundo lugar, por acreditarem que, antes de exporem a sua recomendação sobre a escolha da Bahia como destino idôneo para emigrar, deviam descrever as características do estado. O capítulo intitula-se *La inmigración en Bahia* Junto ao título consta um resumo da matéria logo desenvolvida, no qual se salienta que

Existen en este Estado muchos millares de kilómetros de tierra fertilísima de verdadera promisión que están sin cultivo. En el Estado de Bahia, el inmigrante tiene seguro porvenir. La tierra es fecunda. Y el Estado es acogedor y generoso para los inmigrantes, que gozan de tutelares garantías” (Gomez, 1929: 134).

Nesse capítulo final, os autores desvelam qual é a verdadeira intenção de *Bahia, orgullo del Brasil*. O intuito é a apresentação da Bahia como o destino ideal para os espanhóis que queiram emigrar ao Brasil. Procura, portanto, incentivar essa imigração. Mas eles especificam que a Bahia oferece garantias e vantagens só para os espanhóis que, sendo camponeses, queiram emigrar para continuarem trabalhando na agricultura baiana, de terras férteis e remuneradoras. Embora reconheçam que a maioria da colônia espanhola da Bahia se dedica ao comércio e à indústria em Salvador, Gomez e Burriel crêem que o lucro só está garantido na agricultura, pois as terras são abundantes e estão pouco povoadas. Os autores, além do mais, esperam que as comunicações possam chegar a ser boas e confiam em que as culturas de cacau, fumo e café possam continuar tendo assegurada a sua exportação. Eles, inclusive, por meio de uma interrogativa retórica, dizem acreditar que a chegada de

camponeses espanhóis pode ser considerada uma missão patriótica e que o seu dever, como jornalistas, é contribuir à divulgação do pedido do governo baiano de braços para a lavoura:

No es muy natural, y muy humano, y muy afectivo que si Brasil, y especialmente Bahia precisan de brazos para fecundar sus tierras de eficaz rendimiento, y de hombres para poblar sus comarcas con la seguridad de éxito para sus ambiciones legítimas de su trabajo, seamos nosotros quienes les ayudemos en tan progresiva empresa?

No se empiezan a firmar tratados para beneficiar mutuamente el comercio de uno y otro país?

Pues por que no se han de beneficiar también las actividades de unos y otros hermanos.

Es pues, a nuestro modesto entender una obra de bien pregonar la acogedora solicitud de los hombres de Bahia, la prometedora recompensa que ofrecen las tierras bahianas, y las máximas y tutelares garantías que ofrecen para el inmigrante estos hombres de alma sana y talento privilegiado que dirigen la gobernación del Estado, sin otras miras que las de su engrandecimiento, que en fin de cuentas, es un verdadero orgullo y un legítimo ideal de la humanidad misma, sin distinción de fronteras (Gomez, 1929: 140).

Os autores informam que o governo estadual baiano dispõe de uma hospedaria em que recebe os imigrantes recém chegados e onde lhes dá “comestible de primer orden” e “orientaciones para su trabajo” e assessoria jurídica (Gomez, 1929: 142). Dela, os imigrantes partem para as fazendas com as quais assinaram contrato. Isso quer dizer que o Estado da Bahia não queria colonos aos que distribuir terras, senão mão-de-obra que poder oferecer os proprietários dos latifúndios. Salientam que nos Patronatos Agrícolas do Estado da Bahia protegia-se os braseiros dos descumprimentos dos contratos por parte dos patrões e que, nos casos extremos de insatisfação por parte do imigrante, a administração baiana facilitava os meios necessários para a repatriação. De forma contraditória, exemplificam o sucesso que pode alcançar um imigrante espanhol na agricultura resenhando a trajetória do pontevedrês Manuel Peralva, quem chegara à Bahia em 1895. Se bem ele era proprietário de uma fazenda dedicada à pecuária e à produção de cana, Manuel Peralva residia em Salvador e essa dedicação só fora por ele decidida após ter acumulado capital, primeiro trabalhando para o governo estadual na construção de estradas de ferro, e logo criando uma firma comercial em Salvador – a Peralva e Dantas – dedicada também às finanças. De todas as formas, os autores assinalam: “Vease, pues, como no solamente en el aspecto comercial, ni en el industrial, sino en este a que nos referimos, encuentran las actividades de los españoles que vienen a Bahia una justa y espléndida dedicación” (Gomez, 1929: 144).

Observa-se que os imigrantes galegos permitiram, ou mesmo encomendaram, sujeitos não-imigrantes a composição de estudos sobre a história da sua presença na Bahia. De fato, só localizamos um livro de memórias elaborado por um galego soteropolitano. Trata-se de *Memória*, de José Carreiro Oubinha (1960). O Hospital Espanhol – a Real Sociedade Espanhola de Beneficência –, dentro das ações executadas na celebração do seu centenário, editou uma revista comemorativa: *Sanatório Espanhol 1885/ 1985 – 100 anos*, na qual, além de se apresentar um histórico das suas atividades, incluíram-se matérias sobre episódios da imigração galega na Bahia. Transcorridos mais quinze anos, e havendo mudado a diretoria, o Hospital editou mais uma revista comemorativa, *Real Sociedade Espanhola de Beneficência. 115 anos promovendo saúde. Publicação comemorativa 1885-2000*, que também combina a descrição cronológica das realizações do hospital com comentários sobre a história da colônia.

Imigrantes galegos na Bahia inspiraram personagens da literatura brasileira. A Bahia foi, por sua vez, um objeto de reflexões de intelectuais espanhóis e houve baianos, e nordestinos em geral, que escreveram sobre as coisas da Espanha. No teatro, acreditamos que o personagem de imigrante galego soteropolitano mais conhecido pelo sucesso e pela repercussão tidos pela obra de que fazia parte, é o galego de *O pagador de promessas* (Gomes, [1961] 2005), de Alfredo de Freitas Dias Gomes (Salvador, 1922 – São Paulo, 1999), obra estreada aos 29 de julho de 1960 no Teatro Brasileiro de Comédia, em São Paulo.

O assunto da obra é o drama causado quando o padre encarregado da Igreja de Santa Bárbara, em Salvador, impede que o protagonista, o ingênuo camponês Zé do Burro, cumpra a promessa que fizera. Esta, assumida em um terreiro de candomblé, consistia em levar em peregrinação uma pesada cruz de madeira, desde a roça em que ele vivia até essa igreja, por haver-se sarado o burro de que era proprietário. A proibição do pároco e a teimosia do camponês acabam gerando, por parte da imprensa, das autoridades administrativas e de revoltosos militantes – os capoeiras –, a exploração do conflitante sincretismo religioso afro-brasileiro e da problemática social da questão agrária, assuntos aos quais o inocente camponês era alheio. Durante a confusão que estoura pelo confronto entre policiais e manifestantes ao decidir Zé do Burro entrar no templo, Zé do Burro é baleado e morre, sendo, no final do último ato, carregado pelos capoeiras sobre a cruz até o

interior do templo. O cortejo é seguido pelo “Galego”, quem também entra na Igreja de Santa Bárbara.

Na didascália do Primeiro Quadro indica-se que há uma mercearia na frente da Igreja de Santa Bárbara; dela, logo se saberá, é proprietário o “Galego”. Essa mercearia converter-se-á no ponto em que se encontram os personagens da obra enquanto Zé do Burro decide como deve agir. Nessa primeira didascália é assim descrita a mercearia: “Numa das esquinas da ladeira, do lado oposto, há uma vendola, onde também se vende café, refresco, cachaça, etc.” (Gomes, [1961] 2005: 13). O “Galego”, de quem só sabemos esse apelido, intervém a partir do Primeiro quadro do Segundo Ato. Na relação de *dramatis personae* que abre o texto especifica-se que a ação se desenvolve em Salvador e que a época é a “atual”. Nela só se menciona que há um personagem chamado “Galego”. A primeira palavra da sua fala é “Gracias”, que dirige à “Minha tia” – “uma preta em trajes típicos, com um tabuleiro na cabeça” –. No texto, ao se indicar o personagem, e precedendo a sua fala, foi escrito “(Espanhol)” (Gomez, [1961] 2005: 43). Nas suas intervenções ele fala empregando uma interlíngua entre o espanhol e o português. Nesse primeiro quadro ele classifica-se perante o personagem perante Dedé Cospe-Rima, um mulato boêmio que é poeta, e diz: “Yo no creo. E yo soy um comerciante” (Gomes, [1961] 2005: 44), com o qual justifica a sua descrença em relação ao candomblé. De fato, o retrato dele ao longo da obra mostra um sujeito só preocupado com o seu negócio. Assim, ele ilude-se com a publicidade que possa receber o seu local com as fotografias que tiram os jornalista que até ele se dirigem para entrevistar Zé do Burro. A alienação no seu negócio do “Galego” mostra-se, de novo, no Segundo quadro, quando ele, ao se dirigir a Dedé em relação ao padre que impede a entrada de Zé do Burro no templo, comenta: “No me gustan los padres. Pero esse está haciendo um buen servicio. Por causa dele a freguesia aumentou e já fui até fotografado” (Gomes, [1961] 2005: 63).

O “Galego”, embora obcecado pelo lucro que lhe possa render a sua loja e pela incidência em favor desse lucro da publicidade que obtinha em decorrência dos acontecimentos, demonstra destemor ao decidir entrar no templo acompanhando o cortejo que porta o cadáver de Zé do Burro e mostra uma personalidade firme na rejeição de crenças e do clero.

O anticlericalismo e a fala *portunhola* são traços de uma personagem espanhola no romance *Gabriela, cravo e canela*, de Jorge Amado ([1958] 2006). Trata-se do personagem “Felipe”. Nele, além desses dois traços, condensam-se as características estereotipadas criadas ao longo das três primeiras décadas do séc. XX a respeito do imigrante anarquista espanhol. Felipe é retratado como um sujeito hiperbólico, simpático aos olhos dos nativos, visceralmente anticlerical, maldizedor, mas bonachão, cavaleiroso e possuidor de um idioleto marcado por uma interlíngua entre o português e o castelhano. Nesse personagem observa-se como, em relação aos imigrantes espanhóis, se arraigara nos brasileiros uma representação de indivíduos excessivos e desordeiros apesar de passadas três décadas do abafamento da ação libertária no Brasil no momento da publicação de *Gabriela*²²⁶.

Publicou-se em 1987, em Salvador, a única novela cujos protagonistas são os imigrantes galegos nessa cidade. Intitula-se *Vida, paixão e morte republicana de Don Ramón Fernández y Fernández*, de Nélson de Araújo, quem a datou em dezembro de 1986. Foi publicada no volume *Três novelas do povo baiano*, junto a outras duas novelas *O império do Divino visto pelos olhos de Pisa-Mansinho* e *Aventuras de um caçador de arcas em terra, mar e sonho*.

Vida, paixão e morte republicana de Don Ramón Fernández y Fernández teve uma segunda edição, revisada, em 1990, em um volume exclusivo. Esta novela, de 70 páginas, divide-se em quatro capítulos: Mouros em Espanha, Viva la muerte!, A Librería Española e

²²⁶ Esses traços ficam manifestos nos seguintes excertos: “Deram-lhe notícias de uma [cozinheira], famosa, vivendo no morro da Conquista. De mão cheia, dissera-lhe o informante, o espanhol Felipe, hábil no conserto não só de sapatos e botas, como de selas e arreios. Falador como só ele, temível adversário no jogo de damas, esse Felipe, de língua suja e coração sem fel, representava em Ilhéus a extrema-esquerda, declarando-se anarquista a cada passo, ameaçando limpar o mundo de capitalistas e de padres, sendo amigo e comensal de vários fazendeiros, entre os quais o padre Basílio. Enquanto batia sola cantava canções anarquistas e, quando jogavam damas, ele e Nhô-Galo, valia a pena ouvir as pregas que rogavam contra os padres. Interessara-se pelo drama culinário de Nacib” (Amado, [1958] 2006: 53); “Fora o sapateiro Felipe – boca suja de anarquista a praguejar contra os padres, tão educado quanto um nobre espanhol ao falar com uma dama – quem lhe ensinara aquela moda. A mais formosa das modas, dissera-lhe. Todas as muchachas em Sevilha usam uma flor roja nos cabelos...” (Amado, [1958] 2006: 155); “Mas foi a dor de Josué debruçar-se, inexplicavelmente, sobre o ombro castelhano e anarquista do sapateiro Felipe. O remendão espanhol era o único filósofo da cidade, de conceito formado sobre a sociedade e a vida, as mulheres e os padres. Péssimo conceito, aliás. Josué devorou-lhe os folhetos de capa encarnada, abandonou a poesia, iniciou fecunda carreira de prosador” (Amado, [1958] 2006: 222); “[na inauguração da União de Artistas e Operários – Liceu de Artes e Ofícios] O sapateiro Felipe falara na instalação, à qual compareceram as pessoas mais grávidas de Ilhéus. Exclamara, numa mistura de português e espanhol, ser chegado o tempo dos trabalhadores, nas suas mãos estava o destino do mundo. Tão absurda parecera a afirmação que todos os presentes a aplaudiram automaticamente, mesmo o Dr. Maurício Caíres, mesmo os coronéis do cacau, donos de imensas extensões de terra e da vida dos homens sobre a terra curvados” (Amado, [1958] 2006: 355).

Ressurreição e morte na fortaleza. Trata-se do único produto narrativo baiano em que os galegos, como colônia, são literaturados e motivam o argumento. Nelson de Araújo criou um autor onisciente – André Pérez –, filho de um imigrante galego, que conhece a biografia do protagonista principal, o relojoeiro Ramón Fernández y Fernández, tanto por ter convivido com ele – seu pai e Ramón Fernández fizeram juntos a viagem de navio da Galiza à Bahia –, quanto por ter lido as memórias que Ramón Fernández y Fernández deixou escritas em castelhano, iniciadas logo após ele perceber que o regime franquista se manteria ao acabar a II Guerra Mundial.

O autor onisciente, anônimo, finaliza com as palavras abaixo o seu relato. O encerramento deve-se à morte do principal protagonista: “Foi o que vi. Quando me libertei, compreendi tudo. ‘É necessário pensar. É necessário pensar... Se não pensas, não serás homem’, foram as primeiras palavras que don Ramón me dirigiu” (Araújo, 1987: 79). Há empatia entre o autor e o protagonista. O autor relata a vida de D. Ramón como se o comportamento por ele seguido fosse um modelo de retidão pelo seu idealismo e pela sua honestidade. Contudo, a trajetória do protagonista, embora honorável, assinala a concatenação de fracassos a que conduziu o compromisso com projetos que não contaram com o apoio da maioria da sociedade soteropolitana e com a contundente rejeição dos imigrantes galegos. Assim, se D. Ramón é destacado pelo autor por ser um personagem ilustrado e bondoso – um homem que pensava –, o conjunto dos imigrantes galegos é caracterizado como uma colônia de sujeitos ignorantes, mesquinhos e cobiçosos, além de atrapalhados na fala, só preocupados com lucro nos seus negócios e com a projeção das imagens de gente ordeira que satisfizessem à elite baiana e aos seus encarregados pela segurança pública. Nesse sentido, frente a D. Ramón, apresentado como “homem”, e como a exceção entre os seus patrícios, os imigrantes galegos, por serem brancos e maus, são retratados como não-homens capazes de qualquer impostura com tal de prosperar. Para o autor, pelo contrário, D. Ramón apaixonadamente escolheu ter “uma vida galega em exílio, em exílio na própria vida, casta, como era a sua, de traições e ganâncias” (Araújo, 1987: 12). A excepcionalidade mostra-se já no início do primeiro capítulo – Mouros em Espanha – da novela:

Quando Barcelona caiu, “el Cenáculo” teve o seu último encontro, sem ata nem solenidade que lhe perpetuasse a memória. Como de costume, reuniu-se no sobrado do Largo dos Aflitos, onde morava o relojoeiro don Ramón Fernández y Fernández, galego de exceção, a quem nunca atraíram as

fortunas e falácias deste mundo e que fora predestinado a morrer duas mortes, ambas em dias ainda muito remotos e em circunstâncias de extrema dignidade e altivez. Brasileiro, pelas leis e carimbos do Governo, nunca desejou ser. Não que lhe faltasse amor à nova pátria, era mais baiano e brasileiro do que muitos que o julgavam ser, mas porque se lhe entranhara o postulado socialista segundo o qual as fronteiras não passam de invenções da burguesia. Ao contrário dos outros imigrantes – repete-se para que de pronto se saiba – don Ramón não havia aportando na Bahia para amealhar dinheiro, e sim para a contemplação e a poesia (Araújo, 1987: 9).

A novela inicia-se com a narração das tomadas de posição dos imigrantes galegos perante a Guerra Civil espanhola. Essa luta dividiu também a colônia em dois bandos, mas, após a queda de Barcelona, o bando republicano reduziu-se a D. Ramón. Antes dessa queda, os republicanos, agrupados no “Cenáculo” promovido por D. Ramón, eram ele e Paco Rodríguez, “proprietário da Padaria Espanhola”, informados da evolução das frentes pelo *Faro de Vigo*, “despachado aos maços nos vapores mensais da linha América do Sul”, e pelo vespertino baiano *A Tarde*. O “Cenáculo” fomentara-o D. Ramón com o intuito de “meditar sobre o destino da Galícia e da Espanha” e de “erguer um reduto de fidelidade à República e de vaga doutrinação republicana”. Na deflagração da alféteia da Espanha havia mais dois galegos no “Cenáculo”, Manolo Trigo, “o dono da Casa Trigo, funerária das mais conceituadas na praça da Bahia, quase todas de galegos”, e Pepito Bermúdez, quem, além de se ter afastado da missão do “Cenáculo” ao se entrever a derrota republicana, converter-se-ia no intelectual dos galegos *nacionales*, isto é, de quase toda a colônia galega de Salvador, passando a ser o rival paródico de D. Ramón. Assim é retratado Pepito Bermúdez pelo autor:

Pepito Bermúdez era um idealista também, mas a seu modo. Nos critérios de vida e em questões de caráter, bem outro que não o seu amigo consertador de relógios. Era ele que difundia nas manhãs de domingo, pela *Rádio Sociedade de Salvador*, o programa “Saudades de Ibéria”, articulado num espanhol nada castiço e animado pelos flamenco dos velhos discos da sua coleção particular. Flamencos e fados, pois Portugal não era esquecido. No início da Guerra Civil, suas crônicas haviam feito discreta propaganda do lado republicano. Mas desde muito Pepito vinha pressentindo a derrocada da República e não foi preciso que o Departamento de Ordem Política e Social do Estado Novo o chamasse às falas e transferiu-se ele, gostosamente, para a extrema direita. E à medida que a sorte do conflito se definia a favor dos fascistas, de “los moros”, como dizia don Ramón, passou a declamar ao microfone uns sonetos de sua lavra em que louvava, sem moderação,

el sol de Franco que se yergue,
en los horizontes de España (Araújo, 1987: 11)

O autor conta que, logo de Pepito Bermúdez haver assumido a sua afiliação franquista, esse personagem descobriu o que poderia ser a sua primeira profissão: professor de língua espanhola em um cursinho. Com ela, ganhou o respeito da colônia galego que, por patriotismo, tomou aulas dele. Até então, essa colônia desprezara-o por carecer de recursos econômicos e não exercer ofício algum. O autor narra esse episódio como se segue:

Para provar lealdade ao novo regime, rudes galegos freqüentavam a sua escola e voltavam a soletrar as primeiras letras no idioma de Cervantes, depois de terem-nas perdido no galego materno e no português de adoção, como efeito da dura labuta atrás dos balcões em terras baianas, na esperança de, futuramente, embarcarem para a Galícia exibindo uma fortuna que a estreiteza da vida galega não lhes havia consentido conquistar, antes da migração. Em tempos vindouros, já inválido numa cadeira de rodas, após um derrame que lhe emperraria a fala, Pepito consagrou-se por inteiro às belas-lettras. Pôde, ainda, burilar os seus sonetos ibéricos. Não aspirando às culminâncias da Real Academia Espanhola, sequer da Academia de Letras da Bahia, encaminhou-nos à apreciação da Academia de Letras e Civismo do Recôncavo, esperando vê-los impressos em cachoeira, sob o título rutilante de *Franco, el sol de Castilla y Galicia*, que lhes dera. Quando, nem me lembra, já adulto e secretário da academia, encontrei-os por acaso numa gaveta da minha escrivaninha, com um aparecer do presidente: “Ao secretário André Pérez, para arquivar ou devolver à família”. Tentei lê-los, não me passaram pelo filtro crítico. Mostrei-os a meu pai. Ele comentou: “Pepito, sí, me recuerdo de él. Leia poesías en un programa de radio. Nunca las entendí” (Araújo, 1987: 13).

O autor refere-se também à morte desse poeta e professor logo da prostração à que o obrigara um derrame. Narra que ele estipulara no seu testamento que o enterrassem em um cemitério consoante a sua ascendência germânica, mas assinala que seus filhos, plenamente aculturados no Brasil e que “não queriam nem ouvir falar em coisas de Espanha”, não respeitaram essa vontade, havendo-o sepultado em uma vala comum para poupar gastos:

Pepe Bermúdez finalizava a existência, deixando em testamento outro pedido também denegado: “No habiendo en Bahia – dizia o seu testamento – un honesto cementerio castellano o gallego donde reposar mis huesos, pido y suplico a mi familia y a mis pósteros, en nombre de Dios, depositarlos en el cementerio de los alemanes”. O manuscrito, em quase indecifráveis garranchos de enfermo, enfiava uma série de razões para a derradeira vontade de Pepito, algumas de fundamento político – “los alemanes, aquellos heroicos campeones de la guerra santa contra el bolchevismo y hermanos de lucha del Gran Caudillo”. Outras eram de ordem pessoal e fantasista. Tinha certeza o testador que os seus longínquos ascendentes galegos haviam sido da boa cepa dos germanos-suavos, nas trevas da Idade Média alojados na Península Ibérica. “Moros no han sido, bien lo siento en mi sangre, Dios no lo quiso, ni Santiago”, lia-se no manuscrito. Um deles, não sabia se suevo ou de que ramo de

germanos – “pero germano lo era!” –, fora com certeza o Rei Bermudo II, apelidado “el Gostoso”, que a desilustração de Pepito em história espanhola não deixava ver como o monarca leonês débil e enfermigo, serviçal dos árabes para sustentar-se no trono, mas como “un denodado defensor de la religión cristiana, en la cual nosotros hemos nacido, en la cual he de morir” (Araújo, 1987: 14).

No fragmento *supra*, contêm-se duas características distintivas apostas pelo autor à maioria dos galegos soteropolitanos: a sua visceral adesão a quem ostentasse o mando, sem se importarem com a lealdade a princípios ideológicos e com o conseqüente cinismo que transparecia a sua volatilidade política, e o uso de uma interlíngua construída sobre o *portunhol* e o galego. O autor comenta que, no *Club de España*, durante a II República era majoritário o grupo de partidários desse regime, fazendo-se todos eles franquistas à medida que se renunciava o resultado da guerra para, com a redemocratização, se declararem genuínos esquerdistas:

Estavam bem longe, os menos sociáveis em suas fainas diárias, os mais proeminentes no centro da cidade, num coquetel no Gabinete Português de Leitura, em que se homenageava um enviado especial de don Juan Carlos, o rei da monarquia recém-restaurada. Em entrevista que a diretoria do Club de España concedeu ao jornal *A Tarde*, deixou-se bem claro: os que ali estiveram – e os que não estiveram – sempre haviam sido socialistas da velha guarda, marxistas e anarquistas da melhor estirpe até, ferrenhos adversários, todos, do ditador Franco (Araújo, 1987: 15).

Durante a II República, o nome de D. Ramón Fernández fora cogitado para o propor como Cônsul na Espanha na Bahia, mas terminada a guerra, a Junta do *Club de España* decidiu expulsá-lo por ele ter feito propaganda em favor da II República e por terem sido remetidas à associação cartas anônimas que o acusavam de atuar como espião republicano na Bahia. Assim descreve o autor o cenário do *Club de España* no dia em que D. Ramón Fernández lá compareceu e lhe foi comunicada a sua exclusão:

Numa noite de sábado, resolveu aparecer no Club de España, do qual era sócio de pouca frequência, lá ia, de raro em raro, atraído pelas revistas espanholas recebidas. Tinha havido modificações no salão de festas, encontrou-o recoberto de bandeiras espanholas e retratos do Caudillo e de Getúlio Vargas. Na parede do fundo, haviam estendido uma faixa pintada com os seguintes dizeres, em grandes letras de desenho mal finalizado: “Franco Salvación de España”.

Era boa a afluência ao clube, na ocasião, por ser um feriado de Dois de Julho na cidade. Pequenos grupos conversam animadamente, sentados às mesas ao longo do salão e da varanda, que olhava para o Areal de Cima. A uma delas, reservada aos diretores, estavam o presidente e o secretário, Joan e Gregorio Maragall, pai e filho, os dois únicos catalães da Bahia, eleitos em polêmicas eleições que desgostaram a massa da colônia galega. Jogavam cartas em torno de uma garrafa de xerez (Araújo, 1987: 34).

O *Club de España*, a principal associação dos imigrantes galegos, é retratado como um local de convívio e recreio cujos gestores avocavam a missão de zelar o comportamento dos integrantes, de forma que este fosse acorde com as pautas marcadas pelas autoridades salvadorenses. Além de a ele e ao malogrado “Cenáculo”, o autor refere-se a uma terceira entidade soteropolitana, a Orden de los Paladines de Galicia, que fracassaria ao igual que o “Cenáculo”, mas que se diferenciava das outras duas por pretender servir à congregação dos galegos que, presumivelmente, gozavam de uma ascendência distinta. O seu fundador foi D. Jaime da Cal, luguês, quem chegara sozinho a Salvador aos 15 anos para trabalhar como moço de recados e carregador de mercadorias na venda de um parente, tendo passado uma mocidade de penas e privações. Pôde estudar, formando-se, na Universidade salvadorenses, em Medicina e Direito, embora a sua fortuna gerou-a não o exercício das profissões para as que se habilitara academicamente senão a agiotagem e a loja de ferragens em que transformara o armazém de secos e molhados que adquirira do seu parente, quem decidira regressar a Lugo. O autor comenta que D. Jaime da Cal falava corretamente o português, “conquanto não houvesse perdido a natureza de um sotaque quase nórdico” (Araújo, 1987: 16) e que ele, inspirando-se em Emilio Castelar, “cujos discursos relia todas as noites”, gostava de praticar a oratória, em espanhol, no hospital da *Real Sociedad Española*, no qual exercia de médico. A competência no castelhano reforçara-a “graças às viagens anuais a Madri, que fazia para visitar a família, trânsfuga, em meia geração, da mediocridade e do tédio galegos” (Araújo, 1987: 15). Sobre a Orden de los Paladines de Galicia diz o autor:

Entidade que mediante comendas pretendia conferir aos seus pares uns bafejos de hierarquia e nobreza, a Ordem de los Paladines de Galicia sensibilizara inicialmente um punhado de filhos da Galicia no exílio, a eles e a outros tantos baianos, a quem a eventualidade de uma *tournee* de turismo havia desencaminhado em terras galegas. Daí pouco passou, em vida do Caudilho. A duras penas conseguiu reunir-se três vezes, a primeira para aprovar o nome e o emblema (os contornos do mapa da Galicia), a segunda para eleger a diretoria e o dístico, extraído de um verso de Rosalía de Castro, a poetisa galega: “Galicia, a casa onde nascin”; por consenso escolheu-se grão-mestre da confraria aquele que a havia concebido, o Dr. da Cal. A derradeira, já de ordem do dia inócua e tediosa, para tomar conhecimento, durante o expediente, de uma moção de censura do Club de España aos espanhóis da Bahia que “insistiam em nutrir, nesta hospitaleira cidade, ideais republicanos, subversivos e proibidos pelas leis das duas Pátrias irmãs”. No documento não se mencionava o mais notório de todos, don Ramón Fernández y Fernández, nem a sua parceira de resistência, Consuelo

Pousada, dama de rara beleza e muita leitura, que evitara o casamento e vivia solitária com os seus gatos e pássaros, numa chácara do Rio Vermelho, de sua propriedade. Ganhava o sustento com bordados e costuras, “costurando para fora”, no dizer das suas vizinhas baianas. Consuelo tinha contactos com os socialistas de Madri

[...] Teve uma vida crepuscular a Orden de los Paladines de Galicia, até a restauração da monarquia de Madri. A mudança reanimou-a, reacendendo a memória de velhos brasões por muito tempo esquecidos; a rigor, puramente imaginados. Don Jaime chegou a ser procurado por uma dezena de prósperos cavaleiros de classes produtoras, que diziam guardar antigos títulos galegos vistos com menosprezo pela hierarquia da falange. Nos altos e baixos de sua existência, a Ordem reduziu-se afinal a um nome e um timbre nos envelopes e papéis de carta de don Jaime, ao comprovar-se, no julgamento dos novos inscritos, que nenhum proveito lhes traria, em pesetas ou contos de réis (Araújo, 1987: 16-20).

Além de D. Jaime da Cal, na novela menciona-se a presença em Salvador de um outro graduado espanhol, o Prof. Acacio Herrera, natural da Andaluzia, contemptor dos imigrantes galegos, e especialmente, da presunção de D. Jaime da Cal; ele chegara com acabrunhamento a Salvador para lecionar na Faculdade de Direito, evitando o convívio com esses imigrantes. O autor conta que, perante os seus alunos, o Prof. Acacio Herrera desprezava, como se segue, a fanfarrice de da Cal:

A singular atração pelas altas esferas tivera uma ferina explicação por parte do professor andaluz Acacio Herrera, de nome aportuguesado para Ferreira pelos estudantes. Catedrático de Sociologia na Universidade de Valladolid, Herrera passava “dos años de destierro en Salvador” – tal como proclamava – ensinando na Faculdade de Direito. Em sal dissera o sábio, ferrenho inimigo dos galegos (“Estos galegos! Puf!”), murmurava, despiciente, ao avistar um deles), e um intérprete traduzia:

– O Jaime tenta tirar os pés do esterco das vacas de Galicia, onde chafurdavam os seus pais, galgando as roscas dos parafusos e uma nobiliarquia de sonho. De sonho! – podem anotar. A sociologia o explica: é um ansioso de *status* (Araújo, 1987: 17-18).

No tocante à fala dos imigrantes galegos, o uso que estes fazem do castelhano, do galego e português do Brasil funciona como uma pista para a sua classificação. No segundo capítulo – Viva la muerte! –, quando D. Ramón se dirige a Manolo Trigo para indagar o seu posicionamento perante o desfecho da Guerra Civil, o autor, antes de plasmar as respostas deste, apostila que a sua fala era “uma hibridez de castelhano, galego e português”. Eis as contestações que, durante a discussão em que Manolo manifesta o seu apoio aos *nacionales*, esse dono de uma funerária faz a D. Ramón, quem se dirigira a ele em castelhano:

– Es un niño. Piensas como un niño. Como un neno – repetiu em galego. O tiempo es de Mussolini e Hitler, hermano. Ellos mudan todo en Italia y Alemania. Son hoxe países ricos, riquísimos. O fascismo es lo cierto.

– O pensamento es como o sol y la lluvia. Mándanos Dios y as circunstancias. No digo que la Republica no es buena. Es buena, sí, para los pobos civilizados. Nosotros, os españoles, necesitamos de mano firme. De “chibata”, como se dice en Bahia (Araújo, 1987: 26).

Concluída a discussão, e rompida a amizade entre esses dois membros do “Cenáculo” baseada na lealdade republicana, Manolo perguntou a D. Ramón por que ele se expressava sempre em espanhol, ao qual D. Ramón respondeu que o idioleto falado por Manolo não se podia denominar galego:

Manolo ergueu de novo a cabeça e fez uma pergunta surpreendente:

– Ramón, hace mucho queria fazer-te uma pergunta: por que nunca falas en galego?

– Tampoco tú lo haces, Manolo – disse, levantando-se. Bueno, debo partir. Lengua, aire y luz! Tú no los tienes aqui (Araújo, 1987: 27).

Dentre os personagens aos que se refere o autor, não há nenhum que se expresse em galego. Aqueles que, por um talante qualificado como digno, lhe são simpáticos – D. Ramón, Consuelo –, ou mesmo aqueles que, embora ele os aborreça, são instruídos, como da Cal, usam o o espanhol ou português, dependendo de quem seja o seu interlocutor. No caso de D. Ramón, o relojoeiro só recorre ao português quando percebe que o seu ouvinte pode não o entender. Isso aconteceu quando, sendo o autor uma criança, D. Ramón informara-os, a ele e a seu pai, da derrota da II República:

– A partir de hoy – insistia don Ramón – España es una tierra muerta, un paraíso calaverario. Ellos escriben en los muros y puestas: “Viva la muerte!” He visto una fotografía en un diario. Esto es el fascismo, Pérez.

E dirigindo-se a mim:

– Tú no debes haber comprendido lo que he dicho. Digo em português: a Espanha é uma terra de mortos, de caveiras ao sol. Um dia te lembrarás das minhas palavras (Araújo, 1987: 22).

Mas, na apresentação da maioria das falas dos outros imigrantes galegos, o autor cria um socioleto que indica que eles não são nem capazes nem conscientes de se manterem em um só idioma, misturando os três.

O desinteresse da colônia de imigrantes galegos pela cultura livresca evidencia-se ao ignorar a livraria que D. Ramón abre em uma sala contígua à sua relojoaria, localizada na rua do Bispo, no térreo de um prédio propriedade de um imigrante italiano anarquista, alfaiate e cozinheiro, em que também funcionava um prostíbulo – a pensão de “Mãe do

Carmo” –. Na livraria ofereciam-se livros espanhóis que D. Ramón importava de Madri, mas os seus consumidores eram alguns poucos leitores brasileiros. Um dos poucos cidadãos que manifestaram a sua admiração a D. Ramón pela sua lealdade à causa republicana foi um sefardi. Ele compareceu à residência de D. Ramón, na rua dos Aflitos, para se solidarizar e declarar que descendia de judeus pontevedreses:

Outro desconhecido procurou don Ramón, no Largo dos Aflitos, dias depois, Era um rapaz efusivo, falava um português irrepreensível. Don Ramón o recebeu em seu gabinete, para onde tinha descido à espera do jantar.

– Boa noite, don Ramón – disse ele, ao entrar. Sou Salomon ben Judá, nasci em Salonica. Reza o passaporte que sou grego. Meus pais, judeus sefarditas, deram-me este nome um tanto ortodoxo. Mas a minha alma é espanhola, embora jamais haja entrado – e por isso mesmo – no Club de España. Mudei o meu nome para Pablo. Pablo, nada mais. É assim que os espanhóis e os baianos me conhecem. Já ouviu falar de mim?

– Sí, siempre he deseado conocer a usted – respondeu don Ramón.

– Se a minha alma é espanhola, o meu corpo, para sustentá-la, tem a sua parte judaica, que não reputo a melhor. Como meio de vida, compro e vendo ouro e imagens antigas. Mas não vim comprar metal precioso em sua mão, don Ramón, que o senhor não o tem.

Fez uma pausa. Em seguida, continuou:

– Tem muito mais: tem ouro na alma. Vim lhe render homenagens ao ouro do caráter. Admita, em seu coração, que viajei desde Pontevedra do século XV, de onde os meus antepassados foram expulsos, para lhe prestar esta homenagem e dizer-lhe que não está só. O senhor não está só. Somos muitos a seu lado.

Imóvel, em sua espreguiçadeira, don Ramón não conseguia articular palavra, sequer pensar, diante daquele Pablo que era o único judeu sefardita da Bahia, tal como era do seu conhecimento (Araújo, 1987: 40).

Os galegos, inclusive, desde o início da Guerra Civil, passaram de deixar para conserto os seus relógios com D. Ramón e começaram a repudiá-lo, acusando-o de “comunista”, “republicano” e “subversivo”. Um deles, José María Trigo, proprietário de uma farmácia, irmão de Manolo Trigo, o abjurador do “Cenáculo”, denunciou-o no DOPS [Departamento de Ordem Política e Social] da Bahia, o que fez com que se instrísse um processo contra ele sob a acusação de ser um “agitador notório e reincidente”. D. Ramón acabaria sendo intimado a depor perante o delegado do DOPS em duas ocasiões. A primeira, no final da Guerra Civil, a segunda, no início da Revolução de 1964, pouco antes de ele falecer. José María Trigo, o dedo-duro do DOPS, é retratado pelo autor como o mais arrogante e vil de todos os imigrantes galegos de Salvador:

José María Trigo sempre fizera praça das suas convicções fascistas. Em todas as festas do Club de España se fazia presente, só para afrontar os partidários da República, em maioria na vigência do regime, e atirar-lhes invectivas que não eram argumentos políticos, mas lâminas cortante de desacato pessoal, azinhavradas de ameaças. Era bem conhecido o seu ódio aos “vermelhos”, fossem espanhóis ou brasileiros, assim batizando todos aqueles que não compartilhassem dos seus sentimentos. Comentava-se com insistência que conhecia as veredas do Departamento de Ordem Política e Social, do qual seria informante generoso, sem soldo; era, decerto, das coisas e seres brasileiros o que mais respeito lhe merecia. Seus filhos só se casavam com espanhóis puros, ou descendentes. Católico praticante, encarava com suspeita todos os padres que não fossem da sua pátria.

[...] Muito se falava, também, das suas relações comerciais com o irmão. Dizia-se que o destrato na funerária não fora pacífico: dera-se entre violentas brigas, que resultaram de operações irregulares em que José María se envolvera, em benéfico próprio e lesando o capital comum. José María reinava sozinho, agora, como dono da antiga Farmácia São Pedro, um dos melhores e mais lucrativos pontos da cidade, estabelecimento cujo nome alterara por patriotismo [para *Orense*], sem haver alterado, por economia, um só item do estoque e das instalações, a desabarem pela ação do caruncho (Araújo, 1987: 24-25).

Nos capítulos terceiro e quarto – A Librería Española e Ressurreição e morte na fortaleza – diminuem as ponderações sobre a colônia galega. O argumento dessa segunda metade da novela focaliza o adoecimento, por insuficiência cardíaca, a velhice e morte de D. Ramón. O seu preterimento por parte da colônia galega é seguido do desprezo, e logo do abandono, de sua esposa – Rosario –, e da incompreensão dos filhos – Ricardo e Santiago –, sujeitos brancos só preocupados com a sua sobrevivência, o qual fez com que ele se recluísse no seu labor à frente da relojoaria e da livraria, e nas suas leituras, limitando os seus relacionamentos a um pequeno círculo de amigos constituído, além de pelos galegos – Consuelo Parada –, o pai do autor – o Sr. Pérez – e Paco Rodríguez, com quem se reconciliara, por alguns intelectuais boêmios baianos, por “Mãe do Carmo” e por Encarnação, uma moça que trabalhara na pensão de do Carmo. O desprezo da esposa devia-se à sua decepção com D. Ramón por ele não ter sabido prosperar. Isso, unido à sua inadaptação à Bahia, fez com que ela decidisse regressar. Nesse sentido, a personagem de Rosario representa o imigrante frustrado, que retorna sem haver cumprido os objetivos que o induziram a se expatriar. No entanto, no entender do marido a insatisfação da esposa devia-se à recusa dela a se aculturar no Brasil:

Rosario nunca se ajustou à Bahia, que continuava lhe parecendo uma terra de exílio, Nisto segue o exemplo dos pais, inadaptados à aventura da emigração. A nossa convivência matrimonial sempre esteve no quadro desse desajustamento. A primeira vez que expressou o desejo de retornar a Pontevedra, recordo-me, foi logo após o casamento, assim que os pais voltaram para a Espanha. O correr dos anos não venceu sua insatisfação, que é visível em todos os seus gestos e palavras. Não creio que terminemos juntos os nossos dias. Parece certo que, em hora não muito longínqua, tudo chegará ao desfecho e ocorrerá a separação de dois velhos, com as suas amargas conseqüências (Araújo, 1987: 47-48).

No capítulo quarto, o autor narra a agonia que o “desastre de 1964” acrescentou aos derradeiros dias da vida de D. Ramón. Ele, mais uma vez, foi acossado pelo DOPS, de novo por causa de uma denúncia, provavelmente do galego José María Trigo, e sob a acusação de estar em posse de “material subversivo”, tendo, durante uma temporada, que abandonar Salvador e se abrigar no terreiro em que passara a residir do Carmo. Poucos dias após haver voltado a Salvador, falece. O autor menciona que, na alucinação que teve ao sofrer o infarto, D. Ramón vislumbrou que, morto, regressava à Galiza:

Um féretro passou pelos seus olhos embaçados, seu próprio féretro. Depois o ataúde singrou o Paraguaçu, vogou pelo tempo para atingir Pontevedra da Galícia, o último porto, um cemitério sobre um verde monte, a olhar um vale azul. Som de cravo, som fúnebre, lento, na caixa de música. Uma badalada, um grito de sirena atravessando os ares. O sino em dobre final. Era a morte, de negras asas, as asas de Trigo, o abutre.

Houve o passamento. O rosto imobilizou-se sobre o bloco de papel contendo rascunhos a serem transcritos no diário. A mão ainda morna de quase cadáver, o último movimento, tentara alcançar a borda da mesa, procurando o remédio que lá não estava. “Morreu solitário, aos 65 anos”, diria a lápide que alguém iria pôr sobre a sua cova rasa. Anônima dádiva, que se saberia ser de Consuelo Pousada (Araújo, 1987: 72).

O cortejo que se formou para o sepultamento de D. Ramón foi muito modesto, formado só por Paco, D. Jaime e Consuelo. Os filhos não compareceram, pois estavam em São Paulo, em viagem de negócios. Ao regressarem a Salvador, eles foram até o escritório do pai e recolheram tudo o que lhes interessava. Deixaram os livros e os papéis de seu pai, incluindo as memórias, as qual foram apanhadas pelo autor. Ele, assim como o fora D. Ramón, acabará sendo também intimado pelo DOPS. Mas, ele, ao contrário do que se dissera de D. Ramón, será detido e torturado por trabalhar como jornalista em *O Defensor do Recôncavo*, periódico que “se aventurara a publicar uma tímida nota editorial favorável ao deposto Presidente João Goulart” e que “vinha veiculando comentários sobre a má

administração do prefeito, adepto da nova ditadura” (Araújo, 1987: 74). No inquérito, o autor será questionado sobre a sua relação com D. Ramón, assegurando-lhe o delegado que D. Ramón vivia. O autor não acredita até que, estando na cela, em um intervalo entre o interrogatório e as torturas, escutou que se procedia a fuzilar um sujeito chamado Ramón Fernández y Fernández, de nacionalidade “galego espanhol”, cujo cadáver logo é jogado na cela em que ele penava. Esse fato motiva os dois derradeiros parágrafos da novela:

Curto espaço decorreu desde o instante macabro. Novo burburinho se fez ouvir no pátio, logo um chape-chape de botas militares sobre as pedras, cada vez mais perto. Abriu-se a grade da solitária, acendeu-se a lâmpada. Seis soldados entraram, trazendo nos ombros o corpo do meu amigo. À frente, paramentado com estola e sobrepeliz por cima de negra batina, vinha o capelão militar lendo, baixo, o breviário. Depuseram o corpo no frio cimento do piso, bem no centro da cela. Se alguma dúvida ainda me sobrasse, a partir daquele momento, à voz que ouvira, viera juntar-se o rosto tão conhecido, ao meu alcance, a menos de dois metros do meu. Era ele. Era a segunda e verdadeira morte do republicano Ramón Fernández y Fernández. Uma terceira, uma quarta, uma nona, uma centésima teria que haver, se necessária à vontade do carrasco, já lhe haviam advertido no passado.

Retiraram-se todos, sem alarde, como tinham entrado, deixado o cadáver na cela. De novo o chape-chape no pátio. A grade permaneceu aberta, mas assim não ficou muito tempo. Apareceu o Dr. Clóvis para cerrá-la, estender a cortina e desligar a lâmpada. Trevas e solidão. Dobrei os joelhos para dizer a oração que o Filho ensinou. Foi o que vi. Quando me libertei, compreendi tudo. “É necessário pensar. É necessário pensar... Se não pensas, não serás homem”, foram as primeiras palavras que don Ramón me dirigiu” (Araújo, 1987: 78-79).

Comprova-se que em *Vida, paixão e morte republicana de Don Ramón Fernández y Fernández* Nélson de Araújo documentou-se exaustivamente para a composição dos cenários e para a caracterização dos tipos salvadorenses. Ele dedica a novela “À memória de Eduardo López y López, republicano”, presumível substrato do protagonista. No entanto, Nélson de Araújo não tinha ascendência galega. O professor, jornalista, literato e editor Nélson Correia de Araújo (4 de setembro de 1926 – 7 de abril de 1993) nasceu em Capela, município do Estado de Sergipe; só na década de 1940 foi residir em Salvador, onde faleceu. Produziu uma vintena de livros contendo pesquisas ou criação literária, mas é *Vida, paixão e morte republicana de Don Ramón Fernández y Fernández* a única obra relacionada com os imigrantes galegos. Não nos consta se algum imigrante galego ou se algumas das associações de galegos existentes em Salvador a finais da década de 1980 – Centro Recreativo União do Rio Tea, Clube Espanhol, Hospital Espanhol – divulgaram algum texto com a sua apreciação da novela de Nélson de Araújo, obra que, por ter a sua

matéria narrativa baseada nas trajetórias de imigrantes galegos soteropolitanos, a maioria delas apresentada de uma perspectiva cáustica, deveria, *a priori*, ter gerado alguma manifestação.

Com a exceção de *Galegos no Paraíso Racial*, de Jeferson Bacelar (1994), *Vida, paixão e morte republicana de Don Ramón Fernández y Fernández*, passou despercebida nas pesquisas acadêmicas acima indicadas. O antropólogo refere-se à novela ao tratar, no seu ensaio, da adesão da colônia galega ao bando nacional durante a Guerra Civil e da repressão, logo de a colônia se haver descoberto ideologicamente, que ela sofreu, quando, em 1942, o Brasil declarou a guerra ao Eixo. Eis o comentário de Bacelar:

O grupo galego, em sua maioria analfabeto, em grande parte indiferente à conjuntura política e ideológica da guerra, acompanha, com raras exceções, os postulados da elite galega, sobretudo contra o ateísmo de *los rojos*. Diante dos incêndios, destruição e confisco dos bens religiosos, inúmeras manifestações de protesto são realizadas na Bahia.

Todas as associações aderem a essas manifestações, fazem convite público a seus compatriotas, inclusive mandando conservarem fechados, nos dias dos eventos, os seus estabelecimentos comerciais. E se isso foi em 1936, no ano de 1939 promovem festas de louvor à vitória nacionalista e ao retorno da paz à Pátria. Poucos, contados nos dedos, são os que nutrem os “ideais republicanos subversivos e proibidos pelas leis das duas pátrias irmãs”.

Em criação das melhores da literatura brasileira, Nelson de Araújo traça a saga do republicano Don Ramón Fernández y Fernández, “galego de exceção, a quem nunca atraíram as fortunas e falácias deste mundo”. De forma passional é mostrada a pressão do grupo galego, o isolamento familiar, a amizade e a traição na comunidade, o conformismo e a dura repressão, a envolver o galego republicano por mais de meio século na Velha Bahia.

Entretanto, há uma outra história que precisa ser contada, a dos galegos perseguidos na década de 40, especialmente a partir de 1942. As denúncias descabidas, a vigilância constante do DOPS e da polícia em geral, os ataques na imprensa, muitas vezes envolvendo apenas simples e apolíticos comerciantes. Um, grande silêncio ainda paira internamente no grupo sobre esse momento, a confinar as marcas de um tempo que não foi esquecido (Bacelar, 1994: 168-69).

Embora não tenhamos podido determinar a data da sua publicação, um juiz de direito do Estado da Paraíba e do DF (Rio de Janeiro), Eugênio Carneiro Monteiro, natural do Rio Grande do Norte, lançou um poema intitulado *Arriba, España!* que dedicou “Ao preclaro e eminente estadista Generalíssimo Franco – o grande consolidador da bela Espanha altiva, forte e soberana” e “Ao nobre e invicto povo espanhol [...], pelos seus feitos gloriosos, na história das Nações cultas e civilizadas”. Esse poema, o terceiro produto dos

quatro livros de poesia publicados por Carneiro Monteiro – *Brasil rimado*, *Estado Novo*, *Arriba, España!* e *Hino à Bandeira*, tem que datar de entre 1943, ano de publicação de *Brasil rimado*, e 1965, quando se publicou o *Hino à bandeira*. O conteúdo do poema faz-nos crer que ele foi composto em datas bastante próximas do final da Guerra Civil espanhola. Nos versos de *Arriba, España!*, exalta-se a história do país, desde a derrota dos mouros à colonização de América, e cantam-se alguns dos seus traços considerados singulares pelo autor: “Com o perfume sutil do cravo e da baunilha,/ Doaste, ao Mundo, um mimo que é Sevilha.// E de Bilbao, Barcelona e da bela Vigo,/ Fizeste um trio floral, no solo amigo”. O poema encerra-se com um epifonema dedicado à Falange:

Rochedo secular, da liberdade – o flanco,/ Pátria da Luz, da Fé e do imortal Franco.// Povo que por um beijo é impetuoso ou langue,/ Mas cuja história é aljofrada em sangue.// E a Espanha num gesto de civismo,/ Esmaga, sem temor, as garras do extremismo.// O teu heroísmo excelso se proclama/ No cerco de Madrid, em Guadarrama!...// Ergue-te altaneira oh! Espanha adorada,/ terra da cachucha, da mantilha e da tourada!...// Sublima a tua glória, brande o teu alfanje,/ mantendo de pé os brios da FALANGE!... (Monteiro, s.d.: 9).

Não localizamos, caso a tivesse, a fortuna crítica desse produto. Encontramos, no entanto, elogiosas resenhas dedicadas a *Brasil rimado*; há, entre elas, uma manifestação do imortal Olegário Mariano em sessão solene da ABL de 4 de novembro de 1942. Em *Arriba, España!*, apesar de se aclamar a América hispânica, não se assinala nenhum vínculo entre a Espanha e a formação do Brasil, nem se menciona o labor dos imigrantes espanhóis. Essa obra, contudo, patenteia que, a pesar de o Brasil haver lutado contra o Eixo, era possível, sendo o autor um funcionário da União, a publicação de uma obra que contivesse uma declaração de simpatia a Franco e à Falange.

Estando no Brasil a serviço das relações internacionais do Estado espanhol, o *camisa vieja* Ernesto Giménez Caballero publicou pelo serviço de publicações da Universidade da Bahia, em 1958, *Bahia de Todos os Santos e de Todos os Demônios*, com desenhos de Lenio. Trata-se de um livro em que o autor narra as suas impressões da viagem por Salvador, uma viagem feita poucos meses antes da publicação do livro. Nessas impressões combina-se a crônica das experiências tidas durante a estada com a exposição da erudição do autor sobre a história baiana e com a reflexão sobre os exotismos da identidade afro-brasileira. Esses apontamentos foram publicados previamente como artigos periodísticos. O livro está dividido em cinco capítulos – Bahia e os espanhóis; Bahia de Lope

de Vega; Baiões; Calofagia e A Figa e a Concha do Bonfim –. No momento da viagem a Salvador, Giménez Caballero dispunha-se a deixar o Brasil, onde, durante pouco mais de um ano, fora o adido cultural da Embaixada da Espanha no Rio de Janeiro. Ele passaria a ocupar o cargo de Embaixador da Espanha em Assunção, no Paraguai.

O autor – anônimo – do Prólogo de *Bahia de Todos os Santos e de Todos os Demônios* não estabelece nenhum elo entre a estada de Giménez Caballero em Salvador e a colônia espanhola – galega – residente na cidade, mas inclui Giménez Caballero na nominata de viajantes que estiveram Salvador e publicaram as suas apreciações:

Seu nome fica incorporado à relação, já numerosa, dos literatos e viajantes que, ao tomar contacto com nossa Cidade, caíram cativos de seu poder de encantamento; por este algo de indefinível que a Bahia tem, que prende ao recém-chegado em suas redes, deixando-o para sempre marcado com o agridoce sabor da saudade (Giménez, 1958: 7).

A visita de Giménez Caballero coincidiu com a realização de um Congresso de Folclore e com a finalização das obras do prédio para o Instituto de Cultura Hispânica, com cujo diretor, o historiador Enrique Marco Dorta, se encontra. Giménez Caballero viajara a Salvador junto ao Embaixador da Espanha, Tomás Suñer, e ao Secretário de Embaixada, Manuel Sassot, com os que ele assistiu a um concerto de gala no Salão Nobre da Universidade. Por sua vez, durante essa visita diplomática, a Embaixada programou diversos atos: um concerto de guitarra de Narciso Yepes, uma palestra sobre Pré-História e Arqueologia que ministraria o Prof. Martín Almagro, uma palestra sobre teatro a cargo de Cayetano Luca de Tena, uma exposição de jovens pintores espanhóis e uma mostra de numismática espanhola. Giménez Caballero, dentro dessa programação, dissertou sobre o Cervantismo Brasileiro. Ele diz em *Bahia de Todos os Santos e de Todos os Demônios* que, no ensejo da sua palestra, convidaram-no para que lecionasse um curso sobre literatura dramática espanhola e informaram-no de que se ia representar, “pela primeira vez”, *El Brasil restituído*. Nesse sentido, informa que ele preparara, com vistas à sua encenação no Brasil, uma versão da comédia, traduzida ao português por Cecília Meireles. Essa obra de Lope de Vega e o fato histórico que a motivara – a reconquista, no final da União Ibérica, da Bahia sob a ocupação batava – são o motivo ao que recorre Gimenez Caballero para criar um discurso em torno ao antigo vínculo e a uma decorrente simpatia natural entre os baianos e os espanhóis. Para o autor, a libertação da Bahia do assalto holandês, em 1625, fez com que esta fosse restituída “à sua religião católica e à sua continuidade [hispânica]” e

continuasse sendo tanto a “Bahia das 365 igrejas!” (Gimenez, 1958: 29) quanto “uma Toledo brasileira” (Gimenez, 1958: 33).

Giménez Caballero enxerga também os imigrantes espanhóis de Salvador. Chama-lhe a atenção o que ele considerada um traço distintivo desse grupo em relação às outras colônias de imigrantes espanhóis na América do Sul. Esse traço seria a homogeneidade e a coesão desses sujeitos, entre os que não haveria aborrecimentos causados por rivalidades “regionalistas”. O autor não quer perceber que a procedência pontevedresa de mais de 90 % dos espanhóis teria mantido a homogeneidade na colônia. Comenta ele:

Mas é que o mistério sobre o espanhol acentua-se quando descobrimos que nossa colônia baiana, de uns 6.000 compatriotas, é a única “totalmente unida” de toda a América, sem anarquias e sem dissidências regionalistas – como nos explicava o amabilíssimo Cônsul, nosso Alfonso Diaz Pache. Pelo que, pôde instituir-se um “Centro Espanhol” de tipo faustoso, no melhor sítio da “urbs”. Não só isso, como também, por ficar algo antiquado, vão-no deitar abaixo, edificando outro mais monumental, comprando terrenos vastíssimos até a beira da praia, segundo planos que nos mostrou seu formidável presidente, Sr. Manuel Pinheiro Cal. Possuindo, demais, os hispânicos, um hospital incomparável. Nós assistimos à inauguração de novas salas e aparelhos.

Os espanhóis são os grandes manejadores de certos ramos de comércio nesta Capital. Sobretudo de padarias, confeitarias e outros estabelecimentos de comestíveis e bebidas (Giménez, 1957: 28-29).

Um resultado das bolsas concedidas a baianos pelo Instituto de Cultura Hispânica é o livro *Espanha eterna*, publicado em 1967 por Deodato Madureira. Ele gozou de uma dessas bolsas de estudos na Espanha canalizadas através do Instituto de Cultura Hispânica da Universidade da Bahia. Ela, além de permitir a Madureira realizar um “curso científico”, possibilitou que ele viajasse bastante pela Espanha refletindo sobre a história e a identidade do país e, especialmente, sobre conceituações em torno à *hispanidade*. A hispanidade é o tema do Prólogo e da conclusão da obra, a qual é encerrada com os itens Instituto de Cultura Hispânica, pólo da hispanidade e A longa viagem de volta! No Prólogo, o baiano Madureira refere-se à hispanidade nos seguintes termos:

“Ser hispânico não é ser espanhol...”, diz Blas Piñar e com muita propriedade.

[...] Escritores e pensadores brasileiros, tais como: Gilberto Freyre, Helio Simões, Arlindo Veiga dos Santos, José Pedro Galvão de Souza, Helio Rocha e muitos outros, consideram o Brasil como nação hispânica, à luz e razão históricas.

Felizmente, o Instituto de Cultura Hispânica de Madrid vem realizando diretamente e através do ICHUB e outras instituições a ele ligadas no Brasil, uma obra meritória de tomada de contacto, de aproximação, de conhecimento mútuo entre brasileiros e espanhóis, entre Brasil e Espanha, nos

mesmos moldes com que vem procedendo com outros países da América e com as Filipinas. Hoje, a través de bolsas de estudos e convites, o brasileiro vem tomando contacto e firmando laços culturais, científicos, artísticos e sentimentais com a Espanha e com o espanhol, cada vez mais descobrindo afinidades, criando e fortificando simpatia, e porque não dizer, sentimento de parentesco étnico, histórico e cultural como aquele que nos une desvanecidamente a Portugal, aos portugueses.

[...] Faz-se mister uma aproximação cada vez mais estreita; é necessário que o brasileiro visite os centros científicos da Espanha, leia seus escritores, escute e execute a sua música, aprecie seus magníficos e magistrais pintores; e, em fazendo isto, verificará quanta beleza, quanto de utilidade, quanto de grandeza cultural, artística e científica vem deixando de ver, de sentir e de servir-se; beleza, grandeza, pujança, comparáveis ao que melhor haja em nosso orbe, sem nenhuma sombra de dúvida (Madureira, 1967: 10-12).

Madureira considera que cumpria que os brasileiros descobrissem que eram e se podiam sentir *hispânicos*. Mas, para que isso acontecesse, acredita que era preciso que instituições espanholas concedessem, a brasileiros, bolsas para estadias na Espanha. Mediante as viagens de estudos e os passeios turísticos compatíveis com o curso em que o bolsista se matriculasse, ele poderia apreciar *in loco* a grandeza cultural da Espanha e assumir as afinidades identitárias hispano-brasileiras, chegando a se reconhecer como mais um *hispânico*. O soteropolitano Madureira não menciona que para conviver com espanhóis não era necessário o deslocamento dos baianos até a Espanha, pois em Salvador residiam centenas deles. Ele crê que o conveniente era conhecer os espanhóis na Espanha. De fato, no final de *Espanha eterna* declara que, ao regressar a Salvador, chegou convencido pelo que vira e experimentara que os brasileiros eram um “povo hispânico”:

Agora, já de volta, entre os queridos entes, reentrosando-nos na vida quotidiana das nossas obrigações, sentimo-nos como um neto querido que tenha ido passar uns tempos com a bela magnânima e amada avó. Sim, caros leitores, não nos furtamos a repetir: por laços culturais, sentimentais e, por que não dizer, de sangue mesmo, somos, os brasileiros, um povo hispânico.

Somos filhos diletos de Portugal e isso muito nos honra e envaidece, porém somos netos da Espanha e isso é uma realidade desvanecedora (Madureira, 1967: 326).

Espanha eterna é uma extensa obra – 330 páginas –; é um misto contendo ensaios sobre a cultura espanhola, crônicas e impressões de viagem. Todas as regiões da Espanha peninsular foram percorridas pelo autor, e também as Ilhas Canárias. Madureira narra passeios por todos esses espaços, embora dedique duas terceiras partes da obra a prosas sobre Madri, Extremadura e Andaluzia. À Galiza, cujas quatro províncias percorreu,

destina parte do capítulo intitulado *Através de Castilla La Vieja e Leon*, se vai de Madrid a Galicia (Madureira, 1967: 309-21).

Na sua estadia na Galiza, Madureira observa o que parecia ser norma nas trajetórias das famílias dos imigrantes galegos de Salvador. Os galegos que, antes de emigrarem, nas suas aldeias se dedicaram sobretudo à agropecuária, e que, como imigrantes na Bahia, se dedicaram ao comércio e aos serviços urbanos, preocuparam-se com que os seus filhos cursassem estudos universitários, havendo logo alcançado posições de relevo no funcionalismo, na política, na academia e em diversas profissões liberais. Assim o declara Madureira:

Galegos são brasileiros na Galícia

Não poderíamos deixar sem um registro, sem uma essencial menção um fato, um assunto deveras comovente e simpático para nós os brasileiros que tantos e tantos espanhóis temos dentre nós, que privam das nossas cidades, dos nossos campos, das nossas indústrias, do nosso comércio e que se tornam tão brasileiros que, não fosse o sotaque que permanece, difícil seria a qualquer um de nós distingui-los de brasileiros natos. Eles, mesmo entre si, logo depois de chegados falam o português, educam seus filhos com acrisolado amor ao Brasil, à sua gente, às suas coisas; fazem-nos trabalhar nas suas empresas ou casas comerciais, mas procuram e conseguem que eles estudem em nossos colégios e ginásios, ingressem em nossas Universidades; e quantos advogados e até juizes de inteligência e saber invejáveis, quantos médicos de alto gabarito, quantos engenheiros e arquitetos capazes, quantos agrônomos, veterinários e professores universitários respeitáveis são filhos de espanhóis que do Brasil fizeram sua segunda pátria? E na sua enorme maioria todos esses espanhóis são galegos, vindos daquela Galícia amena, poética, brava e linda que acabamos de visitar (Madureira, 1967: 320).

Madureira destaca não só a ascensão profissional e o reconhecimento e distinção social que, aplicando em educação o lucro obtido com o seu trabalho, os imigrantes galegos facilitaram aos seus filhos. Ele também louva, de um sentimento de comunhão patriótica, a vontade e a capacidade que demonstraram esses galegos de se fundirem na sociedade local, isto é, de se aculturarem e integrarem.

A aquiescência de alguns galegos tanto para personificarem o modelo dos briosos e esforçados trabalhadores estrangeiros quanto para se inserirem nos campos sociais aborígenes evitando-se o risco de serem observados como um quisto étnico ou cultural, motiva elogios em Madureira. Ele, inclusive, chega a salientar a gratidão que os imigrantes manifestavam ao Brasil ao terem assumido gestos e comportamentos apreciados como característicos dos brasileiros. O entusiasmo desse observador, tal como se desprende da

narrativa abaixo reproduzida, baseia-se no significado que ele dá a três experiências vividas na sua breve estada na Galiza. Admirara-o a metamorfose em brasileiros dos galegos retornados aos olhos dos seus conterrâneos, o qual, para ele, demonstra a sincera filiação desses imigrantes aos valores patrióticos brasileiros. Nesse sentido, a aculturação no Brasil que esses retornados mantêm é diretamente proporcional às falhas na sua reculturação.

Madureira fica surpreendido e contentado com a teima dos “galego-brasileiros” em paparicá-lo. Os agrados parecem-lhe demonstrações do afeto que os *galego-brasileiros* devem aos oriundos da nação que os acolhera e interpreta-os como sinais da irmanação conseguida entre os galegos e os brasileiros. Assim, a refeição com que o regalam, em aceno de simpatia e reconhecimento, é uma feijoada. Ele comove-se também ao ver que esses *galego-brasileiros* hastearam, na sua homenagem, a bandeira do Brasil.

Contudo, ele não repara que a sua visão é unidirecional. Os galegos retornados do Brasil sabem-se comportar, no seu espaço nativo, como brasileiros e, com empatia, sabem afagar o visitante brasileiro em prova do aplauso que, supostamente, lhe devem. Na visão de Madureira, os galegos não são, portanto, brasileiros, por fazerem parte da nação brasileira senão porque conhecem e admiram o Brasil, sabendo manifestar perante os brasileiros esse conhecimento e essa admiração.

Essa disposição dos imigrantes galegos retornados não vai acompanhada de reciprocidade por parte de Madureira. Ele deleita-se com o abrasileiramento desses retornados na Galiza, mas ele, em nenhum momento, menciona que se chegasse a sentir um pouco galego. Isto é, ele não diz que os brasileiros são galegos na Galiza. Como conseqüência das suas experiências turísticas e do seu aprendizado como bolsista do Instituto de Cultura Hispânica, Madureira sente-se um hispânico. Ele, de fato, nada deve à Galiza a não ser os agradáveis momentos que desfrutou durante os seus passeios. Eis o relato de Madureira:

Não poderíamos pois, como dizíamos acima, deixar sem registro, sem uma especial menção o fato de que todos os galegos que aí estão ou aí viveram são chamados aqui na sua terra, na Galícia, de brasileiros e como tal são tratados. E não pense o leitor que êsse título, êsse modo de tratamento implique em um simples apelido, um modo de tratar; notem bem: o título de brasileiro dado a esses espanhóis galegos que aí estão vivendo ou aí viveram, é um título carinhoso, um modo de expressar a admiração, a simpatia, e por que não dizer, o amor por nossa Pátria, pelo querido Brasil nosso. Desejamos que o caro leitor empreenda uma viagem à Galícia e ficará, estamos certos, tão emocionado, tão assombrado agradavelmente quanto ficamos nós. Durante nossas andanças pelas

terras galegas sentimos o carinho, a deferência, a simpatia com que fomos tratados quando dissemos da nossa nacionalidade, gerando até situações constrangedoras quando estávamos em grupos de outros americanos e sentíamos que nos destacavam e nos tratavam de maneira toda especial. Para não ficar sem um exemplo concreto o que vimos dizendo, contaremos em traços rápidos um fato só, dos muitos sucedidos, em que podemos comprovar a veracidade do que afirmamos: em um dos povoados que paramos durante nossa excursão, ao saberem os habitantes que fazia parte do grupo um brasileiro, vieram algumas pessoas procurar-nos e convidar-nos para uma feijoada na casa de um brasileiro. Admiramo-nos de haver ali um brasileiro residente, mas prazerosamente aceitamos o convite. Qual não foi a nossa surpresa de não encontrar na casa nem um só brasileiro, pois todos eram genuinamente galegos; perguntamos a que se devia aquilo; sorridentes e ao mesmo tempo que demonstrando admiração pela nossa ignorância do fato, nos informaram de que o chefe da família vivera muitos anos no Brasil e que tinha lá vários parentes. Comemos muito bem e até nos sentimos um tanto embaraçados, tal a maneira cordial e afetiva que fomos tratados, como se já pertencêssemos àquela família. Significativo e comovente mais ainda foi o fato de estar hasteada a nossa bandeira, o querido e belo Pavilhão Brasileiro.

Pensamos que em face desse exemplo só, o caríssimo leitor pode bem aquilatar o quanto somos queridos, quanto o nosso País é, vale e merece para os nossos irmãos da Galícia (Madureira, 1967: 320-21).

A Galiza faz parte do repertório temático da poesia de Godofredo Filho [Godofredo Rebelo de Figueredo Filho] (1904-1992). Ele escreveu, a partir de 1956 e na norma isolacionista da língua galega, uns poemas reunidos em 1986 sob o rótulo *Musa Gallega* (Filho, 1986: 167-205), sendo encabeçados pela citação de um verso de Curros: “Non, ti non morrerás, céltiga musa...” (Filho, 1986: 171). Esse conjunto de nove poemas compõe a terceira seção dos Poemas Volúveis, quinta parte da antologia intitulada *Irmã Poesia: Seleção de Poemas (1923-1986)*, uma edição da Tempo Brasileiro carioca em parceria com a Secretaria de Estado da Educação e Cultura da Bahia e com a Academia de Letras da Bahia.

Os poemas que compõem *Musa Gallega* são os seguintes: Noiturno em Santiago, Canzón que xurde da lua, Romeiría (datado em 1962), D’o ermo, Canzón do mar de Vigo (com a citação do verso *Ay ondas que eu vin veer!*, de Martin Codax), Auga e tempo, Maino, Chove em Santiago, Canto gratulatório ó Padre Ignacio Domínguez González, pola sua festa de presbiteriano, a 29-06-1967, en Vigo, Choiva galega (com a citação dos versos, de Eladio Rodríguez González, *Non se sabe si é que sobe,/ nin se sabe si é que baixa*).

Tirando Canto gratulatório ó Padre Ignacio Domínguez González, pola sua festa de presbiteriano, a 29-06-1967, en Vigo, e Choiva galega, esses poemas foram publicados na década de 1960. Jerusa Pires Ferreira, do Centro de Estudos Portugueses da Universidade Federal da Bahia datou em novembro de 1969 um artigo intitulado Os poemas galegos de Godofredo Filho – Poeta da Bahia – publicado na lisboeta revista *Ocidente* em 1970. Nesse estudo, além dos sete poemas já então conhecidos, é reproduzido e comentado o poema Antífona, logo não incorporado à Musa Gallega. Teríamos, pois, dez específicos *poemas galegos* de Godofredo Filho. A esse repertório galego poder-se-iam acrescentar os poemas Sonatina da infanta (Filho, 1986: 203), que faz parte da seção Canções de acalento – quarta seção de Poemas Volúveis –, datado em Santiago de Compostela, em julho de 1956, e o poema Sombra (Filho, 1986: 350), incluído na seção Retrato, nos Poemas do Pretérito Imperfeito, o qual contém uma citação dos últimos quatro versos do Negra Sombra de Rosalía de Castro. Uma mostra dos contatos de Godofredo Filho com os escritores da Galiza está nos *Sete sonetos do vinho* (Filho, 1971). Na relação dos quarenta e quatro intelectuais aos que é dedicada a obra consta Álvaro Cunqueiro Mora.

Com a exceção do Canto gratulatório ó Padre Ignacio Domínguez González, pola sua festa de presbiteriano, a 29-06-1967, en Vigo, trata-se de poemas sem alusões aos imigrantes galegos de Salvador. Não sabemos se eles foram compostos por Godofredo Filho nesse galego ou se foram traduzidos por algum dos escritores galegos com os que contatara na Galiza. Jerusa Pires Ferreira faz a seguinte interpretação a respeito das escolhas lingüísticas do autor:

Registrando a ocorrência de variantes para alguns vocábulos, concluimos que o poeta procede consciente de estar manipulando um instrumento lingüístico recém-incorporado, embora com raízes sedimentadas através de um conhecimento anterior dos cancioneiros medievais galego-portugueses. Ele está sempre atento ao facto de trabalhar uma “língua” não estabilizada, as variantes correspondendo às modalidades inter-dialetais, apesar de o galego moderno em que se expressa o nosso poeta ser uma Koiné Literária, um instrumento lingüístico literário resultante de um certo nivelamento, como foi o galego e o provençal dos trovadores, como o do Renascimento Félibrige (Ferreira, 1970: 26).

A pesquisadora reproduz a declaração que, a respeito do seu uso da língua galega, Godofredo Filho fizera durante uma entrevista publicada em 30.12.1963 no *Jornal da Baía*:

Tenho é verdade o propósito de publicar proximamente um livro de poemas escritos em Galego, língua a cuja índole me sinto vinculado por misteriosas afinidades, que vieram à tona quando do meu recente contacto pessoal com a Galiza...

Apesar das dificuldades idiomáticas e técnicas que naturalmente encontro e das deficiências que apresentam estes meus cantos, sinto-me tão bem e em espontaneidade, tentando-os em galego quanto em português (Ferreira, 1970: 26).

Jerusa Pires Ferreira submetera o seu trabalho à apreciação de Godofredo Filho. De fato, ela diz que o poeta lhe comentara que a “unidade galega” da sua produção poderia ser intitulada *Jamais* (Ferreira, 1970: 34). Ela qualifica o “tom” desses poemas como “elegíaco” – um “eco de tristezas antiqüíssimas” – e o “clima” neles criado como “líquido”, “*inesgotável*” (Ferreira, 1970: 34). Além disso, por um lado pondera que nas escolhas lingüísticas de Godofredo Filho percebe-se “a coincidência com algum léxico de dois dos poemas galegos de Lorca” e o conhecimento que ele tinha “da moderníssima poesia galega de um Álvaro Cunqueiro Mora [sic] ou de um Perez Sanches [Manuel Antonio]” (Ferreira, 1970: 26). Por outro lado, acredita que nesses poemas captou-se o “leve e gracioso que vem da criação de Rosalia” (Ferreira, 1970: 26).

São patentes os elementos repertoriais que toma Godofredo Filho da literatura galega nos seus poemas publicados em 1970. Neles apreciamos uma clara influência, não só lexical, como afirma Pires Ferreira, senão também temática dos poemas galegos lorquianos. É igualmente evidente a paráfrase de versos de Rosalia de Castro e a imitação das estruturas do neotrovadorismo. No poema Antífona, o excluído da recopilação intitulada *Musa Gallega*, transparecem especialmente esses empréstimos:

Nena branca, amada, amiga/ Por quén estas ágoas cantam,/ Nena qu’a a lúa cobrindo/ Va de camelias de lús.// Nena leda i-esmaecida,/ Ó craror d’o-ceo xungida,/ Pol-as máns brancas da choiva/ De lirios tibios cuberta.// Sombra de paisaxe luar,/ Griseira alondra impossíbre,/ Por quén as tardes vagantes/ Antre soedades frolecen.// Mentras morro de delores/ Querote rogar, Estrela,/ Nin m’abandonarás ise/ Veleiro, ó invisíbre mar (Ferreira, 1970: 23).

Embora observássemos que em nenhum dos *poemas galegos* de Godofredo Filho se aludia explicitamente aos galegos da Bahia, reparamos que o “P. Ignacio” que motiva o poema Canto gratulatório ó Padre Ignacio Domínguez González, pola sua festa de presbiteriano, a 29-06-1967, em Vigo era filho de imigrantes vigueses em Salvador e que ele mesmo passara a infância e a adolescência nessa cidade. No entanto, nos versos não se menciona o passado soteropolitano desse sacerdote. Em 05.06.2007 entrevistamos pela via

epistolar o P. Ignácio. Ao ser-lhe perguntado como conhecera o escritor Godofredo Filho, o P. Ignácio respondeu:

Lo he conocido en el negocio de mi padre, Pastelería Triunfo. Él escribió un pequeño poema (te envío una copia), recogido en su libro *Irmã poesia*, con ocasión de mi Ordenación sacerdotal en el año 1967. Leí también, recuerdo, el *Poema da rosa*, publicado en los años en que yo estaba en Bahía. Con todo, quien tenía estrecha amistad con Godofredo era mi hermano mayor, Feliciano, al que he pedido hiciese un breve testimonio, que adjunto con esta pequeña encuesta (Domínguez, 2007).

Eis o testemunho de Feliciano Dominguez González:

Conocí al profesor Godofredo Filho hace más de medio siglo, bastante más. Lo conocí en Salvador, Bahía, donde él era una de las personas más ilustres de aquellas tierras. Era hombre de una sencillez espartana, muy afable, y de grandísima simpatía. Era poeta, escritor, periodista, Director de la Facultad de Filosofía, Presidente de la Academia Bahiana de Letras, por citar nada más que algunos de sus muchos títulos.

Lo conocí siendo yo joven, en el Triunfo, la casa comercial más emblemática de Bahía, que todo el mundo visitaba, como centro neurálgico de la ciudad. Ahí lo he conocido y, desde entonces, lo he tratado como amigo durante tantos años. Charlábamos, casi a diario, de muchas cosas, especialmente temas relacionados con la cultura. Era gran admirador de España y, durante su dirección en la Facultad de Filosofía invitó a dar conferencias a diversos intelectuales españoles.

El profesor Godofredo Filho estuvo en España el año 1956, en diversas capitales. De todas ellas tuvo la amabilidad de enviarme alguna tarjeta postal o alguna carta contándome sus impresiones, siempre agradables.

Tuve la suerte de oír, en la Academia – a donde iba como invitado – sus siempre profundas disertaciones, y sus discusiones con otros académicos, verdadero placer para la inteligencia y para los sentidos.

Me enteré de su muerte estando yo en Vigo. Tuve la sensación de haber perdido a un gran amigo. Ciertamente Bahía perdió a uno de sus grandes hijos (Domínguez, 2007).

Pode surpreender, *a priori*, a falta de uma imprensa colonial dos imigrantes galegos em Salvador, acima assinalada. Só nos consta a existência do *Boletim Informativo Caballeros de Santiago*, periódico mensal da Sociedade Cultural Caballeros de Santiago, distribuído desde meados da década de 1990 até 2002, e, a partir desse ano, a folha mensal *Fala Galicia Informativo*, vinculada a “Caballeros de Santiago”. Essa ausência compreende-se ao reparar em que o desejo da elite dos imigrantes galegos era o seu reconhecimento pela sociedade soteropolitana, pelo qual o conveniente para esses imigrantes com meios econômicos era dar publicidade aos seus negócios e às suas atividades societárias na própria imprensa baiana.

Observamos que, no Estado da Bahia, não houve uma produção cultural galeguista. Pode-se, inclusive, apreciar que os imigrantes galegos da Bahia, embora se preocupassem com a criação de entidades destinadas aos socorros mútuos, à sua projeção empresarial e à sua socialização e lazer, desprezaram a produção escrita que tivesse como assunto a Galiza. Nesse sentido, também não encontramos indícios de que tenha havido entre esses imigrantes a preocupação de que algum deles redigisse a história da presença da colônia galega na Bahia. Esse labor foi executado, com ou sem o seu aval, por galegos não-imigrantes ou por nacionais brasileiros vinculados à Universidade baiana, ou por jornalistas. Os galegos baianos foram, no entanto, convertidos em elementos repertoriais de alguns produtos literários de autores brasileiros que os estereotiparam como sujeitos materialistas ansiosos pela sua ascensão social, ora rudes e bondosamente ingênuos, ora ignorantes e ardilosamente situacionistas. Assim se tratando, o protagonista da novela *Vida, paixão e morte republicana de Don Ramón Fernández y Fernández* é a exceção. Podemos, pois, nos referir à história social, *lato sensu*, dos galegos, imigrantes ou não-imigrantes, na Bahia, e, portanto, às representações que deles se fez na imprensa de Salvador, na literatura brasileira e nas crônicas de viajantes, mas não cabe mencionar a sua autoprojeção em uma produção literária própria, galeguista ou de qualquer outra orientação, pela singela razão de que essa produção não existe. Por conseguinte, não se podem detectar relações sistêmicas literárias no campo cultural desses galegos. Contudo, cumpre destacar que como consequência da sua conversão em objeto de pesquisa acadêmica a partir da década de 1980, tem-se traçado, com base nas referências aos trabalhos da área precedentes, relações sistêmicas entre os estudos desenvolvidos nas áreas das humanidades soteropolitanas sobre os galegos do Estado da Bahia. Trata-se, destarte, do surgimento e da consolidação de relações sistêmicas entre as áreas de conhecimento das humanidades na base da partilha de um objeto de estudo.

IV. 3. Os imigrantes espanhóis no Estado de São Paulo

IV. 3. 1. Os estudos sobre a imigração no Estado de São Paulo: o caso dos galegos

São Paulo é o estado do Brasil que conta com mais estudos sobre a imigração espanhola. Boris Fausto (1991: 14), na obra *Historiografia de imigração para São Paulo*, afirma que, no séc. XX, a imigração demorou a constituir um campo específico de pesquisa acadêmica. Ele considera que, até meados da década de 1950, a imigração fora, sobretudo, mais um objeto inserido em grandes interpretações sociológicas e aponta que, só a partir dos trabalhos dos brasilianistas, o tema da imigração de estrangeiros em São Paulo se conformou em um alvo não subordinado de pesquisa. Nesse primórdio, na sequência da obra iniciada pelos brasilianistas, Fausto destaca o labor do brasileiro José de Souza Martins, o autor de *A imigração e a crise do Brasil agrário* (Martins, 1973), um ensaio sobre a dialética entre a consciência e os posicionamentos do camponês marginalizado e as estratégias de reprodução do capitalismo brasileiro, baseado este em uma economia agropecuária brasileira. O ensaio focaliza um grupo de imigrantes italianos, assalariados das fazendas paulistas na virada de século, colocados pelo autor como exemplo do trabalhador rural explorado. Fausto, quem vincula os estudos publicados na década de 1970 por José de Souza Martins às linhas de pesquisa em ciências sociais desenvolvidas por Florestan Fernandes (*Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo* (Bastide & Fernandes, 1955), *A etnologia e a sociologia no Brasil* (Fernandes, 1958), *Ensaio de sociologia geral e aplicada* (Fernandes, 1959a), *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (Fernandes, 1959b), *Mudanças Sociais no Brasil. Aspectos do Desenvolvimento da Sociedade Brasileira* (Fernandes, 1960)), pondera que, provavelmente, José de Souza Martins foi o primeiro autor que fez da questão imigratória um tema central para a investigação.

Ora, embora a ponderação de Fausto seja pertinente se for acordado que o campo específico de pesquisa sobre imigração no Brasil é unicamente conformado pelos estudos monográficos dedicados, com exclusividade, à análise do comportamento de grupos de imigrantes em períodos determinados, deve-se também reparar que, nas décadas de 1930 e 1940, publicou-se uma considerável produção sobre a problemática da adaptação ao Brasil de grupos concretos de trabalhadores estrangeiros. Trabalhos extensos como *Raça e*

assimilação (Oliveira Vianna, 1932), *Ensaio de anthropologia brasiliana* (Roquette Pinto, 1933), *Brasil e Japão. Duas civilizações que se completam* (Brasil e Japão, 1934), *As vantagens da imigração syria no Brasil* (Amarilio Junior, 1935), *Vale Itajaí. Jornadas de Civismo* (1939) – a apresentação da campanha realizada para o fomento do nacionalismo brasileiro entre imigrantes alemães e italianos no começo da II Guerra Mundial –, *Assimilação e populações marginais no Brasil e Aculturação dos alemães no Brasil* (Emílio Willems, 1940; 1946), *Estudo sobre a imigração semita no Brasil* (Artur Hehl Neiva, 1945), *Histórias de vida – Imigração judaica no Rio Grande do Sul* (Marlene Kulkas, 1950) ou *Imigração e colonização no Brasil* (J. Fernando Carneiro, 1950) mostram o interesse havido, desde a Revolução de 1930, pela problemática gerada pelos imigrantes com identidades nacionais resistentes à adaptação ao Brasil. Consideramos que o lançamento em janeiro de 1940, no, então, Distrito Federal, da *Revista de imigração e colonização* do Conselho de Imigração e Colonização e a realização, em Goiânia, por parte desse órgão, da I Conferência Brasileira de Imigração (Atas da *I Conferência Brasileira de Imigração*, 1949), de 30 de abril a 7 de maio de 1949, indicam, pela apresentação que faziam de análises elaboradas por professores universitários brasileiros, que o tema imigratório já constituía, antes de meados da década de 1950, alvo delimitado da reflexão acadêmica. Se bem é certo que em quase todos os trabalhos acima apontados, assim como na *Revista de imigração e colonização* e na I Conferência Brasileira de Imigração, a questão imigratória foi tratada como um problema para a consolidação nacional do Brasil, não se pode omitir que, como tal problema, as características dos imigrantes e as ações deles foram descritas pormenorizadamente.

O ensaio *Immigração*, de Julio de Reyorêdo (1934), por si só, demonstra que, já na década de 1930, a questão da imigração era uma área específica de conhecimento no Estado de São Paulo. Embora esse ensaio fosse dedicado à exposição de diretrizes para a seleção e a nacionalização do trabalhador rural estrangeiro, o autor amparou o seu discurso em casos práticos relativos à observação do comportamento dos imigrantes segundo a sua naturalidade. Em novembro de 1934, Julio de Reyorêdo, especialista em imigração do Departamento de Trabalho do Estado de São Paulo, assinou o Prólogo do livro salientando que, nesse momento, “um estudo especializado sobre immigração”, já não era mais um produto sem interesse para a opinião pública. Assim o expressava:

Até bem pouco tempo atrás, quem se aventurasse a publicar, no Brasil, um estudo especializado sobre imigração, correria o risco de o ver lido apenas por alguns amigos benevolentes...

Completa era a apatia do povo brasileiro em relação a tão magno assunto.

Agora, porém, que a opinião pública emerge de sua letargia e que os primeiros vislumbres de novas diretrizes administrativas se esboçam em promissores horizontes, oportuna é a apresentação deste modesto volume.

Os problemas da imigração, que mais de perto nos interessam, são aqui focalizados tão sucintamente quanto possível.

Com este despretenso trabalho visamos apenas despertar a atenção dos brasileiros conscientes para uma série de questões do mais alto e palpitante interesse nacional. Os seus três primeiros capítulos, aparentemente divorciados dessas finalidades, são de todo necessários à compreensão de muitos pontos contidos nos restantes.

Tratando de teses difíceis e assaz controvertidas, natural é que descubram os doutos, os competentes, em nosso estudo, imperfeições e deficiências. Que essas lacunas suscitem empreendimentos mais autorizados (Revorêdo, 1934: 5-6).

Nos três primeiros capítulos a que se refere o autor (Título I – Necessária exposição preliminar) desenvolve-se uma detalhada conceituação sociológica e jurídica do fenômeno migratório. Compara-se a orientação e a situação da política migratória de vários países, colocando-se como paradigma, para o Brasil, de política de Estado, o tratamento legislativo que era dado à questão migratória, desde 1875, nos Estados Unidos, ano em que se começara a estabelecer diretrizes de restrição qualitativa e quantitativa para os estrangeiros a fim de se evitar que os Estados Unidos continuassem sendo “o refúgio preferido a toda sorte de aventureiros, ociosos e criminosos perseguidos pela justiça de outros países” (Revorêdo, 1934: 35). No entanto, apesar da minuciosidade da legislação estadunidense sobre imigração, Revorêdo aponta que as características da sociedade brasileira marcam uma diferença essencial com a norte-americana. Ela devia-se à capacidade assimiladora do *melting-pot* brasileiro e ao tratamento cordial que recebiam, no Brasil, os estrangeiros, e, à conseqüente, ausência de discriminação:

A participação do índio em nosso *melting-pot* é também das mais ponderáveis.

Sobre o mediterrâneo suficiente é dizer que se trata de um nosso irmão de sangue. Ele deu e continua a dar à nossa formação étnica a maior das contribuições.

No que diz respeito ao nipônico, a observação menos atenta no-lo apresenta cada vez mais empenhado em aprender o nosso idioma e a adotar a religião professada pela imensa maioria do povo brasileiro.

Quer no seu mais humilde lavrador, quer nos seus representantes diplomáticos consulares, são patentes essas disposições, essas tendências.

Qual, porém, a razão dessa simpatia, dessa cordialidade manifestada pelos nipônicos em relação ao brasileiro?

É que os recebemos como homens dignos e capazes de colaborar conosco no povoamento e utilização inteligente do imenso solo brasileiro, com as suas grandes riquezas quase inexploradas. Não os humilhamos, recusando-lhes a concessão da cidadania, não os expulsamos do nosso convívio, não os proibimos de se fundirem com o elemento nativo, não fechamos a seus filhos as portas das nossas escolas, tal como ocorre na grande república americana.

Sabido que o número é fator ponderável para uma maior ou menor facilidade de adaptação, outra diferença notável do habitat americano em relação ao brasileiro sobre a assimilação do elemento exótico é a que decorre do verdadeiro estado de saturação de imigrantes em que se encontram os Estados Unidos, saturação essa de que estamos nós ainda muito longe (Revorêdo, 1934: 69-70).

No Título II – Política imigratória brasileira – de *Imigração*, Revorêdo repassa a legislação e as regulamentações brasileiras sobre a matéria de imigração. Embora manifeste a sua desconformidade com as medidas restritivas à chegada de imigrantes que estavam sendo tomadas no Congresso Nacional e nas assembléias legislativas estaduais e assevere que o Estado de São Paulo carecia, ainda, dos “braços” necessários, propõe a adoção de medidas para a seleção étnica do trabalhador estrangeiro. Ele considera condenável o acesso ao território brasileiro de levas provenientes de povos de civilização inferior – os sírios, por ser gente nômade e infensa ao trabalho – ou de tendência irrefreável ao banditismo – os chineses –, mas defende a imigração japonesa pela sua dedicação à agricultura e pela sua proclividade à assimilação. Ao comentar o Decreto n.º 24.215, de 9 de maio 1934, que dispunha sobre a entrada de estrangeiros em território nacional, e ao se referir às disposições que vetavam a entrada dos sujeitos inábeis para o trabalho e dos “indesejáveis” – ciganos, bohêmios e nômades (“populações vagabundas” Revorêdo, 1934: 167), miseráveis, analfabetos, prostitutas e cáftens, delinqüentes, banidos e condenados –, reproduz um quadro que fora publicado em 1932 no *Boletim do Departamento Estadual de Trabalho de São Paulo* a partir dos dados coligidos pela Inspetoria de Imigração de Santos. Esse quadro contém as percentagens, por nacionalidades de estrangeiros, de analfabetos desembarcados no porto de Santos entre 1908 e 1931. Das dezesseis nacionalidades contempladas era a espanhola a que contava com a maior taxa de analfabetismo, pois, ao desembarcar, 72,9% dos 206.004 espanhóis declarara que não sabia ler (deles, 108.154

aportaram em Santos entre 1910 e o primeiro semestre de 1914). Mas, para Revorêdo, o principal problema não é o traço iletrado dos imigrantes, senão a formação superior de alguns deles, tanto pela concorrência que os graduados estrangeiros exerciam contra os diplomados nacionais quanto pelas suas más influências perante os outros imigrantes, derivadas, estas, das atitudes identitárias orgulhosas que eles podiam exibir por ocuparem posições privilegiadas paralelas às da elite brasileira. Destarte, o bom imigrante, para Revorêdo, era o estrangeiro que, como peão, se dedicasse no Brasil à agricultura:

A imigração limitada a agricultores não representa, porém, apenas uma medida de defesa para os nossos operários, expostos, que estão, a uma concorrência oriunda da maior capacidade técnica industrial do estrangeiro, não significa somente uma providência acauteladora de nosso organismo social contra a infestação de toda a sorte de parias, aventureiros e “scrocs” vindos de outros países. É, também, um discreto anteparo ao avanço dos elementos que ultimamente nos vêm sendo enviados por certos países [...].

São esses “intelectuais infecundos” os médicos, bacharéis em direito, engenheiros e candidatos a empregos públicos, aos quais o escritor italiano Fiorentino, em depoimento largamente apreciado, concitava a emigrar para o estrangeiro, afim de resolver o seu excesso na Itália e para o fim de “impor italianidade” a esses Brasis...

Contra esses elementos nos devemos precaver, porque, de um lado, vêm engravecer o nosso problema de assimilação do imigrante útil, com o que se poderia bem denominar o “imperialismo das elites”, e, de outro vêm aumentar nossa crescente pletora de portadores de diplomas.

É essa sem dúvida, uma séria ameaça que pesa sobre nós, porque o fenômeno da pletora de universitários não é peculiar a esse ou aquele país – é geral (Revorêdo, 1934: 157-59).

O autor lamenta, nesse sentido, o fraco contingente de agricultores que a imigração espanhola proporcionava ao Estado de São Paulo. Citando uma estimativa de 1933, feita pelo Departamento Estadual do Trabalho, frisa a “diminuta propensão atual para a vida agrária” (Revorêdo, 1934: 216) dos espanhóis. Nesse ano, dos 789 espanhóis chegados ao porto de Santos, só 112 se declararam agricultores. No Título III – O trabalhador nacional em face da imigração –, Revorêdo compara o trabalhador rural nacional com o estrangeiro e argüi que o primeiro, apesar das carências que ele sofre no atendimento sanitário e na instrução pública, não é inferior ao imigrante, salientando, no entanto, que um não concorria com o outro já que o Brasil precisa do trabalho e ambos. No último Título (Título IV – Os problemas da nacionalidade), em que define os conceitos assimilação, amalgamação e brasilização e propõe medidas para que esses processos aconteçam com os imigrantes, adverte que a assunção da nacionalidade brasileira por esses trabalhadores é o

meio para evitar que as potências estrangeiras projetem sobre eles planos imperialistas que ponham em risco a segurança nacional do Brasil. Para se evitar esse perigo e garantir a identificação dos imigrantes com o país receptor, os trabalhadores rurais estrangeiros não de se sentir orgulhosos e agradecidos por residirem no Brasil, para o qual era preciso, por um lado, que as autoridades os protegessem de possíveis arbitrariedades por parte dos empregadores e, por outro, que os filhos desses trabalhadores pudessem assistir a aulas em escolas rurais bem dotadas onde receberiam um ensino patriótico.

Boris Fausto não aprecia que trabalhos como o de Júlio de Reyorêdo tenham uma orientação susceptível de ser reconhecida como fundadora dos modernos estudos migratórios brasileiros²²⁷. Prescindido deles, e centrando-se nos estudos desenvolvidos nas três décadas – 1950-1980 – nas quais, segundo Fausto, se consolidou a imigração como campo de investigação, o historiador assinala a predominância, nessas pesquisas de dois temas principais. Eles são a “questão da mobilidade social” e a “integração e pluralismo cultural”. Depois de *Historiografia de imigração para São Paulo*, Boris Fausto dedicou um breve livro – *Imigração e Política em São Paulo* (Fausto, 1995) – à análise da intervenção na política e no sindicalismo, em São Paulo, dos trabalhadores estrangeiros durante a República Velha. Nele foram abordados os problemas de integração dos imigrantes nos campos sociais paulistas e as articulações políticas de sírio-libaneses, judeus e japoneses²²⁸. O livro enfoca a construção de representações relativas àqueles alienígenas que, desviando-se da dedicação ao trabalho que lhes era inerente devido à sua qualidade de imigrantes,

²²⁷ Na atualidade, na Universidade de São Paulo desenvolvem-se pesquisas motivadas pelo fato de o Brasil, desde a década de 1980, ter deixado de ser um país de imigração para se converter em um país de emigração. Em 2003, o Itamaraty estimava em 1.900.000 o número de brasileiros residentes no exterior. Nesse sentido, a USP dedicou o vol. 20, n. 57, maio-agosto de 2006 do seu periódico *Estudos avançados*, intitulado Dossiê Migrações, aos efeitos causados, na ordem econômica, na identidade cultural e no comportamento, pela emigração do Brasil. Em 2004, Carlos Sebe Bom Meihy publicou um livro, *Brasil Fora de Si* (Meihy, 2004), sobre experiências de brasileiros em Nova York. Já em 1999, Teresa Sales publicara um estudo – *Brasileiros longe de casa* – sobre os fluxos de migração dos brasileiros para os Estados Unidos, centrando-se, sobretudo, na colônia assentada em Boston (Sales, 1999).

²²⁸ Acreditamos que, devido à repressão policial durante a Era Vargas (1930-1945), foram poucas as publicações brasileiras, nessa época, que denunciaram a insidia e a sanha de algumas das práticas derivadas das políticas governamentais destinadas à nacionalização da mão-de-obra estrangeira. Com essa orientação, localizamos a obra *Pátria, imigração e cultura*, publicada em São Leopoldo pelo historiador Leopoldo Petry (1956). Ele defende o patriotismo brasileiro demonstrado, desde o início da imigração, pelos trabalhadores estrangeiros no Rio Grande do Sul e argüi que, nos casos em que se desenvolvera com lentidão e de modo parcial o processo de aculturação, isso se devera às falhas nas medidas assistenciais que dispuseram as autoridades nativas locais. Petry assinala que essas falhas foram, sobretudo, a deficiente, ou nula, educação pública, a inexistência de serviços públicos, que obrigaram à sua criação gremial por parte dos estrangeiros, e as péssimas infraestruturas, as quais mantiveram no isolamento os núcleos de colonos.

perturbavam a sociedade paulista por desenvolverem ideologias “exóticas” através da sua militância sindical.

O movimento operário em São Paulo desde a proclamação da República até a Revolução de 1930, junto ao do Rio de Janeiro, consolidou-se como tema de estudo na década de 1980. As investigações realizadas contêm alguns dados sobre a participação de imigrantes espanhóis. Assim, elas mostram como se associaram a esses trabalhadores imagens de desordem e rebeldia. Esses estudos, embora não tenham identificado nenhum imigrante espanhol do primeiro quarto do séc. XX como uma grande liderança sindical ou política – anarquista, socialista ou sindicalista revolucionária – referem que, quantitativamente, foi relevante a participação dos espanhóis no movimento operário, sobretudo no anarquismo, havendo estes protagonizado momentos de grande importância simbólica na história das lutas operárias no Brasil. Assim, o Primeiro Congresso Operário do Brasil teve lugar no Centro Galego da rua da Constituição, no Rio de Janeiro, de 15 a 20 de abril de 1906²²⁹, e, tal como indica Paula Beiguelman em *Os companheiros de São Paulo* (Beiguelman, 1977: 85), o primeiro trabalhador falecido em enfrentamentos com a polícia foi um imigrante espanhol, José Iniguez Martinez, um jovem sapateiro baleado aos 9 de julho de 1917 no bairro do Brás, na cidade de São Paulo²³⁰. Além disso, em 1900 começara a circular, em São Paulo, um semanário socialista revolucionário em espanhol, *El grito del pueblo*, e um operário gráfico espanhol, Manuel Moscoso, quem já colaborara no jornal *A Terra Livre*, dirigiu *A Voz do Trabalhador*, o jornal anarquista editado pela

²²⁹ O Congresso Operário, reunido no Rio em 1906, reivindicou o ensino laico, a emancipação feminina, a diminuição das horas de trabalho e a proibição do emprego de crianças. No ano seguinte foi aprovada a *lei Adolfo Gordo* – Lei n. 1.641, de 7 de janeiro de 1907 –, prevendo a deportação dos imigrantes anarquistas [“Art. 1º – O estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometer a segurança nacional ou a tranquilidade pública pode ser expulso de parte ou de todo o território nacional”]. Essa lei está disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/gordo.html#3>>. Acesso em: 4 mai. 2009.

²³⁰ O incremento nas demandas trabalhistas através do movimento sindical fez com que, entre 1907 e 1921, as autoridades brasileiras reagissem dispondo a expulsão do território nacional de 113 espanhóis, sob a acusação de ter promovido as greves operárias. Em 1889, na cidade portuária de Santos, desatara-se a primeira grande greve proletária que teve lugar em uma cidade brasileira. A participação de imigrantes portugueses e espanhóis nessa greve foi constatada por Beiguelman (1977: 129). Para normalizar a situação fora necessária a intervenção do cônsul português e do cônsul espanhol junto aos seus patrícios operários. Em relação ao movimento grevista, é preciso apontar a atuação dos grupos anarquistas (compostos em grande parte por imigrantes italianos e espanhóis) nas grandes greves revolucionárias paulistas e cariocas da década de 1910, sobretudo nas greves de 1917 e 1919 que paralisaram a cidade de São Paulo por vários dias e que também agitaram a vida da capital federal.

Confederação Operária Brasileira (C.O.B.), no Rio de Janeiro, entre 1908 e 1915 (recopilado em edição fac-símile, *A Voz do Trabalhador*, 1985)²³¹.

A participação dos espanhóis nas articulações sindicais refletiu-se em alguns romances que abordaram, de uma perspectiva ficcional realista, o modo de vida operário no Estado de São Paulo e a circunstância sociopolítica que o rodeou²³². Por um lado, os romances do paulista Eduardo Maffei *A greve* (Maffei, 1978) e *A morte do sapateiro* (Maffei, 1982) e, por outro, o intitulado *Anarquistas, graças a Deus*, da santista Zélia Gattai (1985), transladam à ficção esse modo de vida e essa circunstância, contendo personagens apresentados como imigrantes espanhóis. Mas é no protagonista construído no romance *Os andaluzes*, de Susana M. Dias Beck (1980), onde melhor se observa a identificação do imigrante espanhol com o estereótipo de anarquista. Em *Os andaluzes*, o protagonista, um sapateiro andaluz, resignado e apolítico, chamado Don Antônio, não é

²³¹ A bibliografia sobre a participação dos imigrantes no movimento operário na República Velha é abundante. Há informações sobre a presença estrangeira na constituição do movimento operário nas seguintes obras: *Crônica dos primeiros anarquistas no Rio de Janeiro (1888-1900)* (Lopes, 2004), *O movimento operário na Primeira República* (Batalha, 2000) e *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi* (Carvalho, 1987). Dados sobre o I Congresso Operário Brasileiro e sobre os posicionamentos dos trabalhadores estrangeiros nos congressos operários celebrados durante a República Velha estão contidos nos livros *Alvorada operária – os congressos operários no Brasil* (Rodrigues, 1979), *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920* (Maram, 1979), *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro* (Addor, 1986), *Libertários no Brasil: memória, luta, cultura* (Prado, 1986), *Os libertários* (Rodrigues, 1993), *A semana trágica – a greve geral anarquista de 1917* (Lopreato, 1997), *Atuação libertária no Brasil* (Neto, 2001) e *Anarquismo e sindicalismo revolucionário – trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República* (Toledo, 2004). Edgar Rodrigues elaborou biografias sobre anarquistas na série de livros *Os companheiros* (Rodrigues, 1994, 1995b, 1997a, 1997b, 1997c). Rogério H. Z. Nascimento publicou a sua dissertação de mestrado sobre o pensamento social do anarquista, nascido nas Astúrias, Florentino de Carvalho (Nascimento, 2000). No livro *Três depoimentos libertários* (2000) foram recolhidas as entrevistas a Diego Giménez Moreno – anarquista espanhol – e a Jaime Cubero – anarquista de ascendência espanhola –.

²³² Em 1918, a sociedade paulista viu-se afetada por um andaço de gripe que foi adjetivada de “espanhola”. São dezenas os estudos dedicados aos efeitos dessa gripe no Brasil, sobretudo nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Consultamos o de Cláudio Bertolli Filho intitulado *A gripe espanhola em São Paulo, 1918: epidemia e sociedade* (Bertolli Filho, 2003). O autor não considera que a adjetivação “espanhola” afetasse à visão que a sociedade paulista tinha dos imigrantes espanhóis, pois essa adjetivação não fora escolhida por nenhum cientista ou instituição brasileira, senão que viera dada pelas autoridades sanitárias britânicas para desviar a atenção sobre a origem de um andaço que surgira nas condições de vida insalubres de guerra de trincheiras da frente francesa durante a I Guerra Mundial. O autor (Bertolli Filho, 2003: 76) acredita que, falsamente, se difundira que os surtos começaram na Espanha por ser ela um país neutral durante o conflito sobre o qual os serviços secretos britânicos decidiram lançar uma campanha de descrédito perante a suspeita da força que poderiam estar reunindo os setores germanófilos. As autoridades sanitárias paulistas desenvolveram uma intensa campanha para controlar o que, em 1919, se convertera em uma grave epidemia expandida por toda a cidade. Entre as medidas impostas, esteve a de se evitar o desgaste físico em atividades inúteis e incompatíveis com o momento de crise, como o esporte, a dança e as caminhadas desnecessárias. Em outubro desse ano, o *Sport Club Corinthians*, equipe cuja torcida era então composta predominantemente por negros e espanhóis, foi acusado de não respeitar as disposições oficiais e permitir que os seus atletas treinassem, o que exigiu que os representantes de clube tivessem que justificar a falsidade da denúncia (Bertolli Filho, 2003: 264-66).

capaz de desmentir a visão que os seus vizinhos têm dele como um fervoroso revolucionário; esse equívoco envolverá em agonia a existência desse imigrante em um município interiorano paulista²³³.

Contudo, nos estudos dedicados ao movimento operário brasileiro são escassas as alusões à produção literária gerada diretamente pelos trabalhadores espanhóis. O Prof. Francisco Foot Hardman²³⁴, na sua obra *Nem pátria, nem patrão: memória operária, cultura e literatura no Brasil* (Hardman, 2002), recopilou e criticou a produção cultural classista ácrata do operariado da República Velha, sobretudo do paulista. Foot Hardman exumou as realizações culturais anarquistas desse período – teatros operários, festas proletárias, escolas modernas, poemas, obras de literatura social e bandas de música – e observou as ações e os produtos relativos à “cultura da resistência” que criaram os militantes libertários e que destinaram ao consumo nos espaços privativos de socialização da sua classe. Nessa produção analisada por Foot Hardman não constam, entretanto, obras de autoria espanhola, sendo, a sua maior parte, de autoria italiana²³⁵.

Nos trabalhos em que, especificamente, a presença espanhola em São Paulo constituiu assunto monográfico podem-se diferenciar as obras cuja autoria é de estudiosos brasileiros ou espanhóis não-imigrantes da dos espanhóis imigrantes. Os primeiros

²³³ Uma curiosa mistificação entre o sujeito oriundo da Galiza e um português observa-se em um livro que recolhe depoimentos de históricos anarcossindicalistas e comunistas que agiram, sobretudo, no Rio de Janeiro no Estado de São Paulo. Esse livro, coordenado pela Prof^a. Angela de Castro Gomes (1988), intitula-se *Velhos Militantes*. À entrevista feita ao português Eduardo Ribeiro Xavier, um dos primeiros militantes do Partido Comunista Brasileiro, natural de Losada, na região do Douro, chegado ao Rio em setembro de 1911, com 12 anos, a pesquisadora deu o título Eduardo Xavier: Um Galego no Partido (Gomes, 1988: 123).

²³⁴ Francisco Foot Hardman é autor do estudo *Trem fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva* (Hardman, 2005) em que se apresentam os resultados da sua pesquisa sobre a construção dessa ferrovia. Nessa construção participaram milhares de imigrantes espanhóis. O Serviço Sanitário da Madeira-Mamoré, no seu cálculo dos óbitos por nacionalidades, no período de junho 1907 a 31 de dezembro 1912, de um total de 1693 falecidos, destaca que 366 foram espanhóis (Hardman, 2005: 166). Para os fins da nossa tese, da pesquisa de Hardman interessaram os excertos do depoimento intitulado *Del Amazonas al infinito* publicado pelo imigrante galego Benigno Cortizo Bouzas (1950) em relação sua experiência no cenário da Madeira-Mamoré. As informações de Foot Hardman sobre Benigno Cortizo Bouzas complementam as expostas de Manoel Rodrigues Ferreira em seu livro, de 1959, sobre a história da ferrovia, intitulado *A ferrovia do diabo* (Ferreira, 2005). Rodrigues Ferreira (2005: 213-20) já abordara, com profundidade, o depoimento do jovem galego Benigno Cortizo Bouzas sobre a construção da E. F. Madeira-Mamoré e definiu como se segue o livro que o veiculou, *Del Amazonas al Infinito* (Cortizo, 1950): “Seu livro, escrito em castelhano, embora publicado quarenta e dois anos após, tem o valor de um depoimento sincero, verdadeiro, pois não difere dos que escreveram e publicaram seus trabalhos na época da construção” (Ferreira, 2005: 214). Rodrigues Ferreira também destaca a participação do galego, de Ourense, “João Peres” (Ferreira, 2005: 354).

²³⁵ Na apresentação da terceira edição do livro, em maio de 2002, na Biblioteca Mário de Andrade de São Paulo, Francisco Foot Hardman respondeu-nos que não se deparara com produção literária da autoria de imigrantes anarquistas espanhóis no Brasil.

realizaram investigações sobre a história da adequação ao meio paulista da identidade dos imigrantes espanhóis. Os segundos são os responsáveis pelo desenvolvimento de traços identitários com vistas à sua assunção e salvaguarda entre os seus patrícios e, paralelamente, à sua visibilidade e ao seu reconhecimento pela sociedade paulista.

Em relação ao primeiro grupo de trabalhos assinalado, percebe-se o predomínio de cinco áreas de conhecimento. Por um lado, observa-se que há um conjunto de pesquisas que indicam e valorizam os aportes, *lato sensu*, da imigração espanhola à sociedade paulista desde a proclamação da República. Por outro lado, pode-se localizar uma série de estudos que se destinaram a exumar as manifestações, e o grau de permanência delas, da presença hispânica em São Paulo durante o período colonial, isto é, nas capitanias de São Paulo e São Vicente. Uma terceira área é constituída pelas análises em torno aos posicionamentos e comportamentos no campo político dos espanhóis residentes em São Paulo. A maioria dessas análises monográficas origina-se na dissecação dos conflitos gerados, tanto entre os imigrantes espanhóis quanto entre estes e as autoridades brasileiras, pelas tomadas de posição em relação à Guerra Civil da Espanha e, logo, pelas ligações e rejeições das associações de imigrantes e dos agentes carismáticos a respeito do regime franquista. A quarta área constituem-na os produtos das pesquisas, quase todas elas realizadas, a partir do meio universitário paulista, no âmbito da história, das ciências humanas e das belas artes, que contêm exames da recepção, e das conseqüentes representações, da identidade cultural da Espanha e os espanhóis. Trata-se da bibliografia gerada pelos hispanistas vinculados às universidades paulistas, alheia nos seus alvos aos imigrantes espanhóis residentes em São Paulo. A última área de conhecimento deriva-se da história social das colônias de imigrantes espanhóis em cidades do interior do Estado, objetivada em várias pesquisas a partir da década de 1990²³⁶.

IV. 3. 2. As investigações sobre os aportes da imigração espanhola à sociedade paulista

Desta primeira área, consideramos que o estudo fundador é um capítulo que Alfredo Ellis (Junior) dedica à análise das características dos espanhóis que, entre a proclamação da

²³⁶ A partir de finais da década de 1990, começou o lançamento de manuais monográficos sobre a imigração destinados aos leitores infanto-juvenis. Há menções à imigração espanhola nos seguintes: *E chegam os imigrantes... (o café e a imigração em São Paulo)*, (Freitas, 1999), *A imigração para São Paulo: a viagem, o trabalho, as contribuições* (Carnier Júnior, 1999), *Imigrantes no Brasil (1970-1920)* (Boulos, 2000).

República e a década de 1930, se assentaram em São Paulo. O capítulo ao que nos referimos intitula-se O Espanhol; faz parte do livro *Populações Paulistas* (Ellis, 1934: 159-68). Esse trabalho de Alfredo Ellis inicia-se com uma exposição da cronologia e das cifras censuais da imigração espanhola em São Paulo. Em contraste com a idiossincrasia dos colonos italianos, o autor logo salienta as similitudes existentes entre ela e o talante e as atitudes dos espanhóis destinados à lavoura no interior do estado. Alfredo Ellis nota que tanto os espanhóis quanto os italianos emigravam em grupos familiares de “índole rural”, mas também informa que observara que os espanhóis solteiros eram mais proclives que os italianos a se “cruzarem” com mulheres paulistas. No entanto, assinala que a grande tradição cultural dos espanhóis, superior a dos italianos, fazia com eles resistissem mais à sua assimilação na nacionalidade brasileira. O autor, embora, por um lado, frise a bagagem de cultura tradicional que possuíam os espanhóis, diz, por outro, que, em comparação aos imigrantes de todas as demais nacionalidades localizadas em São Paulo, os espanhóis eram os que possuíam uma menor instrução. De todas as formas, destaca que, na década de 1930, já se podia constatar a plena integração e a dissolução dos espanhóis no meio social brasileiro:

Eles também, como os italianos, com suas famílias formadas, suas mulheres a lhes auxiliarem, seus filhos crescendo laboriosos, se fundiram paulatinamente no cadinho da nacionalidade.

Até os nomes e os seus apelidos se nacionalizaram rapidamente, coisa que, na verdade, requeria pouquíssimos esforços, dada a similitude entre o nosso idioma e o castelhano. Foi por isso que os Martinez se fizeram Martins; os Fernandez se tornaram Fernandes; os Perez em Peres, etc.

O hespanhol mais altivo, mais arrogante, mais palavrosamente independente, tinha também uma tradição nacional mais arraigada e mais nítida do que o italiano, o qual sob esse aspecto era mais frágil. Talvez por esse motivo o hispânico tenha sido um elemento mais difícil de assimilar-se. Nem por isso entretanto resistiu muito à fusão, quando pelo correr dos anos, pelo contacto mais constante com os demais, ele teve que dobrar o cerviz (Ellis, 1934: 160-61).

Alfredo Ellis acredita que o temperamento rebelde e altaneiro dos espanhóis, ainda quando plebeus e pobres, fez com que eles abandonassem o trabalho assalariado agrícola nos latifúndios cafeeiros para se tornarem proprietários de pequenos sítios nas novas zonas desbravadas do Nordeste paulista e na Alta Sorocabana e assim poderem trabalhar por conta própria. O autor nota que quando o imigrante espanhol adquiria a sua própria terra e reunia um mínimo pecúlio “se sente um potentado feudal e se lhe acorda toda a ancestralidade rumorosa que no mundo pintou o hespanhol, um terno Dom Quixote, esse

tipo soberbo de ‘comunero’ que um dia ousou afrontar todo o poderio de Carlos V nos campos de Villalar” (Ellis, 1934: 162)²³⁷. Para ele é nítida a translação ao Brasil, na figura do imigrante espanhol, com independência da região da sua procedência, do estereótipo do fidalgo individualista, galhardo mas bronco. Todavia, ele mostra o seu convencimento de que a primeira geração de descendentes dos imigrantes “castelhanos” adquiriria plenamente, e sem traumas, o caráter paulista, devido às similitudes entre as tradições castelhanas e paulistas, vinculadas entre si pelo substrato ibérico que compartilhavam:

Esses velhos castelhanos emigrados logo desaparecerão por completo, para dar lugar as suas progênes, estas perfeitamente apaulistanadas, sem o menor desnível com a massa mental da população. É que temos as mesmas origens ibéricas. As nossas fronteiras étnicas correm pelas cumeadas dos Pyreneus. Algumas das suas tradições são também as nossas, desde esse dia luminoso das Navas de Tolosa, ou dos 60 anos em que os reis da Hespanha também empunhavam o cetro do imortal Portugal, quando os leões de Castela substituíram as quinas lusitanas tombadas nos areais marroquinos de Alcacer Kibir (Ellis, 1934: 163).

Logo de esse trabalho, em 1936, Alfredo Ellis publicou um ensaio antropológico e etnográfico em que reflete a respeito das conseqüências da combinação entre raça, meio físico e meio social no processo de formação da sociedade paulista durante a época colonial. Intitula-se *Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano* (Ellis, 1936); nele valoriza positivamente a contribuição das correntes imigratórias estrangeiras, durante o séc. XIX, à grandeza de São Paulo, mas esclarece que a força de trabalho e os modelos de comportamento dos estrangeiros não supuseram uma influência determinante para o alcance da opulência que São Paulo desfrutava, pois a evolução social de São Paulo durante a colônia já determinara, por si só, o “agrupamento humano superiormente dotado” (Ellis, 1936: 350) que caracterizava São Paulo. Ao se referir, no Capítulo IX (Seleções migratória, mesológica, patológica e sexual – Consangüinidade), aos colonos da Capitania de São Paulo da segunda metade do séc. XVI, Ellis (1936: 122) menciona três galegos:

²³⁷ A visão de Ellis sobre os imigrantes espanhóis em São Paulo chega a parecer hilária quando se refere, de uma perspectiva higienista e eugênica, ao “aspecto fisiológico” desses sujeitos. Ellis (1934, 167-68) avalia positivamente o aparelho digestivo, o aparelho circulatório, o sistema nervoso e a resistência às endemias dos imigrantes espanhóis. Esse tipo de considerações, no entanto, fez parte das pesquisas realizadas após o Congresso de Eugenia, julho de 1929, em relação à seleção de imigrantes para o Brasil. Em *Ensaio de Antropologia Brasileira* (Roquette-Pinto, 1933: 73-74) destaca que “O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia chama a atenção dos poderes públicos para o fato de que a saúde física do imigrante e a sua robustez muscular não bastam como característicos do valor eugênico do indivíduo, o qual só pode ser aferido pela apreciação das qualidades mentais e morais em que se traduzem os atributos profundos de sua herança e, portanto, do seu valor como elemento racial”.

“Dos povoadores oriundos do norte português, sabemos os seguintes: Da Galliza: Jorge de Barros Fajardo, Gaspar Gonçalves de Araújo e dom Francisco de Lemos, este de Orense (os originários da Gallliza, Pedro Taques nos oferece como portugueses)”²³⁸.

Em 1951 publicou-se o que, possivelmente, seja um dos primeiros trabalhos de campo, realizados em São Paulo, especificamente dirigidos à análise de aspectos identitários dos imigrantes espanhóis. Trata-se da monografia *Algumas contribuições espanholas ao folclore paulista*, publicada na *Revista do Arquivo Municipal* do Departamento Municipal de Cultura de São Paulo. Nela, Wellman Galvão de França Rangel expõe que verificara a absorção e incorporação do gosto musical sertanejo pelos filhos de imigrantes espanhóis estabelecidos em algumas zonas rurais do interior do Estado de São Paulo – zona de Catanduva –. Eis o relato da sua constatação:

Neste ponto, uma observação falsa poderá supor que supervalorizamos a contribuição espanhola à cultura dos grupos com que convive. De fato, apenas constatamos a importância dos padrões culturais hispânicos ao lado dos demais, com que coabitam, com que se misturam, com que se fundem, sem, com isso, sobrevalorizar a influência folclórica daquela proveniência. Mesmo porque

²³⁸ O tema da diacronia da aculturação e assimilação no Estado de São Paulo do elemento estrangeiro por retomado por Alfredo Ellis Junior no ensaio *A Lenda da Lealdade de Amador Bueno e A Evolução da Psicologia Planaltina*, publicado em 1967. Nesse ensaio, ele estabelece uma relação diretamente proporcional entre a rapidez para a assimilação brasileira de um estrangeiro e a sua falta de orgulho identitário a respeito da cultura diferencial e da história política do seu povo: “Alias, é bem essa marcha evolutiva que hoje se pode observar, ao se dar uma colonização qualquer. Na primeira geração o imigrante exótico ainda traz certa saudade da pátria a qual se desvanece, logo à segunda geração. A terceira se sucede, trazendo todos os traços do exotismo apagados. Se isso se pode observar hoje, com maioria de motivos era de acontecer nos primeiros séculos, quando o estado de isolamento seria muito maior, com a falta de uma base econômica, o que teria determinado contatos obrigatórios com o mundo exterior, com a falta de comunicações regulares, com a falta de correio, de telégrafo, de imprensa, de rádio, de cinema, etc., que trazem constante e continuamente notícias do mundo exterior, etc. Além disso, hoje há muito mais cultura e muito mais civilização, de modo que as evocações literárias, noticiosas, pictóricas, etc. da pátria de origem podem ser absorvidas com certa facilidade. Outrora, os povoadores lusos que aqui vieram tinham um cérebro temperado de tal estado de ignorância e de analfabetismo que não seria permitido absorver a cultura lusa transmitida às gerações pelas penas fulgurantes de Camões ou de João de Barros, ou ainda pelo verbo flamante de Antônio Vieira. Além desse fator, acima exposto, o qual teria sido de imensa valia no processo assimilatório do povoador reinol, ainda havia um outro que deve ser considerado. Hoje, as etnias imigratórias mais prontamente assimiladas são as que trazem as tradições políticas mais pobres e as menos causadoras de ufanias. Assim, por exemplo, a corrente imigratória italiana. Ela foi rapidamente assimilada, mesmo porque não trazia muitas recordações gloriosas na sua bagagem psíquica de modo a causar a ufanias por elas gerada durar mais tempo a emoldurar de prestígio a origem itálica. De fato a Itália politicamente recém-unificada, sem glórias militares, sem nomes aureolados no campo da luta, não tinha para oferecer muito prestígio ao seu emigrante. Ao contrário do imigrante italiano, o germânico, ou o anglo-saxão, ou ainda o nipônico traziam consigo uma tradição de passados lambrequinados de glórias de nações que conquistaram o prestígio que possuíam em árduas pelejas militares ou navais, ou que cimentaram os seus primórdios nacionais com o sangue do sacrifício e o suor de esforço, alinhados em mil refregas e em embates sem conta. Gente assim é muito menos assimilável! O seu ponto de fusão é muito mais elevado! O enquistamento de gente assim é muito mais de se receiar! Ora, o elemento português do fim do quinhentismo apresentava todos os característicos possíveis de baixa temperatura fusional. Não poderia acompanhar a gente lusa uma grande ufanias pela sua procedência!” (Ellis, 1967: 38-39).

esta é desigual, em alguns setores tendendo a submeter-se completamente ao espírito do meio que encontrou. Haja vista o caso da música popular, em que se nota perfeita aceitação da melódica cabocla por parte dos hispano-paulistas, pelo menos na zona rural catanduvense, onde o gosto pelas modas de viola, tão caboclas e tão nossas, é bastante acentuado, embora não se apresentando no nível de regiões como as de Piracicaba e Tietê, onde o caruru e a caninha-verde imperam sobranceiramente. É aqui que cabe assinalar o valor impressionante do rádio, do cinema e do carnaval como agentes de difusão da música brasileira e da nacionalização do paladar emigrante na reavaliação musical. Observações próprias, relativas às regiões vizinhas nas Fazendas Pacatuba e Fortaleza, situadas a meio caminho de Catanduva e Tabapuã, zona do Córrego Seco, de imensa povoação espanhola, atestam isso. Aí o gosto pelos programas radiofônicos caipiras é enorme, em volta dos dois rádios que há nas proximidades se ajuntando a gente, cuja sensibilidade é tocada pelas melodias e comicidade de Ranchinho e Alvarenga e outros pares semelhantes. Uma moda cabocla que ouvia, na cidade, e cujo nome não sabia, foi-me, com toda precisão, identificada e quase repetida por P.P., filho de espanhóis, residente naquela fazenda. Acaso? Não, é que era ele, conquanto brasileiro de primeira geração, mais caboclo (por aceitação tácita do espírito brasileiro rural) que eu, descendente da velha família nacional mas meio internacionalizado pelas condições de estudo e hábitos mentais.. Essa aceitação não implica, naturalmente, desistência total da música dos ascendentes; certos elementos, pelo menos, parece-nos que permanecerão, como será mostrado adiante (Rangel, 1951: 400).

Nessa monografia, Rangel examina, na zona de Catanduva, em primeiro lugar, as contribuições do folclore espanhol dos imigrantes ao folclore aborígine – nacional – e, vice-versa, e, em segundo lugar, o grau de aceitação, entre os espanhóis, do folclore nacional. Diz que os espanhóis catanduvenses que ele acompanhou procediam de Andaluzia e Castela; no entanto, dessas regiões só indica duas províncias – Almeria e Salamanca – como lugares de nascimento dos imigrantes. O autor salienta que o processo de assimilação de influências por ele verificado acontecia “inconscientemente, sem intenção nenhuma” (Rangel, 1951: 399) e que os costumes folclóricos espanhóis eram conservados melhor e por mais tempo entre os imigrantes mais humildes. A respeito da mais rápida assimilação de traços culturais exógenos por parte das “classes elevadas”, Rangel especifica o seguinte:

Nisso há, entretanto, muito de legítima elegância, de “chic”, de consciência; nelas a própria conformação exterior da vida as conduz para uma internacionalização de hábitos, crenças e opiniões que facilita a assimilação. É verdade que, nesse particular, não há, na cidade em questão, pelo que conhecemos, dessas famílias enfatuadas dentro das suas rivalidades raciais e nacionais, muito comuns em outros lugares de colonização. Pensamos que contribui para isso a circunstância favorável de se encontrarem convivendo três grupos diversos, o brasileiro, o espanhol e o italiano; quando estão frente a frente apenas dois grupos nacionais, parece que se reforça a consciência do

alienígena, o que atrasa a assimilação, que se apressa naquele outro caso, em que cada grupo estrangeiro tem pela frente sempre dois outros, o que dilui a competição, rivalidade e intenção de isolamento (Rangel, 1951: 429).

Os dados para o desenvolvimento do estudo foram obtidos mediante inquéritos a alunos do ensino médio e mediante consultas dirigidas aos leitores de dois periódicos da zona (o questionário elaborado por Rangel, junto a umas orientações para o seu preenchimento – a “maneira de responder” –, é reproduzido no final do texto, na forma de anexo). Rangel justifica a sua pesquisa pela lacuna de estudos sobre os resultados, no folclore, das inter-relações entre os grupos de estrangeiros e os brasileiros no Estado de São Paulo e esclarece que a perspectiva da sua pesquisa é “funcionalista”, isto é, objetiva-se a compreensão das funções desempenhadas pelo folclore na sociedade. Embora indique que a influência espanhola no folclore paulista remonta-se à União Ibérica, quando se assentaram no Piratininga numerosas famílias espanholas e se intensificaram os contatos comerciais com os Vice-reinados de Castela, Rangel concentra a sua pesquisa de campo nos núcleos hispano-brasileiros formados, como consequência da imigração, nas regiões paulistas Alta Sorocabana, Alta Noroeste e Alta Araraquarense, nas quais se produzira uma “espanholização intensa”, mas adverte que muitos dos traços do folclore paulista considerados uma consequência da influência dos espanhóis não são tais, “senão simples paralelismo ou meramente comunidade do nascedouro luso-hispânico” (Rangel, 1951: 401). Assim como fora interpretado por Alfredo Ellis, Rangel assinala, por um lado, que a concentração de espanhóis nessas regiões promissoras de colonização pioneira se devera ao preço baixo da terra e ao espírito de aventura e, por outro, que a mobilidade intensa dos espanhóis favorecera a sua miscigenação através de casamentos interétnicos. As influências do folclore espanhol sobre o paulista são agrupadas nas três seguintes secções: (a) magias e superstições; (b) adivinhações, parlendas, provérbios, modos de dizer; (c) acalantos, cantigas, murgas, coplas. Dedicar uma secção à parte ao rancho satírico de Catanduva chamado “Murga de Dotores”, do qual traça, e analisa, a sua história e recopila algumas das suas canções, reproduzindo as letras e expondo algumas considerações sobre as melodias – combinações de marchinhas e *paso dobles* – e coreografias. A letra preparada pela “Murga de Dotores” para o Carnaval da Vitória, em 1946, é copiada no artigo – 90 estrofes escritas por Edie José Frey, modificadas “pelo Maestrto F. de Chiara” –. Reproduz-se, outrossim, a foto tirada desse grupo de *murgistas*, nesse ano, e a partitura das três primeiras estrofes.

Rangel considera que a canção, além de conter a sobreposição de ritmos espanhóis e brasileiros, é um paradigma da interferência do português sobre a língua espanhola dos imigrantes. O autor expressa também o assombro que lhe causou ter observação, na canção, a presença de palavrões e de expressões por ele entendidas como obscenas, o qual é interpretado por ele não como sinal de má-educação, desrespeito e provocação, senão como a manifestação natural de traços peculiares da idiossincrasia espanhola. Assim, ele comenta:

O texto que anexamos apresenta-se tal como foi obtido segundo a cópia que nos cedeu um dos “murguistas”. Traz todos os erros e defeitos com que se apresentava no original. Só assim, aliás, representa documento de valor para quem o deseje estudar de outros pontos de vista. Para nós se oferece, principalmente, como documentário original de aculturação, mostrando em que grau se penetram os espanhóis catanduvenses pelas opiniões, sentimentos, idéias e interesses dos grupos nativos com que se encontram em contato. Para os filólogos e lingüistas, os versos oferecem uma mostra das alterações que o português pode experimentar diante duma língua tão próxima como a espanhola e cujo processo deve ser bem diverso do que acontece entre línguas muito diferentes. Aí estão misturadas, ao lado do espanhol estropiado, tantas expressões brasileiras e portuguesas, que se tem uma boa mostra do intercruzamento lingüístico que vai modificando bastante o português de São Paulo. Adotando brasileirismos característicos (lero-lero, burrologia, marmiteiro, macacada e outros termos, verdadeiras gírias) e palavras portuguesas, por outra mostra o texto, em relação ao espanhol, as alterações da variada espécie (gráficas, fonéticas, sintáticas) que vai sofrendo no novo meio, ou por causa do esquecimento e desuso, ou pelos desgastes conseqüentes ao contato com o português e italiano, ou por efeito das confusões mentais que o bilingüismo produz que estão adotando outros meios de expressão.

[...] Por nosso lado queremos lembrar, apenas o característico psicológico nitidamente obsceno que marca todo o texto. Para quem já conviveu com o espanhol de classe modesta, não constitui surpresa, aliás, dado o gosto que tem por palavrões violentos que ressumam a mais franca sexualidade. Muitos estranharão que tais palavras tenham sido cantadas publicamente, perante massas humanas, nas ruas, em carnaval, duma das melhores cidades do Estado. Hão de lembrar, entretanto, a exaltação carnavalesca dos sentidos e a linguagem semi-espanhola que não permitia que todos entendessem tudo (Rangel, 1951: 433-34).

Dessa *murga* Rangel diz que os seus componentes tinham uma extração humilde. Na sua visão, os que decidiram integrá-la eram imigrantes que, por um lado, havendo fracassado no seu sonho de *fazer América*, projetavam o seu ressentimento na provocação inerente tanto à aparência do rancho quanto às letras das suas canções. Rangel acredita que esses imigrantes, por outro lado, recorrendo à *murga*, fundiam, igualando-as, a sua

existência na Espanha e a sua vida como imigrantes em São Paulo, ambas caracterizadas pela frustração econômica e pelo desencanto social. Ao respeito salienta o seguinte:

Essa “desilusão da América”, tanto maior quanto, nesses casos, o regresso à pátria é difícil, pelos novos liames adquiridos em face das coletividades adotivas, pela precariedade econômica e por outras causas, produziu, em nossos “murguistas”, a substituição do regresso material pelo regresso subjetivo, manifestado pelo apego às “murgas” que lhes significavam, inconscientemente uma volta a etapas passadas e vividas na mãe pátria. Tanto esta decepção é verdadeira que, não só a letra da “Murga dos Doutores”, como também a denominação “Ambrientes” (famintos), com que vieram à rua no carnaval de 1931, atestam isso, muito embora aquela traga, logo no começo, alguns versos de saudação que podem enganar e que parecem contradizer as considerações expendidas. A “murga” traduz, então, a nosso ver, um duplo movimento, o de volta subjetiva a fases ultrapassadas da vida dos “murguistas” e o de investida dissimulada contra representantes de classes superiores (Rangel, 1951: 430-31).

O autor observou também a incidência dos acontecimentos políticos espanhóis e brasileiros na “Murga dos Doutores”. Ele assinala a solidariedade da *murga* com os derrotados na Revolução Paulista de 1932, o que fez com que a murga deixasse de participar no carnaval para o qual ela preparara uma atuação *ad hoc* acreditando no sucesso dos constitucionalistas. Nesse sentido, Rangel admira a identificação da “Murga dos Doutores” com o bando reacionário que provocara esse conflito, uma tomada de partido interpretada por ele como um sintoma da amalgamação e assimilação desses imigrantes espanhóis. Rangel crê que se deve permitir a adesão dos estrangeiros às ações nacionalistas devido à repercussão positiva que isso gerava para o adequado abasileiramento dos estrangeiros:

Até que ponto um grande movimento cívico pode contagiar elementos que se plasmaram, politicamente, em outras sociedades! Exemplo de como esses grandes movimentos patrióticos aceleram o processo de amalgamação e assimilação de núcleos estrangeiros é esse; se não se tivessem identificado em espírito, pelo menos parcialmente, com o grupo de velha ascendência paulista, como pensariam estes espanhóis em comemorar festivamente a Revolução de 32? (Rangel, 1951: 432).

Durante a Guerra Civil espanhola, a colônia espanhola em Catanduva dividira-se. Houve inclusive uma grande briga no Centro Espanhol no momento em que se tentara pendurar o retrato do *generalísimo* Franco, um escândalo que acabou justificando o fecho do local. A “Murga dos Doutores” foi leal ao governo da II República e, assim, quando se celebrou o triunfo aliado na II Guerra Mundial, a “Murga dos Doutores” aderiu com

entusiasmo o “Carnaval da Vitória”. Rangel interpreta, a partir dos testemunhos recopilados de alguns dos velhos integrantes, que essa participação da “Murga dos Dotores” teve um duplo significado, pois ele acredita que a *murga*, junto à comemoração da vitória brasileira, reivindicara a causa republicana. Assim, pondera que esse posicionamento dos componentes da *murga* fora um indício da predisposição deles para a militância de orientação comunista:

De modo que a celebração do “Carnaval da Vitória” pelos “dotores” parece conter uma significação política local e indicar o espírito republicano daqueles, republicanismo esse muito comum entre os espanhóis mais modestos da cidade e que facilitou a expansão, entre eles, do comunismo brasileiro. Constituiria tese interessante a que estudasse as repercussões políticas da vida internacional sobre os núcleos coloniais que aqui vivem e, especialmente, a verificação das influências que a contribuição espanhola trouxe para a difusão de concepções extremistas em São Paulo (Rangel, 1951: 143).

Rangel conclui que as influências folclóricas espanholas enriqueceram quantitativa e qualitativamente o folclore brasileiro, transformando-o. No encerramento manifesta que os resultados da sua pesquisa de campo centrada em Catanduva (um terço de cuja população era da naturalidade espanhola) poderiam ser semelhantes nos outros municípios paulistas com a mesma densidade de habitantes oriundos da Espanha.

Cingindo-nos à ponderação de Fausto, segundo a qual os modernos estudos migratórios começaram na década de 1950 mediante os trabalhos monográficos que focalizaram o comportamento de grupos específicos de trabalhadores estrangeiros, é provável que a primeira pesquisa com esse traço em relação aos imigrantes espanhóis do Estado de São Paulo seja a publicada, como artigo, em 1963, por Antônio Jordão Netto e Santa Helena Bosco com o título *O imigrante espanhol em São Paulo: Estudo sociológico sobre problemas de colocação de mão-de-obra, adaptação ao trabalho e acomodação social de um grupo de imigrantes espanhóis* (Netto; Bosco, 1963). O artigo fora publicado no *Boletim do Departamento de Imigração e Colonização* como uma investigação vinculada ao Setor de Estudos e Pesquisas Sociológicas desse Departamento. Os autores analisaram a incorporação ao trabalho e o processo de adaptação social, na cidade de São Paulo, em Santos e na região do ABC paulista, dos jovens imigrantes espanhóis lá chegados, em 1962, como técnicos e operários especializados.

Na década de 1990, aumentou o número de trabalhos científicos em que se descreve e analisa a participação dos espanhóis na formação da sociedade paulista. Em 1994, Hebert

Klein publicou um breve estudo intitulado *A imigração espanhola no Brasil*; embora esse discurso visasse tanto a descrição geral da experiência imigratória espanhola quanto a avaliação do processo de integração dos imigrantes espanhóis no Brasil, o autor baseou-se, quase exclusivamente, em dados relativos à imigração no Estado de São Paulo. Mediante esse livro, Klein declarou que, se bem não objetivara uma avaliação definitiva do fenômeno imigratório, pretendia preencher a lacuna gerada pela escassez de monografias, ainda constatável a começos da década de 1990, sobre o assunto. Em *A imigração espanhola no Brasil* explicam-se globalmente os motivos da emigração dos espanhóis para o Brasil e comentam-se características gerais de algumas experiências deles durante a sua permanência no Brasil. Hebert Klein encerra o seu estudo concluindo que:

no final do século XX, não existe mais uma comunidade espanhola de traços próprios e claramente identificáveis no Brasil, apesar dos 750 mil espanhóis que fizeram desse país seu lar. Mesmo com a adição da segunda geração nascida no Brasil, essa população de bem mais de um milhão de imigrantes espanhóis tornou-se parte integral da cultura nacional (Klein, 1994: 94).

Embora se trate de um estudo sumário, a sua vocação de abrangência habilitou-o como referência introdutória em trabalhos posteriores para o entendimento da expansão dos espanhóis pelo Brasil²³⁹. Mas o seu lugar pioneiro, junto a asseverações carentes de alicerces sólidos, fez também com que autores posteriores salientassem o que consideraram as suas incongruências. Assim, criticou-se a afirmação categórica contida no livro de que a mão-de-obra espanhola fora aproveitada para as lidas da cafeicultura fazendeira e para a emergente indústria. Elena Pájaro Peres, em *A inexistência da terra firme – a imigração galega em São Paulo (1946-1964)* (Peres, 2003), rebate essa argumentação. Ela salienta

²³⁹ Klein (1994: 26-27) dá o nome de um galego que alcançara uma posição de poder no Brasil pelo sucesso econômico que obtivera com a cultura do café da sua fazenda (“um dos poucos cafezais de grandes dimensões de propriedade de um espanhol, nesse período inicial da imigração”). O pesquisador haveria tirado essa informação de notícias publicadas pelo paulistano *El Diario Español* em 22 de maio e em 25 de junho de 1913. A fazenda seria a chamada “Boa Esperança”, no município de Monte Verde, localizado por Klein na divisa São Paulo-Goiás. Essa localização não é possível por não haver divisa entre esses dois estados. Há, no entanto, um município chamado Monte Verde na divisa de São Paulo e Minas Gerais. Diz Klein que a fazenda Boa Esperança era de propriedade do galego Juan Saborida, “capitão da Guarda Nacional”, e que, na década de 1910, nela se produziam 14 mil arrobas de café por ano. Segundo o pesquisador, essa fazenda empregava 45 famílias de colonos, a maioria de origem espanhola. Ele salienta que os conflitos nas relações de trabalho motivados pela exploração à que eram submetidos os peões não eram diferentes dos que estouravam nos latifúndios propriedade de brasileiros: “Em maio de 1913, as famílias, com exceção de dezesseis, entraram em greve por causa dos salários e das condições de trabalho e foram expulsas da fazenda. No contrato com as dezesseis famílias restantes, os proprietários impuseram condições bastante duras, incluindo limites muito estritos sobre as plantações de alimentos permitidas aos colonos e a exigência da venda de todos os produtos ao dono da fazenda” (Klein, 1994: 27). Não encontramos nenhum exemplar de *El Diario Español* dessas datas e, portanto, não nos foi possível cotejar esses dados.

que o caso galego na cidade de São Paulo não condizia nem com os retratos qualitativos homogêneos que se fizeram do movimento imigratório espanhol nem com as duas ocupações laborais – a de camponês e a de operário – que, sem diferenciação de procedências, se associaram aos espanhóis chegados paulatinamente ao Brasil desde meados do séc. XIX (Peres, 2003: 32, 41).

Em 1996, Ricardo Evaristo Santos publicou *Política migratoria española a Iberoamérica: aporte Brasil (1890-1950)*, que almejou a abrangência de múltiplos aspectos do processo imigratório – o jurídico, o político, o social, o cultural –, estudados, contudo, com independência entre si. O livro de Ricardo Evaristo Santos apresentou-se como a primeira grande obra em que se enfocava, com abundância de dados resultantes de pesquisas em fontes primárias, a história da imigração espanhola ao Brasil, distinguindo-se os imigrantes espanhóis segundo a sua procedência e segundo as regiões do Brasil em que se estabeleceram. O livro contém uma recopilação de informações sobre o trabalho dos imigrantes espanhóis na lavoura do café no interior do Estado de São Paulo e na estiva desse grão no porto de Santos. Para a nossa pesquisa, esse estudo foi de interesse devido à classificação que apresenta do que denomina “influências espanholas no Brasil” (Santos, 1996: 237-52)²⁴⁰ e devido às reflexões contidas sobre “a integração do emigrante espanhol no Brasil” (Santos, 1996: 253-309)²⁴¹.

²⁴⁰ O Prof. Ricardo Evaristo Santos (1996: 237-41) adjudica aos imigrantes espanhóis um papel protagonista na execução das melhoras urbanísticas e do embelezamento arquitetônico na cidade de Santos. O autor destaca a influência de “alguns matizes hispânicos” no novo conceito de *habitat* da arrojada arquitetura civil planejada pelas empresas construtoras galegas instaladas nessa cidade durante o período de 1911 a 1940. Levanta 27 processos administrativos que foram abertos para tramitar autorizações de licença de obra que solicitaram por firmas de construção ou de reforma de imóveis fundadas por mestres de obra galegos. Os estilos arquitetônicos escolhidos para essas edificações foram o neoclássico, o *art nouveau* e o *art déco*. Ricardo Evaristo atreve-se a supor que no *art nouveau* impresso nas construções erguidas pelos galegos na principal cidade portuária paulista pode-se captar a pegada do modernismo da Catalunha, mas ele não expõe nem como nem quando teria acontecido a assimilação do cânone modernista catalão. O trabalho de imigrantes galegos calceteiros ter-se-ia refletido na pavimentação de passeios públicos e na decoração das fachadas de edifícios de Santos.

²⁴¹ Não localizamos estudos dedicados a observar se houve, da Galiza para São Paulo, transferências de gosto em decoração, desenho ou arquitetura. Todavia, os empréstimos da culinária galega que permanecem no Brasil foram destacados pelas sociólogas Marina Heck e Rosa Belluzzo. Elas entenderam que o alimento pode ser visto como um código simbólico que organiza a produção e as relações sociais. Ponderando que a culinária é uma das formas mais duradouras e gregárias da conservação da identidade do imigrante recopilaram 115 receitas de cozinha de 17 grupos de alienígenas no Estado de São Paulo. A recuperação da memória culinária foi efetuada através de entrevistas a 31 imigrantes. A culinária da imigração espanhola foi refletida nas duas receitas ensinadas por uma galega de Ourense e as quatro receitas comentadas por uma catalã de Barcelona. A informante galega Matilde (Heck; Belluzzo, 1998: 126-31) coloca que “Lá [na Galiza] o prato do dia-a-dia é mais bem a base de batata e de verduras. A bem da verdade, aqui sempre fizemos

Em 1999 publicou-se uma outra visão global da presença espanhola do Brasil. Trata-se do capítulo intitulado O Brasil como País de Destino para os Migrantes Espanhóis, da autoria de Elda Evangelina González Martínez, integrando o livro *Fazer América*, organizado por Boris Fausto (2000)²⁴². A autora insiste em que, naquele momento, o fenômeno da imigração espanhola ao Brasil ainda não fora muito estudado. Ela destaca que

Ainda que a marca deixada pelos imigrantes espanhóis no Brasil não seja tão evidente como a que deixaram outros grupos migratórios, pode-se dizer que de maneira efetiva sua atuação econômica e sociocultural permeou o conjunto da sociedade brasileira. Portanto, contribuiu em grande medida para a construção do Brasil moderno (González, 2000: 271).

A alusão de González Martínez às dificuldades para se detectar alguma marca, de qualquer tipo, que indique a influência espanhola em algum âmbito dos campos sociais brasileiros, em vez de ser questionada, consolidou-se como lugar-comum nas recentes apresentações sumárias acerca das contribuições ao Brasil dos trabalhadores estrangeiros que vão além da força de trabalho por eles entregue. Em 2006, Levi Araújo, na obra didática *Os Antonios – A história da imigração no Estado de São Paulo*, indicou o modo e as conseqüências da imigração de italianos, portugueses, espanhóis, alemães e japoneses. Ao se referir aos imigrantes espanhóis, Levi Araújo coincide com González Martínez redundando na apreciação da estranha invisibilidade dos, calcula ele, 120 mil espanhóis que, entre o final do séc. XIX e meados do séc. XX se assentaram no estado. Diz ele:

As marcas de contribuição desse povo são um mistério para os historiadores e várias são as hipóteses que justificam a difícil identificação da contribuição da cultura espanhola ao povo brasileiro, mas não resta dúvida que ela existe. Uma das orientações para o entendimento desse “apagamento” da contribuição da cultura espanhola pode ser constatada através da seguinte afirmação a respeito da atuação dos espanhóis “... tendo eles desempenhado atividades que não os afastavam do convívio com os brasileiros, a sua assimilação foi mais rápida. Eles não se identificavam como grupo. Suas contribuições foram individuais, no sentido de preservar e difundir sua própria cultura” (Araújo, 2006: 68).

nossas comidas típicas, como batata guisada com carne e, para as crianças, batata frita”. Como refeições típicas dos imigrantes galegos para os dias especiais a informante menciona o *puchero*, a *paella*, o polvo, o bacalhau com batatas e, de sobremesa, o roscón.

²⁴² Em 2000, o Memorial do Imigrante/ Museu da Imigração do Governo do Estado de São Paulo lançou a segunda edição do opúsculo *Imigração Espanhola no Estado de São Paulo*, com dados retirados, sobretudo, do trabalho de Avelina Martínez Gallego, *Espanhóis* (Gallego, 1995). Esse opúsculo apresenta, brevemente, uma caracterização geral da imigração espanhola paulista, destacando a circunstância da partida, a demografia dessa imigração, a participação na lavoura de café, a presença espanhola na cidade portuária de Santos, as associações, a imprensa imigrante e a presença desses imigrantes na arte e na cultura no contexto brasileiro.

González Martínez caracteriza sumariamente a imigração espanhola no Brasil por regiões de assentamento. Não menciona Minas Gerais e centra-se, sobretudo, na Bahia e em São Paulo. Ela alude à participação espanhola na cafeicultura e no movimento operário e menciona a criação de entidades mutualistas entre os imigrantes. Para a nossa tese, o trabalho de González Martínez tem a importância de haver frisado diferenciações entre os imigrantes espanhóis segundo a sua procedência. Assim, em relação aos galegos, ela afirma:

Os espanhóis da Galícia se assentaram nas capitais e em núcleos urbanos de certa importância. Foi uma imigração que teve como norma o fato de terem emigrado de uma mesma província para um mesmo estado no Brasil. O caso mais notável, para citar um exemplo, é o dos pontevedreses na Bahia. Outra de suas características foi a presença de elevado índice de indivíduos do sexo masculino (González, 2000: 270).

A autora aborda de novo a questão imigratória no Brasil no seu livro *La inmigración esperada: la política migratoria brasileña desde João VI hasta Getúlio Vargas* (González, 2003) no qual destaca em que medida os espanhóis se adequaram às políticas migratórias implementadas pelas administrações brasileiras.

Acreditamos que a grande inflexão no estudo da imigração galega em São Paulo teve lugar com a publicação da tese de doutorado de Elena Pájaro Peres, sob o título *A inexistência da Terra Firme: A imigração Galega em São Paulo, 1946-1964* (Peres, 2003), acima mencionada. Nesse livro, a autora, filha de imigrantes galegos, após analisar as políticas migratórias, os discursos ideológicos institucionais do período que delimitara, os reflexos, na imprensa e em ensaios, da chegada dos imigrantes galegos e do seu dia-a-dia na imigração, isto é, após analisar as representações que agentes não-imigrantes construíram sobre os imigrantes galegos, vai ao encontro dos imigrantes, daqueles que ela considera os protagonistas da história – sobretudo da sua parentela e de amigos da sua parentela –, para, através do diálogo com eles, comprovar como o que foi a sua realidade na procura de formas de sobrevivência e de sucesso distava dos discursos que se construíram para explicar o sentido da presença desses sujeitos no Brasil. Ao mesmo tempo, denuncia a artificialidade dos discursos que “outros”, tanto no Brasil, quanto na Espanha e na Galiza, fizeram sobre eles.

Após o trabalho de Elena Pájaro Peres, publicaram-se em São Paulo o capítulo *Permanente presencia española en Brasil: la gran emigración a Brasil (1824-1914)*, de

Mario García-Guillén (2005), fazendo parte do livro *Turbulência cultural em cenários de transição: o séc. XIX ibero-americano*, e o livro *Espanhóis: história e engajamento*, de Ismara Izepe de Souza (2006). Nenhum dos dois proporciona, no entanto, dados ou perspectivas novas para a compreensão da imigração espanhola em São Paulo²⁴³.

IV. 3. 3. As investigações sobre as influências hispânicas em São Paulo durante o período colonial

Da segunda das áreas acima destacadas faz parte uma série de títulos dedicados a exumar e reivindicar contribuições importantes coloniais da Espanha à estruturação de São Paulo. Em 1938, Aureliano Leite publicou o romance histórico *Amador Bueno o aclamado* sobre as súplicas que os paulistas dirigiram ao espanhol Amador Bueno para que ele aceitasse ser coroado rei de São Paulo e São Vicente após a ruptura da União Ibérica. Esse produto fora apresentado como uma contribuição para o Congresso de História Nacional comemorativo do Primeiro Centenário do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. No romance, Aureliano Leite faz questão de ressaltar o caráter descabelado dessa tentativa de entronização e ressalta a lealdade de Amador Bueno à coroa portuguesa. Diz o autor: “Na intimidade da sua solidão, Amador, sevilhano de origem, mas todo devotado a Portugal, desabafava-se, lembrando-se dos dois velhos genros, os irmãos Rendons, e referindo-se aos que viera de adquirir: – De espanhóis, já me bastara...” (Leite, 1938: 280).

Um dos intelectuais galegos da colônia espanhola de São Paulo, o jornalista Pascual Núñez Arca, reivindicou explicitamente a importância e os benefícios da União Ibérica na

²⁴³ García Guillén (2005: 149-51) reivindica a histórica presença dos espanhóis no Brasil, ressaltando os descobridores Alonso Ojeda, Pinzón e Diego de Lepe e enfatizando as inter-relações durante a União Ibérica, e faz alguns apontamentos sobre a chegada de imigrantes de espanhóis motivada pela economia cafeeira e pelas políticas de colonização. Ismara Izepe de Souza, apurando-se em farta documentação que é, por si, um breve resumo do estado dos estudos migratórios sobre os espanhóis no Brasil, aponta os eixos da história social dos imigrantes espanhóis até a extinção do processo imigratório no final dos anos 60. Seguindo a linha de pesquisa aberta por Elena Pájaro Peres, Ismara Izepe de Souza diferencia identidades entre os espanhóis segundo a sua procedência. Assim, em relação aos galegos destaca: “Nas grandes cidades brasileiras, os espanhóis provenientes de Galícia se constituem em maioria. Essa região da Espanha, que tem língua e tradições culturais próprias, sempre sofreu a dominação do governo central da Espanha que, em muitos momentos da história, tentou abafar as diferenças culturais de seu povo. Os galegos sempre foram conhecidos por sua disposição de migrar para outras regiões da própria Espanha em busca de melhores oportunidades. Os camponeses galegos buscavam oportunidades primeiramente nas cidades da Espanha, mas, quando essa medida não trazia os benefícios financeiros esperados, migravam para os países vizinhos. O trabalho sazonal, isto é, temporário, era adotado como forma de garantir a subsistência da família. Os galegos dirigiam-se para as regiões em que havia necessidade de mão-de-obra extra, como na época de colheitas, por exemplo. Terminado o trabalho, voltavam para suas casas. A emigração era o último recurso, uma decisão que era tomada somente depois de esgotadas as possibilidades descritas” (Souza, 2006: 31-32).

consolidação do Brasil através do ensaio *Os três Felipes da Espanha que foram Reis do Brasil – Ação da Espanha Filipina no Brasil e na América* (Nuñez, 1957). Esse ensaio antecede a edição que Núñez Arca faz, no mesmo volume, da comédia de Lope de Vega, *El Brasil restituído*²⁴⁴.

Em 1981, Aracy Abreu Amaral publicou o estudo intitulado *A hispanidade em São Paulo: da casa rural à Capela de Santo Antônio*, em que destaca as influências espanholas – diretas ou através da América hispânica – na arquitetura e na arte coloniais – expressão plástica, talha – nas capitanias de São Paulo e São Vicente nos séculos XVII e XVIII. No estudo informa-se que essa influência não se teria produzido tão só pela adoção de cânones senão pela intervenção direta de artesãos castelhanos²⁴⁵.

Nos periódicos dos imigrantes espanhóis e na documentação consultada, durante a realização da nossa pesquisa, das associações de imigrantes espanhóis paulistanos – livros de atas, informes, publicidade – não observamos o recurso a referências às velhas tradições e influências derivadas presença colonial hispânica em São Paulo como estratégia desses imigrantes para a legitimação e o enaltecimento da sua permanência. Nem eles decidiram optar pela construção de representações suas tomando algum elemento de um hipotético repertório colonial espanhol em São Paulo nem eles foram vistos pelos paulistas como os sucessores dessa pretérita presença.

²⁴⁴ A perda e a reconquista da cidade de Salvador durante a União Ibérica foi tema de duas obras teatrais. Uma delas é *El Brasil restituído*, de Lope de Vega, comentada brevemente por Ivan Lins (1967); a outra é *La pérdida y restauración de la Bahía de Todos los Santos*, de Juan Antonio Correa, por primeira vez editada, comentada, anotada e traduzida pelo mineiro J. Carlos Lisboa (1961). Sete anos antes que Pascual Núñez Arca publicasse a sua edição de *El Brasil restituído*, José Maria Viqueira Barreiro publicara em Coimbra um ensaio crítico sobre essa comédia intitulado *El lusitanismo de Lope de Vega y su comedia El Brasil resituído* (Viqueira, 1950). Em 1983, a pernambucana Pool Editorial publicou uma edição fac-similar com transcrição paleográfica de *Laurentina: poema heroico de la victoria naval que tuvo contra los Olandeses don Fadrique de Toledo Osorio*. Fadrique de Toledo Osorio foi o comandante das armadas ibéricas que se enfrentaram aos holandeses em Gibraltar e em Salvador. Um estudo sobre as representações literárias criadas sobre ele foi apresentado em 2006 sob o título “A representação da heroicidade de D. Fadrique de. Toledo na produção teatral castelhana e na épica. hispano-americana no séc. XVII” por Santos e Quintela em 2006 (Disponível em: <www.letras.ufmg.br/hispanistas/hot/Literatura_Espanhola.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2009).

²⁴⁵ No livro *Labirintos e nós: imagem ibérica em terras da América*, publicado em São Paulo pela Editora UNESP e a Imprensa Oficial do Estado (Marcondes, Bellotto: 1999), há três capítulos dedicados ao estudo do repertório cultural “ibérico” difundido no Brasil durante a época colonial. Trata-se dos capítulos: O barroco como comunidade cultural luso-brasileira; O estanco da música no Brasil colonial; Imagem e transfiguração: de alpendres e telhados, a Teresa de Jesus e a João, da Cruz; e Entre Douro e Minho e Minas Gerais no século XVIII. Relações artísticas.

IV. 3. 4. As investigações sobre o comportamento político dos espanhóis residentes no Estado de São Paulo e sobre a repercussão, nesse estado, da Guerra Civil espanhola

Acreditamos que a terceira das áreas supramencionadas é, apesar de se referir a uma temática muito delimitada cronologicamente, a que motivou a maior quantidade de estudos. Em São Paulo publicou-se, em 1944, um ensaio do último cônsul da II República espanhola no Brasil – Luis Amador Sánchez – sobre relações internacionais em que o autor traça um panorama da política internacional da época em que ele atuou como diplomata. Esse ensaio, intitulado *El llanto de los hombres*, contém o relato da entrega das chaves da sede, no Rio de Janeiro, da Embaixada da República Espanhola às autoridades do Ministério das Relações Exteriores do Brasil ao se confirmar a vitória do bando nacional espanhol²⁴⁶. A obra, prefaciada por Sérgio Milliet, inaugurou a série de edições em castelhano da paulistana Letras Editora Continental²⁴⁷. Nesse mesmo ano, essa editora publicou um florilégio intitulado *Presença da García Lorca*, contendo estudos lorquianos dos espanhóis Pascual Núñez Arca, Luis Amador Sánchez, Federico de Onís e Eduardo Blanco-Amor, e

²⁴⁶ A entrega no Itamaraty, o primeiro de março de 1939, das chaves da Embaixada e do Consulado espanhóis no Rio de Janeiro, ao reconhecer o governo brasileiro o vencedor na guerra de Espanha, é relatada por Luis Amador Sánchez (1944: 14-16) como se segue: “Recuerdo ahora... Ministerio de Relaciones Exteriores del Brasil. Itamaraty. He subido por las escaleras del edificio acompañado al último Encargado de Negocios de la República Española, con la extraña emoción de no saber perfectamente lo que me estaba ocurriendo. Pero estando dentro de los salones de Itamaraty, me pareció, sí, recibir la augusta solemnidad de estar en una casa amable que deseaba sonreírme con la mejor sonrisa que se puede recibir en el mundo: la sonrisa de la simpatía y del consuelo. Altos funcionarios de la diplomacia brasileña, cordiales e hidalgos, sabiendo disimular nuestra absurda condición de colegas vencidos, sin esfuerzo, sin violencia, sin rebuscado protocolo, con fineza y compañerismo, con serenidad y flor de virtud arrancada expresamente para nosotros del jardín de una tierra abonada para la honrada hospitalidad, nos brindaron el afecto, la palabra correcta, bondadosa, amable. Y, para que nada nos faltase a los que estábamos allí, a nosotros, todos de la carrera, hasta el calor del hogar del Ministerio de Estado en Madrid, porque como me decía un compañero: - Verdad? Este ministerio tiene “solera”, “solera” diplomática, no parece que aquí terminamos, sino que aquí empezamos, que aquí vamos a hacer nuestras oposiciones para diplomáticos”... Tapices, muebles severos y elegantes, calma, esa calma de los Ministerios que rigen las relaciones con el exterior y hasta esa discreta luz de las casas nobles, seguramente, para no desvirtuar las perspectivas de los cuadros pintados al óleo... Ministerio de Estado en Madrid, Itamaraty en Río de Janeiro... En ese viaje he invertido dieciocho años, una gran etapa de la vida que abarca toda la juventud, toda una infinita e inefable ilusión... Y, después, nada, o a lo más una interrogación. Como era la caída de la tarde, contemplé el crepúsculo desde la Avenida Beira-Mar. Mi última impresión era la bondad de mis colegas, de los que hasta entonces habían sido mis colegas brasileños”.

²⁴⁷ Em 1947, Eduardo Fernández y González publicou pela Editora Brasiliense um ensaio sobre a história da Espanha intitulado *A tragédia da Espanha* (de Felipe V a Francisco Franco), com prólogo de Luis Amador Sánchez, que visa a apresentação perante os leitores brasileiros das causas que provocaram “o calvário da Espanha” sob a ditadura franquista.

também opinião e crítica sobre Lorca de escritores brasileiros e poemas dedicados a Lorca por parte de autores espanhóis e hispano-americanos²⁴⁸.

Entre as décadas 1940 e 1970 a figura de Lorca foi assumida como um símbolo da liberdade do intelectual. Além disso, a obra de Lorca converteu-se em uma fonte repertorial para a compreensão da identidade da Espanha. Na cidade de São Paulo, a partir de 1968, a reivindicação de Lorca, e as homenagens a ele, transfiguraram-se em mobilização política contra a ditadura de Franco e contra os governos militares formados a partir da Revolução do 31 de março. Nesse uso de Lorca participaram, junto a intelectuais brasileiros, os imigrantes espanhóis integrantes do “Centro Galego-Centro Democrático Espanhol”. A primeira atuação de relevo, nessa parceria, foram os atos promovidos no Teatro Municipal e na Biblioteca Mário de Andrade em favor da inauguração, na Praça das Guianas, do monumento a Lorca realizado por Flávio de Carvalho. Um ano após a instalação do monumento, na madrugada do 26 de julho de 1969, algumas explosões reduziram a escultura de Flávio de Carvalho a pedaços de ferro espalhados pelo jardim da Praça. Nunca se apuraram os verdadeiros autores do atentado, mas foi atribuído a organizações de extrema direita, possivelmente o CCC [Comando de caça aos comunistas]. No Arquivo Histórico da Sociedade Hispano-Brasileira de Socorros Mútuos conservam-se tanto o programa do espetáculo “García Lorca Vivo” realizado no Teatro Municipal de São Paulo, quanto uma matéria intitulada “São Paulo inteiro homenageia Lorca”, publicada aos 28 de setembro de 1968 pela *Folha de São Paulo*.

A trajetória dos espanhóis republicanos, chegados como imigrantes ao Brasil entre 1945 e 1964, e reunidos em torno do “Centro Galego-Centro Democrático Espanhol” foi objeto da dissertação de mestrado de André Castanheira Gattaz, publicada sob o título *Braços da resistência – uma história oral da imigração espanhola* (Gattaz, 1996). Esse trabalho oferece a história do único grupo de imigrantes espanhóis que, explicitamente, se organizou para, do Brasil, contribuir à derrubada da ditadura franquista mediante a promoção de atividades vinculadas ao repertório cultural vedado pela ditadura e a

²⁴⁸ A recepção da obra de Lorca no Brasil e a criação de representações sobre a Espanha e os espanhóis foram estudadas no artigo As traduções goianas de Federico García Lorca (Quintela, 2006). Disponível em: <<http://www.revista.agulha.nom.br/ag55lorca.htm>>. Acesso em: 29 jun. 2009.

implementação de ações de denúncia do regime perante a sociedade paulistana²⁴⁹. Em 2001, Luiz Fernando Benezere Belatto recorreu também aos velhos sócios do “Centro Galego-Centro Democrático Espanhol” para recopilar, na sua monografia intitulada *Histórias de luta, sonhos de vida*, lembranças, e tomadas de posição perante essas lembranças, que esses imigrantes conservavam da Guerra Civil e do pós-guerra.

Tivemos acesso ao arquivo do “Centro Galego-Centro Democrático Espanhol”, onde consultamos os seus boletins e os seus estatutos. Esse arquivo faz parte, na atualidade, do arquivo histórico da “Sociedade hispano-brasileira de socorros mútuos e instrução – Casa de España”, associação com a que se fusionou o “Centro Galego-Centro Democrático Espanhol” na década de 1980. Estudamos os estatutos do paulistano “Centro Galego-Centro Democrático Espanhol”, tanto da sua época como Centro Galego, quanto da época, a partir da década de 1950, em que ele se refundiu como Centro Democrático Espanhol. Nem pelos dois trabalhos acima mencionados, nem pelos testemunhos dos antigos sócios do Centro Democrático, pudemos saber qual fora a história do “Centro Galego” anterior à década de 1950, momento da chegada dos novos imigrantes que se integrariam nesse centro para o transformar no *Democrático*; isto é, nas entrevistas por nós realizadas, esses novos imigrantes, na sua maioria paulistanos e andaluzes, informaram-nos que, quando chegaram à cidade de São Paulo, vincularam-se ao Centro Galego por este ser a única associação espanhola com atividade deliberadamente política que estava comprometida com a oposição ao regime franquista, mas salientavam que se tratava, então, de uma associação com poucos membros e escassos meios. Devido a essa lacuna, tentamos inquirir

²⁴⁹ O Centro Democrático Espanhol apoiou a publicação, feita pela editora brasiliense em 1960, dos *Poemas desde la cárcel*, de Marcos Ana, como um modo de denúncia, do Brasil, da repressão do regime franquista e das arbitrariedades da justiça espanhola. Em agosto de 1963, o poeta, cumprida a pena, fez uma turnê pelo Cone Sul. A imprensa espanhola de Madri fez eco da estadia de Marcos Ana no Brasil, nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Carmen Ester, correspondente de *Pueblo* no Rio de Janeiro, escreveu, para esse diário, a matéria Macarro, el asesino de Alcalá, viaja. Brasil: La prensa ha denunciado la verdadera personalidad del “poeta” español “Marcos Ana”, publicada o 20 de agosto de 1963. O intuito do artigo era ressaltar o que, na visão da autora, foi o fracasso em que resultara a visita do poeta. Segundo ela, a imprensa carioca – *Diário de Notícias*, *A Noite*, *Jornal do Comércio* – desmascarara Marcos Ana, revelando o seu passado de criminal de guerra e de perigoso comunista. A jornalista, por outro lado, indicou que ele chegara ao Brasil para, sob diretrizes do comunismo brasileiro e soviético, agitar os ânimos e provocar a repulsa contra o governo espanhol: “Bullangueramente jaleado por sus comparsas del partido comunista, llegó a Brasil, hace ya unos días, “el asesino de Alcalá de Henares”, Sebastián Macarro, también conocido por el alias de “poeta Marcos Ana”. Vino hasta aquí – según se encargaron de anunciar sus compañeros brasileños de partido – a “pronunciar diversas conferencias y a activar el movimiento en pro de la liberación (?) del pueblo español” (Ester, *Pueblo*, 20 ago. 1963). Porém, Carmen Ester não explicita, em nenhum momento, os contatos que estabeleceu com imigrantes espanhóis e não se refere à recepção que fizeram ao poeta os associados do Centro Galego-Centro Democrático Espanhol de São Paulo.

a gênese do “Centro Galego” consultando os seus estatutos e as notícias que a imprensa recolhera dos seus atos, o qual é exposto, abaixo, em uma seção própria.

Os posicionamentos de intelectuais e de militantes políticos brasileiros durante a Guerra Civil espanhola foram objeto de dois amplos estudos. Um deles é um artigo de José Carlos Sebe Meihy intitulado *Guerrilleros de la libertad: intelectuales brasileños y la Guerra Civil española* (Meihy, 1993)²⁵⁰. O outro é uma dissertação de mestrado orientada por ele, publicada sob o título *A solidariedade antifascista: brasileiros na guerra civil espanhola (1936-1939)*, da autoria de Thaís Battibugli (2004). Essa dissertação objetivou o conhecimento da trajetória da militância antifascista dos dezesseis comunistas brasileiros que lutaram na Guerra Civil espanhola²⁵¹. Em uma outra dissertação de mestrado, de Ismara Izepe de Souza, intitulada *Solidariedade internacional: a comunidade espanhola do Estado de São Paulo e a polícia política diante da guerra civil da Espanha (1936-1946)*

²⁵⁰ Posteriormente, em 1996, José Carlos Sebe Meihy publicou um pequeno livro didático – *Guerra Civil Espanhola* (Meihy, 1996) – descrevendo as causas, o desenvolvimento e as repercussões desse conflito. Um outro livro didático, com uma orientação muito parecida, fora já publicado também em São Paulo em 1981. Trata-se de *Revolução e guerra civil na Espanha*, de Angela Mendes de Almeida.

²⁵¹ Alguns dos brasileiros participantes na Guerra Civil espanhol escreveram memórias da sua experiência. Uma delas foi utilizada por Érico Veríssimo para elaborar o romance *Saga* (Veríssimo, 1940). Um outro livro de memórias intitula-se *Um brasileiro na guerra espanhola*, da autoria de José Gay da Cunha (1946), um militar brasileiro excluído do exército e condenado a oito anos de prisão por ter participado no levante comunista de 1935. Refugiado em Buenos Aires, partiu para a Espanha como voluntário das Brigadas Internacionais, das que chegou a comandar a Brigada Lincoln. Ele entrou em Catalunha acompanhado de dois voluntários brasileiros – Carlos da Costa Leite e Hermenegildo de Assis Brasil. Com o desmoronamento da frente republicana em Catalunha, atravessou os Pirineus e recolheu-se no campo de refugiados de Gurs, do qual foi delegado junto às autoridades francesas. Voltou a América e residiu em Montevideu até que, em abril de 1945, o Tribunal de Segurança do Brasil concedeu a anistia a todos os que condenara, o que permitiu a José Gay da Cunha regressar a Porto Alegre e publicar as suas memórias pela editora da Livraria do Globo. Ele (Cunha, 1946: 30) expõe os motivos que o animaram a lutar pela República Espanhola como se segue: “Felizmente, deste primeiro combate saiu vencedor o meu amor próprio e a certeza de que o meu dever era sacrificar tudo, mesmo esta pobre vida, se fosse necessário. De que valia viver, se eu não tinha a coragem de defender aquilo que eu julgava justo? Olhei para a minha infância e senti que se eu recuasse falharia diante de mim mesmo. Falharia diante dos seres que tanto amo, aqueles pais bons que tantos sacrifícios fizeram para que eu fosse um homem. Mais do que nunca, senti que, em Espanha, se lutava para defender as mães e crianças de todo o mundo. Na Espanha se defendia a tranqüilidade da juventude, desta pobre geração que nasceu numa guerra e que é obrigada a matar-se em outra. O medo, pintando a vida com cores rosadas, fez nova tentativa. O meu egoísmo se apresentou mais violento diante de mim, mas foi definitivamente derrotado”. No seu livro de memórias, Gay da Cunha (1946: 136) alude ao caráter de um galego que integrava a tropa que ele comandava: “Um outro problema, mais imediato, ocupou o meu pensamento. Três dos meus homens tinham sido feridos. Os morteiros continuavam caindo, mas era preciso que os evacuássemos. Chamei o sargento Fandiño e Theodoro. – Fandinho, você e o Theodoro, com mais alguns homens deverão transportar para o povoado os feridos. – Bem, meu tenente. Em seguida será cumprida a sua ordem. Fandiño era galego e para ele não havia necessidade de explicar as ordens. Uma determinação superior devia se cumprida de imediato. Poucos minutos depois, no meio das corridas até os abrigos e das voltas às posições, as três padiolas saíram dos círculos de arames farpados que circundavam as nossas posições. Por sorte já os morteiros estavam caindo mais espaçados”.

(Souza, 2002) analisam-se, por um lado, as formas de envolvimento em favor dos frentes – republicano e nacional – conflitantes na Guerra Civil por parte dos imigrantes espanhóis estabelecidos no Estado de São Paulo e, por outro, os desdobramentos desses engajamentos durante uma primeira fase do governo de Franco (1939-1946)²⁵². A fonte dessa dissertação foi a documentação das sociedades espanholas – correspondências enviadas e recebidas, atas de reuniões, panfletos, etc. – que apreendeu o Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (DEOPS/ SP)²⁵³ durante os anos da Guerra Civil e que fora anexada aos prontuários policiais que o DEOPS tinha aberto para fiscalizar a natureza e os afãs dessas associações de estrangeiros. A respeito da motivação das autoridades estaduais paulistas para o confisco desses documentos, Ismara Izepe de Souza comenta o seguinte:

A documentação do Fundo DEOPS deixa evidente que a maioria das sociedades espanholas presentes no Estado de São Paulo foram duramente reprimidas durante a Era Vargas pelo fato de promoverem atividades em prol dos republicanos espanhóis. Aglutinadas no Comitê Central de Propaganda da Espanha Republicana, tais agremiações empreenderam campanhas para auxiliar à Espanha em conflito (Souza, 2002: 18-19).

Já em 2001, Ismara Izepe de Souza publicara *República Espanhola: um modelo a ser evitado*, um livro em que se apresentavam e comentavam os registros policiais da década de 1930 que realizara o DEOPS/ SP em relação aos espanhóis. No acervo do DEOPS/ SP, junto às fichas policiais de alguns brasileiros simpatizantes da II República Espanhola, encontram-se os prontuários dos espanhóis suspeitos de perigosa militância política para a segurança nacional no período que vai do início da Guerra Civil espanhola ao final da II Guerra Mundial. Essa documentação permite, por um lado, comprovar como uma considerável fração dos imigrantes espanhóis residentes nas cidades de São Paulo, Santos e Sorocaba acompanhou os acontecimentos da Espanha durante a década de 1930,

²⁵² Em 2005, Ismara Izepe de Souza, com base na sua dissertação de mestrado, publicou o estudo intitulado *Solidariedade Internacional: a comunidade espanhola e a polícia política diante da Guerra Civil da Espanha (1936-1946)* (Souza, 2005).

²⁵³ A partir do arquivo do DEOPS/ SP foram também desenvolvidos estudos sobre outros grupos vigiados e perseguidos pela polícia. Quatro deles, *Inventário Deops: módulo II, Estudantes: os subversivos das arcadas*, de Viviane Teresinha dos Santos (1999), *O porto vermelho: a maré revolucionária (1930-1951)*, de Rodrigo Rodrigues Tavares (2001), *Cultura amordaçada: intelectuais e músicos sob a vigilância do DEOPS*, de Álvaro G. A. Andreucci e Valéria G. de Oliveira (2002) e *Combatentes pela liberdade: o movimento anarquista sob a vigilância do DEOPS/ SP (1924-1945)*, de Lucia Silva Parra (2003) examinam os prontuários elaborados pela polícia relativos ao que era considerado o conflitante engajamento de imigrantes espanhóis no movimento estudantil, no sindicalismo, na política e no campo cultural.

posicionado-se ao respeito e, em consequência, mobilizando-se em favor de alguma das causas. A autora considera que

Levando-se em conta as diversas referências ao Centro Español de Santos, que abrigava os imigrantes espanhóis simpatizantes da causa nacionalista, podemos verificar que as divergências que levaram o povo espanhol à guerra civil acabaram, em certa medida, reproduzindo-se em uma parcela da comunidade espanhola radicada nas cidades de Santos, Sorocaba e São Paulo (Souza, 2001: 80).

Essa documentação, por outro lado, permite recuperar as atuações políticas dos brasileiros que se identificaram com o antifascismo no período anterior e posterior à Guerra Civil espanhola. O governo de Vargas, embora vigiasse as atuações dos espanhóis e dos brasileiros implicados no apoio à II República e ao bando nacional, só considerou subversivos ou perniciosos os primeiros, enquanto que os segundos eram reconhecidos como colaboradores²⁵⁴. No tocante a isso, expõe Ismara Izepe de Souza:

Apesar de haver determinação para fechamento de todas as associações estrangeiras, realmente só foram fechadas aquelas que, de alguma maneira, se mostraram favoráveis à causa republicana. Enquanto que os prontuários dos centros republicanos apresentam centenas de documentos confiscados e produzidos pela polícia, o prontuário de Falange Espanhola contém um único documento: um informe de investigação que discorre sobre um almoço promovido por essa associação que, segundo o investigador, havia ocorrido “tranquilamente”, já que os espanhóis “combatiam as idéias extremistas” (Souza, 2001: 80-81).

Entre os documentos do DEOPS/ SP relativos à II República Espanhola encontram-se as informações recolhidas sobre o professor murciano Domingo Rex Muñoz, provavelmente o primeiro agente enviado explicitamente ao Brasil por um governo da Espanha para fomentar os cursos de língua espanhola e desenvolver ações de promoção cultural. O perfil de Domingo Rex está contido no prontuário 4.144 do DEOPS/ SP. Inicia-se aos 3 de julho de 1937 e fecha-se aos 17 de janeiro de 1938, com a ordem de expulsão do Brasil, dele e da sua família. Domingo Rex foi preso e indiciado por, sob a sua condição de professor e de representante do governo republicano, proferir palestras e discursos enaltecendo os benefícios da II República. Devido a isso, ele foi considerado um agente subversivo e um agitador da colônia espanhola de São Paulo que devia, portanto, ser banido. De Domingos Rex localizamos a obra *A través de España y otros ensayos* (Rex,

²⁵⁴ O posicionamento do regime varguista em relação ao nacional-sindicalismo espanhol mudou após a declaração do Brasil de guerra ao Eixo. Assim, em 1944, publicava-se, no Rio de Janeiro, o livro traduzido *Falange – O exército secreto do Eixo na América*, de Allan Chase (1944), traduzido do inglês, em que se denunciavam as atuações da diplomacia espanhola em favor da causa nazi-fascista.

1936), publicada em São Paulo, em espanhol, pela Graphica Paulista Editora²⁵⁵. No prefácio, datado em São Paulo, em junho de 1936, o Prof. Rex apresenta a si mesmo e a suas realizações como se segue. É patente a consciência que ele tinha de ser um pioneiro no labor de projeção da cultura espanhola no Brasil, labor que ele cria estar pendente por não ter havido, antes dele, funcionários espanhóis destinados *ad hoc* para cumprir essa incumbência:

Enviado por la Junta de Relaciones Culturales del Ministerio de Estado de Madrid a explicar cursos de español en el extranjero, he intentado interpretar algunos aspectos de mi patria, como prolongación de la obra que me encomendaron.

[...] Si llegan a las manos del lector, es por el deseo de perpetuar los primeros ensayos de expansión cultural que, de una manera metódica y perseverante, empieza España a realizar en esta hospitalaria tierra del Brasil (Rex, 1936: 7).

A través de España y otros ensayos é do nosso interesse por conter reflexões e digressões sobre a Galiza e os galegos destinadas aos leitores brasileiros. O autor não menciona os imigrantes galegos presentes em São Paulo, mas salienta o que ele interpreta como uma tendência natural dos galegos. Esta é a sua proclividade a percorrer o mundo, surgida do afã por sentirem emoções com a descoberta de segredos em lugares recônditos²⁵⁶. Essas reflexões e essas digressões são apresentadas dentro de um esboço geral sobre a idiossincrasia do homem espanhol, em que predominam as considerações sobre o modo de ser dos castelhanos a partir de uma perspectiva baseada na suposta leitura que o autor fizera de obras de Ganivet e Ortega y Gasset. Não sabemos com exatidão em que data ele chegou a São Paulo; sabemos que em 1930 ainda se encontrava na Espanha e, pelo teor do prefácio de *A través de España y otros ensayos* e pelos dados contidos no

²⁵⁵ O fato de *A través de España y otros ensayos* haver sido publicado em espanhol por uma editora paulista levanta a questão de quem puderam ser os seus potenciais leitores. Por um lado, o livro não foi explicitamente dirigido aos imigrantes espanhóis residentes no Brasil. Por outro, o modo de apresentação dos assuntos nele tratados faz supor que o autor cria que os seus leitores seriam brasileiros interessados em conhecer aspectos da cultura espanhola que, ou sabiam espanhol, ou, dado o seu interesse, estariam dispostos a se esforçarem para entender um livro escrito em língua estrangeira.

²⁵⁶ Em 2006 publicou-se em São Paulo outra obra em que se expunha o processo de formação das peculiaridades identitárias nacionais dos espanhóis e a gênese da cultura multifacetária espanhola em paralelo com um resumo da história da Espanha que visava explicar como o país atingira o séc. XX com equilíbrio político e alto bem-estar econômico e social após séculos de instabilidade e crise. Intitula-se *Os Espanhóis*, e é da autoria do maiorquino, residente em São Paulo, Josep M. Buades. Das 381 páginas da obra, 4 dedicam-se às causas e às características da emigração espanhola a América, das quais a metade centra-se na história da imigração espanhola no Brasil, e 4 a explicar como a Espanha se transformara, de um país emissor de emigrantes, em um país receptor de emigrantes. Tanto a obra de Buades quanto a de Rex, distanciadas por sete décadas, detêm-se a sopesar as consequências negativas que para a convivência entre todos os espanhóis e a coesão nacional podia supor a exclusão de alguma das identidades dos povos que conformam a Espanha.

prontuário dedicado a ele, acreditamos que ele fora enviado ao Brasil pelo governo espanhol saído das eleições de fevereiro de 1936²⁵⁷. Domingo Rex apresenta a leitores brasileiros um retrato dos espanhóis a partir da influência que a paisagem tem exercido na formação do seu caráter, ressaltando, sobretudo, o peso dessa influência na consolidação de traços diferenciais dos espanhóis segundo a região que habitem:

El castellano es un ser, por imperativos categóricos de orden biológico, enamorado de la recta. Y ya sabemos que la recta es, en geometría y en psicología, el trayecto más corto que nos separa de un punto. El gallego y el asturiano por el contrario son hombres amantes de la curva. ¿Cómo no iban a serlo si todo lo que les rodea evoca los caracteres de esa línea? Cima del altozano, concavidad del valle, recodos múltiples de los senderos. Por ser así, aquellos hombres prefieren, al raciocinio fulminante y rápido, deambular por las márgenes, divagar por los campos de la sugerencia y hasta polemizar a costa de interpretaciones diferentes. Van, vienen, miran, remiran, juegan y coquetean con las ideas. Manifestación exacta de esa concepción especial es el espíritu pleiteador del paisano gallego. En el conjunto de tipos ciudadanos que integran la península, no hay de seguro quien aventaje al gallego en ese gusto de frecuentar juzgados y bufetes. Y como consecuencia de ello, la afición al viaje. [...] Pues bien, el hombre del Norte que está habituado a las sorpresas que le ofrecen sus veredas, acostumbrado a recoger un catálogo de novedades en los viajes por su tierra, busca por las rutas del mundo la ampliación de esas emociones, creyendo que el universo entero es como una prolongación de su realidad regional. Desgraciadamente no es así. Y cuando en el rodar de los meses y de los años lo comprueba plenamente, siente su corazón empapado en ese llanto sin lágrimas que es la morriña, y que, como un timón ingrátido, hace virar la vida del gallego hacia el punto de partida, para terminar de describir la línea curva más perfecta que conocemos: la circunferencia (Rex, 1936: 45-46).

No final do ensaio *A través de España*, Rex dedica umas linhas à língua galega, que qualifica como a primeira língua românica de uso oficial na Espanha, e insere uma das primeiras apresentações feitas no Brasil do Caminho de Santiago²⁵⁸:

²⁵⁷ A ação cultural da II República Espanhola no Brasil apenas se iniciara quando se desencadeou a sublevação militar em julho de 1936. Encontramos algumas notas ao respeito no artigo de Lorenzo Delgado Gómez-Escalonilla intitulado *Las relaciones culturales de España en tiempo de crisis: de la II República a la Guerra Mundial* (Delgado, 1994). O autor menciona o envio de uma “biblioteca de cultura superior” ao Brasil por parte da Junta de Relaciones Culturales do Ministerio de Estado da II República e a frustrada fundação de um Instituto Hispánico no Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:ETFSerie5-96DDBE83-B02B-AD03-16E2-864A3C904A55&dsID=PDF>>. Acesso em: 29 jun. 2009.

²⁵⁸ Acreditamos que o grande primeiro evento para a divulgação, no Brasil, do Caminho de Santiago foi a exposição inaugurada, no início de 1966, no saguão da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Nela mostraram-se 359 produtos – artigos e livros – sobre o Caminho. Consultamos o catálogo; intitula-se *Caminho de Santiago e Cultura Medieval Galaico-Portuguesa, Mostra Bibliográfica*. Nesse catálogo informa-se que a exposição fora “organizada pelo Cônego Dr. Emilio Silva, sob o patrocínio da Embaixada da

Galicia tiene títulos sobrados para ocupar un lugar destacadísimo en el museo de grandezas que es España. Títulos de tan alta prosapia, como haber sido cuna de nuestro idioma y constituir en la Edad Media el foco cultural más importante del mundo.

[...] Al constituirse los primeros grupos nacionales en la zona cantábrica, la lengua romance de Galicia adquiere carácter oficial como nos muestra Sánchez Albornoz en su interesante libro “Estampas de la vida leonesa en el siglo X”. Más tarde, el gallego alcanza categoría literaria por la pluma de Alfonso el Sabio al componer las “Cantigas a Santa María”. Pero cuando Castilla alcanza la hegemonía y establece contactos con la cultura árabe al reconquistar los territorios perdidos, el idioma de la meseta se vigoriza y enriquece en perjuicio de la lengua gallega que, detenida, paralizada su evolución, pasa a un segundo plano.

En cuanto a la tradición cultural, difícilmente podrá encontrarse en España una ciudad de tan alta y valiosa alcurnia como Santiago. En la Edad Media, Compostela era el lugar de peregrinación más concurrido que había en el mundo. Más que Jerusalén y Roma. De tal manera logró alcanzar prestigio, que la Vía Láctea se llamó en aquel tiempo “camino de Santiago”. Todas las corrientes culturales de Europa llegaban a la ciudad. Había allí confesores en casi todos los idiomas cultos, y “tanta era la muchedumbre de romeros que se apiñaba en la basílica – dice Cejador – que para contrarrestar el hedor de tantos cuerpos, se colgó un descompasado incensario o “botafumeiro”, que derramase aromas por las bóvedas del templo”. En el siglo XII, el pontífice Calixto II afirma que “no hay lengua ni dialecto cuyas voces no resuenen en Compostela”.

Milenaria y pétrea, enguantada en nubes y barnizada por la llovizna pertinaz, Compostela es hoy un vivo y emocionante relicario de arte. La ciudad entera es un monstruoso capricho de orfebrería. Maravillas de granito que animó con emoción de gloria la inspiración del genio y en las que están plasmados, con acento de eternidad, el espíritu y el esplendor de la Compostela de la Edad Media (Rex, 1936: 51-53).

Espanha e do Instituto Brasileiro de Cultura Hispânica”. Esse cônego era professor da Universidade do Estado da Guanabara e da Pontifícia Universidade Católica do Rio. O catálogo contém a relação dos 359 títulos relativos à peregrinação, uma foto do Pórtico da Glória e uma outra da cidade de Compostela tirada do Passeio da Ferradura, e um pequeno ensaio [dezessete páginas] em que, logo de se justificar a exposição, se narra a história do Caminho. Está assinado por esse cônego e intitula-se O Caminho de Santiago. Emilio Silva, além de agradecer o apoio das autoridades brasileiras e das autoridades diplomáticas espanholas, agradece a colaboração do *Instituto Padre Sarmiento de Estudios Gallegos*, da *Real Academia Gallega*, da *Archicofradía del Apóstol Santiago*, e das editoras Porto & Cia e Galáxia. Todas essas entidades contribuíram com diversos elementos bibliográficos para a exposição. O então diretor da Biblioteca Nacional, Adonias Filho, assinou o seguinte texto como apresentação do catálogo: “A Biblioteca Nacional prossegue, com esta exposição ‘Caminho de Santiago e Cultura Medieval Galaico-Portuguesa’, o trabalho de divulgação erudita já responsável por uma compreensão popular de setores especializados da cultura. Trata-se de exposição bibliográfica que, através dos títulos, ergue o levantamento de uma das bases de nossa formação lingüística e literária. O Cônego Dr. Emilio Silva, que sugeriu e colaborou, – respondendo assim pelo êxito da exposição –, esclarece em sua introdução da significação e da importância do material que se mostra. E, à sombra desse material, reaparece a identificação de uma cultura comum que corresponde ao encontro, nas raízes, de espanhóis, portugueses e brasileiros” (Silva, 1966: 5).

Rex refere-se aos imigrantes espanhóis na seção *Desviaciones del patriotismo*. Não discrimina nenhuma colônia de imigrantes espanhóis e pretende que as suas considerações possam ser aplicáveis a todos os espanhóis residentes no exterior na qualidade de emigrantes. Rex frisa que as duas mais comuns reações por ele observadas entre os imigrantes – o patriotismo fanático e o embebedamento no complexo de inferioridade – são alterações devidas ao talante sentimental hiperbólico dos espanhóis, as quais urgia corrigir. A primeira era uma exaltação *espanholista* que anulava a percepção objetiva da realidade do país em que o imigrante se encontrava. A outra, diametralmente oposta, é julgada pelo autor como a consequência do deslumbramento e do espanto que sentem os imigrantes de procedência rural perante as grandes urbes estrangeiras às que se deslocavam para trabalhar. O impacto provocado pela descoberta da modernidade e dos bens de consumo que ela oferecia fazia com que o sujeito estrangeirado rejeitasse a circunstância da sua nacionalidade ou que reagisse, perante ela, com indiferença ou receio. O autor acredita que, para se modificar essas situações, o labor de divulgação da realidade da Espanha empreendido pela *Junta de Relaciones Culturales* da II República acabaria proporcionando aos emigrantes espanhóis o conhecimento que lhes permitiria apreciar e amar na sua justa medida as grandezas da Espanha.

Esther Gambi Giménez, autora de uma tese *La inmigración castellana y leonesa en São Paulo, 1946-1962* (Gambi, 2008), defendida em 2008 na Universidade de Salamanca, compôs um artigo sobre a repercussão da Guerra Civil tanto nas associações de imigrantes espanhóis, sobretudo do Distrito Federal (Rio de Janeiro) e do Estado de São, quanto nas entidades consulares espanholas do Sudeste e do Sul do Brasil. O artigo intitula-se *Republicanos y franquistas en Brasil: la Guerra Civil al otro lado del Atlántico* (Gambi, 2006)²⁵⁹. Ele foi elaborado com base na documentação do Arquivo do *Ministerio de Asuntos Exteriores* de Espanha e do Arquivo Histórico do Estado de São Paulo e nos Livros de Atas da “Sociedad Española de Socorros Mútuos” da São Paulo. Na pesquisa, a autora refere-se às insídias surgidas entre dois representantes do Governo da II República: o supramencionado funcionário do *Ministerio de Instrucción Pública* do Governo republicano, Domingo Rex, e Andrés Rodríguez Barbeito, vice-cônsul em Santos, enviado

²⁵⁹ Disponível em: <<http://hal.archives-ouvertes.fr/docs/00/10/47/54/PDF/Gambi.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2009.

pelo Governo da II República a esse município no início da Guerra Civil, sendo indiciado pela polícia e expulso do Brasil em finais de 1937 sob a acusação de ser um perigoso comunista. Essas insídias deveram-se a divergências sobre as estratégias a ser seguidas, no seio da colônia e perante as autoridades brasileiras, para a apologia da causa republicana. O resumo do artigo é o seguinte:

En los años 30, por primera vez, los inmigrantes españoles se hacen visibles en Brasil y adquieren relevancia en la vida política y social de su país de acogida. Ello es el resultado de los graves acontecimientos que estaban teniendo lugar a ambos lados del Atlántico. La proclamación de la República y la Guerra Civil en España y el inicio de la era Vargas y de la dictadura del *Estado Novo* en Brasil sacaron del anonimato a la colonia española y dieron otro sentido (un sentido político) a lo que significaba ser español. A la hora de analizar la movilización de los españoles de Brasil ante la guerra nos centramos en distintos escenarios de su vida pública, como las asociaciones y los partidos políticos, por ser lugares donde los miembros de la colonia entraban en contacto y donde sus diferencias se hacían más evidentes. Mención especial reciben las representaciones españolas en suelo brasileño que se vieron fuertemente afectadas por la guerra (Gambi, 2006: 1).

O artigo reflete uma exaustiva investigação nas fontes documentais acima assinaladas. Nesse sentido, a autora reconstrói o surgimento da cisão, em *nacionais* e *republicanos*, e as conseqüentes disputas, dos representantes consulares espanhóis no Brasil, salientando-se também os desentendimentos e a falta de coordenação havidos entre os funcionários fieis à II República e os posicionamentos, perante a guerra, adotados pelas chefias das associações de imigrantes. A autora erra, no entanto, ao asseverar que foi na década de 1930 quando “por primera vez, los inmigrantes españoles se hacen visibles en Brasil y adquieren relevancia en la vida política y social de su país de acogida”. Nessa década, os estereótipos formados no Brasil sobre os imigrantes espanhóis já se consolidaram, em especial aqueles que, na cidade de São Paulo e no porto de Santos, vinculavam o imigrante espanhol ao operário reivindicador e revolucionário, isto é, problemático para a ordem pública. Acreditamos, precisamente, que os acontecimentos da década de 1930, por um lado, foram os que enfraqueceram e destruíram, pelas divisões geradas, a maior parte das instituições dos imigrantes espanhóis que, desde finais do séc. XIX, se fundaram no DF e no Estado de São Paulo e, por outro, foram os derivaram na rigorosa observância das autoridades brasileiras para que esses imigrantes espanhóis demonstrassem plena integração na sociedade receptora, não se mobilizando mais, e não se alterando, pelos acontecimentos relativos à sua pátria, devendo restringir os fins das suas

associações ao recreio e às mutualidades assistenciais. Além disso, a orientação nacionalista dos gabinetes de Vargas fizera com que, já na primeira metade da década de 1930, as autoridades encarregadas dos assuntos imigratórios tivessem fiscalizado as atividades das associações de imigrantes e tivessem orientado o trabalhador estrangeiro a se manter alheio às ideologias procedentes dos seus países, exóticas para o Brasil. A causa da, comparativamente com o acontecido em outros países-destino, escassa mobilização dos imigrantes espanhóis em São Paulo em favor da II República durante a Guerra Civil não foi, como conclui Gambi no seu artigo²⁶⁰, a dispersão deles pelas fazendas do interior do Estado, senão a severa vigilância à que estes estavam submetidos na Era Vargas.

As fontes das pesquisas desta terceira área são de suma importância para a compreensão das relações dos imigrantes espanhóis em São Paulo, nas décadas de 1930 e 1940, com as autoridades locais e com associações dos setores progressistas e reacionários da sociedade paulista. Os acontecimentos políticos dessas duas décadas provocaram uma inflexão nos grupos organizados pela colônia espanhola em São Paulo, devido à desarticulação que a repressão policial causou e ao conseqüente vazio associativo que encontraram as novas levas de imigrantes espanhóis que se assentaram no Estado de São Paulo nas duas décadas seguintes.

IV. 3. 5. As investigações sobre a cultura espanhola realizadas no meio universitário paulista

A quarta área inauguraram-na os trabalhos que, a partir da década de 1940, apresentaram, perante a academia e a intelectualidade paulista, interpretações de ícones representativos dos traços culturais distintivamente espanhóis. Essa área está estreitamente vinculada à Universidade de São Paulo. Logo da criação na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, em 1944, da Cadeira de Língua e Literatura Espanhola e Hispano-americana, os primeiros professores dessa cadeira – Bráulio Sánchez-Sáez, Luis

²⁶⁰ Na conclusão do artigo, Gambi (2006: 18) faz a seguinte observação: “Es cierto que la movilización de los españoles en Brasil no alcanzó las dimensiones que tuvo en otros países como, por ejemplo, en Argentina que a finales de 1937 ocupaba el segundo lugar, después de Suecia, en volumen de ayuda a la República. Pero tampoco podemos decir que la colonia hispana en Brasil permaneciera indiferente o ajena a los acontecimientos que afectaban a la lejana y querida patria. Quizá el hecho de que hubiera una gran masa de inmigrantes residiendo en las zonas rurales, en las aisladas *fazendas* de café, hizo que las muestras de solidaridad no fueran tan grandes como cabría esperar. Aún así, no faltaron sacrificios económicos, ni se escatimaron energías, ni escasearon aquellos dispuestos a dar la vida por un ideal”.

Amador Sánchez, Fidelino de Figueiredo²⁶¹, Julio García Morejón – desenvolveram estudos com essa orientação, um labor ao qual se uniria o Instituto de Cultura Hispânica de São Paulo, criado em 1963²⁶². Trata-se de estudos com títulos como *Acción y símbolo de Miguel*

²⁶¹ Os primeiros estudos hispanistas de Fidelino de Figueiredo são anteriores à sua etapa brasileira. Trata-se dos produtos *Cartas de Menéndez y Pelayo a Garcia Peres* (Figueiredo, 1921), *As duas Hespanhas* (Figueiredo, 1932) e *Lope de Vega – Alguns elementos portugueses na sua obra* (Figueiredo, 1936), este último publicado em Santiago de Compostela fazendo parte das Publicaciones del Instituto de Estudios Portugueses de la Universidad de Santiago.

²⁶² A história do ensino de língua espanhola, e as suas receptivas literaturas, na Universidade de São Paulo foi exposta por Mario M. González no artigo *Língua e Literaturas Espanhola e Hispano-Americanas* (González, 1994) Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000300063>. Acesso em: 29 jun. 2009. Desde a década de 1910, o ensino da língua espanhola e das literaturas em língua espanhola em liceus e em faculdades brasileiras motivou a elaboração e publicação de manuais sobre essas matérias. Durante a nossa pesquisa, não encontramos nenhuma tese anterior à defendida em 1919 pelo filólogo, linguísta e lexicógrafo Antenor Nascentes para o concurso de professor catedrático de espanhol do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, intitulada *Um Ensaio de Fonética Diferencial Luso-Castelhana – Dos elementos gregos que se encontram no espanhol*. Antenor Nascentes publicou, em 1920, o manual *Gramática da Língua Espanhola*, que foi seguido em 1943 pela *Antologia espanhola e hispano-americana*. Posteriormente, na década de 1940 e sob o impulso da inclusão do espanhol nos cursos clássico e científico, a Companhia Editora Nacional de São Paulo lançou o *Compêndio de literatura espanhola e hispano-americana* e o *Manual de espanhol* de Idel Becker (1943; 1945), Leónidas Sobrino Porto publicou, no Rio, a sua *Antologia Española* (Porto, 1947), José Ramón Calleja Alvarez o método *Español Básico* (Calleja, 1949), em 1949, Manuel Bandeira um manual intitulado *Literatura Hispano-Americana* (Bandeira, 1960) e, em Porto Alegre, em 1958, João Francisco Ferreira publicou uns *Capítulos de Literatura Hispano-Americana* (1958). Acreditamos que a primeira resenha sobre a história do ensino da língua espanhola no Brasil foi a publicada por Pinto do Carmo (1960: 141-45) sob o título *Novo Impulso ao ensino do espanhol*. O autor informa que o início desse ensino foi consequência da política de reciprocidade bilateral entre o Brasil e o Uruguai: “Não foi em homenagem ou reconhecimento a qualquer iniciativa da tradicional Ibéria que se criou, em 1919, no Colégio Pedro II, a cadeira de espanhol, como primeira tentativa de se oficializar o ensino desse idioma. A sua instituição brotou em pagamento a fidalgo gesto do Legislativo Uruguaio que, ao tempo, por proposição de um de seus membros, se mostrou interessado na criação, em Montevideu, de uma cadeira de português colimando com isso conservar e ampliar os bons laços de amizade e convivência que nos unem de longa data (Realmente, a proposta para instituição de uma cadeira de português foi apresentada no legislativo uruguaio; mas, por não ter tido andamento, não se criou a cátedra)” (Carmo, 1960: 141). Pinto do Carmo recopila e comenta as leis e os decretos-leis que forma aprovados no Brasil para a introdução da língua espanhola como disciplina curricular na Educação Básica, da primeira – a Lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919, que estabelecia o ensino do espanhol no colégio padrão da República (o Colégio Pedro II, no Rio) – até a tentativa, justificada na política do entrelaçamento das relações pan-americanas, do Ministro de Educação e Cultura Clóvis Salgado, levada como projeto de lei ao Congresso Nacional pelo Presidente Juscelino Kubitschek aos 22 de setembro de 1958, de converter o ensino do espanhol em disciplina estrutural – obrigatória – no 1º ciclo do curso secundário, deixando de ser só uma disciplina complementar do curso ginasial e dos cursos clássico e científico, alterando-se, assim, o que dispusera o Decreto-Lei de 9 de abril de 1942. A razão pela qual nós detalhamos o projeto de lei sobre o ensino da língua espanhola que levava ao Congresso Nacional o Presidente Kubitschek é que essa iniciativa motivou uma carta que o Caudilho Francisco Franco endereçou ao Primeiro Magistrado Brasileiro salientando as consequências benéficas que proporcionaria a expansão da língua castelhana. Eis essa carta, que foi divulgada aos 25 de novembro de 1958 pelo diário carioca *Jornal do Comércio*: “Excelência: Muito grato lhe sou pela carta que, por meio da entrega a Vossa Excelência do Colar de Isabel a Católica, me remeteu e na qual me comunica a auspiciosa notícia do envio ao Congresso dessa nobre Nação da Mensagem propondo a obrigatoriedade do ensino da língua castelhana nos estudos secundários, fazendo-se assim intérprete do sentimento geral do seu povo. A carta de Vossa Excelência corresponde inteiramente ao ideal que animou a Rainha Católica, cujo colar hoje Vossa Excelência ostenta, pois os valores de espírito foram sempre o norte de todas as suas iniciativas. Sem dúvida,

de Cervantes (Sánchez-Sáez, 1940), Colombo (Amador, 1942), *Cultura hispano-americana* (Sánchez-Sáez, 1942), *Espanha, uma filosofia da sua história e da sua literatura* (Figueiredo, 1943), *El Greco* (Amador, 1943), *Velázquez* (Amador, 1945), *Isabel, a católica* (Amador, 1945), *Viagem à Espanha literária* (Figueiredo, 1951), *Del Cid al Quijote* (Amador, 1957), *Arca de luz y de sombras (un saldo al margen de mis lecturas)* (Álvarez, 1959), *El pensamiento literario español* (Amador, 1960)²⁶³, *De lírica e pensamento* (Morejón, 1960), *Límites de la estilística* (Morejón, 1961), *Centenario de D. Miguel de Unamuno* (1965), *Unamuno y el cancionero – la salvación por la palabra* (Morejón, 1966), *Dor e glória de Cervantes* (Sánchez-Sáez, 1967), *Introdução a Lope de Vega* (Morejón, 1969). Esses trabalhos, se bem assentaram os alicerces do hispanismo em São Paulo e chamaram a atenção da academia para os produtos canonizados das humanidades espanholas²⁶⁴, estabeleceram a apreciação de objetos simbólicos distantes da

Sr. Presidente, a expansão da língua castelhana, como veículo de compreensão e entendimento entre os povos da América, tornará possível um melhor conhecimento mútuo e abrirá fecundas rotas às gerações que nos sucederem. Da minha parte estou seguro de que a unidade e a aproximação entre as nações ibero-americanas que com tanto entusiasmo Vossa Excelência promove, reforçarão este núcleo importantíssimo de países que exercerão decisivo influxo no sentido de melhor entendimento de quantos integram o mundo civilizado. O que está em perigo são os valores espirituais de toda a civilização, ameaçada pelo materialismo grosseiro que o comunismo impulsiona; por esta razão nada mais indicado do que agruparmo-nos em torno de ditos valores de espírito para superar tão graves riscos. Se nossa grande aspiração é conseguir a unidade que assegura a paz e o bem-estar entre todos os povos do Universo, devem os povos que têm um patrimônio comum, começar por unir-se na afirmação dos mesmos ideais humanos e cristãos. O maior serviço que poderemos prestar às gerações que nos sucederem será o de legar-lhes, enraizados em nossas respectivas pátrias, tais princípios que fazem a vida mais nobre e que, através dos séculos, têm formado a alma e o espírito de nossos povos. Como nos agradam Excelentíssimo Senhor, as afirmações de que não se perderão nesse continente as sementes cristãs que o nosso irmão Portugal levou às suas pródigas terras, paralelamente às que a Espanha semeou no resto do Continente! Entre as satisfações íntimas que a Chefia do Estado às vezes oferece inclui a do espírito de sua carta que converteu em realidade a esperança nascida de nosso primeiro contato estabelecido em sua visita à nossa terra. Aproveito a ocasião, meu querido presidente, para reiterar-lhe o testemunho das minha mais alta consideração e sincero afeto. De Vossa Excelência, o bom amigo (a) Francisco Franco” (Carmo, 1960: 144).

²⁶³ Em *El pensamiento literario español*, Luis Amador Sánchez inseriu um artigo intitulado *El Camino de Santiago* (1960: 25-28), em que expõe a história desse caminho e descreve a cidade de Santiago de Compostela. O professor da USP evoca a relevância que a rota tivera para a união da Europa, para a comunhão cristã e para o intercâmbio cultural, mas indica-se que essa peregrinação era um episódio encerrado da cristandade e não se sugere ou anima a nenhum leitor brasileiro a recuperar a experiência da travessia peregrina. Em 1947, Augusto Meyer publicara na *Revista de São Pedro* (1947), um poema intitulado *Caminho de Santiago*, uma das primeiras referências literárias ao *Caminho* feitas por brasileiros. Na década de 1980, iniciar-se-ia a publicação no Brasil das centenas de obras, em forma de livros de viagem, crônicas, guias, narrações literárias, livros de poesia, sobre o *Caminho*. Destacamos o livro *Caminho de Santiago*, de Carlos de Oliveira Gomes (1986), como a primeira grande obra de repercussão nacional, havendo sido editado pela José Olympio.

²⁶⁴ As atrações principais da literatura espanhola para os hispanistas brasileiros foram, em primeiro lugar, a obra de Lorca e, em segundo lugar, o *Quixote*. No caso do *Quixote* o interesse dos hispanistas brasileiros encontrou eco nas ações de difusão cultural promovidas pela Embaixada de Espanha desde a década de 1940,

o qual, obviamente, não aconteceu com o *corpus* e os referentes simbólicos lorquianos. Entre as décadas de 1930 e 1940, localizamos três produtos que retiraram do romance *Don Quijote de la Mancha* os motivos para a sua elaboração. Menotti Del Picchia, em 1926, publicou três poemas – Os moinhos de vento, O amor de Dulcinéa e O Ideal de Sancho –, reunidos no livro *Amores de Dulcinéa* (Picchia [1926] 1931), com a sua interpretação de temas contidos nesse romance. Em 1949, J. A. Pinto do Carmo comenta as anotações, no breve estudo *Rui Barbosa e o Dom Quixote*, que o “Águia de Haya” fizera nesse romance de Cervantes conservado na sua biblioteca, e o mineiro Francisco Campos lançou, em 1951, pelas Publicações da Secretaria da Educação de Minas Gerais o seu ensaio interpretativo da obra sob o título *Atualidade de D. Quixote*. Francisco Campos reflete a respeito de algumas passagens. Em um dos capítulos de *Atualidade de D. Quixote*, intitulado D. Quixote, Hamlet e Fausto, Francisco Campos faz um estudo comparativo entre as personagens do título, no qual conclui que Dom Quixote é uma personificação da impetuosidade da Espanha na época da monarquia absoluta dos Áustrias e da Contra-reforma: “Em Hamlet e em Fausto tudo é cogitação; em D. Quixote, tudo vontade. Naqueles o pensamento ou, antes, o fantasma de idéias que não conseguem tomar contato com a realidade. Em D. Quixote o pensamento prevê, prepara e conduz a ação. Naqueles inibição, reticências e negação. Em D. Quixote não há hesitação, subentendidos, tergiversações e negação. Todo ele é um sim categórico, afirmação, sair ao encontro, provocação e desafio. Enquanto eles dizem: “talvez, eu penso, ser ou não ser, antes não houvera nascido”, e pesam indefinidamente os mesmos pensamentos na balança imóvel do seu espírito, procurando fugir à ação no preciso momento em que parecem decidir-se por ela, pelo espírito de D. Quixote a decisão passou com a rapidez do raio e, já fora da bainha das reflexões, reluz a espada flamejante da sua vontade. Em Hamlet e em Fausto o tom é surdo e grave como o de um conciliábulo secreto. Em D. Quixote tudo é agudo: a figura, a inteligência, a percepção, a visão, o tom imperativo. É um canto de galo no alvorecer, a nota aguda do clarim no frio da madrugada, como a dizer – Eu quero! Assim, a Espanha do seu tempo, a Espanha imperial, a Espanha ascética, a Espanha mística, a de Carlos V e de Felipe II, a de Loiola, de Santa Teresa e de São João da Cruz” (Campos, 1951: 55-56). No último capítulo do livro, D. Quixote, homem para o mundo atual, Francisco Campos vale-se da trajetória de D. Quixote para tirar dela um paradigma de uma vida guiada pela emoção e o ideal e, a partir desse modelo, clama por uma transformação mundial do homem em que liberte o seu “imenso potencial de energia em estado de tensão”, isto é, a sua tensão afetiva e emotiva, podendo, em consequência, passar o homem à ação, momento em que o homem exteriorizaria a sua personalidade e poderia se conhecer melhor. E conclui: “Na falta de Deus, cuja presença e atualidade foi substituída por um conceito, o homem se entregou, para preencher o vazio da ausência divina, à criação de demiurgos, de semideuses e de subdeuses, às baixas superstições, às magias negras e às magias brancas, e, como se ainda não fosse bastante a altura da queda, acabou por se deixar fascinar por pseudos-mitos construídos em todas as peças por intelectuais céticos e relativistas, e através de cujo tecido de sofismas transparecem a mentira, o abuso moral, a degradação maquiavélica da inteligência que se propõe secretariar as massas para, traindo-as, conduzi-las ao aprisco de César. [...] As verdadeiras causas do descontentamento, da inquietação, da angústia do homem contemporâneo não são de natureza econômica e política. São de ordem emocional. A emoção perdeu os pólos, os símbolos, os ideais por onde dar vazão ao imenso potencial que se acumulou durante séculos de abstinência e privação. O mundo pede uma cruzada. Eis como, quando penso de mim para mim, (perdoai-me a indiscrição) imagino que poderia começar esse grande abalo ou esse grande escândalo de que o mundo tanto necessita. O Papa sairia na sua sede gestatória, acompanhado de todas as ordens, confrarias e irmandades; a massa dos peregrinos e dos penitentes seguiria. Uma imensa procissão, com as imagens, os emblemas, as flâmulas e os cantos adequados. Pelas aglomerações humanas por onde passasse essa nova cristandade, haveria cerimônias, celebrar-se-iam sacramentos e espetáculos litúrgicos, e se dariam, mais importante do que tudo, verdadeiros testemunhos de sacrifício, de humildade, de penitência, de misericórdia e de imitação de Cristo. As emoções contidas encontrariam em grandeza a libertação que pedem, o emprego que lhes falta, o ideal que quanto mais alto convém ao coração do povo. Lembrai-vos de Sancho quando dizia ser impossível que nenhuma circunstância pudessem separa-lo do seu amo a não ser a pá e a enxada do coveiro. Este nosso mundo de hoje, que é como Sancho abandonado por seu amo, reclama a volta de D. Quixote, por sentir que sem ele a sua vida não teria sentido. De todos os lados, sob os mais diversos nomes e as mais contraditórias aparências, o que o homem dos nossos dias pede e reclama, o que ansiosamente espera – é o retorno de D. Quixote. Eis a razão pela qual, mais do que se estivesse vivo e presente entre nós, D. Quixote é hoje de maior atualidade do que o era para os seus contemporâneos, quando percorria os insolados caminhos de Espanha” (Campos, 1951: 81-86). Acreditamos que era antigo o interesse de Francisco Campos pelo *Quixote*. No breve estudo *Cervantes en el Brasil*, publicado em 1949, em São Paulo, pelo acadêmico José Carlos de Macedo Soares, no

cultura que dominavam os imigrantes espanhóis e com a qual eles eram identificados. Contudo, acabaram oferecendo constructos que as associações de imigrantes espanhóis em São Paulo aproveitaram para se vincularem a representações prestigiosas. Assim, em 1947, durante as celebrações do IV Centenário do nascimento de Cervantes, a Comissão de Cultura do “Grêmio Dramático Hispano-Americano” de São Paulo, um grupo formado por espanhóis opostos ao regime franquista e vinculado ao “Centro Galego-Centro Democrático Espanhol”, promoveu a “Campanha Pró-Estátua de Cervantes” que acabou permitindo, em outubro desse ano, a inauguração de um monumento a Miguel de Cervantes, na praça Dom José Gaspar, do lado da biblioteca municipal, no centro de São Paulo²⁶⁵.

Em 2001, Julio García Morejón reuniu em um só volume – *O resgate da memória (temas hispânicos)* – as matérias que publicara na imprensa paulista, desde meados da década de 1950, sobre a literatura e a filosofia espanholas. Além dos artigos contendo crítica própria, há artigos em que levanta, classifica e comenta a produção do hispanismo no Brasil. Na atualidade, a Prof^{ra}. María de la Concepción Piñero Valverde, da USP, tem dedicado vários estudos à transferência de elementos repertoriais entre a literatura brasileira e espanhola. Ela analisou esse compartilhamento em produtos de Machado de Assis, Juan

qual se ensaia a recepção da obra cervantina no Brasil desde a época colonial e se apontam os seus usos repertoriais pela literatura brasileira, comentam-se os atos realizados em São Paulo e no Rio de Janeiro por ocasião da celebração do quarto centenário do nascimento do autor. Menciona-se que, em 1946, Francisco Campos ministraria a palestra de encerramento do simpósio que, naquele ensejo, organizara a Embaixada de Espanha. Diz Macedo Soares (1949: 25): “En el ciclo cervantino organizado por la Academia Brasileña de Letras pronunciaron eruditas conferencias los académicos Celso Vieira, Peregrino Junior y Amoroso Lima. Ya vimos que en San Pablo el IV Centenario de Cervantes fue conmemorado con la exposición organizada por el Centro Dramático Hispanoamericano. La conmemoración se extendió a varias ciudades de este Estado, sobre todo a Campinas donde el culto a Cervantes goza de una gran vitalidad. No solamente en las capitales, también en el interior de los Estados, Cervantes es apreciado y querido. En Río de Janeiro, el Ministerio de Educación, para conmemorar el IV Centenario de Cervantes, organizó una notable exposición, digna de los festejos que el poeta merece. Por la Embajada de España, bajo el patrocinio del Ministro de Educación, se inició un ciclo de conferencias que fue abierto por el poeta Augusto Frederico Schmidt, quien, tras algunas palabras del agregado cultural de la referida embajada, señor García Viñolas, profirió su *Discurso sobre Don Quijote y Cervantes*. Están designados para hablar Rosalia Coelho Lisboa (*Lo que Cervantes me dice*), y los señores Santiago Dantas (*Cervantes y el espíritu occidental*), Peregrino Junior (*Cervantes precursor de la biotipología*) y Francisco Campos que pronunciará la conferencia de clausura”. Contudo, o primeiro cervantista brasileiro foi um paraense, residente na cidade de São Paulo, onde se formara como bacharel em direito. Trata-se de José Pérez, autor de extensos ensaios sobre o Quixote. Em 1935, publicou pela paulistana Cultura Moderna, *A psicologia social do Quixote* e, no ano seguinte, *A sabedoria do Quixote*.

²⁶⁵ Na década de 1950 editou-se, em São Paulo, o periódico *Reconquista* (revista bilingüe de cultura publicada trimestralmente), uma publicação destinada a fixar elos entre espanhóis – sobretudo os carlistas – e brasileiros em torno da doutrina política tradicionalista. No final dessa década foi lançada, em São Paulo, a revista *Narceja*, que visava se constituir em meio ibérico para que poetas em língua espanhola pudessem divulgar no Brasil a sua obra e também para que se pudessem dar a conhecer poemas de portugueses. Consultamos o n. 2 [verão 1959] em que, junto a Cassiano Ricardo e Cyro Pimentel, publicaram poemas o português Egito Gonçalves, o argentino Miguel Brascó e o espanhol Ángel Crespo.

Valera e Ramón Gómez de Serna, e estudou também o uso da língua espanhola na poesia brasileira. Em 2000, reuniu os seus trabalhos no livro *“Cosas de España” em Machado de Assis e outros temas hispano-americanos* (Piñero, 2000). Em 2005, em co-edição da Editora UNESP e da brasiliense Paralelo 15, publicou-se o ensaio intitulado *A Grande Ibéria*, de Vamireh Chacón. Trata-se do texto de uma pesquisa miscelânea, com eixo no Brasil, em relação à história das “iberidades” e dos “iberismos”; contém, também, um ensaio sobre a conveniência da conservação da mentalidade ibero-americana como estratégia identitária no mundo globalizado²⁶⁶.

IV. 3. 6. As investigações sobre os imigrantes espanhóis das cidades do interior do Estado de São Paulo

Dentro da última área mencionada, destacamos quatro trabalhos de pós-graduação, uma reportagem em que participou um periodista galego e um estudo monográfico de um pesquisador independente. Percebeu-se que, dentre as colônias de espanhóis em municípios interioranos dos estados brasileiros, eram as do Estado de São Paulo as objetivadas em um maior número de investigações. Nessas investigações sobre colônias espanholas em cidades do interior paulista há referências à participação de galegos. Eles, no entanto, não constituem o principal alvo devido ao seu contingente ter sido quantitativamente bastante inferior em comparação ao de castelhanos, levantinos e andaluzes. Todavia, em *Zona Noroeste*, o trabalho mais antigo que localizamos sobre a colonização do interior do Estado de São Paulo, organizado por Affonso Martinez de Ercilla e Brenno Pinheiro, participou um periodista, oriundo da Galiza, residente na cidade de São Paulo: Pascual Núñez Arca. *Zona Noroeste* data de 1928; publicou-o a Sociedade Imprensa Paulista com edição da “Propagadora Pan-Americana”. A obra contém 555 páginas e recebeu um formato de revista, que a aproxima ao almanaque, estando o seu discurso redigido em quatro idiomas – português, espanhol, italiano e inglês –. A “Propagadora” era uma das empresas dirigidas por Pascual Núñez Arca; ela editava, sob encomenda, livros com fins propagandísticos sobre cidades, regiões e estados brasileiros, com um enfoque elogioso tanto dos objetos de

²⁶⁶ Com vocação iberista, celebrou-se, no Centro Cultural da Espanha em São Paulo – o Instituto Cervantes – e na paulistana Casa das Rosas, de 27 a 30 de novembro de 2007, o encontro de poesia “Em Mar aberto – poesia em português e nas línguas da Espanha. Um diálogo histórico, uma futura aliança?”, promovido pela Embaixada da Espanha no Brasil e a Cooperação Espanhola. Representando explicitamente à Galiza, palestrou e recitou Manuel Fernández Rodríguez (*Em mar aberto*, 2007).

que esses livros tratavam quanto dos patrocinadores da publicação. No começo do séc. XX, o Noroeste paulista – os então municípios de Bauru e Araçatuba – era uma região em processo de desbravamento – loteamento das terras e aldeamento ou eliminação da população indígena –. A ela fora-se estendendo o estabelecimento de fazendas dedicadas à cultura do café à medida que avançava a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil que, em 1914, uniria São Paulo ao Paraguai através de Mato Grosso do Sul. Na obra são escassas as referências aos imigrantes estrangeiros que passaram a povoar a região²⁶⁷. Faz-se questão de exaltar a presença majoritária de elementos nacionais, qualificados como os novos bandeirantes. Ao respeito, no artigo de *Zona Noroeste* intitulado *A população do Noroeste*, Affonso Martinez de Ercilla observa o seguinte:

É nas zonas novas como a Nordeste que se verifica o contrário dessa lenda mentirosa. No desbravamento dos sertões, essa abertura da sucessão do íncola aniquilado é que se patenteiam o espírito de audácia, de aventurosidade, o ânimo ardido e indomável dos lutadores, a eficiência do trabalho, a grandiosidade dos horizontes. Os tímidos não se aventuram à habilitação no inventário do bugre.

E são os nacionais os que mais se avolumam nessa conquista no sertão, a manejarem sobranceiros e infatigáveis nesse "mar tenebroso" da mata virgem. É a velha seiva do bandeirante, ainda a correr nas veias do paulista, sempre o primeiro na arrancada, sempre o primeiro na conquista. [...] Tão escasso é o elemento italiano na Noroeste, que ele em volume iguala o ibérico, isto é, espanhol e português, que entretanto são, reunidos, por ele de longe suplantados na parte velha do Estado e na média geral do Estado. A psicologia do ibérico em relação à do italiano é mais amante da liberdade, prefere ser pequeno proprietário nas zonas novas, a viver nas velhas fazendas pelo regime de salários a que o italiano se acomoda tão bem, e que por isso são os melhores colonos que temos tido.

Como o espanhol e o português, assim é o japonês, que ajardina a Noroeste nas suas miríades de pequenos sítios, a fazer a riqueza dos municípios [...] E deste modo vão sendo aglutinados no sorvedouro da assimilação étnica, os vários elementos da nossa formação nacional de amanhã. Nunca se homogeneizarão, por certo sob o ponto de visto físico; sempre se conservando os variados tipos antropológicos que hoje se observam; – mas o que se verificará e o que já se verifica é que todos eles, todas essas estirpes étnicas, vão se reduzindo no cadinho da nacionalização, com uma absoluta integração na nossa comunhão, para a perpetuação da nossa brasilidade (Ercilla, 1928: 23-24).

Dois dos trabalhos de pós-graduação mencionados referem-se à colônia espanhola da cidade de Bauru. Trata-se de duas dissertações de mestrado centradas, sobretudo, na

²⁶⁷ Só há dois artigos dedicados aos imigrantes estrangeiros. Um intitula-se *Os japoneses na Noroeste* (Ercilla, 1928: 59-62), sobre esse grupo específico; o outro é um conjunto de considerações sumárias sobre os estrangeiros, da autoria de Piza (Ercilla, 1928: 53-56).

recopilação, e no exame, de “histórias de vida” obtidas por meio de entrevistas a descendentes de imigrantes espanhóis ou a espanhóis natos. Em ambos os trabalhos, essas “histórias de vida” são aplicadas no esboço de uma história social dos imigrantes espanhóis em Bauru. As duas pesquisas retratam o percurso dos imigrantes espanhóis que se deslocaram até Bauru no período do grande surto migratório no Estado de São Paulo, em fins do séc. XIX e no início do XX. No exame dessas “histórias de vida” destacam-se as menções que os entrevistados fazem aos motivos de escolha de destino, comentam-se as atividades laborais às que se incorporaram os imigrantes e pondera-se o grau de adaptação às condições do meio social paulista.

O primeiro deles é uma dissertação na área da história defendida por Cintia Stela Negrão Berlim em 1999. Intitula-se *Espanhóis em Bauru: histórias de vida 1896-1930* (Berlim, 1999); nela destaca-se a dificuldade de encontrar sinais da cultura espanhola no meio social da cidade de Bauru. Esse aspecto, que a autora batiza como a “questão da invisibilidade” é explicado como fruto da falta de preocupação dos espanhóis em preservar a sua cultura e do pouco interesse por eles investido em transmiti-la aos seus descendentes. A outra dissertação sobre Bauru, *Lembranças da imigração: cenas e cenários de vida dos imigrantes espanhóis em Bauru (1892-1930)*, foi defendida por Rosimeire Pereira D’Ávila um ano após a defesa da primeira. Em 2004, essa dissertação foi publicada pela EDUSC com o mesmo título (D’Ávila, 2004). Embora essa pesquisa se valha também, metodologicamente, da reconstrução da história de vida de algumas famílias pioneiras em Bauru de imigrantes espanhóis, a autora julga que, a partir da análise do cotidiano e das estratégias para a ascensão social e econômica dos imigrantes, pode-se interpretar que se manteve a identidade deles, a qual, por sua vez, foi, durante anos, resguardada mediante as atividades que fomentara a Sociedade Hispano-Brasileira “Miguel de Cervantes”. D’Ávila salienta que os espanhóis, apesar do seu alto grau de assimilação, evitaram a total diluição no contexto da sociedade receptora; nesse sentido, conclui apreciando o seguinte:

Os traços da identidade dos imigrantes não foram sobrepostos, nem se diluíram sob uma nova realidade social, cultural e econômica no país de chegada. Ao mesmo tempo que formaram a sociedade bauruense como participantes e sujeitos da história, eles deixaram vestígios do modo de vida espanhol (ainda que discretamente) em cada traço de seus descendentes. Em resumo: assimilaram a nova realidade e outros costumes que a vida lhes impões no novo mundo (D’Ávila, 2004: 172).

As dificuldades para a aceitação da conclusão à que chega D'Ávila surgem ao não serem localizados, no seu trabalho, os vestígios que ela menciona, pois só são reproduzidos alguns depoimentos de descendentes – filhos ou netos – de imigrantes que lembram, ora o estranhamento que a culinária brasileira provocava nos seus ascendentes, ora o uso da língua espanhola no âmbito familiar por parte dos seus ascendentes, um uso, no entanto, perdido já pelos informantes. Esses informantes expressam, nos testemunhos expostos pela pesquisadora, que eles são conscientes do mérito dos seus antepassados pela coragem demonstrada ao deixarem o seu país e por terem sabido sobreviver, e proteger as suas famílias, nas condições inicialmente adversas do desterro.

A terceira dissertação de mestrado, também na área de história, sobre a presença progressiva de contingentes de espanhóis no interior agrícola de São Paulo focaliza a região araraquarense. Esteve a cargo de Marília Dalva Klaumann Cánovas e foi defendida com o título de *A emigração espanhola e a trajetória do imigrante na cafeicultura paulista: o caso de Villa Novaes, 1880-1930*. Em 2005, uma versão parcialmente modificada da dissertação foi publicada como livro sob o título *Hambre de Tierra: imigrantes espanhóis na cafeicultura paulista, 1880-1930* (Cánovas, 2005).

A autora reconstrói o processo de fixação dos espanhóis no interior paulista, e destaca as expectativas, e as disposições, desses imigrantes no Oeste cafeicultor paulista, especialmente de andaluzes, estremenhos e levantinos. Com o fim de avaliar quais foram as significações do caráter singular do imigrante espanhol, caso ele fosse patente, e de entender todas as circunstâncias que rodearam o fenômeno da adaptação à última região ocupada pelo avanço da lavoura do café em São Paulo, a autora privilegiou, como suporte à investigação, as fontes empíricas. Paralelamente, procurou verificar os episódios que as testemunhas espanholas sobreviventes localizadas pela autora lembravam ter protagonizado nas fontes documentais escritas. Conclui a autora que tanto a trama das relações sociais praticadas pelo grupo dentro das estratégias para a sua interação, e/ ou acomodação, na sociedade adotiva, quanto os mecanismos recíprocos de relacionamento alienígena-nativo que se estabeleceram e o conjunto das representações mutuamente construídas, permitiram a integração plena da colônia de espanhóis no meio social receptor, o qual acabou provocando a invisibilidade do grupo.

O quarto trabalho acadêmico é a monografia de conclusão de Curso de Pós-graduação *lato sensu* em História Regional, da Universidade Católica de Santos, desenvolvida por Lucia Rivero Galina (1990). Intitula-se *Centro Español y Repatriación de Santos (1895-1919)*. Embora o agrupemos com os trabalhos acima mencionados, a monografia de Lucia Rivero Galina, anterior a eles cronologicamente e pioneira no gênero, não se refere aos imigrantes do interior paulista senão aos de Santos, o município com o principal porto do Estado de São Paulo. Nesse estudo, a autora aponta e comenta, por um lado, os eventos sociais realizados no *Centro Español* de Santos e na *Sociedade Española de Repatriación* e, por outro, as ações de beneficência executadas em Santos por essas associações durante o período escolhido em favor dos imigrantes espanhóis. As suas fontes de pesquisa para essa arqueologia foram as notícias publicadas nos periódicos santistas *La Iberia*, *Diário de Santos* e *A Tribuna*, e a documentação conservada no arquivo do Centro Español. Além disso, descreve como, devido à relação estreita entre ambas as sociedades e ao uso que a Sociedade fazia do espaço físico do Centro, se produziu a fusão entre ambas as associações em 29 de abril de 1954. A respeito da relação que o *Centro Español* manteve com a sociedade santista e com outras associações de imigrantes espanhóis no Brasil, Galina observa o seguinte:

A princípio havia a necessidade de salvaguardar sua identidade européia e ibérica, nada fácil nas primeiras décadas deste século, quando existia, de certa forma, discriminação e preconceito, nem sempre claros e declarados, contra o estrangeiro. Esse fato pôde ser observado no episódio da greve no porto, em 1905, quando a Companhia Docas de Santos fez restrições aos espanhóis e, particularmente ao Centro Español de Santos. O entrosamento com as demais sociedades (espanholas e nacionais) também foi observado, bem como o intercâmbio cultural entre estas, através do envio de boletins informativos e periódicos. O mútuo auxílio nos momentos de necessidade também foi verificado. A princípio, a ajuda abnegada era prestada mutuamente, sem quaisquer tipos de cobrança monetária.

Hoje verificamos no Centro Español uma certa miscigenação entre a cultura brasileira e a hispânica, procurando esta última absorver o que de melhor e mais interessante há naquela primeira, sem perder suas raízes e tradições seculares (Galina, 1990: 72).

Junto à greve do porto de Santos, perante a qual o *Centro Español* se posicionou remetendo à diretoria da Companhia Docas de Santos uma notificação de neutralidade política e exemplares das *Memórias* publicadas e dos seus Estatutos para que fosse comprovado o teor das finalidades do *Centro*, o outro grave incidente ao que se teve que

enfrentar esse associação foi a sua cisão, em agosto de 1937, no *Centro Republicano Espanhol de Santos*, fechado em novembro do mesmo ano pela polícia por ser considerado um foco de atividades comunistas. Em novembro de 1937 foi expulso do Brasil, sob a acusação de ser um “perigoso comunista” o cônsul espanhol em Santos, o galego Andrés Rodríguez Barbeito. Ela fora um dos fundadores do *Centro Republicano* e colaborava na *Gaceta Hispana*, periódico favorável à causa republicana espanhola cujo redator era Pascual Núñez Arca, acima mencionado, sócio do Centro Republicano.

A monografia acima apontada intitula-se *Os espanhóis*. Está dedicada ao estudo da comunidade espanhola na cidade de Sorocaba. O seu autor é Sérgio Coelho de Oliveira (2002), um jornalista aposentado a quem chamara a atenção a sentença de que não houve na capital nem nas cidades do interior do Estado de São Paulo bairros segregados tipicamente espanhóis. Essa asseveração de Klein (1994) e González (2000) é refutada por Sérgio Coelho de Oliveira com base no estudo que realizou no sorocabano território do Além Ponte – o bairro da espanholada –, onde o autor considera que ainda podem ser facilmente percebidos múltiplos traços da identidade dos imigrantes espanhóis que, após terem trabalhado nas fazendas do café, concentraram-se nessa localidade, especialmente nos Bairros Barcelona e Garrido e na Vila Garcia. A obra de Oliveira, publicada com o apoio institucional da Prefeitura Municipal de Sorocaba através da Lei de Incentivo à Leitura, informa em sua introdução que a pesquisa não foi fruto de um prurido acadêmico, nem da vontade de incorporar o marginalizado imigrante espanhol às investigações obre a colonização de São Paulo, nem do interesse por resgatar a história de sua ascendência, pois ele não tinha raízes espanholas. O autor declara que a obra surgiu pelo interesse dele em manifestar a transcendência da presença dos espanhóis para a área metropolitana de Sorocaba, isto é, a saga dessa “brava gente, que cruzou os mares, de Gibraltar a Santos, da Espanha ao Brasil, peregrinou pelas fazendas de café e se radicou em Sorocaba, lavrando a terra e plantando a semente de uma nova família” (Oliveira, 2002; 12). Após mostrar os dados dos recenseamentos e das estatísticas de povoação da microrregião aplicáveis à cidade, comenta o autor (Oliveira, 2002: 49) que, na Sorocaba do séc. XXI, o 15% dos 500 mil habitantes é constituído por imigrantes espanhóis e os seus descendentes. Desse contingente de imigrantes, o 90% procederia das províncias de Granada, Almeria e Múrcia. De fato, em toda a obra só aparece a referência a um galego, Henrique Neiro (Oliveira,

2002: 151), um feitor de estradas que teria chegado com a sua quadrilha até a Andaluzia, região em que casou e de onde embarcou ao Brasil levando consigo muitas trovas populares que ainda conservava seu neto.

A obra versátil de Oliveira tem o caráter de uma crônica da colônia; trata-se de uma miscelânea reportagem que percorre a história de Sorocaba centrando-se na evolução do território de Além Ponte. Não foram adotadas por ele categorias científicas da História ou das Ciências Sociais para guiar a sua investigação. As suas fontes são os depoimentos de imigrantes espanhóis e de seus sucessores, as lembranças de vida que ele guarda dos anos em que conviveu com os alienígenas nos bairros em que estes se concentravam, levantamentos de registros nos cartórios da cidade e dos *Anais* da Câmara Municipal, documentos cedidos pelos próprios imigrantes e notícias publicadas nos diários locais *Folha de Sorocaba* e *Cruzeiro do Sul*, dos quais ele fora diretor-chefe, e nos periódicos sorocabanos *Gazeta do Além Ponte* e *Folha Popular*. Da historiografia sobre a imigração espanhola, o jornalista centra-se só em duas obras, Klein (1994) e González (2000), com a finalidade de matizá-las e questionar a presumível assimilação e diluição da identidade espanhola, argüida nesses produtos, para salientar que em Sorocaba, até pelo menos a primeira geração, as tradições peculiares, os hábitos corporativos e a língua dos imigrantes espanhóis foram conservados durante os processos de adaptação. Assevera Oliveira que a total integração e a mistura com a população local só se atingiu após a primeira geração e, em parte, como consequência dos casamentos interétnicos.

O distanciamento e o retraimento das marcas de origem começaram entre alguns elementos das primeiras gerações de descendentes brasileiros como resultado da associação da imagem do passado familiar à pobreza. Alguns filhos e netos de espanhóis acreditaram que era pouco proveitoso preservar e ostentar a imagem inconveniente de uma nacionalidade que não fora bem vista e que tinha o seu principal estereótipo no “espanhol *ceboleiro*”, pois a profissão de vendedor de cebolas estava mimeticamente relacionada com o espanhol caipira que virara cidadão no território de Além Ponte – apelidado de “Cebolândia” – em Sorocaba. O autor segue os rastros deixados pelos imigrantes desde meados do séc. XIX até a chegada do séc. XXI. Desse modo, vai sistematizando os fundamentos da consolidação da colônia espanhola, recria a construção do bairro espanhol, destaca os principais líderes e especifica a função desempenhada no campo econômico, nas

lutas sindicais e políticas, em todos os espaços do meio cultural e no âmbito esportivo. O objetivo principal de Oliveira é desmentir, através do exemplo de Sorocaba, o tópico da escassa repercussão da presença espanhola no cotidiano do Estado de São Paulo, embora, segundo o autor, não seja comparável o nível de influência dos espanhóis com o dos italianos e dos portugueses, que chegaram primeiro e em número muito maior. Conclui Oliveira (2002: 171) que: “carece de fundamento, pelo menos parcialmente, a posição assumida por Elda González, quando considera o imigrante espanhol “algo siempre ausente” na cultura, na música, no vocabulário, na literatura, no rádio, na televisão e, enfim, na vida brasileira”.

Oliveira alcançou essa convicção contrastando, por um lado, os campos sociais do existir citadino de Sorocaba com as manifestações das disposições extensíveis, em geral, à colônia espanhola e com as intervenções de relevantes agentes dessa colônia. Por outro lado, comparou hábitos dos andaluzes de Sorocaba com hábitos da comunidade espanhola de Salvador de Bahia, a colônia de imigrantes no Brasil mais predominantemente galega. Ainda que, quantitativamente, o grupo de galegos de Salvador seja algo mais numeroso que o de andaluzes de Sorocaba, o autor cotejou as posições ocupadas, atitudes, estratégias de sucesso e mecanismos de inserção na sociedade de acolhida por esses dois grupos. O ponto inicial de encontro entre o conjunto de andaluzes – granadinos, almerienses – e murcianos da cidade paulista em foco e dos pontevedreses baianos reside em que os redutos de onde eram naturais estavam situados no interior rural das correspondentes províncias. Delimitando ainda mais a procedência desses imigrantes, pode-se mencionar que a maior parte dos galegos de Pontevedra assentados em Salvador partira da comarca da Terra de Montes e que, dentre os granadinos de Sorocaba, prevaleciam os das Alpujarras. Aceitando que galegos e andaluzes compartilham a mesma origem camponesa, o primeiro traço causador de diferenciações era a propriedade, ou posse, da terra. Nas histórias de vida que apresenta Oliveira, em que se faz referência ao regime de trabalho pré-migratório, expõe-se que os andaluzes exploravam a terra como peões contratados por latifundiários, enquanto os galegos que emigraram para a Bahia estavam vinculados às suas veigas e montes como usufrutuários e, após a redenção foral, como legítimos proprietários. Isso fez, em primeiro lugar, com que os andaluzes acabaram se trasladando para Sorocaba com toda a sua família, frente aos galegos de Salvador, dos quais só emigraram os homens jovens deixando ao

cuidado das possessões fundiárias o resto da família. Outra consequência dessa relação com o domínio da terra foi que as famílias andaluzas se tivessem que estabelecer, durante os primeiros anos da sua vida no Brasil, como peões braçais contratados para as lavouras nas fazendas do café e do algodão. Esse serviço era a forma de retribuir as passagens gratuitas, mas vinculantes, que ofertava o governo do Estado de São Paulo para abastecer de mão-de-obra as tarefas do campo. Quando o compromisso era cumprido pelos imigrantes, estes ganhavam autonomia para se transferir a outra fazenda, renegociar o contrato com o proprietário do latifúndio, arrendar um terreno para cultivá-lo, ou instalar-se em uma cidade para se dedicarem ao comércio ou à indústria. Os primeiros espanhóis que se assentaram em Sorocaba fizeram-no logo de ter trabalhado vários anos no meio rural, morando em ranchos de sapé. Em Sorocaba passaram a morar em casas simples com fachadas decoradas com motivos arabescos que, imitando o estilo das vivendas populares andaluzas, eram construídas em lotes baratos dos morros ou em imóveis distantes do centro da cidade. Como pioneiros, puderam depois reemitir cartas de chamada a parentes ou vizinhos para evitarem que estes tivessem que cumprir o passo pelas fazendas paulistas criando-se, desse modo, a cadeia imigratória direta entre patrícios. A rede de imigração tendida pelos galegos de Salvador baseia-se no autofinanciamento da passagem marítima, com os recursos pessoais de emigrante ou através de um empréstimo, para poderem gerir com maior liberdade o destino e livrar-se do trabalho compulsório das fazendas. Ao emigram inicialmente à Bahia só os homens jovens com o propósito do enriquecimento rápido para retornar com o lucro ao lugar de origem, escolhiam-se profissões urbanas onde se acreditava poder lograr um mais rápido sucesso. Além disso, como pequenos proprietários rurais, os galegos não estavam dispostos a trabalharem terras alheias.

As profissões dos andaluzes de Sorocaba estão relacionadas com a comercialização das safras dos produtos em cujo cultivo se especializaram. Em Sorocaba estenderam a cultura da cebola, da batata inglesa, de hortaliças e dos cítricos e promoveram o seu comércio, atacadista e varejista, vendendo fiado por meio das cadernetas²⁶⁸. A peste que

²⁶⁸ Oliveira (2000: 99-102), amparando-se no artigo “Influências dos espanhóis nos costumes de Sorocaba” publicado pelo historiador Aluisio de Almeida no jornal sorocabano *Cruzeiro do Sul* menciona a conservação da gastronomia mediterrânea na culinária cotidiana dos imigrantes andaluzes durante a primeira metade do séc. passado. Alguns pratos – as migas, as *gachas*, o *puchero*, a sopa de grão-de-bico, junto à elaboração artesanal do *anizete* e ao costume cerimonioso da matança do porco – tornaram-se traços identitários que reportavam diretamente à alimentação da colônia. Da mesma forma, o autor comunica que três novidades

afetou, na década de 1940, a citricultura – a “tristeza” dos laranjais – contribuiu à diversificação dos ofícios urbanos dos imigrantes espanhóis de Sorocaba, pois os agricultores passaram a se empregarem como tecelões, pedreiros, marceneiros, padeiros e em ferros-velhos. A frisão do estatuto móvel das representações socioculturais é levada a cabo por Oliveira mediante a recopilação das ações promovidas pela elite dos imigrantes andaluzes; esta criou exemplos de simbiose entre os hábitos de origem salvaguardados e os modelos de comportamento na terra-destino. As celebrações de efemérides foram aproveitadas por esse grupo dirigente da colônia para aumentar a estimação dos imigrantes entre os nativos. Aos 15 de agosto 1957, quando Sorocaba festejava o seu III Centenário, sujeitos destacados da colônia espanhola, por meio do Centro Cultural e Recreativo Brasil-Espanha, mandaram erigir o monumento ao bandeirante “Baltazar”, colocando nele uma placa com a inscrição redigida em espanhol. Com esse gesto, os espanhóis não só homenageavam a cidade que os acolhera senão que também reivindicavam a intervenção de fidalgos espanhóis na fundação da cidade ao exaltarem um bandeirante que cassara com uma fidalga castelhana e que se fizera acompanhar pelos seus genros para constituir o povoado que derivaria em Sorocaba. Destarte, observa-se como, em Sorocaba, o uso emblemático de episódios coloniais fora uma via encontrada pelos imigrantes espanhóis para legitimarem simbolicamente a sua presença²⁶⁹. Uma outra forma de exibir a sua imbricação na sociedade sorocabana foi o compartilhamento das causas patrióticas brasileiras. Assim, os imigrantes espanhóis arrecadaram doações tanto para a Revolução Constitucionalista de 1932²⁷⁰ quanto para a Força Expedicionária Brasileira enviada à Itália

guloseimas do primeiro quarto do séc. XX – os churros, a paçoca, as madalenas e o torrão – foram popularizadas pelos espanhóis, os quais as preparavam para vender em carrocinhas pelas ruas. Todavia, os pratos típicos foram sendo abandonados a partir da primeira geração de descendentes, chegando a fechar, pela pouca freqüentação dos espanhóis, os dois restaurantes especializados na comida mediterrânea. Um deles foi reconvertido, pelo proprietário andaluz, em um local dedicado à culinária napolitana que, pelo contrário, se deu bem.

²⁶⁹ O historiador Aluísio de Almeida, em sua *História de Sorocaba*, sancionou, em 1969, os fundamentos genealógicos espanhóis da cidade apontados pelos imigrantes através da remissão às influências da União Ibérica. Segundo o historiador, a imagem de Nossa Senhora da Ponte, padroeira da cidade, chegada com os pioneiros bandeirantes em 1654 possui feições que “parecem castelhanas”. Insistindo no substrato espanhol de Sorocaba expôs que, em 1611, Dom Francisco de Souza, governador geral do Brasil, autorizara a instalação de pelourinho no povoado de Itavuvu, aldeamento sobre o qual se instalou Sorocaba, dando-lhe o nome de São Felipe, em honra do monarca hispânico. (Cf. Oliveira, 2000: 145).

²⁷⁰ O jornal *Cruzeiro do Sul* (03/08/1932) noticiou o aval espanhol ao levante paulista: “A Colônia Espanhola realizou doações à Revolução Constitucionalista, doações estas angariadas por André Asensio & Irmãos. Também a mesma colônia, através do Grupo Dramático Dicenta, realizou um espetáculo no dia 15 de agosto, cuja bilheteria foi revertida para a causa de Revolução” (Cf. Oliveira, 2000: 36).

na II Guerra Mundial. Oliveira (2000: 73-74), a partir do testemunho do jornalista, filho de espanhóis, José Crespo Gonzales, menciona também as festas organizadas pelos imigrantes no campo de futebol do time espanhol *El Salteador* e o arco do triunfo erguido frente à catedral da cidade para comemorarem a chegada do avião *Plus Ultra* ao Brasil em 1926²⁷¹.

A elite dos imigrantes espanhóis não se afastou dos seus patrícios com menor destaque. Ela tutelou-os, constituindo-se no seu interlocutor tanto com a sociedade de acolhida quanto com as autoridades da Espanha. Os líderes da colônia procuraram reunir os patrícios ao redor dos clubes, arenas de touros, associações comerciais e teatros próprios²⁷². Por um lado, para se facilitar os trâmites consulares, obteve-se o direito de instalação de um consulado honorário. Por outro, para estreitar a coesão social da colônia, fundou-se, em 1936, uma escola da matrícula gratuita destinada à alfabetização dos filhos de imigrantes espanhóis. A iniciativa da construção da escola partira de José Pineda, professor particular de música, guarda-livros dos comércios dos espanhóis, escriba da colônia e secretário da

²⁷¹ Oliveira não interpreta o fato. Pode-se, no entanto, entrever que as escalas realizadas no Brasil – Fernando de Noronha, Rio de Janeiro e Natal – pela hidrocanoa *Plus Ultra*, antes da sua aterrissagem em Buenos Aires, aos 10 de fevereiro de 1926, significaram um simbólico reforço à auto-estima da colônia espanhola. Da comoção ocasionada pela façanha, foi retirado pelos espanhóis um prolongado e copioso aproveitamento para prestigiar a sua identidade perante a sociedade brasileira e ressaltar a valia da Espanha para o progresso, tal como o fizeram outros grupos de imigrantes espanhóis no Cone Sul. A adesão da colônia espanhola aos heróis da vanguarda aeronáutica teve continuidade aos 07 de setembro de 1931, quando Alberto Santos Dumont decidiu lavrar testamento durante seu repouso sorocabano. Segundo Oliveira (2000: 145-46), entre as quatro testemunhas que apuseram sua rubrica ao documento cartorial “aparecem as assinaturas de Simpliciano de Almeida, que foi vice-prefeito da cidade e era casado com a espanhola Izabel Rodrigues, Alberto Trujillo, ‘industrial hespanhol’, Thomaz Rodrigues, ‘negociante hespanhol’ e José M. Leandro de Proença, negociante brasileiro”.

²⁷² Em *Espanhóis* (Oliveira, 200, 103-16) é resenhada a travessia seguida pelas instituições fundadas pelos imigrantes com o propósito de gerirem uma vida cultural consonante com os próprios interesses identitários. Em Sorocaba foi inaugurado no início da década de 20 o cinema-teatro *Alhambra* e, em 1939, o cinema Eldorado. Esses dois espaços aglutinaram o lazer da colônia projetando preferencialmente filmes em língua espanhola. O *Alhambra* contava com uma companhia teatral que encenava textos em espanhol. Na Sociedade Cervantes, na década de 1930, também foram representadas obras de teatro – *Juan Tenorio*, *Fugitivo*. A vida desse centro corporativo, ao igual que a dos dois teatros, prolongou-se até finais da década de 1950. Os imigrantes entrevistados por Oliveira referem-se a ele como o principal espaço para as seletas atividades socioculturais das famílias da elite espanhola, lembrando-se da existência de uma biblioteca. De fato, o jornal *Cruzeiro do Sul* aos 11/05/1929 anunciou a visita, nesse clube, de Francisco Villaespesa, quem teria proporcionado “com seu fino espírito, preciosos momentos de deleite intelectual. Villaespesa declamou, nessa noite, lindíssimas poesia de sua lavra”. Outras ações empreendidas pela colônia nas décadas de 1920 e 1930 foram as “Festas das Flores”, comentadas pelo jornal carioca *La Estirpe*, as quadrilhas de carnaval que apresentavam os versos dos enredos em Espanhol, a formação da Banda Taquara com temas para animar as festas e a publicação de romances produzidos em fascículos com alusões a Espanha, como foi a história intitulada *Bandidos de Sierra Morena*, editada pelo imigrante Domingos Ortega. Na década de 1990, um grupo de mulheres do Além Ponte, quase todas descendentes de espanhóis constituiu o grupo *Sem-Fronteiras*, tendo entre seus objetivos, a perpetuação e a interpretação da música – flamenco, sevillanas, malagueñas, jotas e passo-dobles – ainda viva na memória dos mais idosos do bairro.

Associação dos Espanhóis. Oliveira destaca, como se segue, a importante repercussão exercida pela “escolinha” do *maestro* Pineda a meados da década de 1930:

Nessa época, dezenas de famílias de famílias, que haviam se dado bem no campo, estavam se deslocando para a cidade, para se dedicarem a atividades comerciais. Seus filhos, espanhóis ou já nascidos no Brasil, na maioria eram analfabetos. Trabalhando o dia todo em bairros rurais distantes, como Mato Dentro, Avecuia, “25”, Caputera, Brigadeiro e Votorantim, não tinham tido oportunidade de ir à escola. Mesmo porque eram muito pobres, não tinham recursos e nem tempo para estudar. A escolinha do Prof. Pineda teve, exatamente, essa função social, recuperar os jovens analfabetos vindos do campo. Entre os matriculados tinha alunos de 8 e 20 anos (Oliveira, 2002: 72).

A escola dos imigrantes espanhóis de Sorocaba mencionada por Oliveira tem um grande valor simbólico. Ela constitui, pelos dados de que dispomos, a única instituição destinada especificamente ao ensino de seus filhos que os imigrantes espanhóis fundaram no Brasil até que, na década de 1970, se inaugurou o Colégio Miguel de Cervantes na cidade de São Paulo. Embora as principais associações desses imigrantes tivessem, entre os seus fins, a instrução, lecionando-se, às vezes, diversas matérias na sede dos clubes, não nos consta que, excetuando-se o caso de Sorocaba, tivesse sido construída pelos imigrantes uma outra escola.

Essa escola foi fechada pouco tempo depois da sua abertura. Oliveira não esclarece se o seu desmantelamento em 1937 esteve relacionado com a campanha de nacionalização do ensino promovida durante o Estado Novo. Segundo o pesquisador, o *Livro de matrícula* da escola não permite averiguar se a grade curricular e os livros de texto eram os adotados na Espanha. Também se desconhece se o ensino era ministrado na língua espanhola. No entanto, dos testemunhos dos antigos alunos expostos por Oliveira deduz-se que o projeto pedagógico da escola concordava com o brasileiro, pois os espanhóis declararam que freqüentavam as aulas como meio para se prepararem para o ingresso na escola oficial do bairro. A curta vida da escola pôde também ser uma derivação do acirramento da repressão contra os ativistas da República Espanhola desencadeada logo do início da Guerra Civil na Espanha. Sorocaba foi uma das cidades do Estado de São Paulo onde a legação espanhola se manteve leal à causa republicana²⁷³.

²⁷³ A abafação violenta da mobilização republicana em Sorocaba aconteceu com o assalto, em 1938, ao Centro Republicano Espanhol por parte da Delegação Regional de Polícia. Reproduzindo a explicação publicada na época, Oliveira menciona que nos periódicos se informara que, na batida no “covil de perigosos agitadores, adeptos ao comunismo, que infestam a cidade”, apreendeu-se “copioso material do credo vermelho, representado por boletins, jornais revistas e outros documentos” e que foram detidas umas 35

A obra de Oliveira salienta uma época – a década de 1930 – cujos efeitos são a chave para a compreensão tanto da mudança na orientação das representações que os espanhóis elaboravam sobre si quanto da aceleração no processo da sua aculturação. Essa obra, por um lado, abafa a tendência das três dissertações acima mencionadas, pela qual se considera que a identidade espanhola no interior do Estado de São Paulo, apesar do grande número de imigrantes, se diluiu em poucos anos no meio social paulista havendo contribuído muito pouco à formação cultural desse meio. Por outro, aponta claramente à repressão desatada sobre as associações de estrangeiros qualificadas como perigosas para a soberania nacional, após a revolução do 24 de outubro e, sobretudo, após o Estado Novo, como o momento de inflexão para o retraimento das manifestações ideológicas e identitárias das comunidades de imigrantes espanhóis.

IV. 3. 7. As representações da imigração na produção literária dos imigrantes espanhóis em São Paulo

Em relação ao segundo grupo acima mencionado, o formado pelas obras que, sendo produzidas pelos imigrantes espanhóis, participou na constituição de traços visíveis das identidades deles, fazemos uma tríplice divisão. Por um lado, salientamos os periódicos vinculados às associações de espanhóis. Em segundo lugar, salientamos a historiografia que os imigrantes espanhóis escreveram sobre as trajetórias de grupos deles e de associações deles. Por último, comentamos o escasso *corpus* literário criado por imigrantes espanhóis em que são refletidos aspetos das relações entretecidas no dia-a-dia deles na cidade de São Paulo.

A imprensa espanhola em São Paulo

peças das quais 20 se remeteram, sob escolta, à cidade de São Paulo onde foram entregues à Superintendência da Ordem Política e Social. Entre os detidos estava o Prof. Pineda, quem só seria liberado após ter permanecido preso cerca de 30 dias. Através dos depoimentos compilados e das crônicas inéditas redigidas em espanhol pela Prof^a. Irene Garcia Minello, neta de espanhóis, Oliveira comprovou que os imigrantes continuaram se reunindo após a primeira intervenção da polícia. Concentravam-se diariamente na esquina de um bar – o Bar Bimbo, na Rua Cel. Nogueira Padilha –, onde eram lidas as cartas recebidas da Espanha, ouvia-se o programa de Rádio “Habla Moscú” e discutia-se a política espanhola. No entanto, a ação policial prosseguiu, sendo inclusive determinada a mudança da chefia de um dos clubes de futebol criados pelos espanhóis. O clube Hespânia, fundado em 1929, teve que retirar todos os espanhóis dos postos diretivos por haver doado, em 1938, 25 mil réis ao Centro Republicano Espanhol e, em 1943, a autoridade policial determinou que fosse mudado o nome da sociedade, passando, a partir de então, a ser denominado Fluminense.

Na nossa opinião, a imprensa gremial gerada, para fins publicitários e para a promoção intestina, pelos imigrantes espanhóis em São Paulo, entre finais do séc. XIX e da primeira metade do séc. XX, mereceria, com urgência, um estudo à parte que deveria ser acompanhado pela microfilmagem dos exemplares dela que ainda se possam localizar. Durante a realização desta pesquisa, encontramos pouquíssimos exemplares dessa imprensa, cuja consulta complicou-se, além do mais, pelo deterioro em que se encontra – papel amarelecido, acidificado e oxidado, esfarelando-se –. Só nos foi possível consultar – só localizamos –, na Biblioteca Municipal Mário de Andrade, dois exemplares do *Diario Español* [continuador de *La Voz de España*]: um exemplar do 8 de janeiro de 1912, e um outro de 7 de setembro de 1922. Na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro deixaram-nos consultar os exemplares de 18 de julho de 1938 e 24 de março de 1939 de *La Nación*. No Arquivo Histórico do Estado de São Paulo, consultamos um exemplar de 17 de junho de 1937 da *Gaceta Hispana*.

Ao consultar os exemplares do *Diario Español* das datas indicadas, observamos a inserção de publicidade de negócios, em São Paulo, de imigrantes espanhóis, os eventos organizados por associações de imigrantes espanhóis em vários estados do Brasil, as notícias inseridas sobre acontecimentos da Espanha e discursos e artigos de opinião de imigrantes. A eles referir-nos-emos a seguir.

O cotejo entre *La Nación* – vinculado à causa nacional – e a *Gaceta Hispana* – leal à II República – permitiu-nos conhecer, um pouco, o reflexo, nesses periódicos gremiais, do enfrentamento entre os imigrantes espanhóis que tomaram partido por uma ou outra causa na Guerra Civil.

Tivemos, no entanto, acesso à coleção completa, desde a época IV à VIII, do periódico *Alborada*, órgão da, na atualidade denominada, “Sociedade Hispano-brasileira de socorros mútuos, instrução e recreio”. Nas épocas IV e V, de março de 1973 a julho de 1976, *Alborada* fora o periódico do “Centro Espanhol de São Paulo”. Nas épocas VI e VII, de agosto de 1976 até meados de 1997, passou a ser o periódico do “Centro Espanhol-Sociedade Hispano-brasileira”, devido à fusão de ambas as sociedades, passando a ser, a partir de meados de 1997, o periódico da “Sociedade Hispano-brasileira de socorros mútuos e instrução-Casa de Espanha”, devido a uma nova fusão de sociedades. Todavia, a

publicação do *Alborada* começara em 1955, quando foi criado como o órgão da “Casa de Galícia de São Paulo”. Não tivemos acesso aos exemplares dessas primeiras épocas.

Em secção abaixo, desta parte, referir-nos-emos à tensão havida, pela Guerra Civil espanhola, entre os imigrantes espanhóis no Estado de São Paulo, tal como ela foi veiculada nos exemplares dos periódicos gremiais que localizamos.

O Diario Español

O *Diario Español* começou a circular no final do séc. XIX. Dele localizamos e consultamos dois exemplares. O de 8 de janeiro de 1912, segunda-feira (“Año XIV”) – n. 984 –, e o de 7 de setembro de 1922, quinta-feira (“Año XXIV”), sem número. O *Diario Español* apresentava-se como o continuador da publicação *La Voz de España*. Ambos os exemplares não tem as páginas numeradas. No n. 984 indicava-se que a redação e a administração do periódico estavam situadas na rua Brigadeiro Tobias, n. 85, e que o responsável pela correspondência era José Eiras García.

O conteúdo do exemplar de 8 de janeiro de 1912 abrange tanto notícias de acontecimentos no Brasil, quanto matérias sobre a situação da Espanha. Na capa desse exemplar há uma resenha acerca da introdução da pintura espanhola que se estava a produzir naquele momento no Brasil. Trata-se de duas colunas sob o título *El Arte español en el Brasil – Su significación – Corrientes de simpatía entre españoles y brasileños*, das que não se indica a autoria. Esse título constitui a manchete do jornal. Na verdade, no texto informa-se de três exposições acontecidas na, então, capital do país [Rio de Janeiro] e na cidade de São Paulo, as três, segundo o redator, apoiadas pelas autoridades brasileiras e louvadas pela imprensa paulista – *O Estado de São Paulo* e o *Correio Paulistano* –. A primeira delas fora a dos irmãos Salinas, à que lhe seguiram a de Julio Vila y Prades e, na Escola de Artes e Ofícios de São Paulo, a de José Pinelo. Nestas duas últimas, os artistas, além das suas telas, teriam apresentado obra de outros pintores. O redator das colunas enfatiza o sucesso alcançado por esses artistas no tocante à afluência às suas exposições e à venda de quadros. O redator refere-se às exposições qualificando-as como a grande oportunidade que teve a arte espanhola para se dar a conhecer no Brasil. Da sua prosa desprende-se que, segundo ele, a arte espanhola nunca antes fora apreciada no Brasil e que

esses artistas plásticos representavam a melhor e mais conceituada produção pictórica espanhola do momento. Sobre a exposição dos irmãos Salinas, assinala-se que:

Fueron los precursores de esas Exposiciones y de esos éxitos los celebrados hermanos Salinas. Ellos dieron a conocer al inteligente público brasileño el arte español, presentando trabajos de que son autores.

La aceptación que tuvieron, así en la capital de la nación como en la del Estado de S. Paulo, sorprendieron a los mismos artistas, que no creían existiese aquí, en una nación joven que apenas ha tenido tiempo para iniciar el desarrollo de sus grandes riquezas naturales, una pasión tan grande por el arte pictórico.

A maior parte do texto não é dedicada a descrever ou a caracterizar as exposições senão a interpretar, da visão do redator, o impacto e a repercussão que elas provocaram nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. O redator acreditava que as exposições permitiram que o público brasileiro, capacitado para apreciar o mérito dos quadros, apagasse preconceitos sobre a cultura da Espanha, tachada de atrasada. Essa suposta vitória em benefício do prestígio espanhol no Brasil ter-se-ia conseguido não pelo deslumbramento do progresso material senão pela distinção que proporciona a exibição de provas de se haver atingido a excelência na arte. Afirma o redator:

Se trata, pues, de un triunfo doble; es decir: de un triunfo del Brasil, porque los hijos de esta tierra demuestran que, en medio de su progreso mercantil, sienten el arte y saber aquilatar el mérito de las obras que realmente le tienen, y de un triunfo de España, porque ésta ha sabido imponerse a la administración del inteligente pueblo brasileño.

Por parte de España ese triunfo tiene mérito indiscutible, por haber sido la primera nación del mundo que ha sabido presentar en el Brasil y hacerlas admirar, las obras de su exuberante arte pictórico.

No se impuso por sus manufacturas, ni por ninguna de las funciones del mecanismo económico; pero se ha impuesto por su genio artístico.

Al reconocerlo así los brasileños, es para nosotros muy honroso y esencialmente elevado para nuestra nacionalidad, puesto que ya nadie osará afirmar que España – como algunos indoctos sostenían – es un pueblo dominado por la inercia y muerto para el progreso.

País que, como es España, se cultivan las Bellas Artes, dando una pléyade de pintores geniales, es país rico en savia y en ideales de perfección, en vigor mental y físico.

O redator encerra a matéria frisando a necessidade de estreitar os laços de união entre a Espanha e o Brasil para “desterrar la indiferencia con que se tratan, pues intereses y conveniencias de índole económica e intelectual les advierten que deben fundirse en una aspiración elevada, que es la de respetarse, auxiliarse y admirarse mutuamente”.

O posicionamento do jornal em relação aos problemas gerados pelas relações de trabalho e o modo de produção em uma economia capitalista apresenta-se conciliador no artigo intitulado *La burguesía y el proletariado – Las relaciones políticas*, pois propõe que as partes – os trabalhadores e os industriais e comerciantes – se reconheçam, dialoguem e transijam com vistas a conseguir um relacionamento satisfatório entre elas, baseado na justiça, e se possa logo evitar o recurso ao enfrentamento. As causas dos conflitos entre os trabalhadores e os patrões são assim diagnosticadas:

Si el problema, en el orden social que estudiamos, se da alrededor tanto para capitalistas como para trabajadores, de esenciales extremos de hecho planteados ya en la vida de los pueblos, el punto de partida para estudiarlo políticamente ha de estar en la tramitación que la sociedad misma vaya dando a esos sus sustanciales términos en que el total problema se diferencia.

Lo que actualmente produce la lucha y problema social consiguiente está motivado por la falta de igualdad entre el valor y el precio de las mercancías; participación que debe tener el trabajador en el producto que elabora; cantidad de tiempo que debe trabajar; seguridad e higiene en el trabajo, y respeto para las organizaciones que los trabajadores formen.

Essa edição do *Diario Español* possui uma seção rotulada “Progreso del Brasil” na qual se apresentam notícias miscelâneas em torno ao desenvolvimento econômico do país. As questões noticiadas são as melhoras nas comunicações em São Paulo através do avanço da estrada de ferro, os experimentos que se estavam a produzir no âmbito agrícola, os empreendimentos industriais, as políticas estaduais e federais de imigração e colonização, e as entradas e saídas de mão-de-obra estrangeira na Hospedaria de Imigrantes da cidade de São Paulo²⁷⁴.

²⁷⁴ Por um lado, a partir dos dados fornecidos pela Hospedaria de Imigrantes da cidade de São Paulo para o ano de 1911, o *Diario Español* informa que: “Con esta última cantidad tenemos el total de 44.557 inmigrantes entrados el año último en la Hospedería de Inmigrantes de esta capital. Sin embargo, ese número no representa tampoco la cantidad total de inmigrantes entrados en el Estado de São Paulo, pues en él no se hallan incluidos los inmigrantes espontáneos o llamados por parientes, que de Santos se dirigieron al lugar de destino sin pasar por la Hospedería de Inmigrantes”. A isso se acrescenta que “Dice un colega que entre los 44.557 inmigrantes registrados por las estadísticas de la Hospedería de Inmigrantes, entrados en el Estado de São Paulo durante el último año, se hallaban: Italianos: 14.700; Portugueses: 10.707; Españoles: 9.310. Los demás pertenecen a nacionalidades diversas. No sabemos si existe error en la cuenta”. Por outro lado, após haver informado que, segundo dados oficiais, em 1911 entraram, no Brasil, 92.972 imigrantes, o jornal corrige-se e matiza que “La noticia que publicamos en otro lugar de este número respecto a la entrada en el Brasil, en el año de 1911, de 72.972 emigrantes, parece equivocada, pues, según un número del Correo Paulistano, ese número se refiere sólo a los emigrantes entrados por el puerto de Río de Janeiro”. Outra notícia refere-se à “estadística criminal” de Santos-SP no tocante à nacionalidade dos detentos: “Los reos pertenecen 50 al sexo masculino y 2 al femenino. Nacionalidad de los reos: Brasileños, 5; portugueses, 14; españoles, 10; italianos, 5; rusos, 3; sirios, 1; ingleses, 1; ignorada, 3”.

Nessa seção há uma notícia a respeito da revogação da decisão que, em 1911, fora tomada pelo governo da Espanha com o intuito de frear o fluxo de emigrantes ao Brasil. Essa decisão fora consequência do escândalo provocado pelos abusos denunciados nos seus relatórios pelos inspetores da Espanha enviados para a fiscalização das condições de vida dos trabalhadores espanhóis no Brasil. Comenta-se no n. 984 *Diario Español*:

Podemos asegurar, sin temor a equivocarnos, que el Gobierno español suspenderá en breve la prohibición impuesta a los españoles de emigrar al Brasil. Fundamentamos nuestra afirmación en noticias particulares recibidas de Madrid de personas que ocupan brillantísima posición social y se hallan en contacto con todas las cuestiones que afectan a las relaciones hispano-americanas.

Em um espaço publicitário dedicado à livraria do próprio periódico informa-se dos livros que, para serem destinados aos espanhóis residentes no Brasil, eram importados da Espanha e postos à venda em São Paulo. Os títulos são *Compendio de la Historia de España*, *Amigo de los niños*, *Gramática de la Real Academia de la Lengua Española*, *Geografía*, *Álbum de la Guerra de Melilla* e a coleção completa das obras de Camilo Flammarion. Junto aos títulos da livraria do jornal, anunciam-se as publicações periódicas à venda na “Agencia de Antonio Scafuto”: *Blanco y Negro*, *Nuevo Mundo*, *Sol y Sombra*, *La Unión Ilustrada*, *Los Sucesos*, *Caras y Caretas* e outras “revistas argentinas”. Nesse exemplar do *Diario Español* há também uma seção dedicada às informações telegráficas recebidas da Espanha e uma seção de “Notas Cômicas”. A penúltima e a última páginas são dedicadas à publicidade, quase toda em língua espanhola²⁷⁵.

²⁷⁵ Os anúncios são os seguintes: Caja Mutua de Pensiones Vitalicias (Rio de Janeiro – São Paulo); Vapores Correos Españoles de Pinillos, Izquierdo & C.; Troncoso Hermanos, Comerciantes-Comisionistas-Consignatarios-Casa de Cambio-Importadores-Representantes; *Société Generale de Transports Maritimes*; Casa Ramos (Casimiras y Cheviots); Austr-Americana, Compañía de Navegación a Vapor; The Royal Mail Steam Packet Company – The Pacific Steam Navigation Company; Marino Conti & Irmãos, Rioja-Euskadi Alimentación; Venta de un “sitio”; Gran Cervecería y Café Ibérico – Manuel Vaz; Panadería Española; Casa Veneta (Música); Teatro Casino (Iris cantora italiana) – Bijou Theatre (soirées puramente familiares); Tarjetas comerciales y de visita; Café y confitería del Pueblo; Messageries Maritimes; Navig. Generale Italiana; Almacén de comestibles, Vda. De Sánchez & Moura; Hotel do Porto, de Leandro Álvarez; Lloyd Real Holandés; Hotel Continental, de Agapito Álvarez; A democrática, Fábrica de Tabacos de José Álvarez; “União Brasileira”, Sociedad Paulista Beneficiente y de Peculios; Taller de Modista, Hermanos García e Hotel “2 de Mayo”, de Pablo Grañé. Além desses anúncios, há quatro que contêm prosa publicitária e dois em que se oferece emprego. Os primeiros são os seguintes: “Casa de jóias” de Pascua Reyes, “¡Alto, alto! ¿Quién es el que vende más barato en esta capital? ¡Pues está la Casa Laurito! ¿Dónde está la Casa Laurito? Rua 15 de Novembro, n. 29”; “¡Españoles! El mejor regalo de Navidad son los cigarros “Nina Pancha”, Fábrica: Rua 15 de Novembro, n. 56”; Hotel dos Viajantes, n. 86, “Este magnífico Hotel, al frente del cual se hallan Celestino Costa, que durante algunos años dirigió el Horel Eiras, Rafael de Souza y Manuel Ferreira, es uno de los que más ventajas ofrecen a los señores pasajeros, por su seriedad y precios módicos. Los españoles deben, pues, visitar este Hotel, en la seguridad de que serán servidos con esmero y economía. Cuartos amueblados para familias. Cocina variada y a la española. En frente a las Estaciones de la Luz y Sorocabana.

A maior parte do exemplar do *Diario Español* do 7 de setembro de 1922 é dedicada a resenhar o festival organizado pela junta diretiva do *Centro Español*, então presidida por Miguel Gutiérrez, para comemorar o Centenário da Independência do Brasil e o “IV Centenario de Sebastián Elcano”. Desse festival, a parte mais destacada pelo repórter foi a palestra ministrada pelo P. Francisco M. Girón (OSA) – orador oficial do evento –, intitulada *Primus circumdediste me, 1522-1922*, reproduzida no jornal²⁷⁶. O festival foi interpretado como um “culto” sublime da colônia espanhola paulistana, reunida no *Centro Español*, às gloriosas atuações dos seus antepassados e como uma demonstração de que o *Centro Español* “con su alto espíritu patriótico no deja pasar una fecha sin que, con gran entusiasmo y simpatía, la conmemore de manera digna y con todo esplendor”. Um redator do jornal refere-se ao evento com a seguinte qualificação:

Fue un solemne homenaje a la Patria Brasileña y al denodado marino español cuya figura se agigantó en el transcurso de los tiempos. Los salones del Centro Español, adornados primorosamente y profusamente iluminados, ofrecían deslumbrador aspecto. [...] El regocijo, sin eclipsarse un solo instante, y el entusiasmo, fue la luz, bálsamo y aroma que alegró durante la fiesta a las almas hispanas que allí se reunieron para exteriorizar sus hondos afectos y sumarse a los que en este día solemne tienen un recuerdo para los hechos gloriosos de nuestra amada España y un sentimiento de simpatía a la gran nación brasileña. [...] El Centro Español parecía en la noche de ayer un sublime albergue de amores, y de ahí que no pudiese faltar, como ya hemos dicho más arriba, el amor tan puro, tan notable y tan elevado de la patria, el amor más dulce, más fuerte y más elevado. Fue un culto bien merecido a las tradiciones de nuestra raza, donde vibró intensamente la emoción del recuerdo sublime, porque es innegable que la vida gloriosa de nuestros grandes antepasados está vinculada de manera indestructible a la Historia de pueblos grandes y pequeños.

Na reportagem do jornal sobre esse festival focaliza-se, sobretudo, a ênfase dada à celebração do “IV Centenario de Sebastián Elcano”, parecendo que esta solapou, ou substituiu, os atos da comemoração da emancipação brasileira. Nesse sentido, do

S. Pablo” e Frontón Boa-Vista, “Cuadros de pelotaris venidos expresamente de Europa”. As ofertas de trabalho são estas: Dr. José Asprer (médico español), “Se necesita una criada, seria, para pequeños servicios de casa, entre ellos el de servir a la mesa. Rua Martim Francisco, n. 36 o 36”; “Se necesita un oficial de zapatero, hábil en su oficio, para una localidad del interior del Estado. Es innecesario presentarse si no es artista. Para informes dirigirse a Juan García Martínez, establecido con zapatería en Pirajú”.

²⁷⁶ A fala do “Rvmo. P. Girón” é louvada em um parágrafo transformado em um bajulatório desse agente da colônia espanhola paulistana: “Después de las ceremonias que actos de tal magnitud requieren, fue concedida la palabra al erudito, sabio e ilustre Rvmo. P. Girón, cuya portentosa fecundidad y gran verbosidad son tan grandes, que ante su presencia nos olvidamos de todo para absorber gota a gota el sabroso néctar que rezuman sus párrafos brillantes, caudalosos y fecundos que van fluyendo serena y potente y espontáneamente, evidenciando cuán portentosa es la generatriz de su cerebro y cuán hondos son sus conocimientos históricos y sociales”.

tratamento que lhe deu o *Diario Español* ao festival depreende-se que tanto os organizadores do evento no *Centro Español* quanto o próprio periódico pretenderam que os participantes da colônia espanhola na comemoração desse IV Centenário entendessem que, em paralelo ao entusiasmo patriótico entre os brasileiros, derivado da celebração do centenário da independência do Brasil, os espanhóis de São Paulo tinham um outro motivo patriótico, próprio e distintivo, perante o qual podiam também se regozijar. Os espanhóis – “as almas hispanas” – podiam, portanto, além de mostrarem os sentimentos de “simpatía a la gran nación brasileña”, “exteriorizar sus hondos afectos y sumarse a los que en este día solemne tienen un recuerdo para los hechos gloriosos de nuestra amada España”²⁷⁷.

Segundo o jornal, às homenagens assistiram autoridades consulares espanholas, representantes das agremiações “hispanas” da cidade de São Paulo [*Sociedad Española de Socorros Mutuos* e *Federación Española*] e de centros culturais brasileiros. Esses participantes no festival – a “familia hispana de São Paulo”, na percepção do P. Girón – optaram por acometer simultaneamente a celebração de um aniversário da independência do país em que residiam e a rememoração e o enaltecimento do passado imperial da Espanha e das façanhas então realizadas. Mas, das palavras do P. Girón, retira-se que o que primou na “velada” foi a afirmação nacional – a afirmação do “amor y orgullo étnicos” – e a exibição do patriotismo espanhol que albergava a colônia:

Esta velada es la demostración palmaria y evidente de que no vivís al día, si eso es vivir, sino que os alimentáis del jugo de nuestra tradición y de nuestras glorias pretéritas, continuando la áurea cadena de la historia de España, enorgulleciéndoos de ser los hijos y descendientes de aquellos intrépidos

²⁷⁷ De fato, na convocação para as celebrações do IV Centenário da “1ª vuelta alrededor del mundo” e do centenário da independência do Brasil, cujo texto, da autoria do P. Girón, foi transcrito no *Diario Español*, não se mencionava a segunda efeméride: “El 4 de septiembre los tripulantes de la Victoria avistaron el cabo de San Vicente, y el 6, con el favor de Dios, dieron fondo en Sanlúcar de Barrameda, después de tres años, menos unos días, de haber salido del mismo puerto, y de haber navegado 14.460 leguas. ¡Habían dado la vuelta al mundo! Pues bien, este año, el 6 de septiembre se cumple el 4º centenario de ese hecho portentoso, el más trascendental de la historia de la navegación. La colonia española de S. Paulo, ¿dejará pasar desapercibida esa gloriosa fecha, como dejó pasar el año último, no sólo la del gran Cortés, sino la del centenario del Rey Alfonso el Sabio, quien, con sus Partidas, comparte toda la gloria de la Edad Media, con la Summa de Santo Tomás y la Divina Comedia del Dante?... Los centros y sociedades en España se preparan para celebrar aquel centenario y cantar las glorias del compañero de Magallanes y héroe de aquella epopeya, que ‘siguió con la quilla de su nao la redondez de la tierra con la rúbrica augusta de España’. Quiera Dios que Sebastián del Cano, el primero que ostentó en su escudo de armas un mundo con el rótulo Primus circumdedisti me, tenga mejor suerte que el Rey Alfonso el Sabio; y la Colonia y sociedades españolas de S. Paulo den el 6 de septiembre próximo elocuente prueba de que alienta en sus almas el mismo espíritu que vivificó el de aquellos héroes, y se enorgullece y embriaga con sus glorias y sabe conmemorar dignamente las gestas inmortales de la historia patria, y enaltecer justamente el nombre de los ilustres hijos que la realizaron e hicieron memorable y eterno el nombre español”.

navegantes [...] y locos aventureros que hicieron temblar el mundo al son de sus espadas y sujetaron toda la tierra para que sirviese de escabel al trono de sus reyes, y en la lengua de Castilla se bendijese a Dios hasta en los últimos confines del globo.

Na sua palestra, o P. Girón traça um perfil biográfico de Elcano e narra sumariamente a travessia em que se descobriu e atravessou o estreito batizado como estreito de Magalhães, enfatizando que os agentes dessa gesta não foram movidos pelo ganho econômico senão pela ambição “de gloria, de renombre, de las grandezas de España y de la dilatación y del triunfo de la fe”. Após se referir à expedição de Magalhães e Elcano, o P. Girón abordou no seu discurso a proclamação da independência do Brasil e justificou como se segue a relação entre a efeméride castelhana e a brasileira:

Con la gloriosa data española que, con tosca palabra y tan menguadas facultades para su grandeza, acabo de conmemorar, coincide en el día (pues ya os he dicho que la verdadera fecha fue el siete) otra no menos memorable y gloriosa, aunque bajo distinto aspecto, de este noble y generoso pueblo, bajo cuyo hermoso y brillante cielo vivimos, cuya augusta y victoriosa bandera nos cobija y protege y cuyos hidalgos hijos, unidos a nosotros por los irrompibles lazos de sangre, religión y raza, y hasta de lengua, nos dan el dulce nombre de hermanos. Con sumo placer me hago intérprete de los sentimientos del Centro Español de São Paulo y de toda la colonia española domiciliada en la tierra de la Santa Cruz, porque son también los que abraza y nutre mi corazón de español y de sacerdote. La actitud gallarda de D. Pedro I, el gesto noble y levantado de su escolta; el grito sublime, lanzado en el morro de Ypiranga de “Independência ou morte”, repercute con júbilo y entusiasmo en todos los pechos iberos y lo celebramos con transportes de orgullo y alegría. Porque ese grito fue, como el quejido de la mujer en el instante de su alumbramiento, el que dio a la humanidad una nueva nación exuberante de vida, pletórica de entusiasmos, de inexhaustos tesoros y riquezas, de alientos generosos e ideales puros y levantados; encarnación viva de los espirituales y caballerosos que constituyeron siempre el patrimonio común de la raza ibera.

Para o P. Girón os jovens países ibero-americanos, para o seu desenvolvimento, podem e devem continuar o percurso espiritual escolhido por Espanha e Portugal, um percurso alheio às idéias e aos interesses “mercantiles o egoístas”, gerador de uma identidade comum, a ibérica. Nesse sentido, o P. Girón manifesta-se contrário ao uso de repúblicas latino-americanas para qualificar os povos sul-americanos e advoga pela denominação desses povos como ibero-americanos²⁷⁸. Além disso, ele acredita que a pátria das antigas colônias americanas de Espanha e Portugal não é nenhum desses dois países,

²⁷⁸ O P. Girón afirma que o adjetivo “latino-americano” é uma qualificação alheia à história da América do Sul e crê que ele é um “remoquete, inventado en París, para su propio provecho”.

pois, para ele, na formação da pátria não influenciam nem os modos de governar os países, nem a geografia, nem as bandeiras, nem as línguas, senão a presença da “alma nacional”, definida, no caso da Espanha e de Portugal – a Ibéria –, pelo cristianismo, o idealismo e a vocação pela aventura. A Espanha teria, então, contribuído à projeção da “alma nacional”²⁷⁹ ibérica no Brasil ao ter chegado ao Brasil antes que Portugal, pois se antecipando à esquadra de Cabral, o piloto Vicente Yáñez Pinzón teria alcançado o 20 de janeiro de 1499 a costa brasileira, no 8º de latitude sul, batizando o cabo em que fundeou de “Nuestra Señora del Consuelo”. A história da presença espanhola no Brasil é completada pelo P. Girón fornecendo os seguintes dados, com o qual ele encerra a sua intervenção:

Quedábamos en que el verdadero descubridor del Brasil fue Vicente Yáñez Pinzón; este mismo piloto y Juan Dios de Solís, en 1508, buscando el paso para las Molucas, recorrieron las costas brasileñas, recorrieron el río Amazonas, y anclaron en Río de Janeiro al que dieron nombre. Solís, en su segundo viaje, lo reconoció de nuevo y en él tocó también Magallanes con su armada. Desde los primeros días del descubrimiento no dejaron nunca los españoles de visitar las costas brasileñas y de comerciar con los naturales, y aún de mezclar su sangre con los indígenas, pues nunca los iberos despreciaron a las razas inferiores, como lo hacen los anglosajones.

En la evangelización y civilización de los indios, todos saben que los misioneros españoles juntaron su trabajo, su celo, su heroísmo, al de sus hermanos portugueses. El solo nombre del venerable apóstol José de Anchieta lleva la convicción y es más elocuente que mil discursos que pudieran pronunciarse.

A los 80 años del descubrimiento del Brasil, el reino de Portugal, con todas sus colonias, se incorpora a la corona de Castilla, y la Península Ibérica forma, bajo el reinado de Felipe II, una sola nación, un único Estado, “y del mar del Luso a Junquera, hubo un centro, un altar y una bandera”.

Durante los 60 años que duró esa unión, ingentes fueron los sacrificios, mucha fue la ingerencia y preponderancia de los españoles en el Brasil.

²⁷⁹ A “alma nacional”, na concepção do P. Girón, consiste: “en la propia historia, en la conciencia presente, integrada por la comunidad de recuerdos, de aspiraciones, ideales y sentimientos, de amores y hasta de rencores y odios”.

Ao concluir a palestra, deu início a “parte musical” do programa – um recital –²⁸⁰, após o qual, enquanto no gabinete da diretoria se faziam brindes patrióticos, teve lugar um baile, com valsas e foxtrotos²⁸¹. Esse exemplar do *Diario Español* também contém publicidade em língua espanhola e nele há um registro de óbito²⁸². Recolhe, como anedota, uma notícia que publicara *El Día Gráfico*, de Barcelona, sobre uma situação hilariante em que se viu comprometido o político republicano galego Emiliano Iglesias, intitulada Una aventura de D. Emiliano Iglesias en Alemania²⁸³.

²⁸⁰ No jornal informa-se que esse recital esteve composto pelos seguintes números de canto: “1 – Lágrimas ocultas – Dúo –, por los Vassab; 2 – Deusa – Romanza –, por la Srta. Iracema Bastos; 3 – Romanza del *Trovador* de Verdi –, por la Srta. Iracema Bastos; 4 – Bercense – Vals –, por la Srta. Claudia Diez; 5 – N. N. –, por el Sr. Fortunato López; 6 – Arco de São André – Dúo –, por los Vassab; 7 – A mulata – Tango –, por Carlitiño; 8 – Pardelli – Stornello –, por la Srta. Iracema Bastos; 9 – Gounod – Serenata –, por la Srta. Iracema Bastos; 10 – San Fiorenzo – Romanza –, por la Srta. Iracema Bastos; 11 – M. M. –, por el Sr. Fortunato López; 12 – Bizet – Carmen –, por la Srta. Lola Zambrana”. Sobre a recepção que teve o recital, informa-se que: “Todas las señoritas y señoras que tomaron parte en los números de canto merecieron el testimonio de la admiración más unánime y clamorosa por parte de la respetable y numerosa asistencia, que fue exteriorizada por luengos y prolongados aplausos. También fueron muy elogiados la distinguida profesora Doña Climene Durval Barone, y el profesor Com. G. B. D’Arce, quienes acompañaron al piano las delicadas y notables obras de canto”.

²⁸¹ O jornal informa que ao baile assistiram, além dos sócios do *Centro Español*, estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, um grupo de escoteiros e moças da sociedade paulistana.

²⁸² Os anúncios são os seguintes: “Hortulania Paulista”, de João Pekín; Fábrica de Agua Sanitaria “Cóndor”, de R. de J. Luis González Conde; Gramófonos y discos Odeón, de Víctor y Fonotipia, Casa Odeón; Amasadora universal para pan, de Ernesto Cocito; “¡Agricultores! ¡Viticultores! Contra la Peronospora, usen el Polvo Caffaro (gramas, azufrar). Depositarios: S. Paulo, Rio Grande do Sul, Estado de Minas”; Skoylands Linje (Brazil) Limited, “El rápido paquete noruego Hanna Scoyland de 8.000 toneladas saldrá de Rio de Janeiro el día 27 de septiembre para Tenerife, Vigo y Copenhague. Este paquete dispone de espléndidas acomodaciones para pasajeros de 1ª y 3ª clases. A los precios reducidos: 1ª clase, Copenhague £ 40:0:0; 3ª clase, Copenhague, Rs. 450\$000, con camarote cerrado. Para más informaciones con Pedro Gad & Cia Ltda. Agente en S. Paulo. Rua Libero Badaró, 136” e “A Capital continúa con el más franco éxito en su Grande Venta Centenario compuesta exclusivamente de artículos finos y precios mínimos, Rua Direita, esquina S. Bento”. A nota fúnebre informa do seguinte: “Casimiro Delarco. Agustina Roda, María Ignacia Sánchez, Félix Roda, hermanos y cuñados, del siempre recordado Casimiro Delarco convidan a sus amigos y pariente para asistiren a la misa del 1º. año de su fallecimiento, ocurrido en Marcondesia en el día 5 de octubre de 1921, que se celebrará en la iglesia de Monte Azul a las 8 horas de la mañana del día 5 del mes venidero. Por ese acto de religión desde ya se confiesan eternamente agradecidos”.

²⁸³ A anedota publicada é a seguinte: Leemos en *El Día Gráfico*, de Barcelona: Acaba de llegar a Berlín un amigo. Terminadas las preguntas habituales que suelen hacerse a los amigos recién llegados del extranjero, el compañero nos cuenta la inevitable anécdota: – ¿Ustedes no saben lo que le pasó al diputado a Cortes Emiliano Iglesias en un viaje a Alemania...? – Hombre, no. No lo sabemos. – Pues yo se lo contaré. El diputado republicano entró una noche en un cabaret. Se sentó, pidió, suponemos, una cerveza, y siguió las incidencias de las danzas. En esto corrió la voz de que aquel señor de los cabellos rizados y del bigote negro era un político español, y el violinista de los cíngaros se acercó a la mesa de Emiliano Iglesias y ejecutó un trozo de Albéniz. Emiliano Iglesias sonrió y, desmintiendo el espíritu de económico que le atribuyen, sacó de su bolsillo dos duros y se los entregó al violinista, que se juntó a sus amigos, habiendo grandes y exageradas reverencias. Los músicos, al verse en la posesión de dos duros españoles, se emocionaron. Aquello, a base de los cambios, era una propina regia y acordaron tributar un homenaje al español generoso. ¿No adivinaron ustedes qué hicieron? – No. – Pues se acercaron al diputado republicano y, cuadrándose ante él, le tocaron la Marcha Real.

Os imigrantes espanhóis em São Paulo e a sua historiografia

Em 1993, a *Consejería de Educación* da Embaixada da Espanha no Brasil apoiou a edição da obra intitulada *Sociedad Española de Socorros Mutuos*, da autoria do imigrante espanhol Marcelino Merchán²⁸⁴, uma breve história do “Centro Espanhol-Sociedade Hispano-brasileira”, autorizada por essa associação, que parte da sua fundação, aos 13 de março de 1898.

As relações que estabeleciam, entre si e com a sociedade paulista, os imigrantes espanhóis em São Paulo são a base argumental do romance *Máquinas para o progresso*, escrito pelo imigrante madrileno Mario García-Guillén (1975). Em *Máquinas para o progresso*, um autor onisciente aprecia a vida societária dos imigrantes, tanto a desenvolvida no âmbito das suas associações recreativas, quanto a própria dos entrosamentos entre camarilhas, ora reunidas em privativas festas seletas, ora vinculadas por empreendimentos econômicos, sobre cuja honestidade o autor levanta receios. O autor criado por García-Guillén valoriza sumariamente, como se segue, a história dos clubes espanhóis na capital paulista entre as décadas de 1950 e 1970:

Muitos dos espanhóis ainda preferiam passar a noite de sábado e a tarde do domingo nos centros espanhóis, todos eles modestos, não podendo ser comparados com os de outras colônias; a libanesa, a hebraica, a italiana, por exemplo... Na verdade a época das casas regionais espanholas teve seu apogeu, atingindo, depois, inexoravelmente, como sempre acontece, seu declínio. Durante aqueles “bons tempos”, que Luís Carlos evocava às vezes, não haviam sabido preparar o terreno para poder suportar os anos difíceis que vêm depois de todo período de bonança. De fato, algumas casas regionais chegaram mesmo a desaparecer por completo; outras, tiveram que recorrer à associação (o que não deixou de ser um contraste curioso, pois o que não se conseguiu concretizar com a razão – de que “a união faz a força” – as dificuldades econômicas haviam conseguido) (García-Guillén, 1975: 23).

García-Guillén voltou a se referir aos clubes dos espanhóis na obra *Vimos por nuestras aguas* (García-Guillén, 2005a), uma história romanceada da imigração espanhola

²⁸⁴ Com posterioridade à publicação de *Sociedad Española de Socorros Mutuos*, foi lançada a *Antología de Poetas Españoles en la Emigración Paulista (1956-1995)*, dirigida por Marcelino Mechán, à qual não tivemos acesso. Consultamos, no entanto, uma outra obra de Merchán, anterior àquelas. Intitula-se *Imágenes* (Merchán, Guisasola, 1983), editada, em São Paulo, em 1983. Trata-se de um conjunto de breves contos da autoria de Merchán (nove contos) e de Consuelo Guisasola (outros nove contos) publicados com a finalidade de, mediante a sua venda, “potenciar los fines pro-ancianos de la Sociedad Beneficiente Rosalía de Castro”. Menos da metade deles estão ambientados no Brasil.

em São Paulo, destinada a um público juvenil, em que didaticamente se traçam os reflexos da identidade dos imigrantes no dia-a-dia paulista deles e em que se detalham algumas das contribuições espanholas à economia, cultura e gastronomia de São Paulo. O narrador de *Vimos por nuestras águas*, quem traça a sua autobiografia como imigrante na cidade de São Paulo e relata, em paralelo, as trajetórias da imigração no estado, faz o seguinte apontamento em relação à decadência dos clubes espanhóis no último quarto do séc. XX:

Tínhamos nos integrado aqui. Estávamos integrados de mais, diria eu. [...] Houve uma mudança. Eu estava mudando. Os espanhóis estavam mudando. A maioria estava se integrando de tal forma aos paulistas que o conceito de coletividade começava a se perder. Os clubes tinham levado adiante sua proposta de união num único centro. Era como se tivessem desaparecido os espanhóis. Muitos tinham se afiliado aos clubes paulistas e outros muitos pensaram que a solução estava em retornar para a Espanha (García-Guillén, 2005a: 62-69).

O conhecimento, de Mario García-Guillén, das associações espanholas do Estado de São Paulo parte da sua estreita colaboração, como agente cultural, em todas elas, desde a sua chegada em 1960, com 18 anos, à cidade de São Paulo²⁸⁵. Em 1965, o seu relato *Passagem para um emigrante* (García-Guillén, 1981: 47-50) fora premiado em concurso de contos organizado pela Casa de Galícia de São Paulo. Nele, narra-se o assassinato de um imigrante galego no momento em que se dispunha a sair de um café, onde estivera evocando a sua pátria e pensando nas compras que tinha que fazer para o Natal.

A temática da imigração em São Paulo no *corpus* literário criado por imigrantes espanhóis e os seus descendentes

A mais antiga autobiografia de um imigrante espanhol que localizamos intitula-se *Raboné, de Colono a Professor*, publicada em 1974 pelo Centro do Professorado Paulista. O seu autor, Raimundo Pastor, narra a vida da sua família a partir do momento em que ela, emigrando da Espanha, chega em carro de boi a uma fazenda cafeeira, da região da Alta Sorocabana, para trabalhar, sob contrato de colonato, no amanho da terra. O tempo da

²⁸⁵ Mario García-Guillén, falecido em 06.11.2007, foi homenageado em 13.06.2008 no Instituto Cervantes de São Paulo (Un reencuentro com Mario García-Guillén). Francisco Javier F. López fez uma resenha bibliográfica sobre García-Guillén no periódico *Alborada*, da “Sociedade Hispano-brasileira”, no n. 231, do segundo semestre de 2007. O texto intitula-se Mario García-Guillén, el Quijosoancho. Nele comentam-se algumas suas ações como agente cultural (locutor do programa de rádio “Alma de España”, adido para assuntos culturais do Consulado Geral de Espanha em São Paulo, colaborador da missão espanhola em São Paulo da Ação Católica, professor de cursos de língua espanhola). Disponível em: <<http://www.sociedadehispano.com.br/site/pdfs/Alborada/jornalweb.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2009.

história transcorre desde o início da década de 1890 até o final da primeira guerra mundial. O jovem “Raboné”, a presumível recriação do autor, é o eixo condutor da obra. O discurso flui apresentando o crescimento do protagonista quem, após uma infância e adolescência unidas ao cabo da enxada, alfabetiza-se já adulto em curso noturno, estuda com dedicação e acaba se graduando, na Escola Normal Superior, para trabalhar, como professor, em escolas estaduais do interior.

O casal de imigrantes espanhóis, pais de Raboné, não “faz a América”, mas com determinação moral e constantes esforços consegue sobreviver no meio rural, sustentando seus filhos e dando instrução aos varões. Mediante o acesso à educação brasileira, o mais velho deles, Raboné, é capaz de abandonar as relações de dependência do trabalho braçal e realizar-se individualmente como funcionário público dedicado à alfabetização, levando a cultura às áreas rurais do Estado²⁸⁶. O romance documenta a problemática econômico-social das famílias de imigrantes espanhóis que se acolhiam, mediante contrato, à subvenção outorgada pela Sociedade Promotora da Imigração de São Paulo. Essa subvenção consistia no pago da passagem marítima e no transporte gratuito até as fazendas. Todavia, o apoio financeiro tinha como contrapartida a sujeição dos colonos às condições de exploração agrícola que eram fixadas pelo proprietário fundiário. Isso dificultava sobremaneira a livre iniciativa das famílias imigrantes que aspiravam a mudar a orientação da sua inserção no campo econômico brasileiro²⁸⁷. No romance narra-se o esfarelamento da

²⁸⁶ No romance não se especifica quais eram as regiões da Espanha de onde procediam as famílias que chegaram à fazenda. Só se menciona o caso de uma família que, decepcionada com a realidade encontrada, conseguiu retornar de graça à “Ilha de Maiorca” devido às passagens que recebera dos parentes que ficaram na Espanha.

²⁸⁷ Como primeira alternativa ao recurso à força de trabalho escrava desenvolveu-se o sistema de parceria ou de colonato, auspiciado pelo senador Vergueiro e ensaiado em sua Fazenda Ibicaba, do Vale do Paraíba, de 1840 a 1865. Witter ([1974] 1982: 35-36) resume assim as características do sistema de parceria: “contratados na Europa, os imigrantes eram encaminhados pela Vergueiro e Companhia às fazendas de café integradas no plano de colonização do Senador. Todas as despesas decorrentes do transporte e colocação dessa gente no campo, bem como o necessário a sua manutenção nos primeiros tempos, representavam uma forma de adiantamento posteriormente descontado dos lucros obtidos por aqueles colonos. Ao chegarem às fazendas a que se destinavam eram eles encaminhados às colônias e cada família recebia uma quantidade de pés de café que deveriam ser cultivados, colhidos e beneficiados. Localizada a colheita, efetuada a venda do produto, fazia-se a divisão dos lucros obtidos”. O fracasso desta tentativa derivou na introdução nas fazendas do café do regime de contratação, via o pagamento de salários, de trabalhadores livres. Com vistas a incentivar essa imigração de famílias européias para a lavoura do café, um grupo de potentes fazendeiros paulistas criou, em 1886, a Sociedade Promotora de Imigração, que se tornou na primeira instituição que visava coordenar política e ações para atrair grandes levas de imigrantes. A Sociedade Promotora de Imigração contratou e subvencionou a vinda de imigrantes ao Brasil, facilitando as passagens de navio e o transporte ferroviário até as fazendas do café. A respeito dos 102.800 imigrantes espanhóis que passaram pela Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo, a caminho dos cafezais, Klein (1994: 36) assinala que apenas 15 por cento pagara

quimera da reunião, em poucos anos, de uma fortuna com a qual o imigrante espanhol pudesse retornar ao seu país para acometer alguma empresa econômica sem ter que acatar os desígnios de um patrão. Face à impossibilidade do regresso vitorioso e perante a conseguinte necessidade da adaptação às características do modo de viver nas zonas isoladas da Alta Sorocabana e de Sorocaba, os imigrantes espanhóis aculturavam-se. A progressiva adaptação aos costumes e às normas do interior paulista manifesta-se explicitamente no romance nas esferas lingüística, habitacional, gastronômica e, inclusive, na inter-relação étnica.

Ao longo dos anos transcorridos na fazenda Bofete – primeiro núcleo de povoamento da colônia espanhola da qual faz parte a família de Raboné –, os desiludidos espanhóis resignam-se à desolada realidade do seu destino e assumem a necessidade do seu ajustamento à acomodação que lhes oferecem e às condições de trabalho nas fazendas paulistas. Nessa decorrência assiste-se à harmonização com a língua portuguesa, à introdução, pelos imigrantes, do pão de trigo e do recheio de cebola e tomate frito na prática alimentícia da fazenda e ao alargamento das relações sociais dos estrangeiros, que estabelecem um contato estreito com os nativos. Face à necessidade de vencer o limitante marco corporativo da vida na colônia agrícola, o pai de Raboné conclui que devem fazer o possível para irem morar nas proximidades de um núcleo urbano, onde haja comércio e seus filhos possam receber uma educação regulamentada que lhes permita “ler escrever e contar em brasileiro”.

Acreditamos que o romance autobiográfico *Raboné, de Colono a Professor* carece de fortuna crítica. Nem nos estudos sobre a imigração espanhola, nem em compêndios bibliográficos da literatura brasileira, foram localizadas referências ao romance. Todavia, a obra consta no acervo das grandes bibliotecas públicas paulistas e cariocas²⁸⁸.

as suas passagens. Este dado redundava na premissa da falta de recursos econômicos acerca das motivações da eleição do Brasil como país de destino para os imigrantes espanhóis.

²⁸⁸ Na segunda orelha da sobrecapa do livro informa-se que o Centro do Professorado Paulista – entidade promotora da edição – empenhou-se em lançar a narrativa autobiográfica do, por então, octogenário Prof. Raimundo Pastor para dar continuidade a uma anterior obra, *Alegria, Agruras e Tristezas de um Professor* (1970) na que o educador expunha as suas memórias do magistério no Vale do Ribeira, nos anos que mediarão entre 1919 e 1926. Explicita-se que, com ambas as publicações, o Centro do Professorado Paulista visava projetar os valores da docência e promover os educadores, e que tanto *Raboné de colono a professor* quanto *Alegria, Agruras e Tristezas de um Professor* teriam sido escritas “há várias décadas”, encontrado-se os originais sob a custódia do autor. Não é possível afirmar que se o lançamento de *Raboné* obteve alguma repercussão. Não obstante a ausência de fortuna crítica para *Raboné*, Moraes (1996) incorporou *Alegrias, Agruras e Tristezas de um Professor* à documentação selecionada em sua dissertação de mestrado com vistas

Em São Paulo publicou-se o que cremos que é o primeiro conto brasileiro de literatura infanto-juvenil que tem como protagonista um neto de galego. Trata-se do conto *Nas ruas do Brás*, de Drauzio Varella (2000), ele mesmo descendente de galegos e portugueses e morador, quando menino, do bairro do Brás. *Nas ruas do Brás* foi o seu segundo livro literário²⁸⁹. O conto *Nas ruas do Brás* começa como se segue,

O pai do meu pai era pastor de ovelhas numa aldeia bem pequena, nas montanhas da Galícia, ao norte da Espanha. Antes de o dia clarear, ele abria o estábulo e saía como as ovelhas para o campo. Junto, seu amigo inseparável: um cachorrinho ensinado.

Numa noite de neve na aldeia, depois que os irmãos menores dormiram, meu avô sentou ao lado da mãe na luz quente do fogão a lenha:

– Mãe, eu quero ir para o Brasil, quero ser um homem de respeito, trabalhar e mandar dinheiro para a senhora criar os meus irmãos.

Ela fez o que pôde para convence-lo a ficar. Pediu que esperasse um pouco mais, era ainda um menino, mas ele estava determinado:

– Não vou pastorear ovelhas até morrer, como fez o pai.

Mais tarde, como em outras noites de frio, a mãe foi pôr uma garrafa de água quente entre as cobertas para esquentar a cama dele:

– Doze anos, meu filho, quase um homem. Você tem razão, a Espanha pouco pode nos dar. Vá para o Brasil, terra nova, cheia de oportunidades. E trabalhe duro, siga o exemplo do seu pai.

Meu avô viu os olhos de sua mãe brilharem como líquido. Desde a morte do marido, era a primeira vez que ela chorava diante de um filho (Varella, 2000: 5).

O retrato que o autor compôs de seu avô paterno possui traços aplicáveis a bastantes imigrantes que chegaram sendo ainda adolescentes ao Brasil. De fato, ao longo do conto, o autor associa, com frequência, as decisões tomadas pelo seu avô às escolhas que eram comuns aos imigrantes no começo do séc. XX:

No começo do século, muitos europeus, cansados da guerra e da pobreza em que viviam, emigravam para o Brasil. [...] Ele [o avô] foi parar numa fazenda em Jaú – o trabalho infantil não era proibido, muitas crianças começavam a trabalhar aos sete anos de idade. [...] Como outros estrangeiros, meu avô foi morar no Brás, bairro industrial perto do centro onde havia duas estações de trem e uma hospedaria para receber imigrantes (Varella, 2000: 6-7)

à reconstrução da história do trabalho docente meio por da análise do discurso literário de romances autobiográficos e memórias escritas por professores paulistas durante o período de 1920 a 1935.

²⁸⁹ O primeiro fora *Estação Carandiru*, lançado em 1999. Nele, Varella narrou o seu trabalho como médico voluntário com os presidiários da “Casa de Detenção de São Paulo”, cárcere inaugurado em 1989 e popularmente conhecido pelo bairro em que se esteve localizado – o Carandiru – até que, em 2002, foi de lá removido. A obra virou best-seller e recebeu o Prêmio Jabuti na categoria de “não-ficção”, havendo ganhado em 2003 as telas do cinema como base do roteiro de um filme do diretor Hector Babenco.

A história do conto é muito simples. O avô do autor – um menino analfabeto – partiu sozinho da sua aldeia galega e fez a viagem até Santos sob a tutela de um vizinho da sua aldeia, que emigrava junto à esposa e os seus cinco filhos pequenos²⁹⁰. Esse menino levava como bagagem uma calça, uma camisa, um par de meias e um capote e, após desembarcar em Santos, foi empregado por uma fazenda paulista para trabalhar na lavoura do café e cuidar de cavalos. Havendo economizado, deixa a fazenda e instala-se na cidade de São Paulo, no bairro industrial do Brás, ocupado, sobretudo, por imigrantes italianos, espanhóis e portugueses; lá ele dedica-se a entregar mercadorias em uma carroça que comprara. De forma autodidata, e com a ajuda de um velho espanhol, aprende a ler e a escrever. A sua dedicação ao trabalho, rende-lhe fama e a confiança da freguesia, o qual permite-lhe receber mais pedidos, aumentar os lucros e adquirir mais carroças, até acabar proprietário de uma companhia de transportes que empregava espanhóis recém-chegados. O seu sucesso, e os empréstimos de dinheiro que ele fazia a conterrâneos, deram-lhe respeito entre a comunidade de imigrantes espanhóis. Logo de alcançar uma posição econômica e social de respeito, casa que uma espanhola – Aurélia –, a avó do autor e, para aumentar os rendimentos, compra dois lotes no mesmo bairro de Brás, onde constrói seis casas, passando a residir em uma delas e alugando as restantes. Tiveram três meninos e uma menina, ela falecida aos três anos, que foram deliberadamente educados como crianças brasileiras. Os três meninos estudaram; dois deles, contabilidade, e o caçula graduou-se em medicina. Comenta o autor:

Meu avô era tão agradecido ao Brasil, que proibiu minha avó de ensinar espanhol ao meu pai e aos irmãos dele:

– Esses meninos são brasileiros. Se aprenderem espanhol, podem acabar voltando para a Espanha e morrer na guerra (Varella, 2000: 8).

²⁹⁰ O conto tem caráter biográfico em relação ao avô de Varella. Em um artigo de opinião, intitulado A deusa da juventude e a irresponsabilidade (de um) profissional, Varella referiu-se ao seu avô galego, pela linha paterna, como se segue: “Em 1900, meu avô veio sozinho da Espanha. Tinha 12 anos quando desembarcou no porto de Santos atrás de trabalho para sustentar a mãe viúva e os irmãos pequenos, numa aldeia da Galícia. Naquele tempo, as crianças saltavam da infância para a vida adulta num piscar de olhos; não existia adolescência. Talvez a explicação para passagem tão brusca fosse a modesta expectativa de vida do início do século passado, que mal chegava aos 40 anos, mesmo nos países mais desenvolvidos da Europa”. Disponível em: <<http://drauziovarella.ig.com.br/artigos/deusajuventude.asp>>. Acesso em: 1 fev. 2008.

O avô paterno morreu aos quarenta e dois anos, sendo celebrado o funeral no mosteiro de São Bento²⁹¹. O avô materno do autor do conto era filho de um imigrante oriundo de Trás-os-Montes, que deixara Portugal por medo a que os filhos fossem convocados pelo exército para servir nas colônias africanas. Esse outro avô trabalhou, primeiro, como telegrafista no corpo de Bombeiros de São Paulo; casou com uma portuguesa do Porto, residente no Brás. Logo construíram um sobrado, em cujo térreo montaram um armazém de secos e molhados, morando, eles, no andar de cima. Com o dinheiro ganho no comércio, os avós maternos do autor construíram diversos prédios no Brás. Após se referir à sua ascendência, o autor narra o cotidiano da sua infância no Brás, descrevendo as moradias do bairro, as rotinas familiares, os jogos e os conflitos entre crianças, o dia-a-dia dos adultos e as atividades econômicas do bairro. São abundantes as menções aos imigrantes, os residentes mais abundantes no Brás, através das impressões que o autor recebia do constante contato com eles:

Não importa a idade, os homens tinham ar de senhores. Jamais trocavam de roupa ou diziam palavrão na frente das crianças – eu até achava que adulto não sabia falar palavrão. Tratavam-se com cerimônia e respeitavam a palavra empenhada: dar a palavra de honra valia mais do que papel assinado. Falavam de um mundo distante do Brás, sem comida, com aldeias cobertas de neve, trincheiras e metralhadoras espalhando a morte por todos os cantos. Eu não conseguia entender como podiam sentir saudades da terra natal (Varella, 2000: 67).

O conto encerra-se com a mudança de bairro da família do autor, do Brás para a Vila Mariana, quando ele tinha dez anos. Embora o autor em nenhum momento mencione traços de um legado cultural das suas ascendências galega e portuguesa que ele tivesse gostado de manter, ele empenha-se na descrição de um modo de vida, observado por ele na sua infância, que esteve determinado pela presença de trabalhadores estrangeiros no bairro do Brás. O conto reflete, no entanto, o tratamento literário de uma realidade social de um passado que se transformou não só pelas modificações importadas pelo passar do tempo senão também pela desaparecimento dos imigrantes da primeira geração. As últimas cláusulas da narração recolhem a constatação que fez o autor das alterações sofridas no bairro:

Voltei algumas vezes ao Brás para visitar os amigos, meus avós, meus tios e primos que continuaram lá por mais alguns anos. Mas já não era a mesma coisa (Varella, 2000: 78)

²⁹¹ Sobre a relação entre o mosteiro de São Bento e a colônia espanhola paulistana, o autor (Varella, 2000: 9) expõe: “Na minha infância, quando morria um espanhol amigo da família, as missas eram celebradas no mosteiro de São Bento, uma igreja linda no centro da cidade, preservada até hoje”.

Uma visão dos bairros paulistanos em que residiam os trabalhadores estrangeiros faz parte do livro de memórias de Eduardo Dias, *Um imigrante e a revolução (memórias de um militante operário, 1934-1951)*, publicado em 1983. O *alter ego* de Eduardo Dias, o protagonista Vítor, é um menino espanhol, de Granada, que em 1926, aos 9 anos, aportou em Santos com a sua família – seus pais, a avó materna e duas irmãs mais velhas – e passou a sua infância e adolescência nos bairros de São Paulo em que se concentraram imigrantes operários de diversas nacionalidades: Mooca, Brás, Pari, Belenzinho. O discurso de *Um imigrante e a revolução* não é uma narração destinada ao público infanto-juvenil; trata-se da apresentação apologética da trajetória vital de um militante comunista – o autor – que escreve em primeira pessoa. A obra abrange toda a biografia ficcional desse autor, desde o seu nascimento em 1917 até a sua velhice, e nela justifica-se o seu engajamento na causa comunista. Porém, há um pulo entre o ano 1951 e finais da década de 1970, já que o principal intuito do autor é a evocação dos seus anos de intensa militância comunista, coincidentes com a década de 1940.

Na narração não há propriamente uma revisão de vida, senão a exposição do processo de formação da consciência de classe do autor/ protagonista, da aparição, nele, do ânimo de liderança sob a ideologia comunista e das ações que ele empreendeu na luta proletária em favor dos móveis do Partido Comunista Brasileiro. O discurso narrativo surge da relembração que o autor faz da sua infância durante uma viagem de trem, já idoso, por volta do ano 1977:

Ao apanhar o trem, sentei num dos bancos. Encolhi-me todo. Não tive vontade de olhar a paisagem. O pensamento voa rápido para o longínquo passado. Não podia conter essa coisa estranha, que não era palpável mas que dominava nossas ações. E me vi criança, com cinco anos, seis, sei lá... brincando na areia cheia de conchas e pedras, de uma das praias da cidade, toda branca, pintada de cal, como são todas as cidades mediterrâneas, principalmente as de origem árabe. Almunhecar. Cidade costeira da província de Granada, onde tive a felicidade de nascer, em novembro de 1917. Nesta época, um punhado de bravos e geniais revolucionários lidera o proletariado russo para o que seria o maior acontecimento na história da humanidade, a Revolução de Outubro, varrendo da Rússia czarista a infame exploração do homem pelo homem, iniciando o proletariado a sua caminhada para o estabelecimento do socialismo (Dias, 1986: 12).

Vítor, o protagonista, revê a sua vida desde a sua maturidade – a sua velhice –, interpretando o seu passado a través do *habitus* que ele possui no momento em que apresenta a sua história. Na menção dos motivos que fizeram com que a sua família

emigrasse, o autor sintetiza o que, com frequência, é colocado como as causas de expulsão/atração, entre países, da mão-de-obra. Assim, o autor comenta que seu pai era um camponês que sustentava a sua família com o que produzia a leira junto à sua casa e com o que ganhava trabalhando como peão em chácaras de La Vega granadina. O autor recorda os seus primeiros anos, no interior de Granada, como um tempo que se repartiu entre os seus jogos no campo e na praia, a sua colaboração com seu pai na labuta das safras e as suas vivências familiares²⁹². Vítor aponta as adversidades e desgraças que afligiam a família como a razão da decisão de emigrar que tomou seu pai. Delas, destaca a vida sofrida do campo e o abalo produzido pela morte de cinco filhos por infecções e viroses para as quais não havia remédios na época – coqueluche, varíola, sarampo –. A escolha de São Paulo como destino deveu-se a eles contarem com o apoio de uma tia – irmã da mãe de Vítor – que até lá emigrara. Essa tia podê-los-ia ajudar nos primeiros dias da estada nessa cidade.

Vítor e a sua família conseguiram os documentos que lhes permitiriam emigrar; levaram a roupa como única bagagem. Após três dias de viagem de ônibus, chegaram a Gibraltar onde centenas de pessoas, dispostas a “substituir o braço escravo dos negros”, faziam fila indiana para embarcarem no navio Córdoba, que fora alemão, mas que requisitara a França como reparação de guerra após o armistício de 1918. Como a família de Vítor tinha passagens de terceira classe, ao embarcarem foram divididos por sexo. Segundo o autor/ protagonista, as condições, durante toda a viagem, foram péssimas, a comida era intragável e os vômitos e diarréias foram constantes. Antes de aportar em Santos, a navio fizera escala em Dacar, no Recife e no Rio de Janeiro. Na escala em Dacar,

²⁹² O protagonista – Victor – começa o relato das suas memórias, a partir da sua infância na Espanha, durante uma viagem de trem durante a qual fica dormido. Nos seus sonhos e pesadelos ele observa o seu passado e comenta-o. Além disso, ao ser vencido pelo sono ele ganha uma perspectiva clarividente; assim, ele afirma que “Este redemoinho de pensamentos me levava a ver o mundo em poucos minutos” (Dias, 1983: 14). Em um dos sonhos ele sente-se, na companhia de seu pai, fazendo parte de uma grotesca procissão católica. Essa sensação é para ele traumática, de tal forma que, de um declarado anticlericalismo, ele associa as cruzes e os cruzados com o terror, a destruição e a morte na Palestina, nas guerras de religião na Europa e na conquista do Novo Mundo. No sonho, o cristianismo cria também na Espanha em guerra uma atmosfera de maldade que faz com que o seu pai abandone a procissão: “Via de novo tantos séculos passados, as mesmas figuras sinistras, agora benzendo máquinas infernais, mortíferas, exércitos muito bem armados, ensanguentando a minha querida terra, a Espanha. Três anos de terror e morte. E cínicos, continuam em sua trajetória de farsa e benzem os exércitos nazi-fascistas, assim como benzem os exércitos aliados. Temos agora seis anos de matanças intermináveis, de morte e destruição daquilo que com tanto sacrifício os homens construíram em dois mil anos... E agora, benzer o quê? Bombas atômicas? Bombas ‘H’? Todo o alfabeto de bombas?... Mas não param” (Dias, 1983: 14). O tom e os termos cáusticos da alegação do protagonista contra a igreja com os que ele abre a sua narração são um indício tanto do tipo de idéias e atitudes que caracterizarão a sua trajetória vital quanto dos comentários que ele fará sobre a circunstância histórico-social que envolve a sua biografia.

o protagonista desembarcou junto a seu pai; foram ao mercado e Vítor viu, por vez primeira, negros. Nos relatos e depoimentos dos imigrantes europeus no Brasil, o encontro com os negros nos cais dos portos brasileiros em que desembarcavam é salientado, normalmente, como uma das primeiras experiências que provocaram, nesses adventícios, surpresa e estranhamento. Vítor, no entanto, os vê por primeira na África equatorial e crê que o breve passeio que fazia, durante a escala do navio, permitir-lhe-ia presumir, no Brasil, de que já estivera naquele continente. Nas escalas no Recife e no Rio não puderam descer, mas, no Rio, a visão da baía de Guanabara e de dezenas de navios em que tremulavam bandeiras para ele desconhecidas deixara-o maravilhado. O impacto da impressão recebida ao enxergar a baía de Guanabara é um outro motivo que costuma constar nos pareceres dos europeus a respeito da sua chegada ao Rio.

O desembarque aconteceu no porto de Santos, aos 2 de março de 1926. É então quando o autor explica a decisão de seu pai ter decidido se assentar na cidade de São Paulo, rejeitando o trabalho nas fazendas do interior paulista, apesar de ele ser um camponês sem qualificação para um trabalho urbano:

Chegamos, depois de horas de viagem, pelo antigo trem dos ingleses, à Imigração da Visconde de Parnaíba. Verdadeira Torre de babel. Centenas de espanhóis, italianos, russos, romenos, falando, gesticulando, gritando... mas parecia um “canil”. Ninguém se entendia. Gente de toda a Europa. Menos os anglo-saxões e nórdicos – estes preferiam a América do Norte. Ficava-se ali três dias. Não mais. Era preciso dar lugar aos outros que vinham. Levas enormes seguiam nos trens para o interior de São Paulo. As lavouras de café, em plena ascensão, ansiavam por esses novos braços. Um sobrinho de minha mãe, o Antônio, veio nos buscar. Conhecendo as artimanhas destas situações, e sabendo o que nos esperaria na lavoura, nada agradável – sorrateiramente nos tirou da Imigração, levando-nos para a casa da irmã de minha mãe, já de há muito tempo no Brasil, habitando, por aquela época, à rua Ana Néri, em São Paulo (Dias, 1983: 16).

A família de Vítor compartilha uma das características predominantes da imigração galega no Brasil. Esta é a de, apesar de ela proceder do meio rural, recusar-se a ir às fazendas para se evitar o trabalho agrícola, preferindo-se ficar nas grandes cidades, neste caso, São Paulo, com o propósito inicial de os seus membros arrumarem emprego de operários não-qualificados. Isso, no entanto, só era possível quando as passagens não eram pagas pelo governo brasileiro, senão pelos emigrantes, e quando estes tinham uma carta de chamada que lhes assegurasse um emprego e lhes determinasse um destino.

Todavia, há um outro traço, reiterado entre os imigrantes galegos, que não se pode aplicar às personagens da narração de Eduardo Dias. Assim, frente à predominância, na imigração, dos membros jovens e varões das famílias rurais galegas, a família de Vítor, andaluza, emigra toda ela, incluindo a avó, velha e cega. Esta era uma opção muito arriscada porque, por um lado, caso não desse certo o projeto de vida no estrangeiro, ficava dificultado o regresso à terra natal, tanto por se haverem vendido as posses para o financiamento das passagens de toda a família quanto por não permanecer nenhum parente próximo que pudesse preparar a volta e apoiar os retornados dando-lhes hospedagem e buscando-lhes novos empregos.

Por outro lado, o traslado de toda a família dificultava tanto a mobilidade até encontrar o emprego mais conveniente quanto a capacidade de poupança, ao ter o cabeça de família que aceitar a primeira fonte de ingressos que permitisse pagar o alojamento de todos e a manutenção dos que não podiam trabalhar e se sustentar por si mesmos.

Vítor comenta que ele e a sua família, logo de haverem sido acolhidos durante alguns dias pela família que formara no Brasil sua tia materna, passaram a residir em um pequeno cômodo alugado em um cortiço que fazia parte de uma vila na rua Ana Néri, na Mooca. O cortiço tinha uma latrina coletiva e duas cozinhas com fogão a lenha que deviam compartilhar oito famílias. Como ele e suas irmãs ainda eram muito pequenos, e sua mãe tinha que cuidar deles, da avó e da casa, o único que trabalhava era seu pai, que só pudera conseguir um emprego de pedreiro:

Meu “velho” estava trabalhando na construção civil. Não sabia escrever nem ler. O único serviço possível era esse. Carregava ao ombro uma lata cheia de reboque, que era levada ao pedreiro, no vaim do dia... jogava os tijolos, as telhas... Por anos a fio, até o envelhecimento, fizera isto. No fim da vida as suas mãos nem fechavam de tantos calos. Nunca pensara em riquezas. Emigrara, não para encontrar ouro, mas para encontrar tranquilidade. Só pensava em trabalho. Nada mais que trabalho. O sustento da família, era essa a sua preocupação. Jantava e já ia para a cama “morto” de cansaço (Dias, 1983: 18).

Vítor começara a estudar de manhã no Grupo Escolar da Mooca. Ao não ter espaço próprio no cômodo, passava as tardes jogando peladas na rua com outros meninos-imigrantes, rotina que se rompia aos domingos ao poder assistir a uma sessão de cinema no Cine Moderno. Dentre os seus companheiros de jogos, destaca o Paquito, de uma família andaluza de La Línea que morava na vila *La Mierda*, no bairro da Mooca. Paquito fora o

primeiro a ter uma bola de borracha mas, em uma ocasião, requisitou-lha um guarda civil e rachou-na com um canivete. Paquito enfrentara-se ao guarda e, para se vingar, furtou-lhe o seu distintivo de policial que só devolveu quando o guarda abonou o valor de uma pelota nova. Vítor comenta que a afeição pelo futebol fez com que alguns desses meninos-imigrantes da Várzea paulistana oriundos da Espanha formassem, quando adultos, um time chamado Madrid:

Muitos destes companheiros de “peladas” e arruaças – sem maiores conseqüências – inesquecíveis, tornaram-se diretores, fundadores e jogadores do glorioso MADRID, clube da década de 40, que seria campeão dos campeões da Várzea paulistana. Diretor, como Salvador, serralheiro; jogadores, como Mário, “pescoço torto”; Ribas, Pedrinho, Manolo, Genarinho, Vega e tantos outros. Nada receberam em troca. Nenhum dinheiro. Nenhuma honraria. Homens que deram espetáculos, que honraram e dignificaram a única alegria do povo. Brilharam como estrelas de primeira grandeza, no chão duro dos campos varzeanos. Receberam o amor e o carinho dos torcedores. Deixaram saudades (Dias, 1983: 20).

Em 1930, a melhora da sua situação econômica permite à família de Vítor mudar-se para uma casa do bairro do Ipiranga. Nesse bairro, ele matricula-se no Grupo Escolar José Bonifácio, onde obterá o diploma primário. A mudança coincide com o triunfo da revolução de 1930 e com a chegada a São Paulo das tropas gaúchas do general Miguel Costa, a cujo comício ele assiste, pois sentia admiração pelo general e por um outro revolucionário, o tenente Cabanas, famoso entre a molecada desde a revolução de 1924. O protagonista também alude às conseqüências da crise econômica que padeceu São Paulo entre 1930 e 1932 – desemprego e escassez de alimentos –. Nessa circunstância, Vítor e as suas irmãs começaram a trabalhar; ele em uma fábrica de cristais – a Franco e Cia, na rua Augusta –, compatibilizando o trabalho com a freqüência às aulas de secundária em uma escola noturna, e, as suas irmãs, em uma fábrica de meias. Na escola fará amizade com o seu professor de matemáticas, Vicente, italiano de Trieste, um socialista seguidor de Mateotti. O protagonista adquire então o hábito de ler o jornal *Platéia* que ele mesmo passa a comprar logo de ter adquirido o gosto por esse periódico como conseqüência de haver-lho lido muitas vezes a seu pai, que era quem, inicialmente, o levava a casa e pedia ao filho que lho lesse, já que ele era analfabeto. Em *Platéia* eram inseridos fascículos do romance *A mãe*, de Máximo Gorki. Vítor gostava muito dessa leitura e decidiu comprar o romance porque achava que nele encontraria as respostas aos seus questionamentos sobre as causas da injustiça social:

Para lá fui. Realmente, na banca de jornal, lá estava o que eu queria. O livro *A mãe*, de Máximo Gorki. Desses de bolso. Fui direto para casa. Tinha saído do serviço à tardezinha e me propusera a adquirir o livro naquele dia. Conseguira. Não fui à escola naquela noite. Não preciso dizer que “devorei” aquelas folhas como se fossem manjares servidos por anjos vindos do céu. Maravilha. Todo agora estava claro. Estavam aí as respostas aos meus “porquês”. Porque ‘isto. Porque é aquilo... O jovem Pavel... o André... Pelagué, a mãe... vítima da brutalidade policial... Os operários... Os estudantes... Os professores... Que mundo maravilhoso (Dias, 1983: 23).

Aos poucos, segundo ele relata, foi entendendo a origem e as características da opressão dos trabalhadores, o qual lhe fez tomar a decisão de se preparar ideologicamente para se incorporar à vanguarda do movimento de libertação da classe operária. O bem-estar dela era impedido tanto pelas condições de trabalho e os ínfimos salários da indústria propriedade de estrangeiros endinheirados – as famílias dos italianos Crespi e Matarazzo e dos libaneses Jafet – quanto pela cooptação e repressão da que era objeto por parte dos camisas verdes – os integralistas –. Na escola onde estudava à noite, já se enfrentara contra os seus colegas integralistas, logo barrados pela direção de compareceram às aulas com botas e com as suas camisas verdes. No 1º de maio de 1934, Vítor assistirá à dispersão dos integralistas concentrados na Praça da Sé²⁹³ e, em 1935, começará a participar nas reuniões de um grupo de trabalhadores vinculados à Aliança Nacional Libertadora, nas quais se discutem, além dos problemas do Brasil, questões de política internacional, como o imperialismo japonês, os frentes populares europeus, a revolução dos mineiros nas Astúrias e a invasão italiana da Abissínia. É, então, quando Vítor começa a acompanhar o periódico do partido comunista, *A classe operária*, e lê *Sem novidade no front*, de “Eric Maria Remarque”, a cuja adaptação cinematográfica assistiu. A proclamação do Estado Novo, em novembro de 1937, frustra, no entanto, a sua vontade de ativismo e obriga-o a, no seu tempo livre, se recolher no seu bairro ou nos cafés do entorno da Praça da República. A repressão ao movimento operário afetara, também, aos periódicos, que foram apreendidos, e aos livros e espetáculos, sob censura. Vítor menciona o seguinte sobre a repressão:

²⁹³ Victor não se limita a relatar os acontecimentos em que participou durante a sua infância e adolescência, senão que os comenta e julga. Assim, em relação ao comício integralista na Praça da Sé de São Paulo faz um comentário que pretende enquadrar esse fato na história posterior da política brasileira: “Alguns deles, no golpe militar fascista de 1964, seriam governadores, ministros e secretários de Estado” (Dias, 1983: 31). Mais adiante, quando se refira à chegada da notícia da vitória do exército de Franco na guerra civil, de novo enlaçará o relato do acontecimento com uma digressão relativa à política posterior: “Há pouco terminara a sangria na Espanha. A guerra civil tivera um fim. Franco e seu bando de assassinos iniciava a caça às criaturas. Um destes, Arias Navarro, conhecido como o *carniceiro de Málaga*, tamanha a sua ferocidade, anos depois, chegaria a primeiro-ministro” (Dias, 1983: 42).

As pessoas eram presas sem saber por que: espanhóis de nova Granada, município paulista de Rio Preto, de São Caetano também, foram presos e enviados à Espanha já com Franco desencadeando a sua incansável matança sobre o povo espanhol, e sendo estes espanhóis, radicados em nossa terra, entregues aos carrascos franquistas para, sumariamente, serem assassinados (Dias, 1983: 36).

Nesse contexto coercivo em que Vítor vive “dentro de si”, ele, convidado pelo seu amigo Jorge, um romeno da Bessarábia, de 16-17 anos, passa a frequentar o Clube Rumânia, um clube de recreio no Alto da Mooca, onde residiam grandes colônias de romenos, russos, húngaros e iugoslavos chegados na década de 1920. A adaptação à nova circunstância fez com que, pouco a pouco, Vítor e os seus amigos superassem o medo e se reunissem, de novo, nos cafés da Praça da Sé. No círculo de Vítor predominavam os imigrantes italianos, quase todos artesãos de idéias socialistas, com os que ele volta a conversar sobre política internacional, especialmente sobre a guerra espanhola:

As horas passaram. As conversas giravam em torno dos últimos acontecimentos. O Estado Novo, a guerra civil na Espanha. Comentávamos o assassinato, pelos sicários da Guarda Civil, do grande poeta de minha terra, Federico García Lorca.

Transcrevo aqui um de seus poemas épicos, dirigido à Espanha quando esta sangrava por todos os povos, vilmente traída. “No hagas caso de lamentos/ Ni de falsas emociones;/ Las mejores emociones/ Son los grandes pensamientos./ Y puesto que por momentos/ El mal que te hirió se agrava,/ Y antes que hundirte cobarde/ Estalla en pedazos y arde./ Primero muerta que esclava” (Dias, 1983: 38-39).

Ele tem que mudar de emprego como consequência de um grave acidente que sofre na fábrica de cristais, começando a trabalhar, como tecelão, na fábrica Gasparian. A passagem de uma pequena firma a uma grande indústria vale-lhe para relatar as condições alienantes do trabalho:

Fui para a filial, que realmente estavam contratando tecelões. Havia dezenas no portão enorme. Empurra daqui, dali, alguma gritaria. Apareceu um homão na porta pedindo calma. Todos seriam aceitos. Todos seriam contratados, dizia. Calma, repetia.

Em fila por um fomo sendo contratados. Um simples documento de identidade. Quem não tinha bastava deixar o nome. Num salão enorme, lá fui eu para o canto onde me indicaram o tear, onde devia trabalhar. [...] Ganhava-se por produção. Ao término das 12 horas saía-se meio tonto. Ninguém tinha vontade de conversar. Ao sair da fábrica, cada um tomava o rumo de sua casa. Chegava extenuado. Jantava, e já ia direto para a cama. No dia seguinte entreva-se às 6 horas. Às 5 horas já me punha a caminho (Dias, 1983: 40-41).

Um altercado com o mestre da sua seção de máquinas fez com que Vítor fosse despedido do novo emprego. Isso o motivou a se engajar, com decisão, no Partido

Comunista, o qual, em plena vigência do Estado Novo, já que neste momento do romance estamos em meados de 1939, lhe encomenda que contribua à formação das juventudes do partido. A partir desse momento, os acontecimentos que Vítor narra da sua vida referem-se ao seu intenso ativismo como militante comunista durante a década de 1940. O relato biográfico de Vítor estende-se até o ano 1951. Interrompe-se nesse ano porque ele tem que superar a sonolência que provocara as recordações, já que o trem em que viajava se aproxima à cidade de São Paulo, onde ele desce. Na narração das ações encomendadas pela direção do PCB a Vítor, não se alude a outros imigrantes espanhóis, restringindo-se as evocações da Espanha e da vida dos imigrantes espanhóis da cidade de São Paulo a momentos da infância do protagonista.

O Centro Galego de São Paulo, segundo o seu Estatuto e a imprensa

É difícil reconstruir a gênese do Centro Galego em São Paulo. Não se conserva o que pôde haver sido o seu arquivo documental. Sabe-se, por recortes de imprensa, que foi inaugurado em julho de 1933 – provavelmente o 25 de julho –²⁹⁴. Por esses recortes infere-

²⁹⁴ André Castanheira Gattaz, no capítulo Anos de luta (Origens do Centro Gallego-Centro Democrático Espanhol) de *Braços da resistência* – uma história oral da imigração espanhola, tentou reconstruir a história do Centro Galego antes da sua conversão em Centro Galego-Centro Democrático Espanhol. Ao não encontrar fontes diretas – documentos originais, testemunhos de antigos sócios da época prévia à transformação do centro – reproduziu e comentou o relato – Projeto de esboço histórico –, sem indicação de autoria, sobre as origens do *Democrático* que estava contido na edição de set./ out. 1957 do *Boletín del Centro Gallego-Centro Democrático Español*, comemorativo das bodas de prata da entidade. Por sua vez, os autores que elaboraram esse Projeto basearam-se no livro de Atas e no primeiro *Estatuto* do Centro Galego ao que, supostamente, não teve acesso Gattaz. Surpreende, no entanto, que, em 1957, os autores do Projeto ao que se refere Gattaz não tivessem recorrido a fontes orais, o qual faz com que presumamos que, nessa década, pudesse não se manter associado ao Centro Galego nenhum dos seus fundadores ou algum dos antigos sócios do Centro Republicano Espanhol que convergira no Centro Galego. Diz Gattaz (1996: 61-62): “Os autores deste *Proyecto de bosquejo histórico*, que estudavam a atuação do centro desde o ano de 1903, notaram então um problema que veio a se repetir nesta pesquisa, centrada nos anos de 1932 a 1975: ‘[...] queremos deixar expresso a falta de documentação do tempo compreendido entre a fundação no ano de 1903 e a nova reorganização em 1932’. Os únicos documentos relativos à primeira fase da associação encontrados pelos modestos autores do *Proyecto de bosquejo histórico*, foram os estatutos de fundação, o que os leva a perguntar: ‘Desde quando existe em São Paulo o Centro Gallego? Será que o fundado no ano 1903 teve uma vida tão efêmera que não chegou a ter consistência? De qualquer forma, o aniversário que este ano comemoramos corresponde a 25 anos ininterruptos de vida, de vida de adulto, e se teve outra existência anterior poderíamos considerá-la como etapa de preparação, de infância, puberdade etc...’. Outro documento que serve de apoio aos autores do *Bosquejo* é o livro de Atas das Assembléias Gerais, onde se vê que a reorganização do Centro começou no dia 3 de julho de 1932 e que se consideram sócios fundadores aqueles inscritos entre esta data e o dia 31 de dezembro do mesmo ano. Conforme os primeiros estatutos, aprovados em 25 de fevereiro de 1934, somente os galegos de nascimento estariam aptos a usar a palavra e a votar nas assembléias. Na assembléia de 31 de outubro de 1936, porém, modificou-se o regimento no sentido de que todos os espanhóis pudessem votar e ser votados – exceto para os cargos de presidente, secretário e tesoureiro, que continuavam sendo ocupados somente por galegos. Nesta época, a sede do Centro encontrava-se à R. Libero Badaró, 423, 3º andar,

se que tentou dar uma imagem, ao menos perante as autoridades brasileiras, de neutralidade a respeito da Guerra Civil espanhola. De fato, não encontramos no DEOPS de São Paulo um prontuário sobre esse centro. Os recortes aos que nos referidos encontramos-los colados, em muito mal estado, em duas cartolinas conservadas no arquivo da Sociedade Hispano-brasileira de socorros mútuos, instrução e recreio²⁹⁵. No entanto, apesar de o Centro Galego ter-se apresentado, *a priori*, durante a década de 1930, como um clube ordeiro de recreio, socialização e instrução dos imigrantes galegos, deve ter predominado nele, inclusive após a finalização da Guerra Civil espanhola, o vínculo com a causa republicana. Acreditamos isso porque a maioria dos jovens imigrantes galegos, chegados nas levas de finais da década de 1940 e da década de 1950, – uns sujeitos que padeceram o pós-guerra, não inclinados a se envolverem em atividades políticas anti-franquistas – não consideraram que esse clube lhes era conveniente e fundaram, em 5 de maio de 1955, um outro, apropriado para eles, a “Casa de Galicia-Hogar español”, ao qual se teria associado algum dos antigos membros do Centro Galego²⁹⁶. Em entrevista ao decorador industrial aposentado Marcial Mariñas Campelo, aos 13.06.03, imigrante corunhês em São Paulo, ex-presidente da Casa de Galicia e, então, presidente do Conselho de Residentes Ausentes, ele comentou-nos o seguinte, ressaltando que no velho Centro Galego havia poucos galegos:

Yo, cuando llegué a Brasil [1952], llegamos tres galegos juntos, los tres de La Coruña y busqué un Centro Galego en San Pablo. En aquella época había el Centro Galego, existía en nombre de él. Estaba en una calle aquí, del Brás, lugar de españoles, un barrio de españoles y de italianos. Pero

mudando para a Ladeira Porto Geral, 3, em 1938. Ainda segundo o *Proyecto de bosquejo histórico*, elaborado pela diretoria em exercício no ano de 1957, o centro caiu em uma ‘lamentável decadência’ a partir de 1941, com a sede social reduzida a uma pequena sala na R. Brigadeiro Tobias, 55 (posteriormente alugada para a redação do jornal *Democracia Espanhola*). ‘Somente no ano 1948 é que vemos revitalizarem-se as atividades do Centro devido ao aporte econômico, moral e humano do Centro Republicano Espanhol então desaparecido. Este considerável aporte econômico lhe deu também características políticas definidas, defendendo um dos campos da guerra civil, pois nele representava-se a legalidade democrática’. Com a herança do extinto Centro Republicano, trasladou-se o Centro Gallego para a R. Jairo Góis, 38, mudando novamente, em 1953, para a R. Monsenhor Andrade, 112. A partir desta época, ‘o sectarismo se apossaria das Diretorias’, fazendo o Centro atravessar um novo momento de crise, superada somente em 1957, com a eleição de uma diretoria ‘jovem e democrática’ (a que assina o panegírico)”.

²⁹⁵ Abaixo comentamo-los. O fato de serem recortes conservados no arquivo da *Sociedade hispano-brasileira* faz com que não possamos indicar de alguns deles o periódico do onde foram tirados ou a data da sua publicação.

²⁹⁶ Em *A inexistência da terra firme*, Elena Pájaro Peres (2003: 316) menciona que o representante da Casa de Galicia no “Congreso de la Emigración Gallega a Ultramar” celebrado em Ourense, em 1968, fora o jornalista espanhol, residente em São Paulo, Pascual Núñez Arca, quem, durante a Guerra Civil, dirigira o periódico *Gaceta Hispana*, favorável à causa republicana, e quem estivera vinculado ao Centro Galego de São Paulo e ao Centro Republicano Espanhol da cidade de Santos, havendo sido investigado pelo DEOPS-SP (Prontuário 579).

llegando allá nos recibió el secretario general y era un andaluz. Mi compañero y otro amigo más; venía dispuesto a montarles esta coral – esta coral aquí, Lembranza y agarimo –, una que tenemos hoy, el grupo galego de baile y de gaita, y en aquella época íbamos a montarlo allá, en el Centro Galego, un conjunto, no de gaitas, pero sí de música, pero, claro, nosotros vimos que el tipo era un andaluz en el Centro Galego. Le hicimos la propuesta y nos dijo que lo teníamos que consultar con el presidente. Y en la época nosotros queríamos una cierta autonomía para trabajar a nuestra manera. [...] Y montamos, unos meses después, un año y pico después, esta Casa de Galicia. Primero se montó la coral y el grupo de baile galego y de ahí partimos para un local nuestro, galego.

[...] Bueno, [el Centro Galego] estaba en el centro de la ciudad; al comenzar la guerra hubo discusiones sobre política; una parte era franquista, otra parte era republicana, comunista. Hubo una disidencia de una parte y de otra, y se separaron. Los republicanos se quedaron en el Centro Galego, y los que eran más de derechas [...], pues fundaron el Cervantino [Casa de Cervantes].

[...] El Centro Democrático nunca ha existido; el Centro Galego respaldaba el Democrático. El Democrático era todo – la mayoría – de izquierdas. Yo, por ejemplo, nunca he sido político, nunca fui franquista, todo lo contrario; yo la política la dejé siempre de lado. Me dediqué más a mi trabajo, a mi vida. Aprovecharon el nombre [Centro Galego] para fundar la sociedad esa, de ellos [Centro Democrático].

Além disso, nessa entrevista Marcial Mariñas disse-nos que, quando ele entrou no Centro Galego, percebeu que lá estava pendurado um retrato de *La Pasionaria*. Isto é, os fundadores da Casa de Galicia pretendiam ter uma associação autônoma, formada predominantemente por galegos jovens emigrados no pós-guerra espanhol, na qual não houvesse nenhum compromisso político explícito. Elena Pájaro Peres, quem estudou as Atas da Junta Diretiva da Casa de Galicia das décadas de 1950 e 1960 em *A inexistência da terra firme*, ressalta que a função dessa associação era, basicamente, a de oferecer recreio aos imigrantes proporcionando-lhes, também, um espaço para o convívio entre patricios:

A leitura das atas deixa claro que, na maior parte do tempo, a associação estava preocupada com assuntos bastante triviais, como a organização de festas, a punição de sócios, o escalonamento do trabalho, as brigas internas por disputas de poder, a manutenção da casa, as trocas de menções honrosas entre os dirigentes, as dificuldades financeiras e prováveis desvios de verbas, a realização de rifas para arrecadação de dinheiro, as disputas com outras sociedades espanholas pela ocupação de um espaço privilegiado como representantes da imigração. Poucas menções eram feitas à situação do imigrante em geral, ou aos problemas da imigração. Falava-se, esporadicamente, na necessidade de uma assistência médica e educacional ao imigrante, o que era considerado obrigação do governo

espanhol. Em alguns momentos oferecia-se ajuda monetária a algum compatriota desvalido, mas dadas as dificuldades financeiras da própria casa, isso tornava-se raro. O mais comum era a Casa de Galicia pedir dinheiro para manter-se, como ocorreu em 1969, quando seus dirigentes foram ao consulado espanhol cobrar o donativo devido (Peres, 2003: 319).

Ainda que se possa supor que, nos anos da Guerra Civil espanhola, tenha havido tensões e discussões entre os associados do Centro Galego de São Paulo, acreditamos que este não chegou a emitir nenhuma declaração pública de lealdade institucional à II República²⁹⁷. Caso isso tivesse acontecido, o centro teria sido intervindo e fechado pela polícia. A adesão total e o suporte à causa republicana sobretudo partiram do Centro Republicano Espanhol – o primeiro dos centros republicanos espanhóis do Brasil –, que fora fundado em fevereiro de 1918. Este, de todas as formas, apesar de ser vigiado pela Superintendência de Ordem Política e Social – Prontuário n. 3.184 –, não foi fechado, o que sim aconteceu, antes de finais de 1938, com o Centro Republicano Espanhol de Santos e com o Centro Republicano Espanhol de Sorocaba, sob a acusação de serem focos de atividades comunistas, tal como consta nos seus prontuários do DEOPS, o 3.816 e o 4.918, respectivamente.

Além de pela informação contida no Prontuário n. 3.184 do DEOPS, pode-se reconstruir um pouco da história e observar o caráter do Centro Republicano Espanhol da cidade de São Paulo através do seu *Reglamento*, conservado no arquivo da Sociedade Hispano-brasileira de socorros mútuos, instrução e recreio. Nele lê-se que a finalidade do Centro, fundado ainda no reinado de Alfonso XIII, era a promoção de

conferencias públicas para la colonia española, demostrando la superioridad de las ideas republicanas, haciendo su propaganda por todos los medios legales y que juzgue de oportunidad y prestando la más decidida cooperación a los republicanos españoles que en España o fuera de ella se hayan constituido en agremiación política para alcanzar el mismo objetivo (*Reglamento* do Centro Republicano Español de São Paulo, s/d: 1-2).

O único relato que localizamos sobre uma atividade desse Centro Republicano está inserido na introdução do livro de Edgard Cavalheiro intitulado *García Lorca*, um estudo

²⁹⁷ No artigo Republicanos y franquistas en Brasil: la Guerra Civil al otro lado del Atlántico, Esther Gambi Giménez (2006: 7), embora não mencione a fonte do seu enunciado, diz, a respeito do Centro Gallego, que “Durante la Guerra Civil podemos rastrear su presencia en distintos eventos como en los actos de bienvenida celebrados en honor del cónsul republicano Andrés Rodríguez Barbeito o en la campaña que diversas organizaciones orquestaron contra otro diplomático, José María Sempere, acusado de fascista”. Disponível em: <http://www.americanismo.es/texto-completo-Gambi_Jimenez_E_-Republicanos_y_franquistas_en_Brasil_La_Guerra_Civ-308.html>. Acesso em: 20 jun. 2009.

do *corpus* do granadino. Nessa introdução, o professor de literatura em língua espanhola da Universidade do Rio de Janeiro [a Universidade do Brasil, atual UFRJ] narra como se produzira o seu primeiro contato com esse literato e a sua obra:

Nos dias heróicos da defesa de Madrid, quando a guerra civil espanhola já se tornara uma guerra entre o direito e a força, entre o bem e o mal, nesses dias, aqui em São Paulo, como em tantos outros lugares do mundo, grupos de espanhóis se congregavam em comitês de auxílio aos republicanos. No “Centro Republicano Espanhol”, no Brás, reuniam-se eles, em grande número, e nas sessões especiais o salão era pequeno para conter a massa de operários, estudantes, médicos, advogados, escritores, gente, enfim, de todas as categorias sociais, que iam levar seu aplauso moral ou material aos lutadores que do outro lado do Atlântico enfrentavam forças superiores em homens e em armas. O salão transbordava, pelos corredores e escadarias, os grupos se comprimiam, ouvidos atentos às palavras do orador.

Ora, aconteceu que certa noite um amigo me arrastou até lá. Era uma grande noite, pois apenas conseguimos alcançar os primeiros degraus da escadaria que conduzia ao andar superior. Mal ouvíamos a voz do orador: somente os aplausos, com que o interrompiam, chegavam até nós. Depois, o orador cedeu lugar a um coro de vozes ásperas, suaves, amargas, doces, indignadas, desesperadas, nostálgicas, que se elevou, ganhando corpo, dominando todo o salão, infiltrando-se pelos corredores, descendo a longa escadaria, vindo até a porta da rua, perdendo-se, por fim, na noite indiferente. Que diziam essas vozes? Falavam da Espanha, sim, mas de que maneira falavam elas? Não sei. Era algo sublime, trindo uma musicalidade inata, infiltrante, envolvente.

[...] Ali fiquei, até que as últimas notas agonizaram na sala abafada e vieram morrer na rua já deserta. A reunião terminara e os grupos rumorosos desciam as escadas. Meu amigo, aproveitando pequenas brechas, infiltrava-se pelos grupos, tentando ganhar o salão. Era jornalista. Precisava dos informes. Esperei, analisando aquelas fisionomias tão dessemelhantes, mas tão sérias e compenetradas. Comigo ficaram os versos da canção, a melodia cheia de sugestivo ritmo. E o nome de um poeta: Federico García Lorca, recentemente assassinado pelos fascistas de Franco (Cavalheiro, [1944] 1956: 7-8).

Por volta de 1945, os sócios do Centro Republicano incorporaram-se ao Centro Galego, acrescentando-se, em consequência, ao nome de Centro Galego a frase “Centro Democrático Espanhol”. A escassez de fontes para perscrutar a história do Centro Galego de São Paulo faz com que nos tenhamos que limitar a expor o que, sobre ele, se pode considerar a partir da leitura do seu *Estatuto* e dos recortes de imprensa acima assinalados. Na que, *a priori*, parece ser a edição mais antiga do estatuto não consta a data da sua aprovação. Indica-se só que a “sede atual” da sociedade estava na rua da Figueira [Parque D. Pedro II]. No Art. 1º do Capítulo I – Nome e fins da sociedade –, expõe-se que:

Esta sociedade denomina-se “CENTRO GALEGO” e, apesar de levar nome regional, é espanhola em todos os seus atos tendo por objetivo proporcionar aos seus associados, Recreio Cultural, e Beneficência. Os limites de sua atuação social para a consecução destes fins, serão precisados nas disposições especiais que regularão o funcionamento das seções.

No Art. 14º do Capítulo XI – Disposições gerais – do *Estatuto* esclarece-se, no entanto, que “Nenhuma reforma afetará o nome Centro Galego que em hipótese alguma pode ser modificado ou trocado”. Nos itens b), c), e d) do Art. 56º – Seção de Cultura –, do Capítulo X – Seções –, especificam-se os objetivos fixados para favorecer a difusão cultural entre os associados. Estes objetivos são “Propagar e fazer conhecer entre os associados todos os ramos do saber humano”; “Dar essencial atenção à propaganda em prol da arte, cultura e ciências espanholas”; “Criar cursos de línguas e reuniões litero-musicais”. Por sua vez, no Art. 58º – Seção Recreativa – especifica-se que os objetivos desta são: “a) Organizar festas, fora e dentro do recinto social” e “b) Organizar jogos de salão, a fim de proporcionar aos associados o máximo de distração”, embora no Capítulo XI – Disposições gerais – proibam-se, no recinto social, todos os jogos de azar “salvo aqueles que estejam admitidos na boa sociedade e com simples entretenimento dos sócios”. Nesse Capítulo XI estabelece-se que “Nenhum sócio dentro do recinto social poderá fazer propagandas ou originar discussões políticas ou religiosas”.

A primeira notícia jornalística incluída na supramencionada cartolina sobre o Centro Galego data de 1 de agosto de 1932. Não consta o nome do periódico que a publicara. A notícia intitula-se As finalidades do Centro. Ela apresenta uma crônica da cerimônia de inauguração dessa associação [provavelmente acontecida o 3 de julho de 1932]. A crônica é acompanhada de duas fotografias; em uma delas figura a mesa da presidência e, na outra, aparece retratado um segmento do público que comparecera ao ato. A crônica inicia-se como se segue:

Revestiu-se de grande brilho a inauguração oficial do Centro Galego desta capital, sociedade essa que, apesar de há bem pouco tempo fundada entre nós, já possui um grande número de associados e admiradores, podendo-se assim seguramente prever um brilhante futuro para esta *sociedade* que agasalha no seu seio vultos notáveis da colônia hespanhola aqui domiciliada. Todas as dependências do Centro se achavam repletas, podendo mesmo calcular-se a assistência em mais de um milhar de pessoas. O festival, que constou de uma sessão solene e baile, foi presidido pelo Sr. Cônsul geral de Hespanha em São Paulo, presidente honorário do Centro, Don José Maria Sempere y Olivares e pelo Sr. Delfin Blanco de Dios, seu presidente.

O jornalista anônimo comenta que na inauguração estiveram presentes autoridades consulares hispano-americanas e de Portugal, membros da imprensa, representantes civis do poder público, autoridades militares e delegados de sociedades amigas. Diz-se que fizera uso da palavra o presidente da agremiação, Delfín Blanco de Dios, quem concitou “todos os seus compatriotas a trabalharem pela organização da colônia para assim elevarem sempre o nome da Hespanha”, havendo ele salientando “em termos claros e concisos” que o centro “apesar de ter nome regional, tem como fim principal o escopo espanholista e não regional, como pode ser interpretado, apelando para todos os espanhóis de todas as regiões, o apoio incondicional à sociedade de acordo com o espírito dos estatutos sociais”.

Após o presidente da sociedade, discursou o Dr. Enzo Silveira, referindo-se, primeiro, ao passado da Galiza e da Espanha “desde os tempos primitivos da sua gloriosa história, quando ainda se achava a península ibérica sob o domínio dos primeiros reis Godos” e, logo, à contribuição espanhola, desde a época quinhentista, à formação do Brasil²⁹⁸. A continuação falou, “num feliz improviso”, Eduardo Fernández y González, diretor da revista *Intercambio Hispano-brasileño* e diretor da *Câmara Oficial Hespanhola* em São Paulo, quem “enalteceu a obra dos galegos em todas as partes do mundo, lançando uma exortação a todos os espanhóis para que apóiem o centro, contribuindo assim para o seu engrandecimento”.

As últimas falas foram a de Valentin Montero, em nome da colônia de Santos, quem fez uma apologia do apóstolo Santiago, “o padroeiro de Hespanha”, e a do cônsul geral da Espanha, quem “fez uma elegia de todas as regiões da Hespanha, cujas características muito têm contribuído pelo nome e grandeza do país”. Às autoridades presentes foi-lhes oferecida uma taça de sidra na biblioteca do centro, onde discursaram o Dr. Leopoldo de Freitas, Vicente Moreno, da Câmara Oficial Espanhola, o Sr. Osores, vice-cônsul em Santos, e o Prof. Dr. Spencer Vampré. A solenidade foi encerrada com música dançante, da

²⁹⁸ O intelectual Enzo Silveira, historiador, geógrafo, filólogo, numismático e genealogista, publicou em 1954, dentro das celebrações do IV Centenário da Fundação de São Paulo e através do Departamento Cultural do Centro Gaúcho, o livro *Paulistíadas*, em que aborda, da exaltação, biografias de colonizadores, descobertas, gestas ou empreendimentos que ele considera de relevância simbólica ou de grande importância material para o desenvolvimento do território paulista. No último capítulo, São Paulo no seu IV Centenário, o autor louva os grupos sociais que ele classifica como medulares na história de São Paulo. Nomeia muitos deles – intelectuais, políticos, cientistas, profissionais liberais, militares, clérigos –, mas não faz nenhuma alusão aos imigrantes. De fato, só se refere sumariamente aos operários, camponeses e marinheiros em uma cláusula: “São Paulo dos trabalhadores que nos campos, nas fábricas, nas oficinas e no mar lapidam a sua grandeza!” (Silveira, 1954: 45).

que se encarregaram um jazz-band e um conjunto típico galego, “especialmente trazido a esta capital”, “que deu um aspecto deveras interessante à festa”, ao interpretar “muiñeiras” e “jotas”.

Aos 24 de julho de 1933, publicou-se uma coluna com o título *Revestiu-se de grande entusiasmo a reunião íntima do Centro Galego*, sem autoria especificada. Na notícia informa-se de uma reunião motivada pela inauguração da parte das obras terminadas na nova sede do Centro Galego. No ato da “colônia hespanhola” foi oferecido um vinho espanhol e sanduíches vários e fizeram uso da palavra o Sr. Delfín Blanco de Dios, quem resumiu os últimos empreendimentos realizados pela sociedade, e o Dr. Vidal dos Reis, quem louvou o fato de a colônia espanhola domiciliada em São Paulo haver criado um centro que não tivesse só um escopo recreativo, senão também uma missão beneficente.

O Dr. Vidal fez a apresentação do Dr. Enzo Silveira, o primeiro brasileiro sócio honorário do Centro Galego²⁹⁹. O jornalista diz que, na sua fala, o Dr. Enzo Silveira referira-se aos “feitos dos hespanhóes na América e particularmente no Brasil” e que terminara o seu discurso “fazendo uma exortação a todos que ali se achavam para que pugnassem pela grandeza do novel centro, que, por certo, tem de interessar ao quase meio milhão de hespanhóes que vivem em nosso Estado”. Depois falaram o jornalista Eduardo Fernández, diretor da revista *Intercâmbio Hispano-Brasileiro*, o Sr. Arnaldo Montanhola, secretário da Câmara de Comercio Espanhola e o Sr. José Santos, “um dos grandes batalhadores do Centro”, quem fez uma coleta em favor das obras que ainda estavam sem concluir. O evento encerrou-se com “diversos hymnos e algumas canções hespanholas”.

Em 20 de junho de 1934 publicou-se uma nota intitulada: *Centro Galego – À Gazeta* foi concedido o título de “sócio distinguido”. Nessa notícia menciona-se um novo endereço da sede do Centro Galego, “rua Libero Badaró 30”. A notícia reproduz o ofício que Delfín Blanco de Dios, presidente do Centro Galego, e Francisco Parada, primeiro secretário da associação, fizeram chegar ao diretor de *A Gazeta*³⁰⁰ informando-o da concessão do título

²⁹⁹ No Capítulo II – Dos sócios, sua admissão, direitos e deveres – dos *Estatutos* do Centro Gallego determinava-se que os sócios honorários: “são aqueles que embora não fazendo parte do quadro social, se tenham tornado merecedores dessa distinção pelos meritíssimos serviços prestados em favor da Espanha ou do Centro. O título de sócio Honorário será concedido pela Assembléia Geral por proposta da Diretoria ou dos 25 sócios efetivos”.

³⁰⁰ Em 1935 começará a publicação de um outro periódico paulistano vinculado, *ex professo*, à comunidade hispano-brasileira. Trata-se da *Gaceta Hispana*, sob a direção do imigrante galego Pascual Núñez Arca. Tinha a sua redação e administração na rua Jairo Góes, n. 32, no Bairro do Brás, imóvel aonde, precisamente, se

de “sócio distinguido” e justificando-lhe os motivos dessa honraria. O ofício reproduzido na notícia contém o seguinte:

Muy señor nuestro:

El Centro Galego teniendo en consideración las sinceras pruebas de amistad y simpatía que Vd. siempre le ha demostrado en las acatadas columnas de su conceptuado periódico y en prueba de afectuoso agradecimiento, ha decidido la Junta directiva en Sesión realizada el día 22, conceder a Vd. el título de “Socio Distinguido” con lo que nos sentimos honrados testimoniándole así nuestra gratitud.

Em uma notícia publicada no *Diário da Noite*, com a manchete O Centro Galego e a Universidade de São Paulo, expõe a preocupação que nesse centro causa a ausência da cadeira de Língua Espanhola na Faculdade de Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Apesar do respaldo inicial recebido do Embaixador de Espanha no Rio de Janeiro, o pouco de interesse do cônsul-geral da Espanha em São Paulo, José Maria Sempere, em apoiar a criação dessa cadeira e o seu desleixo para solicitar ao Governo da II República o envio de professores dessa disciplina acabariam ocasionando desagrado na direção do centro. O conteúdo da matéria é dividido por dois títulos: “Um ofício enviado ao Dr. Armando de Salles Oliveira” e “Indicação dum professor hespanhol para a Universidade de S. Paulo – Um telegrama do embaixador hespanhol”. O primeiro encabeça uma notícia sobre uma reunião presidida pelo Dr. Luiz Vidal Reis (diplomado pela Universidade de Madri em Clínica e Eletroterapia), e secretariada pelo Dr. Enzo da Silveira, em que se

transladará o local do Centro Galego a finais da década de 1940, quando se fundiram o Centro Galego e o Centro Republicano Espanhol. No DEOPS-SP, há um prontuário sobre esse periódico (Prontuário 1.332). Esse prontuário é comentado por Maria Luiza Tucci Carneiro e Boris Kossoy em *A imprensa confiscada pelo DEOPS, 1924-1954* (Carneiro, Kossoy, 2003: 138-39). Carneiro e Kossoy assinalam que uma das causas da vigilância sobre a *Gaceta Hispana* por parte do DEOPS-SP fora a publicação de artigos de propagação de idéias de esquerda redigidos por Andrés Martínez Barbeito, vice-cônsul em Santos, desde janeiro de 1937, da II República Espanhola. Esther Gambi (2006) (Disponível em: <http://www.americanismo.es/texto-completo-Gambi_Jimenez_E_-Republicanos_y_franquistas_en_Brasil_La_Guerra_Civ-308.html>. Acesso em: 20 jun. 2009), fez uma análise da orientação da *Gaceta* a partir de um Informe que Rodríguez Barbeito remetera em 25.01.1938 a Rafael Ureña, Secretário Geral do *Ministerio de Asuntos Exteriores* Barcelona (AMAE, Leg. 314, exp. 22.551). Ela assinala que a lealdade da *Gaceta* devia-se ao fato de o periódico ser financiado por esse vice-cônsul. Diz Gambi (2006: 13): “Nada más [Martínez Barbeito] tomar posesión de su cargo, se puso manos a la obra para transformar este panorama. Una de sus primeras medidas fue la de asegurarse un órgano de defensa pública que velara por los intereses republicanos. Para ello, no dudó en cambiar la orientación pro-franquista de uno de los periódicos de la colonia, la *Gaceta Hispana*, ofreciéndole una fuerte suma de dinero con la que cancelar todas sus deudas. Desde entonces, el diario, bajo la orientación de Núñez Arca, emprendió una campaña “valiente y justa” contra los rebeldes y se convirtió en el principal medio de promoción del propio cónsul. Reportajes, conferencias, artículos periodísticos... fueron deshaciendo poco a poco la indiferencia de los inmigrantes y caldeando los ánimos”.

tratou da beneficência que acabava de ser inaugurada no Centro Galego. Informa-se no texto:

Como já foi amplamente noticiado, o corpo clínico da Beneficência do Centro é constituído por médicos de nomeada, achando-se por conseguinte a secção apta para atender aos inúmeros associados do Centro.

Estiveram presentes à reunião realizada na biblioteca do Centro os drs. Joaquim Correa Porto, Heitor Mourano, José Rodrigues Barbosa, Modesto Pinotte, Alvaro Alves, Moacyr Alvaro, José Palmerio, Zeferino Vaz e Castro Vilhaça, que estudaram detalhadamente os pontos principais a serem postos para que desde já seja iniciado o serviço de assistência.

O segundo título introduz a notícia das gestões que estavam sendo realizadas entre a Universidade de São Paulo, o Centro Galego e a Embaixada da Espanha para a contratação de um professor espanhol para essa a recém fundada instituição de ensino superior. Um interventor federal, Armando de Salles Oliveira, informara ao Centro Galego que, dentre os professores estrangeiros que seriam indicados para a universidade, esperava-se que figurasse um espanhol. O presidente do Centro Galego, Delfim Blanco de Dios, informou à junta diretiva da sociedade que recebera um telegrama do embaixador da Espanha em que este se posicionava favoravelmente sobre o assunto. A junta aprovou informar ao interventor federal do conteúdo do telegrama que lhes chegara do embaixador. Na notícia reproduz-se o texto do telegrama, que é o seguinte:

Lamento profundamente de no haber tenido noticia proyecto universitario ese Estado hasta lectura sus dos escritos llegados hoy. – Habida conferencia telefónica con Excmo. Sr. Interventor Armando Salles manifestó deseos complacernos ofreciendo no se quedará España sin representación esa Universidad. – Rodándoles visiten su excelencia en mi nombre expresándoles gratitud como lo haré yo personalmente dentro breves días a su llegada aquí. Salúdales. (Firmado) Vicente Sales, embajador España.

O primeiro carnaval celebrado no Centro Galego de que temos notícia foi o de fevereiro de 1937. A informação ao respeito fora publicada o 1 de fevereiro de 1937 pelo *Correio de São Paulo* com o título O Centro Galego homenageará o Rei Momo. Diz-se que “Para lhe prestar a merecida homenagem ao Rei Momo e ao seu séqüito do Barulho e Bagunça”, o centro organizaria três bailes carnavalescos na sua sede social da rua Libero Badaró. A nota informa que “Tais bailes se prolongarão até as últimas horas da madrugada, e pelos preparativos prometem ser ‘daqui’”. O *Diário Popular* publicou, também o 1 de

fevereiro, uma nota informando das festas de carnaval do Centro Galego para os dias 6, 7 e 9 de fevereiro.

Além dessa festa, em nota publicada no *Estado de São Paulo*, aos 21 de junho de 1937, sob a manchete Centro Galego, informava-se que no “próximo domingo” celebrar-se-ia na sede social do centro uma festa infantil, das 15 às 20 horas. Uma notícia com similar conteúdo foi publicada nesse mesmo dia no *Diário da Noite*, especificando que o motivo da festa era a comemoração de São João. Também recolheu essa informação, na mesma data, o *Correio de São Paulo*, destacando que a matinê das festas de São João do Centro Galego seria “mais um êxito dessa culta e florescente sociedade”. A *Folha da Noite* publicou também uma nota de igual teor ao respeito.

No *Diário da Noite* publicou-se outra notícia sobre o Centro Galego, intitulada Picnic do Centro Galego em Villa Galvão, em que se informa do programa de um piquenique que a Comissão Recreativa da sociedade organizara para o “próximo domingo”. No piquenique haveria:

Os típicos “gaiteros” e um esplêndido jazz-band, tendo como início um encontro de futebol entre as equipes “Solteiros” x “Casados”, que disputarão uma rica taça. A seguir haverá corridas de velocidade, de resistência e “gallo”, para os rapazes. Para as moças haverá corridas da “gravata”, da “agulha” e do “ovo”, e outras surpresas.

Um dos números do programa será o concurso dos “feios”. A má impressão que este número possa causar entre a assistência será dissipada à vista de tantas caras lindas de formosas senhoritas que honrarão os festejos com a sua presença, e dentre as quais será escolhida a “Miss Centro Galego”, que receberá uma mimosa lembrança. Às crianças serão distribuídas balas e bombons em profusão. Haverá prêmios para os vencedores de cada prova.

Esse piquenique também fora anunciado no *Estado de São Paulo*, o 1 de junho de 1934, com o rótulo Convescotes. Na nota menciona-se que haveria “números” a cargo de um grupo típico de “gaiteros” e que para chegar à Villa Galvão haveria um trem que partiria da estação da Cantareira às 7:30 desse domingo. Além dos sócios, poderiam comparecer não-sócios acompanhados de sócios. Todos deveriam retirar os convites na sede da sociedade, rua Libero Badaró 30, 3º andar. A mesma notícia foi publicada nesse 1 de junho pela *Folha da Manhã*; nesse diário o piquenique é chamado de “romaria”.

O *Diário da Noite* publicara, aos 28 de setembro de 1934, uma coluna com a manchete Foi inaugurada sábado a Seção de Beneficência do Centro Galego. Nela são inseridos, como introdução, alguns dados da história da sociedade. Assim, informa-se que a

agremiação fora fundada em fins de 1932, tendo, no momento da publicação da notícia, 700 associados. Na notícia destaca-se que a sede da sociedade, em “confortável prédio” no centro da cidade, estava “otimamente instalada”, contando com salão para bailes, biblioteca, sala de leitura e “um original bar bem sortido”, e que nela promoviam-se festas dançantes, conferências e piqueniques. Informa-se que a agremiação é legitimamente representativa da colônia galega paulistana e que visava “o conagraçamento e união dos espanhóis aqui residentes”. A continuação informa-se que no “sábado último” inaugurara-se a Seção de Beneficência da sociedade mediante uma festa em que o Dr. Vidal Reis apresentara aos sócios e à imprensa o corpo médico da seção – um cirurgião, um urologista, um oculista, um pediatra, um otorrinolaringologista, um clínico geral e dois ginecologistas –. Na ocasião, fizeram uso da palavra o cônsul-geral da Colômbia, Sr. Londoño y Londoño e o Dr. Enzo Silveira, ginecologista, após o qual se dedicou um brinde de honra aos médicos e jornalistas presentes e começou um baile que durou até a madrugada.

Nessa coluna informa-se também que, dias depois, para comemorar a fundação da Seção de Beneficência, o Centro Galego oferecera um banquete aos médicos e a representantes de jornais paulistanos, ao que compareceram muitos associados, o cônsul-geral da Colômbia, o cônsul do Peru, o Dr. Vidal Reis, Núñez Arca, então diretor da revista *La Raza*, do Rio de Janeiro, “que levantou um brinde à Espanha, Brasil, São Paulo e ao Centro Galego”, Alarcón Fernandes, diretor do periódico *Nosotros*, quem propôs um brinde à imprensa paulistana, o Dr. Moacyr Alvaro, oculista de Beneficência, quem participara no Congresso de Oftalmologia que se celebrara em Madri, e Benedicto Quintino da Silva, do *Estado de São Paulo*, quem, em nome da imprensa paulistana, agradeceu o ato ao Centro Galego.

As atividades do Centro Galego, nos seus primeiros anos, são comentadas em uma matéria intitulada *As realizações da colônia hespanhola em São Paulo*, publicada no *Correio de São Paulo*. Essa matéria contém uma entrevista que o jornal fizera ao Dr. Vidal Reis – “uma das figuras de grande destaque sobre as últimas realizações levadas a feito entre as sociedades espanholas paulistanas” –. A entrevista tivera lugar no salão de honra do Centro Galego, na presença do seu diretor, Delfín Blanco de Dios. No seu depoimento, Vidal Reis salientou que a maior parte dos imigrantes espanhóis era mão-de-obra, braços que contribuíam para a grandeza de São Paulo. Como consequência disso, e, portanto, do

reduzido número de intelectuais entre os imigrantes espanhóis, Vidal Reis queixava-se de que

nem todos os intelectuais que aqui se acham contribuam com seus trabalhos para a harmonia, incentivando as grandes obras no meio de mais de 300.000 espanhóis que vivem em São Paulo, o estado líder do Brasil em todos os ramos da atividade humana. Apesar disso os entusiastas e os que se animam de boa vontade, vêm trabalhando para a realização dos grandes feitos de interesse coletivo.

O Dr. Vidal Reis comenta ao entrevistador que uma das principais preocupações da colônia espanhola era conseguir a contratação de um professor espanhol para a Universidade de São Paulo. À pergunta sobre a sua opinião a respeito do que deveria ser feito “de útil e produtivo” para a colônia, o Dr. Vidal responde: “Em primeiro lugar deveria se tratar da fundação de um Centro de Cultura, depois a organização de um Instituto Hispano-Brasileiro e, por fim, a criação de uma grande biblioteca, que teriam fins educativos culturais de valioso alcance”. Na entrevista, ao ser perguntado sobre o “avanço progressista” da Espanha nas ciências, nas letras e nas artes, o Dr. Vidal refere-se à sua área profissional – a medicina – e faz um sumário comentário sobre a literatura:

Neste particular, como médico poderia citar os drs. Goyanes, Cardenal, Bastos Ansart que foi delegado da Hespanha no Congresso Internacional de Reumatologia, realizado em Moscou, na Rússia. O Dr. Oller, delegado da Hespanha no Congresso de Ortopedia realizado em Bruxelas; Marañón com suas descobertas sobre as glândulas de secreção interna; Hesnando, professor de terapêutica da Universidade de Madrid; o professor Baraquer, famoso pelos seus trabalhos oftalmológicos de extração de catarata, que encontra um grande admirador na figura do abalizado clínico Dr. Moacyr Álvaro, médico do nosso Centro; Panciaez Coliza, laringolo notável, além de Alvarez, Bertrant e Boty, são figuras de fama mundial e que grandes serviços têm prestado à medicina. Ainda atualmente na Hespanha vamos encontrar vultos notáveis na literatura, nas artes, cujos nomes são conhecidos e citados pela imprensa de todos os países.

A *Gazeta*, aos 7 de julho de 1934, registra uma reunião que tivera lugar no Centro Galego da comissão das *Sociedades Hespanholas* que pleiteava a inclusão de professores espanhóis na “Universidade Paulista”. Essa comissão decidira informar ao interventor federal e ao embaixador da República espanhola que era “quase certo serem brevemente contratados para a Universidade um professor de língua e literatura espanholas e provavelmente de outro da história da América”. Uma notícia publicada nesse mesmo dia pelo *Estado de São Paulo* recolheu, com o título A universidade e a colônia hespanhola, a reunião mantida na sede do Centro Galego a respeito da contratação de um professor de

língua e literatura espanholas e um professor de história da América com vistas à “aproximação intelectual hispano-americana”. Em relação ao intercâmbio hispano-americano, foi publicada aos 21 de setembro de 1935, a pedido do Centro Galego, uma nota intitulada Aproximação hispano-brasileira em que se divulgava que a Rádio Ibero-americana de Madri irradiaria um programa “em honra aos naturais de Galiza, residentes na América do Sul”.

Em 1935 o Centro Galego comemorou por primeira vez o “Día de la Raza”. Uma notícia de jornal, sem identificar, assim o transmitia, sob o título O dia doze de outubro – saudação à Hespanha. A sessão, presidida por Francisco Gómez Queija, aconteceu no salão da sede social do Centro. Nessa notícia informa-se que o orador convidado fora o Dr. Leopoldo de Freitas, qualificado de “talentoso publicista”, mas também palestraram o Sr. Juan Sant’Esteban, o Dr. Enzo Silveira e o jornalista Alarcón Fernández. Os discursos começaram após a execução dos hinos “da Hespanha, Brasil e marcha de Cádiz, diante do retrato do Sr. Alcalá Zamora, presidente da República Hespanhola”. A intervenção do Dr. Leopoldo de Freitas girou ao redor do tema “a Hespanha da Renascença e de suas colônias que se fizeram nações americanas no séc. XIX” e, nela, segundo comenta o jornalista responsável pela matéria, o Dr. Freitas fez os seguintes comentários para encerrar a sua fala:

– Por toda parte o pendão com as armas de Castela, de Leon, de Aragão e de Galiza impôs-se triunfante e deixou às gerações novas uma tradição honrosa pelo patriotismo e pela civilização. “Opimo de beleza heróica, de ambição nacional e confiança nas energias da Raça, é legado da Hespanha do passado à do presente”, – escreveu Pompeyo Gener. Brasileiro que sou, devotado ao culto do Altar da crença e do progredir da civilização latina, louvo e aplaudo a diretoria do Centro Galego pela brilhante iniciativa da comemoração do Doze de Outubro.

A *Folha da manhã*, aos 12 de outubro de 1935, anunciara os atos da sessão solene que iria acontecer na sede social do Centro Galego, às 21 horas, com motivo da comemoração do aniversário da Descoberta da América e do “Dia da Raça”. Informava-se que no programa constava uma palestra do Dr. Leopoldo de Freitas, intitulada “Hespanha e suas colônias”, uma palestra sobre o significado do “Dia da Raça”, do Dr. Enzo Silveira, sócio honorário da agremiação, e a declamação de um poema do jornalista Juan Santisteban, de exortação à amizade e união hispano-brasileira. Uma outra nota, do dia 11 de outubro desse ano, da que não identificamos o jornal, difundira esses atos.

Do 15 de dezembro de 1935 é uma notícia intitulada O Centro Galego homenageou o Sr. Luiz Vidal Reis. O homenageado, um dos sócios fundadores da agremiação, era então o seu vice-presidente honorário; a ele agradeciam-se os valiosos serviços prestados à comunidade e a sua defesa “cujos interesses brilhantemente defendeu em sua última estadia na pátria comum, de onde há pouco regressara”. O jornal informa que o salão estava cheio e que a mesa era composta pelo diretor do Centro, Francisco Gomes Queijas, membros da diretoria do Centro e representantes de várias associações espanholas em São Paulo. Após a interpretação dos hinos “nacional” e “espanhol”, tomara a palavra o Sr. Enzo da Silveira, quem louvou a trajetória do homenageado, relacionando-a com as contribuições que, desde a fundação da cidade, fizeram os espanhóis. Na notícia aponta-se que o Sr. Enzo da Silveira destacara que

desde os tempos primitivos da fundação de Piratininga – a pequena cidade do alto da serra do mar que mais tarde se convertera na trepidante metrópole que é São Paulo de hoje – o braço, o esforço e a inteligência dos espanhóis, juntamente com os brasileiros, sempre havia colaborado para o engrandecimento de São Paulo e do Brasil.

O orador, logo de elogiar os espanhóis que defendiam os interesses da colônia, procedeu a profligar os “indiferentes e os que têm a miserável virtude de desagregar, desunir e negar, criticando sem autoridade e sem base”. Terminou a sua fala comentando a simbologia do diploma que entregara ao homenageado: uma cruz, “símbolo da fé e garantia dos belos sentimentos que exornam os corações dos homens de valor”, uma colunata, “símbolo da História e das grandes conquistas da Hespanha, e penhor de seu engrandecimento no futuro”, e o “símbolo da Galiza”, “berço dos que ali estavam reunidos, rincão querido dos antepassados, e por cuja grandeza os galegos de São Paulo sempre se bateriam denodadamente, assim como o orador, que embora sendo brasileiro, sabia querer a Hespanha tanto quanto um verdadeiro filho da grande pátria”.

O homenageado respondeu em espanhol, agradecendo a honraria, mas expondo que acreditava que a homenagem era exagerada pois “sendo filho de naturais da Galiza, tudo que fizesse nada mais seria que dever patriótico”. Mencionou que, na recente viagem que fizera à Espanha, observara muito progresso e claros avanços materiais, científicos e culturais. Referiu-se também ao magnífico aparelhamento hospitalar da Espanha, sobretudo o do Hospital de Santander. Acerca da sua permanência na Galiza, expressou que notara, “e com isso entristeceu”, que “o progresso já ia transformando tudo”. Segundo ele, “pouco se

via já das coisas tradicionais e tão belas da terra galega; todavia, no verdor das matas, no azul do céu, na doce paz dos lares, ainda se sentia o perfume suave do ambiente familiar”. Na notícia informava-se que a sessão solene encerrara-se com um baile.

Desse ano, há uma nota de jornal, porém sem referências sobre a fonte, que se intitula O ex-governador de Madrid visitou ontem a sede do Centro Galego. O ex-governador era Javier Morata, que estava a passeio em São Paulo e passara pelo Centro Galego, “prestigiosa associação da colônia espanhola de São Paulo”, havendo sido lá recebido pela diretoria e alguns associados. À frente da recepção estivera o vice-presidente honorário do Centro, Sr. Vidal Reis, que saudara o político. Na nota expõe-se que “Respondendo a essa saudação, o Sr. Javier Morata exaltou o trabalho dos espanhóis em São Paulo mostrando como esse esforço construtivo dignificava a Hespanha”. A *Gazeta* anunciara essa visita oficial em uma breve nota: “Estando de passagem, por esta capital, fará uma visita oficial ao Centro Galego, hoje, às 21 horas, o Sr. Javier Morata, ex-governador de Madrid, que será homenageado pelos membros daquela associação da colônia espanhola”.

Há 7 notícias sobre a relação do Centro Galego com o futebol. A primeira delas data de agosto de 1935 e refere-se a um jogo do Galícia Futebol Clube com o Serrano A. C., que teria lugar no Alto da Serra de Santos. Informa-se que a torcida dos “galicianos”, acompanhada por um jazz-band, deslocar-se-ia em um trem especial que partiria da Estação da Luz. Duas notas do 8 de setembro de 1935, informam de um jogo, no campo dos “galicianos”, na rua de São Jorge, entre o Galícia F. C. o E. C. Flor do Corinthians, em que os times empataram, 2 a 2. O jornal *O Dia*, aos 6 de outubro de 1935, informa de um jogo, no campo “galiciano”, entre o Galícia e o Indústria de Tapetes. O *Correio de São Paulo* informa, aos 9 de outubro de 1935, da toma de posse de Antonio Parada como diretor no “Gallizia F.C.”. *O Dia* dedicou duas notícias, aos 22 e aos 26 de novembro de 1935, a um jogo, na praça de esportes galega, entre o Galícia e o Vasco da Gama da Mooca, em que o Galícia sobrepujou o rival pela contagem de 4 x 2.

Pouco menos de um ano antes do início da guerra na Espanha, o *Correio de São Paulo*, aos 16 de junho de 1936, entrevistou Delfín Blanco de Dios em relação às atividades do Centro Galego. A matéria foi intitulada Um pedaço da Hespanha nobre e cavalheiresca, dentro de São Paulo, e é justificada porque, desejando homenagear os espanhóis

domiciliados em São Paulo, o jornal decidira fazer uma reportagem sobre a vida e as atividades do Centro Galego. Declara-se que esse centro era a associação de mais prestígio no seio da colônia espanhola e que ele estaria destinado a liderar os movimentos dos coletivos espanhóis. Assim sendo, o então presidente do Centro, Francisco Gomes Queija, recomendara o jornal que entrevistasse o anterior presidente, Delfín Blanco de Dios, quem conduzira o centro durante os três primeiros exercícios e era, portanto, o mentor do destaque da entidade. A ele foram formuladas cinco questões. A primeira foi “Quando e como surgiu o Centro Galego”? A isso ele responde:

Em julho de 1932, um grupo de espanhóis naturais da região galega teve a idéia de fundar uma sociedade onde os naturais daquela região pudessem reunir-se e recordar com saudades os dias felizes da “terrinha”. [...] Em fins de outubro seguinte se levou à prática a iniciativa daquele grupo de compatriotas [...] e designou-se uma comissão para elaborar um projeto de estatuto, já de acordo com a orientação daquela assembléia, visando finalidades mais amplas do que a princípio se pensava, isto é, de forma a que no seio da sociedade tivessem cabida não só os espanhóis da Galícia mas também os de todas as regiões espanholas, e assim na assembléia realizada no salão do Centro Republicano Portuguez no dia 14 de dezembro do mesmo ano foram aprovados os estatutos de caráter nitidamente espanholista apesar de à nova sociedade ser-lhe dado o nome de Centro Galego.

À pergunta de “com quantos sócios o Centro iniciou as suas atividades?”, Delfín Blanco responde que, para a fundação, inscreveram-se 60 sócios.e que a primeira secretaria funcionou em uma dependência do Centro Republicano Portuguez cuja diretoria sempre se mostra “grande amiga da Galícia”. O primeiro local social instalou-se no terceiro andar do Edifício do Clube Comercial. A sua inauguração foi assim descrita por Delfín Blanco

após as obras de adaptação necessárias para lá transferimos a sede e no dia 28 de julho de 1933 inauguramos solenemente com um grandioso festival presidido pelo sr. cônsul geral da Hespanha, presidente honorário do Centro, e ao qual compareceram representantes do embaixador da Hespanha, do então interventor do Estado, dos secretários e demais autoridades do Estado, cônsules ibero-americanos, cônsules da Hespanha em Santos e Rio de Janeiro, representantes das sociedades espanholas da capital, do Rio e do Interior, de sociedades de colônias antigas, imprensa de São Paulo e elementos de destaque da sociedade paulista.

Com a sede inaugurada, o número de sócios aumentou, tendo, no momento da entrevista, mil sócios inscritos. As três seções principais do Centro eram a cultural, a benéfica e a de intercâmbio. A primeira destacava-se “promovendo conferências, organizando a biblioteca, a campanha do livro”, e a segunda encarregava-se de coordenar o corpo médico que dava assistência aos sócios. Já a terceira estabelecia contatos e

colaborava “com todos os movimentos que nos dignificassem e que contribuíssem para uma maior amizade entre espanhóis e brasileiros”.

Houve uma pergunta acerca da movimentação do Centro em relação à contratação de professores espanhóis para a Universidade de São Paulo. Delfim Blanco responde que devido ao interesse do governador do Estado de São Paulo, Armando de Salles Oliveira, e ao apoio do Dr. Benedicto Montenegro – “paulistano filho de galegos” –, e de Teodoro Ramos, fora criada a cátedra de língua e literatura espanhola que, no entanto, ainda não fora preenchida devido, em parte, à indiferença das autoridades consulares e diplomáticas. Blanco afirmou que elas estavam “despeitadas porque, devido ao abandono e excesso de burocracia com que tratam os assuntos de maior interesse para a colônia esta se lhes antecipa e aí o seu maior interesse é que nada se consiga”. Em relação a uma outra questão, a situação pela que estava a passar o Centro, Delfim Blanco informou que ela era magnífica: as contas estavam em dia, havia saldo em caixa, a instalação da sede fora completada e o programa de festas era realizado com regularidade, mas ainda havia muitas finalidades que alcançar. As duas principais preocupações do Centro Galego eram a repercussão que sobre ele pudessem ter as notícias sobre a Espanha que veiculava a imprensa e a inaptidão do serviço consular e da diplomacia espanholas:

Porém há muito que realizar pois que a meta nunca se atinge numa sociedade que tem tantas finalidades a cumprir, muito especialmente agora, que o noticiário de alguns jornais, nem sempre bem informados veiculam notícias fornecidas por fonte que inadvertida ou mal intencionadamente e com motivo de excitação política é às vezes mal interpretada, que nestes últimos tempos a Hespanha está vivendo, muito há a fazer para que o bom conceito que goza o espanhol não se abale. Não fosse a elevada consideração que as centenas de milhares de espanhóis aqui radicados conseguiram obter à custa do seu trabalho ordeiro e fecundo poderíamos até ser olhados com certa prevenção, mas os fortes laços de amizade que unem os povos brasileiro e espanhol dissipam todas aquelas dúvidas.

Ainda nos resta a esperança de que um dia haveremos de ter autoridades diplomáticas e consulares prestigiosas e diligentes que fomentem, ou que, pelo menos prestigiem, a iniciativa particular no sentido de difundir, no seio deste povo irmão, a cultura e a ciência espanhola, demonstrando também quanta seiva e reserva moral existe no povo espanhol cuja civilização fecundou na quase totalidade dos povos da América.

O *Diário da Noite*, *A Gazeta* e o *Diário Popular* recolheram notícias sobre a eleição da nova diretoria do Centro Galego em julho de 1936. O 7 de julho, o primeiro desses jornais paulistanos informou que no dia 12 teria lugar uma assembléia geral do Centro

Gallgo na sua sede social. Na ordem do dia estava a leitura do relatório pelo presidente sobre o seu exercício. Informava-se que todos os associados poderiam ser eleitores ou eleitos quando espanhóis ou filhos de espanhóis. Informava-se também que, no domingo dessa semana, haveria uma matinê dançante com a orquestra América e que no dia 24 teria lugar um baile familiar para comemorar “a passagem do dia de Galícia, a posse da nova diretoria e a coroação de Miss Centro Galego”. A *Gazeta*, em uma nota do 11 de julho, informou que a assembléia geral ordinária para a eleição da diretoria – exercício de 1936-1937 – aconteceria na sede social, o dia 14, às 20 horas. O terceiro dos jornais mencionados anunciou, aos 21 de julho, a composição da diretoria que fora eleita, a qual voltava a estar presidida por Delfin Blanco de Dios.

As seguintes notícias de que dispomos sobre o Centro Galego são do ano 1938. Duas delas foram publicadas na *Gaceta Hispana*. Em uma das notícias da *Gaceta Hispana* noticiou-se a toma de posse, coincidindo com o 6º aniversário da “prestigiosa y patriótica sociedad española”, da junta diretiva para o exercício 1938-1939 do Centro, que voltou a ser presidido por Francisco Gómez Queija. Noticiou-se que a cerimônia fora aberta com a interpretação dos hinos nacionais da Espanha e do Brasil. No ato estiveram presentes o cônsul geral da República Espanhola, Dr. Doporto [Luís Doporto Marchori], e o vice-cônsul, Sr. Soler, e repartiram-se os prêmios dos concursos celebrados no último piquenique da agremiação. Então, o secretário do Centro, Manuel Rodríguez, leu um discurso dedicado à Galiza recolhido, como se segue, pela *Gaceta Hispana*:

[el Sr. Rodríguez] dio lectura a unas brillantes cuartillas, ensalzando las bellezas de Galicia y recordando la abnegación y sacrificio de los emigrantes gallegos en América, así como del prestigio que, gracias a esa laboriosidad y a la nobleza tradicional de sus paisanos, han conseguido en la capital paulista. Terminó con un Salve Galicia!, siendo muy aplaudido.

No encerramento, foram descobertos dois retratos, um de Getúlio Vargas, “como homenaje de gratitud al Brasil por la cordialidad con que en este hospitalario país se ha acogido a la colonia gallega”, e outro a Severino Gago, benemérito do Centro, “por los sacrificios que ha hecho siempre por el florecimiento de la Sociedad”. A cerimônia terminou com um baile familiar. Uma coluna de um jornal não identificado, intitulada Inauguração da Nova Sede do Centro Galego, recolhe que o secretário da nova diretiva presidida por Francisco Gómez Queija, o Sr. Manuel Rodríguez, comunicou que o Centro Galego se transferira para o 6º andar do Prédio Martinelli. Em uma outra notícia cuja

referência não foi localizada, intitulada O dia da Raça – Comemorações no Centro Galego, resenhou-se que o Dia da Raça de 1938 seria celebrado pelo Centro Galego no Edifício Martinelli, mas nos salões do Portugal Clube. Os benefícios da festa seriam destinados à melhora da biblioteca do centro.

O programa da comemoração do 6º aniversário do Centro foi anunciado aos 21 de julho de 1938 pela *Folha da Noite*, pelo *Diário Popular* e pelo *Diário da Noite*. Os dois primeiros jornais, além de informar de que aconteceria a posse da nova diretoria e a inauguração solene dos retratos do Dr. Vargas e do sócio benemérito Severino Gago, indicavam que, antes do baile, se coroaria a “Miss” Centro Galego de 1938 e salientavam a intervenção da artista espanhola Carmelita Alonso, “atualmente nesta cidade”, na festa final. O terceiro desses jornais especifica que, na data escolhida para a cerimônia, comemorar-se-ia também o dia de Galícia. Um outro recorte de jornal contém a foto de Severino Gago Vázquez e uma nota em espanhol em que se ressaltava, em língua espanhola, o labor do homenageado em prol da agremiação. Uma outra notícia em espanhol, sem fonte, especificava que a artista Carmelita Alonso seria acompanhada pelo músico mexicano Prof. Víctor de León, “inventor del original instrumento musical *Marimbon*”.

A *Gaceta Hispana* de 1 de outubro de 1938 resenha o festival hispano-brasileiro organizado pelo Centro Galego. Dentre os artistas que tomaram parte do evento destacavam-se os seguintes:

la encantadora bailarina española Irene de Serra, que entusiasmó al auditorio. Janete y Mercio Silva, ambos sambistas del Conjunto Fulgor que con tanto éxito viene actuando en la Radio Educadora Paulista de esta ciudad han sido muy aplaudidos. La simpatiquísima niña Odete Carrera, hija de nuestro compatriota y socio del Centro Sr. Carrera, como de costumbre obtuvo grandes aplausos por su peculiar estilo en la interpretación de canciones españolas. [...] Durante el baile que se realizó después de terminada la fiesta, hizo acto de presencia el gran artista de Radio, Orlando Silva, quien saludó a todos los asistentes.

Essa noticia concluía anunciando um vespéral dançante para o próximo domingo y o baile da Primavera. As duas últimas notícias sobre o Centro Galego que localizamos são de 1939 e foram publicadas pela *Gaceta Hispana*. Uma delas, do 20 de maio de 1939, refere-se à Festa do Livro organizada pela sociedade. A outra, do 2 de setembro, trata da homenagem realizada a Rosalia de Castro. A festa do livro – “formidable velada artístico-

literaria” – fora organizada para angariar recursos para a biblioteca do Centro. No programa constavam as seguintes participações:

Salutación, por el secretario del Centro, Sr. M. Rodríguez; Presentación de la Fiesta del Libro, por el poeta Isidro Álvarez Alonso; Recitación, por Lolita Pascual Ríos; Declaración, por la Srta. Sacro Amor; Monólogo, por D. José Galdón; Entremés, por artistas de “Radio Bandeirantes”; Dos palabras, por D. Ricardo A. Pérez; Gran baile familiar. La velada será amenizada por el “Jazz Garcés”.

Na crônica dessa festa expõe-se que, após a abertura da sessão pelo secretário do Centro, tomou a palavra o “laureado poeta y divulgado escritor” Isidro Alvarez Alonso³⁰¹ que leu um discurso – qualificado de “peça literária” – sobre escritores galegos – chamados de “escritores de nuestra raza” –, que foi assim resenhado pelo autor da crônica:

Con clara dicción, absoluta seguridad verbal, comunicativa emoción, cautivante belleza y brillante colorido, perfiló las figuras inmortales de Rosalía de Castro, Concepción Arenal, Emilia Pardo Bazán, Curros Enríquez, Manuel Leiras Pulpeiro y D. Ramón del Valle Inclán, citando también los nombres de gallegos tan ilustres como Noriega Varela, Eduardo Pondal, Ayras Nunes, Manuel Linares Rivas y el Padre Feijó, recordando asimismo el de sus dos poetas jóvenes más representativos – actualmente residentes en Buenos Aires –: Eduardo Blanco Amor y Xavier Bóveda. El público siguió con manifiesto interés e incontinente entusiasmo la brillante y magnífica lectura de tan bellas páginas, haciendo a su autor objeto de una excepcional ovación, largamente sostenida y reiterada.

Após isso, Lolita Pascual recitou dois poemas em espanhol, a senhorita Sacro Amor declamou dois poemas em português, a menina Odete Carrera cantou, e o Sr. Galdón – diretor artístico do Centro Republicano Español –, Pedro Viadero, Santisteban e alguns artistas da Rádio Bandeirantes recitaram e dramatizaram. Houve o baile familiar pela orquestra do Jazz Garcés e leiloou-se um buquê de flores oferecido pela Comissão de Bibliotecas Brasileiras. A diretiva informou que o 24 de junho se realizaria o baile “caipira”

³⁰¹ Isidro Álvarez Alonso chegou a São Paulo, procedente da Argentina, na década de 1940. Acreditamos que, filho de imigrantes espanhóis, era natural da *Municipalidad* Coronel Dorrego. No momento do seu assentamento em São Paulo, já consolidara a sua carreira como poeta e intelectual. Assim, em 1944, fora inserido um poema dele “¡Ay, Federico!...” no livro *Presença de García Lorca*, organizado por P. Núñez Arca. Viveu em São Paulo como professor de língua espanhola e de literaturas comparadas, e como tradutor. Conhecemos três produtos dele publicados em São Paulo. Dois são livros de poemas, *Arca de luz y de sombras* (*Un saldo de mis lecturas*) (Álvarez, 1959) e *Nieve en las alas* (Álvarez, 1967), o terceiro é um *Dicionário Espanhol/ Português*, em dois volumes e em co-autoria com Frederico Pessoa de Barros, editado em 1965. Consultamos *Arca de luz y de sombras* (*Un saldo de mis lecturas*). Trata-se de um ensaio acerca de curiosidades do campo literário. Divide-se em quatro capítulos: “Nihil novum sub sole”...; Los escritores y el disparate; Muerte de hombres célebres; e Manías, rarezas, extravagancias y profesión de algunos grandes hombres. No final do livro anuncia-se a publicação de doze obras do autor, de criação literária e de crítica literária. Desconhecemos se algum dos títulos lá listados saiu do prelo.

e que seria organizado em um teatro paulistano um festival a benefício do Hospital Espanhol projetado pela *Sociedad de Socorros Mútuos*.

Uma reportagem ilustrada de 2 de setembro de 1939, intitulada *España en el Brasil*; Recordando a Rosalía Castro – La velada del Centro Galego, trata da homenagem realizada a Rosalía de Castro nos salões do Centro Galego. Apareceu no n. 164 da *Gaceta Hispana*. A homenagem deveu-se à comemoração do centenário do nascimento da poetisa. Para isso, foi elaborado um programa artístico-literário-musical. Uma orquestra fez a abertura da homenagem e o secretário do Centro, José Ojéa Rodríguez, deu a palavra a Isidro Álvarez Alonso, quem ministrou uma palestra intitulada “Rosalía de Castro o la tristeza”. Isidro Álvarez levara a palestra escrita e entregou uma cópia ao Centro, da qual o autor da crônica tirou alguns fragmentos. Na crônica lê-se:

A través de magníficas versiones que de las mejores poesías rosalianas hizo ex profeso, con su reconocida maestría, el atento y entusiasmado auditorio tuvo oportunidad de gustar uno de los muy contados “sucesos poético-literarios” que aquí pueden suscitarse en lengua hispana. De ahí que su adhesión fue plena y su interés manifiesto. [...] De ella copiamos los siguientes soberbios fragmentos: “...Este familiar y simpatiquísimo Centro Galego trae ahora a mi memoria una anécdota del príncipe Kropotkine. Cuenta él, que siendo muy niño, fue designado paje de los zares de Rusia. Tan pequeñito era, que en una fiesta real se durmió en las faldas de la propia zarina. El que había de ser más tarde el más dulce y fraternal de los sabios, soñó así toda una noche en las rodillas de la más poderosa y altiva reina. Así también, sobre la falda opulenta de esta espléndida reina que es la ciudad de San Pablo, – pequeño paje llamado a grandes destinos, el Centro Galego sueña... Sueña con sus entusiastas colaboradores (asociados, simpatizantes, artistas, escritores, poetas) que han de llevarle, indefectiblemente, al triunfo, al triunfo definitivo y total de sus más caras aspiraciones”. Y refiriéndose luego a la homenajeadora (tras de muchos hermosos párrafos que la tiranía del espacio no nos deja transcribir dijo: “...A los veinte años casó con el reputado historiador y cronista gallego Manuel Murguía [...] Por ese entonces cultiva su huerta y vive exclusivamente para el amor de los suyos. Huye del “mundanal ruido” para acogerse a la dulce paz hogareña. [...] La tristeza es en la lírica rosaliana a manera de un armonioso “leit-motiv”, de una nota predominante en las cuerdas de su lira nostálgica [...] Así se duele Rosalía Castro de su mal implacable y así cúmplase fielmente en ella este concepto de Alfredo de Vigny: “Puede decirse que el sufrimiento no es más que la vida en su mayor contenido”. [...] Este agri dulce renunciamento, esta sincera timidez de Rosalía (que en otra personalidad habría sonado a falsa modestia) constituye uno de sus mayores agente de simpatía, y es el rico venero de su fuente Castalia, la linfa inagotable de su acendrado lirismo... Gloria in excelsis, Santa Rosalía!.

A palestra foi seguida de um recital feito pelo Sr. Galdón e de “españolísimas canciones” por parte da menina Odete Carrera, acompanhada ao piano pela sua irmã Olga. A matéria encerrou-se informando que aos 9 de setembro [de 1939] aconteceria no Centro outro festival artístico-dançante. A matéria era acompanhada por quatro fotografias da platéia que participara no evento e por versos de Rosalia traduzidos ao espanhol pelo palestrante.

Não localizamos mais notícias sobre as atividades do Centro Galego da cidade de São Paulo. Do acima transcrito e comentado, por um lado, infere-se que o centro manteve a rotina das suas atividades após o final da Guerra Civil espanhola. Por outro, nota-se que, apesar da derrota da II República, ele continuou vinculado ao Centro Republicano Espanhol da capital paulista e seguiu colaborando com a *Sociedad de Socorros Mútuos* com vistas à arrecadação de fundos para a construção de um Hospital Espanhol, obra que nunca se conseguiu completar, embora tenha sido a principal aspiração das associações de imigrantes espanhóis na cidade de São Paulo até a década de 1980. O vínculo mantido, e a presumível comunhão ideológica, com o Centro Republicano Espanhol explicariam a tranqüila integração deste no Centro Galego a meados da década de 1940. Observa-se que a maioria das atividades organizadas pelo Centro Galego noticiadas pela imprensa dirigia-se ao recreio dos associados e à estruturação da cobertura médica deles. Houve também, no entanto, uma preocupação constante a respeito da consolidação e aprimoramento da biblioteca do centro. Nesse âmbito cultural, percebe-se que o principal desentendimento, e a conseqüente rixa, entre o centro e as autoridades consulares republicanas espanholas se deveu ao descaso destas com o preenchimento da vaga de professor de língua espanhola na Universidade São Paulo, uma meta ambicionada pelo centro para a sua prestigiação entre a sociedade paulista, que foi totalmente desatendida pelo Consulado-Geral. Significativamente, entre as palestras realizadas no Centro Galego, e noticiadas pela imprensa à que acima aludimos, da única relativa à literatura galega da que tivemos conhecimento encarregou-se um intelectual e poeta argentino – Isidro Álvarez Alonso – recém chegado à cidade de São Paulo. A partir da resenha sobre essa palestra publicada no n. 164 da *Gaceta Hispana*, e devido à menção a Blanco Amor e Xavier Bóveda, podemos especular que as noções de Isidro Álvarez Alonso sobre a literatura galega foram adquiridas nos supostos entrosamentos dele com a intelectualidade galega arraigada na Argentina.

A Guerra Civil espanhola na imprensa dos imigrantes espanhóis

O ténue envolvimento do Centro Galego de São Paulo com a mobilização republicana durante a Guerra Civil espanhola que refletem as notícias mostradas da imprensa paulistana não pode ser interpretado como uma ausência de alterações na rotina das entidades dos imigrantes espanhóis. A Guerra Civil deve ter abalado profundamente as relações entre os espanhóis que integravam as agremiações paulistas³⁰². Temos, porém, poucos dados para amparar com contundência essa obviedade. Casualmente, encontramos dois exemplares de um periódico espanhol de São Paulo – *La Nación* – que mostra com clareza a vontade de alguns agentes sociais em conchamar a colônia a tomar posições no conflito, insuflando-lhe entusiasmo para a militância na *cruzada*. Trata-se dos números do 341 e 360 de *La Nación*. Cremos que esse periódico foi o único, entre todos os dirigidos à colônia hispano-brasileira, que se transformou em um porta-voz do nacional-sindicalismo.

O n. 341 – “número extraordinario dedicado a los huérfanos de la cruzada” –, do 18 de julho de 1938, corresponde ao ano X de *La Nación*, um semanário redigido em castelhano. Nesse momento, informa-se que a redação e a administração do periódico estava na Praça da Sé, n. 43 – Sala 423. Não temos dados sobre a tiragem desse periódico, mas os quase cem anúncios, em língua espanhola, de instituições, escritórios, consultórios e estabelecimentos comerciais dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul inseridos nas suas 38 páginas demonstram que ele aspirava a abranger as principais colônias de imigrantes espanhóis no Brasil. Além disso, a escolha, por parte dos responsáveis por esses locais, de investir em publicidade nas páginas de *La Nación* pode ser interpretada como uma evidência da notável repercussão que tinha o periódico entre numerosos grupos de imigrantes espanhóis. Não podemos avaliar se o investimento em publicidade em *La Nación* repercutia em um aumento de clientela nesses locais, mas dado o caráter de veículo propagandístico do movimento nacional-sindicalista que o periódico adquirira, a decisão de inserir nele publicidade, e de dar-lhe, conseqüentemente apoio

³⁰² Em La Guerra Civil Española a través de las revistas ilustradas brasileñas: imágenes y simbolismos, sem se referir à imprensa *colonial* hispano-brasileira, Maria Luiza Tucci Carneiro analisou o tratamento iconográfico da Guerra Civil espanhola nos periódicos do Brasil. Disponível em: <http://http://www.tau.ac.il/eial/II_2/carneiro.htm>. Acesso em: 18 abr. 2009.

econômico ao periódico, significava uma exibição, e uma clara declaração, de adesão dos responsáveis desses negócios, já em julho de 1938, ao bando franquista³⁰³.

³⁰³ Citamos, a seguir, os estabelecimentos com os nomes dos seus responsáveis, quando estes constavam, cujos anúncios foram publicados no n. 341 de *La Nación*. No total são 86 estabelecimentos os anunciados, alguns deles mais de uma vez. Mais da metade desses anúncios usaram a língua espanhola. Esses estabelecimentos estavam localizados em São Paulo (capital), nas cidades paulistas de Santos e Catanduva, em Salvador, na cidade do Rio de Janeiro e na cidade de Rio Grande-RS. Dos estabelecimentos da cidade de São Paulo, os anúncios são os seguintes: Gran depósito de sacos, de Juan Miguel Sánchez (p. 2); Procedimiento eléctrico, por medio de la inductotermia (p. 6); Colegio de los Hermanos Maristas (p.6); Colegio “Santo Agostinho” (p. 29); Café Guarany, de B. Carrera & Cia Ltda. (p. 29); Fábrica de alpargatas de José Mesa Hijo (p. 29); MAPPIN STORES (p. 30); Clínica de garganta, do Dr. Ribeiro dos Santos e do Dr. L. Vidal Reis (p. 32); Severiano Atanes, comprador de café, cereales y algodón en alta escala (p. 33); Papeleria e Bazar Fernández, Irmãos Fernandez Toribio (p. 33); Calçados Garcia (p. 33); Tabacaria Operaria, de Alfonso Asensio (p. 33); Auto viação “paranaense” (p. 33); Colegio “Cristo Rey” – Madres Agustinas – (p. 33); Irmãos Galdeano & Sobrino (importadores de patatas) (p. 33); Depósito de sacos, de João Perez Moreno (p. 33); Fábrica de brinquedos Nereida, de Antonio Corales (p. 33); “Alta costura a bajo precio” (p. 37); Empresa Cleanning do Brasil, de J. Rodríguez & Filho (p. 37); Joyas de ocasión (p. 37); Comestibles, de Joaquín Puertas (p. 37); Casa Favorita, de J. Zambrana (p. 37); Francisco Triviño, “Fontanero”, (p. 37); Encajes, de Angel Funcia (p. 37); Fábrica de Stores, de Andrés and CIA (p. 37); Cine Olimpia, “película Rancho Grande”, con Tito Guizar, del 15 al 21 de julio (p. 37); Gran depósito de sacos, de Francisco de Herrerias (p. 39); J. Giménez, Mecánica (p. 39) e Casa Conde, Confecciones (p. 39). De Santos-SP, os estabelecimentos são os seguintes: Bar, panadería y confitería Demócrata, de M. Fernandez & Hermano (p. 12); “Ao paraquedas”, Sombrosos, de José Novoa (p. 12); Confeiteria Rosario (p. 12); Haga sus seguros en la compañía Nuevo Mundo (p. 12); Bar, panadería y confitería Rio Branco, de A. Cortés (p. 12); Fernando Rodriguez & CIA, arquitectos, constructores e importadores (p. 32); Paragüeria, de José Novoas (p. 36); Bar, padaria e confeitaria Minerva, de Otero & Comp. (p. 36) e F. Vallejo & CIA, Importación y Exportación (p. 36). De Catanduva-SP são os seguintes anuncios: Agentes Chevrolet, Irmãos Alonso (p. 36); José Martín Estévez, Representaciones Comerciales (p. 36); Café Supremo, de Francisco Gallego González (p. 36); Fábrica de Calzados Unión Ibérica, de Ramón García (p. 36); Zapateria Jahuense, de J. Casal de Andrades (p. 36). Os anuncios publicados da casas da Bahia são: Sorveteria Asturiana (p. 10); Gran fábrica de jarabes de frutas, de Luciano Moreira Barreiro (p. 32); “Máquinas”, de Frutos G. Dias (p. 32); “Bebidas”, de V. Carreira & CIA (p. 32); Valentin Carrera, Representaciones y Consignatario (p. 34); Almacén Continental, Senra e Filhos (p. 34); Casa Fernández (p. 34); “Bebidas”, de Virginio Duran Perdiz (p. 34); Sorbeteria Cubana (p. 34); Despensa Elite, de José Méndez Garcia (p. 34); Café y bar Globo, de Camilo Garrido Rivas (p. 34); Representaciones y consignatario, de David Noguerol (p. 34); Café Pérola, de Eduardo Rivas Barbeiro (p. 34); Café y Restaurante Trincheira (p. 34); Radio Pilot, de B. Cortizo & CIA (p. 34); Pasteleria Alameda, de Teodomiro Álvarez Veiga (p. 34); Almacén Nova Aurora, de Secundino C. Carballal (p. 34); “Casa Allemã” (p. 34) e Torrefacción y Molino del Café Galicia, de A. Verde & Gómez (p. 34). As casas anunciadas do Rio de Janeiro são: Taberna Carioca, de A. Sota Aljan & CIA (p. 8); Restaurante Progreso (p. 32); Companhia de Seguros Novo Mundo Rio de Janeiro-São Paulo-Rio Grande do Sul (p. 33); Café Colombo, na travessa do Ouvidor (p. 35); Café São Paulo, na av. Rio Branco (p. 35); Casa Marinho, artículos de viaje (p. 38); América Store, de José Bouças Gonçalves (p. 38); Café y Restaurante San José, de Antonio Domínguez González (p. 38); Tapones metálicos, de Manuel Piedras Martínez (p. 38); Bazar Orensano, artículos de viaje, de Indalecio Vergara (p. 38); Restaurante y Bar Universal, de A. Domínguez Barcia (p. 38); Sombreros del Río (p. 38); “Punto Chic”, de Venerando Álvarez Coello, Bombones (p. 38); Fábrica Paraense de Papel, gerente-técnico: Rafael Abad, (p. 38); Restaurante y Bar Brah (p. 38); Compra y vende automóviles usados (p. 38); Automáticos Camilo Ltda. (p. 38); Pazos & Vázquez, Aves y huevos (p. 38); Café y Restaurante América, de J. B. Ricón (p. 38); Restaurante “Porto a vista”, de Freitas & Lopes (p. 38); “Máquinas de escrever, etc”. de Manoel Gonzalez & CIA (p. 38); Livraria Odeon, de F. Soria (p. 38); Bar “Palacio Rio Branco” (p. 38). Há um único anúncio da cidade de Rio Grande-RS: Almacén Vázquez (“Saluda a Franco y Arriba España. Viva el Brasil”) (p. 32).

Na capa desse número, sob a cláusula “... En España empieza a amanecer...”, aparecem o retrato de um *requeté* e de um *falangista*. É significativo que, no Estado Novo, estando vigentes as leis de nacionalização, se permitisse a circulação de uma publicação em língua estrangeira, dirigida por estrangeiros e destinada à doutrinação no nacionalismo espanhol e à agitação da colônia espanhola, sobretudo a de São Paulo³⁰⁴. Os responsáveis do periódico fizeram questão de salientar a simbiose entre os imigrantes defensores da causa nacionalista espanhola na Guerra Civil, isto é, os pertencentes a “la auténtica colonia española”, e os brasileiros que sustentavam o regime varguista. Assim, na p. 6, em um artigo intitulado *Arriba el Brasil, Arriba España*, declara-se que “Son dictadas con el corazón las palabras que brindamos a la nación que nos abriga, con la hermandad que nos une en la defensa de un mismo Dios y de un mismo sentido de Civilización”. Portanto, para os autores dessa matéria, os inimigos da Espanha contra os que periódico combatia eram também os inimigos do Brasil, e a guerra na Espanha podia valer como advertência “a la nación amiga, al gobierno y al pueblo hermanos” para que se tomassem todas as medidas cabíveis tendentes a evitar que se produzisse no Brasil um conflito semelhante. Na p. 5 há um esclarecimento do periódico, intitulado *La Nación* a sus lectores, em que se lê:

No pocas dificultades se presentaron a la confección del presente número extraordinario y a ellas se debe el atraso de doce días con que esta edición llega a manos de nuestros lectores. Faltos de un archivo y careciendo de una información gráfica y literaria que nos permitiera el suprimir la paciente labor de recorte que es propia de casi toda la Prensa colonial española, recurrimos directamente a España de donde recibimos con el habitual retraso, el material fotográfico y las colaboraciones de insignes plumas de la Falange Joven, que ilustran estas páginas. Así podemos llamar especial al presente número, no por una mayor cantidad de páginas que las habituales, sino por el contenido inédito en el Brasil y, en su mayor parte, aún no publicado en Hispanoamérica.

Para la distribución acortada del abundante material fotográfico hemos substituido el formato de *La Nación* en sus últimos siete meses por el presente formato de revista, que esperamos agrade a nuestros lectores (*La Nación*, n. 341, p. 5).

³⁰⁴ A exacerbação nacionalista não só proscreveu todas as atividades dos imigrantes que visavam proteger e expandir os traços da identidade “estrangeira”, senão que também proibiu as representações que propeliavam a autonomia dos estados. A Constituição de 1937, que oficializou o início do Estado Novo, em seu artigo 2º (*Nova Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, 1937: 3) suprimia as bandeiras estaduais: “A bandeira, o hino, o escudo e as armas nacionais são de uso obrigatório em todo o país. Não haverá outras bandeiras, hinos, escudos e armas. A lei regulará o uso dos símbolos nacionais”. Menos de um mês após a implantação do Estado Novo, o presidente Getúlio Vargas mandou celebrar a cerimônia da queima das bandeiras estaduais, no Rio de Janeiro, símbolos indesejáveis de um federalismo proscrito.

A seguir, nessa nota, fazem-se constar os agradecimentos ao “camarada” P. Eufrasio Oya García, “un viejo amigo de esta casa y corresponsal de *La Nación* en España merced a cuyo entusiasmo nos ha sido posible el ofrecer a nuestros lectores la información gráfica y literaria del presente número extraordinario” e aos espanhóis “nacionalistas” e aos brasileiros amigos da Espanha que apoiavam a causa a que aderiu o periódico e que enviaram donativos para a orfandade espanhola. Mas salienta-se que

No podemos olvidar, aunque quisiéramos, a nuestros hermanos enemigos de todo el Brasil, a todos aquellos engañados y oprimidos por las tinieblas de la ignorancia, del proselitismo y hasta del odio. Ellos, un día, volverán a ser españoles. Porque la Patria Grande y Fuerte que el Nuevo Estado nos ofrece, tiene abiertos los brazos para recibir a todos aquellos que por el camino del arrepentimiento y de la convicción, regresen al hogar espiritual que sin querer olvidaron atraídos por la serpiente maldita de un coro de farsantes comunistas que cobran bien caro al tesoro de España su papel de comediantes de la “legalidad” adjetivo del crimen.

Como un cariñoso recuerdo a esa infancia española que también es víctima del incendio rojo, a ella dedicamos todos los beneficios de este número especial y a ella reservamos varias páginas para mostrar a nuestros lectores la admirable obra de Amor que la Única España realiza por ellos.

Y lo que aquí silenciemos – el optimismo ardiente en la victoria y la fe en el renacer de la España del Trabajo, el Pan y la Justicia – que vayan sobrentendidos en la síntesis elocuente de esta Consigna Azul:

Arriba España! (*La Nación*, n. 341, p. 5).

A direta vinculação do periódico com segmentos do bando rebelde da Espanha fica evidente nas colaborações que nele aparecem. Assim, na p. 7, há uma matéria intitulada Nuestro saludo (especial para *La Nación* de São Paulo) que está assinada pelo falangista madrilenho Tomás Borrás. As páginas 10 e 11 são ocupadas por textos, especiais para *La Nación*, da autoria de mulheres falangistas: a camarada María Camacho, da “Delegación Provincial de Prensa y Propaganda de Sevilla”, autora da matéria La sección femenina de Sevilla en los tiempos heroicos, e a camarada Pilar Gayán, autora da matéria Los talleres de la Sección Femenina de F.E.T. de las JONS de Sevilla. Na p. 29 há uma matéria de um falangista também sevilhano, Diego Romero, “Sub-delegado provincial de prensa y propaganda de FET y de las JONS de Sevilla”, intitulada Su sombra iluminada. Além disso, foram publicadas, entre a p. 12 e a p. 29 do periódico, fotografias de políticos (Calvo Sotelo e José Antonio, com o rótulo “Jefes”), de militares (Franco, em um pôster), de agentes do campo cultural (Pemán, Falla e M. Machado, com o rótulo “Tres jerarcas de la cultura española”), e de cenas tanto da vanguarda quanto da retaguarda do bando franquista

(intituladas “Reconstrucción en plena guerra”; “Auxilio social: la obra más fecunda de la Falange”; “La ternura se ha puesto camisa azul: la mujer de Falange en los frentes y hospitales”; “Tierra, mar y aire en la Cruzada”; “También los niños vuelven a tener patria: la obra de protección a la madre y al niño”; “Flechas”; “El rastro maldito de Rusia”; “Puentes destruidos por La Horda ‘legal’”; “Prisioneros. Anarquismo”; “Héroes y mártires de la Cruzada por Dios y por España: Presentes!” e “Pasión, muerte y resurrección de la Iglesia en España”.

Em uma matéria da p. 8, Lo que he visto en España, o correspondente na Espanha, P. Eufrasio Oya García, transcreve uma parte do discurso “patriótico-religioso” que ele proferira na emissora P.R.A. 5, de São Paulo. O fato de ele ter podido pronunciar um discurso aos 12 de outubro de 1937 nessa emissora paulistana demonstra a permissividade, quando não o apoio claro, das autoridades brasileiras aos militantes do bando franquista³⁰⁵. O texto que, supostamente, reflete a alocução pronunciada nove meses antes é o seguinte:

En las trincheras de España – decía entonces – en los campos de nuestra Patria, luchan encarnizadamente, frente a frente, dos Españas: la España Imperial, santamente intransigente, del siglo XVI y la España de Versalles y de la Enciclopedia; de una parte la Fe Católica y el patriotismo; de la otra el ateísmo y la Internacional; es decir, en pocas palabras: Roma y Mosái, Cristo y el Anti-Cristo, España y la Anti-España. [...] Españoles y amigos de España: vosotros los que vivís tranquilos y felices en esa lejana retaguardia del Brasil y de América, lejos, muy lejos, de la tragedia hispánica, escuchad la voz sincera del que no puede mentir porque os dice lo que ve y siente lo que dice (p. 8).

No entanto, nesse número 341 de *La Nación*, apesar de constar o endereço da sede do periódico, não figuram os nomes dos responsáveis pelas suas direção e redação na capital paulista. Menciona-se um único sujeito – M. Vila-Nova Santos – como o responsável, de janeiro a julho de 1937, pela redação e compaginação, mas, na p. 35, em uma nota intitulada Una conducta y una labor a servicio de España, informa-se que ele, transcorrido esse período, abandonava o hebdomadário:

Durante los últimos siete meses, la redacción y compaginación de este semanario han sido brillantemente desempeñadas por el Sr. M. Vila-Nova Santos. Publicado el presente número extraordinario al que consagró su entusiasmo y capacidad, finaliza el Sr. Vila_Nova Santos una tarea que no habrá pasado desapercibida para nuestros lectores..

³⁰⁵ Não é possível saber se o discurso emitido pela rádio paulista foi uma gravação enviada por P. Oya ou se consistia em um texto por ele remetido que algum locutor da emissora “P.R.A. 5” lera no seu nome.

Durante el último año y desde su llegada al Brasil evadido de la extinta Euzkadi roja, Vila-Nova Santos defendió la causa de España y rebatió las calumnias de los enemigos, por el micrófono, la tribuna y la prensa, en una labor valiente y eficaz de la que los rojos son los mejores testigos.

Vila-Nova Santos se va de esta casa sin pedimos un certificado ni un merecido diploma de su obra. No lo necesita. En las páginas de este semanario quedan muchas columnas firmadas, o con el seudónimo de “máximo” o en el más humilde anonimato. Y está reciente aún aquella media hora de hispanidad valiente por el micrófono de Radio S. Paulo, que él creó y desempeñó hasta que razones superiores e insalvables impidieron su continuación. Al amigo que nos queda y al periodista que se va, el saludo que es agradecimiento y abrazo: Arriba España! (*La Nación*, n. 341, p. 35)³⁰⁶.

Nesse número especial de *La Nación* também são publicadas as adesões e as declarações de solidariedade em relação à “causa nacional” que tinham sido recebidas na sua sede. Uma delas era a remetida, de Manaus, pelos “españoles auténticos” Camilo Gil Alén e o correspondente de *La Nación* nessa cidade, Manuel Rodríguez Lira, em que ambos informavam que:

Confortados con esa fe salimos en los primeros días al encuentro de las patrañas que para desvirtuar su esencia, lanzaban al mundo las agencias telegráficas al servicio del judaísmo, de la masonería

³⁰⁶ No n. 341 de *La Nación*, Vila-Nova Santos só aparece como responsável explícito de uma única matéria. Trata-se do artigo Las dos victorias (p. 3), por ele assinado. Localizamos poucas referências a Vila-Nova Santos. Uma delas está na página web da Bibliotheca Pública Pelotense (Pelotas-RS). Na seção Notas&Curiosidades consta o relato da seguinte anedota, intitulado Ladrão de Casaca, que teve como protagonista a esse jornalista: “Não fossem os registros policiais e nas páginas dos jornais, pareceria roteiro para livro ou filme. Por muitos traços, o personagem descrito nos registros lembra o do título. Menos por um. Sua ação foi desastrosa e só lhe garantiu um lugar nas páginas policiais. O personagem: Manoel Vila Nova Santos, um baiano/ paulista com documentação dupla (também espanhola), que se dizia jornalista e amante/ comerciante de livros antigos. O tempo: 23 de dezembro de 1943. A ação, na Bibliotheca de Pelotas, começa com um pedido de consulta da obra *Brazil Pittoresco*, de Charles Ribeyrolles, impresso em Paris, em 1861. Logo o funcionário constata que a mesa está vazia. Sumiram Manoel e o livro. Detalhe: o volume mede 90 x 70 cm e pesa, segundo os jornais da época, 20 kg. Exagero. De qualquer forma, pesado e difícil de carregar. Seis dias após, Manoel é preso no ‘aeródromo’ de Jaguarão, em trânsito para Buenos Aires, onde dizia trabalhar com antiguidades. Confessa o roubo e diz que agiu movido pela paixão por preciosidades bibliográficas. Completo, o livro acaba sendo devolvido à Bibliotheca, desencadernado e com alguns danos. A ação do ‘amante dos livros’ foi um desastre do início ao fim. Na devolução, a obra apareceu com algumas folhas a mais. A coleção de Manoel era alimentada por outras ‘fontes’... *Brazil Pittoresco* – desejo e desgraça de Manoel Vila Nova – é uma raridade que se define e explica pelo seu quase interminável sub-título: ‘Álbun de vistas, panoramas, paisagens, monumentos, costumes, etc...com os retratos de sua majestade imperador Don Pedro II et da familia imperial photographados por Victor Frond, lithographados pelos primeiros artistas de Paris’ (segue longa lista dos artistas). Depois do ‘passeio involuntário’ por São Paulo, o álbun ganhou lugar especial na sala de obras raras: um envidraçado e protegido mostruário. Prevenção contra ‘paixões’ arrebatadoras...”. Disponível em: <<http://www.bibliotheca.org.br/almanaque.htm>>. Acesso em: 24 fev. 2008. Uma outra referência aparece em uma crítica a uma crônica sobre a Guerra do Chaco (1932-1935) publicada na Revista Dominical do diário boliviano *La Patria*. Nessa crítica lê-se: “Un joven periodista español, llamado M. Vila-Nova Santos, en misión profesional visitó el Paraguay durante la guerra y escribió una serie de artículos relatando la vida de los prisioneros bolivianos en los campos de concentración”. Disponível em: <http://revistadominical.fmbol.com/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=95>. Acesso em: 24 fev. 2008.

internacional y del KOMINTERN. Y la sacrosanta enseña roya y gualda tremolaba al viento en el frente de nuestro modesto establecimiento, mucho antes de que el Generalísimo decretara ser de nuevo la bandera de España, celebrando las victorias de Toledo, Irún, Málaga, San Sebastián, Bilbao, Santander, Gijón, Oviedo, Teruel y Castellón. Era la única que tuvo, tiene y tendrá el coraje de exhibirse en una población de 100.000 habitantes [...]. Basta, para tranquilizar nuestra conciencia patriótica decir que con más voluntad, patriotismo y dedicación que, talvez acierto, ocupo las acogedoras columnas de los diarios locales, llenando la falta, desde luego muy modestamente, de un paladín tan denodado, como es, entre la población española de la América del Sur, *La Nación* de San Pablo. Franco! Franco! Franco! Arriba España! Viva España! Manaos, 18 de julio de 1938, III Año Triunfal (*La Nación*, n. 341, p. 31).

Outra carta de adesão publicada por *La Nación* é a datada, em Irapuã-SP, aos 17 de julho de 1938, por Benito Álvarez Portela, “entusiasta nacionalista y corresponsal de *La Nación* en Irapuán” (p. 35)³⁰⁷. É, no entanto, a colônia espanhola da Bahia a que é nomeada pelo periódico como o melhor exemplo do apoio e aplauso à causa nacional da Guerra Civil espanhola. Junto à nota abaixo reproduzida sobre a mobilização dos espanhóis da Bahia em prol do bando franquista, *La Nación* publica a foto de Luciano Moreira Barreiro com a legenda “Miembro de la Comisión Nacionalista y destacado elemento de la colonia española de Bahia que realiza, con incansable y ejemplar entusiasmo, una elogiosa labor en defensa y ayuda de la Causa Nacional”:

Aprovechamos las columnas del presente número extraordinario para enviar a la culta y ejemplar colonia española de Bahia un saludo de comunión nacional, por la unidad – antítesis de la anarquía que aquí vivimos –, por su laboriosidad y por su cooperación máxima a la España del Caudillo. Y este saludo nacionalsindicalista lo hacemos extensivo a todas las sociedades de aquella colonia, a sus juntas directivas y a los señores D. Juan Manuel Albán Garrido, D. José Cortizo Bouzas, D. José Mendes García y D. Manuel Fernández Giráldez, presidentes de la Real Sociedad Española de Beneficencia, da la Subcomisión nacionalista, del Centro Español y del Galicia Sport Club, respectivamente.

La colonia española de Bahia puede servir de modelo, en el presente y en el futuro, a los núcleos españoles del resto del Brasil. El prestigio de que goza en aquella capital, la perfecta organización beneficiante de que dispone y su elevada aportación a la Causa Nacional, la hacen acreedora de un

³⁰⁷ O conteúdo dessa carta é o seguinte: “Al conmemorarse el 2º aniversario del Movimiento Nacional, la auténtica colonia española de Irapuan saluda – brazo en alto y ARRIBA ESPAÑA! – a todos los combatientes de la Cruzada Santa con palabras de fe en la Victoria y a todos aquellos soldados de segunda línea, viudas, huérfanos, madres y hermanos... A todos os acompañamos en vuestra ansiedad y os enviamos nuestra gratitud por vuestro esfuerzo, porque sois la España Nueva de la Patria Grande que renace en el dolor fecundo de la guerra. Un haz humilde de españoles desde Irapuan (Est. De . Paulo) hasta vosotros, hermanos y héroes: Un saludo a Franco. Arriba España! Irapuan, 17 de julio de 1938. 2º Año Triunfal” (p. 35).

merecido elogio que *La Nación* le envía con el ARRIBA ESPAÑA de nuestras ansias comunes (*La Nación*, n. 341, p. 35).

No outro exemplar que consultamos de *La Nación*, o n. 360 (Ano XI), de 24 de março de 1939, o hebdomadário leva, junto ao seu nome, a especificidade “Semanario nacional-sindicalista” e informa-se que “*La Nación* dedica el presente número extraordinario a S. E. El Generalísimo Franco, Jefes, Oficiales y Soldados del Ejército de la auténtica y verdadera España”, ocupando a maior parte da capa um “Escudo Imperial”. Constam agora os nomes do seu diretor, Glicerio C. dos Santos, e do redator-chefe, A. López Campillo. Na p. 28 indica-se que o periódico se publica nas quintas-feiras; nessa página enuncia-se, como se segue, a orientação da publicação:

LA NACIÓN. Semanario Español, fundado en 24 de mayo de 1928, por A. López Campillo. Esta publicación es la voz de España auténtica: católica, noble y heroica. Es la representación de los sentimientos de los buenos españoles. Es la defensa de las creencias y de los ideales que han labrado la grandeza de nuestra patria. Es la que durante diez años consecutivos ha batallado ante la indiferencia de unos y la delación, persecución, rechifla y escarnio de otros, por ESPAÑA – UNA – GRANDE – LIBRE (*La Nación*, n. 360, p. 28).

Nas p. 2 e 4 publicam-se os 26 pontos do Movimento em uma matéria intitulada “Bases del Nuevo Estado Español – A los 13 puntos de Negrín, resumen y esencia de la más refinada hipocresía, oponemos los 26 puntos de la FET y de las JONS”. As p. 6, 8 e 12 contêm o “Fuero del Trabajo. Por la patria, el pan y la justicia”. As p. 9 e 10 são ocupadas por uma biografia de Franco, “Franco, general a los 33 años”, e a p. 20 mostra um discurso dele, “Discurso del Generalísimo Franco en el 2º aniversario de ser proclamado Jefe del Nuevo Estado Español, 24 de octubre de 1938”.

Nas primeiras páginas há muitas fotografias de militares e de símbolos do poder e dos sucessos dos exércitos de Franco. Assim, nas p. 11, 13, 14 e 21 aparecerem retratos de comandantes e de aliados franquistas: (“Jefes militares que con el filo acerado y cortante de sus espadas invencibles, tras continuadas victorias y triunfos, van reconquistando la España en poder de las fuerzas al servicio de las hordas invasoras” (p. 11); “Ilustres jefes militares colaboradores del Generalísimo Franco, que no conocen un fracaso ni una derrota” (p. 13); “Generales que, palmo a palmo, van reconquistando la España en poder de las hordas marxistas” (p. 14); “Colaboradores del Generalísimo Franco, en la reconquista de España”

(p. 21)). Nas p. 15 e 16 há fotografias de “La aviación nacionalista en la Guerra Española” e na 17 aparecem fotografias de material bélico capturado “a los rojos”³⁰⁸.

No tom de quase todas as notícias percebe-se a confiança dos seus autores na vitória dos “nacionais” na guerra, pois nelas lançam-se advertências ou apresentam-se agravos em relação àqueles sobre os que se crê que ou não foram leais, desde o começo, ao “Movimiento”, ou que não lhe deram o suficiente apoio. Em uma nota da p. 19, com a referência “Santos – Febrero de 1939”, admoesta-se com o seguinte: “Camaradas de Falange! Cuidado con los camaleones! Para atrás con ellos! Na p. 21, na nota Modestia que dignifica, o redator, além de louvar um patricio que fez grandes doações para a causa nacionalista, critica os imigrantes que, no seu juízo, entregaram montantes em uma quantia menor à que deveria ter sido:

Faltaría algo esencial en este número extraordinario dedicado al invencible ejército español, si en él no figurara el nombre de un distinguido compatriota que en la retaguardia de estas tierras paulistas ha cooperado con generosa liberalidad a aminorar los desastrosos efectos de la tragedia española. [...] Por lo expuesto, faltaríamos a nuestro deber y a nuestra propia conciencia de nacionalistas, si en estas columnas no figurara el nombre de D. Julio González Germades, que desde que estalló el Movimiento Nacionalista, su persona y su bolsa estuvieron al servicio de la Santa Cruzada. Este es el mejor elogio y más apropiado ditirambo que podemos dedicar, en pocas palabras, al caballero sin tacha, cuya conducta debiera servir de ejemplo a ciertos capitalistas españoles, verdaderos sanchopancescos, que a pesar de llamarse nacionalistas, poco o en nada dieron en pró de las víctimas de la tragedia hispana.

El Sr. Germades ha remitido de su bolsillo particular, con destino al “Auxilio Social” de la España Nacional, mayor suma en dinero y prendas, que cuanto han donado todos los capitalistas españoles del Estado de San Pablo. Esto es vergonzoso y triste. Y amarga verdad. Pero es una realidad. Y lo que es patente y real, nosotros no lo podemos ocultar, ni mucho menos negar con el fin de ver si ciertos capitalistas de esta capital, Santos y diversos hacendados del interior del Estado, crían un poco de dignidad y vergüenza.

Conocemos a muchos ricos que se llaman nacionalistas y que son partidarios de Franco, porque creen que éste va a favor del capital y no porque realmente lo sean. Los tales laboran en puro error. En la Nueva España se respeta la propiedad y la riqueza, es cierto; pero subordinadas ambas cosas al bien colectivo. En la Nueva España no caben internacionales sin patria ni Dios, pero tampoco la usura y la explotación de potentados. En el Nuevo Estado nacional Sindicalista la lucha de clases está abolida;

³⁰⁸ As fotografias e as ilustrações aparecem em todas as páginas do número extraordinário de *La Nación*, o qual lhe dá a essa edição especial uma aparência característica de uma revista. Nas pp. 22-23 há um mapa de Espanha em que se mostram as “efemérides guerreras del movimiento nacional” y as pp. 34-35 são ocupadas por fotografias de igrejas em ruínas sob o rótulo “Los crímenes de las Hordas Marxistas en España”.

pero también están abolidos los sanchopancescos y los parásitos. Los interesados deben tomar buena nota de esto, e imitar, pues todavía es tiempo, la conducta observada por D. Julio González Germades, honra y prez de la colonia nacionalista de San Pablo, Hispano-Paulista (*La Nación*, n. 360, p. 21)³⁰⁹.

Os reproches e as demandas dirigidas aos espanhóis de São Paulo que não apóiam com donativos a causa franquista, ou que não contribuem a ela com suficiente dinheiro (os “compatriotas indiferentes e insensibles ante las desagradables consecuencias de la tragedia hispana”), são retomados na p. 30 após haver-se reproduzido alguns trechos de um discurso radiofônico do “camarada Fernández Cuesta” intitulado *Pan y Justicia – Volumen y eficacia de la obra de “Auxilio Social”*. Eis essas advertências:

Después de leídos los anteriores renglones no podéis poner por pretexto para encubrir vuestro egoísmo y mezquindad, que no donáis nada con destino a la España Nacional para evitar que se maten “hermanos” contra “hermanos” con la compra de municiones y armamentos. Pensad que en España no solo se dan los bienes materiales, sino la propia vida por liberarla del yugo moscovita; pensad, además en los niños huérfanos que, sin distinción de progenitores rojos o blancos, son socorridos moral y materialmente; en las vidas, en las ruinas de pueblos enteros, que han dejado sin hogar a miles de familias, en una palabra, en las consecuencias trágicas que trae aparejada toda contienda guerrera.

Así pues, desprenderos de alguna cosa, remitiendo vuestros donativos a D. Eugenio Sevillano, Presidente del “Comité Pró Cruz Roja Nacionalista Española” – Caja Postal 1.196 – SP –, o a D. José Ozores, Caja Postal 144, Santos (*La Nación*, n. 360, p. 30).

Nesse outro número especial de *La Nación* publicam-se os nomes, com as fotografias, dos espanhóis residentes em São Paulo que mais se destacaram no apoio ao bando franquista. Assim, na p. 25 presta-se uma homenagem aos primeiros espanhóis “que

³⁰⁹ Junto a Julio González Germades, são mencionados – “homenageados” – na p. 24 como favorecedores da causa *nacional* Fernando Toribio, comerciante da cidade de São Paulo; Antonio Pousa, chefe do sanatório Burnier, de Campinas; Manuel Carmona, comerciante de Itu; Valentin Frugillo, comerciante de Vila Novaes; Lorenzo Santos Guzmán, comerciante de Xarqueada. Na p. 26 “homenageia-se”, com a publicação dos seus nomes, a Agapito Estevez, comerciante de São Paulo; Luis Vidal Reis, médico de São Paulo; Benito Álvarez Portela, industrial de “Irapuán”; Pedro Camacho y Camacho, comerciante de Pau D’Alho; Juan Sánchez Haro, comerciante de Santo Anastácio; D. J. Gimenez, industrial da cidade de São Paulo; Alfonso Asensio, comerciante da cidade de São Paulo; Manuel Sanchez, comerciante de Campinas e Juan Amador, industrial de Pirajuby. Na p. 40 são mencionados, como “españoles sinceros y leales nacionalistas”, Francisco Gallego González, comerciante, de Catanduva; José Gil Martín, fazendeiro, de Catanduva; José Martín Esteve, comerciante e proprietário, de Catanduva; Demetrio Valiña Vazquez, “entusiasta nacionalista, establecido en la ciudad de Río Grande, en unión de su señora esposa e hijos”; Juan Pujol e sua esposa, Maria de Pujol, comerciantes de Santo Anastácio; Eugenio Sevillano, comerciante da cidade de São Paulo e José Rubio Medina, comerciante e industrial, junto a sua esposa e filhos, de Chavantes-SP.

vistieron la camisa azul en el Estado de San Pablo”³¹⁰. São apresentadas, outrossim, duas hagiografias de imigrantes-modelo afins com as posições ideológicas do periódico. Uma delas é a do imigrante Francisco Antonio Herrerías, desembarcado no Brasil em 1906, com 19 anos; diz-se que ele chegara a São Paulo “con la cabeza repleta de ilusiones y la bolsa limpia como una patena”, mas que fez fortuna, “siendo actualmente uno de los miembros más destacados de la familia hispana en San Pablo, por su desahogada posición social” (p. 38). O periódico publica a foto dele e da sua esposa “como homenaje a su españolísimo proceder y adhesión, desde que estalló la revolución, a la CAUSA NACIONALISTA” (p. 38). A outra hagiografia, abaixo reproduzida, é a do galego Lauriano Bacelo Alonso publicada no periódico junto a uma fotografia de um prédio construído por esse imigrante em Campinas-SP:

Este hermoso edificio, de bella arquitectura y esbeltas líneas, se levanta majestuoso en el centro de la ciudad de Campinas, en el Largo do Teatro, próximo a la Catedral. Es fruto de la honradez y el trabajo de un compatriota que aportó a estas playas allá por los años de 1895. Se llama este afortunado connacional Lauriano Bacelo Alonso, natural de Porriños, Prov. de PO. Casó en esta con Dña Josefina Romero, natural de Málaga, habiendo del matrimonio un solo vástago, Dña Emilia Bacelo, viuda del Dr. Luis Raggliante, huésped de los progenitores actualmente, en unión de los hijos menores, Álvaro y Celina, de 7 y 5 años respectivamente.

De carácter llano y afable, sin pose alguna de pedantería ni orgullo de ninguna especie. No es de extrañar sea nuestro compatriota Sr. Bacelo muy estimado y apreciado no sólo entre la colectividad hispana de Campinas, sino en todos cuantos lo conocen y tratan, ya nacionales, ya extranjeros.

Ha ocupado diversas veces la presidencia de la Sociedad Española de Socorros Mutuos de Campinas y hasta que subió al poder el odiado “Frente Populachero” en España, ejerció a contento de superiores y connacionales el cargo de Vicecónsul en la misma ciudad, habiéndose dimitido en aquella fecha, continuando un admirador sincero de la España nacionalista.

Lo menos que *La Nación* podía hacer en este número extraordinario era tributarle este merecido, si bien modesto homenaje, en pago y retribución a su españolísimo proceder (*La Nación*, n. 360, p. 38)³¹¹.

³¹⁰ Segundo *La Nación* (p. 8), os primeiros espanhóis que demonstraram a sua militância falangista usando a camisa azul foram: Santiago Real, de Sorocaba; Joaquín Muñoz, lutando na Espanha como tenente de artilharia; D. L. Lozano, de Sorocaba e Demetrio Torrecilla, de Sorocaba.

³¹¹ Na p. 25 resenha-se o comportamento exemplar de outro galego, embora este não fosse um imigrante no Brasil. O periódico não menciona qual é a procedência da nota biográfica que reproduz nas suas páginas. Esta intitula-se El flecha Severino García Romero laureado a los 15 años, e nela menciona-se o seguinte: “Cuando el flecha ha cumplido dieciséis años y pasa a la categoría de cadete, es ya fruto maduro de la milicia y de la mística. Ningún militante veterano le iguala en su fervor falangista ni en su disposición ferviente de servicio. Entonces, cuando su hombro y su brazo se acostumbran al peso del fusil auténtico, cuando en sus labios cuajan las primeras hebras de bozo, el flecha empieza a soñar con el distintivo de primera línea, el aspa roja

A relação de colaboração e empatia entre *La Nación* e alguns dos membros mais influentes da colônia galega paulistana reunida no Centro Galego é mostrada na nota de condolência publicada na p. 41 com o título *Un héroe que muere por Dios y por España*. Nessa nota narra-se como tombara, em combate, Jaime Vidal Reis, irmão do Dr. L. Vidal Reis, acima mencionado, um dos fundadores do Centro Galego que exercia de clínico em São Paulo. Informa-se na nota que:

Jaime Vidal Reis, de 24 años de edad, alumno de la Facultad de Derecho de la Universidad de Santiago de Compostela al estallar el glorioso Movimiento se alistó voluntario en el Tercio de Requetés, donde por méritos de valor, fue luego ascendido a alférez. [...] En el asalto a una posición, fue herido en un brazo, no obstante y a pesar de indicarle sus jefes que fuese evacuado, siguió peleando y en el asalto a la última posición, recibió un balazo en la cabeza que le quitó la vida. [...] Su cadáver fue sepultado provisoriamente en Mérida, y luego llevado a Galicia donde recibió sepultura en el panteón de la familia (*La Nación*, n. 360, p. 41).

O redator dessa nota de óbito dirige-se ao irmão do finado – ao Dr. Vidal Reis –, “ilustre clínico de esta capital y particular amigo nuestro”, para lhe comunicar os seus pêsames e frisar que o mais adequado seria não sentir pena, senão enviar

nuestros parabienes por la muerte del hermano, pues es un gran honor poder contar desde la fecha gravado en las páginas de la historia hispana el apellido Vidal, nombrado con la aureola de la inmortalidad, privilegio exclusivo de héroes y mártires, que dan la vida por Dios y por la Pátria (*La Nación*, n. 360, p. 41).

Na p. 42, em uma matéria intitulada *Por España – UMA – GRANDE – LIBRE*, um redator do periódico refere-se à recepção negativa, e à conseqüente rejeição, que *La Nación* suscitava entre alguns espanhóis residentes em São Paulo e em algumas das associações espanholas que existiam na cidade:

El día 24 de Mayo del corriente año, hacen 11 años que dimos comienzo a la publicación de este semanario [...] Nuestro recto y españolísimo proceder, nos atrae las iras de las borreguiles mesnadas rojas, que entre denuos y amenazas, forman el “boicot” a nuestro periódico y somos considerados antiespañoles y traidores a la patria, siendo excluidos por indeseables de algunas entidades hispanas de San Pablo. Pero lo que esos energúmenos y engañados rojillos consideraban un estigma y padrón

que lucen en su manga los heridos y la aureola de los héroes. Algunos lo lograron. Severino Garcia Romero, de Pontevedra, 15 años. Viven sus padres en el límite de la estación de ferrocarril. [...] Cada mañana iba hasta los andenes y se informaba de la procedencia y el destino del convoy que había pasado. [...] Oviedo... Oviedo... La capital asturiana, cercada y mártir de dinamita era la obsesión del chiquillo. [...] Oculto o confundido entre los soldados, consiguió llegar hasta los parapetos donde la brava muchachada “marisca” iba abriéndose paso hacia la ciudad sitiada. [...] Me fui porque los trenes no me dejaban dormir. Si he faltado a mi deber, castígame. A tus órdenes. En los ojos del instructor de flechas había luz de lágrimas”.

de ignominia, es para nosotros el mayor y más honroso timbre de gloria que podemos ostentar en nuestro largo y modestísimo proceder de periodistas (*La Nación*, n. 360, p. 42).

Além disso, o redator-chefe A. López Campillo, no artigo Los mismos perros con los mismos collares (p. 41), ao narrar o putsch contra o governo de Negrín e ao se referir às acusações de subjugação stalinista, e de traição à Espanha, lançadas contra esse governo pelo Comitê de Defesa de Madri que se fizera com o controle da zona republicana, destaca que essa mesma denúncia de que a República entregara Espanha aos desígnios do comunismo soviético já fora feita, com insistência, nas colunas do periódico desde que estourara “el sangriento drama español, sin que les hayan dado crédito las borreguiles mesnadas rojas de San Pablo”.

Na p. 43 informa-se de uma consequência do reconhecimento, por parte do Estado Novo, do governo do generalíssimo Franco a partir do 1º de março de 1939. Essa legitimação permitiu a tomada da Embaixada de Espanha, no Rio de Janeiro, e do Consulado-Geral da cidade de São Paulo pelos indivíduos que foram designados como representantes no Brasil do bando nacional. A notícia ao respeito intitula-se El emblema de la barbarie y el crimen, substituído por la Bandera Nacional, gualda y rojo. Nela citam-se os nomes das novas autoridades diplomáticas espanholas. No corpo dessa notícia expõe-se que “La Bandera de España, la auténtica, la única Bandera de España, hace unos días, viene ondulando, gallarda y hermosamente, en las fachadas de la Embajada Española de Río y de todos los Consulados hispanos del Brasil”. O n. 360 do “Semanario nacional-sindicalista” especialmente destinado à colônia espanhola do Estado de São Paulo encerra-se, na p. 44, com a publicação da uma fotografia de Getúlio Vargas, mediante a qual o periódico pretendia expressar a sua homenagem ao Brasil.

Acreditamos que *La Nación* não foi um periódico vigiado pela polícia no Estado de São Paulo, pois não localizamos um prontuário sobre ele no DEOPS-SP, nem tão sequer alguma referência a ele no Prontuário 76.048, o dedicado à Falange Espanhola. Ao ter unicamente encontrado os dois exemplares acima destacados, carecemos de base suficiente para poder emitir um parecer conclusivo sobre a imprensa *colonial* nacional-sindicalista dos espanhóis paulistas. Pelos números 341 e 360 de *La Nación* infere-se que no semanário trabalhavam poucos jornalistas; só se nota a firma de três: M. Vila-Nova Santos, Glicerio C. dos Santos e A. López Campillo, contando-se, como correspondente na Espanha, com o P. Eufrasio Oya García. São também poucas as matérias publicadas supostamente

remetidas pelos subscritores do periódico. Fica patente, no entanto, que a redação do hebdomadário recebia propaganda – matérias ilustradas – remetida da Espanha pelo bando nacional. Assim, *La Nación* preenchia boa parte das suas páginas reproduzindo essa propaganda, a qual só era sumariamente comentada visando-se a correta recepção por parte dos leitores. Das contínuas lamentações expressadas e das denúncias lançadas tanto em relação à passividade da colônia espanhola aparentemente afim ao bando nacional quanto em relação aos espanhóis do Estado de São Paulo militantes na causa republicana pode-se inferir que *La Nación* era, inclusive nos meses finais da Guerra Civil, um periódico bastante desprezado por parte da colônia.

IV. 3. 8. O galeguismo na cidade de São Paulo

A intelectualidade galeguista esteve representada na cidade de São Paulo por José Velo Mosquera³¹². Não temos notícia de que tenham residido, com caráter permanente, no Estado de São Paulo outros galeguistas ao longo do séc. XX. Também não temos notícia de outros espanhóis que tenham recebido, da Presidência da República do Brasil, o estatuto de asilados políticos no país que não sejam os doze comandos do Directorio Revolucionario

³¹² A formação política de Pepe Velo iniciou-se com a sua militância, na juventude, no galeguismo. Em Celanova, a finais de 1932, ele participou, junto a Celso Emilio Ferreiro, na fundação das Mocedades Galeguistas desse município, das que foi um ativo militante. O semanário *A Nosa Terra* (Boletín do Partido Galeguista) noticiou, no seu número 342, aos 4 de agosto de 1934, a palestra que no Teatro Principal de Alhariz organizara, no último domingo de julho desse ano, o grupo da Federação de Mocedades Galeguistas (FMG) de Alhariz, à qual assistiram alguns representantes de Sociedades Agrárias e representações das *Mocedades* de Ourense e Celanova. Na notícia resumem-se as intervenções do militante César Conde, de Manuel Vázquez Martín – do grupo de Ourense da FMG –, de Vicente Bóveda – conselheiro da FMG na comarca –, de Emilio Ferreiro – secretário do grupo galeguista de Celanova – e do seu conselheiro suplente, Xosé Velo. Não localizamos, na imprensa galeguista da época, nenhuma referência a Velo anterior a essa, e acreditamos que a seguinte referência publicada em *A Nosa Terra* ao discurso proferido por Velo é o primeiro trecho publicado do seu pensamento ideológico: “Xosé Velo, Dirixiu seu discurso ao elemento campestre, que concurriu en número extraordinario ao mitin. Enumerou as miserias d-istes; os malos tratos de que son obxeto; súa vida sinxela e mísera. Comparou o movemento agrario hespañol, co que encerra o Partido Galeguista no apartado referente a iste problema. Invitou ao labrego a que meditase no que hastra de agora se lle levaba dito, exhortándoos a que non se deixase enganar. ‘Nós, os nazionalistas galegos, non vos vamos facer iso, porque non vimos a facer política. Entendemos a política de outro xeito distinto que se ven facendo dende fai moito tempo’. ‘Queremos que Galiza, nosa patria – e depois d-ela o mundo – sexa plenamente ceibe, que non siga suxeita a un Estado que a trata como unha filla bastarda: Tal é o eixemplo de Castela e Galiza’. Velahí as derradeiras verbas do representante de Celanova que foron moi ovacionadas” (p. 3). Durante a sua estadia em Vigo, entre 1943 e 1948, desenvolveu uma intensa atividade de colaboração clandestina com a resistência antifranquista vinculando-se à Alianza Nacional Galega, até que foi preso. Após obter a liberdade, e viver durante um ano escondido em Celanova, atravessou a fronteira com Portugal e dirigiu-se a Lisboa para se exilar na Venezuela, onde entraria em contato com Alberto Bayo, da Unión de Combatientes Antifascistas, e participaria na fundação do DRIL.

Ibérico de Liberación (DRIL)³¹³. Os onze anos de permanência de Pepe Velo na capital paulista marcam o que *a priori* parece o encerramento do seu labor de organização e coordenação de grupos galeguistas militantes, de ativo engajamento, deliberadamente combativos ao regime franquista. Acreditamos, além do mais, que o asilo no Brasil supôs para Velo o distanciamento ou, inclusive, o isolamento, em relação aos grupos galegos de resistência anti-franquista que se criaram no desterro republicano em América.

Durante o seu exílio brasileiro, Pepe Velo desenvolveu um labor de promoção da cultura galega através da livraria – Livraria Nós – e da editora – Editorial Nós, Publicações Galiza Ceibe – que fundou na cidade de São Paulo, e do periódico que dirigiu – *Paraíso 7 dias*³¹⁴ –; no entanto, os dados de que dispomos acerca das suas atuações nessa cidade fazem-nos crer que elas tiveram maior repercussão entre alguns intelectuais brasileiros do que entre os membros da colônia galega e, em geral, de toda a espanhola, estabelecida no Estado de São Paulo. Só temos notícia de uma intervenção pública – um discurso – de Velo em uma das associações dos imigrantes espanhóis em São Paulo. Ela teve lugar no Centro Galego-Centro Democrático Espanhol, aos 20 de março de 1961, na qual Velo palestrou em torno do DRIL. Essa intervenção foi mais um motivo para os atritos de Humberto Delgado e Henrique Galvão com Velo. O general, como presidente do Movimento Nacional Independente (MNI), lavrou em São Paulo, aos 30 de abril de 1961, uma Diretiva, a n. 4/61, com o assunto “Consequências de o Santa Maria ter apontado ao Brasil”, em que mostra o seu desacordo com tudo o relativo ao Diretório – estrutura, ideologia, objetivos, práticas – e, portanto, com a operação do seqüestro do navio. Na Diretiva o general censura Galvão por haver incorporado espanhóis ao grupo e por ter deixado que estes alcançassem, na sua visão, maior relevância que os portugueses. A essa conclusão contribuíra a análise

³¹³ Victor Velo salienta, na entrevista concedida em 21 e 22 de maio de 2003, que o termo “diretório” deve ser entendido como “frente”, pois o DRIL, apesar de estar ligado à esquerda pois provinha da Unión de Combatientes Españoles da Venezuela (UCE), visava a integração, sem exclusões por ideologia, de todos os partidos, agrupações e indivíduos que tivessem como causa a luta contras as ditaduras de Franco e Salazar. O qualificativo “ibérico” referia-se à reivindicação da federação das nacionalidades históricas – Euskadi, Castela, Catalunha e Galiza – como a forma para a estruturação política da península.

³¹⁴ Na entrevista que nos concedeu Victor Velo ente o 21 e o 22 de maio de 2003, ele comentou-nos que *Paraíso – 7 dias* era um “periódico de bairro” do qual saíram doze números. O nome devia-se ao bairro paulistano onde ocupava uma sala a livraria Nós, o bairro Paraíso. Nesse bairro, a livraria teve duas localizações, uma na rua Rafael de Barros (n. 19) e outra na rua Guilherme de Almeida. Por estar proibida a estrangeiros a propriedade de empresas editoriais e de periódicos, a esposa de Victor Velo registrara ao seu nome o periódico, assumindo a direção Julio G. Atlas.

que fizera o general do discurso pronunciado por Velo, no Centro Galego³¹⁵. Ainda aos 10 de julho de 1961, mediante a Diretiva n. 5/ 61, Humberto Delgado expressava que não havia relações entre o MNI e o DRIL e que nem ele mesmo sabia o que era o DRIL. Eis o fragmento dessa Diretiva em que assinala a sua desconformidade com o DRIL:

Ainda que se reconhecesse como razoável experiência para o combate, restava saber se, depois do que se passou na Imprensa entre os homens do DRIL, seria aconselhável aproveitar alguns, eivados

³¹⁵ Devem ter sido poucas as palestras ministradas por Pepe Velo no Centro Galego-Centro Democrático Espanhol. Só comprovamos a do 20 de março de 1961. Nem Pepe Velo nem seu filho, Victor Velo, chegaram a se inscrever como sócios em nenhum dos clubes dos imigrantes espanhóis em São Paulo. Nenhum dos antigos membros do Centro Galego-Centro Democrático Espanhol que entrevistamos assistiu a essa palestra. Nenhum deles, embora se lembrassem do seqüestro do Santa Maria, disse haver conhecido Pepe Velo ou algum outro membro do DRIL. Não localizamos, entre os documentos do *Democrático* arquivados na Sociedade hispano-brasileira da rua Ouvidor Portugal, alguma referência à operação Compostela ou ao DRIL. Os dados de que dispomos a respeito dessa intervenção de Velo procedem do parecer que, sobre o DRIL e Velo, lavrara, em São Paulo, Humberto Delgado no item 10 da sua Diretiva n. 4 de 30 de abril de 1961. Esse item condensa a desorientação de Delgado em relação ao DRIL e o seu raciocínio para justificar a rejeição do DRIL por parte do MNI. Reproduzimo-lo a seguir: “10. O M.N.I. – O DRIL E O VELO – Nos dias 2 e 3 de março p.p., em Campinas, onde estavam instalados os homens do Santa Maria, o espanhol Velo, apoplético, em linguagem desbragada e obscena, perante aqueles, referiu-se ao Capitão Galvão. No meio da explosão de cólera, cuja causa parece ser, em boa dose, o ciúme, referiu-se também ironicamente, a ‘los generales’, o que, ou só contendia comigo ou abrangia o presidente do conselho do governo espanhol no exílio, um respeitável setuagenário, bravo, culto e honesto, general aviador Emilio Herrera, pessoa que, ao contrário de Velo, que também assinava Junqueira Ambia, demonstrou já bravura em acção e não apenas nas palavras. Para pôr a questão clara, o Velo, escumando, disse que ele e só ele é que mandava no DRIL aqui no Brasil ou em qualquer parte do mundo. Ficaram, assim, as relações pessoais cortadas entre Velo e Henrique Galvão. Por outro lado, só então percebi que o M.N.I., por mão de Galvão dentro do DRIL, não era considerado em nível idêntico ao espanhol. Assim, embora Henrique Galvão, num artigo, me houvesse chamado co-director do DRIL, de facto o Velo considerava-se, apresentava-se e agia como director geral do DRIL – e único. Daqui deve derivar a razão por que a Imprensa Internacional, antes do navio aportar ao Recife, tanto me assediou a perguntar quem era o Prof. ‘Velo’ (ou Belo) que ‘todo lo mandaba’, forçando-me a informar que não conhecia nenhum ‘Belo’, e que quem mandava, sem dúvida, era o cap. H. Galvão. No discurso feito por Velo, em 20.03.61, no Centro Galego, S. Paulo, ficou bem patente a origem, fundação e primazia espanhola do DRIL. Além disso, diversas manifestações orais e escritas, têm chegado de Portugal, desaprovando que se houvessem metido espanhóis na operação de ataque a um barco de tripulação e bandeira portuguesa. Não alijo a responsabilidade que me caiba, pois que embora em abril de 1960, ao ser-me apresentado o plano por carta de Galvão, da Venezuela, eu levantasse a questão, acabei por concordar, entre outras razões, dado o ‘sui generis’ da operação – que não era evidentemente destinada a trazer para o exílio do Brasil, por via marítima, os 24 componentes do destacamento de assalto ao barco. Bem se sabe que a vinda para o Brasil foi objectivo que apareceu depois. Convém ainda deixar informação referente ao caso que foi explorado, respeitante às relações entre os 24. Assim, no dia 2 de março p.p., um português, um espanhol e um venezuelano procuraram-me dizendo estarem dispostos a acção violenta, que poderia abranger tiros, contra Velo Fernandes (que usa o nome de Souto Maior) [sic], Rojo, e mais dois do DRIL, que os tratariam mal, além de lhes negarem dinheiro, a despeito de terem uma mala bem fornecida dele. Tudo isto dá bem idéia do contraste entre a página escrita no mar e a que se está escrevendo em terra, e é bem terra-a-terra. No entanto, a lição é de aproveitar, e não prevejo que no próximo futuro se possa aceitar este tipo de tropas mescladas na mesma pequena unidade de combate. (...) É tempo, pois de se acabar com uma espécie, lendária, de duas Direcções no M.N.I.; uma política, que seria minha, e outra do tipo operacional militar que pertenceria ao capitão Galvão. Nada mais errôneo. Qualquer outra operação que venha a montar-se, assentará em bases novas, e nada indica que eu venha a concordar com quaisquer indicações para me guardar para uma segunda fase, e não logo para a primeira” (Carvalho, 1986: 260-62).

de vícios e ódios contraídos em país estrangeiro, e, praticamente, sem contactos revolucionários em Portugal, para ações de outra espécie.

Confirmando que o M.N.I. não está representado no DRIL. Confirmando que mais de uma vez com o senhor Secretário Geral [Henrique Galvão] consertei para estarmos fora dele, excepto na parte de solidariedade humana. Esta, aliás, está virtualmente resolvida depois das declarações assinadas em jornal, nas quais vexaram o Secretário Geral e disseram que eu me preparava para implantar “um salazarismo sem Salazar”, com uma falta de respeito e dignidade inqualificáveis. O facto de ter aparecido inesperadamente um comunicado do DRIL nos jornais, sob a assinatura do Sr. Capitão Henrique Galvão e do espanhol que usa o nome de “Souto Maior” – posteriormente ao arranjo referido, não invalida a minha confirmação. Nesta se devem basear autoridades e entidades do M.N.I. Ainda hoje não sei bem o que é o DRIL, mas certamente não é o que poderia deduzir-se de declarações feitas no Recife, segundo as quais aquela organização contaria com 2.500 comandos suicidas. Se os há, do que duvido fortemente, serão espanhóis. Aliás, era tempo de o DRIL passar a chamar-se DREL (Diretório Revolucionário Espanhol de Libertação), pois Ibérico parece submeter-se Portugal e Espanha (Carvalho, 1986: 265-66).

Há que ter em conta que durante a sua estadia na Venezuela (9 de outubro de 1948-20 de janeiro de 1961), Velo, por um lado, chegara a ser presidente, em 1956, da associação galega a que pertencia em Caracas, o Lar Galego, ao qual representou no *Primeiro Congreso da Emigración Galega*, celebrado em Buenos Aires, entre o 24 e o 31 de julho desse ano³¹⁶. Em *A inexistência da terra firme*, Elena Pájaro Peres, baseando-se em um

³¹⁶ Ao Primeiro Congreso da Emigración, acontecido na capital argentina do 24 ao 31 de julho de 1956, assistiram 134 representantes de 60 instituições galegas fundadas na Argentina, Uruguai, Brasil, Chile, México, Cuba, Venezuela e Estados Unidos. No *Manifiesto, temario, regulamento* publicado pela *Comisión organizadora* do congresso, comissão presidida por Manoel Ponte, destacava-se que o congresso se realizava no centenário do Banquete de Conxo. Nessa publicação frisava-se um dos traços distintivos da diáspora galega na América era a integração, embora não a diluição, dos imigrantes galegos na sociedade receptora. Assinalava-se que a imigração galega projetava na sociedade receptora os valores positivos do acervo cultural inerente à identidade galega, servindo, assim, de elo entre dois países. Eis esse enunciado: “Esas moitedumes emigrantes non s’esfarelaron nas terras alleas, non se disolveron no novo ambiente perdendo a sua personalidade. Pol-a contra, ao tempo que axudaban a forxar e soerguer os novos pobos da América, gardaban moito das suas propias características colectivas, mantiñan o contaito antre sí, sentíanse comunidade. Non certamente – e felismente – como corpos estranos e arredados dentro do orgaismo nacional en que vivían, mais sí como elementos integrantes da sociedade á que aportaban seu legado de carauter, cultura, espírito e laboriosidade. D’outra banda, estas colectividades galegas teñen servido de vencello antre a vella Terra nai e a nova terra adoptiva comprindo así función de irmandade e coñecimento antre dous países lonxanos. [...] Para botar man d’unha comparanza biolóxica poderíase decir que as colectividades galegas na América son inxertos e non quistes. Dan e reciben, en armónica simbiosis, sin perder a sua personalidade mais sen convertírense en corpos estranhos e, por iso, molestos e aínda perturbadores. Certo que n’outras comunidades de emigrantes danse tamén características semellantes: mais cicais en ningunha como nas galegas se dea ese punto xusto de equilibrio antre o propio e o alleo, ou mellor antre o orixinario e o adoptivo” (*Primeiro Congreso da Emigración Galega*, 1956). O congresso objetivava que os representantes de todas, ou das mais importantes, comunidades galegas da América, criassem uma estrutura desde a qual se pudesse, por um lado, realizar uma análise global – um *eisame de concencia colectivo* – da emigração galega e, por outro, programar

registro das Atas da Junta Diretiva da Casa de Galícia de São Paulo, dos dias 3 e 9 de julho de 1956, informa que essa associação de São Paulo decidira não enviar nenhum delegado a esse congresso:

Em 1956 a diretoria recusou-se a participar do Congreso de Emigración Gallega em Buenos Aires, porque o mesmo tinha conotações políticas, leia-se antifranquistas. Entretanto, alguns sócios distribuíram propaganda daquele congresso, sendo advertidos. Esse acontecimento demonstra que nem sempre os dirigentes representavam a opinião de todos os sócios da casa, o que torna impreciso qualquer rótulo atribuído à mesma. Existia uma grande diversidade de pensamento entre seus integrantes e uma indefinição enunciada pelas sucessivas diretorias (Peres, 2003: 314)

Por outro lado, Velo fora organizador e locutor de programas nas emissoras La Voz de la Patria e Radio Cultura, de especial audiência entre a colônia espanhola exilada ou imigrante, e na emissora clandestina Radio Claridad, dependente da Unión de Combatientes Españoles (UCE), fundada no final de 1958, organização à qual esteve vinculado Velo antes de ele aderir o DRIL. Em Caracas, Velo também atuara como representante galego no movimento *Libertad para España* e colaborara na tentativa de reativação o grupo GALEUZCA³¹⁷. No Brasil, no entanto, percebemos que as atividades em que Velo se

ações em prol da cultura galega e da fraternidade e liberdade dos galegos. Com essa finalidade a comissão organizadora do congresso elaborara um temário para os debates dividido em três blocos – (a) o *passado da emigração galega*, (b) o *presente da emigração galega* e (c) o *futuro da emigração galega: fitos e caminhos* –, subdivididos em múltiplos itens dedicados ao estudo pormenorizado da história de emigração espanhola. As conclusões seriam publicadas. Na sessão de encerramento aprovou-se uma declaração em que se condenavam as ditaduras e se reivindicava a democracia para a Galiza, concluindo-se o seguinte: “Facemos estensivo este chamamento a todos os povos peninsulares ibéricos – incruindo, naturalmente a Portugal –, e a todos os demais povos do mundo, que comparten con nosco istes pensamentos: O home libre dentro do seu povo libre, e o povo libre vivindo e convivindo na comunidade universal dos homes e dos povos libres” (*Galicia emigrante*, n. 23: 9). O periódico *Galicia emigrante*, no seu número 23, de agosto e setembro de 1956, cobriu o evento (p. 6-10). Na matéria incluiu-se uma foto do “profesor José Velo Mosquera – delegado de Venezuela –”, de quem se comenta que tivera uma brilhante atuação. Esse periódico mostra uma fotografia da “Sra. Dora Antelo”, único membro mencionado da delegação brasileira. Não nos foi possível obter nenhuma informação sobre essa senhora.

³¹⁷ Em uma declaração intitulada *Xosé Velo e o “Santa Maria”; “Santa Liberdade”, Operação “Dulcinea” ou Operação “Compostela” – Passados 36 anos* –, datada em 1996, Victor Velo refere-se, como se segue, às atividades desenvolvidas por Pepe Velo nos meios antifranquistas em Caracas antes da sua incorporação à Unión de Combatientes Españoles (UCE) e ao DRIL: “O ambiente contagiante vivido na incipiente democracia [após a derrubada de Pérez Jiménez, em janeiro de 1958] e o apoio irrestrito dos partidos políticos desse país, a quem os exilados espanhóis tinham prestado solidariedade na derrubada do ditador, incentiva a criação, numa famosa assembléia realizada em Caracas – meados de 1958 –, de um movimento denominado LIBERTAD PARA ESPAÑA. Nesse mesmo encontro decide-se pela organização de um ato de afirmação antifranquista. Mais de quinze mil pessoas lotaram o Palacio de los Deportes da capital. Líderes de todos os partidos venezuelanos como Fabricio Ojeda (Chefe da Junta Patriótica que tinha derrubado o ditador), Domingo Alberto Rangel, Rondon Lovera e outros se sucederam na tribuna prestigiando o acontecimento presidido pelo velho socialista Don Eduardo Ortega y Gasset. Muitos oradores, representando organizações antifranquistas, fizeram uso da palavra, mas foi Pepe Velo, em nome da Galiza, quem num discurso emocionante fez a platéia aplaudir, em pé, durante vários minutos. Nesse mesmo ano é realizado um ato, no

empenhara, ou foram projetos individuais dele, ou contaram com pouca participação de outros galegos. Interessa-nos, pois, compreender as causas que marcaram um modo de agir diferente no exílio de Velo em São Paulo se comparado com o de Caracas.

Os estudos mais completos sobre o pensamento e a biografia de José Velo Mosquera são *Pepe Velo, pensador, soñador, e mestre revolucionário*, de Antonio Piñeiro (2000), e *Pirates de la llibertat*, de Xavier Montanyà (2004). Interessou-nos o acompanhamento da trajetória de José Velo em São Paulo, tanto no relativo à obra que produziu e às atividades culturais e políticas que protagonizou ou em que participou³¹⁸, quanto em relação ao seu relacionamento com os imigrantes galegos residentes nessa cidade. Consideramos que esses dois itens são a lacuna das reconstruções biográficas do galeguista. Foram, logo, do nosso interesse as razões pelas quais se dissolveu o DRIL, os motivos que afastaram Velo das organizações políticas republicanas dos espanhóis em São Paulo e a causa da ausência de empatia, e de entrosamento, entre os imigrantes espanhóis e Velo, que derivaram na pouca participação deste nos clubes dos imigrantes espanhóis. Xavier Montanyà interpreta, como se segue, a rápida dissolução do DRIL dois meses após o aportamento no Recife do Santa Maria:

El DRIL intenta reorientar-se i prosseguir la seva activitat política, però la situació no és fàcil: gairebé no tenen recursos, i els espion molt de prop. Aviat sorgiran serioses diferències entre ells, que en pocs mesos provocaran el desmembrament progressiu i l'extinció definitiva del moviment. Els motius són fàcilment imaginables: al DRIL no hi ha una unitat ideològica ortodoxa, com en els

Teatro Municipal de Caracas, na tentativa de reativar GALEUZCA. O encontro presidido por José Antonio Aguirre (pelos Vascos) e Carlos Pi Suner (pelos Catalães) contou com a presença de representantes da maioria das organizações políticas venezuelanas. Apesar, como diria Velo, da Galiza não presidir nada é convidado a falar em nome dos galegos. Aqui também o seu discurso levanta a platéia dos assentos. A reunião, no entanto, tem pouca ou quase nenhuma consequência prática” (Velo, 1996: 7).

³¹⁸ Entre 1932 e 1936, nos seus anos de militância galeguista antes da Guerra Civil, Pepe Velo publicou alguns poemas e algumas declarações políticas em periódicos do movimento galeguista. Antonio Piñeiro (2000: 32) informa que Xosé Velo publicou em 1935 o seu primeiro poema, intitulado Alciprés, na revista *Nós*. Esse pesquisador (Piñeiro, 2000: 34) também localizou um texto político de Velo – a convocação da III Asamblea da Federación das Mocedades Galeguistas – no boletim intitulado *Guieiro* dessa Federação, datado aos 15 de abril de 1936. Desse mesmo ano é também o projeto da elaboração, junto a Celso Emilio Ferreiro, de um dossiê de poemas sob o título *Cartafol de poesia*. O projeto consistia na entrega a subscritores de uns 200 poemas, a modo de fascículos, que se guardavam em um dossiê, mas só se chegou a enviar menos de uma dúzia de composições. Na pasta informava-se aos receptores: “Lémbrese de conservar iste cartafol, pra ir colecionando poemas que, en follas soltas, irá recibindo”. Consultamos o *Cartafol de poesia* na Biblioteca Fermín Penzol, o qual continha só dois poemas, um de Celso Emilio Ferreiro, Coñezo ben tuas bágoas, e outro, neotrovadoresco, de Xosé Velo: “Saín cazar meu luceiro/ pol-a meia noite enriba/ Ai miña amiga!/ Saín cazar meu luceiro/ e non o tiña/ Ti andabas pol-a noite/ com-unha arela perdida/ e tiñate/ Ti andabas pol-a noite/ Ai miña vida!/ Cando te atopei andaba/ a caza do meu luceiro/ e... non o tiña”.

organitzacions tradicionals, i hi conviuen diferents sensibilitats originalment oposades (Montanyà, 2004: 197).

A permanência de José Velo no Estado de São Paulo, de março de 1961 até o seu falecimento em abril de 1972, supôs o seu segundo exílio, consequência do asilo político que lhes concedera, aos 24 comandos do DRIL, o presidente Jânio Quadros³¹⁹, após a frustração parcial dos objetivos que o DRIL se propusera alcançar mediante o seqüestro do transatlântico Santa Maria, da Companhia Colonial de Navegação portuguesa³²⁰.

³¹⁹ O presidente eleito Jânio Quadros foi empossado aos 31 de janeiro de 1961. Nos quatro dias prévios ao empossamento de Quadros, e logo da reivindicação da ação, no Rio de Janeiro, por Humberto Delgado, como chefe do MNI, foi Carlos Lacerda, governador do Estado da Guanabara quem, oficiosamente, assumiu a autoridade do executivo brasileiro para estabelecer os contatos como a direção geral do DRIL no Santa Maria.

³²⁰ A ideologia do DRIL tem sido objeto de poucas análises. Antonio Piñeiro (2000: 84-95) comenta-a centrando-se, sobretudo, no discurso proferido por Pepe Velo no Palacio de los Deportes da avenida de San Martín, em Caracas, aos 9 de abril de 1960, e destaca que os princípios do iberismo federal – ou confederativo – , republicano e plurinacional, de Pepe Velo fizeram com que ele entrasse em contato, por um lado, com ativistas republicanos espanhóis, quase todos galegos, dentre eles José Fernando Fernández – o comandante Jorge de Sotomayor –, e, por outro, com a resistência portuguesa, chefiada por Humberto Delgado, e com Henrique Galvão, com quem compartilhava a defesa do direito de autodeterminação, descartando ambos os militares, porém, o separatismo. Dessa reunião nasceu, sob o lema *Libertad y justicia o muerte*, o DRIL, uma organização suprapartidária progressista, que tinha o propósito de organizar e iniciar um movimento insurreccional que derrubasse as ditaduras da Espanha e de Portugal e que, respeitando as normas que regiam o Direito Internacional, proclamasse uma nova república democrática para as nações ibéricas. No entanto, Luis M. González-Mata (1977: 210-12), agente dos serviços secretos espanhóis e estadunidenses, no seu relato sobre a sua carreira profissional – *Cisne (espía de Franco y de Trujillo)* – comenta que o DRIL esteve, desde a sua criação, infiltrado e, com vistas a diversas manipulações políticas, permaneceu sob a vigilância dos serviços de informação espanhóis, portugueses e estadunidenses: “En el mismo momento, bajo la discreta protección de la C.I.A. (Estados Unidos), el S.I.M. (España) y la P.I.D.E (Portugal), nace en América Latina el D.R.I.L., un ‘movimiento revolucionario’ que debe unificar ‘amplios sectores progresistas españoles y portugueses’... El lector, seguramente asombrado por esa aparente incongruencia, se preguntará sin duda cómo las fuerzas de ‘seguridad’ llegan hasta a crear una organización que, se supone, pretende derribar al gobierno a cuyo servicio se encuentran, y ello con la complicidad de un país amigo. El acuerdo secreto entre estos tres servicios (que no tardarían en contar con la cooperación de los de Francia y Marruecos) se explica por el interés de los servicios salazaristas y franquistas en controlar, por una parte, los principales sectores de la oposición en el exilio y, por otra, los vínculos entre aquéllos y la oposición interior. La mejor manera de conseguirlo era, sin duda, crear y dirigir, desde la cima, una organización activista que sirviera de cortina de humo y permitiera la infiltración en los muy cerrados medios de la clandestinidad política. Los intereses de Estados Unidos eran otros: de acuerdo con la política de ‘sustitución’, que ha sido siempre la suya, Estados Unidos, como en Santo Domingo, Haití, etc., ayudan sistemáticamente a todo movimiento de oposición, real o ficticio, a fin de aparecer como ‘amigos’ de sus dirigentes en el caso de una toma del poder. Es triste comprobar cómo todas las fuerzas ‘progresistas’ (fueran o no portuguesas) desacreditaron y minimizaron la importancia que pudo tener, en su tiempo, la epopeya del *Santa María*. El colmo de esa crítica negativa fue alcanzado por el ‘socialista’ Mario Soares en su libro *Portugal amordazado* (Calmann-Lévy, París). Con el perdón del dirigente antisalazarista, el autor de estas páginas, cómplice y agente del capitalismo internacional, no comprende ni sus juicios ni sus acusaciones. No, señor Soares; la operación del *Santa María* no fue un acto aislado y publicitario del D.R.I.L. Simultáneamente y no ‘por coincidencia’, como escribe usted en la página 113 de su libro, al referirse a la distancia geográfica, ideológica y política) comenzó en Angola una acción que debía constituir el primer paso de un movimiento internacional antifascista (y aquí es donde aparece la importancia de la ayuda de Estados Unidos, y el interés que tenían por crear el D.R.I.L. El general Delgado, a quien Soares presenta como un ‘iluminado’, hizo ciertamente mucho más, pese a sus contradicciones y a sus dudas, que los profesionales políticos de la oposición ‘clásica’ (sic) de que habla el abogado portugués. [...]

Además, puedo certificar que toda dictadura ‘mantiene’ a líderes de la oposición, sobre todo cuando éstos son inofensivos. Tengo la seguridad de que si el señor Soares y su ‘socialismo’ hubiesen sido considerados realmente peligrosos, las cosas se habrían desarrollado para él de una manera muy distinta.” Faltam-nos dados para corroborar a apreciação de González-Mata; contudo, Antonio Piñeiro (2000: 64-66) menciona que a saída de Portugal de Pepe Velo rumo à Venezuela deveu-se à intervenção de uma organização estadunidense – o Unitarian Service –, mantida pela seita religiosa protestante quacre desse país, que evitou o seu encarceramento em Portugal e estabeleceu os contatos para que pudesse receber um salvo-conduto (passaporte de emergência venezuelano) que lhe permitisse ingressar na Venezuela: “Sexa como fora, o caso é que carente de calquera documentación persoal – evidentemente, non había quen estendera pasaportes de fuxido –, Pepe Velo reside durante tres meses na casa familiar do vello amigo de Celanova [Luís López] e procura apoios nun colectivo de axuda ós refuxiados españois en Portugal coñecidos popularmente como os *Cuáqueros*, que estaban dirixidos por unha filantrópica muller americana que tiña por nome Miss Helen á que Velo lle gardaría un especial agradecimento durante toda a vida. O cerco da PIDE (a Policía de Investigación e Defensa do Estado salazarista) estreitase, do mesmo xeito que se estreitara o da Garda Civil, ata o punto de que a falla de documentación cústelle ser novamente detido, esta vez no forte de Caxias – alí onde o río Texo comeza a casar co océano Atlántico –, co fin de ser entregado, coma outros moitos, pouco antes de morrer, ó réxime represor español [...]. A estadia na cadea lisboeta non sería longa gracias á axuda do movemento proteccionista Unitarian Service – Os cuáqueros –, liderado pola americana Miss Helen, que conseguiron internacionalizar a causa e con iso evitar o traslado de Velo a calquera outra cadea galega ou española. As influencias da señora Helen chegaron ata oídos do recentemente nomeado presidente de Venezuela, o ensaísta e político Rómulo Gallegos, con que Pepe Velo forxara unha fuxidía amizade a carón da literatura durante unha curta estadía do novelista en Galicia, cando estivera refuxiado en España. Sabedor do caso particular de Velo, Rómulo Gallegos ordénalle ó consulado de Venezuela en Lisboa, a través do Ministerio de Relacións Exteriores, a expedición dun “pasaporte de emergencia”, que sería “válido estrictamente por un viaxe de ingreso en Venezuela, vía América del Norte o del Sur”, pero que a carón había de salvarlle definitivamente a vida”. O professor da Universidade de Vigo, Ángel Rodríguez Gallardo (2007), no seu artigo A repressom na Raia. Portugal solidário (Disponível em: <<http://www.nosgaliza.org/principal.php?pag=lerdoc&id=55>>. Acesso em: 20 abr. 2009), refere-se ao *Unitarian Service* nos seguintes termos: “Parte dos refugiados galegos que entraram em território português desde o início da guerra contou com o apoio da comunidade espanhola residente em Lisboa simpatizante da República. No fim da guerra, recebêrom umha ajuda de umha organizaçom humanitária relacionada com a Igreja *quaker* americana: a *American Friends Unitarian Service Committee*, cujos membros eram habitualmente conhecidos como os “unitarian” e tinham contactos clandestinos com os partidos comunistas da Europa. Em Portugal, os *Unitarian Service Committee* (USC) sintonizárom com a oposição portuguesa, especialmente com os comunistas, e participárom nas actividades de ajuda e distribuiçom de material para os refugiados espanhóis durante a guerra civil. A PVDE controlou logo a USC, já que tinha suspeitas da relação que mantinha com os serviços soviéticos e do labor de colaboraçom logística e operativa com os exilados espanhóis. De maos dadas com a polícia ou com o exército espanhol, a PVDE perseguiu muitos destes refugiados espanhóis e galegos acusados de comunistas, de militarem durante a guerra em organizaçoms de esquerda ou de fazerem parte dos grupos guerrilheiros que empregavam o Norte de Portugal como ponto de apoio”. Tanto Piñeiro quanto Rodríguez Gallardo apresentam o Unitarian Service como, simplesmente, uma organização filantrópica a serviço dos perseguidos pelos regimes autoritários de Franco e Salazar, mas Roger Fritts (1997), do Unitarian Universalist Service Committee, nome que, desde a década de 1960, tem a organização de Cedar Lane (Maryland), menciona (Disponível em: <<http://educationforum.ipbhost.com/lofiversion/index.php/t1864.html>>. Acesso em: 20 abr. 2009) que o trabalho da década de 1940 com os refugiados do *Service* em Portugal desenvolveu-se em colaboração com Allen Dulles, um agente da Office of Strategic Services dos Estados Unidos, a qual se transformaria na Central Intelligence Agency (CIA), da qual Dulles chegou a ser o diretor entre 1953 e 1961: “The Unitarian Service Committee opened an office in Lisbon on June 20, 1940, staffed by the Sharps [um casal de *Unitarians*], who again took leave from their church and their small children to help refugees. The goal was to save the lives of intellectuals and anti-Nazi political leaders. It was real life drama, something like the drama described in the classic movie *Casablanca*. Rev. Sharp wrote: ‘The days defy description. They were filled from seven o’clock in the morning until midnight, and sometimes after, with interviews, searches for persons about whom the Emergency Rescue Committee had cabled from America, or their agent had cabled from Marseilles; appeals and interventions at the American Export Line, the Pan American Airways, the French Consulate, the International Police (this is the police system of Portugal which regulates the

O seqüestro do Santa Maria – a terceira operação do DRIL, a primeira conjunta de espanhóis e portugueses nascida como o grande *Pacto Ibérico* contra Franco e Salazar – aconteceu na madrugada do 22 de janeiro de 1961, em águas internacionais do Caribe, ao ultrapassar o navio a ilha de Curaçao³²¹, e finalizou o 3 de fevereiro de 1961, com a entrega do Santa Maria à Marinha brasileira no porto do Recife. As duas anteriores operações tiveram lugar na Espanha, no primeiro semestre de 1960, e nelas só participaram anti-franquistas naturais da Espanha³²². Na terceira operação do DRIL uniram-se 11 espanhóis – galegos ou descendentes de galegos –, residentes na Venezuela, que estavam às ordens de Pepe Velo e 11 portugueses comandados pelo capitão Henrique Galvão. Porém, com anterioridade à sua união no DRIL, esses 24 comandos não fizeram parte de nenhuma plataforma conjunta que agisse de modo articulado. De fato, a coesão entre o grupo espanhol e o português partira da autoridade que o grupo reconheceu em Pepe Velo como estrategista, ideólogo, chefe e porta-voz.

relations of foreigners to the State), the British Embassy, and, daily, at the American Consulate'. [...] The Sharps returned to the United States at the end of 1940. Other Unitarians from the United States came to Lisbon to continue their work. In the summer of 1942 the Director of the Unitarian Service Committee, Robert Dexter, met with Allen Dulles. Robert Dexter agreed to carry on espionage activities for the Office of Strategic Services, which was later to become the Central Intelligence Agency. Dexter and other service committee staff carried large sums of money to resistance leaders in France. They also contacted OSS agents in Madrid and in Marseilles for information. The OSS was looking for any significant information picked up from refugees”.

³²¹ O porto de Willemstad, em Curaçao, foi a única escala que fez o navio após partir da Guairá, em Caracas. O destino do Santa Maria eram os portos de Vigo e Tenerife, onde desembarcariam, respectivamente, 152 e 81 passageiros espanhóis. No total, junto aos 233 passageiros espanhóis, embarcaram na Guairá e em Willemstad 179 portugueses, 87 venezuelanos, 44 holandeses, 35 norte-americanos, 4 cubanos, 2 brasileiros, 1 italiano e 1 panamenho.

³²² O DRIL fundou-se em janeiro de 1960, sendo as suas primeiras operações a detonação de uma bomba, aos 18 de fevereiro, na sede da Prefeitura de Madri, de manhã, e no local da FET de las JONS, de tarde, localizado na rua de Toledo dessa cidade. A detonação da bomba na sede da Falange feriu mortalmente José Ramón Pérez Jurado. Na ação policial que se seguiu a esses atentados deteve-se o anarquista Antonio Abad Donoso, que foi condenado a morte e executado com garrote vil aos 8 de março desse ano. Em homenagem a ambos os comandos, Pepe Velo adotou, como diretor geral do DRIL, o codinome “Jurado A”. Na obra *Disparos*, Xavier Navaza (1991: 58) comenta que: “Por aqueles anos sucedem-se atentados como os de 1963, contra companhias aéreas instaladas em Espanha e dentro da ‘Operación Advertencia’, do Consejo Ibérico de Liberación, grupo que segundo algumas fontes agachava em realidade a membros do DRIL. Aquela operación, en todo caso, estaba dirixida esencialmente contra o turismo que España promovía no marco dunha brillante política que dirixe o aínda novo ministro de Información e Turismo, Manuel Fraga Iribarne”. Victor Velo (1996: 14-15) e Piñeiro (2000: 90) mencionam uma outra operação do DRIL: a colocação de bombas, o 26 de junho de 1960, nas ferroviárias de Barcelona e de Bilbao e na terminal da *Iberia* no aeroporto de Madri. Piñeiro (2000: 93) comenta que pôde ter havido uma outra operação: “Sotomayor fala incluso, no libro que escribiría posteriormente dende Venezuela, *Yo robé el Santa María*, dun intento de atentado con explosivo contra o propio Franco no estadio Santiago Bernabeu, que resultou falido por botarse atrás o comando encargado da colocación da trilita. Esta fora denominada Operación Covadonga”.

Entre os estudiosos do DRIL, não há unanimidade na exposição de quais foram os objetivos do seqüestro do *Santa Maria*. Assim, na sua avaliação da trajetória do DRIL, Xavier Navaza (1991: 40) expôs que: “A acción tiña un obxectivo exclusivamente propagandístico: daba conta, perante o mundo, do nacemento dunha organización encamiñada á loita contra as ditaduras de Franco e Salazar en España e Portugal, respectivamente”. Na auto-entrevista inédita que Victor Velo, filho de Pepe Velo e ele mesmo um comando da operação, se fez [*Xosé Velo e o “Santa Maria”, “Santa Liberdade” – Operação “Dulcinea” ou Operação “Compostela” –, Passados 36 anos*], ele explica que o objetivo era desembarcar primeiro na ilha de Fernando Poo, de onde os comandos portugueses partiriam rumo a Angola, pois Henrique Galvão asseverara que, em Angola, ele teria condições para criar uma base³²³. Expõe Victor Velo (1996: 18):

P: Como surge a idéia da que foi conhecida por Operação Dulcinea?

Em abril de 1960 Velo apresenta a idéia, de como realizar a terceira operação, a alguns companheiros hespanhóis mais ligados à Direção do DRIL. A operação que devia obedecer àqueles pré-requisitos consistia no seqüestro de um navio cujo destino seria a costa da África. Em alto mar, próximo à Ilha de Fernando Pó – naquela época uma colônia espanhola –, seria feito o desembarque dos comandos.

³²³ O capitão português Henrique Galvão, chefe dos comandos portugueses que participaram na terceira operação do DRIL e representante, na Venezuela, do Movimento Nacional Independente de Libertação – movimento aglutinador da oposição portuguesa chefiada pelo general Humberto Delgado, exilado desde o 21 de abril de 1959 no Brasil –, publicou a sua visão dos fatos sobre essa operação fazendo parte de um livro intitulado *Minha cruzada pró-Portugal* (Galvão, 1961), em que relata a sua luta contra o salazarismo, desde que se decepcionara com o regime que apoiara até que na década de 1950 se enfrentou diretamente a ele e se incorporou, do seu exílio na Venezuela, ao DRIL. A versão que Galvão oferece do seqüestro do Santa Maria ignora a intervenção de Pepe Velo – o diretor geral – na operação. Por um lado, Velo só é mencionado uma vez em toda a narração de Galvão; trata-se de uma menção nominal, pois se lhe resta qualquer participação decisiva nos fatos. Por outro, Galvão escolheu para essa menção o apelido de Velo, *Junqueira de Ambia*. Henrique Galvão não informa da ideologia iberista que, segundo Velo, inspirou o DRIL, e justifica a presença de comandos espanhóis no seqüestro, qualificados como membros da Unión de Combatientes Españoles (UCE), pela ausência de comandos portugueses suficientes para levar adiante a operação, ficando, além do mais, ignorado o viés galeguista que envolvia a ação dos comandos espanhóis. O destaque entre os espanhóis dá-lho Galvão a José Fernando Fernández Vázquez, referido por Galvão como “Jorge de Sotto Mayor”. Por sua vez, os objetivos da operação são apresentados por Galvão (1961: 104-05) como se segue: “SEGUNDA FASE: Com as forças que tínhamos organizadas e com aqueles tripulantes que, sabíamos, se uniriam a nós depois de tomado o navio, atacaríamos de surpresa a ilha de Fernando Pó, em operação noturna de “comandos”. Aí nos apoderaríamos de uma canhoneira e das autoridades superiores da Guiné espanhola, isolando ao mesmo tempo a ilha de todas as comunicações com o exterior. Já com forças indígenas, que nos seguiriam, lançar-nos-íamos sobre a parte continental da colônia. Com novas forças que aí juntaríamos, a canhoneira e lanchas de desembarque – tudo em operações muito rápidas e surpreasivas, realizadas no máximo de três dias – e com dois, possivelmente três, aviões colhidos na ilha e no continente, atacaríamos Luanda, às cinco horas da tarde, com o concurso de forças rebeldes locais, numa operação envolvente de ‘comandos’, apoiada pela canhoneira. Objetivo: a conquista e libertação de um território português, onde poderíamos formar um governo e donde, com recursos bastantes, poderíamos desencadear a guerra contra o regime salazarista. Para isso contávamos com a sublevação imediata de Moçambique e com a sublevação da própria metrópole”.

Imaginava o plano a possibilidade de tomar a pequena guarnição lá existente, obtendo armas e equipamentos (lanchas de longo alcance) que permitissem a chegada ao continente. A estrutura da organização, através de contatos a serem mantidos com os governos de ex-colônias na África, daria suporte para levar os comandos a um dos novos países que serviria de base para continuação da luta. O nome dado, originalmente, por Velo à terceira ação foi “Operação Compostela”. A homenagem à cidade galega tinha o significado da anunciação.

Acreditamos que essa auto-entrevista de Victor Velo é o quarto escrito de um comando do DRIL, participante da terceira operação, sobre os pormenores da tomada do navio. O parecer de Victor Velo é, por outro lado, o único que foi composto passada a ebulição do acontecimento, quando este deixou de ter repercussão política para se tornar objeto de pesquisa; esse parecer é, além do mais, a única visão que não parte de um dos coordenadores da operação. Dois dos outros testemunhos foram redigidos ainda no primeiro semestre de 1961 e publicados nesse ano em São Paulo. Um deles é a breve declaração (duas laudas) do diretor geral do DRIL, Pepe Velo, sob o pseudônimo de Carlos Junqueira de Ambía, inserida a modo de prefácio na narração sobre o assalto composta pelo jornalista chileno Hernán Muñoz Garrido, intitulada *Alô, alô... “Santa Maria” chamando!* (Muñoz, 1961). O outro é o livro mencionado do coordenador do DRIL pela parte portuguesa, o capitão Galvão, intitulado *Minha cruzada pró-Portugal – Santa Maria* (Galvão, 1961). Neste último, o autor apresenta os motivos que, do inicial entusiasmo com o Estado Novo, o acabaram levando a combater, *manu militari*, Salazar. Para isso, na primeira parte do livro – Como se instalou e tem substituído a ditadura em Portugal (Algumas páginas prefaciais de História contemporânea) – lavra uma exposição em que se remonta à sua revolta contra o sistema de exploração colonial na África, à sua denúncia do mesmo e ao seu passo à beligerante oposição, o qual repercutira nele com a esperada repressão e perseguição, passando então à clandestinidade e ao exílio. No tocante ao apresamento e ocupação do Santa Maria, comentados na segunda parte do livro – Dulcinéia, “Por nossa Dama-A Liberdade dos Povos Ibéricos” –, Galvão ignora nominalmente Pepe Velo e, como já destacamos, só o menciona uma vez pelo codinome “Junqueira da Ambia” (Galvão, 1961: 110), mas sem o identificar como diretor geral do DRIL.

Galvão (1961: 96-97) qualifica, porém, o primeiro organizador do grupo espanhol com o que entra em contato. Define-o como “um retórico alucinado, mais poeta do que

revolucionário” que, até o fim, “foi mantido em situação de direção por assim dizer honorária – e como simples retórico, por vezes pesado e embaraçoso”. Nessa parte do livro, Galvão expõe que a constituição de uma aliança com os exilados espanhóis na Venezuela devera-se a que a Junta Patriótica portuguesa e o Comité Venezolano Pró Democracia y Libertad de Portugal eram formados por poucos membros. A direção de ambas entidades tinha sido confiada, além do mais, a “uma maioria de quase analfabetos, sem formação nem capacidade política, de tendências marcadas comunistas ou filocomunistas” (Galvão, 1961: 92), o que fizera com que a união com os espanhóis fosse o único caminho para reunir meios materiais e poder, assim, empreender ações contra o salazarismo em favor de um novo regime democrático representativo. De todas as formas, Galvão faz um retrato lastimoso do grupo espanhol “antitotalitário” com que pactua, que identifica como a *União dos Combatentes Espanhóis*:

Os grupos espanhóis, no seu divisionismo irreduzível, embora de acordo com a idéia e integrados na mesma ansiedade, encontravam-se por demais viciados pelo imobilismo retórico em que haviam decaído e pela esperança em qualquer acontecimento da política internacional que viesse a derrubar a ditadura franquista para se interessarem por qualquer movimento de ação direta que, aliás, lhes parecia utópico, dada a distância a que nos encontrávamos dos objetivos. Apenas um dos grupos – precisamente o menos numeroso, o mais pobre e, na Venezuela, o mais desorganizado, mas dispendo na Europa de alguns elementos ativos de incontestável valor combativo, se aliou à Oposição portuguesa de que eu era em Caracas o representante menos contestado, para a constituição do Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL). E esse foi o princípio de uma organização de forças, necessariamente precária, não só pela dificuldade em que estávamos de manter relações com o exterior, como também pelas dificuldades insuperáveis que resultariam de mal se conhecerem as pessoas representativas de ambas as partes a não ser fácil uma seleção de qualidade para o recrutamento de comandos (Galvão, 1961: 95-96).

Ora, Galvão é muito confuso quando afirma, por um lado, que na Venezuela não se constituíra uma oposição eficaz contra o salazarismo e, por outro, que ele negociara a estruturação do DRIL, junto aos espanhóis da Unión de Combatientes, como representante do Movimento Nacional Independente (MNI). Esse movimento fora a plataforma de apoio à candidatura do general Humberto Delgado às eleições à presidência de Portugal do 8 de junho de 1958. Do seu exílio no Brasil, o general tentara criar de novo o Movimento Nacional Independente como órgão de coordenação da oposição, mas foi a Associação General Humberto Delgado fundada no Rio de Janeiro o único meio de auxílio com que

contou o general para o seu labor político durante a sua estada no Brasil. A correspondência do general Humberto Delgado deixa entrever que ele nem delegara em Galvão a representação do MNI na Venezuela nem estivera ao corrente da constituição do DRIL. Assim, essa correspondência transmite que o general teve conhecimento da terceira operação do DRIL pela imprensa e que não desmentiu a sua participação nela para não perder a sua posição de liderança na oposição portuguesa³²⁴.

Em *Minha cruzada pró-Portugal – Santa Maria*, o capitão Galvão sim menciona José Fernández, sob o codinome de comandante *Sotto Mayor*, mas não o trata como o seu par, senão como o seu subordinado: “Ficou assente que o comando operacional supremo seria exercido por mim em territórios, naves ou aeronaves portuguesas e por Sotto Mayor em territórios, naves ou aeronaves espanholas” (Galvão, 1961: 96). Por sua vez, o responsável da coordenação naval da operação, José Fernando Fernández Vázquez, o comandante Jorge Sotomayor, em *Yo robé el Santamaría* (Sotomayor, 1972) mostra a sua versão da operação, da qual ele se apresenta como o principal artífice. Observa-se, pois, que os três principais comandantes da operação pretenderam reclamar para si o papel protagonista de mentor e executor da peripécia. A disputa constante pelos louros tanto no interior no DRIL quanto perante a imprensa desgastou a hierarquia no Diretório, eliminou qualquer direito ou poder baseado na autoridade e derivou em uma situação de acefalia, à qual se referiu Velo no rascunho de uma carta inédita, redigida por volta de 1962³²⁵,

El Santa María, a efectos de la organización insurreccional-revolucionaria que concibió, planificó y realizó el hecho, era un barco ibérico, por muy portugués que sea el domicilio de la empresa naviera propietaria, y por muy portugués que, a la postre, venga a resultar el caduco Capitán que usufructúa honores que no le corresponden.

En mi libro *Prólogo para la inauguración de Iberia* [inédito], hay un capítulo, entre otros, dedicados a este caso. En él se describe con objetividad, cuanto a la concepción, planificación, realización y fines de esta singularísima operación inconclusa se refiere.

³²⁴ Parte da correspondência (emitida e recebida) por Humberto Delgado durante o seu exílio no Brasil é reproduzida por quem fora o secretário, no Rio de Janeiro, da Associação General Humberto Delgado, o imigrante português Luís Abreu de Almeida Carvalho. Luís Carvalho publicou essa recopilção na longa crônica *A verdade sobre Humberto Delgado no Brasil – Cartas inéditas, notas e comentários* (Carvalho, 1986). Carvalho refere-se à recepção por Humberto Delgado da notícia do seqüestro do Santa Maria na seção Uma surpresa na calada da noite – o “Santa Maria”, no Capítulo IX (Carvalho, 1986: 237- 74).

³²⁵ Utilizamos a transcrição que Victor Velo fez dessa carta (Velo, 2004). Essa transcrição está inserida nas respostas que Victor Velo deu a uma série de questões que lhe formulara o jornalista Xavier Montanyà. Victor Velo remeteu essas respostas a Montanyà aos 6 de dezembro de 2003 e, meses depois, enviou-nos uma cópia.

Ustedes ignoran la verdad de los hechos y sus causas, y por ello, dan cabida en sus columnas a los “depoimentos”, digamos mejor deposiciones, de este oportunista redomado. Sin embargo, no debieran ignorar que no le queda, en el campo de la oposición portuguesa, ni tanto así de la proyección que a hurtadillas y con avaricia, vino atesorando. Hoy nadie le sigue ni acredita en su capacidad, honestidad, ni muchísimo menos en sus ridículas pretensiones.

Mi libro, escrito hace más de un año, no será publicado en tanto que su verdad pueda servir de arma al enemigo. [...]

Por otra parte, la responsabilidad que hayan de apurar los tribunales revolucionarios ibéricos en su día, venturosamente próximo, pondrá en evidencia la estupidez, la ambición, la canallada de cuánto “zorro heroico” en disfrute de “honores”, erupta vanidad por estos mundos y prensa de El Señor, atribuyéndose méritos que de ninguna manera le corresponden. Asimismo será apurada la responsabilidad por la destrucción del DRIL, a los provocadores infiltrados y a quienes propiciaron el éxito de la provocación por afán de notoriedad o gula de mando, incompatibles con el espíritu de aquella esperanza que nacía para Iberia.

La liquidación del DRIL que ayudé a fundar, aquél DRIL de buenas y sencillas gentes, es un hecho que ya no tiene remedio, y buena prueba de ello es que, a pesar de que por ahí andan a tumbos la estupidez casada con la ineficacia, y el terror postal casado con la provocación que no se resigna a morir, en dos “driles” misnuscualizados, no es posible ya disimularle la percalina. El que suscribe no dirige, ni siquiera milita en un “tercer dril”, por la sencilla razón de estar convencido de que multiplicar con espíritu decimal es lo mismo que dividir, y esto solo puede aprovechar a Franco y Salazar.

Del buen DRIL restan dos cosas importantes y en cierto modo trascendentes, sin traer a colación lo espectacular que también era “ingrediente” de nuestra estrategia y táctica antiterrorista: su espíritu insurreccional y revolucionario digno de ser imitado, y tres mártires (dos irremediamente caídos), que principalísimamente me obligan.

Para ellos y para la buena fe de los compañeros que participaron en la operación, reivindico, como Director General del DRIL que fue y de la operación COMPOSTELA (no DULCINEA) que ha sido, cuánto de todo ello pudiera resultar positivo para la causa de los pueblos ibéricos.

El espíritu del SANTA MARÍA o SANTA LIBERDADE, así en galaico-portugués para que se entienda, no murió. Hoy, el antifrancosalazarismo ya no podrá caer en las reglitas de los juegos sucios y menos en las redes de tenebrosos provocadores, incapaces e insuficientes, porque el camino de la conquista de la democracia ibérica se ha iluminado. Nada más por el momento que lo que queda indicado, suficiente para prevenirles contra los personajillos que, por fuerza de su rimbombante nulidad, pasado un año del SANTA LIBERDADE, no han sido capaces de producir otra cosa que la “heroica” algarabía del reparto del botín, y alegres “documentos” para las historias de guardias y ladrones que protagonizaron después de la operación.

Quando se frustrou o objetivo de criar uma linha de frente na Guiné espanhola e na África portuguesa para a causa democrática e iberista do DRIL, a alternativa foi o refúgio do navio em Gana ou na Guiné [Guinea-Conakry], onde o DRIL se proclamaria vanguarda da Ibéria libertada. A falta da aquiescência ao propósito do DRIL por parte dos governos dessas duas repúblicas africanas, o controle que sobre o Santa Maria começara a fazer, desde o 25 de janeiro de 1961, a VI Frota estadunidense, junto à intercessão de Jânio Quadros permitindo, a partir do momento da sua posse como presidente da República, o desembarque do navio em um porto brasileiro e o asilo político aos participantes no seqüestro, forçaram o DRIL a uma mudança de estratégia. Esta consistia no desembarque dos passageiros e nos tripulantes no porto do Recife, aos 2 de fevereiro, e dos comandos do DRIL no dia seguinte, permitindo-se, assim, a assunção do controle do Santa Maria por parte da Armada do Brasil³²⁶. Aos 2 de maio de 1961, Pepe Velo, usando o seu codinome Carlos Junqueira de Ambía, assinou o Prefácio (Palavras preliminares do Diretor Geral do Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação, Carlos Junqueira de Ambía – O Professor Bel – um dos protagonistas do assalto ao “Santa Maria” (Muñoz, 1961: 11)) da supramencionada narração sobre a tomada do transatlântico, intitulada *Alô, alô.. “Santa Maria” chamando* publicada em São Paulo, em 1961. Acreditamos que esse Prefácio é o primeiro texto publicado por Pepe Velo no Brasil. Fora redigido em português e nele ainda se apresentava o DRIL como um grupo disposto a continuar as suas ações revolucionárias contra as ditaduras ibéricas³²⁷. Escreveu Velo:

³²⁶ Segundo informa Victor Velo (1996: 41), na reunião tida na última noite a bordo do Santa Maria antes da entrega do navio à Armada brasileira, Pepe Velo fez uma análise retrospectiva da operação perante os comandos do DRIL em que declarou: “Conseguiu-se um fato importantíssimo, lembrar ao mundo a existência das ditaduras ibéricas. Durante quase dez dias, o Santa Liberdade [nome com que se rebatizara o Santa Maria] foi notícia, de primeira página, em todos os países do planeta e motivo de atenção dos governos das grandes potências. As atitudes assumidas pelo DRIL, no decorrer da operação, demonstraram não se tratar de um ato de pirataria, conseguindo dessa forma conquistar a simpatia de milhões de pessoas. Franco e Salazar sentiram o golpe, mas não esqueçamos que ainda não foram derrubados”.

³²⁷ Por sua vez, no seu primeiro ano de exílio no Brasil, Henrique Galvão publicou dois livros contendo o seu pensamento político anti-salazarista. Em junho de 1961, a editora anarquista Germinal, do Rio de Janeiro, propriedade do português Roberto das Neves, lançou *Colonialismo, anticolonialismo, autodeterminação*, livro em que Galvão denuncia a política do Estado Novo português na África e propõe soluções, baseadas no direito à autodeterminação dos povos, para o impasse do Império. Meses depois, publicou em São Paulo o já mencionado *Minha cruzada pró-Portugal – Santa Maria*, em que retoma os assuntos da denúncia do regime salazarista que abordara em 1959 na *Carta Aberta ao Dr. Salazar* [por sua vez reeditada em 1960 pela editora Germinal] e descreve a sua atuação no seqüestro do Santa Maria. A Frente Antitotalitária dos Portugueses Livres Exilados (FAPLE) de São Paulo publicou, em 1962, o livro de Galvão intitulado *S.O.S. Portugal, 1962 – Depoimento torpedeado* e, em 1965, *Da minha luta contra o salazarismo e o comunismo em Portugal*. Em 1966 publicou em São Paulo o seu único livro de “prosa de ficção” que veio à luz no Brasil, *O homem e o*

Sobre a ação do “Santa Maria”, em galego ou em português, há versões diversas: adversas e perversas umas, outras não.

Todos quantos têm falado ou escrito sobre este fato, têm deformado a seu modo a realidade. A aventura mais grave do que se faz é o que dele se diz.

[...] O importante é estar a par do que o D.R.I.L. faz, seja o que for o que dele se diga.

Os caminhos do D.R.I.L. não são de “andar e ver”, como nos velhos contos; são de andar e fazer. Fazer caminho, ainda que não se possa, para que se possa ver.

No D.R.I.L., quando não há vento se voga. Vogar de todos os seus homens, comandos da “LIBERDADE E JUSTIÇA OU MORTE”, desde que lhes nasceu a vontade de ser movimento. Por isso, o D.R.I.L., que poderá perder o vento, nunca perderá o rumo. A trama do pano de suas velas vibra com a pulsação de sua juventude sem limites e sem prejuízos. O D.R.I.L. não é uma organização tenebrosa, nem terrorista, porém não se intimida nem visa a intimidar a ninguém mais que não sejam os tiranos e seus aparelhos repressivos. Nasce para a liberdade de todos os povos ibéricos. Para a autêntica liberdade. O D.R.I.L. não é rebelde; é simples e profundamente revolucionário. Amável, porém radicalmente revolucionário.

[...] A atividade do D.R.I.L. é ainda insurrecional. Não é conveniente dizer coisas antes de seu tempo. Só diremos que o D.R.I.L. realizou sua terceira operação, que alerta, adverte, insinua, ordena a todos os homens da Ibéria, que os tiranos e a matilha que os sustenta não cairão se não os derrubarmos, e não os derrubaremos se não usarmos a linguagem, a única linguagem, que pode entender um tirano: a violência que as circunstâncias nos obrigam a usar (Muñoz, 1961: 11-12).

As discordâncias que houve entre Pepe Velo e o capitão Henrique Galvão durante o desenvolvimento da operação Compostela (ou Dulcinea) aumentaram durante o exílio no Brasil o qual, unido à falta de apoios internos e externos, acabou conduzindo à dissolução do DRIL. As causas do esmorecimento e dissolução do DRIL não estiveram relacionadas com o estatuto de exilados que passaram a ter os comandos do Santa Maria ao desembarcarem no Brasil. De fato, nas primeiras semanas de estadia do Brasil os comandos foram homenageados pelas autoridades. No Recife, para os 24 revolucionários, na qualidade de refugiados políticos, acondicionara-se um quartel da Polícia Militar como hospedagem, no qual puderam celebrar reuniões e realizar treinamentos. Nessa capital foi-lhes inclusive oferecida uma recepção formal pela Assembléia Legislativa de Pernambuco e consentiu-se que fosse tentada a estruturação de uma Comissão Nacional de Hospitalidade aos asilados do Santa Maria e que o DRIL iniciasse a organização de um gabinete de imprensa. Velo teve plena liberdade para conceder entrevistas e para emitir comunicados.

tigre (vagô), ambientado na África. Nessa narrativa defende-se a força de vontade como principal meio para poder superar todas as adversidades.

Do Recife, os comandos foram trasladados a uma chácara no município de São Vicente, no Estado de São Paulo. Foi então quando Pepe Velo escreve o prólogo para o livro do jornalista Hernán Muñoz Garrido.

Todavia, já em abril de 1961 o DRIL considerava-se e era considerado dissolvido. Na correspondência recopilada em *A verdade sobre Humberto Delgado no Brasil*, de Luis Abreu de Almeida Carvalhal (1986), secretário da Associação General Humberto Delgado no Rio de Janeiro, entidade posteriormente renomeada Alma Lusa, há documentos muito válidos para compreender os desentendimentos entre a parte portuguesa e a parte galega do DRIL.

Humberto Delgado, na qualidade de chefe exilado da oposição portuguesa, residiu durante quatro anos no Brasil, do 21 de abril de 1959 ao 10 de agosto de 1963, primeiro no Rio de Janeiro e, a partir de janeiro de 1960, também em São Paulo. Carvalhal auxiliou Humberto Delgado durante o tempo que ele permaneceu no Brasil, até que ele partiu a Marrocos. Diz Carvalhal que ele foi quem estabeleceu os primeiros contatos entre Delgado e Galvão; este, por sua vez, iniciara, em maio de 1959, o seu exílio americano em Buenos Aires. Entre a correspondência publicada por Carvalhal, há uma carta que a ele, como presidente da Associação General Humberto Delgado, remetera Galvão de Buenos Aires, aos 28 de junho de 1959. Nela mencionava os contatos que estava estabelecendo com “organizações democráticas espanholas” para, se fosse o caso, colaborar em um movimento de libertação peninsular. Nessa carta, Henrique Galvão escrevera:

Precisamente para não perder tempo, e embora o meio político aqui, relativamente ao que se passa em Portugal, seja muito menos do que apático. Procurei fazer o possível para que este prazo de espera não ficasse completamente em branco. Assim, promovi a formação da A.G.H.D. [Associação General Humberto Delgado], juntando ela o pequeno grupo de portugueses que mantêm vivos os sentimentos da Pátria e da Liberdade, quase destruí os efeitos da propaganda de Salazar na Argentina, entrei em contato com as organizações democráticas espanholas para a hipótese de uma colaboração peninsular no movimento de libertação que interessa aos dois países, etc. Tudo atividades sem grande relevo, mas que, no entanto, têm pelo menos um interesse moral (Carvalhal, 1986: 86-87).

Em *A verdade sobre Humberto Delgado no Brasil*, Carvalhal (1986: 94-97) argüi que o Movimento Nacional Independente (M.N.I.) que apoiara em Portugal a candidatura do general à presidência da República teve uma fraca e efêmera existência no Brasil apesar das tentativas feitas por parte do general para que a sua implantação fosse efetiva. Nesse

sentido, Carvalhal põe o comunicado de Henrique Galvão acima transcrito como exemplo de que a única organização anti-salazarista, vinculada a Delgado, cabal e eficiente na América do Sul era a Associação General Humberto Delgado do Rio de Janeiro.

O desentendimento de Delgado com Galvão, quem, supostamente sem o beneplácito de Delgado, e na sua ausência, o teria nomeado co-diretor do DRIL, as posteriores declarações de Delgado desdizendo-se em relação ao seu envolvimento no seqüestro do Santa Maria, operação da qual declarara, em um primeiro momento, estar cômico, a rixa pública entre Galvão e Velo, e o afastamento entre este e Sotomayor, contribuíram à confusão em relação ao entendimento do que era o DRIL – a sua ideologia, as suas ações anteriores, a sua hierarquia, a sua composição, os seus objetivos –. Além disso, enquanto Velo³²⁸ optou pela discrição, evitando prodigalizar comunicados políticos e testemunhos sobre a gênese do DRIL e sobre o seqüestro do paquete, Galvão destacou-se pela profusão de manifestos anti-salazaristas, crônicas dos atos cometidos pela oposição e hagiografias pessoais, almejando, por um lado, se impor, perante a opinião pública, como chefe único do DRIL e, portanto, como o principal organizador e executor do seqüestro do Santa Maria, e, por outro, rivalizar com o general Delgado na coordenação, no Brasil, da oposição contra o Estado Novo português. Essa circunstância – a relevância pública adquirida por Galvão e a simultânea, em parte voluntária, em parte forçada, marginalização de Velo –, unida ao Santa Maria ser um navio da Companhia de Navegação Colonial portuguesa, permitiu à imprensa espanhola a apresentação do seqüestro como um ato de pirataria dirigido e executado pela oposição portuguesa, alheio à Espanha, apesar da participação, na ação, de uns poucos espanhóis, que, no entanto, afetou à Espanha, por terem sido prejudicados os imigrantes espanhóis embarcados que regressavam à sua pátria³²⁹. O paradigma do

³²⁸ Por sua vez, os codinomes adotados por José Velo Mosquera desembocaram na mistificação, intencionada ou fortuita, sobre a sua identidade causada pelos jornalistas, brasileiros, portugueses e espanhóis, que cobriram a terceira operação do DRIL. A ele referiram-se como o professor Velo, Belo ou Bel, como Junqueira de Ambia ou, inclusive, embora com muita menor frequência, como Jurado A, não relacionando, às vezes, esses nomes entre si.

³²⁹ A imprensa de Madri desprezou a participação espanhola na Operação Compostela e silenciou tanto a presença do comandante Sotomayor quanto a chefia de Junqueira de Ambia. Houve um evidente interesse em vincular, só, o seqüestro do Santa Maria à oposição portuguesa anti-salazarista. Os espanhóis unicamente eram mencionados como passageiros e tripulantes do navio e assinalou-se o refúgio do navio em Recife e o assilo aos comados no Brasil como um problema bilateral entre Portugal e o Brasil. A seguir, relacionamos as notícias sobre o caso que a Embaixada do Brasil em Madri, por meio do cônsul João Cabral de M. Neto, remeteu ao Itamaraty, no Rio, entre fevereiro de 1961 e maio de 1965. Indicamos o título da matéria, o jornal e a data. São estas: 1. Los pasajeros del “Santa María” reclaman la intervención de las autoridades brasileñas

El pirata no ha entrado en Recife porque teme que los tripulantes se arrojen al agua, *Madrid*, 2 fev. 1961; 2. El “Santa María”, frente a Recife, sigue sin desembarcar a los pasajeros; “Sáquenlos de aquí, por amor de Dios”, piden desde el barco; El comandante y la tripulación del “Santa María” son muy conocidos en Tenerife; Tres miembros de la tripulación son españoles, *Pueblo*, 2 fev. 1961; 3. Galvao siempre quiso ser pirata “Cedería gustoso la mitad de mi vida por ser pirata de verdad” escribía Galvao en un artículo titulado “Elogio de la piratería”, y que no llegó a publicarse, allá en 1937, *Ya*, 3 fev. 1961; 4. Las últimas horas antes del desembarco; El “Santa María”, ocupado por las fuerzas brasileñas; Los pasajeros fueron trasladados ayer a tierra en remolcadores; La tripulación y el comandante desembarcaron también en Recife El cónsul de España aendió en el puerto a nuestros compatriotas, *ABC*, 3 fev. 1961; 5. Por fin han sido liberados los pasajeros del “Santa María”; El capitán y la tripulación abandonaron el buque; El “Santa Maria”, ocupado por fuerzas brasileñas, *Arriba*, 3 fev. 1961; 6. A las cuatro de la tarde (hora española) empezó el desembarco de pasajeros; Varios tripulantes se arrojaron al agua para ganar el puerto a nado; “El Santa Maria” ocupado por fuerzas brasileñas; Confabulación sucia; El cónsul de España en Recife atendió a los pasajeros españoles; “Galvao merece que le cuelguen” dice uno de los desembarcados; “Si esto es un ejemplo de lo que es política, no quiero nada con ellos”, dice otro de los pasajeros; Solo cinco de los 270 tripulantes prefieren seguir con Galvao; A Humberto Delgado, que pretendió entrevistarse con él, le fue negado el acceso a bordo, *Ya*, 3 fev. 1961; 7. Los portugueses del Brasil, en contra de Galvao; Carta de una muchacha al ex general Delgado; No nos hace ninguna falta un profesor en piraterías; “Regrese a Portugal y enfrente allí la situación”; “... Fue Salazar quien nos dio de comer, y no usted, que tenía su casa llena de alimentos...”, *Pueblo*, 3 fev. 1961; 8. Galvao esperaba que se produjeran movimientos revolucionarios en la capital lusitana y en Luanda, *Madrid*, 3 fev. 1961; 9. Galvao, un revolucionario de etiqueta; Bailes de gala para la primera clase y reclusión para los pasajeros de tercera; Gracias a la “presión imperativa” de los almirantes norteamericanos y brasileño ha capitulado Galvao; Tumultuoso desembarco de los pasajeros del “Santa Maria”; Algunos tripulantes huyeron arrojándose por la borda; Los repatriados españoles han sido los que más penalidades sufrieron, hacinados en el sollado de proa, *Arriba*, 3 fev. 1961; 10. A las diez y cuarto de la noche Galvao entregó el barco; Antes hizo un llamamiento “al mundo” pidiéndole 60.000 dólares para combustible; Galvao actuó impulsado por el odio y el despecho; Su piratería debía coincidir con actos revolucionarios en la península ibérica; También esperaba sublevación en las provincias portuguesas de ultramar; Desagravio a Portugal, *Ya*, 4 fev. 1961; 11. Los criminales del “Santa Maria” se ensañaron con los españoles; Blasfeman mientras las mujeres rezaban en voz alta, *Arriba*, 4 fev. 1961; 12. Galvao ha entregado el “Santa Maria” a las autoridades brasileñas; El pirata portugués ha reconocido virtualmente su derrota; Parece que los asaltantes eran treinta y no setenta, como se dijo; El trasatlántico ha sido puesto a disposición de Portugal, por orden de Janio Quadros, *ABC*, 4 fev. 1961; 13. De la comedia humana, Al margen del “affaire” Galvao, *Madrid*, 4 fev. 1961; 14. Fracasa una maniobra subversiva en Angola; La conjura constituye una etapa más de la operación terrorista “Dulcinea”, iniciada con el secuestro del “Santa Maria”; La mayoría del pasaje zarpará hoy para Europa en el “Veracruz”, *Arriba*, 5 fev. 1961; 15. Con motivo del acto de piratería, la propaganda roja ha penetrado en la prensa occidental; Fracasa un golpe de fuerza en la provincia portuguesa de Angola; Tres grupos de individuos armados pretendían asaltar las cárceles de Luanda; En la lucha se registraron varios muertos entre los defensores del orden y los asaltantes; La calma reina en todo el territorio hasta el punto de que muchas personas se enteran de lo sucedido por los periódicos, *ABC*, 5 fev. 1961; 16. Galvao tenía, al parecer, complicidades en Angola, *Hoja del lunes*, 6 fev. 1961; 17. Rumbo a pique, *Ya*, 7 fev. 1961; 18. Galvao se enorgullece de sus métodos terroristas. Confiesa que las bombas que estallaron en varias ciudades españolas se colocaron por orden suya, *Madrid*, 7 fev. 1961; 19. El capitán Maia se burló de Galvao. Navegó en círculo haciendo creer al pirata, que cumpliendo sus órdenes, se dirigía al puerto africano de Accra; La tripulación averió una turbina y tiró el agua potable para que el barco no pudiera cruzar el Atlántico, *Madrid*, 8 fev. 1961; 20. Galvao, pirotécnico, *Arriba*, 8 fev. 1961; 21. El caso del “Santa Maria”, tipificación del delito de piratería internacional, *Ya*, 9 fev. 1961; 22. Quadros vira peligrosamente hacia la órbita soviética; El nuevo presidente desea establecer relaciones con Rusia, China y países satélites, *Arriba*, 9 fev. 1961; 23. Galvao y sus piratas, incomunicados en un campo militar brasileño; La policía lisboeta abre una investigación sobre los hechos criminales relacionados con el Santa Maria, *Madrid*, 10 fev. 1961; 24. Punto final a Galvao, *Arriba*, 11 fev. 1961; 25. La ley del mar, a pique, *SP*, 15 fev. 1961; 26. Galvao quiere hacer ahora piratería con un barco de guerra – Cuenta sus planes en amplias declaraciones en la prensa brasileña, *Ya*, 26 fev. 1961; 27. Los amotinados de Galvao continúan su propaganda por radio y televisión en Brasil; Pero el resultado de la aventura del “Santa Maria” ha sido absolutamente negativo, *Arriba*, 1 mar. 1961; 28. Los rojos portugueses se quitan el antifaz – “La operación del ‘Santa Maria’ fue un gran paso en nuestra lucha revolucionaria”, dice un manifiesto del PC; El

solapamento da direção de Velo e do peso dos espanhóis no DRIL nas notícias publicadas na imprensa de Madri dos seis primeiros meses de 1961 é um artigo de Manuel Augusto García Viñolas, publicado em *Arriba*, o 1 de março de 1961, com o título Los amotinados de Galvao continúan su propaganda por radio y televisión en Brasil; pero el resultado de la aventura del “Santa Maria” ha sido absolutamente negativo. Foi assinado por García Viñolas na cidade do Rio de Janeiro, onde ele residia como adido cultural da Embaixada da Espanha.

Viñolas relaciona o seqüestro só com a oposição portuguesa anti-salazarista, embora mencione a presença, entre os comandos, de alguns anarquistas espanhóis e compraz-se da rejeição de Delgado e de Galvão entre os imigrantes portugueses no Brasil. Essa interpretação impôs-se na Espanha. É claro que, no caso de García Viñolas, assim como no dos correspondentes no Brasil da imprensa espanhola – Javier M. de Padilla, do jornal *Madrid*, Carmen Ester, de *Pueblo* – a mistificação não pôde se dever ao desconhecimento dos fatos, e sim à estratégia de apagamento da liderança espanhola no DRIL e, conseqüentemente, de uma operação contra o regime franquista. Eis dois parágrafos do artigo de García Viñolas em que é notória essa bem-sucedida maquinação:

comunismo trata de simultanear su ofensiva en Portugal y España, *Arriba*, 12 mar. 1961; 29. A los comunistas españoles les irrita el progreso de su patria [sobre a estadia dos comandos do DRIL na chácara da polícia em Campinas-SP], *Arriba*, 2 abr. 1961; 30. Las conversaciones entre Oliveira Salazar y Arinos se desarrollaron en un ambiente de gravedad; Durante su estancia en la capital, el ministro de Relaciones Exteriores brasileño recibió a personalidades de la oposición portuguesa, *ABC*, 11 abr. 1961; 31. Homenaje en Brasil [Universidade do Brasil, Rio de Janeiro] al director del Instituto de Cultura Hispánica [Blas Piñar], *Ya*, 14 abr. 1961; 32. Norteamérica niega a Galvao la entrada en el país; El forajido estaba invitado a la celebración del día de la libertad africana, *Arriba*, 16 abr. 1961; 33. El presidente Quadros considera necesarias las relaciones comerciales hispano-brasileñas. Manifestaciones del señor Ullastres en Brasilia, *ABC*, 20 mai de 1961; 34. El presidente brasileño recibió ayer en audiencia especial al señor Ullastres – El presidente Quadros ofreció intensa colaboración, especialmente industrial; En Río han dado comienzo las conversaciones técnicas y financieras, *Arriba*, 20 mai. 1961; 35. Ullastres, recibido por Quadros en audiencia especial; Decidieron intensificar el intercambio comercial hispano-brasileño; El presidente brasileño se interesó también por nuestras universidades laborales, *Ya*, 20 mai. 1961; 36. La oposición portuguesa, escindida y anárquica. El dirigente rojo Queiroga rompe con Delgado y Galvao, a los que acusa de “ladrones”. Se apoderaron de gran parte de los fondos que los “tontos útiles” de todo el mundo dieron para financiar el acto de piratería; Galvao, Sotomayor y Junqueira, expulsados del DRIL, *Arriba*, 26 jul. 1961; 37. El “democrático” derecho de asilo. Los actos subversivos contra Portugal, organizados por asilados en Brasil – uno de los asaltantes al cuartel portugués de Beja estaba “teóricamente” en Sao Paulo. Amparado en su exilio, Galvao instruye terroristas para enviarlos contra su país, *Arriba*, 14 jan. 1962; 38. Brasil investiga las andanzas de Humberto delgado, revolucionario portugués – Este general se vanagloria de haber organizado los principales y más sangrientos actos subversivos contra su propio país, *Arriba*, 31 jan. 1962; 39. Manifiesto de Galvao y sus secuaces en Río de Janeiro – Lo titulan “Plaforma para la segunda República portuguesa” y es un tratado de adhesión al “neutralismo”, *Arriba*, 5 ago. 1962; 40. Galvao: “Los comunistas son los únicos responsables del asesinato de Humberto Delgado”; “Le mataron con objeto de hacerse con la jefatura de la oposición portuguesa”, *Arriba*, 8 mai. 1965.

El “Santa María” ha servido como un “test” para conocer la reacción brasileña ante la política portuguesa. Si el propósito del capitán Galvao – a quien acompañaban algunos españoles de inclinación de inclinación anarquista – era provocar un estímulo en clima tan propicio, hace bien en conservar como un gesto, ya estereotipado, esa mirada triste y desfallecida que tanto se deja ver en periódicos y televisiones; porque Galvao es hombre inteligente y tiene plena conciencia de la desolada realidad que su alarde tuvo en Brasil, tierra de refugiados antisalazaristas, tierra de obsesiones democráticas, de voz en grito sensacionalista, de intelectuales propicios.

Es ahora cuando el naufragio del “Santa María” se hace evidente. He dejado pasar los días para que pudieran hacer uso de sus gestos desgarradores todos aquellos que se sintiesen “afectados” en Brasil por el suceso; incluso de aquellos que se mueven más despacio porque necesitan organizarse en lo oscuro. Y la noticia que puedo ofrecerles es esta del resultado negativo que arroja el Brasil en el “test” del caso “Santa María”. Ignoro cuál será la cosecha que puedan obtener “a posteriori” los veintinueve de Galvao a quienes hoy se les traslada a San Pablo para ser ofrecidos a nuevos alardes de publicidad. Pero ya no se trata de navegantes, sino de pescadores en río revuelto. Los diarios de este Río sereno – Río con mayúscula – publican hoy la noticia de que el presidente Salazar se propone someter a plebiscito su permanencia en el Gobierno portugués. No sé si la noticia es cierta, pero el procedimiento es tardío: los portugueses domiciliados en Brasil ya han votado.

Pepe Velo, e seu filho Victor, fixaram em São Paulo a sua residência. Não temos dados suficientes para asseverar que todas as intrigas que derivaram na estagnação e ruptura do DRIL desiludiram Velo em relação à validade da luta revolucionária que o Diretório iniciara, mas os anos brasileiros de Velo caracterizaram-se pela supramencionado retraimento na sua militância combativa³³⁰. Sabemos que, durante a sua década no Brasil, Velo escreveu muitos poemas, quase todos ainda inéditos³³¹. Junto ao também exilado

³³⁰ Xavier Montanyà assinala que a derradeira atividade do DRIL consistiu no deslocamento que o jornalista português Miguel Urbano Rodrigues fez, de São Paulo à Guiné-Conakry, com vistas a tentar estabelecer contatos e firmar apoios para lá estabelecer um frente de combate contra o franquismo e o salazarismo que partiria à luta nas colônias circundantes espanholas: a Guiné Equatorial e Guiné-Bissau/ Cabo Verde: “El DRIL agonitza. El gruix dels seus militants viuen en una casa de camp, la *chácara* de San Vicente, prop de São Paulo, on continuen entrenant-se en secret. Velo, Sotomayor i Miguel Urbano, sense que els portuguesos en siguin informats, planifiquen traslladar-se a les colònies africanes per continuar la lluita. D’acord amb aquesta finalitat Miguel Urbano, amb l’excusa de fer una sèrie de reportatges per al diari *O Estado de São Paulo* va a Guinea-Conakry, ja independent, per fer una prospecció i contactar amb els moviments independentistes, especialment el MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) d’Agostinho Neto i el PAIGCV (Partido Africano da Independência de Guinea i Cabo Verde), que lidera Amílcar Cabral” (Montanyà, 2004: 198-99).

³³¹ Na entrevista concedida por Victor Velo em 21 de maio de 2003, ele comentou-nos que, até então, digitalizara cem poemas de José Velo, dos muitos que seu pai compusera. Um dos primeiros poemas divulgados após a morte de Velo foi *Ser e triunfar*, publicado por Rosalía Paz Noya González no volume *Galicia no ano 79*, com uma nota introdutória da biografia do autor, intitulada *Xosé Velo Mosquera* (Noya, 1980: 173-75). Antonio Piñeiro, em *Pepe Velo. Pensador, soñador, revolucionario e mestre* (Piñeiro, 2000: 158-59), inseriu o derradeiro poema escrito por Velo – *Esperanza* –, ao igual que logo fez Margarita Ledo

Bartolomé González Lorente³³², fundou em 1964 a livraria Nós, da qual surgiria em 1966 a editora Galiza Ceibe, em que se publicou em português do Brasil uma antologia de poemas de Rosalia de Castro³³³. Afastado da luta armada, Velo age em São Paulo como militante galeguista, mas age sem o respaldo de massas de espanhóis residentes nesse estado. Não havia na cidade de São Paulo uma *intelligentsia* formada por intelectuais espanhóis exilados. De fato, eram Velo e os comandos do DRIL os únicos asilados da Espanha. Além disso, na única associação progressista e republicana de imigrantes espanhóis na cidade – o Centro Gallego-Centro Democrático Espanhol – nem houvera nem havia um grupo galeguista. Embora nela alguns associados declarassem-se anarquistas, o principal grupo, quantitativa e qualitativamente, de imigrantes engajados estava adscrito ao PCE, um partido cuja interpretação da filosofia marxista Velo não compartilhava, pois Velo não era comunista³³⁴. Assim, e devido à sua produção poética e aos seus ensaios terem

Andión, no n. 162 de *Grial* (abr./ jun. 2004), sob o título Bitácoras do DRIL (Carta de Xosé Velo a Xosé Fernández, Comandante Soutomaior; Duas cartas de Humberto Delgado; “Espranza”, poema de Xosé Velo).

³³² Bartolomé González Lorente nasceu em Almeria (1919), mas, muito jovem, assentou-se em Madri. Na sua juventude afiliou-se à UGT, participando na Guerra Civil na aeronáutica republicana. Foi o primeiro prefeito socialista de Móstoles (eleito em 1979 e reeleito em 1983) e foi deputado da Assembléia de Madri na primeira legislatura. Na década de 1960 exilara-se, junto à sua família, no Brasil. Em finais dessa década partiu para a França, deixando a Velo a sua parte da Livraria Nós.

³³³ Antonio Piñeiro (2000: 168) faz uma cronologia, que a seguir reproduzimos, sobre as atividades de Velo no seu exílio em São Paulo: “1962. Na compañía de Víctor, que también participara no secuestro, traslada a sua residencia a São Paulo; 1964. Abre en São Paulo a librería Nós, na compañía doutro exiliado político español, Bartolomé González Llorente; 1966. A librería evoluciona cara a unha editorial que levaría o mesmo nome e que é identificada ademais co epígrafe ‘Publicacións Galicia Ceibe’, na que pretende editar toda a obra literaria realizada ó longo de tantos anos de loita e coa que tan só publica unha traducción ó brasileiro dunha escolla dos versos de Rosalía de Castro, feita pola escritora daquel país, Eclea Bosi. Obras como *Muera España. Viva Hespaña* ou *A rebelión dos sinaís*, ademais dunha ampla e moi fructífera obra poética solta, quedarían finalmente inéditas; 1968. Colabora en distintas revistas literarias da colectividade espanhola no Brasil e reafirma unha etapa de reconto, na que non esquece incluso algúns contactos con grupos aínda operativos da resistencia antifranquista; 1971. Funda e dirixe a revista literaria *Paraíso 7 días*, da que tan só saíron publicados cinco exemplares mensuais. No mes de outubro, ferido xa de morte por un cancro pulmonar, escribe o derradeiro poema ‘Espranza’. 1972. O 31 de xaneiro falece no hospital Oswaldo Cruz de São Paulo, sendo soterrado ó día seguinte baixo a bandeira galega, no camposanto de Morumbi daquela cidade brasileira”. Ora, não é possível concordar com algumas dessas enunciações. Assim, não é certo que Velo tenha publicado “en distintas revistas literarias da colectividade espanhola no Brasil”, pois essa coletividade nunca fundou, em todo o séc. XX, um periódico desse gênero. A exceção será a efêmera revista de Velo, a qual, por sua vez, não era uma empresa de um coletivo espanhol, senão um empreendimento particular de Velo, encerrado ao se agravar a sua doença. Também não se pode aceitar a asseveração de que Velo mantivesse “algúns contactos con grupos aínda operativos da resistencia antifranquista”, pois, em todo o Brasil, a partir da década de 1950, o único grupo *antifranquista* foi o paulistano Centro Galego-Centro Democrático espanhol, vinculado ao PCE e com escassa presença de galegos, estes reunidos, na cidade de São Paulo, no *apolítico* Casa de Galicia-Hogar Español.

³³⁴ Victor Velo salienta, na entrevista concedida em 21 de maio de 2003, que, nos meses seguintes à entrega do Santa Maria à Armada do Brasil, as mais insidiosas desqualificações contra o DRIL partiram do PCE, cujo

permanecido no anonimato³³⁵, a ação de Velo de maior repercussão foi a publicação, em 1966, do já mencionado livro intitulado *Poesias*, de Rosalia de Castro, tanto, obviamente, pela facilitação que supôs para a aquisição, por parte dos leitores brasileiros, de um livro com a obra da poetisa, quanto pela fortuna crítica que gerou, pois fez surgir resenhas e valorizações em que, além de à poesia de Rosalia e à qualidade da tradução, se aludia à cultura da Galiza³³⁶.

secretário geral – Santiago Carrillo – chegou a acusar o diretório de fazer parte das tramas dos serviços secretos franquistas para inviabilizar a política de reconciliação nacional que propugnava o partido.

³³⁵ Durante a longa entrevista que, em São Paulo, em 21 de maio de 2003, nos concedeu Victor Velo, ele mostrou-nos o *corpus* dos ensaios políticos e da produção literária de Pepe Velo. Trata-se de dezenas de poemas e de dezenas de discursos, manifestos e reflexões sobre a política da Espanha e sobre a identidade da Galiza. Victor Velo deu-nos uma cópia de um desses discursos, ainda inédito, do qual, a seguir, reproduzimos o seu início e o final. Está datado por Xosé Velo em 1962. Intitula-se *Exhortación*, ocupa três laudas, e está redigido em castelhano. Eis o texto: “Hay una tierra, perdida allá en un finisterre del mundo, en el noroeste de la península ibérica, que va muriéndose en vida por no acordar de vez con la necesidad que tiene de salvarse. La Galicia de formas suaves y entrañas de granito, emergida desde el hondón de los siglos, laboriosa, pacífica y eterna en la saudade. Madrugadora a las gestas que los apetitos de las castas imponen a los pueblos para redimirse, nuestra patria irredenta. La que brava y heroica se suicida en Monte Medulio para que el último general romano del asedio, glorificando al imperio, mereciese el sobrenombre de “el galaico”. La que pare a Viriato guerrillero, último héroe frente al cartaginés y ha de dar la primera víctima del poder temporal de los pontífices, decapitando a Prisciliano en Tréveris. La que daría un emperador a Roma, un papa a la cristiandad y el primer historiador al mundo. En ella encontraréis el recanto que ha de servir la estrategia carolingia, haciendo volar la buena nueva de la invención del cuerpo del apóstol y florecer en “urbe et orbi” la rosa jacobea de Compostela. [...] Qué fue de los Gallegos...? Preguntádselo a todos esos siglos que van, como en puño, en las palabras que ahí os dejo, clamorosas y humildes, desilusionado de todo cuánto ha sido inútilmente grande. Esa es la historia abarrotada de muertos, a empellones, para qué?... La que nos dieron inexorablemente, imperio tras imperio, las gulas invasoras en la farsa de España “españolera” para Franco. Pero, si esa es la historia, hermanos todos, esta es la vida que hemos de sembrar para otra historia... Para aquella que ha de servir al hombre, y que, por eso, somos quien para anunciarla a grito limpio... Galicia mártir, generosa matriz, “madre gallega”, cansada de parir, es aun virgen para la viva libertad que nos espera. Compostela civil en uso pleno de todas sus facultades, soberana con todas sus hermanas sometidas, ha de levantarse en sus arados y en sus proas para inventar nuestra España cualquier día. ¡Os tempos son chegados!”.

³³⁶ O livro *Poesias* é uma brochura de 124 páginas com 31 poemas de Rosalia traduzidos. Na p. 3, junto à indicação da editora [Editora Nós] e a uma pequenina reprodução da bandeira galega, está a especificação “Publicações Galicia Ceibe”, a qual, na capa do verso, em que consta um fragmento de um parecer de Jacinto do Prado Coelho sobre Rosalia, tem mudada a palavra “Galicia” por “Galiza” [“Publicações Galiza Ceibe”]. Na p. 3 assinala-se que Ecléa Bosi é a responsável pela “tradução do galego e do espanhol”, quem dedica a tradução “em memória de Cecília Meirelles, música ausente” (p. 5) e, na p. 4, informa-se que Rita Rosenmayer se encarregara da “capa e ilustrações”. Há dois prólogos. Um, sem datar, é de Guilherme de Almeida, e intitula-se Galiza, pátria da canção; o outro é de Ecléa Bosi, datado em São Paulo, “março de 1965 – março de 1966”, e intitula-se Duas palavras sobre Rosalia. Na entrevista que nos concedeu Victor Velo, em 21 de maio de 2003, ele informou-nos que a inserção do texto de Guilherme de Almeida fora consequência da proibição, por parte de Alfredo Bosi, de que constasse um texto de Velo junto à tradução da sua esposa. Isto é, Ecléa Bosi podia publicar a sua tradução de poemas de Rosalia na editora de Velo com a condição de que, no livro, não aparecesse um discurso de Velo nem ficasse patente a vinculação da Editora Nós com Velo. Esse potencial discurso era considerado por Alfredo Bosi, já *a priori*, como politicamente incorreto e susceptível de causar prejuízo à carreira de sua esposa. No texto Galiza, pátria da canção, Guilherme de Almeida diz que “Em fins de março de 1933 estava eu, extasiadamente, em terras de Espanha. Era a ‘Semana Portuguesa de Vigo’. Como as águas doces do Minho, que deslizam entre terras lusas e terras espanholas, toda a doce gente

portuguesa – e eu com ela – correu para a doce gente galega”. Guilherme de Almeida não esclarece o motivo da sua estadia em Portugal naquele ano, mas ela deveria-se à sua prudente partida para um exílio de oito meses após ter participado, como soldado, no levante paulista de 1932, do qual regressaria, a São Paulo, em 1º de agosto de 1933. Os dias passados na Galiza – Vigo, Compostela, A Corunha – fizeram com que ele descobrisse os alicerces culturais – alto-medievais – de Portugal e, logo, do Brasil. Diz Almeida que, em Vigo, “eu vi e compreendi a irmanação, a identificação total e imediata dos dois povos. E eu também entrei logo, e logo me dissolvi no cadinho onde os dois sangues afins se fundiam. Tudo era de um e de outro ao mesmo tempo. O tipo físico, os costumes, a língua, cruzavam-se subterraneamente, como as raízes, para vir à superficialidade do solo, como os troncos, e separar-se aparentemente, no céu, como os galhos, as folhas, as flores, os frutos. Uma palavra, então, apareceu, luminosíssima, em todos os periódicos, em todos os cartazes, em todos os lábios, que me aclarou tudo: ‘troncalidá’ [...]. Que mágica palavra! Aquilo, ali, a Galiza, era a ‘troncalidá’; a pátria primeira da minha raça; e, ainda mais, da minha língua; e, mais ainda, da minha canção. Lembro-me bem... Quando, num hotel de Vigo – e um hotel que, providencialmente para mim, ficava perto da rua de Curros Henriques –, sobre um primeiro cartão-postal, eu escrevi, com a data, o nome ‘Vigo’, a minha pena, toda perdida no vício de rimar, quis, por força, escrever por baixo a palavra ‘amigo’. ‘Vigo’ – rima que ficou para todo ‘cantar-de-amigo’” (*Poesias*, 1966: 8-9). A edição de 1966 encerra-se com uma “Homenagem da Editora” a Rosalia. Essa homenagem realiza-se com a publicação da tradução de dois poemas dedicados a Rosalia: Canção de ninar para Rosalia de Castro, morta (de Federico García Lorca) e Para Rosalia (de Curros Enríquez). Ambos são reproduzidos na edição de 1987, sob a epígrafe Dois poemas para Rosalia. Nessa reedição, os dois poemas são introduzidos e criticados por Ecléa Bosi. O texto de Almeida foi retirado nessa reedição, publicada também em São Paulo, mas pela Brasiliense, na qual o título de 1966 [*Poesias*] aparece em singular: *Poesia*, e Ecléa Bosi consta não como a responsável pela tradução, senão como a responsável pela “seleção e versão do galego e do espanhol”. Porém, o texto biobibliográfico sobre Rosalia de Castro redigido por Ecléa aparece revisado e ampliado, embora mantenha o mesmo título: Duas palavras sobre Rosalia. De fato, Ecléa Bossi data-o, em São Paulo, em março de 1966 – dezembro de 1986. Desta vez, ela dividiu em seções o texto Duas palavras sobre Rosalia. Essas seções são: A terra e seus cantares; Como era Rosalia?; Folhas Novas e Últimos anos: *En las orillas del Sar*. Ecléa Bosi não esclarece a razão de se retirar o texto de Almeida. Em uma breve nota, intitulada Sobre a primeira edição de 1966, simplesmente declara: “A primeira edição desta obra suscitou artigos, capítulos de livros e cartas de escritores brasileiros, portugueses e galegos. Escolhemos apenas alguns trechos dessa fortuna crítica, para lembrar e agradecer. – Agradecer ao primeiro editor, José Velo, revolucionário humanista de velha cepa, cuja figura alta e magra lhe valera o apelido de Dom Quixote da Galiza. Na sua simpática Livraria Nós, em São Paulo, difundia a cultura galega. – Agradecer de novo à pintora Rita Rosenmayer, que ilustrou a primeira edição [a capa e as ilustrações da segunda edição são de Lila Figueiredo]” (poesia, 1986: 29). O mineiro Andityas Soares de Moura foi o responsável, em 2003, pela edição anotada, bilíngüe, de uma antologia poética de Rosalia de Castro. Essa antologia, intitulada *A rosa dos claustros* (Moura, 2003), foi publicada pela belo-horizontina Crisálida, com orelhas de Xosé Lois García. Andityas Soares de Moura não ignora que, em 1987, a paulistana editora brasiliense lançara uma outra antologia de poemas de Rosalia de Castro selecionados e traduzidos por Ecléa Bosi. Todavia, Andityas Soares de Moura acredita que há uma grande diferença, e um mérito, na antologia organizada por ele devidos ao seu caráter bilíngüe. Por sua vez, Xosé Lois García fora o responsável de uma *Antologia da poesia brasileira* (2001), também bilíngüe (português/ espanhol), centrada em novos valores do verso brasileiro na segunda metade do séc. XX. Nela há dois poemas que contêm elementos repertoriais galegos, um da paulistana Renata Pallottini (*Antologia da poesia brasileira*, 2001: 156), intitulado Bota-fumeiro, e um de Luciano Maia (*Antologia da poesia brasileira*, 2001: 394), intitulado Soneto de adeuses na Galícia. Não dispomos de dados que nos permitam saber como se iniciou a recepção da obra de Rosalia de Castro entre os leitores brasileiros, embora fossem usuais as alusões a Rosalia e à sua obra nas publicações periódicas das associações de imigrantes desde o início do séc. XX. A primeira constatação que pudemos fazer da existência de um brasileiro que conhecesse a poesia de Rosalia é casual. Trata-se de uma dedicatória que Geraldo Ferraz escreveu para a sua esposa Patricia Galvão – a Pagu – no livro com que a presenteou. Deduz-se que Geraldo Ferraz conhecia a poesia do livro com que regalou à sua senhora. Esse livro é a *Obra poética* de Rosalia de Castro, impresso em Buenos Aires, pela Espasa Calpe, em 1942. Na dedicatória Ferraz escreveu: “Para a Pat: ...não sei se há alguma língua, no mundo, mais adequada à poesia. São Pedras e Areias e Brisas, reunidas ao balbuciar das crianças. A 1 de julho, 1942”.

Uma seleção – oito trechos – da fortuna crítica de *Poesias* foi inserida por Ecléa Bosi na segunda edição do produto, em 1987. Acontece que se trata ou de recortes da correspondência recebida por Ecléa Bosi em que é louvado o seu labor de tradutora ou de fragmentos de resenhas e artigos em que se frisa a qualidade da tradução³³⁷. Desconhecemos os pareceres que pôde ter recebido Velo pela primeira publicação da sua editora. Na seleção da fortuna crítica feita por Bosi não se menciona Velo. Também não consta nenhuma nota emitida por alguma das associações espanholas do Brasil. No fragmento da carta que lhe remeteram da revista *Grial* que selecionou e reproduziu Ecléa Bosi, não se alude nem a Velo nem à Editora Nós³³⁸. Eis esse fragmento:

Certamente a homenagem que a sra. Fez a Rosalía e a esta velha terra das origens constitui para nós motivo de funda emotividade. Agradecemos-lhe cordialmente o feito, tão simpático, que permitirá aos brasileiros conhecer a obra poética de um dos nossos poetas mais representativos. (Da revista de cultura galega *Grial* Editorial Galaxia, em *Carta* datada de Vigo, 4.2.1967) (Castro, 1987: 31).

O austríaco, naturalizado brasileiro, Otto Maria Carpeaux (Viena, 1900-Rio de Janeiro, 1978) é, provavelmente, o autor do parecer mais amplo e profundo dos motivados pelo lançamento, em 1966, de *Poesias*. De fato, o artigo publicado por ele no Suplemento Literário de *O Estado de São Paulo* em 1 de abril de 1967 [Rosalía de Castro: Ecce poeta], além de abrir a seleção de trechos da fortuna crítica de *Poesias* feitas por Ecléa Bosi, foi escolhido pela tradutora, já falecido Carpeaux, para as orelhas da *segunda edição*, isto é, para o volume *Poesia* de 1987. Tal adoção faz crer que o artigo com a crítica de Carpeaux deve ter sido considerado por Ecléa Bosi como sumamente acertado e adequado. Supõe-se que Carpeaux só conheceu a tradução de Bosi após o lançamento em 1966. No entanto, ele demonstrou ter um conhecimento prévio da poesia de Rosalia de Castro, não em vão ele

³³⁷ Trata-se (Castro, 1987: 29-32), por um lado, de fragmentos das cartas enviadas a Ecléa, entre janeiro e fevereiro de 1967, no ensejo da recepção da tradução, por Jacinto do Prado Coelho, Rodrigues Lapa, revista *Grial* [sem especificação de remetente] e Heitor Grillo [viúvo de Cecília Meirelles], e, por outro, de dois trechos de artigos publicados na imprensa brasileira a respeito do lançamento. Um deles é de Otto Maria Carpeaux (Rosalía de Castro: Ecce poeta; *O Estado de São Paulo*, 1.4.1967); o outro é de Helena Silveira ([sem indicação de título]; *Folha de São Paulo*, 16.10.1966). Há também uma resenha de Nogueira Moutinho sobre a trajetória de Ecléa em que se destaca o labor dela como tradutora de Rosalia.

³³⁸ As críticas de José Velo ao Partido Galeguista começaram, na sua juventude, sendo dirigente das *Mocedades*. Victor Velo [entrevista; 21.05.03] destaca que seu pai ficara fundamente defraudado quando Otero Pedrayo declinar o convite que, por volta de 1956, lhe dirigiram do Lar Gallego de Caracas para que ministrasse nessa associação uma palestra no ensejo da sua visita a Venezuela. Otero Pedrayo, porém, aceitara comparecer na Hermandad Gallega, a associação rival, marcadamente franquista. Victor Velo frisa que foram Curros Enríquez e Castelao os constantes referentes ideológicos de seu pai e que a grande mágoa dele era a ausência de líderes, na Galiza sob a ditadura, que renovassem e impulsionassem a resistência política ativa do galeguismo.

analisara as cantigas medievais em galego na sua *História da Literatura Ocidental* (Carpeaux, [1947] 1989). Otto Maria Carpeaux louva a decisão de publicar uma seleção de poemas de Rosalia e louva também a qualidade da tradução. Mas, sobretudo, refere-se às erradas representações sobre os galegos e sobre a cultura galega que, na altura, havia no Brasil. Nesse sentido, ele, por um lado, expõe que a desvalorização, no Brasil, de tudo o que possa ser qualificado como galego deve-se às imagens negativas associadas aos imigrantes galegos e, por outro, assinala que a estadia na Galiza não provoca nos turistas a revalorização dos traços diferenciais imanentes a esse país. Eis esse texto:

Ecléa Bosi presta pela tradução (e é excelente tradução) das poesias de Rosalía de Castro mais um serviço para a ampliação dos nossos horizontes literários. Conquista, ou antes, reconquista de território que deveria ser nosso. Revalorização da velha terra de Galícia e do seu maior poeta, que foi precisamente aquela poetisa.

‘Galego’ é, no Brasil, uma expressão freqüentemente usada para insultar determinados imigrantes. As mais das vezes, o ‘galego’ assim insultado não é mesmo galego, mas um português pobre. Os próprios galegos também são, porém, bastante numerosos no Brasil; e também são pobres. São, principalmente, garçons ou estivadores, gente humilde e ofendida. Quem os insulta só pode alegar a circunstância atenuante de que não sabe o que faz. A Galícia é a terra da mais antiga civilização neolatina na península ibérica. Os galegos já eram nação civilizada, produzindo uma literatura, uma poesia altamente categorizada, quando os antepassados dos espanhóis e portugueses de hoje ainda eram bárbaros pouco letrados. Os especialistas da poesia ibérica antiga, como entre nós um Celso Cunha, bem sabem disso.

Os outros, o grande público, talvez despreze uma língua que lhe parece estranha e meio cômica: como um português estropiado, escrito com ortografia castelhana. Não há fim das injustiças. Nem ficam comovidos os turistas que admiram esteticamente o centro espiritual da Galícia: a arquivelha catedral românico-gótica de Santiago de Compostela com sua avassaladora fachada barroca, o “Obradoiro de Casas y Nevoa”. Admiram e logo os afugenta a chuva miúda que parece cair permanentemente nas velhas ruas estreitas e na paisagem em redor da cidade – “Como chove miudiño...”, diz um verso da poetisa – nem chegam a perceber a melancolia romântica dos “airiños, airiños aires, – airiños de minha terra”, que Ecléa Bosi tão bem traduziu. (...)

Aqui (e lá) o “galego” continua ofendido e humilhado e não acredito que o público brasileiro chegue jamais a ler e apreciar os versos de Rosalía de Castro no original. Mas temos agora a tradução para o português. Esta deve e tem de ser lida. E resta-nos agradecer a Ecléa Bosi (Castro, 1987: orelhas).

Na entrevista que nos concedeu Victor Velo nos dias 21 e 22 de maio de 2003, ele comentou-nos que foi Ecléa Bosi quem lhe propusera a Pepe Velo a publicação da antologia dos poemas de Rosalia, cuja tradução ela já a teria pronta antes de se dirigir a

Pepe Velo. Isto é, a sugestão da publicação partira de Ecléa Bosi, quem, no entanto, lhe acabou solicitando a Pepe Velo que não fosse ele quem assinasse o prólogo.

Perguntamos a Victor Velo quais ele cria que eram os motivos que explicariam a aculturação e assimilação dos galegos de São Paulo. Ele salientou que um dos motivos básicos para a reivindicação da causa nacionalista galega – a língua – não se podia explorar no Brasil, ao não ser crível a desvinculação, da lusofonia, do galego. Além disso, ele disse-nos que, ao ele se assentar na cidade de São Paulo e conhecer os imigrantes galegos residentes na cidade, teve a impressão de que eles tinham uma formação cultural inferior em comparação com os galegos com os que ele convivera em Caracas.

Victor Velo não frequentou nenhuma das associações de imigrantes espanhóis em São Paulo; Pepe Velo, a partir de 1962, também não. Pepe Velo concentrou, sobretudo, a sua militância em prol do galeguismo na sua produção ensaística e poética. Seu filho frisa que Pepe Velo não abdicou nem dos seus ideais nem dos seus objetivos políticos, mas o certo é que a livraria Nós, que Velo fundou com um não-galego [González Lorente], se converteu, em plena ditadura brasileira, em um ponto de encontro de democratas intelectuais brasileiros e não em um espaço agregador de galegos. Por sua vez, o periódico *Paraíso – 7 dias* estava destinado ao bairro Paraíso e não à coletividade de galegos imigrantes; além disso, a apresentação do livro *Poesias* denota que se pensara que ele seria consumido por leitores brasileiros.

A meados da década de 1960, Pepe Velo comprou uma chácara no município mineiro de Extrema, no centro da Serra da Mantiqueira, no linde de Minas com o Estado de São Paulo, e lá, na companhia de sua esposa Jovita, começou a passar longas temporadas, desfrutando de uma paisagem que lhe lembrava à Galiza e, ciente da sua doença, escrevendo com constância e veemência. Victor Velo ressaltou que Pepe Velo sentia mágoa e reagia com especial repulsão perante o que percebia como o “nacionalismo envergonhado” e como a falta de auto-estima dos galegos. Isso transmitia a Velo a sensação de que Franco tinha vencido definitivamente. A produção inédita de Velo, se publicada, deixará patente a sua convicção no caráter nacional da Galiza e mostrará o intelectual e revolucionário que, em palavras de seu filho, foi, em São Paulo, “um animal que vivia a Galiza 24 horas”. Assim também o expressou o jornalista português Miguel Urbano

Rodrigues no *Réquiem por um revolucionário* que dedicou, em 1972, ao Velo falecido³³⁹. Contudo, em São Paulo, as posições de Velo não suscitaram empatia com os seus patrícios imigrantes. Acreditamos que ele também não cria que essa empatia pudesse acontecer.

IV. 3. 9. A aculturação dos galegos no Estado de São Paulo

O labor dos professores pioneiros espanhóis de língua e literatura espanhola da Universidade de São Paulo gerou quadros de hispanistas paulistas, com estrutura estável e hierarquizados, os quais, no início do séc. XXI, são provavelmente os principais consumidores e divulgadores, no estado, de informações relativas ao campo cultural espanhol. Esse labor iniciou-o na USP o último cônsul da II República espanhola no Rio de Janeiro, Luis Amador Sánchez, logo da sua exoneração no cargo e da sua mudança de cidade. Contudo trata-se de um labor profissional que não almeja receber a sua canonização desde a colônia espanhola paulista, senão desde os meios acadêmicos e desde o campo da cultura do Brasil.

As investigações sobre a sociedade nas capitâneas de São Paulo e de São Vicente, e sobre as bandeiras, revelaram a presença de, pelo menos, uma dezena de colonos espanhóis no período. Nessas pesquisas ressalta-se que, encerrada a União Ibérica, os espanhóis assentados no Sudeste brasileiro integraram-se na região e foram leais à dinastia dos Bragança. Publicaram-se estudos que mostram a intervenção de imigrantes espanhóis nas articulações anarquistas paulistas nas duas primeiras décadas do séc. XX, e, nas universidades públicas do estado, desenvolveram-se pesquisas sobre a repercussão, no país, da Guerra Civil espanhola. Há também uma bibliografia, composta, sobretudo, por trabalhos acadêmicos de pós-graduação, sobre a inserção na sociedade paulista de imigrantes espanhóis. No entanto, tem sido escassa a produção cultural desses imigrantes e foi nula a produção cultural, por parte deles, distintivamente galega.

As associações dos imigrantes espanhóis, e dos galegos em particular, como foi acima assinalado, não puderam realizar um continuado plano cultural, mantendo-se só, com a exceção do Centro Democrático Espanhol, como espaços para a socialização e o lazer. A maioria delas, além do mais, teve uma existência efêmera; todas elas foram submetidas a

³³⁹ O *Réquiem por um revolucionário*, publicado em diversos periódicos em 1971, foi-nos lido por Victor Velo na supramencionada entrevista. Foi reproduzido na íntegra por Antonio Piñeiro em *Pepe Velo. Pensador, soñador, revolucionario e mestre* (Piñeiro, 2000: 161-64).

estrito controle pela administração brasileira a partir da década de 1930, havendo-se transformado em sociedades mistas – “hispano-brasileiras” – e tendo que evitar ou, quando menos, dissimular, o envolvimento explícito com causas políticas. É pequeno o *corpus* de obras de temática auto-referencial – memórias, poesia – produzidas por espanhóis residentes no Estado de São Paulo, imigrantes ou não-imigrantes, e nenhum dos seus periódicos pôde contornar as restrições estabelecidas durante o Estado Novo à circulação da imprensa estrangeira.

Não temos fundamentos para acreditar que os galegos, e que todos os espanhóis em geral, residentes no Estado de São Paulo, se abasileiraram – *apaulistanaram* – como consequência de uma reação natural no novo meio social ou como consequência de uma predeterminada estratégia de adaptação visando o reconhecimento dos nativos e o sucesso profissional e econômico. Contudo, sim é possível inferir, perante as informações apresentadas neste capítulo, que os imigrantes galegos e os espanhóis, na sua maioria, não perceberam a necessidade de se congregarem em associações próprias – de estrangeiros – desde as quais produzirem e projetarem atividades ou obras com traços étnicos distintivos frente aos aborígenes e aos estrangeiros de outras nacionalidades. Os imigrantes puderam-se estabelecer no estado como trabalhadores forâneos. O plano das autoridades brasileiras que demandaram essa mão-de-obra desde a proclamação da República contemplava a plena e definitiva integração dela na sociedade paulista e condenava a segregação dela em *quistos raciais*. Não se favoreceu, portanto, a consolidação de uma *intelligentsia*, entre os imigrantes espanhóis, que se encarregasse de guiar a colônia para que manifestasse, perante os paulistas, a sua distinção identitária nacional.

Percebemos que houve desconexão entre os imigrantes radicados na cidade de São Paulo até a década de 1930 e os chegados a partir da década de 1950; desse modo, não aconteceu a transmissão nem de um legado associativo nem de projetos *coloniais*. Essa desconexão deveu-se à distância geracional e à circunstância político-social do Brasil nas décadas de 1930 e de 1940; esta favorecera a dissolução, no meio social brasileiro, dos trabalhadores estrangeiros.

Não conhecemos um texto em que Pepe Velo expressasse os motivos do seu desligamento da colônia galega na cidade de São Paulo. Todavia, ele não deve ter encontrado *pares* galegos com os quais dar continuidade à sua luta em prol da causa

galeguista; oficialmente, ele e seu filho Victor foram os únicos asilados espanhóis nessa cidade. O Estado de São Paulo não foi escolhido como destino por intelectuais galegos e, nele, também não se formaram, entre os espanhóis residentes, quadros preocupados pela missão galeguista.

IV. 4. Os galegos do Rio de Janeiro

IV. 4. 1. O galego de Juan Valera

Dentre as ponderações feitas por espanhóis, no séc. XIX, a respeito dos imigrantes galegos no Brasil, que foram localizadas durante a realização deste trabalho, as mais antigas remontam a meados desse século e são da autoria de Juan Valera (1824-1905). Na realidade, as observações de Valera centram-se em um só galego, aparentemente afastado do contato com os membros da suposta colônia de espanhóis que, nesse momento, deveria já se ter constituído na, então, capital do Império.

As observações de Valera são consequência da sua estadia na cidade do Rio de Janeiro após haver tomado posse, em dezembro de 1851, como secretário da primeira legação espanhola enviada ao Império do Brasil³⁴⁰. Veiculou-as através das missivas que

³⁴⁰ Juan Valera é autor do ensaio *De la poesía del Brasil*, publicado em 1855 [*A poesia do Brasil* (Valera, 1996)]. Trata-se do primeiro ensaio em que um europeu reconhece a autonomia da literatura brasileira. Esse ensaio foi dedicado, exclusivamente, à poesia brasileira; nele há apreciações comparativas com a produção contemporânea hispano-americana e contém-se uma pequena antologia dos grandes poetas românticos brasileiros. Acreditamos que o segundo ensaio, em língua espanhola, sobre o campo cultural do Brasil é o intitulado *El Brasil intelectual – impresiones literarias* –, publicado em 1900, em Buenos Aires, por Martín García Mérou, o qual se inicia com a seguinte contundente asseveração: “De todas las literaturas sudamericanas, ninguna es tan poco conocida entre nosotros como la del Brasil” (García, 1900: 1). García Mérou observa o processo de formação da literatura brasileira e levanta, e avalia, a crítica composta em relação a esse processo. Com esse objetivo comenta as relações que a literatura brasileira mantivera com outras literaturas e indica quais são os elementos do repertório genuinamente brasileiros, quais são simples reprodução e, logo, “imitação”, e quais são consequência da assimilação e transformação das aportações forâneas. Eis a formulação, feita por García Mérou, sobre as dificuldades que deviam ser enfrentadas para se consolidar, no Brasil, uma literatura que fosse reconhecida como literatura nacional: “El examen de estas cuestiones exigiría largos desenvolvimientos y acabaría por llevarme lejos de la materia de estas páginas. Ante todo sería necesario dilucidar este punto: ¿tenemos realmente una cultura artística propia, algo que pueda llamarse una literatura nacional, o estamos en condiciones de tenerla?... ¿Podemos abrigar la pretensión de haber conseguido lo que es todavía un *desideratum* para naciones que han llegado al grado de desarrollo de los Estados Unidos?... Parece suficiente plantear el problema para resolverlo. Allí como acá, la acción de las mismas causas ha producido resultados análogos, sin contar con resistencias peculiares a nuestro medio y que actúan en él con intensidad perniciosa. Los primitivos colonizadores sudamericanos y sus descendientes, a par de los del norte, no han tenido tiempo para consagrar todavía el cultivo del espíritu. Necesitaban conquistar la naturaleza, antes de admirarla; debían alimentarse y vestirse antes que analizarse a sí mismos. [...] Mientras en Europa los poetas no miraban a la naturaleza sino para señalar el contraste de su permanencia con la inestabilidad de la vida humana, en América es la extensión inmensa de la naturaleza lo que salta a la mente, es la infinitud del espacio, más que la infinitud del tiempo, lo que se pone frente a frente con la transitoria existencia del hombre. [...] La influencia de nuevas gentes, la facilidad del contacto con los pueblos del viejo mundo, las corrientes inmigratorias, que se difunden en todos los ámbitos del país, y que luchan sin tregua por el sometimiento de la naturaleza, son otras tantas causas que en el Brasil concurren para que la acción del medio se debilite, en detrimento de la originalidad individual. Consecuencia de estos hechos, es el espíritu de imitación que estraga la cultura intelectual de aquella nación, como la de la república del Norte” (García, 1900: 4-7). O autor, contudo, prognostica um futuro imediato glorioso para a literatura brasileira, consolidada como literatura nacional, e uma estreita colaboração cultural com a Argentina.

intercambiou com a sua família e com as suas amigadas na Espanha, sobre tudo, com Serafín Estébanez Calderón. Devido ao seu caráter de correspondência privada com os seus interlocutores mais íntimos, essas observações têm um valor objetivo no tocante à transmissão sincera de impressões e reflexões supostamente tiradas da vivência quotidiana. Todavia, em muitas dessas cartas percebe-se um tom sarcástico, fruto da desilusão que lhe causara ter que aceitar, para satisfazer os seus desejos de ascensão profissional, um destino que ele considerou aborrecido e patético, e mal retribuído. Assim lho comunicou a Serafín Estébanez Calderón na primeira carta que lhe dirigira desde o Rio de Janeiro, datada aos 13 de fevereiro de 1852,

Yo mismo pedí que me enviasen aquí de secretario; mas apenas lo conseguí, empecé a sentirlo y a buscar modo de quedarme en Europa. Y como no le hallase sin averiguar mucho en la carrera que sigo, y motivar la cólera paterna, me decidí a visitar estos países. Fui a Málaga y a Granada a despedirme de la familia, volví a Lisboa, y, en el vapor inglés que salió de allí el 16 de noviembre, me embarqué para el Brasil, a cuya capital llegué, dos meses ha, después de un viaje tan feliz como indigno de memoria.

Aquí me fastidio ferozmente, aunque no por eso desconozco la hermosura y portentosa fertilidad de estos campos, y cuán briosa, gigantesca, y rica es la naturaleza en este nuevo continente y por estos climas (*Correspondencia*, 2002: 178).

Os primeiros comentários lavrados por Valera sobre o indivíduo galego que ele conheceu no Rio de Janeiro remontam aos 8 de setembro de 1852, e fazem parte de uma carta destinada a Serafín Estébanez Calderón. Esse galego era um serviçal de José Delavat, o primeiro encarregado de negócios da Espanha no Império do Brasil, após o reconhecimento oficial do Império por parte do Governo da Rainha Isabel II, em 13 de dezembro de 1834. Esse foi o último reconhecimento da independência do Brasil por um país europeu. Durante os anos que Varela permaneceu no Rio de Janeiro, ele, junto a Delavat, foram os únicos diplomatas de carreira que compuseram a legação espanhola. Ambos poderiam ter sido testemunhas das primeiras entradas de imigrantes espanhóis na capital do Império; Valera, no entanto, não trata dessa questão na sua correspondência e, inclusive, na carta enviada a Serafín Estébanez Calderón, datada em 8 de setembro de 1852, além de mostrar um certo grau de displicência sobre a questão migratória, salienta as suas dúvidas a respeito da conveniência da substituição da mão-de-obra escrava pela dos imigrantes,

Entiendo asimismo que hay aquí tres grandes problemas filosófico-sociales que resolver o elucidar y son: 1.º, si los indios podrán trocar por la vida sedentaria de colonos y labriegos la errante y selvática que llevan por esos apartados yermos; 2.º, buscar modo de colonizar con chinos, culís o europeos las ubérrimas soledades de este dilatado Imperio; y por último, impedir que se aumenten los esclavos con otros nuevos que vengan de África, pues los 3.500.000 negros que hay ya, por lo menos, en esta tierra deben poner miedo a los más audaces de los blancos. Y aunque por la grande estupidez de los negros y su mayor ignorancia, pues no hay uno que sepa leer o que tenga idea alguna racional, sería difícil que se conjuraran y alzarán en daño de sus amos, si una vez se llegaran a convenir y levantar, la misma brutalidad y rustiquez de sus costumbres y entendimientos haría más espantosa la venganza y cruel el estrado. [...] A pesar de esta carestía y de cuanto digan los economistas, yo imagino que el trabajo de los esclavos es más barato que el de los hombres libres; ello es que los negros comen mal, andan medio desnudos, y para no gastar, ni zapatos gastan. Ya veremos si trabajan por menos los chinos que emigran a la Australia, a la India y a Cuba. Pero no quiero meterme en honduras, allá se las hayan negros y blancos y chinos, pues lo que a mí verdaderamente me interesa y conviene es que me saquen de aquí cuanto antes, si no quieren verme morir de tristeza, como Ovidio en el Ponto, aunque sea atrevida comparación (*Correspondencia*, 2002: 191-93).

Em uma outra carta endereçada a Serafin Estébanez Calderón, em 8 de abril de 1853, Valera, manifestando as suas ressalvas sobre a presença negra no Rio de Janeiro, comenta a sua desconfiança a respeito das possibilidades da manutenção da escravidão no Brasil e sublinha as dificuldades para a atração de uma colonização alternativa. Supõe-se que Valera se referia à mão-de-obra asiática e européia,

Dicen que hay aquí hay tres millones de esclavos, y que las mujeres andan tan escasas, que apenas a cada diez o doce negros les tocará una mujer. De estas dichosísimas matronas, muchas se enredan con los blancos, sus señores; otras viven desordenadamente, y poquísimas se casan, por no estar la poliandria legalmente establecida. La población negra disminuye, por lo tanto, de continuo; y como la colonización no toma incremento, ni se buscan eficaces arbitrios para que le tome, sospechan muchos y temen que han de faltar brazos para la agricultura, fuente principal de la riqueza del país. Los negros son, por lo común, tan inmorales, rudos y groseros, que darles libertad sería engaño, y conservarlos en provechosa servidumbre tampoco es posible por ahora, sino con duros castigos y continuadas amenazas (*Correspondencia*, 2002: 208-09)

Da correspondência de Valera desprende-se que ele nunca se sentiu à vontade durante o tempo que permaneceu no Brasil. Ele é um diplomata a contragosto que deprecia, com humor e altanaria eurocêntrica, o seu emprazamento. Considera que o meio carioca pode derivar em uma aculturação nefasta para o entendimento e, além do mais, pôr em

risco a saúde do morador forâneo. Assim lho indicou a Serafín Estébanez Calderón em carta de 1 de setembro de 1853,

A D. José nunca he osado preguntarle quién fue su tío, y si le tuvo de campanillas; aunque no le había menester, porque en sus mocedades era muy despierto y bonito. Y él mismo asegura que parecía un brinquillo cuando llegó a está corte, donde el calor y la humedad le pusieron feo, y le enguacharon el entendimiento, que según Heráclito es *splendor siccus, qui ex corpore, ut ex nube fulgur, exilit*. Mucho me atemoriza que el calor y la humedad disminuyan aquí el entendimiento de los europeos; y más aún no dándoles compensación alguna como les dan a los brasileños, a los que se cuenta que les hacen creer desmesuradamente no ya las alforjas, sino el instrumento mismo; por cuya razón no hay aquí europeo que satisfaga a las señoras, y cuyas pertenencias no pasen por una parvedad microscópica (*Correspondencia*, 2002: 253).

As menções ao serviçal galego recebem um tratamento caricatural nas narrações que faz Valera das anedotas que acontecem no lar dos Delavat. Ele não é descrito, explicitamente, como um imigrante, senão como um empregado estrangeiro, burdo e desacreditado, cujas boas intenções provocam com frequência situações hilárias devido à torpeza do seu entendimento. Essas menções podem, porém, ficar revestidas de extrema significação caso se queira outorgar-lhes um valor paradigmático para entender o substrato do preconceito e da desvalorização de tudo o relativo ao termo “galego”, no Rio de Janeiro, desde meados do séc. XIX. As linhas que Valera dedica nas suas cartas à narração dos causos com o criado galego de Delavat redundam na conjectura sobre a existência de maledicência e rejeição a respeito dos galegos antes mesmo de que a sua presença fosse notória na capital do Império do Brasil. Comenta Valera a Estébanez Calderón na supra-indicada carta,

La niña y el niño ponen de continuo toda la casa en conmoción, y dan mucho que sentir a sus señores padres. D. José tuvo el otro día una muy trabada polémica con el criado, el cual se quería ir de la casa y estaba dado a Satanás, porque los niños no hacen sino llamarle gallego. Y es lo bueno que el hombre no puede negar que es de Galicia, y por consiguiente gallego sin excusa ni remedio alguno. Pero llamar aquí gallego a un hombre es la mayor afrenta y vituperio que puede imaginarse y hay muchos que sufren que los llamen ladrones, mulatos, indios bravos e hijos de puta, y en llegando a lo de gallego vienen a las manos. Y ahí la de Dios es Cristo, por ser la peor palabra y la más ofensiva. Así es que nuestro gallego estaba desesperado, y aún lo estuviera, si D. José, que es un santo, no le hubiese aquietado el ánimo, explicándole que las injurias de los niños no ofenden, con otras varias razones tan luminosas, como cristianas (*Correspondencia*, 2002: 253).

O distanciamento de Valera do anônimo criado galego recobre-se de nuances de classismo. Entre Valera e o galego, segundo a correspondência em questão, em nenhum momento se teceu uma relação de paridade ou cumplicidade amparada na comunhão, como patrícios, de experiências em um país estrangeiro. Para Valera, não há traços semelhantes entre o seu *habitus* e o do criado. De fato, embora o galego conviva com os espanhóis Valera e Delavat, a prestação de serviços domésticos para a qual foi contratado faz com que os seus parceiros na labuta não sejam esses dois espanhóis senão os empregados negros de Delavat, escravos ou alforriados. Estes, de todas as formas, ainda que desempenhem funções semelhantes às do galego e ocupem uma posição social ínfima, mofam-se dele. Assim, ele é apresentado por Valera, em uma outra carta dirigida a Estévanez Calderón, como um capataz desrespeitado por senhores e escravos. Lê-se em cata datada em 1 de setembro de 1953,

Entretanto la señora de Delavat anda muy desconsolada y afligida por los males de su esposo, y por la ceguera del hijo, que no acaba de distinguir los sexos, siendo aquí tan fácil distinguirlos. Así es que la buena señora procura olvidarse de lo presente, y vivir en lo pasado, esto es, en el siglo de Luis XIV, que se le sabe de coro. Y aunque esté ella confeccionando un quitute (guiso brasileño), o remendando unos calzoncillos, no aparta su pensamiento un instante del Hotel Rambouillet, y cuyas tertulianas conoce como si las hubiera parido; y se duele de las desgracias de la Longueville, y se admira de las travesuras, discreciones y atrevimientos del abate Gondi, y cita a cada paso las cartas más *preciosas* de Mme. De Sévigné. Y D. José, mientras, se atraca ferozmente, y tiene cólicos estupendos; y el bardo toca la guitarra; y el negro, hijo de rey, apesta si está de mal talante, y aun si no lo está; y los otros esclavos alborotan, y disputan, y se burlan del criado gallego; y este se aflige y llora, y les da de palos mientras llora; y eructa, y para disimular el eructo, le pone por apéndice un suspiro. D. José llama a su criado a veces Ambrosio Lamela, y otras Pedro Urdemalas, y cuando le oye suspirar, se encara con el eructo vergonzante y trasconeado, y cometiéndolo una prosopopeya inaudita, exclama: “Suéltale, que no es tuyo”, el suspiro, se entiende. (*Correspondencia*, 2002: 255)

Em carta de 12 de fevereiro de 1853, Valera faz questão de entreter o seu interlocutor frisando a ingenuidade, em parte fatídica e em parte engraçada, desse criado,

Este señor [Delavat] tuvo días pasados un disgusto con el esclavo mulato, porque, según me dijo, había empezado a enseñar a su hijo cómo se hacen las *gustosas*. Tuvo también una terrible disputa con su suegro [Sr. Areas] por otro motivo no menos extraordinario. [...] Sucedió, pues, que el criado gallego de esta casa, con el buen deseo de llegar a la perfección y de civilizarse y atildarse como es justo para servir dignamente a un ministro de España, determinó de comprar un fraque, y de ponérsele para servirnos a la mesa; y como lo determinó, así lo hizo, con sumo contento de D. José, que lejos de ver en esto una contravención a las leyes de la diplomacia, lo consideraba como su más

delicado cumplimiento. Mas por desgracia el diablo, que no duerme y que todo lo enreda, dispuso que aquel día (era domingo y debiera haberle respetado), que aquel día, digo, en que se había de estrenar y en que se estrenó el fraque, viniese el Sr. Areas a comer con nosotros. Y apenas entró en el comedor y vio al criado enfraquetado, se enfureció de manera que daba miedo verle, y comenzó por decir a D. José que estaba loco, y que un hombre de juicio no consentiría de diario aquellos fraques y pelendengues. D. José se defendió como pudo, habló de las costumbres diplomáticas, citó hechos y hasta autores, y llamó díscolo a su suegro. Este concedió a duras penas que en un gran convite estaba bien que los criados fuesen de fraque; pero que en comida casera el fraque era una *impostura*, y que por nada del mundo se haría él cómplice de los impostores; y que por lo tanto – *en consecuencia d'isto*, son las palabras textuales, *ou o homem tira a casaca, ou en vó ã jantar ã minha casa, não gosto d'imposturas* – . Viendo, por último, D. José que todos sus discursos eran inútiles y que el viejo Areas se mantenía en sus trece de llamar impostura al uso del frac en ocasiones poco solemnes, hubo de ordenar al criado que se le quitase (*Correspondencia*, 2002:196).

Na visión de Valera, a inferioridade da idiosincrasia do galego, em confronto com a dele e a de Delavat, não se deve só à posição subordinada que esse galego ocupa como serviçal, senão também ao seu caráter tosco. Isso é patente na carta que se segue (dirigida a Estébenez Calderón, 09.03.1853), na qual se dá a entender, além disso, que o criado se valia, sobretudo, da língua galega. Nela, de novo, esse galego é apresentando como um sujeito que, apesar de ser um estrangeiro branco que goza da confiança do seu patrão e de estar situado, portanto, acima dos escravos, não é capaz de imprimir respeito nos sujeitos que se encontram abaixo dele na baixa escala social:

El criado gallego tiene la [manía] de charlar con nosotros cuando nos sirve la comida, y si bien D. José charla, y hasta hace apuestas con él de mil y de dos mil reis, sobre si hubo o no ensalada en el mercado, a veces se acuerda de que es el ministro de S. M. Católica, y piensa que aventura su dignidad, y se desautoriza en estos diálogos. De todo lo cual resultan escenas entretenidas y muy para reír. [...] D. José estaba sentado en uno como trono, pues aunque era silla, por la gran prosopopeya y gravedad con que D. José la ocupaba, cualquiera la tomaría por trono, y aun de los más autorizados y legítimos. A un lado y a otro se parecían el criado gallego y un *pedestre* (hombre de la policía o esbirro), ambos con sendos bastones en las manos, y delante de D. José, de rodillas, y casi con el rostro contra el suelo en actitud de quien pide perdón, yacían postrados el bardo, cuatro o cinco negros, unos grandes y otros chicos, pero todos feos y asquerosos, una mulata joven y dos negras sus compañeras. Esta gente, arrepentida y contrita, lloraba, gemía, aullaba y pedía a D. José protección y amnistía general. [...] El criado gallego es también muy benigno y de amorosa y blanda condición; pero a veces se amostaza y apalea a los negros porque se burlan de él, y le cantan coplas poniéndole de tonto. Entonces él se venga para desagravio de su dignidad ultrajada, y a cada palo o puñetazo que pega, derrama una lágrima, lanza un suspiro y grita con voz muy compungida y

lastimera: “¡Meu Deus! ¡Que me veja en na precisão de facer isto!”. Y así sigue llorando amargamente y sacudiendo el polvo a sus burladores, los cuales no por eso escarmentan (*Correspondencia*, 2002: 204-06).

Nesses sumários comentários sobre um galego do Rio de Janeiro contidos nas cartas de Valera temos a supramencionada primeira alusão ao comportamento de um trabalhador galego no Brasil. Valera não pretendia desenvolver uma análise da sociedade carioca, mas sim traçar, com uma intenção burlesca e com uma distância que denotava uma sensação de superioridade social, o retrato fidedigno do meio social que tivera que aturar. Nesse meio social Valera relutou se inserir. Os brasileiros são, para ele, dignos do seu menosprezo; o seu chefe vira o paradigma daquilo em que ele não se queria converter – um ser atormentado pelas doenças, aculturado pela baixaria da sociedade carioca a atrofiado culturalmente – e o serviçal galego torna-se em mais uma justificação da distância classista que tem que prevalecer entre o indivíduo cultivado – Valera – e o bestalhão – o galego –. Da contundência nas parcas alusões de Valera ao galego, infere-se que o serviçal respondia ao consolidado clichê de um retrato feito pelos cariocas sobre os galegos com anterioridade à presença maciça de imigrantes galegos na cidade. Nesse estereotipo condensavam-se rotundas conotações da ignomínia relativa à burrice.

O uso pejorativo do qualificativo galego no Rio de Janeiro

Se as cartas de Valera transmitem que, em 1851, o vocábulo *galego* possuía uma estável e categórica significação para os cariocas, no ensaio *Mata Gallego* dá-se a entender que, nessa cidade, na década de 1830, a alcunha *galego* não se empregava como qualificativo despectivo em relação aos portugueses. O autor, Viriato Corrêa (1933), não esclarece qual, na sua opinião, era o emprego dado ao vocábulo nem se ele tinha uma denotação isenta de usos depreciativos. Ele destaca o que se segue ao diferenciar a “Noite das Garrafadas” do “Mata gallego”:

[“Mata gallego”] É o nome que muita gente dá á turbulenta noite de 13 de março de 1831, aquela que a tradição apelidou de *Noite das Garrafadas*.

Dois erros existem em tal denominação:

1.º - naquela época não se chamavam os portugueses de *gallegos*. O povo os deprimia apelidando-os de *marinheiros*, *marotos*, *pés de chumbo*.

2.º - na *Noite das Garrafadas* não se matou gallego nenhum. Os *gallegos* é que mataram, se é que houve alguma morte. Na memorável noite de 13 de março nós é que levamos uma tremenda sova dos portugueses.

O *Mata gallego*, isto é, a sova que demos nos portugueses, isso foi depois.

E contar essa nossa desforra é contar toda a fremente história da revolução de 31, que culminou vitoriosa com o 7 de abril (Corrêa, 1933 : 9).

Para Viriato Corrêa, a fundação revolucionária da nacionalidade é consubstancial à simbólica sova que os nativos – os filhos da terra – deram aos portugueses em 7 de abril. E ele acredita que as realizações dessa data devem ser detidamente estudadas e comemoradas. O 7 de setembro de 1822 só seria, então, a data da emancipação política, mas a vassalagem perante Portugal mantivera-se e o Brasil continuou sendo um território cuja governabilidade dependia dos interesses de Portugal, cujos cidadãos chegaram, inclusive, a constituir um partido no Rio de Janeiro. O autor (Corrêa, 1933: 10) acredita que o “grito de Ipiranga foi um passo para a Independência, mas não foi a Independência. O monarca era português, as autoridades portuguesas, portuguesa a camarilha, portuguesa a vontade que nos governava. Ser brasileiro era quase um crime”. Fora preciso, portanto, conseguir a plena redenção, o qual implicava doblegar o elemento português através da violência e da expulsão, sob a fórmula da abdicação, de D. Pedro I, apelidado pelo autor como “o Quixote das Constituições” e por ele apresentado como paradigma do talante lusitano. O feito português é assim descrito na obra:

foi sempre duro, áspero, intolerante, autoritário, cabeçudo, intransitável. É um povo sem contornos, de arestas contundentes.

Esse feito fez o seu sucesso na vida, como também fez o seu desastre.

Enquanto lutou com as coisas brutas – venceu; quando teve que ajeitar as coisas, quando, para conservá-las, se tornou necessário pôr em evidencia qualidades de cordura, transigência, conciliação, diplomacia – caiu, perdeu tudo.

A função faz o órgão. Os povos são índices do seu passado. O português das primeiras eras esteve sempre a lidar com os aspectos rudes da vida. Ora em guerras longas, em batalhas tremendas, coberto de armaduras, pisando cadáveres, escalando paredões de castelos, matando, morrendo. Ora no convés das naus, no mar alto, arriando e subindo velas, em luta com os ciclones. Ora em países virgens, defrontando a hostilidade traiçoeira da natureza e dos naturais.

Não é com plumas e maneiras gentis que se vencem esses embates. É com bruteza, com ferro, com fogo. Com impavidez, tenacidade, invencível tenacidade. E com uma titânica força de domínio que não respeite obstáculos.

Através das idades, o português adquiriu todas as virtudes necessárias para essas pelejas cruentas. E elas ficaram-lhe depois na massa do sangue, incorporaram-se-lhe à raça como um característico.

Foi um mal. Nos tempos antigos eram necessárias, nos tempos modernos são redondamente prejudiciais.

Porque o português é hoje, no mundo, um povo desambientado. Não tem o senso da quadra que a humanidade atravessa. Ainda não percebeu que os tempos mudaram (Corrêa, 1933: 22-23).

O autor sublinha que entre o brasileiro e o luso nunca houve afeição, pois esse sentimento é incompatível com a dialética entre conquistados e conquistadores e justifica a rebelião dos dominados contra os seus algozes, apesar dos laços de língua, de religião e de sangue, pela “mentalidade medieval” dos portugueses, da qual derivaram a intransigência e a intolerância que lhes impediram contornar as transformações operadas na sociedade brasileira. No confronto desatado entre as posições irreconciliáveis os brasileiros são os *cabras*, os *bodes*, os *creoulos*, os *moleques*, e os portugueses são os *marotos*, os *marinheiros*, os *pés de chumbo* (Corrêa, 1933: 35). O autor parodia o caráter repulsivo do lusitano dedicado ao comércio no Rio de Janeiro nos seguintes retalhos “o pé de chumbo pançudo, em mangas de camisa, à porta da venda ou do armazém, a chacotear pornograficamente o cabra ou o moleque que passa” (Corrêa, 1933: 45). “Matar marinheiros”, isto é, reagir com escárnio e soberba perante o indivíduo português, insultando-os, surrando-os e martirizando-os, adquire, para o autor, sentido em 1831 e logo passa, do ânimo de vingança por parte dos nativos com paixões jacobinas, a se conformar como um divertimento que se alastrou por “mais de dez lustros” (Corrêa, 1933: 98).

O autor não precisa quando o “Mata Gallegos”, como desforra da “Noite das Garrafadas”, recebeu tal nome, mas os efeitos de tal acontecimento permitem entender por que, tanto para as filhas de Delavat, da sua posição requintada, quanto para o povaréu negro e mulato que rondava no lar do chefe da legação espanhola do Rio de Janeiro, era hábito ridicularizar o serviçal galego. Parece, pois, que as conotações aviltantes do vocábulo galego foram aplicadas aos “marotos/ marinheiros/ pés de chumbo” com o atavismo simbólico deixado pelos confrontos do 7 de abril, criando-se uma chacota ao redor do termo que se manteve indelével até a década de 1930.

Gladys Sabina Ribeiro estudou a imigração portuguesa no Rio de Janeiro entre os anos de 1820 a 1930, salientando os conflitos desencadeados contra essa presença desde o antilusitanismo e o jacobinismo. Em *Mata galegos* (Ribeiro, 1989), ela menciona também o

reiterado emprego do qualificativo *galego* para provocar os portugueses e explica o uso desse apelativo como se segue:

As condições específicas do Rio de Janeiro tornaram a cidade propícia aos imigrantes portugueses. Aceitavam salários exíguos que em seu Portugal jamais pensaram em aceitar. Por isto, começaram a ser chamados de galegos por seus próprios patrícios. É que no doce Portugal, só quem se submetia por uma nonada eram os galegos, habitantes da Galiza, região das mais miseráveis da península Ibérica e secularmente inimiga dos lusos. A palavra “galego” difundiu-se rapidamente como um xingamento que fazia as delícias dos nacionais.

Trabalhavam muito. Queriam enriquecer para voltar para a “terrinha”. Este era um objetivo forte que, por vezes, transformava-se no envio de suas economias para os parentes do torrão natal (Ribeiro, 1989 : 17).

A autora menciona que os imigrantes portugueses chegaram a constituir perto da quinta parte dos habitantes do Rio de Janeiro em 1906. Esses imigrantes, solteiros, jovens e de origem rural, mas com ânsia de obter sucesso na cidade, formaram boa parte da força de trabalho ativa e entraram em concorrência com os brasileiros nativos na disputa por uma vaga de trabalho devido a que monopolizaram certos ramos de atividade e empregos – o comércio a retalho e o serviço atrás dos balcões – e a que aceitavam baixos níveis de remuneração, travando-se nas ruas conflitos com vieses nacionais e raciais, cuja origem estava na briga pela sobrevivência. Assim, o grito de “mata galego”, que a autora remonta à tradição colonial “foi continuamente reeditado no alvorecer da vida republicana” (Ribeiro, 1989: 10), criando-se no Rio, na figura do “galego”, o contraponto do patriota brasileiro e do malandro carioca. Para o primeiro, o “galego” representa o afã insaciável por acumular poupanças através do trabalho extenuante, com vistas a retornar à sua terra como um homem enriquecido. Com esse intuito, o galego não duvidaria em lesar os fregueses brasileiros nos negócios em que se empregasse. Para o segundo, o “galego” representa a aceitação de uma ideologia do trabalho em que é assumida a exploração imposta pelo patrão com vistas a receber em troca as benesses de um paternalismo em que a comunhão de interesses pela riqueza entre o empregado e o patrão fazia com que este lhe ensinasse o percurso que devia ser seguido para que um subordinado alcançasse, mediante o esforço, a disciplina e as argúcias, o nível sócio-econômico sonhado.

O antilusitanismo no cotidiano dos trabalhadores cariocas, e as suas conseqüentes disputas e rivalidades, é exemplificado por Gladys Sabina (Ribeiro, 1989 :48) por um conflito acontecido nas oficinas da *Gazeta de Notícias*. Em uma tarde do mês de maio de

1919 houve uma rixa de trabalho entre os vendedores de jornal Manoel Vicente, português, de dezenove anos, e Cícero, brasileiro, preto, de vinte anos. Manoel Vicente relatou da seguinte maneira a sua reação às brincadeiras ofensivas de Cícero. O acusado narrou o fato na delegacia:

que ontem às duas horas e meia, mais ou menos, achava-se nas oficinas da *Gazeta de Notícias* à rua Sete de Setembro número noventa e seis, esperando a distribuição da folha *A Notícia* da qual é vendedor, em companhia de outros rapazes que também exercem a mesma profissão, entre estes o crioulo de nome *Cícero*, que Cícero por diversas vezes empurrava os outros companheiros para cima dele depoente; que ele depoente disse a Cícero que não continuasse com aquelas brincadeiras, ao qual Cícero não atendeu, continuando com tal gracejo; que pela terceira vez pediu a Cícero que deixasse de tais brincadeiras; que Cícero exaltando-se vibrou nele depoente duas bofetadas; que vendo-se agredido num momento de irreflexão, puxou de um canivete punhal que trazia consigo e vibrou um gole em Cícero (...) (*sic*) (Proc. Crim. Manoel Vicente, vulgo “Gallego”, m. 175, 1919, A.P.T.J.) (Ribeiro, 1989: 48-49).

A causa final da rixa entre os dois sujeitos não foi revelada nos depoimentos. Mas Gladys Sabina assinala que, além, dos empurrões, Manoel mostrara também descontentamento por ser chamado “galego”. A autora menciona que os imigrantes portugueses eram freqüentemente também chamados de “abacaxis”, “malangues” e “burros”.

Os conflitos antilusitanos começariam a arrefecer a partir da década de 1930. Por um lado, decaiu a imigração e, por outro, a consolidação da ideologia trabalhista, consoante com o projeto de nação do Estado Novo, projetou uma nova representação do trabalhador ideal, na qual não haveria espaço para os ressentimentos segundo as diferenças de naturalidade. De todas as formas, a “lei dos 2/3”, aprovada no Estado Novo em 20 de agosto de 1938 pelo decreto n. 3.010, que exigia que duas terças partes dos contratados fossem de brasileiros natos ou naturalizados, evitou as rivalidades que tinham surgido por se terem crido ocupações quase exclusivas dos portugueses.

IV. 4. 2. Os espanhóis de João do Rio

João Paulo Alberto Coelho Barreto (1881-1921) – o João do Rio – é o jornalista dândi e flandor da *belle époque* carioca por antonomásia. O seu sucesso e a sua fama na capital federal, durante as duas primeiras décadas do séc. XX, deveu-se, além de ao seu labor como repórter profissional e cronista, à sua produção dramática. Fundou o jornal *A*

Pátria em 1920. João Carlos Rodrigues publicou, com o título *João do Rio: uma biografia* (Rodrigues, 1996), um pormenorizado estudo biobibliográfico desse autor.

Havendo-se envolvido, no seu labor como repórter, na defesa dos desfavorecidos, tratou em várias matérias a questão migratória brasileira, posicionando-se em favor dos trabalhadores estrangeiros, sobretudo da colônia portuguesa – a mais vilipendiada no Rio – ganhando, com isso, a animadversão das sociedades e da imprensa jacobinas e nacionalistas, e portanto, antilusitanas.

Em uma das obras de João do Rio há uma referência aos galegos, claramente diferenciados dos portugueses pelo escritor. Está contida em *Vida vertiginosa*, obra publicada em 1911 (Rio, 2006). Esse produto é composto por vinte cinco crônicas sobre a sociedade carioca do início do séc. XX. Em uma delas, O povo e o momento (Rio, 2006: 17-34), um suposto diálogo entre o autor criado pelo escritor e um estrangeiro recém-aportado ao Rio de Janeiro, há uma crítica à falta de caráter da população nativa carioca, definida, na apreciação de João Carlos Rodrigues (Rio, 2006: XVII), o editor de *Vida vertiginosa*, como “uma confusão de elementos em busca de cristalização, supersticiosa e conivente com a corrupção, paradoxalmente muito promissora como argamassa de uma grande nação”. Segundo o nosso parecer, na conversa entre o autor e o estrangeiro, a opinião desse autor é muito ambígua pois, se por um lado salienta que o estrangeiro pode se estabelecer no Brasil mantendo os hábitos que adquiriu como sujeito de uma comunidade identitária exógena, por outro ele lamenta a laxidão dos brasileiros, incapazes de imporem, e mesmo de salvaguardarem, as suas práticas genuinamente nacionais:

A um estrangeiro inteligente que havia meses aqui aportara, perguntei, como toda gente, por uma fatalidade de raça talvez, as suas impressões.

[...]O povo do Rio está em formação de um tipo definitivo. Por enquanto, dizem as estatísticas, há maioria de brasileiros e da colônia portuguesa na população. Será assim dentro de vinte anos? Ele parece que espera com prazer outros elementos componentes. Os elementos de agora são o brasileiro na maioria filho ou neto de estrangeiro, o português vindo dos campos, das aldeias, e não das cidades, o espanhol, o inglês, o alemão, o francês, o sírio e, cada vez em maior número, o italiano. Como o brasileiro é contrabalançado assim e tem ainda por cima o sangue do colono, segue-se que moralmente ele se sente inferior, elevando um protesto a dizer apenas: – Estou na minha terra!

Sem aliás uma arraigada convicção a respeito. Daí, em vez de se dar o caso da América do Norte em que se faz a absorção do imigrante, o fenômeno inverso da absorção do nativo pelo imigrante. E o nativo é de uma plasmaticidade espantosa. A primeira influência é a do português. O brasileiro

adapta-se a ele. Há vínculos de sangue, há apegos de carne. Mas o português é também adaptabilíssimo. Resiste um pouco, mas cede. De modo que vem o alemão e impõe a cerveja e o chucrute, vem o inglês e impõe a língua, vem o italiano e impõe desde a língua à alimentação, vem o filho da Galisa e lança os seus hábitos também. Andei por diversos bairros, assisti a espetáculos, observei, fiz sempre o possível para não errar. Mas eu raramente erro numa observação e a que eu fazia, logo depois de chegar, era que em nenhum país do mundo o imigrante se conserva tão preso ao seu país forçando mesmo o nativo a amá-lo e respeitá-lo, e que também em nenhum país da terra o imigrante tem tanto direito, e está tanto na sua casa (Rio, 2006: 17-20).

No *corpus* de João do Rio, há algumas sucintas menções ao modo de vida de espanhóis relegados à marginalidade. São várias as referências a mulheres vadias. Em História da gente alegre, um dos 18 contos sobre taras e esquisitices da coletânea intitulada *Dentro da noite* (Rio, 2002), o autor alude a *cocottes* que se expressavam em espanhol (Rio, 2002: 36).

Orna Messer Levin preparou em 2002 uma edição com as obras de teatro escritas por João do Rio. Intitula-se *Teatro de João do Rio* (2002). Em uma das obras – *Encontro*, um drama em um ato “sobre uma triste saudade” – representada pela primeira vez no carioca teatro Trianon, em 4 de setembro de 1915, mencionam-se prostitutas espanholas. O drama desenvolve-se no município-balneário mineiro de Poços de Caldas. Os que se encontram, casualmente, são o solteirão, e bem-sucedido, Carlos e a prostituta Adélia da Pinta. Eles foram amantes na juventude e que rememoram, no reencontro, o idílio interrompido. Quando Adélia avista, por primeira vez, Carlos, sem o reconhecer, faz o seguinte comentário, em que alude ao tipo de prostitutas que esse indivíduo, na percepção dela, devia frequentar:

Que homem! Parece que come a gente com os olhos... E tão bem vestido... (*gesto de coqueteria, sorriso. Carlos desaparece*) É dos do Rio, das pensões *chics*... Só deve frequentar as espanholas do Pimenta. (*continua a cantarolar. Carlos reaparece como forçado por uma vontade superior. Decidido, de fora:*) (*Teatro de João do Rio*, 2002: 214).

No primeiro diálogo entre Carlos e Adélia, ainda sem eles se identificarem, ela volta a se referir a essas mulheres:

Carlos. Cheguei ontem realmente. Estou a ver a cidade.../ Adélia. E lá no hotel deram decerto notícia ao senhor da casa do Pimenta?/ Carlos. Que Pimenta, mulher?/ Adélia. O das espanholas.../ Carlos. Qual Não trato disso, minha filha... (pausa) Diga: como se chama você? (*Teatro de João do Rio*, 2002: 215).

Às mulheres espanholas refere-se também João do Rio em uma crônica intitulada *As mulheres mendigas*, que se publicara na *Gazeta de Notícias*, do Rio, em 30 de maio de 1904, posteriormente incorporada a *A alma encantadora das ruas* (Rio, 1908 [1997]). Relaciona-as, desta vez, além de com a prostituição, com o furto e a adivinhação³⁴¹:

[...], à vista dos outros – o das vagabundas ladras e das pitonisas ambulantes, grupo de que são figuras principais as sras. Concha e Natividad, espanholas, e a sra. Eulália – cigana exótica. A sra. Concha, por exemplo, é cleptômana, e, dessa tara lhe vem a profissão – da tara e da inépcia policial. Quando *cocotte*, Concha teve amantes ricos e roubava-lhes o relógio, os lenços, os alfinetes, por diversão.

Foi presa por um inglês sisudo, e partiu para Lisboa onde repetiu a cena tantas vezes que aos poucos se viu na necessidade de voltar ao Brasil como criada. Roubou de novo, foi outra vez presa e resolveu ser cartomante andarilha, ler a *buena dicha* pelos bairros pobres, pelas estalagens, para roubar. É gordinha, anda arrimada a um cacete, fingindo ter úlceras nas pernas. Aproxima-se, pede a esmola como quem pergunta se as coisas vão mal.

– Deus a favoreça!

– Você tem cara de ser feliz! Vamos ver a *suerte del barajo*!

E tira do seio um maço de cartas. Quem, nestas épocas de dispersivas crenças, deixará de saber da própria sorte? Mandam-na entrar e ela conta histórias às famílias enquanto empalma objetos e alguns níqueis agradecidos.

Natividad e Eulália seguem o mesmo processo, mas Eulália, aduncamente cigana, lê nas mãos deformadas e calosas dos trabalhadores, enquanto as suas apalpa os bolsos do cliente.

Do fundo desse emaranhamento de vício, de malandragem, gatunice, as mulheres realmente miseráveis são em muito maior número que se pensa, criaturas que rolaram por todas as infâmias e já não sentem, já não pensam, despidas da graça e do pudor. Para estas basta um pão enlameado e um níquel; basta um copo de álcool para as ver taramelar, recordando a existência passada (Rio, 1908 [1997]: 296-97).

Na crônica *Visões d'ópio*, incorporada a *A alma encantadora das ruas* (Rio, 1908 [1997]: 166), alude aos anarquistas espanhóis como clientes típicos dos fumadouros de ópio

³⁴¹ Em 1973 publicou-se, no Rio, uma obra intitulada *O manual da cartomante ou o destino pelas cartas*, cuja autoria é dada a Yllema Hormazabal. A obra alcançou em 2000 a sua 8ª edição. Consultamos a 2ª edição, de 1974. Nas Considerações sobre a autora desta obra indica-se o seguinte: “Yllema Hormazabal, a autora, nasceu na Galícia, Espanha. Desde cedo, teve contato com a arte da adivinhação, isto porque seus pais, famosos ciganos, desde há muito se dedicavam à leitura das mãos, o que cientificamente chamamos de Quiromancia e à prática constante do jogo de cartas (Cartomancia). Como ciganos, seus pais levaram toda sua vida viajando por inúmeros países da Europa, o que lhes proporcionou amearhar uma grande fortuna, através da leitura das mãos, e cartas, fato este que caracterizou ou melhor marcou a sua personalidade, isto porque com a prática adquirida e os ensinamentos que seus pais lhe legaram, pode Yllema Hormazabal tornar-se a maior cartomante de todos ciganos que perambulam pelo mundo” (Hormazabal, 1974: 5). Não temos dados para afirmar se essas informações são verídicas ou não.

cariocas: “O Rio é o pomo de mar, é cosmópolis num caleidoscópio, é a praia com a vaza que o oceano lhe traz. – Há de tudo: vícios, horrores, gente de variados matizes, niilistas rumaicos, professores russos na miséria, anarquistas espanhóis, ciganos debochados”. Em A pintura das ruas, crônica recolhida na mesma obra, refere-se aos músicos ambulantes e à sua presença em tavernas. Diz João do Rio que era corrente que a propriedade delas fosse de portugueses e de espanhóis e que, conseqüentemente, estes determinavam o tipo de canções que interpretavam esses músicos: “Nos botequins em que os proprietários eram portugueses cantava o ‘rebola a bola’, nos estabelecimentos espanhóis, ‘O Caballero di gracia me llaman’” (Rio, 1908 [1997]: 185). A música popular e a poesia popular são também a matéria da crônica intitulada A musa das ruas. Nela, João do Rio assinala os temas recorrentes dos “poetas da calçada”: “o jacobinismo pândego, a crítica acerba, toda de alto, com desprezo das coisas estrangeiras”. E aponta que a guerra hispano-americana fora motivo de muitas cançonetas, das quais põe o seguinte exemplo, em que se patenteia a proclividade dos imigrantes espanhóis para eludirem a convocação a tropas e um desprezo a eles dirigido pela sua suposta vadiagem: “La Union Española/ Lembrou-se de oferecer/ Passagens a seus súditos/ Para a pátria defender./ Mas eles, que nem lá vão,/ Passam cá vida folgada/ Quase todos pelotaris/ Nos boliches, nas touradas” (Rio, 1908 [1997]: 397).

Em duas reportagens publicadas em junho de 1904 na *Gazeta de Notícias* e logo recolhidas em *A alma encantadora das ruas*, João do Rio expressa o seu espanto pela exploração do trabalhador estrangeiro no Rio de Janeiro. Elas são Os trabalhadores da estiva e A fome negra. Na primeira refere-se às péssimas condições de trabalho e aos baixos salários dos imigrantes empregados na estiva, concretamente dos que se ocupavam do carregamento de minério, cuja labuta ele acompanhou se deslocando até o cais e logo até a ilha onde o minério era depositado antes de ser embarcado. Salienta (Rio, 1908 [1997]: 263) que a defesa corporativa deles começara a dar alguns resultados a partir da fundação, pelos próprios imigrantes, de um sindicato: A União dos Operários Estivadores. Em A fome negra, com uma perspectiva determinista, frisa, por um lado, a alienação, pelo trabalho brutal, que sofriam esses operários da estiva, majoritariamente portugueses e espanhóis, e, por outro, a frustração dessa mão-de-obra pela impossibilidade de se enriquecer, o qual era a ilusão que os fizera emigrar:

É uma espécie de gente essa que serve às descargas do carvão e do minério e povoa as ilhas industriais da baía, seres embrutecidos, apanhados a dedo, incapazes de ter idéias. São quase todos

portugueses e espanhóis, que chegam da aldeia, ingênuos. Alguns saltam da proa do navio para o saveiro do trabalho tremendo, outros aparecem pela Marítima sem saber o que fazer e são arrebanhados pelos agentes. Só têm um instinto: juntar dinheiro, a ambição voraz que os arrebenta de encontro às pedras inutilmente. Uma vez apanhados pelo mecanismo de aços, ferros e carne humana, uma vez utensílio apropriado ao andamento da máquina, tornam-se autômatos com a teimosia de objetos movidos a vapor. Não têm nervos, têm molas; não têm cérebros, têm músculos hipertrofiados. O superintendente do serviço berra, de vez em quando:

- Isto é para quem quer! Tudo aqui é livre! As coisas estão muito ruins, sujeitemo-nos. Quem não quiser é livre!

Eles vieram de uma vida de geórgicas paupérrimas. Têm a saudade das vinhas, dos pratos suaves, o pavor de voltar pobres e, o que é mais, ignoram absolutamente a cidade, o Rio; limitam o Brasil às ilhas do trabalho, quando muito aos recantos primitivos de Niterói. Há homens que, dois anos depois de desembarcar, nunca pisaram no Rio e outros que, passando quase uma existência na ilha, voltaram para a terra com algum dinheiro e a certeza da morte.

[...] - De que nacionalidade são vocês? - Portugueses... Na ilha há poucos espanhóis e homens de cor. Somos nós os fortes (Rio, 1908 [1997]: 269-70, 276).

Há reportagens e crônicas de João do Rio referidas a assembléias e festas nas associações portuguesas da capital federal. No corpus do jornalista não localizamos, porém, nenhuma alusão aos centros espanhóis. Nesse sentido, os imigrantes espanhóis ficaram relegados a ingrediente anedótico nos trabalhos sobre a marginalidade e a exploração do trabalhador estrangeiro.

IV. 4. 3. Os periódicos dos imigrantes galegos do Rio de Janeiro

Lembranza de Galicia

A mais antiga publicação editada no Rio destinada especificamente à colônia galega que localizamos e consultamos intitula-se *Lembranza de Galicia*; data de março de 1909. Trata-se do número único de uma revista de 32 páginas, sem numerar, que dirigiu C. de la Peña. Estava destinada a “honrar á Galicia y á los gallegos”. Na primeira página da revista, a modo de editorial, há um texto dedicado “Al lector”. Nele C. de la Peña declara que, cumprindo com o que fora anunciado em um “prospecto”, lançava-se a revista – “nuestra obra” –, a qual fora “elaborada al calor del inextingible cariño que sentimos por todo cuanto se relaciona con Galicia y con nuestros conterráneos”.

Por um lado, nesse texto apresenta-se, como justificativa para a publicação da revista, em primeiro lugar, o oferecimento de um “lenitivo” com o que mitigar a *morriña*

dos galegos imigrantes no Brasil (“por azares de la suerte, contrariedades de la vida o voluntarias expatriaciones”) e, em segundo lugar, a necessidade de “despertar su entusiasmo y estimular su acción, para concurrir resueltamente a cooperar en la obra de engrandecer a Galicia, patriótico empeño que se propusieran las intelectualidades que aparecen en esta publicación”.

Por outro lado, expõe-se que, mediante essa publicação, pretendia-se mostrar aos leitores um conjunto de produções de escritores galegos para desvirtuar “elocuentemente los poco favorables calificativos que con frecuencia nos regalan los que no nos conocen ni conocen nuestra tierra”.

Junto a textos, em espanhol e português, de autores literários galegos, aparecem retratos de personalidades, todas de colônia galega do Rio, e anúncios de negócios com os quais se deseja “dar á conocer la importancia que en el orden comercial é industrial ha alcanzado la colonia gallega en Rio de Janeiro”. Três das trinta e duas páginas da revista foram dedicadas inteiramente à publicidade³⁴². Por meio da publicidade dos negócios que eram propriedade dos imigrantes galegos do Rio – quase toda ela composta em língua espanhola –, observa-se que os patrocinadores da revista eram proprietários de confeitarias, padarias, hotéis, restaurantes, cafés, fábricas de cerveja, importadoras e armazéns de alimentos³⁴³.

³⁴² São as páginas 20, 26 e 32. A 20 contém 6 anúncios: do Nuevo Restaurant Camões (na rua Luiz de Camões), de Maximino Alonso y C.; do Nuevo Stadt Goblentz (café, restaurant y cigarrería, na praça Tiradentes), de Santiago Souto Gómez, casa que “recibe constantemente pescada fresca y mariscos de Vigo”; do Restaurant Neves y Arcos (na rua da Carioca); do Café Amazonas (na praça Tiradentes), de David Duran, com “especialidad en productos españoles”; do Almacén de Bebidas y Comestibles Finos (na rua D. Luiza), de A. Castro & Souto; e da Joyería y Relojería de M. López y C. (na rua da Quitanda). Na 26 inseriram-se dois anúncios, um da Casa Santa Maria (na rua Chile), de Casimiro Santa Maria, com “surtido completo de comestibles y bebidas nacionales y extranjeras”, e o outro da Casa Cristóbal Colón (na rua Clapp), “sastrería civil y militar”. A 32 foi dedicada a um só anúncio, o da Fábrica de Cerveza Internacional de Moreira, Roris y C. (na praça Tiradentes), “donde se fabrica la afamada cerveza Stout”.

³⁴³ Na p. 6 há quatro anúncios: da casa Sequeira Hermanos (de “ropas hechas, malas y artículos para viaje”, na rua da Carioca); da “Fábrica de Cerveza *Concepción*” (na rua Concepción); da casa Elias Novoa “importador de productos españoles” (na rua General Cámara); e do Almacén de Comestibles y Bebidas de José Alonso Alvares (na rua Tobias Barreto). Na p. 8 aparece uma publicidade do Hotel Blanco, de José Blanco Ameijeiras (na rua 13 de maio), em que se destaca que no estabelecimento se servem “vinos de todas clases: verde, virgen, clarete, Rioja, Chianti, Jerez, Oporto, de diversas marcas” e “especial vino gallego”, havendo, além do mais, “comestibles españoles de primera calidad”. Na página 12 há quatro anúncios. Dois deles são de hotéis, o Hotel Familiar, na rua da Saúde, de Inocencio Díaz, e o Royal Hotel, na rua Fresca, de Vicente do Pazo. Dos outros dois, um é da Casa Económica (“Almacén de comestibles y bebidas”), na rua Dr. Affonso Cavalcanti, de Manuel González Blanco, e o outro da Fábrica de Cerveza “Machado Coelho”, na rua Machado Coelho, de Vázquez Feijóo. Na página 9 há o anúncio da “Carpintería Eléctrica y Fábrica de Venecianas (antigua Casa Caubit) – taller de ebanistería y carpintería” (na rua Nova do Ouvidor), de

Muitos dos textos inseridos na revista são cópias de produtos literários de escritores galegos não residentes no Brasil que já foram previamente publicados em outros meios³⁴⁴.

Florentino Blanco y Cuiñas. Nessa página 9 há outros três anúncios: da Casa de Marcelino Alonso, do Hotel y Café Español de Manuel García Rivas, e da Fábrica de Cerveza Minerva; esta, da “Viuda de Portella y Sobrino”, estava localizada na rua Visconde do Rio Branco. A Casa de Marcelino Alonso, na rua dos Arcos, oferece “Café y bebidas de 1ª calidad; Especialidad en vinos gallegos de la vega del Ribero; Sardinias de Vigo, marca Soler e Hijos; los más sabrosos del mundo licores y refrescos”. Do Hotel y Café Español, na rua do Acre, “se recomienda el vino y el jamón gallegos”. Na página 19 anuncia-se também o consultório do Dr. Manuel de la Peña Mendoza (na rua Senador Eusébio). Na página 22 há duas publicidades, uma da Fábrica de Cigarros Commercial, e a outra da Casa de Câmbio de Cinelli & Magnavita, na av. Central, onde “se habla español” e há “venta de pasajes para Europa, Uruguay y la Argentina”. Na p. 24 há três anúncios, do Almacén de Bebidas Surtidas (“importación especial de vinos españoles, del Ribero, Rioja, Jerez, de las acreditadas bodegas del Marqués de Mérito”), na rua da Lapa; do Café y Restaurant Montaña (“especialidad en vinos de mesa recibidos directamente”), de M. D. Fontaiñas, na rua dos Ourives e na rua Theophilo Ottoni; e do Almacén Moderno, de Pardellas y C., na rua da Assembléia (“Especiales productos españoles, Importadores exclusivos del Vino para Consagrar, de la acreditada marca Antonio Ruiz y Hnos. De Jerez, Moscatel de los RR. PP. Cartujos, de igual marca, Chorizos extremeños, aceitunas sevillanas, pimientos morrones, água mineral de Mondariz, arroz de Valencia, garbanzos de Fuente Saúco y otros vários artículos”). Um pouco mais da metade da p. 29 é ocupada por uma informação sobre as mercadorias espanholas que são importadas por sete casas comerciais, supostamente galegas: a Fernández y Álvarez (rua da Assembléia, 61), Elías Sallés (rua do Carmo, 57) Suárez y Sousa (rua Floriano Peixoto, 128), Fernández, Mourão y Comp. (rua do Hospício, 96), Elías Nóvoa (General Câmara, 137a), Antonio Lorenzo (São Bento, 20) e Pardellas y Comp. (rua da Assembléia, 76). Os produtos que anunciavam eram: “Aceite, almendras, aceitunas, avellanas, azafrán, arroz de Valencia, ajos, chorizos, pulpo seco, patatas, frutas secas y en conserva, pasa de Málaga, uvas pasadas, uva fresca de Almería, pimientos morrones en conserva, anisados, aguas de Mondariz, vinos generosos de Jerez, vinos generosos quinados, vinos de la Rioja, vinos de la Vega del Ribero, vinos de Málaga, ladrillos, mosaicos y otros productos de cerámica, etc.”. A metade da p. 30 é ocupada por anúncios. Estes são o do Hotel Nuevo Coloso, de José Cavaleiro Domínguez (na rua Primeiro de Março); a ferretería de Manuel Pólo, na rua do Hospício, “con depósito de puntas de París, arcos de hierro, tintas de diversas clases, cobre para caños y chapas de hierro galvanizado, torneras de latón para bombero y funilero, latón en láminas, y otros artículos; completo surtido en ferretería para maletas”; e as Loterías da Capital Federal. Na p. 31 anuncia-se a Confeitaria de Pascual Portas Tubio (na rua da Misericórdia).

³⁴⁴ É o caso da décima a Concepción Arenal, de A. Villar Ponte (p. 3); de um encomiástico apontamento biográfico sobre Cachamuiña, de Eugenio López-Aydllo (p.4); das oitavas En el hospital, de Heliodoro F. Gastanaduy (p. 6); do soneto, em espanhol, A la República Argentina, de Juana Teresa Juega López (p.6) e do romance D’a discusion sai a luz, de Salvador Cabeza (p. 6). Toda a página 14, e parte da 15, é ocupada por uma composição intitulada Cantiga, que, plenamente, *Lembranza de Galicia* adjudica a M. Curros Enríquez. Trata-se de quatro poemas de sete versos (Tén a serena o canto; O tronco d’os monarcas; Buscan os pitorreises; Cuando se põn a lua). Nas páginas 16 e 17 constam o poema em quartetos Quén fora frade!, de Benito Losada (na revista não se especifica a autoria e só se assinala que a fonte da qual o texto procede é a Biblioteca Gallega.), o texto Galicia en la guerra de la Independencia, de Manuel Murguía, o romance Saúdo, e um poema de Curros Enríquez dedicado à cidade da Corunha, o qual é acompanhado de uma fotografia com uma “vista panorâmica” da ria dessa cidade. Nas páginas 21 e 22 há um artigo intitulado Segunda Alborada (inédita) del maestro Pascual Veiga, de E. Paz Hermo; junto a ele aparece uma foto da banda “Los Cuarentas, famosos gaiteros redondelanos”. Na página 22 inseriram-se quatro das estrofes – intituladas, na revista, “Cantigas” – que fazem parte de *Espiñas, follas e frores. Colección de versións gallegas*, de Lamas Carvajal. Nas páginas 22 e 23 consta o romance intitulado Una romería, de Juan Cuveiro. Na página 25, junto a uma fotografia que recolhe um “Paisaje” de Betanzos, figuram quatro sextetos, iniciados com o verso Galicia es mi solar. Grises celajes, de Emilio Fernández Vaamonde. Nessa página há também o soneto Soñando, de Francisco Sánchez García – imigrante galego na Argentina –, e o poema de “Rosalía Castro de Murguía”, contido em *Follas Novas*, que começa com o verso “Mar! Co-as tuas augas sin fondo”. Na página 27 aparece uma composição intitulada Mi alma gallega, em que o uruguaio Prudencio Vázquez, neto de galegos, reflete sobre as qualidades galegas que ele herdou e que o caracterizam. Nas páginas 28 e 29 aparece um texto do

São menos os textos de autoria de galegos residentes no Rio. Nas páginas 5 e 6 aparece o artigo Concepción Arenal, la mujer más grande del siglo XIX, de Carmelo R. Seoane quem, segundo ele afirma, levava mais de quarenta anos residindo no Brasil³⁴⁵. O autor informa que a fonte à que recorrera para compor o texto era um livro de Francisco Mañach publicado na Argentina em 1907. A partir do livro de Francisco Mañach, Carmelo R. Seoane ter-se-ia limitado a “señalar los hechos, con este afan constante, que jamás nos abandona, – apesar de anciano – de tributar culto á la santa obra de difundir nuestra cultura”.

Na revista só há dois produtos literários cuja autoria é de galegos residentes no Rio de Janeiro. Trata-se de um conto e de um causo. O conto intitula-se El Viático, e é assinado por Matías Fernández Murias (p. 11-12), quem dedica a sua narrativa “a mi queridísimo padre”. Esse conto está escrito em primeira pessoa. O seu protagonista é um galego de “Pontudomio” [sic] que lembra uma experiência e a reflexão que ela lhe provocara. Essa experiência acontecera em uma ocasião na qual ele se dispunha a partir à América do Sul. Ele já residia em uma cidade americana, mas voltara por um tempo à sua vila e, em breve, teria que emigrar de novo. A estada em Pontudomio rematava e ele, do seu foro íntimo, julgava os aspetos negativos que tinha a sua vida longe da terra natal. Um dia, ao sair de missa, acompanhou o cortejo que levava a um vizinho a extrema-unção e foi então quando sentiu a felicidade que produzia morrer “rodeado de los suyos, recibiendo los socorros de la religión, y aspirando en su última boqueada, os aires d’a terra!” (p. 11). O protagonista pensa, em consequência dessa experiência, que a satisfação que proporciona o sucesso econômico atingível na emigração fica embaçada com a amargura da chegada da morte, sem o amparo da família, em um ambiente urbano e materialista. Diz o autor:

Desgraciado, mil veces desgraciado el que siente morirse, rodeado de opulencia, pero lejos del hogar, separado de sus mayores afectos, y escuchando tan solo, en sus últimos instantes, el ruido

madrilenho Mariano Miguel de Val, intitulado Escritoras gallegas, no qual o autor reproduz apontamentos de Emilia Pardo Bazán, de Sarmiento e, sobretudo, de Eugenio Carré sobre a literatura que tinham produzido as mulheres galegas. Mariano Miguel faz uma relação de autores e detém-se em Concepción Arenal, Rosalía Castro e Emilia Pardo Bazán para apresentar umas breves notas biográficas das autoras e traçar uma sumária comparação entre a obra delas. As páginas 30 e 31 contêm, junto a uma fotografia da muralha de Lugo, um conto intitulado Ti tralo?, assinado por D. Rodrigo Díaz. Nessas páginas, junto aos textos e às fotografias, há também publicidade.

³⁴⁵ Acreditamos que Carmelo R. Seoane que assina a matéria possa ser o “Carmelo Seoane”, representante da Companhia Telefônica do Brasil que, na década de 1880, tinha, junto a George Francisco Grande, a concessão para a exploração da linha telefônica em Juiz de Fora.

ensordecedor de los grandes centros, donde, á los sacrosantos ideales del alma, se antepone casi siempre el vil y despreciable interés de la materia (p. 11).

O causo, intitulado Medos que pasaron, é assinado por F. Cruces. Narram-se nele, com intenção humorística, as reações de uns moradores de Ponte-Ceso – um senhor, “Don Jesús”, uns camponeses e um casal de namorados – ao perceberem que a eclipse de sol anunciada para o 28 de maio de 1900, na que inicialmente não creram, aconteceu.

Na página 15 há um texto intitulado Amores Gallegos, sem indicação de autoria, em que se apresenta o procedimento seguido pela colônia galega da Havana até se iniciar a construção da sua “Casa Social”. A iniciativa dessa colônia é posta como um modelo que deveria ser seguido pelos galegos do Brasil:

No sin razón se dice que la raza gallega tiene su raigambre en el terruño amado, y que este intrincado laberinto de raíces que a él le une es tanto más firme y hondo cuanto más lejos el gallego está de su lar y de sus deudos.

En cualquier momento, con el pretexto más fútil, el cariño á la pequeña patria surge, porque sí, espontáneo, ideal, hermosamente grande.

El caso que nos ofreció la colonia gallega de la Habana con ocasión de recibir la primera piedra destinada á la Casa-Palacio del Centro, merece señalarse con piedra blanca; constituye una efeméride que debe perdurar para gloria de los unos y estímulo de los gallegos indiferentes, que nada hacen por elevar á la altura que por una y mil circunstancias merece ser colocado el nombre de Galicia en el corazón de nuestra adorada España, una é inconsútil (p. 15).

O diretor da revista – C. de la Peña – reproduz nas páginas 18 e 19 o discurso por ele lido no Centro Gallego do Rio de Janeiro, aos 10 de outubro de 1908, durante a sessão solene celebrada nessa sociedade para homenagear Manuel Curros Enríquez. C. de la Peña faz questão de justificar a sua autoridade para poder se referir a Curros. Assim, diz que entre Curros e ele houvera uma sólida amizade. Eis o início do texto do discurso:

Gratitud dije, porque no puede menos de sentirla, y muy honda, quien, como yo, ha tenido en su mocedad amistoso trato con D. Manuel Curros Enríquez, en quien tuve un cariñoso amigo y un digno maestro en mis aprendizajes de literatura gallega; por esto, y porque á él me ligaban los vínculos del comprovincialismo, justo es, (y permítaseme este regocijo) que me sienta halagado porque sea un amigo, un maestro y un comprovinciano mío el objeto de tal homenaje (p. 18).

Após amparar a sua autoridade para falar do tema, C. de la Peña louva os promotores da sessão solene de homenagem a Curros, tanto pela iniciativa em si quanto pelo que dela transcende de fidelidade à terra de onde eles são oriundos:

Demuestran también que, a pesar de la distancia y de la larga ausencia, se mantiene todavía incólume en su corazón el afecto por las personas y las cosas de nuestra tierra, dejando con ello traslucir ansias y deseos de que la unión de los gallegos en América, y en general de todos los españoles, sea cada día más sólida, más compacta, más harmónica y más dispuesta á trabajar por que, no solo Galicia, sino toda nuestra madre común, España, recobre ante el mundo el concepto y prestigio á que es acreedora por su historia, por su genio, por su nobleza, por su laboriosidad y por sus tendencias a cooperar, con sus innegables esfuerzos, al progreso moderno, que hoy parece consistir en el desenvolvimiento industrial y en la expansión comercial, por ser voz corriente que estos dos, son los factores más importantes para que los pueblos alcancen la riqueza y bienestar á que todos aspiran... (p. 18).

C. de la Peña destaca a capacidade de Curros para captar e versificar a beleza rural da Galiza e a cotidianidade dos camponeses. Ele considera que uma parte da obra de Curros esteve destinada a atacar as causas das desgraças que faziam com que os galegos tivessem que emigrar. Os poemas *Mirando ô chau*, *Crebar as liras*, *Encomenda* e *Nocturno* são citados pelo autor como exemplos do labor que exerceu Curros denunciando as iniquidades que afligiam à Galiza. No entanto, o autor, interpretando *sui generis* a obra e o comportamento de Curros, encerra o seu discurso chamando os espanhóis à unidade. Ele crê que essa é a solução para conseguir a regeneração da Espanha e para alcançar a grandeza econômica e a prosperidade:

Para llegar á este fin, debemos inspirarnos en el civismo y abnegación que informaron la vida pública y privada de nuestro querido compatriota, que á la vez que era un enamorado de su región, era también un ardiente cultor de la fe en la unidad española, fe que todos debemos abrigar en nuestro corazón.

Esto no obstante, su voluntad firme y su tesonero orgullo de ser gallego, son virtudes que todos sus conterráneos debemos imitar, para ostentarlas en cuantas ocasiones se nos presente. De este modo, prestigiaremos y dignificaremos cuanto á nuestra región atañe (p. 19).

Na conclusão, C. de la Peña converte o seu discurso em uma exortação, dirigida aos sócios do Centro Gallego, para que estes evitem o risco de se transformarem em uma agremiação sectária e espanholizem a sua agremiação, incluindo nela todos os espanhóis, com vistas à consecução dos interesses de toda a Espanha no Brasil, sobretudo os comerciais. Eis o desenlace do uso de Curros por parte do autor:

Y uno de los mejores pasos que podrían darse en este sentido, es el de la agrupación de todos en torno de este Centro, sin que esto quiera significar un inconsiderado exclusivismo; al contrario, los ardientes deseos de toda mi vida son los de la unión de todos los españoles, para así constituir una potente fuerza que nos permita sacar ventaja en la universal liza comercial que necesariamente habrá

que sostener para la defensa de los altos intereses de la patria, hacia la cual deben converger, por encima de los personales egoísmos y de las pequeñeces de círculo, todas nuestras miradas, todos nuestros anhelos y todas nuestras aspiraciones (p. 19).

Se aceitarmos como declaração editorial de *Lembranza de Galicia* o texto inicial da revista, rotulado *Al lector* e assinado por C. de la Peña, deparamo-nos com que a publicação, em parte, nega aquilo que se propõe. *Lembranza de Galicia* apresenta-se como um conjunto de recortes de produtos compostos por galegos que não residem no Rio de Janeiro. Isto pode ser interpretado como uma demonstração de incapacidade dos imigrantes galegos do Rio para elaborar discursos com os que se preencher uma publicação de 32 páginas. Nesse sentido, a principal colaboração dos imigrantes parece ser a do respaldo econômico que deram à publicação colocando nela a publicidade dos seus negócios, o qual, por sua vez, não tem que ser necessariamente visto como uma manifestação de concordância dos anunciantes com o conteúdo da publicação. Não se percebe que *Lembranza de Galicia* tenha, tão sequer, um propósito de reivindicação regionalista devido à exortação que C. de la Peña faz para que o Centro Gallego carioca se converta em um espaço representativo dos interesses espanhóis na capital da República. O único texto elaborado por um galego do Rio, José Bugallo, que poderia ser considerado um discurso regionalista parte de um posicionamento reacionário. Intitula-se Galicia; eis ele:

Allá hacia el poniente de nuestra amada España, hay una hermosa región llamada Suiza; miradla; esa es Galicia. De un eterno verdor son sus campiñas; de sus cumbres, coronadas de altos pinos, el viajero que las contempla se admira de la inmensa belleza de aquel paisaje.

Bajo su cielo azul, incomparable, recorriendo sus villas y aldeas, los pulmones se ensanchan al respirar aquel suave viento impregnado de aromas del florestal gallego... Nada te falta á ti, bella Galicia; de riquezas no hablo, porque tu suelo todo es un tesoro... Y sin embargo lloras!... – Lloras al ver tus hijos, los jóvenes robustos campesinos, abandonar la azada y el arado para marcharse á extranjerías tierras. Lloras, porque gobiernos inhumanos, tiranuelos ansiosos de tu oro, devoran cual chacal tu riqueza. Lloras al ver tu suelo sin quietud asolado por esa inmunda plaga compuesta de caciques corrompidos.

Lloras... porque los años van pasando y tu esclavitud sigue lo mismo!...

Mas, cesa de llorar, que ya tus hijos al fin van despertando; ya tus verdugos tiemblan oh, Galicia, ante esa juventud que se levanta ansiosa de justicia y de libertad! (p. 2).

Para José Bugallo, o mal da Galiza, região bela e rica, é o caciquismo. Ele, mediante a sua administração anti-social, impede aos camponeses galegos ficarem na terra. Assim a corrupção e a má gestão do caciquismo obriga esses camponeses a deixar de sê-lo tendo

que emigrar. O autor confia em que surja uma nova geração que imponha a justiça e a liberdade na Galiza para que os galegos possam obter riqueza e encontrar a felicidade trabalhando como camponeses nas suas aldeias.

Embora a inserção de propaganda de negócios galegos no Rio não possa ser interpretada como a adesão dos responsáveis por esses negócios ao conteúdo de *Lembranza de Galicia*, a publicação de fotografias de potentados imigrantes galegos no Rio deixa menos espaço para a dúvida acerca da sua conformidade com os conteúdos da revista. Os próceres galegos da colônia carioca cujos retratos, em forma de medalhão ou de fotografia de corpo inteiro, aparecem na revista são José Blanco Ameijeiras, presidente da Sociedad Española de Beneficencia (p. 5), Casiano Fernández Álvarez, “socio de la importante firma comercial de esta plaza Fernández Álvarez, importadores” (p. 9), Matias Fernández Murias, comendador (p. 11), Daniel Durán, “Benemérito de la Sociedad Española de Beneficencia, distinguido benefactor gallego” (p. 15), comendador Ezequiel C. Área (p.23), Casimiro Santa Maria, “Presidente de la Sociedad Benéfica A. Cánovas del Castillo” (p. 27). A única personagem não pertencente à colônia galega do Rio cuja fotografia está incluída em *Lembranza de Galicia* é Manuel Curros Enríquez, “egregio poeta gallego fallecido en La Habana en 7 de marzo de 1908” (p. 13).

Os estudos sobre os periódicos dos imigrantes galegos do Rio de Janeiro

Da imprensa espanhola, além da revista *Lembranza de Galicia*, localizamos na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro dois periódicos, a revista *La Estirpe* e o jornal *El Correo Gallego*, ambos dependentes da colônia espanhola do Rio, isto é, em grande parte, dos galegos. Da revista *La Estirpe* encontramos 108 números. Esses exemplares, na Biblioteca Nacional, estão encadernados em 6 volumes, em que se conserva do primeiro número, do 12 de outubro de 1923, até o número publicado em janeiro de 1928 – o número 108. De *El Correo Gallego*, periódico do Centro Galego do Rio de Janeiro, na Biblioteca Nacional guardam-se 78 exemplares, classificados em duas pastas, abrangendo uma os 32 números conservados dos publicados entre o 7 de novembro de 1903 e o 31 de dezembro de 1904, e, a outra, os 46 números do ano 1905, de 7 de janeiro aos 22 de dezembro³⁴⁶.

³⁴⁶ Desconhecemos quem foi o responsável da encadernação, em seis volumes de capa dura, dos 108 números de *La Estirpe* conservados na Biblioteca Nacional do Rio. A série dos 108 números encontra-se completa. No primeiro volume estão incluídos os 12 primeiros números da publicação, do primeiro número de outubro de

Segundo a nossa verificação não foi divulgado, até o momento, nenhum estudo monográfico sobre a imprensa das agremiações espanholas no Rio de Janeiro. Em diversos trabalhos, há alusões a periódicos e, em alguns, há análises de matérias publicadas em diversos números desses periódicos.

Pelo que nós observamos, o único listado divulgado sobre os periódicos coloniais espanhóis no Rio é o que consta na obra *Presença de Espanha*, de Pinto do Carmo (1959). Nessa obra há um capítulo intitulado Imprensa e sociedades espanholas em que o autor menciona os títulos desses periódicos e faz sumários comentários sobre as suas características. Ele frisa que os periódicos que ele localizou tiveram uma curta existência. A revista *La Estirpe*, que foi o principal periódico colonial espanhol no Rio na década de 1920, não é mencionada por Pinto do Carmo. No entanto, ele sim se refere a *El Correo Gallego*. Perceba-se que os periódicos por ele assinalados circularam entre 1868, quando se editou *La Abeja*, e a década de 1910, quando circulou *El Correo Gallego*. Pelo levantamento de Pinto do Carmo, só voltaria a se publicar um periódico espanhol no Rio na década de 1950, momento em que surge a revista *Santiago*, um periódico que já não parte da iniciativa de imigrantes espanhóis senão da política cultural da Embaixada da Espanha no Brasil. O informe de Pinto do Carmo é o seguinte:

Certamente, existiram e existirão em número superior ao que conseguimos coordenar pesquisando em bibliotecas e arquivos. Infelizmente, não foram respondidas as indagações especialmente realizadas.

Morrendo no nascedouro; sobrevivendo meses, um ano e, às vezes três, as publicações editadas visaram principalmente orientar espiritualmente a colônia, informando-a acerca do que se passava na pátria distante.

DISTRITO FEDERAL

LA ABEJA. Periódico político y de agricultura, industria, comercio, instrucción y beneficencia. O primeiro número é de 4 de junho de 1868.

CORREO IBÉRICO. Órgano de los intereses portugueses y españoles en América. Publícase los miércoles, viernes y domingos. Circulou o número inicial em 5 de abril de 1871.

1923 ao último número de junho de 1924. O segundo volume é formado pelos 17 números da segundo semestre de 1924. O terceiro e o quarto volumes abrangem os números do ano de 1925, incluindo o terceiro os 23 números do primeiro semestre desse ano e o quarto os 17 números do segundo semestre. No quinto volume estão os 20 números de ano de 1926 e, no sexto, os 15 números publicados entre janeiro de 1927 a janeiro de 1928. Os exemplares de *El Correo Gallego* conservam-se em pastas. O seu papel está muito acidificado, desfazendo-se, o que faz quase impossível a consulta.

LA PRENSA ESPAÑOLA. Periódico semanal, político, noticioso y comercial. Director: Juan de Pino. Saía aos domingos. O início da publicação deu-se em 1 de fevereiro de 1892. Eram redatores: Pedro M. Maury e Luis de Galvez.

LA UNIÓN ESPAÑOLA. Semanario Comercial, noticioso y literario. Director: Gaspar Charfield [sic]. Em abril de 1892 retirou-se Clarfield [sic] passando a administrador José Perez; redator: Manuel Barbastro; colaboradores: Manuel de la Peña, José Garcia Mendez, Andres Laplana Carreras e B. P. Ao título de orientação do jornal acrescentou-se: y defensor de los intereses de la colonia española en el Brasil. Passou o jornal a bissemanal, sob nova direção dos srs.: Gaspar de los R. Thous, Andres Laplana e R. Hurtado Mendoza.

ESPAÑA. Periódico independiente, defensor de los intereses españoles. Propiedad de Francisco Fernández. Director: C. M. Saornil; administrador: J. Gago Torres. Rio de Janeiro. Publicação iniciada aos 17 de agosto de 1895.

EL CORREO GALLEGO. Propiedad del Centro Gallego. Semanario independiente, de intereses generales. Director: Antonio de la Cuesta. Administrador: Manuel Garcia Rivas. Gerente: José Luis Diz. Circulou pela primeira vez em 7 de novembro de 1903. Publicava-se aos sábados.

O TOREIRO [sic]. Periódico toureiro. Proprietário: Angelo Leuzano. 1908. Não foi, propriamente, um jornal espanhol. Surgiu com o aparecimento das touradas espanholas, naquele ano; por influência delas, para exaltá-las.

SANTIAGO. Informação cultural espanhola. Diretor: Carlos Gonçalves Fidalgo. Redator-chefe: Manuel Garcia (Pinto do Carmo, 1959: 147-48).

Tirando o *Correo Ibérico e España*, os periódicos mencionados por Pinto do Carmo encontram-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Nessa biblioteca conservam-se os dois primeiros exemplares de *La Abeja*, periódico em verdade fundado aos 11 de junho de 1868. De *La Prensa Española*, com exceção do 10 e 11, lá se guardam os 13 primeiros números, de fevereiro a abril de 1892. De *La Unión Española*, a Biblioteca Nacional carioca tem uma coleção que parte do primeiro número, em fevereiro de 1892, e vai até o número 148, de setembro de 1897. Dessa série conservam-se mais de dois terços dos números. O periódico *O Toureiro* tem um número preservado, o segundo, de novembro de 1908, nessa biblioteca. Da revista *Santiago*, tirando o primeiro número, de outubro de 1949, conserva-se, na Biblioteca Nacional, a sua série completa, até o n. 40, de dezembro de 1955³⁴⁷.

³⁴⁷ Da revista *Santiago*, Pinto do Carmo (1960: 148) dá bastantes informações: “Revista mensal. O primeiro número circulou em outubro de 1949. A iniciativa da publicação deveu-se ao então adido cultural Garcia Viñolas. O novo órgão foi recebido com muita simpatia por brasileiros e espanhóis. O prof. Joaquim Estrambasaguas, que retornava a Madrid de visita que fizera ao Rio, levou consigo um exemplar do primeiro número e atirou-o ao mar, para que, dessa forma, fosse ele batizado com a água do oceano. Em novembro de

O Centro galego do Rio de Janeiro

Sabemos que o Centro galego do Rio de Janeiro se fundou em 1900 e que foi fechado em 1943 e cremos que o que se pode conservar do seu espólio deve se encontrar no arquivo do Hospital Espanhol carioca, ao qual, em 2003, não se nos permitiu aceder.

Érica Sarmiento da Silva, no entanto, teve acesso, no ano 2000, ao arquivo da Sociedade Espanhola de Beneficência-Hospital Espanhol e lá localizou as *Atas* que se conservavam do Centro (períodos 1899-1909 e 1937-1940, e as atas do fechamento). Érica Sarmiento, na sua tese de doutorado *Galegos no Rio de Janeiro (1850-1970)* (Silva, 2006a), diz que nessas atas constam os nomes dos diretivos e que, por elas, podem-se apreciar “as festas, as atividades culturais do Centro e as listas dos convidados, que davam a conhecer o tipo de eventos celebrados, a que tipo de público eram dirigidas as programações culturais e também com que instituições brasileiras o Centro mantinha relações” (Silva, 2006: 23). A esse centro dedica a única seção – 3.1. O Centro Galego – do capítulo terceiro da sua tese – Associações étnicas: debates e discussões dos espanhóis/galegos no Rio de Janeiro –. Ela assinala que a primeira sede do centro, em 1900, esteve na rua da Constituição. Diz que os seus sócios tinham um considerável poder aquisitivo – eram comerciantes e industriais –, pois as quotas eram caras, e que, gozando de projeção socioeconômica e representatividade dentro da comunidade galega no Rio de Janeiro, muitos deles também eram sócios do Hospital Espanhol. A pesquisadora salienta que, cotejando os nomes das direções de ambas as entidades, ficou patente o vínculo entre o Centro Galego e o Hospital Espanhol. Assim, ela diz:

no ano de 1922, no salão de atos do Hospital Espanhol, encontramos uma placa em homenagem aos sócios do Centro Galego do ano de 1922, mas especificamente aos membros da Junta Diretiva desse mesmo ano, ‘por haber realizado com titánico esfuerzo la construcción de nuestro edificio social inaugurado el 29 de julio de 1922’ (Silva, 2006: 385).

1950, com a morte de Angel Gonzalez Fernandez, perdeu o mensário um dos grandes entusiastas. Palazon Olivares, ao tempo secretário do Dep. de Imprensa da Embaixada e redator da revista, deixou de a ela prestar a sua colaboração, por ter sido transferido para Portugal (fevereiro de 1953). Ao fazer três anos de existência (setembro de 1952), estavam exaustas as forças que, sem desfalecimento, lutaram por manter a revista. Tentando prosseguir, instituiu-se, após apelo sincero e melancólico, a classe dos sócios protetores, como última tentativa para continuar a sua obra hispano-brasileira. Acudiram poucos (2 dúzias de sócios). A publicação, que por falta de recursos não mais podia ser mensal, tornara-se trimestral. O preço de venda passou de cinco para quinze cruzeiros. Afinal, mandado Garcia Viñolas para servir em outra embaixada, não pôde mais circular Santiago, fruto de sua destacada obra como adido cultural no Brasil e, ultimamente, a melhor publicação aqui estampada, no gênero”.

A pesquisadora notou que, em dia 27 de julho de 1933, se comemorara o Dia da Galícia, no qual que atuou o orfeão do centro e pondera que:

Na programação cultural do Centro Galego abundavam as veladas literárias, as conferências e saraus, atividades típicas das classes altas que se distanciavam muito da realidade das classes baixas. Quando realizavam atos sociais nos fins de semana, como as veladas literárias costumavam convidar associações importantes, que estavam vinculadas com o setor profissional da comunidade galega, como o Clube Comercial de Botafogo, localizado na zona sul do Rio de Janeiro, no bairro de Botafogo, um bairro que se distanciava muito do cotidiano da maioria dos trabalhadores galegos (Silva, 2006a: 389).

Nas atas, em relação à imprensa colonial, Érica Sarmiento só localizou menções ao periódico do centro, *El Correo Gallego*, e ao paulista *La Voz de España*. Ela indica que o centro fechou por desavenças políticas entre os sócios e que estas já existiam no começo do séc. XX, já que, segundo as atas, era freqüente que eles se acusassem mutuamente “de desordeiros, traidores ou anarquistas” (Silva, 2006a: 395). Havia também conflitos com o Cassino Espanhol, que a pesquisadora classifica como um clube formado pela comunidade catalã no Rio de Janeiro, e com a representação consular espanhola, acusada pelo centro de inepta. Em relação aos posicionamentos políticos dos sócios do centro, a pesquisadora, logo de observar as discussões entre entres refletidas pelas atas, percebe uma “certa tendência a uma ideologia de esquerda” (Silva, 2006a: 398). Ela diz que um dos sócios – Fernando Bondad – defendia a liberdade política dos sócios e o direito deles ao engajamento sindical. Ela ressalta o seguinte:

O teatro anarquista, por exemplo, encontrou seu espaço nas sedes do Centro Galego desde o início do século XX. Foi o lugar no Rio de Janeiro onde mais obras teatrais desse gênero foram representadas. Em 1903, o gráfico espanhol Mariano Ferrer, que trabalhava no *Jornal do Comércio*, fundou o Grupo Dramático de Teatro Livre na Associação dos Artistas Sapateiros, sendo o seu ensaiador e ator. Estreou no Centro Galego, em outubro do mesmo ano, duas obras teatrais. A esposa de Ferrer, a espanhola Carmen Ferrer, foi uma das pioneiras do movimento feminista no Brasil e junto com seu marido, a maior divulgadora do teatro amador. Os trabalhadores e operários galegos também tinham seu próprio grupo de teatro, chamado Grupo Teatral do Centro Galego, onde participavam obreiros de diversos ramos e nacionalidades, como o português Luciano Trigo, carpinteiro da construção civil e afiliado à União dos Operários da Construção Civil. Muitos trabalhadores, através do teatro, da prensa e da publicação de livros, se manifestaram contra as injustiças sofridas pela sua classe e contra a repressão policial. Foi o caso de José Martins, um operário que em 1909 escrevia no jornal A

Lanterna, de São Paulo e na *Guerra Social*, no Rio de Janeiro ou o de Nicolau Parada, um garçom, que fugindo da repressão policial do Rio de Janeiro, escapou para São Paulo e em 1922 ajudou a fundar o jornal *A voz da União* (Silva, 2006a: 399).

A respeito da Guerra Civil, a autora indica que a diretoria do centro teve, em 1937, que ceder o mandato, por esta ser acusada de comunista, sendo destituída e substituída por “velhos e conceituados comerciantes da cidade” (Silva, 2006a: 400), e frisa que a vigilância sobre o centro, por parte das autoridades brasileiras, aumentou logo da aprovação do Decreto-lei n. 383, de 18 de abril de 1938, que vedava a estrangeiros a atividade política no Brasil e proibia a existência daquelas associações que não fossem mistas, isto é, que não aceitassem brasileiros como sócios, sendo, ademais, presididas por um brasileiro, e que não tivessem, além de fins culturais e recreativos, fins beneficentes³⁴⁸. Érica Sarmiento observou que, em 1938, o Centro Galego realizara uma assembléia, presumivelmente pró-republicana, sem a autorização da polícia, e que foi, portanto, qualificada como subversiva. Esse fato faria com que, em o Ministério da Justiça e Negócios Interiores ordenasse a sua dissolução sob a alegação de descumprimento do Decreto-lei n. 383, o qual aconteceria em 1943. Érica Sarmiento reproduz a notícia que, sobre o fecho do Centro Galego, publicou o *Diário da Noite*, em 29 de janeiro de 1942:

O Ministro da Justiça determinou a dissolução do “Centro Gallego”, velha sociedade espanhola, com mais de 40 anos de existência, por não terem os seus dirigentes cumprido as disposições do decreto 383, que regula a vida das sociedades estrangeiras no Brasil. Elementos prejudiciais vinham tomando atitudes más, com o protesto da maioria dos associados do tradicional “Centro”, muitos deles brasileiros (Silva, 2006a: 402).

El Correo Gallego

Além da seção que Érica Sarmiento dedica ao Centro Galego do Rio, não conhecemos nenhum estudo sobre ele. O Centro Galego, no entanto, é uma constante referência das investigações sobre a história do sindicalismo no Brasil por nos seus salões ter acontecido, em 1906, o Primeiro Congresso Operário Brasileiro. Todavia, é possível reconstruir a história dessa associação entre o 7 de novembro de 1903 e o 22 de dezembro de 1905 por ter circulado entre essas datas o semanário *El Correo Gallego* – “Semanario

³⁴⁸ O Decreto-lei n. 383, de 18 de abril de 1938, tem o rótulo “Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências”. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaLegislacao.action>>. Acesso em: 4 mai. 2009.

independiente de intereses generales” – que, embora não se intitulasse como o porta-voz do centro, era da sua propriedade. Na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro foi-nos possível a consulta de *El Correo Gallego*, do seu número 62 ao 78. A eles referimo-nos a seguir.

É claro que esse semanário, como instrumento do Centro Galego, foi utilizado em defesa dos interesses dos imigrantes galegos associados. Comprovamo-lo em uma matéria do n. 62 – Ano III – aos de 7 de janeiro de 1905, em que se critica o descaso das autoridades espanholas no Brasil em relação aos imigrantes:

Como habéis observado, nuestras autoridades continúan felizmente a no dar señales de vida. He dicho felizmente, porque cuando salen del cómodo recogimiento a que se han entregado, es en perjuicio de los intereses colectivos de la colonia y de España.

Prueba de ello, es el proceder que el Sr. Aranguren ha tenido para con la colonia y lo difícil que es encontrarse un español que por cualquier motivo haya tenido que ir al consulado, y no haga malas referencias de nuestras autoridades consulares.

Así es que, desamparados de la protección que debiera prestarnos nuestra patria, debemos confiar únicamente en nuestro noble proceder y en los humanitarios sentimientos de los hijos del país que nos alberga, a fin de que no sea necesario el recurrir a nuestras autoridades que nos ven con desprecio cuando llamamos a sus puertas para perturbarles la silenciosa tranquilidad.

Para terminar

En lo que respecta a unión, es verdaderamente satisfactorio el presente estado de nuestra colonia y como tal, digno de mencionar. Hasta hace pocos meses atrás, si no existía completa desunión entre los miembros de más prestigio en la colonia, había por lo menos cierta indiferencia de unos para otros, viendo cada cual las cosas bajo un prisma diferente, pero la partida del señor director de El Correo Gallego para Europa, nos ha ofrecido la oportunidad de verificar que desapareció todo antagonismo, y que el elemento sano de la colonia española se halla congregado y dispuesto a mantenerse completamente unido.

No pretendo demostraros las ventajas de esa unión para el buen resultado de los asuntos coloniales porque vuestra esclarecida inteligencia sabrá bien distinguirlas. Solamente os pido para que prestéis vuestro apego a la nueva Junta Directiva a fin de que el Centro Gallego logre la mayor parte de la gran utilidad que de ella adviene.

Adelante, pues, por Galicia y por España! He dicho

Nesse número há uma notícia em relação à vontade de que se coordenassem as atividades do Centro Galego com o Casino Español:

En el relatorio del año anterior, os participé que la Junta Directiva había intentado entablar amistosas relaciones con el Casino Español, sin que pudiera haberlo conseguido, y hoy, tengo la grata satisfacción de ocuparme nuevamente del mismo asunto, para manifestaros que con la intervención

del señor presidente de la Sociedad Española de Beneficencia, D. Casimiro Santa María, han quedado establecidas dichas relaciones el día 28 de abril del corriente año.

Para conseguir este fin, tuvieron que luchar nuestros conterráneos del Casino, con un grupo de ciertos individuos que, acostumbrados a vivir en el desorden, han opuesto toda la resistencia que les fue posible a la unión moral de las colectividades hasta que, viendo la imposibilidad de vencer a nuestros paisanos, formularon un ridículo protesto y huyeron del casino, quedando de esta manera patentizado una vez más la superioridad de los gallegos en todos los asuntos de la colonia española de Rio de Janeiro, y la pequeñez de sentimientos de los que así se oponían a un acto de fraternidad sin motivos que justificasen tal oposición.

Al terminar la lectura de este párrafo, el señor presidente se dirige aparte a la asamblea y dice: superioridad en el sentido material, pues en el moral importaría en una ofensa para todos los españoles hoy; cosa esta que no ha estado en mi intención al escribir el párrafo que acabo de leer.

No n. 62 constam também uma crônica intitulada Desde Cádiz, assinada por Luis Otero Pimentel aos 20 de dezembro de 1904, um artigo de opinião de Francisco Vázquez Enríquez, com o título Mis impresiones políticas, e vários poemas do pontevedrês Rogelio Lois. Informa-se da encenação do drama *Aurora*, de Joaquín Dicenta e da obra *Las codornices* no Centro Galego, e da encenação no Rio e, pelo Gremio Dramático, das obras *Robo y envenenamiento* e *Quítate la ropa*. Além disso, critica-se ao jornalista espanhol assentado em São Paulo José Eiras García, em uma matéria intitulada Al calumniador. Há uma seção rotulada Nuestro indicador cuja função é indicar a distribuição de casas espanholas no Rio de Janeiro. Anunciam-se as águas de Mondariz e as “Escuelas nocturnas del Centro Gallego”: “Estas escuelas están bajo la dirección de D. Jesús Muños y funcionan los lunes, miércoles y jueves, de 9 a 11 de la noche. Son gratuitas a todos los señores socios del Centro Gallego y de la Sociedad Española de Beneficencia. Rua da Constituição, 30 y 32, Rio de Janeiro”.

Sobre as atividades do Centro Gallego informa-se que:

Estamos acostumbrados a presenciar en nuestro Centro momentos de verdadero entusiasmo patriótico; pero la fiesta improvisada que nos ofrecieron el sábado pasado las amables señoras y gentiles señoritas que frecuentan nuestros salones subió de punto.

Es el caso que la noche estaba borrascosa, y nadie contaba con mucha concurrencia; añádese a esto que una de las seis figuras del gremio dramático enfermó y en consecuencia se suspendió el espectáculo. Fría la noche y helados los ánimos, a las diez y media se levanta el telón y una salva de palmas acoge al Sr. Alvarado, que cantó admirablemente una bonita aria para barítono. Surge luego la simpática doña Amparo Bataller que con “Canto de Amor!” cautivó por algunos minutos nuestra atención. Por fin el Sr. Prof. D. Antonio Noguera cantó admirablemente un trozo de la ópera

“Semiranis” que con su voz de bajo, demostró la maestría de su ejecución. Todos estos números fueron acompañados a piano por D. José Niera (hijo). Súbito se organiza una marcha *aux fambleaux*, y fuimos al balcón de la calle donde se ostenta el pabellón de Galicia, y allí entre los cambiantes de mil luces de bengala, abrió una hermosa caja Doña Julia J. De Portas Camposano, y sacando una gran bandera la ofreció al Sr. José Luiz Diz, como expresidente del Centro Gallego.

El Sr. Diz, muy conmovido con este imprevisto agradeció la oferta hecha al Centro Gallego, tanto más valioso cuanto representa la colectividad de las señoras y señoritas que nos honraron con su frecuencia. Inmediatamente fue substituida por esta nueva, la antigua bandera que poseíamos, ondulando por primera vez en el espacio a la media noche del 14 de enero, entre vivas atronadores de la compacta concurrencia. Fue inmediatamente servido el té acostumbrado y enseguida se dio principio al baile, que terminó a las 5 de la madrugada. Damos a continuación los nombres de las señoras y señoritas que nos ofrecieron la bandera [...].

O n. 65 contém um Epigrama de Perfecto Vidal, imigrante do Rio de Janeiro, e com data de 20 de janeiro de 1905, assina “Calpeña” uma matéria acerca da situação das agremiações espanholas em Santos. Na seção Tribuna libre, publica F. Bondade a sua opinião acerca da situação na Rússia, favorável aos revolucionários. Informa-se também das atividades do Centro Galego:

Como hemos anunciado en nuestro número anterior hoy realizará nuestra sociedad una gran fiesta para conmemorar el 5 aniversario de su inauguración.

La comisión encargada de organizar el programa no ha descansado ni un momento para dar a dicha fiesta el mayor realce posible, haciéndola digna de figurar al lado de las ya realizadas en años anteriores. He aquí dicho programa:

Primera Parte

1. Alborada Gallega del inmortal maestro Veiga, ejecutada por la renombrada banda de la Brigada Policial.
2. Por el Grupo Lírico Dramático de nuestro Centro, representación de la preciosa zarzuela Toros de Punta, letra de los señores José Jackson Cortés y José Jackson Veyan, música del maestro Isidoro Hernández.
3. Margaritas, linda poesía de don Antonio Alcalá Galiano, recitada por nuestro digno presidente honorario el Sr. Comendador D. Matias Fernández Murias.

Segunda Parte

1. Una lágrima, poesía del maestro Beaungeria, cantada por el profesor de música de nuestra institución D. Antonio Noguera Sánchez.
2. Monólogo de la zarzuela La Tempestad, para barítono por D. José Ramón Alvarado.
3. Jota de la zarzuela El Guitarrico cantada con acompañamiento de guitarra por el Sr. Murias.

Tercera Parte

Baile, amenizado por la ya nombrada banda.

O n. 67 de *El Correo Gallego*, do sábado 11 de fevereiro de 1905, publica uma notícia sobre as péssimas condições de trabalho nas fazendas do interior paulista e sobre a exploração, nelas, dos imigrantes. Dá-se notícia das atividades do Centro Galego de São Paulo e volta-se a criticar a Antonio Eiras Garcia. Nesse n. 67 há uma seção em que se informa das publicações que foram remetidas à redação do periódico:

El ilustre colaborador de *El Correo Gallego*, D. Luis Otero y Pimentel, coronel del cuerpo de Estado Mayor de Plazas, nos ha enviado un ejemplo de la segunda edición (ampliada), de su obra *Política Militar y Civil* [...] Recibimos: El n. 76 de la revista *España*, propiedad de la Asociación Patriótica Española, de Buenos Aires. Este número, como todos, está ilustrado con magníficas composiciones literarias. Los números 50 y 51 de la revista semanal *Galicia* que se publica en La Habana. Los números 393, 394 y 395 de *Follas Novas*, revista que se publica en La Habana y cuenta ocho años de existencia. El n. 63 de Nova Galicia, de Buenos Aires, que dirige nuestro distinguido amigo y apreciable colaborador don Fortunato Cruces.

Sobre a celebração do quinto aniversário do Centro Gallego de Rio publica-se que:

Como habíamos anunciado en nuestros números anteriores, se realizó el presente sábado en nuestro Centro una gran fiesta, promovida por un entusiasta grupo de socios, con objeto de conmemorar el 5 aniversario de la inauguración de la primera sociedad que consiguió fundarse en el Brasil – El Centro Gallego de Rio de Janeiro.

La fachada del edificio se encontraba gallardamente adornada con profusión de banderas y gallardetes, destacándose orgullosas las banderas españolas y gallegas.

A las ocho y media hizo su entrada la banda de música militar, que momentos después de encontrarse en el recinto de la sociedad, ejecutó con suma maestría la *Alborada* del inmortal maestro Veiga, que fue recibida por todos los concurrentes con frenéticos aplausos.

Poco tiempo transcurrió en levantarse el telón para representarse la graciosa zarzuela en un acto, titulada *Todos de punta*, que gracias a la buena ejecución que supieron darle sus interpretadores consiguió tener a la concurrencia en completa hilaridad.

No n. 68, datado em 18 de fevereiro de 1905, retoma-se o assunto de um artigo dedicado, no anterior número, à crítica das medidas que poderiam ser implementadas pela administração do Estado de São Paulo contra a imprensa estrangeira por esta denunciar as condições de trabalho dos imigrantes nesse estado. Informa-se também da “asamblea general extraordinária” da Sociedad Española de Socorros Mutuos e Instrucción de Santos. Nesse número há um artigo a respeito da situação política na Galiza, assinado em Santos, em fevereiro de 1905, por Antonio D. de Cabo, intitulado Galicia y Lerroux. Na seção Bibliografía, dedicada às publicações recebidas na redação do periódico, informa-se das seguintes novidades:

D. Galo Salinas Rodríguez, el ilustrado director de la *Revista Gallega*, de La Coruña, nos ha enviado un ejemplar, del diálogo pasional *Gloriosa Derrota*, estrenado con grandioso éxito en el Teatro Principal de La Coruña la noche de 3 de abril del año pasado, en el espectáculo de caridad realizado en beneficio de la Cocina Económica.

Un número extraordinario de la importante revista *Unión Ibero-Americana*, de Madrid, que además de los brillantes artículos sobre comercio, industria [...] publica muchos gravados representando algunas vistas de España, Argentina, México, Honduras, Colombia, San Salvador, Tierra de Fuego y Retratos de los Presidentes de algunas Repúblicas Americanas.

Prácticas modernas, de La Coruña, revista quincenal ilustrada, de agricultura, ganadería, ciencias naturales y sus aplicaciones, ciencias sociales y sport, bajo la dirección del abogado don José Gradaille.

El n. 170 de *El Eco de Galicia*, de Buenos Aires, dirigida por D. Manuel Castro López.

No n. 69, inclui-se um fragmento do relato, em galego, *A outro can con ese oso*. Nesse número, o correspondente de *El Correo Gallego* em Santos informa da mobilização republicana que envolvera a colônia espanhola nessa cidade para comemorar o aniversário da proclamação da I República:

Fiesta republicana

El día 12 del corriente realizose la segunda asamblea general de la Sociedad Española de Socorros Mútuos e Instrução. Fueron aprobados todos los actos de la Junta Directiva y la memoria correspondiente al año de 1904 [...]

El día 14 del corriente, pasaron por esta en el Nile, el S. D. Ignacio Ares de Parga, vicepresidente del Centro Español Republicano de Bahia y sus sobrinos, y el Reverendo D. Francisco de Paula Agneti.

Los republicanos españoles de esta ciudad hicieron a dichos señores un entusiasta recibimiento. Fueron a bordo, en nombre del Centro Unión Republicana Española, a invitarles a venir en tierra, a lo que accedieron, los señores D. Severino Torrecilla, Presidente Honorario, D. José Figueroa, D. Santiago Espina, D. Francisco Meléndez y D. Miguel Gómez. En el local de la Asociación esperaban el Sr. Parga, los señores D. Juan Durán, orador oficial; D. Antonio Díaz, secretario; D. Juan Riego, D. Antonio L. Puente y otros correligionarios del Sr. Ares Parga, cuyos nombre no recuerdo.

Después de los más cordiales saludos al S. Parga, se dio lectura al acta de la Fundación del Centro que fue oída religiosamente por el festejado a quien conmovieron profundamente los párrafos en que se trata de Cuba y Filipinas. Los ilustres visitantes fueron obsequiados con una opípara mesa de dulces, cambiándose en esta ocasión entusiásticos brindis y protestos de solidaridad, acordando por unanimidad enviar un telegrama a la red de *El Correo Gallego*. En seguida salieron a pasear por la ciudad visitando la Santa Casa de la Misericordia, acertadamente administrada por nuestro compatriota D. Gerardo Santiago Álvarez que les mostró todas las dependencias de dicho establecimiento de caridad. Visitaron las sociedades españolas a donde no pude acompañarlos porque mis ocupaciones no permitieron dispensar el tiempo necesario para hacerlo. A la despedida de los

viajeros, comparecieron también D. Manuel Cadavid, Presidente de la Sociedad Española de Socorros Mutuos, su hermano José y los representantes de *La Tribuna Española* y de *El Correo Gallego*.

Para conmemorar el 32º aniversario de la proclamación de la República en España el Centro Unión Republicana Española realizó una fiesta brillante que dejó encantadas a todas las personas que hemos tenido el gusto de asistir a ella. El día 11, a las 5 de la mañana, al izar la bandera en medio de nutridos aplausos, fue saludada por 21 tiros. A las 9 de la noche, con la presencia de todos los miembros del Consejo de Honor y de la Junta Directiva, el Sr. Presidente declaró abierta la sesión y concedió la palabra al orador oficial D. Juan Durán que pronunció un elocuente discurso, disertando sobre el acto que se conmemoraba por espacio de 01 hora. Hizo igualmente uso de la palabra D. José Figueroa que tomó por tema el mismo asunto. Ambos oradores fueron merecidamente aplaudidos. Terminada la sesión solemne se dio principio a un animado baile que se prolongó hasta las cuatro de la madrugada, y el cual fue amenizado por la banda de la Sociedad Instrumental Pierrot, cedida para este fin por su Directiva. A la fiesta comparecieron los representantes de los periódicos locales y los correspondientes de *La Tribuna Española* y de *El Correo Gallego*.

No n. 70 é reproduzido o texto da palestra *La emigración*, o discurso inaugural das conferencias do Centro Gallego de Madrid, pronunciada por D. Augusto G. Besada em dezembro de 1904. Volta-se a criticar a ineficiência das autoridades consulares espanholas no país em relação à proteção dos interesses das agremiações espanholas no Rio. Nesse n. 70 informava-se que, no Centro Galego de Río, o Grupo Dramático encenara *Doce retratos seis reales* e que “Conmemorando las fiestas de Momo, nuestra sociedad realizará tres pomposos bailes de fantasía hoy sábado, mañana y martes. El baile de hoy será amenizado por la renombrada banda de música de la brigada militar. Para invitaciones en secretaría”.

O n. 71 contém dois poemas, um – ¿Obreiros? –, de F. Porto Rey, sobre a emigração, e um outro de Eduardo Pondal, Pois que tanto os boos ceos vos depararon, “Poesía leída en la velada realizada por la “Unión artística compostelana” en honor del Orfeón de Pontevedra, por su visita a Santiago, el día 12 de diciembre pasado”. Nesse número inserem-se umas Crónicas compostelanas, especiais para *El Correo Gallego*, assinadas da Galiza por Jesús Rey Alvite:

No n. 72, de 17 de março de 1905, publicou-se a Memória apresentada à assembléia geral ordinária da carioca Sociedad Española de Beneficiencia, em 29 de janeiro de 1905, pelo seu presidente, D. Casimiro Santa Maria, correspondente ao ano de 1904. Há mais uma matéria das Crónicas compostelanas (sucesos) e resenhas de notícias do *Correo de Galicia*. Nesse número foram inseridos uns “Cantares populares” e, em uma seção

intitulada Masas corales galegas, desenvolve-se uma pequena reportagem sobre a Unión Artística Compostelana.

No n. 73, de 25 de março de 1905, informa-se da encenação, no Centro Galego, de *La hija del leon*. Há também uma matéria sobre as boas relações de colaboração que se estavam implementando no Rio entre o Casino Español e o Centro Gallego. No n. 77 publica-se uma “Carta abierta” do diretor de *El Correo Gallego*, Antonio de la Cuesta, a Jesús Rey Alvite, de Santiago de Compostela³⁴⁹.

³⁴⁹ Reproduzimos, a seguir, a “Carta abierta” dirigida no n. 77 de *El Correo Gallego* pelo seu diretor, Antonio de la Cuesta, a Jesús Rey Alvite, de Santiago de Compostela, por ser a mais antiga crônica que localizamos elaborada por um imigrante galego do Rio sobre as suas vivências ao retornar, durante uma temporada, à pátria: “Distinguido amigo: Justísimos son sus deseos de conocer las impresiones que he traído de nuestra amadísima Galicia, pero a pesar mío no puedo satisfacer tal pretensión por muchas razones que usted me dispensará de exponer: Si pasase al papel, con los debidos comentarios, lo que pude observar durante el corto período de los 25 días que me hallé en mi tierra, procedería como muchos de esos escritores levianos que visitan un país apenas en un vagón del camino de hiero y luego escriben un grueso volumen de lo que no vieron y comentan hechos que no pasan de su imaginación ganosa de popularidad o de intereses materiales, aunque de tal manera perjudiquen el buen nombre de una nación o de sus habitantes. Por desgracia existen muchos hombres de estos y los españoles hemos sido juzgados bastantes veces por ellos y soportado las faltas de su sinceridad. Para emitir parecer sobre una nación, provincia o ciudad no es bastante poseer galanera de estilo, (cosa que absolutamente me falta) es necesario conocer a fondo su vida pasada y presente, para de ahí encontrar la explicación de los fenómenos sociales que podamos observar, deducirles con precisión las consecuencias y apuntar el remedio para evitar los que a nuestro juicio se presenten viciados o defectuosos. No fue en vano que el inmortal Augusto Comte dijo que la sociología es uno de los estudios más difíciles; por lo tanto no puede estar a mi alcance. Dirá usted, querido amigo, que usted no me pide el remedio para los males de nuestra Galicia (¡ni eso era posible!) y si apenas mis impresiones, pues asimismo me encuentro imposibilitado de hacerlo. Residiendo 11 años en este país y habiendo salido de Galicia a los 14, es decir, cuando apenas la razón empieza a abandonar el estado que pudiéramos llamar embrionario y hacernos comprender las cosas que hasta entonces nos parecían obscuras, forzosamente había de extrañar, como extrañé la mudanza de una capital esencialmente cosmopolita, como es esta por un pueblo esencialmente gallego, como Vigo. Aquí una capital llena de agitación, de vida, de pasiones y de luchas, disputando la hegemonía de Sud América; allí una ciudad, que no obstante su progreso material cada vez más visible todo se encuentra subordinado al método y a la rutina. En una el tranvía eléctrico al alcance de todos los bolsillos; en otra el coche solamente para los poderosos. Aquí una ciudad inmensa, casi sin religión ni leyes de ninguna especie que la prendan al pasado y que puedan oponerse a su marcha progresiva, dependiendo únicamente de la voluntad del administrador; allí una ciudad pequeña que aún ahora entra en el camino de la vida con legítimas y nobles aspiraciones, pero sin atreverse a romper las cadenas que impidan su emancipación y retarden su prosperidad, al contrario levanta edificios para abrigo de perezosos de ambos sexos, de los inútiles para sí y para la sociedad porque consumen todo y no producen nada. Generalizando el paralelo: En el Brasil, como en todas las naciones americanas hay leyes que no son completamente liberales, más son compatibles con nuestra época. En España, como en todas las naciones europeas, las leyes hacen del ciudadano un esclavo y los privilegiados disponen de su vida como muy bien les place ¡y todo el mundo encuentra esto racional y lógico!... Como usted debe comprender, el poco tiempo que estuve en Vigo (de los ya dichos deduzca algunos días de aldea en donde he visto cosas tan irritantes que me causaron admiración ¡que hasta los propios gallegos las aguantasen!) los dediqué todos a mi madre y hermana; compañeros de mi infancia solo encontré uno, los otros allá se quedaron enterrados en Cuba y Filipinas. Cuando pretendía visitar algunas ciudades de nuestra Galicia me vi obligado a regresar precipitadamente gracias a la irracional, estúpida y bárbara ley del servicio militar. Ya ve usted que lo que yo supongo anormal y atentorio contra la libertad moral y material del ciudadano, a los que ahí residen les parece esto natural, indispensable y patriótico. Con el tiempo quizá me acostumbre a mirar las cosas por el mismo prisma – que quien hace al hombre es el medio – pero en tan

No n. 78, de 29 de abril de 1905, publica-se o poema N'a morte do ilustre patricio Emilio Castelar, de Rogelio Lois, e o artigo La acción social del liberalismo en Galicia, do catedrático Eloy Luis André.

El Correo Gallego (1903-1905) foi o único semanário de uma associação de imigrantes galegos no Rio de Janeiro. Nos números acima comentados, observamos que o seu editorial se identificava claramente com os interesses desses imigrantes e que tomou partido por estes nas suas disputas com as autoridades consulares. Tratou-se, além disso, de um jornal que tentou servir de veículo para a comunicação entre as diversas agrupações de imigrantes galegos no Brasil e que, ideologicamente, se vinculou à causa republicana e regionalista.

La Estirpe

Na história da imigração espanhola no Brasil acreditamos que foi a revista ilustrada *La Estirpe* o periódico mais extenso – uma média de 60 páginas por número – e, portanto, o mais rico em informações. Sem dúvida foi o mais luxuoso em editoração. Devido à inclusão que ele fazia de detalhadas informações sobre as atividades das entidades espanholas no Brasil, acreditamos também que foi o único que pretendeu atingir, representando-os, os leitores espanhóis de todo o país. Teve, no entanto, uma curta existência (1925-1928). A seguir, comentaremos as notícias explicitamente relacionadas

corto plazo me convencí de que en Galicia solo se trabajo para sustentar un regular número de vampiros que en ella residen y para los zánganos que en Madrid pasean su nulidad. Yo soy uno de esos utopistas que quisieran ver la sociedad reorganizada sin Dios y sin rey, por el culto sistemático de la humanidad, es decir que se practique el bien por la obligación que tenemos en practicarlo y no por egoísmo como sea el de esperar recompensas celestes; en una palabra: que existe en toda su plenitud el respeto que todos los hombres debemos tener a nuestros semejantes, terminando así la odiosa división de castas, contraria a la razón y a la naturaleza. No quiero molestar más su atención. Me parece que no se encuentra muy lejano el día en que vuelva a sentir las mismas agradables emociones que sentí al desembarcar en Vigo (no vaya usted a suponer que fueron motivadas por ver en una estatua uno de los más refinados defraudadores de la fortuna pública), completamente despreocupado de los obstáculos que puedan oponerse a mi estancia en Galicia y entonces sí que tendré calma para verlo todo y escribir mis impresiones que han de ser buenas como son las de todas las personas que la visitan, aunque yo me vea obligado a decir que en el nuevo cementerio de Vigo los ricos se entierren a la derecha y los pobres a la izquierda de quien entra; que en el mismo cementerio existe una preciosa capilla que sirve de mausoleo a la familia Elduayen y que a todos los lados de dicha capilla, en un reducidísimo espacio hay gran número de sepulturas pobrísimas y maltratadas – pertenecen a los mártires de la patria, a los que regaron con su sangre los fértiles campos de Cuba y Filipinas. Allí no se ve ni una leyenda. Contemplando esta cuadro me pareció ver las calaveras de la puerta de la capilla enseñando sus descarnados dientes, lanzar una carcajada estridente e irónica: es la risa cobarde con que los causantes de tanta desgracia escarnecen de sus infelices víctimas. Dispénseme usted estas digresiones y disponga como guste de su aftmo amigo y s. s. q. b. s. m”.

com a Galiza publicadas nos exemplares de *La Estirpe*. Nosso primeiro intuito fora o de ponderar se havia nesse periódico uma orientação definida em relação à exposição das representações identitárias dos galegos do Rio. Concluimos que *La Estirpe* não pretendia retratar os galegos de um modo diferencial frente aos outros imigrantes espanhóis. *La Estirpe* apresentava-se como uma revista para todos os espanhóis do Brasil. Contudo, nela publicaram-se bastantes notícias sobre a Galiza e sobre o modo de vida dos galegos do Rio por eles serem a maioria dos espanhóis nessa cidade. A imagem que predomina sobre os imigrantes galegos é a de trabalhadores esforçados e honestos, solidários entre si, que com o seu labor contribuíam ao engrandecimento da Espanha e do Brasil.

Desde 1923, ano em que nasce *La Estirpe* [12.10.1923], publicaram-se no periódico matérias relacionadas com os galegos, tanto com os galegos do Rio quanto com os galegos da Galiza. No n. 1 da publicação encontra-se um texto intitulado Grande Hotel Lapa (p. 61), sem autoria especificada, que ocupa toda a página em que foi inserido. O texto combina a publicidade do estabelecimento hoteleiro e a louvação à trajetória profissional dos proprietários do hotel, que são destacados como exemplos do sucesso que se pode alcançar pelo trabalho perseverante e como exemplos da participação patriótica nas diversas sociedades criadas pelos espanhóis – galegos – na capital do Brasil. Eis o texto:

Grande Hotel Lapa

Quando se asocian la honradez, la inteligencia, la perseverancia y el trabajo el resultado tiene que ser espléndido, y esto aconteció con los propietarios del “Grande Hotel”, D. José García Barbeira y D. Francisco Campos Pérez. Españoles los dos de pura cepa honran a su nacionalidad, presentando ambos unas hojas de servicios patrióticos e industriales dignas de todo encomio.

En la parte patriótica, D. José García Barbeira, no regateó jamás sus actividades ni sus medios materiales para demostrar siempre que hizo falta su desprendimiento para toda obra que enaltezca a la Patria.

Nació en Galicia... llegó joven al Brasil, y siempre hizo compatibles sus actividades industriales, con las del patriotismo. La prueba de ello es que en los años de 1911 y 1912 fue presidente de la Sociedad Española de Beneficencia; también ha sido presidente del Centro Gallego, del cual es además socio protector, como es Gran Benemérito de la Beneficencia, miembro de la Cruz Roja Española, fundador de la Cámara Española de Comercio y uno de los incorporadores del Banco de España y Brasil. Al mismo tiempo que esto, se procuraba de dar incremento al “Grande Hotel” donde era interesado desde 1905. Resultando pequeño el establecimiento el Sr. García compró un inmueble junto al Hotel para servir de sucursal. Ha sido socio comanditario de diferentes negocios, es copropietario de una fábrica de celuloide en Nitheroy, en resumen que el Sr. García Barbeira

despliega una doble actividad, que lo coloca a la cabeza se la colonia española como trabajador infatigable y como patriota esclarecido.

Estas virtudes y estas dotes personales no podían encontrar mejor pareja que en D. Francisco Campos Pérez, y bien lo conoció el Sr. García Barbeira al asociarle en sus negocios después de haberle conocido como empleado [...].

Y estos dos españoles trabajadores y dignos son los dueños de dos hoteles, con más de 150 habitaciones, servidas todas ellas por agua corriente, con espléndidos cuartos de baño, con una cocina de primer orden y con un crédito de seriedad que hacen ser tanto al Grande Hotel, como al Hotel Guanabara, los preferidos por la buena sociedad.

O perfil do sócio de José García Barbeira – Francisco Campos Pérez – é apresentado respondendo aos seus mesmos traços. Francisco Campos Pérez também é galego, também emigrou jovem ao Brasil, também se soube destacar na “esfera industrial” pelo esforço e pelo sacrificio no trabalho e também recebeu, conseqüentemente, o reconhecimento da colônia espanhola, podendo ocupar, por aclamação dos seus patrícios, os cargos de diretivo e, inclusive, presidente da *Sociedad Española de Beneficência*.

No n. 5, de 15 de dezembro de 1923, *La Estirpe* publicou um excerto do discurso que lera, oito anos antes, o tudense Augusto González Besada ao tomar posse de cadeira na Real Academia Española. Nesse discurso Augusto González Besada tratara da vida e da obra de Rosalía de Castro, apresentada como um exemplo das virtudes da mulher galega. *La Estirpe* rotulou o excerto do discurso como La mujer gallega – Letras de oro (p. 30, ANEXO). Na matéria está estampado um retrato de Rosalía de Castro junto a duas fotografias da mansão em Poio de González Besada e a um retrato dele. O excerto do discurso da toma de posse recolhe algumas considerações de González Besada sobre as virtudes das galegas, não havendo nenhuma alusão explícita a Rosalía. E, precisamente, as virtudes que são mencionadas das galegas são a da abnegação no trabalho, a do sentido de responsabilidade e a da capacidade de resistência e superação perante as circunstâncias adversas:

La gallega es laboriosa y resuelta, sin que le arredre el trabajo, ni le intimiden las dificultades. Cuando el hogar se apaga, porque la cosecha se ha perdido, o el mar niega su rendimiento; cuando el marido, harto de luchar, se siente vencido, y el viejo se resigna a morir y los hijos piden pan, una sola energía brilla en la choza desolada, la mujer, espíritu fuerte que provee a todo y a todos, que alienta al esposo, consuela al anciano y alimenta a los niños, siendo la primera para el sacrificio y la última para los cuidados necesarios a la vida [...].

Pero no hay nada tan grande, tan heroico, tan sublime, como la viuda gallega. Secas apenas las lágrimas, único caudal que sobrevive al padre en el hogar humilde, aquella mujer, en apariencia débil, toda amor para su esposo, bondad y ternura para sus hijos, se transforma, y cual si de su propio desamparo sacara fuerzas para dominar la flaqueza de su espíritu, haciendo frente a la adversidad, es de ver la energía que despliega, las austeridades que impone, el hábil manejo de severidad y condescendencia con sus hijos, los prodigios de economía, la solicitud, la perseverancia y la laboriosidad puestas al servicio del deber.

O n. 6 de *La Estirpe* contém o primeiro produto literário inserido no periódico. Trata-se de um relato – um “cuento gallego” –, assinado por M. Rivas, em que se narra uma anedota acontecida com um indiano no seu regresso à aldeia natal. O indiano pretendia construir um imóvel que acolhesse uma pinacoteca. O relato, escrito em espanhol, intitula-se *La opinión del técnico*. O nosso interesse nesse relato deve-se a ele, por um lado, retratar supostas características imanentes de um galego enriquecido retornado de América, ou seja, de um indiano genérico. Por outro, deve-se a nele se esboçar um lugar comum das expectativas que projetavam os habitantes de uma aldeia sobre o retorno de um vizinho que emigrara a América. A anedota gira em torno à confusão que cria o retornado – “un Farruco que el dinero transformara en don Farruco” – quando lhes comunica a um pároco da sua confiança – o seu administrador –, ao prefeito do seu município, “no muy lejos de Verín”, e ao seu caseiro/ colono – Antón – que é preciso escolher um terreno, dentre os que ele adquiriu, onde construir o prédio da pinacoteca que possa albergar a coleção de quadros que reuniu na sua estadia no exterior. O indiano já se fizera construir um chalé conforme aos planos que remetera da América e tencionava beneficiar o seu município fundando umas escolas e a pinacoteca. No desfecho da narração, o autor tentou provocar a comicidade criando um diálogo em que o caseiro, cuja expressão é parodiada mediante clichês da fala reticente de um camponês galego, comenta, respondendo às interpelações do seu “amo”, que, no seu parecer, o terreno escolhido é melhor para plantar pimentos que para instalar uma pinacoteca.

M. Rivas diferencia entre os aldeões galegos que partem da Galiza com rumo a América – os indianos – e os que escolheram outros destinos. Estes últimos, se regressam, são qualificados como pessoas que têm “corrido mundo”. Os que vão à América são os indianos; todavia, eles só recebem essa qualificação se, ao voltarem, demonstram que acumularam capital na emigração, um capital que, por sua vez, deve ser em parte investido

em ostentação e filantropia na terra natal. O autor relata a anedota acontecida com o indiano desse conto como se ela fosse o causo sobre uma das típicas ocorrências que se passavam aos retornados endinheirados. Portanto, ele projeta sobre o indiano anônimo do seu relato características extensíveis a qualquer emigrante que regressava:

Entre los aldeanos de Galicia, el que emigra, sin embarcarse, lo mismo si va a las estepas rusas que si no pasa de los pinares que hay por las landas de Bayona de Francia, es un hombre que ha corrido mundo; pero si embarca y pasa la mar, es un indiano, lo mismo yendo a Cuba que a Buenos Aires o a la Patagonia, siempre que reúna la condición característica e inapelable de regresar con dinero.

En el concepto público, el que vuelve pobre sigue siendo “Fulano, que regresó de por allá...”, reservándose exclusivamente la denominación peculiar de indiano para el que fue, estuvo, hizo fortuna y volvió con ella a gastársela por la aldea donde nació.

Sin noticias directas del ausente, que a lo mejor deja transcurrir veinte o treinta años en el silencio más absoluto, y sin que a nadie le comunique sus propósitos, un día se sabe si el Fulano se convirtió en don Fulano de Tal, que hizo tantos miles de pesos en el comercio de cualquier cosa, y que vuelve para establecerse y terminar su vida en aquel rincón de la tierra, más grato a su morriña y a sus recuerdos que todas las grandes ciudades del mundo entero...

El señor cura o un amigo, con mejor preferencia que un pariente, no siendo muy cercano, ha recibido la tradicional comisión de todos los emigrantes que ya calculan redondeadas sus ganancias y desean poner un fin tranquilo a sus trabajos [...].

Y cuentan con que se han de aprovechar en el precio, si es que no se la han de negar por tesón, para venderles la casa de su infancia, y por eso quieren ocultar las gestiones, pero no reparan en la cantidad. Compran recuerdos y van a la ostentación del cariño y de la vanidad legítima de asentarse ricos en donde nacieron pobres.

Pero a lo otro, a las demás tierras que ambicionan, no les dan sino el valor y el precio que por sí mismas tengan...

No n. 10 de *La Estipe*, aos 17 de maio de 1924, publicou-se uma reportagem, intitulada Brasil y España (p. 28-32), em que se informa do banquete que, na *Cámara Española de Comercio* do Rio de Janeiro, a colônia espanhola oferecera, aos dois de maio de 1924, ao Ministro de Relações Exteriores do Brasil, Dr. Felix Pacheco, e ao Ministro da Espanha, Antonio Benítez, para os homenagear e comemorar a assinatura, aos 29 de fevereiro desse ano, do provisório Acordo Comercial entre o Brasil e a Espanha. Segundo o cônsul da Espanha no Rio de Janeiro, a data de 2 de maio fora deliberadamente escolhida por se adequar à celebração simultânea de “nuestra gloriosa nacionalidad” e da “confirmación escrita de la amistad de nuestra España para con nuestra segunda Patria el Brasil”. O autor da reportagem considerou que esse evento fora um dos acontecimentos

mais importantes, e de transcendentais resultados, dos espanhóis no Brasil, por haver congregado a elite da colônia espanhola do Rio e por haver assentado os alicerces para a solução dos problemas do comércio entre ambos os países. A reportagem ocupa quatro páginas; a metade de cada uma delas é ocupada por texto e a outra metade por uma fotografia de um momento do banquete. Nas fotografias estão retratados os comensais no amplo salão da Câmara de Comércio. Uma delas, rotulada “Aspecto general del banquete” recolhe uma grande parte do salão da Câmara e permite calcular a presença de uns cinquenta comensais; noutra, rotulada “La Presidencia del banquete”, vê-se que as bandeiras do Brasil e da Espanha foram penduradas abaixo de um retrato de Alfonso XIII e que em uma divisória de madeira havia placas em que se estamparam os escudos das províncias espanholas. Essa reportagem interessa-nos porque contém o mais antigo cardápio que localizamos de um almoço oferecido em uma cerimônia distinta hispano-brasileira. O jornalista refere-se ao banquete como se segue:

El banquete fue un modelo de organización y de servicio, realizado además por la magnificencia de aquel espléndido salón de la Cámara de Comercio, adornado con profusión de flores desde la puerta de entrada hasta los últimos rincones del espléndido local. La comida fue servida con arreglo al siguiente MENÚ: Crema de gallina a la española, xerne con salsa de tomate a la brasileña, pollo con guisantes a la valenciana, filet de ternera con champiñón al carioca, pavo con jamón a la madrileña, espárragos con salsa blanca a la paulista; postres: charlot rusa, melocotones a la melba, frutas variadas, quesos; vinos: jerez, blanco y tinto de la Cia. Vinícola del N. de España y de las Bodegas Ribero d’Avia, champagne, aguas minerales, café y licores.

Além de esse cardápio mostrar que um sinal – um gesto – de cordialidade, por parte da Comissão que organizara o banquete para a elite da colônia espanhola, para os seus representantes diplomáticos e para o ministro das Relações Exteriores do Brasil, era a alternância de um prato espanhol com um brasileiro, ele mostra que os comensais espanhóis não tinham nenhum reparo em apresentar perante esse ministro brasileiro a culinária espanhola. Se bem não foram servidos pratos cozinhados segundo receitas identificadas como galegas, serviram-se vinhos do Ribeiro que, pelo que foi acima informado sobre as publicidades inseridas na revista *Lembranza de Galicia*, eram importados por proprietários galegos de hotéis, restaurantes e armazéns desde o começo do séc. XX. Por sua vez, na música interpretada pela orquestra que amenizou o banquete predominou a espanhola, sendo a peça escolhida para encerrar a parte musical do evento a *Alborada*, de Pascual Veiga. O jornalista informa da parte musical da cerimônia como se segue:

La orquesta del ilustre maestro Nieto ejecutó el programa siguiente: 1. “La Gracia de Dios”, Marcha, Roig; 2. “Soñando”, Vals, Nieto; 3. “5ª Sinfonía”, Beethoven; 4. “Alma de Dios”, Canción Húngara, Serrano; 5. “Maruxa”, Fantasía, Vives; 6. “Momento musical”, Schubert; 7. “Guarany”, Sinfonía, Gómez; 8. “Suite Española”, Ross; 9. “Moros y Cristianos”, Fantasía, Serrano; 10. “Alborada”, Veiga.

Ao se referir ao cônsul da Espanha no Rio – Ramiro Fernández Pintado –, o primeiro a discursar na “hora del champagne”, o jornalista qualifica-o de “simpático y querido”. Nas três primeiras décadas do séc. XX, a imprensa colonial espanhola do Rio que pudemos consultar oscilou entre o louvor e a denúncia e o escárnio em relação aos representantes consulares e diplomáticos da Espanha. Seguiu o cônsul, no uso da palavra, o Ministro da Espanha quem, dirigindo o seu discurso ao ministro brasileiro presente, destacou a integração dos espanhóis no Brasil e a sua continuada e honrada dedicação ao trabalho. Segundo ele, os espanhóis convertiam-se também em brasileiros ao contribuírem com o seu trabalho ao engrandecimento do país que os acolhera:

Nosotros somos brasileños también: al Brasil venimos, no para revivir aquellas páginas de magia de la reconquista americana, la mayor y más temeraria empresa que registran los anales del mundo, epopeya de energía, apoteosis de la voluntad humana, donde si grande era el escenario, los actores lograron excederle [...]. Somos, como ya tuve oportunidad de decirlo, el soldado desconocido del trabajo que llega a estas playas no para pelear con el hermano, pero hombro a hombro con él ayudaros en la lucha que con la virgen naturaleza emprendisteis para hacer del Brasil una de las naciones mayores de la tierra.

El primero en la goma; el primero en el duro trabajo de minero; nuevo banderante que va desbravando el desierto paulista, y en las grandes ciudades, en S. Paulo grandioso, en Rio maravilloso, para cuya portentosa transformación también contribuyó la inteligencia española, ved, Sr. Ministro, a mis compatriotas siempre al lado de los vuestros, gozando con su alegría, llorando con sus tristezas.

Son hijos del trabajo los españoles del Brasil y son de todas las categorías sociales los que os agradecen en esta noche la buena voluntad para con España, de que disteis muestras en nuestras naturales discusiones, y admiran la clarividencia con que apreciasteis que si la dificultad que nos separaba nacía de no haber entre nosotros como entre España y otras naciones un tratado de paz, amistad y relaciones generales, era porque nunca habían estado en guerra y no podían ir a ella mismo que fuere la de tarifas.

Seguros están ellos y seguro estoy yo de que esta misma será vuestra actitud para convertir en definitivo lo que es provisional. En cuanto a mí, he de poner mi mejor voluntad y modesta inteligencia en ese propósito, no haciendo más que cumplir las órdenes que el Rey mi Señor me diere para unir todavía más España al Brasil, el Rey Alfonso, ese grande Soberano que tiene siempre en los

labios y en el corazón dos vocablos que jamás el peso de los siglos logrará superar: España y América.

O ministro brasileiro Felix Pacheco foi quem tomou por último a palavra e encerrou os discursos respondendo ao ministro da Espanha, Antonio Benítez. Na sua fala elogiou as delegações espanhola e brasileira pela capacidade de negociação que demonstraram durante a discussão e assinatura do acordo provisional de comércio de 29 de fevereiro de 1924 e manifestou o seu desejo de que a Espanha e o Brasil evitassem sempre os equívocos no tocante à compreensão do interesse comum e de que aprofundassem na comunhão ibérica:

Não há propriamente, para nós brasileiros, uma Hespanha, mas uma Ibéria, com todas as analogias do gênio peninsular, que criou e formou a quase totalidade da América Livre. As duas grandes flores de civilização, brotadas desse pedúnculo egrégio e beijando simultaneamente as águas abençoadas do Mediterrâneo e do Atlântico, representam uma só estirpe, e o belo ramo português, frondejante no Hemisfério Novo, só deve aspirar uma união cada vez mais estreita e cordial com os opulentos galhos da mesma árvore benemérita, transplantados das Hespérides para o solo fecundo em que hoje assentam tantas nações emancipadas e progressistas, justamente orgulhosas dessa progênie e crescendo sem rivalidades e sem ódios [...].

Há, inquestionavelmente, uma grande lição de harmonia a reter nas flutuações desse espetáculo longínquo a que me refiro. Tais flutuações, no fundo, não suprimiram o permanente estado de ânimo afetuoso entre Portugueses e Espanhóis.

O inverso disso fora, na verdade, um grave contra-senso histórico, tão irmão é o gênio da raça numa terra e noutra e tão idênticas e pacíficas são as aspirações que as descendências ibero-americanas desses dois países europeus continuam alimentando.

No n. 13, de 12 de setembro de 1924, publicou-se a crônica *El teatro español en Rio de Janeiro* – A propósito del estreno de “Cobardías”, assinada por A. C. Rivas. O autor faz uma crítica da situação, naquele momento, do teatro espanhol que era encenado no Rio de Janeiro e menciona a Marques Pinheiro como o hispanista brasileiro mais interessado na divulgação da literatura teatral espanhola na capital do Brasil. Ele informa que, no que ia de ano, ofereceram-se no Rio quatro obras de teatro espanholas por companhias teatrais não espanholas. A primeira fora *El Gran Galeoto*, de Echegaray, representada pela Companhia de Italia Fausta e Lucilia Perez no teatro da av. Gomes Freire, com, segundo o cronista, grande fracasso de público. Também não teve respaldo do público uma obra, não nomeada, de Luis Ariquistain encenada pela mesma companhia no teatro República. As outras obras representadas, desta vez no Palácio Teatro e com sucesso de público, foram da autoria do galego Manuel Linares Rivas: *Mala Ley* e *Cobardias*, esta última considerada superior pelo

autor da crônica por ela ser “más real” e por tratar “más sinceramente” o assunto que aborda. O cronista conclui o seu texto identificando os méritos dessas duas obras de Linares Rivas – adequação ao gosto do público, abordagem de conflitos da realidade contemporânea, linguagem persuasiva das personagens, conteúdo moral – e mencionando o autor teatral brasileiro Rafael Pinheiro como alguém querido por ser “españolista”.

La Estirpe oferecia aos seus leitores notícias de acontecimentos no território espanhol nas seções *De la vida española – Notas de actualidad*. Assim, no n. 55, de 10 de julho de 1925, nessas seções há informações intituladas Painlevé está decidido a librar con energía la campaña de Marruecos, *El Herald* y la conferencia hispano-francesa, Una columna de Regaia limpia de grupos rebeldes todo el sector (Tánger), Los españoles acumulan fuerte cantidad de granadas en el Peñón de Alhucemas, La presión sobre las líneas españolas, Comenzó el bloqueo hispano-francés de la costa de Marruecos, Entrega del crucero Blas Lezo, Aero-navegación entre España y América del Sur, Anselmi ha donado su corazón al Museo Nacional, En honor de la Duquesa de la Victoria, La transformación del socialismo (assinado por Fernando de los Ríos), El comercio entre España y Colombia en 1924, El Banco de Crédito Local, La producción de plomo en España en 1924 e La exportación de naranja en las temporadas 1923-1924 y 1924-1925.

Nesse n. 55, o periódico oferecia também notícias sobre as atividades das agremiações espanholas do Brasil, sobretudo das do Rio de Janeiro, de onde supostamente procederia a maior parte dos seus leitores. Nesse número foram publicadas as seguintes notícias sobre atividades culturais celebradas no *Centro Gallego* e na *Casa de Cervantes*, do Rio:

En el Centro Gallego

La labor desde tantos puntos de vista plausible y excelente que durante mucho tiempo ha venido realizando la agrupación artística del Centro Gallego y al frente de ella, todo entusiasmo, su director D. José Díaz Pino bien merecía un público testimonio de gratitud no solo de la Sociedad bajos cuyos auspicios y en cuyo seno se formó el Grupo, sino también de todos cuantos en repetidas ocasiones hemos tenido ocasión de deleitarnos con el espectáculo de su arte.

Y esta deuda de gratitud saldóla el Centro Gallego brillantemente el día 4 con una simpática velada en homenaje al joven director de la Agrupación Artística. Concurrió a él con el inestimable concurso de su gracia la que ha compartido durante largo tiempo con Díaz sus laureles artísticos: la simpática Pilar de Arce. Ella y la bellísima señora Palmeirin fueron las inmejorables intérpretes del Marido

Modelo secundándolas los señores Mosteiro, Muiños, Cabaleiro, Vicente, Martinez y Castro con suma discreción.

Isabelita y Rafaelita López – monísimas – y Pablo López cantaron y bailaron, y con su nota castiza arrancaron grandes aplausos de la concurrencia.

Al festejado se le hizo entrega de un magnífico álbum de firmas.

Nuestra cordial enhorabuena a nuestro amigo señor Díaz, a sus virtuosas madre y esposa que con él compartieron el homenaje y a los organizadores de la brillante fiesta.

En la Casa Cervantes

La Casa Cervantes, que si otros títulos a la simpatía de los buenos españoles no tuviera, tendría la de estrechar cada vez más los lazos de unión entre ellos y los brasileños, asentados precisamente en la más sólida de las bases: en el mutuo conocimiento y en la recíproca estimación, celebró el día 4 una sesión brillantísima en la que el notable y prestigioso doctor Abreu Fialho disertó amenísima y doctamente – difícil maridaje – sobre la novela picaresca en la literatura española.

El distinguido catedrático nos mostró como su talento, de tanta intensidad para profundizar en los misterios de la ciencia, tiene también sutileza para apreciar el arte admirable de la más española de las manifestaciones de la hispana literatura. Y el auditorio que no se cansaba de escuchar al disertante premió su conferencia con una ovación verdaderamente entusiasta. El Ministro de España presidió la sesión – a todo señor todo honor – pronunciando discretas palabras pues, como dijo muy bien, el Dr. Abreu no necesitaba la presentación.

La asistencia numerosísima llenó literalmente el amplio salón y terminada la sesión la gente joven bailó hasta bien entrada la noche.

No mesmo número, há uma matéria com o título El arte de la pantalla en España, datada aos 10 de julho de 1925, em que Francisco Ichaso faz uma resenha do filme *La Casa de la Troya*. Além disso nesse n. 55 publicou-se o seguinte comentário cético a respeito do aniversário da tomada da Bastilha:

... Que Abel sube y prospera de inmediato, Caín prepara la quijada del asno, y así siempre. ¡Qué igualdad, ni qué libertad ni qué fraternidad! Por muchas revoluciones que se hagan quedará el lema; para que la realidad lo acompañe es indispensable que la revolución comience por el hombre, transformando sus pasiones, y como ello es imposible, continuaremos invocando con los labios lo contrario de lo que pensamos. El mal no tiene remedio y hay que soportarlo. Paciencia.

Nesse n. 55, com data de 20 de julho de 1925, M. Abollo Martínez dedica a seguinte redação ao seu “distinguido conciudadano D. Diego Paz Ares”. Nela plasma-se uma profunda saudade sentida ao se evocar Compostela e a Galiza:

¡Santiago y Cierra España!

¡Mes de julio, en España, sugeridor de esmaltados cielos y radiante sol, de concierto de aves y entontecedores perfumes, de flebes frisas y juramentos de amor!

En julio, la naturaleza parece reeditar los primeros días del génesis, y es más dulce la melodía de la fuente, más amorosa la estrofa del pajarillo, más sentimental el mugido del buey, y más rica la bondad en el alma de los hombres.

Hay amapolas en los trigales y en el rostro de las doncellas; idilios en el campo y en los poblados, porque cuando la tierra triunfa, igualmente triunfa la fe en los corazones y la esperanza en la vida por el milagro de la luz y cae desde las alturas para encender dos cielos en los ojos de la mujer.

En julio quisiéramos ser mariposas y peregrinar de flor en flor, de vega en vega, todo acariciándolo, besándolo todo, la rosa y el cardo, el sendeño musgo y el hiriente guijarro porque que sólo así conseguiríamos descongestionar la ternura y el júbilo que nos llena el alma.

Pero el encanto del mes de julio, crece para los que como yo, tuvieron la ventura de nacer en la ciudad de Compostela, a la sombra augusta de la majestosa catedral, que guarda en rica urna de plata repujada los restos mortales del Apóstol Santiago, el propagador del Evangelio en España.

El mes de julio agolpa a la memoria del santiagués emigrado recuerdos de suave religiosidad deliciosa mezclados con otros de sabor profano que ni el tiempo, ni la distancia consiguen apagar de las retinas: la óptica y la espiritual

En cualquier rincón del mundo en que el santiagués se encuentre, tendrá, en julio, la visión de los clásicos gigantes y cabezudos, los juegos de cucaña en la grandiosa plaza sin rival en el mundo, y gozará el deslumbramiento que no ofrece ninguna página de las “Mil y una noches”, cual es el contemplar en la osanidad de una noche tibia y perfumada, la gran Basílica fulgiendo con cambiantes de piedras preciosas en una adivinación del arte de la pirotecnia. Y cuándo las bandas regimentales estacionadas en palenques callan sus metálicas estridencias, llegan a nuestro oído, dulces y acariciadoras de la gaita alta como si en mutación teatral, pasásemos de la ciudad en fiesta a la tranquila Arcadia de los Pastores.

Durante muchos días la ciudad de monacal silencio llénase de sonoridades, y, si unas se extinguen en las sombrías calles de la Jerusalén de Occidente, otras suben al cielo en los cánticos de los peregrinos para bajar, después, como el agua vaporizada de los ríos, en abundante lluvia de dones.

No olvidemos los españoles que bajo la esclavina orlada de conchas del Apóstol Santiago, se esconde la cota de malla del guerrero, y que su bordón puede transformarse en espada de prodigioso temple.

¡Santiago y cierra España! Este grito de guerra aun no puede enmudecer su eco. Caballeros de Santiago son todos nuestros hermanos que pelean en África, escribiendo con su propia sangre la cruz encarnada que han de ostentar sobre su pecho.

Respetamos, pues, las multitudes que van proernarse ante el sepulcro del Hijo del Trueno en la ciudad bañada por las aguas del Sar y Sarela, porque la plegaria también es arma y expresión de vida. Terminadas las fiestas, Santiago se despuebla. Los propios indígenas emprenden el éxodo hacia playas y balnearios, mientras los “snobs” sin dinero, corren a esconderse en cualquier aldehuela para reaparecer, pasado 1 o 2 meses, cantando las excelencias del veraneo en San Sebastián o Biarritz.

Quien en agosto visita la ciudad de Santiago sin la idea previamente establecida de admirar las “maravillas de la piedra labrada”, sentirá en el alma el frío que infunde una gran necrópolis, y, si no encuentra, como el protagonista de la Casa de la Troya, una Carmiña que lo prenda en la amable cárcel de sus miradas, bien de prisa tratará de ganar la estación de Cornes, sino prefiere el auto que lleva a la ciudad herculina.

Y ahora, querido lector, perdona la imprudente idea que llevó a aprenderte de “pyjama” en el sagrado de tu hogar para transportarte en el aeroplano de mi imaginación a la Roma de España en fiesta. Si te aburríste, sírvate de consuelo lo económico del viaje, la fiel amistad de tu acompañante, y sobre todo la momentánea distracción de las graves preocupaciones que gravitó sobre tu vida de artista, obrero, agricultor o negociante.

Sóñar también es vivir un sueño que nos trajo a América; un sueño va dorando en ella nuestra vida de trabajo, y cuando una realidad nos sacude brutalmente a punto de abrirnos brecha en el alma, otro sueño se encarga de cerrar la herida.

Desgraciados los que no sueñan.

Nesse número, informa-se das atividades culturais realizadas no Centro Español de Santos e das romarias espanholas que tiveram lugar na cidade de São Paulo. No seguinte número – o n. 56 – a revista informa das novidades no âmbito das publicações periódicas cariocas destinadas à colônia espanhola. Indica-se que o mesmo grupo que editava a revista ilustrada *La Estirpe* decidira publicar um semanário que se chamaria *El Correo de España*, o qual estaria destinado a informar “sin eufemismos, pero también sin descaros ni groserías”, e “con absoluta independência”, “de todo aquello que afecte a España y a los españoles, y que con más justeza que amplitud pueda ser tratado en un semanario que en una revista”. Nesse número, na seção Nuestros poetas, publicou-se um poema intitulado La vaquera montaraza, datado aos 30 de julho de 1925 e assinado por Luis Fernández Ardavín e resenhou-se o romance intitulado *Las pequeñas causas*, de José Maria de Acosta. Do n. 56 faz também parte uma resenha sobre a celebração do 25 de julho no Centro Gallego do Rio. É esta:

La fiesta del Apóstol Santiago en el Centro Gallego

Con la brillantez de costumbre celebró aquella simpática Sociedad la tradicional fiesta en loor del patrón de Galicia y de España. Comenzó el acto con una sesión solemne presidida por el digno Ministro de España, al que acompañaban en la presidencia el Cónsul, Presidentes de Sociedades Españolas y distinguidas personalidades brasileñas, tales como los señores Marques y Rafael Pinheiro, Silvio Julio y otros.

La Junta Directiva tuvo el acierto de confiar el discurso oficial al insigne catedrático de la Facultad de Derecho de Río de Janeiro y Diputado Federal Dr. Pinto da Rocha. Cuanto se diga de la finura, de

la erudición y de la elocuencia del orador resulta pálido ante la realidad. Lamentamos que la falta de espacio nos impida reproducir integralmente tan bella oración, pero nos queda el consuelo de que quedó ella bien marcada en el corazón de todos los que tuvieron la fortuna de esa charla.

D. Silvio Julio saludó en nombre de la Casa de Cervantes (la que asistió representada por toda su junta Directiva en pleno) en un elocuente discurso al Centro. Contestó a los oradores en nombre del Centro el Dr. Antonio de la Cuesta, el que al finalizar hizo entrega del diploma correspondiente de socio de mérito al Sr. Sequeiros da Riva, hermano del Presidente de la Asamblea Local de la Cruz Roja Española, el que en su nombre agradeció la distinción en breves y sentidas palabras.

Después de un acto variado en el que se distinguieron apreciadísimos elementos artísticos, terminó tan grata fiesta con un espléndido baile que se prolongó hasta altas horas de la madrugada.

La Estirpe estuvo representada por su director, Sr. Silvela, y desde estas columnas una vez más un sincero saludo al Centro Gallego, tan profundo y tan igual como los que esta publicación siempre dirigió desde su comienzo.

No n. 57 há extensas notas sobre as atividades, do mês de setembro de 1925, da Casa de Cervantes do Rio e do Centro Gallego carioca. Incluem-se também uma crônica sobre as celebrações no dia do “Apóstol Patrón de España” do Centro Español de Santos e uma nota sobre a comemoração do aniversário da Sociedad Española de Socorros Mutuos de Campinas. No n. 58 publica-se uma proclamação em favor da intensificação da produção cultural ibero-americana no Brasil como único meio para deter a penetrante influência estrangeira exógena à identidade do Brasil:

Nuestro abandono intelectual

En los momentos actuales se encuentran en Río de Janeiro varios distinguidos y notables profesores franceses, realizando conferencias sobre diversos ramos del saber humano, y como es natural y lógico, con el consabido estribillo de hacer propaganda en este país en pró del suyo. Y no es solo la propaganda lo que a los intereses del iberismo perjudica, si no que para asentarla sobre bases latinas, se acentúa con más o menos delicadeza. Según la índole que el temperamento del conferenciante, la leyenda, ya tan conocida, en contra del iberismo y en favor del latinismo; sobre todo en esta República tan eminentemente ibérica, pero saturada en hondo latinismo, mejor aún de un profundo galicismo, logrado por la apatía intelectual, por el no hacer de los ibéricos. Que un pequeño esfuerzo determina una mejora en nuestros valores, la Librería Española de Samuel Núñez, y la Casa de Cervantes, lo proclaman, y la prueba evidente de ello es que desde hace años a esta parte, la situación de las letras ibéricas en este país mejoró notablemente y cada día avanza más en ese sentido. Para asentarla definitivamente, ni artículos, ni fiestas, ni discursos sirven para gran cosa: embajadas culturales sí, bien subvencionadas, con todo el tiempo necesario, sin prisas ni precipitaciones.

Nosotros tenemos en España organizaciones maravillosas para ello. Portugal dispone también del aparejamiento necesario; hombres, inteligencia y cultura nos sobran. Convirtamos las obligaciones

de no hacer que desgraciadamente parece que nos hemos puesto, en obligaciones de hacer. Que la Unión Ibero-Americana, que la Casa de América, que el Ateneo de Madrid, que las sociedades culturales portuguesas se propongan hacer en toda la América Ibérica el fuero que les corresponda, y el error del señor Viviani y de otros desaparecerá, y se verá entonces si la idea revolucionaria salida de Francia y arraigada en el Nuevo Mundo creó ciudadanos y pueblos, o si por el contrario, el movimiento a favor de la independencia iniciado en 1810 y terminado con éxito en 1821 fue el cumplimiento de una ley histórica, cuando llegó a la sazón oportuna, o si fue además el cumplimiento de un espíritu de conservación ibérica ante el temor de que la debilidad del iberismo provocada por las guerras napoleónicas, determinase la preponderancia de otras influencias latinas, ya acaso anglosajonas.

El grito de Ipiranga, fue un mandato de Juan VI, ello está comprobado, y, al atenderlo D. Pedro I con la famosa frase “independencia o muerte” quiso decir; antes el Brasil libre e independiente que sometido a otros; y esos otros eran cualquier menos Portugal. No fue por lo tanto solo el deseo de dejar de ser colonia lusitana, fue la férrea voluntad de no serlo de extraños.

El grito de Ipiranga intelectual, debíamos de darlo los ibero-americanos; estos países y principalmente el Brasil, no tienen porque ser colonias intelectuales latinas ni de nadie; deben y pueden tener su independencia, pero nacida de la raíz, del tronco y no andarse por las ramas. Ellas no estorban, dan sombra, pero no son las que alimentan el árbol.

Nesse número também há notícias sobre as sociedades espanholas. Informa-se de atos acontecidos na Cruz Roja Española, no Centro Dramático Isaac Peral e de atividades relativas ao España F C de Santos: No número 58 informa-se também do falecimento, durante uma estadia na Galiza, do imigrante galego no Rio Eusebio Lorenzo Diz, quem atuava como correspondente, na capital brasileira, do periódico *Vida Gallega*. No n. 59, a revista publica uma matéria, intitulada *Recuerdo siempre necesario*, que saca a colação a comunhão em torno da *hispanidade* entre a Espanha e os países hispano-americanos. Nela criticam-se as opiniões contrárias à imagem e aos interesses da Espanha veiculadas na imprensa brasileira. A questão da *hispanidade/ iberismo* será de novo tratada no n. 62 (30 de setembro de 1925; Ano III). No mencionado n. 59 noticia-se, com o título *Un literato español pasa por Río, a escala, no Rio, do transatlântico em que viajava, rumo a Buenos Aires, Javier Bóveda*, e narra-se a recepção que ele teve de membros da colônia espanhola na capital brasileira. Nesse n. 59 informa-se das relações mantidas entre a colônia espanhola do Rio e a de São Paulo, na que transcende a rivalidade de *La Estirpe* com o periódico paulistano *Diario Español*:

Para el Día Estadual de São Paulo

Con retraso que mucho lamentamos, porque no nos permite dedicarle a este número mayor ni menor espacio, recibimos ayer el *Diario Español* de São Paulo, del 27 de agosto, cuyo editorial es una voz de concordia a la familia española.

Por lo que a Río de Janeiro se refiere nos vamos a permitir hablar al querido colega con plena franqueza: con toda la que se debe a quien pone como él su buena fe al servicio de causa tan importante como la de la unión entre los estados.

El daño no está, como los comunicantes del *Diario Español* creen, en que las desavenencias trasciendan, sino en que las desavenencias existan.

No son las huellas de la viruela, que en todas su fealdad se exhiben, las que matan, sino la infección de la sangre que queda oculta; y usando del propio ejemplo del colega, no es el eco que hasta el vecino llega de las voces de discordia lo que hace la desgracia del matrimonio que malogra los fines de una familia, sino la causa misma que origina esas voces.

Por eso creemos que malgastar nuestro esfuerzo en crear una apariencia de cordialidad, luchando con toda clase de tiquismiquis y susceptibilidades, cuando no de enconos y envidias, es rendir demasiado tributo a la hipocresía cuando con más eficacia pudiéramos dedicarlo a atacar el mal por la raíz. Para conducirnos como es debido, la buena educación basta y a veces hasta sobra; pero para realizar obra útil hace falta mucho más: hace falta ahondar en los orígenes del mal, buscar donde están sus gérmenes y extirparlos a todo trance. Creemos que ha llegado la hora de poner manos a la obra. Los que por su autoridad y situación debieran intentarlo son demasiado incapaces para ello y aun en ocasiones principalísimos colaboradores del mal; pero la acción de los elementos sanos de la colonia, que son los más aunque suenen menos, puede hacer mucho. Nosotros estamos dispuestos a aportar a su fallo nuestra conducta clara y honrada y a su labor nuestra voluntad firme y recta.

No n. 62, na seção Notícias e informações noticiam-se dos atos das sociedades espanholas do Rio com motivo da *Fiesta de la Raza*:

Siguiendo la costumbre de los años anteriores, se realizará en los amplios y espléndidos terrenos que la Beneficencia Española posee en la rua Fonseca Telles, 121, los días 11 y 12, una animada fiesta al aire libre para conmemorar el día del descubrimiento de América.

El 11 por la noche comenzarán los festeros-cohetes, iluminación espléndida a la veneciana y música – el día 12 por la tarde habrá sesión solemne presidida por el Excmo Sr. Ministro de España, continuando los festejos en los que no faltarán números de diversión y los clásicos gaiteros.

Amenizará la fiesta la espléndida agrupación artística “Banda Lusitana”.

El domingo 20, según anunciamos, tuvo lugar en el magnífico edificio propiedad del Centro Gallego, una espléndida fiesta que organizó la Comisión de los Excéntricos en homenaje a las otras comisiones hermanas afiliadas a la misma importante Sociedad de la rua do Rezende.

Bien puedan estar satisfechos los organizadores por el brillante éxito que coronó sus esfuerzos. La sede social, interna y externamente adornada con profusión de luces de elegantes tonalidades y con un salón principal artísticamente decorado, ofrecía un marco digno a la numerosa concurrencia entre

la que destacaba brillante y bellísima representación del sexo débil. Un excelente Jazz Band amenizó la reunión obteniendo un unánime aplauso el número del serrucho cuya ejecución fue irreprochable. El bufet espléndido y la fiesta, en fin, una de las más animadas que se han celebrado en el Centro.

A todos los organizadores nuestra enhorabuena y especialmente a los señores José Martínez Fernández, Presidente de la Comisión, Verísimo Solla Fernández, Secretario; Manuel Llana Saez, tesorero; y Mario Lazzari, Juan Sardá, Antonio de Oliveira, Francisco de Souza, José Prol Tunes, José Cid Fernández, y Maximino Pérez Fernández, miembros todos de la simpática comisión.

Nesse número, em uma matéria datada aos 20 de outubro de 1925 por Santiago España, volta-se a contestar as críticas feitas na imprensa brasileira sobre o papel jogado pela Espanha nas relações internacionais. Nesse número encontra-se uma nota em que se menciona uma festa organizada por um membro reputado da colônia galega:

Una fiesta íntima

Las fiestas íntimas, o sean aquellas en que los corazones vibran con entera libertad, sin formalismos que ahoguen su sentir y su querer, sin la pirotecnia de ampulosos discursos son, sin duda alguna, las que quedan perennemente grabadas en la memoria con deleitosa blandura.

A este género pertenece la que proporcionó vuestro buen amigo y compatriota Dr. Eduardo Rodríguez Campos a las familias de sus redacciones la noche del 15, con motivo de su aniversario natalicio.

En delicado ágape, servido por la acreditada casa Pascual, las horas transcurrieron presurosas en un ambiente de cordialidad y simpatía realmente halagador.

La orquesta del reputado maestro no tardó, llenando de ondas sonoras la sala en fiesta que convida con sus armonías al higiénico ejercicio del baile, convite al que el elemento joven no se mostró esquivo. Música, flores, luces hermosas y gentiles señoritas, gotas de esas que obligan a bajar a los santos del cielo, todo obligaba cuán deliciosas y atrayentes resultan las reuniones cuando una sana aristocracia aristocrática las preside [...].

Há também, no n. 62, informações sobre as atividades organizadas na Casa de Cervantes. Essas informações, assinadas por M. Abollo Martinez e intituladas Crónica a “la diablera”, aparecem antes da secção Poetas de la Raza, a qual recolhe os poemas Canto a las Palmeras de Rio de Janeiro, de Leopoldo Ramos Jiménez (poema lido pelo seu autor em 24 de outubro de 1925 na carioca Casa de Cervantes, dia do primeiro aniversário da sua fundação), e Elogio de la muerte, tradução de Curros Enríquez de um poema de Antero de Quental. Citamos a crônica de M. Abollo Martinez porque ela contém os únicos dados que localizamos sobre a fundação e o primeiro ano de existência da Casa de Cervantes do Rio:

El verbo acá leído y persuasivo de Coelho Netto acaso la más alta gloria literaria del Brasil contemporánea, dejó oír la noche del 24 en las salas de la Casa de Cervantes con motivo del primer

aniversario de la honorable sociedad, cuyo desarrollo débese a la voluntad tesorera de unos cuantos españoles en perfecta unidad de pensamientos y acción con algunos intelectuales brasileños. Ya hoy ganaría fueros de locura intentar deprimir la inteligente actuación que a favor del acercamiento fraternal entre los pueblos iberoamericanos viene desarrollando la Casa de Cervantes, desde que el pontífice máximo de la literatura brasileña se ha complacido en reconocerla y consagrarla, no por un mero formalismo de orador oficial, sino por la expresión de un convencimiento íntimo que hay que acatar. [...]

De la fiesta de su primer aniversario, la Casa de Cervantes salió, pues, radiante y pura, puesto que ni una queja, ni un agravio llegó a formular contra sus enemigos, no porque con ello quisiera significar desprecio, sino como prueba de que no almacena rencores contra nadie, convencida de que a la larga, sus mayores detractores podrán sus mejores paladines si un rayo en vez de partirlos los deslumbra apenas con su luz celeste como dicen que aconteció a São Paulo.

A volar de la pluma – pues estas líneas van a entrar en máquina, y sin tiempo para fijar sobre sus cuartillas el acopio de rutilantes impresiones que la última fiesta de la Casa de Cervantes ha dejado en mi espíritu, dejando la pluma para soltar un vigoroso grito: Viva la Casa de Cervantes!

A seguir reproduzimos uma nota, desse n. 62 de *La Estirpe*, sobre as atividades que se realizavam na Casa de Cervantes. Esta fundou-se vinte anos depois do Centro Galego com o ânimo de, por um lado, acolher os imigrantes espanhóis no Rio de Janeiro que não fossem oriundos da Galiza e, por outro, e sobretudo, de congregar aqueles que queriam se diferenciar, com base na sua suposta formação cultural superior, da massa dos sócios do Centro Gallego. Eis essa nota:

El próximo día 28 tendrá lugar en la Casa de Cervantes, la conferencia que mensualmente celebra la importante entidad cultural. Correrá a cargo del inteligente sacerdote R.P. Fray Ricardo Delgado Capeans, Vicario Visitador General y Caballero de la Orden de la Merced, y versará sobre el lema “Colón Español y oriundo de Galicia”. Completará el programa de la velada la señorita Irajá Pereira que recitará poesías en español y portugués; la señorita Leonor Bernabé con bailes españoles, la señorita Gina Giacomponi que bailará fados y la señora Pilar de Arce con monólogos y poesías. La parte musical estará a cargo del distinguido maestro D. Javier Bernabé y la fiesta terminará con un gran baile que seguramente resultará tan brillante como todos los que allí se vienen celebrando.

Desconhecemos as causas da quebra de *La Estirpe* que fez com que a revista deixasse de circular em janeiro de 1928. Com a sua extinção os imigrantes espanhóis do Rio deixaram de contar com uma publicação colonial e só na década de 1950 aparecerá nessa cidade um novo periódico espanhol, a revista intitulada *Santiago*, mas esta não estará destinada aos imigrantes senão aos hispanistas e aos brasilianistas.

As notícias, no Rio, sobre a Guerra Civil espanhola

Ao começar à Guerra Civil na Espanha, não havia mais imprensa colonial espanhola no Rio de Janeiro. Não nos é possível, portanto, acompanhar por esse tipo de periódicos como afetou o conflito às atividades das únicas associações galegas então existentes na capital do Brasil, o Centro Galego e a Sociedade Espanhola de Beneficência [Hospital Espanhol]. O Centro Galego, apesar das disputas entre republicanos e nacionais, não rachou em bandos, não se havendo criado, no Rio de Janeiro, um Centro Republicano.

Apesar do controle que sobre as notícias referentes à Espanha efetuava o DIP, durante essa guerra publicaram-se algumas obras que abordavam a contenda. Uma delas é *Espanha em sangue... – o que vi e sofri*, do jornalista Soares d’Azevedo (1936). Esse autor encontrava-se em Madri aos 18 de julho de 1936 e assistiu, ao vivo, à tentativa da tomada de cidade pelos sublevados e à organização da resistência e do contra-ataque por parte do governo da República e dos populares. Para Soares, o espetáculo macabro que ele viu nos vinte dias que passou na Espanha foi uma demonstração de como se anulava o progresso e se destruía a civilização em um país europeu do séc. XX. A sua experiência fez crescer o seu orgulho de ser brasileiro e cobriu-o de razão para se irritar com as impressões que divulgavam, ao retornarem aos seus países, alguns europeus que viajaram pelo Brasil. Ele afirma:

Teria eu agora um inefável prazer em segurar pela gola uns quantos cavalheiros que vão displicentemente de longada ao Brasil e, de retorno, dizem do Brasil o que Mafoma não disse do toucinho, em crônicas brejeiras, em folhetins humorísticos, nos quais aparecemos como sobreviventes de uma época de barbaria, de exotismos e de extravagâncias, que escandalizam o europeu cem por cento civilizado. No entanto, o que se observa na Espanha... (Soares d’Azevedo, 1936: 182).

Embora ele tivesse publicado várias obras de assuntos diversos – poesia, história, crônicas – e exercesse como jornalista no matutino carioca *Correio da Manhã*, nunca antes tivera que cobrir uma guerra. Mas ao começar a batalha na Espanha, ele, ao mesmo tempo em que se preocupou por buscar um meio para deixar o país e regressar ao Brasil, reuniu informações sobre os enfrentamentos, entrevistou milicianos, conversou com sujeitos favoráveis ao alçamento *nacional* e com outros estrangeiros que, como ele, almejavam fugir da Espanha. Reparou especialmente na perseguição e na destruição de tudo que tinha a ver com o cristianismo.

Em nenhum momento, Soares d’Azevedo declara que tenha tentado observar os acontecimentos com imparcialidade partindo da compreensão das causas que impeliam as partes à beligerância. Ele não pôde compreender o que acontecia porque, na sua visão, o caos que contemplava era fruto de um governo inerte e da maldade e da ignorância de um povo pervertido pelo comunismo e pelo anarquismo. De fato, tanto o título da obra quanto a sua capa – sobre um fundo preto, gotas de sangue caindo do título, em vermelho, em direção a umas chamas, da autoria de Alberto Lima – salientam que o que estava prevalecendo na Espanha de 1936 era o horror da destruição.

Soares d’Azevedo publicou *Espanha em sangue...* ainda em 1936, no Rio de Janeiro, pouco tempo depois de haver abandonado Espanha pelo porto de Barcelona em um navio da armada italiana junto a setecentos estrangeiros de todas as nacionalidades que decidiram deixar atrás o espanto da guerra civil espanhola. Percebe-se que foi uma obra publicada com urgência, dado o presumível interesse que havia em dar a conhecer a versão de Soares d’Azevedo sobre o conflito. O jornalista desembarcara no Rio em 1 de setembro de 1936.

Espanha em sangue... foi publicada pela editora Cruzada da Boa Imprensa como terceiro volume da “Bibliotheca da Intelligência a serviço dum christianismo racional”, dirigida pelo P. Dr. Huberto Rohden, autor do prefácio do livro de Soares d’Azevedo, com a epígrafe “Eis o homem que voltou do inferno”³⁵⁰.

³⁵⁰ No Prefácio, o P. Huberto Rohden, diretor da Cruzada da Boa Imprensa, admoesta os católicos brasileiros a reagirem antes que possa acontecer com o catolicismo do Brasil a mesma desgraça havida na Espanha. Em primeiro lugar, ele assevera aos leitores que o narrado no livro pelo “homem que voltou do inferno” é “o retrato fiel da mais pura realidade” (Soares d’Azevedo, 1936: 9). Logo adverte que o Brasil é objeto de ódio pela Espanha soviética, outrora terra clássica do catolicismo europeu, devido às campanhas havidas em favor de Luiz Carlos Prestes. E finalmente brada pela reação dos católicos brasileiros, os que, na sua opinião, para não serem arrolhados pela “avalanche de anarquismo e indisciplina que está empolando os espíritos e assoberbando os povos”, hão de tomar o controle dos meios de comunicação que afetam os trabalhadores do Brasil para evitarem que, através deles, se possa veicular a propaganda comunista e anarquista. Eis a sua veemente reclamação: “A hora que passa é extremadamente grave – e a maior parte dos católicos brasileiros não se compenetraram ainda da extrema gravidade da hora presente... O grosso do catolicismo nacional, sobretudo nos grandes centros, continua na sua vida carnavalesca de sempre, ‘fazendo avenida’, matando o tempo com futilidades, esbanjando fortunas em politicagem mesquinha, envenenando o espírito com leituras frívolas e enervando o corpo com orgias numa vida visceralmente pagã. Até quando durará esse estranho sonambulismo? O operariado está sendo trabalhado pelos agentes soviéticos, e não tardará a tomar conta das nossas igrejas se a Igreja não tomar conta deles... A nossa imprensa católica nunca saiu da infância; não temos uma imprensa poderosa porque não a queremos; e não a queremos porque não estamos ainda convencidos do imenso poder dessa arma moderna. [...] E onde estão as nossas estações de rádio? Não sabem, porventura os católicos que o rádio é a voz do mundo, que penetra nos palácios das metrópoles e nos tugúrios do sertão? Metade do dinheiro que as senhoras e senhoritas brasileiras gastam anualmente nas suas pequeninas vaidades pessoais seria suficiente para mantermos ao menos dez poderosos diários católicos em

Soares d’Azevedo, antes de se centrar profissionalmente como jornalista e escritor, fora um missionário salesiano³⁵¹. Ele deslocara-se a Europa na qualidade de repórter do *Correio da Manhã*. Escolheram-no o Cardeal Leme e Tristão de Athayde como representante do jornalismo católico do Brasil para que comparecesse na primeira “Exposição Mundial da Imprensa Católica”, inaugurada aos 12 de maio de 1936 na Cidade do Vaticano por Pio XI. Encerrados, a meados de junho de 1936, os trabalhos da “Exposição Mundial da Imprensa Católica”, Soares d’Azevedo trasladou-se à França, onde assistiu assustado à afirmação do “credo vermelho” durante as celebrações do 14 de julho. De lá passou à Espanha.

A narração de Soares d’Azevedo inicia-se com o relato da sua chegada a Madri após haver passado por Barcelona logo de atravessar os Pirineus. O primeiro capítulo – Madri sob o terror – mostra, da primeira página, o posicionamento político de Soares d’Azevedo, quem, ao avistar *Montjuïc*, comenta “esse trágico Montjuich que assistiu à ‘Semana Trágica’ capitaneada pela figura sinistra de Francisco Ferrer y la Guardia” (Soares d’Azevedo, 1936: 15). Nesse capítulo o autor faz questão de frisar que ele, antes de chegar à Espanha, carecia de informações a partir das quais poder haver suspeitado do que acabaria acontecendo: “Alguma coisa anda pelo ar. Soldados montam guarda às estações, mal humorados. Os trens correm quase vazios. Mas eu de nada sei e nada adivinho. Tomaria por louco quem quer que me dissesse estar a República deitada sobre barris de pólvora” (Soares d’Azevedo, 1936: 15-16)³⁵².

dez cidades do Brasil. As fortunas que os nossos ‘catholicos’ esbanjam na jogatina e em outros vícios dariam para manter meia dúzia de estações de radio de grande potencia. E, se cada proprietário catholico destinasse em beneficio do operariado uma pequenina porcentagem das suas rendas supérfluas, teríamos, em lugar do doloroso conflito social, uma jubilosa harmonia universal. Mas é inútil apontar essas chagas e indicar esses remédios – nós temos as mania de não queremos aprender na escola dos nossos amigos – por isso será necessário aprendermos, como os catholicos da Espanha, no tirocínio cruel dos nossos inimigos... Saludem ex inimicis nostris...” (Soares d’Azevedo, 1936: 10-12).

³⁵¹ Antes de publicar *Espanha em sangue...*, Soares d’Azevedo publicara *Brado de Alarme* (1922), *Poeira do Diabo* (1932) e *Pelo Rio Mar* (1933). Depois publicou *Minha Filha no Colégio* (1946), *Minha Filha Quer Casar* (1948), *Meu filho será padre* (1948), *Minha filha entra no mundo* (1949) e *Você Está Sofrendo Vitaminas para Almas Asteniadas* (1950).

³⁵² Na primavera de 1935 estivera na Espanha o dramaturgo paulista Alfredo Mesquita. Lá, procedendo de Paris, ele seguiu o itinerário, Madri-Toledo-Cordova-Granada-Sevilha. A Espanha fazia parte de uma turnê pela Europa que também abrangia a França, Bélgica, Holanda, Inglaterra, Hungria e Áustria. No início 1937 (a edição da obra estava pronta em dezembro de 1936), publicou uma coletânea, intitulada *Na Europa (França, Hespanha, Hollanda, Inglaterra e Europa Central)*, em que reunia as crônicas produzidas para o *Estado de São Paulo* sobre essa viagem. Pouco mais de um ano antes de estar em Madri Soares d’Azevedo, Alfredo Mesquita descrevera essa capital como uma urbe plácida e elegante. Curiosamente, apesar de a viagem de Alfredo Mesquita preceder a de Soares d’Azevedo, coincidiu a publicação de *Espanha em*

Viajando de trem em direção a Madri, ao se interromper a circulação devido ao início da confrontação, Soares d’Azevedo tem que descer no que, para ele, é um espaço ermo. Completará o percurso até Madri em uma automóvel particular. Já na narração desse acontecimento, o autor relaciona o que começava a acontecer na Espanha com o levante comunista no Brasil em 1935:

Mas logo me interrompem:

– Meus senhores, irrompeu a revolução na Espanha! Estão suspensos os trens. Queiram descer – gritaram-nos da estação.

E aí está como nesse trágico meado de julho me vi só na Espanha, dentro de uma revolução comunista, dentro da mais vasta e mais sangrenta guerra civil de que possam dizer os anais da história do mundo.

[...] Pipocam os primeiros tiros. Erguem-se as primeiras barricadas. A guarda civil toma posições, e com ela as tropas de assalto, os milicianos e as forças regulares. Um automóvel nos leva célere para baixo, rumo a Madrid. De onde a onde, pelos povoados, grupos de mulheres em desalinho erguem os punhos fechados e gritam:

De norte a sul,
de leste a oeste,
libertad para Prestes!

– Estranho! – pergunto ao civil armado que nos pede a documentação – Que significa isso?

– Não sabe? Prestes, a maior vítima dos vaticanistas brasileiros. Mas também chegará a vez do Brasil. Toda a Espanha tem vivido meses de revolta com o atentado brasileiro aos operários, camponeses e soldados, que o bravo Prestes tão bem encarnava. Ouvirá o senhor essa canção em todas as províncias, em todos os “pueblos”, grito de protesto da alma espanhola livre. Malditos vaticanistas – fascistas (Soares d’Azevedo, 1936: 16-17).

sangue... com a de *Na Europa*. A demora para o lançamento de *Na Europa* fez com que as crônicas nela contidas sobre a Espanha ficassem desatualizadas. Eis a descrição que Alfredo Mesquita faz de Madri: “Quando chegamos à cidade já é noite e a impressão que tenho é de estar numa grande capital, rica e luxuosa. As construções não são das mais harmoniosas, mas os cafés, imitados dos de Paris, os teatros e os cinemas enchem a cidade de animação e de luzes. Nas ruas centrais alinham-se grandes hotéis e clubs luxuosos; automóveis de classe trançam em todas as direções. O meu, vira à direita e, sem transição, entramos na cidade velha, que lembra Lisboa e em como ela ‘un charme un peu vieillot qui plait encore...’. Na Hespanha é sempre à noite que o movimento das cidades chega ao auge. Na capital é lá pelas nove, hora em que a rapaziada sai para ver as pequenas. Há pelas calçadas da Calle Alcalá grande barulho e alegria; toda essa multidão é simpática e mesmo a sua expansão não é exagerada. Comparando-a com seus descendentes argentinos, parece-me muito mais distinta do que estes; quem sabe se a mudança de continente não foi propícia à raça... O que também impressiona bem no povo espanhol é o esmero no vestir-se; toda gente anda bem penteada, perfumada (sempre o mesmo perfume que lembra o de flor de laranjeira), e as dentaduras são maravilhosas. As mulheres enfeitam-se muito, usam muitos cachos, pintam-se exageradamente, mas conseguem assim mesmo conservar-se bonitas. De dentro dos cafés os que infelizmente já passaram da idade espiam a mocidade, loucos por aderir...” (Mesquita, 1937: 129-30).

A narração de Soares d’Azevedo, apesar da veracidade e da objetividade que o autor assevera ter pretendido manter, manca de verossimilhança desde o início pois, embora seja verdadeiro que se organizaram em Madri atos em favor de Prestes após a sua detenção como consequência do fracasso do levante da Praia Vermelha em 1935, não parece crível que, ao estourar a guerra na Espanha, uma das primeiras consignas das milicianas fosse “libertad para Prestes!”, nem que um miliciano, no meio do desconcerto, ao verificar a documentação de Soares, tivesse paciência para lhe explicar com detalhe quem era Prestes, sem nem tão sequer suspeitar que Soares era brasileiro.

O jornalista diz que passou a sua primeira noite madrilena – do domingo 19 de julho – em um hotel. Teve ainda tempo de ir a missa na igreja *del Carmen* na *Calle Preciados*. É então quando sabe que “As tropas do general Franco deram o primeiro sinal, esse general Franco, quarenta e dois anos, pequenino, miudinho, nervoso, a maior cabeça de guerreiro das Espanhas” (Soares d’Azevedo, 1936: 18). Antes do agravamento da situação em Madri, Soares pôde se entrevistar rapidamente com o galego José María Taboada Lago, o seu enlace na Ação Católica Espanhola, quem era o seu principal contato na capital. Não o encontra na sede da Ação Católica na rua Conde de Aranda, 1º; localiza-o nas Ediciones Fax, na praça de San Francisco, a ponto de ir na procura de asilo em casa amiga. Dessa conversa, Soares (1936: 39) faz o seguinte apontamento: “O que ele me diz, essa insinuante figura do laicato católico espanhol, é de cortar o coração. Uma verdadeira horda de selvagens está saqueando Madrid e praticando nela os mais horríveis latrocínios que a imaginação possa conceber”. Do Dr. Taboada – “uma das mais belas cabeças de pensador e de administrador” –, Soares saberá, já de volta no Rio, que fora fuzilado “em plena praça pública” (Soares d’Azevedo, 1936: 184).

Afora do corpo diplomático, Soares considera-se o único brasileiro em Madri e sente-se na obrigação de, como jornalista do *Correio da Manhã*, se informar para poder remeter ao Rio de Janeiro notícias sobre o que acontece. Então, ele dedica-se a perguntar e a observar para poder compor as suas crônicas. Explica que é a FAI, a Frente Popular, a *Phalange*, acusa às direitas de não terem sabido governar em 1933, critica a aristocracia anódina por ter abandonado as suas responsabilidades de direção, aponta que a displicência e a inércia dos católicos impossibilitou a defesa da fé, abrindo o caminho para o avanço do ânimo anticlerical, e assinala que o desprestígio do exército provocou a ruptura entre a

tropa e os oficiais. Passa logo a narrar como se organiza a defesa da República na *Dirección General de Seguridad*. Salienta que se improvisam milícias e que se luta contra os revoltosos fascistas que, dos telhados, disparam contra os milicianos e destaca que fora sufocada e esmagada a rebelião no quartel de *la Montaña*.

Uns dos aspectos da tomada do controle da província de Madri pelos milicianos em que mais se detém Soares são o da destruição e queima de igrejas e o do assassinato de padres e freiras. Revolta-se com a destruição do patrimônio artístico e horroriza-se com o trucidamento dos religiosos, ações que narra pormenorizadamente. O assassinato do proprietário do hotel em que se alojava faz com que ele tenha que se mudar. Procura, então, a Embaixada do Brasil em Madri, aonde o conduzem duas jovens milicianas. Nela, o embaixador Dr. Alcebiades Peçanha comenta-lhe qual era a situação da Embaixada no Madrid controlado pelas milícias:

– O senhor está em casa, se bem não mais seguro que no hotel. Lembre-se de que esta embaixada tem sido particularmente visada nestes últimos tempos pelos comunistas, por causa da questão Prestes. Sua mãe e sua irmã andaram por aqui e chegaram a convulsionar a Espanha toda. O povo ficou conhecendo o Brasil como um dos acérrimos inimigos do comunismo. A embaixada foi tiroteada e eu quase morto. É bem possível que nos venham agora alguns dissabores de represália (Soares d’Azevedo, 1936: 34-35).

A essa animadversão que, segundo o embaixador, havia na Espanha republicana contra o governo do Brasil, somara-se a irritação provocada pela chegada da notícia de que o deputado Adalberto Corrêa solicitara ao governo brasileiro que não fossem aceitas as credenciais do novo embaixador enviado ao Brasil pela II República.

Na relativa calma que lhe proporciona o seu refúgio na Embaixada do Brasil, Soares esboça um primeiro quadro sobre a relação de forças que se enfrentam na contenda. Ao longo do livro, ele salienta a evolução da guerra destacando as províncias em que se consolidam as posições de cada bando e aquelas que, pela ação das tropas, passam de ser zona nacional a zona controlada pelos republicanos³⁵³.

³⁵³ A primeira valorização sintética que elaborou Soares d’Azevedo (1936: 35-36) sobre as áreas do território espanhol que controlou pela República e sobre as províncias que tomaram os sublevados é esta: “Antes de mais nada, já se pode afirmar que, das cinquenta e duas províncias espanholas, vinte e oito estão em poder dos sublevados. Já se sabe também que a nata do exército espanhol se acha com os sublevados. Sabe-se ainda que a Falange Espanhola, os carlistas, os monárquicos, os fascistas, os republicanos da direita, os católicos e as massas conservadoras formam um único bloco. Do lado do governo, estão os partidos políticos, os funcionários públicos das últimas categorias, os mineiros das Astúrias, os comunistas, os socialistas, a gentilha da rua, os desempregados. As tropas de assalto foram constituídas pelo ex-presidente Alcalá Zamora,

O interesse dessas informações, dentro da visão tendenciosa do autor e do engajamento do livro, reside em que, dado que foram publicadas ainda em 1936, proporcionavam aos potenciais consumidores da obra um conjunto de relatórios e crônicas elaborado por um espectador brasileiro *in loco*. Assim, com data de 24 de julho, compôs uma longa crônica que constitui o terceiro capítulo do livro, com o título Ordem e desordem, a partir da sua observação do equilíbrio alcançado entre as forças enfrentadas. Nesse discurso, compara a gravidade e a violência do enfrentamento na Espanha com as revoltas brasileiras das três primeiras décadas do séc. XX que ele acompanhara como jornalista:

Agora, sim, estou mais a cavaleiro da situação, que se torna clara. Até aqui, venho jogando ao papel impressões desordenadas, que estou captando como posso, entre a rua e os salões luxuosos da embaixada, numa indescritível tensão de nervos. Assisti à revolta chefiada por João Candido, da praça 15 de Novembro, já se vão vinte e seis anos. Assisti a várias outras e tive conhecimento muito exato da do general Isidoro, em São Paulo, sendo também testemunha presencial da de novembro do ano passado, deflagrada na Praia Vermelha. Posso dizer agora que todas as revoluções no Brasil, a que tenho assistido ou de que tenho tomado conhecimento mais íntimo, são brincadeira de criança, em presença desta hedionda e atroz guerra civil, a de maior envergadura de que reza a história (Soares d'Azevedo, 1936: 42).

A seis dias do estouro da revolução, a Soares causa-lhe espanto a presença de mulheres e de adolescentes nas milícias e a supressão da hierarquia nas tropas republicanas nas quais os “oficiais não são autoridade, são ‘companheiros’. Ninguém os acata. Quem comanda esses infelizes é o fanatismo”³⁵⁴. Acredita que, caso a República derrote os

afim de contrabalançarem a ideologia conservadora da Guardia Republicana, que passa por ser uma das mais eficientes organizações militares da Europa. Sabe-se igualmente que o governo não tem mais comunicações com Portugal, porque as regiões fronteiriças acham-se todas em poder dos sublevados, desde a Galiza, passando por Salamanca e Medina del Campo, Soria e Ávila, Badajós (que está convulsionada), Huelva, Cadix. Sou ainda positivamente informado de que estão cortadas as comunicações para o norte, por Barcelona, porque Saragoça se acha em poder dos sublevados. A linha para Alicante, Cartagena e Valencia, igualmente cortada, porque Albacete caiu em poder das forças insurretas do exército. Isto quer dizer que Madrid se acha inteiramente isolada do resto do mundo”.

³⁵⁴ Soares d'Azevedo (1936: 72) mesmo acredita que o que ele observa é um espetáculo dantesco (“É infernal. Parece o fim do mundo”). Apavora-o o que ele julga como o aspecto esfarrapado e a atitude animalesca das milícias republicanas em contraste com a disciplina marcial das tropas nacionalistas e observa em ambos os bandos a mesma crueldade no modo de proceder com os inimigos na retaguarda e com os prisioneiros de guerra: “Vivem [os milicianos] estropiados, imundos, muitos deles descalços, uma barba imensa, semelhando antes evadidos de galés. Quando lhes anunciam o rancho lançam-se sobre ele com uma sofreguidão de esfaimados de muitos dias. O governo manda-lhes o que os comunistas e anarquistas roubaram das casas comerciais de Madrid: chouriços, pão de ló, ‘paté de foie gras’, até garrafas de champagne. É o que puderam apanhar na ocasião. Vi um miliciano comer um grande naco de presunto acompanhado de uma garrafa de ‘Veuve Cliquot’; um outro misturando pudim com sardinhas em lata... De quatro em quatro dias, revezam-se

sediciosos, a “grande luta”, será travada entre as facções que constituem a Frente Popular, pois

os soldados da Guardia Civil e as tropas de assalto, técnicos, militares de linha, gente de classe, não suportam, mesmo agora, na febre da revolução, com o perigo iminente, que os anarquistas, comunistas, socialistas e sindicalistas possam vir um dia a gabar-se de elementos decisivos no sufocar a revolução (Soares d’Azevedo, 1936: 44-45).

Soares d’Azevedo constata a sobreposição, no mando militar e nas instituições republicanas, dos partidos, sindicatos e milícias. Estes não são considerados por ele como leais à República constitucional democrática, senão, só, ao “ideal de satisfação de baixos apetites”, isto é, “a vindicta, a represália, o saque, o latrocínio”. Visita o *Cárcel Modelo* onde fica horrorizado pelo caos gerado no choque de autoridade entre os funcionários e os milicianos e pelos fuzilamentos sumários no pátio da prisão e vai para a *Casa del Campo* [sic], vista por ele como um campo dos suplícios onde se tortura e assassina. Além disso, retrata assaltos e depredações de igrejas, e estupros e massacres de freiras, e denuncia a imoralidade da imprensa socialista que aconselha o povo “a povoar a Espanha à custa da virgindade de jovens indefesas chamadas ao claustro” (Soares, d’Azevedo, 1936: 51). Ele conclui que a Espanha está doente e inclusive questiona se o exército nacional, caso vença e se instaure uma ditadura militar, “saneará o ambiente”. De todas as formas, Soares d’Azevedo pondera que é humano desejar a implantação de uma ditadura fascista na Espanha para afastar o fantasma bolchevista. Nesse sentido, justifica a sua parcialidade como jornalista afirmando que o que está em jogo na guerra da Espanha é a civilização ocidental, com o seu patrimônio moral, espiritual e cultural, e a causa da família e da fé.

No quinto capítulo do livro – Na frente da batalha – Soares narra a sua cobertura da batalha de Guadarrama. Orienta os leitores brasileiros para que visualizem o terreno

as tropas. Vêm forças frescas de Madrid, regressam as que lutaram, e essas que lutaram voltam de novo ao cabo de quatro dias, trazendo vitrolas, relógios de ouro, binóculos de campanha, alfinetes de pérolas, camisas de seda e o mais que puderam apanhar num ‘raid’ de horas pelas ruas de Madrid. Mas trazem mais alguma coisa: a intuição de que, se não tiveram na Guadarrama quem os comandasse, não viram na capital um ‘sentido’ de governo. Madrid, hoje, pertence a toda a gente. Toda a gente faz o que quer. Que se passa do outro lado? As tropas regulares e as de assalto têm rígida disciplina militar. Os voluntários não entram nas linhas de fogo sem alguns dias de prévia instrução militar. Mola não suporta em combate um homem à paisana. Mete-o invariavelmente dentro de uma farda. Todos os dias passa em revista a sua gente. Todos os dias inspeciona quartéis e vai à frente, seja de aeroplano, seja de automóvel, fiscalizando o serviço de defesa da pátria das garras do comunismo. [...] Ao comunista não dá quartel, fuzila-o ‘sur place’. E tampouco o fuzila sem julgamento, sumário que seja. Tanto Mola como Franco afirma categoricamente que em suas retaguardas não ficou um comunista como amostra...” (Soares d’Azevedo, 1936: 69-70).

desolado em que acontece a batalha inserindo referências a pontos da geografia brasileira³⁵⁵:

O terreno é rudemente acidentado e faz-me lembrar essa zona que vai de Cruzeiro a São Lourenço ou de Antonina a Curitiba, com a diferença de que aqui o terreno é desoladamente nu, as abas das montanhas semeadas de rochas e as planícies ou, melhor, os vales são *steppes* que desanimam o turista. Para quem desce, aliás, de Valladolid para a capital espanhola, o panorama aborrece, de tão chato e despido. Na montanha, as estradas coleiam caprichosamente, estas maravilhosas estradas construídas ou concertadas quando da ditadura de primo de Rivera (Soares d'Azevedo, 1936: 63-64).

Soares desloca-se de carro à Serra do Guadarrama para a realização da reportagem. Lá descreve as posições ocupadas pelas tropas do governo e pelos sublevados e observa que há um impasse na frente. Destaca também uma característica dos milicianos; percebe que, apesar de eles não terem instrução militar, são valentes e de uma temeridade rara: “Os milicianos avançam a peito descoberto, sabendo que marcham para a morte. [...] Morrem, mas os que lhes vêm atrás os substituem pulando por cima dos cadáveres dos companheiros e avançando sempre até por sua vez serem dizimados” (Soares d'Azevedo, 1936: 67-68). De regresso do Guadarrama, acolhe-se de novo na Embaixada do Brasil em Madri; sente (Soares d'Azevedo, 1936: 73) que: “Urge uma parada nesta enervante rota batida” e informa que traz “os nervos em petição de miséria, os olhos turvos, o coração em palpitações desordenadas”. Durante essa nova parada na Embaixada do Brasil decide deixar a Espanha por motivos de segurança, pois entende que a sua condição de jornalista católico supõe a sua condenação à morte no território controlado pela II República. A crônica dos últimos dias que passa na Embaixada contém a única descrição que conhecemos do interior dessa repartição. Chama a atenção o descaso do autor com o perigo que poderia supor o conhecimento dos dados que ele revela, ainda em 1936, a respeito do funcionamento da Embaixada e da atitude e do posicionamento ideológico dos diplomatas brasileiros ao seu cargo. Ou bem esses dados não foram considerados relevantes por parte do DIP, ou bem se acreditava que não poderia chegar à Espanha republicana o conhecimento dessa obra ao ser

³⁵⁵ A dedicação de Soares à composição de reportagens sobre o desenvolvimento da guerra civil não lhe impede lavrar apreciações alheias ao conflito armado. No capítulo 7º – Noites de insônia – comenta (Soares d'Azevedo, 1936: 84) como são os horários na Espanha, comparando-os com os brasileiros: “O espanhol tem costumes que nós outros, brasileiros, não aturamos. Levanta-se invariavelmente às nove ou dez horas, almoça à três, janta às vinte e uma e farreia noite a dentro. O comércio abre às nove e encerra-se às treze e meia, todo ele, para reabrir às dezesseis e meia e fechar de novo às vinte. Durante uma boa parte do dia, portanto, Madrid apresenta-se sem vida nas ruas. Almoça-se e dorme-se. As leis socialistas querem que os operários trabalhem pouco afim de que os patrões se vejam na contingência de admitir maior número deles”.

publicada no Rio, ou se pretendia mesmo, sem se importar com os riscos, divulgar a distinção que caracterizava ao embaixador Peçanha, mostrar a rede de informação que ele possuía e sublinhar o posicionamento contrário ao desenvolvimento dos acontecimentos na Espanha republicana. Após ter redundado no caos gerado pelas expropriações e pelos arrombamentos e saques dos milicianos no comércio e nas residências da burguesia e da nobreza, Soares deleita-se descrevendo o luxo da Embaixada do Brasil:

O embaixador Peçanha quer que lhe visite as instalações principescas. Começarei por dizer então que o melhor palácio de embaixada é nosso, alugado a cem contos por ano. Quando se trasladou de Roma, nosso embaixador trouxe consigo um comboio de sete vagons, com os seus objetos de arte, os preciosos gobelins, dez toneladas de mármore puríssimo, uma sala de anjos, liteiras antiqüíssimas, um piano de alto custo, um órgão de não sei quantos séculos, armaduras, espadas que pertenceram a reis e príncipes de Idade Média, mesas de altíssimo luxo, serviço de mesa faustoso, pratos, estátuas, a sua valiosa coleção numismática e quadros de autores célebres. Soube, de outras fontes, que não há presentemente na Europa, talvez em todo o mundo, instalação tão rica e de tão subido valor artístico como a do embaixador Peçanha. Vou assim percorrendo os vastos salões da embaixada, levando a reboque um enorme galgo russo, pacífico como um bezerro, de olhos inteligentes, que empresta ao ambiente, ele mesmo, assim um não sei que de medieval...

– Você compreende, meu caro jornalista, que tudo isto faz parte da vida de um chefe de missão. É rigorosamente indispensável ao pleno exercício de nossas funções. Reis, príncipes, embaixadores, estadistas, ditadores, chefes de governo, é preciso que todos eles se sintam bem numa embaixada que se preze.

Descemos ao salão de música, ao salão de baile, ao dos grandes banquetes, e é neste último que me recordo da faustuosa recepção dada pelo embaixador Peçanha, dias antes da revolução, ao presidente Azaña e a sua esposa.

Foi a mais bela e suntuosa recepção destes últimos anos em Madrid, a ponto de causar inveja às demais representações diplomáticas. Cem contos de réis custou ela ao bolso particular do nosso embaixador. Mostra-me s. ex. a sala de armas, a das estátuas, e vai recordando os seus tempos de Varsóvia, os de S. Petersburgo e os de Roma, quando o criado, camisa de peito duro, smoking branco e luvas da mesma cor, anuncia:

– S. ex. é servido (Soares d’Azevedo, 1936: 73-74).

Estando na embaixada, Soares recebe um telegrama do Rio em que é informado de que o *Correio da Manhã* lhe ordena o envio de reportagens. A impossibilidade de remeter essas informações pela *valise* diplomática, tanto pelo cerco a Madrid quanto pelas suspeitas de que essa correspondência seja violada por agentes da II República, faz com que Soares se decida a abandonar o seu intermitente asilo na embaixada para tentar regressar ao Brasil.

À tomada dessa decisão contribui a notícia que lhe chega a Alcebiades Peçanha, por parte de um “misterioso diplomata, informador secreto do embaixador”, da recuperação da cidade de Albacete pelo exército republicano, o qual abre uma via para alcançar o Levante e embarcar. Na embaixada também se recebera a notícia de que o governo da II República organizara um comboio de três trens até Valencia para os estrangeiros que desejassem repatriar-se; segundo Soares, do governo incentivava-se a perseguição dos estrangeiros por parte das milícias, por eles serem suspeitos de colaboração com o inimigo³⁵⁶. Parte, então, Soares, elogiando a inteireza do corpo diplomático e do pessoal da embaixada e assinalando que começavam a chegar, “hora a hora”, pedindo asilo, distintas famílias da “alta aristocracia madrilenha” e inclusive algum “alto funcionário das Relações Exteriores da Espanha”, embora os regulamentos brasileiros proibissem a concessão de asilo a cidadãos de um país em guerra civil. A consequência dessa chegada de demandantes de asilo foi a guarda da embaixada por milicianos, observados por Soares (1936: 87) com desprezo, pois a sua presença não impediu que o prédio fosse alvo de disparos: “A embaixada está agora guardada por dois milicianos, que se fizeram transportar em automóvel de luxo. Sei-os lá em baixo, na casinhola do porteiro, bebendo vinho, comendo chouriços, jogando damas”. A custódia de embaixadas e legações por parte de “soldados anarquistas” já fora percebida e comentada por Soares quando comparecera na legação da República do Salvador³⁵⁷:

³⁵⁶ Segundo Soares d’Azevedo (1936: 80): “O rádio oficial, por sua vez, rompe em hostilidades contra os estrangeiros residentes em Madrid, abrindo assim as portas ao furor sanguinário das hordas que pelas ruas saqueiam, fuzilam e incendeiam casas, templos e monumentos”. A consequência do encorajamento, do governo, para que as milícias perseguissem os estrangeiros era o assassinato destes. Um “alto funcionário da República” espanhol asilado na Embaixada do Brasil informa-o de que: “Numerosos estrangeiros têm sido assassinados, porque são estrangeiros. Cito-lhe logo nove colombianos, um casal de ingleses que cometeram o feio pecado de assistir ao fuzilamento de dois frades, da janela do hotel em que se achavam hospedados; de alguns modestos italianos, porque lhes foram encontrados nos bolsos emblemas fascistas e photographias de Mussolini” (Soares d’Azevedo, 1936: 81-82). Soares também se informara de que “Alguns turistas franceses vindos de Granada foram surpreendidos em pleno campo, amarrados a uma árvore e sumariamente fuzilados, porque em poder de um deles havia sido descoberta uma medalha de Santa Teresinha do Menino Jesus” (Soares d’Azevedo, 1936: 58).

³⁵⁷ Bruno Ayllón Pino (2004: 268), na sua tese doutoral sobre as relações diplomáticas entre a Espanha e o Brasil, observou que a procura da Embaixada do Brasil em Madrid por cidadãos que buscavam a obtenção, nela, de asilo realmente aconteceu e constituiu um motivo de turbacão para as relações entre ambos os países: “Cuando en 1936 estalla la Guerra Civil, la representación diplomática brasileña en Madrid, bajo la dirección del embajador Alcebiades Peçanha, se ve desbordada por pedidos de asilo y refugio de ciudadanos temerosos de represalias en la vorágine del caos en el que el país se vio sumido. La Embajada de Brasil se convirtió en objeto de atentados, boicots y bloqueos de milicianos que intentaban evitar que “desertores y elementos fascistas” alcanzasen el refugio diplomático. Desde el Itamaraty, se intentó hacer prevalecer el principio de la inviolabilidad diplomática y el de las personas asiladas en la sede de la Embajada de Brasil, lo que melló las ya de por sí deterioradas relaciones bilaterales, al entender el Gobierno republicano que la sede diplomática se

– Dois pobres diabos, que assaltaram uma casa de automóveis, escolheram um “Graham Paige” de elevado custo e andam com ele por toda a cidade. Agora, tiveram ordem de vir custodiar a legação do Salvador. Vieram, mas trouxeram o carro... Fiz-lhes ver a aventura em que se meteu a Espanha. Durante alguns minutos lhe expus o terrível drama que se desenrola em terras do Cid. Os pobres coitados acabaram com lágrimas nos olhos e me pediram que, passado isto, lhes arrumasse umas passagens para a América... (1936: 40).

No relato da sua viagem de trem em direção a Valencia, Soares redonda na sua exposição do caos que cinge o território republicano. Dentro do trem, lotado de estrangeiros que almejam abandonar a Espanha, dentre eles italianos simpatizantes de Mussolini, há enfrentamentos entre guardas republicanos e guardas anarquistas. Ao se deter o trem em Albacete, e durante uma revista, Soares foi detido sob a acusação de haver conservado com um sujeito – aparentemente um velho socialista – que também foi detido. Ambos são conduzidos a um pardieiro, interrogados e aprisionados em calabouços. O “velho socialista” foi fuzilado e Soares declarado inocente e libertado. Consegue pegar um trem rumo a Valencia. Lá o aguarda o cônsul Navarro Leitão, quem o conduz a um navio-hospital italiano, o *Urania*, procedente de Abissínia e com destino a Gênova, que abrigará 700 prófugos, na sua maior parte estrangeiros. Recolhido no navio, Soares reflete sobre o vivido nos dias passados em Madri e em Albacete e elabora um longo parecer acerca da situação da Espanha a partir da sua experiência. Esse parecer é exposto no Capítulo 10 – “Manos arriba!”:

É assim que eu venho encontrar a Espanha: uma vasta praça de touros, com o sol e a sombra tomados por vinte e cinco milhões de almas. O “espada” é Largo Caballero, “capinhas” Indalecio Prieto e Martínez Barrio, “cavalheiro” o marxismo, montando a Besta do Apocalipse. Nesta Espanha que eu conheci salerosa e guapa, com os seus mantones de Manila, os seus pentes de tartaruga, os seus boleros e peteneras, correm caudais de sangue, e em nome da liberdade trucidam-se milhares de criaturas indefesas.

[...] o espetáculo é sempre o mesmo: aqueles sinistros macacões azuis, aqueles sinistros gorros pretos, aquelas sinistras carabinas reluzentes, atravessando o campo, ganhando palácios, invadindo igrejas, e ao fim e ao cabo velhas latas de petróleo que as mulheres carregam açodadas para as portas das catedrais que daqui a pouco vão ser presas das chamas.

había convertido en un refugio de facciosos. Estos episodios van a marcar negativamente las relaciones hispano – brasileñas a lo largo del periodo de la Guerra Civil. Junto a estos incidentes, el golpe de Getúlio Vargas de 1937 arrojará más leña al fuego de estas enturbiadas relaciones. La clara tendencia al autoritarismo del político gaucho, la persecución anticomunista que desata y el apoyo al gobierno nacionalista de Franco con sede en Burgos fueron los elementos que definitivamente envenenaron las relaciones entre España y Brasil”.

[...] “Manos arriba!” – eis o grito de supressão de todas as liberdades, eis a ordem despótica do marxismo triunfante – nem sei bem por quanto tempo – em terras de Cid Campeador. Heróis, santos, sábios, artistas, mártires, filantropos, operários de ideal, fabricantes da maior epopéia que assombrou o mundo, vivos ou mortos, jazendo em cemitérios, encerrados em ataúdes de ouro e prata, ou vivendo a luz madrilena, grande e cantante, todos são ultrajados no mais cínico, no mais cruel, no mais repugnante atentado a que o mundo assistiu estarecido (Soares d’Azevedo, 1936: 118-20).

No navio, Soares faz amizade com o capitão de máquinas Ambrogio Butti, quem lhe mostra uma entrevista que lhe mandou custodiar um jornalista francês, embarcado no *Urania*, mas que se dirigia a Marselha. Essa entrevista era, segundo Soares, a primeira que concedia o general Franco e seria publicada em um jornal francês. Aos 31 de julho, Soares lê-la, qualifica-a como “um monumento”, traduz-la e transmite-a aos seus possíveis leitores brasileiros³⁵⁸. Ao informar-se de que o navio não zarparia até que não tivessem embarcado

³⁵⁸ Segundo relata Soares d’Azevedo, o capitão Ambrogio Butti emprestara-lhe a entrevista pedindo-lhe discrição. Mas ele, considerando-a de grande interesse, decidiu publicá-la na íntegra. Soares d’Azevedo (1936: 127) escusa-se assim: “Deus me perdoe se cometo uma deslealdade, mas a entrevista vale uns desaforos”. Não sabemos quem pode ter sido o correspondente que entrevistou Franco. Ambrogio Butti ter-lhe-ia dito a Soares que se tratava de um jornalista francês e que a matéria seria publicada em um jornal parisiense logo que desembarcasse em Marselha o seu portador – um passageiro “de notável destaque” que agiria como mensageiro do jornalista –. Caso fosse verdade, essa entrevista teria sido considerada nos estudos sobre as primeiras entrevistas concedidas por Franco aos jornalistas estrangeiros durante a Guerra Civil. Carlos García Santa Cecília (2006) (Disponível em: <http://cvc.cervantes.es/actcult/corresponsales/sta_cecilia.htm>. Acesso em: 30 jun. 2009) menciona ao jornalista estadunidense Jay Allen, enviado especial do *Chicago Tribune* e correspondente do *London News Chronicle*, como o receptor das primeiras declarações de Franco, dadas em Tetuam aos 27 de julho de 1936 e publicadas no *Chicago Tribune* aos 30 de agosto, e ao jornalista português Felix Correia como o primeiro a conseguir a publicação de uma entrevista a Franco, a qual apareceu no *Diário de Lisboa* o 10 de agosto de 1936. Fica, pois, para nós, a incógnita do nome desse jornalista e de se essa entrevista acabou sendo publicada em algum periódico francês. De todas as formas, o texto dessa entrevista, apócrifo ou não, foi disponibilizado, ainda em 1936, no Rio de Janeiro, comportando-se como a primeira entrevista ao general Franco divulgada em português no Brasil. Salientamos alguns fragmentos dela; supõe-se que o suposto entrevistador formulou uma só pergunta, pois todo o discurso de Franco é apresentado integrando uma única resposta. Eis: “O senhor deseja saber o fim da minha ação, e porque me encontro aqui neste momento. Não tenho qualquer ambição pessoal, este movimento não tende a fazer do velho militar, que sou, um ditador. Não sou um homem de Estado e nada entendo de política. Esse movimento deve ser considerado como um movimento nacional, como uma reação das últimas energias espanholas, que viam o país sepultar-se vertiginosamente na mais completa anarquia. A glória e a satisfação profunda do exército será ter ajuntado uma vez mais estas energias. A nossa finalidade é muito simples: trata-se, antes de mais nada, de colocar em ordem a nação e de restabelecer o sentido da autoridade, que desapareceu absolutamente da Espanha; trata-se de dar de novo ao nosso país uma alma espanhola; trata-se de abater o comunismo e de suprimir radicalmente toda e qualquer ingerência de Moscou na vida do país. Certamente, o que nós estamos fazendo é muito grave. O nosso destino pessoal pouco importa; o da Espanha, sim, é que está acima de tudo, e nós iremos até o fim. O assassinato de Calvo Sotelo faz parte de uma série de crimes que estavam ensangüentando a Espanha vai para alguns meses e que a Frente Popular evitou punir. [...] A propaganda era aberta nas casernas e nos arsenais. Madrid não respondia às nossas reclamações. Enviados especiais de Moscou circulavam livremente em nossas usinas e escolas. O país não pensava mais em espanhol. De mês para mês a crise econômica tornava-se cada vez mais terrível: chegara o momento para instaurar facilmente os soviets. Pois bem: esse momento ainda não soou, porque o exército, que permanece honesto e patriota, não o quis. Vai para alguns meses que juramos, eu, o

os 700 passageiros que comporta, e de que, por enquanto, só embarcaram uns cem, Soares calcula que talvez se passem dias até se completar a lotação com refugiados chegados, de trem, de Madri; decide, portanto, saltar a terra para cobrir o que acontece em Valencia. Lá ele diz assistir ao caos, à “queda do mundo”, à aparição “do próprio comunismo dentro da latinidade”. Porém, em um arroubo de imparcialidade, questiona: “É o fim da civilização?”, e responde-se: “Mais do que isso, porque é o fim de uma civilização. E não nos iludamos, porque ‘legalistas’ e ‘revoltosos’ equivalem-se em crueldade. Os vencidos são, em qualquer campo, condenados à morte” (Soares, 1936: 136). Inclusive, ele admoesta os nacionalistas; neles observa o desrespeito aos valores cristãos e teme que neles se produza a assunção do paganismo que projeta o nazismo:

A Espanha ensandeceu. Enquanto as autoridades nacionalistas de Sevilha festejam a Assumpção com uma cerimônia popular, os seus colegas, de Badajós executam em massa mais de 1.000 prisioneiros. Enquanto, ao norte, o governo provisório dos rebeldes restabelece o ensino religioso nas escolas, suas tropas bombardeiam civis de mistura com milicianos. Não, meus caros espanhóis, não é assim que se faz triunfar a religião... (Soares, d’Azevedo, 1936: 136-37).

Em Valencia, Soares registra a destruição dos templos católicos, reflete sobre as causas e conseqüências do ateísmo, frisa o assassinato dos religiosos por parte das milícias e entrevista a Alejandro Bermejo, “exportador de azeite de oliveira em Sevilha”, simpático ao bando nacionalista, e a Affonso Hall, “diretor da casa editorial pontifícia Pustet”. Dessas conversas, ele resenha a descrença do primeiro a respeito da possibilidade de se estabelecer um regime comunista autêntico na Espanha devido à natureza individualista dos espanhóis e informa da convicção do segundo de que os exércitos do sul da Espanha rapidamente

general Mola, o general Queipo de Llano, e alguns outros, agir brutalmente. Obtivemos plena certeza de que se preparava um golpe de Estado comunista. Não hesitamos. [...] Não me fale de política, mas de espírito nacional, pois é este o único sentido do nosso movimento. Para começar, faremos uma operação de polícia, de limpeza, se assim quiser. Depois, formaremos um governo provisório, que será possivelmente um diretório militar. O seu fim consistirá em restabelecer a ordem e a lei. O restabelecimento do princípio de autoridade há de exigir castigos exemplares, que serão aplicados sem hesitação, sem desfalecimento e com rapidez, sobre todos aqueles que os merecerem, a qualquer classe social que pertençam. [...] Querem fazer crer ao operário que um movimento militar é necessariamente retrógrado e apresentam-nos como inimigos das classes modestas. Mentem, pois nós, oficiais e soldados, donde saímos senão das classes modestas? Hoje, cada ser tem direito à vida em condições diferentes das de um animal. O mínimo de bem-estar não o soube dar a Frente Popular aos operários espanhóis. O que fez foi separar a Espanha em dois campos, que se olham cheios de ódio. Pois bem, nós outros, soldados, talvez tenhamos muita candura, mas queremos achar a fraternidade desaparecida, e achamos que o progresso social não se desenvolverá se a ordem estiver primeiramente assegurada. Enfim, apesar de todas as tentativas de divisão, de todas as falsas notícias lançadas por Madrid, nós é que triunfaremos, pois os sentimentos patrióticos que nos conduzem são tão elevados, é tão justa a grandeza da nossa causa, tão profunda a união dos nossos corações, tão grande o amor à nossa Espanha, que nenhuma força humana nos poderá vencer” (Soares d’Azevedo, 1936: 127-31).

atingiriam os Pirineus apesar do apoio da URSS e da França à II República. Após o passeio por Valencia, Soares volta a embarcar poucas horas antes de o *Urania* partir rumo a Barcelona, cidade em que também desce e sobre a qual também elabora uns apontamentos sobre a destruição e o caos da cidade, sobre a presença de milicianos por todas as partes e sobre o arrasamento de conventos e de templos junto ao assassinato dos seus religiosos. Em Barcelona, ele resulta ferido em um braço por uma bala perdida, fato que ele considerou o seu “batismo de fogo”; lá foi ao encontro do vice-cônsul do Brasil, Alfredo dos Santos Couceiro, a quem encontrou apavorado e prestes a abandonar a cidade. Esse vice-cônsul fez-lhe a seguinte justificativa da sua partida e resume-lhe a situação em que se encontra a cidade:

– Tenho autorização do governo para deixar Barcelona. O Daltro foi para Marselha. Eu tomo o último vapor que me resta, “Princesa Giovanna”, que deve zarpar hoje para Gênova. Tranquei o consulado e levo comigo arquivo e código. Isto aqui está infernal. Sabe que às mulheres deu agora por castrarem os padres? E rivalizam, essas diabas, quanto ao maior número de vítimas. Há mesmo algumas que fazem coleção das provas do seu ato diabólico. Meu amigo, desculpe se não o posso atender. Deseja alguma coisa? Entenda-se com o consulado português, a quem ficam desde agora confiados os interesses do Brasil em Barcelona. O Cruz – coitado do Cruz! – que ia tão bem com os seus dois cafés, que estava prosperando a olhos vistos, perdeu tudo, arrasaram-lhe tudo e regressa agora ao Brasil sem peseta no bolso. Sabe que temos quatrocentos brasileiros estabelecidos em Barcelona? Bem, desculpe e adeus. Vou a minha casa buscar o bispo.

– O bispo? Que bispo?

– Pois não sabe que estava em Barcelona um bispo brasileiro? Queimaram-lhe a casa, profanaram-lhe a capela, roubaram-lhe anel e cruz peitoral, deixaram-no de pijama e de pijama o jogaram à rua. O pobre coitado veio asilar-se em minha casa, assim mesmo como o deixaram, de pijama, e que dê graças a Deus porque o não fuzilaram ali mesmo (Soares d’Azevedo, 1936: 159-60).

Sobre Barcelona – a cidade “transformada em verdadeira praça de guerra” – Soares redige uns sumários apontamentos dramáticos quando, logo de reembarcar e ao se distanciar do porto o navio, percebe como vai ficando difusa a imagem da cidade:

Deixo Barcelona à tardinha. A cidade vai sumindo, mergulhado em bruma. Dos canos das fábricas não saem rolos de fumo. O porto das fábricas está paralisado. Parece-me que toda aquela mole de casas são milhões de barricas de pólvora aguardando o sinal trágico da Federação Anárquica Ibérica, para que em dois minutos salte pelos ares a jóia da Catalunha, saltem pelos ares vinte séculos de fé cristã.

Deixo a Espanha. Da popa do *Urania* atiro um olhar de despedida a essa terra cheia de glórias, exemplo e ufania do mundo cristão, agora retalhada, empapuçada de sangue, em agonia.

Mas, a vista se distende e eu olho para muito mais além da Espanha, muito lá para baixo, por detrás das montanhas cantábricas e das Colunas de Hércules. Surge a meus olhos, como num sonho, o Cruzeiro do Sul, e, acariciada por ele, a terra da liberdade, as minhas bucólicas montanhas mineiras. E do meu peito me sai, quase sem querer, à brisa da tarde, neste crepúsculo do Mediterrâneo e da Civilização, um grito que é um desabafo, é uma “revanche” e é uma esperança:

– “Viva o Brasil!” (Soares d’Azevedo, 1936: 161-62).

Soares desenvolve nos quatro últimos capítulos do seu livro – do 14 ao 17 – um discurso em que acrescenta informações às crônicas que elaborara como repórter de guerra. Trata-se de acréscimos às observações que expusera e aos dados que reunira nas matérias compostas enquanto ele permanecera em Madri, Albacete, Valencia e Barcelona. A *posteriori* pesquisa em fontes indiretas e reflete com vistas à apresentação de um parecer conclusivo a respeito da guerra na Espanha. No capítulo 14 – O que dizem os generais – transmite, através de citações, o que ele diz que são as opiniões dos grandes “cabos de guerra” do bando nacionalista. Porém, ele não menciona as fontes de onde teria obtido as declarações do generalato insurrecto. Nesse mesmo capítulo, cola algumas informações retiradas de *Le Figaro* e de *Le Temps*, mas não indica nem as datas de publicação nem os autores. Do primeiro cita uma matéria em que se desenvolve uma opinião contrária à não-intervenção. O autor dessa matéria crê que denota cumplicidade a inação internacional perante o drama espanhol, sobretudo levando em consideração as repercussões que essa guerra terá na Europa, vença quem vencer. De *Le Temps* salienta uma pergunta retórica sobre que poderá acontecer na França governada pelo *Front Populaire* se vencem os nacionalistas na Espanha? Transcreve também a opinião de Lucien Romier receando da efetividade do envio às duas Espanhas de uma delegação internacional de testemunhas imparciais que intimasse os bandos para evitar a sanha, já que ele acredita que na beligerância devastadora de uma guerra civil não há lugar para a piedade até que nos se esmague o inimigo. Das notícias e das interpretações da imprensa estrangeira sobre a guerra espanhola, Soares, sobretudo, recorre às francesas pois crê que a posição que ocupa a França governada pelo *Front Populaire* em relação ao conflito espanhol é a mais grave dentre todas as adotadas pelas potências européias, tanto pelo seu manifesto apoio à “Espanha bolchevizada”, à que lhe fornece armas e munições, impedindo, com isso, que Franco e Mola tomem Madri, quanto pela sua displicência no controle da partida, dos portos de Marselha e Cerbère, de assessores soviéticos. Os generais cujas declarações

transmite são Franco, Queipo de Llano e Mola. Do primeiro, escolheu um depoimento em que ele menciona que o plano de insurreição estava muito bem concebido e se estava desenvolvendo conforme o previsto, apesar da reação popular em algumas províncias, a qual, constituía por si, a melhor revelação da “intensidade da propaganda comunista” e a comprovação de “quanto era preciso agir [...] rapidamente e de modo enérgico” (Soares d’Azevedo, 1936: 163). Logo, traduz e transcreve, ou parafraseia, a exposição de “ajudantes de ordens de Franco” sobre a “técnica do golpe de Estado” aplicada em Ceuta, onde “não foi disparado um só tiro. A cidade continuava dormindo... E foi proclamado o estado de guerra, substituídos imediatamente os funcionários comunistas. Às nove horas da manhã, a vida da cidade retomava seu curso normal” (Soares d’Azevedo, 1936: 164). Por sua vez, Queipo de Llano, segundo Soares, teria declarado, exemplificando o seu parecer com numerosos episódios, que a barbárie criada pelo terror e as massacres inerentes às atuações das milícias na guerra na Espanha serviam para que o mundo percebesse quanto era preciso agir com urgência para acabar com a projeção do internacionalismo e do marxismo. Mola teria explicado a algum jornalista estrangeiro que o único intuito da sua rebelião seria a vitória, esmagadora e definitiva, sobre os inimigos da Espanha, sem se poder cogitar a possibilidade de uma negociação que levasse a um armistício e a um acordo para a paz. Ele é contundente na exposição da atitude que tomarão com os defensores da II República: “Depois, se o povo assim o quiser, teremos piedade daqueles que se houverem enganado, mas, daqueles que provocaram conscientemente esta guerra infame e cruel, jamais, jamais. Antes da justiça da história, a nossa, a dos patriotas, deve ser imediata” (Soares d’Azevedo, 1936: 167).

A respeito da ferocidade e crueldade dos rebeldes, Soares insiste em que ela não é menor à dos milicianos, de tal forma que a guerra se transformara em uma campanha atroz de extermínio entre os bandos que fazia com que o respeito pela civilização e pela dignidade humana tivesse deixado de existir. Essa sanha era, além do mais, na sua opinião, fomentada do exterior, pelos interesses estratégicos das potências européias e pela ânsia de lucro na venda de armas das indústrias de Inglaterra, França, Suíça e Alemanha.

No capítulo 15, Na encruzilhada, Soares visa a apresentação de uma síntese a respeito da situação política na Europa, tanto no interior dos principais países quanto em relação à criação de blocos de aliados. Ele vislumbra uma guerra européia. Acredita que,

evitada a deflagração que poderia ter acontecido pela invasão italiana de Abissínia, e caso não se produzisse uma internacionalização na guerra da Espanha, acabada esta, um conflito bélico generalizado acabaria estourando, do qual uma prova era a superprodução de armamento e a militarização da sociedade. Na situação radicalizada em que se encontrava a Europa havia, para Soares, dois extremos, ambos comunistas e em ambos estar-se-iam tolhendo as liberdades. Um deles era o da Espanha e o da Rússia; o outro era o do “comunismo branco” da Alemanha e da Itália, no qual se estava, após haver sido eliminada a liberdade, “asfixiando o povo com impostos, fazendo da nação um exército em armas”, mas neles, pelo menos, havia ordem e ainda se podia apreciar a grandeza de Deus. A partir do seu exame da situação européia, Soares faz a seguinte aplicação ao Brasil. Ele considera que a neutralidade não é possível e que se terá que escolher a aproximação a um bloco para que o país não seja absorvido pelo outro. Nesse sentido, expõe que o melhor para o Brasil é a via do nazi-fascismo, pois o outro bloco, o dos anarquistas e comunistas, é o bloco do desgoverno e da destruição:

Seja como for, a Europa está atingindo a encruzilhada, e nós, no Brasil, também havemos de chegar a ela. Não há mais que hesitar. Ou a força, com a ordem, ou a violência, com o caos. O liberalismo e a democracia morreram em Versalhes. Só há que escolher, nesta Europa esfaqueada e ensanguentada, entre o fascismo e o comunismo. Eu sei que não se oferecem ainda ao nosso país as pontas deste dilema, mas lá chegaremos, para bem ou para mal da nossa terra e da nossa gente.

[...] De todas as ruínas acumuladas ergueu-se o nacionalismo, de fascio ou de cruz gamada. Esse nacionalismo, ou toma aspetos cristãos, como o da Itália e o de Portugal, como o do nosso querido Brasil, e erguer-se-á então a possibilidade de uma convalescença, ainda que longa, ou degenerará em paganismo puro, como se verifica na Alemanha, e o homem remontará à idade-de-pedra. Os bárbaros descerão uma vez mais das regiões frias do norte, catando loas ao Deus Vatum.

A Espanha conheceu essas invasões dos alanos e visigodos, de cambulhada com a parentela toda. São da mesma estirpe os de hoje. Tomemos nós posições de defesa contra as novas hordas do Báltico, que se preparam para assaltar o patrimônio da civilização cristã, de que ainda nos orgulhamos e com a qual nos sentimos felizes (Soares d’Azevedo, 1936: 179-81).

Soares encerra *Espanha em sangue...* relatando a sua chegada no Urânia a Gênova, junto aos prófugos de quase 40 nacionalidades. A Gênova, onde o recebem representantes do Consulado do Brasil, ele chega doente, e após ser examinado, um médico prescreve-lhe 15 dias de repouso absoluto e de medicação em casa de saúde, o qual o obriga a se afastar das suas atividades como forçado correspondente de guerra. Ele escreve que, apesar da sua internação, o seu mergulho na Guerra Civil espanhola impedia-o de se distanciar do evoluir

dos acontecimentos e da sensação de ter que procurar informações sobre as últimas horas de campanha. Ele (Soares d'Azevedo, 1936: 199), portanto, imagina as notícias e comenta: “Sevilha acena-me de longe... Que tentação a de ver Sevilha, com as suas Phalanges, os seus ‘requetes’, as fardas dos seus legionários, na avançada para Madrid...”.

Em 1937, publicou-se em Porto Alegre-RS, pela Livraria Selbach, outra obra recolhendo crônicas sobre a Guerra Civil espanhola em que se denunciava a barbárie republicana e os crimes dos milicianos contra a igreja. Intitula-se *Ouvindo a alma da Espanha...! – A voz dos documentos mais recentes*. Trata-se, porém, de uma tradução da qual não se indica o responsável³⁵⁹. Indica-se que o autor fora o padre jesuíta Frederico Muckermann e que, originariamente, fora uma publicação do romano Secretariatatus do Atheismo. Contudo, essa obra é do nosso interesse pela sua introdução, redigida *ex professo* para os leitores brasileiros. A introdução está datada em 7 de setembro de 1937 e nela justifica-se a publicação pela necessidade de contestar a mentirosa propaganda que veiculavam no Brasil os centros republicanos espanhóis. Eis o seu início:

Lê, - que não é prólogo!

Em resposta aos “Centros republicanos espanhóis” que se vão fundando no Brasil, para promover uma campanha a favor dos espanhóis vermelhos, de suas senhoras e crianças inermes, “barbaramente dinamitadas pelos aviões traiçoeiros do general Franco...”.

De resto, nem adivinhar se pode, a que venha a fundação de tais centros, pois a darmos fé às notícias vermelhas, Franco já não deve comandar mais que dúzia e meia de soldados, sem um palmo sequer de terreno onde localizá-los. É que nos demos ao trabalho de somar as cifras das perdas que a imprensa vermelha, contando em larga escala com a credulidade do público, foi contribuindo semana por semana à causa nacional da Espanha (Muckermann, 1937: 3).

Ouvindo a alma da Espanha...! não foi a única tradução de uma obra sobre a Guerra Civil contemporânea aos fatos. No Rio, pela Biblioteca Militar do Ministério da Guerra, publicou-se em 1941 *Lições da Guerra de Espanha*, do general francês Maurice Duval, uma tradução feita pelo capitão Frederico Trotta do ensaio *Leçons de la guerre d’Espagne*

³⁵⁹ Não temos condições para apreciar qual foi o volume de circulação, no Brasil, de publicações apologéticas do bando nacional em forma de traduções ou, simplesmente, como produtos importados. Localizamos, no entanto, em sebos paulistanos e cariocas os seguintes títulos de opúsculos portugueses: *Espanha vermelha* (s/d), *A Espanha vermelha contra Portugal* (1937) e *A Guerra Civil em Espanha*, do capitão Alexandre de Moraes (1936).

que se publicara em Paris em 1938. Embora se trate de um estudo simpático ao exército nacional não mostra uma explícita adesão à causa desse bando³⁶⁰.

No Rio de Janeiro, e em pleno Estado Novo, também circularam matérias favoráveis ao governo republicano. No número de julho de 1938 da revista *Diretrizes*, Azevedo Amaral, diretor da publicação, dedicou o “Comentário Internacional” à guerra civil. Intitulou o seu artigo A verdade sobre a Hespanha. Ele é uma análise da Guerra Civil da perspectiva das relações internacionais. Não consultamos o periódico, senão a separata do artigo. A separata justifica-se como se segue:

O “Comentário Internacional” publicado na edição de julho de *Diretrizes*, e versante sobre os acontecimentos que se vêm desenrolando há dois anos na Espanha, mereceu do público um acolhimento excepcional e, podemos mesmo dizer, fora do usual no tocante ao modo como são entre nós recebidas as revistas. Não somente se esgotou integralmente aquela edição de *Diretrizes*, como durante semanas temos recebido em cartas, em telefonemas e em comunicações verbais de visitantes, insistentes pedidos de exemplares que infelizmente não podemos fornecer a esses leitores amigos, pelo simples fato de não os possuímos mais (Amaral, 1938: 3).

Azevedo Amaral qualifica a Guerra Civil como uma contenda internacional em que a Espanha estava sendo conquistada pelos governos totalitários da Europa central por intermédio “de uma administração fascista, pseudo-nacionalista” (Amaral, 1938: 5). Ele inclusive critica a imprensa brasileira à que acusa de ser, majoritariamente, tendenciosa e manipuladora em favor do bando do general Franco:

Ao cabo de dois anos

³⁶⁰ Após o final da guerra na Espanha e antes da declaração pelo Brasil, em 22 de agosto de 1942, do estado de beligerância contra as potências do Eixo, houve uma certa liberdade no país para a publicação, em periódicos brasileiros, de matérias afins ao regime franquista. A revista paulistana *Inteligência – Mensário da opinião mundial*, inseriu no seu n. 51 [março de 1939], um artigo, assinado em Munique aos 15 de dezembro de 1938 por H. Niedermaier, com o título A alma cavaleiresca da Espanha. O seu autor, quem declara ter estado na Espanha, expressa a sua convicção de que a Espanha, devido ao orgulho e à sensibilidade dos espanhóis, escolherá o caminho que a conduzirá ao seu fortalecimento. O autor apóia-se na índole dos celtiberos, na Reconquista e na figura do Quixote para traçar o perfil dos espanhóis. Trata-se de um texto prudente por ambíguo no qual a retórica esconde o que parece ser a clara mensagem do autor, isto é, que a Espanha saberá escolher, no cenário mundial, o que mais lhe convenha para aumentar a sua fortaleza. O texto inicia-se como se segue: “A Espanha ocupa posição importantíssima, no quadro europeu. Por isso, grandes potências, como a Inglaterra e a França, tudo fizeram, nos séculos passados, com o intuito de impedir que ela se tornasse forte, ou de destruir-lhe a pujança. Se os franceses falam, hoje, de novo, na sua ‘terceira fronteira’, fazem-no precisamente porque não esqueceram a própria história. Não é possível saber se a Espanha voltará a ser forte, ou se passará a ser objeto passivo da política das competições da Europa. Muitos acham que ela deve continuar fraca, como até agora; muitos outros acreditam – apesar das abundantes provas em contrário, dadas recentemente pelos espanhóis – na lei da inércia. E isto porque não conhecem, de fato, a verdadeira índole do espanhol” (Niedermaier, 1939: 47).

[...] Os acontecimentos desenrolados na Espanha foram sempre um tanto confusos e por toda a parte não foi fácil compreendê-los com exatidão. Mas entre nós essa confusão atingiu proporções verdadeiramente surpreendentes, devido às manobras tendenciosas com que se procurou criar no público brasileiro idéias falsas sobre o que se passava naquele país europeu. Quem teve ensejo de comparar as notícias publicadas no Brasil com o que aparecia nos jornais e revistas dos países da Europa, dos Estados Unidos e da Argentina, não podia escapar à impressão de que a imprensa brasileira transmitia aos seus leitores informes, não acerca do que acontecia na Espanha, mas a propósito de alguma outra guerra ocorrida em país diferente ou talvez mesmo em algum outro planeta.

Realmente se nos fôssemos guiar pelo que há dois anos é divulgado aqui pelas agências telegráficas, em um noticiário que se diria elaborado especialmente para uso dos brasileiros, o general Franco há muito tempo deveria estar senhor de toda a Espanha... (Amaral, 1938: 18-19).

A circulação, no Rio, de *A verdade sobre a Hespanha* demonstra que não fora proibido, de um modo determinante, que os brasileiros nativos publicassem pareceres em auxílio da razão republicana. Mas é preciso salientar que a revista *Diretrizes* era partidária fervorosa do Estado Novo e que Azevedo Amaral explicitara, nessa matéria, que a guerra espanhola servia de advertência ao Brasil para que reforçasse a sua segurança nacional e se preparasse para a defesa da sua independência e do seu patrimônio perante as crescentes ameaças das potências totalitárias, vitimárias da Espanha³⁶¹.

³⁶¹ O posicionamento conivente do regime varguista em relação ao nacional-sindicalismo espanhol mudou após a sua declaração de guerra ao Eixo. Assim, em 1944 publicava-se no Rio de Janeiro a tradução *Falange – O exército secreto do Eixo na América*, de Allan Chase (1944). Nessa obra denunciavam-se as atuações da diplomacia espanhola no continente americano em favor da causa nazi-fascista e punha-se a descoberto a rede conspiratória tecida no continente pelas seções falangistas. O primeiro embaixador, extraordinário e plenipotenciário, nomeado junto ao governo brasileiro por Franco fora o *camisa vieja* Raimundo Fernández Cuesta. Ele entregou as suas credenciais em 4 de novembro de 1940 e cessou aos 21 de outubro de 1942. Sobre essa nomeação, Bruno Ayllón Pino, na sua tese *Las relaciones entre Brasil y España ponderadas desde la perspectiva de la política exterior brasileña, (1979 – 2000)*, comenta que ela agravou os receios do governo brasileiro em relação à atuação filo-fascista da diplomacia espanhola. Ayllón (2004: 269-70) diz: “El Itamaraty recibió con aprensión y recelo el nombramiento de un embajador falangista bajo cuya directa inspiración se realizó todo el trabajo de organización de la Falange en Brasil. Para las autoridades policiales brasileñas responsables de la seguridad política y social, no existían dudas de que Falange constituía un organismo oficial del gobierno español, responsable por los trabajos de policía política del Estado, paralelamente a ser una organización paramilitar que seguía los moldes de las milicias nazi-fascistas”. Só temos constância de uma atividade de Fernández Cuesta no Rio alheia às suas funções estritamente diplomáticas. Trata-se de uma longa conferência que o embaixador pronunciou em novembro de 1940, na carioca Associação Brasileira de Imprensa, sob o título *El Cid o el alma de Castilla*. Ela foi publicada “por um grupo de amigos e admiradores” seus. Consultamos esse folheto – de 64 páginas –. Nota-se que Fernández Cuesta aplicou a sua interpretação da história do Cid para retratar os combatentes *nacionais* como continuadores das virtudes e da gesta daquele guerreiro. Este o parágrafo com o que supostamente o embaixador encerrou a sua fala: “De una sumisión por su interés, al colectivo, de una profunda justicia, y sobre todo, de una solidaridad humana que daba a sus obras aquel cálido arraigo popular, que cantaba el poema al decir, ‘a todos os alcanza honra, por el que en buena hora nació’. Fue preciso brillara el relámpago

IV. 4. 4. A Espanha e os galegos de Paulo da Silveira

Vinte anos depois das crônicas de *Espanha em sangue...*, o diplomata e docente brasileiro Paulo da Silveira, incluiu, na miscelânea intitulada *Ensaaios Europeus* – antologia das suas impressões e reflexões sobre a cultura e a história da Europa –, um retrato entusiasta de um Madri pitoresco, paradigma do casticismo *carpetovetónico*. Em Madri ele residira e, segundo expressa ambigualmente, fora muito feliz por se haver envolvido em um doloroso processo interior de redenção através da expiação das máculas que acumulara nos anos de exercício das suas funções diplomáticas.

Interpretamos que o autor passou duas estadas na Espanha. A primeira delas, com uma duração aproximada de seis anos, é à qual ele se refere nos seus apontamentos. A outra estaria acontecendo no momento – maio de 1956 – em que, no Rio de Janeiro, se publicou *Ensaaios Europeus*, pois Silveira fora destinado à Espanha pelo Itamaraty em 1953. De fato, o exemplar que temos de *Ensaaios Europeus* leva uma dedicatória do autor a Altamir de Moura (“Para o ilustre diplomata e escritor Altamir de Moura com admiração e cordialidade”), datada em Madrid aos 25 de junho de 1957.

Não temos dados que nos permitam precisar quando aconteceu a primeira longa estada de Silveira na Espanha. As impressões que ele expõe com tom pletórico, além do mais, não contêm referências úteis para circunscrever os seis anos dessa sua primeira presença. Há, pois, um viés atemporal em um relato com as impressões relativas a uma vivência boêmia em uma Espanha miserável que o autor, entretanto, sentiu entranhável³⁶².

de la tragedia para que todas esas cualidades, esa hispanidad que no estaba muerta sino solo dormida, soterrada, aflorase de nuevo a la superficie, alumbrada por una juventud que cansada de moverse entre el tedio y el rencor, como el Cid, quería ser a la vez tradicional y renovadora. Hoy España para su fortuna se ha encontrado al fin y aspira a recobrar y aumentar el prestigio y anchura espiritual a que por su pasado, su esfuerzo, su limpieza de propósitos y procedimientos es acreedora. Y he terminado mi conferencia. Solo me resta agradecer de nuevo el que hayáis asistido a ella y rogaros perdonéis sus muchas faltas” (Fernández, 1940: 64).

³⁶² A menção do “Museo Chicote”, bar instalado na *Gran Vía* de Madri em 1931, e do mercado negro do pão, e dos cigarros americanos, orientam, *a priori*, o leitor para a situação da narrativa de Silveira no Madri do pós-guerra e do racionamento, mas nem imediatamente após a *liberación* da cidade pelas tropas nacionais nem antes da nomeação de Silveira como professor de literatura na cátedra de Estudos Brasileiros da Universidad de Madri. Porém, os qualificados por Silveira como os “melhores” anos da sua vida aconteceram durante a II República Espanhola. Aos 21 de novembro de 1933 elevava-se à categoria de Embaixada a representação diplomática brasileira na Espanha. Então, já devia estar na Espanha Paulo da Silveira como encarregado de negócios do Brasil na Espanha. Acreditamos que, no remanejamento feito em 1938 do corpo diplomático brasileiro acreditado perante o Governo espanhol, Silveira se integrou durante alguns meses na representação brasileira junto ao Governo republicano instalado em Barcelona. Ainda em 1938, a missão de

A referência a Madri é a mais extensa e detalhada das elaboradas por Silveira sobre cidades espanholas³⁶³. Eis o início do quadro de costumes que narra o autor e no qual ele se insere como protagonista:

Os meus dias de Espanha foram, talvez, os melhores da minha vida, porque não foram dias de prazer, mas sim de sofrimento intenso. Mas, é bom sofrer-se na Espanha. Somos compreendidos por todos, porque os espanhóis têm a medida grave de todos os sofrimentos. Em Madrid, a cidade alegre e confiada de D. Jacinto Benavente, a alma espanhola adquire transparências celestiais que se confundem na atmosfera límpida da cidade. Sair num dia de primavera às onze horas da manhã de casa e ir passear pela Gran-Via respirando o ar ingênuo de porcelana chinesa era para mim o mais edênico dos prazeres. Em torno de nós, as criaturas eram ágeis e puras, envolvidas pela sonoridade da luz matutina. Como recorro as manhãs madrilenhas, na *terrace* do Chicote, tomando o meu *chatito de manzanilla* (Silveira, 1956: 199-200).

Acreditamos, no entanto, que esse Madri ao que se refere Silveira é o Madri da II República. As imagens que ele guarda da Madri remetem-no à Gran Vía, a qual, para ele, era um “aquário de ar fino temperado de delicadas sensualidades” em que as moças “não andavam, não caminhavam, tinham movimentos píceos, nadavam como aéreas sereias”. Essas moças excitavam a imaginação do autor, tentando-o a que as raptasse: “Meus olhos eram felizes e o meu espírito imaginava raptos lascivos no olvido das horas ingratas que fugiam” (Silveira, 1956: 200).

O diplomata Silveira expressa que, naqueles anos, a sua vontade de conhecer o *modus vivendi* do povo madrileno fazia-o se vestir como um cidadão comum para assim poder se apresentar dissimulado nos espaços freqüentados por esse povo. Porém, no seu relato observa-se que esses espaços aos que dirigia os seus anseios eram, sobretudo, as tavernas dos *barrios bajos*:

Silveira teria cessado ao se dissolver definitivamente essa representação na Catalunha, sendo autorizado Silveira a se deslocar até Paris onde teria que permanecer no aguardo de ordens.

³⁶³ Há uma outra cidade sobre a qual a prosa de Silveira se expande como conseqüência das evocações que gera no autor a assistência à noite de músicas e danças espanholas na Embaixada de Espanha no Rio. Trata-se de Toledo; Silveira refere-se a essa cidade associando-a com agentes e obras da Espanha, desde o medievo até o barroco. Esta a narração que cria o autor sobre essa cidade castelhana: “Como tenho ganas de falar longamente dessa Espanha varonil, que deu ao mundo a imagem leal de guerreiro nobre do Cid Campeador, de D. Álvaro de Luna! Gostaria de estar à sombra da catedral de Toledo, viajando um passado que andou pelo mundo e que esteve na Itália com *el Gran Capitán*, dando ao Renascimento esse assombroso Papa que se chamou Borgia e que foi o grande animador das artes. Toledo de El Greco, cujo pincel místico foi a luz redentora do espiritualismo na arte pictórica espanhola. Parece que estou a ver essa austera e impressionante sinfonia em branco e negro que é o seu *Enterro do Conde de Orgaz*. Fidalgos compungidos, ardendo como círios intensos misticismos” (Silveira, 1956: 202).

Muita vez, para conseguir penetrar mais a fundo nos arcanos da vida popular de Madrid, vestia-me pobremente, sem colarinho e sem gravata, calçava alpercatas de pelotário e enfiava na cabeça um gorro basco e ia flunar nos *barrios bajos*, pela *Plaza del Cordon* e pela *calle de l'Arruda* ver as *majas* insolentes do *estraperlo* mercado negro – vendendo pão e cigarros americanos. *Tengo barras! Tengo petillos!* Estava metido no Madrid de Goya e Solana e nas tavernas onde se bebia o vinho branco e tinto de *Val de Peñas*, *Lengroño* e *Rioja* que lubrificava as goelas eloqüentes dos espanhóis, e se comiam admiráveis *chuletas de ternera con fritas*, *chipirones in su tinta* e uns *chorizos riojanos*, aqueles embutidos com os quais sonhava a fome velhaca e resignada do escudeiro Sancho! Os substanciosos *jamonés serranos*, *las gambas a la plancha* despertavam o apetite para os repastos mais suculentos. E quanto mais o vinho pressionava aquelas caldeiras humanas as guitarras gemiam os *soleares* melancólicos. Já tarde, quando a noite começava a empalidecer as primeiras claridades da madrugada, voltávamos a casa tendo ainda nos ouvidos os últimos acordes dos violões e as derradeiras vozes que se apagavam, resignadas, aos primeiros arpejos da luz matutina. Íamos para a cama dormir um sono que chegava suave, todo perfumado de tranqüilas recordações (Silveira, 1956: 200).

Silveira informa do seu desejo de poder voltar qualquer verão a Madri para assistir a uma “corrida de toros”. Ele não só informa sobre elas, senão que emite o seu parecer acerca dos seus componentes. Assim, ele diz que a posição humana mais bela é a do matador na frente do touro: “Para mim, não há posição mais bela e mais estética do que ver um matador diante dos cornos de um possante miura. No centro do *ruedo*, como a haste de uma flor de carne febril, apruma-se o corpo esguio do matador” (Silveira, 1956: 200). Ele louva Manolete³⁶⁴, qualifica qualquer praça de touros espanhola como “uma admirável

³⁶⁴ Silveira escreveu uns versos dedicados a Manolete. No entanto, na sua prosa não fica claro se ele assistiu ao vivo, na praça de Linares, aos 28 de agosto de 1947, à cornada que recebeu o toureiro e que lhe provocou a morte. Além da narração confusa, o conflito diplomático entre a Espanha e o Brasil acontecido entre 1946 e 1950 faz-nos duvidar da presença de Silveira em Jaén em 1947. Aos 12 de dezembro de 1946, o Brasil foi um dos trinta e quatro países que votaram a favor da resolução condenatória a Espanha na Assembléia Geral da ONU, retirando, em consequência, o seu embaixador. O restabelecimento das relações diplomáticas plenas com a Espanha só se produziu em 1950 quando, aos 23 de março, Rubens Ferreira de Mello apresentou em Madri as suas credenciais como embaixador. Todavia, as relações diplomáticas bilaterais não foram rompidas completamente pelo Brasil, pois na Espanha ficara o encarregado de negócios, Argeu Guimarães. Silveira, no entanto, nunca poderia ter assistido à atuação de Manolete durante a sua suposta missão na Espanha durante a II República e o início da Guerra Civil, pois o toureiro só tomaria a *alternativa* em *La Maestranza* de Sevilha aos 2 de julho de 1939. De todas as formas Silveira fez o seguinte relato da cornada que acabou matando Manolete: “Manolete morreu numa cidade provinciana diante de um miura. O seu nome e os seus movimentos estéticos entraram no terreno da lenda. Nunca havia assistido antes dele a um toureiro tão completo e tão limpo nas *faenas*. Havia momentos de suprema angústia na assistência. Manolete estava ali, entre as aspas do touro, fazendo passes incriveis de muleta. Tocava harpa nos chifres do miura... Mas, tudo acabou numa bela tarde de verão provinciano. As flores de sangue das suas feridas ficaram poucos segundos desfolhadas na areia do *ruedo*, mas serão eternas na memória dos que tiveram a suprema ventura de vê-lo tirar da força bruta de um animal bronco e desesperado os ritmos mais finos e sugestivos” (Silveira, 1956: 201). Os versos que ele diz que guarda na memória e que improvisara referem-se ao “espetáculo inesquecível do

universidade de arte”, informa da influência da tauromaquia no léxico espanhol e assinala as touradas como fonte de um repertório cultural (“Quantos motivos belos de poesia, música, escultura e dança têm sido sugeridos pelas corridas de touros? [...] Quase toda a arte espanhola, genuinamente castelhana e andaluza, guarda uma imensidade de ritmos tauromáquicos” Silveira, 1956: 201). Como exemplos dos artistas e poetas que recorreram ao repertório taurino para as suas criações, põe a Goya e a Lorca. Do primeiro, Silveira (1956: 202) diz que foi “o insolente panfletário da pintura espanhola”, e, em relação à sua produção, pondera “Embora o touro esteja ausente das suas telas a óleo ele está no seu subconsciente, no subterrâneo das suas intenções, nas águas-fortes das suas esplêndidas gravuras”. Do segundo, pontifica: “García Lorca, por exemplo, encontrou os ritmos mais impressionantes da sua poesia e do seu vocabulário nas ardentes crateras dos *ruedos*...”.

Em relação aos pareceres sobre o campo cultural da Espanha, é também de interesse o produto de Paulo da Silveira. *Ensaaios Europeus*, publicado pela Livraria José Olympio Editora, reúne estudos que já foram divulgados pelo *Jornal do Comércio*, por *O Estado de S. Paulo* e por *O Jornal*. Refletem os conhecimentos adquiridos pelo autor durante uns cinquenta anos de vida cosmopolita na Europa. O autor, nascido na capital federal em 1891, cursara o Ensino Médio no Colégio Thompson, em Londres, e no Lycée Louis le Grand, em Paris. Em 1924 foi nomeado para servir como Delegado Técnico do Brasil junto à Liga das Nações em Genebra e, em 1953, o Ministério das relações Exteriores designou-no professor de literatura brasileira na cátedra de Estudos Brasileiros na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Madri. Comparativamente, os ensaios dedicados a temas espanhóis são os menos. A maior parte da obra compreende reflexões do autor sobre temas culturais relativos, sobretudo e por esta ordem, ao Reino Unido, à França, à Itália e a Portugal. A primeira grande referência a um agente da cultura espanhol está inserida no capítulo O homem de letras será julgado. Nele contrapõe o posicionamento de Pío Baroja ao de Jean-Paul Sartre a respeito do compromisso social dos escritores. Silveira toma partido em contra de Baroja, pois não crê que as idéias literárias não repercutam nas ações dos seres

momento supremo, quando o Espada vai dar o golpe de morte no touro”. E são estes: “Manolete!/ Eterna fonte inspiradora,/ De dança e de pintura,/ De música e escultura/ Dessa Espanha surpreendente!/ Novos ritmos de arte/ Surgem dos teus felinos movimentos,/ No meio de “la Plaza” colorida/ De emoções e capas desfraldadas!/ Entre os mágicos cornos do miura/ O teu corpo é um epitáfio de coragem/ Sobre a tua própria sepultura!” (Silveira, 1956: 201).

humanos. Portanto, Silveira acredita que se deve exigir responsabilidades aos homens de letras pelo que eles escrevam. Esta é a sua conclusão:

O Brasil perdeu há muito tempo a sua velha tranquilidade vegetal de fazenda continental para transformar-se num campo perigoso de ações partidárias. O sangue começa a correr por debaixo das nossas palavras. Estamos nos aproximando de terríveis julgamentos através dos quais a democracia será purificada. O homem de letras não poderá mais escapar das suas opiniões. Cada um responderá pelas suas palavras... (Silveira, 1956: 152).

Logo de O homem de letras será julgado, no capítulo As unhas do gato Pío Baroja, Silveira apresenta o seu semblante sobre Baroja. Nele recomenda aos brasileiros a leitura da produção desse escritor, faz alguns apontamentos biográficos sobre ele em que inclui anedotas e frisa que as relações entre os produtores literários são as próprias de um campo de lutas. Ele encerra o capítulo expondo a sua surpresa pelo escasso conhecimento que havia no Brasil desse escritor basco:

Acho estranho que o seu nome não seja bastante conhecido no Brasil, apesar de estarmos tão próximos da Argentina, onde ele conta com público tão numeroso. Pío Baroja, ao contrário de Blasco Ibáñez que, mais que escritor literário, foi um repórter oportunista, não desaparecerá nunca da memória da posterioridade. A sua obra é sólida e vencerá sempre o tempo, que, na poesia gongórica de Castro Alves: – *É a traça que medra, nos livros feitos de pedra!*... (Silveira, 1956: 160).

Silveira enuncia também a sua opinião a respeito de uma representação criada na Europa sobre os brasileiros, consistente na identificação deles com o café e com o lirismo, esta última, aliás, poderia ser, inclusive, aplicada a todos os ibero-americanos. Essa opinião de Silveira teria sido consequência do seu encontro casual com Pío Baroja, quem lhe seria apresentado por um seu amigo – o suposto pintor espanhol Antonio Guerrandi – em uma tarde de novembro de 1938, em um bistrô de Paris. Eis o relato desse encontro:

Já estávamos a encostar os copos nos lábios, quando vimos transpor a porta do botequim um velhote ensacado num desbotado sobretudo cor de barro, com a cabeça tapada por uma boina basca. O meu amigo deixou de repente o copo sobre o zinco do balcão e virando-se paea mim, exclamou: – Es D. Pío, caramba! [...] Desajeitado diante da frialdade do velhote para com o meu amigo, estendi-lhe a mão um tanto receoso. Pío Baroja olhou-me de alto a baixo e resolveu, por muito favor, descerrar os lábios e mover o *cavaignac*: – *Es Vd. español?* – *No señor* – respondi-lhe em castelhano – *soy brasileño*. Esteve uns minutos encarando-me com certa displicência, e, depois, comentou distraído: – *Ah! sí, brasileño! Mucho café en su país? nosotros aquí, bebiendo ese líquido humorístico color de chistera vieja...* Brasileiro e café, para o europeu, são vocábulos sinônimos. Eu e café, para Pío Baroja, era a mesma coisa. Mas, a conversa estava emperrada. Continuava, entretanto, a examinar o velhote. Depois, atacou-me com esta pergunta irônica: – *Es Vd. poeta?* Estremeci todo, ao sentir-me

tocado por essa pergunta irreverente e indaguei surpreso. – *Por qué me pregunta si soy poeta? Tengo cara de soneto?* O velho duende das letras espanholas continuou calmo e, sem mexer uma só ruga da face, soltou-me estas frases: – *Es natural, le hago esta pregunta, porque la gente sudamericana suele ser muy aficionada a la poesia...* E dando com mais força sarcástica o nó na frase: – *Vd. sabe, todos los sudamericanos hacen versos...* Tinha razão Pío Baroja... Todos os sul-americanos fazem versos... Não há coisa que se pareça mais com um soneto do que um brasileiro, um peruano, ou um equatoriano. Ficamos ali ainda alguns minutos mais, a desafiar uma conversa bamba, sem interesse, sobre as banalidades cotidianas da vida (Silveira, 1956: 155-56).

Um terceiro capítulo dedicado à Espanha intitula-se O perfume das danças espanholas. Introduz-lo assim: “Pessoas e cousas da Espanha, sempre exerceram uma grande fascinação sobre o meu espírito. Nessa terra de santos e conquistadores, vivi seis anos da minha sofrida existência” (Silveira, 1956: 197). Conclui-o mencionando o galego Eugenio Montes como intelectual que soube narrar circunstanciadamente o baile na Espanha:

Recordações das terras de Espanha que se acordaram na memória despertadas por esses bailados regionais floridos de esperanças viçosas. Suaves raparigas de Aragão e Andaluzia, Galicia e Granada, alegrando a assistência com esses movimentos antigos criadores de ritmos novos e fecundos na alma do povo espanhol. Foi uma noite de encantos, onde respiramos, felizes, os mais raros perfumes de uma raça que continua a sua missão no mundo para enchê-lo de êxtases sonoros. Voltamos às raízes da dança para sentirmos as seivas inéditas dos recalques primitivos, manifestando as suas ânsias numa singela cinemática de gestos que é o molde perene das belas e fugitivas atitudes musicais. Danças virgens de Espanha, que a eloquência cálida desse ágil jardineiro de frases castiças Eugenio Montes soube descrever com alada perícia florentina (Silveira, 1956: 202).

Ele diz que, na Espanha, encontrara-se a si mesmo ao compreender a fê ardente dos santos e dos guerreiros e, em consequência, se purificar das frivolidades e futilidades da sua vida de diplomata. Comenta que a matéria sobre as coisas da Espanha desenvolvida no capítulo se deve às evocações que lhe provocara haver assistido a uma apresentação de danças regionais celebrada, em uma noite, nos jardins da Embaixada de Espanha no Rio. Essas evocações motivaram que, por um lado, ele revelasse a, acima assinalada, transcendência que teve na sua vida o lustro que passou na Espanha como processo cura anímica. Por outro, fizeram com que ele expusesse as suas definições sobre a Espanha e os espanhóis.

Em O perfume das danças espanholas, Paulo da Silveira, desenvolverá, por último, uma narrativa, mistura de crônica e de ensaio, sobre a música e a dança na Espanha. Nessa

narrativa, as impressões éticas e estéticas que ele guarda da Espanha conformam uma hipérbole *noventayochista*. Referem-se aos espanhóis como um povo formado por sujeitos individualistas e corajosos, um povo alienado em supostos sentimentos católicos e em estóicos valores militares. Nesse povo seria também notória a paixão na salvaguarda dos seus princípios católicos e a intensidade no modo de vida, uma intensidade que se refletia na fatal capacidade de atração das mulheres andaluzas. Eis o início e o final da extensa definição que ele traça:

A Espanha é um país que sempre limitou com a morte. As suas fronteiras são banhadas pelas águas fúnebres do Lethes, pois, das suas terras de fé e ressurreição, o homem se perde no esquecimento dos seus sagrados deveres cristãos. Viajando as suas contraditórias províncias onde homens e mulheres adornam os dias e as horas com os seus cantos e as suas paixões, senti uma forte atração por esse espanhol rude das colheitas do trigo feliz e pelos olhos em calda das raparigas que têm sumo de uva nos lábios sensuais como cravos vermelhos. [...] Torna-se necessário ter a *vivência* desse país, que ainda guarda nas minas profundas das suas maravilhosas tradições reservas inesgotáveis de opulentas sugestões estéticas (Silveira, 1956: 198).

Em relação à noite com danças regionais espanholas da que desfrutou Silveira no pátio da Embaixada espanhola no Rio e que, supostamente, induziu as memórias e elucubrações do seu relato, o autor faz os seguintes apontamentos sobre a atmosfera que nela se percebia:

Essas recordações espanholas vêm-me à pena provocadas por essas danças campestres a que, há algum tempo, tive a fortuna de assistir nos jardins da Embaixada de Espanha. A noite protegida pelos cristais de uma lua oriental se alcatifara de azul pálido para o baile dos suspiros com estrelas. Na tranquilidade sonora da atmosfera, havia perfumes perdidos de mulheres esquecidas. O mágico *champagne* lapidava com arte diabólica as brilhantes pupilas das encantadoras figuras femininas. Os *black-ties* propensos ao *scotch* empunhavam cilíndricos copos cheios do líquido cor de topázio. Foi nessa altura que as danças regionais começaram. Raparigas silvestres de várias províncias ibéricas nos deram com graça e simplicidade as imagens frescas das suas almas através de movimentos terpsicóricos (Silveira, 1956: 199).

Silveira só se refere a uma das apresentações de “danças campestres” – “danças regionais”/ “bailados regionais” – às que assistira; ela é qualificada pelo autor como “flamenco castizo”, a qual, junto ao “canto hondo”, interpretado por “guitarras frenéticas” e as “vozes árabes nas gargantas de cobre dos cantores”, leva-o a evocar Sevilha e Granada. Assim, por um lado, descreve pormenorizadamente e comenta as danças andaluzas:

moças andaluzas, sevilhanas ariscas e maliciosas, estalaram no ar as suas exaltadas castanholas marcando o ritmo quente dos enérgicos passos gitanos. E os meus olhos exilados das belezas de Espanha viram, refletida no céu, toda coroada de estrelas, a imagem *salerosa* da Giralda... Olé!... Olé!... (Silveira, 1956: 199).

Por outro, menciona sucintamente que soara uma gaita-de-fole: “Ouvimos a gaita galega despertando nas almas emigradas com a pura ingenuidade das suas melodias, as sombras de um passado pobre e longínquo” (Silveira, 1956: 199). Silveira não alude à presença do corpo diplomático espanhol. Genericamente só assinala o comparecimento de “encantadoras figuras femininas” e de *black-ties*. Contudo, da sua anotação sobre a reação das “almas emigradas” perante o toque da gaita-de-fole infere-se que estavam presentes elementos da colônia galega – imigrantes – na festa. A melodia dessa gaita, apreciada como ingênua, e a presumível saudade da sua pátria sentida pelos galegos, anotada como a relembração da miséria deixada atrás ao emigrarem, mostram tanto a escassa simpatia que despertava essa música no autor quanto a representação que formara o autor a respeito da origem desses imigrantes. Assim, nem a música da gaita galega comove ao autor nem os emocionados imigrantes galegos o comprazem. São, no entanto, a música e a dança andaluzas e as correspondentes bailarinas, supostamente do sul da Espanha, o que envolve o autor fazendo-o retrotrair-se aos anos que passara na Espanha: “E essas vozes, essas melodias fazem-me sonhar com Espanha, sentir o perfume dessas flores de carne morena que se desfolharam nas sombras crepusculares dos jardins do Alhambra, onde as fontes choram ainda a morte dos ritmos antigos” (Silveira, 1956: 199).

À Galiza ainda aludirá Paulo da Silveira ao elaborar uma crítica do ensaio *Exame da vida portuguesa*, de José Osório de Oliveira, de cujas páginas diz que “encerram trechos dignos da atenção da crítica luso-brasileira” (Silveira, 1956: 223). Silveira elogia o modo simples do estilo da obra, a honestidade das meditações que ela contém e o seu “fundo discreto de patriotismo” (Silveira, 1956: 224). Ao se referir ao teor da reflexão de José Osório de Oliveira sobre a identidade de Portugal, Silveira sopesa a razão da existência desse país, concluindo que ela se deve à consolidação de um *volksgeist* diferenciado do castelhano, a pesar da continuidade territorial, que orienta constantemente o povo português à sua realização identitária através das empresas atlânticas. Silveira aponta a saudade da pátria que sente o português expatriado – o imigrante – como um traço diferencial

compartilhado com o imigrante galego. O autor ampara o seu apontamento com uma citação de uns versos de Rosalia:

O português olha sempre para o mar, para o salso elemento que o leva às suspiradas saudades da santa terrinha! Separado por largos mares da sua aldeia, o lusíada é um eterno escravo da saudade. E depois, como é enternecedor o patriotismo do português que emigrou! Nesse ponto, as almas de Portugal e da Galiza se encontram e misturam as suas dores e as suas lágrimas. Nenhuma diferença. Poucos poetas portugueses souberam cantar a vida simples da sua gente, como essa santa poetisa galega Rosalia de Castro, cujo lirismo humilde e franciscano, mais do que os grossos e pretensiosos tomos de sociologia, nos faz compreender e sentir o drama tranqüilo e resignado do aldeão do Minho ou de Pontevedra... O mesmo destino, a mesma fatalidade, enraizados num fecundo e doloroso amor à terra, à família e ao trabalho.

“Que t’aman os teus filhos!... Que os consome
d’o teu chan s’apartar!...

Que ximen sin consolo, s’a outras terras de lonxe
morar van.

Que ali está o corpo n’as rexiós alleas y o esprito sempre
acá, que só viven, só alentan c’as lembranzas
d’o seu país natal”

Mas, foi cantando e gemendo assim que o português realizou o milagre brasileiro! (Silveira, 1956: 226-27).

IV. 4. 5. Os compêndios das contribuições da Espanha à formação da sociedade brasileira

No Rio de Janeiro publicaram-se as que acreditamos serem as três principais obras em que se procuraram expor as inter-relações socioculturais hispano-brasileiras. Estas são o estudo *Presença de Espanha*, de Pinto do Carmo (1959)³⁶⁵, a revista *Cultura – Edição especial em homenagem à contribuição da Espanha na formação da cultura brasileira* (MEC, 1980) e *El español en Río de Janeiro* (Consulado General de España, 1993).

Não sabemos o que moveu o funcionário público, e intelectual e polígrafo, Pinto do Carmo³⁶⁶ a escrever *Presença de Espanha*, além da transmissão do vasto conhecimento que tinha do assunto. Na obra não constam agradecimentos e não temos nenhum dado que nos

³⁶⁵ Conhecemos duas edições do mesmo ano de *Presença de Espanha*, uma pela Organização Simões e a outra pela Gráfica Olímpica Editôra, ambas editoras cariocas.

³⁶⁶ O corpus de Pinto do Carmo é o seguinte: *Bibliografia de Capistrano de Abreu* [1942], *Ministros da Fazenda* [1944]; *Diretrizes Partidárias* [1948]; *Rui Barbosa e o Dom Quixote* [1949]; *Afinidades Boliviano-Brasileiras* [1952]; *Ciclos de la poesía brasileña* [1954; 1955]; *Nuevos rumbos en la literatura brasileña* [1955]; *Novelas e novelistas brasileiros* [1957]; *Cédulas de crédito rural* [1958] e *O pícaro e os caminhos de Santiago* [1965].

faça crer que *Presença de Espanha* foi publicada com o aval ou com o apoio da Embaixada de Espanha no Rio. É claro que tal produto encaixava-se no tipo de investigações que publicava o Instituto de Cultura Hispânica. Mas esse não foi o caso; a obra foi publicada por pequenas editoras cariocas privadas: Organização Simões e Gráfica Olímpica Editôra. Nenhum dos produtos que, como hispanista, compôs Pinto do Carmo foi publicado na Espanha, embora tenha obras publicadas em Bogotá, La Paz, Montevideu e Buenos Aires. Todavia, acreditamos que *Presença de Espanha* é ainda o estudo mais rico em informações dos publicados no Brasil e na Espanha sobre o compartilhamento pelo Brasil do repertório cultural espanhol. Além disso, contempla os aportes dos imigrantes ao repertório espanhol da cultura brasileira.

A revista *Cultura* era editada pelo Ministério da Educação e Cultura. Fora criada durante a administração do general Médici. A “Edição especial em homenagem à contribuição da Espanha na formação da cultura brasileira” correspondeu ao n. 35 da revista (ano 10; jul./ dez. 1980). Interpretamos esse n. 35 como um gesto de simpatia, e de reconhecimento, do governo do Brasil ao Reino de Espanha, sendo a primeira matéria uma declaração de gratidão e amizade assinada pelo presidente João Figueiredo. De fato, a revista ressalta a contribuição da cultura espanhola à formação do Brasil. A expressão da aquiescência com o teor dos discursos da revista por parte do governo espanhol plasma-a a mensagem *iberista* que se segue à de Figueiredo³⁶⁷, rubricada pelo Chefe de Estado, o rei Juan Carlos³⁶⁸. Essa publicação é do nosso interesse porque nela patenteia-se o que, para as

³⁶⁷ Este é o discurso de João Figueiredo (*Cultura*, 1980: 5): “O tempo e a história nos ensinaram a reconhecer e preservar a contribuição espanhola na formação da cultura brasileira. Nas mais representativas formas de manifestação da nossa criação popular e erudita, nos mais diversos matizes da expressão cultural das nossas origens encontram-se elementos que evidenciam os laços que unem o Brasil à Espanha. Hoje, claramente definidos os contornos da nossa nacionalidade, sentimo-nos orgulhosos de poder vislumbrar na trajetória das relações com o País amigo o contínuo estreitamento desses laços com base na fraternidade. Sobretudo por sabermos que essa fraternidade cultivada ao longo de tantos anos corresponde aos anseios do momento histórico e ao sentimento mais vivo das duas Nações. Com este número especial de *Cultura* o Governo e o povo brasileiros prestam uma afetuosa homenagem à Espanha, ao mesmo tempo em que reafirmam a estima alimentada nestes quase cinco séculos de fraternal convivência”.

³⁶⁸ O discurso de D. Juan Carlos de *Bourbon* assenta-se na reivindicação do patrimônio ibérico compartilhado pela Espanha e pelo Brasil, convertendo-se, em consequência, em uma chamada à unidade latino-americana. Trata-se de um paradigma discursivo dos anos que antecederam à entrada de Espanha na União Européia, quando o governo desse reino contemplava a possibilidade da criação de uma comunidade ibero-americana de nações e se propunha coordenar os labores para esse fim. A declaração do rei é esta: É para mim uma satisfação aproveitar a oportunidade que me brinda a revista *Cultura* para enviar umas linhas de saudação à nobre Nação brasileira. O Brasil e a Espanha têm como patrimônio comum a realidade cultural herdada de sua latinidade, de seu iberismo. Gil Vicente e Camões foram poetas bilingües. Cervantes escreveu em português. Diego Velázquez da Silva tinha sangue português e Francisco Suárez, nosso filósofo, catedrático em Coimbra,

autoridades de ambos os países, eram os fundamentos e os gozos culturais compartilhados. Trata-se, é claro, do contexto criado pela cultura erudita e popular oficiais, no qual não cabiam alusões às contribuições dos imigrantes espanhóis no Brasil, cuja presença como mão-de-obra, no entanto, se reconhece. Inclusive, nas palavras do rei da Espanha é nítida a visão que desses imigrantes se tem como sujeitos adaptados ao Brasil e assentados definitivamente no país, logo de eles terem formado no Brasil as suas famílias. No seu discurso, o rei não menciona a esperança de que esses sujeitos regressem à Espanha e também não se alude a eles como reais ou potenciais transmissores no Brasil de planos de projeção da cultura espanhola porque ele os qualifica como indivíduos já plenamente adaptados ao Brasil, isto é, brasileiros.

El español en Río de Janeiro tem como subtítulo Quinto Centenario, España 92 y Cultura Española en el Siglo XX. Trata-se de uma edição do Consulado General de España no Rio de Janeiro, com data em fevereiro de 1993. A publicação – uma revista, *lato sensu* – contém matérias redigidas por dirigentes das entidades que esse Consulado classificou como significativas, e convenientemente representativas, da presença espanhola no território da sua circunscrição, isto é, os estados de Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, e matérias redigidas por algum dos responsáveis de projetos de expansão da cultura

praticava seu magistério nessa língua. O P. Anchieta, Apóstolo do Brasil, e cuja beatificação celebramos com júbilo este ano, nasceu na ilha de Tenerife e realizou seus estudos em Coimbra. Mais próximo de nós está o iberismo de Ganivet, Unamuno, Ortega, Madariaga, Sánchez de Albornoz e tantos outros. É neste contexto cultural – uma das três raízes que, com a língua e a história, unem a América com a Península Ibérica –, onde a fronteira com o lusitano e o hispânico tem cada dia menor vigência, pois pode ser comprovado que a realidade cultural emanada de Portugal e da Espanha, e projetada sobre o continente americano, é apenas uma. Efetivamente, a Espanha levou à América o tema cultural do Ocidente, mas trouxe também sua própria recriação desta cultura que, projetada sobre o continente americano, continua a se enriquecer com a coesão de todos os países ibero-americanos. Formamos uma comunidade criada com profundidade e firmeza; uma comunidade inteligente; uma comunidade que está assumindo sadiamente, como própria, tosa sua história, e integrando na mesma, com respeito e orgulho, todos os grandes personagens, tanto aqueles que começaram, faz séculos, a construir nossos países, como os que abandonaram, aos chegar à maturidade, a tutela sob que viviam. Nossa comunidade, possuidora de traços biológicos unitários, solidária nas crenças básicas sobre o homem e seu destino; herdeira de um patrimônio cultural que tem, não apenas a glória do passado, mas também a vitalidade do presente, é uma comunidade chamada a cumprir no futuro uma função universal da qual não pode demitir-se. A Espanha considera-se com orgulho como uma Nação também americana, pois uma parte importante do nosso ser pertence à América. Não podemos esquecer nem sermos indiferentes a este Novo Mundo do qual tanto espera a humanidade no seu conjunto. A Espanha quer participar e conviver convosco dia a dia, pois somos um vínculo perene, profundo e vital entre a Europa e a América. Será tarefa da Coroa espanhola incentivar a voz da cultura que hoje constitui a principal mensagem pacificadora e a melhor linguagem universal. Não quero terminar estas linhas sem expressar o meu agradecimento à fraternal hospitalidade do Brasil, onde tantos espanhóis encontram um lugar de trabalho, onde fundaram seu lar e onde seus filhos viram a luz, integrando-se todos eles e colaborando para a grandeza dessa Nação” (*Cultura*, 1980: 7).

espanhola nessa circunscrição. Há só uma exceção; a única matéria encarregada a um sujeito que não se tinha que apresentar como porta-voz de uma entidade é um artigo de opinião de Nélida Piñon, que foi intitulado España en mi vida. *El español en Río de Janeiro* encerra-se com um anexo com vários quadros sobre a presença espanhola na circunscrição do consulado e com informações variadas sobre as atividades culturais realizadas durante as celebrações do V Centenário.

A publicação inicia-se com textos do embaixador e do cônsul geral. O primeiro – Carlos Blasco – escreveu a Mensaje e, o segundo – Gonzalo Ortiz Diez Tortosa –, a Presentación. Carlos Blasco refere-se às ações que, como embaixador, pretendia desenvolver para que se implantasse o ensino do espanhol na educação básica brasileira e à presença de imigrantes espanhóis no Brasil. Em relação a eles, o embaixador faz o seguinte curioso raciocínio silogístico:

Si Brasil nació de Portugal y Portugal se originó de Galicia, no es desacertado pensar que este país es descendiente directo de una entrañable región española. Esto lo entendieron muy bien los emigrantes gallegos que salieron en los años 40 y 50 de una España empobrecida, y que constituyen el grueso de la presencia española en Río de Janeiro.

Luego esos emigrantes prosperaron y han originado una colonia hispana que centra sus actividades en la industria turística. Los hijos de aquellos emigrantes han acudido a la universidad y constituyen una generación joven en actividades como la medicina, la abogacía, la ingeniería o las ciencias sociales. Nacidos en tierra brasileña, son los nuevos criollos, unos potenciales puentes culturales entre España y Brasil.

Como miembros de la familia iberoamericana, brasileños y españoles tenemos mucho en común, y mucho que comunicarnos, y en ese ángulo se sitúa la actividad del Consulado General de España en Río, al servicio de los residentes españoles y del Consulado General de España en Río, al servicio de los residentes españoles y del intercambio cultural entre dos pueblos hermanos (*El español en Río de Janeiro*, 1993: 5).

O cônsul geral, por um lado, justifica a publicação e explica a sua estrutura; por outro, comenta apresenta a cada um dos autores e faz uns apontamentos sobre as entidades que eles representam. Sobre o intuito da publicação, Gonzalo Ortiz Diez Tortosa diz o seguinte:

El español en Río de Janeiro pretende mostrar la realidad de lo español en esta Región de Brasil. Ha sido producto de un trabajo de cerca de tres meses cuyo origen está en la celebración de un curso sobre “Quinto Centenario, España 92 y cultura española en el siglo XX”, celebrado en la Casa de España en el último trimestre de 1992.

Inicialmente surgió la idea de editar las doce conferencias que constituyeron el curso, pero luego nos dimos cuenta de que eso no tendría excesivo valor informativo, y que lo que sí pudiera tenerlo es reflejar la realidad de lo español en Río de Janeiro

[...] Y lanzo el reto del 93, que es el año JACOBEO, y por lo tanto muy importante para los españoles de Galicia, la inmensa mayoría de la colonia en esta demarcación hermanos (*El español en Río de Janeiro*, 1993: 6-8).

El español en Río de Janeiro apresenta-se, pois, como uma antologia de discursos encarregados pelo cônsul espanhol no Rio aos agentes que, segundo o seu critério, ou representavam a atividade genuinamente espanhola ou sabiam ao respeito. Nesse sentido, observa-se que o elo entre os chefes das associações espanholas, os coordenadores de missões ou projetos da Espanha e Nélida Piñon é o cônsul, pois, por parte de cada um desses autores, são escassas as menções aos entes que dirigem os colegas deles.

A primeira relação elaborada sobre os elementos repertoriais da cultura espanhola presentes na cultura brasileira: a análise de Pinto do Carmo

No ensaio *Presença de Espanha*, Pinto do Carmo inseriu as referências acima mostradas aos periódicos espanhóis pois com elas ele almejava a exposição das contribuições culturais da Espanha à formação do Brasil³⁶⁹. De todas as formas, Pinto do

³⁶⁹ Nas orelhas de *Presença de Espanha*, não assinadas, e na “Nota Justificação” da edição de 1960 – nota assinada por Pinto do Carmo em janeiro de 1960 –, a edição utilizada por nós nestas notas de rodapé, informa-se que o objetivo do livro é eliminar a lacuna criada na história do Brasil pela ausência de estudos sobre o valor e a repercussão das influências culturais espanholas no país. Comenta-se, por um lado, que essa tarefa, até então, só fora feita de forma fragmentária mediante “simples citações acidentais nos compêndios históricos”. Por outro lado, Pinto do Carmo (1960: 5) lamenta-se das dificuldades para reunir dados: “Estudo maior, mais bem condensado e trabalhado será possível, mas quando fluir maior e melhor bibliografia. Esta, por enquanto, é parca o que empobrece o que porventura se tente dizer”. Por sua vez, a apresentação do livro, sob o título Entre o Autor e o seu trabalho, foi assinada em abril de 1959 por Antonio Simões dos Reis, o bibliófilo e editor sergipano estabelecido no Rio de Janeiro. Simões, quem, então, levava já mais de trinta anos empenhado no seu labor de recopilação bibliográfica miscelânea, frisa a escassez de bibliografia sobre o tema e a grande dificuldade para a reunião de dados ao respeito. Eis, portanto, segundo Simões, o mérito do trabalho de Pinto do Carmo, pois nele se conseguiu a reunião dos esparsos dados que havia em livros e periódicos sobre a repercussão no Brasil da cultura e das “coisas castelhanas”. O próprio Simões menciona na sua apresentação alguns dos aspetos dessa repercussão: a presença de castelhanos nos três séculos coloniais, a chegada de “um milhão de imigrantes”, o legado de Anchieta “o primeiro, poeta, indianista e teatrólogo”, a contribuição de José Amat, “o quase fundador da Ópera Nacional em 1857”, a influência de “Canyzares”, “um mestre da pintura para as escolas do norte do País”, a *picaresca* espanhola como elemento repertorial que “contribuiu para consolidar os princípios da prosa de ficção”, “o ritmo para a música” e “temas e motivos” para o Carnaval. Simões menciona como mostras da vigência dessa influência, e da valorização desses empréstimos, a proposta que, por então, fora levada ao Congresso para que se aprovasse o espanhol como disciplina curricular da educação básica e, simbolicamente, o uso que dessa língua fizera Negrão de Lima em setembro de 1958 na ONU. Simões conclui a sua apresentação informando que fora solicitada ao governo espanhol a doação de um monumento ao Quixote para ser colocado em uma praça da recém inaugurada

Carmo declarou (1959: 11) que as matérias que inseriu no seu livro foram previamente publicadas, entre 1949 e 1953, na revista *Santiago*. Mas salienta, no entanto, que, na versão que se fizera constar no livro, esses apontamentos foram submetidos a correções e acréscimos. As referências aos periódicos fazem parte do último capítulo do livro. Esse capítulo intitula-se *Imprensa e sociedades espanholas*.

Antes dele, há doze capítulos monográficos: *Sob a proteção de Castela*, *A Literatura oral e a dança em seus primórdios*, *Carnaval com touradas e castanholas*, *Iniciação na poesia e reflexos posteriores – Divulgadores de lira brasileira*, *Entre a narrativa histórica e a picaresca na prosa de ficção*, *Pintores e expositores – Um mestre da arquitetura –*, *Incentivação ao Teatro e ao Cinema*, *Notas sobre a imigração*, *Depoimento sobre a música*, *Cervantes entre nós*, *Bartolomé de las Casas e Rondon*, *Momentos de Tauromaquia*, *Novo impulso ao Ensino do espanhol e*, por último, o mencionado *Imprensa e sociedades espanholas*.

No primeiro desses capítulos – *Sob a proteção de Castela* –, Pinto do Carmo (1959: 13-18) aborda as intervenções de Castela na época colonial brasileira. Destaca a primazia dos castelhanos na chegada ao Brasil, menciona a passagem de navegadores espanhóis pelo litoral brasileiro e apresenta o período da União Ibérica como um tempo benéfico para o Brasil devido ao progresso econômico, através da cultura da cana-de-açúcar e da extração do pau-Brasil, proporcionado pela junção das duas coroas e devido à expansão e à consolidação das fronteiras do território.

O autor não fornece dados obtidos em pesquisas de campo próprias; ele limita-se a recopilar, sintetizar e comentar informações contidas em estudos realizados sobre esse tema por outros autores. Assim, ele refere-se às investigações desenvolvidas por Eduardo Fernández y González, Adolfo Morales de los Rios [Filho]³⁷⁰, Renato Mendonça, Pascual Núñez Arca, Artur Ramos, Manoelito de Ornellas e Pedro Souto³⁷¹.

Brasília. E solicita como se segue a presença desse monumento na nova capital federal: “Em uma terra em que desconhecemos nas vias públicas os grandes vultos da humanidade, seria de louvar-se pudesse figurar em Brasília, em cuja construção concorreu algo de quixotesco, a figura inconfundível de Cervantes” (Carmo, 1960: 8).

³⁷⁰ Adolfo Morales de los Rios Filho é um espanhol (nascido em San Sebastián, a 23 de março de 1887), vindo ao Brasil de criança, junto à sua família, e naturalizado brasileiro. Morreu em São Pedro d’Aldeia, no Rio de Janeiro, a 20 de setembro de 1973. Foi engenheiro-arquiteto e professor de disciplinas das áreas de conhecimento da sua profissão, além de pesquisador da história do Rio de Janeiro. Projetou, fiscalizou ou interveio em mais de 1.000 trabalhos de arquitetura, urbanotécnica ou construção, perícias, avaliações ou pareceres, sobretudo no antigo Distrito Federal e no Estado do Rio de Janeiro. Colaborou em diversos

Pinto do Carmo conclui esse capítulo confiando que o Instituto de Cultura Hispánica³⁷² desenvolva ações com vistas a aprofundar no estudo das relações entre a Espanha e o Brasil na época colonial. Diz ele:

periódicos (as revistas *Vamos Ler!*, *Letras Brasileiras* e *Vitrina* e os diários *Jornal do Comércio*, *A Noite* e *O Jornal*) e publicou 16 livros, quase todos de engenharia, arquitetura e urbanismo. Era filho de Adolfo Morales de los Ríos y García de Pimentel (Sevilha, 1858 – cidade do Rio de Janeiro, 1928), também arquiteto, urbanista, professor e historiador. Adolfo Morales de los Ríos y García de Pimentel instalara-se no Brasil em 1890, onde, nas cidades de Salvador, Recife, Maceió e Rio de Janeiro, projetou grande número de edifícios residenciais, comerciais, institucionais, educacionais, religiosos, industriais, hospitalares, monumentos públicos e funerários, além de realizar cartazes, ilustrações e capas de livros. Escreveu diversos artigos sobre a história da arquitetura no Brasil e sobre a história do Rio de Janeiro. De Adolfo Morales de los Ríos Filho consultamos a obra *O Rio de Janeiro Imperial* (2000), cuja primeira edição foi em 1946. Trata-se um livro muito abrangente, de 494 páginas, sobre a história da cidade do Rio de Janeiro, dividido nos seguintes nove capítulos: A cidade, O complemento urbano, Outros aspectos (A edificação, Assistência, Associações e instituições particulares), Toponímia, Trabalho, A sociedade, A instrução, A divulgação do saber e das idéias, Cultos e crenças. Nesse estudo, porém, em nenhum momento se refere, nem tão sequer tangencialmente, a nenhum elemento da presença espanhola no Rio.

³⁷¹ Trata-se dos trabalhos *Prioridade dos Navegantes Espanhóis no Descobrimento do Brasil*, de Eduardo Fernández y González [1957: 165-198], *Pirataria no litoral brasileiro durante o Reinado de Felipe II*, de Adolfo Morales de los Ríos [1916], *A fronteira em marcha*, de Renato Mendonça [1956], *Os três Felipes da Espanha que foram reis do Brasil*, de Pascual Núñez Arca [1956], *Introdução à Antropologia Brasileira*, de Arthur Ramos [1947], *Gaúchos e Beduínos*, de Manoelito de Ornellas [1956] e *Nos arquivos de Espanha*, de Pedro Souto Maior [1918].

³⁷² Embora fosse constituído em 1946 a partir da transformação (aos 2 de fevereiro de 1946 publicara-se a lei, aprovada aos 31 de janeiro de 1945, “de la Jefatura del Estado para la reorganización de los servicios del Ministerio de Asuntos Exteriores: disposiciones transitorias autorizando al Ministro a organizar el Instituto de Cultura Hispánica”) do “Consejo de la Hispanidad” – criado por lei aos 2 de novembro de 1940 –, a oficialização da criação do Instituto de Cultura Hispánica (ICH) aconteceu em 1947, sendo Alberto Martín Artajo o ministro de “Asuntos Exteriores” da Espanha. Aos 18 de abril publicou-se no BOE o regulamento do Instituto, sendo o seu primeiro presidente Joaquín Ruiz-Jiménez Cortés, com um mandato de dois anos (1946-48), sendo sucedido por Alfredo Sánchez Bella (1948-1956). O objetivo geral do Instituto era a promoção do traço diferencial cultural hispano-americano – “hispano-luso-americano” – mediante a consolidação de uma comunidade de países vinculados pela sua “pan-hispanidade”, o qual, na realidade, se implementou através das seguintes ações: o incentivo para que ibero-americanos estudassem em universidades espanholas, o estreitamento de contatos entre artistas plásticos ibero-americanos e a realização de *Bienales Hispanoamericanas de Arte*, o desenvolvimento de estudos sobre planejamento econômico, a edição de livros e periódicos e a criação de uma ampla rede de associações e instituições filiais. A história do ICH foi estudada por José Luis Rubio Cordón (1989: 117-44) em um capítulo intitulado El oficialismo institucional: el Instituto de Cultura Hispánica, que faz parte do livro *El pensamiento español contemporáneo y la idea de América* (2 vols.: *El pensamiento en España desde 1939* e *El pensamiento en el exilio*). Rubio (1989: 136) faz a seguinte valorização concludente sobre os resultados das ações do ICH – o “órgano esencial de la Administración española para la política iberoamericana”, segundo Rubio (1989: 144) –: “La vida del Instituto de Cultura Hispánica se debatió, a todo lo largo de su trayectoria, entre una sincera lucha por avanzar hacia la concreción de la Comunidad Iberoamericana, y una utilización, a veces servil, como aparato de propaganda, de lavado de imagen, del régimen de la Dictadura. El Instituto representó una ventana internacional, a través de la que se mostraba al exterior la cara más amable del país, ocultando las más negativas, pero también muchos y tenaces esfuerzos, emprendidos con autenticidad, en pro de la elaboración e implantación de un ideal de Comunidad”. Antes do ICH, ativara-se, como entidade privada, o Instituto Cultural Iberoamericano, aprovado em El Escorial aos 4 de julho de 1946, como consequência do XIX “Congreso Mundial de Pax Romana” (Salamanca/ El Escorial, 21 de junho-4 de julho de 1946), apoiado economicamente pelo Ministerio de Asuntos Exteriores espanhol, pois o congresso significava uma ruptura do isolamento internacional em que ficara a Espanha após as resoluções condenatórias aprovadas no primeiro semestre de 1946 pela Assembléia

Geral e pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, com o conseqüente feche de fronteiras e a retirada dos embaixadores. A organização, de estudantes católicos, *Pax Romana*, fundada em 1921 e estreitamente vinculada à Ação Católica, tinha como Presidente Internacional, desde 1939 – XVIII Congresso celebrado em Washington –, a Joaquín Ruiz-Jiménez. As conclusões e as atas das seis sessões estão disponíveis desde setembro de 2001 em <<http://filosofia.org/mfb/1946pax.htm>> e nelas observa-se que o principal intuito do XIX Congresso era a organização internacional da juventude católica para a luta contra o comunismo. Ao XIX Congresso compareceram 129 sujeitos procedentes de quase todas as repúblicas hispano-americanas (a exceção foram Costa Rica, Honduras e a República Dominicana) e de Portugal – 28 congressistas – e do Brasil – 10 congressistas –. A relação dos congressistas está disponível em <<http://www.filosofia.org/mfb/1946pr28.htm>>. Segundo consta nessa relação, os participantes brasileiros foram, como convidada, Maria José Bastos Tornaghi (professora do Colégio Regina Coeli, do Rio de Janeiro) e, como observadores, Teófilo Riveiro de Andrade (estudante de Direito; diretor do Departamento Jurídico do Centro Acadêmico XI de Agosto em São Paulo), Hélio Bastos Tornaghi (professor de Direito no Rio de Janeiro), Leónidas Sobrino Porto (lic. em Letras neo-latinas e prof. do Colégio Pedro II [Colegio Oficial del Brasil]), Teresinda Leite Costa (bacharel em Letras neo-latinas, secretária da Juventude Universitária Católica de Porto Alegre), Rachel Penna Franca (bacharel em filosofia do Rio de Janeiro), Vicente Sobrino Porto (bacharel em direito e professor de Direito Romano no Rio de Janeiro), Paulo de Anuda Cotrini, (estudante de Direito e Secretário da Juventude Universitária Católica de São Paulo), Nelson Abrão, estudante de Direito e membro da Juventude Universitária Católica de São Paulo) e Antonio Kerginaldo Memoria (advogado; presidente da Juventude Masculina de Ação Católica do Rio de Janeiro e da Juventude Universitária Católica do Rio de Janeiro). A grande presença de congressistas ibero-americanos que, se supõe, estabeleceram relações pessoais e de grupo e estreitaram afinidades ideológicas, políticas e institucionais no âmbito hispânico, permitiu a formação do mencionado Instituto Cultural Iberoamericano, para o qual foi eleito presidente Pablo Antonio Cuadra, delegado da Nicarágua. O posterior ICH, desde o seu início, dedicou-se, com o selo “Ediciones Cultura Hispánica” de Madri, à publicação de livros e periódicos – *Cuadernos Hispanoamericanos* e *Mundo Hispánico* – sobre assuntos relacionados com Ibero-América. O *corpus* dessas publicações é analisado na obra *La huella editorial del Instituto de Cultura Hispánica: Ediciones y otras publicaciones. Estudios y catálogo (1944-1980)*, uma parceria do Ministerio de Asuntos Exteriores e da Fundación Mapfre (2003). Acreditamos que as duas primeiras publicações dessa editora referentes ao Brasil são: *Breve historia del Brasil*, de Renato de Mendonça (1950) e *La enseñanza militar en el Brasil*, de Juan Antonio Liaño Huidobro (1952). O produto de Liaño Huidobro está prologado pelo militar menorquim Francisco Sintes y Obrador, quem fora secretário do Instituto de Cultura Hispánica e que, em 1952, era o diretor geral de *Archivos, Bibliotecas y Museos* da Espanha. Na orelha da capa do livro indica-se que Liaño “pertenece al grupo de jóvenes Oficiales del Ejército, que no atendidos solamente a la técnica peculiar de su profesión, han aportado lo mejor de su entusiasmo, de su capacidad de servicio y de su abnegada vocación militar, a la tarea de conocer la realidad geográfica, histórica y militar de los países ibéricos de ultramar”. Além disso, diz-se que Liaño fora co-fundador do *Seminario de Problemas Hispanoamericanos* do ICH e que, junto a artigos publicados em revistas militares, tinha matérias nos periódicos *Resumen*, *Mundo Hispánico* e *Cuadernos Hispanoamericanos*. Assinala-se também que “Como obras más extensas – incluyendo este libro que hoy presentamos – ha realizado: un atlas geopolítico, ‘La marcha hacia el Oeste’, no publicado aún, y la parte correspondiente a “Defensa Nacional” del próximo *Anuario Hispanoamericano* – ambas en colaboración –; una *Antología de escuelas y autores geopolíticos* y la *Historia en cuadros esquemáticos del Brasil*. Prepara en la actualidad un documentado trabajo que abarque los sesenta años en que este último país estuvo unido a la Corona española”. No prólogo (Liaño, 1952: 9), Sintes afirma que a produção escrita do jovem oficial Liaño representava as benéficas conseqüências da colaboração entre o Exército e a Universidade e que não se devia “a un hecho casual ni a un fenómeno de desorientación vocacional producido por la Guerra de Liberación española” a recente conciliação entre a carreira militar e os estudos universitários, tratando-se, pois, “de un fenómeno lógico y normal del tiempo en que vivimos, algo así como la materialización individual de una colaboración necesaria”. Em relação aos motivos e ao procedimento seguido por Liaño para a elaboração dos seus trabalhos, Sintes (Liaño, 1952: 10) declara que: “En aquél [ICH] se llegó al convencimiento de que, ante el desconocimiento de muchas realidades actuales de la vida de nuestros países, urgía, en primer término, exponer de forma muy sencilla y clara algunas informaciones de validez general y no solamente referidas al campo concreto de una especialidad determinada. En este sentido, Juan Antonio Liaño ha sabido desprenderse de muchos datos recopilados, a través de meses de trabajo, para darnos solamente un esquema ágil, unitario y de agradable lectura, del

Com a criação do Instituto de Cultura Hispânica e a sua eficiente obra de intercâmbio; a instituição, em nossas Faculdades de Filosofia e Letras, da cadeira de estudos e literatura hispano-americana; a organização anual do Curso de Cultura Hispânica, pela Divisão da Educação Extra-Escolar do Ministério da Educação e Cultura e a experiência já bem alicerçada dos adidos culturais, há esperanças de que tomem novo alento aquelas oportunas e utilíssimas pesquisas, de toda necessidade para a história e cultura hispano-brasileira (Pinto do Carmo, 1959: 18).

Em A literatura oral e a dança em seus primórdios, o seguinte capítulo, Pinto do Carmo refere-se ao substrato cultural ibérico como a “matéria prima” da literatura oral cabocla. Dentro desse substrato estava, é claro, o componente espanhol desde o início da colonização, o qual influenciou a música brasileira mediante, segundo Pinto do Carmo (1959: 19), “boleros, fandangos (denominação que engloba a malaguenha, granadinas e marcinhas) e as tiranas, estas últimas ouvidas com agrado e interesse, inclusive pelos silvícolas, embevecidos com novos sons”.

A partir de referências bibliográficas sobre trabalhos de Martins de Oliveira, Pedro Calmon, Mariza Lira e Adolfo Morales de los Rios Filho, o autor também remete à literatura oral castelhana para explicar a origem dos bailes pastoris – das pastorinhas – do Brasil. Além disso, a influência dessa literatura, e do teatro popular, da música e das danças da Espanha, é observada por Pinto do Carmo nas “cheganças” (denominadas também

funcionamiento de los distintos centros de enseñanza militar de ese país de nombre legendario, y a la vez de realidades inmediatas, que es el Brasil. No ha pretendido, pues, escribir un libro de lucimiento personal, sino, simplemente, llenar una necesidad informativa apremiante”. Liaño dividiu o livro em quatro capítulos: El clima; La enseñanza en el Ejército de tierra; La enseñanza en la Armada e La enseñanza en las Fuerzas Aéreas. No primeiro capítulo – El clima –, ao se referir a *El Medio* introduz a única consideração sobre os imigrantes de todo o livro. Consiste na asseveração da importância que tiveram esses estrangeiros para o branqueamento da população: “Doblada su población en los últimos veinte años, alcanza hoy la cifra de 50.000.000 de habitantes, que, depurándose paulatinamente de las mezclas originadas por las distintas razas de emigrantes llegadas a su territorio, adquiere rápidamente el color blanco” (Liaño, 1952: 14). O parecer geral do autor é favorável a respeito da organização e das táticas das forças armadas, capacitadas “para variar con los incesantes adelantos de la ciencia y de la industria”. Assim, no epílogo conclui que deve ser elogiado “el espíritu de cooperación existente entre las tres grandes organizaciones” dessas forças, cuja convergência “no crea la subordinación de unos Ejércitos a otros, sino la de todos al Jefe que previamente se nombre para dirigirlos. Es, por fin, en cualquier aspecto, el interés supremo de la Patria colocado por encima de todas las consideraciones”. A obra está ilustrada com fotografias de desfiles e exibições militares e na sua bibliografia são indicados documentos de arquivo e hemeroteca junto a nove livros, entre os quais está a obra editada pelo ICH, *Breve historia do Brasil*, de Renato Mendonça. Entre o produto de Renato de Mendonça e o de Liaño Huidobro, o ICH publicou, em 1951, os discursos pronunciados aos 12 de outubro de 1951, na Festa da Hispanidade, com o título *Presente y futuro de la comunidad hispánica*, entre os que se incluem o discurso do ministro das Relações Exteriores do Brasil, João Neves da Fontoura, com o título “Misión de la comunidad iberica”, e o de quem fora embaixador da Espanha no Brasil e então era ministro secretário geral “del Movimiento”, Raimundo Fernández Cuesta. Em 1953, o ICH publicou *Dos españoles en la historia del Brasil*, contendo as duas conferências que Alberto Silva ministrara sobre o jesuíta Antonio Blázquez e o nobre e militar Fadrique de Toledo.

“janeiras” e “reisadas”), no “aboiar”, no “arrazoar”, no fandango do Sul do Brasil, nos “miudinhos” e nos “choradinhos”, na “meia-canha”, no “passo capoeira” do frevo pernambucano e nas “cachuchas”.

No seguinte capítulo – Carnaval com touradas e castanholas –, Pinto do Carmo reúne alguns motivos espanhóis inseridos nas letras das músicas carnavalescas brasileiras a partir da década de 1930³⁷³. Ele explica, como se segue, a presença desses motivos no carnaval reestruturado após a revolução de 1930:

³⁷³ No capítulo Momentos de tauromaquia, Pinto do Carmo (1960: 135-39) faz um breve histórico da tauromaquia no Brasil centrando-se nas cidades de São Paulo e no Rio de Janeiro, pois crê que no resto do Brasil houve poucas exibições taurinas “dignas de menção”. Segundo ele, durante a época colonial houve touradas em São Paulo devido à presença de um notável contingente de oriundos da Espanha. Pinto do Carmo informa que no Rio de Janeiro houve continuidade na realização de touradas, havendo, até a década de 1910, notícias ao respeito na imprensa diária paulista e criadores especializados em touros destinados à arena. Respalda essas considerações remetendo-se à obra *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*, da autoria do P. Luís Gonçalves dos Santos, publicada na Imprensa Régia de Lisboa em 1825, na qual se registram *corridas* de touros levadas a efeito por ocasião de datas excepcionais. Uma delas, descrita com profusão de detalhes na citação que Pinto do Carmo faz da obra mencionada do clérigo historiador, celebrou-se na Praça do Curro do Rio, no Campo de Santana, logo da chegada da família real, em 1808. Uma outra aconteceu aos 13 de outubro de 1818, durante as comemorações do desposório do príncipe D. Pedro com a arquiduquesa da Áustria Dna. Carolina Josefa Leopoldina. Em 1877 teria havido mais *corridas*, aparecendo, então, *corridas* de amadores, registradas ao lápis, segundo Pinto do Carmo, por Ângelo Agostini na *Revista Ilustrada*. Baseando-se no noticiário dos jornais do período, Pinto do Carmo considera que foi nas décadas de 1890 e 1900 quando a tauromaquia causou maior interesse. Assim, ele afirma que constatou que houve touradas, pelo menos, nos domingos de março e abril de 1892. Nesse sentido, ele (Pinto do Carmo, 1960: 137) transcreveu dois fragmentos de notícias publicadas no periódico carioca *La Prensa Española* em abril de 1892: “A los toros! Hoy reabre sus puertas la hermosa plaza de toros de esta Capital inaugurándose la temporada de 1892” e “Está anunciada para hoy una gran corrida en la plaza del Mattoso, donde se lidiarán seis toros de la ganadería del Barón de Taquara. Al terminar la función se dará una milonga titulada *El enfermo en apuros*”. Pinto do Carmo dá os nomes de dois empresários da tauromaquia no Rio, Francisco Herades Navarro, quem teria organizado a temporada de *corridas* em 1892, e Antônio Rodero, responsável pela gestão das corridas de novembro de 1908 na Praça de Touros do Campo de Marte (no quarteirão final da atual av. Getúlio Vargas). Ele também cita os nomes de dez toureadores, “espadas” e “banderilheiros”, que teriam participado nessas corridas, oito dos quais eram oriundos da Espanha. A polêmica e as campanhas contra as tauromaquia teriam começado na temporada de dezembro 1896, com reflexo na imprensa e nos foros políticos, encerrando-se a controvérsia em 1924, com a sanção do decreto n. 16.590, de 10 de setembro de 1924, que proibiu as corridas. Como mostra dos debates criados na imprensa carioca nos anos em que se questionou a indignidade e o caráter bárbaro das touradas, Pinto do Carmo transcreve uma parte de um artigo que Artur Azevedo publicara aos 8 de dezembro de 1896 na seção Palestras, mantida por esse escritor no diário *O País*: “Confesso que não morria de amores pelas touradas; não estava longe de solicitar um lugarzinho na lista dos escritores que as consideram um divertimento bárbaro, e entusiasmava-me todas as vezes que lia os numerosos artigos, vibrante de indignação e de estilo, que contra elas escreveu a amável Severine. Entretanto, José Bento e Alfredo Tinoco reconciliaram-me com as touradas, e aqui fico a pedir a Deus de gatinhas que em 1897 não me aconteça o mesmo que este ano, em que fui obrigado, por motivos de saúde, a perder alguns espetáculos. Faço votos para que os dois excelentes cavalheiros tragam consigo alguns artistas que, embora não possam medir com eles, façam ao menos melhor figura que os seus companheiros deste ano. O nosso público mostra-se este ano tão apaixonado pelas touradas, concorreu com tanto entusiasmo à praça da rua do Boulevard (esta rua do Boulevard é uma das nossas inúmeras patéticas), que se tornou digno de uma quadrilha de primeira ordem. Alfredo Tinoco e José Bento disseram-me que da sétima corrida em diante não fizeram senão perder dinheiro, e essa declaração me deixou pasmado, conquanto eu já presumisse

Surgem, pouco a pouco, evocações a povos e países. A Espanha não ficou esquecida; ao contrário tem sido permanentemente lembrada. A invocação ibérica, em parte, resultou da frequência e mesmo veemência com que passaram os jornais a transmitir e comentar fatos internacionais, com a citação de nações e cidades.

O recurso a esses novos motivos, é de ressaltar, às vezes, enseja críticas. No que toca à Espanha, reveste um tom especial de carinho e afeição [...].

O autor ressalta que, dentre os motivos espanhóis inseridos nas marchas carnavalescas, predominam enredos semelhantes aos da picaresca espanhola, invocações e alusões às touradas e recriações de ambientes flamencos ou de caracterização estereotipada espanhola, sobretudo andaluza. E menciona as seguintes marchas como exemplos da presença de alguns desses motivos: *Dom Quixote* (aparecida no carnaval de 1937, letra e música de Arlindo Marques e Roberto Roberti), *Barbeiro de Sevilha* (carnaval de 1938, de Alberto Ribeiro), *Tourada em Madri* (carnaval de 1939, letra e música de João de Barros e Alberto Ribeiro)³⁷⁴, *Se houver um valiente* (carnaval de 1940, de Antônio de Almeida e Alberto Ribeiro), *Baiana do meu coração* (carnaval de 1942, de Lamartine Babo e Moacir de Araújo)³⁷⁵, *Adolfito Mata Mouros* (carnaval de 1943, de João de Barros e Alberto Ribeiro), *Deu a louca na Manolita* (carnaval de 1943, samba de Armando Rezende e O. Franca), *Não chores mais Manolita* (carnaval de 1943, de Edil Toledo), *Malaguenha* (carnaval de 1945, de Herivelto Martins e Haroldo Barbosa), *Vem brincar no meu país* (carnaval de 1949), *Espanhola diferente* (carnaval de 1949), *Pepita* (carnaval de 1949)³⁷⁶, *A los toros* (carnaval de 1951, de Nelson Teixeira e Alencar

que tão bons artistas deveriam necessariamente ser maus negociantes. Com a experiência que lhes ficou, macacos me mordam se para o ano se arrependerem. Numa empresa desse gênero não é somente o gado que deve ser bem escolhido...”. Pinto do Carmo menciona que em 1950, por motivo da inauguração do Estádio Municipal – O Maracanã –, tentou-se infrutiferamente reviver as *corridas* no Rio, para o qual se deslocara à cidade o empresário da tauromaquia Domingo González – Dominguin – em fevereiro desse ano. Desde então, não houve mais intentos para fazer ressurgir as touradas no Brasil. Pinto do Carmo aponta que, de todas as formas, o gosto pela tauromaquia e a sua evocação mantiveram-se no Brasil na forma de motivos temáticos da música popular e da literatura. O autor exemplifica essa subsistência com a reprodução do poema Alguns Toureiros, de J. C. de Melo Neto, que fora publicado na *Tribuna da Imprensa*, do Rio, aos 18 de julho de 1959.

³⁷⁴ Pinto do Carmo (1960: 27) informa que a marcha de carnaval *Tourada em Madri*, foi um dos maiores sucessos musicais de 1939. Ele reproduz alguns fragmentos da letra dessa marcha: “Eu fui a uma tourada em Madri e/ quase não voltei mais aqui/ [...] Eu conheci uma espanhola/ natural da Catalunha,/ Ela tocava castanhola/ E pegava um touro à unha”.

³⁷⁵ Pinto do Carmo (1960: 27) informa que a marcha de carnaval *Tourada em Madri*, foi um dos maiores sucessos musicais de 1939. Ele reproduz alguns fragmentos da letra dessa marcha: “Eu fui a uma tourada em Madri e/ quase não voltei mais aqui/ [...] Eu conheci uma espanhola/ natural da Catalunha,/ Ela tocava castanhola/ E pegava um touro à unha”.

³⁷⁶ Nas marchas de carnaval de 1949 *Vem brincar no meu país*, *Espanhola diferente* e *Pepita*, Pinto do Carmo (1960: 27-28) destaca a presença de representações da mulher espanhola como motivo temático. Ele explica essa presença “pelo carinho e dedicação que a mulher espanhola desperta na alegria do nosso Carnaval”. O autor reproduz fragmentos de cada uma dessas marchas. De *Vem brincar no meu país* inseriu o seguinte: “Espanhola, ó! espanhola/ O rei Momo já mandou te convidar./ Se ouvires o nosso samba,/ Nunca mais hás de voltar./ Espanhola não amola./ Se queres ser feliz, como ele diz,/ Traz tua castanhola./ E vem brincar no meu país./ Vem, ó! linda espanhola,/ Sem demora,/ Mas não venhas sozinha não./ E traz contigo/ Outras espanholas/ Pró Carnaval/ Que desabafa/ O coração”. O fragmento incluído de *Espanhola diferente* é o

Terra), *Toureiro* (carnaval de 1951, Haroldo Lobo e Milton de Oliveira), *Chiquita* (carnaval de 1951, Milton-Baiano)³⁷⁷, *Essa não* (carnaval de 1952, J. Piedade e W. Goulart), *Espanhola divinal* (carnaval de 1952, Ivo Santos e Bruno Gomes), *Festa espanhola* (carnaval de 1953, Haroldo Lobo e Wilton de Oliveira), *Toureiro Valente* (carnaval de 1953, Herivelto Martins e Paulo Medeiros), *Carmen* (carnaval de 1955, Wilson Batista e Jorge de Castro), *Ovo de Colombo* (carnaval de 1955, Aldair Louro, Edgard Carvalho e Ivo Santiago), *Rebola Feola* (carnaval de 1959, J. Campos, Sacomani e Toninho), *Marcha do Boi* (carnaval de 1959 Jorge de Castro e Wilson Batista), *Carmem Sevilha* (carnaval de 1959, J. Ruy, O. Monello e W. Fernandes)³⁷⁸ (Pinto do Carmo, 1959: 26).

seguinte: “Encontrei uma espanhola,/ diferente das demais.../ Ela é boa e não é nada exigente/ se eu sou franco ou não sou franco,/ tanto faz.../ Ela é filha de Sevilha,/ uma maravilha,/ nem no céu tem coisa assim,/ o Manolo que era uma tolo [sic]/ sobrou e a espanhola foi por mim”. De *Pepita*, Pinto do Carmo inseriu o seguinte trecho: “Eu vim aqui/ Buscar Pepita./ Na Espanha ninguém mais sorri/ E sem ela não há mais touradas/ Lá em Madri./ Quem matou o Manolete/ Não foi o touro não,/ Pum, pa-ra-tum! Pum/ Foi a saudade da Pepita/ Que fez sangrar o seu coração” e esclarece “[a fugitiva Pepita] Grandemente apreciada, contém uma pequena nostalgia; não, porém, do alegre brasileiro. Pepita está aqui, feliz, lépida e faceira conquistando corações. Assim, não é nossa a tristeza de que fala e canta o autor”. Do ano 1949, Pinto do Carmo também apreciou a presença de motivos espanhóis na marcha *Fantasia escocesa* (nos versos “Pierrô uma espanhola viu/ Não senti nenhuma emoção”). Sobre eles apontou o seguinte: “o pierrô era... diferente. Com efeito, não haverá ninguém que fique sem emoção, inerte, ao ver uma espanhola, principalmente no Carnaval e dessas que evocam a alma ardente de seu povo”.

³⁷⁷ Pinto do Carmo (1960: 29) considera que é “significativo” o encontro, no carnaval brasileiro, deste com as touradas espanholas, pois com ele surge uma “evocação sincronizada das duas maiores festas populares ibero-americanas”. Das marchas de 1951 com motivos saídos da percepção brasileira das touradas espanholas, Pinto do Carmo (1960: 30) acredita que A los toros foi a de maior sucesso, da qual reproduz o seguinte trecho: “A los toros!/ a minha vida está em fogo./ A los toros!/ a minha vida está em fogo./ E quando eu chego numa/ arena/ entro logo com o meu jogo,/ faço vibrar corações./ Ai meu Deus/ Ai de mim/ Se falho o golpe/ Qual será o fim?”. Ao seu respeito, o autor comenta que “O título da música reflete o de conhecido brocardo genuinamente castelhano. O seu significado é, como que, um desafio, uma reivindicação. Não tem ele, na canção nossa, o mesmo sentido original. Assemelha-se-lhe, entretanto. O folgazão de cá faz aquecer corações mas, numa arena, teme que não lhe seja favorável a sorte”. De uma outra marcha desse ano, *Toureiro de Cascadura*, destaca o seguinte trecho, em que se contém uma expressão lúdica da rejeição das corridas: “Touro, touro, touro!/ Só no gancho do açougueiro./ Touro, touro, touro!/ Só na lista do bicheiro.” No trecho da marcha *Toureiro* que transcreve Pinto do Carmo (1960: 31) observa-se, no entanto, a valorização que recebe o toureiro para atração que ele provoca nas mulheres. Nesse sentido, o autor opina “Não é sem razão, pois, o amor do toureiro carnavalesco pela sua sempre presente Manolita que, com os seus carinhos, o leva a qualquer parte e lhe aumenta a destreza na praça da folia”. O trecho é este: “Toureiro!/ Sou toureiro de Madri/ Sou toureiro, sou valente/ E nunca na arena/ Pra um touro perdi./ Mas, se eu sou um bom toureador/ É porque Manolita bonita/ Me deu o seu amor./ Se eu vou a qualquer parte da Espanha/ Manolita me acompanha/ Pra ela sou o maior toureador/ E ela é o meu grande amor.” A galhardia do matador e a paixão que desperta entre as sua entusiastas é também um dos motivos temáticos de *Chiquita*: “Fui a Espanha ver Granada/ E os toureiros de valor/ Trouxe a alma apaixonada/ E esta canção de amor./ Eu quero ser toureiro/ Para poder ganhar/ Uma florzita de uma Chiquita/ Que fez meu coração se apaixonar/ Quero ganhar dinheiro/ Pra poder voltar/ Eu já jurei que morro solteiro/ Se com aquela chica não casar.”

³⁷⁸ Nas marchas *Espanhola divinal*, *Toureiro Valente*, *Carmen* e *Carmem Sevilha* a mulher espanhola, apresentada sob características estereotipadas da madrilenha ou da andaluza, converte-se em motivo temático relacionado com a atração e a paixão. Pinto do Carmo (1960: 32-33) acredita que a inserção de motivo relacionados com as festas da Espanha e com a mulher e o toureiro como protagonistas dessas festas “denuncia a forte atração que nos prendem as espanholas” e mostra o “interesse e simpatia pelas coisas castelhanas”. Ele recortou alguns trechos dessas marchas; da primeira delas, o fragmento transcrito é o seguinte: “Espanhola, espanhola,/ por caridade meu benzinho, me dê bola./ Vamos, decida agora,/ Você é a pequena/ Que mamãe pediu pra nora.” Uma representação das festas espanholas – madrilenas – está contida

Pinto do Carmo explica a presença de motivos associados à Espanha em tantas marchas do carnaval, sobretudo no carioca, desde a década de 1930 à década de 1950, após a reorganização dada a este a partir da Revolução de 1930, pelas impressões emocionais de entusiasmo tiradas de supostas demonstrações festivas da identidade espanhola:

A contribuição ibérica mantém no Carnaval brasileiro um toque particular. Quando brincamos, quando expandimos a alma e nela deixamos aflorar os sentimentos, caminham juntos cérebro e coração. Se, mais do que a outro povo, ao espanhol convidamos a desfrutar conosco os melhores e mais intensos dias de prazer e alegria, é porque lhe dispensamos carinho e preferência especiais (Pinto do Carmo, 1959: 34).

Além de serem tirados motivos das representações da Espanha para as marchas do carnaval carioca, o autor menciona o uso desses motivos, em forma de fantasias e decorações, em serenatas, em saraus, e nos bailes distintos freqüentados pela elite carioca. Ele (Pinto, 1959: 33-34) destaca quatro dessas festas. A primeira que menciona foi o baile de gala celebrado, em 1941, no Teatro Municipal do Rio, então “a festa máxima da sociedade da capital brasileira”, no qual o tema escolhido para a ornamentação fora a “Noite andaluza”, e no qual os três primeiros prêmios concedidos às melhores fantasias de luxo foram “Rainha de Espanha”, “Dama sevilhana” e “Andaluza”. Logo menciona a festa, nesse mesmo ano, do Clube Ginástico Português, sob o tema “Dom Quixote de la Mancha”; o baile da terça-feira de carnaval de 1949, no Fluminense Futebol Clube, com o tema de decoração “Leques e Castanholas”, e, por último, as festas de 1951 no Hotel dos Estrangeiros com a ambientação e o rótulo de “Uma noite em Sevilha”.

Embora não indique matérias em concreto, o autor salienta que nas revistas *O Cruzeiro*, *Vida Doméstica*, *Noite Ilustrada* ou *Ilustração Brasileira* foram habituais os textos relacionados com a Espanha. Os motivos espanhóis também fizeram parte de letras de canções brasileiras entre as décadas de 1920 e 1950. Pinto do Carmo assinala as seguintes, em que é explícita a evocação da Espanha: *O cigano*, canção de Marcelo Tupinambá, de 1924; *Manolita*, valsa de Leo Daniderff e letra de Vicente Celestino, de

no seguinte trecho de *Toureiro Valente*: “Na festa espanhola/ tocando castanhola/ Rosita dançando chegou/ Joguei no chão meu sombrero/ e Rosita/ no meu sombrero dançou./ Sonho, que sonho é Madri/ De noite florida de festas/ e lindas canções eu ouvi./ E as lindas madrilenas são/ como as morenas daqui.” Nos seguintes recortes das marchas *Carmem* e *Carmem Sevilha* mostra-se o caráter pitoresco das alusões, no carnaval carioca, à mulher espanhola: “Carmem, ó Carmem!/ O seu retrato eu já vi/ Pintado num abanico/ Que eu comprei em Madri.” (de *Carmem*); “Carmem Sevilha/ Que maravilha/ Foi a espanhola mais bonita/ Que eu já vi/ Hoje coitada/ Está tão mudada/ Já não é mais/ A Carmencita de Madri./ Depois ficou sozinha/ Perdendo seu matador/ Carmem Sevilha/ Vive chorando/ Manolo, o toureador.” (de *Carmem Sevilha*).

1934; *Sangue e Areia*, valsa de Mário Reis e Vicente Celestino, de 1944; *Glória de toureiro*, de 1955, de Mário Mascarenhas; *Dolores Sierra e Carmem Rodriguez Fernandez*, ambas de 1956, e *Flor de Madri*, de 1957, de Eduardo Patané³⁷⁹.

Consideramos que Pinto do Carmo esboçou a primeira ampla recopilção de elementos repertoriais da cultura espanhola na cultura brasileira especialmente ao longo dos seguintes capítulos de *Presença de Espanha*: Iniciação na poesia e reflexos posteriores – Divulgadores da lira brasileira –, Entre a narrativa histórica e a picaresca na prosa de ficção, Pintores e expositores – Um mestre da arquitetura –, Incentivação ao Teatro e ao Cinema, Depoimento sobre a música, Cervantes entre nós e Bartolomé de las Casas e Rondon. Neles apresenta-se uma abrangente nominata de produtores culturais do Brasil oriundos da Espanha junto à exposição das obras por eles criadas.

Como se depreende dos títulos dos capítulos, o autor divide a exposição das suas pesquisas entre as áreas de poesia, narrativa, pintura e arquitetura, teatro e cinema, e música. Além disso, ele executou dois estudos monográficos, um sobre a recepção da obra de Cervantes no Brasil e outro sobre a vinculação da defesa do índio no Brasil à tradição, no direito espanhol, *jusnaturalista* e cristã relativa à proteção dos nativos americanos.

Pinto do Carmo remonta o concurso espanhol na formação das letras brasileiras à obra do *tinerfenho* P. Anchieta S.J.³⁸⁰ e salienta a influência de um presumível repertório

³⁷⁹ Da canção *O cigano*, Pinto do Carmo (1960: 34) informa que foi uma das composições mais solicitadas entre 1924 e 1930. Dela transcreve o seguinte fragmento, do qual destaca a “doçura e romantismo”: “Um dia,/ Eu em Andaluzia/ Ouvi um cigano cantar./ E era a canção tão sincera/ que eu a julguei para mim.” De *Manolita*, de *Sangue e Areia* e de *Flor de Madri*, Pinto do Carmo (1960: 35) informa que compartilham o *leitmotiv*, “uma mulher que ama um toureiro e tem a desventura de saber que ele faleceu na arena, numa luta fatal”. Dessa última canção mencionada, Pinto do Carmo transcreve a letra: “Carmem/ Escolheu com seu olhar/ Para seu amor, seu par./ Um valente toureador./ Que na arena o fim/ Carmem viu./ E não quis jamais amar ninguém/ Pra não trair seu bem/ De tristeza se cobriu/ Seu olhar não brilha mais/ Nem pode ter aquela luz/ Que fugiu./ O que passar sob os céus de Madri/ Vê, sim, há de ver./ Sem lar, sem ninguém/ A mulher que ficou/ A esperar um amor/ Que não vem/ Não vem... não vem...”. Pinto do Carmo acredita que, no Brasil, ao redor dos matizes da personagem “Carmem de Espanha”, como endeusada protagonista de marchas carnavalescas e canções, teceu-se uma representação da mulher espanhola da qual se projetam imagens de aventura e amor.

³⁸⁰ Pinto do Carmo (1960: 37-39) levanta as vacilações que, devido à natureza religiosa e à intenção didática e catequística da produção escrita do jesuíta, houve entre historiadores e críticos da literatura brasileira em relação à sua inserção na nomenclatura canonizada dos produtores das letras coloniais do Brasil. Assim, destaca que Sílvio Romero, Nelson Werneck Sodré, Ronald de Carvalho, Sérgio Buarque de Holanda e Domingos Carvalho da Silva o integraram na literatura brasileira e que Cassiano Ricardo, além de o considerar o primeiro escritor brasileiro, percebeu na sua obra a primeira manifestação do indianismo. Pinto do Carmo (1960: 38-39) apóia a sua menção sobre o juízo que a obra de Anchieta merecera a Cassiano Ricardo na seguinte citação de um comentário dele contido no seu tratado de 1955 *A Literatura no Brasil*: “Para civilizar o índio era preciso antes assimilar-lhe os padrões culturais; era mister “ficar sendo índio” o

espanhol na obra de Gregório de Matos Guerra, de Bernardo Vieira Ravasco e de Manuel Botelho de Oliveira. Justifica a sua menção a Bernardo Vieira Ravasco e a Manuel Botelho de Oliveira por ambos terem composto poemas em língua espanhola, incorporados, respectivamente, nos livros *Poesias portuguesas e espanholas* e *Música do Parnaso*. De Gregório de Matos frisa a influência exercida sobre a sua obra pela produção de Garcilaso, Góngora e Quevedo³⁸¹. Pinto do Carmo observa também a influência das éclogas garcilasianas nas éclogas de Cláudio Manuel da Costa e a influência de *El Criticón* de Baltasar Gracián nas *Cartas Chilenas* de Tomás A. Gonzaga³⁸².

Aos jesuítas e, dentre eles, ao P. Anchieta outorga Pinto do Carmo o papel protagonista no desenvolvimento das representações teatrais no Brasil seiscentista, isto é, de um teatro que, embora a sua finalidade principal fosse a catequese, “não descurava a arte”. As peças eram escritas em português, em castelhano ou em latim; delas, o P.

mais possível; regressar ao primitivo. Foi o que fez Anchieta. Se algo há de estranho é que os historiadores, que nunca negaram ser Anchieta o nosso primeiro escritor, não tenham, até hoje, feito alusão ao seu evidente indianismo. Indianismo que pode chamar-se “indígena”, em oposição a “alienígena”, e barroco, no que tem de bilingüe, de cunho edificante, de apelo mais aos sentidos do que à razão, de estilo “jesuítico”, enfim”. Em 1956, o Serviço Nacional de Teatro do Ministério de Educação e Cultura publicou, no Rio, a tradução ao espanhol do ensaio *O teatro jesuítico*, de José Carlos de Macedo Soares, dois anos antes apresentado na Aula do Curso de Teatro da Academia Brasileira de Letras. A tradução recebeu o título *El teatro jesuítico en el Brasil*. Na obra expõe-se como se iniciou a produção e a encenação do teatro nas capitanias de São Paulo e de São Vicente, vinculando-as à Companhia de Jesus. Nesse sentido, o autor explica como se aplicavam as representações teatrais à evangelização dos nativos e à pastoral entre os mamelucos e os lusitanos do Brasil. José Carlos de Macedo descreve como se realizavam os espetáculos e traça sumárias bio-bibliografias dos jesuítas dramaturgos. Ao referir-se a Anchieta frisa o seu caráter brasileiro e nativista da sua obra: “Un hecho que Silvio Romero señala ex profeso es la integración de José Anchieta en el espíritu brasileño. No podemos excluirlo de nuestras letras por no haber nacido en el Brasil. Aquí él llegó cuando contaba con veinte años de edad y permaneció hasta su muerte. Se identificó con la población indígena, y para ésta escribió en su propio idioma. Su estilo, su lenguaje, mismo cuando se expresa en castellano o portugués, tienen la influencia ejercida por el medio ambiente. No podemos colocar a José Anchieta entre los escritores o poetas de España o Portugal. Su verdadero lugar está en las letras del Brasil. No es el simple hecho geográfico, ocasional, de haber nacido aquí o allá que determina la patria del individuo. El individuo pertenece al país al que debe su formación y en el que se encuentra enraizado. Anchieta vivió cuarenta y cuatro años en el Brasil. Cuando llegó a América, la ciudad de Salvador acababa de ser fundada, y poco después asistía a la fundación de San Pablo y de Río de Janeiro, de la que participara. Lo que se pasaba entre nosotros era el tema de sus cartas y de sus escritos en prosa. Escribió en tupí para hacerse entender de los indígenas y creó el teatro brasileño. Con sus diálogos que todavía hoy resisten al tiempo, para tornar más fácil su obra de catequesis” (Soares, 1956: 22-23).

³⁸¹ Pinto do Carmo (1960: 40) ampara os seus apontamentos sobre a influência da poesia renascentista e barroca espanhola na obra de Gregório de Matos nos estudos *Da influência de Góngora nos poetas brasileiros do século XVII e Penhascos* de Silvio Júlio.

³⁸² Pinto do Carmo (1960: 40), por um lado, menciona que a observação da influência das éclogas garcilasianas nas éclogas de Cláudio Manuel da Costa fora feita por Varnhagen, mas não especifica de que obra de Varnhagen tirou essa observação. Por outro, informa que na biblioteca de Cláudio Manuel da Costa fora encontrado um exemplar de , com dedicatória a Pablo Parada, “general castelhano aqui mandado com tropas espanholas para expulsar o invasor holandês” e acredita que o personagem “Critilo” das *Cartas Chilenas* tem esse nome em alusão ao “Critilo” de *El Criticón*.

Anchieta foi autor de *Mistério de Jesus* (ou *Jesus na Festa de São Lourenço*), *Pregação Universal* e *Auto da Visitação* (encenada em espanhol)³⁸³. Matiza, no entanto, Pinto do Carmo que:

Não mantinha o sacerdote o desejo de criar com os seus espetáculos singelos a arte cênica nacional; apenas, dela se valia não sem muita dificuldade e originalidade, visto que para dar maior relevo à obra desdobrava-se como carpinteiro, maquinista e autor. Nos seus rudimentos, lançavam os jesuítas a célula máter do nosso teatro. Por essa razão, é aceitável a afirmativa de haver sido Anchieta, cronologicamente, o nosso primeiro teatrólogo (Pinto do Carmo, 1959: 80).

Pinto do Carmo (1959: 80-81) salienta que, no séc. XVII, o Brasil converteu-se em motivo do teatro espanhol através da obra *El Brasil restituído*, de Lope de Vega, comédia sobre a vitória, em Salvador, das tropas ibéricas comandadas por Fadrique de Toledo frente ao invasor holandês, na qual o Brasil aparece como uma personagem alegórica em forma de dama índia com um cocar aureolado e uma seta dourada.

Durante o séc. XVIII, estendeu-se a Minas Gerais³⁸⁴, e às capitanias litorâneas ao norte de São Paulo, a encenação de peças teatrais espanholas, havendo-se registrado a representação de uma dezena de peças na Bahia e em Pernambuco³⁸⁵. Assim, na época colonial a encenação de obras teatrais espanholas teria contribuído para a consolidação do teatro brasileiro.

No séc. XIX, a essa contribuição uniu-se à proporcionada pelos diretores de teatro, cantores e atores espanhóis que chegaram ao Brasil para exercer a sua profissão. A meados desse século destacaram-se José Lapuerta, aportado no Rio em 1842, diretor da primeira companhia espanhola que estreou no Rio, e o professor de piano, canto, ator e teatrólogo

³⁸³ Além do *Auto da Visitação* de Anchieta, Pinto do Carmo (1960: 80) indica como obras seiscentistas brasileiras encenadas em língua espanhola *Diálogo pastoril* [1584], no Espírito Santo; *Auto de São Lourenço* (1586); *Auto da Vila Vitória* [ou de São Maurício].

³⁸⁴ No estudo *História da Literatura Mineira*, Martins de Oliveira (1963: 108-09) informa que “O teatro em Minas surgiria ao mesmo tempo em que se povoava a região. A princípio, predominavam as traduções de peças espanholas, ou eram encenados no original os trabalhos de autores castelhanos”.

³⁸⁵ Segundo Pinto do Carmo (1960: 81-82), em 1717, em Pernambuco, levou-se à cena *El conde de Lucanor* e *Afectos de odio y amor*, de Calderón, e em 1952, por ocasião da aclamação como rei de D. José I, deram-se a conhecer *La ciencia de reynar*, *Cueba y castillo de amor* e *La piedra filosofal*, ensaiadas pelo compositor dramático Francisco Sales Silva. Na Bahia representaram-se, em 1729, *Fineza contra Fineza*, *La fiera*, *El rayo y la piedra* e *El monstruo de los jardines*, de Calderón; *La fuerza del natural* e *El desdén con el desdén*, de Moreto. Pinto do Carmo acrescenta: “Em princípios do século XVIII, Manuel Botelho de Oliveira, poeta da nossa fase barroca, membro da Real Academia de Ciências de Lisboa, procurou introduzir o gosto pelo teatro espanhol. Para isso, escreveu *Amor, engaños y celos* e *Hay amigo para amigo*, as quais somente foram editadas em 1705 e não se sabe se foram representadas. Segundo o ensaísta Eugênio Gomes, o seu teatro, “não desmerece em nada seus modelos do país de Quevedo...” e Botelho de Oliveira “travestiu-se inteiramente de espanhol nesses exercícios teatrais”.

José Amat, presente na corte desde 1848³⁸⁶. Em 1889 arribou no Brasil, entrando por Belém, no Pará, a Companhia de Zarzuelas dirigida pelo empresário aragonês José Bernard e da qual fazia parte o galego Servando Alvares Vallina, quem acabaria ficando no país. Essa companhia percorreu o Norte do país e acabou instalando-se no Teatro Lucinda do Rio, onde representou zarzuelas³⁸⁷. Em Porto Alegre também atuaram companhias de zarzuelas; em 1872, a de “José Gambim”; em 1876 e 1877, a encabeçada pela atriz Isadora Seguro; em 1881, a de Avelino Aguirre; em 1884, a Grande Companhia Espanhola de Zarzuelas regida por José Strigelli; em 1892, a Companhia Infantil de Zarzuelas de Elvira Pinochetti; em 1892, a de Jaime Falconer e Mme. Paissegni e, em 1897, o Conjunto de Zarzuelas de Dalnegro & Cia, de Manuel Ponte. No Teatro de São Pedro da capital gaúcha atuou, em 1883, a “Companhia Dramática Espanhola”, com um repertório de dramas e zarzuelas³⁸⁸. Pinto do Carmo (1959: 88) informa que a obra representada com maior sucesso foi *Don Juan Tenorio*.

As centenas de atuações no Brasil das companhias espanholas de zarzuelas entre as décadas de 1870 e 1920 devem ter contribuído intensamente às projeções de representações sobre a Espanha e os espanhóis. Não temos meios para determinar e avaliar que estereótipos elas puderam estabelecer ou contribuir a formar nem podemos indicar se subsiste, ou em que grau subsiste, o gosto por esse gênero, ou se há mesmo lembrança dessas atuações nos palcos brasileiros. Houve, no entanto, um controvertido acontecimento

³⁸⁶ Sobre José Lapuerta, Pinto do Carmo (1960: 83, 85) informa que trouxe consigo “um repertório de peças castelhanas e conseguiu ver representadas a maioria delas, inclusive, *Macias* [ou *o doncel de Villena*], de Mariano de Larra, que alcançou sucesso”, “que João Caetano mandou traduzir por Paula Brito e incluiu em seu repertório”. A sua companhia, da qual fazia parte a sua esposa “Carmem Zoza”, estreou em 1842. De José Amat, Pinto do Carmo (1960: 83) informa que quando esse músico, cantor e dramaturgo espanhol chegou, em 1848, ao Rio “Cogitava-se, nessa altura, da criação, de instituição de uma Academia de Ópera Nacional. Para dar corpo à idéia que muitos acalentavam, trabalhavam com paciência e carinho: Araújo Porto Alegre, Isidro Bevilacqua e Joaquim Norberto Sousa Silva. O entusiasmo de Amat daria o alento final à empreitada que se concretizou por decreto de 13 de abril de 1857. Pianista, violinista, tenor e compositor ele desde logo afeiçoou-se ao teatro com zelo e devoção inextinguíveis. Para isso contribuiu o seu casamento com D. Maria Luisa Pires, então viúva e possuidora de reconhecido talento artístico. Recebido carinhosamente nos aristocráticos salões cariocas, com a sua bela voz, cantou, compôs e verteu para o castelhano inúmeras modinhas que então deliciavam os nossos avós”.

³⁸⁷ Para o período 1881-1890, Pinto do Carmo (1960: 85) verificou a representação das seguintes zarzuelas no Brasil: “*Camponone, Los Madgyares, Anel de fierro, La tempestad, Marina, Juzgar con fuego, Crispin y la comare, Cataluña, Verbena de la paloma, Barberille de Lavapies, Niña Pancha, La gran via, Cadiz, El Plato del dia, Madrid P’tit*, etc.”.

³⁸⁸ Pinto do Carmo informa que os dados sobre as companhias teatrais e de zarzuelas da Espanha que atuaram em Porto Alegre obteve-os na obra *Palco, Salão e Picadeiro em Porto Alegre no século XIX*, de Atos Damasceno.

relacionado com uma companhia de zarzuelas que, indo além do âmbito do campo artístico, se inseriu na história política do Brasil e converteu-se em argumento para uma novela folhetinesca, para um romance histórico e para um roteiro cinematográfico³⁸⁹, além de ter sido objeto de estudo nas matérias dedicadas ao processo de incorporação do Acre ao Brasil³⁹⁰. Trata-se do litígio entre o Brasil e a Bolívia para a posse do território do Acre no final do séc. XIX, no qual jogou um papel protagonista o diplomata e jornalista, e aventureiro, *gaditano* Luis Gálvez Rodríguez de Arias e tomou parte uma companhia de zarzuelas que estava atuando em Manaus³⁹¹. Dessa companhia informa Pinto do Carmo:

³⁸⁹ O folhetim é *Galvez, imperador do Acre*, de Márcio Souza (1984), publicado em 1976, havendo alcançado, até 1997, catorze edições. Em 2003, na Espanha, Alfonso Domingo (2003) publicou o romance histórico *La estrella solitaria*. O roteiro cinematográfico no qual Luis Gálvez Rodríguez de Arias – interpretado pelo ator José Wilker – é protagonista foi feito para a minissérie da Rede Globo *Amazônia, de Gálvez a Chico Mendes*, de Glória Perez, estreada no Brasil no início de 2007. Em 2007, a editora Globo lançou as reedições dos romances amazônicos *Terra caída*, de José Potyguara, e *Seringal*, de Miguel Jerônimo Ferrante; o primeiro fora publicado em 1961 pela editora Sant Anna e o segundo em 1972 pelo Clube do Livro. Segundo Glória Perez, a mencionada diretora de *Amazônia: de Galvez a Chico Mendes*, ambas as obras inspiraram a minissérie. Na entrevista que, em 2007, Oriana Carneiro lhe fez a Sônia Perez, à pergunta “Como os romances *O Seringal*, escrito por seu pai, Miguel Jerônimo Ferrante, e *Terra Caída*, de José Potyguara, participam da trama?” ela respondia: “Misturei algumas das tramas e personagens dos dois romances para contar a segunda fase da história, a época do segundo apogeu e decadência dos seringais. *O Seringal* e *Terra Caída* são dois dos romances mais importantes da literatura acreana, dois retratos exatos e vigorosos do funcionamento dos seringais. Achei que seria a oportunidade de divulgá-los” (Disponível em: <<http://malinche.wordpress.com/2007/01/01/entrevista-gloria-perez/>>. Acesso em: 2 abr. 2008).

³⁹⁰ Aos 21 de agosto de 1938, Álvaro de Las Casas publicou, no diário carioca *O jornal*, uma matéria sobre a participação de Gálvez na luta acreana. Pinto do Carmo (1960: 89) menciona uma entrevista a Ramiro Fernández Pintado – antigo cônsul da Espanha em Manaus – publicada na revista *Santiago* em 1950 (ano I, n. 4, p. 9), na qual Fernández Pintado, referindo-se à presença espanhola nos seringais da região Norte do Brasil, “narra um fato que, à sua vez, impõe pesquisa: tamanha era a quantidade de espanhóis no Amazonas, na referida fase, que o consulado do Rio era de 2ª classe e o de Manaus de primeira”.

³⁹¹ Em 2003 publicou-se em Sevilha o romance *La estrella solitaria*, “VII Premio de Novela Ciudad de Salamanca”, da autoria de Alfonso Domingo (2003). Na capa do livro está escrito, hiperbolicamente, que Luis Gálvez foi “el único español que le ganó una guerra a los Estados Unidos” e, ignorando a bibliografia existente no Brasil sobre o personagem e as suas ações, que “su hazaña permaneció en el olvido hasta ser rescatada por Alfonso Domingo en esta novela”. No argumento do livro prevalece o tratamento épico da biografia romanceada de Gálvez sobre o avatar do território do Acre que, embora o principal, é apresentado como um dos episódios da vida do protagonista. A perspectiva situacional do autor coincide com a do personagem Gálvez; assim, os nativos – os brasileiros e os bolivianos envolvidos no conflito sobre a posse do Acre – são apresentados como os outros, enquanto que a empatia principal de Gálvez se estabelece com um outro estrangeiro – Guillermo Uhthoff – prussiano com quem Gálvez amigara sendo ambos crianças em Cádiz, quando o pai de Guillermo lá se assentara como comerciante e cônsul da Prússia, e com quem, em plena maturidade, vinte anos depois, se volta a encontrar em Manaus, estando Uhthoff a serviço da Bolívia como comandante de fronteiras. Com ele, Gálvez mantém o seguinte diálogo em que se patenteia o distanciamento do protagonista com os aborígenes e a sua identificação com o alemão: “– Voy a crear un país, Guillermo. La República Independiente de Acre. – No te comprendo. O no quiero comprenderte. ¿Todo este lío para eso? – En realidad se me ha ocurrido hace muy poco. Formo parte de la Junta Revolucionaria de Acre. – Debí figurarme que en este asunto no estabas por dinero. Ya se me imaginaba raro que con lo que tenías en Manaos vinieras a Belem, pero... ¿por qué ese furor patriótico por Brasil? Si ni siquiera eres brasileño... – Para lo que quiero no hace falta. Es más, incluso es una ventaja ser extranjero. Como tú bien

Por essa ocasião, estava em Manaus uma companhia de zarzuelas encabeçada pela atriz Manolita. Procurando Galvez os seus compatriotas, expôs-lhes a empreitada para o que obteve o assentimento dos elementos masculinos da companhia, além da cooperação de compatriotas que trabalhavam de seringueiros. Partindo para a luta com a sua pequena e *sui generis tropa*, que para despistar o inimigo fingia de exploradores de borracha, aos 14 de julho de 1899, já em Puerto Alonso, proclamou ele a independência do Acre, promulgando uma constituição e criando uma bandeira. Dessa forma, elementos do teatro espanhol, dirigidos por um compatriota ardente e intemorato, deu-nos, á sua moda em momento oportuno, valiosa ajuda naquela tarefa, contribuição essa que não terminou sem incidentes que correm ainda hoje narrados por forma controvertida. Uma coisa, entretanto, ficou esclarecida: não foi Galvez, no caso, um mero aproveitador. Agiu com o consentimento prévio de nossas autoridades que tinham ciência de que podia ele fazer. Por último, doente e sem recursos, vivendo pobremente no Recife, solicitou e recebeu pequena ajuda do então governador Ramalho Junior que o possibilitou se retirar novamente para Madri, e depois para o México, onde veio a falecer em 1903 (ou 1904) como empresário do Frontão Nacional (Pinto do Carmo, 1959: 89).

Na novela folhetinesca apontada, isto é, *Galvez, imperador do Acre*, de Márcio Souza (1984) não se inclui no argumento a presença de uma companhia espanhola de zarzuelas em Belém, Manaus ou no território do Acre. Intervém, no entanto, na narrativa uma companhia francesa de óperas – a Companhia Francesa de Óperas e Operetas (Souza, 1984: 36-37) –, formada por belgas, em cujo repertório estava incluída uma zarzuela. Em um altercado, os membros dessa companhia são detidos e encarcerados pela polícia do Pará. Quando são liberados, Galvez – o protagonista – decide encenar uma “zarzuella” com os cinco componentes que saíram vivos da prisão:

Me ofereci para organizar uma zarzuella com os sobreviventes. Afinal, eu me sentia de certo modo culpado daquela situação. Entrava no mundo do teatro pela porta do remorso, a porta espanhola. Sir Henry aprovou a idéia e prometeu ajudar. Tinha relações em Manaus, era amigo do proprietário do

sabes, ni los mismos brasileños se fian entre ellos. – ¿Y para qué hacer independiente a Acre? – Entre otras cosas, para que no sea yanqui. – ¿Quieres organizar un país sólo por revancha hacia los Estados Unidos? – Bueno, y por más cosas. Es el momento justo. No es una idea descabellada. Y creo que puedo hacerlo. Un país moderno, a la altura de los nuevos tempos del nuevo siglo XX. Un estado independiente y avanzado, una república de hombres libres. La fortuna favorece a los audaces” (Domingo, 2003: 59). No romance, detalha-se a participação de uma companhia espanhola de zarzuelas – companhia “Sánchez-Alonso” – no projeto independentista do Acre formulado por Gálvez. O autor menciona que essa companhia adaptava as obras do seu repertório à circunstância brasileira. Assim, em relação à obra *La Gran Vía* indica: “En Brasil, la compañía había adaptado la letra de la popular zarzuela a la vida brasileña, cambiando el Madrid castizo por las calles cariocas. De todas maneras, hubiera dado igual. El público quería oír música y canciones tanto como ver mujeres. Si además eran guapas, el éxito estaba asegurado. La mujer no sólo era sexo: era galanteo, formas, bailes, música, palabras bonitas, poemas de amor” (Domingo, 2003: 117-18). Além disso, o produtor, demonstrando trabalho de documentação para a elaboração da sua narrativa, menciona a presença de centenas de imigrantes espanhóis atuando na Amazônia como seringueiros, a contratação de *pelotaris* bascos pelos empresários dos frontões brasileiros e a atuação no Brasil de toureiros.

Hotel Cassina, o luxuoso hotel dos aventureiros. Blangis batizou a nova Companhia com o nome de “Lês Commediens Tropicales” (Souza, 1984: 92).

No folhetim, Márcio Souza mantém no retrato e na trajetória do protagonista alguns traços verídicos da personagem sobre quem esse retrato está inspirado, isto é, o Luis Gálvez histórico, aparecendo, conseqüentemente, muitas referências a Espanha, embora nestas predomine o caráter pitoresco e o deboche. Nesse sentido, os traços biográficos originais aproveitados de Gálvez são, na narração, transmudados pela histrionice e a hipérbole de que se vale o autor para criar uma caricatura do episódio histórico da independência do Acre e da sua posterior integração no Brasil. A verossimilhança da narração com a história que a embasa mistura-se, portanto, com a deformação folhetinesca. Assim, o protagonista é desenhado combinando-se representações de um espanhol idealista – impulsivo e empreendedor, mas cínico e picareta – com chavões do aventureiro oportunista e devasso. No folhetim há, inclusive, citações de Cervantes e de Calderón de la Barca encabeçando, respectivamente, os capítulos primeiro e segundo, e há alguns sumários comentários sobre a história espanhola do séc. XIX, como a revolução de 1868 e a primeira restauração borbônica. Oferecem-se alguns poucos dados das cidades em que o protagonista viveu a sua infância e a sua juventude – Cádiz e Sevilha –, mas sempre vinculados à trama delirante tecida pelo autor³⁹².

Como principal atriz espanhola, Pinto do Carmo assinala Pepa Ruiz, natural de Badajoz, quem chegou ao Rio em 1881 e lá ficou até a sua morte em 1923, havendo atuado, e obtido sucesso e “imensa popularidade”, nas obras *Tim-tim por Tim-tim*, *Rio nu*, de Moreira Sampaio, *A Capital Federal*, de Arthur de Azevedo³⁹³, *Inana*, de Moreira

³⁹² É o próprio produtor quem qualifica a sua narrativa de “folhetim” e quem nos dois esclarecimentos que antecedem o primeiro capítulo da novela sublinha a histrionice aplicada à prosa. Eis os esclarecimentos: “Este é um livro de ficção onde figuras da história se entrelaçam numa síntese dos delírios da monocultura. Os eventos do passado estão arrançados numa nova atribuição de motivos e o autor procurou mostrar uma determinada fração do viver regional” (Souza, 1984: 5) e “A vida e a prodigiosa aventura de Dom Luiz Galvez Rodrigues de Ária nas fabulosas capitais amazônicas e a burlesca conquista do Território Acreano contada com perfeito e justo equilíbrio de raciocínio para a delícia dos leitores” (Souza, 1984: 9).

³⁹³ *A Capital Federal*, de Arthur de Azevedo (2002) é uma comédia-opereta “de costumes brasileiros” em 3 atos e 12 quadros, publicada em 1897. A sua origem foi assim contada pelo autor em um artigo publicado no folhetim *O Theatro*, de *A Notícia*, de 4 de fevereiro de 1897: “Eduardo Garrido [comediógrafo], depois de assistir a uma representação do *Tribofe* [revista de Arthur de Azevedo representada em 1891 no Teatro Apolo], manifestou igualmente a opinião de que havia ali dentro uma comédia que devia ser aproveitada. Uma comédia, acrescentou ele, que poderia ter um magnífico título: *A capital federal*. [...] Escrevi, então, essa comédia, que é um trabalho, devo dizê-lo, quase inteiramente novo, pois o que aproveitei do *Tribofe* não ocupa a décima parte do manuscrito. Ampliei cenas, inventei situações e introduzi novos personagens importantes, entre os quais o da Lola, destinado à atriz Pepa, e o do Figueiredo, que escrevi para o ator Colás”

Sampaio, *A viagem de Suzete* e *A fada de Coral*, e nas revistas de Álvaro Peres *O pauzinho* e *Atlântica*³⁹⁴.

Pinto do Carmo (1959: 86-89) menciona várias companhias espanholas que representaram no Rio de Janeiro nas duas primeiras décadas do séc. XX. Na temporada de 1908 lá esteve a companhia de Maria Guerrero, que encenou obras de Lope de Vega, de Calderón de la Barca, de Tirso de Molina, de Zorrilla, de Echegaray, dos irmãos Quintero e Eusebio Blanco. Nessa mesma temporada também estiveram no Rio o conjunto de operetas encabeçado pelo cômico Sagi Barbi e o grupo de zarzuelas dirigido por Carlos Silvani. Em 1919, atuou no Teatro Principal carioca a companhia orientada por Ernesto Vilches. Todavia, foi em 1923 quando uma companhia espanhola – a de Eulogio Velasco – obteve o maior sucesso no período indicado na então capital do Brasil. Pinto do Carmo menciona que a obra encenada com a que essa companhia se estreou, no Teatro São Pedro, foi *Arco-íris*. Posteriormente, em junho de 1950, obteve sucesso no Rio o grupo dirigido por Roberto Ximenez. Pinto do Carmo (1959: 89-91) menciona também o passo de ilusionistas espanhóis pelos palcos e salões brasileiros na primeira metade do séc. XX e nomeia os artistas de cinema nascidos na Espanha. Os mágicos foram o madrileno Leon Argora, o sevilhano José A. Guerra – o Roxy – e o malaguenho José Comitre – apelidado Rocambole

(Azevedo, 2002: 13-14). Pepa Ruiz interpretou o papel de “Lola”, uma coquete pilantra que, sendo uma “ilhoa”, se faz passar por espanhola e que é percebida pelos homens da comédia como uma espanhola bonita, o qual na obra é sinônimo de andaluza, embora ela diga, na cena III do ato terceiro, que a sua mãe mora em Valladolid. Em um diálogo com Eusébio – um caipira rico que Lola seduz para o estafar – ela esclarece o seguinte perante a surpresa desse homem ao entende-la apesar de ela se declarar estrangeira: “Eu sou espanhola e... o senhor sabe... o espanhol parece-se muito com o português; por exemplo: *hombre*, homem; *mujer*, mulher” (Azevedo, 2002: 44). Nesse sentido, a única expressão espanhola que Lola usa é a interjeição “Caracoles”, em um diálogo com o gerente do Grande Hotel da Capital Federal no início da obra – cena IV do primeiro ato – (Azevedo, 2002: 7). Na cena seguinte, após a aparição de Lola, em um diálogo entre esse gerente e o personagem Figueiredo – um boêmio cínico e ardiloso – contrastam-se as “estrangeiras” e as “mulatas”: “FIGUEIREDO – Está enganado. Essas estrangeiras não têm o menor encanto para mim. O GERENTE – Não conheço ninguém mais pessimista que o senhor. FIGUEIREDO – Fale-me de uma trigueira... bem trigueira, bem carregada... O GERENTE – Uma mulata? FIGUEIREDO – Uma mulata, sim! Eu digo trigieira por ser menor rebarbativo. Isso é que é nosso, é o que vai com o nosso temperamento e o nosso sangue! E quanto mais dengosa for a mulata, melhor! Ioiô, eu posso? Entrar de caixeiro, sair como sócio?... Você já esteve na Bahia, seu Lopes?”. No segundo ato, na cena IV, Lola entra “ricamente fantasiada à espanhola” (Azevedo, 2002: 53) e, na cena VIII, a Espanha é mencionada como “o país da castanhola” (Azevedo, 2002: 59).

³⁹⁴ Além de Pepa Ruiz, Pinto do Carmo (1960: 84-85) cita Leonor Rivero, Sofia Camps, quem “se distinguiu na zarzuela *A dama dos ouros*, de Prieto e Ruega”, Jualia Plá, “do conjunto de sua conterrânea Marcelina Cuarenta”, Pepita Aglada, Zaragozi, Elodia Miola, Ismenia Mateos e Davina Fraga. Segundo Pinto do Carmo “No período 1881-1890, o noticiário teatral acusa a presença de várias zarzuelas e, afirma-se, não foram poucas as atrizes espanholas que aqui se radicaram pelo casamento”. Na década de 1920 estabeleceram-se no Brasil as atrizes Maria Caballé, Isabelita Ruiz e Tina Jarque (1960: 87).

–. Como artistas cinematográficos espanhóis são mencionados Oscar Teresa Dias – Oscarito –, Miriam Mehler, Ana Esmeralda, mas Pinto do Camor diz que só esta última usou se identificara com a Espanha³⁹⁵, pois Oscarito e Miriam Mehler chegaram ao Brasil no início da sua infância, junto aos seus pais³⁹⁶.

Na música brasileira, Pinto do Carmo (1959: 101) também detecta “certa inspiração espanhola” ocorrida no “período de caracterização”. A sua apreciação é reforçada por citações de uma entrevista que concedera Heitor Villa-Lobos à revista carioca *Santiago*, publicada no número inaugural desse periódico [Rio, ano I, n. 1º, out. 1949], na qual o músico vinculava estreitamente a música brasileira à espanhola e salientava que a música de Falla e Albeniz era muito conhecida no Brasil. Declarara Villa-Lobos: “Embora contrariando a opinião de muitos musicólogos e simples historiadores musicais, acho que a raiz principal da formação típica da música brasileira vem da Espanha, sobretudo na parte rítmica” (Pinto do Carmo, 1959: 101-02). Com vistas a ressaltar a participação espanhola na música composta e interpretada no Brasil desde a sua independência, Pinto do Carmo faz uns apontamentos biobibliográficos sobre músicos espanhóis assentados no Brasil ou

³⁹⁵ Ana Esmeralda chegou ao Brasil com a sua carreira como atriz já iniciada. Filha de pai granadino e mãe sevilhana, Ana Esmeralda passou grande parte de sua infância em Sevilha. Iniciou como bailarina a sua carreira profissional em Madrid. Na sua página web informa-se que: “Representando a Espanha no Festival de Cinema de Porto Alegre, Ana apaixonou-se pelo Brasil, casa-se com o cineasta Mario Audrá e protagoniza dois grandes filmes: *Quem Matou Anabela*, com Carlos Zara e Eva Wilma e *São Paulo S/A*, de Luis Person, com Valmor Chagas. Ana Esmeralda torna-se a pioneira no ensino de dança flamenca no Brasil e São Paulo é seu ponto de partida. [...] Seguindo seu propósito de difundir o flamenco e de promover o intercâmbio entre Brasil e Espanha, em 1985 Ana prepara um grande espetáculo, no qual participam artistas e bailarinos como Faico, Jorge Luis e Conchita Espana, o cantor Tony Maia e o guitarrista Juan Gimenez. Perseverante e fiel aos seus ideais, Ana cria o Ballet Ana Esmeralda em 1986, a consequência foi inevitável, surgiam bailarinos com excelente nível técnico, o tão almejado duende e os segredos da Dança Flamenca, ensinados pela mestra Ana Esmeralda” (Disponível em: <<http://www.anaesmeralda.com.br/anaesmeralda.html>>. Acesso em: 3 de abril de 2008).

³⁹⁶ Na revista *Isto é* publicou-se uma resenha biobibliográfica sobre “Oscarito” na qual há a seguinte menção sobre a sua origem e a sua naturalização como brasileiro: “Oscar Lorenzo Jacinto de la Imaculada Concepcion Teresa Dias nasceu em Málaga, na Espanha, em 16 de agosto de 1906. Poderia ser marroquino se viesse ao mundo dois dias antes - a família era de circo e estava em excursão no norte da África -, mas se considerava brasileiro. “Vim para cá com um ano de idade e sofri mais do que covado de aleijado. Podia ter nascido na China ou no pólo norte, mas sou brasileiro puro na batata”, disse ele, ao conseguir naturalizar-se brasileiro, em 1949. O pai era alemão e a mãe, portuguesa. Tinha tios franceses, ingleses, espanhóis, italianos e dinamarqueses, com uma tradição de 400 anos de picadeiro” (Disponível em: <http://www.terra.com.br/istoe/biblioteca/brasileiro/artes_cenicas/cenicas6.htm>. Acesso em: 3 de abril de 2008). Miriam Mehler, filha de judeus, nasceu em Barcelona, em 1935, aonde seus pais chegaram fugindo das perseguições na Alemanha nazista. Em 1938, a família desembarcou no Brasil, havendo Miriam Mehler desenvolvido no Brasil toda a sua carreira (Disponível em: <http://ondeanda.multiply.com/photos/album/94/Miriam_Mehler>. Acesso em: 3 de abril de 2008).

que atuaram no Brasil. O primeiro dos músicos salientados é Oscar Lorenzo Fernandez³⁹⁷, brasileiro de pais galegos. Sobre ele reproduz o comentário que ao seu respeito fizera Villa-Lobos na mencionada entrevista da revista *Santiago*:

³⁹⁷ A Divisão de Música e Arquivo Sonoro da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro oferece, no seu *site* <<http://www.bn.br/fbn/musica/lorenzo/lorenzo.htm>> (Acesso em: 4 de abril de 2008), um perfil ilustrado do compositor, professor, regente e divulgador Oscar Lorenzo Fernández. No texto, duas obras são apontadas como fontes principais dos dados utilizados. Elas são *Lorenzo Fernandez: compositor brasileiro*, de Eurico Nogueira França, e *História da Música Brasileira*, de Francisco Aquarone. Nesse perfil, consta que os pais do músico eram espanhóis, que o Centro Galego do Rio de Janeiro foi o seu primeiro palco e que duas – *Rainha Moura* e *Arabesca* – das suas primeiras obras tinham a ver com a identidade muçulmana espanhola. Destaca-se, sobretudo, a inserção do músico na corrente nacionalista da música brasileira atuante na década de 1930, a qual demandava a adoção de posturas estéticas estreitamente relacionadas com a realidade cultural brasileira: “Lorenzo Fernandez nasceu no Rio de Janeiro a 4 de novembro de 1897. Filho de pais espanhóis, teve uma formação tipicamente européia, de acordo com a qual os jovens eram obrigados a estudar música. Inicialmente, aprendeu a tocar piano de ouvido. Percebendo seu entusiasmo, sua irmã Amália, que era aluna de Henrique Oswald, resolveu ensinar a ele as primeiras noções teóricas. Lorenzo, ainda rapaz, começou a tocar nas festas dançantes do Centro Galego, e, muito envolvido com a música, compôs, aos dezoito anos, a ópera *Rainha Moura*, baseada em um romance popular espanhol do século XIX. [...] Desde menino apaixonado por música, esse era o momento de dedicar-se ao instrumento. Em 1917, Lorenzo Fernandez ingressou no Instituto Nacional de Música [...]. No ano seguinte, aproximou-se de Alberto Nepomuceno [...]. Em 1920, Lorenzo apresentou-se pela primeira vez em concerto, com as suas obras *Arabesca* e *Miragem*. Dois anos depois, suas composições *Noturno*, *Arabesca*, *Cisnes* e *Ausência* foram premiadas em concurso internacional promovido pela Sociedade de Cultura Musical do Rio de Janeiro. A amizade de Lorenzo com Mário de Andrade [...] fez do poeta modernista um atento interlocutor. Em 1924, o jovem compositor se destacou com *Trio Brasileiro*, recebendo do autor de *Macunaíma* o elogio: “O *Trio Brasileiro* (...) já revela um artista em plena posse e emprego de sua personalidade poderosa. Nele, Lorenzo Fernandes, inteiramente convertido nos tipos melódicos e rítmicos nacionais, criou uma obra de suma importância (...) que serve para marcar uma data da evolução musical brasileira ...” (FRANÇA, Eurico Nogueira. *Lorenzo Fernandes: compositor brasileiro*. Rio de Janeiro: s.ed., 1950 p. 18). A parceria com o poeta resultou em *Toada pra Você*, editada no mesmo ano pela Casa Beviláqua, obtendo enorme sucesso. Entretanto, o reconhecimento público como grande compositor ocorreu apenas em 1929, com a apresentação do poema sinfônico *Imbapara*, sob a regência de Francisco Braga. Utilizando temas ameríndios autênticos retirados dos fonogramas gravados por Roquete Pinto no Mato Grosso, Lorenzo Fernandes obteve uma repercussão bastante favorável nos meios musicais. Um ano depois, com a primeira audição de *Reisado do Pastoreio*, conseguiria a consagração definitiva. *Batuque*, uma das três partes que compõem a obra, é sua peça mais famosa, tendo sido interpretada por Toscanini e Bernstein. Inspirado em texto de Graça Aranha, mentor da Semana de Arte Moderna, Lorenzo compôs a ópera *Malazarte*, que estreou em 1941 no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. As influências do folclore nacional e da linguagem modernista estão impressas na montagem da ópera e da música. “Pretendi fazer uma coisa bem diferente do que se fez até hoje por aqui. Coisa brasileira, brasileiríssima. Mas de um brasileirismo bem compreendido, é claro. Não chamo de brasileirismo às tentativas vulgares de explorar a corda desafinada dos nacionalistas baratos. Para mim, brasileirismo é o sentido íntimo que toda obra nossa deve ter, essa qualidade de nascer da nossa terra” (Lorenzo Fernandez. In: Aquarone, Francisco. *História da Música Brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1944. p. 49). Nesse período, caracterizado pelo aproveitamento de temas folclóricos, foram criadas, além das obras mencionadas acima, *Valsa Suburbana* e as *Suítas Brasileiras*, para piano solo, e *Essa Nega Fulô*, para canto e piano. A partir de 1940, Lorenzo voltou-se para uma composição mais universalista, criando obras como as duas *Sinfonias*, o *2o Quarteto* e a *Sonata Breve*. De acordo com Vasco Mariz, sua última obra, *Variações Sinfônicas*, representa a síntese das diferentes fases de Lorenzo, unindo universalismo e nacionalismo. [...] Em 1931, Getúlio Vargas pediu a Luciano Gallet (diretor do Instituto Nacional de Música), Mário de Andrade e Sá Pereira que elaborassem um programa de reforma do ensino oficial da música. Estes propuseram o Método Dalcroze, que apresentava uma didática renovadora, compatível com os ideais modernistas; porém, o programa só se concretizou em 1937, ocasião em que Lorenzo Fernandez, diretor do Conservatório Nacional de Música, começou a desenvolver o método.

Disseram-me, incidentalmente, que Oscar é filho de pais espanhóis e sua educação doméstica foi formada sob a influência dessa raça. Isso bastou-me para maior observação sobre a sua pessoa.

Sempre tive alguma reserva nas minhas apreciações pessoais pelos compositores brasileiros que eram descendentes diretos de italianos, alemães e franceses, não por considerar tal circunstância um simples defeito, mas, porque quase sempre eles se ressentiam exageradamente da mentalidade cultural, técnica e estética daqueles países e dificilmente poderiam assimilar e compreender a maneira original sobre material temático, harmônico e rítmico da música anônima, criada pela espontânea expressão da alma de um povo. Enquanto que aqueles que são de origem espanhola estão sempre muito mais se interessando com os cânticos e canções do povo, à semelhança dos costumes característicos dos filhos da terra de Cervantes, do que em seguir a tradição dos estilos clássicos internacionais, que eles apreciam num alto valor, por intermédio das elites sociais bem solícitas e educadas (Pinto do Carmo, 1959: 102).

Para Villa-Lobos, o seu amigo Oscar Lorenzo Fernandez não foi, como músico, um bom descendente de estrangeiros porque, simplesmente, não o parecia e porque a sua obra estava imbuída em brasilidade. Pinto do Carmo resenha também a trajetória do pianista valenciano Tomás Terán³⁹⁸, intérprete de peças de Villa-Lobos, residente no Rio de Janeiro desde 1929, e do catalão Miguel Arqueros Verdaguer, regente de coros e professor de canto, residente em São Paulo desde 1930.

É, no entanto, na obra de poetas brasileiros do séc. XIX onde Pinto do Carmo nota uma maior presença de motivos espanhóis e claras influências de elementos repertoriais de produtos literários de autores espanhóis. Cita, nesse sentido, a Manuel Antônio de Almeida,

[...] No dia 26 de agosto de 1948, o compositor se apresentou pela última vez regendo o concerto comemorativo do Centenário da Escola Nacional de Música. Na manhã seguinte, Lorenzo Fernandez faleceu, deixando seus amigos e admiradores inconformados com sua morte inesperada e prematura”.

³⁹⁸ Nas suas anotações sobre Tomás Terán, Pinto do Carmo reproduz comentários que sobre o músico que fizeram Manuel Bandeira e Andrade Murici. De um artigo publicado por Bandeira em outubro de 1929, no jornal do Recife *A Província*, Pinto do Carmo (1960: 105) faz o seguinte recorte para sublinhar o imediato sucesso que obtivera, no Brasil, Terán como intérprete de Villa-Lobos: “Villa Lobos acaba de regressar de Paris e trouxe consigo dois intérpretes de primeira classe: o pianista espanhol Tomás Terán e o violinista belga Maurice Raskin. O espanhol é um homem fantástico: sujeitinho feio, pequeno, com cara e gestos de clown. O maior pianista da Espanha, me disse Villa Lobos antes do concerto. De fato, mal o homem acabou os primeiros acordes da série *Cirandas*, a assistência ficou amarrada! Amarrada no pé da mesa! Terán é ao piano o intérprete ideal de Villa Lobos. Deixou Rubinstein na curva... Com efeito, na música de Villa, em que o ritmo constitui elemento tão importante, o espanhol é de uma segurança, de uma força, de um dinamismo, – para resumir, de uma grandeza rítmica empolgante. Pega fogo feito pólvora”. Uma explicação para a fácil sintonia entre Terán e a obra de Villa-Lobos é dada na seguinte citação que Pinto do Carmo (1960: 104) faz da crítica que Andrade Murici fizera de um concerto dado por Terán no Teatro Harmonia Lira, do Rio, em 16 de outubro de 1940: “Terán veio para o Brasil interpretar Villa Lobos. Foi esse espanhol quem nos revelou o real valor das *Cirandas*, do *Choro n. 5*, da *Lenda do Caboclo*. A importância primordial da contribuição ibérica à nossa música deve ter facilitado a compreensão admirável que dela teve desde logo Terán. Para o mais valeram-lhe a sua musicalidade tão complexa e tão bela, a sua escrupulosa consciência”.

³⁹⁹ De Manuel Antônio de Almeida, Pinto do Carmo (1960: 41) cita o poema A uma espanhola – um dos poucos poemas que se conhecem desse autor – (És tão mimosa e tão bela,/ Como a estrela,/ Que desponta rutilante,/ E que se mira reluzente/ Na corrente,/ Que a retrata deslumbrante) como um exemplo da familiaridade que ele tivera com a literatura castelhana de toque romântico de então e na obra poética de Álvares de Azevedo nota a influência de Espronceda. Em relação a influência de Espronceda nos poetas românticos brasileiros, Pinto do Carmo (1960: 44) menciona que Castro Alves declarara o seu entusiasmo pela obra desse romântico espanhol de quem, de fato, traduzira alguns poemas. Nesse sentido, Francisco Villaespesa (1930), na “Carta Abierta” dirigida a Adelaide Castro Alves de Guimarães – irmã do poeta –, que funciona como introdução da tradução que ele fizeza de alguns poemas de Castro Alves sob o título *El navío negrero y otros poemas*, declarara “Castro Alves, por su temperamento, por su sensibilidad y por su imaginación, fue un poeta medularmente español, sin dejar de ser el más brasileño de todos” (Alves, 1930: 14). Villaespesa notara também a influencia de Espronceda, junto a de Lord Byron e Alfredo de Musset, em Castro Alves e informara que as traduções feitas pelo romântico brasileiro da obra de Espronceda foram do livro *El diablo mundo*. Pinto do Carmo, quem considera que o entusiasmo de Castro Alves “pelas coisas espanholas” pôde haver sido inculcado na sua família, pois a sua avó materna – Ana Rita Viegas – era natural de Cádiz, transcreve alguns trechos de poemas em que foram inseridos os motivos espanhóis, relacionados, sobretudo, com a Andaluzia e com a mulher espanhola. Trata-se de trechos dos poemas Os três amores (Na volúpia das noites andaluzas,/ O sangue ardente em minhas veias rola.../ Sou D. Juan!... Donzelas amorosas,/ Vós conheceis-me os trenos na viola!/ Sobre o leito do amor teu seio brilha.../ Eu morro, se desfaço-te a mantilha.../ Tu és — Julia, a Espanhola), Versos de um viajante (Tenho saudades... ai! de ti, São Paulo,/ — Rosa de Espanha no hiberna Friul —/ Quando o estudante e a serenata acordam/As belas filhas do país do sul), A uma estrangeira (Na proa os nautas cantavam;/ Eram saudades?... Talvez!/ Nossos beijos estalavam/ Como estala a castanhola.../ Lembras-te acaso, espanhola?/ Acaso lembras-te, Inês?/ Meus olhos nos teus morriam.../ Seria vida? - Talvez!/ E meus prantos te diziam:/ “Tu levas minh'alma, ó filha,/ Nas rendas desta mantilha.../ Na tua mantilha, Inês!?”/ De Cádiz o aroma ainda/ Tinhas no seio... — Talvez!/ De Buenos Aires a linda,/ Volvendo aos lares, trazia/ As rosas de Andaluzia/ Nas lisas faces de Inês!), O navio negreiro (Do Espanhol as cantilenas/ Requebradas de langor,/ Lembram as moças morenas,/ As andaluzas em flor!), Uma página de escola realista (As trevas rolam como as tranças negras,/ Que a Andaluza desmancha em mago enleio/ E entre rendas sutis surge medrosa/ A lua plena, qual moreno seio), Sonho da boêmia (Farei poesias ou versos/ Aos teus olhinhos perversos/ Aos teus pezinhos, meu bem!/ E tu cantarás, ó Manola,/ Aquela moda espanhola/ Que tantos requebros tem!), Aves de arribação (E a voz cantava o trêmulo medroso/ De uma ideal sentida barcarola.../ Ou nos ombros da noite desfolhava/ As notas petulantes da espanhola!) e Manuela (Cantiga do rancho) (Vejo-lhe o pé resvalando/ Brando/ No fandango a delirar;/ Inda ao som das castanholas/ Rolas/ Diante do meu olhar...).

⁴⁰⁰ Gonçalves Dias, por um lado, compôs um longo poema em sete cantos, todos eles encabeçados por citações de versos de Victor Hugo, com uma ambientação cavalheresca espanhola cujo assunto é a vingança como forma de defender a honra maculada. Trata-se do poema O soldado espanhol (Dias, 1998: 32-44). Nele, o autor versifica uma história em que um soldado, quem se auto-identifica com o *Cid* (arrogante,/ de sangue espanhol), muito apaixonado pela sua namorada (Ela era brilhante,/ Qual raio do sol [...] E o espanhol muito amava/ A virgem mimosa e bela;/ Ela amante, ele zeloso/ Dos amores da donzela;/ Ele tão nobre e folgando/ De chamar-se escravo dela!), deve partir, rumo à “Índia Ocidental”, para fazer a guerra. Durante a longa espera, a amada, sob a incerteza do regresso do soldado (Do guerreiro que partiu,/ Largos anos são passados;/ Missiva dele não viu), namora um mancebo infanção. Finalmente o soldado regressa e, transformado em um carrasco implacável que anseia compensar a afronta da traição que sofrera, mata os amantes (E a porta range e cede, e franca e livre/ Introduz o tufão, e um vulto assoma/ Altivo e colossal. — Em honra, brada,/ Do esposo deslembado! — e a taça empunha/ Mas antes que o licor chegasse aos lábios,/ Desmaiada e por terra jaz a esposa,/ E a destra do infanção maneja o ferro,/ Por que tão grande afronta lave o sangue,/ Pouco, bem pouco para injúria tanta/ Debalde o fez, que lhe golfeja o sangue/ D'ampla ferida no sinistro lado,/ E ao pé da esposa o assassino surge/ Co'o sangrento punhal na destra alçado). Por outro lado, ele criou um dos seus quatro dramas históricos compostos entre 1843 e 1850 – *Patkull*, *Beatriz Cenci*, *Leonor de Mendonça* e *Boabdil* – como um episódio da guerra entre mouros e cristãos durante a conquista de Granada, tratado como um drama de capa-e-espada à moda romântica. Luís Antônio Giron (*Teatro de Gonçalves Dias*, 2004: XXVII-XXIX), quem preparou a edição *Teatro de Gonçalves Dias*, aponta o seguinte sobre a drama *Boabdil* na introdução

dessa edição: “*Boadil* é considerada a peça menos inspirada do autor, já supostamente no declínio de seu entusiasmo, descrente nas instituições culturais da corte e quase cético em relação à poesia. Escrito na quarentena da febre amarela que contraíra, o drama andaluz-oriental inspirou-se na história do último sultão de Granada, tal como é narrada no livro *Travels through Spain 1775-1776* do escritor inglês Henry Swinburne (1743-1803), provavelmente por meio da tradução para o francês de J. B. Laborde, publicada em 1787. Extraíu material apenas indiretamente do romance *Les aventures du dernier Abencérage* de Chateaubriand, publicado em 1826. [...] Ora, a novela de Chateaubriand não trata do mesmo episódio dramatizado por Dias, e sim do retorno de Aben-Hamet a Granada 24 anos depois. Dias realizou uma pesquisa razoável para redigir *Boabdil*. A base do enredo é linear. Corre o ano de 1492. O reino de Granada, governado pelo chefe muçulmano Boabdil, está cercado pelos espanhóis cristãos, prontos a derrubar as muralhas. Aben-Hamet, ou Ibrahim, é o último da linhagem dos Abencerrages, família nobre que dominou a península Ibérica e que se encontrava no exílio. O guerreiro foi amante da mulher do Boabdil, Zoraima, e volta a Granada na esperança de reavivar a paixão. Ambos se reencontram e caem na armadilha de Aixa, mãe de Boabdil. Enquanto Granada está prestes a cair, o casal de amantes é morto por ordem do rei. [...] Quem sabe, se encenado hoje, o drama não pudesse ser utilizado como alegoria da invasão do mundo islâmico pelo Ocidente, e apologia do amor proibido. Henriques Leal apreciava a peça: “É aparatoso, de muita ação e movimento, e deve produzir em cena magnífico efeito”, comenta. Ressalta o cenário e a violência passional do enredo, em estilo “opulento, ameno, correto e elegante como tudo quanto é escrito por Gonçalves Dias”. Para sustentar o valor do drama, apóia-se no juízo do crítico português Sotero dos Reis, que enfatiza o “gosto moderno” e as situações “verdadeiramente dramáticas” de *Boabdil*. E aqui cabe uma curiosidade: Dias evitou repetir a história de Chateaubriand, segundo a qual Aben-Hamet voltava do exílio para se reencontrar com Bianca, descendente do herói El-Cid, pertencente à família Bivar – o mesmo sobrenome do censor do Conservatório. É de supor que Dias quisesse ocultar o dado e, assim, não desagradar o censor-mor. Optou, então, pelo livro de viagem de Henry Swinburne. Seja como for, a cornucópia de golpes e reviravoltas contida em *Boabdil* ofereceria material fecundo aos encenadores no presente “choque de civilizações”. Pinto do Carmo (1960: 45) cita os Cantos XIV e XV de Queixumes como uma mostra do uso de motivos espanhóis – andaluzes e heróicos – de significação romântica na forja da poesia de Gonçalves Dias: “Não te esqueças de mim! – Por Sevilha/ Quando o peito de branco marfim/ Perceberes na preta mantilha,/ Sombreado por leve carmim:/ Quando vires passar a Andaluza/ Pelos montes, com ar majestoso,/ Decantando nas modas de que usa/ As loucuras do Cid amoroso”. Outrossim, observa-se no poema Zulmira do qual Pinto do Carmo reproduz os primeiros versos: “Sonhara-te eu na veiga de Granada,/ Tapetada de flores e verdura,/ Onde o Darro e Xenil no lento giro/ Volvem a linfa pura./ Ali te vejo em leda comitiva/ Dos gentis cavaleiros do oriente,/ Quando, deposta a malha do combate,/ Vestem da paz a seda reluzente./ Ali te vejo num balcão sentada,/ Grande preço da maura arquitetura,/ Pejando as asas das noturnas brisas/ Dum canto de ternura”. Além disso, Pinto do Carmo menciona que Gonçalves Dias (1960: 46) traduzira um poema de Lope de Vega e que uma dezena dos seus poemas fora traduzida para o castelhano e musicada por José Amat e Horácio Varela.

⁴⁰¹ Affonso Celso publicou *Trovas de Hespanha*. A primeira edição do opúsculo foi feita pela casa editora “Laemmert e Cia”, em 1904. Nós utilizamos a segunda edição, de 1922, publicada em São Paulo pela Monteiro Lobato & Cia – Editores, com uma gravura de uma mulher flamenca estampada na capa. Nessa segunda edição está contido o prefácio da primeira edição, datado em 1903, em que se informava que os versos traduzidos foram colhidos nos *Cantares Populares y Literários*, recopilados por D. Melchor Paláu (edição ilustrada de Montaner y Simon, Barcelona, 1900). Affonso Celso adverte que alguns desses cantares espanhóis foram traduzidos, outros foram parafraseados, de outros se tirou “a idéia” e receberam nova forma e a outros se deu rima, “inexistente ou incompleta no original”. Nesse prefácio, Affonso Celso informa também que, nos “*Cantares*”, “observa D. Melchor de Paláu, palpitam as queixas, máximas, anseios, conselhos, remoques, súplicas, exagerações de um povo; constituem-lhe a alma inteira; revelam-n’o tal qual é, com as suas virtudes e simpáticos defeitos; formam-lhe a íntima, sincera, apaixonada autobiografia. A cantiga popular é uma lição constante para os artistas ponderam Agostinho de Campos e Alberto de Oliveira, no prefácio das “mil trovas” portuguesas. Tornar conhecidos no Brasil alguns traços interessantes [...] e, si possível, transmitir aos leitores essa lição, – eis o intuito do presente trabalho”. Antes da publicação de *Trovas de Hespanha*, Affonso Celso publicara, em 1990, no IV Centenário do descobrimento do Brasil, *Poque me ufano do meu paiz*, um manifesto patriota em que expõe dez razões para que um brasileiro se sinta orgulhoso da sua pátria: “a sua grandeza territorial, a sua beleza, a sua riqueza, a variedade e amenidade de seu clima,

65), no capítulo Entre a narrativa histórica e a picaresca na prosa de ficção, faz o mesmo exercício, isto é, tenta mostrar como a literatura espanhola funcionou como fonte de elementos repertoriais da literatura brasileira. Além disso menciona um espanhol, o tenente de cavalos ao serviço de Portugal, José de Mirales, natural de Xatira (Valência), assentado na Bahia até a sua morte, aos 84 anos, em 1770, quem escreveu a *História Militar no Brasil*⁴⁰². Nesse capítulo, Pinto do Carmo não se detém em nenhum outro prosador espanhol que, havendo residido no Brasil, tenha publicado no Brasil, ou em relação ao Brasil, algum produto narrativo. Para ressaltar a influência da prosa literária espanhola nos primeiros produtos literários qualificados pela crítica como genuinamente brasileiros, Pinto do Carmo faz o seguinte exercício. Baseando-se no número de edições como indicativo do sucesso obtido pelos produtos da prosa de ficção entre os seus consumidores contemporâneos, Pinto do Carmo descarta como narrativas importantes do processo de construção da “ficção nacional” as novelas e romances de Lucas José Alvarenga, Teresa Margarida da Silva e Orta, Teixeira e Sousa e Joaquim Manuel de Macedo e outorga o papel relevante para o início desse processo ao livro *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida (1862)⁴⁰³. Então, ele relaciona o “toque picaresco” ou

ausência de calamidades, excelência dos elementos que entraram na formação do tipo nacional, nobres predicados do caráter nacional, nunca sofreu humilhações, nunca foi vencido, seu procedimento cavalheiresco e digno para com os outros povos, as glórias a colher nele”.

⁴⁰² José Mirales colaborou na fundação da Academia dos Renascidos baiana, criada em 1754 por José de Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo. Pinto do Carmo embasa-se nas suas alusões a José Mirales na *História da Literatura Baiana* de Pedro Calmon. De Mirales, Pinto do Carmo (1960: 59-60) menciona que ele fora também poeta e, a respeito da *História Militar Baiana*, citando a Calmon, expõe que “O seu título de glória é a precedência aos historiadores modernos, na honesta pesquisa. A sua informação capitula-se entre as fontes indispensáveis ao estudo da colônia. Vindo para iniciar-nos na narrativa histórica e, particularmente, no seu aspecto militar, que era dos mais importantes em face do caráter defensivo em que permanentemente se mantinha a terra de além mar, aqui se deixou ficar o valenciano José Mirales”.

⁴⁰³ A arguição de Pinto do Carmo (1960: 60-61) para apresentar *Memórias de um sargento de milícias* como a primeira obra fundamental da literatura nacional do Brasil é a seguinte: “Alega-se que o feito se inicia com uma novela atribuída a Lucas José Alvarenga, datada de 1826. Reivindicam outros a primazia da iniciativa para Teresa Margarida da Silva e Orta, com o seu romance luso-brasileiro *Aventuras de Diófanos*, dado à estampa em Portugal, em 1752. Entende José Veríssimo que, com o romance – *O filho do pescador* – de Teixeira e Sousa, criou-se, em 1843, a nossa prosa; de outra forma pensa Silvio Romero e para isso apresenta *A Moreninha*, publicada em 1844, por Joaquim Manuel de Macedo; finalmente, é possível que o assunto comporte controvérsia, ainda, no que toca à cronologia. Do trabalho de Alvarenga pouco se sabe. Com respeito ao romance de D. Teresa, não cabe dúvida, quanto à data. Escrito para além-mar, onde crescera e vivera a ilustre dama paulista, ficou no olvido e somente atonou para ser incorporado à literatura nacional, não pelo seu valor, apesar de suas três edições, mas para que se recue o início da prosa para já meado do século XVIII. Vivendo na corte, mulato, a princípio muito pobre, Teixeira e Sousa, à custa de ingentes esforços tentou e venceu no comércio das letras. Publicando novelas e romances foi escritor de algum público e ninguém lhe tira o direito de figurar entre os precursores. Mas, é com *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida que a ficção nacional atinge, em definitivo, o seu ponto mais representativo;

“acento picaresco” da sátira social de *Memórias de um sargento de milícias* com, por um lado, o humorismo de Quevedo e, sobretudo, com a técnica e o estilo da narrativa picaresca espanhola. Com isso, nas raízes do romance brasileiro poder-se-ia afirmar que está a influência do gênero picaresco da literatura espanhola, a qual derivou em notáveis analogias do *Estebanillo González* e *La vida de Lazarillo de Tormes* com *Memórias de um sargento de milícias* e em obras posteriores, como *O Encilhamento*, de Taunay, e *Memórias de Agapito Goiaba*, de Gonçalves Dias. A esse respeito, Pinto do Carmo (1959: 65) conclui: “Vingou e teve adeptos o gênero; apenas, transplantado, medrou mais ameno como, com o tempo, foi ele se amenizando na própria Espanha”. Pinto do Carmo detém-se especialmente no estudo da recepção do *Dom Quixote* no Brasil e faz uma exposição de obras brasileiras em que ou esse romance de Cervantes é utilizado como uma fonte de onde tirar representações de atitudes, idiossincrasias, ou posicionamentos ideológicos, ou elementos desse romance servem de amparo para determinadas exposições contidas nessas obras, ou o romance de Cervantes é a causa de interpretações e ensaios. Para tanto, Pinto do Carmo refere-se sumariamente aos primórdios da recepção do *Quixote* no Brasil⁴⁰⁴ e

pelo menos, foi dos poucos livros daquele momento que resistiu a quase duas dezenas de edições, cinco das quais entre 1862 e 1900, quando poucas eram as impressões”.

⁴⁰⁴ Pinto do Carmo (1960: 111) acredita que “Não se pôde, ainda, precisar em que momento se começou a ler, aqui, o *Dom Quixote*”. Remonta, no entanto, a primeira inserção de elementos do *Quixote* na literatura brasileira a um soneto e a umas décimas de Gregório de Matos, isto é, por volta de oito décadas após a publicação da segunda parte do romance de Cervantes. O soneto de Gregório de Matos ao que Pinto do Carmo se refere intitula-se *Ao tabelião Manuel Marques tendo sido espadeyro havia pouco*. Nos seus tercetos lê-se: “Que ignore este enfim seu nascimento,/ Como o faz no Brasil qualquer Brichote,/ Vade em paz, porque imita mais de cento:/ Mas que sendo inda há pouco espadeirote,/ Queira ser como Bruto grão talento:/ Será: que manhas tem de Dom Quixote”. Os versos da décima – *A outro requerente apellidado o peralvilho, que costumava vender as causas, e furtou ao poeta um cavallo sellado* – em que está a menção ao personagem Quixote são estes: “Procurastes ao traidor,/ e eu fiquei desenganado,/ que fostes já procurado/ para mau procurador;/ lá entregou ao Senhor/ um Judas Escariote,/ vós, Peralvilho Quixote,/ entregastes como acinte/ ao vosso constituinte/ como a simples sacerdote”. Pinto do Carmo não o menciona, mas há um outro soneto de Gregório de Matos em que o personagem Quixote é utilizado como uma referência. Trata-se do soneto *Descreve a vida escolástica, em cujos tercetos lê-se*: “A putinha aldeã achada em feira,/ Eterno murmurar de alheias famas,/ Soneto infame, sátira elegante./ Cartinhas de trocado para a Freira,/ Comer boi, ser Quixote com as Damas,/ Pouco estudo, isto é ser estudante”. Além desses poemas de Gregório de Matos, Pinto do Carmo menciona, como obras brasileiras ocasionadas pelo *Quixote* ou em que repercutiu esse romance, a peça de teatro *Vida do grande D. Quixote de la Mancha*, encenada em 1737 por Antonio José da Silva, o judeu, e a *Lira dos Vinte Anos*, de Álvares de Azevedo, em cujo prefácio se menciona a “ilha Barataria” e na qual, na comédia *Boêmios*, há uns versos encomiásticos aos valores do personagem Quixote (“Dom Quixote! Sublime criatura!/ Tu sim foste leal e cavaleiro,/ O último herói, o paladim extremo/ De Castela e do mundo. Se teu cérebro/ Toldou-se na loucura, a tua insânia/ Vale mais do que o sisso destes séculos/ Em que a Infâmia, Dagon cheio de lodo,/ Recebe as orações, mirras e flores,/ E a louca multidão renega o Cristo!/ Tua loucura revelava brio./ No triste livro do imortal Cervantes/ Não posso crer um insolente escárnio/ Do Cavaleiro andante aos nobres sonhos./ Ao fidalgo da Mancha-cuja nódoa/ Foi só ter crido em Deus e amado os homens./ E votado seu braço aos oprimidos./ Aquelas folhas não me causam riso,/ Mas desgosto profundo e tédio à

menção as primeiras edições do romance no Brasil – a primeira delas, como folhetim, em 1898, saída das oficinas do *Jornal do Brasil* –. Detém-se, sobretudo, na afeição de Rui Barbosa por esse romance, de onde retirou elementos em que apoiar as suas argumentações desenvolvidas em artigos políticos e jurídicos⁴⁰⁵. Também são mencionados, e reproduzidos, fragmentos de textos de Machado de Assis, Olavo Bilac, Artur Orlando, Artur Azevedo, Felinto de Almeida, Augusto de Lima, Francisco Campos, Peregrino Junior, Santiago Dantas, Oswaldo Orico, Josué Montelo, Carlos Burlamaqui Kopte, Nelson Omegna, Monteiro Lobato, Tristão de Ataíde e Luis da Câmara Cascudo, de quem menciona o trabalho Com Dom Quixote no folclore do Brasil “trabalho no qual viaja-se através de usos e costumes brasileiros, talqualmente vivera na sua jornada valente na Espanha velha o destemido cavaleiro” (Pinto do Carmo, 1959: 128).

No que ele denomina a produção poética da “fase moderna” [séc. XX], Pinto do Carmo destaca o “toque andaluz” na poesia de Darci Damasceno, o encantamento com a paisagem da Espanha e com a mulher espanhola em poemas de Murilo Mendes e a presença de Dom Quixote como motivo de ressonâncias semânticas na poesia de Oliveira e Silva⁴⁰⁶; citando Eduardo Portela, salienta “certa ibericidade” na obra de João Cabral de Melo Neto e Geir Campos⁴⁰⁷.

vida./ Soldado e trovador, era impossível/ Que Cervantes manchasse um valeroso/ Em vil caricatura, e desse à turba,/ Como presa de escárnio e de vergonha,/ Esse homem que à virtude, amor e cantos/ Abria o coração!”).

⁴⁰⁵ Rui Barbosa é qualificado por Pinto do Carmo (1960: 115) como quem, no Brasil, até o momento de publicação do seu texto “mais leu, estudou e anotou a mencionada obra”. E justifica essa qualificação na profusão de marcações, anotações e comentários contidos em três das cinco edições do *Quixote* que Rui Barbosa deixou na sua biblioteca. As páginas que Pinto do Carmo dedica a Rui Barbosa como leitores do *Quixote* e dos *entremeses* cervantinos (Pinto do Carmo, 1960: 113-119) já as publicara, em plaqueta com ilustrações, em 1949, com o título *Rui Barbosa e o Dom Quixote* (Pinto do Carmo, 1949).

⁴⁰⁶ Pinto do Carmo (1960: 49) cita os poemas Procissão de enterro, Epílogo no parque de Maria Luisa e Matinal, contidos no livro *Poesias escolhidas* [1917], como exemplos do “toque andaluz” dado por Darci Damasceno à sua poesia. De Murilo Mendes cita, e transcreve, os poemas Manola e Córdoba, publicados em 1951, no n. 25 (ano II) da revista *Santiago*. Os versos transcritos de Murilo Mendes são estes; (poema Manola: “Madrilena castigada,/ Começas a vida à noite./ Ouvindo o vento vermelho/ Na sua charla sem fim./ Estenografas a aurora/ No terraço dos cafés,/ Torres do peito apontadas/ Ao duro sol de Madrid./ Tua conversa é de sal/ Com retalhos de açucenas./ Teus olhos são pés dançando/ A impaciência de Espanha. Tua cabeleira: raivosa./ EL DUENDE vai no teu sangue,/ Na tua demarcha e voz,/ Vai na planta dos teus pés./ Nas tuas pausas de silêncio./ Silêncio espanhol rebelde./ Oculto no gume afiado/ Madrilena castigada./ Madrilena pelo berço/ E o vário calor humano: Um estilo de contactos”; poema Córdoba: “Estrutura sóbria, tersa./ Toda nervo e osso, contida/ Em labirintos de cal/ E em pátios de vida secreta./ Córdoba áspera e clássica/ Alimentada de África./ Como não te entregas súbito./ Quem te aproxima terá sempre fome/ E não dirá: Córdoba de meus amores./ Um nome seco e esdrúxulo te designa,/ Sol desdenhoso, Córdoba concreta”). Do jurista Oliveira e Silva, Pinto do Carmo (1960: 50-51) menciona o poema Canção para a Espanha, em que estão justapostos muitos motivos referidos a Espanha. Esse poema fora publicado no diário carioca *Correio da Manhã* aos 20 de setembro de 1958. Um ano depois Oliveira e Silva publicou, pela editora Aurora, *D.*

Da perspectiva contrária, isto é, na observação da poesia do Brasil como objeto de interesse para pesquisadores espanhóis e do Brasil em si como fonte de elementos repertoriais na poesia espanhola, Pinto do Carmo (1959: 53) refere-se, em primeiro lugar, a Juan Valera como “o iniciador das primeiras apreciações acerca de nossas letras” durante o tempo em que ele residiu no Rio como secretário da legação espanhola; porém ele não

Quixote e Carlito. Na Introdução a esse ensaio, Aníbal M. Machado expusera: “Há um anarquismo fundamental na poesia cinegráfica de Carlito; em D. Quixote, a obsessão demente de um ideal a defender. Anarquismo e loucura de que tantas vezes resulta imprevisível sabedoria. Quixote, mais asceta, mais puro, arremete contra a injustiça; Carlito, mais próximo de nós, mais dentro da realidade contemporânea, defende-se das ofensas e procura o seu lugarzinho ao sol. Faz-se de cinico contra a vontade, e de acrobata por prazer e vocação; precisa alcançar o que deseja e proteger o seu sonho, que é uma busca permanente, mas sempre mal sucedida, de amor e liberdade. Enquanto o outro desagrava os oprimidos e injustiçados, Carlito desagrava-se a si mesmo de ofensas e ponta-pés. Ambos vivendo a mesma solidão. Um é o heroísmo e a candura em estado puro; o outro, a paródia burlesca da nobreza e da bravura, o homem-“clown” que desmascara os poderosos e tantas vezes se ilumina de piedade e lirismo, fazendo nascer uma flor do asfalto. Os moinhos de Quixote equivalem aos brutamontes de Carlito. Só que aqueles são fantasmas, e estes mais que monstros, porque revestidos de aparência humana”. O poema Canção para a Espanha é o seguinte: “Devemos cobrir-te de bênçãos – ó Espanha! –/ Porque fizeste o descobrimento/ Da figura mais bela, mais estranha/ E mais triste do mundo – o teu D. Quixote!/ Compondo-a com uma nuvem,/ A combater moinhos de vento,/ Sem que se humilhe com a derrota/ Ou amargue com o sofrimento!/ – Ó Espanha burlesca e arrebatada/ Dos romances da Cavalaria,/ De onde brotou aquele herói e poeta,/ Com a bravura impetuosa que avança,/ Na defesa de toda voz estrangulada,/ E cuja sombra em nossos dias se projeta,/ Perturbadora como a esperança!/ – Mágica Espanha, imensa e trágica,/ Da poderosa armada invencível/ De Felipe Segundo,/ Num vendaval despedaçada,/ Para quem a catástrofe terrível/ Somente fora possível,/ Porque construiu a armada contra o mundo/ E não contra os selvagens Elementos!/ – Ó Espanha latina e mourisca,/ Africana, sensual e mestiça,/ De amplas arenas avermelhadas,/ Mística e delirante,/ Das taciturnas procissões noturnas/ E da alegria tumultuosa das touradas!/ – Ó Espanha de belas e altivas mulheres/ Frementes da paixão que sangra como um corte,/ Em cuja boca há um sabor de cravo,/ Onde o amor, às vezes, respira morte,/ A navalha na liga e a música no sangue!/ Por isso – ó Espanha – através dos séculos,/ Hás de ser imutável e única/ No teu gênio e na vibração de tua raça,/ Na esperança, no orgulho e no desprezo,/ Namorando a quimera, porque é vã./ Com um olhar vigilante, sempre aceso,/ Para a Estrela da Manhã”.

⁴⁰⁷ Pinto do Carmo (1960: 51-52) refere-se à obra *Dimensões I* – Crítica Literária de Eduardo Portela, editada em 1958. A partir dessa obra, Pinto do Carmo indica que a produção poética de Geir Campos se pode dividir em três períodos progressivos: o valeriano e estagiário, o espanhol, sob a influência temática de Salinas e Neruda e caracterizado pela “compreensão orteguiana” na estética, e o de compenetração entre os dois anteriores. De João Cabral de Melo Neto diz que é um “raciovitalista”, *racionalista* pela sua formação francesa, e *vitalista* pela sua condição de um nordestino que assumira “os valores culturais hispânicos” e que se integrara “na melhor tradição ibérica”, deixando-se influenciar, na literatura, pelas dimensões técnico-expressivas do *Cantar de Mio Cid*. Pinto do Carmo menciona, além do mais, que os motivos espanhóis passaram a fazer parte da poesia de J. C. de Melo Neto como consequência da sua experiência e “andanças” na Espanha como diplomata. Isso é mostrado por Pinto do Carmo reproduzindo as três últimas estrofes das oito que tinha o poema Imagem curta – Bailaora Andaluza quando foi publicado, aos 13 de julho de 1957, em *O Estado de São Paulo*: “Porém a imagem do fogo/ é num ponto desmentida:/ que o fogo não é capaz,/ como tu, na *seguiriya*,/ de arrancar-se de si mesmo/ numa primeira faísca,/ na chama que, quando queres,/ acende-te fibra a fibra,/ que tu somente és capaz/ de acender-se estando fria,/ de incendiar-se de dentro,/ de incendiar-se sozinha”. Há ambigüidade quando Pinto do Carmo (1960: 53) se refere ao papel desempenhado pela obra poética e teatral de Lorca como fonte de motivos espanhóis ou de elementos repertoriais para a literatura brasileira. Ele acredita que a enorme repercussão de Lorca no Brasil está relacionada com “certa paixão ideológica” surgida após o “infausto desaparecimento” de andaluz. De todas as formas, ele salienta que, em um tributo sem comparação no Brasil, muitos poemas foram escritos recordando o literato e a sua obra e que muitos dos seus poemas foram traduzidos e publicados “como homenagem especial”.

fornece dados concretos sobre o labor de apreciação desenvolvido por Valera. Pinto do Carmo alude logo ao poeta andaluz Salvador de Rueda como um admirador do Brasil e como um intermediário com quem contaram alguns intelectuais brasileiros para a divulgação dos seus trabalhos na Espanha, além de como tradutor da poesia brasileira⁴⁰⁸. Como tradutores prosseguidores do labor iniciado por Rueda, Pinto do Carmo menciona a Francisco Villaespesa⁴⁰⁹ e a Álvaro de Las Casas, “poeta, historiador e conferencista”. De

⁴⁰⁸ Pinto do Carmo (1960: 54) menciona que Salvador Rueda permaneceu no Rio durante uma brevíssima escala do navio em que viajava. Apesar do escasso tempo de permanência do navio no porto, um simples acontecimento – a queda na água do seu chapéu – motivou a composição de um soneto em que, poetizando a ocorrência, alude-se ao Rio: “Mi sombrero español de ocho reflejos/ cayóse al mar, en rauda remolida:/ lo arrastró el hervoroso torbellino,/ y dando tumbos se perdió a lo lejos./ Miro a Río de Janeiro en lontananza/ como el anuncio de algo milagroso/ y me acerco a su puerto portentoso/ luchando entre el temor y la esperanza./ Y al mirar el magnífico portento/ de naves, cumbres, bosques, firmamento/ y grandiosa y viril naturaleza,/ comprendo con un pasmo verdadero/ que el mismo Dios me arrebató el sombrero/ y descubrió de asombro mi cabeza”. Do labor de tradutor realizado por Salvador Rueda, Pinto do Carmo só menciona um poema traduzido, que seria um soneto de Sílvio Júlio incluído por Rueda no seu livro *Cantando por ambos mundos*.

⁴⁰⁹ O poeta e dramaturgo parnasiano e simbolista Francisco Villaespesa (1877-1936) esteve no Brasil no final de um longo périplo pela América do Sul. Foi hóspede de honra do presidente Washington Luís; de Octavio Mangabeira recebeu o encargo de que traduzisse ao espanhol a obra de todos os poetas brasileiros. Foi contemplada uma *Biblioteca Brasileña* de oitenta volumes. A doença, entretanto, impediu-lhe completar esse labor, havendo-se só publicado três volumes. Conservou-se, no entanto, uma média de três poemas traduzidos de cada um de duzentos e cinquenta e sete poetas brasileiros. Dos volumes publicados, o primeiro, dedicado a Castro Alves, intitulou-se *El navío negrero y otros poemas*; o segundo tomo continha versos de Ronald de Carvalho e intitulava-se *Toda la América* e o terceiro estava dedicado a Olavo Bilac. Embora se tenham conservado essas traduções, a maior parte do conteúdo do arquivo de Villaespesa, com as obras e com os projetos de obras que compusera durante a sua estadia no Brasil, extraviou-se na sua viagem transatlântica de regresso a Espanha. Em 22.09.1977, nas celebrações do centenário de Villaespesa, o embaixador do Brasil na Espanha, Sérgio Armando Frazão, solicitou à Secretária do Estado a autorização para participar em uma co-edição de uma antologia traduzida da poesia brasileira em que seriam incluídos cem poetas brasileiros representados por, no máximo, duas poesias traduzidas por Villaespesa 640-23 (B46) (F4). Federico Mendizábal, o organizador, e o autor do prólogo e das notas, dos dois volumes de *Poesías Completas*, publicados em Madri pela Aguilar em 1954, refere-se como se segue à doença de Villaespesa no Rio: “El Gobierno del Brasil encomienda, en los días postreros, a Villaespesa la traducción al castellano de todos los poetas brasileños. Mas, debido al exceso de trabajo y a la tensión de todas sus fibras, constante y enorme, cae Francisco Villaespesa, mortalmente herido por un fulminante ataque de hemiplejia, la mañana del 14 de mayo de 1931. Dicha hemiplejia le invade la mitad inferior del cuerpo (Notificado el Gobierno por un cablegrama de nuestro embajador en el Brasil, determinó subvencionar el viaje de repatriación del poeta, y tan pronto como su estado lo pudo permitir, embarcó Villaespesa en el vapor Argentina, con rumbo a sus cielos latinos...). Vuelve a España, que le recibe traído por su Gobierno, señalándole una pensión vitalicia, rindiéndole públicos honores... [...] Y la Prensa del Brasil, en agosto de 1929, dice: La nación brasileña, en Francisco Villaespesa, no hace más que presentar al mayor poeta lírico de España. Villaespesa es un hombre de que España se enorgullece” (Villaespesa, 1954: LIV, CLII). Sobre os trabalhos de tradução realizados pelo poeta durante a estadia no Rio, Mendizábal (Villaespesa, 1954: CXCI-II) aponta os seguintes dados: “Nuestro excelso poeta concibió para ello la confección de una formidable antología, con notas biográficas previas de cada poeta, y entregóse por entero a la ingente labor. Tres tomos vieron la luz bajo el título de Biblioteca brasileña, que fueron editados en Madrid por Alejandro Pueyo (1930), siendo éstos: *Sonetos y poemas*, de Olavo Bilac; *El navío negrero y otros poemas*, de Castro Alves, y *Toda la América*, de Ronald de Carvalho. Y este libro marca la fecha dramática, fatal, en que Villaespesa sufre aquel ataque de hemiplejía que le abate fulminante. Tuvo que internarse a sometimiento clínico en el Sanatorio de San Sebastián, bajo la dirección del

ambos salienta que: “Permanecendo entre nós por algum tempo na mais fraternal camaradagem, dedicaram-se com amor e afeição à tarefa de traduzirem a lira nacional que, por essa forma, alcançaria maior público no mundo de língua castelhana” (Pinto do Carmo, 1959: 54). Além de mencionar o livro de poemas traduzidos, organizado por Álvaro de Las Casas sob os auspícios da Academia Brasileira de Letras, intitulado *Sonetos brasileños*, refere-se a dois livros desse exilado: *Na labareda dos trópicos* e *O romantismo na poesia portuguesa*, o primeiro um livro de viagens e o segundo um ensaio⁴¹⁰. Além disso, Pinto do

doctor Magalher, y esta situación produce un corte violento, de hachazo brutal, en la vida del hombre y en la obra del poeta. Las traducciones, aun terminadas, quedan sin publicar, en cuartillas que amarillean con la pátina de un oro viejo y pálido, como un tesoro escondido de los desnudos emperadores primitivos. [...] Veréis que Villaespesa, como una gema preciosa, quiso incrustar en los joyeles bizantinos de sus versos la palabra saudade, por ejemplo, y la palabra luar, familiarizadas con su sentido poético”. O poeta intitulou, de fato, “saudades” um poema seu em espanhol: “Imposible a mí viniste/ e imposible te marchaste./ dejándome solamente/ como un perfume en el aire/ que se fue y aun se respira.../ ¡Pobre corazón, ya sabes/ lo que es tener de por vida/ saudades de una saudade!” (Villaespesa, 1954: 1049). A palavra “luar” está inserida na primeira estrofe do poema Plenilunio: “¡Sigo evocando en el luar de estío/ algo que pudo ser..., y no fue mío!.../ Un nombre, sin querer, el labio nombra” (Villaespesa, 1954: 1116). Villaespesa foi também o autor do extenso prefácio [32 páginas], datado no Rio em março de 1930, do poema árabe do imigrante sírio-libanês Fauzi Maluf intitulado *No tapete do vento*, cuja versão portuguesa, de Venturelli Sobrinho, foi publicada no Rio de Janeiro pela Thomas & Paus Limitada em 1931. Além disso, Villaespesa compôs alguns poemas ambientados no Brasil ou contendo motivos brasileiros. Um deles é Guanabara, um soneto de extrema – hiperbólica – admiração por essa baía, publicado por primeira vez fazendo parte do livro *Manos vacías*, de 1935: “Si, como a Cristo, Lucifer un día/ me quisiera tentar, y me llevara/ al fin del Corcovado, y me mostrara/ desde allá, con su mano, la bahía/ eternamente azul de Guanabara/ y esta ciudad de ensueño y de poesía,/ y por ellas mi alma reclamara,/ mi alma, risueño, a Lucifer daría./ Bien vale el goce de esta Edén eterno/ el martirio infinito del Infierno.../ No un alma, cien mil almas que tuviera/ por ella a Lucifer le ofrecería.../ Y, sin embargo, esta ciudad daría/ porque tu labio, Amor, me sonriera” (Villaespesa, 1954: 917). Um outro é o soneto intitulado Corcovado, que integra a série Galeones de Indias – Tierras, cielos y mares: “¡Panorama tan bello como éste/ no vio, ni en sueños, la pupila humana!/ ¡De la Tijuca la esmeralda agreste,/ y los jardines de Copacabana!.../ ¡De cielo y mar, la inmensidad celeste;/ y la ciudad, mostrando a la mañana,/ rasgando al sol la plateada veste,/ su desnudez morena de sultana!/ Pronto, lejos de ti... ¡con qué tristeza/ Recordaré, tu nombre, Corcovado,/ Porque fue pedestal de su belleza!/ ¡Esa belleza que cegó mis ojos,/ y por siempre, en tu nombre, me ha dejado/ como en una oración, puesto de hinojos!” (Villaespesa, 1954: 1.115). Outros poemas relacionados com o Brasil são Cafetal paolista (Villaespesa, 1954: 1.133), Brasil-Uruguay (Villaespesa, 1954: 1.084), En una postal (Villaespesa, 1954: 1.078) e La partida (Villaespesa, 1954: 1.587). Além disso, Villaespesa compusera, mais de uma década antes de partir para o Brasil, um poema dedicado os imigrantes galegos de América. Intitulou-se Galicia e fez parte do livro *Los conquistadores y otros poemas* (1918-1919). O primeiro canto desse poema começa assim: “¡Nobles y pecheros, clérigos, seglares,/ dejando sus chozas, pazos y abadías,/ el espumante clamor de sus mares/ y el maravilloso verdor de sus rías;/ la paz de sus montes, la luz de sus cielos,/ la tumba en que duermen los viejos abuelos,/ la cruz de la ermita, la novia y la hermana,/ la esposa y los hijos y la madre anciana,/ seducidos por tanta aventura,/ ansiosos de glorias y hambrientos de oro,/ descolgando la antigua armadura/ que en la sala empolvada yacía,/ partieron un día,/ buscando un tesoro,/ para la lejana/ tierra americana/ que tras de los mares su edén ofrecía...!/ Trocaron en flores los yermos de abrojos;/ Bajo sus constancias agua dio la roca.../ ¡Mas siempre tuvieron, en su vida loca,/ la visión de Galicia en los ojos/ y el cantar de su patria en la boca!/ ¡Y en las rumorosas tardes tropicales/ aprendieron los dulces turpiales,/ el río y la vega,/ y la brisa y la ruda montaña,/ a llorar con la gaita gallega/ las divinas saudades de España!” (Villaespesa, 1954: 658-659).

⁴¹⁰ Desconhecemos a que estudo de Álvaro de Las Casas com o título *O romantismo na poesia portuguesa* se refere Pinto do Carmo. Ele (1960: 55) afirmara que “Conhecendo bem o português, pois traduzira antes

Carmo menciona a antologia traduzida *Tres poetas del Brasil* – Bandeira, Drummond, Schmidt, de Leônidas Sobrino Porto, Pilar Vázquez Cuesta⁴¹¹ e Vicente Sobrino Porto

Almeida Garrett, António Nobre, Teixeira de Pascoaes, terminou por realizar um estudo – *O romantismo na poesia portuguesa*”. Não obtivemos dados ao respeito; no entanto, na “Bibliografia de Álvaro de Las Casas” contida na edição a cargo de María Cuquejo Enríquez (Las Casas, 2004: 78) do livro de poemas de Álvaro de Las Casas *Sulco e Vento*, consta que, em 1924, a Unión Iberoamericana publicara uma palestra que Álvaro de Las Casas ministrara em Madri sob o título “El romanticismo en la poesía portuguesa”. Do livro *Sonetos brasileños*, Pinto do Carmo menciona que teve duas edições, a primeira, em 1938, no Rio, pela Academia Brasileira de Letras, com prefácio de Cláudio de Sousa, havendo-se publicado a segunda, em 1939, em Santiago de Chile. De *Na labareda dos trópicos* Pinto do Carmo faz a seguinte resenha: “É a narrativa fiel de sua movimentada viagem ao norte brasileiro. Embora fosse o livro de prosa, a sua alma poética não se ocultou obrigando-o a fazer três poesias: uma em louvor ao cearense e duas outras em homenagem às cidades de Campina Grande, na Paraíba, e Olinda, em Pernambuco”.

⁴¹¹ Pilar Vázquez Cuesta, junto aos brasileiros Leônidas e Vicente Sobrino Porto, é a responsável pela tradução e o prólogo da obra *Tres poetas del Brasil* (Bandeira – Drummond – Schmidt). Essa obra foi publicada em 1950, em Madri, sem indicação de editora, na Estaees Artes Gráficas. Trata-se da primeira tradução ao espanhol de poemas desses autores publicada na Espanha. De cada um dos autores, foram escolhidos, ao arbítrio dos tradutores, vinte poesias (De Bandeira: Irene en el cielo, Evocación de Recife, Momento en un café, Sacha y el poeta, El martillo, Nocturno en la calle de la Lapa, El cactus, El Mayor, Belem do Pará, Debussy, Globitos, Poética, Los niños carboneros, El último poema, Yo me voy para Pasárgada, Mozart en el cielo, Canción del viento y de mi vida, Última canción del callejón, Tema y vueltas, Yo vi una rosa; de Drummond: Infancia, Confidencia del Itabirano, Iglesia, Poema del periódico, Ciudad cualquiera, Linterna mágica (Bello Horizonte, Sabará, Caeté, Itabira, San Juan del Rey, Nueva Friburgo, Río de Janeiro, Bahía), Cuadrilla, Familia, El superviviente, Consuelo en la playa, Mundo grande, Recuerdo del mundo antiguo, Cogidos de la mano, Los hombres soportan el mundo, Castidad, Niño llorando en la noche, Los muertos de levita, Explicación, Desaparición de Luisa Porto, Sentimiento del mundo; de Schmidt: Retrato del desconocido, Alguien está durmiendo en un camino, Poema, Elegía, Apocalipsis, Recuerdo de un amigo muerto, La muerte de la india, Soneto, Los príncipes, Poema, Elegía, Tristeza desconocida, ¿Cuándo...?, El regreso del hijo pródigo, Poema (Te acercará a la ventana sin ningún pensamiento), Poema (Alégrate porque no puedes quedar ante la muerte), El gran momento, Soneto, Voz, Poema del pescador. No prólogo (Vázquez, 1950: 7-8), assinado em Madri aos 31 de janeiro de 1950, justifica-se a escolha desses autores por eles serem “los más representativos de la lírica contemporánea de su país”. Por sua vez, a publicação dos poemas é justificada pelos tradutores assinalando estes que, com ela, se “Espera así tornar un poco conocida algo de la poesía brasileña de hoy”. Os tradutores consideram em 1950 que “La poesía moderna ha descubierto el Brasil. La poesía moderna del Brasil ha descubierto el mundo. El Brasil moderno ha descubierto la poesía. Estas tres ideas pueden sintetizar lo que representan Manuel Bandeira, Drummond de Andrade y Federico Schmidt dentro del actual panorama poético brasileño”. É claro que essa sequência de premissas só pode ter um comunicado pertinente e revelador para leitores espanhóis, pois, considerando a Semana de Arte Moderna de 1922, constituiria, para leitores brasileiros, umas asseverações anacrônicas, quando não pueris ou ofensivas. Bandeira publicara, no Rio, as suas *Poesias escolhidas*, pela Civilização Brasileira, em 1937, Drummond reunia em 1942, em *Poesias*, publicado pela José Olympio, *Alguma Poesia*, *Brejo das Almas* e *Sentimento do Mundo* e a Companhia Editora Nacional publicara em 1934 o *Canto da Noite* de Schmidt em 1934. Trata-se de produtos com sucesso de leitores e crítica; isto é, os três poetas escolhidos pelos tradutores eram já autores canonizados no Brasil cujo mérito não consistia em fazer com que a poesia no Brasil descobrisse a modernidade, e vice-versa, senão na sua contribuição ao desenvolvimento da modernidade já incorporada, havia mais de uma década, às letras do país. Os tradutores elaboraram breves resenhas muito genéricas e ambíguas acerca da poética de cada um dos poetas que traduziram. Da obra de Bandeira comentam: “A través de Bandeira, que canta ciudades y mares, avenidas y callejones, puentes, campanas, estrellas, rosas, cactus, borricos, sapos y trenes, el Brasil se nos muestra en su realidad externa. La espontaneidad, lirismo, sensualidad, melancolía y humorismo humanísimo del poeta que habla de hombres, mujeres y niños, de Nietzsche, Mozart, Santa Rita, Teresita de Jesús, Nuestra Señora de la Buena Muerte, de santos, monjas, ángeles, suicidas y prostitutas, logra darnos el retrato del alma brasileña”. Sobre Drummond expõem: “En Drummond, partiendo del hogar provinciano, del pueblecito perdido en el interior del país, el horizonte se

(1950) e alguns dos trabalhos de divulgação da literatura brasileira publicados por Braulio Sánchez-Saez⁴¹². Acrescenta aos autores desses trabalhos, os autores daqueles cujo labor se

ensancha paulatinamente hasta que el Brasil, por boca del poeta, encuentre el mundo, sus angustiosos problemas sociales, culturales y económicos, y se asocie al ansia universal de mayor felicidad, armonía e igualdad entre los hombres y naciones. La poesía se llena de sentimiento del mundo, convertidos ya en sustancia lírica la perplejidad ante el egoísmo y la cobardía, el amargor ante la injusticia y la opresión y, superándolo todo, la admirable e invencible esperanza *de que un día amanecerá*". A respeito da produção de Schmidt fazem a seguinte apreciação: "En Schmidt, el amor, la nostalgia y la ilusión pueblan la poesía. Hay siempre muerte, jardines y sombras, pájaros, mares y astros en sus versos. La música, el perfume y el color prestan al mundo de evocación y ensueño un realismo maravilloso de irrealidad". Dos três autores, os tradutores traçam resenhas breves biográficas e indicam a sua produção. No final de *Tres poetas del Brasil* (Vázquez, 1950: 97-98) foram incluídas umas "Notas" com termos traduzidos que, de todas as formas, os tradutores acharam que era preciso ainda esclarecer. Estes são: *chicote quemado, politonaban, Capiberibe-capiberibe, sertón, caboclos, midubim, biribá, bacurí, sapotí, exú, senzala, pie de moleque, bandeirantes, sabará-buzu, aleijadinho, mulas sin cabeza, emboabas, tayoba, soneto*. Dois anos antes, Osvaldo Orico publicara em Madri *Poetas del Brasil* (Orico, 1948), na coleção Cuadernos de Literatura do Instituto Miguel de Cervantes. Trata-se de uma antologia bastante extensa (214 p.), com uma introdução sobre a história da literatura brasileira e resenhas sobre a obra de cada um dos poetas selecionados. Contém uma ampla mostra de poemas; parte de Gonçalves Dias e encerra-se em Abgar Renault. Ainda no início da década de 1950, Pilar Vázquez Cuesta foi a tradutora da obra de Vianna Moog intitulada *Bandeirantes e pioneiros [Bandeirantes y pioneros (paralelo entre dos culturas)]*. Consultamos a que cremos que é a segunda edição dessa tradução, publicada em 1965 pela Ediciones Cultura Hispánica.

⁴¹² Braulio Sánchez-Sáez nasceu em Gor (provincia de Granada) em 1892. De criança, entre 1908 e 1910 residiu no Brasil, aonde emigraram seus pais. Seguiram para a Argentina, em cuja capital ele se formou como professor secundarista, e iniciou a sua carreira como jornalista e escritor. Em 1939 assentou-se em São Paulo-SP. Entre 1940 e 1942, na Universidade de São Paulo, exerceu a cátedra de língua espanhola e literatura espanhola, havendo sido o primeiro docente efetivado nesse cargo. Posteriormente lecionou na Universidade Católica de São Paulo e na Universidade de Campinas-SP. Pinto do Carmo (1960: 56) não se refere à produção bibliográfica de Sánchez-Sáez no Brasil, mas faz o seguinte comentário sobre os trabalhos que publicara na Argentina: "Na capital portenha travou conhecimento com a nossa literatura publicando: *Las Nuevas Corrientes de la literatura brasileña* (1925-33) [Em Buenos Aires, *Caras y Caretas*]; *Escritores del Brasil* (1926[1928]-30) [Em Buenos Aires, *Criterio*]; *La literatura brasileña en la República Argentina* [La literatura brasileña, comentada por escritores argentinos] ('Revista do Brasil' S. Paulo, 1922); *Rui Barbosa* (sep. rev. 'Orto', Valência, 1933) [separata da revista *Orto*, Valencia (Espanha), 1928]; *Viento del Brasil y Otros Poemas* (Ed. Cervantes, Barcelona, 1928); *Tres redentores de la esclavitud* (Ed. Min. Instrucción Pública, Madrid [1935]) e *Vieja y Nueva Literatura del Brasil* (3 ediciones, 'Ercilla', Santiago de Chile, 1935, 36 e 38). Além disso realizou versões de trabalhos de vários escritores nossos inclusive Monteiro Lobato, Graça Aranha (*Canaã*, 1935), Tasso da Silveira e Luis da Câmara Cascudo". Além dessas publicações, localizamos uma dezena de artigos de Braulio Sánchez-Sáez relacionados com a cultura brasileira publicados nas décadas de 1920 e 1930 em periódicos hispano-americanos e brasileiros, mas não nos foi possível a sua consulta. Consultamos, no entanto, a sua nota explicativa do romance *Frente 313*, de Mario García-Guillén (1969). Além disso, localizamos um livro de poemas de Sánchez-Sáez publicado em espanhol em São Paulo, pela coleção "Cuadernos Continentes", com o título *Suplemento Pasivo – poemas –* (1937-1941). Esse livro, de 1956, inaugurou a mencionada coleção, cujo propósito era assim anunciado na contracapa: "Estos cuadernos tratan de dar a los lectores de lengua española, un pequeño mundo de las letras hispánicas, con el fin de que sean divulgadas algunas manifestaciones de la cultura, dentro de las muy diversas expresiones del espíritu, que anima sus letras. Nada se promete, apenas expresar realidades o sentimientos, que no es poca cosa". Uma outra obra de Sánchez-Sáez que consultamos é *Dor e glória de Cervantes*. Foi publicada em 1967 e consiste na tradução ao português da biobibliografia de Cervantes que lançara Sánchez-Sáez em 1940 desde a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (Sánchez-Sáez, 1967). A biobibliografia é precedida por uma Nota Explicativa formada por uns apontamentos que Edgard Cavalheiro fizera sobre Sánchez-Sáez no seu livro, de 1941, *Plásticos Amigos, Artes-Rio-Platenses Contemporâneos*. Edgard Cavalheiro louva o labor desenvolvido por Sánchez-Sáez como divulgador da cultura brasileira e menciona, dando-lhe a sua aprovação,

enfocou não à divulgação da literatura brasileira no Brasil senão à divulgação desta no próprio Brasil. Assim, menciona a Carmen Dolores Barbosa, mecenas e criadora de um prêmio literário com o seu próprio nome⁴¹³, e ao exilado catalão Manuel Segalá, ele mesmo poeta e, simultaneamente, editor. Segundo Pinto do Carmo (1959: 57), Segalá coordenou a coleção Moldoror, da Livraria Civilização Brasileira, confeccionou, na sua prensa manual, trabalhos de Cecília Meireles, Geir Campos, Aníbal Machado, Machado de Assis e Manuel Bandeira e fez circular a revista de poesia *A Sereia*.

Bráulio Sánchez-Sáez inaugurou a coleção Biblioteca Universitária Anchieta, da Editora Anchieta Limitada publicando em 1942, na cidade de São Paulo, a obra *Cultura Hispano-Americana* que levava como subtítulo, em língua espanhola, “Forma y expresión de Cultura Hispánica” e tinha prólogo de Tasso da Silveira. A obra é um conjunto de pequenos ensaios sobre a literatura espanhola e de biobiografias de escritores espanhóis e hispano-americanos. No total são 33 capítulos; cronologicamente, parte-se das cantigas de

o curso sobre Cervantes que ministrara Sánchez-Sáez na Faculdade de Direito da USP, a partir do qual se gerou a obra inicialmente publicada em 1940. Além disso, Cavalheiro avalia, do ceticismo, os projetos que até o momento foram executados com vistas à aproximação entre o Brasil e os países hispânicos: “Confesso, com toda a franqueza, não acreditar muito na maioria desses cavalheiros, fomentadores de intercâmbios intelectuais. Em geral, o que eles desejam são belas viagens, livros de graça e “outras cositas más”, nem sempre confessáveis. Claro que haverá exceção e é precisamente sobre uma que tratarei neste comentário. Antes, porém, não serão descabidos alguns ligeiros reparos em torno de um tema interessante como esse da aproximação entre “nações amigas”, ou “nações irmãs”, como dizem os comunicados, que volta e meia surgem por aí, anunciando a criação de um novo centro, sociedade, clube ou que outro nome tenha. É indiscutível que o intercâmbio intelectual entre países vizinhos representa necessidade vital na vida dos povos, sobretudo entre povos com tantos interesses paralelos, com tantas afinidades históricas, morais, espirituais, etc. Não deixa mesmo de ser um lugar comum muito feio estar repetindo coisas tão sabidas. Mas não deixa, também, de ser uma corriqueira verdade a verificação de que pouco se conseguiu fazer de positivo nessa onda de boa intenção, constantemente à tona. O assunto é muito vasto e complexo para ser abordado em poucas linhas. Infelizmente, a realidade é esta: por intermédio de grupos, o intercâmbio entre países ainda não passou em planos gerais, de belo sonho de alguns idealistas. Curioso, no entanto, é o fato de que, se, coletivamente, pouco se fez, individualmente não têm faltado uns poucos senhores, cuja soma de serviços prestados a um melhor conhecimento da nossa gente e da nossa cultura é, na verdade, extraordinária. Não quero relacionar nomes, para evitar injustas omissões. Prefiro centralizar estas linhas num único, talvez um dos mais antigos ou mais constantes, e que maior soma de serviços terá prestado. Aquele que há longos anos não tem feito outra coisa senão falar do Brasil, dos seus escritores, da terra e da gente, que já considera parte integrante do seu ser. Refiro-me, como todos devem ter percebido, a Bráulio Sánchez-Sáez, que ainda há pouco tempo nos brindou com um curso sobre Cervantes, curso ora reunido num volume muito bem apresentado e que circula por aí sob os auspícios da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, da qual, ele fez parte, como professor de Língua e Literatura Castelhanas e Hispano-americana” (Sánchez-Sáez, 1967: 5-6).

⁴¹³ Do prêmio Carmen Dolores Barbosa, Pinto do Carmo (1960: 57) informa do seguinte: “Em 1953, criou a distinta senhora, para incentivar o ambiente literário, o prêmio que lhe tomou o nome. Naquele ano a láurea coube a José Lins do rego (*Cangaceiros*); em 1954, a Cornélio Pena (*Menina Morta*); em 1955, a Orígenes Lessa (*Rua do Sol*); em 1956, a Guimarães Rosa (*Grande sertão – Veredas*); em 1957, a Antonio Olavo Pereira (*Marcoré*) e em 1958, a Jorge Amado (*Gabriela, cravo e canela*)”.

amor e chega-se à obra de García Lorca, embora a maior parte das críticas referiram-se a produtores do séc. XIX. No final da obra o autor inseriu uma bibliografia de uns 460 títulos com vistas ao auxílio de quem estivesse interessado em se informar sobre a cultura espanhola⁴¹⁴. São escassos, no entanto, os comentários às relações ou aos intercâmbios culturais entre o Brasil e os territórios hispano-falantes. Sánchez-Sáez dedica dois parágrafos à fortuna crítica da comédia lopesca *El Brasil Restituído*, salientando o estudo crítico intitulado *Lope de Vega* publicado em 1935 pelo hispanista brasileiro Ivan Monteiro de Barros Lins e menciona, sem o qualificar, o estudo *Calderón de la Barca*, de Teixeira de Souza – “generoso e sincero enamorado de nossa cultura” –, publicado no Rio em 1936 pela Igreja Positivista do Brasil. No capítulo Educar e Informar, Sánchez-Sáez combina uma breve dissertação sobre os métodos, e as conseqüentes polêmicas, para o ensino da cultura literária com uma lamentação sobre a ínfima divulgação e conhecimento, tanto na Espanha quanto no estrangeiro, da “literatura clássica espanhola”. Por um lado, o autor afirma que tem exortado os escritores e professores de origem peninsular a serem mais sinceros nos seus livros e cátedras, mais claros nas suas conceituações, mas abertos aos estudos comparativos com outras culturas e menos secos e autoritários no magistério. Por outro lado, o autor acredita que o escasso conhecimento da cultura espanhola no exterior é acompanhado de deliberada parcialidade entre alguns estudiosos espanhóis da literatura e alguns hispanistas devido à seleção tendenciosa e interesseira de autores, obras e movimentos estéticos. No tocante ao Brasil, Sánchez-Sáez, embora ache que o hispanismo ainda estava, na década de 1930, em uma fase inicial de desenvolvimento, considera que os poucos trabalhos publicados merecem o seu elogio:

poderíamos citar o “Manuel José Quintana” de Latino Coelho, já divulgado na península por Federico de Onis e, também, os admiráveis e profundos estudos do sábio humanista Fidelino de Figueiredo, que reafirmam e sintetizam um estado de cultura, do qual não nos podemos afastar. Convem. Além disso, lembrar o “Romancero del Cid” do douto Miguel Lemos, obra essa, obra essa que foi incorporada à Biblioteca Positivista e na qual o autor justifica o desejo de fortalecer o intercâmbio cultural ibero-americano.

⁴¹⁴ Eis a justificativa dada para a inserção da bibliografia: “O autor julgou conveniente juntar a esta obra, uma ampla secção de Bibliografia Espanhola, para que os leitores do Brasil, em vista das deficiências de documentação literária, possam consultar com facilidade, os elementos indispensáveis para o estudo da cultura peninsular” (Sánchez-Sáez, 1942: 237).

Sob tal aspecto, não podemos esquecer os trabalhos de Sílvio Júlio, nitidamente americanista, como o de Saul de Navarro e José Pérez, em seus estudos sobre Cervantes e “Don Quixote de la Mancha” (Sánchez-Sáez, 1942: 43-44).

Na exposição que Sánchez-Sáez faz acerca da sua visão quanto à produção dos hispanistas brasileiros sobre a literatura em língua espanhola percebe-se a precariedade em que se encontravam esses estudos na década de 1930. Todavia, o próprio Sánchez-Sáez não repara, ou simplesmente obvia, alguns autores e algumas obras da literatura em língua espanhola que tiveram considerável repercussão no Brasil. Assim, ao tratar de Villaespesa ignora a sua estadia no Rio de Janeiro, os seus poemas brasileiros e os seus trabalhos de tradução; o mesmo acontece ao se referir a Juan Valera, do qual não menciona os anos que passara no Rio nem os elementos repertoriais brasileiros de *Gênio y figura*, embora cite esse título. Frisa, contudo, o “grande número de admiradores” que teve a obra de Blasco Ibáñez no Brasil e dedica um capítulo – A supervivência de García Lorca – a sublinhar a pertinência dos estudos de Edgard Cavalheiro, de Euryalo Cannabrava e de Diego Pires de Campos sobre García Lorca, sobre quem ele pontifica: “O que o poeta se propôs foi dar universalidade à sua terra e sua raça, mas com a realização cabal de um mundo novo, em imagens e forma. E isso ele conseguiu de maneira perfeita” (Sánchez-Sáez, 1942: 236).

No capítulo Pintores e Expositores – Um mestre da arquitetura, Pinto do Carmo faz uma relação de artistas plásticos naturais da Espanha que residiram no Brasil produzindo, no Brasil, parte da sua obra⁴¹⁵. Nessa relação acrescenta um arquiteto, o sevilhano Adolfo

⁴¹⁵ Mais de duas décadas depois do estudo publicado por Pinto do Carmo, José Roberto Teixeira Leite (1996) propôs-se desenvolver uma pesquisa com a mesma finalidade, isto é, sopesar a projeção da obra de arquitetos, engenheiros e artistas plásticos espanhóis residentes no Brasil. Teixeira Leite lamentava-se da falta de uma bibliografia ao respeito, pois manifestou que ele só conhecia o trabalho pioneiro de Aracy Amaral sobre *A Hispanidade em São Paulo*, publicado em 1981. De fato, ele parece desconhecer a investigação de Pinto do Carmo. Na introdução do seu livro *Pintores espanhóis no Brasil*, Teixeira Leite (1996: 5) expressa que “Na verdade, ainda está por ser escrito o livro onde se estude a presença ou influência da arquitetura e da arte espanholas no Brasil, e se faça inteira justiça ao elevado número de arquitetos, escultores, pintores e artífices espanhóis que, desde o Século do Descobrimento aos nossos dias, atravessaram o Atlântico ou as Tordesilhas para, com seu trabalho e talento, virem contribuir para a maior riqueza da arte brasileira”. Ele, no entanto, não faz uma análise geral sobre essa “presença ou influência”. Embora na introdução do livro faça um breve histórico dessa “presença ou influência”, mencionando alguns dos padres espanhóis que atuaram no Brasil, durante a União Ibérica, como pintores, escultores, engenheiros ou arquitetos, as biobibliografias contidas no livro referem-se a pintores dos séculos XIX e XX e só destaca, como arquitetos do período por ele recortado, Adolfo Morales de los Ríos, “autor, entre tantos outros, do projeto da Escola Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro, de meados do século”, e Carlos Moya, “arquiteto que participou da Semana de 1922 em São Paulo”. A introdução que ele faz no seu livro tem duas páginas que sobretudo funcionam como justificativa do produto, que contou com o “apóio cultural” de *Columbia, sistema integrado de logística*, de *Ifer Estamparia e ferramentaria LTDA* “fundada no Brasil, na cidade de São Paulo, em fevereiro de 1962, pelo imigrante espanhol, das Astúrias, Ceferino Fernandez Garcia”, o *Grupo Cabanelas* “fundado no Brasil pelo

Morales de los Rios y Garcia de Pimentel, “um mestre e inspirador de várias gerações, um renomado técnico”. Todavia, ele (Pinto do Carmo, 1959: 67) matiza que “Não se afirma seja acentuada, nas artes plásticas, a influência espanhola. Não é exagero apontar-se, entretanto, a contribuição de Espanha nesse setor da nossa cultura”. Embora mencione o influxo espanhol na decoração de templos na época colonial, a relação parte do valenciano Miguel Navarro y Canyzares [sic], chegado a Salvador-BA em fevereiro de 1876 e, cronologicamente, encerra-se com as menções ao sevilhano Juan Cabezas e Sastre, chegado ao Brasil em 1951, com oito anos, junto a seus pais. Apesar de ter qualificado de relevante a atuação dos pintores espanhóis assentados no Brasil e de qualificar como considerável a coleção de telas de pintores canonizados da Espanha repartida em pinacotecas públicas e coleções particulares, Pinto do Carmo (1959: 75-76) questiona a influência da pintura espanhola na pintura brasileira:

É de salientar-se, igualmente, que os nossos artistas sempre manifestaram grande admiração pelos espanhóis, carinho esse que se tem traduzido por forma vária, inclusive, pelo estudo dos trabalhos dos expoentes da pintura castelhana. Eliseu Visconti, Candido Portinari e Manuel Santiago, três dos nossos guias na pintura, dão-nos significativa prova disso.

Visconti, após ter viajado e conhecido várias escolas européias, deteve-se particularmente em Madri, no Museu do Prado, para executar cópias que figuraram em suas exposições: *Rendição de Breda*, *As Meninas*, *Infante Carlos* e *Mariana de Austria*, todos trabalhos de Velásquez.

Portinari declarou que o seu maior desejo era ter pintado toda a obra de Goya, colorista sem igual.

Santiago, detentor de vários prêmios nacionais, conhecedor dos luminares da pintura e infenso a cópias, fez somente uma: *Cabeça de Felipe IV*, de Velazquez.

imigrante espanhol Juan Cabanelas Muinos”, da *Associação de Empresários Espanhóis no Brasil* e do *Consulado Geral da Espanha em São Paulo*. O livro em si compõe-se das biobibliografias ilustradas de vinte artistas plásticos espanhóis que se estabeleceram no Brasil, metade deles catalães. Foram apresentados estudos biobibliográficos de dois galegos, o compostelão Modesto Brocos e o viguês Domingos Garcia y Vasquez. Ao igual que Pinto do Carmo, Teixeira Leite remonta-se cronologicamente a Miguel Navarro y Cañizares e de todos os artistas plásticos que ele analisou salienta tanto o benefício que eles proporcionaram ao residirem no Brasil, desenvolvendo no Brasil a sua obra – “aqui produzindo, formando discípulos e enriquecendo nosso ambiente cultural” (Leite, 1996: 5-6) –, quanto a repercussão neles e na sua produção da experiência brasileira que os imbuiu; “deparando-se na terra de adoção – e tantas vezes de exílio – com novos cenários e expostos a novos estímulos ou desafios, também se enrijeceram e cresceram enquanto homens e enquanto artistas” (Leite, 1996:). Teixeira Leite não explicita como escolheu os vinte artistas estudados no seu livro (Miguel Navarro y Cañizares. Modesto Brocos, Domingos Garcia y Vasquez, Agustín e Pablo Salinas, Luiz Graner y Arrufí, Francisco Puig Colom, Santa Olalla, Miguel Capplonch, Pedro Antonio, Francesc Domingo, Timoteo Perez Rubio, Isabel Pons, Angel Carretero, Pedro Tort, Fernando Odriozola, Joan Ponç, José Zaragoza, Francesc Petit e Julio Plaza). Ele informa tão só que o critério de seleção dos vinte artistas foi o de confeccionar uma obra publicável e digerível. De todas as formas, ele acrescenta ao estudo dos vinte artistas selecionados um levantamento de artistas espanhóis que atuaram no Brasil em que se dão os nomes 42 artistas plásticos.

Considerando-se tais fatos, não se querendo admitir a hipótese de influência, não se pode esconder, pelo menos, além de boa cooperação inicial, animadora complementação com a vinda de artistas espanhóis que aqui se radicaram, expõem e dão lustre aos meios plásticos.

Na relação de pintores elaborada por Pinto do Carmo à que aludimos estão incluídos os galegos Modesto Brocos (1852-1936) e Domingos Garcia y Vasquez (1859-1912)⁴¹⁶. De ambos traça um perfil biográfico e comenta a sua obra. Do primeiro, traça, além do mais, o seguinte apontamento:

Leitor insaciável de tudo quanto se relacionasse com a sua profissão, publicou: *A questão do ensino de Belas Artes* (Rio de Janeiro, 1915) e *Retórica dos pintores* (Tip. Ind. do Livro, Rio, 1933). Em 1952, realizou-se, no Museu de Belas Artes uma exposição retrospectiva de seus trabalhos, mostra que foi muito bem recebida. No Catálogo da mesma o pintor Reis Júnior e a senhora Regina M. Leal (conservadora do Museu), traçaram o perfil do homem e do artista. Mais outra vez lembrou-se ter sido ele um dos mais completos realizadores de águasfortes que até hoje possuímos, como, também, a facilidade com que, pintando costumes e cenas regionais, se identificara com as nossas coisas, fixando-as com maestria (Pinto do Carmo, 1959: 70).

Além de se referir à imprensa dos imigrantes espanhóis, Pinto do Carmo dedica um capítulo específico – Notas sobre a imigração – à presença de espanhóis no Brasil. Remonta-a à esquadra de Cabral, pois nela participou o físico “castelhano” João Farras, autor de um dos relatórios lavrados durante o tempo em que essa esquadra esteve fundeada na costa nordestina. Pinto do Carmo (1959: 93) lamenta, e considera que é uma ingratidão, que o relatório do mestre João tenha sido pouco valorizado. Citando um artigo publicado por Mucio João no *Jornal do Brasil* no Rio considera que o físico “terá direito a ser considerado o poeta do Cruzeiro do Sul, o poeta da constelação que ele viu, que ele amou, que ele descreveu, antes que qualquer outro”. Sem se referir a nenhum indivíduo em concreto, o autor alude também à participação de espanhóis no curso no litoral brasileiro, e à presença no Brasil, no período colonial, de um variado grupo formado por “náufragos, desertores, imigrantes, catequistas, desbravadores e administradores”, alguns deles chegados de acaso e outros diretamente recrutados⁴¹⁷. Pinto do Carmo (1959: 99) não

⁴¹⁶ Junto às biobibliografias de Brocos e Garcia y Vasquez, constam as de Juan Planellas y Rodriguez, Francisco Garcia Santos Ollala, Antonio Fernandez y Gomez, Francisco Pingdomoneck “Colon”, Mariano Barabassan Lagueruela [Mariano Barbazán de Laguernela], Luis Graner e Francisco Pons Arnau.

⁴¹⁷ Detém-se, Pinto do Carmo (1960: 94-97), em tripulantes espanhóis que, por naufrágio, exploração ou deserção, radicaram-se no litoral brasileiro ao longo dos séculos XVI e XVII. Assim, menciona, entre três dezenas de nomes de espanhóis que permaneceram no Brasil, a Pedro Galego, estabelecido no cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco; a tripulantes naufragos de uma nau, da frota de Juan Diaz de Solis, que arribara no porto de Patos, na ilha de Santa Catarina, e a desertores, refugiados nessa ilha, do galeão São Gabriel,

define o que ele entende por imigrante, mas acredita, que desde a descoberta, houve imigrantes espanhóis no litoral brasileiro, isto é, povoadores naturais da Espanha dedicados à agropecuária:

Outro veio que indica ter sido a imigração castelhana, mesmo do séc. XVI, espalhada em toda a colônia são as relações de sesmeiros. Aludindo aos que, em Sergipe foram aquinhoados, o historiador Felte Bezerra cita: Gaspar Meirens, Domingos Villachn, Francisco Roiz e Ambrósio Garder.

Na apreciação da imigração espanhola no Brasil, Pinto do Carmo não desenvolve nenhum aspecto concreto desse fenômeno, limitando-se a apontar traços gerais. Assim, menciona que “é muito provável” que os galegos sejam o grupo maior entre os espanhóis no Rio, São Paulo – o estado preferido entre os imigrantes – e Bahia, que os espanhóis dedicaram-se às mais diversas profissões e que, entre os seus descendentes, houve nomes ilustres, “inclusive nas atividades culturais”. Além disso, indica que foi 1913 o ano de maior entrada de espanhóis (41.064) e que, no último censo – o de 1950 – os espanhóis residentes no Brasil somavam 131.608, havendo sido o recenseamento de 1920 o que, na história do Brasil, assinalou a quantidade maior de espanhóis residentes no país (219.142). Essa apreciação encerra-se com a apresentação de um parecer conclusivo acerca das conseqüências da presença do imigrante espanhol no Brasil: “Amigo do Brasil, leal e dedicado companheiro dos que procuram pelo trabalho engrandecer o País que escolheram para desenvolverem a sua capacidade comercial, industrial, agrícola ou artística, o espanhol tem proporcionado ajuda das mais relevantes” (Pinto do Carmo, 1959: 99).

zarpado da Corunha, comandado por Rodrigo de Acuña; as expedições de reconhecimento da costa de Santa Catarina chefiadas por Alvar Nuñez Cabeza de Vaca e Juan Salazar y Espinoza; ao espanhol Francisco Romeyro, povoador de Ilhéus; a Diogo de Zorrilla, alcaide do mar da Bahia; ao sevilhano Bartolomeu Bueno de Ribera, povoador de São Paulo, e faz uma valorização geral sobre a contribuição desses espanhóis à colonização: “Naquelas duas centúrias a colaboração castelhana foi apreciável, em todos os sentidos. Particularmente integrando-se entre bandeirantes e sertanistas, auxiliou eficazmente nossa expansão territorial, o feito por excelência resultante daqueles empreendimentos. Se o fez, como os reinós e naturais, movido pelos lucros da preá e de tesouros minerais que não alcançaram, em nada isso diminui a ajuda considerável na obra de colonização advinda de tais empreitadas, visto não ter sido pequena a descendência que nos legaram, troncos de tradicionais famílias brasileiras” (Pinto do Carmo, 1960: 96). J. P. Leite Cordeiro (1946), do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, três anos após haver publicado no *Jornal de Comércio*, aos 10 de outubro de 1943, uma matéria intitulada O “Castelhano” e os seus ilustres descendentes em Piratininga, lançou uma versão revista e ampliada sobre o mesmo personagem, Baltasar de Godói, de codinome “o castelhano”, natural de Albuquerque (Badajoz), chegado a São Paulo na década de 1590, e casado com Paula Moreira, de tradicional família paulista, de cuja união nasceram seis filhos, todos eles, junto ao pai, importantes agentes da administração e da defesa das terras do Piratininga, a partir de onde penetraram no sertão mediante bandeiras. O livro *O “castelhano” e seus ilustres descendentes em Piratininga* apresenta-se como uma nobiliarquia de uma família quinhentista paulista – os Godói – em que se ensalza a sua contribuição à estruturação e desenvolvimento da Capitania.

Pinto do Carmo não elabora uma conclusão acerca dos detalhados apontamentos que fez sobre as contribuições espanholas nos diversos âmbitos do campo da cultura no Brasil. Nesse sentido, o único corolário possível acerca da participação de espanhóis na produção cultural no Brasil, das influências, temáticas e formais, das artes e das letras espanholas nas brasileiras e, finalmente, da consolidação do gosto por motivos da cultura espanhola em alguns círculos de consumidores brasileiros é que essas transmissões aconteceram. O pesquisador demonstrou que a cultura espanhola e a identidade dos espanhóis inseriram-se como elementos repertoriais na estrutura da cultura do Brasil e que, no país, houve espanhóis, imigrantes ou não, que agiram e produziram como agentes da cultura.

O n. 35 da revista *Cultura*: a conformação oficial de um repertório cultural hispano-brasileiro

Além de pelos discursos do Presidente do Brasil e de D. Juan Carlos, a revista *Cultura* é composta por catorze matérias encomendadas a distinguidos intelectuais brasileiros e espanhóis; todas elas estão publicadas em português. A primeira é um poema de Luis Rosales intitulado A carta inteira. Nele um morto reflexiona repassa a sua vida e conclui que não deve haver limites espaciais para o desenvolvimento do ser humano. Logo são publicados cinco dos poemas andaluzes de João Cabral de Melo Neto (Pequeno museu andaluz; A luz de Sevilha; J. C. M. N. por J. C. M. N.; Antonio Mairena, cantador de flamenco; À Andaluzia). Em terceiro lugar, consta o artigo Assimilação e originalidade na escultura missioneira, de Armino Trevisan. Nele, analisa-se a arte nativa de Sete Povos da época das reduções jesuíticas, indicando-se que nela se observa a transculturação indígena dos padrões europeus. O seguinte artigo intitula-se O mundo do flamenco, no qual o autor, Fernando Quiñones descreve essa música e essa dança. A seguir, Ubiratan Macedo expõe, em Ortega y Gasset e a cultura brasileira, como se produziu a chegada do raciovitalismo ao Brasil e quais foram as conseqüências. Em A cooperação da Espanha com a Ibero-América, José María Álvarez Romero refere-se às atuações do Centro Ibero-Americano de Cooperação, fundado em 1977, e justifica-as, para o qual narra o histórico do Instituto de Cultura Hispânica, do qual aquele era sucessor. Na sétima matéria [Cervantes. Daumier. Portinari. Drummond.], Álvaro Cotrim interpreta a obra de Cervantes e refere-se

à recepção desta no Brasil. Em *Um outro iberismo*, Vamireh Chacon propugna a unidade latino-americana e manifesta a sua esperança de que a Espanha e Portugal sirvam de intermediadores de Ibero-América perante Europa. Maria de Lourdes Borges Ribeiro refere-se, em *Influência espanhola no folclore brasileiro*, aos elementos espanhóis arraigados nas manifestações da cultura popular brasileira. A pintura espanhola no Museu del Prado é um breve guia elaborado por Alfonso E. Pérez Sánchez. Celso Cunha, no artigo *D. Ramón Menéndez Pidal e a escola lingüística espanhola*, faz uma homenagem ao filólogo espanhol. A décimo segunda matéria é assinada por Gilberto Freyre. Intitula-se *Um escritor brasileiro recorda seus contactos com a Espanha* e nela Freyre refere-se, por um lado, aos intelectuais espanhóis que conheceu na Europa e nos Estados Unidos e, por outro, às suas experiências na Espanha como visitante e palestrante. Menciona também a importância que tiveram os livros estrangeiros traduzidos ao espanhol, pois, na sua experiência docente, as edições espanholas facilitaram bastante os estudos dos universitários desconhecedores de línguas estrangeiras. Na penúltima matéria, *O espanhol e a universidade brasileira*, Bella Jozef refere-se, primeiro, ao repertório cultural ibérico da época colonial e, logo, ao surgimento e ao desenvolvimento do hispanismo no Brasil. Dicamor Moraes encerra a *Cultura* com um artigo sobre a União Ibérica intitulado *O Brasil sob o domínio espanhol*.

Observa-se que para os autores que se referiram aos elementos da cultura espanhola assumidos no repertório brasileiro esses elementos eram consequência, ora da interculturação, ou da influência direta espanhola, durante a época colonial, ora dos contatos pessoais estabelecidos entre intelectuais brasileiros e espanhóis que permitiram estabelecer as bases do hispanismo. Só Bella Jozef mencionou um espanhol imigrante no Rio, embora não o qualificasse como tal, quem teria contribuído à difusão da cultura espanhola e hispano-americana na capital brasileira. Ele é Samuel Núñez López, o fundador, em 1908, da carioca *Librería Española*.

El español en Rio de Janeiro

As matérias da revista integram três seções não especificadas. Há, por um lado, um conjunto de textos sobre as entidades criadas na circunscrição consular do Rio pelos imigrantes espanhóis ou por funcionários a serviço ou do governo da Espanha ou de

instituições espanholas. Entre as entidades organizadas pelos imigrantes predominam os clubes destinados à socialização e ao lazer. Elas são recolhidas nos artigos *La Casa de España de Río de Janeiro: un poco de su historia* (por Antonio Maceiras Cela, presidente), *Club Español de Niterói: Assim nascemos* (por Abel Martínez Domínguez, presidente), *Comunidad española de Teresópolis* (por Tomás Carnero Valverde, presidente), e *Espanoles en Nova Friburgo* (por Vicente Quintá Alfaya, presidente). Junto a elas estão as três entidades dedicadas à assistência, por sua vez tratadas em respectivos artigos. Estes são *Sociedad Española de Beneficencia-Hospital Español* (por Juan Alvite, vice-presidente), *Comunidad Hispánica de Asistencia Social [CHAS]* (por Regina Jallas) e *Sociedad Recreo de los Ancianos para Asilo de la Vejez Desamparada* (por Antonio Fernández Domínguez, presidente). Neste último homenageia-se a Manuel Barreiro Cavanelas, o imigrante galego que fundara a sociedade. Há artigos sobre as duas entidades dependentes do governo espanhol, ambas de caráter educativo. Eles são *Instituto Brasileiro de Cultura Hispânica* (por Ricardo Frazão, diretor-secretário geral) e *Centro Cultural Brasil-España de Belo Horizonte: una oferta nueva en Minas Gerais* (por Marisa Estela Sanabria Tejera, diretora del Centro Cultural Brasil-España de Belo Horizonte). Dois textos referem-se à obra dos religiosos espanhóis no Rio; são *Las religiosas españolas en la Archidiócesis de Río de Janeiro* (pela Madre María Antonia Azcune, vigária episcopal para as religiosas) e *El colegio de San Agustín de Río de Janeiro* (por Juan Manuel Pérez Melcón). Por último há artigos sobre duas organizações gremiais relativas à Espanha: *A Associação de Professores de Español* (por Helena Ferreira, UFRJ) e *Empresarios españoles en Río* (por Juan José María Lago).

Por outro lado, há artigos sobre temas relacionados com a presença espanhola no Rio e sobre as atividades desenvolvidas nessa cidade ou por espanhóis nela residentes ou por sujeitos a serviço do governo espanhol. Os artigos assinalados são estes: *La emigración española a Río de Janeiro* (por Antonio Casas Díaz, Jefe de la Oficina Laboral de Río de Janeiro), *El idioma español en Río de Janeiro* (por Juan Manuel Oliver), *Danza Española en Río* (por Mabel Martín, Directora de la Escuela Española de Danza/ Casa de España), *La emigración española en Minas Gerais* (por Francisco Javier Leza Bourman, cônsul honorario em Belo Horizonte). Junto a eles há duas matérias em homenagem a religiosos espanhóis: *Un jesuita español apóstol de Brasil – José de Anchieta* (pelo P. Félix González

Fierro S.J., diretor do Colégio Santo Inácio) e *Un testimonio vivo de la presencia de España* [uma homenagem ao jesuíta asturiano Agustín Castejón, professor da PUC-RIO] (por Jaurés García Fernández, professor da PUC e presidente do Consejo de Residentes Españoles). Junto a esses textos figura uma reflexão sobre a questão agrária no Brasil, relacionando a sua problemática com a descoberta de América. Intitula-se *Hijos de Dios: la pastoral de la tierra* (por Rafael Núñez del Pozo, diretor dessa pastoral). A respeito das atividades mencionadas compuseram-se os seguintes textos: *España y la RIO'92* (por Carlos Población, Oficial de Chancillería del Consulado General de España en RJ) e *Ciclo de vídeos sobre las regiones españolas* (por Eduardo Chiodi, Coordinador del Ciclo).

Só há uma matéria que não tem uma relação direta com as acima mencionadas. Intitula-se *España: uma visão brasileira*. É assinada por Antonio Sergio Barreto (doutorando COPPEAD/ UFRJ), quem, em sete páginas, resume a história da Espanha, desde o séc. VIII a. C. até o ano 1992. Nela não se menciona o Brasil.

Foi assinalado acima que Nélida Piñon (“Escritora, miembro de la ABL”), na matéria intitulada *España en mi vida*, compôs a única narração de *El español en Río de Janeiro* em que o tema é a relação pessoal do autor com a Espanha. Nessa narração Nélida Piñon refere-se a como se produziu, durante a infância, a sua imbricação com a terra de seu pai espanhol, na qual ela chegou a viver dois anos. Ela expressa que, logo de se afazer à Espanha, foi-lhe possível, mediante a imaginação, viver emotivamente em todas as Espanhas dos períodos que mais lhe atraíam⁴¹⁸.

⁴¹⁸ Transcrevemos o final dele: “Chovia quando desembarcamos em Vigo. Era janeiro com sua pesada melancolia. Tudo que aquela menina de dez anos sabia daquele país resumia-se a uma terra chamada Galícia. Povoada de lendas, de seres inquietos, peregrinos, falavam-me em uma língua rispida, na aparência, que eu mal entendia, até surpreender nas lágrimas dos olhos familiares a primeira doçura daquela cultura. Naqueles dois anos Espanha cresceu no meu imaginário. E levada pela tentação de desvendar tal território mágico, participava de suas cerimônias, algumas secretas, outras exageradas. Pareciam condenados a viver as mil vidas herdadas de seus ancestrais. Mas de onde lhes vinham tal paixão e a mirada perpassada de remorsos, queixumes, contida melancolia? Como se navegando entre o desperdício e a escassez, fosse penoso administrar a realidade oriunda de todas as culturas que acudiram á península. Eu soçobrava ante o enigma e a agonia de uma Espanha que me cercava de histórias e medos. Cada espanhol surgia-me como um narrador propenso a dilapidar o tesouro das suas causas comuns. Ajudava-me a desequilibrar a narrativa que prescindia do sonho e da audácia. Naquelas terras havia que ousar como Cervantes, com seu bastão do ridículo. Havia, como Teresa, que enfrentar a Deus. Aquela intrépida Cepeda que fez das muralhas de Ávila, sua cidade, símbolo de liberdade. Esta santa que junto a outros exaltados místicos, só compreendia o espetáculo humano quando entregue ao sonho de fundar terras imaginárias nas próprias terras dos homens. Para esta raça, pois, era mister reforçar os alicerces das palavras engendradas pelo imaginário, ainda que sob a custódia de Deus. [...] Meu amor por Espanha permitiu-me percorrer os itinerários da imaginação. Amparada por tal fantasia, travestia-me de um goliardo do século XIII. Um libertino poeta que tomado pelo ardor dos despossuídos, e à cata de aventura e da estrada, exercia a liberdade de exaltar as delícias do amor e censurar, impiedosamente,

As matérias que integram *El español en Río de Janeiro* mostram que, no início da década de 1990, o Consulado Geral de Espanha tinha autoridade e meios para convocar e articular *ad hoc* os representantes das entidades espanholas assistenciais da sua circunscrição. Contudo, o fato de a coordenação entre elas ter que partir de um elemento exógeno, *a priori*, a elas patenteia que essas entidades, por si e para si, não criaram estáveis relações sistêmicas, o qual é um indício que permite ponderar que a presença associativa da Espanha no Rio não era uma presença estruturada.

IV. 4. 6. Os estudos sobre os imigrantes galegos do Rio de Janeiro

Em comparação com as investigações realizadas sobre os imigrantes galegos do Estado de São Paulo, são quantitativa e qualitativamente menos relevantes, além de mais recentes, os estudos sobre os imigrantes galegos do Rio de Janeiro. A historiadora Lucia Maria Paschoal Guimarães é autora de três estudos pioneiros: Breves reflexões sobre o problema da imigração urbana – O caso dos espanhóis no Rio de Janeiro (1880-1914) (Guimarães, 1999), Sonhos galegos: os espanhóis no Brasil (Guimarães, 2000a) e Caminhos convergentes: de uma rua chamada Brasil ao próprio Brasil (Guimarães, 2000b), em que analisa os problemas para a adaptação e as estratégias para o sucesso econômico de imigrantes galegos no Rio. Em 2004, Beatriz Gradaílle Martínez publicou *Um mar no meio: a(s) identidade(s) construída(s) no discurso de imigrantes galegos no Rio de Janeiro*, um estudo realizado a partir de entrevistas realizadas a idosos imigrantes galegos alojados na Sociedad Recreo de los Ancianos para Asilo de la Vejez Desamparada. Em 2006 publicaram-se dois estudos, um na Galiza e outro no Brasil. O primeiro é o livro *O outro Río. A emigración galega a Río de Xaneiro* fruto da tese de doutorado em história de Érica

as instituições sociais da época. Outras vezes, contudo, preocupada com a alma e com o tédio do cotidiano, tornava-me uma peregrina. Com cajado e a concha no pescoço, percorria o caminho jacobino, até vencer o Pórtico da Glória, de Mestre Mateus, para abraçar o santo assentado como rei em Santiago de Compostela. Sob o impulso da representação, porém, avançava nos anos, ia viver na Madrid dos Áustrias. Frequentava, então, emocionada, o século XVII onde o fracasso, a desilusão, a insensatez política predominavam como matéria e fermento indispensáveis para fazer vicejar neste *siglo de oro* os gênios de Quevedo, Góngora, Tirso de Molina, Lope de Vega, Cervantes, estes nos seus últimos anos. E como se tanto engenho não bastasse, o humano como que ganhava nova versão graças à pintura de Zurbarán, Murillo, Alonso Cano, e Velázquez, o maior dos pintores, e o irretocável narrador de toda uma sociedade. Tudo em meio a uma Espanha que assaltada pela luxúria e pelo misticismo, jogava ao mesmo tempo com Deus e com os dados. Cada qual, porém, inventando a aventura de viver a mentira, o malogro, a magnificência, os assombros humanos. Foram sempre tantas Espanhas e tantas as épocas para vivê-las. Cada Espanha, contudo, tornando-se para mim uma emergência verbal diante da qual a emoção empobrecia as palavras com que desenhar um universo atado à invenção, ao sonho, à liberdade de pensar” (*El español en Río de Janeiro*, 1993: 43-44).

Sarmiento da Silva (Silva, 2006b). O segundo é um conjunto de entrevistas a imigrantes galegos de Niterói; intitula-se *Memória: Imigração espanhola em Niterói* (Gomes, 2006). Além desses estudos, há dois romances cujos protagonistas são imigrantes galegos do Rio: *A república dos sonhos* (1984), de Nélida Piñon⁴¹⁹ e *Los números del elefante*, de Jorge Díaz (2009).

Em nenhum dos estudos mencionados se menciona a existência de um grupo galeguista entre os imigrantes galegos no Rio e não se coloca a produção cultural como um veículo para a promoção desses trabalhadores perante a sociedade carioca. Esses estudos referem-se aos embates que padeceram os galegos para compatibilizar a preservação da sua idiossincrasia e uma conveniente aculturação que lhes facilitasse o sucesso profissional. A mágoa que sentia Victor Balboa pela ausência de um grupo de galegos no Rio com sensibilidade e militância galeguista é, assim, quase uma exclusividade distintiva dele.

IV. 4. 7. A aculturação dos galegos no Estado do Rio de Janeiro

A estruturação associativa dos imigrantes galegos conseguida nas três primeiras décadas do séc. XX descompôs-se durante o Estado Novo, em parte devido às medidas tomadas pelo governo brasileiro em relação ao funcionamento das sociedades dos trabalhadores estrangeiros, em parte devido às dissensões na colônia, motivadas por conflitos em torno à orientação do regionalismo galego e pela divisão gerada durante a Guerra Civil. Na década de 1930 já não circulava na capital federal nenhum periódico dos imigrantes espanhóis e o Centro Galego foi fechado, mantendo-se o Hospital Espanhol como a única entidade, gerenciada pelos imigrantes galegos, destinada à beneficência de toda a colônia, sendo, esta, logo esta reforçada com a fundação da Sociedad Recreo de los Ancianos. Ao igual que acontecera na cidade de São Paulo, a interrupção da migração nas décadas de 1930 e 1940 causou a distância geracional entre os imigrantes assentados na capital federal e as massas chegadas nos anos 50. A concentração dos novos imigrantes na mesma área profissional terciária – os serviços – e a conseqüente hegemonia no controle de alguns âmbitos dessa área – sobretudo da hotelaria – fizeram, no entanto, com que os galegos continuassem sendo facilmente reconhecíveis pelos cidadãos cariocas.

⁴¹⁹ A produção de Nélida Piñon foi estudada por M. Carmen Villarino Pardo (1999) na sua tese de doutorado intitulada *Aproximação à obra de Nélida Piñon – A República dos sonhos*.

Pinto do Carmo detalhou a presença cultural espanhola no Brasil, e salientou, especialmente, as manifestações no Rio de Janeiro dessa cultura, tanto das realizadas pelos espanhóis residentes e das arraigadas na sociedade brasileira, quanto das expressadas, na forma de elementos repertoriais, por autores brasileiros na sua produção. Contudo, nem Pinto do Carmo, apesar da sua erudição sobre o tema, se denominou hispanista, nem escolheu o termo *hispanismo* para reunir os estudos brasileiros sobre a cultura espanhola ou, *lato sensu*, sobre as projeções desta na produção acadêmica ou cultural brasileira. De fato, o hispanismo só se alicerçou no Rio, assim como na cidade de São Paulo, a partir da década de 1950, com o aumento das cátedras de língua espanhola e de literaturas em língua espanhola e com o labor realizado pelo Instituto de Cultura Hispânica.

Observa-se, na atualidade, que, junto aos trabalhos dos hispanistas, consolidaram-se, no Rio de Janeiro, os estudos galegos. A Galiza converteu-se em alvo de pesquisa no âmbito das humanidades das três principais universidades públicas cariocas – UERJ, UFF e UFRJ –; sendo assim, a imigração galega no Rio passou a ser mais um objeto de estudo nessas investigações. Não há um vocábulo que sirva para englobar os estudos galegos em que se empenham os estrangeiros, do tipo *hispanismo* ou *lusitanismo*. Assim, os trabalhos, com tal alvo, realizados por acadêmicos brasileiros na UERJ e na UFF, denominam-se de “estudos galegos”. A principal coordenadora desses trabalhos tem sido a medievalista Maria do Amparo Tavares Maleval⁴²⁰. Ela soube estruturar um âmbito em que cabem e colaboram os seus pares docentes que fazem pesquisas relativas aos “estudos galegos”, os seus orientandos, os leitores de língua galega no Rio e os poetas imigrantes galegos residentes no Estado do Rio de Janeiro. Para o desenvolvimento desse labor, ela tem submetido à apreciação da *Xunta* da Galiza os projetos de investigação que ela coordena ou nos quais ela intervém, havendo, estes, recebido o apoio econômico dessa *Xunta*. Essa pareceria possibilitou a publicação através da editora da UFF, entre 1996 e 2007, de cinco números da revista *Estudos Galegos*. Além disso, ela coordena a parte brasileira do Projeto de Cooperação Internacional entre a UERJ e a Universidade da Corunha, iniciado em 2003, sobre “O processo de emergência lingüística e literária na Galiza e no Brasil”, o qual permitiu que, em 2009, fosse publicado no Rio, pela EdUERJ, o periódico *Estudos galego-*

⁴²⁰ O *curriculum vitae* da Prof. Maria do Amparo Tavares Maleval está disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/9976056269310975>>. Acesso em: 25 jul. 2009.

brasileiros 3: Língua, literatura, identidade. Nas “Palavras de Pórtico” do livro de poemas do galego residente no Rio, Domingo González Cruz, intitulado *Poesia peregrina – (Coletânea) Em galego e português* (Cruz, 2005), Maleval resume, como se segue, a parceria que fortalece o desenvolvimento dos “estudos galegos” no Estado do Rio de Janeiro:

Ater-me-ei, para finalizar essas “palavras de pórtico”, a louvar a preocupação da Xunta de Galicia com os galegos da diáspora e com o fomento de atividades que divulguem a cultura galega. No âmbito desses anseios foi criado o Núcleo de Estudos Galegos da Universidade Federal Fluminense (NUEG) em 1994; e em 1996 o Programa de Estudos Galegos da UERJ (PROEG), que têm como objetivos primordiais desenvolver e estimular atividades relativas ao ensino e à pesquisa relacionadas com a língua, a literatura e a cultura galegas em geral, bem como promover o intercâmbio cultural com a Galiza. O governo galego prontamente respondeu às expectativas desse Programa, possibilitando a manutenção de um Leitorado, com professor galego mantido às suas expensas, que ministra cursos de língua e literatura galegas integrantes da rede curricular do Curso de Letras da UERJ. Além disso, patrocina atividades, na UFF e na UERJ, como a que ora se apresenta – a publicação da poesia de um galego-carioca, ou de um carioca-galego, que maneja como poucos a língua falada no Brasil, e que é uma mostra da produtiva simbiose das culturas em interação (Cruz, 2005 10-11).

Do mesmo modo que acima mencionamos em relação aos galegos residentes no Estado de São Paulo, não temos fundamentos a partir dos quais sentenciar que os milhares de imigrantes galegos assentados na, outrora, capital federal, e nos outros municípios do Estado do Rio de Janeiro, alteraram as suas idiossincrasias, como consequência desse seu deslocamento da Galiza, e abasileiraram-se. Porém comprovamos que a sua incipiente organização em associações frustrou-se na década de 1930, de tal forma que na década de 1990 só o Consulado Geral de Espanha demonstrou ter a autoridade necessária para convocar as autárquicas sociedades integradas por imigrantes galegos que, então, funcionavam nesse estado da União. O desejo de Balboa de que se estruturassem grupos galeguistas no Brasil não foi satisfeito no Rio de Janeiro. Surgiram, no entanto, os “estudos galegos” em que se tem analisado como se produziu a integração dos imigrantes da Galiza no meio social carioca.

IV. 5. O galeguismo nos estados de Minas Gerais, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro

A presença de José Velo na cidade de São Paulo e de Víctor M. Balboa na cidade do Rio de Janeiro não nos permite enunciar que não houvesse galeguistas residindo no Brasil, mas faz que questionemos a relevância do galeguismo nos estados observados. Desconhecemos se Velo soube, durante a sua estada na Venezuela, das atuações de Balboa no Rio de Janeiro, mas os documentos de que dispomos e que comentamos não revelam que Velo mantivesse contatos com galegos residentes no Brasil antes do seu aportamento no Recife. Assim, com a exceção desses dois sujeitos, percebe-se que nem se instalaram nem surgiram no país lideranças galeguistas. No caso de Velo, podemos inclusive duvidar que ele, logo do seu conhecimento da estruturação e dos perfis dos galegos residentes na cidade de São Paulo, tivesse pretendido ser reconhecido como liderança por esses imigrantes. A distância mantida entre eles e Velo converteu o comandante do DRIL em um galeguista isolado, mais confiante na oportunidade das suas ações entre os intelectuais brasileiros e entre os anti-salazaristas portugueses residentes em São Paulo do que entre os galegos.

Na cidade de Salvador reparamos que nela não se articulou nenhum grupo galeguista. O escritor Nelson de Araújo, na novela *Vida Vida, paixão e morte republicana de Don Ramón Fernández y Fernández* fez questão de ressaltar, a través da sofrida sobrevivência do protagonista – o anti-herói Ramón Fernández – entre os seus patrícios, que o meio social dos imigrantes galegos soteropolitanos não propiciava a realização de empresas alicerçadas na ilustração, nem o compromisso com quaisquer projetos políticos que supusessem a oposição ao *statu quo* das autoridades que ocupavam a administração pública no Brasil e na Espanha. Nesse sentido, o único galego republicano e socialista na cidade de Salvador até a década de 1970 é um personagem de ficção. Na capital mineira, entre os imigrantes nela residentes, só Manuel Diz Ramos tem uma produção – poemas, discursos e romances – cujo repertório esteja formado por elementos temáticos e formais galegos (o uso da língua galega, as referências à história da Galiza, as vivências do autor na Terra de Montes a imigração galega no Brasil). Mas, nem o Grêmio Espanhol, que ele dirigiu, nem ele mesmo, marcaram-se como missões o engajamento e o proselitismo galeguista. O único clube espanhol em Belo Horizonte – o Grêmio Espanhol – caracterizou-se por se dedicar unicamente à promoção da socialização e do lazer entre os seus sócios desde a sua fundação em fevereiro de 1911.

A adaptação à sua posição e às suas funções de trabalhadores estrangeiros no Brasil, fez com que os imigrantes galegos nos estados de Minas Gerais, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro não fixassem a produção de cultura galega como um dos seus objetivos. Assim se tratando, eles também não se mobilizaram em prol da causa galeguista. Detivemo-nos acima na atuação do, oficialmente, único asilado político galego nesses estados, Pepe velo. A seguir, apresentamos o estudo do *corpus* composto, em relação ao Brasil, por cinco galegos não-imigrantes e intelectuais que residiram no país – Manuel Bernárdez, José Casais Santaló, Álvaro de Las Casas, Xosé María García Rodríguez e José Luis Casas –, dos quais, um deles, Álvaro de Las Casas, militara no galeguismo. No último capítulo desta tese, visamos observar como a sua posição de não-imigrantes afetou à sua produção cultural no Brasil com o intuito de saber qual foi o espaço que eles lhe deram no seu repertório à cultura galega.

V. OS GALEGOS NÃO-IMIGRANTES NO BRASIL

V. 1. Manuel Bernárdez: um filho de imigrantes galegos no Uruguai deslocado ao Brasil como jornalista

Poder-se-ia considerar o itinerário publicado em 1908 por Manuel Bernárdez (1868-1942) em Buenos Aires, com o título *El Brasil, su vida, su trabajo, su futuro*⁴²¹, como a primeira narração de um galego, com disposição de turista, sobre um passeio por alguns estados do Brasil. Haveria, no entanto, argumentos contrários que opor à classificação de Bernárdez tanto como galego quanto como turista. Por um lado, Bernárdez, embora nascesse em Vilagarcia de Arousa, aos seis anos de idade levaram-no os seus pais consigo ao emigrarem ao Uruguai. Lá eles assentaram-se em Arapey; Manuel Bernárdez, ao alcançar a maioria de idade, naturalizou-se uruguaio. Por outro lado, embora, em algumas das suas viagens pelo Brasil, Bernárdez se tenha posicionado como turista e tenha explicitado que alguns dos seus comentários estavam destinados a turistas potenciais, a causa de ele se deslocar até o Brasil não fora, em si, o desfrute de uma experiência particular turística senão a elaboração profissional de reportagens sobre o país como enviado do periódico portenho *El Diario*, do qual ele era editor⁴²².

De fato, Bernárdez afirma que a maior parte do livro estava formada pela recopilação das matérias que, sobre os estados do Rio, São Paulo e Minas Gerais, ele enviara a *El Diario*. Com posterioridade ao périplo que geraria *El Brasil, su vida, su trabajo, su futuro*, Bernárdez retornou ao Brasil, mas desta vez, em 1910, para assumir a vaga de cônsul do Uruguai, permanecendo no Brasil durante doze anos⁴²³.

⁴²¹ No mesmo ano – 1908 –, pela mesma editora portenha – a Ortega y Radaelli –, Manuel Bernárdez publicou a tradução francesa do seu produto, com o título *Le Brésil, sa vie, son travail, son avenir; itinéraire de journaliste*.

⁴²² No ano seguinte – 1909 – à publicação de *El Brasil, su vida, su trabajo, su futuro*, Bernárdez publicou, no Rio de Janeiro, pela Imprensa Nacional, através do Ministério da Viação do Brasil, o livro *A criação [creação] de gado no Brasil. Quatro artigos e uma conferência*. Logo, em 1913, a Secretaria da Agricultura de São Paulo, publicou-lhe *A pecuária brasileira* e, no ano seguinte, pelo Club Fomento de Paysandú foi lançada a obra *Paysandú-Manaos (Problemas del intercambio uruguayo-brasileiro)*.

⁴²³ Fruto dessa estadia como cônsul uruguaio, Manuel Bernárdez publicou, em 1918, no Rio de Janeiro, pela editora Leite Ribeiro, a obra em dois volumes intitulada *O gigante deitado (notas e actos de doze anos de vida no Brasil)*. *O gigante deitado* é uma miscelânea em que se reúnem os temas abordados por Bernárdez em palestras e em matérias jornalísticas durante o seu período brasileiro. O autor declara que a missão geral da sua atividade consular consistira em tentar favorecer a aproximação entre as “altas culturas” rio-platenses e brasileira, com vistas a assegurar um convívio marcado pela paz e o trabalho conjunto. A maior parte do segundo volume trata de problemas agropecuários. Porém, os assuntos do primeiro volume são mais variados.

A narração de Bernárdez parte da sua justificativa da viagem. O autor, a partir dessa justificativa, frisa que ao ser mudada a inicial perspectiva sobre os alvos, mudaram os objetivos do périplo. Na introdução intitulada *El Brasil y el Plata* (Notas de un fin de viaje, para un principio de libro), Bernández assinala que a sua viagem destinada à observação da situação moral e material do Brasil, e da sua política geoestratégica, com vistas a averiguar se cobrava força uma predisposição militarista e imperialista em relação aos países vizinhos, converteu-se em uma viagem despreocupada de apreciações de sinais de ameaça bélica. Ampliando-se, pois, essa perspectiva, o autor marcou-se o intuito de observar a identidade do país e o estágio do seu progresso. Assim o declara:

Se decía que aquel país cambiaba rumbos en sus viejas orientaciones de cordialidad continental, armándose con pruritos imperialistas, lo cual, decía también que importaba especialmente a la República Argentina. Esto creaba la actualidad periodística del Brasil, y aconsejaba a los diarios el estudio de sus recursos y sus medios, de sus conflictos y armonías internos y del pensamiento dominante en sus hombres consulares, para exprimir del conjunto la verdad resultante.

[...] El estudio realizado, según se verá en estas páginas, debió cambiar desde las primeras indagaciones su índole presunta. Iba a ver posibilidades de guerra, y hallé un pueblo de paz, preocupado intensamente, como los nuestros del Plata, en la preparación de su destino, moviéndose por dinamismos de pensamiento y artes de trabajo. El tema bélico se caía de las manos; y en cambio, otro tema de no menos entidad se imponía: el tema del Brasil mismo, el tema de aquel gran país, para nosotros poco menos que ignorado, de aquella fuerza en potencia que inicia desmesurados desdoblamientos, procediendo con arreglo a un ritmo que revela la intensidad de sus medios mentales y que es fácil de destacar con la simple observación de la obra realizada por cada presidencia de las seis que han manejado la nación desde el nacimiento de la República (Bernández, 1908: V-VI).

O sossego que provoca em Bernárdez a descoberta da política fronteiriça harmoniosa do Brasil republicano e a sua descoberta de uma sociedade coesa e promissora fazem com que ele passe do receio à admiração até o ponto de propor aspectos da estruturação social brasileira como um modelo referencial para os países do Cone Sul. A

Um capítulo – O coração do Brasil – foi dedicado à descrição do Estado de Minas Gerais. Ele divide-se nas seções *A terra imensa*, *Minas Gerais no Atlas do Brasil*, *Panorama de Minas Gerais*, e *A Metrópole do Brasil Central*. No capítulo *Conceitos & Sugestões* há dois textos do nosso interesse. Um deles intitula-se *São Martinho*. Nele destaca a felicidade que se percebe nas fazendas do café em que trabalham os imigrantes italianos. Frisa que esses empreendimentos, além de serem muito rentáveis, permitem aos imigrantes alcançar o sucesso profissional e a ascensão social. O outro se intitula *O turismo na América do Sul*. Nele expressa que as autoridades brasileiras e uruguaias deveriam fomentar o eixo Rio de Janeiro-Montevidéu como destino turístico no continente. O Rio seria a capital do turismo de inverno e, Montevidéu, a capital do turismo de verão. Ele salienta que esse eixo, além de beneficiar economicamente ao Brasil e ao Uruguai, estreitaria os vínculos entre as nações e geraria simpatia entre os cidadãos de ambos os países.

obra de Bernárdez adquire, assim, uma função propagandística. O autor chega, inclusive, a criticar a política e a circunstância socioeconômica rio-platenses por não se aproximarem à ideal orientação para o desenvolvimento que ele reconheceria no Brasil. Bernárdez salienta a continuidade como característica das administrações estatais brasileiras as quais, na visão dele, foram capazes de manter as mesmas práticas políticas para atingir os grandes objetivos nacionais. Nesse sentido, ele interpreta o fenômeno imigratório no Brasil como a consequência de uma calculada política estatal que, previamente, conseguira ordenar o país, consolidar o civilismo na administração republicana e sanear as finanças para, logo, levar adiante o povoamento com mão-de-obra européia sem que, com a pluralidade étnica, se debilitasse a coesão nacional. Essa situação é avaliada por Bernárdez como se segue:

Detrás de Rodrigues Alves [mandato 1902-1906], que tuvo un tacto genial para elegir sus colaboradores, quedaba una obra enorme concluyéndose en sus líneas fundamentales, netamente concretada en esta síntesis: preparar el Brasil para que abriese sus puertas al trabajo europeo, mostrando que estaba listo para recibirlo en salud y acogerlo con serias perspectivas de prosperidad, ubicándolo a millones en su territorio, rico, variado, inmenso. Así fue dejado el Brasil por el gran Presidente Rodríguez Alves. Y el Presidente actual [Afonso Pena, mandato 1906-1909], consciente de esto y del deber que le incumbía llenar, no perdió un día en ponerse a la tarea, siguiendo el vasto programa nacional. Recibía el territorio ya en aptitud de ser poblado sin riesgo y con provecho por todas las razas útiles de la tierra. ; en consecuencia, él formuló, desde que llegó al gobierno, e hizo sancionar, una ley de “población del suelo”, en cuyo amplio articulado, inspirado en el espíritu liberal de los nuevos tiempos, están previstos todos los alicientes par atraer al hombre y todas las garantías para inspirarle fe y abrirle vías de prosperidad. [...] Y sigue conjuntamente, este ministro de sangre francesa [Miguel Calmon], la comenzada empresa de construir grandes puertos, que le dejó planeada su antecesor, Lauro Müller, de neta estirpe teutona. Todos allí, de cualquier procedencia y cualquier cruce étnica, se siguen, se continúan y se completan, dando un verdadero ejemplo de patriotismo altruista y solidario, no común en las democracias nuevas, donde cada gobierno, cada ministro, suele creer que es cuestión de honra abandonar o deshacer lo empezado por sus antecesor, para mostrar que se tiene ideas propias – de donde resulta un lamentable tiempo perdido en hacer y rehacer – siendo verdad que a menudo prueba mayor altura moral el saber sobreponerse a las sugerencias de amor propio y tomar la tarea donde la deja el que cesa, para que no haya en el progreso evolutivo de la nación, ni moneda tirada ni hora perdida. Esta fuerte cohesión en el propósito, caracteriza en mi sentir, de acentuada manera, a los gobiernos republicanos del Brasil, que en tal sentido podrían ofrecerse como un modelo a Sud-América (Bernárdez, 1908: VIII-X).

Contudo, a apreciação de Bernárdez da imigração é sumária em *El Brasil, su vida, su trabajo, su futuro*. No prólogo, ele menciona que um dos focos principais da sua

observação fora a construção de portos e a modernização das instalações portuárias, da marinha mercante e da armada. Um outro foco foram a indústria pecuária e as raças do gado. Contrasta estas com as argentinas e a uruguaias e diz como elas se poderiam aprimorar.

No prólogo, Bernárdez comenta que, durante a sua estadia no Brasil, se deteve bastante na observação do rebanho brasileiro e da economia relativa, pois considerava de interesse, para a ampliação dos mercados e para o conseqüente estreitamento das relações “cordiales y amistosas” entre o Brasil os países hispânicos do Prata, a delimitação das possibilidades de intercâmbio de conhecimentos em pecuária. Ele cria que era necessário o deslocamento dos pecuaristas do Brasil ao Prata, e vice-versa; portanto, ele anima esses pecuaristas a viajarem e conhecerem *in situ* o que ele relata.

Toda a obra orienta-se a mostrar, com pretensões de imparcialidade e tom afetivo, as condições positivas para o progresso no Brasil, e a indicar os meios que a Argentina e o Uruguai participem nesse progresso e dele se beneficiem, estreitando-se a comunhão espiritual entre países vizinhos. Com esse viés, Bernárdez avalia três itens: o valor moral, a capacidade econômica e a aptidão.

A narração do périplo inicia-se quando o navio em que viajava Bernárdez – o *Araguaya* –⁴²⁴ entra na baía de Santos. Pormenorizadamente, Bernardez refere-se às excelentes condições naturais dessa baía, à potencialidade balneária, ao tráfego de navios e ao intenso movimento comercial, à armazenagem e à estiva do café, às docas, à indústria portuária, e ao urbanismo e à arquitetura da cidade. Uma das intenções de Bernárdez na sua descrição do porto de Santos é mostrar como as obras de higienização nele realizadas – as drenagens e os aterros – afastaram das tripulações, dos viajantes e dos trabalhadores

⁴²⁴ No livro de Bernárdez estão inseridas três fotografias do navio *Araguaya*, em que ele se trasladara até o porto de Santos. As legendas delas ressaltam a adequação do navio ao conforto que, segundo Bernárdez, os turistas demandavam para as suas viagens. São, de fato, fotografias e comentários propagandísticos para incentivar as viagens “de inverno” nesses navios de turistas platinos para o Brasil. Nas três fotografias há a manchete *Los palacios del océano*. Na primeira delas aparece a seguinte legenda: “ATRACTIVOS PARA EL TURISMO PLATENSE DE INVIERNO. – El ‘Araguaya’, como sus gemelos el ‘Avón’ y el ‘Aragón’, con sus moles enormes, conservan en la marcha la estabilidad de tierra firme, convirtiendo el viaje a Río de Janeiro en un placer continuo, donde cuerpo y alma descansan con delicia, gozando impunemente el confort de la vida, la buena mesa y el encanto del cielo y del mar; y a intervalos la vista de la costa, que atrae y tranquiliza...”. Abaixo da seguinte fotografia há este comentário: “Un aspecto interior del ‘Araguaya’. – Escalinata del piso bajo (comedor) al salón superior, de sociedad y fiestas”. Na última delas assinala-se: “Detalle del espléndido hall de fiestas del ‘Araguaya’, donde, el que lo desea, puede olvidarse completamente de que lo rodea la perfidia de la onda”.

portuários os riscos de contrair alguma doença devido às epidemias que costumaram assolar a cidade. A obtenção de condições salutíferas para as docas de Santos permitira a incorporação ao trabalho da estiva da mão-de-obra européia – portugueses, espanhóis e alguns italianos – em substituição dos negros. Assim o enxergara Bernárdez:

El trabajo del puerto se hace con una precisión perfecta. Los trabajadores son en su mayoría portugueses, siguiendo en número los españoles y algunos pocos italianos. El negro se ha ido cuando se fue la fiebre, que excluía la concurrencia dominante del trabajador europeo. No vi una docena de negros entre aquellos miles de cargadores que hormigueaban trasegando sacos de los depósitos a los vapores, apilada la carga sobre los hombros y las cervices. Tal ejercicio da un desarrollo toruno a los pescuezos de aquellos hombres, que llegan a soportar hasta cinco sacos de café, o sea 300 kilos, sin aparente esfuerzo.

Hasta hace muy pocos años, las compañías de navegación tenían todas sus refugios en islas y sitios sanos de la altiplanicie, para donde enviaban las tripulaciones apenas entraban los barcos en el canal. Entonces no había docks, y la negrada, chapaleando en una playa viscosa y mal oliente, poblada por nubes de mosquitos, hacía las operaciones de carga y descarga como Dios era servido.

[...] Se construyeron los docks, suprimiendo el pantano donde se incubaba y hervía el veneno febril. Vastas extensiones fueron rellenadas, construyéndose sobre ellas los enormes almacenes actuales, capaces para guardar 300.000 toneladas; y después de hecha la obra con dificultades inauditas, se encontró la ciudad con el bello e inesperado aguinaldo de su salud, asegurada junto con su progreso. Y la evolución fatal y benéfica se completó rápidamente: fiebre, mosquitos y negros fueron barridos con el mismo escobazo. Hoy Santos es un puerto limpio en la acepción completa del vocablo, y es un gran puerto, en potencia de ser de los primeros, en el Brasil, en el continente y en el mundo (Bernárdez, 1908: 4-6).

Além de mostrar o seu interesse nos resultados positivos econômicos que produzira a aplicação de medidas higienistas no urbanismo e nas explorações agropecuárias, Bernández salienta o benefício da eugenia sobre a população, pois compensara a influência degenerativa do clima e do meio físico. Ele afirma ter percebido o acertado efeito da introdução do elemento estrangeiro entre a população nativa. Bernárdez mostra-se favorável à alteração, mediante a incorporação regulada de indivíduos exógenos, do povo brasileiro, pois cumpria liquidar o “oneroso pasivo étnico” que deixara a escravidão e contrabalançar o efeito estragador do excessivo calor. Na sua visão, no território brasileiro em que o processo eugênico se desenvolvia, já apareceram entre o povo os traços de uma “sub-raza fuerte, industriosa y tenaz – cualidad esta última que se nutre y templa

singularmente en la necesidad que tiene el brasileño de luchar a brazo partido con la naturaleza” (Bernárdez, 1908: 17).

Depois de Santos, Bernárdez, no *Araguaya*, dirigiu-se ao Rio de Janeiro. Na descrição da baía de Guanabara, cuja visita considera imperdível, Bernárdez insere um dado seu biográfico. Esse dado aponta veladamente ao momento em que ele fora levado por seus pais à imigração no Uruguai. Na crônica, comenta que ele vira, por primeira vez, a baía de Guanabara sendo criança. É claro que Bernárdez não menciona a sua origem galega, nem explica por que ele, aos cinco anos, estivera no Rio. O leitor há de adivinhar que essa estadia não se devera nem a uma viagem de lazer nem a uma viagem de estudos, senão, simplesmente, a uma breve escala do navio que transportava a sua família, da Galiza, a um destino onde eles se converteriam em imigrantes. Bernárdez só informa que, da sua primeira passagem pelo Rio, lembrava das lanchas que sulcavam a baía, dos negros e do Pão de Açúcar:

Yo la vi cuando tenía cinco años y no incurro en la puerilidad de decir que me quedó grabada – apenas si allá en la distante lejanía de la primera infancia, la impresión de algo grandioso persistiría, entre brumas quiméricas. En verdad, lo que más claro recordaba, eran los rápidos vaporcitos que cruzaban la bahía, y una multitud de negros, con los torsos desnudos y relucientes brillando al sol, que tripulando canoas vendían naranjas, cocos, bananas y papagayos, cuyo vivo plumaje y estridente algarabía nos tenía alborotados a los chicos de a bordo, preocupándonos bastante más que el panorama (Bernárdez, 1908: 25).

Passados quase quarenta anos, ao volver à baía, Bernárdez (1908: 26), embora acredite que a paisagem continuava a mesma, percebe claros sinais de progresso, por um lado, nas mudanças da fachada marítima da urbe e, por outro, no aumento de vapores e na desaparecimento das canoas dos negros⁴²⁵. Diz ele:

⁴²⁵ Ao longo da obra, Bernárdez teima em outorgar uma função irrelevante à participação dos negros na formação étnica do Brasil. Não considera os negros uma lacra porque, em primeiro lugar, durante a sua visita, verificara que a presença negra no Brasil estava se dissolvendo e ele acreditava que os remanescentes dela eram quase imperceptíveis e acabariam desaparecendo. E porque, em segundo lugar, achava que, durante os séculos em que os contingentes africanos foram notórios, não influenciaram a cultura brasileira nem se miscigenaram com a população branca e indígena. A presença negra é interpretada por Bernárdez (1908: 178) como um incidente na história do Brasil; no entanto, ele valoriza a incorporação dos índios ao processo de formação do povo brasileiro: “El negro, en el dibujo del mapa étnico del Brasil, no puede figurar sino más bien como un borde: fue un hecho adventicio, a lo largo de los litorales, que halló siempre impermeable a la población, desdeñosa en su rango superior, despreciando al esclavo y mirando la mezcla con él como un estigma. Por esto fue limitada – y en consecuencia, cortado el lazo material de la esclavitud, el negro tiende a desaparecer, porque no pude transfundirse y aclimatar la semilla. En cambio la tribu, la raza indiana, penetró considerablemente en la masa – y el Brasil, como los pueblos del Plata, no tiene sino que complacerse en esta circunstancia feliz de su formación etnográfica. Era el indio el señor de la tierra, altivo y fiero, noble, sobrio,

En cambio, la obra humana había cambiado. Desaparecieran las piraguas rápidas tripuladas por negros gesticulantes, y aumentara todavía el número de vaporcitos, cuya limpieza matinal, pulida como un interior holandés, daba placer observar, en las maderas, en los bronce, que irisaba la luz, y en el aspecto de las tripulaciones, donde las caras oscuras y motosas, como en Santos, sólo se hacían notables por su rareza. Desde el fondeadero, una impresión se insinuaba, persistente: y es que el hombre, al trabajar su ciudad, se ha preocupado con amor de la estética exterior – y el golpe de vista, con prescindencia de la naturaleza, es sencillamente admirable (Bernárdez, 1908: 25).

Já na cidade do Rio, o autor salienta as comodidades que lá eram oferecidas ao viajante recém-chegado – serviços de correios e telégrafos, igrejas, bondes e carros de aluguel, estrutura urbana ordenada que permitia uma fácil orientação, belas ruas –, as quais transmitiam uma primeira boa impressão a esse viajante, fazendo-o sentir-se à vontade nada mais desembarcar. Bernárdez elogia as reformas urbanas executadas pelo prefeito Pereyra Passos e destaca a eletrificação da cidade efetuada pela *Light*. Na capital do Brasil, Bernárdez entrevistou, no Palácio do Catete, o presidente Afonso Pena, em quem descobriu, além de um estadista cordial desejoso por incentivar as relações comerciais com a Argentina, um interlocutor simpático e, intelectualmente, muito próximo dele. Dessa entrevista destaca a troca de opiniões que tiveram a respeito do estreitamento das relações entre o Brasil e a Argentina por meio do turismo:

Entretanto, la verdad que todos vemos y palpamos, es que todos estos países no tienen ningún motivo para desestimarse ni para tenerse envidia. Los dos son ricos, con riquezas diferentes, lo cual, tratándose de naciones, es, como se sabe, un principal motivo de vinculación, sobre la base del intercambio de productos. ¡Pero no solamente de productos! Nuestra diversa situación geográfica nos convida también a intercambiar, por medio de los viajes de placer y de reposo, playas balnearias, estaciones de aguas termales, ciudades de instrucción y de paseo, comodidades para el recreo y la salud. Río Janeiro, por ejemplo, es una ciudad agradable en invierno, que puede ahorrar el viaje a Europa a muchos turistas argentinos, y la Argentina posee grandes atractivos para épocas del año en que aquí se desea cambiar de clima. Estas formas diversas del intercambio material tienen la ventaja de que traen consigo el intercambio de ideas y simpatías sociales, el comercio espiritual, que vincula tanto como el que se registra en las estadísticas. [...] y lo mismo que nos complacemos en hallarnos mutuamente cultos y hospitalarios, debemos complacernos en vernos ricos y fuertes, pues la prosperidad de cada uno origina el prestigio común del continente. Si individualmente nos agrada vivir en un barrio de gente sana y acomodada, y nos es molesto tener al lado o en frente albergues de miseria, debemos aplicar con más razón este anhelo a los pueblos que nos rodean, porque, a los ojos

inteligente, gallardo y muscular – y no tenían sino ganancias que lograr con su cruzamiento las trabajadas razas ultramarinas”.

de Europa, que tanto nos importa tener fijos en nosotros con confianza y simpatía, el mal de uno, la crisis, la revuelta, cualquier dificultad de una nación de Sud-América, perjudica a todas las vecinas (Bernárdez, 1908: 39-40).

Bernárdez era da opinião de que, para conhecer bem o Brasil, o viajante não podia se restringir às cidades litorâneas e devia partir rumo ao “misterioso corazón” do país. Por isso, ele deslocou-se de trem até Minas Gerais, estado no qual reuniu abundantes dados sobre os avanços na construção de estradas de ferro, sobre a produção agropecuária e sobre a mineração e a indústria dela derivada, sobretudo a metalúrgica⁴²⁶.

A Minas deslocou-se, desde o Rio, duas vezes. Na crônica da primeira viagem, centrada na exposição detalhada da história econômica do Estado de Minas Gerais, ele inseriu um “Breve Intermezzo Espiritual”. Nele refere-se aos monumentos da cidade de Ouro Preto e elabora uma reportagem sobre a inconfidência mineira. Em Ouro Preto, apesar da beleza colonial da cidade, Bernárdez percebe um panorama agônico devido ao esvaziamento de população causado pela transferência da capital mineira à Cidade de Minas [Belo Horizonte], havia pouco inaugurada. Para se frear o processo de decadência na Vila Rica, sugere que nela se criem as instituições culturais que a transformem na Coimbra das Minas Gerais e no referente espiritual e no referente das tradições mineiras perante a nova capital⁴²⁷. Em Belo Horizonte, assim como lhe acontecera no Rio, Bernárdez gosta de tudo. Pelo seu urbanismo planejado, pela sua arquitetura eclética moderna e pela sua adaptação funcional às exigências econômico-sociais, a nova capital de Minas lembra-lhe a cidade de La Plata, a capital da província de Buenos Aires. Ao igual que ao viajante galego José Casais, quem visitou Belo Horizonte trinta anos depois, a Bernárdez chamam-lhe especialmente a atenção tanto as instalações quanto o método de ensino da “Escuela Agronómica” e as seções agrícola e zootécnica da granja experimental da escola, na *Gamelleira*. Essa instituição de ensino, pública estadual, então em fase de consolidação, foi

⁴²⁶ Em 1922, pela editora carioca João Leite, Manuel Bernárdez lançou a recopilação das suas crônicas sobre Minas Gerais com o título *O coração do Brasil*.

⁴²⁷ Bernárdez (1908: 79-80) explica o que, para ele, representa a tradição compondo o seguinte símile: “La tradición es como una amorosa nodriza que nutre el alma con energías inagotables, y son muy felices los pueblos que pueden mamar en sus pezones maternos abnegaciones ejemplares, bravuras, poesía, leyendas de heroísmo, lecciones de fe! Ouro Preto, que sabe de grandeza y de infortunio, que ha subido y bajado todas las duras curvas de la suerte, como si su orografía bella y atormentada fuera el diagrama de su destino, puede ser el magnífico escenario de un gran florecimiento académico, artístico y científico – puede ser un punto de concentración de culturas y de irradiación de aptitudes técnicas y de fuerzas morales, armadas para todas las nobles conquistas!”. Assim, ele acredita que Ouro Preto pode e deve complementar Belo Horizonte criando-se a partir delas um cadinho com a tradição – o passado – e o progresso, representado na nova capital.

vista por Bernárdez como paradigma das mudanças que se imprimiam, desde a nova capital, ao Estado de Minas Gerais mediante a formação quadros de técnicos locais para a modernização das práticas nas explorações agro-pecuárias. O interesse que, supostamente, essa Escola despertou em Bernárdez reflete-se na detalhada narração do histórico, dos programas de ensino, da estrutura e meios, e das suas práticas, e também nas entrevistas que ele manteve com os seus dirigentes. As impressões que tira das informações recebidas sobre os planos para o desenvolvimento econômico de Minas através da mineração e da agropecuária fazem-lhe augurar um futuro promissor – “positivo” – para o estado.

Quatro meses após a primeira visita, Bernárdez esteve de novo em Minas. As primeiras crônicas dessa nova estadia referem-se a Belo Horizonte; iniciam-se com o relato de uma homenagem popular a Manuel T. de Carvalho Britto, “ministro [secretário estadual] del interior y de las finanzas y reformador de la enseñanza pública”, de quem destaca o labor em favor da “cultura popular”. Bernárdez resenha o discurso proferido pelo ministro durante a cerimônia de homenagem. Ao respeito, Bernárdez (1908: 112) expressa o seguinte: “Aquella forma verbal de apostolar la escuela, me explicó el florecimiento docente de Minas”. Logo desse apontamento, volta Bernárdez a elogiar os planos do governo estadual mineiro para a instrução agropecuária. Comparece por segunda vez na “escuela agronómica o fazenda modelo” da Gameleira, a qual, desta vez, enxerga como a “base de una trascendental revolución económica en el Estado”. Depois de visitar essa escola, convidado por Carlos Prates, diretor de agricultura do estado, vai de carruagem conhecer a Colônia do Barreiro, um empreendimento estadual para o povoamento da periferia de Belo Horizonte mediante a distribuição em chácaras de famílias de imigrantes. No caminho, Bernárdez delira manjando um abacaxi – “un placer que no estará, sino muy raramente, a merced del turista” –⁴²⁸. Ao observar, em Barreiro, a colônia, dá um parecer

⁴²⁸ A inserção da narração da sua primeira experiência de degustação de um abacaxi no início da crônica da sua ida à colônia de Barreiro mostra tanto a vontade de patentear a afetação da sua postura de repórter/ turista quanto a desmesurabilidade e o maneirismo do seu estilo jornalístico: “Hicimos el viaje cómodamente en coche, tirado por un sólido y guapo par de mulos mineros. La mañanita fresca, casi fría, estimulaba la sangre y el apetito; y a falta de desayuno más corriente, me proporcionó el doctor Prates la sorpresa de comer abacaxis a dedo, arrancados expresamente, en una huerta que él conocía, al borde del camino. Los que sólo han saboreado el correoso ananá que llega al Plata, no tienen idea de lo que es un abacaxi madurado en la planta, pelado allí no más, con un mal cortaplumas y mordido a grandes bocados, hundiendo desde el mentón hasta la nariz en la pulpa perfumada y sabrosa! No es propiamente distinguido ese modo de comer: el jugo almibarado y ambarino corre por entre los dedos que es una lástima; hay que abrir las piernas y hacerse un arco para no pringarse con aquella delicia que chorrea; pero en cambio, se goza un sabor nuevo, único, se paladea un manjar quizás imposible de disfrutar en las mesas elegantes, por ningún precio! El abacaxi es de la

favorável ao projeto, cuja localização julga como um agradável panorama campestre de uma antiga fazenda de terras férteis, com abundância de água e madeira, e com geografia e clima adequados para as explorações agropecuárias destinadas a abastecerem, com os seus excedentes, os mercados de Belo Horizonte. A colônia de Barreiro fazia parte de um plano de povoamento de Minas através de núcleos coloniais, dos quais, então, foram decretados seis e já se materializaram dois, sendo o de Barreiro um deles, recentemente ocupado por 25 famílias de imigrantes portugueses, embora estivesse previsto que nele se assentassem até 100 famílias. Bernárdez refere-se a essas colônias de trabalhadores estrangeiros como se segue:

Las leyes y decretos de colonización son liberales y sencillos, para facilitar cuanto es posible la radicación del colono y su prosperidad en la tierra, que desde que pone su hogar en ella puede considerar como propia. Nada de tramitaciones ni expedientes complicados. El colono llega con su familia y halla una linda casa de ladrillo y teja, de cuatro habitaciones con sus dependencias, chiquero de cerdos, etc., edificada en un lote de 25 hectáreas, de las cuales alrededor de una tercera parte goza de regadío, de modo que no tiene que perder tiempo en nada y puede ganar dinero desde el primer año. En esta colonia del Barreiro tienen los lotes hasta cuatro hectáreas plantadas de papas, maíz, mandioca, porotos o arroz, de suerte que ya halla el colono una fuente de entradas seguras para su primer año de instalación. La administración de la colonia tiene máquinas, útiles y bestias de labranza, que por módico alquiler facilita a los colonos y les da asimismo, gratuitamente, las semillas necesarias para su primera siembra (Bernárdez, 1908: 117).

O jornalista/ turista mostra-se convencido de que esse modelo de colonização dirigida no Estado de Minas garantiria o sucesso e que a ela se quereriam incorporar muitas famílias de imigrantes europeus laboriosos. Mas, como as únicas famílias de colonos, por enquanto instaladas, eram de portugueses, cujos hábitos Bernárdez diz desconhecer, ele duvida de se elas viveriam seguindo os padrões higiênicos rurais desejáveis:

Todo aquello está ya destroncado y va a ser irrigado, pudiéndose adivinar el vergel que surgirá de aquellas tierras dentro de dos o tres años, a poco que los colonos ayuden, trabajando sus parcelas y

familia del ananá, pero es de pulpa amarillenta y se disuelve todo en el paladar, fondant como un bombón, sin dejar aquel residuo fibroso del ananá y poseyendo un sabor más delicado, más de crema, y un aroma que ennoblece y hace hasta voluptuosa la función grosera de la masticación. [...] Masticando con la ordinarietà apurada de un fraile descalzo, puesto en cucullas al borde de un regato que recibía en su agua clara y cantante las lágrimas dulces de aquella fruta carnal – violada por la sensualidad caníbal de mi mordisco en la delicadeza de su pulpa succulenta – le agradecí al doctor Prates que, inesperadamente, me hubiese hecho gozar un sabor nuevo y raro, [...]. Por el camino, y en el buen amor de la fragante merienda, después de la cual planté los retoños de los abacaxis al borde del regato, para ofrecer generosamente a algún anónimo transeúnte futuro un placer parecido al que nos acababa de alegrar un instante de la vida, el doctor Prates me iba informando del plan de población del suelo que el gobierno de Minas se ocupa en aplicar, sobre la base de la formación de núcleos coloniales” (Bernárdez, 1908: 115-17).

hermoseando sus viviendas con los mil recursos de confort y agasajo, aves, frutales, flores, que en las colonias de propietarios ponen un sello de sencilla cultura y buena vida. Ignoro si el colono português es sensible a esos atractivos de la vivienda limpia, florida, hospitalaria, bien oliente a tomillos y a alhucemas. Pero evoco el recuerdo de colonias que he visto, como la Chajarí, por ejemplo, al norte de Entre Ríos, formada por italianos y rusos, análoga en clima, en cultivos y hasta en topografía a la que está naciendo en el Barreiro y pienso que aquel paraíso rústico, lleno de encanto y de prosperidad, puede surgir de las bellísimas tierras mineras, con facilidades que allá no tuvieron los colonos y que aquí se le brindan con verdadera prodigalidad, – al punto de que un agricultor que llegue a una de estas colonias de Minas sin un centavo de peculio y con la carga de una familia a alimentar, puede, desde el primer día de instalación, considerarse propietario, libertado de toda miseria y con un porvenir seguro, nada más que con la resolución de trabajar, de cumplir el precepto evangélico que manda ganar el pan con el sudor de la frente. Ganará más que el pan – ganará la independencia, el hogar propio, santificado por su trabajo, y hasta podrá acariciar la ilusión de sacar su nombre del anónimo, de hacerse un sitio en la vida, de criar y educar hijos que le den honor – de fundar toda una estirpe, de mujeres fecundas y de hombres útiles! (Bernárdez, 1908: 120-21).

Após a apreciação *in loco* da colônia-modelo do Barreiro, Bernárdez volta a Belo Horizonte e, de lá, vai ao município de Caeté, onde visitou uma outra instalação por ele qualificada como modélica, desta vez a fábrica de cerâmica fundada por quem fora governador do Estado de Minas, João Pinheiro, elogiado por Bernárdez por ser um hábil executor da reforma administrativa, fiscal, escolar e religiosa mineira, e um hábil empresário. Diz que a viagem resultou-lhe tão atraente quanto uma “excursión alpina”; em Caeté hospedou-se em um hotel e passou alguns dias, conseguindo entrevistar João Pinheiro, com quem dialogou de agropecuária. João Pinheiro mostrou-lhe a fábrica e explicou-lhe a produção de objetos de cerâmica.

O capítulo Segunda visita a Minas Geraes encerra-se com a descrição da produção industrial dos municípios de Juiz de Fora e Itabira do Campo. Bernárdez registra a sua estima dos mineiros, louvando-os por possuírem costumes amáveis, singeleza antiga, hospitalidade fidalga e responsabilizando-os de ele acabar assumindo a palavra “saudade”.

Os seguintes capítulos intitulam-se Hombres, ideas y armonías e El Canciller del Brasil. No primeiro, narra as entrevistas que fizera aos generais Quintino Bocayuva e Pinheiro Machado; no segundo apresenta as suas impressões sobre o *chanceler* José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão de Rio Branco, a quem também entrevistara. Dos três redige um perfil biográfico, dos três exalta as suas qualidades e o desempenho deles como

políticos republicanos, e dos três sublinha o parecer favorável à manutenção da política brasileira de boa vizinhança com os países da América do Sul, que apagava qualquer interpretação alarmista sobre as conseqüências da renovação aprovada da esquadra brasileira.

Sobre o Barão de Rio Branco, Bernárdez lavra, comparativamente, apontamentos mais detalhados. Combina o retrato relativo à carreira de diplomata de Rio Branco com considerações *etopéicas* sobre a sua vida familiar e os seus hábitos de trabalho, frisando a sua eloqüência cordial e franca e elogiando o seu talante. Desse retrato infere-se uma imagem de Rio Branco como estadista, patriota e pan-americanista, austero consigo e devotado ao trabalho. A indagação na gênese do perfil de Barão de Rio Branco levou Bernárdez a observar que ele era um depositário da “herencia moral” de seu pai, o também político e diplomata Visconde de Rio Branco [José Maria da Silva Paranhos], quem teria transmitido a seu filho, “en la sangre y en la mente”, a excelente tradição da sua família, o qual demonstrava o caráter propício do meio ambiente brasileiro para o desenvolvimento das estirpes mentais, inclusive nos casos de ausência de miscigenação. Essa especulação eugênica, *ex abrupto*, é incorporada por Bernárdez, com empáfia de aguçado observador, à sua representação de Rio Branco, acreditando que, assim, aumentava o mérito do estadista:

La escasez de renovación en las sangres originarias, la falta de cruzamiento con otras razas – habiéndose desenvuelto casi totalmente la población brasilera sobre la base étnica portuguesa – dejaría temer más bien, unida a la acción depresiva del clima, un desarrollo degenerativo, diagramado en curvas descendentes. El hecho, entretanto, es bien otro: podrían mis investigaciones hechas al respecto referirse a numerosas familias con cinco y seis generaciones brasileras, desenvueltas sin mezcla alguna de sangre extraña a la originaria sangre portuguesa, las que, lejos de degenerar, han venido mejorando y produciendo temperamentos de selección; pero limitando ahora la observación a esta familia de Silva Paranhos, radicada en Bahía – en el centro tórrido – y con cuatro generaciones de puro origen portugués, la veríamos que, partiendo, según creo, de un modesto funcionario, continúa en un coronel de milicias y de en seguida un hombre superior, como fue aquel ministro Paranhos – que ennobleció la estirpe adquiriendo del imperio la baronía y de la humanidad un timbre todavía más alto con la ley de libertad de vientres, que virtualmente abolió la esclavitud – y en la cuarta evolución la genealogía ascendiente culmina en el actual Canciller, cuyo equilibrio mental y fisiológico se muestra, tanto en el vigor juvenil con que, a su edad, se entrega entero a un enorme trabajo, forzando los resortes de la vida, como en su acción mental ponderada, sin taras ni arrebatos, hasta sin impacencias – pues habiendo sido ya secretario de su padre en misiones de resonancia, y diputado luego, se va de cónsul a Liverpool y allá pasa cerca de veinte años,

desempeñado entonces y después diversos cargos y delicadas misiones diplomáticas en el exterior, pero sin ascender a la suprema dirección de los negocios exteriores hasta que las circunstancias lo ponen en su encumbrado sitio (Bernárdez, 1908: 168-69).

De trem, o “observador transeunte” Bernárdez passou do Rio a São Paulo. Durante a travessia enxerga as antigas fazendas de café do Sul carioca, abandonadas pela melhor qualidade e pelas melhores condições que ofereciam as mais elevadas terras do altiplano paulista, e propõe, como solução para o ermo provocado por essa fuga, a transformação dos sítios paraibenses em granjas.

Nas crônicas que redige do estado e da cidade de São Paulo refere-se ao que apreciou em passeios e excursões, às conversas tidas e a dados retirados de quadros estatísticos, memórias e relatórios oficiais⁴²⁹. A cidade de São Paulo foi enxergada por Bernárdez como uma urbe saneada e bem pavimentada, com clima ameno, de “bello apecto”, “violento desarrollo” e de “suelo pintoresco, lleno de morbideces y declives, altiplanicies y morros, que ofrecen agradables puntos de observación”, cujos governantes – conselheiro Antonio Prado, prefeito da cidade, Carlos J. Botelho, secretário estadual de agricultura, Jorge Tibyriçá, ex-governador paulista, Aburquerque Lins, secretário estadual de fazenda – elogia. Na cidade de São Paulo, passeou de carro pelos novos bairros ajardinados, em cujas luxuosas residências aprecia o “*savoir vivre*” dos moradores, onde admirou o estilo monumental dos edifícios públicos desenhados pelo arquiteto Ramos de Azevedo. Bernárdez visitou o “Hospital de Aislamiento”, as obras do Teatro Municipal, então em construção, e foi conhecer a Escola Politécnica. Não entrou em nenhuma escola primária, mas julgou que elas tinham um “exterior monumental”.

Guiado pelo Dr. Assis Brasil e o conde de Prates, visitou o Posto Zootécnico – “una escuela práctica de ganadería”, “un centro demostrativo de trabajo ganadero” – que o satisfaz pelas suas instalações e pelo seu projeto pedagógico. Bernárdez considerou que o

⁴²⁹ Bernárdez (1908: 191-92) percebe que o desenvolvimento econômico de São Paulo conferira a esse estado um forte caráter diferencial em relação aos outros estados da União, mas julga que nisso não havia risco separatista senão, ao contrário, um motivo de emulação para que todo o país progredisse: “La constitución federal ha dado a este respecto tan amplias facultades a los Estados brasileiros, que el que puede, como San Paulo, adquirir fisonomía propia y desarrollar medios intrínsecos de prosperidad, se destaca con los trazos de un organismo independiente. Esto, que podría en algún caso parecer peligroso para la estabilidad del conjunto federativo, una vez admitida la indestructibilidad, que es evidente, del vínculo nacional – por la gravitación, cada vez más fuerte, de la comunidad de intereses, por la historia y el idioma – crea una emulación vigorosa de Estado a Estado, librándose en todos los terrenos de la concurrencia – en el terreno político, en el económico, en el de mayor notoriedad y la mayor influencia – luchas sumamente saludables para el progreso regional”.

Estado de São Paulo deveria incentivar, e aprimorar, a sua pecuária, e criar uma atividade de produção alternativa que servisse para amortecer os riscos de instabilidade econômica inerentes à monocultura do café. Acreditava que, para tanto, a técnica pecuária argentina, segundo ele mais avançada por ser mais experiente que a brasileira, deveria servir de referente às autoridades estaduais paulistas responsáveis pela melhora, cuidado e exploração das reses, e que, da Argentina, se poderiam importar as raças aclimatadas mais convenientes às características da região. Na sua opinião (Bernárdez, 1908: 184), isso seria “un medio más de acercamientos, un amable motivo de conocernos y vincularnos, al estudiar nuestros progresos internos”.

Na sua análise do destino da dotação orçamentária do “Ministerio [Secretaria Estadual] de Agricultura y Obras Públicas” paulista, Bernárdez reparou que a terceira parte da verba era aplicada ao fomento da imigração. Para observar a produtividade, na agricultura, da mão-de-obra imigrante, por um lado, deslocou-se à fazenda cafeeira *Santa Gertrudes*, do Conde Prates, e, por outro, entrou em contato com Francisco Smith, o “rey del café”, colocado como paradigma do imigrante europeu – alemão – que conseguira ascender de colono a fazendeiro mediante o trabalho enérgico e inteligente. As crônicas que contêm a sua visão da cafeicultura paulista e o relato da sua descida ao porto de Santos, desde regressou à Argentina, ocupam o último capítulo do livro. Bernárdez julgara o Estado de São Paulo a capital econômica do Brasil e percebeu que o progresso paulista se devia à combinação de três fatores: um clima “excelente para formar el hombre”, a cultura do café, e a presença dos imigrantes, sobretudo de italianos meridionais. Na opinião de Bernárdez, esses imigrantes italianos escolhiam, como destino, São Paulo devido ao prestígio alcançado pela cidade e pelo estado⁴³⁰. As aptidões inerentes a esses trabalhadores, levaram

⁴³⁰ Bernárdez (1908: 205-06) acreditava que as práticas políticas paulistas para a atração da mão-de-obra italiana eram as corretas. Segundo ele, esses imigrantes estavam rodeados de “alicientes y garantías”, tanto por parte do governo do Estado quanto por parte dos fazendeiros, as partes interessadas no fomento da imigração e na fixação do imigrante nas fazendas da cafeicultura. Em decorrência da demanda de trabalhadores rurais, o bom imigrante não corria o risco de abusos, pois podia “elegir con facilidad” a fazenda mais vantajosa e em que melhor o tratassem. Portanto, seria fácil e rápida a conversão desse imigrante, de colono, em proprietário, a qual redimiria o estrangeiro do seu estatuto de pária e permitir-lhe-ia uma ainda maior ascensão social para a sua descendência. Assim ele resume o percurso normal e comum que seguia o imigrante italiano no Estado de São Paulo: “Llega al país, si quiere, con pasaje pago por el Estado, – aunque va aumentando el número de inmigrantes espontáneos. Del puerto a la fazenda no tiene tampoco gasto alguno. En la fazenda se le da casa, de material siempre, con tierra para huerta, agua, leña y campo para criar animales – por lo general sin limitación – cerdos, vacas, gallinas, etc., - de nada de lo cual tiene que dar parte a nadie ni pagar escote o arriendo alguno. El fazendeiro le adelanta recursos de instalación y mantenimiento, sin

eles, em duas décadas, a se converterem no segundo grupo étnico proprietário agrícola do estado, só superado pelos aborígenes. A eles refere-se como se segue:

Va mucho italiano allí y prospera en proporciones que sirven de nuevo estímulo para engrosar la corriente. Resuelto, tenaz, frugal, ávido de adquirir y sin hiel para la fatiga, el italiano en San Paulo, como en nuestras tierras del Plata, se abre paso a fuerza de puños en todas las esferas de la acción; y lo mismo se le ve triunfando en la capital, donde tiene punto menos que acaparados los comercios, de peluquero a exportador, y los oficios, de lustrador a banquero, como se le advierte dominando las tierras selváticas, haciendo su pequeño caudal a fuerza de duras frugalidades, y pasando gradualmente de jornalero a propietario, a agricultor, a colono, a fazendeiro. Allí, como en nuestros desiertos del oeste, hoy emporios de la alfalfa y del trigo, el italiano es el verdadero conquistador de las comarcas salvajes (Bernárdez, 1908: 202).

Segundo Bernárdez, o imigrante italiano era um trabalhador inestimável a quem “debe San Paulo gran parte de su prosperidad”, derivada da cafeicultura. Esse imigrante reunia todas as qualidades que se esperavam de um trabalhador estrangeiro exemplar: era forte e esforçado, adaptava-se a qualquer emprego, tinha ânsia por se transformar em proprietário, objetivo que era “en su raza una especie de misteriosa obsesión ancestral” e possuía um instinto artístico que, se fosse “rápidamente educado”, podia influenciar “en la cultura urbana por mil eficaces modos”. Bernárdez indica que tanto em 1905 quanto em

intereses, durante el primer año de estadía; y es raro el caso de que esta deuda no pueda ser extinguida con las ganancias de ese mismo año. Estas ganancias son, tomando un caso medio en los informes oficiales: por venta de productos de huerta y cereales, cerdos, huevos, etc., después de hecho su propio consumo: 360 pesos al año; por el cuidado de 2.500 plantas de café a 60 pesos cada mil, 210 pesos; por recolección de café durante 100 días, con un promedio de 250 kilos por día y a 36 centavos los 50 kilos, 180 pesos; por 50 días a salario para trabajos diversos, a 1.50 diario, 75 pesos. Total de entradas: 825 pesos, de los que no hay que descontar sino para la poca ropa, pues todo lo demás sale gratuitamente de la tierra. Las economías dan pronto como comprar algunas vacas, y esto aumenta considerablemente el caudal y la renta, siendo numerosos en diversas fazendas los casos de colonos que, sin más que las entradas referidas, poseen economías realizadas de 10, 25 y 20.000 pesos. De ahí adelante, por lo general, el colono evoluciona a propietario, compra tierra, animales, útiles de labranza, y se radica, empezando a contar desde esa fecha la genealogía de una nueva estirpe de trabajadores independizados. Partículas oscuras de la gleba, hechas de voluntad y sufrimiento, logran redimirse con su tributo de sudores, dejan el anónimo secular del montón inmigrante y entran en posesión de una dignidad moral que viene como incluida del anhelado hogar propio. Parece que la felicidad definitiva ha radicado allí: sin embargo el honrado casal de labriegos no ha hecho quizás sino dar un primer paso hacia rumbos que ni sospecha – porque de allí saldrán mañana los luchadores de otros ideales, en otras esferas, ansiando otras victorias, en el insaciable crecimiento de la ambición humana, a cuya excelsa fatalidad debe la civilización todas sus glorias, así en los dominios del músculo como en las esferas del pensamiento”. Não sabemos se, por imperícia ou propositalmente, Bernárdez crê plenamente na propaganda e em supostos relatórios da administração paulista sobre as condições de vida dos imigrantes nas fazendas cafeeiras. De fato, ele, a partir desses dados, narra uma trajetória genérica para o camponês estrangeiro da cafeicultura paulista em que não cabe nem a possibilidade da exploração, nem o padecimento de arbitrariedades, nem o descumprimento dos contratos por parte do empregador devido a que a força de trabalho do imigrante, pelo seu alto valor, seria protegida automaticamente pelos fazendeiros, inclusive sem a necessidade da interposição de medidas legislativas, perante o perigo de perde-la se ela não se sentir comprazida.

1906 entraram no Brasil entre 13 mil e 17 mil “almas” [imigrantes italianos], mas não ocultou que, nesses dois anos, a imigração espanhola superara a italiana, embora não quantifique a vantagem. Os espanhóis, que emigravam para “ennoblecere su condición proletaria y conquistar fortuna”, foram por Bernárdez comparados com os italianos. Ele considerou-os menos disciplinados e constantes que os italianos, mas mais arbitristas e engenhosos.

Na fazenda Santa Gertrudes do município de Rio Claro, a vila dos colonos, “casi todos italianos”, foi vista por Bernárdez como um conjunto de “lindas casitas de ladrillo y teja” e a residência, em construção, do conde de Prates, o proprietário, como uma aristocrática mansão européia⁴³¹. Ele qualificou de perfeito o processo mecânico de classificação e ensacamento dos grãos de café e de exemplares os pavilhões para a criação de gado, porém observou, tal como fizera no Posto Zootécnico, que se deveria proceder a uma melhor seleção das raças vacuns, cavалares e suínas. De trem, desde essa fazenda regressou à cidade de São Paulo, de onde partiu, para se embarcar, a Santos.

Bernárdez afirma que gostaria de encerrar o seu livro de apontamentos de viagem descrevendo a estrada de ferro em São Paulo e Santos, a qual realmente descreve, mas acabou dedicando as últimas páginas ao Instituto *Dona Escolástica Rosa*, um orfanato santista, fruto da filantropia, em que se desenvolvia uma pedagogia moderna que almejava a instrução e a integração social de crianças abandonadas. Expõe, no final, o seu desejo de publicar um novo volume com os apontamentos que não couberam em *El Brasil*⁴³² para,

⁴³¹ Bernárdez identifica o conde de Prates como um “gentleman-farmer”. O retrato que dele faz é uma louvação em que se ressaltam as suas características de burguês empreendedor. Dele comenta que é um industrial – um dos diretores e um dos maiores acionistas da Companhia Paulistana de Estradas de Ferro – um financista e um pecuarista, um “hombre influyente en negocios de banca y ferrovías”, “un hombre de mundo, un bello espíritu de filántropo y gentilhombre, culto, llano y benévolo; y a despecho de sus vastos negocios, de sus preocupaciones, fatigas y responsabilidades, profesa y pone en acción, con una voluntad benévola y jovial, el concepto de que la vida es amable y vale la pena de ser vivida” (Bernárdez, 1908: 208-9). Além disso, destaca que o conde de Prates é um homem “informado de cuantos nuevos problemas pueden atañer al interés de su país” (Bernárdez, 1908: 210). A sua mansão na fazenda *Santa Gertrudes* é assim descrita: “La residencia es ya espaciosa y confortable, pero será verdaderamente condal, cuando terminen obras que están haciéndose, y en que el buen gusto del propietario atiende al confort y al placer de la vida con amigos, con familias, al buen tono de una hospitalidad opulenta e hidalga, que podrá ser ofrecida en aquel bello dominio como en cualquiera de las grandes residencias de la vieja Normandía señorial” (Bernárdez, 1908: 210).

⁴³² Os aspectos que Bernárdez (1908: 216) acha que não foram suficientemente desenvolvidos em *El Brasil* são “las finanzas del Brasil, su sociabilidad, sus costumbres, sus letras, sus artes, su periodismo, su actualidad militar, su marina de guerra y mercante, sus grandes empresas”. O conhecimento pleno do Brasil, na Argentina, era, segundo ele, urgente, pois “ya no es posible que sigamos hablando de oídas, por falsas impresiones y con informes deficientes o torpes, de un tema como el de este gran país vecino, que debe

assim, se completar uma análise global sobre o país, pois ele achava ser necessário que, na Argentina, se conhecesse com profundidade o país vizinho, como “cliente rico y como aliado natural”, para a execução de empresas de civilização, de honra e de paz, que coerissem a América do Sul.

Manuel Bernárdez não declarou que seus pais eram imigrantes galegos no Uruguai e que ele mesmo era, objetivamente, um imigrante. Não menciona que a sua família se aculturara e assimilara no Uruguai; ele, simplesmente, se apresenta como um cidadão uruguaio. A sua obra mostra que não foi assunto do seu interesse o modo de vida dos imigrantes galegos no Brasil. Ao se referir aos imigrantes com os quais topou no Brasil, entre os quais não figuravam os galegos, ele assinala que os enxergava como trabalhadores estrangeiros que deviam se concentrar no trabalho deles para, ao mesmo tempo, beneficiarem o país que os acolhera e progredirem econômica e socialmente. Ele não opinava que os imigrantes deviam regressar aos seus Estados logo de amealharem e reunirem uma fortuna; na visão do galego naturalizado uruguaio, eles tinham que se assentar com caráter definitivo no Brasil e educar seus filhos de modo que, a estes, lhes resultasse fácil a integração na nacionalidade brasileira. Bernárdez percorreu o Brasil como um profissional que unia, à sua condição de repórter capaz de avaliar qualquer seção dos campos sociais brasileiros, a de técnico agropecuarista que se considerava legitimado para emitir o seu parecer acerca de como, contando-se com o apoio uruguaio e argentino, melhorar a administração das explorações brasileiras com vistas à uma conveniente estruturação econômica trilateral nesse setor. Inferimos que o conhecimento que, mediante *El Brasil. Su vida, su trabajo, su futuro*, Bernárdez revelou haver adquirido sobre o Brasil foi determinante para que, ao se iniciar a sua carreira diplomática, o governo uruguaio o designasse cônsul no Rio de Janeiro.

V. 2. José Casais Santaló: o asilado reconvertido em turista

Un turista en el Brasil

Pelos nossos dados, o jurista e economista, professor e diplomata, José Casais Santaló foi o primeiro galego que, reconhecendo-se explicitamente só como turista,

interesar a las naciones del Plata más que España, más que Francia, más que Alemania, tanto como Inglaterra, tanto como Italia”.

percorreu algumas regiões do Brasil e publicou, no país e em espanhol, um livro – *Un turista en el Brasil* – contendo as suas impressões de viagem. No livro ele inseriu as fotografias que tirara⁴³³.

⁴³³ Um outro galego, desta vez com residência permanente no Brasil, Pascual Núñez Arca (1949), publicou, com o título *De Quitandinha a Bogotá passando por Buenos Aires*, um conjunto de reportagens sobre duas conferências pan-americanas por ele cobertas como jornalista. O livro também contém as reportagens de Núñez Arca sobre duas viagens que ele fez pela América do Sul. Uma delas refere-se à Colômbia, onde assistiu ao *bogotazo* durante a conferência pan-americana. A outra é sobre a Argentina. Ele considera a América uma prolongação da Europa “em todos os sentidos”, embora frise que os seus povos nacionais, ao estarem em formação, têm necessidades diferentes às dos países europeus. Nesse sentido, Núñez Arca não encontra no Brasil nada que possa ser qualificado como alheio ou diferente do europeu, ou seja, como “exótico”. Destinou o seu livro aos leitores brasileiros interessados em conhecer detalhes tanto da vida dos povos dos países hispano-americanos quanto da orientação que seguia a política internacional desses países; através desses leitores, Núñez Arca declara que visava, na medida do possível, propagar sugestões para a melhora das relações inter-americanas. Em *De Quitandinha a Bogotá passando por Buenos Aires*, em primeiro lugar, por um lado, trata a Conferência Interamericana “Conferência de Quitandinha” – a Conferência do Hotel Quitandinha –, acontecida em Petrópolis, de 15 de agosto a 2 de setembro de 1947, que reuniu 21 Estados americanos com vistas à definição de uma política comum para a defesa e segurança do continente, havendo-se assinado o “Tratado Interamericano de Assistência Recíproca”. Por outro lado, o jornalista Núñez Arca cobriu a “IX Conferência Interamericana”, um outro marco do pan-americanismo, celebrada em Bogotá, de 30 de março a 2 de maio de 1948, em que se adotou a *Carta da OEA* e foi aprovada a *Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem*. As anotações do autor sobre essas duas conferências combinam a reportagem *in loco*, contemporânea aos eventos, e as ponderações *a posteriori*, elaboradas da distância dos debates e marcadas pela desilusão gerada pela inconsequência da retórica do pan-americanismo, projeto inócuo, incapaz de ir além do pacto de defesa continental, e frustrado no desenvolvimento de planos voltados à solução dos problemas socioeconômicos. Com as anotações sobre a sua estadia em Bogotá, elaborou uma resenha sobre as causas e consequências do *bogotazo* e uma outra sobre traços distintivos da civilização colombiana. Interessa-nos a perspectiva do autor, por se tratar de um galego que opta, para a redação das suas crônicas e reportagens, pela assunção de uma posição em que não transpareça a sua posição de imigrante espanhol no Brasil. Ele, como autor, de fato, neutraliza a sua naturalidade e avoca a causa do pan-americanismo, apresentando-se como um apátrida que se atribui a causa da defesa dos interesses ibero-americanos dentro do pan-americanismo. Núñez Arca faz, inclusive, uma revisão da sua trajetória como jornalista que, acreditamos, poderia ser entendida como uma manipulação, pois ele, na introdução do livro, tergiversa os destinatários da imprensa que ele dirigiu, imigrantes espanhóis principalmente, ao asseverar que essa imprensa bilingüe almejava a repercussão “continental”: “Há mais de vinte anos, das colunas dos jornais brasileiros e nos mais lidos da América, venho sustentando o lema de que as boas relações culturais e de boa vizinhança, são o ponto de partida para uma era de fraternidade e de paz sincera, onde a alavanca principal não sejam as cambiais nem os valores, que emperram a engrenagem da vida dos povos dificultando sua independência econômica. Durante muitos anos, nos jornais bilingües por nós redigidos – ‘La Raza’ e ‘Gaceta Hispana’ – fizemos divulgação de noticiário e literatura continental, de preferência brasileira, traduzindo seus melhores escritores. Nesse sentido, também editamos ‘Letras Brasileñas’, uma nutrida revista distribuída em todas as Universidades da América, por intermédio de cuja leitura se deram algumas aulas de literatura brasileira” (Núñez Arca, 1949: 7). Núñez Arca comenta que as três publicações periódicas que editou, *La Raza*, *Gaceta Hispana* e *Letras Brasileñas*, foram fechadas pelo DIP em decorrência da “Lei de Nacionalização da Imprensa”, ao serem consideradas publicações estrangeiras, inclusive *Letras Brasileñas*, apesar do seu título e da matéria nacional que nela se incluía. Ele ressalta que com o fecho dessa revista – “única tentativa séria de divulgação da cultura brasileira em idioma espanhol para as nações dessa língua, sem ajuda oficial alguma” – se causou um grande dano às relações de intercâmbio literário que o idioma espanhol facilitava e acusa, sem indicar nomes, a políticos e funcionários do governo de Getúlio Vargas, que “não era democrata”, de ter dificultado o estreitamento das relações com os outros países ibero-americanos. Essas relações, no entanto, teriam sido reavivadas após a entrada do Brasil na guerra contra as potências do Eixo. Então, segundo Núñez Arca (1949: 8): “Porém, depois do acordo do rompimento com o

Un turista en el Brasil é qualificado pelo autor como “un libro de viajes documentado con fotografías”. O livro é consequência da decisão que tomara Casais Santaló de se deixar ficar no Brasil enquanto não se resolvesse a Guerra Civil na Espanha e de investir uma parte dessa estadia em percorridos, na qualidade de turista, na procura da compreensão da brasilidade. No prefácio do livro, José Casais explicita que ele, da objetividade e com sinceridade, só pretendeu compor uma narrativa com os apontamentos dos seus cadernos de viagem, visando se afastar da procura de efeitos chocantes mediante a exacerbação, na prosa, de experiências aventurescas ou exóticas e, havendo decidido evitar a estética da ficção literária. A sua narração também não se ajusta às características de um relatório de uma pesquisa de campo ou de uma observação profissional. Ele diz que escreveu “a ciencia cierta”, pois, segundo ele, documentou o que descrevia com fotografias e amparou as suas narrações nas próprias experiências. Contudo, Casais limita-se a dar as suas “visiones de conjunto” como viajante.

José Casais faz questão de ressaltar que, em plena Guerra Civil espanhola, ele, deliberadamente, fez turismo no Brasil, sobretudo no sertão do Brasil, na procura da autenticidade brasilica – da brasilidade –, agindo como turista e compondo uma narrativa do ponto de vista de um turista em que se deu preferência às incursões pelo interior em detrimento das estadias nas cidades. Embora das viagens de Casais se possa tirar um modelo de turismo distinto, o livro procura, sem mais, mostrar o que o seu autor viu e

Eixo, muitos dos que se deitaram fascistas, amanheceram frescamente democratas... Alguns destes serviços da ditadura, pretendem certificar sua novel democracia passando a motejar de ditadores ou totalitários governantes de normas bem diferentes às por eles empregadas, como é especificamente o caso do Presidente Perón, da Argentina, e entretanto desculpam movimentos anti-democráticos, como os ocorridos recentemente em Lima ou Caracas, ou mantêm risonha amizade com Trujillo e desconhecem um Somoza, ditador da Nicarágua, simulando ignorar, também, fatos sociais, contraditórios do são pan-americanismo quando exercidos pelos poderosos sucessores do bem intencionado Roosevelt contra países que lutam por manter sua independência econômica e sua soberania política”. No tocante a ambas as conferências, a de “Quitandinha” e a de Bogotá, Núñez Arca contrapõe, nas suas reportagens, duas posições claramente enfrentadas, a dos Estados Unidos e a da Argentina, país pelo qual manifesta abertamente simpatia e cuja “política nacionalista de transcendência internacional” louva (Núñez Arca, 1949: 60). A partir do capítulo Passando por Buenos Aires – Perfil da Argentina Peronista, o autor, com a justificativa de querer desmentir imagens e opiniões preconceituosas a respeito da Argentina pretendendo, com isso, favorecer a intensificação das relações bilaterais com o Brasil, dedica-se a descrever a cidade de Buenos Aires e a evolução de todo o país durante a primeira metade do séc. XX e a caracterizar a administração de Perón, assinalando as diretrizes políticas do regime e mostrando os avanços operados nos campos sociais durante a presidência desse general. Os capítulos dedicados à Argentina “peronista” ocupam mais da metade do livro, da página 113 até o final, a 276, e mostram a admiração do autor pela gestão de Perón, a quem entrevista. No final do livro constam, em anexo, a *Constitución de la Nación Argentina*, sancionada em 1949, um “Glossário das idéias do Presidente Perón” e os estatutos do “Comité Cultural Argentina”, ao que pertencia o autor desde 1939.

sentiu nos lugares aonde se dirigiu, lugares que, por sua vez, o autor não achava que fossem destinos habituais de turistas estrangeiros no Brasil.

O autor parece desconhecer, ou não ter percebido, que em quase todos os destinos das viagens recolhidas em *Un turista en el Brasil* havia imigrantes galegos. Inclusive, nalguns desses destinos, havia décadas que se assentaram colônias de imigrantes galegos.

Un turista en el Brasil possui uma função publicitária em relação ao Brasil como destino turístico e assim deve-o ter entendido o Departamento Nacional de Propaganda do Rio de Janeiro, o qual, presumivelmente, assessorou Casais antes de empreender a sua travessia, já que Casais agradece a generosidade que esse órgão, por ele qualificado como “modelar organismo del Estado” tivera com ele. Após os 20.000 “kilómetros de turismo a través del Brasil”, Casais sentiu-se autorizado para asseverar que todos os estados do Brasil que ele conhecera podiam-se acreditar como regiões turísticas:

En todos, el viajero disfruta del confort necesario. En la ciudad como en la ciudad. En el campo como en el campo. Puede que el turista habitual, procedente de otros países, se vea sorprendido en estas tierras por una hospitalidad más íntima, más franca, más... desinteresada.

Desde las caminatas a pie hasta los viajes aéreos, me serví de todos los procedimientos de locomoción. Penetré en las zonas más apartadas, lejos de núcleos poblados. En ninguna parte sufrí privaciones. Allí donde apareció una casa, morada de rico hacendero o choza de leñador, hubo para mí un corazón generoso y unas manos pródigas (Casais, 1940: 14).

O livro, editado no Rio em 1940 [Imprensa de Franz Timon]⁴³⁴, tem 238 páginas, nas quais há 193 fotografias, “originales del autor, especialmente obtenidas para la obra”, tiradas com a Leica de Casais. Ele comenta que foi uma difícil tarefa selecionar essas fotografias dentre as mais de 9.000 que compunham o seu arquivo fotográfico dessas viagens. Não sabemos quem custeou a edição, nem quem o autor pensava que seriam os consumidores do livro, mas o fato de todo o livro estar redigido em castelhano, a não ser o prólogo, supostamente escrito em português e traduzido ao espanhol – ambas as versões

⁴³⁴ Franz Timon era o proprietário da Typographia Germânia, no Rio, na rua da Relação 31. Além da obra de Casais, só encontramos mais três títulos saídos desse prelo. Depois da publicação de *Un turista en el Brasil*, localizamos um novo lançamento – o primeiro em língua portuguesa –, em 1942. Trata-se do manual *Diagnóstico da gravidez normal e patológica: indicações e técnica dos tests de Friedman, Hoffman...*, de Francisco Beltrão Junior. Dois outros livros foram publicados na década de 1930. Um deles *Indianer. Die Geschichte Einer Grosse Nation*, de Ulrich Otto Willi, editado em 1938. A data da edição do outro livro que conhecemos não consta. Intitula-se *Richtlinien der gymnastischen Körperschulung*. O prólogo, assinado pelo autor do livro, Hans Karl Bredereck, é datado no Rio em fevereiro de 1933. No desenho da capa também consta esse ano. No exemplar que temos desse livro há um carimbo com a suástica.

constam na obra –, faz-nos supor que, embora impresso no Brasil, o livro estava em parte destinado a leitores espanhóis e hispano-americanos⁴³⁵.

A autoria do prólogo é de Antenor Nascentes, “Catedrático del Colegio Pedro II de Rio de Janeiro”, quem comenta como travara amizade com o autor e traça um perfil biobiográfico dele⁴³⁶. Antenor Nascentes, sem indicar datas, informa que conheceu José Casais, então servidor da embaixada espanhola em Buenos Aires, na embaixada da Espanha em Santiago de Chile, quando conversaram “sobre a beleza da baía de Guanabara, sobre o calor da cidade maravilhosa, custo da vida, o ambiente intelectual, o artístico” (Casais, 1940: 5). Voltaram a se encontrar em duas outras ocasiões, ambas no Rio, a primeira delas muito breve, durante uma escala de um vapor em que Casais viajava desde Buenos Aires à Espanha e, a segunda delas, bastante cumprida – a geradora do livro –, de forma que ela permitira a Casais percorrer, segundo Nascentes, quase todos os estados brasileiros. Na apresentação que faz de Casais, Nascentes ressalta o seguinte:

D. José Casais é um galego cem por cento. Nasceu na cidade de Santiago de Compostela, tão célebre nos tempos medievais por causa das peregrinações que lá iam venerar o túmulo do Apóstolo. Tem honra de dizer-se “gallego, gallego y gallego”.

Aos vinte anos obtinha o grau de licenciado em direito pela Universidade de Santiago, com prêmio extraordinário. No ano seguinte doutorava-se na Universidade de Madri.

⁴³⁵ Desconhecemos qual foi a tiragem da obra, mas não deveu ser pequena pois na p. 4 foi escrito que “De este libro se ha hecho una edición en papel pergamino, limitada a cincuenta ejemplares, numerados de 1 a 50”. Trata-se de uma obra fácil de encontrar em sebos.

⁴³⁶ Consideramos que Antenor Nascentes compartilhava com José Casais a mesma concepção do turismo moderno, embora ele tivesse mostrado menor interesse pelos aspectos econômicos dos lugares pelos quais passou e aos quais se referiu no único livro de viagens que escreveu. Em 1937, três anos antes da publicação de *Un turista en el Brasil*, Antenor Nascentes publicara um livro com o relato de uma longa viagem que empreendera no início de 1936 por Uruguai, Argentina, Chile, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela e a ilha de Trinidad. Intitulou-se *América do Sul* e constituiu o volume 13º da Coleção Viagens da paulista Companhia Editora Nacional. Antenor Nascentes realizou essa longa viagem como turista e direcionou a sua narração a possíveis viajantes que se interessassem pelos destinos que ele escolhera. De fato, na Conclusão da obra informa a esses turistas das exigências policiais que terão que satisfazer para se deslocarem pelos países que ele percorreria e, ao longo da obra, sugere possíveis roteiros, mostra os seus pareceres sobre aquilo que vale a pena visitar ao viajante brasileiro e recomenda-lhe hospedagens. O autor abre *América do Sul* justificando a sua viagem. Assim, expõe que ele, quinquagenário, decidira descansar do “mundo” mediante um périplo, no Sul do continente americano, pelo desconhecido. A obra pretende mostrar aos leitores brasileiros destinos turísticos na América do Sul que o autor considera pouco freqüentados por eles. Por isso, inicia a sua narração na pampa Argentina; desbota, portanto, considerações sobre Buenos Aires e Montevideu, pois ele supõe que os seus prováveis leitores possuem fartas informações a respeito dessas duas cidades: “Qual o brasileiro de bom gosto que ainda não se deu o trabalho de visitar estes sítios encantadores? Livros, artigos de jornais e revistas aparecem constantemente, ocupando-se com as capitais platinas. Para quê, pois, cansar os meus leitores com a descrição delas? Interessa mais o interior da Argentina, o pampa. Raros o visitam” (Nascentes, 1937: 8).

Imediatamente, mediante concurso, a Junta para Ampliação de Estudos e Investigações Científicas o mandou à Itália, onde estudou direito público e economia com os melhores especialistas. Fez também pequenos cursos em França.

Ao regressar à Espanha apresentou-se a concurso para o professorado na Universidade de Santiago, tirando o lugar para a seção de Direito Público e Economia com a classificação em primeiro lugar.

[...] Os acontecimentos que durante mais de dois anos ensangüentaram a Espanha, privaram-na de tão prestimoso auxiliar.

D. José, em trânsito pelo Brasil por quinze dias, aqui se deixou ficar há perto de dois anos e sabe Deus quando nos abandonará!

Tem publicado vários livros sobre questões jurídicas, sociais e econômicas. Quando estudante, em 1914 e 1915, publicou duas monografias *El Contrato de trabajo* e *Emigración española y particularmente gallega a Ultramar*.

De sua permanência no Brasil resulta agora este livro em que expande o que sente a respeito do nosso país.

Nenhum estrangeiro conheci mais entusiasta do Brasil, mais crente no futuro nosso, mais respeitador das nossas leis, mais conhecedor de psicologia do nosso povo (Casais, 1940: 6-7).⁴³⁷

Antenor Nascentes informa que José Casais pretendia publicar, após o livro sobre as “belezas” do Brasil, outro sobre “a posição do Brasil no concerto econômico mundial”, mas acreditamos que esse projeto nunca se materializou.

Por sua vez, no prefácio a *Un turista en el Brasil*, José Casais, explica, como se segue, qual foi a motivação da sua obra e comenta alguns detalhes da sua estrutura:

Apuntes de mis cuadernos de viajes. Impresiones recogidas, al pasar, sin addendas ni retoques. Declaraciones auténticas de lo que vi. Exposición rápida, a veces atropellada, a saltos, para llegar antes. Como los viajes. Sacrificio de lo literario por lo verdadero.

Sinceridad. Esa idea, convertida en norma, me preocupó hasta la obsesión. Que mi libro no fuese un catálogo más de aventuras inverosímiles. Por respeto al Brasil y por respeto a mí mismo.

El título responde exactamente, en su vulgaridad deselegante, al contenido de la obra. Ya sé que un rótulo sugestivo, que dejase entrever episodios chocantes, riesgos inauditos o accidentadas

⁴³⁷ Antenor Nascentes (Casais, 1940: 6-7) fornece as seguintes informações sobre a trajetória profissional de José Casais após ele exercer de professor na Universidade de Santiago de Compostela: “Pouco depois fez outro concurso, ganhando de novo o primeiro lugar, para assessor do Instituto de Reformas Sociais de Madri, onde dois anos mais tarde era chefe de seção. Ao mesmo tempo estudava Ciências Econômicas, obtendo o doutorado (Intendente Mercantil) na Escola de Altos Estudos Mercantis de Madri. Exerceu a advocacia na capital da Espanha. Supresso o Instituto de Reformas Sociais pela Ditadura, passou a ser funcionário do Ministério do Trabalho, Comércio e Indústria. Criado o Ministério de Indústria e Comércio, para ele passou, a pedido. Ao organizar-se o corpo de adidos comerciais às embaixadas, fez concurso e, depois de um breve estágio no Ministério como secretário comercial de 3ª, 2ª e de 1ª, passou como adido comercial adjunto a Paris, depois a Marrocos e dali a Buenos Aires, servindo também em comissão no Chile”.

peripecias, me daría más lectores en el extranjero. Pero ese no es el Brasil que yo vi. A la postre ellos serían defraudados y yo honrado.

Basta ya de típicos inveraces y de generalizaciones absurdas.

Viajes de turista exento de pretensiones científicas o profesionales. Rápidos, no obstante invertir en ellos muchos meses (el Brasil es inmenso), con itinerarios preconcebidos y, después, alterados sobre la ruta, por la presencia de insospechados temas de admiración.

Preferí viajar por el interior - ¡magnífico “sertão” brasileño! –; buscar la originalidad, la brasilidad, tantas veces apreciada. Las grandes ciudades modernas se parecen todas entre sí. Tal vez Río de Janeiro sea excepción, y no por lo que tiene la ciudad sino por lo que tiene la Naturaleza (Casais, 1940: 13).

Do início da obra, José Casais assume sem ambages a sua posição e a sua disposição como turista. Assim, na Primeira parte do livro, referente às suas impressões sobre os seus passeios pelo Rio de Janeiro, Casais ressalta que o Rio é uma das cidades mais visitadas do mundo por turistas de variadas procedências:

Casi todos los navíos trasatlánticos de la línea Suramérica hacen escala en este puerto. Empresas de viajes organizan frecuentes cruceros. La relación turística entre las repúblicas del Plata y el Brasil no se interrumpe en todo el año. Durante el invierno y la primavera las excursiones son casi diarias.

En uno de estos cruceros llegué a la ciudad maravillosa después de recorrer las principales del nuevo mundo. Veníamos, todos los pasajeros, obsesionados por el universal renombre de la bahía de Guanabara.

La mayor parte de los pregoneros de esta merecida reputación apenas visitaron Río en horas brevísimas: Corcovado, “Pão de Açúcar”, compras ligeras en la Avenida... No tuvieron tiempo de conocer la capital turística por excelencia. Aquí el forastero va de sorpresa, de admiración en admiración. La emoción turística es integral, vence los programas trazados, sobrepasa las previsiones de los “guías”.

Ante todo el turista siéntese acompañado. Empieza a notar la gentil hospitalidad de un pueblo al organizar el viaje. Ya no más dejará de asistirle. En el Consulado brasileño todas son facilidades para el futuro huésped. A bordo del navío recibirá instrucciones que le ahorrarán contratiempos en el desembarque y al dar los primeros pasos en el país desconocido. Las autoridades de la policía marítima y de inmigración apenas le entretendrán unos segundos para poner en regla los documentos. En l Aduana, la amabilidad y la benevolencia son normas gemelas. Sin salir aún del muelle, empleados del Touring Club obsequiarán al recién llegado con sus servicios y recomendaciones (Casais, 1940: 19-20).

Casais, nos seus passeios pelo DF, percebe a cidade como uma urbe européia (“Río es una ciudad europea de primer orden, contenida en un marco tropical que por rara coincidencia, asume los caprichos del paisaje marítimo y de los panoramas montañoses”

Casais, 1940: 20). Pelo centro carioca e pelos bairros do Sul, ele flana satisfeito com as características no urbanismo e na arquitetura, com a limpeza das ruas, com a sua arborização, com os parques e jardins existentes e com a aparência e o comportamento – com a urbanidade – do cidadão carioca:

Arranca de la Explanada la Avenida Wilson, comienzo del gran paseo marítimo que termina en el alto de Joá, abarcando veintiséis kilómetros a la vera del mar, con una variedad y riqueza urbanística inigualables. Jardines floridos; amplias plazas ornamentadas con artísticos monumentos, edificios de variadísima arquitectura, desde los palacetes residenciales a los imponentes rascacielos; playas ininterrumpidas de arena blanca como la sal...

Las calles limpiísimas, sobre cuyas superficies asfaltadas no se ve un papel ni una brizna, ostentan frondosa arborización. En algunas forman verdaderos túneles. Otras marcan la calzada con doble fila de palmeras. El turista europeo no pasa sin obtener fotografías de la Avenida del Mangué, – cuádruple fila de palmeras en preciosa perspectiva – y de la calle Paysandú, camino del palacio Guanabara.

La ciudad, de trazado regular, sin incurrir en la monotonía, presenta barrios con fisionomía propia y destacada, por el tipo de las construcciones y por el peculiar género de vida de la población.

[...] Todos los barrios cuentan con extensas zonas ajardinadas y parques públicos. [...] El confort y la riqueza de la urbe revélanse como atributos de un pueblo que llegó a la cima del progreso gradualmente, forjando y poseyendo con serenidad las etapas de su bienestar. La distinción y buenas maneras califican al carioca. La mujer viste con elegancia, por temperamento [...] Por su tipismo merece indicación especial el barrio de la Lapa, Mont-martre brasileño. En él radican muchos cabarets de segundo y tercer orden, salones de baile, cafés concierto y restaurantes. En todos ellos el orden es riguroso y la corrección y la decencia obligatorias (Casais, 1940: 21-23).

Para Casais, inclusive as favelas são um espaço de habitações dignas no qual se pode desenvolver o convívio distinto entre trabalhadores, marcado pela honradez e a gentileza:

Y yo, siguiendo a la muchachada, quise conocer el Morro. Hay cerros en la capital que gozan de mala fama, pero cuando uno los visita se convence de que lo malo solo tiene eso: la fama. En tal caso se encuentra el Salgueiro, barriada de gente humilde, de trabajadores, ni más ni menos que las que existen en todas las grandes ciudades del mundo, con una diferencia en su favor, la topografía propicia a la higiene de las viviendas que, si bien modestas, no se amontonan en peligrosa promiscuidad y tiene más categoría que las de algunos barrios extremos de París, pongo por ejemplo. A los moradores, es de justicia devolverles la reputación que les fue hurlada con fines literarios unas veces, y de premeditada difamación otras. No; las cosas en su punto. Yo fui a los morros de día y de noche y solo tuve que cruzarme con gentes educadas que al pasar me saludaron amablemente.

En el Salgueiro, de acceso por la calle dos Araujos, hay varias escuelas de samba. La más conocidas son la “Unidos do salgueiro” y la “Azul e Branco”. [...] Los días de “samba-danza” (sábados y domingos) la Escuela Azul e Branco conviértese en cabaret que, por cierto, recuerda la Boule Blanche de Montparnasse. [...] Es buena y sencilla la “garotada”. De una corrección sin tacha. En la Escuela domina el orden, no se oye una voz de barullo.

Al final, dos jóvenes hicieron cuestión de acompañarme hasta el tranvía. Me narraron su vida de trabajo. Todos los días a las cuatro de la madrugada empieza el desfile de centenas y centenas de operarios que bajan del Salgueiro a los talleres de la ciudad.

– Estamos muy contentos. La Alcaldía instaló un Grupo escolar a la entrada del morro.

Los vecinos, desde las ventanas de sus casas o sentados a la puerta de las mismas, (era víspera de domingo) nos saludaban corteses (Casais, 1940: 28-29).

A visão que, como turista estrangeiro no Brasil, teve Casais das favelas cariocas foi recentemente mencionada, por um lado, nos artigos acadêmicos *A Construção da Favela Carioca como Destino Turístico* e *A favela que se vê e que se vende: reflexões e polêmicas em torno de um destino turístico*, e, por outro, no artigo periodístico *Favela como atração – Visitantes estrangeiros descobrem aventura e caridade nos morros cariocas*, os três de Bianca Freire-Medeiros (2006; 2007). Neles lê-se:

Gibson e Casais foram parte do que o cronista Luiz Edmundo chamou de “corajosos ingleses” – visitantes que vinham ao Rio “com roupa xadrez, boné de pala e binóculo a tiracolo, indiferentes aos perigos da febre amarela” (Freire-Medeiros, 2006)⁴³⁸.

“Há locais na capital que gozam de má fama, mas basta visitá-los para se convencer de que de mau eles só tem isso: a fama. Fui aos morros de dia e à noite, e só cruzei com gente educada, que ao passar me saudava amavelmente”. Este é um trecho das memórias de viagem de José Casais, embaixador espanhol em missão diplomática ao Brasil no início da década de 1940.

Antes de Casais, em meados dos anos 1930, outro embaixador, o norte-americano Hugh Gibson, também havia registrado em detalhes sua visita a um dos morros do Rio de Janeiro, onde teve, segundo ele, “a excitante oportunidade” de beber cachaça e participar em um “ritual vodu”. O poeta futurista Fillipo Marinetti, o arquiteto e urbanista Le Corbusier, o escritor Albert Camus e o diretor de cinema Orson Wells igualmente fazem parte da vasta lista de visitantes estrangeiros que se deslumbraram com o “mundo exótico” da favela carioca. Mas foi a partir da Eco-92 que os “favela tours” se tornaram uma prática massiva (o que não deixa de ser irônico se lembrarmos que durante a Conferência as autoridades governamentais procuraram isolar essas localidades tidas como nosso “anti-cartão-postal”).

⁴³⁸ Disponível em: <http://www.chs.ubc.ca/consortia/references/TurismoFavelaCarioca_portug.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2009.

Hoje, só na Rocinha, há pelo menos oito agências de turismo atuando regularmente, com uma média de 3.500 turistas por mês (Freire-Medeiros, 2007)⁴³⁹.

No seu percorrido pelo Rio de Janeiro, Casais gosta de tudo. Ele transita complacente, pelos bairros de Glória e de Lapa, pelas principais ruas do centro histórico da cidade, narra a sua experiência no “superior” carnaval carioca – período em que “las expediciones turísticas se multiplican” (Casais, 1940, 23-24) –, refere-se ao samba e louva a gastronomia dos restaurantes. Para valorizar a culinária carioca, Casais (1940: 31) compareceu nos “verdaderos templos del buen comer” que havia ao redor do Mercado, do lado da praça Quinze, onde se deliciou com os peixes e mariscos de tal modo que enuncia: “Confieso que, después de frecuentar estos comedores, perdí el respeto a Isnard y a Bassó los magos de la bouillabaise en el puerto de Marsella”. Casais matiza que o bom *gourmet* que chegue ao Rio deve dar preferência à “arte culinária nacional”, original e variada, em detrimento dos pratos exóticos que, no entanto, também eram servidos em restaurantes seletos “franceses, alemanes, húngaros, italianos, españoles, hasta chinos y japoneses” (Casais, 1940: 31). O autor aconselha o gastrônomo estrangeiro que não deixe de experimentar as iguarias de confeitaria e as frutas, entre as quais a laranja e a banana parecem-lhe “parecidas a las españolas por su aroma y gusto delicado” (Casais, 1940: 32). Casais visita também o Pão de Açúcar, o Corcovado, o Jardim Botânico, que qualifica do melhor do mundo, a floresta da Tijuca, a cidade de Petrópolis e a ilha de Paquetá, “la más bella y la más procurada” entre as que há na baía de Guanabara.

A partir das suas visitas, Casais propõe roteiros, comenta curiosidades, informa de custos e fornece alternativas de percorridos para outros turistas. Para evitar uma falha habitual, detectável nas turnês turísticas programadas para o Rio, o jurista e economista galego destina uma seção, do capítulo dedicado a essa cidade, aos museus cariocas, pois ele acredita (Casais, 1940: 43) que “La tradición cultural del Brasil es tan importante como desconocida en el extranjero. Por lo regular el turista viene a estas tierras ávido de conocer bellezas naturales, mas apenas procura los tesoros de arte, de historia, de continuada personalidad”. No “Día de museos”, com o intuito da “simples” curiosidade artística, visita

⁴³⁹ Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=665>>. Acesso em: 29 jun. 2009.

a Biblioteca Nacional⁴⁴⁰, o Museu Nacional, o Museu Histórico, o de Belas Artes, o Itamaraty, além de “museos menores” e algumas igrejas. Na Biblioteca Nacional, onde é guiado pelo diretor da instituição, Casais orgulha-se ao comprovar, no acervo de obras raras, livros, manuscritos e mapas de humanistas espanhóis e do Barroco espanhol pelo qual, segundo ele, essa biblioteca, por si mesma, mereceria uma viagem ao Rio. Ele crê que, no tocante a museus, a então capital do Brasil estava à cabeça das demais da América do Sul. Dentre os três principais – o de Belas Artes, o Histórico e o Nacional –, Casais acha que, provavelmente, o mais interessante para os estrangeiros seja o último pelas suas seções de mineralogia, botânica, petrografia, paleontologia, etnografia e história natural, mostrando, portanto, as manifestações “mais vivas do país tanto em lo que se refiere a sua historia como a su constitución física” (Casais, 1940: 46). Porém, o que mais atrai a Casais é o Palácio do Itamaraty, pois “une a su mérito arquitectónico indiscutible la condición de museo y el valor de símbolo” (Casais, 1940: 48). Casais percorre o Itamaraty e descreve, reparando na mobília, os salões, a biblioteca, o arquivo e a mapoteca, concluindo nos jardins a sua visita. A referência ao Palácio do Itamaraty serve a Casais para inserir comentários elogiosos em relação à histórica atitude pacifista do povo brasileiro, tanto no convívio nacional quanto nas relações com os países vizinhos, e, em relação às linhas de atuação do ministério, na salvaguarda da paz e na arbitragem de conflitos entre outros países.

Os outros estados incluídos por Casais no seu roteiro foram a Bahia, Minas Gerais e Goiás. Na Bahia, estado ao que dedica a Segunda Parte do livro, a narração das suas excursões parte da capital, Salvador. Dela, inicialmente, descreve a sua estrutura urbana e, a seguir, refere-se detidamente à gastronomia e aos estabelecimentos públicos que a servem, advertendo: “Durante mi permanencia en Bahía procuré en todos los lugares la cocina regional. ¡Pena que los hoteleros desconozcan su mérito! Los turistas que comen en los hoteles, cuanto de más categoría peor para el caso, dejan el país sin conocerla” (Casais, 1940: 56).

⁴⁴⁰ Em relação à Biblioteca Nacional, Casais (1940: 43) louva a atitude dos servidores públicos cariocas para com os forasteiros: “Biblioteca Nacional – Entrada franca, sin formalidades, aún más fácil y atrayente por la cordialidad con que unos funcionarios, diplomados en bibliología y biblioteconomía, reciben al forastero, ya se trate de profesores y cientistas ya de simples curiosos”.

Pelo que se lê nas suas crônicas, em Salvador, ao igual que no Rio, Casais não topa com imigrantes⁴⁴¹. O mais provável é que, em Salvador, tenha topado com não poucos imigrantes galegos, porém, no seu livro destinado a turistas e a leitores de relatos para turistas, decidiu não mencionar encontros com patrícios seus na condição de trabalhadores estrangeiros. Casais menciona um passeio que ele fez ao redor do forte de Santo Antônio da Barra e do seu farol, de onde teve que ver o chalé em que funcionava o hospital da Real Sociedade Espanhola de Beneficência, mas a esse hospital ele não se refere. Ele comenta que freqüentou não poucos cafés, salões de chá, confeitarias, botecos e restaurantes, pelo que seria impossível que, em 1937, não encontrasse à frente desses estabelecimentos, ou neles servindo, imigrantes galegos. Todavia, não encontramos a menor alusão a eles. Diz Casais (1940: 57): “Además de confiterías lujosas y de salones de té, prodíganse los bars de todas las categorías y los aguaduchos y puestos de frutas donde, por pocos céntimos, se satisface la sed con bebidas sanas y agradables al paladar”. A única alusão a um espanhol de Salvador que faz Casais vem à colação das indicações dos milagres do Senhor de Bonfim que lhe faz um coroinha da basílica desse cristo, quem se referira a uma “muchacha española curada de grave hemoptisis” (Casais, 1940: 65).

A narração de Casais sobre as suas experiências em Salvador diferencia-se da relativa ao Rio no aumento da exposição de reflexões. Ele ambienta bastantes na capital da Bahia. Na parte do livro dedicada à cidade do Rio, Casais, sobretudo, descreveu o que percorreria e visitaria, e lavrou a sua opinião ao respeito. Os parágrafos dedicados às vivências do seu dia-a-dia de turista são menos se comparados aos dedicados a essas vivências em Salvador. Nesta cidade, embora o autor se refira à exploração e ao comércio do petróleo, do tabaco e do cacau como atividades fundamentais da economia baiana, havendo visitado a Bolsa de Mercadorias e os Institutos do tabaco e do café, o autor detém-se demoradamente no pitoresco e diferencial e, perante isso, ele não se satisfaz com a sua visão senão que sobre isso aprofunda. Assim, por um lado, aprecia e valoriza, em decorrência da sua participação, da beleza, música e colorido de procissões, de “fiestas africanas” e de “danzas preciosas”. No seu parecer, explana a origem e as feições do

⁴⁴¹ Não podemos contemplar que o assunto migratório carecesse de interesse para José Casais Santaló. O livro, acima mencionado, que Antenor Nascentes cita no perfil biobibliográfico de Casais, intitulado *Emigración española y particularmente gallega a Ultramar: estudios, asistencia, protección, fundamento, medios de asistencia de que disponen los emigrantes en América, trazos de un programa de tutela eficaz*, publicado em Madri em 1915, é uma prova da dedicação do autor a esse tema.

sincretismo religioso afro-brasileiro. Por outro, ele retrata a pesca em jangadas, descreve com profusão de detalhes o comércio ambulante, sobretudo o da alimentação dos tabuleiros de negras e mulatas, e afirma ter visitado e fotografado 50 templos cristãos e participado em cerimônias em 20 terreiros de candomblé, pois ele informa que “no podía pasar por Bahía sin asistir a las fiestas religiosas de los negros” (Casais, 1940: 71)⁴⁴². Casais comove-se com a espiritualidade cristã dos baianos e critica os que a tinham desprezado:

⁴⁴² O candomblé e a macumba são temas freqüentes nas impressões de viagem por Bahia de visitantes estrangeiros. Em língua espanhola, além do exposto pelo Prof. Casais, localizamos dois extensos relatos sobre idas a terreiros. Um deles está inserido no cap. Bahia de todos los Santos do produto, acima mencionado, *Kodak; El Brasil ante mi lente*, da autoria de Andrés Daglio (1951). Da cidade de Salvador, Daglio (1951: 135) coloca, como se segue, que é patente a mistura religiosa afro-pagã e cristã pela combinação de santos que se adverte nessa capital: “No solo los del calendario gregoriano, honestas santidades que pasaron por las mallas sutiles de Roma, sino las maléficas divinidades negras transplantadas, con los esclavos, de los ritos bárbaros de Oganda y Benguela”. Daglio (1951: 135) também nega que em Salvador haja tantos templos como dias do ano: “Quiere esa leyenda que haya en la capital bahiana 350 iglesias, una por cada día del año. Pero como me debo a la verdad afirmo que no hay más de cuarenta y algunas de las cuales en ruinas ya, desafectadas al servicio religioso”. Para conhecer bem a cidade, recomenda aos viajantes que se deixem guiar “por su inteligencia más que por sus ojos” para assim descobrirem os pequenos detalhes carregados de imensa significação histórica. Ao contemplar a fachada do convento de São Francisco, ele também considera que a fé fazia com que os escravos, embora compulsoriamente, trabalhassem felizes, sem nenhum pesar nem ressentimento: “Aquí palpita la fe del pueblo. Aquí se siente latir el corazón de los humildes en cada flor, en cada rama, en el menor adorno de sus capiteles, de sus tímpanos, de sus ogivas. Admirando sus prodigiosos portales uno ve que los obreros que allí trabajaron no eran comunistas, pues manejaban el escopo y el martillo con el amor de la fe, aquella inmensa fe que según el Evangelio levanta montañas pero que también construye catedrales. Para los pobres negros de aquella lejana época, esculpir una rosa en el portal de S. Francisco o hacer surgir de la piedra ingrata la gracia inefable de un ángel sonriente era como rezar, era como levantar al Altísimo la expresión humilde de su fe” (Daglio, 1951: 137). Em relação ao interior do templo, opina que a sua riqueza em pão-de-ouro deve instigar os instintos cobiçosos dos turistas, que tiram lâminas dos retábulos e das colunas causando grande prejuízo nesse patrimônio da igreja: “Si un duende juguetón y travieso, tradujera el pensar de muchas mentes turistas cuantos racimos de oro no se desprenderían de los capiteles y cuantos dorados frutos que engalanan el púlpito no caerían a los pies del visitante! Pero como Dios no escucha esas preces nacidas en la codicia ellos dan un empujoncito a su deseo y con la uña o con un cortaplumas arrancan de las columnas algunas tiritas de oro” (Daglio, 1951: 138-39). Logo de se referir à arte religiosa e às procissões católicas de Salvador, o autor centra o seu relato nos cultos afro-baianos – cultos dedicados aos “ídolos nativos” e às “fuerzas naturales” dos escravos –, indicando que a sua importância se deve a que 70% da população soteropolitana constituíam-no os negros: “Bahía es la ciudad del Brasil en donde se cultiva con más amor y frecuencia la bárbara poesía de las creencias negras. Los antiguos esclavos, que la avidez mercenaria arrancaba del salvajismo africano, transplantaban a la colonia lusa, con su carne de ébano, su fetichismo y su folklore. Relegados en las inmensas plantaciones, después del arduo trabajo se reunían de noche en sus chozas ‘senzalas’, y allí, alejados de los blancos, se entregaban al culto de sus divinidades negras” (Daglio, 1951: 143). Daglio identifica a macumba como “la religión de los negros”, na qual se amalgamaram as religiões dos “indios autóctonos” e o catolicismo levado pelos missionários. Ele recomenda, devido à sua “color local”, conhecer as festividades em louvor a Iemanjá no rio Vermelho e a procissão marítima do Nosso Senhor dos Navegantes. Em relação à “macumba”, ele contradiz o cineasta Henri-Georges Clouzot ao não lhe reconhecer a vantagem de haver sido o primeiro branco de participar, em Salvador, da Macumba: “Dice Clouzot que él fue el primer blanco que ha logrado penetrar las misteriosas prácticas macumberas lo que es totalmente falso, pues quien escribe estas líneas cada vez que va a Bahía asiste a la macumba en cualquiera de sus ‘terreiros’ y conoce además muchos blancos que lo han precedido. Agrega también, que las ‘demarches’ para ser admitido duraron tres meses, lo que no puede ser cierto, ya que su permanencia en el Brasil duró más o menos ese tiempo. Dice que por iniciarlo en el culto de Oshum y asistir a

outra cerimônia le cobraron 70 mil francos. Y eso sí lo creo porque conozco la ‘malandrajens’, la viveza maleva de los negros. Los macumbeiros, jefes de terreiros, son en general pobres negros desprovistos de todo recurso. Así es que cuando un blanco, ávido de emociones sangrientas les cae entre las manos lo despluman a valer. Y es eso lo que le sucedió al gran Clouzot” (Daglio, 1951: 149). Daglio descreve pormenorizadamente os rituais e cultos – um “bárbaro ritual”, uma “salvaje bacanal” – da “macumba” – uma “superchería” – em um terreiro, ao qual comparece guiado por um “negro cicerone”, durante a cerimônia de consagração de umas moças. Ele só abandona o terreiro de madrugada, e conclui em relação ao que viu: “Y pienso que si aquellos negros fueran sinceros, si todo aquel aparatoso ritual no fuera superchería y si en realidad hubieran dioses tan sangrientos y bárbaros su vida sería una alucinación y su muerte un martirio” (Daglio, 1951: 154). Neste século, Javier Nart (2002) fez uma viagem pelo Brasil com cujas impressões elaborou-se o produto *Viaje al Brasil – Del Mato Grosso a la Amazonia y al Nordeste Atlántico*. Na verdade, a viagem fora empreendida pelo compromisso assumido pelo autor com Ediciones B de compor livros de viagem, para a coleção Biblioteca de Grandes Viajeros, seguindo itinerários atraentes para os consumidores em língua espanhola. Assim, escolheram-se roteiros alheios às grandes cidades e aos centros turísticos populares, como a Indochina, em *Viaje al Mekong* [Nart, 2001] e o Saara em *Viaje al desierto* [Nart, 2000]. No caso de *Viaje al Brasil*, o autor afirma que ele procurara apresentar um outro Brasil, pouco conhecido, ao qual ele se refere como se segue: “El otro Brasil es el distinto de los tópicos de la juerga y la mulata de las playas de Río o del ecologismo radical, primario y falso de los maximalistas que opinan desde Europa sin conocer la realidad sobre el terreno. Es alejarse del tópico de un Brasil tercermundista para presentar los diferentes brasileños geográficos, sociales y culturales. Es un viaje por la geografía, las gentes y la historia” (Nart, 2002). É claro que o autor não menciona que, durante todo o séc. XX, houve viajantes europeus que percorreram o Brasil almejando a compreensão desse mesmo “outro Brasil”. Ele, pois, relata a sua travessia pelo roteiro alternativo que, décadas antes que ele, seguiram alguns viajantes, como Álvaro de Las Casas e José Casais, procurando mostrar os aspectos brasileiros qualificáveis como distintos por estarem pouco afetados pela civilização. De fato, o roteiro de Nart coincide em boa parte com o de Álvaro de Las Casas – ida à Amazônia, estadias em Porto Velho e Manaus, navegação pelos rios Madeira, Solimões e Negro, estadia em São Luís do Maranhão, passagens por Fortaleza e Natal, finalização em Salvador –. A diferença entre os itinerários escolhidos pelo cântabro e pelo galego esteve no início escolhido. Enquanto, Las Casas começa a viagem no atual Estado de Roraima, Nart inicia-a em Campo Grande-MS, já que, segundo declara: “Mi propósito era recorrer la frontera occidental de Brasil siguiendo la ruta mítica de un personaje que siempre me fascinó: el mariscal Cándido Rondón, militar, explorador, filósofo, humanista y protector de indios, que en compañía del contradictorio ecologista, imperialista y chulonacionalista expresidente Theodore Roosevelt (mitómano y mentiroso héroe en la guerra hispano-norteamericana de Cuba), había recorrido a principios de siglo miles de kilómetros de selva, jungla y ríos inexplorados entre Paraguay y el Amazonas” (Nart, 2002: 11). Além disso, embora ambos se dirijam até a costa nordestina visando alcançar Salvador, Nart lá detém as suas crônicas, enquanto que Las Casas entende o seu relato até o Rio de Janeiro, aonde descende em navegação de cabotagem. Com a ambientação de Salvador, Nart detém-se nos traços peculiares da identidade afro-brasileira. Por um lado, como generalidade aplicável a todo o Brasil, pondera: “La impronta de la cultura negra, africana, es una constante en todo el país, en la música, en las artes, en los mitos, en las religiones” (Nart, 2002: 269). Por outro, centrando-se em Salvador explica como se consolidou o sincretismo religioso afro-brasileiro nessa cidade: “Y progresivamente los ‘batusques’ fueron mistificándose, ‘mestizando’ las superestructuras religiosas africanas y occidentales. Sus dioses yorubas, benineses, abomeys unidos en contubernio con la ortodoxia impuesta por los curas y frailes cristianos. Y un súbito fervor aparentemente católico impregnó el alma de los esclavos, ahora fervientes devotos de Jesús (el Señor do Bonfim), de la Virgen de la Candelaria, de san Jorge, de san Pedro, de san Antonio, de san Jerónimo, de santa Bárbara o de la Virgen del Rosario. En realidad tras cada uno de ellos se escondían sus propios dioses: Oxalá, Oxum, su esposo Xangô, Exu, Ogun, Oxosse, Iemanjá...” (Nart, 2002: 271-73). Nart menciona a extensão da freguesia desses cultos – candomblé e umbanda, cujas diferenças e respectivas divisões explica – à população branca e como essas práticas viraram tanto um apaixonante motivo de estudo para os antropólogos quanto uma atração, nos terreiros, “previo pago”, para os turistas. O autor recomenda alguns terreiros para os turistas interessados nesses cultos (“así como los turistas en España, les guste que no, van a los toros, también es recomendable acudir a alguna de estas ceremonias”) e assinala com sarcasmo quais são as oferendas que devem ser feitas pelos fieis aos orixás. Nesse sentido, avalia os rituais adotando uma posição atêia: “Realmente si tan sobrenaturales seres son manipulables, propiciables, engatusables, a través de tan elementales actuaciones, falla la lógica por alguno de

Quienes no supieron apreciar el carácter del pueblo bahiano, o lo estudiaron ligeramente, sacaron de ahí tema para malintencionadas burlas. La fe religiosa de ese pueblo es la consecuencia de una tradición espiritual y merece los más profundos respetos. Si algunas veces le llevó al fanatismo o a la superstición (y esto solo puede referirse a las clases no instruidas) ese fanatismo y esa superstición también son respetables porque obedecen a íntimas inquietudes, cuando no a exaltaciones místicas, que contrastan con el materialismo degradante de los pueblos sin historia (Casais, 1940: 63-64).

Casais entrevistou babalorixás e, de dois deles, redigiu uma sumária história das suas vidas. Da prosa relativa a essas entrevistas infere-se que a decisão de entrar em contato com indivíduos e comunidades envolvidas com o candomblé não foi tomada de improviso, senão que fazia parte dos planos preparados para a visita a Salvador, isto é, Casais almejava o encontro com esse sujeitos e a participação nos rituais do candomblé:

El Prof. Pierson, de la Universidad de Chicago, estudioso de geografía humana en Bahía, me presentó a Benedicto X (el nombre no hace al caso). En Benedicto, díjome Mr. Pierson, tendrá usted un excelente introductor en los medios gegé-nagó donde ese anciano es respetadísimo.

Aquel mismo día bajé la cuesta del Camino Novo empedrada de puntiagudos guijarros, para avistarme con el viejo.

Una escalera pina, tanto o más que la calle, conduce a la morada de este buen hombre. Me recibió cortés en una salita, donde trabaja, a pesar de sus ochenta años, con la misma ilusión y con la misma asiduidad de un joven. Con él estaba un cliente tratando de cierta encomienda en fibra vegetal, y otro joven negro, elegantemente vestido, amigo dilecto de la casa.

El Sr. Benedicto no representa la edad que tiene. Alto, fuerte aún, pese al padecimiento de aorta que mina su organismo, conserva la alegría y la locuacidad, sobre todo la locuacidad, de los tiempos mozos y mantiene largas conversaciones sin mostrar síntomas de cansancio. Nació en Bahía de Todos los Santos y, cuando apenas contaba trece años, fue llevado a Nigeria de donde no regresó hasta cumplidos los cincuenta. Educóse en África, en un colegio inglés presbiteriano. Habla correctamente aquel idioma y el portugués pero defiende la supremacía del nagó, “la lengua de su padre y de su madre, acentúa enérgico, que todos los negros deberían saber y hablar, pero de la cual ya se burla la mocedad de ahora”. Tronando contra las actuales generaciones que perdieron el sentimiento de la raza aborigen y, en términos de incontenida exaltación: – Yo iría al patíbulo defendiendo mi raza, mi religión, mi lengua, dijo. [...] Toda su conversación gira en torno de los mismos temas: la tradición, la raza, la religión, la lengua, las costumbres de los antepasados, la pureza prístina de algunos, pocos, candomblés típicos y la odiosa mixtificación de los modernos que alteran lo que debe ser inmutable y no son sino “bobagem”, fiestas para reír y hacer ruido (Casais, 1940: 75).

los extremos. Por el de los hombres, por las mamarrachadas que ofrendan, o por el de los orixas, por las que exigen”.

É o sujeito apelidado Benedicto X quem aconselha Casais conhecer dois tipos de candomblé, os genuínos – “clásicos” – e os modernos – “mixtificados” –. E, para tal, Casais vai ao encontro do pai-de-santo Pedrinho (“vamos a conocerlo por este nombre supuesto” Casais, 1940: 77), o seu segundo entrevistado, a quem lhe comenta os seus desejos de assistir a um candomblé⁴⁴³. Esse pai-de-santo não só consente que Casais assista a um

⁴⁴³ Doze anos depois de Casais, Albert Camus esteve no rio de Janeiro e em Salvador da Bahia. De junho a agosto de 1949, Camus viajou pela América do Sul. Essa foi a sua segunda viagem americana. Antes, de março a maio de 1946, ele estivera nos Estados Unidos. Depois da sua turnê pela América do Sul, Camus não aceitará mais convites para participar em eventos no ultramar e, fora da França, só ministrará palestras na Itália e na Grécia. As suas impressões durante a estadia na América do Sul foram registradas por Camus em um caderno e, na sua primeira publicação, em 1978, bem depois da morte do escritor, ocuparam um mesmo volume com as impressões anotadas na viagem aos Estados Unidos. Nós utilizamos a 3ª edição da tradução brasileira, *Diário de viagem – a visita de Camus ao Brasil* (Camus, 1985). Na Introdução da primeira edição francesa, traduzida na edição por nós usada, R. Quilliot advertira em relação ao estado de ânimo de Camus durante as suas viagens pelos Estados Unidos e alguns países da América do Sul que “se lhe ocorre divertir-se, na maioria das vezes fica irritado com as múltiplas obrigações desse tipo de périplo: encontros variados, e, muitas vezes, decepcionantes; tudo é feito para irritar um homem que sabe contudo que ao aceitar essa viagem aceitara também esses encargos. Da mesma forma, ver-se-á Camus submeter-se voluntariamente, mas, no fundo, com má vontade, a um programa excessivamente sobrecarregado e de interesse diverso” (Camus, 1985: 11). No Rio, comunica-se com ele Abdias do Nascimento, à época diretor do Teatro Experimental do Negro, que ia encenar o *Calígula*, de Camus, com um elenco só de negros. Abdias do Nascimento tornar-se-ia, no desenvolvimento da sua carreira profissional, escritor, jornalista e político. Mas, então, entra em contato com Camus para solicitar a sua colaboração na direção de *Calígula* e convida-o a conhecer uma cerimônia de candomblé. A esse convite refere-se, assim, Camus (1985: 77): “Sobretudo, os jovens de um grupo negro que querem montar *Calígula* e com quem me comprometo a trabalhar. Depois, isole-me com um deles, que fala espanhol, e com o meu terrível espanhol, concordo em ir a um baile negro no domingo”. A narração da sua participação no candomblé intitula-se *Pai dos Santos*, mas a tradutora [Valerie Rumjanek Chaves] decidiu escrever “Uma macumba no Brasil”. Camus, ao contrário de Casais, não previra uma ida a essas cerimônias. De fato, do seu relato interpreta-se que não sabia nada a respeito delas. Ele tão só aceita o convite e deixa-se levar. A narração é uma crônica constituída pelas observações de Camus durante a sua experiência no candomblé. Trata-se de uma prosa que, supostamente, pretendeu ser lida como um retrato realista do acontecido, sem que o autor queira que se note que ele se tenha surpreendido ou maravilhado perante o que viu. Nesse sentido, parece que Camus prestou atenção ao que viu, mas o espetáculo cansou-o e quase o aborreceu. Essa crônica termina assim: “Uma branca gorda, com uma cara animal, uiva sem parar, mexendo a cabeça da direita para a esquerda. Mas umas jovens negras entram no transe mais terrível, com os pés colados ao chão, e o corpo todo percorrido por sobressaltos cada vez mais violentos, à medida que sobem para os ombros. A cabeça – esta se agita da frente para trás, literalmente decapitada. Todos gritam e urram. Depois, as mulheres começam a cair. Levantam-nas, apertam-lhes a testa, e elas recomeçam, até tornarem a cair. Atinge-se o auge no momento em que todos gritam, com estranhos sons roucos, que lembram latidos. Dizem-me que isto irá continuar até o amanhecer, sem mudanças. São 2 horas da manhã. O calor, a poeira e a fumaça dos charutos, o cheiro humano, tornam o ar irrespirável. Saio, trôpego, e respiro afinal deliciado o ar fresco. Amo a noite e o céu, mais do que os deuses dos homens” (Camus, 1985: 94). Uma noite, Abdias do Nascimento leva também Camus a dançar samba em um bairro carioca afastado. Essa noite resultou a Camus decepcionante. Consideramos que a crônica que redigiu sobre ela (Camus, 1985: 95-96) é uma negação do exotismo e uma desiludida comprovação da ausência de traços diferenciais do que, aos olhos de outros observadores, poderia se apresentar como um quadro típico da cultura popular brasileira: “Nada diferencia esse *dancing* de mil outros pelo mundo afora, a não ser a cor da pele. A esse respeito, observo que tenho que vencer um preconceito inverso. Amo os negros *a priori* e fico tentado a ver neles qualidades que não têm. Gostaria de achar estes bonitos, mas imagino que sua pele seja branca e descubro então uma bastante bela coleção de ‘caixeiros’ e de empregados ‘dispépticos’ (Camus, 1985: 96). No entanto, Camus fica “totalmente seduzido”, quando, dois dias depois – 19 de julho – da sua ida a esse *dancing* assiste a um recital

candomblé senão que o aceita na qualidade de convidado distinto. A sua primeira experiência na liturgia dessa religião animista será matéria de um pormenorizado relato. Além dessa experiência, ele também narra a sua participação de um outro candomblé, mais “fastuoso”, em que se inaugurava um novo tempo desse credo⁴⁴⁴ O autor encerra as suas narrações dos cultos africanos com uma reflexão que ele adscribe na psicanálise:

Mi apreciación es la apreciación de un turista, libre de prejuicios sectarios.

Si del arte se pasa a la ciencia, afirmo también que en las fiestas negras hay mucho que aprender. Las disciplinas antropológicas tienen ancho campo de experimentación en los “terreiros”.

Brindo un precioso tema a los especialistas: la posesión o bajada de santo (Casais, 1940: 88-89).

Da capital da Bahia, para continuar satisfazendo as suas “ambiciones artísticas”, passará à capital de Minas Gerais. Essa travessia ocupa a Terceira Parte do livro, intitulada De Bahía a Minas por el río San Francisco. Dois trechos dessa viagem foram de trem (de Salvador a Juazeiro e de Pirapora a Belo Horizonte) e um trecho intermediário foi de navio, remontando o rio São Francisco (entre Juazeiro e Pirapora, perfazendo 1.371 kms de périplo fluvial). Na sua narrativa de viagem, o autor sublinha constantemente que a

de Dorival Caymmi. Camus, por outra parte, quem não se considera um turista e que sente que a sua viagem é um trânsito pelo exílio, menciona encontros com mais de uma dezena de franceses residentes no Rio e, inclusive, com espanhóis. Assim, nas suas anotações sobre as atividades do 20 de julho [1949], destaca que a uma conferência sua no Rio assistiram o embaixador da Espanha e Ninu “um refugiado espanhol que conheci em Paris. “ [...] Não o deixo mais, feliz por ter esse amigo na sala, e pensando que é para homens como ele que vou falar” (Camus, 1985: 100). Camus chega a Salvador no dia 23 de julho, mas só permanece nessa cidade dois dias. De todas as formas, nesse período percorre ruas e entra em locais onde também estivera Casais. Assim, visita também a igreja do Cristo do Bonfim. Aprecia a igreja, mas não se admira: “É sufocante. Mas esse barroco harmonioso repete-se muito. Finalmente, é a única coisa a ser vista neste país, e isso se vê depressa. Resta a vida verdadeira. Mas sobre esta terra imensa, que tem a tristeza dos grandes espaços, a vida é a nível do chão e seriam necessários muitos anos para a ela integrar-se. Será que sinto vontade de passar alguns anos no Brasil? No” (Camus, 1985: 107). No último dia que ele passa em Salvador, o 24 de julho, assiste a um outro candomblé – “nova cerimônia desta curiosa religião afro-brasileira” –. Mas, desta vez, Camus impressiona-se com a beleza e danças de uma sacerdotisa – uma “filha-de-santo” –: “Uma delas, alta e esguia, me encanta. Está com um chapéu de caçadora azul, com a aba levantada e plumas de mosqueteiro, de vestido verde, e traz na mão um arco verde e amarelo, munido de sua flecha, em cuja ponta está espetado um pássaro multicolor. O belo rosto adormecido reflete uma melancolia impassível e inocente. Essa Diana negra é de uma graça infinita. E quando ela dança, essa graça extraordinária não se desmente. Sempre adormecida, vacila nas pausas da música. Só o ritmo empresta-lhe uma espécie de tutor invisível, em torno do qual ela enrola seus arabescos, emitindo, de vez em quando, um grito de pássaro, estranho e lancinante, porém melodioso. O resto não vale grande coisa. Os ritos degradados exprimem-se em danças medíocres” (Camus, 1985: 109-10).

⁴⁴⁴ Casais (1940: 84) reproduz o bilhete que recebera convidando-o a participara no candomblé: “Días más tarde me cupo la suerte de asistir a un fastuoso candomblé en San Gonzalo del Retiro. Doña Eugenia Anna dos Santos, perteneciente a una tradicional familia africana, me hizo llegar este convite: ‘Exmo. Snr. Dr. José Casais, O Centro Cruz Santa, do Opô Afonjá, tem o prazer de convidar a V. Ex. e Exma. Família, para assistirem, às 16 horas do dia 10 de outubro, a solenidade do início da construção do seu templo, bem assim as festividades de Orixá-Lá, as quais se prolongarão até 25 de dezembro do corrente ano. Confiado no respeito e interesse que dispensais ao nosso culto, aguardamos com muita satisfação a vossa presença. Bahia, Setembro de 1937. A DIRETORIA’”.

experiência da travessia fluvial constituiu, apesar de alguns incômodos próprios das incursões aventurescas pelo sertão, um idílio. Ele afirma que se deliciou com essa experiência, e que gostou de tudo, da paisagem, da fauna do rio e da fauna ribeirinha, da flora das margens, das condições de viagem nos dois navios em que embarcou, pertencentes à Companhia da Viação Baiana do São Francisco – o “Codeiro de Miranda” e o “Juracy Magalhães” –, da gastronomia nas aldeias e cidades da ribeira são-franciscana, da aparência dessas povoações e do convívio com os seus habitantes, até o ponto de recomendar essa travessia como atração turística⁴⁴⁵. No porto de Juazeiro, em que ele embarca, Casais topa com “emigrantes” – passageiros de terceira classe –, mas estes são ribeirinhos que partem em direção a São Paulo na procura de melhores salários. As suas descrições são meticolosas e, ao se referir às características do navio e dos tipos humanos transportados, menciona, por primeira vez, um patricio seu:

Casi todos los pasajeros eran viajeros de casas comerciales establecidas en Bahía, Belo Horizonte y Río de Janeiro. Llenaba el número una pareja de recién casados, solícitos de no ocultar su condición, un funcionario del Gobierno Ballano y un curita gallego que, huyendo de la quema, viniera a ejercer su sagrado ministerio en las riberas del San Francisco (Casais, 1940: 111).

Não haverá mais alusões a esse “curita gallego”. Mesmo que, até essa altura da sua narrativa, Casais não haja feito menções à Guerra Civil da Espanha, é claro que a “quema” é uma referência a ela. O autor trata o “curita” como um fugido. Ele, porém, na verdade um outro “fugido”, considera-se a si mesmo um turista no Brasil⁴⁴⁶. Na cidade de Bom Jesus da

⁴⁴⁵ A única queixa – queixa reiterada – de Casais deve-se, por um lado, às dificuldades que teve para abastecer-se de bebidas engarrafadas e, por outro, à dificuldade para manter frias, quando as consegue adquirir, essas provisões. Em várias passagens (Casais, 1940: 115) comenta as gestões que teve que fazer para comprar cerveja, guaraná, água tônica e água mineral.

⁴⁴⁶ No n. 17 da *Gaceta de la República*, de 17.01.1937, publicou-se o decreto assinado por Manuel Azaña informando-se da destituição e da “separación del escalafón” de José Casais Santaló, “Agregado comercial en la Oficina Comercial de España en Buenos Aires” (Disponível em: <[http://www.boe.es/datos/pdfs/BOE/1940/209/A05206-05207.pdf](http://www.boe.es/aeboe/consultas/bases_datos/search.php?coleccion=gazeta&start=25680&page_hits=40&busqueda=(tit=(d))&sort_spec=%20fpu%20desc%20ref%20asc&limit_spec=>”; acesso em: 26 jun. 2009). Não temos mais dados acerca dessa primeira destituição; só podemos especular que o motivo fora o abandono de emprego por parte do funcionário. No n. 79 da <i>Gaceta de la República</i>, de 20.03.1937, publicou-se a Ordem dispondo que causasse baixa definitiva “con pérdida de todos sus derechos”, o “Jefe de Negociado D. José Casais Santaló”. No n. 480 do <i>Boletín Oficial del Estado</i> [do governo nacional], de 13.02.1938, publicou-se a “Orden separando definitivamente del Servicio del Estado a don José Casais Santaló, agregado comercial de segunda clase” (Disponível em: <; acesso em: 26 jun. 2009). No *BOE* de 27.07.1940, publicou-se a baixa definitiva e a “separación del escalafón” de José Casais Santaló, chefe de negociado de segunda classe, quem se encontraria em situação de “excedencia” voluntária. Observa-se, pois, que José Casais foi exonerado tanto pelo governo da II República quanto pelo governo nacional, embora segundo a Ordem de 23.07.1940 do Ministério de

Lapa, em que o vapor em que viaja fez escala, Casais vai à procura de outro cura, o P. Villanova, quem lá exercia de pároco e de capelão do santuário criado na gruta do Bom Jesus da Lapa⁴⁴⁷. Tangencialmente, no relato desse encontro, o autor insere mais uma alusão à Guerra Civil: “En la casa rectoral el P. Villanova, bien ajeno a nuestra inesperada visita, escuchaba por la radio noticias de la guerra española. Al sabernos pasajeros del ‘Juracy’, accedió bondadoso a mostrarnos la Gruta [da Lapa] y él mismo nos condujo al Santuario [do Bom Jesus da Lapa]” (Casais, 1940: 127-28). Esse capelão é qualificado como “mi amable compatriota” por Casais (1940: 130) e dele reproduz-se um fragmento da sua *Resenha Histórica* sobre o Santuário. Contudo, dessa obra do P. Villanova, Casais não oferece mais dados assim como também não destaca mais nada no tocante a esse cura.

Esta terceira parte da obra contrasta com as anteriores nas abundantes citações de relatos e ensaios de outros viajantes que o antecederam no périplo. Casais refere-se a esses produtos e aos seus autores e reproduz alguns fragmentos dessas prosas⁴⁴⁸, ora para confirmar o nelas exposto, ora para matizar ou completar alguns aspectos, justificando-se essas emendas pelas transformações operadas pelo avanço, no sertão, do progresso. Assim, ele afirma “La civilización mudó por completo estos panoramas” (1940: 123). Todavia, com nenhum desses autores discorda. Ele insiste bastante na viçosidade ribeirinha, na fertilidade da terra e na copiosidade de peixe, mas lamenta que a escassez e as deficiências em meios de transporte impeçam um maior desenvolvimento econômico através do comércio. Além do mais, e isto será a única crítica azeda que manifeste o autor, ele acredita

Agricultura do Estado *franquista*, publicada no *BOE* de 27.07.1940, ele estivesse em situação de afastamento voluntário.

⁴⁴⁷ Nos seus apontamentos, Casais não explicita como definiu o roteiro escolhido. Embora ele contraste as suas impressões de viagem com os relatos redigidos por naturalistas, exploradores, missionários e historiadores que o antecederam na observação do espaço que ele percorre e dos aspetos sociais desse espaço, ele tende a ocultar os seus assessores. Todavia, em várias passagens fica claro que ele contou com guias que o aguardavam ou que previamente foram avisados da sua chegada. Assim, na escala que o vapor Juracy Magalhães fez no porto de Remanso, Casais (1940: 119) indica que lá já o aguardavam: “Remanso es superior en habitantes y en extensión a cualquiera de las poblaciones que dejamos atrás. Me disponía a bajar del vapor cuando vino a saludarme el juez de derecho de la comarca Dr. Brandão de Moura, ofreciéndose a servirme de cicerone en la visita de la ciudad [...] Las ‘enchentes’ y las inundaciones son fenómeno ordinario del San Francisco. Se producen periódicamente. En época normal la descarga del río es de mil a mil quinientos metros cúbicos por segundo; en las crecientes pasa de diez mil. Los notables naturalistas Spix y Martius las describieron así: “El río San Francisco comienza a crecer en Noviembre, sube hasta Febrero y baja de nuevo en Marzo. [...]”.

⁴⁴⁸ Os autores mencionados por Casais são: João Ribeiro, Vieira Couto, Urbino Vianna, Vasconcellos Costa, Spix e Martius, Teodoro Sampaio, Halfeld, Rodrigues Ferreira, Euclides da Cunha, Paranhos Montenegro, Accioly, Derby, e Villanova.

que a abundância de mantimentos produzida pela riqueza natural – florestal e agrícola –, e pelas facilidades para a piscicultura, entorpecem e letargiam os nativos:

La pereza e indolencia de los campesinos ribereños dificulta mucho el abastecimiento de los vaporcitos, no acondicionados para llevar víveres en cantidad. El capitán me refirió que en una ocasión fue menester retrasar en cuatro horas la comida por falta absoluta de alimentos. Se contaba con la seguridad normal de encontrarlos en cierto pueblecito, escala del vapor, y no fue posible sino después de acudir al concurso de casas amigas.

El pescado abundantísimo... en el río, nadie lo vende y muy pocos lo pescan. Las legumbres, por lo menos abóboras, se producen también sin tasa, pero tampoco se hace mercado de ellas. En un lugarejo vi a un mozo cargado con una sandía, le ofrecí diez veces su valor y no conseguí que me la vendieses. El progreso de estas zonas es muy costoso por la misma abundancia, y por la facilidad de vida (Casais, 1940: 112-13).

Essas críticas, no entanto, são contrapostas a apreciações laudatórias sobre os vizinhos de algumas das vilas em que atraca o vapor em que viaja. A partir da sua experiência com alguns povoadores da cidade de Bom Jardim, afirma:

Viendo desde el barco un lejano grupo de cocoteros me dispuse a adquirir los frutos pues, aunque el “Juracy” iba bien abastecido de aguas minerales y dotado de heladera, al agua de coco no hay bebida que la sustituya. Un “moleque” (mozallete) trepando como mico por los “coqueiros” pronto me proveyó de tres docenas de cocos. Al dejarlos en el camarote despidióse con una cortés reverencia y una frase ciudadana:

– Señor, quedo a su disposición para todo.

Quiéranlo o no los detractores de la civilización brasileira, el sertanejo, incluso el de la zona sanfranciscana, no es tan rudo como se dice. En punto a educación y buena crianza nada desmerece del campesino de los países más alfabetizados. Adviértese también la influencia de las escuelas, ya numerosas, en los pueblos que vamos recorriendo (Casais, 1940: 126).

A viagem de trem entre Pirapora e Belo Horizonte é resumida por Casais em dois breves parágrafos. Só menciona as cidades com ferroviárias na linha que ele seguiu, e faz algumas alusões à beleza da paisagem e ao avanço da civilização⁴⁴⁹. Em Belo Horizonte a

⁴⁴⁹ Após a pormenorizada descrição da longa viagem que fez de vapor pelo rio São Francisco, e da exposição das reflexões a que essa travessia o induziu, Casais resume a traços largos a sua chegada de trem a Belo Horizonte. Com esse topônimo, entre signos de exclamação, encerra a terceira parte do seu livro. O entusiasmo que no autor produz a chegada na capital de Minas, indicado com a admiração com que destaca o topônimo, marcará também a descrição inicial dessa cidade, identificada por ele como uma “ciudad modelo” (Casais, 1940: 141). O encerramento da terceira parte é o seguinte: “La parte navegable del San Francisco termina en Pirapora, debido a que el lecho pedregoso – ‘encachoeirado’ – del río que alcanza aquí una anchura de setecientos metros, no permite el paso, ni aún en canoas. La ‘Central del Brasil’ construyó un bello puente de seiscientos noventa y cuatro metros de largo esperando la continuación del ferrocarril en sentido Norte hasta Belén ya que hoy termina en Pirapora el ramal injerto en Corinto sobre la línea Belo Horizonte-Montes

admiração e os elogios de Casais perante todas as coisas do Brasil não diminuí. Se no Rio ele apreciou uma bela combinação entre beleza natural, tradição histórica urbana e arquitetônica, e progresso, se na Bahia ele se interessou pelo passado barroco de Salvador e foi atraído pela identidade afro-brasileira, se ao longo do rio São Francisco ele enfatizou o entusiasmo que provocava o conhecimento da paisagem sertaneja e do modo de vida das povoações ribeirinhas, em Belo Horizonte, “la ciudad vergel” (Casais, 1940: 149), ele destacará a idoneidade da projeção da modernidade sobre os campos sociais de uma urbe. Nas páginas dedicadas à capital de Minas Gerais, a prosa descritiva de Casais, se comparada a relatos sobre as feições e cenas urbanas de Belo Horizonte redigidas contemporaneamente por outros observadores e por cronistas, converte-se em uma contundente louvação na qual nada da cidade é assinalado como superável. Casais fica satisfeito com Belo Horizonte; tudo dessa cidade obriga-o à exaltação e parece-lhe foco de interesse turístico, inclusive a prisão belo-horizontina⁴⁵⁰:

Claros. Sirviéndome de este ferrocarril continué viaje hacia la capital de Minas Gerais. El tren llevaba apenas un vagón de primera clase y otro de segunda; el resto de la composición eran unidades de carga. Paisaje lindo. Atravesamos grandes haciendas y bosques en explotación. El río das Velhas nos acompaña y, en muchos trechos, ladea materialmente los carriles. Cenamos en la estación de Lassance, ‘ponto de janta’, y a las ocho y media estábamos en Corinto, lugar de entronque de las líneas a Montes Claros, Diamantina y Belo Horizonte, continuando viaje por una zona tan rica como interesante por los tesoros arqueológicos que encierra: Curvelo, centro comercial importantísimo, asume considerable producción de algodón y ganado vacuno; Maquiné, con las famosas grutas que dieron aportaciones de incalculable valor a la arqueología americana; Sete Lagoas, la ciudad de las siete lagunas; Dr. Lund, en memoria del sabio investigador dinamarqués Peter Wilhelm, autor de estudios notables sobre prehistoria brasileña; General Carneiro, lugar de enlace del ramal de Sabará... ¡Belo Horizonte!” (Casais, 1940: 136-37).

⁴⁵⁰ No seu relato sobre a Penitenciária Agrícola de Neves – PAN, construída no terreno que ocupara uma antiga fazenda localizada no que em 1938 era o município de Betim, Casais (1940: 149-54) afirma que a visitou “varias veces”. O seu interesse por essa colônia penal agrícola não surpreende se for considerada tanto a trajetória profissional – jurídica – do autor quanto o caráter inovador que, na época, apresentava o estabelecimento. Casais esteve na PAN justo após a sua inauguração, em abril de 1938. Então, a PAN foi considerada um modelo para a modernização do sistema penitenciário. Esse modelo consistia na demonstração de que era possível a recuperação, e reinserção social, dos detentos mediante o respeito da sua dignidade, pela instrução moral e intelectual e pela reeducação que se lhes daria no presídio através do trabalho em oficinas e no campo, em consonância com a sua conduta e aptidão. A descrição de Casais da PAN é pormenorizada: “Con ser muy interesante el aspecto exterior de la Penitenciaría, pasa a lugar secundario ante la consideración de los principios que rigen la vida del establecimiento. En la construcción del inmenso edificio los técnicos estudiaron, hasta el menor detalle, los progresos de la arquitectura penitenciaria, adaptándolos al ambiente y necesidades del país. Puede asegurarse que no existe en el mundo (no olvido los establecimientos de Suiza y América del Norte) nada superior, tanto en la construcción propiamente dicha como en el aparejamiento. Puede que a algunos observadores les sorprenda el “confort” de la Penitenciaría. Será a los que abrigan un concepto erróneo de la finalidad de esas instituciones. Quien crea que el delincuente debe ser corregido a fuerza de contrariedades y molestias físicas, no podrá admitir el trato humano del recluso. Y en Neves este trato es rigurosamente cuidado. El corrigiendo duerme en celdas aireadas, limpias y alegres; se alimenta sana y abundantemente; utiliza modernas instalaciones sanitarias; es cuidado con solicitud en sus enfermedades y dispone gratuitamente de los servicios de médico, cirujano y

Si tuviese que decir la impresión más inolvidable de mis andanzas por Belo Horizonte, pensaría, sin vacilar, en la Colonia Penitenciaria de Neves, situada a pocos kilómetros de la ciudad vergel. Interesa a todos la gran obra de Neves, especialmente a los extranjeros poco conocedores de las cosas del Brasil y, sobre todo, a aquellos que se interesen por el progreso educacional de la Nación (Casais, 1940: 149).

As páginas que Casais (1940: 141-54) dedica a Belo Horizonte constituem, por extensão da narração e antiguidade, o primeiro relato publicado por um galego sobre essa cidade e acreditamos que formam a primeira argumentação em favor de Belo Horizonte, como destino turístico, composta por um espanhol. Outrossim, as 16 fotografias que ilustram esses apontamentos são as primeiras fotos publicadas de Belo Horizonte que conhecemos que tenha tirado um galego⁴⁵¹. Em relação a Belo Horizonte, o otimismo e o exagero com que marca Casais os seus apontamentos rondam a inverossimilhança. A desmesura de Casais nas suas apreciações sobre a capital mineira é notória quando se refere aos arranha-céus da cidade (“La edificación va desde los chalets de los barrios residenciales a los rascacielos de las avenidas céntricas, aumentando en razón de diez nuevas casas por día”), pois, a finais da década de 1930, só havia dois prédios que alcançassem os dez andares: o da Feira Permanente de Mostras e o Ibaté. Tanto gostou da cidade que encerra os apontamentos das suas viagens pelo Brasil regressando entusiasmado a Belo Horizonte, embora acreditamos que a sua residência estava fixada no Rio de Janeiro⁴⁵². Ele (Casais,

dentista. También se divierte. Tiene salón de fiestas, cinema educativo, organizaciones líricas y deportivas. [...] La obra que acabo de reseñar, legítimo orgullo del Estado de Minas y del Brasil, es típicamente brasileña. Brasileña en lo material y exterior, porque fueron brasileños los técnicos que la planearon. Brasileñísima en los procedimientos y sistemas aplicados en estricta armonía con las modalidades del país; naturaleza, sociedad y hombre. Brasileña también porque el animador del sistema seguido, el que dio impulso a la idea y el que mantiene las normas iniciales, es brasileño y minero”.

⁴⁵¹ Trata-se de dezesseis fotografias em preto e branco: cinco são do presídio de Belo Horizonte; outras cinco são tomas do Parque Municipal. Nas restantes retratou-se um tramo da av. Afonso Pena, uma sala da Feira de Amostras, uma secretaria estadual da Praça da Liberdade, o passeio principal da Praça da Liberdade com o palácio do governador no fundo, uma rua ajardinada e uma pracinha da cidade-jardim.

⁴⁵² Na sua narração, Casais encerra as viagens regressando de trem a Belo Horizonte. Supõe-se que de Belo Horizonte partiu para o Rio de Janeiro, mas ele decidiu concluir o relato do seu périplo na capital de Minas. O final de *Un turista en el Brasil* é o seguinte: “La prodigiosa variedad de los paisajes mineros me guardaba desde Presidente Vargas a Belo Horizonte aspectos no registrados hasta ahora en el viaje. Estos ciento ochenta y cuatro kilómetros de carril atraviesan precisamente una zona muy rica en minerío de hierro y manganeso. En esa zona están asimismo las más importantes Siderúrgicas del Brasil. En Monlevade la Belgo-Minera levanta ahora una villa dependiente de los altos hornos, en trámite de instalación. A la par de cuatro hornos de fundición trabajarán otros tantos para producir acero, sin contar las máquinas laminadoras modernísimas. [...] El tren sube constantemente. La locomotora parece no poder más. Vuelvo a recordar el paisaje asturiano. También en los montes de Asturias hay ricas minas de hierro. Pasamos Gongo Soco. Sus minas de oro fueron famosas. Acuden a mi memoria aquellas extravagancias del Barón de Catas Altas que en los grandes banquetes obsequiaba a los convidados con albóndigas y avellanas de oro y, para congraciarse con

1940: 141) qualifica a nova capital de Minas de “ciudad modelo” denotativa de “brasilidad”, cuja “maqueta podría figurar como tipo de urbanización en la más adelantada escuela de arquitectura”. Ele destaca que essa urbe é simétrica, mas não monótona, pois “Las calles paralelas dejan paso a las grandes diagonales. Plazas guarnecidas con jardines quiebran de trecho en trecho la monotonía de las calzadas rectas. Toda la ciudad es un parque salpicado de pequeños jardines. Ninguna otra puede comparársele en punto a arborización” (Casais, 1940: 141).

Ora, Belo Horizonte, a cidade inaugurada em dezembro de 1897 com o topônimo de Cidade de Minas, se algo não era mais em 1940 era um modelo urbanístico inovador. A sua construção deve entender-se dentro das mudanças que se pretenderam efetuar no país em decorrência da proclamação da República como consequência da parada militar acontecida no Rio aos 15 de novembro de 1889. A construção de uma nova capital para Minas Gerais visava o estabelecimento de uma ruptura simbólica com as significações associadas a Ouro Preto, uma cidade barroca – colonial –, marco da história de Minas, ligada à metrópole e ao centralismo da dinastia dos Bragança. Para mostrar esse repúdio projetou-se uma cidade que seguisse o que, na década de 1890, se entendeu, da administração mineira, como o modelo moderno, e higienista, de cidade planejada – grandes avenidas, bairros-jardim e caráter monumental na arquitetura das repartições públicas – que, por sua vez, proporcionasse dignidade e solenidade ao espaço urbano em que estava radicado o novo poder público estadual constituído após a criação da federação⁴⁵³. Assim, no traçado de Belo Horizonte procurou-se mostrar a influência do urbanismo monumental e do embelezamento urbano concebido pelo Barão de Haussmann para a reforma de Paris. O

el Emperador, hiciérale presente de una vajilla de oro macizo salido de las inagotables minas de Gongo Soco. Caeté, la histórica, y en sus proximidades otras usinas siderúrgicas. Más adelante Sabará, la inolvidable. ¡Belo Horizonte! con los brazos abiertos, en perenne invitación” (Casais, 1940: 232-33). Todavia, na Quarta Parte do livro, ele manifestou que visitara a cidade mineira de São João de El-Rei durante a viagem de regresso de Belo Horizonte ao Rio (“Ya se emprenda la excursión desde Belo Horizonte, ya desde Río de Janeiro, es menester interrumpir el viaje en Barbacena para tomar la línea de São Paulo. Yo aproveché el regreso a Río, desde la capital minera, y seguí un itinerario que recomiendo por el interés turístico que ofrece”, Casais, 1940: 162). Nesse sentido, conclui-se que José Casais, de propósito, decidiu apresentar a sua viagem não como um roteiro em que coincidem o ponto de partida e o ponto de chegada, senão como um périplo em que o viajante decide voltar ao lugar que ele considerara merecer uma segunda visita, isto é, a cidade de Belo Horizonte.

⁴⁵³ Na época, fez parte dos discursos *mudancistas* justificar a construção de uma nova capital como uma das medidas que havia que adotar para a organização de um Estado de Minas Gerais poderoso e moderno frente à federação: “A mudança de sede do governo, há muito discutida, mas impedida pelo centralismo do Império, torna-se, com a República, possível e necessária para a obtenção de um novo equilíbrio de forças.” (Andrade; Magalhães, 1998: 41).

engenheiro agrimensor Aarão Reis atuou como o primeiro urbanista da cidade. Ele traçou uma malha urbana octogonal cortada por eixos diagonais e fechada por uma avenida perimetral. No centro dessa malha fixou uma grande praça – a Praça da Liberdade – na que se ergueu o palácio do governador, circundado pelos prédios das repartições públicas. Aarão Reis, no entanto, ignorou tanto o terreno sobre o qual esse plano seria projetado, um terreno bastante acidentado, quanto onde se poderiam construir hospedagens provisórias que albergassem os construtores da cidade. A primeira imperícia do urbanista dificultou e encareceu o desenvolvimento das obras e fez com que a nova capital, pelas suas íngremes pendentes, resultasse incômoda para os seus moradores e para a circulação rodada. A segunda imperícia gerou a desintegração social da cidade, mesmo antes da sua inauguração, e deu início ao contrário do que o projeto urbano pretendia, pois ao redor da cidade planejada surgiu uma malha urbana caótica na qual passou a residir a maior parte da população de Belo Horizonte desde o início da sua existência⁴⁵⁴.

⁴⁵⁴ Jacira Rosa Pires (2005), no item La Implantación de Belo Horizonte da sua tese de doutorado *Goiania – La Ciudad Premoderna del “Cerrado” 1922-1938* (Modernidad y Ciudad Jardín en la urbanística de la nueva capital del Estado de Goiás) refere-se aos problemas gerados pelo desprezo de Aarão Reis, tanto em relação à organização de canteiros de obras para a construção da cidade quanto no tocante ao planejamento de uma malha urbana para o lado externo – marginal e semiurbano – da avenida perimetral que fechava o plano urbano: “En la concepción de Belo Horizonte, [...] la idea de orden y funcionalidad estaba impresa en el espacio urbano, sea con la monumentalidad o con la simetría, elementos que simbolizan la autoridad y el poder del gobierno. En la estructura impuesta por Reis es clara la influencia de Haussmann, sobre todo en la concepción higienista de la ciudad; el autor consultó los trabajos europeos en cuanto al tratamiento de cloacas, de aguas pluviales, saneamiento y aprovechamiento de aguas depuradas. El trazado es formado por una doble rejilla octogonal y vertical, y en las manzanas que rodean la plaza que rinde homenaje a la república se encuentran los edificios públicos circundando el Palacio del Gobierno. Pero Carpintero tiene otra opinión al respecto: ‘O racionalismo geométrico de Aarão Reis acerca-se dos fundamentos politécnicos do positivismo, usualmente difundido pelas escolas de engenharia. Isso o aproxima, de fato, mais do pensamento de Cerda, embora provavelmente sem conhecê-lo – de que propriamente das manifestações urbanísticas da obra, talvez mais conhecida, de Haussmann’ (Carpintero. 1998:36). El urbanismo de Aarão Reis presentaba un conjunto de elementos en que se constata una ciudad cerrada, definida en el diseño, que tiene en cuenta solamente la idealización de la ciudad. Según Guimarães, curiosamente el plan de Belo Horizonte fue concebido por Aarão Reis incluso antes de ser definido el sitio donde se instalaría, ‘lo que revela su creencia en la capacidad y en el poder de la ciencia’ (Guimarães, 1996:130). Todo eso generó posteriormente mucha crítica, en virtud de la inadecuación del proyecto al terreno, que en algunas áreas era bastante accidentado. Otra crítica fue el no cumplimiento de la *Ley de directrices* del proyecto, en lo relativo a la exigencia de construcciones higiénicas y de bajo coste de alquiler para los obreros, cuestión no atendida por A. Reis. Aún el plan preveía grandes extensiones de tierra destinadas a la agricultura, la legislación urbanística obligaba a que los propietarios cultivasen en las parcelas flores, árboles y legumbres en, por lo menos, la mitad del terreno. Se observa que el trazado octogonal de A. Reis se implantó sin ninguna preocupación con la geografía del lugar. No consideró la topografía accidentada que enfrentaría en la implantación ni tampoco la historia del poblado (*Arraial do Curral d’El-Rei*), expulsando a la gente que allí había del lugar. El proyecto se limitó a las preocupaciones de orden, simetría y monumentalidad, herencia de la escuela *Beaux-Arts*. La ciudad hecha como ejemplar de modernidad no superó la avalancha que provocaba la industrialización. Su malla soporte entrecortada por anchas avenidas diseñaba, sin continuidad, el espacio escenográfico del Estado. En las extensiones de la

Casais, no entanto, não encontra defeitos a Belo Horizonte e deleita-se com o que lhe parece uma harmônica cidade-jardim: “En todas las ruas, aún en las de menor categoría, aprovéchanse los pequeños espacios libres para adornarlos. En las plazas mayores, vastas rosaledas se reflejan en estanques ornamentados con graciosillas estatuillas”. Além da estética urbana, Casais mostra-se satisfeito com o desenvolvimento econômico e o patamar cultural alcançado pela sociedade belo-horizontina:

El presupuesto del municipio excede de treinta mil contos de reis (fuera de quinientos contos en los primeros años), bastante más que las rentas íntegras de algunos Estados de la Federación.

La industria y el comercio se desenvuelven vertiginosamente. El progreso intelectual y social de la urbe corresponde a la prosperidad forjada en el Estado. Los clubs, los grandes restaurants, los salones de té y confiterías, los “halls” de los hoteles, denotan una vida social y mundana distinguidísima. Numerosos centros de enseñanza, en todos los grados, justifican que la capital de Minas tenga una fracción insignificante de iletrados. El ambiente literario y artístico acredita toda una tradición. Minas creara escuela con personalidad propia, tanto más destacada cuanto en aquella época – fines del XVIII – la marca portuguesa hería todas las manifestaciones literarias de la Colonia. Después contribuyó con vivas aportaciones al movimiento modernista brasileño.

Dentro del orden económico bueno será recordar que la primera exposición celebrada en el Brasil lo fue en la vieja capital de Minas, Ouro Preto, – 1861 – y que los dirigentes de la nueva, ya en los primeros años, la hicieron sede de grandes certámenes agro-pecuarios – en 1908 tuvo lugar el primero – dotándola después de la Feria de Muestras que por sí sola prestigiaría a la más culta de las ciudades (Casais, 190: 141-42).

Casais visitou a Feira Permanente de Mostras⁴⁵⁵ e narrou o seu percorrido por ela detendo-se em cada uma das seções, o qual, junto à visita à Feira Permanente de Animais e à Granja Experimental na Fazenda Gamelleira, lhe valeu para apresentar um panorama

ciudad, el arquitecto ya proponía otro diseño sin la rigidez geométrica. En esa área es donde se desarrollaron las iniciativas particulares, configurando una nueva modalidad del espacio social. Tanto fue el control sobre el área central por parte del Estado que, en 1912, el 70% de los 38.000 habitantes de Belo Horizonte habitaba fuera de ella”.

⁴⁵⁵ O prédio monumental, de estilo *art déco*, da Feira Permanente de Amostras – a vitrine da economia mineira, uma combinação entre estabelecimento comercial e espaço instrutivo – fora inaugurado em 1934, no local onde, até então, estivera o mercado de ferro. Era uma construção com um grande bloco central de cinco pavimentos, de onde se elevava uma torre com outros cinco andares. A Feira de Amostras foi demolida em 1965 para a ampliação e modernização do Terminal Rodoviário que, desde 1941, funcionava atrás dela. No prédio funcionava também uma agência de correios e telégrafos, um escritório da malha ferroviária estadual, um café-bar, um grill-room (“lugar de encuentro de la sociedad elegante belo-horizontina”, Casais: 1940: 145), uma escola de laticínios e uma biblioteca especializada em assuntos econômicos. No mesmo quarteirão estavam a sede da Rádio Inconfidência, o DIP [Departamento de Imprensa e Propaganda] e o escritório do Touring Club (“donde el viajero es atendido con solicitud y ayudado sin límites en sus excursiones dentro del Estado”, Casais, 1940: 145). Do lado da Feira estava o estádio do Paissandu, com cinema, anfiteatro e quadras.

geral da história da economia de Minas e para amparar a sua confiança em um futuro promissor para esse estado⁴⁵⁶. O Estado de Minas Gerais é tratado por Casais ora como estado [“Estado”] ora como país⁴⁵⁷, um país que faz parte da “Nación” brasileira. A ambigüidade dele no uso desses termos nota-se quando se refere à Espanha também como país. Por sua vez a Galiza é aludida como “mi tierra” quando, nessa Feira, ao degustar os vinhos mineiros encontra um que lhe lembra o tostado do Ribeiro:

Tal vez para muchos sea una sorpresa, como lo fue para mí, encontrar vinos mineros, de óptimo “bouquet” y paladar, poco servidos en los restaurantes porque la producción es aún escasa, en las calidades “Caldense”, “Folha de figo”, “Moscatel gallego” – imita bien al “Tostado do Ribeiro” de mi tierra – y “Riesling” (Casais, 1940: 145).

Casais (1940: 146) atribui ao Estado de Minas méritos para que este seja considerado “un país turístico por excelencia” e uma das “primeras zonas turísticas del Brasil”. Na sua opinião, o Estado de Minas contém tanta atratividade que deixa no turista a sensação de que cumpre uma nova estadia. A atratividade de Minas devia-se à conjunção entre a arte e a “riqueza arqueológica” das cidades coloniais, um clima ameno, possibilidades para a prática da caça e da pesca fluvial, a beleza da paisagem, o interesse pela diversidade mineralógica, o conforto encontrável nas grandes cidades, a oferta de estações hidrotermais a preços módicos e as amostras de novidades do progresso industrial e agropecuário. Nesse sentido, Casais indica que a atratividade mineira podia satisfazer as duas principais

⁴⁵⁶ Casais dedica a sua prosa a todas as seções da feira/ museu, “cuyo examen rápido exige bastantes horas”. Em primeiro lugar, detém-se nas salas de mineralogia e de ourivesaria. Para o conhecimento do processo de extração de ouro, recomenda aos turistas que cheguem a Belo Horizonte que visitem a mina de Morro Velho: “En el Estado radica la mayor [mina de ouro] del Brasil y de las mayores del mundo, Morro Velho, con una producción media anual de tres mil seiscientos kilos aproximadamente. Pasa de un siglo que comenzó la explotación de la mina de Morro Velho. No debe dejarse Belo Horizonte sin visitarla. Se realiza la excursión muy cómodamente, en el día, tanto por ferrocarril como sirviéndose de autobuses. El recorrido por carretera es pintoresco” (Casais, 1940: 148). No seu percorrido pela Feira de Amostras passa logo à seção de agricultura, a qual o faz salientar a exposição sobre a produção, e a manufatura de derivados, em Minas, de café, chá, algodão, tabaco, trigo, cana de açúcar, feijão, mamona e uva. Em decorrência dessa exposição, menciona as características do clima e do solo mineiro, as variações de latitude, a riqueza madeireira e salienta o desenvolvimento que experimentava a malha rodoviária para o escoamento da produção. Além disso, destaca a exposição que na Feira havia acerca do rebanho bovino e suíno mineiro e a indústria dos laticínios e dos curtidos, e refere-se ao aquário que fora instalado e ao mostruário das águas de mananciais do estado.

⁴⁵⁷ Casais (1940: 143) refere-se a Minas Gerais como o “Estado minero” que integra a Nação brasileira (“En la producción del maíz va a la cabeza de la Nación y en la de arroz es el segundo Estado del Brasil”), mas também como um país, o qual cria algumas confusões quando compara Minas Gerais, como país, com Estados Nacionais nomeados como países: “Sabido es que Minas ocupa el segundo lugar entre los países productores de café de todo el mundo. El café alcanza el cincuenta por ciento de la exportación total del Estado”.

categorias de turismo que ele reconhece: a do turismo superficial⁴⁵⁸, própria dos forasteiros de férias “que se contentan con las impresiones efímeras de la belleza sensible” (Casais, 1940: 146), e a do turismo então contemporâneo, do qual faziam parte os viajantes “que no desperdician un solo lugar de la ruta sin hacer apreciaciones de los valores espirituales del país y de sus fuerzas económicas” (Casais, 1940: 146)⁴⁵⁹. Ambas as categorias de turismo

⁴⁵⁸ Em 1957, Henrique Pongetti ([1957] 1960) publicou um livro de impressões de viagens pelos Estados Unidos e Europa (Portugal, Espanha, Itália, França, Inglaterra e Alemanha), intitulado *Encontro no aeroporto*, em que caracteriza o que ele rotula como “o turista tipo *standard*”, cujas representações ele repudia. Pongetti faz questão de fugir do que ele considera lugares-comuns do turismo e dos cicerones. Não procura o exótico porque acredita que tudo já foi suficientemente explorado e comentado; portanto, não acrescenta, aos seus apontamentos, dados históricos nem estatísticas, limitando-se a elaborar o que seria a narrativa própria de um romance geográfico em que ele – o autor – é o protagonista. No Prólogo da obra, com tom displicente e divertido, e com uma atitude distinta, define como se segue esse turista tipo *standard*: “é aquele que sobe ao cume da Torre Eiffel e acha que você não viu nada da França se não subiu ao cume da Torre Eiffel [...]. O mais importante, para o turista tipo ‘standard’, é aquilo que seu interlocutor não quis ver. O turismo comum não passa de um campeonato de coisas vistas onde só valem as mais fáceis de se ver. Se você não entrou no ‘bateau mouche’ perde o direito de dizer que conhece o Sena. Como mostrar erudição sobre o museu do Louvre se você não formou cultura vendo os bonecos de cera do museu Grevin? Compreende-se a rebelião de certos espíritos que vão a Paris e desistem de ver a Gioconda, que vão a Roma e resistem à tentação de conhecer o Moisés de Miguelângelo. As grandes coisas se apequenam ante a admiração obtusa das imensasavas de turistas. Por um século, certas obras-primas deveriam permanecer isoladas, curando-se da promiscuidade que as transformam em lugares-comuns. [...] O turista come e compra demais. Só pensa em comer e em comprar. A viagem lhe desregula o estômago e o senso aquisitivo. Acha gostosa qualquer gororoba e considera pechincha qualquer coisa. [...] As agências de turismo põem em moda países, tão facilmente como os figurinos põem em moda a saia curta ou a saia comprida. Ultimamente entraram em moda a Grécia e a Espanha entre os demais povos europeus. Países de vida relativamente barata. Os milionários sustentam alguns hotéis de luxo, mas não sustentam a indústria cultural do turismo: viajar é luxo de gente de pouco dinheiro. A curiosidade é virtude ou defeito de pobre. Os ricos sabem tudo, ou de pouco necessitam saber. O dinheiro é o grande Larousse” (Pongetti, 1960: 5-8). Pongetti chega a Madri de avião procedente de Lisboa. O primeiro espanhol a quem se refere é o motorista do táxi que ele pega em Barajas e que lhe lembra D. Quixote. Acha Madrid uma cidade de hotéis excelentes e muito baratos, dedica algumas orações a louvar a qualidade do papel higiênico do “Hotel Mênfis” em que se hospeda, gosta da decoração das vitrines comerciais dessa cidade, aprova o sistema de transporte público urbano, assiste e critica duas obras teatrais e parte, em um “autopullman” para a Andaluzia com um grupo de turistas americanos, onde visita Granada, cidade em que evoca Lorca, surpreende-se do alto que falam os espanhóis e aprecia a simbiose cultural mourisca, Algeciras, Jerez, Cádiz, Sevilha e Córdoba, e regressa a Madri, de onde parte para a Itália. E, então, assim se refere à despedida dos companheiros de viagem casualmente conhecidos: “Começam as separações das voltas depois das uniões improvisadas pelas idas. São frágeis os laços dessas comunhões obrigatórias. Na ânsia de reaver a bagagem e de repousar no hotel, ninguém se dirá adeus. Ninguém também se disse o nome. Não interessa. As pedras se encontram: os homens não, se fazem turismo. Turismo é a arte de ver e de esquecer, de botar distâncias depois dos traços de união. Regula-se o coração para o provisório. Passaremos pela mesma estrada da vida; veremos os mesmos lugares como a mesma bela mulher vista antes, de frente e, depois, de costas: – Good bye. Mr. Lorca!” (Pongetti, 1960: 80-81).

⁴⁵⁹ Como destino para o turismo moderno – contemporâneo – Casais propõe a cidade de Ponte Nova, cidade à qual, junto aos municípios de *Teophilo Ottoni* e Viçosa, dedica a terceira seção da Quarta Parte da sua obra. Em relação ao município de Ponte Nova afirma: “El turista moderno debe saber también de estas cosas que no figuran en los planos trazados por las empresas de viajes. No se pierde el tiempo visitando Ponte Nova. Se aprende mucho” (Casais, 1940: 171). Em Ponte Nova, além do bairro típico levantado às beiras do rio Piranga e da igreja paroquial neo-gótica construída no Bairro Alto, ele pôde visitar fazendas de café, cana de açúcar e arroz, e usinas de álcool. Embora Casais não precise que é o que ele entende por “turismo moderno”, infere-se dos locais que visita nos destinos que ele escolhe que esse turismo consiste na inclusão, na sua programação,

de excursões instrutivas, isto é, de viagens de estudo a granjas, fazendas, fábricas, estabelecimentos comerciais, instituições de ensino e centros de saúde que permitam entender o modo de vida da população nativa. Assim, em Viçosa ele foi visitar a Escola Superior de Agricultura e lavrou as suas impressões em relação a ela. Justificou essa escolha como se segue: “En mis visitas a las grandes haciendas y explotaciones agrícolas trabara relación con técnicos de vasta cultura formados en Viçosa. Más de una vez escuchara referencias a las directrices de cultivo propagadas por ese Centro. Se me aseguraba que de Viçosa partieran las normas de la reorganización agronómica del Estado de Minas Gerais. [...] Fue creada en 1920. Responde a la conducta permanente del Estado de Minas de incrementar la cultura del país y de capacitar ciudadanos para la explotación de las riquezas inagotables de su suelo. Por eso cada día surge en Minas Gerais una estación experimental, un instituto de cultivo, un campo de simientes, una escuela de aprendices, una granja modelo” (Casais, 1940: 172). O “turismo moderno” que Casais pratica deixa-o tão satisfeito quanto o “turismo superficial”. Ambos o deleitam; nas suas experiências enquadráveis em ambas as “categorias” tudo o que ele enxerga e conhece lhe causa satisfação, mas o que ele descobre fazendo parte da primeira categoria acentua a sua admiração pelo desenvolvimento que atingia o Brasil. As suas conclusões a respeito da Escola Superior de Agricultura conformam uma louvação a ela: “Rara vez en obras de enseñanza los resultados se palpan inmediatamente. La Escuela Superior de Agricultura de Viçosa es una excepción. El Gobierno puede vanagloriarse de ello. Los efectos prácticos, tangibles, de Viçosa se ven en las haciendas. Desaparece la rutina y prepondera la técnica. Los productos mineros, de cosecha en cosecha más perfeccionados, vencen en los mercados. Algunos, importados antes del extranjero, salen ahora perfeccionados de las investigaciones y experiencias de la Escuela y benefician a todo el país; por ejemplo los aceites y éteres de chalmogra. Pero hay todavía un resultado más apreciable porque tiene un alto valor moral y educativo y corrobora la eficiencia de las cátedras de Viçosa: los alumnos matriculados son, en su mayor parte, hijos de agricultores rurales” (Casais, 1940: 173-74). A *Teophilo Otoni* chegará procedente de Viçosa, com o intuito de conhecer as lavras de pedras semipreciosas, sobretudo águas-marinhas, a sua lapidação e o seu comércio. Como consequência da sua estadia instrutiva no município de Teófilo Otoni, Casais vai além da simples louvação que acostuma fazer sobre o que conhece durante as suas viagens e acaba redigindo uns apontamentos nacionalistas brasileiros sobre o comércio das pedras preciosas. Em, primeiro lugar, menciona que a maior parte das águas-marinhas é exportada para Alemanha, comércio que motivou o assentamento de muitos compradores alemães no município e a criação de um bairro residencial onde eles se concentraram, o *bairro dos alemães*. A partir desse apontamento, expressa que ainda bem que uma parte do lucro gerado pelo comércio das pedras ficava no país, pois, com frequência, tanto as riquezas naturais do Brasil quanto os benefícios da sua exploração iam para o exterior (“Con el comercio de piedras hiciéronse grandes fortunas. Menos mal cuando una parte del lucro quedó en el país hospitalario que, de brazos abiertos, acoge a los explotadores de sus riquezas; porque en otros casos, y no los menos, emigraron los dineros y las gemas”, Casais, 1940: 177). Casais evita o uso do termo imigrantes e, de forma velada, qualifica os alemães dedicados ao comércio das águas-marinhas em Teófilo Otoni de exploradores. Eles seriam, assim, estrangeiros que chegavam ao Brasil com o intuito de enriquecer-se com o comércio para voltar ao seu país com o capital acumulado nessas transações. Todavia, matiza que, no caso em que esses exploradores estrangeiros se fixavam no país em que comercializavam, investindo no país uma parte das vantagens que conseguiam, o mal era menor, embora, de todas as formas, o garimpeiro nacional fosse quem mais se sacrificava e menos dividendos obtinha. Por isso ele exclama “¡Pobre garimpeiro!” e expõe que não seria de estranhar que o governo acabasse nacionalizando o comércio das pedras preciosas (“Y aún habrá quien se queje si un día el Gobierno se decide a nacionalizar rigurosamente el comercio de las piedras preciosas”). Conclui a sua valorização acerca dos conflitos gerados pelo comércio das águas-marinhas em Teófilo Otoni reproduzindo com relutância uma anedota em que a esperteza do caboclo vence a cobiça do explorador estrangeiro: “Escuché con malévolá complacencia este relato verídico: cierto comprador alemán, ducho en el comercio de aguamarinas, recibió en mala hora la oferta de un ‘garimpeiro’ que le presentaba un buen lote de piedras azules, de esas que raramente se dejan ver. Sometidos a la lámpara aquellos pedruscos rodados, sucios de tierra, el análisis comprobó tratarse de riquísimas piezas de un colorido poco común. Ajustado el precio, el vendedor cobró su importe y el intermediario tudesco cuanto más examinaba las aguamarinas, más se sentía convencido de haber realizado el mejor negocio de su vida. Fueron las piedras a Alemania. Al ser quebradas para laminar, súpose ¡oh decepción! Que el color de dentro era palidísimo y el azul no pasaba de la corteza. Los cantos rodados fueran hábilmente teñidos, por un procedimiento tan original que los ácidos no atacaban la pintura. Supónese que fue utilizado algún secreto de los indios. Hay caboclos que saben latín” (Casais, 1940: 178).

são facilitadas pela forma de ser do mineiro, um indivíduo cordial, hospitaleiro, obsequioso e esplêndido que Casais incorpora à quixotesca “escuela de Camacho”⁴⁶⁰.

Das cidades coloniais mineiras, Casais visita Sabará, Ouro Preto, Mariana, São João de El-Rei e Diamantina, “donde todo es arte y olor de santidad” (Casais, 1940: 171). De todas elas faz uma resenha histórica, uma descrição da paisagem e das lavouras da mineração do entorno, uma exposição das suas atrações turísticas – igrejas barrocas, palácios e mansões, mobília colonial, pontes, chafarizes, ruas pitorescas, bairros castiços, atmosfera social tradicional – e uma avaliação do desenvolvimento das atividades industriais e comerciais. Traça também sumários perfis de agentes ilustres dessas cidades – Aleijadinho, Luís da Cunha Meneses – e refere-se aos inconfidentes. De todas essas cidades, aquela da qual mais gosta é Ouro Preto – “Ciudad Monumento” –, perante a qual delira:

Ouro Preto. Paseando por las viejas ruas de Ouro Preto tengo la ilusión de vivir en una de esas ciudades nacidas en los comienzos de la Edad Media. No hay en Minas otra que la iguale. Del Brasil que yo conozco, tal vez Goyaz. Llevan la marca del tiempo no solo las cosas, sino las personas y los hábitos. [...] La ciudad de los Inconfidentes debería conservarse inhabitada como un museo. En ella cada piedra es una voz del pasado, de un pasado glorioso de héroes y de santos; de grandes hazañas, de grandes virtudes, de grandes amores. Llegarían diariamente caravanas de romeros y peregrinos a saludarla de rodillas. Por las ruas empinadas de la Ciudad Monumento vemos pasar aún las sombras de aquellos santos y de aquellos héroes. ¡Magnífico escenario para representar en piezas teatrales, en dramas augustos, las más bellas páginas de la historia del Brasil! (Casais, 1940: 157, 160).

Casais também se detém em pormenores no relato na sua estadia na cidade de Diamantina, na qual encontra, contrastando com os outros destinos coloniais mineiros, uma “vida animada”. Em Diamantina, Casais visita e descreve um garimpo, uma loja de antiguidades e pedras preciosas e semipreciosas, e uma oficina de lapidação. No seu

⁴⁶⁰ Casais (1940: 147) compõe uma representação sobre os mineiros que acreditamos ser a primeira que redigiu um galego sobre eles. Trata-se, contudo, de uma representação a traços largos em que se sublinha que os mineiros possuem plenamente duas qualificações consuetudinariamente atribuídas aos brasileiros: a cordialidade e a hospitalidade. A essas duas, Casais acrescenta uma terceira: a esplendidez na recepção e o gosto pela fartura. Eis a descrição de Casais: “Finalmente concurre para hacer fácil y agradable el turismo minero, algo esencial al pueblo brasileiro, que en Minas es substancia propia de sus habitantes: la cordialidad sin límites, la hospitalidad sin condiciones, el obsequio perenne al forastero. El minero vive con los brazos extendidos y la casa abierta. Da de comer al hambriento y posada al peregrino. Y en eso de comer y convidar son discípulos fieles de la escuela de Camacho. Los banquetes en las haciendas, por la esplendidez y abundancia, me recuerdan aquellas fiestas interminables de los magnates árabes. Por la selección de los manjares las superan aún. La cocina minera es deliciosa y fuerte. No sé por qué los hoteles de Belo Horizonte prefieren la cocina ‘standard’ universal, insípida, teniendo en casa recursos para satisfacer al más exigente”.

primeiro percorrido por Minas Gerais, o autor, após visitar as cidades coloniais, passa à região ocidental mineira conhecida como o Triângulo Mineiro, derradeiro estágio em Minas antes de se adentrar no Estado de Goiás. Ao Triângulo Mineiro dedica a seção IV da “Quarta Parte” e dele visitará os municípios de Araxá, Uberaba, Uberlândia e Araguari. Casais acredita que o Triângulo tem interesse e atratividade para o turista por três motivos: a riqueza agropecuária e mineral, os amplos horizontes da hinterlândia em que se experimenta “la sensación de lo inmenso” e os prósperos centros urbanos. O seu percorrido pelo Triângulo vale-lhe para mencionar, de novo, a hospitalidade e a prodigalidade do mineiro com o forasteiro.

O primeiro município do Triângulo em que Casais pára é Araxá, aonde chega de trem, embora, afirme, tivesse podido lá chegar de avião. Ele prefere as comunicações terrestres, pois lhe “permiten husmear a gusto la vida de los pueblos” (Casais, 1940: 179). Em relação ao município de Araxá traça uma breve resenha histórica, narra a história de Dona Beja pela qual o Triângulo deixou de ser parte da Capitania de Goiás e se integrou em Minas, e expõe com detalhe as propriedades profiláticas e terapêuticas das suas águas minerais e as comodidades dos balneários construídos para a sua exploração. Em Araxá, Casais permaneceu mais de uma semana para repor, em curas de repouso, o seu “organismo”, “un tanto traqueteado con tres meses de ininterrumpidos viajes” (Casais, 1940: 181); para tal, contou com o apoio do prefeito do município, quem, se supõe, tinha interesse em retê-lo⁴⁶¹. De Araxá viaja de trem até Uberaba, município do qual ressalta o seu bem-estar (“un nivel de vida de ‘familia acomodada’” Casais, 1940: 184) gerado pela

⁴⁶¹ Como consequência da prolongação da sua estadia em Araxá, Casais adquirirá bastantes informações para fazer propaganda das possibilidades turísticas do município e para elogiar a gestão do seu prefeito. Inclusive ele antecipará um novo empreendimento hoteleiro: o “Grande Hotel de Araxá”: “No faltan hoteles en Araxá ni en el Barreiro. Allí los hay ni más ni menos cómodos que los que suelen ofrecer las ciudades de esa importancia. El Barreiro dispone, aparte pensiones y hoteles de segunda categoría, de uno de lujo donde las solicitudes más exigentes de confort tienen satisfacción plena. Pero como los mineros cuando emprenden una obra van de veras, constrúyese en la actualidad, a costa del Gobierno estadual, un balneario con hotel anexo, que será el mejor de América y de los mejores del mundo. No juzgo por referencias sino teniendo ante mis ojos los planos y maquetas de los edificios, en construcción avanzada. Gran avenida circular, ladeada de eucaliptos, en una extensión de tres kilómetros, encierra el parque balneario con sus jardines, piscinas y campos de deportes. Una temporada de cura o de reposo en Araxá no obliga a la reclusión en el Barreiro. La ciudad, de calles asfaltadas y amplias plazas, tiene atractivos bastantes para distraer al huésped. Las excursiones posibles son múltiples. Parece como si la Alcaldía sintiese el vértigo de las comunicaciones carreteras. En estos últimos años la atención del Prefeito fue solicitada primordialmente por la instrucción pública gratuita y por los transportes. Bella concepción de un Alcalde moderno. En mis días de Araxá no perdí uno sin recorrer extensiones inmensas, cruzadas por carreteras bien construidas y conservadas. Durante kilómetros y kilómetros nuestro auto marcaba velocidades superiores a ciento por hora” (Casais, 1940: 181-82).

economia agropecuária das suas fazendas, com base, sobretudo, na criação de zebus⁴⁶², cuja raça “indubrasil” é muito apreciada por ele. Ainda de trem, passa de Uberaba a Uberlândia, uma cidade que lhe parece encantadora pela sua alegria e o seu luxo⁴⁶³. Durante essa viagem de trem pelo Triângulo Mineiro, Casais, finalmente, percebe a presença de imigrantes do Brasil. Trata-se de imigrantes sírios: Com certeza, no Rio de Janeiro topara com membros de enorme colônia portuguesa dessa cidade e seria incrível que não tivesse entrado em contato com imigrantes galegos nem no Rio nem em Salvador. No entanto, Casais decidiu não mencionar esses encontros e escolheu aludir ao, quantitativamente, na década de 1930, sétimo grupo de imigrantes no Brasil, o dos sírios e libaneses, durante uma viagem de trem entre cidades interioranas mineiras na qual a concentração deles lhe causa surpresa, de tal forma que o seu apontamento da observação dessa presença acrescenta nuances exóticas à sua experiência de turista:

De Uberaba a Uberlandia la tierra en polvo llena los vagones. En este trecho adviértese la inmigración siria. Estoy por decir que la mayor parte de mis compañeros de viaje son sirios. Se les reconoce fácilmente por su tipo, por su idioma y por los embrullos de comida que llevan consigo. Al pasar una estación próxima a Uberaba observo que se llama Palestina (Casais, 1940: 186).

⁴⁶² Casais afirma que em Uberaba havia fortunas “de ocho ceros a la derecha” que faziam com que os coronéis inspecionassem as suas fazendas “repantigados en magníficos ‘Cadillac’” (Casais, 1940: 184).

⁴⁶³ Tanto em Uberaba quanto em Uberlândia, Casais focaliza aspetos que seriam de interesse para aquele que ele considera o turista moderno. De ambas as cidades destaca o bem-estar urbano proporcionado, sobretudo, pela ganância gerada, através do comércio, nos empreendimentos agropecuários das fazendas. De Uberaba comenta: “Tiene la ciudad cuarenta y cinco a cincuenta mil habitantes y, aunque no exteriorice el lujo y la alegría de Uberlandia, mal observador ha de ser quien no advierta, hasta en pequeños detalles, un bienestar y nivel de vida de “familia acomodada”. Es el resultado comercial de la ganadería. Aquí las bolsas con decenas de contos son tipo corriente de riqueza” (Casais, 1940: 184). Em Uberaba afirma ter permanecido “un par de días” e dessa cidade aprecia o urbanismo, os serviços públicos, o ambiente social e a sua riqueza econômica. Em ambas as cidades não encontra prédios monumentais, nem obras de arte nem atrações pitorescas, mas sim as facetas felizes da cotidianidade moderna possibilitada pelo progresso que podem ser enxergadas como motivos atraentes por parte do turista moderno, quem, a partir de sua vocação pela observação heterogênea e total, se deve sentir atraído por tudo o que ofereçam os campos sociais do país que visita. Nesse sentido, de Uberlândia comenta: “Uberlandia, antes denominada Uberabinha, es encantadora. Bonita. Calles admirablemente pavimentadas, avenidas espléndidas, comercios lujosos, hoteles nuevos, fincas de gran capital, casinos, cinemas, cabarets, piscinas públicas, jardines... Población lujosa y jaranera se exterioriza en un alegre vivir. Posee magníficos establecimientos de enseñanza, por mí visitados; fábricas de conservas, de pastas alimenticias, de fósforos, de beneficiar el arroz cosechado en la comarca. El Triángulo produce un millón ciento veinticinco mil sacas por años. Verifiqué igualmente, en un par de días de permanencia en esta progresiva ciudad, las plantaciones experimentales de arroz, algodón y otras textiles en el Campo oficial de simientes y aún aproveché breves horas para conocer una hacienda situada en las cercanías de Uberlandia. En ella me fueron exhibidos magníficos reproductores indubrasil y algunos ejemplares de búfalos traídos a la comarca a título de ensayo” (Casais, 1940: 186). Após visitar Uberaba e Uberlândia, Casais passa por uma outra cidade do Triângulo, Araguari, na qual só permanece um dia e sobra a qual faz poucos comentários embora dela também saliente a “alegria” como uma das suas características. De Araguari, Casais (1940: 186-87) destaca as sua lojas, uma sala de cinema, o bom ar e a boa água, e a produção de arroz e algodão.

Casais abandona Minas por Araguari em direção ao Estado de Goiás. Encerra a “Quarta Parte” da sua obra fazendo um comentário comparativo entre a reserva florestal que havia no centro da cidade de Araguari com o *Bois de Boulogne* de Paris. O primeiro faz-lhe evocar o segundo embora perceba que “más se le parecería si estuviere mejor cuidado” (Casais, 1940: 187). Rumo ao Estado de Goiás, por primeira vez o turista Casais faz comentários que aludem ao seu cansaço e a um leve aborrecimento. Casais decidira ir de Araguari até a cidade de Anápolis, em Goiás, de trem. Esse percorrido somava 393 km.s que o trem salvava em 15 horas. A viagem foi de dia e resultou-lhe assaz fatigosa pela monotonia da paisagem, o sol e a poeira⁴⁶⁴. A passagem de Casais por Anápolis e, depois, por Goiânia, é breve⁴⁶⁵. De fato ele vai nessas duas cidades porque são escalas obrigatórias na, então, longa viagem de Araguari até a Cidade de Goiás.

As estradas pelas quais ele passa no Estado de Goiás eram péssimas. No entanto, embora ele não oculte o estado calamitoso das rodovias e a precariedade dos meios de transporte, refere-se à sua travessia com o humor próprio de quem tem previamente assumido que ela pode, a qualquer momento, se apresentar como uma bizarra aventura⁴⁶⁶.

⁴⁶⁴ A regularidade da paisagem da região que rodeia o município de Anápolis fora comentada quase cem anos antes que Casais por um outro estrangeiro, o viajante naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire. Quando, em 1819, Saint-Hilaire passou por essa região, rumo também à Cidade de Goiás, o município de Anápolis não existia, mas já se consolidaram os arraiais de Santa Luzia e Meia-Ponte, próximos ao território em que, a começos do séc. XX, se ergueria o arraial que acabaria se constituindo como município de Anápolis. Ao contrário de Casais, Saint-Hilaire passou por essa região na estação seca, o qual fez com que a monotonia física se acrescentasse a aridez do Cerrado: “Depois de ter deixado o Registro dos Arrependidos, segui pela Serra do Corumbá e do Tocantins, mais ou menos na direção do Leste, para ir a Vila Boa, capital da Província, depois de passar pelos arraiais de Santa Luzia e Meia-Ponte. Após subir a serra por alguns instantes, achei-me num planalto imenso, deserto e bastante regular, coberto ora de pastagens naturais salpicadas de árvores raquíticas, ora exclusivamente de gramíneas, de algumas outras ervas e de subarbustos. Quanto às árvores, registrarei unicamente um *Solanum*, de frutos grandes como maçãs, a que dão o nome de fruta-de-lobo (*Solanum lycocarpum*, Aug. De S. Hil.), e várias Apocináceas, entre as quais a que é usada na região como purgativo e é chamada tiborna (*Plumeria drastica*, Mart.) Todas as plantas, ressecadas pelo ardor do sol, tinham uma coloração amarela ou cinza, que afligia o olhar. Já não se viam mais flores, e o aspecto da região fazia lembrar Beauce logo após a época da colheita. Unicamente o elegante e ativo buriti, elevando-se do fundo dos brejos, desfazia essa ilusão. Todo mundo afirma que há nesse planalto um grande número de animais selvagens, mas que nessa época do ano eles se escondem nas grotas, onde o capim ainda se mantém fresco. Os pássaros eram também raros até o planalto, quando por ali passei, pois meus acompanhantes caçaram durante um dia inteiro e conseguiram matar apenas três” (Saint-Hilaire, 1975: 22).

⁴⁶⁵ Da cidade de Anápolis, Casais (1940: 192) só menciona a sua altitude – 970 m.s –, a benignidade do clima e o seu futuro promissor quando se desenvolva como centro comercial, isto é, “cuando las riquezas naturales del interior goyano entren en activa explotación”.

⁴⁶⁶ Casais não oculta nem denuncia as deficiências das vias terrestres em Goiás na década de 1930. Parece não se importar com isso e haver assumido previamente que a precariedade das estradas goianas era uma contingência aventureira inerente à travessia ao ocidente do Triângulo Mineiro. Essa assunção faz com que o autor se refira às incidências das viagens rumo à Cidade de Goiás com um talante bem-humorado e fazendo questão em realçar a ousadia e, simultaneamente, a paciência que teve para poder completar o seu roteiro.

A disposição acomodatória e o talante transigente, e o bom humor, de Casais não foram as constantes dos viajantes que, nas décadas de 1930 e 1940, percorreram o trecho entre Goiânia e a cidade de Goiás. Um outro viajante, Haroldo Cândido de Oliveira, desta vez brasileiro residente no Rio de Janeiro, que em 1947, convidado pelo Serviço de Proteção aos Índios, se deslocou até o rio Araguaia, chegou, de avião, do Rio a Goiânia e também percorreu, por via terrestre, o trecho de Goiânia à Cidade de Goiás, anotando as suas impressões sobre essa viagem e incluindo-as no seu livro *Índios e sertanejos do Araguaia*. Oito anos depois de Casais, aos 13 de junho de 1947, Oliveira referiu-se à mesma rodovia pela que viajara Casais, passando de Goiânia à Cidade de Goiás, como se segue:

Hoje seguimos para Goiás, antiga capital do Estado. Estradas péssimas, de chão batido, através de vastos desertos. Vegetação miserável, raquítica, e de uma tristeza quase humana. Parece que até as plantas sentem o abandono em que vivem.

No caminho, cruzamos alguns povoados, onde populações infelizes vegetam e morrem, desamparadas. O número de “bobos” e “papudos” que encontramos em todos esses pequenos núcleos é alarmante.

Tristeza infinita. A tarde desce, meiga e mansa. A noite nasceu de meu coração (Oliveira, s/ d.: 7).

Mas, para Casais, as privações da viagem são compensadas pela chegada à “vetusta Goyaz”. Em relação a esta cidade, na “Quinta Parte” do livro, intitulada Goyaz, Casais cria uma seção intitulada “Goyaz y Santiago de Compostela”, a única de todo o livro em que o

Sobre os percalços que houve na sua ida de Anápolis a Goiânia comenta: “Hoy por hoy la comunicaci3n ordinaria Anápolis-Goyania se hace por camino carretero servido diariamente por 3mnibus, los mismos que llegan hasta la vieja capital, pasando por Campinas. Existe el proyecto de prolongar la l3nea ferroviaria Araguari-Anápolis hasta Goyania. Pude lotarse un auto-taxi, entre cuatro o cinco viajeros, que nunca faltan, y entonces el viaje resulta m3s agradable. As3 acept3 enseguida la propuesta de un viejo y simp3tico chauffeur que, de cuarto en cuarto, apenas hab3amos llegado, ofrec3a tres lugares vacantes en su Ford da plaza, para salir al d3a siguiente a las siete, es decir, una hora antes que el 3mnibus. En un momento se cubrieron las plazas. A las cinco, nuestro chauffeur se incautaba de las maletas que, dif3cilmente y no con gran seguridad, iba amarrando a los estribos y parachoques. 3ramos siete y, aunque parezca mentira, no falt3 lugar para ninguno. El auto marchaba muy lentamente para economizar en lo posible, y en lo imposible, gasolina, pues el viejo, de vez en cuando, interrump3a el encendido mientras una ligera pendiente o el impulso tomado en pocos metros de carrera, permit3a al coche rodar sin ayuda de motor. En cada puentecillo o mataburros, de palos rollizos sin trabaz3n, los viajeros abandonaban sus asientos con el pretexto de ayudar al chauffeur a ponerlos en buena l3nea, si bien me pareci3 que aprovechaban esas oportunidades para desentumecer los miembros r3gidos y, ¿por qu3 no decirlo?, llevados de explicable miedo. Vencidos setenta y dos kil3metros de carretera est3bamos en Goiania, la nueva capital del Estado, en edificaci3n. Su primera piedra fue colocada en Octubre de 1933” (Casais, 1940: 192). Na viagem de 3nibus, de dez horas, entre Goiânia e a Cidade de Goiás, as condiç3es da estrada n3o melhoraram, mas Casais limita-se a comentar assepticamente a opini3o de um outro viajante acerca da passagem por esse trecho: “Tras una breve permanencia en la ciudad m3s joven del Brasil, continu3 viaje a Goyaz, la capital antigua, distante de Goiania ciento ochenta kil3metros, por carretera f3cilmente practicable en las 3pocas de sequ3a y bastante dif3cil en tiempos de lluvia, como los que me cupieron en suerte. Alguien dijo que la ‘jardinera’ pareci3a un submarino al atravesar a toda velocidad, conducida por h3bil chauffeur, los trechos enlagados” (Casais, 1940: 193).

autor desenvolve uma comparação explícita entre uma povoação brasileira – a cidade de Goiás [Goyaz, em 1940; até o séc. XX Vila Boa de Sant’Ana] – e uma cidade galega – Santiago de Compostela –. Nessa seção, escreve:

La primera impresión que recibe el forastero, al atravesar las calles que le conducirán al hotel, es de respetuosa solemnidad. En Goyaz debe entrarse descubierto. Como en Santiago de Compostela, la bien llamada Atenas de Occidente. Siento los motivos de comparación de las dos ciudades. Ante la belleza evocadora de Goyaz – por su arte y por su estilo, por su nobleza y por sus blasones sigue siendo Santa Ana y Vila Boa – ¿quién se acuerda de las incomodidades del viaje? París bien vale una misa.

[...] Se fueron los días pasando y repasando ruas embaldosadas con grandes piedras “que no se derriten al calor ni apestan a asfalto reblandecido”. Las casas son blancas y pulcras. No hay rascacielos. Cada familia tiene un nombre y no un número. La personalidad se conserva y se destaca. Como antaño. Señoras. Señores. Muchachas bonitas que llevan en sus rostros el signo de una educación tradicional, jamás interrumpida. En Goyaz la familia no es suma de individuos sino entidad coherente que mantiene el tesoro de una raza y de una historia (Casais, 1940: 193-94).

Casais sabia que a Cidade de Goiás já não era mais a capital do Estado, mas não menciona que, por volta de uns poucos anos antes da sua visita à Cidade de Goyaz, a transferência devida-se à sua inadequação para o desenvolvimento de projetos modernizadores das suas estruturas sócio-econômicas e à sua insalubridade. De fato, desde o séc. XVIII, essa cidade fora objeto, por parte de viajantes estrangeiros e de observadores locais, de cáusticas desqualificações em múltiplos aspetos das suas condições de existência que iam do clima, do saneamento e do abastecimento de água aos atavismos inerentes aos seus campos sociais⁴⁶⁷. Antecipando o viés da razão instrumental que animaria o projeto da

⁴⁶⁷ As críticas plasmadas em trabalhos de diversos gêneros discursivos por viajantes estrangeiros e nacionais, e desde a administração estadual, a respeito da Cidade de Goiás foram por nós analisadas em um capítulo intitulado *A modernidade assustadora: o pesadelo goiano de Lévi-Strauss*, fazendo parte do livro *Região, nação, identidade* (Aguiar, 2005). Dentro desse capítulo escrevemos o seguinte: “No *corpus* das representações elaboradas sobre a antiga capital de Goiás não predomina a transmissão de se ter atingido, através da construção dessa cidade, a fixação de um pólo político-econômico que contribuísse eficazmente para o desenvolvimento da região, senão a de um precário assentamento para a coordenação de uma frágil economia capitalista de auto-suficiência. [...] Embora durante os governos dos capitães-generais Luís da Cunha Menezes e José de Almeida Vasconcellos, Vila Boa tivesse alcançado o rol protagonista na promoção dos referentes populistas e das práticas de ordenação urbana do despotismo ilustrado, quando se consumou a exaustão da riqueza do ouro e se iniciou a circunscrição da economia goiana ao garimpo esporádico, à agricultura rudimentar e à pecuária extensiva, a capital avançou inexoravelmente na direção de se transformar em uma viva imagem da gradativa decadência econômica, da ineptidão da administração e da indolência provocada pela alienação de um povo na miséria. Viajantes e cronistas estrangeiros como os alemães Spix e Martius, Raymundo José da Cunha Mattos – português –, Auguste de Saint-Hilaire – francês – e o Pe. Luís Antônio da Silva e Souza – o proto-historiador goiano, ordenado na Itália – narraram os aspectos em que se manifestava o declínio da capital de Goiás e a sua conversão, não obstante a sua aparência pitoresca, em um

nova capital, o relatório composto por Pedro Ludovico Teixeira como interventor federal, de 1930 a 1933, reveste-se de um caráter médico-científico e, mesmo, técnico-econômico. À cidade de Goiás nega-se definitivamente qualquer condição de possibilidade para manter-se como centro do poder político e simbólico. *Como espaço*, estava “situada em meio de uma bacia, [...] embarçando-lhe a regular ventilação, estreitando-lhe, demais, o horizonte visual”; *pelo clima*, era “castigada por excessiva temperatura [...], não corrigida pela latitude ou por causas locais”; *a atmosfera* geral formava uma “poderosa influência do meio na mentalidade dos homens, estreitando os horizontes e embargando os impulsos de engrandecimento”; *entre seus habitantes*, os bobos “contam-se às dezenas [...], extenso grupo patológico dos débeis mentais, desde imbecis natos até os cretinizados pela miséria física ou por causas degenerescentes, congênicas ou adquiridas”; *a água potável* era “transportada na cabeça, em potes, e fornecida pelas únicas e pobres fontes existentes”; *as habitações* “aberram de todos os princípios de higiene e de todas as utilidades de conforto. Noventa e oito por cento da população da capital dorme em alcovas bafientas, que nunca recebem sol e em que jamais entra luz ou ar diretamente do exterior”; *economicamente* deixaria de fazer sentido a “remodelação impossível de uma cidade velha e inafeiçãoável às conquistas e às utilidades da vida moderna”⁴⁶⁸. Para sediar a capital de Goiás, iniciara-se a construção de uma nova cidade – Goiânia – à qual, aos 23 de março de 1937, fora

exemplo da falta de disposição para o desenvolvimento que se observava em todo o território ao longo do séc. XIX. Dentre as impressões deixadas por esses viajantes estrangeiros, destaca-se a do naturalista francês que viajara entre 1816 e 1822 por várias províncias do Brasil e que, 26 anos após ter regressado à França, publicou o relato das suas travessias pelos sertões de Goiás em 1819. Nele expunha as impressões que recebera durante a sua estadia na por ele denominada ‘infortunada região’ goiana, um território no qual percebera as desastrosas conseqüências de uma administração ‘quase sempre imprevidente e com freqüência espoliadora’ (Saint-Hilaire, 1975: 13). Em vários episódios da obra *Viagem à província de Goiás*, Saint-Hilaire narra as suas experiências pela capital goiana. Nas observações vertidas percebe-se que esse naturalista francês visara abarcar os traços definidores de todos os campos sociais da cidade de Goiás. Assim, a respeito da arquitetura vilaboense, Saint-Hilaire (1975: 51) sancionara: ‘Ali tudo é pequeno, tudo é mesquinho, sem beleza e até mesmo, segundo diziam, sem solidez’. Os juízos de valor de Saint-Hilaire enfatizam, sobretudo, o comportamento anódino a que fora conduzida a população da cidade de Goiás por efeito do atraso instituído pelo determinismo inerente às características da localização dessa capital: ‘A cidade, construída numa baixada, onde o ar não circula como nas montanhas e nas planícies; onde a água parece pouco salubre e o calor é quase sempre sufocante durante a seca; onde, enfim, a umidade deve ser muito grande na estação das chuvas, essa cidade, repito, não pode ser propícia aos homens da nossa raça. Essa é uma razão por que os habitantes de Vila Boa estão longe de apresentar uma aparência de saúde, vigor e energia’ (Saint-Hilaire, 1975: 51)” (Costa, Quintela, 2005: 20-21).

⁴⁶⁸ As citações do Relatório de 1930-1933, composto por Pedro Ludovico, foram retiradas do artigo A modernidade assustadora: o pesadelo goiano de Lévi-Strauss (Costa; Quintela, 2005).

transferida a administração do estado⁴⁶⁹. Casais, para chegar à Cidade de Goiás, passara por Goiânia, mas esta última não merecera os seus comentários.

Casais não se deteve em Goiânia – “la ciudad más joven del Brasil” –, mas deleitava-se permanecendo na Cidade de Goiás uma semana⁴⁷⁰. Apesar de “vetusta”, ou precisamente por ser vetusta, a Cidade de Goyaz encanta-o. Casais parece compartilhar a orientação no gosto de Lévi-Strauss pela Cidade de Goiás. O antropólogo francês antecederia Casais na visita à velha capital goiana e, ao igual que Casais, ele não se alinhara emulativamente nos tópicos recorrentes divulgados por outros viajantes estrangeiros – os seus predecessores – na observação dos planaltos centrais. A diferença de mais de cem anos que distanciara Lévi-Strauss dos outros autores de narrativas de viagem fez com que, na sua perspectiva de análise sobre a Cidade de Goiás, encontrasse nela uma “graça antiquada”. Assim, aos olhos de Lévi-Strauss, a *vila* ainda era, também, *boa*:

Aproximadamente a um terço da distância que, grosso modo, separa a costa meridional do curso do Amazonas, estendem-se vastos planaltos esquecidos pelo homem há dois séculos. No tempo dos tropeiros e da navegação fluvial, podia-se cruzá-los em poucas semanas para se subir das minas rumo ao Norte; chegava-se assim às margens do Araguaia, o qual se desceria de barco até Belém. *Única testemunha dessa antiga vida provinciana, a pequena capital do estado de Goiás, que lhe deu seu nome, dormia a mil quilômetros do litoral do qual estava praticamente isolada.* Num sítio verdejante dominado pelo perfil caprichoso dos morros empenachados de palmeiras, ruas de casas térreas desciam pelas encostas entre as hortas e as praças onde os cavalos pastavam diante das igrejas de janelas ornamentadas, metade granjas, metade casas com campanário. Colunatas, estuques, frontões sempre recém-pincelados com um reboco espumoso como clara de ovo e colorido de creme, ocre, azul ou rosa, lembravam o estilo barroco das pastorais ibéricas. Um rio corria por entre as margens limosas, que às vezes desmoronavam sob o peso dos cipós, das bananeiras e das palmeiras que invadiam as residências abandonadas; *mas essa vegetação suntuosa mais parecia acrescentar uma*

⁴⁶⁹ À cidade à que pelo Decreto n. 1.816, de 23 de março de 1937, foi transferida a capital do Estado, deu-se a denominação de Goiânia por força do disposto no art. 1º do decreto legislativo n. 327, de 2 de agosto de 1935. A construção dessa cidade fora determinada pelo Decreto n. 3.359, de 18 de maio de 1933.

⁴⁷⁰ O desfrute de Casais na Cidade de Goiás e a sua complacência durante a semana que, como turista, investiu nessa cidade mostram-se evidentes no seguinte parágrafo. Ele não planejava passar na Cidade de Goiás esse tempo, mas as expectativas que se lhe apresentaram nesse município fizeram com que ele alterasse a sua programação: “Antes de sentarme a la mesa di mi primer paseo por la calle estrecha que termina en la plaza del Palacio y de la iglesia da Boa Morte. Perdiera súbitamente el cansancio y hasta las ganas de seguir a las márgenes del Araguaya al otro día, pese a las prevenciones del hotelero, servicial y complaciente, empeñado en que no me aburriese en Goyaz una semana entera, hasta la próxima conducción. Para tranquilizarlo le prometí serme indiferente la pérdida de tres conducciones seguidas, tan encantado estaba en la ciudad de plata” (Casais, 1940: 193).

dignidade silenciosa às suas fachadas deterioradas do que imprimir-lhes a marca da decrepitude (Lévi-Strauss, 1996: 116-117).

Na Cidade de Goiás, Casais não passou despercebido como turista. Ele foi convidado, pelo diretor do Liceu de Goiás, para integrar a presidência da mesa de uma cerimônia de formatura de uma turma dessa instituição⁴⁷¹, a qual foi uma das últimas refeições dessa instituição antes da sua mudança para a nova capital⁴⁷². Essa participação

⁴⁷¹ Não conhecemos nenhum outro relato sobre uma cerimônia de formatura brasileira da década de 1930 composto por um viajante estrangeiro. Nesse relato, abaixo transcrito, Casais (1940: 194-95) demonstrou querer transmitir a sua conformidade e o seu deleite, inclusive o seu encantamento, com a estrutura, estética e o decoro da cerimônia acadêmica interiorana em que participou. A solenidade do evento agradou Casais, quem foi tratado como um visitante distinto e com quem os participantes da cerimônia tiveram a atenção de falar-lhe da Espanha, demonstrando com isso, na apreciação de Casais, o interesse e o conhecimento que eles tinham em relação ao país do qual ele era oriundo. Supõe-se que quando Casais comenta que lhe transmitiram “frases sentidas”, que ele agradeceu “como nunca”, elas tinham a ver com a Guerra Civil espanhola. Eis o relato de Casais: “Recibí en el hotel, casi juntos, tres convites para la misma fiesta de entrega de diplomas a los nuevos bachilleres de la sucursal del Liceo Goyano. Me invitaban el Dr. Ferreira dos Santos, director del establecimiento, y dos señoritas alumnas. ¡Yo que me creía desapercibido en Goyaz! Un compañero de hospedaje me explicó: – Usted no conoce el ambiente local. Aquí la hospitalidad es un culto. El forastero goza de las más delicadas preferencias. Si usted continuase entre nosotros unas semanas, participaría de las reuniones y tertulias de las mejores casas. Fui al Liceo dispuesto a no perder detalle de una fiesta que me prometieran brillantísima. Poco antes de comenzar la sesión, el director me rogó que aceptase un lugar de honra en el estrado. No valieron argumentos ante la insistente cortesía del Dr. Ferreira dos Santos. Las autoridades hicieronme objeto de finas atenciones. Todos tuvieron frases gentiles para mi patria. La simpática fiesta, armonía de elegancia, de belleza y de saber, me produjo viva emoción. En el amplio salón de grados, adornado con sencillez y buen gusto, diéranse cita aquella noche las más lindas muchachas de Goyaz, acompañadas de sus mayores. Lucían elegantes vestidos y se adornaban con ricas joyas. Los ‘bacharelandos’ con sus padrinos o madrinhas, en rigurosa ‘tenue’, ocupaban las primeras filas. Había tantas señoritas como estudiantes. El número uno, por orden de calificación, fue discernido a una jovencita. Después de entregados los diplomas habló un alumno, en representación de los nuevos bachilleres. La contestación estuvo a cargo de un profesor del Liceo. Cerrada la solemnidad académica, organizose el baile. En las presentaciones de que fui objeto, siempre la fina educación de aquellos caballeros tuvo frases sentidas – que agradecí como nunca – para España. En sus conversaciones conmigo demostraron conocer las cosas de mi país, sobre todo su literatura e historia, con suficiencia e interés inusuales. Las animadas charlas continuaron en un salón contiguo. Agradicadas señoritas obsequiaban a los invitados con las delicias de un buffet ricamente surtido de emparedados, pasteles, dulces y frutas – ¡oh las uvas y las mangas de Goyaz! – goyanos y de bebidas para todos los paladares. Era una hora de la madrugada y la fiesta proseguía en auge. Nuevo toque de atención del hotelero: – Mañana saldrá un transporte para Santa Leopoldina. Ya mandé que le reservasen un asiento en la ‘boleia’. [...] Limité, pues, mis cuidados en esta ocasión a preparar una pequeña maleta con los efectos personales y fotográficos, y me dispuse a partir a prima hora. De Goyaz a Leopoldina medían doscientos veinte kilómetros de carretera regular, intransitable en algunos trechos cuando llueve mucho”. Não procuramos na imprensa da época registros da passagem de Casais pela Cidade de Goiás. Mas soubemos que o livro de registro das sessões solenes do “Lyceu” dessa época extraviou-se. Procuramos, isso sim, contrastar o parecer de Casais com outros registros das refeições do Liceu vilaboense e, para tal, recorremos ao livro *Reencontro*, de Amália Hermano Teixeira (1981) que se refere ao seguinte acontecimento: “Os bacharéis do Lyceu de Goyaz (1930-1934) comemoram a passagem dos 46 anos de sua diplomação. Reverenciam a memória de mestres e colegas. Confraternizam-se. Homenageiam, revêem e ouvem professores de ontem, num encontro emocionante de lembranças e saudades”. Trata-se dos atos da formatura dos bacharéis de 1934; é o relato cronologicamente mais próximo à descrição feita por Casais que pudemos localizar.

⁴⁷² Quase uma década depois da participação de Casais em uma cerimônia de formatura do Liceu de Goiás, o viajante Haroldo Cândido de Oliveira (s/ d: 13), aos 21 de junho de 1947, referia-se como se segue às consequências, para o ensino na Cidade de Goiás, da mudança da capital: “Por ocasião da mudança da capital

em uma colação de grau foi a derradeira atividade de Casais na Cidade de Goiás, de onde, na boleia de um caminhão e, em parte, a pé, e por uma intransitada estrada ruim através do mato, de chapadões e de isoladas fazendas, vai à cidade de Leopoldina, a 220 km da Cidade de Goiás, com vistas a conhecer um outro sertão e o rio Araguaia. No relato da preparação dessa nova partida, Casais insere apreciações sobre constantes da sua atitude durante as viagens pelo interior do Brasil. Menciona como, da sua praticidade e do seu caráter austero, optava por carregar uma bagagem mínima – “una pequeña maleta con los efectos personales y fotográficos” (Casais, 1940: 195) – e que se adaptava à oferta gastronômica oferecida nos lugares por onde passava, compensando, às vezes, a simplicidade dos pratos que lhe eram oferecidos com a amabilidade dos que lhes ofereciam. Nesse sentido, Casais reprocha a falta de maleabilidade, perante o cardápio, de alguns turistas:

Seguidamente el buen hombre [hoteleiro] se deshizo en consejos de viaje, insistiendo en que debía llevar provisiones de boca porque en el camino no encontraría donde comer.

Estaba visto que el previsor amigo me juzgaba mal. Tomábame por uno de esos turistas que se amargan la vida si no encuentran restaurants a la carte y cerveza helada en pleno “sertão”.

Viajando por el interior del Brasil nunca pasé hambre. Si en ciertos lugares del hinterland no recibí manjares succulentos, era en cambio de primera calidad la complacencia con que se me ofrecían (Casais, 1940: 195).

Os comentários de Casais sobre a sua viagem na boleia de um caminhão conformam mais uma demonstração da sua vontade de sublinhar a sua predisposição para se adaptar a qualquer contingência. Devido às chuvas e ao peso do carregamento, o pavimento da estrada não resistia o peso dos caminhões, que se atolavam, com o qual, para salvar no início dessa viagem a Leopoldina um trecho de 6 km, foram necessárias 5 horas. Mas Casais (1940: 196) informa que os afundamentos se produziam a despeito da destreza dos motoristas quem, por sua vez, “en sabia previsión”, abasteciam os veículos de enxadas, picos e pás, “herramientas tan precisas como el cric, la llave inglesa y las bombas de inflar neumáticos”. Antes de alcançar o destino previsto, o caminhão fez várias paradas, aproveitadas por Casais para manter conversas com os sertanejos, apontadas com detalhe

para Goiânia, Goiás assistiu a este extraordinário espetáculo, o fechamento de todas as escolas e ginásios do Estado, transferidos para a nova capital sem que ficasse uma única instituição de ensino em seu lugar!... Puro obscurantismo!... A mocidade de Goiás, no momento da minha visita, movimentava-se para recuperar um curso clássico-científico; na praça principal havia, mesmo, uma ‘faixa’ com esse comovente apelo. Em geral, estuda-se bastante em Goiás; as moças todas mantêm pequenos cursos muito freqüentados. O ensino, porém, ressurte-se dessa improvisação generosa”.

na obra. Ele insiste no caráter hospitaleiro dos habitantes da região que, com magnanimidade, compartilham com o viajante o pouco que tinham; adverte que os sertanejos ostentam as armas que possuem, mas matiza que isso se deve à imperiosidade da defesa – “defensa necesaria en el bosque; defensa contra los animales, no contra los hombres” (Casais, 1940: 197) – e menciona que um faiscador que ele conhecera, apesar de estar encontrando bastante ouro nos córregos e rios da região, desejava ir trabalhar a São Paulo, pois a fortuna só se podia obter lá. São observações muito pontuais sobre alguns dos habitantes do interior goiano. Ele já manifestara que não pretendia fazer avaliações científicas e que se limitaria a recolher por escrito as suas impressões de viagem. Mas, se reunidas, as sumárias e escassas anotações de Casais sobre a povoação sertaneja goiana esboçam um panorama social no qual, apesar da escassez de sinais dos efeitos do progresso, nada anômalo há e para o qual se pode vaticinar, caso se ponham os meios, um rápido desenvolvimento devido à moralidade dessa gente⁴⁷³. Porém, uma década após, Haroldo Cândido de Oliveira percorrendo o mesmo espaço pelo que transitara Casais, percebe na sua experiência como viajante pelo Planalto Central, lacras e taras entre os sertanejos que lhe impedem lavrar, no seu diário, comentários benévolos ou esperançosos em relação ao futuro da população do interior goiano. Aos 18 de junho 1947, Oliveira escreveu:

Em todo o Estado de Goiás tenho encontrado um grande número de estropiados, mudos, cegos, paráliticos, idiotas, tortos, papudos, bobos, uma legião de desgraçados!...

Acabo de visitar um asilo onde se acham reunidos alguns monstros dos mais tristes que já vi.

E a vida continua!... E o sol brilha, tranqüilo, como se nada houvesse!... (Oliveira, s/ d: 12).

Nos seus apontamentos relativos à viagem rumo a Leopoldina, Oliveira (s/ d: 17) lamenta o estado das estradas – “as célebres estradas de um Estado que gastou milhões na construção de uma capital artificial!...” –, crítica o prato básico da alimentação na região – “de carne seca cozida com arroz, a incrível ‘Maria-Isabel’, [...] E vive-se disso! Vive-se,

⁴⁷³ Casais descreve a casa onde almoçaram na primeira parada feita durante a viagem da Cidade de Goiás a Leopoldina. Era uma maloca que, segundo fosse a perspectiva, poderia ser qualificada como humilde ou como miserável. Casais (1940: 196) escolhe qualificá-la de humilde e ressalta a dignidade dos valores morais que distinguia a conduta da família que os acolhera e que os alimentou gratuitamente: “como era la [hora] del almuerzo, paramos cerca de una casa de labradores aislada en el campo. La choza era humilde, techada de hojas. Mientras esperábamos el yantar ofrecido, sentados en bancos rústicos junto a la cocina-comedor, observé las paredes. Pendían de ellas una vieja espingarda, dos retratos desvaídos y un cuadro de los Sagrados Corazones. Buenos, amables, hospitalarios, los campesinos nos dieron de lo que tenían, de todo lo que tenían, con la mejor voluntad y desprendimiento. Cuando intentamos pagar no hubo manera de que nos cobrasen. La vieja patrona parecía asombrarse de nuestra pretensión. Inútil insistir. – Si yo pasase por su casa, argumentaba la buena señora, ustedes tampoco me harían pagar la comida”.

mas também!...” –, e deprecia uma dança típica da bacia araguaiana, a catira. Já em Leopoldina, Oliveira (s/ d: 21-30) observa que o povoado é decadente, sórdido e miserável, com poucos moradores, com habitações insalubres, sem escolas, nem telégrafo, nem oficinas, praticamente isolado por terra e com um comércio reduzido a umas poucas vendas que servem arroz, feijão, farinha, cachaça e fumo. Sobre as características sociais do povoado expõe:

o que mais me chama a atenção em Leopoldina é a falta de qualquer espécie de trabalho organizado. Vive-se em pleno regime de expedientes, de biscates, de improvisação; ganha-se algum dinheiro quando chega um barco ocasional, vindo do Pará, carregado de pirarucu, ou quando vem um caminhão de Goiás, buscar o peixe salgado aqui armazenado, os couros de ariranha, as solas, etc.

Premidas por extrema necessidade econômica, as mulheres entregam-se ao meretrício, largamente, um meretrício ingênuo e sórdido... Segundo me informaram várias delas, cobram pelas suas misérias quarenta cruzeiros, mas acabam recebendo cinco ou mesmo menos, “pois eles não pagam mais...”

Eles – são os garimpeiros que voltam de seus garimpos, loucos por mulheres e cheios de doenças...

Elas – são pobres infelizes, mal saídas de uma infância triste, mulheres quase impúberes, prostitutinhas – existe este diminutivo? – prostitutinhas de pouco mais de treze anos... Uma tristeza! (Oliveira, s/ d: 23-24).

Frente à população dos duzentos “civilizados” tristes, subnutridos, mórbidos, inadaptados e indolentes de Leopoldina, quase toda de mulatos e caboclos – o autor menciona que em 1947 havia lá dois ou três brancos –, Oliveira sopesa, após examinar 14 deles, que os índios viviam em melhores condições econômicas, higiênicas e culturais devido à sua integração no meio físico. O único que compraz Oliveira é o tamanho e a beleza do rio Araguaia em si.

Todavia, a cidade de Leopoldina fora considerada por Casais um destino turístico. É claro que, para Casais, esse município era um destino turístico só desejável pelo turista moderno, um turista moderno que, em Leopoldina, ainda não abundava, embora já fosse, na visão de Casais, um destino procurado por supostos pescadores e caçadores esportivos.

Casais acredita que Leopoldina vive, em primeiro lugar, do turismo e, em segundo, da riqueza do rio Araguaia, ainda, naquelas datas, pouco explorada. Para chegar até lá, ele teve que viajar de caminhão por péssimas estradas, empoeiradas ou alagadas, se adaptar às refeições que ofereciam os nativos, dormir na poltrona da cabine do motorista de um caminhão fazendo do próprio terno o travesseiro, se resignar com os insetos e conviver com passageiros que não eram turistas. No interior de Goiás, assim como nas margens do rio

São Francisco, Casais vislumbra, porém, destinos turísticos para sujeitos, brasileiros e estrangeiros, que compartilhem o seu gosto e os seus interesses e que tenham as suas expectativas. Ele acredita que, devido ao clima saudável e à abundância da pesca e da caça, em Leopoldina tinha havido presença de turistas semelhantes a ele; para outros turistas que optem por esse destino chega, inclusive, a recomendar a pensão onde ele se hospedara e que retrata com ânimo publicitário:

Domingo. Sol espléndido, abrasador. Moscas y mosquitos en plagas. Chiquillería. Algunos indios carajás; entre ellos Domingos, el cacicuelo.

“Pensión Ideal”, pensión de Tulio, el de Goyaz. La casa da frente al río Araguaya.

Buen chico este Tulio. No parece que haya sido chauffeur de taxi. Se desvive para que sus huéspedes queden satisfechos. La pensión, única en Leopoldina, está instalada en una casa modesta. No las hay mejores. Pero los dueños la hicieron todo lo confortable posible. Una salita, con muebles burgueses y retratos de familia aún más burgueses, anuncia lo que será el hospedaje. Íntimo, familiar, de buena camaradería, donde el turista puede pedir lo que quiere, seguro de ser complacido, si los recursos locales lo permiten.

Los dormitorios – tres o cuatro – limpios, bien aireados, porque carecen de cielo raso. Cara al corral, el comedor y, más allá, la cocina, a cargo de Madame Tulio. En los chineros lucen, junto a la vajilla, barrigudos tarros de dulces caseros con que la patrona obsequia a sus huéspedes durante las animadas tertulias que siguen a las “pescarías” y a las “caçadas” (Casais, 1940: 198).

Casais (1940: 199) também aconselha o que não se deve fazer: “Moraleja: turista amigo, incluye el aparato fotográfico en la lista de las tres (o trescientas) cosas no susceptibles de pasar a manos ajenas”. Esse conselho foi consequência de ele haver deixado a sua Leica a um rapaz que o acompanhava nas suas pescarias em canoa no Araguaia, a quem lhe caíra a câmera das mãos, embora depois pôde ser recuperada do leito do rio. Casais passou duas semanas pescando na confluência dos rios Araguaia e Vermelho e caçando nessa zona. Afirma que “Jamás en río alguno (no hecho en olvido el San Francisco) vi la abundancia de peces del Araguaya” e que, durante a sua estadia em Leopoldina, ele forçou a mudança da rotina alimentar da pensão ao impor o gosto pelo peixe. As críticas de Casais são desse tipo, veladas. Indiretamente, aponta a má alimentação em Leopoldina, onde se aproveitava pouco o peixe apesar da sua abundância e onde pouco se produzia e aonde poucas mercadorias chegavam, sendo caras quando chegavam, devido às dificuldades dos transportes e, indiretamente, à pouca demanda. Casais assinala, indiretamente, a indolência como traço característico da população ribeirinha, uma

indolência causada pela fartura do meio físico: “Quizás la vida fácil que llevan los moradores de la ribera sea obstáculo al progreso de la población”. A “vida fácil”, na sua visão é também uma característica do dia-a-dia das tribos indígenas da região. Ele nomeia-as, mas só entra em contato direto com os índios karajás, alguns de cujos traços distintivos – habitação, higiene, pinturas corporais, aculturação e religião – menciona sumariamente. Sobre o modo de vida dos karajás destaca: “La vida de estos indios es simple y regalada. Naturaleza les prodiga cuanto necesitan. Cultivan, sin gran esfuerzo, mandioca, maíz, batata, patatas, bananas, sandías, abóboras. Cazan y pescan en abundancia. La indumentaria no les preocupa gran cosa” (Casais, 1940: 201).

Não sabemos qual foi a continuação da viagem de Casais. O capítulo do livro dedicado ao Estado de Goiás – a “Quinta Parte” – é interrompido com o relato da sua experiência turística, pescando e caçando, em Leopoldina. A “Sexta Parte”, com a que se encerra a obra, parte de uma viagem, de trem, do Rio de Janeiro a Vitória, a capital do Espírito Santo. Até Goiás, o roteiro seguido por Casais fora uma continuação do percurso que iniciara no Rio. Supõe-se que ele regressou de Goiás ao Rio, sem sabermos por onde transitou, e estando no Rio, de novo empreendeu uma viagem. O encerramento da “Quinta Parte” é uma declaração de simpatia à Cidade de Goiás e ao rio Araguaia. Carecemos de dados que nos permitam informar se ele retornou a essa cidade e a esse rio. No entanto ele declarou que essa era a sua pretensão:

Terminé, por ahora, mi rápida visión del Araguaya. Diez días me supieron a poco. Excursión turística, meramente turística, que los motivos de belleza del Berocan son infinitos.

Por ahora... porque volveré. Volveré a vivir la ciudad de Goyaz, algunas semanas, y el río Araguaya, algunos meses, sin apremios, como mejor se siente el regalo de la Naturaleza.

El camión aguarda a la puerta de Tulio.

– A ver, Ubaldino, para mí un pasaje de ida y vuelta (Casais, 1940: 203).

A “Sexta Parte” intitula-se Un mes en el río Doce. Nela, Casais narra o périplo que empreendeu pelo Espírito Santo antes de se adentrar no Estado de Minas Gerais e regressar a Belo Horizonte, encerrando, com isso, os apontamentos de viagem do livro. O relato da sua viagem de trem até a capital capixaba parte da, então, segunda cidade do Estado do Rio de Janeiro, Campos. O autor gosta muito da paisagem – zona de “agrestes matas” e “agrestes riachos” – desse trecho da travessia. Nesse trecho são feitas várias paradas. Em duas ferroviárias, a de Murundu e a de Itabapoana, emociona-o a fartura de quitandas que

são oferecidas. De Cachoeiro de Itapemirim, já no Espírito Santo, além do Pico de Itabira, dos extensos campos de algodão e das fábricas de tecidos, cerâmica e cimento, destaca a fama que a cidade tinha pelas suas mulheres bonitas, “fama bien legítima según se juzga por las que llenan los andenes”. Casais (1940: 207) refere-se como se segue às quiandas de Murundu: “Grandes mesas abarrotadas de dulces esperan, bajo la marquesina de la estación, el asalto de los viajeros...”. Enfatiza, como se segue, o que era oferecido em Itabapoana:

Bandas de chiquillos invaden el tren ofreciéndonos, a aquellas horas tan propicias, frutas variadas de la tierra y apetitosos “bocadillos”, con auténticas chuletas de cerdo, recién sacadas de la parrilla. Otros venden, a precios ridículos, ejemplares de orquídeas en flor (¿saben ustedes que en esta parte del Brasil se dan bellas orquídeas en campos silvestres?) (Casais, 1940: 207).

Antes de chegar a Vitória, Casais diz que há dois municípios – Alfredo Chaves e Domingos Martins – em que fora notório o assentamento de imigrantes italianos; no entanto ele refere-se a essa presença com o termo colonização (“la zona de la colonización italiana”). Ele não visita essas cidades e só se detém, poucas horas, em Vitória, pois o seu interesse está em iniciar a excursão pelo rio Doce. Em Vitória vai ao encontro do Interventor do Estado, quem o recebe e lhe proporciona um guia para que o acompanhe em um passeio circular pela cidade:

el tiempo fue bien aprovechado gracias a la exquisita amabilidad del Interventor del Estado que puso a mi disposición excelentes cicerones.

El Capitán Punaro Bley no me conocía ni tenía porqué. No llevara para él presentaciones ni cartas de recomendación. Fui a Palacio a cumplimentar a la primera Autoridad, por grato deber de cortesía. Bastó mi credencial de turista de buena fe para que el Sr. Punaro Bley me muniese de otras, con tal generosidad e hidalguía, que me dejó perplejo (Casais, 1940: 208).

Apesar das poucas horas que passa em Vitória, Casais faz uma descrição geral dessa capital. Compara a sua baía com a baía de Guanabara, reconhece a existência de praias “de lujo” e de bairros de chalés, destaca a existência de um convento em um morro – o Convento da Penha – construído sobre uma capela fundada a meados do séc. XVI por um frade espanhol, Pedro Palácios, e afirma ter visitado três instituições exemplares do Estado – um quartel da força pública capixaba, um leprosário e um hospital de crianças –, por ele consideradas como motivos para o “legítimo orgullo de la capital y del Estado”. Para mostrar a contínua prosperidade econômica de Espírito Santo, Casais reproduz nos seus apontamentos cifras dos avanços nos rendimentos obtidos na produção agropecuária,

justificando a inserção dessas estatísticas no seu livro no interesse que eles poderiam ter para os turistas interessados em conhecer o desenvolvimento econômico da região que ele irá percorrer. Ele esclarece que o progresso material do Espírito Santo corre paralelo ao espiritual por haver sido, em 1937, o estado que mais escolas primárias inaugurara no Brasil.

De Vitória, Casais desloca-se, por via terrestre, até Colatina. Nessa viagem, no vale de Canaã, percebe a presença de imigrantes europeus pela aparência física destes:

Es la zona de los tipos rubios, colonos italianos e alemanes llegados en las primeras inmigraciones a hacer fortuna en esta tierra de promisión. Casitas de pequeños labradores aparecen salpicadas por todo el camino. Numerosos puentes de madera salvan arroyuelos o conducciones de agua para las fincas. Chacras. Sitios. Haciendas. Todo en cultivo pujante (Casais, 1940: 209).

Essa é a última alusão a imigrantes em toda a obra. Desta vez, Casais também não entrou em contato com eles. Não os encontra em nenhum dos destinos que ele marcara para as suas travessias; encontra-os durante o trânsito e no interior dos estados que visita. Neste novo destino – o município capixaba de Colatina –, na margem do rio Doce, Casais percebe a potencialidade de um novo pólo turístico pela sua localização, pelo meio físico, limpeza e ajardinamento da cidade, pelo desenvolvimento econômico e comercial e por sua população culta e empreendedora. Assim o expõe e chega a propor um roteiro turístico a ser explorado pelas agências de viagens:

Yo que llegué a la zona como turista, simplemente como turista, veo en Colatina, junto con Linhares, los centros irradiadores del turismo. El río Doce presenta en grado superlativo todos los valores estéticos y económicos armonizados. Belleza natural, bárbaramente natural e insospechada. Valores económicos también casi vírgenes. Panoramas espléndidos. Lindas poblaciones. Motivos históricos e etnográficos. Gentes cordiales y acogedoras. Autoridades celosamente empeñadas en la prosperidad y progreso de la región. Los bosques imponentes. (“A natureza, aqui, perpetuamente em festa”) que marginan el río me traen a la memoria los barrancos del Orinoco. En algunos trechos la vegetación gana a la del río venezolano [...] Pocos años atrás hablábase del río Doce – cuando se hablaba – como de una tierra remota e inaccesible. Hoy, Linhares y Colatina son arrabales de Victoria. La nueva carretera a San Matheus pone a Linhares a tres horas de la capital capixaba. Una hora más en canoa y estamos en la laguna Juparaná, lugar turístico por excelencia, paraíso de pescadores. Tres horas río abajo, Regencia, balcón sobre el Atlántico. Es decir que el turista puede desayunar en Victoria, almorzar en “Maria Bonita” (¿verdad Dr. Filogonio que en su mesa hay siempre un plato dispuesto para el turista?) bañarse en el mar y comer en Victoria. ¿Pensaron en esto las empresas organizadoras de viajes? (Casais, 1940: 211-12).

Nessa viagem, os moradores com os que, de propósito, estabelece contato Casais são os índios botocudos nas beiras do rio Pancas. Até onde eles se encontram Casais viajou de carro, e caminhou, por entradas na mata. Observa que eles não são mais ferozes e antropófagos, como apontara, na década de 1880, o viajante John Steains, e louva as ações que, para a sua civilização, se implementaram nos aldeamentos onde foram concentrados. Casais (1940: 112) descreve os botocudos que conhece nos aldeamentos como se segue: “*hoy visten como cualquier colono, cúbrense con sombreros de fieltro, tal que los buenos burgueses, hablan de la guerra europea y, de vez en cuando, dan un paseíto por la ciudad para vender los productos de su trabajo y adquirir provisiones de hombre civilizado*”. Com um grupo de botocudos conversa no aldeamento. Eles queixam-se da falta de tempo para satisfazer a grande demanda do seu artesanato que há em Colatina e comunicam-lhe a sua esperança de incrementar a safra de mandioca e feijão nos novos campos que preparavam após terem tocado fogo na mata. Nos arredores do aldeamento, Casais enxerga trabalhadores rurais, “*perfectamente civilizados*”, que ele reconhece como descendentes diretos dos índios do lugar e afirma que, do ponto de vista etnográfico, lhe pareceram “*más interesantes que sus progenitores*”.

Em Colatina, Casais embarca, junto a caçadores, no vapor Juparaná para seguir o rio Doce, entre florestas exuberantes e fazendas agropecuárias, até Regência, na desembocadura do rio. Ele informa que o comandante do vapor era um russo – o Sr. Elpichim –, russo de origem, mas “*brasileñísimo por temperamento y por ley*”, qualificado por Casais como gentil e cordial no seu tratamento com os turistas, isto é, com ele. Com o comandante russo, Casais bebe um “*cachaça-cocktail*” e brinda pela prosperidade do rio Doce e do Brasil. Desde o quase abandonado arraial de Regência, Casais decide regressar, no mesmo vapor, a Colatina. No início dessa viagem de volta, aparentemente sem concerto prévio, uma canoa sai ao encontro do vapor. Nela ia o “*Dr. Peixoto*”, quem convida Casais a conhecer a exploração de cacau da sua fazenda, a “*Maria Bonita*”. Casais explica esse encontro com displicência:

Me disponía para el almuerzo cuando vi navegar a toda marcha, en dirección al vapor, una canoa con dos personas. – Es la canoa de “*Maria Bonita*” dijeronme. En ella vienen el Dr. Peixoto y su administrador.

Llegaban precisamente por mí. Al saberme en aguas del río Doce, el Dr. Filogonio Peixoto, tan gentil como me lo habían pintado, hizo cuestión de convidarme a su hacienda de cacao, situada en aquellas proximidades.

Conocía de antemano al Dr. Peixoto. Puedo decir que lo conocía desde que, en mis viajes por el interior de Bahía, comencé a interesarme por la economía cacaueira. Leyera de él publicaciones interesantes y, sobre todo, un libro que me enseñara mucho (Casais, 1940: 219).

Casais aceita o convite pois sabia que Filogonio Peixoto, além de ser irmão do crítico literário Afrânio Peixoto, era uma autoridade reconhecida – devotada – na região, tanto pela prosperidade que se expandira a partir da sua lucrativa fazenda criada no que fora mata impenetrável e dedicada à recolhida e exportação de cacau, quanto pelas suas preocupações para garantir o bem-estar material e cultural dos seus trabalhadores. Nesse sentido, Casais (1940: 220-21) esclarece que a fazenda Maria Bonita nada tem a ver com as condições de trabalho narradas em um romance que ele lera nos seus “primeros tiempos de forastero en el Brasil”, na qual “las haciendas de cacao se representan como inauditas explotaciones del trabajador agrícola, y a los patronos hacenderos como repugnantes opresores de sus operarios”. Casais exclama “¡Vive Dios que no fueron esos los cuadros que yo vi!”. Supõe-se que ele se refere ao romance *Cacau*, de Jorge Amado. Na visão de Casais, a fazenda Maria Bonita seria a antítese dessa ignomínia, pois nela os trabalhadores agrícolas contavam com habitações higiênicas, quadras de esporte, escolas, “círculos de reunión y de recreo”, e atendimento médico gratuito, além de se haver estimulado o envolvimento deles em agrupações culturais e esportivas.

Após essa experiência, Casais faz a parada seguinte em Linhares, onde a Secretaria de Agricultura lhe arruma hospedagem e de onde parte, primeiro, para conhecer a lagoa Juparaná e, logo, para alcançar a cidade de São Matheus, cidade colonial e portuária – marítima –, onde assistirá, fazendo parte da comitiva oficial, à inauguração de uma estrada de comunicação com Vitória por parte do Interventor do Estado. A descrição do fausto que impregnou a demorada cerimônia da inauguração da estrada conforma, no nosso entender, o paroxismo da narrativa hiperbólica do livro de Casais. Trata-se de uns parágrafos em que se confunde a redação das impressões de uma viagem turística com a exaltação épica da inauguração de uma rodovia de terra batida, da qual o turista deixa de ser um observador para nela se integrar do seu papel de protagonista exógeno. Tudo o que Casais percebeu durante esses atos foi compreendido por ele como sinal extremo da emoção, do orgulho, da

veneração e aclamação à chefia política, da fartura e do luxo exibidos por um povo que se queria mostrar feliz por receber, das suas autoridades, uma estrada⁴⁷⁴.

Casais embarca de novo no vapor Juparaná para completar o seu regresso a Colatina. É em um relato relacionado aos primeiros momentos da sua chegada a Colatina que Casais proporciona dados que permitem situar no tempo, com precisão, as últimas etapas da última viagem pelo Brasil contemplada no seu livro. Esse relato refere-se, muito provavelmente, à audição, no rádio de um bar de Colatina, de informações em alemão sobre a Conferência de Munique, em finais de setembro de 1939:

Vibraban de inquietud y desasosiego las “peñas” del Bar esperando las últimas noticias radiadas de Europa. Se anunciaba como inminente la declaración de la guerra o la guerra sin declaración. De los contertulios, los que traducían alemán, escuchaban directamente el noticiario de Berlín, haciéndose intensas las controversias en torno al desenlace de una guerra que aún no comenzara. Esperábase, sin gran seguridad ni confianza, el resultado de ciertas gestiones diplomáticas de última hora. Uno de los camaradas nos recordó oportunamente la definición que de la diplomacia diera un caipira del río Doce: “Porcaría en prato fino”. El tal campesino no era lerdo y aunque pronunciaba “Ubilsón” y “Clemenselau”, sabía bastante de las cosas políticas del viejo mundo.

⁴⁷⁴ A narração é a seguinte (Casais, 1940: 222-23): “Niñas y niños de las escuelas públicas, guiados por sus profesores, recibieron en formación correcta a las Autoridades. Coloradores y alegres, sin perder la línea, luciendo vistosos uniformes recién planchados. Fue para ellos un día de inolvidable fiesta. El pueblo en masa aclamaba con sinceridad emocionante al Interventor Punaro Bley. Después del banquete (¡como se acreditaron de excelentes dulceras y reposteras las señoras de Linhares!) me incorporé a la comitiva oficial en el viaje a San Matheus por la nueva estrada. Una cinta blanca atravesando bosques que la vista no penetra más allá de unos pocos metros. En las curvas parece terminarse el camino en un fondo de árboles milenarios. Animales, ya conocidos en las selvas del Doce, y multitud de aves de vistoso plumaje salen al paso. Escasas viviendas en todo el camino. En el límite del municipio, el Alcalde de San Matheus esperaba al Sr. Interventor. Bienvenidas. Trueque de discursos. Petardos y cohetes. De ahí en adelante todas las haciendas estaban engalanadas con banderines, floripondios y arcos de triunfo. El pueblo unánime esperaba al Capitán Bey. Unos agolpados en las ruas, otros apretujándose en las estrechas ventanas de hechura colonial. Se multiplicaban, hasta ensordecen, los cohetazos. Bandas de música ejecutaban himnos y pasodobles. Hubo los discursos de rúbrica en la plaza mayor, bajo la fronda de un árbol centenario. La señora alcaldesa distribuyó los alojamientos, previstos para diez veces el número de los recién llegados. A mí me cupo la casa de Constantino. Diéronme a elegir entre nueve amplias alcobas, a cual más limpia y mejor preparada; pero, como todas eran por igual excelentes, opté por la primera. Los lechos lucían finísimas holandas ricamente bordadas y colchas de seda. Cuadrantes con fundas de encaje y calados servían de almohadas. Parecían ropas de un ajuar de novios. Di un paseo por la vieja ciudad, más bella todavía en estas horas crepusculares. No pude recrearme mucho en la contemplación de los típicos barrios, gala y ornato de San Matheus, porque luego me llamaron a cenar y la cena no fue ‘brincadeira’, que más tuvo de gran banquete que de yanta en familia. Tiernos lechones, asados al espeto, carnes de parrilla, peces saltando del río San Matheus, pavos y pollos rellenos, ensalada de huevos duros y palmito, flanes y dulces de confección casera... Comida de casa grande que revive en las fiestas de hoy los tiempos de oro de la ciudad rica. Todavía después de la pantagruélica refección siguió el té danzante en el casino que, por cierto, me dio ocasión para admirar de cerca la desenvoltura, gracia y belleza de la muchachas sanmateenses. Un ‘bocadinho’ fatigado me retiré al aposento escogido, pero no para dormir. Las bandas de música recorriendo a paso militar, toda la noche, las calles céntricas, con alegres marchas y pasodobles, no me dejaron pegar ojo”.

Dormimos todos con el corazón oprimido ante la inminencia de la catástrofe mundial. Solo al día siguiente respiramos a pulmón henchido cuando las nuevas de Europa fueron tranquilizadoras. Era de ver como muchos de los comerciantes, que con la guerra ganarían para sus bolsas, celebraban con frenesí la paz asegurada. Una vez más constaté, en aquellos momentos difíciles, que el brasileño, sin dejar de ser héroe cuando llega el caso, profesa el pacifismo por convicción y por sentimiento (Casais, 1940: 225).

Esse dado permite-nos calcular que, quando o exército de Franco deu por terminada a guerra na Espanha, Casais se encontrava no Rio de Janeiro, devendo haver iniciado esta nova viagem sua, pelo menos, dois meses depois do famoso derradeiro *parte de guerra* do *generalísimo*. Não fomos capazes de encontrar dados que nos valessem para comentar qual fora a reação de Casais a respeito do final da Guerra Civil espanhola, se ele se manifestou publicamente e em que sentido o fez. Em *Un turista en el Brasil*, nos preâmbulos da II Guerra Mundial, ele louva a disposição em favor do pacifismo que ele percebe como majoritária entre o povo brasileiro, faz uma comedida crítica, indireta, à ação diplomática e expõe que o freio a uma nova conflagração européia lhe deixou o “ánimo tranquilo” para prosseguir a sua viagem. De trem, passa de Colatina, no Espírito Santo, ao Estado de Minas Gerais por Baixo Guandu e Aymorés. Casais comenta que, nas escalas que fez de Aymorés até alcançar Belo Horizonte, foi tomado por comprador de gemas. Desse trajeto em direção à capital de Minas ele descreve o meio rural por onde transcorre a estrada de ferro e refere-se à aparência e às atividades econômicas diferenciais das cidades em cujas estações o trem pára. Em algumas dessas cidades, Casais desce e pernoita. Dedicar alguns parágrafos à cidade de Governador Valadares, na qual se interessa pela indústria do beneficiamento da mica, e à cidade Presidente Vargas, da qual o atrai a indústria dos chapéus de fibra de indaiá. No tramo mineiro em que a ferrovia corria paralela ao rio Piracicaba, entre os municípios de Sá Carvalho e Engenheiro Guilmán, Casais (1940: 228) observa uma mudança da paisagem que o faz evocar a Galiza e as Astúrias, no que é a terceira alusão, de caráter pessoal, à Galiza de toda a obra: “Ahora son montes que abren angostos desfiladeros al paso del tren; el río se estrecha hasta lo inverosímil reduciéndose en algunas zonas a canales serpenteando entre rocas. Me pareció viajar por Asturias o Galicia”. A impressão que ele tem da paisagem nesse tramo, que sente como bela, faz com que ele se decida a fazer a pé o trajeto entre Antônio Dias e Engenheiro Guilmán. Afirma ter então fotografado cachoeiras do rio Piracicaba e trabalhos de extração de ouro nesse rio,

garimpos que ele descreve pormenorizadamente e a cujos trabalhadores entrevista. Depois Casais completa a sua viagem a Belo Horizonte de trem. Antes de lá chegar refere-se à extração de mineral de ferro e à indústria siderúrgica que caracteriza a região entre Presidente Vargas, Monlevade e Morro Grande e, adivinhando Belo Horizonte adiante de Gongo Soco, Caeté e Sabará encerra o relato desta última viagem relatada no seu livro com a exclamação “¡Belo Horizonte!” (Casais, 1940: 233).

Localizamos mais dois títulos de José Casais publicados no Brasil sobre destinos turísticos. Ambos referem-se a espaços mineiros e ambos lançaram-se em 1942. Nesse ano, o primeiro editado foi *Congonhas do Campo*. Saiu do mesmo prelo que *Un turista en el Brasil*, mas, desta vez, em português (“tradução do texto inédito espanhol por Aires da Matta Machado Filho”).

Congonhas do Campo é um livro de 73 páginas contendo também impressões de viagem, ilustradas por 75 “fotografias originais do autor especialmente obtidas para esta obra”. José Casais justifica esta outra publicação comentando que, quando compôs *Un turista en el Brasil*, ainda não visitara a cidade mineira de Congonhas do Campo e que, como ele só tratava “das cidades e campos percorridos”, não pôde se referir a essa cidade, embora ele tivesse gostado de que *Congonhas do Campo* fosse um capítulo de *Un turista en el Brasil*. Logo, ele considera que a ausência de referências à cidade de Congonhas era uma lacuna de *Un turista en el Brasil*.

O posicionamento de Casais perante Congonhas continuou sendo o de um turista, mas ele de novo fez questão em esclarecer que ele não respondia ao estereótipo mais comum do turista. Ele era um turista distinto, que selecionava, nas suas viagens pelo Brasil, destinos diferentes – alternativos –, para os quais se precisava de tempo e capacidade de apreciação. De fato, ele crê que o caráter diferencial do seu turismo justifica, por si, o seu registro. Casais informa como se segue das características e da finalidade de *Congonhas do Campo*:

Para integrar meu caderno de fotografias de Congonhas do Campo, escrevi as páginas seguintes. Com elas não quis compor monografia histórica da cidade dos “Profetas” nem estudo crítico das obras de Aleijadinho. Não aspiro a tanto. Tampouco se apresentam como simples guia de turistas apressados. Refletem minhas impressões de viajante e esclarecem as gravuras, parte essencial da obra.

[...] Se um turista no Brasil deve dedicar a parte principal de seu tempo ao conhecimento das cidades históricas de Minas, nada o exime de incluir Congonhas no programa. Acresce que essa bela e interessantíssima cidade une a seus atrativos históricos, de certo modo únicos, o privilégio de sua posição geográfica e a facilidade de comunicações que fazem dela centro de esplêndido roteiro de arte colonial.

Aí está, pois, o que vi. Por pago e satisfeito me daria se minhas fotografias e notas tivessem poder bastante para livrar os outros do erro de que fui vítima em minha primeira “tournée” por Minas-Gerais. De tal erro e omissão facilmente me absolvo porque a culpa cabe àquele cicerone e amigo gentil, mas não muito informado de coisas de arte, que me dissuadiu de visitar Congonhas por já ter visto Ouro-Preto! (Casais, 1942a: 5).

Roteiro Balneário

A outra obra de José Casais intitula-se *Roteiro Balneário*, com 94 páginas de texto e fotografias, quase todas tiradas pelo autor⁴⁷⁵, publicada igualmente no Rio. A edição coube às Gráficas de “Vida Doméstica”; a obra foi também traduzida por Aires da Mata Machado Filho. Com *Roteiro Balneário*, Casais confirma a sua dedicação à exposição e, conseqüentemente, à promoção de destinos turísticos no Brasil, manifestando o seu interesse especial pela potencialidades turísticas no Estado de Minas Gerais. Assim, embora ele mencione que no Brasil havia, no início da década de 1940, mais de 160 “fontes ‘milagrosas’”, ele redige o seu *Roteiro Balneário* a partir das impressões que teve de seis delas, as seis mineiras – Poços de Caldas e Araxá, com águas sulfurosas e térmicas, e Caxambu, Cambuquira, Lambari e São Lourenço, com águas alcalinas carbo-gasosas –. Aponta que, apesar de no Brasil haver climas variadíssimos, “todos bons e saudáveis”, cumpria reconhecer que “as estâncias mineiras gozam de clima privilegiado, entendida a palavra clima na sua mais ampla acepção: temperatura, sol, luz, pressão, umidade, vento, ozônio, ar...” (Casais, 1942b: 7), pelo qual ele as recomenda especialmente, reduzindo, portanto, o traçado do seu *Itinerário* a essas estações ideais. Assim, além de estarem situados em uma mesma região, os balneários aos quais ele se refere estão vinculados por

⁴⁷⁵ Na referência bibliográfica da obra explicita-se que as fotografias são originais do autor, havendo sido interpretadas e legendadas por Antonio Ibrahim Haddad. Excetuam-se as fotos reproduzidas nas páginas 14, 49, 54 e 55, “oferecidas gentilmente pelos Exmos. Prefeitos de Poços de Caldas e Cambuquira”, a da página 77, “cedida pelo Dr. Ribeiro da Luz”, e as contidas nas p. 85, 88, 89, 91 e 93, cedidas “pelo eminente Engenheiro Arquiteto Dr. Luiz Signorelli”.

um clima semelhante e por “excelentes meios de transporte” que os comunicam entre si e que fizeram possível a materialização de um circuito balneário.

O itinerário seguido por Casais não é, contudo, uma proposta original dele, pois segue um mapa desenhado por Octacílio Trindade para a Feira Permanente de Amostras de Belo Horizonte. Embora o roteiro já tivesse sido confeccionado com anterioridade, na exposição que sobre ele faz, Casais focaliza a complementaridade, para fins terapêuticos, entre as seis estações do circuito, sobretudo entre as quatro estações “irmãs” da Serra da Mantiqueira – Caxambu, Cambuquira, Lambari, e São Lourenço –⁴⁷⁶, qualificando um erro a publicidade dirigida aos turistas que procurava o enaltecimento de uma delas em detrimento das demais – “a propaganda mal dirigida, que, para encarecer os valores, sem dúvida muito legítimos, de uma estância hidro-mineral, censura as demais” (Casais, 1942b: 51) –.

O autor comenta que nos balneários brasileiros, inclusive nos luxuosos, não se explora ao enfermo, não se tendo que “perder a bolsa para adquirir a saúde”, e que neles “domina a idéia humanitária característica da alma brasileira, a cordialidade e a hospitalidade substância da gente da terra, e encontram-se nos profissionais da medicina uma correção, honestidade e devotamento científicos que os enaltece” (Casais, 1942b: 7). No Prefácio, Casais esclarece que, ainda que se tivesse exagerado o poder curativo das águas, havia muitos ex-pacientes que testemunhavam, com a sua cura, a validade da aplicação da água em diversos tratamentos – afecções dos sistema nervoso, respiratório e digestivo, alergias –, e sublinha que, através das contribuições científicas da química e da biologia “nesses últimos tempos”, têm-se possibilitado, no Brasil, análises que ajudaram à determinação do campo de aplicação da água mineral e dos procedimentos clínicos para a administrar. De fato, ele, ao longo da obra, acrescenta às suas impressões de visitante nos seis balneários mineiros, reproduções de quadros com as análises das águas das suas fontes. Ele dispõe-se, portanto, a expor as propriedades das águas dos balneários acima mencionados e a destacar os “elementos auxiliares” – clima, alimentação, repouso, dieta, distrações, mudança do regime habitual de vida – de que se pode desfrutar nesses

⁴⁷⁶ A complementaridade entre os balneários da Serra da Mantiqueira assim é assinalada por Casais (1942b: 51): “As quatro estações irmãs da Mantiqueira têm, dentro da similitude de suas águas, motivos poderosos para se considerarem igualmente visitáveis, pelos turistas, e gozam também de especialidades terapêuticas, para serem requeridas, em cada caso clínico, pelos enfermos. Em muitos desses casos – falo pela boca de médicos – a cura total pediria, ou pelo menos agradeceria, a passagem do doente por mais de uma estância”.

balneários para o restabelecimento da saúde. Na Introdução indica que a visita às estações balneárias brasileiras constitui, por si, um motivo suficiente para que um turista escolha o Brasil como o seu destino:

Se o Brasil não ostentasse motivos suficientes para se recomendar como país de turismo, bastariam suas estâncias hidro-minerais para não o pormos em dúvida, pois o certo é que, dos hóspedes dos balneários, só a minoria os procura por doentes. A maioria [que] procura descanso naqueles lugares propícios, prefere-os como centros mundanos ou simplesmente os visita na qualidade de turista.

Justifica-se, pois, que nos países mais adiantados do ponto de vista turístico, façam parte da mesma organização seções especiais que cuidam das estâncias climatéricas e balneárias, não só nos aspectos do bem-estar material – transportes, hotéis, guias, diversões – mas nos propriamente técnicos, concernentes às especialidades curativas de suas fontes e de seus climas. E tão estreita é a relação entre ambos os aspectos, – medicinal e turístico – que a preocupação dominante dos organizadores consiste em dotar as estâncias do máximo grau de conforto e de todos os recursos capazes de tornar mais intensa a vida social e mundana, o que redundava em benefício do enfermo porque, na maior parte dos casos, contribui de modo direto para sua cura.

Assim, no programas balneários das referidas organizações e em todo seu material de propaganda, encontram-se itinerários das excursões mais adequadas a cada época, na zona balneária, e especificam-se as festas, congressos, certames, conferências científicas, exposições, torneios, trabalhos agrícolas (vindimas, colheitas) que se realizam precisamente na “saison”.

Mas, nas estações balneárias, nem tudo é divertir e espairecer. Aí estão para responder, os milhares de enfermos que acorrem às águas minero-medicinais, vencidos pela dor e com o único fio de voltarem refeitos a seu trabalho quotidiano. Digam-no também os outros que, sem sentirem o padecimento físico iminente, obedecem à recomendação camonianiana: “Quem vive contente/ Viva receoso;/ Mal que se não sente/ É mais perigoso” e fazendo exame de consciência sobre passados excessos de gula, acautelam-se contra futuros males, recorrendo às virtudes das fontes “milagrosas” (Casais, 1942b: 5).

A Poços de Caldas dedica o primeiro capítulo de *Roteiro Balneário*, intitulado O sorriso de Poços de Caldas. Não é explicado o motivo pelo qual essa cidade balneária abre a sua narração sobre as impressões de viagem recebidas durante a sua visita aos balneários minérios, mas Poços de Caldas é a localidade cujas qualidades – bela cidade, bela paisagem e clima salubérrimo – são mais exaltadas pelo autor, até o ponto de ele considerar pertinente a comparação de Poços de Caldas com Nice e de frisar que, inclusive sem as fontes que possui, a cidade, pelo seu clima e pelas suas dotações para o repouso, seria especialmente recomendada nos itinerários turísticos da América latina. Não obstante, explicita-se que a cidade de Poços de Caldas era a consequência da administração tida no Brasil durante os últimos dez anos, havendo-se convertido em um paradigma do

desenvolvimento e da modernidade que alcançavam algumas cidades desde o início da década de 1930. Assim o declara Casais:

Ainda que seus mananciais sulfurosos tenham sido descobertos, há mais de 150 anos, a cidade de Poços-de-Caldas, com a forma e fisionomia atual, conta apenas um par de lustros; e, se bem que o Brasil nos tenha acostumado ao rápido crescimento de cidades ontem nascidas, como expoente de um progresso econômico que caminha por saltos, a evolução de Poços-de-Caldas não tem igual no país, nem é possível imaginar em matéria de urbanismo uma realização de planos melhores em igual tempo. Observa-se ao tempo, como já disse, que o progresso material de Poços andou par a par com o desenvolvimento intelectual e social, tomadas estas palavras em sua mais alta significação (Casais, 1942b: 11).

Ao explicar o topônimo “Caldas”, Casais alude às existentes na Galiza, ligando diretamente as caldas mineiras com as galegas. Ele refere-se à aproximação lingüística que há entre a variedade galega e o português:

Não há porque procurar o nome de Poços-de-Caldas no fato histórico de se servirem de suas águas sulfurosas certos viajantes portugueses que aplicaram tal denominação à aldeia pela semelhança que as águas tinham com as de Caldas de Portugal. Se o povoado de então carecia de nome oficial e nele brotavam águas muito quentes, quadrava-lhe por direito próprio a denominação que ainda conserva. Na Galicia, região cujos habitantes falam um idioma muito parecido com o português, as localidades que possuem águas sulfurosas quentes, também se chamam Caldas ou Caldelas (Casais, 1942b: 11).

Com a descrição da cidade de Poços de Caldas, Casais fixa uma estrutura que se manterá ao se referir às outras cinco estâncias hidro-minerais. Ele localiza o ponto turístico e indica como chegar até ele, destaca o clima, retrata a paragem em que se encontra a cidade, ressalta o ambiente social festivo e alegre da cidade (“Fora das primeiras horas da manhã em que os enfermos abandonam seus hotéis”), refere-se à arquitetura e ao urbanismo do município, recomenda cardápios, caracteriza a hotelaria – a “indústria da hospedagem” –, assinala as atividades de lazer que o turista pode escolher – esportes, passeios, cassinos e saraus – e menciona quais são os mananciais e para quais tratamentos se recomendam as suas águas.

Na descrição de Poços de Caldas ressalta o autor o cunho brasileiro dessa cidade cosmopolita, a pesar de ela ser freqüentada por “forasteiros de toda a parte”:

A cidade, sem ser estranha ao ambiente cosmopolita que lhe imprime a variada afluência de forasteiros de toda a parte, é brasileira, brasileiríssima. Brasileiros foram os médicos precursores, com a inolvidável figura do Dr. Sanches de Lemos à frente; brasileiros os arquitetos e engenheiros diretores das Termas, Cassino e grandes hotéis; brasileiros os que conceberam e traçaram os planos

da cidade das flores, brasileiro, e de antiga prosápia, o Prefeito Assis Figueiredo, dez anos à frente do município, e cujo nome os habitantes de Poços-de-Caldas têm sempre à flor dos lábios.

Traçado moderno, sem monotonia e sem extravagâncias; ruas destinadas a uma população muito superior à de agora; arborização caprichosa; pavimentação perfeita; copiosa iluminação elétrica, provida de cabos subterrâneos; avenidas amplas; passeios cobertos de sombras; jardins, jardins por toda a parte, esmaltados de flores de variadas espécies (Casais, 1942b: 14).

A exaltação do caráter nacional e, propriamente mineiro, de todo o relativo a Poços de Caldas abrange também a comida e os vinhos, assunto ao que Casais bastantes parágrafos. Lamenta que possa haver lugares como Poços de Caldas em que se dê predomínio à cozinha internacional – “boa quando pura, e raramente o é” – em detrimento da culinária local, que dispõe de recursos “inesgotáveis”. O seu protesto vai acompanhado da seguinte justificativa:

Que não nos privem da delícia de nos sentarmos a mesa que seja servida de pratos e vinhos da região! A cozinha é um expoente da civilização dos povos. O único permanente. Tudo passa, evoluciona, muda e morre, a cozinha permanece. Define os povos e as raças. Por isso em minhas viagens faço questão de respeitar as cozinhas regionais e locais, e a maior homenagem que se pode prestar a arte culinária de um país é consagrar-lhe todos os nossos sentidos ante o regalo esplêndido de uma mesa bem posta (Casais, 1942b: 29).

Comenta, inclusive, o cardápio de um almoço que ele organizara⁴⁷⁷, a pedido de uma veranista, para uns “hóspedes platinos”, baseado em iguarias exclusivamente mineiras – um cardápio “bem brasileiro, bem mineiro, bem caldense” –:

⁴⁷⁷ Eis o cardápio: “– Comecemos pelos hors d’oeuvre, poucos e seletos para não destruir o apetite. Que não falte das travessas, ricamente adornadas, o presunto cozido dos frigoríficos nacionais, comparável sem desdouro ao “Jamón de York” de universal renome, nem os palmitos contornados de rodelas de ovos cozidos, nem os peixes com escabeches à moda do país, nem a manteiga riquíssima da Serra da Mantiqueira. – Depois, um prato leve de ovos, que seja omelete de legumes ou então ilustrado das mil maneiras susceptíveis de ferir a vista sem prejudicar o estômago; ou ainda um peixe sem grandes temperos nem complicações para não estragar o que se lhe seguirá imediatamente, que eu recomendaria fosse um ‘frango de molho pardo’ ou, talvez melhor, um ‘tutu à mineira’ com os competentes torresmos, não demasiado grandes, e, em prato complementar, mas separado, uma salada simples de alface e tomates, colhidos na madrugada precedente em qualquer chácara vizinha. – Queijos? Sem falta. Il n’y a pás de déjeuner sans fromage. Tantos quantos vierem serão bem-vindos nesse cardápio! Pela qualidade do prato de resistência, porém, apresentaria para não o prejudicar, uns cremerinos do dia. – Como sobremesa, porque as sobremesas afagam e alegam a vista, uma ‘mostra’ dos doces locais e uma boa cesta de frutas caldenses, da qual não se poderia subtrair, sem grave falta, as uvas Riesling nem os figos ‘pinga de mel’. – Café sul-mineiro, daquelas fazendas que se entrevêem da Pedra-Balão. – E os vinhos? Não sou partidário dos aperitivos, que matam aquilo que pretendem avivar. Se porém é de rito oferecer um cocktail há elementos de sobra para constituir fórmulas excelentes, sem sair dos recursos locais. Para os hors d’oeuvre um Velho Junqueira bem frio, mas não gelado. O mesmo vinho para o prato seguinte. Com o tutu um bom Montanhês temperado. Depois da salada, água mineral bem fria, que pode ser indiferentemente Caxambu, Lambari, Cambuqueira ou São-Lourenço. Com a sobremesa vem a pedir de boca um moscatel galego. E depois do café um conhaque servido, se possível, em taça de degustação para que não se vá o bouquet. Estou informado de que os hóspedes da minha boa amiga lembraram até o momento

Estamos em Minas Gerais. Quanto à sua cozinha não lhe digo nada! Tratando desses temas tão “saborosos” com uma senhora, veranista em Poços-de-Caldas, quis ela conceder-me a confiança de organizar um almoço que desejava oferecer a uns hóspedes platinos, gente de bom comer e não pior beber.

Condição única: as iguarias haviam de ser brasileiras (Casais, 1942b: 29).

Assim, Casais recomenda o restaurante localizado na fonte Caixa d’água, “especializado em pratos típicos da cozinha mineira”, menciona as fazendas de café – “desse café sul-mineiro que considero, sem favor, o mais saboroso e aromático café do Brasil” –, elogia o sucesso na aclimação das melhores espécies européias de árvores frutíferas, classifica os vinhos da região⁴⁷⁸ – no seu parecer “dos mais seletos do Brasil” – e advoga, “diga o que quiser o catálogo geográfico oficial”, pela sua denominação como “vinhos de Poços-de-Caldas”, pois, embora alguns vinhateiros produzam fora da região do município, sobretudo na cidade de Parreiras [anteriormente chamada Caldas], têm em Poços de Caldas o seu centro comercial. Dentre as cepas destaca as de “moscatel galego”⁴⁷⁹ um vinho “generoso”, “delicioso moscatel dourado”, “muito suave, aromático e fino”, muito adequado para as sobremesas⁴⁸⁰. Em Parreiras, Casais pôde visitar a exposição anual da Cooperativa de vinicultores, coincidência que lhe permite apreciar os tipos de vinhos comercializados por essa cooperativa e, logo, comentá-los. Destaca a estação enológica estabelecida pelo governo em Parreiras, “onde se ensaiam novos tipos vinícolas já que o

da sua partida este almoço simples, e prometeram travar batalhas renhidas, lá em seus pagos, com os difamadores do bom comer brasileiro” (Casais, 1942b: 29-31).

⁴⁷⁸ Casais (1942b: 23) não menciona as suas anteriores obras, mas informa que o seu interesse pelos vinhos de Poços de Caldas surgira quando “Anos antes conhecera os sucos caldenses em uma excursão à Escola Agrícola de Viçosa”.

⁴⁷⁹ A menção às cepas de “moscatel galego” está inserida em uma exposição das classes de uva plantadas em Poços de Caldas: “A plantação das vides segue uma orientação técnica moderna e a seleção das cepas é rigorosa. Vêm-se pés de lambruscas-americanas excessivamente aframbuezadas (‘foxadas’ como dizem lá), como a Niágara que, apesar de todos os pesares, é muito solicitada pelo povo consumidor de uva fresca; bons exemplares de Moscatel galego, Moscatel de Hamburgo e Malvasia de fruto rosado; Isabela e numerosas variedades Ceibel; mas a que mais importa e sobressai é a Riesling. Dela sai um vinho finíssimo, suave, amável, íntimo, que nada tem que invejar a seus progenitores da Alsácia e, como eles, possui ‘vista, olor e sabor’ elementos essenciais do bom vinho, principalmente o aroma que nos dá uma sensação mais prolongada que o próprio sabor” (Casais, 1942b: 25).

⁴⁸⁰ No item Vitivinicultura da obra acima mencionada *El Brasil, riquezas, posibilidades*, publicada em espanhol no Rio de Janeiro e organizada pelo Ministério das Relações Exteriores (1946), no qual se expõe a geografia da cultura da uva e da produção do vinho no Brasil, dedicam-se três parágrafos ao comentário dessa geografia no Estado de Minas Gerais. Embora essa seja uma exposição mais sumária que a de Casais, coincide nos assuntos abordados. Estes são os parágrafos: “En Minas Gerais se cultiva la vid en los municipios de Parreiras, Andradás, Pozos de Caldas, Ouro Fino, Baependí y Barbacena. Las variedades más cultivadas son de la especie Lambrusca, tales como Folha de Figo, Isabel y Niágara. Recientemente se ha intensificado el cultivo de la Riesling de Caldas, Seybel 10.096 y 6.905, además de las moscateles Galega Dourada e Italiana” (Ministério das Relações Exteriores, 1946: 169).

clima e as condições do terreno são promissoras”, e conhece o projeto para o estabelecimento de uma estação de cura de uvas. Casais diz ter gostado de todos os tipos de vinhos produzidos em Parreiras – Riesling, Montanhês, Caldense e Catu – excluindo o “Folha de Figo”, que qualifica de *peleón* [“(de briga) como diriam na Espanha”] por ser demasiado “grosso” e que só recomenda beber se for rebaixado

Caxambu é apresentada por Casais como a estância hidro-termal mais conhecida da Serra da Mantiqueira, situada em “uma das zonas mais ricas do Estado mineiro”. Das suas águas diz que “Raro será encontrar um brasileiro” que não as tenha experimentado e que são servidas “nos melhores restaurantes do Continente” (Casais, 1942b: 37). Do mesmo modo que fizera ao retratar o município balneário de Poços de Caldas, em relação a Caxambu Casais também procede a exaltar os múltiplos fatores da modernidade dos quais se pode desfrutar, dentro de um ambiente social tranquilo, na cidade:

Caxambu está muito bem aparelhada. Fontes, balneário, engarrafamento, exportação da água, tem todas as condições requeridas pela ciência e pela técnica. Chegou-se à perfeição.

Seu parque notável e senhorial, conserva a hierarquia de antanho. Não desdiz da linhagem e tradição dos mananciais que abriga.

Cidade moderna, com todos os adiantamentos do urbanismo e da higiene pública realizados, é Caxambu lugar sossegado, tranquilo, familiar, eminentemente familiar. Percebe-se esse ambiente nas ruas, nos hotéis, no Parque. Quem goste da vida buliçosa dos balneários cosmopolitas, não vá a Caxambu (Casais, 1942b: 39).

Deste município, Casais frisa, sobretudo, os serviços higiênicos – limpeza e arborização das ruas, rede de esgoto, canalização da água potável –, a iluminação pública, a preservação do meio ambiente, o clima e a situação geográfica, que permite realizar excursões por uma região muito bela. Uma das possíveis excursões recomendadas por Casais é a ida até o tradicional município de Baependi, onde se pode visitar a ermida de Montserrat, mandada erguer pelo bandeirante – capitão-mor Tomé Rodrigues Nogueira do Ó – que, nessa localidade, instalara, em 1715, o engenho a partir do qual se constituiu o arraial que originaria o município. Além da visita a essa ermida absorvida pela igreja paroquial, Casais recomenda a visita à matriz de Baependi, da qual destaca a original ornamentação que ela recebeu em finais do séc. XIX, descrita e qualificada por Casais como “mais que nacional, regional e local”: “São sempre derivados daqueles campos, daquelas maravilhosas florestas. Aparecem a folha da vide, os cachos de uvas, as bananas,

o fumo, as olivas, as bromeliáceas. O cedro daquelas matas deu a matéria prima” (Casais, 1942b: 41-41).

Casais acredita que a construção da ermida de Montserrat se deveu à origem espanhola de Rodrigues Nogueira, mas, em verdade, ele era madeirense, oriundo de Funchal, e a ermida para a Virgem Montserrat foi consequência de uma devoção particular do capitão-mor:

Muito perto da cidade, encontra-se Baependi, localidade de alto valor histórico. Povoação bi-secular, conserva o nobre prestígio das cidades históricas, com seus monumentos de estilo, suas ornamentações originais e felizes, seus velhos engenhos, suas lendas transmitidas de geração em geração, suas linhagens aristocráticas – nobreza e trabalho – entroncadas algumas em antigas estirpes, como aquela dos Rodrigues Nogueira, que têm uma viva recordação de sua velha pátria espanhola na reduzida ermida de Montserrat de Barcelona, colocada em lugar eminente da igreja paroquial (Casais, 1942b: 41).

De Caxambu, Casais passa a Cambuquira. Recomenda aos turistas que desejem fazer esse trajeto que o façam de carro ou de ônibus e não de trem, pois, embora a estrada de ferro não seja incômoda, é muito demorada, enquanto que a rodovia “depara à contemplação do turista dilatadas terras de semeadura, campos férteis, ‘minas de ouro’ na produção nacional, e lindas cidades, expoentes da riqueza dessa magnífica zona sul-mineira” (Casais, 1942b: 49). Apesar de não se deter tanto quanto o fizera com Poços de Caldas e Caxambu a respeito da modernidade do traçado urbano e da qualidade dos prédios que conformam o complexo balneário – Cambuquira estava “ainda em formação e desenvolvimento” (Casais, 1942b: 53) –, Casais tenta evidenciar sobre Cambuquira a salubridade do seu clima – “alpestre”, seco, com ar puro, luz clara e penetrante e com um “ambiente ozonizado por bosques milenários” – e a impressão de fartura agrícola que se percebe na região. Como consequência das características desse clima, Casais (1942b: 53) recomenda aos hotéis que instalem, na Serra das Águas-Virtuosas, “solariums” – “amplos terraços para a cura de sol que a ninguém faz mal e a muitos dá vida e saúde”. A fartura agrícola nota-a em Conceição-do-Rio-Verde, um município de “casas bonitas” e de um comércio copioso (“casas de comércio abarrotadas de mercadorias, grandes armazéns, depósitos inesgotáveis dos produtos agrícolas – cana de açúcar, café, acima de todos – os quais diariamente chegam das terras próximas, de generosidade sem limite” Casais, 1942b: 51) que projeta sobre o viajante que entra em Cambuquira a impressão de uma “vida

contente”, caracterizada por uma abundância que satisfaz todas as necessidades. Nesse sentido, segundo Casais (1942b: 51), o viajante, além de sentir que entra em uma cidade que deslumbra pela sua claridade e que maravilha por um céu azul “sui generis”, percebe, pela riqueza agrícola que observa em volta dele, que em Cambuquira é possível uma “Vida nova”: “Porque em Cambuquira não há dias turvos nem manhãs tristes. É a pequena cidade, otimista e alentadora de energias, onde as forças naturais impelem ao bem-vindo e recém-chegado a uma vida nova”. A riqueza de Cambuquira também é notada por Casais na crescente arrecadação orçamentária da prefeitura, “quadruplicada nos últimos vinte anos”, e na duplicação do número de visitantes nos últimos cinco anos. Além disso, ele crê que a “Colônia de férias” para funcionários públicos que acabava de ser instalada iria animar a vida de cidade “durante todos os meses do ano”. Dentre as excursões que se podem fazer de Cambuquira, recomenda aos turistas a ida até o município de Campanha, sede episcopal, “tesouro de tradições e coisas mortas” em que se pode visitar a velha Catedral, “infelizmente remoçada em seu exterior”, e o Museu Municipal “louvável esforço das autoridades locais” (Casais, 1942b: 54). Apesar do parecer encomiástico de Casais a respeito de tudo o que conheceu de Cambuquira e da sua região, lança uma crítica – a sua única crítica no tocante a Cambuquira – em relação à distribuição comercial, fora do município, das águas minerais, segundo ele, muito mal gerenciada: “Por uma falta absoluta de publicidade, mal são engarrafadas e exportadas as águas. É difícil encontrar num restaurante a água de Cambuquira. A exportação do último ano não alcançou sequer a quarta parte da conseguida em alguns anos anteriores” (Casais, 1942b: 56).

Depois de Poços de Caldas, Lambari é o município balneário mineiro em que mais se detém José Casais. No meio da narração sobre as suas impressões acerca dos itinerários que se podem seguir caso se deseje passear pelo município, concretamente ao se referir ao passeio chamado “A Volta da Mata”, o autor, por primeira vez em *Roteiro balneário*, identifica-se. O Prof. Casais dá-se a conhecer como “veranista”:

Para mim é dos melhores que nos oferece Lambari. Sou do grupo dos veranistas que se ressentem de algo essencial no dia em que não praticam esse passeio ameníssimo, penetrando uma selva perfumada por infinitas flores, cheias de borboletas multicolores e do alto de cujas árvores milenárias, pássaros das mais raras espécies cantam em saudação ao visitante.

Na ordem das excursões em plena natureza, sem artifícios que as façam perder o encanto, deve citar-se a de Nova Baden que por sua vez sugere uma visita ao novo campo de aviação, com estação ferroviária própria (Casais, 1942b: 67-68).⁴⁸¹

Para apresentar Lambari, parafraseia os elogios lançados às outras cidades-balneário de Minas Gerais – excepcionais condições de salubridade, beleza paisagística, ambiente social acolhedor e simpático, ofertas para a diversão –, pois todas elas são, para o autor, destinos turísticos perfeitos para que o veranista ou, simplesmente, o visitante, espire e melhore a sua saúde. Assim, de Lambari diz: “Difícilmente encontraremos um lugar que satisfaça, no mesmo grau, às duas exigências: recanto de quietude com todas as vantagens do conforto moderno, em um ambiente de natureza livre, e estação balneária favorecida por um caudal de águas prodigiosas” (Casais, 1942b: 59). Outrossim, destaca como as providências tomadas nos últimos anos para a melhora dos serviços oferecidos ao visitante tinham permitido o aumento na afluência de turistas. Com relação a Lambari assinala que o problema que impedia uma maior exploração da sua potencialidade turística era a falta de hospedagens, mas esse empecilho estava em vias de ser superado:

A cordial hospitalidade da gente mineira, qualidade essencial da sua raça, exalta-se nesta pequena cidade e parece que cada habitante fez votos de se constituir em servidor do forasteiro. Até pouco tempo, a afluência de veranistas e “aquáticos” era relativamente escassa e não correspondia aos méritos e condições da estância. A causa desse retraimento transitório residia apenas na falta de hotéis. Nas épocas de “frequência” muitos visitantes tinham de regressar a seus lares por absoluta falta de acomodações na Estância. Com 1.500 forasteiros esgotava-se a capacidade de hospedagem. Agora já não existe este inconveniente, comum às cidades turísticas que tiveram um crescimento rápido. Lambari possui no momento numerosos hotéis, desde os mais luxuosos até as pensões modestas, mas limpas e bem montadas, variando os tipos intermediários de hospedagem para todos os gostos e para todas as bolsas.

Atualmente constroem-se outros novos hotéis destinados à classe média, nos quais sem grande desembolso, isto é, com os mesmos gastos que em sua própria casa, poderá o turista ou aquático desfrutar de um trato e ambiente familiares em uma das melhores estâncias balneárias do país.

⁴⁸¹ Ao descrever Nova Baden, Casais elide qualquer alusão à origem do topônimo. Se bem indica que essa localidade surgira como uma “colônia de agricultores”, evita comentar que a “Fazenda de Lambari”, adquirida em 1910 por Américo Werneck, fora batizada como o nome de “Nova Baden” em homenagem à homônima região da Alemanha e que, na década de 1920, se cederia ao Estado para o estabelecimento de uma colônia que receberia trabalhadores alemães, austríacos e holandeses, uma colonização que não foi bem-sucedida. Casais (1942b: 68) limita-se a assinalar o seguinte: “Nova Baden, antiga colônia de agricultores, hoje com uma estação experimental de selvicultura (Horto Florestal) oferece um magnífico bosque de pinheiros, espécie rara naquelas zonas, plantados pelo próprio Prefeito Werneck ao acaso e que trazendo na mão um cajado, fazia com ele pequenas covas que imediatamente recebiam a semente”.

Tal renovação nos recursos de hospedagem justifica que a afluência de forasteiros a Lambari tenha crescido de ano para ano na proporção de quarenta por cento (Casais, 1942b: 61-63).

Como prejuízo para a consecução, no passado, de uma maior afluência de visitantes a Lambari, acrescenta, à falta de hospedagens, a escassa divulgação das curas surpreendentes que se obtiveram com os banhos carbo-gasosos, já que, de se ter feito a difusão desses resultados, Lambari teria igualado ou avantajado em fama mundial ao Balneário de Nauheim, na Alemanha, aonde se deslocaram “tantos americanos” (Casais, 1942b: 73). No tocante aos diferenciais de Lambari, assinala, por um lado, que todos os esportes, e recalca que são “todos”, se podem exercitar na cidade, “localidade provida dos meios e recursos a esse fim necessários”, especialmente para os esportes náuticos devido ao grande lago e à piscina que há no município⁴⁸², além de se poder desfrutar de passeios e excursões por paragens excepcionais (“Dizem lá, e sabem prová-lo, que o veranista, sem fugir às excursões habituais, pode fazer uma diferente em cada dia do mês” Casais, 1942b: 65). Por outro, assinala que, nos salões do Cassino, “ilustres personagens da intelectualidade brasileira” oferecem aos veranistas programas de divulgação cultural difíceis de encontrar fora de Lambari. Assim como fizera com a comercialização das águas minerais de Cambuquira, Casais opina sobre as da Lambari, mas, desta vez, não critica a escassa exploração comercial das águas engarrafadas, porque sim existia essa venda, senão a escassa e errada publicidade que se fazia delas, a qual impedia uma maior exportação:

A exportação da água de Lambari aumenta de ano para ano e muito maior seria se se fizesse uma propaganda intensa e criteriosa. A água de Lambari como água de mesa é muito agradável ao paladar. É bebida com prazer. Mas pouca gente sabe que, no próprio Parque das fontes, e em acondicionamentos especiais, se fabricam também com a água da fonte n.º 1, deliciosos guaraná e água tônica, produtos que, sobre serem refrigerantes, apresentam as virtudes da água medicinal (Casais, 1942b: 74).

No capítulo São Lourenço – a estância moça –, ao narrar as suas impressões a respeito de São Lourenço, a seguinte estação hidro-mineral, Casais, mediante os seus

⁴⁸² O gosto de Casais por explicitar até os mínimos detalhes o seu parecer sobre o que observa patenteia-se nas suas menções às características da piscina de Lambari. Dela diz que foi “elegantemente traçada afastando-se (oh nota de bom gosto!) das usuais linhas simétricas, retangulares, e dos vulgares azulejos que tanto as fazem assemelhar-se a grandes banheiras de hotel” (Casais, 1942b: 68) e que a sua proximidade ao lago permite a renovação da sua água garantindo-se, assim, a higiene: “A proximidade do Lago permite que a referida piscina, que mede 4.212 metros quadrados, tendo 4 de profundidade, se alimente com água daquele imenso reservatório numa constante renovação, sistema privilegiado que põe estes banhos públicos ao abrigo de qualquer enfermidade contagiosa” (Casais, 1942b: 69).

elogios, completa o quadro de descrições mistificadas sobre os balneários mineiros, pois de São Lourenço assinala que “é a mais moderna entre todas as de Minas, tanto pelo que diz com sua organização e disposição balneárias quanto pela urbanização do núcleo povoado” (Casais, 1942b: 77). Casais quer dizer que ela é a de mais recente desenvolvimento, com alguns bairros – Esperança e Carioca – ainda em formação, embora aplique o adjetivo moderno da mesma forma que o aplicara em Caxambu e Lambari quando visou ressaltar a distinta modernidade que se alcançara nesses dois municípios. O que sim especifica sem ambigüidades é que São Lourenço, sendo o menor município de Minas, superara, nos últimos anos, aos outros balneários da Serra da Mantiqueira em número de “veranistas e aquáticos” – 10.000 hóspedes em 1940 – e em imposto arrecadado.

A crítica que lança aos serviços de São Lourenço dirige-a principalmente ao seu melhor hotel, o Hotel-Brasil, sobre o qual diz que “nada objetaríamos a não ser sua arquitetura inexpressiva e fria, tão pouco em consonância com o ambiente do país e da localidade” (Casais, 1942b: 70). Em comparação com os parques e matas de Lambari, Cambuquira e Caxambu, chama-lhe a atenção que o Parque das Águas, à margem esquerda do rio Verde, seja o único de Minas que pertence a uma empresa particular, e gosta menos da sua natureza que, sendo recortada e artificial, é, conseqüentemente, pouco emotiva e vital. De todas as formas, encontra nas outras ofertas para o desfrute turístico idêntico alto padrão de qualidade ao dos outros balneários que percorrera: distintas avenidas campestres com canteiros floridos, trilhas e estradas por lindos arredores, quadras para a prática de esportes e fontes guardadas em pavilhões elegantes, neste caso “servidas por moças uniformadas, que atendem ao aquático em horas previamente marcadas”. Uma excursão que Casais recomenda especialmente é a ida até a “Chácara do Ramon”, “o espanhol”, famosa pela boa acolhida que recebem os visitantes que até ela se deslocam para experimentar o leite e o vinho oferecidos nessa propriedade rural:

Excursões:

Entre os esportes que o veranista pode praticar em São Lourenço, goza a equitação de muitos adeptos. Já antes de chegar à cidade é freqüente encontrar animados grupos de cavaleiros e amazonas, hóspedes da estância. Os arredores dela são muito lindos e se prestam a esta classe de passeios para os quais o aquático encontra as melhores disposições.

Relacionado com esse esporte, e agradável inclusive para as pessoas que o não praticam, é a excursão à fazenda chamada “Chácara do Ramon”, muito perto da cidade e afamada pelo favor que seu dono dispensa aos visitantes. A ela acorrem todos os dias, à primeira hora, turmas de veranistas, para

saborear o leite recém-ordenhado, e às demais horas do dia para provar daquelas garrafas de rico vinho generosos preparado, com ciência e consciência, por Ramon “espanhol”.

Pena que esses vinhos não sejam conhecidos nos grandes centros consumidores como testemunho “vivo” de que o Brasil os produz de excelente qualidade, tanto melhores quanto mais ignorados! (Casais, 1942b: 81).

Roteiro Balneário é encerrado por Casais com a narração da sua estadia em Araxá, no Triângulo Mineiro, um balneário de águas diferentes às dos outros mencionados, por serem as araxaenses alcalino-sulfurosas, muito mineralizadas, e radioativas, e por também haver lama vegeto-mineral e termal muito terapêutica. Essa região, distante da Serra da Mantiqueira, tinha uma produção agropecuária quantitativa e qualitativamente capital na economia brasileira. Casais refere-se a essa produção e ressalta que aos benefícios do setor primário do Triângulo não de se acrescentar os que gere Araxá, “cuja fama já transpôs as fronteiras do Continente americano” (Casais, 1942b: 87). O autor igualmente recomenda esta nova cidade balneário pelo seu clima benéfico, pelo moderno urbanismo e pela beleza das paragens dos arredores, sobretudo rumo a Uberaba e a Sacramento⁴⁸³, e frisa que a exploração da potencialidade turística de Araxá se conseguirá quando o governo estadual conclua a construção do Grande Hotel Balneário, “que será o melhor da América e dos melhores do mundo”, pois, segundo ele, “quando os mineiros empreendem uma obra o fazem de verdade” (Casais, 1942b: 90).

Nos seus comentários finais, Casais redonda no destaque de dois traços diferenciais de Minas: a sensação de imensidão que se tem nos seus campos⁴⁸⁴ e a hospitalidade e generosidade dos mineiros para com os forasteiros. A boa acolhida que dão os mineiros aos forasteiros é salientada através da exposição de uma experiência pessoal do autor:

Paramos em uma dessas fazendas, uma qualquer, a que encontramos ao passar na hora da merenda.

Os donos, rodeados de uma prole sã e numerosa, obsequiaram-nos com leite fresco, café

⁴⁸³ De Araxá/ Barreiro, Casais (1942b: 88) elogia a gestão do Prefeito municipal no tocante à melhora e construção de rodovias: “A cidade, de ruas asfaltadas e amplas praças, possui atrativos bastantes para distrair o hóspede. As excursões possíveis são múltiplas. Parece que a Prefeitura sente a vertigem das comunicações por estradas de rodagem. Nesses últimos anos, a atenção do Prefeito foi solicitada primordialmente para a instrução pública e para os transportes. Bela concepção de um prefeito moderno. Nos meus dias de Araxá, não perdi um sem percorrer extensões imensas, cruzadas por estradas bem construídas e conservadas”.

⁴⁸⁴ Expressa Casais (1942b: 88-89): “Da estrada de Uberaba, atravessando campos planíssimos, às vezes interrompidos por ondulações e cortes de origem geológica, descortinam-se horizontes sem fim, panoramas planos ilimitados, que vão muito além de onde alcança a vista. Experimenta-se a sensação do imenso. Em nenhum outro lugar do Brasil admirei paisagens tão abertas e infinitas como as desse território povoado de grandes rebanhos vacuns, procedentes de fazendas disseminadas por aqueles campos, distinguidas de longe pela brancura da casa matriz”.

recentemente preparado, queijo, mel e fubá – farinha de milho torrada – que combina admiravelmente com os outros ingredientes. Por delicadeza os lavradores não nos permitiram abandonar a sua casa sem levar, como recordação da espontânea visita, um queijo fabricado na fazenda. Verdade é que não exagerei ao dizer que o homem de Minas vive de braços abertos ao forasteiro, num gesto de perene hospitalidade e prodigalidade! (Casais, 1942b: 89).

O ufanismo de José Casais Santaló

Segundo Antenor Nascentes, José Casais [y] Santaló era um galego “cem por cento” que se orgulhava muito de sê-lo. As três obras publicadas por Casais no Brasil, acima comentadas, mostram um autor que não ocultava a sua identidade galega, mas que não se referia a ela porque o intuito no qual se concentrou era o comentário dos lugares que ele percorria como turista. Nesse *corpus* evidencia-se que Casais decidira afastar de si o seu passado como professor de direito, ensaísta e tradutor, especialista em direito do trabalho e direito civil, e servidor consular espanhol para descobrir as atrações dos lugares brasileiros que, segundo ele, não eram indicados como destinos turísticos.

Não sabemos qual foi o efeito que nele produziu a sua dupla destituição, por parte do governo da II Republica e por parte do governo *nacional*, do seu cargo de funcionário público, mas a sua trajetória desde meados de 1936 indica que ele se aferrou ao seu refúgio brasileiro com, literalmente, paixão. Nos seus itinerários gostou de tudo o que viu e desfrutou sobremaneira do convívio com os aborígenes, recebendo das autoridades governamentais brasileiras e de intelectuais locais bastante apoio para a realização do seu périplo. Assim, percebe-se que a sua vivência turística aculturou o autor no Brasil, de forma que na sua última obra – *Roteiro balneário* – a sua condição de estrangeiro resulta difícil de entrever ao ficar transmutada na figura de um viajante cosmopolita e erudito nas funções de repórter. Nas três obras, as suas escassas críticas acerca do que conhecera encaminham-se a aconselhar como se poderiam aprimorar os serviços que eram oferecidos ao turista, tanto ao nacional quanto ao estrangeiro. Infere-se que o abandono de Casais da produção ensaística relativa às ciências jurídicas, e a sua abstração no Brasil turístico, afastaram-no da reflexão sobre a questão migratória, sobre a qual, na década de 1910, manifestara interesse, e

fizeram com que evitasse qualquer alusão às realizações dos imigrantes galegos no Brasil, nas quais não deveu encontrar interesse turístico⁴⁸⁵.

V. 3. A produção do galeguista Álvaro de Las Casas no seu exílio brasileiro

Espanha (gênese de uma revolução)

Em 1937 o “Prof.” Álvaro de Las Casas (1901-1950) publicava, no Rio, na editora A Noite, *Espanha (gênese de uma revolução)*, com dedicatória a João de Barros, “que me trouxe ao Brasil”⁴⁸⁶. Trata-se da primeira das obras publicadas por Álvaro de Las Casas no Brasil. Ele data-a em Petrópolis, aos 6 de março de 1937. Em um prólogo intitulado Confissão, Álvaro de Las Casas justifica a composição da obra pela estima que sente pelos amigos que lhe pediram que a compusesse.

Nesse prólogo esclarece que o intuito do livro é a exposição da gestação dos motivos que fizeram com que na Espanha estourasse a guerra civil, visando, assim, evitar que esse conflito pudesse ser entendido como um enfrentamento entre “enlouquecidos ou criminosos caídos na mais infesta perversão” (Las Casas, 1937a: 9). Las Casas declara que procurou se manter imparcial na exposição dos fatos, mas que não lhe foi possível evitar a paixão ao comentar o drama da sua pátria. Pede aos leitores que conhecem a Espanha que se esforcem para compreender o seu drama e que não a deixem de amar nessas horas de aflição. Aos que não a conhecem diz o seguinte:

Se nunca passaste as nossas fronteiras, prossegue imaginando – através desta fumaça de pólvora e deste pestilento cheiro de mortos – que a Espanha é um país belo e bom, sentimental e generoso, doente, talvez, mas da sublime loucura de querer dar novos rumos aos astros (Las Casas, 1937a: 13-14).

⁴⁸⁵ Desconhecemos a continuação da biografia da José Casais Santaló. Localizamos no n. 23 do *Boletín Oficial del Estado* (Gaceta de Madrid), de 27.01.1965 (p. 1501) uma menção a ele. Nesse número publicou-se a “Orden de 18 de enero de 1965 por la que se ordena el cumplimiento de la sentencia dictada por la Sala Primera del Tribunal Supremo, con fecha quince de octubre de mil novecientos sesenta y tres, condenando al Ministerio de la Vivienda a construir una casa o chalet a favor de don José Casais Santaló”. Segundo essa informação, José Casais, já muito idoso, teria regressado à Espanha. Disponível em: <<http://www.boe.es>>. Acesso em: 26 jun. 2009.

⁴⁸⁶ A saída da Galiza de Álvaro de Las Casas derivou na sua destituição do cargo do professor do liceu em Nóia. A ordem com o afastamento [Orden separando definitivamente del servicio al Profesor de Geografía e Historia don Álvaro de Las Casas Blanco] foi publicada no n. 363 da Gaceta de la República, em 29.12.1937 (Disponível em: <<http://www.boe.es>>; acesso em 27 jun. 2009.). Eis esse texto: “Ilmo. Sr.: En virtud de lo dispuesto en el Decreto de la Presidencia del Consejo de Ministros de 27 de septiembre de 1936, este ministerio ha acordado que el Profesor de Geografía e Historia del Instituto de Noya, Don Álvaro de Las Casas Blanco quede separado definitivamente del servicio. Lo digo a V. I. para su conocimiento y efectos. Barcelona, 23 de diciembre, 1936. P. D. W. Rocés Ilmo. Sr. Subsecretario de este Ministerio”.

Las Casas recomenda aos que queiram se orientar para aprofundar nos temas abordados por ele que recorram aos escritos de Salvador de Madariaga, Ortega y Gasset, Unamuno, Vivente Risco, Giménez Caballero, Ledesma Ramos, Marañón, o conde de Romanones, Gutiérrez Gamero, Lerroux, o marquês de Lema e o general Mola; ele desculpa-se por algum lapso que possa haver na obra, pois toda ela foi composta de cor, sem auxílio bibliográfico, e deseja ao seu leitor que sobre a sua pátria no Brasil não se projete o fado que atingiu a Espanha, concluindo que “se algum dia te surpreender a desventura, como a nós nestes tempos, desejo-te toda a generosa hospitalidade que eu encontrei no meu desterro – ontem, na gloriosa terra de Portugal, e hoje neste ubérmo e paternal mundo brasileiro” (Las Casas, 1937a: 15).

No final do livro, no Triste epílogo de um livro e nebulosa profecia de uma época, Las Casas informa que a sua exposição dos fatos que levaram à Espanha à guerra civil – a guerra “mais feroz e implacável que tem visto a Europa moderna” – encerra-a nove meses após de iniciada essa luta armada e diz que acredita que a guerra durará ainda muito, pois a paz é impossível e inimagináveis o afeto, a benevolência ou a compreensão entre os adversários, só se podendo encerrar o enfrentamento quando um dos exércitos esteja “totalmente esmagado”, correndo-se o risco de acabar desencadeando “um conflito de proporções maiores que as que atingiu o de 1914”. Segundo Las Casas, a vitória só seria garantia de uma paz duradoura se a prolongação da guerra deixasse esgotados os vencedores e eliminasse o menor indício dos vencidos. Prognostica que o resultado serão: “cidades arrasadas, tesouros únicos de arte perdidos para sempre, toda a sua economia destroçada para cinquenta anos e um milhão e meio de mortos” (Las Casas, 1937a: 229). Assevera que, perante o conflito, deseja ser “absolutamente imparcial” e que não reconhece as possibilidades de triunfo em nenhum dos dois bandos, embora creia, “sem paixão” que é lógico que vençam os nacionalistas “porque o seu exército é mais disciplinado e regular, seus comandos mais técnicos e hábeis, a massa que os segue mais apaixonada na sua fé e mais disposta ao sacrifício, e as ajudas com que contam mais decididas e largas” (Las Casas, 1937a, 230). Caso isso acontecesse, caso vencesse “o governo de Salamanca”, ele julga que se estabeleceria uma ditadura militar presidida pelo general Franco, com pouca participação de civis; diz que, mediante esse governo,

plebiscitar-se-ia uma pequena constituição muito avançada em concepções econômicas; assinar-se-ia rapidamente uma concordata, que, sendo favorável ao vaticano, manteria a separação entre a Igreja e

o Estado; afogar-se-ia, para muitos anos, toda pretensão política autonomista... e se sepultaria para sempre toda esperança de restauração monárquica (Las Casas, 1937a: 231-32).

A ditadura também seria inevitável se vencesse “o governo de Madri”. Nesse caso, Las Casas acredita que se reproduzia o modelo russo, adaptando-o às particularidades da Espanha:

Imediatamente se iria a novas cortes constituintes, de que sairia um chefe de estado e uma constituição socialistas, o definitivo rompimento com a Santa Sé, a autonomia integral das diversas regiões históricas reunidas em pacto confederativo, e a dissolução do exército. Governaria o partido socialista durante muitos anos, com, uma leve oposição republicana, que teria a sua extrema direita em Azaña (Las Casas, 1937a: 231).

Com independência da vitória de qualquer um dos frentes, a estruturação de um regime democrático, a garantia do respeito às liberdades ou a defesa de “todos aqueles outros belos mitos que preencheram a ilusão dos nossos pais” ficariam, na opinião do autor, relegados por muito tempo da Espanha. Ele crê que, em qualquer hipótese, governarão as hierarquias e encerra a sua obra expondo que o governo de Franco, se esse general consegue ganhar a guerra, pode tomar o modelo português idealizado por Salazar como um guia para superar as contradições entre fascismo e catolicismo:

Tenho para mim que fascismo e catolicismo são inimigos irreconciliáveis, que o Dr. Oliveira Salazar – a quem julgo o ditador mais interessante da Europa – procura em Portugal um terceiro caminho, no qual possam convergir ambas as religiões, e que Franco se esforçaria por prolongá-lo até a meta. A história de Portugal, sempre paralela à da Espanha, ainda uma vez antecipa uma solução.

Deixemos para oportunidade mais sossegada o meditar sobre este problema. Hoje, o espírito está demasiado aflito, a mão trêmula demais e os olhos tão cheios de lágrimas que não pode uma pessoa ver bem (Las Casas, 1937a: 233).

O ensaio *Espanha (gênese de uma revolução)* está dividido em cinco capítulos. No primeiro – Patriotas e afrancesados –, Las Casas remonta, à invasão napoleônica, o início do processo revolucionário que desembocou na guerra civil; isto é, segundo ele, a carnificina iniciada em 1936 é a consequência de 128 anos de conflitos e combates entre os dois bandos – os absolutistas e os liberais – em que se dividira a Espanha após a desestruturação do *statu quo* absolutista gerada pela ocupação francesa.

Las Casas apresenta a história espanhola da primeira metade do séc. XIX como uma concatenação de enfrentamentos passionais entre bandos obcecados pela política e pela questão religiosa e alienados pelo militarismo, negligentes, no entanto, a respeito das que,

então, eram, no seu parecer, urgentes reformas administrativas e econômicas⁴⁸⁷. Nesse sentido, ele pondera que nesse ambiente de instabilidade, o que primou foi a conquista do poder para, desde ele, destruir o adversário em lugar de se planejar a regeneração do país. Feita essa exposição, Casais lança uma pergunta retórica aos seus leitores:

Compreendeis um pouco a gênese de nossa revolução? Guerra, guerra implacável, desumana, selvagem, diante da qual a Europa estremece de horror e pede insistentemente um pouco de piedade, durante a qual os auxiliares estrangeiros do absolutismo têm de suplicar aos seus próprios aliados compaixão pela vida de suas vítimas. Sucede um período de trégua, porém mais cruel que o anterior, em que o punhal substitui a espingarda, a calúnia a bala, e a emboscada a batalha. Os generais e os políticos, cansados de correr pelos montes, preferem guerrear-se nas câmaras reais e nos corredores dos ministérios. Crises, crises, mais crises. Com a facilidade com que se muda de camisa, muda-se agora de bandeira, e com mais satisfação do que se conquista um reino, atraiçoa-se agora um partido. Apenas importa mandar, dirigir, figurar no governo, e todos querem organizar um grupo, despedaçando o mosaico político até o infinito. A ninguém lhe importa saber a sua filiação, senão estar perto dos grandes generais para ser utilizado na primeira oportunidade. Sem embargo, lá no fundo da consciência da Espanha, a oposição se mantém inflexível e disposta a recomençar o seu duelo de morte (Las Casas, 1937a: 68-69).

Las Casas encerra o primeiro capítulo comentando a partida para o exílio na França de Isabel II, aos 30 de setembro de 1868. Antes de expor a sua interpretação conclusiva para o período compreendido entre a invasão francesa e a revolução de setembro de 1868, ele propõe uma divisão em cinco etapas para esse período. A primeira estaria marcada pelo enfrentamento entre as forças conservadoras partidárias de Fernando VII e as esquerdas

⁴⁸⁷ Na exposição da história dos enfrentamentos, na primeira metade do séc. XIX, entre absolutistas e liberais, Las Casas alude duas vezes à Galiza. A primeira delas é consequência do seu comentário sobre a divisão dos carlistas, quando um segmento deles assume a impossibilidade da vitória, abandona a beligerância e reconhece a legitimidade da rainha Dona Cristina para passar a colaborar com o governo constitucional desde o seu posicionamento de “extrema ala direita”. No entanto, na interpretação de Las Casas (1937a: 58), “os mais ousados e aventureiros organizaram guerrilhas e andavam a monte, amparados pelo entusiasmo das gentes nortenhas – Galiza, Astúrias, as províncias Vascongadas, Navarra e Catalunha” –. Após essa contextualização do carlismo na Galiza, Las Casas refere-se ao pronunciamento de Solís durante o mandato conservador que executa Narvaez a partir de 1844: “No ano de 1846, estala uma revolução, agora na Galiza, de que é chefe o coronel Solís, fuzilado em Carral (Corunha) com mais dezessete dos seus oficiais. É curioso notar que durante os dez anos em que os moderados estão no poder, se dão as mesmas mudanças de forças que se davam nas épocas anteriores. Os dois partidos tradicionais continuam guerreando-se, sempre que para isso haja oportunidade, preferindo agora, como campo de batalha, as proximidades do poder. Parece-nos mais lógico e natural que os liberais se organizassem na oposição, esperando a oportunidade de vencer, e que os conservadores se unissem no poder a fim de realizar seus programas governativos. No entanto, não sucede assim. Os liberais – salvo os exaltados, que organizam conjuras todos os dias – desertam dos seus partidos para vir formar o flanco esquerdo ao abrigo dos vencedores, e os moderados, prestando-se a este jogo, dispersam-se cada vez mais (puritanos e polacos, reacionários e neo-católicos) motivando tantas crises, que chega a haver um governo com apenas dezenove dias de duração” (Las Casas, 1937a: 63-65).

constitucionalistas que consideravam a José Bonaparte o monarca que permitiria o estabelecimento na Espanha de um regime liberal e democrata. A segunda seria a resultado da vitória dos absolutistas e abrangeria todo o reinado de Fernando VII. A terceira seria consequência das guerras entre os carlistas e as “esquerdas”, defensoras do liberalismo e constitucionalismo, encarnado por Dona Maria Cristina. Após a derrota dos carlistas, em uma quarta etapa surgiria o enfrentamento, durante o Reinado de Isabel II, entre a bandeira progressista – as esquerdas – e a bandeira moderada – os conservadores –. Nesta etapa poder-se-ia haver iniciado um processo de modernização da Espanha através do partido União Liberal, mas isso não foi possível devido à normalização do estado de guerra no Reino. A guerra que impede a realização das reformas pretendidas pela União Liberal é assim entendida por Las Casas:

A guerra – facilidade de promoções, falta de legalidade, oportunidade para toda audácia, desdém pela personalidade humana, rápida ascensão de soldados afortunados, violência, combatividade, etc. – cria um clima no qual são impossíveis a transigência social, a convivência proveitosa e harmoniosa dentro da lei (Las Casas, 1937a: 78).

Em uma quinta etapa, logo da saída da Espanha de Isabel II, Las Casas situa o enfrentamento entre “as direitas” empenhadas em salvar a monarquia, agrupadas em torno do duque de Montpensier, e “as esquerdas”, desejosas de proclamar a República. Las Casas considera, portanto, que na circunstância de *La gloriosa* está a gênese das “direitas” e das “esquerdas” que ocasionarão a revolução de 1936. Ele acredita que, em relação à política, a sociedade espanhola de meados do séc. XIX pode-se dividir em três planos “perfeitamente visíveis” (Las Casas, 1937a: 79-81). O plano superior engloba os generais e os políticos profissionais; trata-se de um plano “falta de toda ética, sem critério fixo, sem fé, sem ideal, sem convicção”, em que os seus agentes só desejam se fixar em posições hierarquicamente vantajosas que lhes permitam o aumento dos seus ordenados e o reconhecimento da sua autoridade. Como os integrantes desse plano almejam, unicamente, fortuna, não se importam com as imposturas e transitam, segundo a conveniência, entre posições ideológicas, *a priori*, antagônicas. O segundo plano é o plano da veemência e do fanatismo ideológico e, em decorrência disso, da intransigência com os que opositores, frente aos que só cabe a sua eliminação física. Formam-no “os soldados, os escritores, os empregados, a classe média daquela Espanha” que se dividem em “direitistas” e “esquerdistas”:

O direito entende que nem um só espanhol deixará de ouvir a sua missa diária, e que no dia em que a esqueça deve ser fuzilado; o esquerdista considera que a Espanha não terá salvação ficando um padre vivo. Os dois são apaixonados, morbidamente parciais, doentes de loucura de mitos, incapazes de meditação serena e de observação repousada, e vêem só a aparência dos problemas, sem a calma necessária para se aprofundarem neles. Uns e outros ferem-se, mas não se matam. Ambos, só guiados pelas formas, resistem-se pensando nas soluções (Las Casas, 1937a: 80).

O povo – o “bom povo” – conforma o terceiro plano. Esse povo prefere não se envolver nas lutas, pois só deseja que haja um governo que saiba manter a ordem para que possa trabalhar e ser feliz (“Quer ter tranquilidade, trabalho e boa administração, mas é bom, demasiadamente bom, cordial, sincero, facilmente impressionável”); é ignorante (“Não lê, não estuda, não sabe nada. Não lhe importa Rei nem Roque”), e temperamental e, portanto, instável:

Age por sentimentos e estes estão tão à flor da pele, que se abram na primeira lágrima. Quando mandam os liberais faz-se conservador; quando mandam os absolutistas, torna-se revolucionário. Isto, porque quer viver em paz, e com os liberais o país é um inferno; porque é humano, e com os absolutistas ele não olha senão prisões e fuzilamentos (Las Casas, 1937a: 81).

A partir da consolidação desses três planos, Las Casas acha que a marcha rumo a uma grande revolução muito dificilmente se poderia deter.

Quando, no capítulo II – Entre as duas Espanhas –, Las Casas narra a procura, por parte da diplomacia espanhola que seguia as instruções das Cortes Constituintes, de um infante que pudesse ocupar o trono abandonado por Isabel II, ele assinala que, de haver sido aceita a candidatura do príncipe Leopoldo de Hohenzollern proposta por Silvela, ter-se-ia produzido a reversão no caminho que conduzia à tragédia. Só então houve uma solução, mas ela foi desbotada. Ele expõe que, caso esse candidato alemão chegasse a ocupar o trono espanhol, a França teria declarado a guerra à Prússia. A Espanha ver-se-ia envolta nessa guerra junto à Prússia e vencer-se-ia com facilidade à França; em decorrência dessa aliança e dessa vitória a Espanha poderia ocupar um lugar destacado do concerto das nações e ter-se-ia criado uma causa comum que aglutinaria todos os espanhóis e faria desaparecer o risco de autodestruição pela teima deles em se enfrentarem cegamente em conflitos mesquinhos. Esta é a visão que Las Casas tem do que poderia ter acontecido se a aliança com Prússia desejada por Silvela houvesse sido aprovada:

Pela primeira vez há na Espanha um político genial, de olhar agudo, que pretende dar ao seu país rumo continental e levá-lo pelo caminho das grandes empresas. Ninguém o ouviu, e a Espanha

perdeu a oportunidade de refazer-se no quadro dos grandes impérios, consolidando-se internamente à frente de uma campanha no exterior. Se o critério de Silvela houvesse prevalecido, nosso império renasceria a par do prussiano, teríamos obtido no norte da África uma extensão colonial de fácil domínio e influência, alcançaríamos a linha das grandes potências, e o povo, unido por necessidade na guerra e por prazer na vitória, ter-se-ia esquecido dos pequenos pleitos para juntar-se num grande ideal coletivo. Não se poderia pensar nos perigos de jogar numa cartada incerta: os mesmos videntes sabiam que, dadas as condições em que a guerra se ia declarar, a vitória da Alemanha seria completa. Bismarck, decepcionado e entristecido – por nós – declarou que com os espanhóis não se poderia ir a parte alguma, e, olhando friamente o panorama da nossa política, escreveu mais tarde aquela tremenda profecia que agora se cumpre: “os dias mais amargos da Europa estão reservados à Espanha” (Las Casas, 1937a: 87-88).

No reinado de Amadeo I e durante a I República irrompeu na cena política espanhola, na opinião de Las Casas, um tipo novo de agente – o orador –, de influência extraordinária, “às vezes decisiva”, na vida pública. Las Casas põe, como exemplo desses oradores, a Castelar, um político, no seu juízo, intelectualmente desprezível. Las Casas descreve os oradores como sujeitos medíocres (“Nada sabem, para nada prestam, nunca de seu cérebro sairá um projeto útil, uma lei benéfica ou um decreto oportuno. Mas falam muito bem” Las Casas, 1937a: 96). Eles fizeram com que a I República se afogasse “numa catarata de eloquência” e desembocasse na restauração (Las Casas, 1937a: 98). Ante a falência de ambos os ensaios, recorreu-se à restauração borbônica, materializada de forma virulenta através da precipitada proclamação que fez Martínez Campos. O autor acredita que, principalmente, ela aconteceu para se evitar a vergonha de se ter que voltar a buscar, na Europa, um príncipe. No período de pouco mais de dez anos em que reinou Alfonso XII, reverteram-se no governo dois partidos, o de Cánovas e o de Sagasta, que Las Casas identifica com as direitas e as esquerdas. Desse período o autor destaca três fatos: a aprovação, em 1876, de uma nova Constituição, a restrição foral e a viagem pela Europa do rei, e salienta a paz em que viveu a Espanha, uma paz que prevaleceu também nos catorze anos em que reinou a viúva de Afonso XII. Dela traça Las Casas o seguinte perfil:

Eu a conheci e dela conservarei sempre uma lembrança comovedora. Majestosa de porte, maternal de semblante, altaneira com os soberbos e simples com os humildes, severa na sua linha austríaca e amável na sua palestra sem descer a gracejos inoportunos, ela foi a última grande rainha do mundo, a grande dama que soube resistir até ao último alento no meio das indesculpáveis claudicações de todas as monarquias (Las Casas, 1937a: 112-13).

Essa estabilidade fez com que a oposição, nem do republicanismo nem do carlismo, tivesse relevância até os acontecimentos no *Rif* de 1909, aproveitados, na opinião de Las Casas, pelas esquerdas, cobiçosas de poder, os quais desembocaram na “semana trágica” e provocaram que Antonio Maura se visse “na necessidade de fuzilar Ferrer”. A partir de então, e, sobretudo, logo do assassinato de Canalejas em 1912, se fortalece o socialismo com Pablo Iglesias e o *jaimismo*. Acredita Las Casas que a declaração de neutralidade da Espanha, em 1914, derivou na perda dos que poderiam ter sido os quatro melhores anos da sua história contemporânea, pois a Espanha nem aproveitou a ocasião para ampliar as suas possessões em Marrocos, nem, ao se isolar, liderou o bloco de potências neutras, nem fortaleceu a sua indústria. Assim, na assinatura da Paz de Versalhes nada significou a Espanha no cenário internacional. O autor volta a se referir a Marrocos para relatar o desastre de julho de 1921 e o contra-ataque espanhol, no qual ele participou como soldado. Desse contra-ataque faz o seguinte apontamento:

A campanha da reconquista, repleta dos mais cruéis sacrifícios, sem elementos de combate, sem posições, (até nem água potável), vai revelando uma longa série de prestígios militares conhecidos além de nossas fronteiras: Sanjurjo, Franco, Milham Astrai, Gonzalez Tablas, Yagüe, Varela, Orgaz, Castro Girona, Cavalcanti, Fernández Perez, etc. (Las Casas, 1937a: 124).

Las Casas qualifica o governo do marquês de Alhucemas como “a maior nulidade política que governou o nosso país” e sublinha que o rei D. Alfonso XIII atingiu, então, a sua maior impopularidade. Nesse marasmo, nem as esquerdas nem as direitas foram capazes de dignificar o poder público, pelo qual era esperado, e desejado, um golpe de estado que aconteceu mediante a sublevação do general Primo de Rivera⁴⁸⁸. O período entre o desastre de Annual e a irrupção de Primo de Rivera na cena política é assim referido por Las Casas:

Durante este período, o caminho de cada uma das duas Espanhas seguiu invariavelmente o seu traço histórico. As esquerdas mostram outra vez a sua incapacidade no governo, seu mórbido pendor para a desagregação, sua falta de autoridade, sua tradicional indisciplina, seu desdém pelos graves problemas econômicos, de pé havia mais de cem anos; as direitas, que se adoçaram em seus ódios seculares, agravam-se noutra das suas doenças mais características: a falta de previsão. Um homem

⁴⁸⁸ Las Casas (1937a: 137) faz o seguinte retrato de Miguel Primo de Rivera: “Primo de Rivera é bom, honesto, bem intencionado, patriota, trabalhador, mas não tem cultura, nem tem preparo para o governo e falta-lhe o ímpeto dos grandes caudilhos; não tem nem habilidade para escolher seus conselheiros e colaboradores e – feita exceção de Calvo Sotelo e do conde Guadalorce – eleva a ministros pessoas em quem ninguém suspeitara nunca qualquer capacidade”.

todo honestidade, retidão, cultura, espírito de justiça e sentimento de autoridade, devia ser a encarnação das suas cobiças – Maura – e o deixaram covardemente abandonado, substituindo-o por D. Eduardo Dato, apenas bom jogador de cartas e palrador muito a gosto das mulheres; outro poderia ter refeito a economia nacional com rijo critério conservador – Cambo – e nunca teve dez votos além da fronteira catalã. Num certo momento a aceitação do programa reformista – liberdade de cultos, secularização dos cemitérios, ensino laico – significaria o amortecimento de um choque brutal, que por força teria de surgir, mas seu chefe, Melquíades Alvarez, nunca contou com amigos senão na sua província natal. Noventa por cento dos homens das direitas, ou se agrupavam em torno das mediocridades mais dadas à distribuição de empregos públicos, ou seguiam romanticamente o tribuno Vasquez de Melha, que odiava a política, que não queria saber dos partidos, que gozava sentindo-se só e que era como uma vi morta por onde não se pode ir a parte alguma (Las Casas, 1937a: 127).

Como um dos primeiros erros de Primo de Rivera, Las Casas assinala a perseguição do catalanismo, que foi respondida mediante uma mensagem “à língua de Margall” que ele mesmo assinou junto a Ortega y Gasset, Marañón, Pérez de Ayala, Osorio Gallardo, Menéndez Pidal, Américo Castro, Jiménez Asúa y Azorín. De todas as formas, Las Casas sublinha o sucesso do exército espanhol na nova campanha de Marrocos que se iniciara com o desembarque em Alhucemas, mas lamenta que Primo de Rivera não devolvesse, nesse momento, o poder e que, em vez disso, criasse o partido político único – a União Patriótica – para se perpetuar no poder sob a aparência da “normalidade constitucional”, perdendo-se, assim, “o tom heróico dos estados de força” ao se rebaixar o governo “à mecânica dos partidos”, dentro da qual se voltava a “cair nos vícios que se vieram corrigir”. Contudo, a lei provincial e a lei municipal decretadas por Primo de Rivera são consideradas adequadas por Las Casas, quem considera que foram “sabiamente redigidas” por Calvo Sotelo e Gil Robles. Lamenta o autor que as forças conservadoras não soubessem aceitar as reformas econômicas projetadas por Calvo Sotelo e que o regime ordenasse a prisão de vulgares e desacreditados conspiradores liberais que, devido à repressão, cobraram fama e obtiveram autoridade.

A destituição do *marquês de Estella* por Alfonso XII, e a nomeação do general Berenguer para substituí-lo, são qualificadas por Las Casas como mais uma prova da vilania do rei, havendo-se gerado um motivo para extremar a agitação dos opositores à monarquia e à ditadura. O ambiente criado pela nomeação de Berenguer é assim descrito por Las Casas:

Os agitadores percebem a sua desorientação, sabem a sua falta de autoridade, e, então, suas campanhas contra os ditadores, contra o rei e contra a monarquia fazem-se já abertamente, á luz do dia. Prieto, no Ateneo, acusa o rei numa catilinária impiedosa; os jornais atacam as instituições tidas por mais respeitáveis; os estudantes transformam as faculdades em castelos contra a força pública e os intelectuais julgam de bom tom depreciar a sua realeza – está em moda ser republicano. Sublevam-se em Jaca os capitães Galán e García Hernández (dezembro de 1930) e são fuzilados. Voltam a encher-se as cadeias de políticos, que são visitados por multidões imensas e aplaudidos como heróis. Sánchez Guerra – o mais respeitado dos antigos homens de governo – pronuncia um discurso no teatro da Zarzuela em que jura “nunca mais servir a senhores que se convertem em vermes”, e Alcalá Zamora, em Valência, declara-se republicano (Las Casas, 1937a: 142).

Las Casas expõe que foram a inaptidão, as indecisões e a puerilidade do rei o que causou a proclamação da II República. Durante a ditadura de Primo de Rivera as direitas e as esquerdas voltaram-se a agrupar, formando dois blocos compactos; de um lado, “todas as direitas inclusive os legitimistas”, do outro, “os liberais alongando a sua linha de ataque até abranger as forças republicanas e socialistas”.

A situação em que se encontrava a Espanha ao expirar a monarquia é analisada pelo autor no Capítulo III – Paisagem das Espanhas –. Nesse capítulo tenta mostrar como se produziu o novo acirramento entre as duas Espanhas às que se refere como tais desde a invasão francesa. Nenhuma das duas Espanhas merece a admiração do autor:

Confessemos, primeiramente, que nenhuma das duas grandes metades em que se encontra dividido o povo se caracteriza pela dedicação ao estudo dos grandes problemas que inquietam o mundo, nem pela sua capacidade meditativa, nem pelo seu interesse pelas interrogações fundamentais que agitam a opinião pública do estado. O comércio de livros é insignificante e apenas se mantém pela exportação para Portugal e para a América; há poucas revistas de cultura e estas não passam de número limitado de leitores; os grandes jornais não passam dos boatos políticos, muito rasteiros, em anedota; tenho a impressão de que os grandes diários que durante muito tempo vêm concentrando a curiosidade das classes mais instruídas – El Debate, na direita, El Sol, na esquerda – estão longe de constituir um bom negócio. Livros que se consideram de conhecimento imprescindível em matéria econômica, social, política ou religiosa, são pouco conhecidos em Espanha. Esclarecemos, contudo, que o nosso nível cultural ascendia nos últimos tempos, em projeção rápida e pujante, e que talvez fosse consequência do melhoramento operado em nosso ambiente universitário (Las Casas, 1937a: 150).

Las Casas considera que, no séc. XIX, só houve na Espanha dois grandes teóricos, Jaime Balmes, a referência da direita, e Julián Sanz del Río, o principal intelectual das

esquerdas⁴⁸⁹. Dentro da intelectualidade da direita, a solução dos problemas da Espanha passava por recuperar e atualizar as referências do passado católico e imperial e, nos intelectuais da esquerda, do racionalismo e em democracia, aproximar a Espanha à vanguarda das nações modernas. Segundo o autor, os primeiros “veneram o P. Suárez” e os segundo “extasiam-se com Kant”:

Aqueles queriam a nossa juventude nas velhas universidades – Santiago, Salamanca, Alcalá... – vivendo austeramente uma vida de meditação sobre os grandes filósofos do tomismo, e estes a desejam investigando em ultramodernos arranha-céus, com o microscópio de um lado e do outro a raquete de tênis, para alegrá-la e fortalecê-la nas horas de repouso (Las Casas, 1937a: 152).

Na sua opinião, todos os integrantes desses dois blocos cometiam o grave erro de acreditar que a Espanha era um todo homogêneo e que todos os espanhóis respondiam a um mesmo perfil. Ele expõe que, com frequência, a asseveração de que há diferenças entre os espanhóis derivadas da sua nacionalidade foi julgado como um delito de lesa pátria e que, inclusive, autores como Salvador de Madariaga, Eugenio d’Ors, Ortega y Gasset e José Antonio Primo de Rivera, apesar de terem abordado a problemática da unidade e de diversidade da Espanha, não a entenderam plenamente⁴⁹⁰. Ele acredita que a obsessão de tentar impor a catalães, galegos, andaluzes, bascos e castelhanos – os “cinco grandes núcleos” – uma mesma lei, uma mesma preocupação, um mesmo desejo, um mesmo idioma e um mesmo hábito era uma equivocação que impedia encontrar uma solução ao problema das Espanhas, pois “Cada um tem a sua história, o seu perfil geográfico, a sua maneira de falar, o seu direito consuetudinário, a sua indumentária, a sua cozinha, a sua maneira de rezar e de cantar” (Las Casas, 1937a: 157). Assim se tratando, na interpretação do autor, os problemas são diferentes para cada uma dessas nacionalidades. Las Casas assinala que a produção artística distingue entre si esses núcleos e que os seus habitantes têm psicologias às vezes divergentes, embora haja entre todos os espanhóis traços comuns: “loquacidade, arrogância, sentido romântico da vida, tara individualista, despreocupação econômica, hipersensibilidade amorosa, rudeza...” (Las Casas, 1937a: 158). Para a compreensão da

⁴⁸⁹ Las Casas (1937a: 151) considera Donoso Cortés, Ceferino González, Menéndez Pelayo y Bonilla Sanmartín sucessores dos estudos filosóficos de Jaime Balmes. Na órbita do *krausismo* introduzido na Espanha por Julián Sanz del Río, situa a Fernando de Castro, Gumersindo Azcárate, Joaquín Costa e Francisco Giner de los Rios (Las Casas, 1937a: 152).

⁴⁹⁰ Sobre eles afirma: “Madariaga atreveu-se a falar da nossa diversidade, Eugenio d’Ors arranhou no problema das autonomias, Ortega Gasset meditou sobre a agonia das províncias, José Antonio Primo de Rivera teve a coragem de afirmar que a Espanha é ‘uma e plural’, mas não os entenderam ou não quiseram entendê-los” (Las Casas, 1937a: 155).

forma de ser dos espanhóis, Las Casas propõe observar quais são as posições por eles ocupadas perante quatro controvertidos temas: a religião, a questão social, a vida econômica e o mundo político. A respeito do primeiro tema, expõe que os espanhóis, na sua maioria, se identificam com a religião católica, mas trata-se de um catolicismo superficial, inconsciente e pobre:

O cidadão é católico, sim, julga uma ofensa que duvidem da sua fé, mas não vai à missa, e, quando vai, é por cumprir um dos muitos preceitos sociais em uso, não frequenta os sacramentos, não reconhece nas hierarquias qualquer autoridade religiosa, e gosta de conservar-se na mais completa e cômoda ignorância (Las Casas, 1937a: 160).

A falta de fé e o desconhecimento da teologia entre os católicos espanhóis contrastam com o seu clericalismo, o amor aos templos e a fidelidade sectária por alguns santos.

No tocante à “questão social”, o autor distingue, em primeiro lugar, entre a aristocracia “velha” – liberal, investidora em propriedades imobiliárias, desinteressada pela política e residente no estrangeiro – e a “nova” – ultraconservadora, investidora no comércio e na indústria, interventora em política e residente na corte –. Da burguesia comenta que propende para as esquerdas, aspira à conquista de qualquer emprego público e que é covarde nos investimentos financeiros. Sobre a intelectualidade destaca a sua pouca eficácia, apesar de ser honesta, austera e atilada. Ele culpa da escassa produtividade científica dos intelectuais à mistificação que neles provoca a sua intervenção na política. Como intelectuais espanhóis cita a Unamuno, Pío Baroja, Marañón, Pérez de Ayala, Ortega y Gasset, Alomar, Américo Castro, García Lorca, Madariaga, D’Ors, Jiménez Asúa y Azorín, e explica, como se segue, a escassa transcendência dos seus posicionamentos na sociedade espanhola:

Por que? Porque não se tinham preocupado de criar, heroicamente, um estado de opinião; utilizaram-na, pondo-se à frente dela, mas quando, julgando-se fortes, se atreveram a mostrar seus rumos, verificaram que a multidão os abandonara. O país faz-se republicano e eles se colocam nas vanguardas do republicanismo, querem logo fazer a sua república, e o país – que também quer a sua – abandona-os. Assim, no novo regime não têm autoridade nem magistério (Las Casas, 1937a: 166-67).

A respeito do povo, Las Casas diferencia entre o rural – católico, fanaticamente religioso, individualista e monárquico –, relutante, portanto, para se incorporar em associações de classe, e o citadino ou proletário – ateu, anti-clerical, socialista e

republicano –, mas matiza que todos os seus integrantes são “sentimentais, pouco apegados a vínculos familiares e de reação política vagarosa e desconfiada” (Las Casas, 1937a: 167).

Ao expor as características da “vida econômica” dos campos sociais da Espanha, Las Casas mantém a mesma segmentação entre o operariado. Do operário rural diz que “carece de terras próprias, é mal pago e vive mal porque não pode viver bem”; sobre o operário da cidade expressa o seu desprezo. Dele comenta que ganha bem mas que não sabe aproveitar as boas condições de existência de que desfruta:

O operário da cidade ganha muito – na indústria paga-se melhor que nas profissões liberais – e vive mal porque não quer viver melhor, ou mais exatamente – não sabe, e ganha uma diária de 5 a 20 pesetas. É pretensioso, ousado e desprevenido. Sua ignorância leva-o a combater as leis sociais mais humanitárias e a desprezar os diversos seguros – maternidade, acidentes, doenças, invalidez, desemprego, etc. – que o estado tem de tornar obrigatórios contra a opinião dos próprios beneficiados. Pode dispor de uma boa vivenda, mas nela imperam mau gosto e o desconforto; pode vestir bem, mas não sabe distinguir o fato de trabalho do de passeio; pode instruir-se, mas prefere as diversões (Las Casas, 1937a: 167-68).

Las Casas não oferece dados concretos sobre a economia da Espanha. Limita-se a destacar que, apesar das riquezas do país, a sua economia é pobre, desarticulada e anarquizada por não se terem atrevido, os diversos governos, a empreender as reformas necessárias. Ele acusa à burguesia de temerosa para os investimentos e assinala que o sistema tributário é injusto por favorecer os privilegiados.

Na “mecânica” da política diz que o povo, “apesar de todas as liberdades, igualdades e fraternidades” não significa nada, votando, o operário do campo, a quem o seu patrão lhe ordena, e, o operário da cidade, a quem lhe indicam os dirigentes sindicais. O autor comenta as características das forças políticas do operariado – Solidariedade de Operários Bascos, UGT, CNT, FAI e “sindicatos comunistas” – e apresenta um esquema abrangendo as forças políticas monárquicas e republicanas. Frisa, no entanto, que, desde 1923, as forças que decidem a batalha são as agrupações dos autonomistas e dos estudantes. Do *autonomismo* diz que, “como expressão literária, percebe-se na Galiza, Vascongadas e Catalunha, desde princípios do século XIX” (Las Casas, 1937a: 173), havendo-se projetado na política a partir da *Solidariedade Catalã* de Prat de la Riva e tendo extremado as suas reivindicações com a ditadura de Primo de Rivera, ao se convencerem os seus militantes de que, enquanto Alfonso XIII fosse o monarca, o governo seria unitário, uniformista e centralista, pelo qual acreditaram que, na República, se poderia instaurar um regime federal

em que todos os grupos nacionais seriam reconhecidos e tratados em plano de igualdade. Las Casas (1937a: 174) explica como surge o *autonomismo*: “Os intelectuais catalães, vascos e galegos julgam que em Madri nunca serão estimados e voltam às terras natais para fazer sua cultura nas línguas vernáculas”, pelo qual, os autonomistas dos três países, assinaram em 1923 um pacto de mútua ajuda. Dos estudantes salienta a sua organização, sob a chefia de Ibert, e a sua força determinante para orientar o funcionamento do regime. De fato, ele crê que o apoio deles foi fundamental para a proclamação da República e que à ânsia desinteressada e idealista deles se deve o projeto de regenerar a Espanha.

Las Casas relata como ele assistiu à proclamação da República no capítulo IV – Batalha entre covardias –. Ao principiar o ano de 1931 ele fora convidado a ministrar uma palestra, intitulada O penúltimo rei de Portugal, na aula magna da Universidade de Santiago de Compostela. Ele diz que percebera que, entre os estudantes, o ambiente era revolucionário e que, em Compostela, o ambiente “era pesado, denso, ameaçador”. De fato, pouco depois os estudantes entraram em greve e advertiram que só voltariam às aulas quando Alfonso XIII abdicasse. Las Casas detalha como, na primeira quinzena de abril de 1931, ele viu a movimentação da sociedade galega. Assim, menciona que no dia 5 “toda a Galiza era uma caldeira em ebulição; o mais prudente daria a vida pelo triunfo dos candidatos republicanos. Os monárquicos iam à luta sem fé, seguros da derrota e de antemão não muito contrariados pelo desfecho” (Las Casas, 1937a: 180). Do dia 12, o dia da votação, salienta a preocupação e, inclusive, o remorso que se percebia nalguns olhares, e a atmosfera de medo:

O medo abrangia a todos, um medo frio, intenso, desorientado – medo de que triunfassem os monárquicos e de que vencessem os republicanos, medo da hora que vinha. Se naquela tarde fosse possível, penso que muito poucos espanhóis deixariam de votar pela nulidade das eleições, demorando para mais tarde a decisão sobre a sorte da monarquia (Las Casas, 1937a: 181).

Do dia 13, ele sublinha a inquietude vivida, e diz que ele sentia que “não havia nervos capazes de suportar a tensão”. Nesse dia, a recepção e a distribuição de notícias nas redações dos jornais eram constantes, pois as agências de notícias, “onde os funcionários eram quase todos republicanos” funcionaram como elo perfeito com as agências da capital. Em relação ao dia da proclamação da República é feita a seguinte crônica:

A 14, muito cedo, saí com o diretor da Faculdade de Letras, Dr. Moralejo, para a fronteira portuguesa, onde, em nome do reitor da Universidade, tínhamos que receber o Prof. Dr. Hernani

Cidade – meu velho amigo – que vinha lecionar na nossa Faculdade. Na cidade fronteira de Tui ninguém tinha notícias. O Dr. Moralejo e eu fomos saudados por diversos conhecidos que andavam como barco sem rumo, sem saber o que queriam nem de que fugiam. Ao passar por Pontevedra, de regresso, vimos muita gente que lia avidamente, silenciosa, os placards dos jornais. Nem um viva, nem um aplauso, e era a notícia de que em Madri se tinha proclamado a república. Lembro-me muito bem que o Dr. Hernani Cidade se voltou e nos perguntou cortesmente:

– Vocês estão satisfeitos?

Moralejo e eu olhamo-nos, atônitos, e respondemos a um tempo, com voz trêmula:

– Sim...; sim...

– Então, parabéns.

E retomamos o caminho entre a multidão indiferente, que olhava com curiosidade o nosso automóvel oficial. A cada instante, pela estrada deparavam-se-nos grupos de camponeses com bandeiras republicanas. Para eles era cousa certa que a república reduziria impostos e a recebiam verdadeiramente alegres (Las Casas, 1937a: 182-83).

Ao chegarem a Santiago, Las Casas percebe que “a cidade ainda tinha ar mais triste que de costume”. O comércio fechara e havia uma passeata de operários e estudantes que se dirigia ao “Conselho”, na “Praça Maior”, à qual *eles*, deixando o hotel em que se hospedavam, se uniram. Rendia-se homenagem aos telegrafistas e davam-se vivas à república e à liberdade, sem que se ouvisse “um só morra”. Os estudantes estavam alegres e os operários preocupados com que não se perturbasse a ordem. Assim ele refere-se ao comício que teve lugar da varanda do “Conselho”:

Então apareceram na varanda do Conselho muitos senhores velhos que eu nunca vira – senhores barbudos como aqueles que vimos nas fotos do tempo de Castelar. Dentre eles surgiram oradores de expressão pesada, que, em linguagem vulgar, pregaram calma, ordem e bom comportamento; esforçavam-se para convencer o povo de que “devia dar um exemplo de civilidade” (Las Casas, 1937a: 184).

Nessa noite, na apreciação de Las Casas, o desassossego tomou conta de Santiago pelo medo dos monarquistas de serem assassinados pelos republicanos e pelo medo dos republicanos da reação monarquista, de tal forma que a tolerância e a cortesia com os adversários foi um fingimento. A atmosfera de tensa calma pôde ter parecido uma demonstração de compreensão entre as partes enfrentadas, mas, na opinião de Las Casas, em nenhum momento houve nem verdadeiro respeito nem estima entre os bandos. Porém, o arrebatamento dos jornais em favor dos vencedores das eleições nas cidades, a convicção de que a república era uma realidade inegável e a notícia da retirada do rei acabaram

enchendo Santiago de alvoroço. Proclamada a república, o autor pondera que os primeiros dias do novo regime caracterizam-se pelas discussões e pela desorientação a respeito de quais projetos aplicar para reorganizar o país, criando-se, com isso, um campo de lutas pelo controle do poder republicano. Entre os grupos formados, Las Casas diferencia, nos republicanos, os velhos republicanos e os que fizeram recentemente profissão de fé republicana. O início das desordens é assim relatado:

alguns jovens que se julgam elegantes, que nem tiveram a galhardia de se despedir do rei, nem o cavalheirismo de defendê-lo, que a 12 de abril deram o seu voto aos candidatos republicanos e a 14 se esconderam, aterrorizados, na casa das avós, organizam em Madri uma pequena festa monárquica, que se julga um desafio à cidade, já sossegada e calma. São os eternos “gran-finos” de todos os tempos e de todos os climas, que, vítimas da obsessão da notoriedade, querem atingi-la a todo preço, sem se incomodar de que em seus gestos desvairados possam ser comprometidas as causas mais sérias e respeitáveis. O povo, perante a provocação, reage violentamente, mas não contra eles, nem contra o que eles representam – que é o postiço e pernicioso, cousa assim como o musgo na rocha virgem – mas contra a vítima de todos os nossos tumultos liberais – a Igreja. E lá vão as turbas, violentas, desgrenhadas, enlouquecidas, queimando à vontade igrejas e conventos.

Então, percebe-se um, fenômeno tipicamente espanhol, e é que os cidadãos tidos em justiça por mais conservadores, monárquicos e religiosos, em vez de reagirem e se organizarem na defesa violenta ou legal dos seus interesses e crenças, passam apressadamente a avolumar a manifestação vitoriosa, disputando entre si a primazia de avançado e revolucionário. Todos os chefes galegos figuram, a partir de então, nos partidos da extrema esquerda e, é claro, na maior parte da Espanha os candidatos direitistas nem se apresentam às eleições para as Cortes Constituintes. Os poucos que se afoitam a tal audácia, verificam logo que não contam já com a assistência e o apoio dos mais obrigados a prestar-lho. Outra deserção em rebanho, como aquela que se seguiu ao pacto de Vergara (Las Casas, 1937a: 187-89).

Na sua visão, a vitória das esquerdas fora, em grande parte, consequência da interesseira, e covarde, retirada das direitas ou, inclusive, da envergonhada passagem destas a partidos republicanos, como o Partido Radical, ou à esquerda avançada, como o PSOE, tendo havido poucas incorporações aos partidos republicanos conservadores. Essa inação por parte dos elementos equilibrados da direita, que julgavam morta para sempre a monarquia, permitiu a renovação, “sem motivo”, da perseguição à igreja. O autor excetua dessa avaliação o pequeno grupo dos alfonsinos – “homens respeitabilíssimos” – seguidores de Calvo Sotelo, e os tradicionalistas do conde de Rodezno. O que ele considera grave é o perfil do conjunto dos escolhidos para as Cortes constituintes republicanas. Las

Casas sopesa que, entre eles, não havia estadistas, nem técnicos, nem moços universitários ilustrados e esperançosos. Tratava-se, pelo contrário, de

pobres padeiros analfabetos de longa história republicana, sapateiros que um dia organizaram bem um motim, empregados públicos que nunca apareceram na repartição, jornalistas atrevidos, “escrevinhadores” medíocres, desempregados de província, dezenas e dezenas de indivíduos imprestáveis, enaltecidos nas candidaturas por uma dezena de nomes autenticamente insígnies – obrigados a suportar semelhante camaradagem: Ortega y Gasset, Marañón, Unamuno, Sánchez Román, Jiménez Asúa, Martínez Risco, Ruiz Funes, Feced, Gabriel Alomar... (Las Casas, 1937a: 189-90).

O sistema eleitoral é visto por Las Casas como incompreensível e absurdo, pois permitia que os piores ascendessem e que eles, desde o poder, desdenhassem os técnicos mais exímios e favorecessem os mais indesejáveis “desde que arranjassem uns centos de votos”, ficando postergado “o grande problema de salvar para sempre a Espanha”. De todas as formas, ele qualifica Julián Besteiro – o presidente das Cortes Constituintes – como “um dos homens mais finos e pior compreendidos da Espanha” –. O resultado é a formação de três “potências” políticas diferentes, mas igualmente desorientadas, e igualmente fracas. O autor observa no novo regime a repetição de procedimentos que caracterizaram o enfrentamento entre conservadores e liberais desde a invasão francesa. Por um lado, ele percebe que se mantém entre os militantes a estratégia de renegar dos princípios de um partido, abandonando o chefe político, quando se julga perdida ou remota a vitória, e de transfugir para o bando oposto que, em consequência, acaba se fragmentando ao passar a albergar posicionamentos díspares. Por outro lado, ele frisa que a falta de autoridade e de poder continuava impedindo que as agrupações políticas exercessem um poder centralizado:

Por outra parte, a pequena impúbere república, para não desmentir o hábito que domina entre os liberais espanhóis, vê-se sujeita à tutela – absurda, nefanda e maldita – dos comitês locais, onde sempre impera a decisão dos mais audaciosos, e ninguém, nem o próprio chefe do governo, tem autoridade para libertar-se deles reduzindo-os às suas mínimas e naturais proporções. São os tais comitês que, desde 1808, se dispersam, lívidos de pavor, na hora adversa, e que, no momento propício, tudo querem dirigir e arranjar, dificultando, entorpecendo e malogrando toda obra útil e perdurável de governo (Las Casas, 1937a: 191-92).

Na análise da estrutura do poder na II República, Las Casas detém-se no poder municipal, no provincial e no central. Sobre os vereadores eleitos para as câmaras municipais aos 12 de abril diz que eles só foram escolhidos pela demonstração do seu

entusiasmo republicano, embora ele creia que eles atuaram como administradores honestos. Apesar de terem governado bem, ele é do parecer de que foram torpes por não terem sabido inovar na concepção de gestão municipal e comenta que o trabalho deles poderia ser mais valorizado “se, em vez de concertar praças e abrir ruas novas, tivessem organizado caixas de trabalho, concertos públicos freqüentes, cursos de conferências, museus locais, breves viagens de estudo e excursões agradáveis para os alunos mais aplicados das escolas, etc.” (Las Casas, 1937a: 194).

Sobre os governadores provinciais Las Casas põe a responsabilidade do fracasso da II República. Retrata-os como gestores inábeis, ávidos pela ampliação da sua corte de adeptos a qualquer custo, medíocres na sua visão da política, revanchistas, submetidos às diretrizes dos comitês republicanos. Considera-os burocratas que delegavam a sua responsabilidade em comissões que nada resolviam; diz que o principal mérito deles era o de se haverem esforçado no período revolucionário em “espalhar folhas clandestinas”. Aos ministros acusa-os de ineptidão, ou por serem velhos e estarem cansados para peitar os novos retos, ou por serem demasiado jovens e inexperientes. Nas Cortes, segundo ele, os deputados bem preparados eram condenados ao silêncio pela animadversão da turba parlamentar, “soez” e “soberba” e os deputados utópicos investiam o seu tempo na apresentação verborrágica de teorias inaplicáveis à realidade espanhola. O desfecho desse panorama era a desilusão que a república causou entre os jovens: “A Espanha sã e autêntica, a Espanha jovem a confiante, que acreditou na solução de todos os seus grandes problemas, não tarda em mostrar fadiga, tristeza, desalento, mágoa, desilusão. Não sobrevém um final catastrófico, porque todos têm medo, e a covardia salva a todos” (Las Casas, 1937a: 196).

Las Casas expõe que se poderiam ter implementado as reformas necessárias sem ferir as suscetibilidades das oposições, pois as soluções estavam claras, mas crê que faltou valor. Criara-se uma situação grave porque a propaganda republicana mostrara ao povo os vícios da administração pública no regime monárquico e, uma vez proclamada a república, nada se fazia para emendar a situação denunciada, pelo qual o povo se indignava e protestava, sentindo-se enganado. Oferecendo o seu parecer acerca do que tinha que ser mudado na instrução pública, ele aprofunda no seu exame dos erros cometidos pelos governos da II República. Diz que os seus comentários pormenorizados amparam-se no

conhecimento que ele tem desse meio e justifica essa extrapolação por haver sido o Ministério de Instrução Pública o que mais e melhor trabalhou nos primeiros tempos da república. A sua visão sobre a ineficácia das reformas da educação básica e universitária na II República é a seguinte:

Sobram universidades em Espanha. Só cinco – Madri, Barcelona, Santiago, Sevilha e Granada – estariam muito melhor dotadas e as necessidades do país cobertas com excesso. Mas a reforma melindraria meia dúzia de cidades, e o ministro acovardou-se.

Cada universidade deveria estar completa com todas as faculdades e voltar ao antigo privilégio, usual em todo o mundo, de colação de graus doutorais, mas a reforma era demasiado atrevida e o ministro preferiu que tudo continuasse como nos tempos de Isabel II.

Boa parte dos professores merecia imediata demissão – por incapacidade, forma ilegal do ingresso, pelo não cumprimento do dever – mas o ministro não teve coragem para a revisão, que teria removido o ensino, tornando-o de verdade prestigioso e fecundo.

O sistema de concurso para preencher cátedras era absurdo, antiquado, nocivo, antipedagógico, mas o ministro teve medo a renova-lo radicalmente, e inventou um processo pelo qual um certo número de professores ainda hoje está em condições de interinidade.

Sobravam ginásios, mas o ministro teve medo a reduzi-los; seu professorado necessitava ser unificado, mas o ministro arreceou-se de certos professores, e tudo ficou interino; precisava um plano de estudos único e bom, que foi elaborado pelo ministro, mas consentiu que continuassem em vigor os antigos – sete ou oito planos – e a anarquia acentuou-se, dificultando muito mais uma solução duradoura.

Precisava-se de um novo e eficaz regulamento de disciplina escolar, mas o ministro acovardou-se ante os estudantes e preferiu que continuasse em vigência o atual, que castiga o delito de fumar e não dá possibilidade aos reitores de exercer verdadeiramente a sua autoridade.

No ministério imperavam uns poucos empregados com mais autoridade que os ministros, funcionários caprichosos, intrometidos e subordinados que todos nós, professores espanhóis, poderíamos citar pelos nomes.

O ministro sabia-o, mas receou-lhes os ódios e preferiu calar.

Leis antiquadas, que felizmente em nenhum centro se cumprem, continuaram em vigor, e a jovem república não teve coragem nem para derrubá-las nem para fazê-las cumprir, se as julgava boas; hábitos vergonhosos, que não deviam ser tolerados, mantinham-se normalmente, porque o ministro não se atrevia a corta-los pela raiz. Os moços, que durante a monarquia clamavam às portas das aulas, lamentando que o nosso ensino fosse o pior organizado da Europa, perguntavam, entristecidos, meses depois da revolução: – para isto atiramos o rei pelas escadas? (Las Casas, 1937a: 198-201).

A covardia foi a responsável, na opinião de Las Casas, pela inação republicana. Ele assinala uma série de âmbitos em que foi covarde, e portanto “imoral” e perigosa, a gestão

republica (a solução dos problemas na Companhia Telefônica, a depuração de responsabilidades no regime republicano, as negociações com o governo da Catalunha, a substituição dos comandos militares e a conseqüente reorganização do exército, a reforma agrária). Logo de serem assinalados os erros nada se fez para os emendar, com o qual se propagou o desalento e justificaram-se o protesto e o rancor. Nesse sentido, Las Casas cita a Ortega y Gasset para expressar que a república adquirira um perfil árido e triste. Inclusive, assevera que “A república de fato é o regime mais grosseiro que qualquer espanhol podia imaginar” (Las Casas, 1937a: 207), pois todas as medidas tomadas pelo poder público, ocupado por homens acovardados, ou foram decididas sob a pressão de ameaças, ou foram reações violentas tomadas pela autoridade ressentida, ou consistiram em reformas parciais e tímidas que não solucionaram os problemas, decepcionando os demandadores de mudanças e irritando, mas não submetendo, os afetados pelas reformas cuja reação, porém, foi provocada⁴⁹¹.

O autor acredita que os dois segmentos mais decepcionados foram o dos autonomistas e o dos estudantes, pois ambos eram as forças mais poderosas que propiciaram a república. Com os primeiros fizera-se o compromisso, mediante o Pacto de São Sebastião, de que a república propiciaria a orientação confederada do Estado que permitiria a organização administrativa da Espanha, a diminuição do arbítrio dos governadores, o ensino da língua materna na educação básica e a co-oficialidade de idiomas, e o ensino da história, geografia e literatura do país. Ao respeito pondera Las Casas (1937a: 204-05):

Estes direitos só se concederam à Catalunha, e por medo; a Galiza e as Vascongadas não inspiravam temor e ficaram sujeitas ao velho critério. O governo não agia por convicção, mas rendendo-se às

⁴⁹¹ A covardia dos governos da II República é assim exemplificada por Las Casas (1937a: 208-09): “Em vez de afrontar séria e decididamente o problema religioso, perseguem os jesuítas, proíbem a saída de procissões e retiram as imagens religiosas da escola de onde, a partir de então, o ensino se torna um contínuo ato de desagravo; em vez de deixar o exército como estava ou fazer a sua reforma com decidida energia, resolvem o caso com uma lei de cortes que subleva noventa por cento da oficialidade e custa ao estado milhões de pesetas; em vez de rever o professorado, confirmando os que o merecem e despedindo os ignorantes que tinham entrado nele ninguém sabe como, submete-os ao controle dos sindicatos de estudantes (F.U.E. – Federação Universitária de Estudantes), provocando assim a revolta dos Claustros, sem vantagens para ninguém; em vez de solucionar com retidão e equidade o problema das autonomias, deixando-lhe abertas portas pelas quais a passagem é impossível, irritando os autonomistas pela burla e os centralistas pela transigência; em vez de resolver de uma vez para sempre o problema agrário – foros, “rabasamorta”, latifúndio, etc. – preferem transigir com o que o próprio camponês decida, ficando o proprietário de fato despojado e o lavrador escravo em direito, multiplicando os rancores a uns a outros. Covardia, sempre covardia, uma covardia infinita para abrir as janelas, quando todos sabem com que facilidade podem abrir-se e ainda com que unânime contentamento”.

circunstâncias. Os autonomistas esperavam que a Constituição reconhecesse sem reservas a personalidade das diversas nacionalidades que integram o Estado e desse possibilidade a uma série de Estatutos que lhes garantissem a autonomia. Reconheceu-se a realidade catalã num estatuto – diferente do que a Catalunha queria – mas, por medo, porque a Catalunha já tinha posto em marcha a sua liberdade e estava disposta a não perdê-la, custasse o que custasse. O governo acreditou possível uma guerra separatista e aterrorizou-se. Mas, para Galiza, Andaluzia e o país Vasco-Navarro, a solução foi bem diferente: consistiu em reconhecer só em parte o seu direito de autodeterminação e dar-lhes uma esperança de estatuto, mas em condições que na prática se tornavam impossíveis de cumprir. E o curioso é que, por uma dessas virações incompreensíveis dos espanhóis, as direitas se tornaram centralistas e as esquerdas federalistas. Mas as esquerdas renunciaram logo aos seus postulados, receosas de irritar as direitas. Essencialmente, a estrutura do estado continuava exatamente igual ao que fora sob o império absolutista.

O desencanto dos estudantes deveu-se à que nenhuma das aspirações deles fora satisfeita. Essas aspirações eram a contratação de um corpo docente capacitado, a melhora das instalações universitárias, a criação de um plano de bolsas, o aumento das viagens de estudos, a reforma e ampliação de bibliotecas e museus, a concessão de ajudas para publicar e expor, a oferta de concertos e exposições e a construção de residências universitárias⁴⁹². Mas, segundo ele, as diretrizes e a praxe do regime monárquico no ensino prolongaram-se, em geral, nas atuações da II República, havendo-se esvaído pela covardia e pela corrupção as poucas medidas tomadas para a reforma do ensino universitário.

Se, para Las Casas, o primeiro biênio republicano foi uma fraudelência, a gestão da direita é qualificada por ele como igualmente desastrosa. Nem o Partido Radical – “em realidade a extrema direita da república” – nem a CEDA souberam agir com decisão e acerto. O chefe da CEDA, Gil Robles (“meu velho e bom amigo”), é, no entanto louvado

⁴⁹² Las Casas sintetiza quais eram as aspirações dos estudantes e como se produziu a sua decepção pela ineficiência das reformas educacionais na II República. Nesse sentido, ele assume o papel de porta-voz dos estudantes e, como tal, expressa: “Os estudantes tinham sonhado grandes museus, ricas bibliotecas, faculdades modernas e bem dotadas, boas revistas de fácil aquisição, frementes concertos e exposições de arte, viagens de estudo ao estrangeiro, residências econômicas e cômodas – e, sobretudo, um professorado jovem e eficaz, quente de vocação, cheio de entusiasmo – isso que agora se chama política de espírito. Imaginai seu desencanto. As universidades continuaram pobremente instaladas em velhos casarões, com seus porteiros asmáticos, suas janelas sem vidros, suas más bibliotecas sempre fechadas, seus reitores barbudos e seus professores esgotados, que vão às aulas como Cristo a caminho de Gólgota. Boas revistas não aparecem e toda iniciativa do gênero continua confiada à aventura particular. O cativo das sujas pensões prossegue irremediável. O que sentia sede de comunicação espiritual, viu que expor um quadro, publicar um artigo ou editar um livro era empresa mais difícil que conquistar um continente. As pensões para estudar no estrangeiro continuam sendo concedidas aos filhos dos milionários – e aquele famoso barco universitário que percorreu o Mediterrâneo, só levou filhos, sobrinhos ou genros de catedráticos. Nada, nada! E para isto fizemos a república!”.

por Las Casas pela sua formação intelectual e pelos seus dotes pessoais, mas é também acusado de pusilanimidade. A sua covardia patenteava-se ao não se definir como monarquista ou republicano e ao não assumir o seu temperamento antidemocrata, não podendo, desse modo, conseguir a adesão plena de nenhum dos bandos para poder exercer o poder com autoridade. A covardia das direitas é vista por Las Casas também nas esquerdas que, quando fizeram estourar a revolução aos 5 de outubro de 1934, não se atreveram a proclamar que se tratava de uma revolução social e decidiram também não atacar as altas representações do Estado, apresentando a insurreição com um protesto contra o acesso da CEDA ao governo. Por sua vez, a repressão da revolução é retrasada pelo governo por covardia, pois tem “medo de perdoar e de castigar, medo de afrontar o problema e de desdenha-lo”. Assim, Las Casas aponta que o problema da Espanha estava no impasse criado, por um lado, pelo pavor que sentiam as esquerdas perante a coordenação de uma sublevação total que pudesse derivar no seu esmagamento pela direita e, por outro, pela hesitação de umas direitas assustadas que não se decidiam a aprovar a legislação que lhes permitisse aplicar medidas de salvação. Las Casas creu que o enfrentamento total só aconteceria quando uma das partes se sentisse suficientemente forte para extinguir a outra. Ele está convencido de que uma das duas partes “necessariamente há de morrer” porque não são possíveis o entendimento e o pacto, e a reconciliação.

Na diagnose de Las Casas, antes de julho de 1936 nem a direita nem a esquerda acumularam a necessária fortaleza para se lançar à destruição do inimigo pelo histórico caráter fraco e instável do militante espanhol:

O direitista é católico com a sua fé morta, conservadora com bem pouca cousa que conservar, monarquista sem estimar o seu rei; se não fosse por vergonha, muita vez teria bandeado para o inimigo. O esquerdista ama o operário só de longe e literariamente; tem a sua pequena fortuna e está disposto a defendê-la a tiros; é anti-clerical, porque o abade da freguesia é seu inimigo, e milita em tal partido porque os seus rivais em profissão militam no contrário; se não fosse por medo das zombarias, de boa vontade figuraria entre os conservadores (Las Casas, 1937a: 214-15).

À juventude, a decepção com os partidos moderados – “os partidos intermédios” – da II República e a falta de confiança na solução dos problemas da Espanha mediante uma restauração monarquista não deixaram outra opção que a forja de “um terceiro caminho” por meio do fascismo ou do comunismo – os “dois núcleos revolucionários autênticos” – ao que só se poderia aceder conquistando o poder através da ação direta revolucionária sem

contemplações. A aceleração do processo de destruição da II República provoca-a a torpe política de gabinete Lerroux-Gil Robles que fará com que volte ao poder Manuel Azaña (“antigo e desconhecido funcionário público no ministério da Justiça, e escritor dos mais cuidados e perfeitos da Espanha, destacara-se no governo por uma qualidade: caráter” (Las Casas, 1937a: 216)). Las Casas aprecia o talante de Azaña e acredita que ele poderia haver salvado a II República caso ele, “um dos poucos homens em condições de reger o poder executivo” – se tivesse atrevido a governar, da Presidência da República, como ditador⁴⁹³. A última oportunidade para fazer uma “Nova Espanha” teve-a o governo da Frente Popular vitoriosa nas eleições do 16 de fevereiro de 1936, mas a escolha de Casares Quiroga – “o político mais odiado pelas direitas” – para presidir esse governo sancionou o desastre imediato. A demissão de Pita Romero como embaixador na Santa Sé antes que se assinasse uma concordata, a protelação dos estatutos basco e galego, o inábil afastamento dos mandos militares presumivelmente sediciosos e o passar do tempo sem que se implementassem as necessárias reformas acirram as forças extremas de política, ficando frente a frente os extremos das duas Espanhas para a guerra definitiva. De um lado, as forças proletárias⁴⁹⁴, do outro, os fascistas⁴⁹⁵; o início dessa guerra á assim explicado por Las Casas:

⁴⁹³ O carisma de Azaña é assim descrito por Casais (1937a: 217-18): “E as multidões seguem-no como a um Messias. Numa reunião pública, ouvem-no 100.000 homens, em outra 200.000, em outra meio milhão. Azaña não lhes diz grande cousa. Entre as palavras dos seus discursos percebe-se temor, indecisão, falta de confiança em si mesmo, mas a multidão necessitava de um chefe e outro não havia que mais ódios dos ministros atraísse. Por outra parte, o governo desfazia-se sob uma chuva de dinheiro, entre escândalos vergonhosos que enfureceriam qualquer honrado pai de família: tal ministro era acusado de ter-se vendido por um relógio de ouro; certo secretário, por 50.000 pesetas, outro em troca de um automóvel. E a conduta de Azanha permanecera incólume através de todos os ataques. Ninguém se atreveu a acusá-lo de desonestidades”.

⁴⁹⁴ O fortalecimento das posições extremas da frente proletária é assim apresentado por Las Casas (1937a: 223-24): “Os comunistas conseguem uma certa simpatia dos sindicalistas e dos anarquistas, e atraem a maior parte do socialismo a uma frente que já se chama, sem hipocrisias, proletária. Vão de bandeiras desfraldadas à revolução social. U.H.P.! O socialismo está partido em três pedaços: num, os teóricos, intelectuais e moderados, dirigidos pelo prof. Besteiro, que apenas tem massa; noutro, os pequeno-burgueses, republicanos, oportunistas e políticos, chefiados por Indalecio Prieto; no outro, as juventudes operárias de Largo Caballero, que, sem grande caráter, caminha empurrado por Ataquistain e Álvarez del Vayo, que são os dois espíritos mais preparados e fortes da revolução. Diz-se que a 1 de agosto darão o golpe para apoderar-se do poder”.

⁴⁹⁵ A estruturação do fascismo na Espanha e a sua preparação para a guerra civil é assim relatada por Las Casas (1937a: 224-25): “Os fascistas convenceram a grande massa conservadora de que tanto os monárquicos como os correligionários de Gil Robles não fariam outyra cousa que transigir com a revolução, perdendo todas as oportunidades de reagir, fazendo perder a fé aos seus amigos e facilitando a vitória inimiga. J. A. Primo de Rivera é profundamente inteligente e conseguiu a fraterna simpatia dos intelectuais moços – Eugenio Montes, Sánchez Mazas, Giménez Caballero, Manuel Aznar, Luis Calvo, García Valdecasas, Gironés, Legaz, Moralejo, González Ruano, Ledesma Ramos... – É heróico, e conseguiu demonstrar que

Primo de Rivera e Largo Caballero estão frente a frente com as suas pistolas prontas: o demais não importa. Lerroux, Gil Robles, Goicoechea, Martínez Barrio, Samper, Albornoz... não são no grande duelo nem testemunhas, mas apenas a paisagem que dá fundo ao drama. De juiz de campo atua Casares Quiroga, que julga que tudo se poderá arranjar com um mau discurso feito em gritos e com quinhentos guardas nas ruas. O povo está consternado. Todos os dias, tumultos, tiroteios, prisões e atentados. Os dois exércitos estão à vista um do outro e as guerrilhas já entraram em atividade. As duas Espanhas encontraram-se depois de cento e vinte e cinco anos, para destroçar-se sem piedade. Ainda se pode salvar o momento, ainda se poder aplacar os ânimos, e, talvez pela aproximação dos adversários, iniciar uma reconciliação. Mas o governo – Casares Quiroga – que não tem autoridade, nem prestígio, nem meios de defesa, e que nem consegue ver que todos os organismos do estado lhe são hostis e que lhe falharão na primeira investida, comete a insensatez de declarar-se beligerante e de consentir – não me atrevo em consciência a dizer outra coisa – o brutal o assassinato de Calvo Sotelo, realizado em circunstâncias que dariam nojo a qualquer país civilizado do mundo.

Corre por toda a Espanha um estremecimento de horror. Para as direitas já não há meio termo – ou defender a vida a tiros ou deixar-se matar como ratos. Para muitos homens da república, a conclusão é tremenda – em vez disto, é preferível o caos. Em ambos os bandos ordena-se a mobilização geral. A esquerda treme que a reação direita destrua; a direita teme morrer no mais espantoso massacre. Agora ou nunca, pensam os decididos. Adiantaram-se os sucessos e a 17 de julho de 1936 o general Franco subleva-se com todo o exército da África (Las Casas, 1937a: 225-28).

Após o epílogo, Las Casas inseriu uma cronologia da gênese da revolução espanhola. Essa cronologia parte do ano 1808, “Invasão francesa e começo da guerra da Independência” e encerra-se no ano 1936, “17 de julho – Sublevação do general Franco”. A visão de Las Casas sobre a gestação da contenda espanhola chegou aos leitores brasileiros quando nenhum dos frentes tinha uma vantagem decisiva. Mencionamos que o autor datou a obra aos 6 de março de 1937. Aos 12 de maio desse ano publicou o jornal carioca *A Noite* o que parece ser a primeira resenha da obra (“Schema luminoso do formidável conflito”)⁴⁹⁶. Surpreende a rapidez com que Las Casas escreveu um livro de 237 páginas e

saberá morrer antes que transigir, e tem detrás de si milhares de jovens decididos a acompanhá-lo até a morte. Diz-se que a 30 de julho, antecipando-se aos comunistas, se lançarão ao assalto do poder”.

⁴⁹⁶ Além desse fragmento da resenha publicada na *Gazeta de Notícias* sobre *Espanha (Gênese de uma revolução)*, no final de *Angústia das nossas horas* estão contidos 19 recortes de comentários publicados na imprensa brasileira, sobretudo na carioca, sobre *Espanha (Gênese de uma revolução)* entre maio e outubro de 1937. De maio é a metade das resenhas. São as seguintes. No *Diário Português* (09.05.1937): “É talvez o mais equilibrado que se escreveu sobre o assunto”; na *Gazeta de Notícias* (12.05.1937): “Livro másculo e dinâmico, arrojado em suas afirmações e sugestivo, imprescindível à leitura de quem almeje conhecer, em toda a sua realidade, a Hespanha contemporânea, convulsionada e sofredora”; em *Informação* (14.05.1937): “Livro de interessantes episódios narrados com vivacidade e riqueza de colorido”; na *Gazeta de São Paulo* (19.05.1937): “A objetividade do livro constitui um dos seus maiores méritos”; em *O Malho* (20.05.1937): “Livro vigoroso, sincero, impressionante. Em suas páginas há emoção e profundidade, sentimento e clareza de

surpreende a rapidez com a qual ele foi publicado. Além disso, a editora que,

visão”; no *Jornal do Commercio* (23.05.1937): “São páginas claras que constituem uma forte e salutar lição de história”; em *O Globo*, por Eloy Pontes (25.05.1937): “Volume inquieto, cheio de pitoresco, que se desdobra sempre sob intensidade magnífica”; em *A Offensiva* (27.05.1937): “Atrai o leitor, impressiona, seduz do começo ao fim; obra necessária e útil para todos aqueles que desejam conhecer as origens da revolução hespanhola”; em *O Jornal*, por Jorge de Lima (27.05.1937): “Ainda não li estudo mais simpático e mais imparcial sobre a gênese da revolução de Hespanha. Revela de tal modo o professor acostumado à boa condensação do assunto, que este livro se torna genuinamente didático”; no *Jornal do Brasil*, por Mucio Leão (30.05.1937): “Encerra uma excelente síntese. Não há, em seu livro, nenhum ponto de vista partidário. Para os brasileiros, que dispõem de tão poucas e tão raras obras em que lhes seja apresentado o panorama exato, no terreno moral e no terreno espiritual, da luta hespanhola, o livro do Sr. Las Casas tem um interesse verdadeiro e uma grande utilidade”. Das resenhas publicadas em junho foram recolhidas duas. Em 07.06.1937, Lemos Brito, na *Vanguarda*, escreveu: “Um dos mais claros, mais sinceros e mais verazes que sobre a Hespanha se têm publicado”, e em 19.06.1937 a *Revista da Semana* publicou: “Com a firmeza do historiador e o encanto do literato, borda páginas substanciosas e profundas”. Os comentários de agosto são os seguintes. Por João de Barros, em *A Noite* (03.08.1937): “Poeta e professor, homem erudito e lúcido, patriota excelso e talento de escol, merece que o admiremos e acreditemos. Observa com visão justa e calma. Parece-me que ninguém até hoje estudou a gênese, próxima e remota, da agitada Hespanha contemporânea, melhor de que Las Casas. A clareza da sua interpretação relativa ao período da monarquia constitucional, é ofuscante; muita coisa mal compreendida ainda, encontra explicação completa nesse trecho definitivo. Seu livro há de ficar na memória das gerações – documento precioso de verdade, página confrangida e intensa da elegia épica da Hespanha de hoje”. Da *Voz de Portugal* (08.08.1937) recolhe-se este comentário: “O mais perfeito relato dos angustiosos dias que a heróica Hespanha está atravessando”. E, no *Correio da Noite*, Mario Monteiro (13.08.1937) escreveu: “Trata-se de uma obra de valor incontestável, tanto na forma como na idéia. É o livro que se torna necessário para esclarecer o conflito, a razão do que está acontecendo. Livros assim merecem todos os elogios”. De setembro, outubro e novembro foi recolhido um comentário por mês. Em 19.09.1937, no *Correio Imperial*, “Esta obra está escrita com a máxima imparcialidade possível. Por isso vemos nela um apoio decisivo a nossa adesão à causa mil vezes nobre do insigne general Franco”. Em 02.10.1937, Rama, do *Jornal de Petrópolis*, escreveu: “Bela e honesta lição de história; fatos analisados com muita propriedade e imparcialmente”. O *Boletim de Ariel* de novembro destacou que: “O Sr. Álvaro de Las Casas é um escritor em quem o talento se robustece num forte numerário de cultura”. Sem data, recolhe-se este comentário de Octavio Tarquino de Souza: “Altíssimo documento, notável pela serena imparcialidade só possível num homem de espírito que não trai a sua missão. A Hespanha há de sair engrandecida moralmente dessa luta de vida ou morte, cujas origens o ilustre confrade estuda com lucidez e admirável compreensão”. Na última obra publicada por Las Casas no Brasil – *Na labareda dos trópicos* (1939) – acrescentam-se nove excertos de críticas recebidas por *Espanha; gênese da revolução*. Cinco deles são acompanhados da autoria mas não da fonte, pelo qual não sabemos se foram publicados em algum periódico ou se fazem parte da correspondência recebida por Las Casas. Dos cinco excertos, um é de L. Pita Romero (“Antigo ministro das Relações Exteriores de Espanha”): “Es el resumen más sereno que conozco de nuestro forcejeo constitucional durante el siglo pasado. Es de un equilibrio y fuerza de síntesis admirables”. Também sem data é o comentário de Viana Espeschist: “São páginas de uma profunda honestidade histórica, vazadas num estilo límpido e brilhante”. Um outro é de L. R. Arce (“Ministro do Paraguai”): “Tomado al principio con interés y luego con placer, hizo que conociera en perfecta síntesis toda la compleja vida política de sus país. Es admirable su imparcialidad”. O quarto comentário é de Pinto de Carvalho: “É menos trabalho de simples atualidade, do que profundo, conquanto sintético, resumo da vida acidentada que tem tido, quase constantemente, o seu belo e encantador país. Além disso, vale por magnífico estudo genético da convulsão que no momento aflige a terra de tantas recordações e de tamanha formosura”. Por sua vez, Filinto de Almeida, da Academia Brasileira, escrevera: “Para bem se compreender a alma espanhola, mesmo para quem julga compreender a Espanha, o livro de Las Casas parece-me um guia precioso”. De fonte precisa, são os restantes quatro excertos: “Um dos mais claros, mais sinceros e mais verazes que sobre a Espanha se têm publicado” (Lemos Brito – *Vanguarda*); “Trata-se de um livro denso e sólido. Além de ser um volume de leitura apaixonante e sugestiva, pode ser tido também como texto de consulta para todo o feitio histórico ocorrido na Espanha desde o início do século XIX até o momento presente” (Tit-Bits); “Este é um livro que não se esquece” (Ascendino Leite – *A Imprensa* [João Pessoa]) e “Surge diante de nós o motivo do mal, achado por quem soube ver as causas e os motivos dos acontecimentos que se desenrolam” (Otto Bittencourt – *A Tarde* [Bahia]).

imediatamente após a sua entrega, publicou a obra – a editora A Noite, do Rio de Janeiro – era uma das mais prestigiosas a meados da década de 1930 no então Distrito Federal, o qual demonstra tanto o seu interesse e a sua confiança no lançamento de um produto com essa temática, elaborado por quem era, nesse momento, um autor desconhecido no Brasil, quanto a efetividade da rede de relações com agentes do campo intelectual que possuía o autor.

No início de *Espanha (Gênese da revolução)* faz-se relação de todas as obras publicadas de Las Casas. Estão classificadas em quatro seções; a primeira delas engloba a ficção em prosa e os ensaios do autor, a segunda leva o rótulo “Teatro”, a terceira e quarta são, respectivamente, “Conferências publicadas” e “Traduções”. No entanto, não se avisa de que todas elas foram impressas na Espanha, nem se menciona a editora nem o ano da publicação, nem se esclarece em que língua foram escritas; isto é, não se adverte aos leitores brasileiros de que todas essas obras eram o *corpus* de um autor estrangeiro e que eram de difícil aquisição no Brasil. Mencionam-se, além do mais, quatro obras que estariam “em preparação”; duas delas seriam reedições (*Antología de la lírica gallega* – 4ª edição, e *Sulco e Vento* – 3ª edição) e as outras duas seriam produtos novos (*Marinheiros aflitos* – três dramas de mar – e *Bastian pelo mundo*), mas nenhuma delas foi publicada no Brasil.

Las Casas chegara ao Brasil no começo de janeiro de 1937, o qual indica que redigiu *Espanha (Gênese da revolução)* em apenas dois meses, sem, de fiarmo-nos da sua declaração, auxílio bibliográfico e com a única colaboração de Sidney Andrew⁴⁹⁷. Supõe-se que, durante os primeiros meses da sua estadia no Brasil, Las Casas contou com suficientes apoios para se dedicar plenamente à composição de *Espanha (Gênese da revolução)* e da sua seguinte obra *Angústia das nossas horas*, datada também em Petrópolis, aos 12 de outubro de 1937⁴⁹⁸, dedicada ao Dr. Sousa Baptista (“em prova de cordialíssima amizade”) e publicada ainda nesse ano, no Rio, pela editora Moura Fontes & Flores, a qual, na década

⁴⁹⁷ Em *Angústia das nossas horas*, depois do Índice, Álvaro de Las Casas (1937b) acrescenta a seguinte nota em que faz constar o seu agradecimento a Durval Calazans, o seu revisor de português nessa obra, e a Sidney Andrew, quem lhe teria dado o seu apoio durante a composição de *Espanha (Gênese da Revolução)*: “Desejo fazer públicos os meus agradecimentos ao Sr. Durval Calazans, que com grande inteligência e infinita bondade corrigiu o meu português deficientíssimo, ajudando-me na tradução deste livro, e aproveitar esta oportunidade para recordar o nome do sr. Sidney Andrew que, de igual maneira, me acompanhou na redação da minha obra – “Hespanha, gênese da revolução”. Dificilmente poderei esquecer as gentilezas destes dois bons amigos para os quais reservarei sempre os meus afetos melhores e a minha gratidão mais profunda”.

⁴⁹⁸ A Editorial Nascimento, de Santiago de Chile, publicou, em 1941, uma segunda edição traduzida dessa obra, com o título *La angustia de nuestro tiempo: la patria, la nación, la guerra*.

de 1930, assumira a impressão de duas obras de grande sucesso, *A Selva* e *Maria Benigna*, dos portugueses Ferreira de Castro (1934) e Aquilino Ribeiro (1933), respectivamente. Na orelha de *Angústia das nossas horas* indicava-se que o autor já publicara *Espanha; gênese da revolução*, informava-se do preço (6.000 Rs.) e anunciava-se uma nova obra – *Un día en el mundo* (“Do mesmo autor, em breve”) – que acreditamos que também não se chegou a materializar.

Angústia das nossas horas

Assim como *Espanha (Gênese da revolução)* contém a visão de Las Casas sobre as causas da guerra civil espanhola, *Angústia das nossas horas* é a exposição do parecer do autor acerca de conceitos identitários e políticos. O curto prazo – sete meses – que separa a datação de cada uma das obras faz com que achemos que Las Casas decidira passar de um caso prático, a guerra na Espanha, à reflexão a respeito dos problemas que desembocaram no enfrentamento civil espanhol e que ameaçavam com fazer estourar uma conflagração mundial. Acreditamos, além do mais, que, a não ser que Las Casas já tivesse esboçado esses trabalhos antes da sua chegada ao Brasil, a redação de *Angústia das nossas horas* teve que ser imediata à entrega à editora de *Espanha (Gênese da revolução)*. Nesse sentido, percebe-se a exposição, por parte de Las Casas, de um mesmo parecer ideológico, aplicado, na primeira obra publicada por ele no Brasil, ao caso concreto da Espanha e, na segunda, ao contexto internacional. De fato, *Angústia das nossas horas* combina o discurso didático próprio de um ensaio que visa divulgar, ou esclarecer, juízos em ciência política com o que parece ser o manifesto ideológico do autor.

O livro, iniciado com uma citação de Metterlink (“Os homens, como as montanhas, só se unem pela parte mais baixa; os seus cumes, voam solitários para o infinito”) está dividido em sete capítulos. O primeiro intitula-se *Pátria, nação e estado*, e recolhe o pensamento do autor sobre os temas “pátria”, “nação”, “estado”, “raça”, “relações entre a nação e o estado” e “direitos e deveres de ‘a nação’”. Las Casas, apresentando-se como porta-voz da sua geração – uma geração que, até a sua juventude, não soubera “de outras guerras senão daquelas que estudamos nos livros escolares” – justifica esse capítulo como se segue:

Quando se assinou o Pacto de Versalhes, já estávamos terminando os cursos universitários, e pudemos seguir, com interesse consciente e máximo, a resolução dos graves problemas que o novo

mapa do mundo planeava: retificação de fronteiras, modificações constitucionais, crises de regimes políticos, nova distribuição das colônias, situação das minorias étnicas, etc. E uma imensa quantidade de palavras – que só eram palavras no fim de século – encheram-se de conceitos: pátria, povo, raça, estado, Império...

Perto de vinte anos correram desde então e, talvez porque o nosso apego à vida é cada dia mais entusiasta, porque a nossa vontade de paz é cada vez mais forte, porque o medo de uma nova guerra é cada dia mais pavoroso, as nossas preocupações seguem tenazes em torno do sentimento da nacionalidade e da concepção do Estado, seguros de que por este quadrante virão os ventos da nova guerra, que esmagará por dezenas de anos este anseio de amor com que hoje estendemos os olhos pelo mundo (Lasa Casas, 1937b: 10).

“A pátria” é, para Las Casas, a impressão e a apreciação física do espaço nativo e é, portanto, um espaço volátil, pois depende do lugar de nascença de cada indivíduo quem, por sua vez, é modulado e, logo, diferenciado, zoologicamente, na sua fisionomia e na sua inteligência, por ela. As pátrias, assim, nascem com os indivíduos e distinguem-nos entre si, distinguindo também, em decorrência disso, os povos aos que pertencem a partir da sua percepção sentimental de referentes geográficos. O amor dos indivíduos pelas suas pátrias é engendrado de forma instintiva e surge mediante a contemplação. Fruto do *jus soli*, elas convertem-se em uma sensação telúrica constante, com independência de discernimentos sobre a beleza e a bondade do seu espaço e são, em consequência, inesquecíveis. Essa sensação é provocada pela humanização da terra com as cinzas dos antepassados e pela ligação da terra com requintados valores espirituais. Contudo, para que um indivíduo reconheça os limites geográficos da sua terra, tem que perceber as mudanças da paisagem da sua pátria em relação à paisagem da pátria dos outros. Diz o autor: “A pátria (nós, gallegos, substituímos esta palavra por outra, mais concreta e muito mais expressiva – a terra) anda em nossos olhos, nos olhos do corpo, até o último instante da nossa existência” (Las Casas, 1937b: 11). Destarte, ele confere à pátria uma função determinista:

Nossos olhos estão mais ou menos cerrados segundo nossos primeiros anos correram entre os gelos finlandeses ou nas margens do Mediterrâneo; nossa pele será mais ou menos áspera ou suave conforme em menino tivéssemos habitado no alto da cordilheira andina, à beira do mar Cáspio ou na mole tibieza galaica. [...] “Nihil est in intellectus quod prius fuerit in sensu”. Atrai-nos o álcool se vivemos em meios frios, domina-nos a preguiça se habitamos nos trópicos, e somos apaixonados, violentos, coléricos, nostálgicos, sentimentais, pacíficos, um pouco pela temperatura que nos criou e pelas primeiras visões que nos deu a natureza. [...] A pátria é forma, elemento sensual e por isso é compreendida ainda pelo pervertido e pelo degradado, incapazes de perceber valores espirituais. De

muitos homens sem ética, desprovidos de toda significação moral, estranhos em todos os países, sem afeto para nada nem para ninguém, dizemos – são os “sem pátria”. E, contudo, a têm e dela se recordam, e, queiram ou não, estão ligados a ela e, precisamente por seu rebaixamento, é a pátria – sensação física – a única que os situa no mundo, e não a raça, nem a nação, nem o Estado, que são valorizações intangíveis, espirituais, metafísicas, que enchem o âmbito da pátria em largas projeções do passado e do futuro (Las Casas, 1937b: 12-13)

No capítulo IV – A expressão da pátria nos evangelhos –, nega Las Casas (1937b: 81) a racionalidade da diluição, por parte do pensamento marxista, dos conceitos “pátria” e “nação” nos termos “mundo” e “humanidade”, respectivamente, diluição que ele qualifica como um “tópico sentimental” e que crê consistir em um subterfúgio para esconder, sob o intuito desvirtuado da obtenção de uma “fraternidade universal”, o que na realidade se almeja: a submissão das nações “à ditadura tirânica do proletariado”. Nesse sentido, critica a manipulação que os “propagandistas do marxismo” fazem do cristianismo:

E porque conhecem a extensão imensa do cristianismo e o seu peso decisivo nas zonas populares, nas quais com mais entusiasmo fazem os seus trabalhos de captação, porque sabem da autoridade multissecular da Igreja, quando pregam a sua mentirosa fraternidade universal, a sua absurda negação de fronteiras, a sua criminoso negação da pátria – negação que um dia lhes servirá para realizar as mais monstruosas traições – asseguram cinicamente que os seus postulados estão redigidos com as próprias palavras de Cristo, e que a sua ansiada e impossível amalgama de pátrias, tem sua defesa no amplo e augusto sentido ecumênico da Igreja Romana. O respeito às diferenciações humanas inspira a mais constante tradição cristã e a própria multiplicidade das línguas – base das mais profundas disparidades – é, para nós católicos, um castigo de Deus que pesa e pesará sempre sobre os homens desde o episódio da Torre de Babel.

Cristo não pregou nunca a fusão dos povos, e o papado, fiel a esta doutrina, não só deixa para as nossas disputas os negócios de relação mútua, como afirma um dos deveres de todo bom cristão: o serviço ao Estado e a defesa da nação (Las Casas, 1937b: 81-82).

Na exegese dos Evangelhos que faz Las Casas, Cristo é visto como um sujeito que sente e assume a sua pátria – Belém – e, como nazareno, pelo *jus sanguinis* e pelo *jus soli*, identifica-se com a Galiléia e sente e ama a sua nação hebréia, embora ele predique a prática da virtude entre os homens de todas as raças, com independência da sua nacionalidade. Nessa interpretação, o autor frisa que ele acha estar claramente expressado nos evangelhos que Cristo era um patriota consciente das diferenças entre o povo judeu e os estrangeiros e, como tal, nem ele nem os seus discípulos visaram nem um idioma único nem a criação de um Estado único com uma nação única, pois o reino que ele predicava

existia só na vida ultra-terrena, embora, partindo do amor e do serviço à pátria, Las Casas acredite que haja que tentar compreender, e respeitar, todos os povos do orbe. Uma outra lição que Las Casas tira da vida de Cristo, quem não foi profeta na sua terra –na sua pátria – e que foi condenado pelo seu povo – pela sua nação – , é a da assunção de que a dedicação desinteressada e sábia à pátria quase nunca é reconhecida por aqueles aos que se serve, pois as multidões só respondem aos impulsos mais vis. O autor crê que os bons estadistas sempre serão impopulares porque terão que agir na condução da nação sem se deixar influenciar pelas multidões. Assim, ele conclui:

O aplauso fácil das multidões só se consegue descendo ao nível dos seus anseios mais baixos, e temos a obrigação de caminhar sempre para cima. As multidões pesam como o chumbo, e a lei da gravidade acentua-se nelas pavorosamente; se somos conscientes das nossas mais transcendentais obrigações, temos de sentir o dever constante de ampará-las, de suste-las, de levantá-las – de dar-lhes fitos longos e altos, e de torturá-las na sua procura.

O reino de Cristo não é deste mundo e a grandeza da pátria não é nunca do nosso tempo. O bom cristão dedica-se a preparar a vida ultra-terrena; o bom patriota tem de se dedicar a preparar o porvir da sua Nação (Las Casas, 1937b: 97).

Para definir o quê é “nação”, Las Casas ao contrário do que fizera com “pátria”, recorre a diversos autores (Renan, Jellinek, Haurion, Manzini, Duran, Ventosa, Spengler, Prat de la Riba e Graça Aranha). Após expor os pareceres desses autores sobre o conceito “nação”, ele dá, e explica com afã docente, a sua definição particular, baseada na fusão do conceito nação com a existência de uma etnia, fusão à qual se chega espontaneamente pelo pacto entre famílias ligadas por laços de parentesco e por semelhanças diversas. A nação é, segundo ele, o resultado de um sentimento moral, e é anterior ao indivíduo pois procede do *jus sanguinis*; assim, esse indivíduo, a despeito da sua vontade, nunca se poderá desvincular já que a sua personalidade está, de um modo absoluto, ligada à sua nacionalidade. Salienta que, para ela existir, uma comunidade de sujeitos deve compartilhar idioma, princípios religiosos e costumes, deve sentir a comunhão de um mesmo passado e se vestir de maneira análoga, quer dizer, ele crê que “a Nação está em nós”. A fronteira entre as nações percebe-se onde se captam as mudanças na morfologia do modo de ser comunitário. Portanto, quando o acordo de co-participação e solidariedade entre os membros da comunidade se rompe, a nação fragmenta-se e degrada-se e pode desaparecer, e esses indivíduos deixam de se sentirem identificados, e de serem reconhecidos como pares nacionais, no seio dessa comunidade, passando a se integrarem em uma outra,

confundindo-se nela. Las Casas (1937b: 15-16) usa o povo galego para pôr um exemplo de união entre o sentimento ao redor da pátria e as convicções assumidas em torno da nacionalidade:

Em muitos povos – nós, os galegos, por exemplo – os sentimentos de pátria e nacionalidade se juntam, se mesclam, se tornam inseparáveis, pelo culto aos mortos. Não nos importa morrer senão onde e como morremos, e uma preocupação nos domina sempre que é a de sermos enterrados em nossa terra; nossas cinzas, confundidas com ela, nos ligam então a nossos antepassados e ao elemento primário de nossa pátria. Espanta-nos a idéia de morrer afogados, aflige-nos o pressentimento de sermos enterrados em país estranho, e consola-nos a esperança de que nosso pobre corpo possa ser levado a dormir o sono eterno à sombra do nosso lar. Na oferenda da velhinha, que vai derramar água benta sobre o túmulo paterno, há uma exaltação do solo nativo e um tributo aos seus mortos. Ela, inculta, agarrada à sua aldeia como a hera ao tronco das árvores, presente que sua terra é diferente de todas as outras terras do mundo; ama-a apaixonadamente e sabe que se se pusesse a andar pelo mundo afora, o caminho chegaria a uma altura em que a sua língua não seria compreendida, em que Deus não seria visto como ela o vê, em que as leis e os costumes lhe imporiam uma vida alheia à sua espontânea maneira de ser. Fixa instintivamente os limites de sua pátria e, sentimentalmente, os de sua nacionalidade. Mas, onde acaba exatamente a Nação? Onde os elementos substantivos da existência são outros (Las Casas, 1937b: 15-16).

Em relação ao Estado, Las Casas apóia-se também na autoridade da opinião de alguns autores (Gaston Jéze e Le Fur). Enuncia que o conceito Estado é fruto de uma valorização étnico-jurídica, pois se trata da expressão jurídica da nação, “de uma nação organizada, legalizada, hierarquizada, em plena soberania dos seus destinos e com plena existência internacional” (Las Casas, 1937b: 16-17); isto é, ao Estado chegam uma nação ou várias nações de propósito, pela demonstração da vontade, do interesse e da necessidade de viver em ordem conforme a direito, respeitando-se uma forma de mandar e de obedecer. Diz Las Casas (1937b: 17) que a formação da nação aconteceu “quando se percebeu a possível incompatibilidade entre os nossos deveres e direitos e os direitos e deveres dos outros”. Os limites do Estado são convencionais e os sujeitos incorporados a ele têm a faculdade de manifestar a sua vontade de renunciar à pertença que herdaram para se aderirem ao Estado da sua escolha. Todavia, eles também podem ser excluídos por parte do seu Estado ou a eles pode-se negar a permissão para se acolherem no Estado que tinham elegido. Nesse sentido, o Estado, inclusive, pode ser destruído, enquanto que as nacionalidades por ele abrangidas subsistirão sob as condições mais adversas.

No capítulo III – Formas de nacionalismo – dedica um item – A gênese da concepção do Estado – a traçar um histórico da formação do Estado, do séc. X ao séc. XX. Comenta as lutas medievais pela hegemonia sobre os homens entre o Pontificado e o Império, explica como se consolidaram as monarquias autoritárias, resenha as idéias políticas de Machiavel, observa a substituição, por parte dos monarcas, do conceito nação pelo de povo e a submissão total de este aos interesses do Estado régio, descreve a corte de Versalhes e diz que a ostentação e a frivolidade cortesãs, e os seus derivados – a perda do “espírito de milícia”, e a falta de malícia, diplomacia, astúcia e habilidade no uso do poder – corromperam e arruinaram o Estado, produzindo o divórcio extremo entre este e a nação, na relação com a qual o Estado deixou de saber usar a dialética e perdeu a capacidade de coação, o que permitiu que, com impunidade e desde o cinismo, alguns inimigos do Estado – Montesquieu, Morelly e Rousseau – se achessem a predicar a subversão contra ele e abrissem caminho às futilidades e labilidades do romantismo. As conseqüências deste, no séc. XX, são assim analisadas por Las Casas:

O século XX é, tanto no político como no literário, essencialmente romântico; os escritores se entregam com ardor aos partidos e os cidadãos caem na mecânica eleitoral como se se circunscrevessem a uma escola poética. A política é literatura romântica: individualismo, liberdade, evocação, oposição às normas. [...] Reabilita-se o conceito de Nação, que se quer libérrima, e se endeusa o cidadão para cujas atividades – e desejos – não se admitem restrições. É a época da soberania nacional, entendendo-se que o mais humilde e indouto dos eleitores é um pedaço imprescindível dessa soberania. O Estado deve estar ao serviço do indivíduo, e um simples voto de maioria deve bastar para decidir sobre os problemas mais difíceis e graves. Deve-se governar segundo o desejo dos governados. Ao governante não deve importar a qualidade dos que o aplaudem, mas a quantidade. O Estado perde a importância histórica e se fecha nas áreas concretas de realidades presentes (Las Casas, 1937b: 74-75).

O autor acredita que o liberalismo romântico decimonônico imbuiu nas gentes européias da primeira década do séc. XX a ilusão de que a liberdade integral conseguir-se-ia com a destruição dos impérios. No entanto, enquanto as massas enganavam-se, acreditando na chegada da paz duradoura e na asseguuração da sua liberdade, os estadistas preparavam uma grande guerra. Las Casas (1937b: 76) observa que, nesse contexto, “Cinquenta ou cem criaturas em cada estado estão a par do que se passa, e o resto da povoação, estupidamente ignorante, continua divertindo-se como se vivesse no melhor dos mundos”. A conseqüência foi a Primeira Guerra Mundial; os efeitos dela, por sua vez, são

comentados por Las Casas (1937b: 78) por meio do que seriam as supostas três conclusões ao respeito, às que chegaria a mocidade “nas portas das oficinas e nas aulas universitárias”. A primeira dessas conclusões era a necessidade de exilar os velhos políticos, “gastos, imprestáveis, desacreditados”, porque “nem tiveram piedade para evitar a guerra, nem coragem para sustê-la com glória, nem tacto para elaborar a paz. Eles são a causa do massacre e os responsáveis pela revolução subsequente”. A segunda referia-se à procura de uma ordem social melhor e mais justa, já que “milhares de homens morreram de fome, entretanto uns poucos se fizeram fabulosamente ricos sem contribuir com um vintém para as despesas do Estado”. A terceira consistia na purificação das expressões e dos órgãos essenciais estatais (“hierarquia, família, propriedade, princípio religioso...”) para poder salvar a nação. Las Casas acredita que essas conclusões a que chegara a juventude estavam resultando na regeneração ideológica e política da Europa, pelo que faz a seguinte observação:

Dois antigos soldados, ambos de família humilde e pobre, de suficiente leitura e de extraordinária tempera combativa, surgem como líderes da nova revolução: Adolpho Hitler na Alemanha e Benito Mussolini na Itália. Os dois formaram-se no marxismo, os dois padeceram fome e perseguição, os dois têm uma profunda vocação intelectual, os dois demonstraram nas trincheiras serem patriotas heroicamente abnegados. Em Munich e em Milão ouvem-se as primeiras arengas clamorosas e imperativas: - Socialismo, sim, mas nacional, sem chefaturas nem mandos estranhos; revolução, sim, mas não subversão; ordem, sim, mas não anarquia feita costume. O socialismo de Georges Sorel revive neles fortalecido, acrisolado, adaptado em razão de tempo, lugar e procedimento; Mussolini declarou dever-lhe mais que a Nietzsche.

Na Europa abra-se uma nova era (Las Casas, 1937b: 78-79).

Por sua vez, a “raça” é para Las Casas a coluna vertebral da nacionalidade. Mas, guiando-se pelo mapa político natural da Europa elaborado por Wells e nas exposições de Stammler, ele diz que, devido à miscigenação, não acreditava que fosse possível nem traçar fronteiras raciais na Europa da década de 1930 nem expor racionalmente quais eram as características do espírito nacional. Além disso, no seu juízo, os perfis nacionais mais fortes eram a consequência da síntese de elementos raciais diversos e, às vezes, opostos. Assim, o autor declara que

Não acredito na oposição entre homens brancos e homens de cor; estimo que o conceito de propriedade, a interpretação da história, o sentimento de autoridade, o instinto de hierarquia, a visão econômica do mundo e os grandes fitos espirituais da espécie, são vistos hoje pelos mesmos ângulos e com a mesma lente por brancos, pretos e amarelos. Na procura do Estado ideal, o alemão de hoje

coincide com o japonês e situa-se frente ao francês; na devoção pelos princípios democráticos, coincidem franceses, yankees e tchecos (Las Casas, 1937b: 20).

A respeito das “relações entre a nação e o estado e o estado” destaca que, desde o Congresso de Viana, acerbava-se na Europa a desarticulação entre as estruturas nacionais e os limites dos Estados, havendo nações que ultrapassavam as fronteiras de um Estado ou Estados que abrangiam diversas nacionalidades, algumas delas com interesses antagônicos, o qual foi motivo de conflitos desde o início do séc. XIX e continuou causando constantes enfrentamentos no séc. XX, devido aos desacertos da Paz de Versalhes. Las Casas diz ter observado que no “Brasil ubérrimo” esse problema evitara-se, pois se conseguira, ao igual que na Roma clássica, dar uma pátria comum a gentes diversas através do cosmopolitismo e da depuração do ranço gerado pelos desafetos nos campos sociais europeus. Ele desenvolve a sua ponderação sobre os enfrentamentos nacionais nos Estados europeus contrastando-a com as visões de vários autores, dentre eles Vicente Risco:

Como depois do Congresso vienense, também na Europa posterior a 1919 luta um povo, aqui, por sua emancipação; reclama outro, além, os irmãos afastados e, mais além, debate-se um Estado, impotente, sem poder resolver as profundas diferenças que seus súbditos choram. “Estamos vivendo a crise do europeísmo – escrevia o professor Vicente Risco, em 1920; entramos no poente de uma civilização. Os valores mais bem assentados na consciência europeia se afundam como barcos velhos, de cascos apodrecidos”.

Para muitos teóricos, devemos buscar nosso caminho na norma americana; América será uma escola de idéias políticas, dizia Tayllerand a Mm. Stael. Para outros, como o prof. Risco – que cita apenas William James, desdenhando W. Frank – o “yoga dos americanos”, não é senão uma influência índica levada à América do Norte por Vivecanda, Dayanaud Saravasti e outros (Teoria do nacionalismo galego); “Seu pragmatismo, continua, é inglês ou alemão; Peirce, Schiller, etc.”. Por mim, sou dos que têm uma grande fé na América, e isso porque vejo – em claro processo biológico – que é na projeção dos velhos impérios, como em um eco, que eles encontram amplitude e revivificação (Las Casas, 1937b: 22-23).

Las Casas crê que é na América onde a Europa deverá encontrar os modelos de que precisa para organizar as nações nos Estados, tanto modelos úteis para estruturar regimes de força quanto os exemplos de comprovado bom funcionamento de democracias constitucionais. Junto à exposição da justificativa do referente americano, Las Casas teoriza sobre a fórmula para o encaixamento harmônico entre as nações e os Estados, já que, para ele, é axiomática a interdependência entre a nação e o Estado. Nesse labor, apóia-se em Alfredo Brañas (“A Europa pode buscar salvação na fórmula de E. Adreus, fixada muito

antes, em 1889, pelo nosso Alfredo Brañas” Las Casas, 1937b: 24), de quem ressalta a máxima “O homem livre na família livre, a família livre no município livre, o município livre na Nação livre dentro de um Estado livre” (Las Casas, 1937b: 24). Nota, no entanto, as dificuldades para compreender o, “um pouco confuso e inexpressivo”, conceito de liberdade, mas frisa que a essência da fórmula reside na capacidade do Estado para estabelecer e respeitar direitos e deveres justos das nações que alberga e na capacidade da nação para reger a sua liberdade e para formar e garantir a sua estrutura.

Por um lado, os direitos da nação, inerentes à sua natureza, sagrados e invioláveis, consequência dos seus deveres, são, segundo o autor, “o dever de viver e o direito à vida”, “o dever e o direito de expressão”⁴⁹⁹, “o dever e o direito de criação”⁵⁰⁰ e “o direito e o dever de autodeterminação”. Por outro, os direitos e deveres do Estado são o “dever e direito de viver”, o “dever e direito de proteção” e o “direito ao serviço”, e o seu cumprimento é necessário para que um Estado se justifique e obtenha o reconhecimento internacional e consiga a convivência⁵⁰¹. Na exposição do que ele entende por “dever e

⁴⁹⁹ Las Casas (1937b: 26) advoga a proteção das culturas, e das línguas, das nações albergadas em um Estado devido à riqueza que proporcionam para a expressão em todos os âmbitos: “Por imperativo biológico, os idiomas não tendem à fusão, mas à multiplicação e à diferenciação, como os ramos de uma árvore e em cada ramo – o mais pequeno – canta um pássaro, como em cada idioma e em cada dialeto fala uma literatura. A imensa riqueza literária da Hespanha surge de sua imensa variedade idiomática e não só no passado como nos nossos dias atuais, e não só na literatura erudita como, de preferência, na popular. Estudai a minha pátria e vereis que distâncias há entre Iglesia Alvaríño e García Lorca, Sagarra e Pemán, Gabriel Miró e Francisco Cosío. Percorrei os nossos caminhos e aqui escutareis a “sevilhana”, lá a “malagueña”, um pouco mais acima a “catagenera”; e depois a “sardana”, e, ainda, a “jota”, e o “zorzico” e as “asturianadas” e os doridos “alalás” de minha terra, tristes e imprecisos como a minha raça. Imaginai que entre nós tivesse morrido o riquíssimo e sempre fecundo idioma galego e que hoje fosse como o dialeto homérico, que somente os sábios entendem, que ganharia a cultura com isso?”.

⁵⁰⁰ Por dever e direito de criação entende Las Casas a necessidade, e a obrigação nacional e humana, que os homens de cada nação têm de se expressarem, da sua realidade nacional, para explicar como eles compreendem física e metafisicamente o mundo e o *transmundo*.

⁵⁰¹ No tocante ao “dever e direito de viver” do Estado, Las Casas acredita que se pode alterar e, inclusive, destruir um Estado quando engloba diversas nacionalidades por convenção, sem que entre elas haja “espontânea comunidade” e “futuro transcendente”, isto é sem que o Estado funcione como a “pele” de um “sistema muscular”. Todavia, ele nega “a legitimidade da destruição, conquista ou submissão de um Estado quando é proteção e defesa de uma nacionalidade que, assim protegida, está realizando no tempo uma vida étnica que considero sagrada e inviolável, porque é uma parte essencial da humanidade” (Las Casas, 1937b: 28). A respeito do “direito ao serviço” ao Estado, Las Casas diz que os cidadãos devem entender que esse serviço não é demérito, senão uma “virtude aristocrática” inerente à lealdade que eles, como membros de uma nacionalidade e seguindo à razão, lhe devem ao órgão – o Estado – que, por meio da sua estrutura, faz perpetuar a nação: “O indivíduo, respeitado em um mínimo de direitos, que são superiores à sua vontade, que transcendem o seu invólucro carnal e físico, tem de se entregar ilimitadamente ao Estado, e há de servi-lo com desinteresse, com abnegação, como espírito de sacrifício e com prazer. A riqueza de sua vida e as possibilidades de sua Nação dependem da grandeza do Estado. Acima está este, e o indivíduo cresce contemplando o alto” (Las Casas, 1937b: 29). O autor crê, além do mais, que a sua opinião sobre o acatamento, por parte dos cidadãos, das diretrizes estatais se corresponde com a doutrina católica que aborda

direito de proteção”, defende a expansão do Estado quando a sua nação, ou as suas nacionalidades, tendo ela capacidade, precisou, para sobreviver e assegurar o seu futuro, ir além das fronteiras estatais. Sem o qualificar como colonialismo e imperialismo, Las Casas faz apologia do expansionismo nacional e expõe que é obrigação do Estado acompanhar a nação na sua expansão territorial, e durante o seu processo assimilador dos povos indígenas inferiores assentados nos territórios que forem ocupados, com vistas a lhe prestar a essa nação o auxílio necessário:

Admitimos a Nação como um organismo vivo e a consideramos em crescimento, procriando e estendendo-se pelo tempo e pelo espaço, assimilando outros nacionais de sangue mais empobrecido e atraindo outras nações de vida mais precária, e por tanto temos de julgar que o poder e a demarcação do Estado hão de acompanhar inseparavelmente a expansão nacional, para continuar a garantir-lhe a vida. Imaginemos um número “x”, de indivíduos de uma nação ocupando “x” quilômetros quadrados de território, organizados em um Estado que conclui com a área nacional. A Nação é forte e multiplica a sua população e é poderosa, procura novas terras de expansão, e nelas continua sua vida e prolonga a sua história; o Estado tem de acompanhar esta população emigrante, alargando a sua defesa e proteção, num objetivo legítimo e plausível, porque continua o amparo de uma cultura e garante uma vida coletiva (Las Casas, 1937b: 29).

Contudo, enquanto as nações e os Estados europeus não encontram formas novas para se relacionarem, Las Casas acredita que haverá caos. De fato, ele afirma que, no momento em que ele está redigindo a sua obra, esse caos já se fez presente e se expandiu até abranger a Europa inteira. Crê, portanto, que é preciso que cada sujeito reflita sobre a posição que deve assumir e que a ocupe (“Já estamos em pleno caos e já é hora de que cada um defina o seu pensamento e a sua atitude; não podemos, nem seria lícito, subtrair-nos à magnitude destas horas” Las Casas, 1937b: 31). A solução para a superação do caos e para evitar o cataclismo é, na sua opinião, a reestruturação do mapa europeu a partir do respeito à liberdade das nações, aceitando-se a doutrina autonomista para que estas possam se congregar em um só Estado, se expressar no seu idioma, desenvolver o seu folclore e realizar práticas econômicas diferenciadas. Essas nações, por sua vez, dever-se-iam integrar em poucos grandes Estados dotados de autoridade, pouco mais de dez, confederando-se segundo o “perfil semelhante” e os “interesses compensáveis”, simplificando-se radicalmente o mapa político da Europa, de forma a viabilizar uns “Estados Unidos da

a submissão do cidadão à autoridade civil legitimamente constituída e que condena a resistência à autoridade e as sedições (encíclicas *Immortale Dei* e *Au milieu*, de Leão XIII, e encíclica *Divini illius*, de Pio XI).

Europa”⁵⁰². Las Casas diz que, para fazer entender a necessidade da assunção de novos paradigmas para a reorganização das nações e dos Estados, ele percorreria a Europa expondo a seguinte mensagem:

Amái a pátria, linda ou feia, rica ou pobre, porque ela é para nós a natureza, e que este amor não exclua outro grande amor a todas as outras terras do universo. Senti a nacionalidade, as fortes ligações que vos atam familiarmente a todas as gerações passadas; meditai sobre a vossa origem, procurai-vos a vós mesmos, perguntai-vos de onde vindes, para onde ides e que quereis, e então compreendereis o vosso fim; senti a consciência de que “sois” de um povo, não de que “pertenceis” a ele, e lembrai que a política sem história carece de raízes – no dizer de Schelley – como a história sem política carece de frutos, ou de outra maneira – com palavras de Freemann – “a história é a política no passado, como a política é a história no presente”. Servi com prazer ao Estado, e ajudai-o, orientai-o, dai-lhe a grande potencialidade que há em vós – toda a imensa potencialidade das vossas estirpes. “Apontou a época mais grandiosa, não só da cultura fáustica da Europa ocidental, com o seu tremendo dinamismo – diz o ilustre filósofo de “Politische Schriften” – como de toda a história universal, mais grandiosa e terrível que as épocas de César e Napoleão”.

Tenhamos no grande desfile bandeira própria a que coligar-nos e voz própria para falar – em palavras singulares – todo o nosso infinito desespero, toda a nossa ardente inquietação, todo o nosso denso pensamento, toda a nossa incomensurável esperança (Las Casas, 1937b: 32-33).

No capítulo II – Internacionalismo e solidariedade internacional – Las Casas expõe a sua interpretação acerca da formação, na Antigüidade, dos primeiros assentamentos urbanos e logo destaca a função que tiveram o direito romano – o conceito romano do mundo – e o cristianismo para a fixação da consciência do “para si” – o convívio na vontade – entre os povos da Europa. Nesse sentido, menciona a importância do “caminho de Santiago” no aprofundamento da solidariedade cristã no espaço do Ocidente⁵⁰³ e da

⁵⁰² O projeto dos “Estados Unidos da Europa” mencionado por Las Casas é o pensado por Aristides Briand. Las Casas crê que ele é possível se obtêm autonomia as nações, se elas são unificadas em um mesmo Estado, e se, simultaneamente, se extinguem os pequenos Estados, pobres, sem autoridade, e injustificados pela sua inviabilidade. As nações, então, federar-se-iam em grandes Estados, convertendo cada um destes em “uma autêntica agregação de individualidades étnicas, com a sua vida garantida, sem a possível preponderância de um grupo sobre os outros, senão todos iguais sob um poder superior emanante da própria organização estatal; sem absurdas uniformidades legislativas, que violentam a natural diversidade. As nações dirigindo o seu próprio desenvolvimento e amparando o Estado na sua longa derrota pelos tempos” (Las Casas, 1937b: 32).

⁵⁰³ A explicação que Las Casas oferece da origem e do sentido do caminho de Santiago é a seguinte: “Na Galiza havia aparecido o túmulo do apóstolo de Cristo e um grande arcebispo, muito amigo do papa Calixto II e de estreitas relações com a douta e elegante ordem de Cluny, aquele glorioso D. Diogo Gelmirez, com quem a civilização contraiu dívidas impagáveis, convida a cristandade a fazer peregrinações à sagrada tumba, coberta de graças e indulgências. Santos, reis, príncipes, nobres, poetas, mercadores, milhares e milhões de homens foram à minha terra no decorrer de oito séculos, para redimir seus pecados. São Luiz de França, São Francisco de Assis, Santa Isabel e Santo Inácio; Guilherme de Poitiers, Carlos Magno, Afonso Henriques, D. Sancho II e D. Manuel, o Venturoso; Jean de Chartres, Pierre de Monferrant, Dante, Pico de Mirandola,

assunção do legado clássico pelos humanistas do séc. XV para a efetivação de uma comunhão européia ao redor de um passado comum, um passo prévio necessário para o início da compreensão completa do mundo a partir das grandes descobertas feitas nas navegações oceânicas. O autor (Las Casas, 1937b: 45) entende que, com as descobertas, “os homens percebem que estão integrados na humanidade. Os europeus acabam de compreender o universo e têm consciência do que são”. No entanto, a percepção por parte dos homens de que havia interesses comuns a todos eles, em todo o mundo, que não dependiam do seu sentimento patriótico nem da sua vinculação nacional, senão da distribuição da riqueza, abriu o caminho para um novo tipo de subversão baseado em uma setária solidariedade internacional. Segundo Las Casas, antes do séc. XVIII, e da irrupção, como ciência, da economia política com as suas teorias sobre o Estado e a redistribuição da riqueza, as revoluções provocadas pelos enfrentamentos entre os pobres e os poderosos tiveram características tipicamente nacionais; ele exemplifica a sua visão sobre o caráter distintivo – internacionalista e classista – das subversões desde o Século das Luzes com a seguinte interpretação das revoltas dos escravos em Roma e dos *irmandinhos* na Galiza:

Gaspar Rappolstein, Pandolpho Nassi, Hércules Zani, Howat de Eskaros, Sobieski, o abade Ricard, o marquês de Richeburg, Herman von Ruden, a duquesa de Chevreuse, Malespina... [...]. À Compostela chega gente de Gales, da Turingia, da Silesia, da Herzegovina, da Finlândia, da Bessarábia, das Duas Sicílias, da Grécia...

Imaginaí o ensangüentado caminho de Jerusalém e o plácido caminho de Santiago. Por aquele, guerreiros suarentos que apenas podem dormir depois das fatigantes jornadas, capitães que têm de passar a noite cuidando de feridos e enfermos, monges que ajudam a bem morrer, armeiros que quebram a vigília dos acampamentos temperando espadas e escudos, rufos de tambores bélicos e uma sede implacável de chegar depressa e matar ou morrer; só se escutam vozes de comando, toques de trompas feudais, cantochões lúgubres e entrecortados; o acampamento dos normandos é vizinho do acampamento dos vênets, e os guerreiros só pensam uns dos outros: veremos se estes são valentes como nós e sabem morrer pela liberdade da Europa. Ao contrário, no caminho de Santiago, as gentes avançam calmas, como numa procissão, alegres e sem pressa de chegar; vão contemplando a paisagem e gozando a jocundidade de cada aldeia que atravessam e o trabalho de cada herdade por onde passam; dormem pelas pousadas, conventos e hospitais, e antes de dormir fazem danças e cantam trovas e villancicos; nas mesmas hospedarias se encontram caminhantes das mais remotas nações, e uns e outros se admiram nas suas canções e procuram entender-se no relato dos milagres e trocam entre si, como lembrança da amizade, lenços e medalhas que são prendas de nobres e castiços artesanatos. “E vós como fazeis estes encaixes?” “E vós como cinzelais esta prata?” Uns ensinam aos outros, e todos aprendem. Jograis e trovadores da Provença vivem adormecendo as grandes damas, cantando-lhes na noite nostálgica breves poemas de piedade e de amor, que logo os rústicos repetem ao som de pandeiro, tamborim e flauta. Bailam juntos no entardecer as moças hanseáticas e os pescadores da Ligúria, as meninas dalmáticas e os remeiros de Dower, os artesãos de Florença e os boiadeiros do Úlster, e uns mostram aos outros cadências, ritmos e passos.

Nestes caminhos de Compostela é que os europeus ficam a conhecer-se de verdade, estimam-se, começam a compreender-se em seus mais variados aspectos e acabam por sentir-se homens do mesmo continente, inquietos por preocupações idênticas e sem dúvida ligados por um porvir comum. A Europa sente a consciência de si mesma e os europeus gozam do prazer de conviver” (Las Casas, 1937b: 41-43).

Em Roma se sublevaram os escravos contra os patrícios e na Galiza em 1475 os servos contra os nobres, mas os primeiros se sentiam romanos e os segundos se sentiam galegos, sem pensar que em outras terras do planeta homens em idêntica situação queriam igualmente rebelar-se, arrastados pela mesma necessidade, o mesmo ódio e a mesma ambição (Las Casas, 1937b: 45).

Com a criação dos ideais coletivos para a classe formada pelas multidões operárias surge, na visão de Las Casas, uma grande crise para as nacionalidades e para os Estados. Esses ideais são para ele espúrios porque, em primeiro lugar, são uma teima, em princípio, alheia aos operários, pois não foram fixados por eles senão que foram urdidos por burgueses ressentidos que os projetaram sobre eles⁵⁰⁴, e, em segundo lugar, porque fazem os operários se sentirem miseráveis ao começarem a acreditar que a sua modesta existência é insuportável.

O operário, equiparado por Las Casas (1937b: 48) ao “trabalhador manual e cidadão, não ao intelectual, nem ao camponês, nem ao marinheiro, que são utilizados como colaboradores na mobilização revolucionária marxista”, relega as vinculações sentimentais e os motivos racionais que o ligam à sua nação – a concepção nacional do mundo – às necessidades da sua classe – a concepção proletária do mundo –. Mas, nem por isso é capaz de assumir o ideal da solidariedade internacional, pois ela, na visão de Las Casas, para poder acontecer tem que abranger as nacionalidades, organizadas material e espiritualmente em uma *mancomunidade*, e não só uma classe. Nessa mancomunação teriam que primar os valores puros consubstanciais à humanidade – a divindade, a nação, a família, a propriedade – já que eles são a garantia das formas de existência coletiva. A verdadeira solidariedade internacional, na sua opinião, atingia-se tangencialmente nas novas

⁵⁰⁴ Las Casas (1937b: 47-48) lança a seguinte acusação contra os ideólogos do socialismo e critica, como se segue, as aspirações classistas do proletariado: “Os apóstolos marxistas são um grupo de burgueses traidores da burguesia que estão dispostos a botar tudo de pernas para o ar com fim de saciar seu ódio insuportável e cósmico. Os socialistas mais distintos – Lassale, que votava pela monarquia, Georges Sorel, que julgava a missão mais nobre do proletariado a defesa da pátria, da propriedade e da família – são objeto de escárnio e desprezo. Os líderes da revolta endeusam o trabalhador e reduzem a jornada de trabalho; querem classificar o trabalho e inventam a greve. A classe trabalhadora, como observa muito bem o ilustre autor da *Decadência do Ocidente*, converte-se em uma realidade política, em um partido sempre atacante. A renúncia generosa, o esforço ilimitado, a superioridade pessoal, a aplicação, o êxito do indivíduo, o gozo do rendimento, são considerados na nova moral como preconceitos capitalistas que o proletário perfeito quer desprezar e procura castigar como traições feitas à classe. Só o obreiro pode e deve ser egoísta; só ele tem direitos sem deveres e toda a vida do Estado deve estar a ele submetida. O pensador que agoniza na meditação profunda, vendo romper o dia através das lágrimas que refletem a mais sobre-humana angústia, o sacerdote que se entregou heroicamente ao seu mundo impalpável de teologia, o artista que se esvai em cada criação com a mais cruel das dores do parto, são para esses entes medíocres, envaidecidos, inúteis parasitas. Eles não podem compreender que a vida é sacrifício, a cultura renúncia, e a empresa civilizadora a mais custosa e dolorida; para eles, o problema fundamental da vida deve reduzir-se a jornada mínima e jornal máximo”.

orientações do internacionalismo seguidas após a Primeira Guerra Mundial⁵⁰⁵, observáveis nas conferências pan-americanas, nos clubes rotários, nos P.E.N. clubes, nas federações de estudantes, nas ligas de ex-combatentes, ou seja, nas formas típicas de assistência, entre as quais não inclui a S.D.N., por considera-lo um organismo “fictício, incômodo, caro e inútil” devido a não haver sido dotado de meios coercitivos e ao seu regime de desigualdade, em que só se protegeu as nacionalidades sem Estado das potências perdedoras. De fato, considera que a continuidade da Sociedade das Nações convertera-se mesmo em um risco para a conservação da paz⁵⁰⁶. Ele deposita a sua grande esperança para a consolidação de um novo internacionalismo, efetivo e sadio, na juventude, que transcenderá as fronteiras, para satisfazer a sua curiosidade, em viagens favorecidas pelos novos meios de transporte a baixo custo, e que se comunicará usando um glossário franco⁵⁰⁷, pois ele crê que esse

⁵⁰⁵ A “Grande Guerra” européia acontecera, na visão de Las Casas (1937b: 51), pela perda do instinto de solidariedade que desembocara no enfrentamento das nações de um continente que durante séculos lutara unido contra o Islã. Ele, apoiando-se em Oswald Spengler, faz a seguinte análise de algumas das consequências para o Ocidente da Primeira Guerra Mundial e antevê, como se segue, um iminente conflito: “Com razão lembra Spengler que em 1919 não foram os impérios centrais os vencidos, senão todos os europeus, e os vencedores foram os homens de cor que voltaram à África orgulhosos de terem massacrado os brancos em pleno coração da Europa. A nova Grande Guerra, que durante vários séculos esmagará o velho continente, será possível porque os estados europeus em vez de relacionar-se lealmente entre si, e estabelecer nobres acordos para manter a necessária hegemonia na Ásia e reduzir a pavorosa fogueira africana, aumentam as suas diferenças e fortificam as linhas das suas fronteiras, preferindo o suicídio ao convívio”.

⁵⁰⁶ Esta é a visão de Álvaro de Las Casas (1937b: 53-54) sobre a Sociedade de Nações em relação à sua inoperância para resolver a problemática das nações sem Estado e para arbitrar nas disputas entre os Estados: “A história da S.D.N. demonstrou claramente o seu fracasso. Na sua secção de minorias, destinada a defender os direitos de grupos humanos que habitaram sob a soberania de estados com religião, idioma, etc., diferentes, não se conseguiu nem uma só vantagem importante que aliviasse o calvário dos submetidos, e em quantos conflitos se originaram a partir de 1920, nem logrou evita-los, nem minora-los, nem tão sequer teve coragem para decidir a declaração de agressor, pondo em vigor afetivo os artigos 15 e 16 do Pacto. Frente a qualquer problema grave, a sua posição foi sempre indecisa, covarde, claudicante. A sua continuidade começa a significar um perigo para a paz. Sentindo-se incapaz de ser o alto tribunal regulador das relações interestatais, de ser a expressão concreta do ideal internacionalista, derivou as suas atividades a encaminhar problemas de fatos universais, mas problemas pequenos, minúsculos, perante os eternos e transcendentais problemas do nosso tempo: a regulamentação do comércio do ópio, a fiscalização da venda de entorpecentes, o tráfico de brancas, etc., etc. Como se orientará, então, o ideal internacionalista? Não acredito na morte da S. D. N., pois tanto a França como a Inglaterra não consentirão na dissolução de um conclave que governam facilmente e que serve muito bem a sua política, nem creio na sua universalização, porque os estados que nela não entraram em tempo e aqueles outros que mais tarde a desprezaram, sob nenhuma condição se decidirão a fortalecer-las com a sua assistência”.

⁵⁰⁷ Las Casas (1937b: 55) não acredita que seja possível a aceitação de um idioma universal, mas crê que será possível a comunicação internacional através de um socioleto formado por vocábulos fundamentais para o uso dos modernos viajantes. Ele “vão impondo a unânime adoção, não de um idioma único – como outrora foi a ilusão dos esperantistas – mas sim de uma longa série de palavras com as quais nos entendemos nos mais remotos confins: restaurant, stop, wagon-lit, brasserie, etc. É possível pensar que por este caminho chegaremos em toda parte à aceitação de um pequeno vocabulário que nos satisfaça no mais necessário, e assim as facilidades de viagem aumentarão, e o conhecimento entre os homens poderá ser mais estreito”.

internacionalismo só se poderá assumir através do conhecimento que proporcionam as viagens, que ensinam a fazer mundo da própria pátria. Salienta Las Casas:

Não se ama o desconhecido; o conhecimento, pois, é condição essencial do nosso amor. Conheçamos os homens, e tanto quanto possível; vivamos, bem que acidentalmente, outros costumes, outros hábitos, outros climas; prendamos os nossos olhos nas mais estranhas paisagens, nas mais insuspeitadas perspectivas. Perante o desconhecido e o exótico, a nossa personalidade se acentuará e fortalecerá, mas não esquiva e hermética, senão aberta e expressiva, curiosa e amável – cordial (Las Casas, 1937b: 55).

Esse conhecimento fará possível a compatibilidade entre o patriotismo e a convivência internacional, sendo assuntível que cada nação, como célula, faz parte do organismo universal – a humanidade –⁵⁰⁸. Contudo, para que isso aconteça, Las Casas sustenta que é fundamental que os homens se adaptem, em primeiro lugar, a conviver de forma plena, desde o equilíbrio racional e da moral, na sua pátria e na sua nação, encarnado os valores identitários que são inerentes a estas:

Nenhuma pessoa sensata pode sustentar que o ideal internacionalista deva conduzir a um idioma único, a uma lei única, a um hábito único. Internacionalismo são e eficaz, é colaboração e interdependência, diálogo, assistência mútua, solidariedade, e para que o diálogo seja possível e a assistência proveitosa, é necessário que tanto o interlocutor como o assistente, gozem de plena personalidade. Não podemos dialogar com nós mesmos, nem amparar se somos débeis. Os homens generosos se entendem em línguas diferentes, e os egoístas se injuriam no mesmo idioma; os de forte vida espiritual se compreendem em todos os cultos, e os fanáticos se repudiam no mesmo credo. A nossa nação não pode constituir um fim em si, contudo, devemos compreendê-la como um meio para atingir o supremo fim da felicidade de todos os homens.

Dentro da nossa pátria devemos estimar e respeitar o estrangeiro, sem estrangeirarmo-nos nunca; procurar entender e falar todas as línguas possíveis, mas expressar a própria cultura na nossas; ajudar a todos os necessitados do mundo, mas depois de atender e confortar os nossos; alentar e auxiliar a todos os povos oprimidos, mas garantindo primeiro a independência da própria nacionalidade.

⁵⁰⁸ Las Casas (1937b: 55-56) expõe a sua visão sobre a estrutura da nação criando uma alegoria baseada na célula: “Dentro do nosso âmbito nacional encontramos, ou devemos encontrar, os elementos necessários de vida: um núcleo – a nossa história, um endoplasma – nosso sistema econômico, e um protoplasma – o limite do nosso complexo etnológico. Mas uma célula por si só, isoladamente, não é mais que um tema de investigação e análise; temos de compreendê-la em plena fisiologia – em razão de Estado – e temos de estiar-la ainda a outras células semelhantes e formando um tecido capaz de excerto e reprodução, em convívio com outras nacionalidades irmãs. Nossa célula, a nossa pequena ou grande nacionalidade, há de estar garantida em nutrição cômoda e assimilação fácil, e havemos de integrá-la num organismo cheio de vida, que é, no final de contas, a humanidade, porém, mantendo-a sempre singular e em função peculiaríssima”.

Sustentemos puro, apaixonado, hipersensível, amor e culto pela nossa pátria, pela nossa nação. Pelo amor entranhável àqueles que levam o nosso sangue, chegaremos a estimar todos os nascidos; pela dedicação exaltada da nossa terra, chegaremos a compreender todos os outros países.

Las Casas é, portanto, um apologista de alcançar o internacionalismo mediante o nacionalismo, do qual diferencia dois modos, o defensivo e o agressivo ou expansivo. Do primeiro diz que “trata de defender as características nacionais dos povos, bem no interior contra a corrupção e a decadência, bem contra os Estados que esmagam a sua singularidade” e qualifica o segundo como “um movimento de expansão ao exterior, para aumentar o poder nacional em zonas e povos de fácil domínio ou conveniente anexação”, isto é, como uma hipertrofia do sentimento e da idéia nacional, gerada sobretudo pela superprodução e superpovoação, que pode derivar na agressão violenta e injusta às nações livres (Las Casas, 1937b: 59). O principal mal que, do seu interior, ameaça o nacionalismo defensivo é a deturpação da consciência coletiva, a qual se manifesta pela tentação que para alguns indivíduos alucinados cria a vontade de imitação mimética das manifestações de progresso que exibem as grandes cidades e as grandes potências, uma vontade de imitação que, por sua vez, leva-os a achar que tudo o que é nacional é miserável. O sujeito nacional aliena-se e começa “a copiar tudo quanto estima colossal, estrangeirizando-se ridiculamente, ou sucumbe débil numa invencível vergonha de si próprio, que o faz andar de joelhos, servil, vendo em cada forasteiro uma divindade” (Las Casas, 1937b: 61). O nacionalismo expansivo é materialista, independe do regime e do sistema de governo do país que o pratica, não tem preocupações civilizadoras e é condenável porque, com a sua tirania, afoga a economia dos povos que absorve. Las Casas considera os emigrantes e os que comerciam além das suas fronteiras nacionais como agentes do nacionalismo expansivo:

Tudo quanto tem de creador o nacionalismo defensivo, tem o expansivo de tirânico. Aquele levanta-se impulsionado por um alto ideal de esplêndida ressurreição, e este caminha induzido por um vulgar apetite mercantilista ou por uma inflexível lei biológica estabelecida em consequência da fecundidade da raça, do clima, da alimentação e de outras várias determinantes zoológicas. O operário, que por falta de trabalho emigra, leva consigo como máxima ilusão, comer melhor e viver mais desembaraçadamente, e o comerciante que vai à procura de mercados, só se preocupa a vender o mais possível e favorecer-lhe com o maior lucro; um e outro, porque estão longe da pátria, sós, isolados, em luta difícil, fazem das fraquezas forças e apresentam-se como fortes, como bem dotados, como poderosos, proclamando muito alto e a cada instante que eles representam um povo próspero e

temível, e que atrás deles está todo o seu país. O comprador, o indígena obrigado a conviver com os forasteiros, vê no mercador e no emigrante esquadras, canhões, aviões, enormes corpos de exército, vacila e se retrai; teme uma guerra de conquista e transige.

Para este nacionalista, o lema é a inversão, cômoda e muito prática, da sentença de Maurras, que ele grita a todos os ventos ameaçador e jactancioso: tudo o que é nosso, é nacional (Las Casas, 1937b: 62-63).

O nacionalismo expansivo, quando, na sua faceta emigratória, é complementado por um desejo civilizador, e quando, na sua expansão comercial, envolve a revalorização da indústria pátria, é entendido por Las Casas como imperialismo, pois deriva no alargamento da órbita da influência política e cria um horizonte para o destino histórico de uma nação. Eis a definição de imperialismo de Álvaro de Las Casas (1937b: 63-64):

Imperialismo é a função do império, e o império autêntico, que não precisa reconhecimentos, que existe de per si, que surge espontânea e naturalmente em certo plano do crescimento nacional, é a hierarquia superior a que pode chegar a nação na sua plena maturidade; é, biologicamente, a árvore robusta em floração fecunda. Há que cortar a árvore pela raiz, ou aceitar sem reservas a sua frutificação. Não se trata de que as fábricas produzam em demasia, e os armazéns estejam abarrotados, e os comerciantes precisem de compradores, senão de que o industrial está legitimamente orgulhoso dos seus produtos e quer lança-los à competição mundial, certo do êxito, e certo de que este êxito redundará em glória para sua pátria e de honra para os seus compatriotas; não é que o país esteja denso pela fecundidade das famílias, senão que a nação, pletórica de vidas, eufórica, saturada de ímpeto, quer imprimir sua marca pelo mundo.

Eu me inclino comovido ante essas grandes nações que conseguiram sentir-se impérios e realizaram hegemonia em consciência imperial. É inútil que assustados como mulheres pelos simples acentos das palavras, hipocritamente pacifistas e no fundo invejosos, façamos desdém frente o gesto imperial desses povos. O nobre é abrir-lhes caminho, porque é por ele, é através dos impérios, que a humanidade – como condensada e quintaessenciada em formas superiores – levantou no tempo seus fitos mais firmes e duradouros

Em relação às formas de governo do Estado, Las Casas questiona a conveniência da manutenção do regime democrático tal que este fora desenvolvido ao longo do séc. XIX. A esse tema dedica o capítulo V (Valor atual da democracia) de *Angustia das nossas horas*. Opina a crise que, na década de 1930, afetava o mundo, opondo, irreconciliavelmente, uma frente defensora dos princípios democráticos a outra em que se adoravam os regimes ditatoriais, exigia um esforço de reflexão para encontrar uma via alternativa a esses dois modelos clássicos. O autor vale-se, na sua exposição, de valorizações feitas a respeito do direito político e o direito natural por Loisy, Ch. Benoit, Laski, Salvador de Madariaga,

Oliveira Salazar, Berdiaeff, Kant, Leon Blum, Leon XIII, Lenine, Mussolini, Dilthey e Goethe, e diz que, compartilhando o conselho que lhe dera Amoroso Lima, “Tristão de Athayde”, antes de discutir os problemas da democracia há, em primeiro lugar, que esclarecer o significado do conceito que é, na sua opinião, bastante confuso. Nesse sentido, ele admite como boa democracia àquela que permite, dentro de certas restrições, que o governo seja escolhido pelo povo, sem que este possa, contudo, exercer o controle sobre o governo que elegeu nem lhe impor as diretrizes da sua atuação, pois a qualidade não tem, na opinião de Las Casas, nada a ver com a maioria quantitativa, e as massas, embora possam estar bem intencionadas, não possuem nem a atitude nem o conhecimento necessários para poderem discernir com clareza e serenidade sobre os grandes problemas técnicos que lhes são contemporâneos (“O problema das matérias primas, a política dos estreitos, a liquidação das dívidas de guerra, o sistema de empréstimos exteriores, o comércio do petróleo, a regulamentação emigratória” Las Casas, 1937b: 101). O autor discerne as denotações de “povo” e de “massas”; assim, ressalva o que lhe cabe legitimamente ao povo e tira dele o direito para o exercício da soberania plena:

Admitimos no povo – povo não em sentido de massa, de multidão, senão como expressão viva da coletividade, limpa dos seus órgãos mortos e aderências parasitárias – o direito de eleger a quem o há de dirigir, mas afirmamos categoricamente a sua incapacidade para governar-se a si próprio, e a necessidade de que os comandos, longe de serem uma improvisação, respondam a uma tradição, a uma escola, a orientações conseqüentes com o complexo do pretérito nacional. Neste sentido, é admirável o exemplo da Inglaterra, onde, não só os diplomatas, os oficiais, os banqueiros respondem, como lei de herança, a puras genealogias, senão que desde os cursos primários orientam a sua preparação ao melhor desempenho das atividades que lhes são patrimoniais (Las Casas, 1937b: 115).

Ele é explícito e contundente na negação da capacidade das massas para decidir o governo ou para intervir nele e, em decorrência disso, ele rejeita o sufrágio universal (“o último acorde da grande sinfonia que o romântico século XIX entoou na morte do segundo milênio” Las Casas, 1937b: 104-05). Ele questiona que nas condições confusas que determinam a circunstância que caracteriza a humanidade na década de 1930 se possa deixar ao arbítrio de um voto de maioria, da qual fazem parte os analfabetos e os criminosos, a forma de governar:

Não acredito sequer no proverbial “vox populi vox Dei”; não creio que entre os instintos das multidões possa aceitar-se nem um só para o bom governo, e isto porque baseio-me no suposto de que as massas – contrariamente ao indivíduos – começam por carecer de instinto de conservação;

obram cordialmente – diremos de maneira gráfica – e não cerebralmente, e assinalam rumos só de acordo com os seus afetos; se deixássemos um povo ao peso dos seus instintos, precipitaria-se inevitavelmente na abjeção. As massas não compreendem nunca como pode ser imprescindível a aliança com um povo ao que se detesta; começam por não perceber nem o regime político dos vizinhos se não coincide, ou quando menos é análogo, a aquele peso pelo qual elas se governam (Las Casas, 1937b: 102).

A vontade popular das massas, no parecer de Las Casas, é iludida, manipulada e corrompida pelos que controlam o poder, que a direcionam conforme os seus interesses e a afastam, portanto, da liberdade, com o qual a democracia faz com que a política se converta em uma “formação parasitária que envolve a vida humana”. Por um lado, nega Las Casas a racionalidade da combinação do governo democrático com um autêntico regime monárquico, no qual o rei encarna o poder e não é só um símbolo, e enuncia que ele entende que as novas ditaduras parecem se apresentar como uma continuidade das antigas monarquias eletivas, “à maneira goda”. Por outro, afirma que a democracia e as liberdades – pessoais, políticas, sociais e econômicas – dos cidadãos são conceitos consubstanciais, mas que a crise que se vivia desde a Primeira Guerra Mundial levantava barreiras intransponíveis para o exercício dessas liberdades pois obrigara à sua restrição para que os governantes pudessem assegurar a conservação das bases do Estado⁵⁰⁹. Também considera que a igualdade é um princípio consubstancial com a democracia, pelo qual cada homem tem o direito a um voto. Mas, a esse respeito, pontualiza que a articulação natural da

⁵⁰⁹ Las Casas (1937b: 108) observa que nos países em que ainda se mantinham algumas liberdades estas eram aproveitadas pelos demagogos para a conquista do extremismo que eles predicavam: “Em alguns países ainda se conservam certas liberdades, e bem se vê a que extremos conduzem: os oradores podem fazer escárnio do chefe de Estado, mas quem perde é o prestígio do país que desmerece na consideração do mundo internacional, e no prestígio do país está a sua economia, quer dizer, o pão dos cidadãos; os jornais, para entorpecer a ação dos governos, podem promover motins e estimular desordens, mas as suas notícias refletem-se, no ato, nas bolsas, produzindo muitas vezes catástrofes financeiras de enorme magnitude”. Destaca (Las Casas, 1937b: 109), além disso, que o número das liberdades é diretamente proporcional ao grau de desenvolvimento dos povos: “o homem bem educado, integralmente educado, sabe até que ponto carece de liberdade, porque toda a sua vida social caminha como embutida em normas que o obrigam a comer, a beber, a dormir, a andar, a falar, etc., com sujeição a cânones estabelecidos, dos que só se sentem livres o rude montanhês e o pastor nômade, para os quais a vida é floresta virgem”. Contudo, o autor advoga pelo que ele considera as “liberdades pessoais”, emanadas do cristianismo, que distinguem os bons dos maus homens através da demonstração da sua capacidade de criação cultural: “Só as liberdades pessoais, aquelas que correspondem a nossa condição humana, que formam o ambiente do indivíduo, merecem ser amadas com ardor. Essas estão consagradas no próprio cristianismo, significam o dogmático livre arbítrio, são condição “sine qua non” para a existência do bem e do mal, do prêmio e do castigo, que prenunciam a nossa vida ultraterrena – a nossa eternidade. Essas significam o nosso direito e o nosso dever de criação, distintivo entre o espírito e a alma, serviço obrigatório dos homens á causa comum da cultura” (Las Casas, 1937b: 109).

sociedade⁵¹⁰ constitui um paradigma que contradiz o perturbador anseio igualitário que surge do ressentimento dos seres humanos que ocupam uma posição social baixa devido à sua incapacidade e à sua ausência de méritos para a superação e a ascensão⁵¹¹. Por conseguinte, assim como não há dois criminosos iguais, nem dois artistas iguais, não se pode igualar, se o que se almeja é a eficácia, os seres humanos em uma única categoria de eleitores porque na tomada de decisões importante só se deve levar em consideração a opinião dos técnicos que tenham instrução, e notório saber, sobre o tema que se dirime (“A fórmula “a cada homem um voto” é confusa, anárquica e imoral” Las Casas, 1937b: 114). A solução que Las Casas propõe é a limitação da democracia, acomodando-a, temporariamente, dentro das fórmulas aplicadas por Oliveira Salazar que permitem executar, sobre bases democráticas renovadas, as táticas do totalitarismo. Para isso, precisa-se barrar, como candidatos a ocupar a chefia do Estado, os sujeitos incapazes. O Chefe de Estado eleito por voto secreto e obrigatório, mas limitado⁵¹², poderá escolher livremente os seus ministros e estes só em casos excepcionais serão responsáveis perante o Parlamento, o qual só poderá sancionar as bases legais das leis mais importantes, cabendo ao Poder Executivo faculdades mais extensas para gerir a administração. Precisa-se aumentar o tempo do mandato do chefe do Estado para permitir a atuação repousada e evitar as lutas eleitorais. Nesse sentido, os partidos políticos teriam que estar ferreamente controlados, apresentando programas claros e finanças claras e regulares; só poderiam existir se tiverem uma direção nacional e militantes prestigiosos garantes da conveniência

⁵¹⁰ Segundo a observação da articulação natural da sociedade que faz Las Casas (1937b: 109), esta articulação “assinala a cada homem uma atividade singular, uma categoria especial no todo orgânico. Há classes inferiores e superiores, como há trabalhos de direção e de subordinação; há seres fortes, capazes de mando, e seres débeis cuja felicidade emana da obediência, como há espíritos criadores e infecundos, honrados e desonestos, diligentes e preguiçosos”.

⁵¹¹ Na visão de Las Casas (1937b: 110), as pregações igualitárias tornaram-se, ao longo do séc. XIX e nas três primeiras décadas do séc. XX, “um grito subversivo que parte dos mais baixos fundos sociais para provocar o afundamento das mais altas categorias da Nação. Os que nobremente querem superar-se, os que com dignidade desejam atingir os altos níveis das supremas hierarquias, sabem que os seus esforços devem-se realizar em competência “ilimitada”, para a qual se lançam cheios de fé com o fim de conseguir não igualdade, senão supremacia”.

⁵¹² A limitação do direito ao exercício do voto cuja aplicação propõe Las Casas (1937b: 114) é esta: “O voto é uma participação no governo, e neste não podem ter responsabilidade os irresponsáveis. O analfabeto e o mendigo não devem votar, e muito menos o condenado nos tribunais de justiça, o revolucionário profissional, o negociante em falência, o chefe de família incapaz, o vagabundo habitual, o nacionalizado suspeito de deslealdade, nem aqueles que pelo seu serviço se mantêm obrigados a superiores nos que possa ser possível a coação”.

da sua atuação no meio político. E precisa-se também afastar os políticos profissionais dos organismos técnicos, deixando-os a cargo de gestores especializados.

Las Casas encerra o capítulo Valor atual da democracia enunciando as suas propostas para a “restauração” do Estado democrático. Elas giram ao redor do fortalecimento do Estado por meio da blindagem da sua autoridade tanto na ordem interna quanto na internacional. O modelo salazarista é, nesse sentido, o ideal para Las Casas (1937b: 115): “O Dr. Oliveira Salazar, do qual não me cansarei de dizer que me parece um dos estadistas mais profundos da nossa época, diz muito bem: temos de fazer um Estado tão forte, que não precise ser violento”. Para salvar, e rejuvenescer, as virtudes estimáveis da democracia, o autor propõe que se reorganize a sociedade. Essa reorganização visaria, em primeiro lugar, a classificação e a identificação aristocrática dos cidadãos segundo a sua categoria profissional e funcional. A partir dessa nova ordem, seria preciso consolidar, entre os sujeitos singularizados e robustecidos na sua personalidade pelo aprofundamento das suas convicções pela sua determinação espiritual, a assunção da obediência livre aos desígnios e às superiores necessidades do Estado como o modo de servir à nação e de contribuir ao desenvolvimento desta. Las Casas frisa que é urgente que as elites reconheçam a sua distinção sem preconceitos e desempenhem o seu papel de chefia perante o resto da sociedade:

É curioso lembrar que em todas as épocas de decomposição do Estado, em todos os mais graves movimentos subversivos, as massas foram animadas, estimuladas e dirigidas na revolução por burgueses e aristocratas traidores das suas classes, contra as que caminhavam as hordas. As elites deverão sentir, não vaidade estúpida, mas sim o legítimo orgulho e a nobre responsabilidade de estimar-se hierarquias em razão de representar linhagens que tradicionalmente significaram o elemento mais puro de ordenação e de gerência (Las Casas, 1937b: 116).

Além disso, o autor fixa um decálogo de normas que hão de ser seguidas para o encaminhamento da tarefa da restauração do Estado. São: 1. O melhoramento da população; 2. A educação no ensino da história; 3. A volta à natureza; 4. A libertação econômica; 5. O fortalecimento da personalidade nacional; 6. A organização hierárquica da vida; 7. A valorização da eficácia; 8. Um rumo exterior; 9. Ar de eternidade e 10. A formação da juventude.

A primeira norma (“O melhoramento da população”) consistia na implementação de uma “política matrimonial inteligente” que visasse a mestiçagem; Las Casas (1937b: 120)

diz que “o Estado não pode consentir que o cidadão se case quando, como e com quem queira, sem que entretanto chegue a cair nos excessos a que chegou o Terceiro Reich”. Propõe que se estabeleça uma idade mínima e uma idade máxima para o casamento, que se proceda, por parte do Estado, ao reconhecimento moral e fisiológico dos cônjuges e que se exijam meios econômicos suficientes aos contraentes. O nascimento dos filhos também há de ser controlado pelo Estado e ao atendimento médico às crianças, por parte deste, deve estar garantido. Propõe, finalmente, que seja promulgada uma legislação que sirva para vigiar a eleição dos esposos com vistas a facilitar “a mais rápida assimilação dos elementos estrangeiros”.

Com “A educação no ensino da história” pretende Las Casas que se ofereçam às novas gerações os exemplos formativos, os “mais puros e fortes”, do passado nacional, pois cumpria que os jovens se comovessem entendendo como se realizaram as gestas que legaram à nação “um território independente, uma lei, um idioma, uma religião”. O autor exorta ao seguinte:

Familiarizemos os nossos jovens com os grandes caudilhos da estirpe; façamos-lhes sentir não só a clara trajetória do nosso processo histórico, senão também o lírico candor dos nossos mitos, a vaga melancolia das nossas lendas, o ritmo efusivo das nossas tradições; damos-lhes em convívio constante a companhia daqueles varões insígnies que morreram em nosso serviço – de homens, repetirão aquelas solenes palavras de Goethe: não posso desfazer-me daqueles espíritos que evoquei. E porque os altos exemplos andarão sempre consigo, porque a sua alma estará feita no indeclinável orgulho da nação, ainda querendo cair viverão erguidos, ainda sendo medrosos lutarão valentemente, ainda tentados de traição morrerão leais (Las Casas, 1937b: 120-21).

O terceiro princípio básico – “A volta à natureza” – visa a restituição à natureza dos cidadãos procedentes do êxodo das povoações camponesas às grandes urbes, fazendo do Estado uma nação de agricultores. Esse êxodo provocara muitos “males”:

a decadência da agricultura, o encarecimento da vida quase insuportável pelo desnivelamento entre a oferta e a procura dos produtos mais necessários ao sustento, a proletarização do povo, a desnacionalização sob o influxo de elementos exóticos, a perda, enfim, das mais apreciadas virtudes raciais (Las Casas, 1937b: 122).

O autor acredita no benefício econômico que reportaria conseguir o equilíbrio entre a produção industrial, estranha para a percepção nacional, e a agrícola (“a terra pode não nos dar luxo, mas garante nosso pão”), pois esta última garante uma fortuna estável, além de contribuir à formação do caráter de quem tem essa terra em posse ao acentuar os

instintos mais tipicamente familiares, criando-se a identificação entre a propriedade ou a posse rural – “um pedaço de território nacional” – e os homens “autóctones, indígenas, peculiares, inconfundíveis”, “aborígenes”. De agricultores nacionais, confessa Las Casas, ele gostaria que estivesse “a minha pátria cheia”.

“A libertação econômica” para o Estado ideal, norma quarta, consiste na autarquia, isto é, na libertação, da economia estatal, da dependência de importações e do comércio exterior. A norma quinta – “O fortalecimento da personalidade nacional” – almeja a singularização nacional mediante o fortalecimento da individualidade nacional “no concerto polífono das raças” (Las Casas, 1937b: 124). Las Casas propõe uma arqueologia dos valores puros nacionais custodiados nos ambientes rurais mais virgens, com vistas ao seu estudo e à sua atualização. Assim, diz, “Os nossos músicos, os nossos pintores, os nossos arquitetos, todos os nossos artistas enfim, hão de buscar no indígena os seus temas de inspiração” (Las Casas, 1937b: 124). A concentração da atenção dos estudos de cientistas e pensadores há de estar, igualmente, nos problemas da realidade nacional; isto é, a produção intelectual e científica há de ser nacionalista. A esse respeito, o autor ressalta que é preciso que o adventício se possa reconhecer como tal ao se estranhar perante uma realidade social com a qual ele não se identifica:

Quando o forasteiro chegar ao nosso país deve sentir-se estrangeiro, sempre estrangeiro, o qual não excluirá – antes ao contrário – que nos compreenda e nos ame; nossas comidas, nossos vestidos, nossos hábitos, nosso idioma, tudo lhe deve ser estranho porque tudo deverá responder a uma geografia e a um caráter que não é o seu. Não há nada tão repulsivo como as mistificações (Las Casas, 1937b: 125).

“A organização hierárquica da vida”, ponto sexto, visa o escalamento da sociedade em categorias herméticas – “castas”⁵¹³ – regidas segundo a responsabilidade da função que os sujeitos exerçam. Las Casas relaciona as “castas” com os grêmios ou as corporações de ofícios, e não entende que, na ocupação de profissões, possa haver, *a priori*, a combinação de classes ou a ascensão social. Ele entende que a profissão está ligada geneticamente, por

⁵¹³ Las Casas (1937b: 125) diferencia entre “castas” e “classes sociais”. As primeiras dependem da função que o indivíduo exerça em benefício da sua nação e do Estado, isto é, do poder simbólico que assuma o seu desempenho; as segundas dependem do poder econômico. Ele rejeita a organização da sociedade segundo este último tipo de poder e defende uma intransponível estruturação meritocrática: “Ordenação escalonada, não conforme a classes sociais sempre opostas e discordantes, não aceitando o sistema econômico de vida para a estruturação do povo, senão em consonância com a qualidade das atividades a realizar, e, tão rígida, tão em castas – não me assusta a palavra – que nunca seja possível a intromissão dos inferiores na órbita de ação dos superiores”.

desígnio natural, ao indivíduo e qualifica como subversão perigosa qualquer ação que procure alterar e confundir a regulamentação do acesso ao conhecimento, cuja aquisição só se deveria permitir a quem tenha condições de assimilá-lo na justa medida. Ou seja, a popularização da cultura não significa só, para ele, a banalização da cultura, senão também a ruptura da ordem natural, pois não é lícito que ao ignorante lhe sejam apresentados assuntos para cuja compreensão o seu discernimento não está dotado; o ignorante sentirá a vontade de se apropriar conhecimento alheio, e superior, o qual conduzirá à detonação da essência desse conhecimento, e ao caos. Fica explícito o seu posicionamento quando o exemplifica através da exposição da sua opinião sobre a extensão universitária:

Não há autoridade que possa resistir hoje à sátira dum atrevido, amanhã o protesto dum desocupado, depois de amanhã a acusação dum irresponsável. Para onde vamos por este caminho? Pude perceber mais diretamente esta desordem na vida universitária onde, na mania de que os catedráticos distribuíssem ciência entre os transeuntes, como si fossem jornalheiros, chegou-se aos mais ridículos absurdos: já assisti a uma conferência sobre a autenticidade de uns restos halstáticos, entre pobres operários que na tarde de chuva e sem ter outra coisa a fazer, entraram tranquilamente na aula de Pré-história para discutir logo no botequim a capacidade do professor e a importância da dissertação. Esta política, chamada de extensão universitária, em que parou na maior parte dos países em que foi implantada? Em que as universidades, em vez de fazer alta cultura, ficaram reduzidas a vulgarizar monografias econômicas como qualquer grêmio literário de bairro; em que os jornais universitários já são pouco mais que essas revistas que compramos, preguiçosos, ao empreender uma viagem; em que os carpinteiros – que em tempos menos liberais e mais felizes contentavam-se com saber bem o seu ofício e viver o mais alegremente possível – já se torturam com incógnitas de cálculo integral e, a cabeça repleta de palavras esquisitas, em vez de trabalhar, querem provar sabedoria, julgando-se em condições de governar o mundo. Não, não; uma biblioteca, uma exposição de arte, uma conferência científica não devem ser públicas em geral: Descartes, Picasso e Einstein, em baixos níveis, só produzem perturbação – são graus máximos de cultura aos quais só devem chegar os iniciados (Las Casas, 1937b: 126-27).

Mediante a “A valorização da eficácia” – ponto sétimo –, Las Casas insta a que tanto os regimes ditatoriais quanto os governos democráticos se sirvam, sobretudo, de funcionários que, embora possam ser pouco entusiastas, ou inclusive críticos e carentes de afeto, com a autoridade, saibam cumprir os seus cometidos com inteligência, fé e lealdade. Na norma oitava, “Um rumo exterior”, o autor propõe como remédio para abafar os

“movimentos secessionistas”⁵¹⁴ e para, simultaneamente, conseguir a aglutinação da cidadania a fixação, por parte do Estado, de uma “política internacional constante e bem definida” que suponha a configuração de objetivos, e inimigos, externos e comuns frente aos quais se requeira a união de todas as vontades e de todos os anelos nacionais que convivem no Estado. No ponto nono, “Ar de eternidade”, Las Casas predica que os cidadãos não se obcequem com os problemas triviais do dia-a-dia, de solução certa, e que, pelo contrário, de uma larga perspectiva imperial, se preocupem com a realização de fins transcendentais para o Estado. Para que isso seja moralmente viável, ele recomenda que o Estado oficialize a vinculação da nacionalidade que o constitui com alguma religião, pois os fins transcendentais são os ultra-terrenos e a felicidade plena dos súbditos só se encontra em um porvir indefinido (o “dinamismo da sua ação expansiva [“do Estado”] não pode rebaixar-se a preocupações só mercantis, senão que tem de avançar com uma preocupação de suprema espiritualidade”)⁵¹⁵. No último ponto, “A formação da juventude”, enuncia as medidas higiênicas que, mediante a ginástica e o excursionismo, e seguindo o modelo espartano, moldariam virtudes nos jovens de uma nação e fariam deles “um povo guerreiro por excelência”. Inclusive, expõe como ele agiria caso ele chegasse a ser o chefe de um Estado:

Se de mim dependesse organizar um Estado, é possível que até os doze ou quatorze anos as crianças não soubessem ler nem escrever, mas saberiam cantar e dançar, tirar dardos valentemente e apontar os arcos olhando para o sol; dormiriam de noite pelos bosques, para escutar até o mais fundo da entranha o rumor da natureza pátria, e cada manhã, frente o mar, sentiriam angústias de distância. Em radiantes provas conjuntas, nas quais os mais esbeltos estariam em destaque, os animaria a sentir sempre crescentes estímulos de superação.

A juventude assim, deslumbraria: forte, corajosa, bela (Las Casas, 1937b: 131-32).

⁵¹⁴ Os “movimentos secessionistas” ou os “motivos de desagregação”, segundo Las Casas (1937b: 128-29) podem aparecer em qualquer momento em qualquer Estado. Por tais ele entende “correntes de autonomia, fermentos de separatismo; os dialetos que de todo idioma se originam, a administração deficientes das províncias remotas, a rivalidade entre as grandes cidades, a diversidade da vida econômica entre umas e outras regiões, etc.”. Esses “motivos de desagregação”, ainda nas nações mais consolidadas e homogêneas causam “uma espécie de força centrífuga de resultados difíceis de calcular”.

⁵¹⁵ A declaração do confessionalismo do Estado independe, na visão de Las Casas (1937b: 130-31), do tipo de credo. Las Casas não se restringe ao catolicismo e admite que possa haver Estados confessionalmente protestantes ou maometanos. Também ressalva que o Estado não deve exercer a coerção sobre os cidadãos que não compartilhem a religião oficial, embora acredite que sobre esses sujeitos deve-se proceder com ações pastorais: “Não quero dizer que o Estado, oficializando uma religião, a imponha com todo o seu poder coativo; deve respeitar todas as crenças, deixando-as em liberdade absoluta, porém, com emoção apostólica, deve procurar o convencimento, a catequização, a conversão a aquela religião que ele estima verdadeira”.

A obra é encerrada com um capítulo intitulado Na constelação das ditaduras, cabeçalho que faz referência ao sistema político formado por “três estrelas de fulgor análogo [...] porém cada uma com a sua constituição própria: Hitler, Salazar e Mussolini que, para mim significam – o condutor, o tutor e o ditador” (Las Casas, 1937b: 134). Álvaro de Las Casas faz-se intérprete do angustiado posicionamento político dos povos e expõe que eles, a partir da década de 1920, insatisfeitos com as ações confusas das democracias, frustrados com os políticos dependentes dos sectários interesses partidários e desejosos de uma autoridade decidida que expresse a totalidade nacional, entregaram-se às ditaduras. O autor exemplifica essa visão sua com o seguinte exemplo:

O cidadão X, em qualquer país do mundo, não quer saber de tal ou qual artigo da Constituição nem do que pensam os juristas sobre colisão de poderes, órbitas de efetividade governativa, etc., etc.; o cidadão X quer comer, viver em paz e sentir o prazer da sua cidadania, sentir orgulho do seu Estado, saber-se respeitado além das suas fronteiras.

O homem que lê jornais, chega mais longe: já sabe com que facilidade nas democracias tal crise gravíssima se produziu porque o chefe do partido A é, como médico, rival do chefe do partido B; que no partido C se produziu uma cisão porque tal deputado não pôde suportar mais tempo sua inveja e ambição; que a moeda nacional caiu vertiginosamente porque um senador arrastou-se na tentação de ser mais eloqüente que verdadeiro, sacrificando os interesses do país à vaidade de ser aplaudido como o orador mais brilhante do Senado; que o seu amigo Fulano, exemplo de torpeza, ocupa um alto posto porque casou com a filha do ministro. Basta já de comédias – grita um dia – porque a vida da Nação merece ser tratada com muita mais seriedade. E o católico piedoso – inimigo pelas suas convicções dos regimes de força, que propendem sempre à deificação do Estado – os aceita contente, sempre que neles se garantissem: respeito à individualidade humana, limitação do Poder pelos imperativos éticos da moral cristã, e ação governamental efetiva inspirada no mais alto conceito espiritual da vida e praticada em atitude moral (Las Casas, 1937b: 133-34).

O autor diz conhecer, além das inquietudes dos povos em geral, a vida em três países concretos – Alemanha, Portugal e Itália –, pelo qual se acha legitimado para expor as suas observações sobre os regimes ditatoriais que neles se desenvolvem. Assim, considera que Hitler é mais um dirigente consoante com o perfil marcado para os líderes responsáveis pelo reto desenvolvimento da “vida alemã” desde a época de Frederico o Grande. Nesse sentido, ele diz (Las Casas, 1937b: 136) que Hitler lhe parece “o maquinista de uma locomotiva que dispõe a marcha, regula as velocidades para quando adverte os perigos, mas é independente da máquina, e pode ser substituído em qualquer ocasião sem que sofra o

complicado mecanismo”⁵¹⁶. Las Casas crê que da “consciência prussiana” fundadora do Império tem-se traçado um *continuum* inalterável que visa a preparação do povo, mediante a educação, e do Estado, mediante as reformas na indústria e na agricultura, para a vitória em uma “batalha decisiva” que abra o caminho à expansão germana⁵¹⁷. Por sua vez, Salazar é qualificado como um paciente reformador, como “o tutor, o esteio, o ordenador, o conselheiro” da vida portuguesa, decadente desde os últimos Braganças e atacada por parasitas desde a proclamação da República. Mussolini é retratado como o ditador por excelência, “à maneira clássica”, que impõe caminhos inéditos pois acredita que nada do pretérito é aproveitável. Dos três ditadores, Las Casas salienta os aspetos em comum e as diferenças⁵¹⁸. Demora-se no retrato de Salazar, de quem compõe um perfil biográfico em

⁵¹⁶ Las Casas (1937b: 142) utiliza uma imagem ferroviária para descrever as características da situação alemã sob a ditadura de Hitler: “Voltando à nossa imagem ferroviária diríamos que no trem do seu governo os trilhos – rígidos – estão feitos: um com o pensamento de aço do Estado Maior, e o outro com uma amalgama de idéias conseguidas através de Spengler, Ludendorff, Rosenberg, Hegel e Goethe; Hitler alimenta o fogo da locomotiva com idéias próprias que só em parte são realizadas. Si os alemães não fossem os melhores cidadãos do mundo, seus generais os mais perfeitos, o ritmo estatal o mais constante e regular; si os alemães fossem violentos como os italianos e os espanhóis, e a sua elite sensível como a francesa, e Hitler pudesse atuar com o poder onímodo de Napoleão, no centro da Europa estalaria um vulcão”.

⁵¹⁷ Frente aos espanhóis – Las Casas (1937b: 135) afirma que os espanhóis “somos um povo guerreiro por natureza” –, os alemães são qualificados pelo autor como “um povo militar por excelência” que, desde havia dois séculos, se dirigia rumo à consecução da sua grande expansão territorial. Esse caminho teria só sido enturvado durante os dez anos seguintes ao Tratado de Versalhes pela agitação revolucionária dos operários que “enchia as ruas e perturbava a administração pública, mas que nunca significou senão uma pequena minoria na opinião”. Las Casas apóia-se em Eugenio Montes para ressaltar a inconsistência da Revolução Alemã eclodida em novembro de 1918: “Se naquela altura o Kaiser voltasse à Alemanha – me disse uma vez em Berlim o prof. Eugenio Montes – nem um só alemão lhe interromperia o passo, e o noventa por cento deles o aplaudiria. Na política interna, como na exterior, os estadistas alemães seguiram a linha inalterável traçada pelos fundadores do Império, si bem que de 1919 a 29 com mais lentidão, com mais timidez”. Além de qualificar os alemães como um povo militar, Las Casas (1937b: 136) salienta o seu caráter simples e lírico, no qual encaixaria à perfeição, como dirigente, Hitler: “Hitler significa a bandeira que envolve toda esta poderosa estrutura e significa também o mito, o motivo lírico, a arenga literária capaz de manter o afã trabalhador. Contra o que a gente pensa, os alemães são muito simples e profundamente líricos, e Hitler – bondoso, puro, virginal – é o homem que pode manter o misticismo da hora, porque sabe falar, e com grande eloquência, dos bosques da Turingia, as montanhas da Silesia e a ampla sonoridade do Reno; gosta de acariciar as crianças, de velar nas velhas cozinhas da Baviera e de errar pelos campos como um colegial qualquer. Os sábios e experimentados generais conhecem os dotes extraordinários do Führer, julgam que serve muito bem para encher esta etapa, o apóiam e o defendem, e Hitler realiza a missão de acomodar a vida alemã ao supremo fim da sua reabilitação, da restauração nacional; de “conduzir” esforços que andavam dispersos, por um mesmo caminho e com uma mesma meta”.

⁵¹⁸ Afirma Las Casas no tocante às semelhanças entre Hitler, Salazar e Mussolini: “Em alguma coisa se parecem os três estadistas: os três são homens civis, os três estão entre os quarenta e os cinquenta anos, os três são na aparência duros, esquivos, acres e no fundo simples, efusivos, cordiais; os três têm uma extraordinária capacidade de trabalho, são de uma sobriedade única e de uma pureza sexual que não encontra termo de comparação”. Sobre os aspectos que diferenciavam esses ditadores, Las Casas assinala: “Hitler prescinde dos seus inimigos, Mussolini os submete, Salazar os ama; Hitler quer fazer um império, Mussolini uma cultura, Salazar uma nação; Hitler busca limites no espaço, Mussolini no tempo, Salazar na moral; para Hitler o fim é a Alemanha, para Mussolini o regime, para Salazar o homem; Hitler é uma parte de todo alemão, Itália é

que destaca a sua origem humilde, a sua dedicação ao estudo, a sua moral cristã, a austeridade dos seus hábitos de vida e a sua modéstia pessoal, a sua competência para as finanças e os bons resultados da sua política econômica. Em relação à política externa portuguesa planejada por Salazar, Las Casas mostra o intuito evangelizador com que ela é dirigida pelo ditador:

Português, até a última gota do seu sangue, sonha com que a sua pátria possa reviver as glórias dos dias imperiais, mas para ele, império não é força militar, dura hegemonia política, extensão territorial ilimitada, senão garantia para exercer empresa civilizadora e cristã; como os nossos Reis Católicos importa-lhe possuir terras para resgatar almas. Quando fala de Angola, Moçambique, ou Timor, pensa na cruz de Cristo navegando por todos os mares, e sob o pendão invicto, marinheiros cantando em português. Como homem de Estado tem fé nas virtudes do seu povo e entende que não é difícil restitui-las na sua magnitude primitiva – é um problema de reeducação, de bons conselhos, de exemplos salutareis, de repreensões amáveis; não fazem falta gritos nem forcas (Las Casas, 1937b: 140-41).

Sobre as diretrizes para a política interna marcadas pela ditadura portuguesa, Las Casas (1937b: 141-42) ressalta a sua moderação, a tendência educativa das instituições públicas, o nacionalismo sadio e, sobretudo, “uma grande base moral em todas as manifestações da vida pública ou privada”, com o qual se dera ao país “ordem, estabilidade, progresso, força, renascimento da consciência nacional e prestígio no concerto das nações”.

Las Casas considera a Hitler o “antípoda” de Salazar devido, em primeiro lugar, à sua afeição pelo contacto com as multidões, à sua obsessão racial e ao seu talante veemente e, em segundo lugar, ao tipo de vida de Hitler durante a sua juventude (“Viveu quando moço uma boemia demasiado acre para poder esquece-la com facilidade, e por isso a sua concepção do Estado é basicamente econômica e social, com excessiva angústia proletária” Las Casas, 1937b: 142). O autor diz ter lido *Minha luta* e considera que o “Führer”

uma parte da concepção fascista, Portugal e Salazar são partes indivisíveis de todo português. Observei, e é bastante significativo, que os mais devotos partidários de Hitler são os operários, os de Salazar os agricultores, os de Mussolini os intelectuais, e não resisto a anotar também esta observação: a força de Salazar multiplicar-se-ia se desse ao seu governo um tom ainda mais fervoroso, mais lírico, mais cheio de ardor, assim como a de Hitler se limitasse as suas expansões racistas e se acercasse com amabilidade da Santa Sé, e a de Mussolini se procurasse evitar a inimizade da Inglaterra, fazendo mais compatíveis os seus interesses com os britânicos, porque desde quatrocentos anos na Europa pode-se viver “sem” a Inglaterra mas dificilmente “contra” a Inglaterra. Se estes três homens de Estado desaparecessem da noite para o dia, na Alemanha se produziria uma substituição pacífica, na Itália dominaria o caos e em Portugal apareceria um novo culto do sebastianismo: toda a saudade portuguesa choraria na tumba do douto professor de Coimbra, como chorou depois de Alkacerquebir e depois do brutal assassinato de Sidónio Paes” (Las Casas, 1937b: 137-38).

constitui a terceira força germânica, logo da ideologia nazista e da hierarquia militar “representada por Blomberg”. Como terceira força, busca a elaboração de uma ideologia que seja capaz de exaltar o proletariado alemão sem se cingir, no entanto, aos desígnios do impulso popular. Mussolini é qualificado por Las Casas como o ditador mais erudito e como o único capaz de compreender a Europa integralmente com o ânimo de proceder à sua restauração; o fascismo é entendido pelo autor não como uma tática autônoma de governo, senão como um “sistema de cultura”. Essa restauração consistiria na assunção de que os Estados são uma vontade em que as nações são dinamizadas pelo catolicismo e o homem é o senhor da natureza, no molde da Grécia antiga, e nos quais o princípio religioso se conforma como “o esqueleto moral de uma cultura”. Sobre o senso elevado do pensamento – pensamento “grandioso” e de “ação internacional” – de Mussolini e sobre o modo de governar imposto pelo fascismo diz Las Casas:

Os nossos melhores intelectuais – escrevi em Espanha em 1935 – aceitariam prazenteiramente este regime que hierarquiza o professor, o escritor e o artista, e, educando nos grandes exemplos, consegue refletir qualidade, dignidade, aristocracia. Mussolini contraria o seu povo, pois ele sabe muito bem que o italiano vulgar prefere o monumento a Victor Manuel à estátua de Marco Aurélio no Capitólio, uma ária de Puccini aos salmos que se cantam em Montecasino; que lembra com infinita emoção os antigos tenores do “Scala” de Milão, e esqueceu os jovens toscanos que partiram com César a percorrer os misteriosos pinheirais das Gálias. [...] Mussolini sabe que o cocheiro do Trastévere, o pescador de Nápoles e o vendedor de jornais de Turim não compreendem a sua obra, não podem perceber seu caminho, são incapazes de ver a Itália, ontem e amanhã, em projeções de séculos – e os despreza. Podemos admirar ou odiar a Mussolini, mas não o negar; ele é a mais ingente e rígida afirmação dos nossos dias (Las Casas, 1937b: 145-46).

Após encomiar o brilhantismo de Mussolini como estadista, Las Casas elogia a natureza soberana da sua autoridade e do poder exercido por ele, manifestada na sua coragem para permanecer sozinho, como ditador absoluto, e com a atitude própria dos “condottieri”, no cume do governo, ao ter sabido se desprender da “vanguarda de pretorianos” que conduziram à vitória o “movimento revolucionário” fascista. O autor chega a considerar que Mussolini, apesar de ser um nacionalista, tem a função de servir como a pedra angular para o equilíbrio mundial:

H. G. Wells, utopista que delira com uma “lei mundial sob um governo mundial”, afirma com desdém: “o deus do nacionalismo deve seguir o signo dos outros primitivos fetiches”; o resto dos mortais, afirmá-riamos imparcialmente, desde qualquer ponto de vista, em qualquer credo político,

que a queda de Mussolini seria hoje na Europa uma catástrofe de proporções incalculáveis – significa hoje um elemento básico e insubstituível do nosso equilíbrio (Las Casas, 1937b: 147).

Las Casas dedica o último item de *Angústia das nossas horas* – Trincheiras da nova guerra – a vaticinar uma nova e, então iminente, conflagração mundial. Nesse item avalia, em primeiro lugar, as causas e as conseqüências da Primeira Guerra Mundial. Diz que a guerra estalara antecipadamente e carecera de motivos suficientes e que se comprovou que foram três graves erros a aliança dos impérios centrais com a Turquia, “constante e forte inimigo do sistema ocidental”, as alianças *contra-natura* dos aliados e a participação dos africanos na frente francesa, pois isso afundou “por muito tempo a nossa dignidade coletiva, rebaixando o valor da Europa a níveis de pavorosa servidão”. Como conseqüência desses erros produzira-se a perda de hegemonia da Europa e o fortalecimento de dois “povos remotos”, os Estados Unidos e o Japão. Las Casas examina o Tratado de Versalhes e frisa as torpezas nele cometidas e pondera que teria sido essencial para garantir a paz o confinamento asiático da Rússia e da Turquia. Como isso não aconteceu, as conflituosas fronteiras traçadas para os Estados europeus, junto à superpopulação e à superprodução, à questão das minorias, à questão colonial e à falta de matérias primas conduzirão, inevitavelmente, a uma nova guerra mundial⁵¹⁹.

A nova guerra mundial tão só seria detida se os estadistas europeus tiverem a coragem de entoar um *mea culpa*, fizerem uma retificação geral e entendessem a índole

⁵¹⁹ Las Casas (1937b: 149-50) expõe cinco razões pelas que julga que se declarará uma nova guerra, embora esta não possa começar de forma imediata. Assim, que o início da guerra se demore até 1939 o 1940 dever-se-á, por um lado, à necessidade que tem a Inglaterra de uma maior margem de tempo para completar o seu rearmamento [razão a)] e, por outro, à desconfiança, por parte da opinião pública francesa, de que o Império inglês se declare neutral e abandone, no último momento, a França perante o conflito continental [razão b)]. A terceira razão [razão c)] seria tanto a incerteza da Itália acerca de uma incondicional ajuda da Áustria quanto o seu frágil controle da Abissínia e da Líbia, que impediria a conquista da Tunísia. Uma outra razão [razão d)] era a situação econômica dos Estados europeus e a quinta [razão e)] era a oscilação do quadro das alianças que não permitira a configuração definitiva dos blocos de países beligerantes. Las Casas acredita que os únicos países com capacidade para decidir os rumos do enfrentamento até que ecloda a guerra são França, Itália, Alemanha e Inglaterra. Ele diz que não acredita na intervenção direta da Rússia por quatro motivos. A primeira é a de que qualquer mobilização russa desencadearia a reação da Polônia e da Romênia, a segunda é a de que os objetivos militares soviéticos estão na Ásia e não na Europa, a terceira é a dependência da Rússia da política externa francesa e a última é a da impossibilidade russa de vencer em qualquer frente europeu. A esse respeito escreve Las Casas (1937b: 151): “Porque a Rússia sabe que, numa guerra, será inexoravelmente esmagada e prefere lutar – é a sua tática habilíssima – como elemento agitador e anarquista; será esmagada porque, numa conflagração, o povo russo revoltar-se-ia contra os bolchevistas, seu enorme exército nunca responderá em eficácia, e a sua oficialidade será a primeira em retirar de combate, porque noventa por cento dos oficiais russos são judeus, e nem o mais entusiasta sionista tem coragem para reconhecer no homem judeu valor pessoal, temperamento militar e virtude heróica; a raça judia ainda não conseguiu escrever na sua história uma data vitoriosa”.

justa inerente às reivindicações germânicas no tocante ao corredor polonês. Cumpriria que, para manterem a paz, os Estados europeus compreendessem a precisão de se unirem ar redor do “supremo interesse coletivo” e entendessem que “o nosso inimigo comum é a Rússia, a mais bárbara e brutal das potências “asiáticas”, a mais perigosa e próxima, a mais difícil de humanizar”. Mas ele não crê que isso possa suceder; o autor vislumbra a contingência da guerra e crê que se o enfrentamento se limitasse a uma guerra da Alemanha e da Itália contra a Inglaterra e a França venceria o primeiro grupo não pelo seu maior poder militar senão devido à sua maior coesão social. Mas caso o Japão se decidisse a assegurar a sua hegemonia na Ásia mediante o domínio do oriente russo, da China e das Filipinas, entrariam na guerra os Estados Unidos e com eles todo o continente americano cuja unidade em um único bloco beligerante Las Casas põe em dúvida por causa do antagonismo entre a cultura latina e a anglo-saxônica, dos problemas fronteiriços e do acirramento ideológico. Então, produzir-se-ia a universalização da guerra, na qual os pequenos Estados da Europa, com as suas colônias, serão envolvidos e se converterão nos “Estados mártires da brutal contenda que se aproxima”. Contemplando essa possibilidade, Las Casas prediz quais seriam as zonas em que se travariam as batalhas definitivas. Desta vez, o autor é taxativo em relação à sua visão da Guerra Civil espanhola e da posição que será ocupada pela Espanha na nova guerra mundial:

A Espanha – acredito no triunfo do general Franco desde o primeiro momento da guerra – lutará ao lado da Itália e da Alemanha e, pela sua situação privilegiada, será o elemento decisivo na parte da guerra que corresponderá à Europa: o canal de Suez, pelo Norte, será rapidamente obstruído e, pelo Sul, será dominado pela Itália que, com Abissínia, Eritreia e a Somália, asfixiará as bases inglesas e, com o apoio da Líbia, inutilizará o Egito, e o estreito de Gibraltar está nas mãos da Espanha, ficando livre a rota do Oriente só pelo cabo de Boa Esperança, que é um caminho demasiado longo e custoso (Las Casas, 1937b: 154).

Las Casas conclui que, devido à magnitude que alcançará a guerra pelo progresso na indústria de armamento, o porvir não poderia ser mais sombrio; no entanto, como essa guerra iniludivelmente acontecerá⁵²⁰, ele crê que os homens se preparem para ela

⁵²⁰ Eis a descrição que faz Las Casas (1937b: 155) do panorama pós-bélico: “Muitos milhões de homens morrerão em poucos dias, dezenas de milhões ficarão tragicamente mutilados, centenas de obras de arte únicas desaparecerão para sempre. Sobre ertos que foram paraísos, entre charcos de sangue e de lama, milhares e milhares de jovens imberbes, que inspiravam as nossas melhores esperanças, abrirão os seus peitos nêvos aos corvos e seus opacos olhos mortos para a noite infinita. É inútil que as velhas carpideiras percorram o mundo implorando paz e que os oradores sentimentais nos volvam a dizer outra vez que a guerra é uma praga da humanidade”.

“temperando os nossos espíritos para a prova apocalíptica” e escolhendo adequadamente em que bando combater, embora esse combate, fruto da “situação de torpe e criminosa rivalidade a que chegaram os Estados europeus”, signifique o final da supremacia européia e o enfraquecimento da tradição ocidental que se materializará, em primeiro lugar, com a expulsão, por parte do Japão, das potências européias da Ásia, em segundo lugar, com a sobreposição estadunidense na influência “dos velhos reinos transatlânticos” no “mundo ibero-americano” e, por último, em um novo controle turco do Mediterrâneo e em uma nova ameaça islâmica sobre Europa. Os bandos, para Las Casas, são só dois. Associa um deles à anarquia, aos instintos confusos, aos prazeres que se vendem, à destruição, à carne ao satanismo que conduzem a “uma vida cômoda, no material esplêndida, zologicamente libérrima, que se limita nas nossas possibilidades econômicas e se acaba ao exalar o último alento”; o outro é associado à ordem, à inteligência serena, aos amores que se conquistam, à ordenação, à alma e à divindade e conduz a “uma vida toda dor e perigo, todo esforço e preocupação, com um drama tremendo em cada instante e uma dúvida dilacerante em cada passo, com manhãs radiantes e tardes tempestuosas, sempre limitada na férrea fronteira dos deveres, sobe que sobe para a eternidade” (Las Casas, 1937b: 159-60). Diz o autor que ele, como residente no Brasil, tem percebido o declínio do prestígio da Europa na América e a conseqüente substituição do clássico repertório civilizacional europeu pelo americano⁵²¹. Ele acredita que a recuperação do prestígio europeu é uma tarefa urgente na qual se estava

⁵²¹ A legitimidade para poder asseverar que os Estados Unidos têm substituído a Europa como fonte para a reprodução de gostos e atitudes em Ibero-América encontra-a na sua observação *in loco* no Brasil. Assim, diz Las Casas (1937b: 157-58): “É preciso viver na América, como eu vivo agora, e conversar com os intelectuais, os políticos, os industriais, e os camponeses, para compreender como o valor “Europa” decai dia por dia: já gostam dos arranha-céus, já atraí a estética nova-iorquina, já entusiasmo a moral norte-americana. A deliciosa graça andaluza, a augusta tristeza de Coimbra, as solenidades papais de Avignon, as nobilíssimas elegâncias de Cambridge, o silêncio comovido de Bruges, os divinos encantos de Florença, os sinos milenares de Colônia, cá vão perdendo dia a dia elegância e grandeza. As nossas tumbas – os faróis gloriosos que orientaram sempre as mais longas navegações do espírito – cá começam a parecer vazias. Quase é inútil lembrar a cela sacrossanta onde Tomás de Aquino se levantou nas suas primeiras meditações, o campo por onde cantou Joana d’Arc, o caminho angustiado de Ovídio, o quarto onde Goethe fechou seus olhos para sempre, o mar que encheu as horas mais líricas de Shakespeare, os largos que viram os primeiros autos de Gil Vicente, e as minhas Espanhas, onde se embalaram os berços de Trajano e S. Damaso, do Cid e de Gelmirez, de Domingos de Gusmão e de Inácio de Loiola, de Raimundo Lúlio e de Juan Sebastián Elcano, Filadélfia e Chicago atraem com mais poder; os cronistas do Broadway têm mais prestígio. Europa afunda-se e, o que é mais terrível, afunda-se sem majestade. Os nossos pacifistas abominam as batalhas épicas e gostam de sentir-se cúmplices dos revoltosos que matam pelas ruas; proclamam que a sua pátria é o mundo e não são capazes de estimar os vizinhos que vivem cem metros além das suas fronteiras. Santa Europa! – clamei nestas terras novas, e me responderam – Pobre Europa! E percebi como viam só um pedacinho de terra, que se vai tornando infecunda de tão velha, e nele uns poucos homens empenhados como loucos na estúpida tarefa de suicidar-se”.

empenhando, por meio do fascismo, a mocidade revolucionária da Itália, da Alemanha, de Portugal e da Espanha:

Os fascismos – vamos chamá-los assim em linhas gerais – são movimentos de juventude que poderíamos enquadrar, dando aos temas um valor atual, em um segundo ciclo romântico, com todo o caráter ocidental que teve o romantismo de 1830. Se queremos compreender a nova revolução européia, temos de ver nos moços que seguem a Franco, a Salazar, a Hitler e a Mussolini, tudo quanto há além das preocupações nacionais, tudo quanto há de europeísmo: a ilusão de restaurar nas artes os cânones clássicos, de recriar a cultura sobre bases de humanismos, de estruturar a vida em volta de princípios religiosos, de agrupar outra vez a Europa em ideais comuns, e de dar-lhe outra vez empresas imperiais além do continente. Na magnitude desta hora fástica, as oposições entre a Inglaterra e a Alemanha, entre a França e a Itália, não têm significação perdurável, são apenas desentendimentos provocados pelas atitudes dos parlamentos: a juventude francesa está mais perto da nova Itália que de seu próprio governo. Se um vento de loucura não dá conta de nós todos neste próximo ano decisivo de 1938, ainda veremos os Estados do Ocidente juntos num novo renascimento que atingirá proporções grandiosas. Devemos esperar que na Inglaterra, agora desnorteada por estadistas improvisados e revolucionários de clubes aristocratas, volte a imperar a grande política vitoriana, e na França, hoje em situação anárquica, hoje dominada pelo operariado marxista, ressuscite o espírito tradicional – requintadamente latino – que elaborou as glórias mais puras dos filhos de São Luiz (Las Casas, 1937b: 158-59).

Encerra Álvaro de Las Casas o seu livro escrevendo as palavras que utilizou para o intitular, isto é, sublinhando que nunca o mundo vivera horas tão angustiosas e que nelas só sobreviverão “as almas fortes” e “os temperamentos aguerridos” que tenham sabido guardar o seu posto no combate. Nesse sentido, o autor dedica as derradeiras linhas de *Angústia das nossas horas* a exortar os seus leitores para que escolham com acerto a metade do mundo em beligerância na qual se situarão: “Escolhamos dignamente o nosso posto e não nos importe a morte, senão como vamos morrer: sobre as cinzas de Creso caiu um dilúvio de desdens; da tumba de Leônidas elevou-se um coro de cânticos” (Las Casas, 1937b: 160).

Temos alguns dados acerca da recepção tida por *Angústia das nossas horas* no Brasil através de excertos, supostamente recortados da imprensa brasileira ou da correspondência do autor, inseridos no final de *Os dois* e de *Na labareda dos trópicos*, as seguintes obras publicadas por Las Casas no Rio de Janeiro, ambas pela editora A Noite, em 1938 e 1939, respectivamente. Trata-se, no total, de 27 excertos e do que parece ser o texto completo da missiva que lhe remetera ao autor Dom Pedro Gastão de Orléans e

Bragança – neto da Princesa Isabel – após ler o exemplar de *Angústia das nossas horas* que aquele lhe remetera. A carta é a seguinte:

Prezado Dr. Las Casas:

Não queria agradecer o seu livro sem ter a impressão de algumas páginas. E, começando-o a ler, fui até o fim. Venho agora dizer-lhe que achei o seu trabalho dramaticamente intenso e grandioso, como a hora que passa. É uma obra forte e digna, cheia de meditações profundas, de teses luminosas, de idéias originais. Para a geração nova, seu livro será como uma “Imitação de Cristo” que se tem à cabaceira e que se consulta a cada passo, e onde sempre se encontra a reflexão grave que se precisa e a verdade austera que se esqueceu.

Como brasileiro que teme pelo futuro da Pátria, eu desejaria que a sua obra fosse lida por todos os meus compatriotas moços.

Parabéns e ainda uma vez obrigado.

Dom Pedro Gastão de Orléans e Bragança (Las Casas, 1939: 191) .

Foram também publicadas breves resenhas, sem assinatura, nos periódicos *A Ofensiva*, *Jornal de Petrópolis*, *Correio da Manhã*, *O Povo*, *A Informação*, *A Noite*, *O Globo*, *Tribuna de Petrópolis*, *Jornal do Comércio*, *O Malho* e *Revista da Semana*⁵²². No

⁵²² Os excertos das críticas anônimas publicadas nesses jornais são as seguintes: “Volume de manifesto interesse para todos aqueles que desejam conhecer a complexidade dos problemas sociais e filosóficos que preocupam todos os povos civilizados. Obra de sentido altamente analítico, de feição profundamente histórica, apresenta-nos um curioso panorama do pensamento vário e tumultuoso que envolve os povos dos nossos dias, estabelecendo a condição da luta ideológica que vai pelo mundo inteiro” (*A Ofensiva*); “Trabalho de grande mérito e digno de ser lido pelas elites intelectuais mais exigentes” (*Jornal de Petrópolis*); “O professor Las Casas soube conservar para a sua pátria a admiração e a simpatia com que ela é vista” (*Correio da Manhã*); “Ensaio admirável. Livro indispensável aos estudiosos dos problemas do mundo neste instante” (*O Povo*); “Álvaro de Las Casas é um eminente professor, um estilista admirável que alia à sensibilidade do poeta o equilíbrio do pesquisador metódico e prudente. Penetra até o cerne das questões, numa análise penetrante e sutil. Não podemos deixar de reconhecer nesta obra méritos invulgares, entre os quais avulta o fulgor de um estilo realmente sedutor. Temos que reconhecer-lhe igualmente a lealdade da argumentação, a clareza do raciocínio e um vivo interesse humano. Ele atrairá a curiosidade e a simpatia até mesmo dos mais encarniçados adversários dos seus pontos de vista” (*A Informação*); “Estudo político que se poderia classificar, sem exagero, de sensacional. Livro de inteligência e de utilidade cuja leitura, recomendável a todos os cidadãos, particularmente interessa aos que detenham soma de poder ou de influência em destinos nacionais. Ele vale como fonte rica de esclarecimento e indicação política – principalmente porque nele encontram as inteligências o ótimo clima da franqueza e da verdade” (*A Noite*); “Álvaro de Las Casas em alguns capítulos do seu novo livro é um profeta dos tempos próximos. Mas nele a profecia é tão atenuada e se torna de tal modo aceitável pela colaboração de uma admirável e lúcida cultura, que as suas conclusões se insinuam e se impõem. Argumentos históricos, jurídicos, sentimentais, filosóficos, se sucedem e se apóiam de página em página” (*O Globo*); “Pensamos que *Angústia das nossas horas* deve ser lido e meditado por todos os brasileiros de boa vontade, principalmente pelos homens que chamaram a si a histórica tarefa de construir o Estado Novo” (*Tribuna de Petrópolis*); “É um livro que aborda os grandes problemas da humanidade em nossos dias. O Sr. Las Casas tratou-os com a competência de um historiador esclarecido e com a maestria de um escritor que sabe amenizar os mais complexos e ingratos assuntos. A sua linguagem é simples, o assunto surge explanado com clareza e farta documentação, as questões vitais que agitam o mundo aparecem nas páginas do livro em quadros de fortes pinceladas a demonstrar a segurança da mão do artista que as traçou” (*Jornal do Comércio*); “Obra séria, profundamente meditada, em que se examinam com critério, equilíbrio e

romance *Os dois* (Las Casas, 1938) constam três pareceres em língua espanhola excluídos da sua narrativa de viagens *Na labareda dos trópicos* (Las Casas, 1939). Trata-se dos comentários de Julian Charcel, do P. Demetrio de la Torre e de F. C. de Navarro, reproduzidos em *Os dois* sem se mencionar o meio pelo que foram transmitidos⁵²³. O terceiro desses indivíduos era, em 1938, o representante em Santos do *Gobierno Nacionalista Español*. Ele escreveu sobre *Angústia das nossas horas*: “Angústia das nossas horas” refleja con extraordinaria precisión los motivos que produjeron el movimiento nacional en nuestra Patria. Es un libro de definición, claro, sin frases rebuscadas ni rodeos. Muy bien; le felicito sinceramente” (Las Casas, 1938: 187). Do que supõe era a sua correspondência pessoal, o autor incluiu tanto em *Os dois* quanto em *Na labareda dos trópicos* fragmentos, muito elogiosos para *Angústia das nossas horas*, de cartas que lhe teriam remetido os doutores Cardoso de Miranda – prefeito de Petrópolis –, o P. José de Goñi – agostiniano *recoleta* –, Levi Carneiro e Amoroso Lima, ambos da Academia Brasileira de Letras⁵²⁴. Junto a esses pareceres, Las Casas incluiu comentários assinados na imprensa por Antônio Guimarães (no *Diário Português*), Múcio Leão (no *Jornal do Brasil*), Austregésilo de Ataíde (no *Diário da Noite*); Carivaldo Lima (na *Revista Naval*), Jarbas de Carvalho (em *A Noite*), Lemos de Brito (em *A Vanguarda*), Mário Monteiro (no *Correio da Noite*), Raul de Azevedo (em *Aspetos*) e J. Freitas Nobre (em *O Estado*, de

perfeito conhecimento do assunto, os problemas que mais preocupam a humanidade” (*O Malho*) e “Publicista e historiador aliam-se dentro das páginas do novo livro, e realizam uma obra de vulto, eminentemente erudita, capaz, por si só, de conferir ao seu já consagrado autor um lugar de destaque imenso entre os escritores e pensadores da sua geração. Um livro que se impõe, desde a primeira página, inevitavelmente” (*Revista da Semana*) (Las Casas, 1938: 180-85).

⁵²³ São as seguintes críticas: de Julian Cárcel, “La claridad de exposición, que es una característica de su obra, derivada de la brillante inteligencia del autor, facilita la tarea de interiorizarse en la doctrina. Mas no solo hace V. Gala de inteligencia, sino de arte, pues hay páginas realmente bellísimas, que llevan al lector a releerlas con verdadera fruición”. Eis a do P. Demetrio de la Torre: “Nunca vi los conceptos de Patria, Nación y Estado expuestos con tanta claridad y erudición. En ningún escritor nuevo he leído páginas de tan hondos conceptos, de observaciones tan exactas y de tan justa visión del trágico y trascendental momento que vivimos” (Las Casas, 1938: 186).

⁵²⁴ Cardoso de Miranda escrevera: “Trabalho de alta e serena filosofia política, que se projetará sobre a literatura nova como uma afirmação grandiloqua e gloriosa”. O P. José de Goñi destacara: “Libro que demuestra un acabado sociólogo y un elevado filósofo, que lleva de frente toda la cultura de aquende y allende los mares, envuelta en el ropaje garboso y galano de un estilo lapidar. Su obra me ha impresionado fuertemente”. Os comentários dos acadêmicos Levi Carneiro e Amoroso Lima são, respectivamente, os seguintes: “Li com grande prazer o seu livro. Nele estuda o panorama do momento terrível, que agora vive a humanidade, tratado com clareza, com seguro conhecimento dos problemas, com larga visão das causas e das suas ligações. Queira aceitar os meus aplausos calorosos com a segurança da minha mais alta e distinta consideração” e “Neste livro fui encontrar um eco das palavras magníficas, que ainda ressoam em meus ouvidos, da sua magistral conferência no Centro D. Vital” (Las Casas, 1938: 181-82).

Fortaleza). Nesses comentários, não datados, mas publicados todos eles entre novembro de 1937 e maio de 1938, salienta-se a qualidade e o rigor da análise feita por Las Casas acerca do que ele entendia e vaticinava como um lapso entre duas guerras mundiais⁵²⁵.

⁵²⁵ Antônio Guimarães, do *Diário Português*, escreveu: “As páginas deste volume são, além do pessoalíssimo observador de Las Casas, sempre original e curioso, uma vasta messe de ensinamentos, como só os pode ministrar um cérebro vibrante, antena em contínuo contacto e vibração com as altas inteligências da humanidade que pensa. Não é só um rico manancial de cultura; é também um documento vivo dos nossos dias”. Múcio Leão ressalta sobretudo, no seu texto no *Jornal do Brasil*, o retrato que Las Casas fizera dos ditadores: “Seu ensaio sobre os ditadores é uma página vigorosa e atrai admiração ardente pelas figuras enérgicas que hoje dominam alguns dos países da Europa. Seja como for, é um livro muito interessante, que discute temas recentes de sociologia e direito. Vale a pena, portanto, ser lido e meditado”. No *Diário da Noite*, Austregésilo de Ataíde fez a seguinte crítica encomiástica: “Álvaro de Las Casas é um desses mestres do humanismo europeu, tangidos pelas borrascas políticas que varrem o mundo antigo. Trouxe-nos a colaboração do seu espírito enobrecido pelo conhecimento e veio partilhar conosco os frutos da sua velha sabedoria. Nele falam os séculos da cultura espanhola, com os seus arroubos, com os seus misticismos, com as suas glórias, com os seus pendores heróicos. O seu livro é um breviário de altos conceitos. É um manual de política, em que a inteligência exerce, no mais alto grau, o seu inelutável direito de pesquisas e livre exame. Consegue não ser sectário, encarando os panoramas da vida contemporânea na altitude do observador isento de paixões. O seu novo livro é um guia para o entendimento dos enigmas políticos da hora presente universal. Devemos-lhe a gratidão de havê-lo escrito em nossa língua”. Na *Revista Naval*, Carivaldo Lima, por sua vez, recomenda a leitura de *Angústia das nossas horas*: “Aí estão capítulos fortes sobre a Pátria, o Estado, a Democracia, os ditadores e a guerra. Escrito em linguagem serena e brilhante, o livro é interessante e nacionalista. O capítulo em que estuda a Pátria é um grito de patriotismo e de amor. “Angústia das nossas horas” deve ser lido e relido por todos os homens que se interessam pelos problemas políticos e sociais que hoje empolgam o mundo”. Jarbas de Carvalho, em *A Noite*, destacara: “O livro do Prof. Las Casas – tão cheio de conceitos novos, imprevistos e belos, apesar de raciocinar com o senso grave das realidades angustiosas das nossas horas – é capaz de despertar ideais os mais generosos. Fico nestas linhas, para lhe agradecer os benefícios que trouxe ao meu espírito e certamente ao de todos os seus leitores”. Em *A Vanguarda*, Lemos de Brito, louvara tanto o conteúdo quanto o estilo da obra: “Álvaro de Las Casas é um pensador robusto senhoreando temas de imensa complexidade. Conhecedor dos problemas políticos do mundo, senhor de vasta cultura, este escritor hispânico pode com brilho e mestria atacar de frente as questões sociológicas em foco, e no-las apresentar sob um prisma diferente. Estilista vigoroso, seus períodos são sínteses de idéias e obras de arte ao mesmo tempo; é um comentador que foge às frases feitas e tem a visão segura das realidades positivas”. Mário Monteiro, no *Correio da Noite*, louvara *Angústia das nossas horas*: “É um livro forte, original, perfeito, onde o que é breve na aparência, revela sempre uma amplitude que extasia e um conceito que perdura. Não é um simples livro de ocasião, mas sim um valioso compêndio de alta filosofia universal que convém estudar. É obra de um observador inteligente e erudito, usando, com vantagem, de um estilo brilhante, claro e simples. Este livro todos poderão e saberão lê-lo e até compreendê-lo, mas não ousariam ou conseguiriam, certamente, escrevê-lo, como Las Casas o fez. Tanta perícia, tão profunda erudição e tão elegante simplicidade transformou cada leitor em um admirador incondicional dos seus méritos incontestáveis”. Em *Aspetos*, Raul de Azevedo frisa a clareza das argumentações de *Angústia das nossas horas*: “Um livro forte, com estilo alto e onde se acompanha com prazer o raciocínio do autor, e se vê a sua sólida cultura. Escritor insigne, Álvaro de Las Casas oferece-nos uma obra de pensamento e observação. Há capítulos que, tão claros são, deles não nos esqueceremos. No ensaio sobre as formas de nacionalismo, acompanhamos o seu raciocínio com verdadeiro prazer, tais os ensinamentos que deparamos... Um livro positivamente bom, bem raciocinado, lógico, e dentro da hora atual”. O último comentário sobre *Angústia das nossas horas* inserido por Las Casas em *Na labareda dos trópicos* é único que não procede de um periódico dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Trata-se de um breve elogio publicado por J. Freitas Nobre em *O Estado*, de Fortaleza: “É um livro perfeito e a melhor análise até agora feita da situação atual do mundo” (Las Casas, 1939: 193-96).

Na labareda dos trópicos

Levando um pouco mais de ano e meio no Brasil, e publicadas já no Brasil cinco obras – *Espanha; gênese da revolução*, *Oraciones y consejos de amor*⁵²⁶, *Angustia das nossas horas*, *Sonetos Brasileños*⁵²⁷ e *Os Dois* –, a meados de 1938 Las Casas declara, no *Prefácio de Na labareda dos trópicos*, que decidira empreender uma viagem para conhecer o país que “tão cordialmente” o acolhera nos dias “mais difíceis” da sua vida, indo além do eixo metropolitano Rio – ao qual, até então, se restringira. Essa viagem é assumida por Las Casas como a sua despedida prudente do Brasil (“Circunstâncias imprevistas podem afastar-me daqui a qualquer hora, e não quisera ter o remorso, amanhã, de haver reduzido a minha permanência aqui ao eixo metropolitano Rio-São Paulo” Las Casas, 1939: 5). Assim, perante a incerteza com que se apresenta o seu futuro, faz questão de ressaltar que sempre lembrará candidamente o Brasil exótico que descobrira durante a sua viagem:

Não sei que será da minha vida, mas, sejam quais forem seus rumos, quaisquer que sejam os destinos que Deus me depare, morrerei sonhando com este Brasil que acabo de visitar. Sonhando com voltar a cheirar os cósmicos bosques amazônicos, a passear nas ruas risonhas de Belém, a sentir o drama torturante dos sertões, a sentir nas claras lições administrativas da Paraíba, a ver a luz celestial de Recife, a acariciar as peles quentes e acetinadas da gente alagoana, a sorrir na graça helênica de Aracajú; sonhando com voltar a viver na Bahia – um dia só! – Bahia de Todos os Santos e de todas as raças, Bahia doirada e verde como as nuvens dos querubins, Bahia amorosa como o colo materno, Bahia amiga como irmãzinha pequena (Las Casas, 1939: 8).

Dos apontamentos tomados nessa travessia surgiu *Na labareda dos trópicos*, que o autor (Las Casas, 1939: 8) define como um “diário de viagem” contendo as suas impressões, “escrito às pressas, descuidadamente, sem preocupação literária, apenas para contar o que fui vendo” em relação ao qual faz a seguinte *captatio benevolentiae*: “Peço a Deus que só caia em mãos de gente amiga. Só ela saberia desculpar, bondosamente, o delito de ter escrito um livro tão pobre para tema tão rico e fulgurante”. Diz que *Na labareda dos trópicos* escreveu com a sinceridade “com a que redigiria meu testamento” e salienta que a viagem foi tão agradável que “mil vezes que pudesse, mil vezes repetiria o cruzeiro”. Eis a exposição do intuito almejado no seu percorrido pelo Norte e pelo Nordeste brasileiros, um

⁵²⁶ *Oraciones y consejos de amor* publicou-se no Rio em 1937, pelas *Ediciones Rudá*. Trata-se de um livro, de 108 páginas, com poemas amorosos.

⁵²⁷ Embora o livro *Sonetos brasileños* fosse lançado em 1939 no Brasil, editou-se em Santiago de Chile, correndo a cargo da editora Nascimento. Álvaro de las Casas foi o responsável pela tradução. Foi feita uma segunda edição em Buenos Aires, em 1941.

intuito que tem que tem como principal componente a satisfação das suas emoções como viajante:

Poderia minha viagem ser penosa – que não foi, senão gratíssima – mas o agradecimento obrigava-me a não considerar os sacrifícios. Ansiava conhecer mais brasileiros, muitos mais, para penetrar, o mais fundo possível, nos grandes e transcendentais problemas que este nobre povo oferece a toda hora para assombro do mundo. Sonhava também com pisar, como discípulo humílimo e cordial, os gloriosos caminhos percorridos por tantos e tantos sábios, curiosos um dia, e presos toda uma vida ao feitiço arrebatador do trópico.

Poderia dizer, num requinte de esnobismo, que parti para o Norte para ter *algo nuevo que mirar*, como anunciou meu imortal compatriota Ponce de León ao iniciar o roteiro dos seus descobrimentos, mas mentiria. Parti cheio de ilusão, comovido, preso a mil tentações que por igual me chamavam: ver os índios ainda na sua nudez triunfante, dormir sob árvores que presenciaram imutáveis o passo das centúrias mais decisivas na vida da humanidade, degustar frutas silvestres que, fora do seu clima, são transportadas como tesouros para as mesas dos príncipes mais suntuosos, beijar a terra por onde passaram no século XVI espanhóis que corriam continentes virgens como se fossem salões de dança... ver o Amazonas! (Las Casas, 1939: 5-6)⁵²⁸.

Diz o autor que partira rumo à sua travessia tendo incorporado a disposição do personagem Fradique Mendes, de Eça de Queiroz, isto é, a de “crer para compreender a crença”, segundo a qual ele empreenderia a viagem estando preparado para “amar os costumes, as idéias, os preconceitos dos homens que me cercavam, para os perceber melhor; ser romano em Roma, enfim”. Las Casas (1939: 7) sublinha que a sua vontade fora a de observar, com cordial curiosidade, tudo o possível, optando para isso pela sua aculturação em cada um dos meios sociais em que se detivesse, com o anelo “de ser cidadão de cada cidade que visitava e camponês em cada herdade em que dormia” e, desse modo, poder sentir o Norte. Além disso, comunica aos seus leitores que durante a viagem foi feliz em todo momento, e que tudo deu certo. Nesse sentido, ele, a modo de despedida do Brasil, tira uma conclusão acerca do povo brasileiro, que sempre o recebeu com

⁵²⁸ Após evocar o Amazonas no Prefácio de *Na labareda dos trópicos*, Las Casas (1939: 6) menciona que, se tivesse “um ano de sossego”, realizaria um projeto seu consistente em escrever um livro sobre mitos geográficos a partir do valor literário que adquiriram uma “dúzia de lugares” de grande significação lírica para a humanidade: “o Ganges, o Nilo, o Saara, os Andes, o Estreito de Magalhães, o Cabo da Boa Esperança... o Amazonas!”. O autor considera o Amazonas um “recanto” único de meandros “alucinantes” e logo da sua experiência como viajante nesse rio diz que gostaria de se encontrar com o seu “caro” Maurice Barrès, “para desmentir-lhe terminantemente aquela mal pensada afirmação: não há terras desconhecidas, senão simples repetições da Europa”.

afabilidade e com o qual ele tivera um bom entendimento, para a qual compara esse povo com o da sua “cidade natal”, ou seja, Ourense⁵²⁹:

E quero fazer um livro de verdades, a desafiar polêmicas, porque é com a verdade que melhor se serve o Brasil, porque é com a verdade nua que se pode demonstrar como este país é hoje um dos mais ricos e felizes do universo. Encontrei quatro ou cinco criaturas ruins, tendo-me dado com mais de cinco mil; ora, na minha cidade natal, já vos digo que de 30.000 habitantes se podem contar 15.000 repudiáveis e mais dez mil que não prestam, e a minha cidadezinha ainda não é das piores do mundo (Las Casas, 1939: 7-8).

A narração da viagem (Cap. I Navegando o Rio Branco) inicia-se, *in medias res*, nas ruínas do Forte de São Joaquim, construído em 1775, na junção dos rios Tucutú e Uraricoera, 40 km a nordeste de Boa Vista e a menos de 200 km da Venezuela – “a três graus, exatamente, de latitude norte” diz Las Casas –, no atual município de Normandia no que, desde a Constituição de 1988, é o Estado de Roraima. Quando lá esteve Las Casas, o Território Federal de Rio Branco, e logo Estado de Roraima, fazia ainda parte do Estado do Amazonas. O autor não informa como chegou até esse forte; limita-se a contar, nesse começo da sua travessia narrada, que, estando sentado à sombra “de uma corpulenta mangueira” refletiu sobre as disputas territoriais entre lusos e castelhanos antes de alcançar “a pequena e atraente povoação de Boa Vista”, a qual ele descreve pormenorizadamente (história, economia, tipos de habitantes). Detém-se, especialmente, na exposição da distribuição das tribos indígenas na região e na narração do seu convívio com os monges

⁵²⁹ O encanto e o deleite de Las Casas com os brasileiros que encontra e com quem convive durante a sua viagem é constante ao longo da obra. Assim o expressa várias vezes. Durante a sua viagem de lancha até Manaus compraz-se com o trato dos seus companheiros de viagem: “Sinto-me felicíssimo entre esta gente incomparavelmente afável. De sua bondade dará idéia o seguinte episódio, histórico em todos os seus pormenores: não há muito tempo, regressava num barco igual a este certo cavalheiro norte-americano que, em pouco mais de meio ano, havia extraído nestas paragens 350 contos de ouro. Trazia consigo o preciosíssimo metal, e mostrava-o, com a maior naturalidade deste mundo, aos pobres companheiros de viagem. Em seu torrão natal, seria necessária uma esquadra em pé de guerra para protegê-lo, e aqui, entre gentes misérrimas, a ninguém ocorreu uma idéia malfazeja” (Las Casas, 1939: 15). Já em Manaus, destaca o civismo, o bom gosto e a instrução dos habitantes da cidade: “Tudo é alegre e transborda de felicidade, sem bulha nem matinada, com gravidade principesca. Percebe-se a ventura no cuidado esmerado das árvores e nas orquídeas belíssimas que enchem os jardins, e que ninguém corta porque do bem-estar vem o bem-agir. As ruas têm ar de jardins ducais; as crianças enchem as praças de canções e tudo se vê envolto nessa nuvem de ouro em que se apóiam os pés dos santos. Pelos passeios públicos, belos bronzes que reproduzem as mais famosas estátuas clássicas e que denunciam gostos intelectuais que logo se comprovam, casa por casa, na riqueza das bibliotecas”. Sobre a vida intelectual dessa cidade, Las Casas (1939: 27) não escatima elogios: “Do Manaus que eu vi e vivi, devo confessar que em poucas cidades de quantas percorri na minha vida, encontrei um grupo de intelectuais de tanta valia”. No início do Cap. V – A cidade das lágrimas – expressa a emoção extrema que sentiu ao avistar do navio Araranguá a cidade de São Luiz do Maranhão: “Poucas vezes senti uma emoção tão grande como ao navegar à vista de S. Luiz do Maranhão” (Las Casas, 1939: 61).

benedictinos que moravam no convento que dera origem à, então, vila de Boa Vista, e põe em relevo que “Se, ao presente, sua vida é precária, deve-se isso à falta de imigração e ao pouco valor das reses (60\$ por cabeça, em média), cotadas conforme o capricho dos três únicos marchantes que monopolizam o mercado” (Las Casas, 1939: 11). Las Casas parte de Boa Vista rumo a Manaus, mas antes de narrar o seu périplo em direção à capital do Amazonas dedica umas linhas ao resumo da plácida sensação bucólica que teve nos dois dias que passou na futura capital de Roraima:

Passei dois dias na Boa Vista, e confesso que foram quarenta e oito horas de insofismável felicidade. Os naturais são muito bondosos e de uma singeleza comovedora. Ah, quem me dera poder viver sempre aqui!... Levantar-me ao romper do dia e saborear um bom café paulista, duas horas após o apetitoso prato de canjiquinha ou as rabanadas de pão com leite – aqui denominadas “segura-peito” – ; o *lunch* no Café do Turco, jogando uma partida de dominó e, ao entardecer, a ceia, que consiste em boa carne com legumes e, à sobremesa, frutas abundantes; em seguida umas horas de palestra ao relento, um padre-nosso a São Sebastião – o santo mais estimado na devoção popular – e... a dormir em paz e na graça de Deus (Las Casas, 1939: 12).

A viagem até Manaus é por rio, primeiro pelo rio Branco e a bordo da lancha Fama. Las Casas descreve a paisagem da singradura, refere-se ao convívio com os outros passageiros a bordo da lancha e à vida nos portos em que se detém a embarcação. O autor sabe que não é o pioneiro, como intelectual estrangeiro, a percorrer esse espaço e diz se emocionar ao evocar os que o antecederam⁵³⁰, mas sente que a sua disposição lhe proporciona uma capacidade de percepção incomum nos turistas convencionais:

⁵³⁰ Do início de *Na labareda dos trópicos*, é constante a menção ao repertório bibliográfico que supostamente Las Casas teve presente durante a realização da sua viagem. Já na primeira página, no Prefácio, ele diz que se lembrava da façanha realizada pelos conquistadores espanhóis e portugueses que, no séc. XVI, concorreram pelo domínio na região fronteira marcada pelo rio Branco. Ainda no Prefácio menciona a Unamuno quem ao meditar sobre a unidade espiritual ibérica, vaticinou que esta “se daria no mundo sul-americano” e a Keyserling quem, na sua passagem pelo Brasil, notara “a disparidade essencial com a psique portuguesa”. No capítulo primeiro – Navegando o Rio Branco – comenta que, durante a travessia de Boa Vista a Manaus, na lancha Fama passava horas lendo as obras em que se aludia às características do território onde ele se encontrava: “Não tenho à mão as famosas “Relações” do conde de Stradelli, nem o notável “Dicionário” de Silva Araújo, nem o “Diário” de Netterar, porém vou aprendendo bastante na obra de Jacques Ourique, “O vale do Rio Branco”, que o P. Meyer me emprestou, e lendo-o e recordando-o, passo horas e horas cativado” (Las Casas, 1939: 14). Quando, na lancha, seguindo o curso do rio Branco, atinge a “região das cachoeiras” recorda alguns viajantes ilustres anteriores a ele: “Emociona o pensar que por aqui andaram Coutreau, Ricardo e Roberto Schomburgk, Humboldt, Pickwick, Oxford, Emilio Snethlage...” (Las Casas, 1939: 13). Em Manaus, Las Casas (1939: 19) refere-se aos viajantes intelectuais que o antecederam visitando e descrevendo a capital do Amazonas: “E vêm Martius, Steinen, Paul Ehrenreich, Lucien Adam, Bluchet, Rivet, Crequit-Contfort e Schueller, e o Barão de Sant’Ana Néri se encarrega de dizer o que é isto aos que não podem vir”.

Por trás das margens deslumbrantes, ocultas à indiscrição do turismo comodista, escondem-se as habitações indígenas chamadas malocas, cobertas com folhas de mirití e com folhas de inajá. Ouve-se o tiroteio dos caçadores de capivaras, cuja pele é vendida a 10\$000. Pelas cercanias, oferecendo-nos as mais prodigiosas tonalidades, verdejam grandes matas de copaíbas, cuja resina é altamente medicinal, e elevadas e esbeltas embaubas, de cujas folhas verdes e brancas se nutrem as antas; agapós que se esforçam por secar charcos, e delicadíssimos araparís, de folhas miudinhas, menores que as das mimosas (Las Casas, 1939: 14).

Trás 11 dias de viagem, e logo de desembocar no Rio Negro, a lancha de Las Casas alcança Manaus, onde ele desembarca e à qual dedica o capítulo II – Na corte dos reis de ouro –. O autor gosta também de Manaus sobre a qual diz que se estava transformando em uma das mais belas e modernas do Brasil com os seus prédios “de proporções grandiosas”; resume a história da cidade e detém-se na descrição da época de esplendor que vivera a cidade a finais do XIX e começos do XX com o comércio da borracha, período em que afluíram à cidade “importantes contingentes de europeus, especialmente de portugueses e espanhóis” (Las Casas, 1939: 19). Acompanhado de um grupo de manauenses amigos seus que lhe servem cicerones para entender o “intrincado labirinto do folclore local”, decide observar como se passava a Noite de São João em Manaus. Ele diz (Las Casas, 1939: 21): “recordando as vésperas de São João que passei em Bruges, em Berlim, em Gênova, em Dar-queb-Dani, em Sabucedo de Montes, em Toledo... pus o maior cuidado em observar como aqui se celebra a tradicional festividade”. As primeiras horas dessa noite passa-as em uma chácara onde lhe servem munguzá, do qual diz que se parece muito ao “galaico arroz com leite”, e aluá, que lhe lembra a “bica galega” e logo vai até uma fogueira, frente à qual conversa com várias moças. Uma delas presenteou-no com um ramalhete de ervas aromáticas com as que perfumar o seu banho e assim afugentar os maus espirilos e uma outra regalou-no com um pacote de folhas secas, a quem Las Casas pediu que lhe falasse em tupi⁵³¹. Durante o seu passeio pelo lugar onde estavam as fogueiras, depara-se com alguns fatores da festa que o motivam a fazer mais comparações com a Galiza. Assim, ele diz que em Manaus, durante a noite do 23 de junho, viu “inúmeros altares pequenos de S.

⁵³¹ Eis a descrição que faz Las Casas (1939: 22) do encontro com essa moça: “Certa moça, adivinhando sutilmente a minha qualidade de estrangeiro, ofereceu-me um pacote deliciosamente cheiroso, contendo folhas secas de “casa preciosa”, “macaca-purunga”, “priprioca” e “pau-rosa”. Pedi-lhe que me saudasse em tupi, e ela, muito lida e instruída, recitou-me estes versos dulcíssimos: “Seretama uricú palmeira,/ mameme lugare caruchue,/ uratau mingá pucusáua/ repatrizana manu iché”... Alguém disse-me logo que se tratava de uma tradução perfeita do famoso poema de Gonçalves Dias: Minha terra tem palmeiras/ onde canta o sabiá...”.

João, cobertos de flores e velas acessas” nos quais deixou uma moeda, “tal como fazia o povo em Orense no meu altazinho da Praça do Corregedor”, que ouviu “o estrondo de uma descomunal batalha pirotécnica” semelhante à das festas populares de Mundil (Cartelhe) e que sentiu tentações de subir ao pau de sebo chamado “cucana” na sua terra (Las Casas, 1939: 22-23). O autor encerra a narração da sua vivência da Noite de São João em Manaus referindo-se a um baile em que permaneceu até que se fez de manhã, o Baile do Clube Nacional “onde se reunia a sociedade elegante” onde travou conhecimento com muitas e belas moças e bebeu guaraná, do qual relata uma lenda indígena sobre a sua origem.

Nas seguintes páginas que dedica ao relato da sua estadia em Manaus, Las Casas centra-se na descrição da “vida intelectual” da cidade, que ele qualifica de “riquíssima” e sobre cujos escritores lavra linha de admiração. Ao visitar o Instituto Histórico e Geográfico da cidade destaca que os moinhos de pedra indígena custodiados na museu etnográfico são “semelhantes àqueles que temos encontrado nas nossas *citánias* ibéricas” (Las Casas, 1939: 25) e logo de visitar a Academia Amazonense de Letras julga que na cidade se lê muito e se lê bem⁵³². Com um desses escritores – Nunes Pereira –, logo de deixar a casa de uma rua de meretrício onde passaram a noite, visita o pitoresco mercado, cujas frutas experimentos e cujos peixes nomeia. Com um outro guia, o prefeito Antônio Maia, vai até o ave-aquário municipal e visita os principais prédios – a matriz, escolas, igrejas, o teatro –, sobre um dos quais, a ermida do Pobre Diabo, faz o seguinte comentário: “construída por um simples emigrante que, não por tornar-se milionário mais tarde, perdeu a sua condição de pobre diabo...” (Las Casas, 1939: 30). Um dos almoços foram no Consulado do Peru e com o interventor do Estado – Álvaro Maia – faz um passeio de canoa até o lago Amanium, durante o qual descreve com entusiasmo a flora e a fauna amazônicas, detendo-se especialmente nas vitórias-régias.

⁵³² Eis a avaliação que faz Las Casas (1939: 26) dos hábitos leitores em Manaus: “Em Manaus lê-se muito e sabe-se ler. Publicam-se quatro diários que, somadas as edições, equivalem a 7.000 exemplares por dia, e três ou quatro pequenas revistas. Visitei bibliotecas particulares com mais de 4.000 volumes. Há muitas livrarias e bem nutridas, e o comércio literário é muito intenso. Um livreiro, muito experimentado e inteligente, disse-me uma tarde: cá os livros apodrecem nas prateleiras sem alma piedosa que os compre; no entanto os bons vendem-se em grandes quantidades. Aventurei algumas perguntas: – Qual é o autor brasileiro mais procurado? – Machado de Assis. – E quais os autores estrangeiros? Thomas Mann, Chesterton e Stefan Zweig. – Que livro vende mais de Zweig? – *Fouché*. Confesso que fiquei assombrado, e muito mais me surpreenderia se não soubesse que esta é a terra de Heliodoro Balbi, de Th. Vaz e de Raimundo Monteiro, poetas de primeira magnitude, e que aqui se educaram e renovaram o grande lírico Aníbal Teófilo e o douto polígrafo Araújo Filho”.

O seguinte capítulo – Cap. III Em procura do Muiraquitã – é iniciado com a exposição de uma vasta bibliografia sobre as “ubérrimas terras amazônicas”. Las Casas, de centenas de livros, diz haver selecionado alguns títulos que ele considera indispensáveis para conhecer as características físicas e a formação identitária da região⁵³³. Logo conta algumas lendas que ele ouvira sobre a pedra preciosa muiraquitã e prossegue a narração da viagem, no navio Cuiabá, pelo rio Negro e pelo Solimões, sendo Santa Maria o primeiro porto que ele menciona na sua descida pelo, já, rio Amazonas. A atitude cordial que assume o autor ao longo de toda a viagem faz com que a travessia até o mar, presumivelmente bastante incômoda ao bordo do Cuiabá, transforme-se em uma travessia exótica de convívio plácido com os outros passageiros e com a tripulação⁵³⁴ e de observação alucinada das tonalidades da selva. Sobre ela diz: “Que prodigiosa é a selva! Dá-nos a impressão de uma policromia alucinante e, no entanto, é verde, só verde, mas dum verdor que se desfaz

⁵³³ As leituras recomendadas por Las Casas (1939: 33-34) para quem pretenda documentar-se sobre as terras amazônicas são as seguintes: *À margem da história*, de Euclides da Cunha; o primeiro capítulo de *Lendas e Águas-fortes*, de Pêricles Moraes; *Primeiras noções de tupi*, de Plínio Airosa; *Pussanga, Contos do Amazonas e Matupá*, de Peregrino Júnior; *Geologia do Pará*, de Frederico Katzer; *Os Ingaraunas, Na planície amazônica*, *O país das pedras verdes*, *O mirante do baixo Amazonas e Aluvião*, de Raimundo de Moraes; *Comissão brasileira no vale do Amazonas*, de Avelino Inácio de Oliveira; *Marupiará*, de Lauro Palhano; *Os caçadores de cabeças do Amazonas*, de Up de Graff; *Terra de ninguém*, de Francisco Galvão, *Seiva e Dicionário de crendices amazônicas*, de Osvaldo Orico; *Terra de Icaruiba e Zapa*, de Abguar Bastos; *O vale do Amazonas*, de Tavares Bastos; *Viagem ao Brasil*, de Agassiz; *Em busca do ouro*, de Aurélio Pinheiro; *Poemas amazônicos*, de Francisco Pereira; *A selva*, de Ferreira de Castro; *Inscrições e tradições*, de Bernardo Ramos; *História do Amazonas*, de Artur Reis; *Amazônia misteriosa e A Amazônia que eu vi*, de Gastão Cruls; *Amazônia, a terra e o homem*, de Araújo Lima; *O inferno verde*, de Alberto Rangel; *O país das Amazonas*, de Sant’Ana Nery; *Viagem ao redor do Brasil*, de Severino da Fonseca; *Gleba tumultuária*, de Aurélio Pinheiro; *Deserdados*, de Carlos de Vasconcelos; *Amazônia ciclópica e A cabanagem*, de Jorge Hurley; *Panoramas amazônicos*, de Anísio Jobin; *O circo sem teto do Amazonas*, de Ramayana de Chevalier; *Terra cabocla*, de Joana Machado; *Amazônia*, de Honório Silvestre; *História do rio Amazonas*, de E. Santa Rosa; *Terra imatura*, de Alfredo Ladislau; e *Porque me ufano do meu país*, do Conde de Afonso Celso.

⁵³⁴ Las Casas (1939: 37-39) literatura com humor tanto o carregamento transportado pelo Cuiabá quanto os passageiros que o acompanham: “Nossa embarcação é pitoresca mais do que possa imaginar-se. Os demais passageiros são estudantes e caixeiros que passam o dia a jogar cartas. A carga... quisera eu que vocês vissem nossa carga: castanhas, tartarugas vivas, madeiras preciosas, macacos, borracha, perus, papagaios, peles, tucanos, galinhas, vacas, passarinhos muito bem engaiolados... Outra arca de Noé, com pombinhas e tudo. Entre os grãos viajam um padre muito novo, muito loiro e muito afiado, que me lembra a São João da Cruz; um polícia que sabe de cor mais de um milhar de poemas de amor; o gerente da Companhia em Manaus, autoritário como se fosse o presidente do Bank of London; uma morena misteriosa, que poderia ser a Menina Chole, de Valle Inclán, e o meu inestimável amigo Jacinto Cavalcanti, que, depois de cada refeição, oferece charutos baianos à vontade, e alimenta a palestra com anedotas do mais fino humorismo. Chama-me a atenção um grupo de marujos que, na sala de jantar, ocupa a mesa imediata à minha; sempre estão calados e, apenas servido o café, vão-se para os seus beliches sem conversar com ninguém. Indago do meu camaroteiro. É a oficialidade naufraga do “Benjamin”, que há pouco se perdeu no Acre. Procuo fazer-me amigo deles. Que triste lhes é esta viagem de volta, em navio estranho, sem nada que fazer, torturando-se a toda a hora com a visão dos colegas, satisfeitos como em casa própria. [...] Quisera ser milionário para comprar um barco, carregá-lo de livros e oferecer-lho, para que fossem por esses mares fora a matar suas saudades”.

em mil matizes, em mil tonalidades, em mil qualidades diferentes, parecendo que estamos a ver todas as cores imagináveis” (Las Casas, 1939: 39).

A partir de Santa Maria, e até chegar ao estuário do Amazonas, Las Casas descreve a natureza justafluvial e refere-se às localidades em que o navio fundeia. Diz o autor que ele nunca se impressionara, que sempre reagira com insensibilidade, perante algumas das mais famosas paisagens européias pois ele só ficava prendido por aquilo que era “originariamente humano”. Todavia, ele sentiu que essa constância nele mudara ao contemplar as paisagens ribeirinhas do Amazonas:

Pela primeira vez na minha vida, sinto-me deslumbrado perante este verdor profundo e múltiplo que atrai e que repele, ora em sonoridades de polifonia dulcíssima, ora em esquivos silêncios milenários. Esta selva tenta-me e aterroriza-me. Há talvez em mim, acima de qualquer outro sentimento, um estremecimento infinito de piedade. Piedade do curumí risonho que não vê a morte ao pé de si, da mulher enternecida que abrange os quatro horizontes na abundância da sua cósmica maternidade, do caboclo misérrimo que, à porta do seu palafita minúsculo, olha com desdém os grandes navios que apitam imperiais e oferece-nos sorridente a ilimitada alegria da sua pobreza. Sim, piedade dele... que acaso se encontrou a si mesmo (Las Casas, 1939: 44-45).

Aproveitando às menções aos embarcadouros em que o Cuiabá aferra, Las Casas dá detalhes do devir do vapor na vida portuária, da sociedade ribeirinha e do comportamento de passageiros e tripulantes, e descreve uma fauna e uma natureza que o comovem (“Tenho a impressão de que estou assistindo à formação da terra, de que sou uma testemunha do Gênesis” Las Casas, 1939: 40). Cita os seguintes lugares Itacoatiara, Urucurituba, S. Raimundo, Céu, Parentins, Santa Júlia (já no Estado do Pará), Juruti, Óbidos, Fazenda, Santarém, Antônio Lemos, Floresta e São Francisco, Camaleão, delta de Marajó, Cocal e Jararaca. Neles o Cuiabá aferra ou para embarcar ou desembarcar passageiros ou mercadorias, ou para se abastecer de madeira. Em Céu, Las Casas aflige-se ao ver a exploração das crianças na estiva⁵³⁵; em Parentins desce e aceita o convite do vigário

⁵³⁵ Embora o atribua a cena das crianças trabalhando, Las Casas (1939: 40) opta por não fazer nenhum tipo de denúncia social: “Volta a carregar lenha. Cem navios como este esgotariam a selva. Angustio-me de ver crianças de seis ou sete anos carregando feixes que eu não seria capaz de suportar. Lembro: “O circo sem teto do Amazonas”, de Ramayana de Chevalier; poucos livros li na minha vida, que tanto me arrepiassem. Enfim, é melhor não compreender...”. De fato, ele (1939: 42) expressa com maior intensidade a dor que causa ver como, no porto de Fazenda, estavam quatro bois “Carregamos quatro bois. O espetáculo é dolorosíssimo. O “Cuiabá” fundeia a pouco mais de vinte metros duma paliçada, onde está o gado. Um caboclo prende num grosso cabo as hastas do quadrúpede, que assim é puxado de bordo; depois um guindaste o levanta, e deixa-o cair no porão, como se fosse um embrulho qualquer. O boi queixa-se em longos mugidos que enchem a noite, como o vento dos maus augúrios, e fazem arrepiar os mais corajosos”.

italiano Paulo Ranci para tomar uma xícara de café, e na vila encontra crianças angelicais que contrastam com as mal-tratadas de Céu (“As crianças que nos cruzam nas ruas, vêm beijar-lhe [ao vigário] a mão, e – anjos de candor e de inocência! – querem beijar também a minha”); em Óbidos lembra os portos da costa galega “assim risonhos e amorosos”; em Santarém percebe a abundância da toponímia portuguesa no lugar (“Estamos numa zona coberta de toponímias lusitanas: Óbidos, Belém, Santarém, Vista-Alegre, Sintra, Faro, Bragança, Alcobaça, Almeirim...”) e em Cocal poja de novo para comprar cigarros (“São cinco horas. O barman esgotou seu “stock” de cigarros e há três horas que estou sem fumar. Salto em terra. Fico assombrado vendo que neste botequim paupérrimo se vendem as marcas mais diversas e caras, e em melhores condições que a bordo”). Quando, em Jararaca, alcança o estuário do Amazonas, Las Casas narra o impacto que lhe produz a contemplação da paisagem. Diz que, se dele dependesse, denominaria esse estuário “Porta do Céu”, pois ele duvida que “no mundo haja perspectivas semelhantes” e vaticina: “E este será o grande pórtico onde sairão, um dia, o dia fáustico dos grandes mitos renovados, a dizer ao mundo que no Paraíso Terrenal Amazônico surgiu uma Humanidade nova” (Las Casas, 1939: 46).

No Capítulo IV – O empório vazio –, Las Casas descreve Sta. Maria de Belém do Grão Pará, cidade que lhe parece “lindíssima”, elegante e de um ar que “tem qualquer coisa de genovês” – “metade quartel general e metade porto mercantil” –, e na qual desembarca. Na descrição de Belém, mantém o mesmo modelo que usara com Boa Vista e Manaus, isto é, resume primeiro a história da urbe e logo refere-se à sua vida cultural. Na resenha da história da cidade, o autor assinala o papel desempenhado por ela durante a União Ibérica⁵³⁶. Após citar e caracterizar os principais monumentos da cidade, apostila “Justo é reconhecer que todos esses monumentos, em geral, estão bem conservados e são restaurados cuidadosamente” (Las Casas, 1939: 49). Todavia, observa que, esgotado o ciclo

⁵³⁶ Las Casas sempre destaca as conseqüências havidas no Norte do Brasil da União Ibérica ou a rivalidade hispano-lusa na marcação das fronteiras brasileiras. Já no primeiro capítulo – Navegando o rio Branco –, Las Casas (1939: 9) mencionara os vestígios da luta fronteiriça entre portugueses e espanhóis na região ao redor do castelo de São Joaquim, em Roraima. No Cap. IV – O empório vazio – refere-se à importância do, no séc. XVII, acampamento de Belém para o desbravamento, e o comércio, dos sertões setentrionais: “daqui saíram, em direções opostas, os conquistadores e os traficantes, soldados e mercadores, que, heróica ou economicamente, serviam à católica e hispânica majestade dos Filipes. Extraordinários foram então o valor militar e a importância econômica de Belém, e não houve capitão que não cobiçasse seu mando nem casa rica que ignorasse os seus tesouros. Daquela era imperial conservam-se a igreja de Santo Antônio, construída em 1626, e o convento dos Mercedários, cuja construção data de 1639” (Las Casas, 1939: 48).

do ouro que enriquecera a cidade, Belém entrara no estancamento econômico, do qual ainda não se recuperara e que se manifestava na precariedade dos serviços públicos prestados, excetuando o ensino. Dirigindo-se explicitamente aos turistas que possam ser os seus leitores, recomenda a visita ao Museu Comercial, de madeiras preciosas e “mil raridades mais”, à sede da Comissão de Limites, com fundos de etnografia, fotografia e cartografia, e ao Museu/ zoológico Goeldi, de fauna e flora equatoriais. Na narração da sua visita ao Goeldi, informa que sentiu como ele reagiu ao contemplar alguns dos animais do zoológico; dentre eles, salienta a pomba galega (*Columba cayennensis*), da qual diz “me fez lembrar meus gratos horizontes de Espozende” (Las Casas, 1939: 53). Encerra a crônica, fazendo um comentário que extrapola a mera relação do seu passeio pelo Goeldi. Contrastando as aves engaioladas com as livres, expõe o seguinte:

Entre as jaulas crescem árvores esquisitas, dessas que só os poetas vêem nas noites de boêmia, árvores de troncos cinzentos como a pele das cobras, de galhos nervudos como braços de titãs e de folhas esmaltadas como leques japoneses. Alguns passarinhos livres cantam aqui e ali, em pios aflitos que me comovem. Não sei se estão enfeitados por tantos bichos misteriosos, ou se têm pena de não ter encontrado lugar na jaula alucinante das garças. Que bem estariam – coitados! – entre as garças ducais, estes pobres passarinhos abandonados que choram inconsoláveis o fracasso da sua liberdade! (Las Casas, 1939: 54).

De Belém, outrossim salienta a Biblioteca Pública, “onde se reúnem os intelectuais mais estimáveis da cidade”, cujos nomes menciona, e traça um cronograma sobre os hábitos dos paraenses ao longo de um dia útil. Assim, indica que a vida na cidade começa muito de manhã, “ao romper da aurora” na margem do rio, onde “duzentas embarcações de vela” desembarcam as suas mercadorias. Continua no mercado do “Veropeso”, do qual descreve o seu variado tráfego e, “entre as nove e as onze da manhã”, desloca-se para a rua João Alfredo, “onde se alinham as principais casas de comércio e bancos, e as confeitarias e cafés elegantes” (Las Casas, 1939: 58). Essa rua, pelo ambiente social simpático, lembra a Las Casas a “calle de las Sierpes”, pois “Todos se cumprimentam, se abraçam, se convidam, se prodigam conversas. Elas são de extraordinária beleza e eles de nobre elegância, e assim a rua dá um motivo de vida social, à qual não deve faltar nenhuma pessoa de linha” (Las Casas, 1939: 58). Das onze às cinco da tarde diz o autor que, devido ao calor, as ruas ficam desertas, recolhendo-se os cidadãos nos seus escritórios ou nos seus domicílios. Logo, durante meia hora, chove torrencialmente (“E assim acontece todos os

dias, à mesma hora, com pontualidade de quartel prussiano. Devo advertir que as noites são verdadeiramente deliciosas” (Las Casas, 1939: 59). A partir das seis e meia, os cidadãos em geral, com independência da sua condição social, passeiam pela praça da República, “onde estão o teatro, os cinemas, os melhores hotéis”. Das oito às dez, freqüentam-se o teatro, os cinemas, os clubes e os centros esportivos, e “a melhor sociedade” acode a pequenas festas oferecidas em residências distintas, dentre as quais sobressaem os consulados da Argentina, Japão e Colômbia. Sobre essas festas, acrescenta Las Casas (1939: 59): “Em uma dessas reuniões, muito apreciadas pelas colônias estrangeiras, tive o prazer de conhecer o famoso conde Koma, japonês, estabelecido no Pará há alguns anos, e o prestigioso general Vacarezza, argentino, que goza em seu país de posição de destaque”. Encerra os seus comentários sobre Belém, expressando que lhe chamara a atenção a grande tolerância que havia na cidade para as questões políticas e religiosas⁵³⁷ e fazendo uma comparação entre o Belém e o resto das cidades brasileiras para entender a razão de graça da mocidade belenense:

Chamou-me especialmente a atenção a mocidade, de uma simpatia e vivacidade tão extraordinárias que por vezes creio que estou no Rio de Janeiro. Tanto a mulher como o homem, em 90% dos casos, freqüentam com positivo aproveitamento os centros de ensino, gostando muito de relacionar-se com os forasteiros e procurando a sua convivência se o hóspede oferece algum interesse intelectual. Não deixou de estranhar-me o alegre espetáculo juvenil que apresentam as ruas, praças e jardins. Em outros Estados do Brasil, talvez por influência portuguesa, os meninos, a partir dos oito anos, vestem-se como homens. Aqui, não. Aqui, como na Espanha, e na Europa Central, a meninice se prolonga no vestuário até os quinze e dezesseis anos: – calças curtas, meias escocesas, camisa aberta, cabeça descoberta... É esta uma das razões porque Belém tem uma alegria que facilmente se contagia e prende na mais grata das recordações (Las Casas, 1939: 60).

O Cap. V – A cidade das lágrimas – é dedicado à cidade de São Luis do Maranhão, aonde Las Casas chega de navio – o Araranguá – do qual evoca, antes de desembarcar, a Gonçalves Dias, afogado em naufrágio na frente da mesma costa que ele contempla. Diz Las Casas que, sem São Luis, não se poderia escrever a história da civilização americana e que, nessa cidade, haveria que entrar ajoelhados por, no Maranhão, ter nascido “Gonçalves

⁵³⁷ Os indícios que observa Las Casas (1939: 59-60) da “grande tolerância em questões políticas e religiosas” é, no entanto, muito relativa. A tolerância política sente-se na “infinitude de cartazes da última propaganda eleitoral, que ninguém se deu ao trabalho de arrancar” e a religiosa nos “cemitérios de vários cultos”. Em relação à liberdade religiosa, o autor, de todas as formas, matiza que a maior parte dos paraenses é muito católica e devota, o qual, segundo ele, é patente na “suntuosidade da sua basílica de Nazaré, que se está construindo com magnificência deslumbrante”.

Dias, Raimundo Correia, Graça Aranha, Coelho Neto, Humberto de Campos...” (Las Casas, 1939: 62). De fato ele crê que ele teve uma “imensa sorte” (Las Casas, 1939: 63) por ter podido conhecer a cidade. Já antes de desembarcar, olhando de distância São Luis, a cidade parecia-lhe idílica:

E que linda é a cidade daqui! Palácios imensos com a linha dos mais ricos templos coloniais: igrejas e mais igrejas, com torres que lembram claridades bracaraenses; palmeiras que se levantam altíssimas, com elegância impar, bairros de pescadores, saudosos como alfamas de romance, rampas de marujos, onde as crianças brincam de marinheiros, o remo ao alto e as pernas nuas, como nos quadros de Ramon de Zubiaurre; pombas que esvoaçam com candura veneziana, urubus que espreitam a baixamar no telhado dos altos mirantes conventuais (Las Casas, 1939: 62).

Na narração que, sob o título de O Santuário, dedica ao seu passeio pela cidade, diz que percorreu as ruas sem um rumo previamente definido; destaca a beleza e o luxo do Palácio do Governo, cita as igrejas que visitou e as praças e ruas, caracterizando as suas peculiaridades que, já de por si, estão indicadas na sua nomenclatura. Nesse sentido, o autor lamenta que estivessem sendo trocados os nomes tradicionais por outros que não correspondiam à história dos viais:

Os últimos prefeitos pouco inteligentes, tiveram a infelicidade de trocar estes rótulos por nomes de políticos que ninguém conhece e de escritores que, se vivessem, protestariam indignados contra a irreverência. Deveria ditar-se uma lei, para o mundo todo, que proibisse a renomeação de ruas seculares (Las Casas, 1939: 64)

Diz ter gostado muito do Convento do Carmo, em cujo claustro se respira uma paz “que limpa até os últimos e mais escusos recantos da alma...”, embora lamente tanto a recente intervenção de “um bárbaro pintor italiano” que transfigurou as pinturas da igreja quanto a modernização dos altares com mármore e imagens “de péssimo gosto”. Ao igual que fizera com as outras cidades do Norte, o autor resume a história de São Luis, focalizando a conquista e a fundação do primeiro arraial, e as invasões francesa e batava, e cita os nomes de intelectuais maranhenses “de sólida cultura”, de “talento e sensibilidade”, conhecedores da história da cidade e de lendas locais, com alguns dos quais passeou uma noite pelos “becos afora”. Eles deram-lhe a experimentar tiquira, qualificado por Las Casas como “um álcool de mandioca digno de figurar na romana Rupe Tarpeya” (Las Casas, 1939: 72). O autor expressa que gostou muito das noites maranhenses (“ai as minhas inesquecíveis noites maranhenses” Las Casas, 1939: 73); do ocorrido na acima mencionada faz uma anedota a partir da visão de um casal se beijando:

Nunca passei horas tão agradáveis e delas guardo uma visão difícil de esquecer: numa rua escura, lóbrega, de negrura impenetrável, dois namorados palestravam na porta humílima dum casebre; ela era branca e vestia de negro, ele era preto e vestia de branco. Estremeci de terror. A impressão foi de que ao moço lhe cortaram a cabeça e assim, decapitado, conversava com a cabeça da sua amante prendida nas sombras como uma lua cheia que caísse à altura dos seus olhos (Las Casas, 1939: 72).

Mas, ao se referir à conservação do patrimônio histórico de São Luis, Las Casas (1939: 72-73) escreve “S.O.S.” pois tinha observado que, sob a alegação de modernizar e com “a mania de norte-americanizar tudo”, deitavam-se por terra sobranceiras construção coloniais. Ao respeito escreve um discurso e um epitáfio em, que uma cidade de São Luis onomatopaica se queixa do seu abandono e suplica que não perturbem a sua alma⁵³⁸.

Em São Luis, Las Casas visita também os bairros pobres, cujas casas como “não há luz elétrica” alumiam-se com lampiões que as fazem parecer “antros de bruxaria”. Ele observa que as paredes dessas casas estão repletas de estampilhas, dentre as que se destaca a do santo protetor da família, ao redor da qual se vêem “flores murchas e lâmpadas de cemitério”. O autor entra em uma casa desses bairros, habitada por uma família de pretos – minas – com a que entre em contato. Sobre a sua visita a essa casa e sobre a conversa com a matriarca – a senhora Andréia – da família que nela morava faz um relato em que deixa entrever que se tratava de uma residência em que funcionava um terreiro de candomblé. O autor, a pesar de levar quase três anos no Brasil, parece desconhecer o que é o candomblé e considera que o que lhe mostram é o pátio onde se realizam as danças pagãs que organiza a tradicional e nobre família de afro-brasileiros que ocupa o imóvel. Las Casas inclusive pergunta à matriarca se ela é adivinhadeira, arte da qual ela renega⁵³⁹.

⁵³⁸ O queixume e a súplica que para a cidade de Maranhão escreve Las Casas (1939: 73) é este: “quando os renovadores dormem e os poetas velam, quando a árvore mais pequenina canta uma quadra e a pedra mais insignificante diz uma confidência, a cidade abre o seu coração ferido e conta ao vento as suas mágoas atormentadas. Salvai-me a alma! – parece gritar, desfeita em lágrimas. Que não fique nada de mim, que não deixem torre sem derrubar nem jazigo sem abrir, mas que respeitem a minha alma, que se detenham perante a glória da minha velhice indefesa, que não injuriem a preclara grandeza do meu nome. Deixem o campo vazio e ponham nele uma cruz, como nos cemitérios, com este epitáfio: Cá fulgiu durante quatro séculos o esplendor de uma civilização venerável. Aqui havia uma cidade majestosa que contou por centenas seus filhos ilustres. Preferiu a morte à servidão”.

⁵³⁹ Esta é a crônica que narra Las Casas (1939: 65-66) sobre a sua visita ao terreiro de candomblé: “CASA DE MINAS. Num dos bairros pobres, visitei uma casa de Minas; em Maranhão há algumas famílias de cor e são chamadas Minas, lembrando a sua origem africana. Bom é saber que na raça negra há também classes sociais e linhagens que se julgam de ascendência nobre. As genealogias chamam-se linhas, e assim ouvimos dizer com orgulho: – Nós somos de linha Ecum, e não nos misturamos; nosso filho João casou na linha Eboim e muitos remorsos o afligem... Pois bem: as linhas mais aristocráticas que estão no Brasil vivem no Maranhão. A casa que eu visitei, grande, abastada, muito limpa e arranjada, é das mais distintas. Habita-a a senhora Andréia com quatro filhos e vários netos. A senhora Andréia parece que não gosta de estranhos, mas é

No meio do capítulo A cidade das lágrimas insere um item – Intervalo lírico – dedicado à Espanha, justificando-o pela recepção de correspondência em que lhe notificam a morte de amigos seus:

Não há carta que me venha da Espanha em que não me participem a morte de meia dúzia de amigos e em quantas revistas e jornais da pátria encontro, comprovo horrorizado que é a secção necrológica a mais extensa e noticiosa. A guerra acaba com uns; as conseqüências da guerra – privações, desgostos, preocupações... – dão conta dos outros (Las Casas, 1939: 68).

Nesse intervalo lírico expressa a “profunda e inconsolável tristeza” que sente ao imaginar que, no seu regresso à Espanha, terá que ir de cemitério em cemitério para se encontrar com os seus. Nesse sentido, diz crer que as cidades espanholas transformaram-se em necrópoles e pensa que em alguma “cidade dos mortos” terá que viver para se sentir ele mesmo. Em relação a isso, Las Casas faz a seguinte declaração:

Estou na idade dantina e dantesca, nel mezzo del camin di nostra vita... Na idade terrível em que principiamos a sentir que os caminhos já vão encosta abaixo. Há tempos que se acabou a ascensão, e a horizontal, o planalto, cerrou já o seu parêntesis de pretérito. Parece que nos precipitam para o abismo, aquele abismo cujas descrições líamos ontem em prosas que julgávamos obra de pura imaginação. E já o pressentimos, o vislumbramos, o cheiramos...

Quando voltar, estarei nessa idade tristíssima em que não se conhecem os jovens – porque nunca se olha para trás, nem se encontram os velhos, porque se foram para sempre, e assim, repentinamente, em grandes grupos, como temerosos de partir um a um, como horrorizados de morrer todos a um tempo. Ah, como nos assustava, quando éramos garotos, a morte de um amigo! Se muito, acontecia

hospitaleira quando se lhe entra pelas portas a dentro. Visitei-a em companhia do dr. Tarquino Filho, que frui na cidade grande prestígio, e ela desfez-se em atenções para conosco. Passamos ao terreiro, onde se celebram as danças nas noites consagradas, danças litúrgicas que duram três e quatro dias. Aqui está o *rum*, o grande tambor ritual, e o *arguidaví* com que se bate o *ogám*, o sino de ferro que dá sons apavorantes; *Ebó-Bodúm* é o deus, e Eban chama-se o guia que inicia os neófitos. À sombra dum cróton docemente vermelho e triste, palestramos amigavelmente, e saboreamos uns deliciosos saptis, tão gostosos como nunca comi outros. – A senhora adivinha o futuro? – perguntei-lhe com algo de impertinência? – Esta não é casa de feitiçaria – respondeu-me a velha com dignidade. A – Vivemos de acordo com os nossos hábitos e continuamos o culto dos nossos antepassados. Não fazemos mal a ninguém, nem tomamos conta das vidas alheias. Fiquei envergonhado. A lição provava, demasiadamente, tanto a sua gentileza como a minha irreverência”. No Cap. VI – No rum-rum da fábrica –, dentro do relato de uma anedota acontecida ao se lhe apresentar um poeta cearense de nome Carlyle, ironicamente irá Las Casas reconhecer a sua ignorância, e a sua indiferença, em assuntos relativos ao espiritismo: “Não sei exatamente o que é espiritismo, nem jamais, por sorte ou por desgraça, li duas linhas sobre este tema que a tantos empolga. Sinto uma vaga idéia de ter ouvido que é ciência cujo fim principal consiste em promover encontros com os mortos. Se estou errado e você, leitor, gosta de espiritismo, perdoe a ignorância. Neste caso julguei que algum amigo espiritista para consolar-me, teria chamado Carlyle. Mas Carlyle era de fato assim? Outro problema terrível: minha ignorância é tanta que não sei se os mortos aparecem com seus próprios corpos ou se nos visitam encarnados num camarada qualquer. Cícero, por exemplo, aparece vestindo toga, como nas estátuas que adornam os pórticos das bibliotecas públicas, ou de casimira paulista, como qualquer grã-fino da Brasileira? Esmagadora dúvida!” (Las Casas, 1939: 80-81).

esta desgraça uma vez por ano; era algum camarada de colégio, débil, adoentado, que, como diziam as boas senhoras da minha vizinhança, tinha estudado demais. Agora morrem os amigos todos os dias e parece-nos a coisa mais natural do mundo...

Chove, torrencialmente, e como na minha Compostela longínqua e idolatrada; a calçada reflete lindas torres barrocas e pomposos portões de palacetes, como aquelas sacras lousas da Rua Nova nas noites diluviais do Natal. Das mornas cinzas da memória, vem-me aos olhos uma quentura muito doce, que acaba por se desfazer numa baga de lágrimas. A saudade é algo mais que literatura. Os poetas da idade média eram mais justos e diziam “soidade”, porque sabiam que nascia do estar só, de sentir-se só, da angústia de viver e morrer só.

Espanha está toda suja de sangue, toda cheia de mortos. Tenho pena de mim. Aquela pena de lembrar os que foram com a dor de não tê-los amado bastante... (Las Casas, 1939: 69-71).

O seguinte capítulo, Cap. VI – No rum-rum da fábrica, transcorre na “próspera e riquíssima” cidade de Fortaleza, capital do Ceará, aonde também chega de navio, por mar. Em Fortaleza Las Casas passa entre “dez ou doze dias”, sempre desorientado⁵⁴⁰. Esse desconcerto explica-o pelas rápidas mudanças, consequência do crescimento econômico, que estavam a afetar à cidade e que para meados do séc. XX, no cálculo de Las Casas, a teriam convertido em “uma das maiores cidades da costa atlântica”. De Fortaleza, o autor também conta algumas das suas efemérides, explicando por extenso os efeitos entre a população da seca de 1877:

A população emigrou – uns setenta por cento – indo a maioria colonizar o Amazonas, onde muitos morreram, mas não poucos, pela proverbial tenacidade cearense, se enriqueceram. Estes emigrantes chamaram-se “paroaras” e a sua vida, a mais arriscada aventura brasileira, inspirou uma conhecida novela de Rodolfo Teófilo (Las Casas, 1939: 76).

⁵⁴⁰ A causa da sua desorientação em Fortaleza é assim explicada por Las Casas (1939: 78): “quando acreditava estar num grupo de abastados comerciantes, logo percebia que me achava entre intelectuais; quando me imaginava numa praça recém-construída, eis que me encontrava no coração da vila colonial. As aparências eram sempre, inexoravelmente, a antítese das realidades. De contínuo me dominou a idéia de estar visitando uma dessas grandes fábricas em que trabalham milhares de operários em meio a uma balbúrdia enlouquecedora. Aqui percebeis a pobreza ali a opulência; ora estais com técnicos que transbordam de sabedoria, ora dialogais com indoutos operários que trabalham quase por instinto. Acabais sem compreender coisa alguma, sem ver absolutamente nada. Assim, no torvelinho de Fortaleza, eu me senti sempre desorientado”. A respeito dos contrastes, ele também assinala que: “Nada indica que este seja um ambiente universitário, mas um centro comercial de primeira ordem, e, contudo, só a Faculdade de Direito é freqüentada por mais de 200 alunos. Há uma imensa população flutuante e só um grande hotel. É a capital das secas e suas águas são puras e abundantíssimas. Eis, por fim, uma nota para cúmulo de contradições: P campo cearense é árido e inóspito: o seu clima é duro, difícil de suportar-se. Pois bem: aqui vive uma senhora – d. Cândida Guedes – que conta mais de cem anos de idade e tem 18 filhos (o mais velho passa dos 84), 81 netos, 470 bisnetos, 180 trinnetos... Um total de 753 descendentes diretos. Haverá maior cúmulo de contradições” (Las Casas, 1939: 78).

Las Casas repara também nos nomes da rua Fortaleza e assinala que muitos deles ou remetem à memória imperial brasileira ou aos povos indígenas. Qualifica a atividade das ruas que ele observa como febril e compara-a à das zonas mais movimentadas de São Paulo. Outrossim dedica uma seção aos intelectuais cearenses – Recordações gratas-Vida intelectual – em que, sumariamente, analisa o campo cultural – literatura, pintura, folclore e jornalismo – da cidade e nomeia alguns dos seus integrantes. Ressalta a importância dos grêmios colegiais, da Academia Cearense de Letras e da Academia de Letras do Ceará, avalia a Girão Barroso como “um dos poetas novos mais importantes do Brasil” e diz não poder falar dos escritores idosos por serem inúmeros e por ele não conhecer a sua obra. Além disso, agradece o tratamento que recebeu do intelectual Jorge Moreira da Rocha, “fidalgo pelo sangue e pelo coração”, e do romancista Jader de Carvalho, de quem diz que “esquecendo o abismo ideológico que nos separa, me prodigou com inestimável largura quantas considerações podem ser dispensadas a um hóspede” (Las Casas, 1939: 83). Dentre os poetas populares, destaca especialmente a Juvenal Galeno, então finado, cuja casa, transformada em museu, visita e na qual ministra uma conferência⁵⁴¹. Sobre a casa-museu diz que é “visitada por centenas de turistas, celebram-se freqüentemente festas de arte interessantíssimas, e recebem-se os intelectuais forasteiros com magnífica hospitalidade” (Las Casas, 1939: 79). Las Casas também é recebido no colégio dos maristas em Fortaleza. Lá lhe é oferecida uma festa “carinhosa” ao longo da qual ele se emociona ao proferir o seu discurso, iniciado com as palavras “meus respeitadores professores e queridos companheiros”, justificadas por ele ter-se educado durante oito anos em um colégio marista na sua “pequena cidade natal”. A narração da sua visita a esse colégio intitula-a Em minha casa. Encerra-a informando de um trágico acontecimento que teve lugar justo após a festa que lhe organizaram; no decurso dessa narração ele salienta que a sua condição no Brasil era a de um exilado:

⁵⁴¹ Alguns dos assistentes à sua palestra na casa museu do poeta Juvenal Galeno são mencionados por Las Casas (1939: 79): “Seu amplo auditório encheu-se uma vez em minha honra e lá tiveram a gentileza de dedicar-me efusivas manifestações de seus talentos o eloqüente orador Dr. Joaquim Gondim, o já célebre poeta Filgueiras Lima, a notável pianista Mme. Leite, e Carlos e Álvaro de Mendonça, que no violino e no piano garantem ótimo porvir. Foi uma recepção cordialíssima e da mais alta categoria mental. Até tivemos a sorte de que assistisse a ela o Interventor pessoalmente. Destaco esta casa não só por gratidão, e em homenagem à santa viúva de Juvenal e sua filha ilustríssima, senão para provar como o Brasil cultua seus grandes mortos”.

Senti que estava em minha própria casa, depois de dois longos anos de exílio. Ainda um fato se deu para me prender a este colégio por toda a vida: em nome dos antigos alunos falou-me o grande poeta Sinó Pinheiro, e Deus quis que morresse uma hora depois num desastre de automóvel; ao dia seguinte, no cemitério, eu lhe disse adeus em nome dos antigos alunos do apostolado Marista... (Las Casas, 1939: 82).

Dentre as lendas urbanas da cidade salienta a do “túmulo da serpente” no cemitério de São João Batista, segundo a qual uma senhora que infligira suplícios atrozes aos seus escravos fora, ao morrer, metamorfoseada em cobra que era assanhada pelo negros falecidos que maltratara e, como anedota, conta o seu encontro com Carlyle Martins, um poeta cearense que fora lhe pedir um autógrafo e a lhe entregar um livro. Relata Las Casas (1939: 79-81) que, havendo-se recolhido uma noite no quarto hotel em que se alojara (deitei-me... como vocês podem imaginar: triste, amargurado. Saudades da minha pátria, dos meus amigos do Rio, de Manaus, aumentavam minha pena”), batera à sua porta um indivíduo que se identificara como Carlyle. Perante esse nome, reagira Las Casas dizendo “E eu sou Napoleão”, pois acreditara que se tratava de “coisa de espiritismo”. Logo o equívoco se desfez; acrescenta Las Casas que eles chegaram inclusive a se tornar amigos e dá a seguinte explicação para a confusão que acontecera: “Nem ele nem eu tivemos culpa da coincidência onomástica, nem do péssimo estado dos meus nervos”.

Como recomendação para os turistas que visitem o Ceará, Las Casas indica alguns órgãos da Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS). Em primeiro lugar, assinala os serviços da Comissão Técnica de Piscicultura, “um centro de estudos e investigações de primeira ordem, onde, pelos novos sistemas de fecundação artificial, conseguiram-se já as espécies ideais para as necessidades do Nordeste” (Las Casas, 1939: 85) e, logo, os açudes construídos após a seca de 1932. A respeito da relevância da rede de açudes e do trabalho, em geral, desenvolvido pela IFOCS, informa que “na seca de 1877 morreram mais de 100.000 pessoas, e na de 1932, que foi muito pior, a mais terrível que o Brasil já sofreu, as vítimas não chegaram a 23.000” (Las Casas, 1939: 86). As obras e o talante do corpo técnico da IFOCS, impulsionada pelo Dr. Vargas após a seca de 1932, comovem Las Casas quem elogia, como se segue, a esses funcionários e ao presidente da República:

Vendo a obra da IFOCS fiquei comovido. Seus homens são verdadeiros apóstolos que, não contentes com o cumprimento de suas penosas obrigações, vacinam os campônios, distribuem soros, abrem escolas, organizam hospitais, instalam redes telefônicas, espalham livros e revistas, orientam, aconselham, dirigem, ajudam, fazendo a autêntica penetração integral do Brasil.

Não sou político, nem entendo de política, nem quero saber de políticos e muito menos aqui, onde sou um hóspede, mas bastaria esta obra para que eu admirasse o Dr. Getúlio Vargas como um dos estadistas de visão mais larga que tenho conhecido (Las Casas, 1939: 87).

Em Fortaleza, conta o autor que decidiu empreender, por primeira vez durante esta viagem, uma travessia por terra, de automóvel, na companhia de vários engenheiros. Assim passará, “pelo interior”, do Ceará à Paraíba atravessando os sertões, aos quais dedica o Cap. VII – Os sertões, perfazendo 2.000 km de estrada. O autor informa, por primeira vez, de uma data; diz ter partido “às 6 horas do dia 10 de agosto [de 1939]”. Recomenda aos que queiram fazer esse itinerário, e não tenham tempo suficiente para se poderem documentar na vasta bibliografia sobre os sertões do Ceará, da Paraíba e de Pernambuco, que, ao menos, leiam *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, e *Viagens na nossa terra*, de Nery Camello.

Nessa viagem, a primeira cidade pela que passa e à que se refere é o “berço de José de Alencar”, Messejana (“Uma praça enorme, uma igreja maior ainda e algumas casas que denotam ser moradia de lavradores abastados. Parece um povo de Castela, qualquer povo das províncias de Valladolid ou Palência” (Las Casas, 1939: 89)). Logo passará por Olho d’Água, Guarani, Cristais, Russas, Figueiredo, Jaguaribe-Mirim, Iço, S. Gonçalo, Alagoinhas (no limite do Estado do Ceará com o da Paraíba), Curema, Joazeirinho e Campina Grande até alcançar João Pessoa, capital da Paraíba.

Na narração dessa viagem descreve o sertão, tipifica o sertanejo, traça comparações com Castela, alude ao cangaço, opina sobre o misticismo no cristianismo sertanejo e sobre autoridade com que se revestiu o P. Cícero, disserta acerca da unidade, no Brasil, entre a nação e o Estado, ressalta o progresso dado à região mediante o plano de construção de açudes e compara o campo entre Campina Grande e João Pessoa com o campo da Galiza. Eis a descrição lavrada pelo autor sobre o sertão:

Estamos em pleno sertão. Só de tarde em tarde se encontra uma casa tão simples, que se reduz a um quarto com duas redes onde toda a família dorme. Cactus altíssimos, de 4 e 5 metros, grossos e fortes como troncos de jacarandá, marcam na paisagem uma pincelada intensamente trágica. Nem as figueiras nem as oliveiras são tão dramáticas como estes fachos que abrem os seus braços no ar nas súplicas mais desesperadas. Os rios – o “Baiano” que acabamos de cruzar, por exemplo – acham-se tão secos que não conservam nem gota d’água. Torna-se necessário que vos jurem por Deus: isto foi um rio. E ainda assim não acreditareis. A terra, contudo, é de uma feracidade insuperável: O’Meara disse, com razão, que poderia ser utilizada como adubo. Mas não chove, e a falta d’água faz desta

região a mais desventurada do Brasil. [...]Quando chega o flagelo [da seca] não fica nem uma árvore, nem uma erva, nem onde encontrar um copo de água. Ainda na normalidade a água aprecia-se como o maior tesouro. Vi um menino que voltava da fonte minúscula, trazendo um pequeno moringue na cabeça; tive a impressão que transportava azeite sagrado para um cerimônia litúrgica, tal era a solenidade do seu passo e o cuidado com que suas mãos sustinham o precioso recipiente (Las Casas, 1939: 90-91)

E sobre a violência gerada pelo banditismo – o cangaço – no sertão no linde entre o Ceará e a Paraíba faz o seguinte comentário:

Estamos na região mais típica do cangaço. O campo é triste, melancolicamente triste. Na beira da estrada abundam toscas cruces de madeira mal pintada, que lembram mortes desastrosas. Cá foi um velhote que vinha Ada feira, lá uma moça que foi vítima de um mal amor, além de um namorado que sucumbiu perante um rival enlouquecido. Cruzamos um grupo que eu juraria ser cabras. As rodovias acabarão com este flagelo – anuncia muito bem o dr. Amorim. o – Você não sabe como era isto antes da penetração da Inspetoria (Las Casas, 1939: 99).

Ele (Las Casas, 1939: 99) sugere, trazendo à colação a tradução ao castelhano, como *Los desiertos* – “que tanto agradou ao meu caro colega Donatelo Grieco” –, do título da obra *Os Sertões*, que este seja traduzido como *Los Paramos*, apesar da vegetação do sertão ser de mangue, cactos e carnaubais. O tipo cearense e paraibano é para Las Casas (1939: 97) inconfundível – “pequeno, magro, de rosto triangular, de olhos verdes, frente larga e lábios muito finos, forte, nervoso, pouco falador...” –. Diz que esses indivíduos sertanejos o impressionaram tanto que decidiu compor um soneto resumindo as suas emoções sobre eles. No capítulo *Os sertões*, além desse soneto sem título sobre o sertanejo cearense, escreve um outro poema de seis estrofes de quatro versos hendecassílabos com rima assonante nos pares dedicado à cidade de Campina Grande⁵⁴². Esse outro poema, também sem título e em espanhol, justifica-o porque a agradável sensação tida por ele nessa cidade

⁵⁴² O soneto é este: “Una pena en los ojos infinita/ donde vagan ensueños casi muertos,/ y en los labios, apenas entreabiertos,/ una sonrisa que se cae marchita.// La pobre choza que infeliz habita,/ unos caminos que blanquean inciertos,/ y al fondo un reverbero de desiertos/ y un resplandor que por violento irrita.// La mirada que avanza paso a paso/ en espera del ocaso/ que en sus ojos sombríos ya refleja...// Y en la voz las angélicas dulzuras/ de quien bebe su cáliz de amargura/ sin proferir la más pequeña queja” (Las Casas, 1939: 91). Eis o poema dedicado a Campina Grande e à sua feira: “Para la feria de Campina Grande/ me diste una cita, recuérdalo bien;/ acudí garboso con la faca al cinto,/ y tú te olvidaste de comparecer.// Acudí en un potro tan bien enjaezado/ que todos los mozos, al verme pasar,/ confundiendo el porte con las condiciones,/ gritaban: buen viaje, señor capitán.// Chambergo de cuero muy fantaseado,/ bergajo con puño de plata y marfil,/ y faja de trenza y espuelas de plata.../ me vestí de fiesta solo para ti!// Por qué no acudiste ayer a la cita?/ Qué viento maligno te desmemorió?/ Me quedé tan triste de no verte, amante,/ que ning’n vecino me reconoció.// Ay Campina Grande! Tumba de mis ansias,/ puerto sin navíos, camino sin fin,/ estrella sin noche, llanto sin consuelo,/ alba sin luceros... Mi Alcazarquivir!// Volví de la feria de Campina Grande/ tan alicaído que era una aflicción./ Pobre caminante sin rumbo preciso/ que en idas y vueltas todo lo perdió”.

o fez sentir poeta, “como nos melhores tempos da minha mocidade”. Informa Las Casas (1939: 92) que, percorrendo os sertões, além desses poemas escreveu vários outros, pelo qual espera que, algum dia, possa publicar um volume “que proclame bem alto as minhas homenagens ao Ceará”.

Lembrando o Amazonas, assiná-la que de lá só podem surgir poetas líricos; no entanto, na sua opinião, o sertão só pode dar poetas épicos. Nesse sentido, compara o sertão cearense, como a terra mística, por natureza, do Brasil com a seca planura mesopotâmica e com o amplo planalto castelhano, pois crê que o imperativo geográfico determina as culturas e as religiões. No tocante ao misticismo sertanejo, comenta as causas do fanatismo religioso que caracterizou os seguidores do “agitador” Cícero Romão, padre e político – pároco e prefeito de Juazeiro –, e explica o significado da Revolução de 1914, que, com o apoio do P. Cícero e do Governo Federal, conseguiu depor o Presidente do Ceará, Cel. Franco Rabelo. Eis a muito particular interpretação de Las Casas:

Que significou seu movimento? Primeiro, simples bairrismo, derivado para a política como forma fácil de expressão; depois reação de tendência secessionista, perante o combate do governo da União; mais tarde consciência de individualidade perante a unânime e compacta oposição do Estado, angústia ascética e messianismo. Das terras pobres vêm os imperialismos, fórmula mais comum da mística do Estado, e das gentes humildes a confusão entre imperialismo e caudilhismo.

O rude sertanejo, que não dispensava sacrifícios por beijar o pó das sandálias do famoso clérigo, via nele não só o eleito de Deus, mas também o condutor que poderia organizar o seu grupo étnico e dar-lhe uma trajetória político-econômica – estadualizá-lo enfim.

A mística, no seu último grau, é expansão e conquista; é um fervor apaixonado que impele a dominar fora da área patrícia, para resgatar as almas perdidas e encaminhá-las na senda da salvação. Castela – o sertão hispânico – foi a terra dos místicos, que coincidiram como Filipe II, o rei que exerceu o império espanhol sobre duas terças partes do mundo.

Sinto não ter tempo para estudar de vagar este fenômeno de Joazeiro, no qual encontro um dos temas brasileiros mais dignos de meditação e comentário (Las Casas, 1939: 93-94).

Na passagem do sertão do Estado do Ceará para o do Estado da Paraíba, Las Casas percebe a unidade geográfica, paisagística e étnica entre ambos os territórios, pelo qual escreve que crê que, embora o tipo do cearense tenha traços distintivos, a “unidade racial” brasileira está “muito mais conseguida” que na Europa e isso apesar da composição federal do Brasil, da imensidade do país e da pluralidade dos climas e dos sistemas geológicos, e de “outras muitas razões de caráter social”. Nesse sentido, julga que, no Brasil, coincidem nação e Estado, coincidência que ele valoriza como “a grande felicidade deste país

extraordinário” (Las Casas, 1939: 98), e que, inclusive, não existe variedade idiomática, pois as variantes lingüísticas não chegam a conformar diferenciações dialetais.

Devido ao fato de durante quase todo o seu itinerário pelo sertão cearense estar acompanhado e guiado por altos funcionários de órgãos contra a seca do serviço público federal, Las Casas visitou várias obras hidráulicas na região. Assim, em Icó, no Ceará, guiado pelo Dr. Pinheiro, diretor da Inspetoria Contra as Secas, visita o trabalho que estava sendo feito para completar o açude Lima Campos e o açude dos Orós. Perto do limite entre o Ceará e a Paraíba, vai conhecer o açude de Piranhas e a estação agrícola de São Gonçalo⁵⁴³. Na cidade de Curema, já na Paraíba, acompanhado pelo engenheiro-chefe Dr. Marinho, viu as obras de construção de um açude sobre o qual opina que “será uma das mais colossais obras hidráulicas da América”. Considera Curema uma cidade modelar – “uma maravilha” – na qual preferiria “ser aqui polícia das ruas que governador da minha província nativa” (Las Casas, 1939: 98). Junto ao engenheiro Dr. José de Amorim visita, ante da cidade de Joazeirinho, o açude Condado. A paisagem da região onde se encontra Joazeirinho, vista do alto de uma serra, lembra a Las Casas (1939: 99) “a região dos Vales, na Estremadura Hispânica”, mas um pouco além de Joazeirinho, logo de ultrapassar

⁵⁴³ Ao igual do que lhe acontecera a José Casais, Las Casas topa no interior do Brasil um russo branco, com quem conversa e a quem retrata sumariamente. Outrossim, narra o seu surpreendente encontro com um velho militar tsarista, alheio a qualquer comunidade de imigrantes russos e adaptado à vida interiorana no rural: “Em Icó conheci um tipo interessante: o técnico Waldemar Larinn, antigo oficial da guarda imperial russa, combatente nos lagos de Masuria, conspirador em Odessa, garimpeiro em Mato Grosso, caçador na selva amazônica, empregado de comércio em São Paulo e, agora, auxiliar do dr. Pinheiro Filho. Está entusiasmado com o seu novo emprego e não quer saber do resto do mundo” (Las Casas, 1939: 96). Também ao igual que Casais, Las Casas menciona o seu encontro, no interior do Brasil, com sujeitos que se informavam sobre o desenvolvimento dos conflitos que estavam a acontecer na Europa: “Prosseguindo para S. Gonçalo, passamos por uma antiga fazenda em que muito poderiam estudar os etnógrafos. Na porta, comodamente deitado em sua rede, o velho proprietário lê um jornalzinho insignificante as últimas notícias da penúltima exigência de Hitler. A – Então, coronel? – Ó meus amigos... Conversamos com o patriarca, que fez questão de mostrar-nos, cuidadosamente, seu pequeno engenho. Em verta altura, eu quis fazer uma pilheria, e perguntei-lhe aparentando a maior ingenuidade: – Este açúcar é feito de beterraba? Não fiquei espantado de milagre (Las Casas, 1939: 96). Além disso, também a Las Casas, como a José Casais e a Manuel Bernázdez, impressionam-no as colônias agro-pecuárias no interior do Brasil. No linde entre o Ceará e a Paraíba visita a de S. Gonçalo, sobre a qual lavra este comentário elogioso: “Pero está a estação agrícola de S. Gonçalo, que ocupa 1.000 hectares, sob a entusiástica e inteligente direção do dr. Guimarães Duque. Maravilha a visita a este campo experimental, tanto pela organização impecável quanto por comprovar o que dá de si a terra sertaneja, bem trabalhada. Vi vinhedos de sete meses que na Europa precisariam de sete anos para atingir semelhante estado de desenvolvimento. O que mais me chamou a atenção foi a parte de experiências sociais dirigida pelo dr Waldir Liebmman: dez áreas iguais, entregues a dez famílias, indicarão como deve ser constituído o patrimônio familiar” (Las Casas, 1939: 97).

Campina Grande⁵⁴⁴ e antes de chegar a João Pessoa, depara-se com uma paisagem que lhe parece muito à Galiza:

De Campina Grande a João Pessoa o campo é de uma beleza paradisíaca. Lembra-me muito a minha Galícia, que mereceu justa fama de ser o recanto mais lindo da Europa. Cá, como na minha terra, a propriedade está muito dividida e as culturas são diversíssimas, razão pela qual as perspectivas são de uma variedade de cores que deslumbra. Penso que estou na Baía ou no Salnés. As próprias canas de açúcar semelham de longe pés de milho. As árvores são frondosas, os caminhos serpenteantes, as casas, brancas. As mulherzinhas que voltam da feira, com o cesto na cabeça, parecem irmãs das nossas “regateiras” de Padron, do Lerez, de Bastabales, de Barbantes... Vem logo o rio Paraíba: muita usina, muita fábrica, muito armazém. Nunca julguei que esta fosse terra tão rica. Enfim: o Brasil reserva uma surpresa em cada metro, e cá é preciso contar por milhões de léguas quadradas (Las Casas, 1939: 101-02).

As cidades de João Pessoa e de Vitória são as capitais estaduais brasileiras mais sucintamente descritas por Las Casas. A João Pessoa dedica o Cap. VIII – Os mortos mandam, em relação à qual, no relato das suas efemérides históricas, volta a frisar o labor imperial da Espanha no Brasil durante a União Ibérica. Assim, salienta que a cidade fora fundada em dezembro 1585, por Martim Leitão, com o nome de Filipéia em homenagem a Filipe II. Las Casas crê que outras localizações teriam sido preferíveis, mas matiza que a capital não se transferiu de Filipéia “porque as gerações que lhe sucederam [a Martim Leitão] seguiram seu mandato como se uma voz celestial as dirigisse” (Las Casas, 1939: 103). Como testemunhas da época colonial, o autor diz que ficaram “alguns belos palacetes” e “meia dúzia de igrejas”, sendo a de São Francisco a única em que repara com

⁵⁴⁴ Em Campina Grande, Las Casas visita a feira da cidade. Ele aprecia a raridade das mercadorias que lá se compram e se vendem. Durante a sua viagem pelo Norte e pelo Nordeste do Brasil, Las Casas destaca com frequência a qualidade dos produtos encontráveis e o baixo preço deles. Na feira de Campina Grande gosta especialmente das facas que crê com são vendidas muito baratas: “Maravilham-me as facas que aqui se constroem. São verdadeiras jóias que os ferreiros vendem a três e quatro mil réis. Um artista, já consagrado, faz preciosidades, com cabo de ouro e marfim, que se compram a oitocentos mil réis e mais. Se exportassem essas facas seriam famosas no mundo inteiro. Irrita-me pensar que no Rio gastamos duzentos mil réis para um presente, comprado em qualquer loja de turco e que não presta para nada, tendo estas maravilhas na porta da casa” (Las Casas, 1939: 100). Do início da narração da sua viagem, o autor assinala que produtos lhe parecem, comparativamente, de baixo custo. No Mercado de Manaus é a banana: “a banana que na Europa pagamos tão caro e que aqui atinge proporções enormes e preços ínfimos” (Las Casas, 1939: 28-29). Por um lado, indo, de navio, de Manaus a Belém, é um macaco o item que lhe parece barato: “Vi vender um lindíssimo macaco por dois mil réis”; por outro, indica que as orquídeas, sendo caras em Londres, podem-se pegar de graça na selva: “Meu bom amigo Hannig volta de terra com meia dúzia de orquídeas que em Londres custariam dez libras e fariam a perdição das “ladies” mais requintadas” (Las Casas, 1939: 40). Ainda durante essa travessia rumo a Belém, observa o baixo custo da madeira que é comprada como combustível para o vapor: “Por cada feixe de dez grosso paus entrados a bordo, cobram os homens vinte mil réis. Menos é impossível...” (Las Casas, 1939: 43).

detalhe. Las Casas refere-se à decadência em que se afundara a cidade no séc. XIX e louva o labor realizado pelo governador João Pessoa para renová-la e modernizá-la. Além do mais, recomenda aos que decidam visitar a cidade que procurem uma série de personalidades que ele nomeia para que os aconselhem que visitar e lhes sirvam de cicerones. Se esses turistas isso fizerem diz: “Partireis de João Pessoa, como eu, com muitas, muitas saudades” (Las Casas, 1939: 106)⁵⁴⁵.

O seguinte destino é a cidade de Recife. O autor faz o percurso por terra e observa que, assim como entre o Ceará e a Paraíba não havia diferenças no relevo, na paisagem, na agricultura praticada e no clima, entre a Paraíba e Pernambuco também se mantém essa homogeneidade. As observações geográficas que realiza Las Casas, levam-no a apresentar a sua disquisição acerca da divisão setentrional do Brasil. Ele diz que, no Rio de Janeiro, é comum entre as gentes denominar o país que se encontra acima do paralelo de Cabo Frio como o Norte. Ele crê, no entanto, que é preciso diferenciar entre três grandes regiões: a *Amazônia* – úmida, matosa e exuberante, “de gentes efusivas e loquazes” –, compreendendo os Estados de Amazonas, Pará e Maranhão, o *Nordeste* – seco, plano, “de gentes silenciosas e sóbrias” –, compreendendo os Estados do Piauí, do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco, e a *zona atlântica* – ondulada, verdoenga, “de tipo muito semelhante à costa espanhola do Levante” –, compreendendo os Estados de Alagoas, Sergipe, Baía, Espírito Santo e Rio (Las Casas, 1939: 106). Relaciona essas três regiões com a diacronia dos ciclos econômicos do Brasil, acontecida em uma descida do Norte às regiões frias. Assim, em um claro erro, diz que o primeiro desses ciclos – o do ouro – se desenvolveu na Amazônia, o segundo – o do açúcar – em parte do Nordeste e da zona atlântica – Pernambuco e na Baía – e o último, o contemporâneo, – o do café – em uma outra região, no Estado de São Paulo.

⁵⁴⁵ As recomendações sobre cicerones que faz Las Casas (1939: 105-06) y os lugares que ele acha dignos de visitar em João Pessoa são os seguintes: “Procurai o dr. Arcoverde, o dr. Abelardo Jurema, pessoas distintíssimas e cheias de merecimentos, e que eles vos mostrem a cidade com a mesma hospitaleira atenção com que a mim me atenderam. Vede o grandioso leprosário, o abrigo de menores, o asilo de mendicidade, o parque “Arruda Câmara”, a Escola Normal, o simpático e acolhedor “Clube Astrea”, o Palácio de Comunicações, o Palácio das Secretarias, o novo e colossal Instituto de Educação. Ficareis assombrados. Procurai o paternal dr. José Mariz, ou o cordialíssimo dr. José Alves de Melo, e que vos mostrem os suntuosos grupos escolares, que bem poderiam albergar universidades; estudai *Evolução do ensino na Paraíba*, de J. Batista de Melo, e vereis como aqui preocupam os problemas da cultura. Encontraí-vos com o poeta Lionel Coelho, e senti com ele a calam boêmio das ruas penumbrosas. Partireis de João Pessoa, como eu, com muitas, muitas saudades”.

Como se encontra em Pernambuco, dirigindo-se ao Recife, isto é, em um dos estados responsáveis pela grande produção açucareira, decide visitar um engenho e uma usina. Informa que se encontra “no centro do segundo ciclo, no coração da segunda era brasileira, base da aristocracia rural do século XVII, que imprimiu sulco eterno na gestação da raça” (Las Casas, 1939: 107) e que o modo de vida gerado por esse ciclo ainda é apreciável nos antigos engenhos, com as suas fazendas antigas e a sua “Vida lenta, calma, cordialíssima”, mas não nas usinas, nas quais se aplica um modo de vida americanizado. Assim descreve o senhor de engenho e ao empresário da usina:

O senhor de engenho é um tipo de fidalgo da província; o dono da usina um tipo de banqueiro. Aquele aparece na cidade simplesmente vestido, vindo na terceira classe dum trem qualquer; este aparece no campo num automóvel luxuoso e rodeado de quanto conforto é possível. Um é covarde nos seus negócios, mas certo; outro é arriscado e anualmente joga sua fortuna – e a dos seus sócios – em empresas que tanto podem levar á multiplicação fantástica como à ruína instantânea.

Também conheci uma usina – a *Tiuma*, do cavalheiro dr. Fileno de Miranda. Julguei estar em Cannes, em Ostende, na residência de um grande plutocrata inglês (Las Casas, 1939: 107-08).

Na narração da sua estadia em Olinda – cidade à qual dedica um poema⁵⁴⁶ – e no Recife (Cap. IX – A mão de Deus), Las Casas revela que já estivera nessas cidades, pois o navio no que chegava ao Brasil fizera nelas uma escala. Las Casas, nesse sentido, insere no seu relato a crônica do que teriam sido as suas primeiras horas no Brasil:

Lembro a minha emoção quando cheguei da Europa. Tinham passado já doze dias de Atlântico, sem ver terra, e nossa inquietude por pisar costa americana aumentara a ponto de fazer-se insuportável. Pela minha parte ardia por ver o Brasil. Nunca havia cá estado, e a imaginação entrevia paisagens fantasmagóricas, animais raríssimos, frutas esquisitas, todo um mundo de quimera. Eis que, lá longe, no limite do horizonte, desenha-se uma linha que pouco a pouco vai escurecendo e perdendo seu perfil retilíneo. Brasil! Navegamos umas milhas mais, e já percebemos a cabeleira romântica dos coqueiros, o outeiro de Olinda, a avenida coruscante da Boa Viagem. Recife!

[...] Vocês não imaginam com que ânsia saltamos no Brasil pela primeira vez os europeus. Vamos a ver como sabe o maracujá, em que árvore se colhe a goiaba, como é um campo de abacaxis... Queremos comer mil frutas a um tempo, comprar mil coisas de uma vez, ver tudo como num flagrante. E Recife recebe-nos como uma mãe receberia o filho pródigo (Las Casas, 1939: 110-11).

⁵⁴⁶ O poema dedicado a Olinda é este: “Yo he de tener un mocambo/ por el camino de Olinda,/ aún no sé como ni cuando// No me niegues tu mano,/ piénsalo bien;/ porque si eres redicha/ pierdes la dicha/ de dormir en él// Por el camino de Olinda/ yo he de tener un mocambo/ para que descanses, niña// En la puerta entreabierta/ tú me verás:/ la guitarra en la mano,/ canta que canta/ que te cantarás// Dioses de noventa cielos,/ mozos de noventa razas:/ tocad panderos que viene/ mi pernambucana// Ay torres de Olinda,/ que bonitas son!/ Y los cocoteros, y los limoneros, y los platanares, y tantos millares/ de avecillas lindas.../ Ay niña!/ Ay Olinda de mi corazón!” (Las Casas, 1939: 110).

O autor só menciona o nome de dois passageiros que o acompanharam nessa sua primeira viagem ao Brasil, Mlle. Marguerite – “uma alsaciana loira que a bordo não deixava repousar ninguém” e que, ao desembarcar, se encantara com as orquídeas – e Herr Grostter, um aldeão bávaro que embarcara em Hamburgo e que se deliciara com os maracujás. Las Casas (1939: 111) exalta Recife por ser uma cidade “maravilhosamente linda”, pelo seu urbanismo – “toda sulcada de canais refulgentes” e “cruzada de pontes elegantíssimas” – e pelo ambiente ameno criada pelos seus habitantes – “gente bonita que veste toda de branco, e ri, e fala alto, e dá-se cordialmente”. Esse ambiente, nos cafés da rua do Imperador, faz com que ele se sinta em Sevilha, Cádiz ou Málaga, “as mais lindas e acolhedoras cidades da Andaluzia”. Junto a essa comparação da atmosfera festiva recifense com a de algumas cidades andaluzas, o autor traça uma outra com a Espanha; desta vez, relacionando as rias galegas com a costa pernambucana:

Lembrei uma lenda da minha terra:

A Galiza é a província espanhola mais bela, e um dos recantos europeus mais formosos. Sua costa é muito acidentada, e tem cinco longos fiords que metem o mar até o regaço das cordilheiras, um mar calmo e profundo sulcado pelas barcas mais graciosas do mundo. E conta-se que quando Deus acabou de fazer o mundo, saiu a passeá-lo para ver se ficara tudo bem. Viu o Báltico, a costa norueguesa, o Cabo da Boa Esperança, a Flórida... tudo ficara direitinho. Passando pela Galiza, entusiasmou-se com sua própria obra: Ah! Isto é que ficou extraordinário! – pensou. Não se podendo conter, acariciou minha terra com ternuras paternais. E, onde seus dedos pousaram, traçou cinco vales por onde entrou o mar ambicioso, eternizando nos cinco fiords o tal milagre. A outra mão ninguém disse onde estava pousada, mas estou certo que repetia o prodígio no Brasil, sobre a costa de Recife (Las Casas, 1939: 111-12).

Assim como fizera com as outras cidades que visitara, na narração sobre o Recife Las Casas refere-se ao passado da cidade, aos seus principais monumentos e à vida intelectual, recomendando a possíveis turistas que ver e, se for possível, com que agentes da cultura deveriam entrar em contato. Da história do Recife diz que se parece à da Espanha, por ser “uma guerra continua, por vezes entre os próprios naturais do país. Tal como nós: quando não temos contra quem lutar, brigamos uns contra os outros” (Las Casas, 1939: 112). Dela destaca sumariamente a invasão holandesa, a guerra dos mascates, as revoluções nativistas republicanas de 1817 e 1821, a Confederação de Equador, a Abrilada de 1832 e a Rebelião Praieira. Com respeito aos lugares históricos, que quantifica como

“infinitos”, lavra uma relação com 14 imóveis, os quais descreve, cuja visita recomenda⁵⁴⁷, excluindo dela as igrejas – “quase todas dignas de ser visitadas” –, a biblioteca e os museus, aos que dedica parágrafos específicos. Em relação às igrejas, O autor repara especialmente na capela do Cristo do convento de S. Francisco (“Os estetas menos amigos do barroquismo sentir-se-iam impressionados nesta capela prodigiosa que, sendo fastuosamente coruscante, tem uma harmonia, uma graça e uma serenidade que só atingiram os mais perfeitos retábulos hispânicos” Las Casas, 1939: 116-17) e no convento do Carmo (“muito ligado à expansão espanhola da Ordem” Las Casas, 1939: 117). Da Biblioteca Pública diz que, se for juntado ao seu acervo o do Instituto Histórico – cuidadosamente restaurado por Morales de los Rios –, “ficaria sendo uma das mais importantes da América” (Las Casas, 1939: 118). Refere-se também a dois museus: o do Estado, do qual destaca a sua rara coleção etnográfica, enriquecida “pela perseguição que o Interventor mantém contra os cultos afro-brasileiros” (Las Casas, 1939: 118) e a do Instituto Histórico, de cujo acervo destaca, dentre outros objetos, a bússola do *Plus Ultra*, “avião no qual meu patrício Franco fez a travessia do Atlântico, há doze anos” (Las Casas, 1939: 118).

Do Recife também destaca um hotel, “o Grande Hotel de Recife”. Trata-se do único hotel que, na sua longa viagem, fez com que ele se sentisse na obrigação de descrevê-lo devido ao seu luxo e ao seu ambiente distinto. Las Casas sublinha que os hotéis não estavam entre os itens aos quais ele decidira se referir na narração das suas impressões pelo Norte e pelo Nordeste do Brasil, mas o Grande Hotel de Recife conformou-se como a exceção:

Verdadeiramente luxuoso, as suas salas de jogo e o seu grill-room são o lugar de encontro da alta roda. Ora, eu não me dedico a elogiar hotéis, e não falaria deste, ainda merecendo todos os elogios, se não fosse um ponto interessante de visão para o turista, um ângulo que precisa ser visto para observar a vida pernambucana.

⁵⁴⁷ Trata-se (Las Casas, 1939: 114-16) da Cruz do Padrão, da Praça da República, do Quartel do Paraíso, do edifício “A Glória”, onde fora assassinado João Pessoa, da Praça da Restauração, do Forte das Cinco Pontas, do n. 147 da rua da Imperatriz – onde nasceu Joaquim Nabuco “Há uma lápide”, diz Las Casas –, da Ponte dos Afogados, do velho portão de Fernandes Vieira, onde, em 1645, se iniciou a conspiração libertadora contra o domínio holandês, da Capela do Engenho onde está enterrado o índio camarão, do Morro do Arraial, onde há um forte holandês, do Antigo Engenho de D. Ana Pais, “Onde se travou memorável combate para libertação das matronas pernambucas”, do Palácio dos Bispos e da rua Oliveira Lima, em que está a casa onde nasceu o diplomata.

Vede a hora do jantar. No salão esplêndido, dúzias de mesas requintadamente servidas. Observai. Nesta, o embaixador dos Estados Unidos da América do Norte; naquela, dois banqueiros argentinos que amanhã seguem de avião para Buenos Aires; na outra um famoso escritor cubano que chegou de Clipper de S. Paulo, além do adido naval da embaixada francesa no Rio que vem do Amazonas; na mesa próxima lindíssimas pernambucanas que festejam um aniversário, lá dois usineiros milionários que estão a planejar um negócio, cá perto uma família alagoana que veio a encomendar o enxoval da filha mais moça que agora vai casar; perto daquela janela um velhote com seu filho, que vieram do engenho só para ver como a gente rica vive num grande Palace; lá um poeta novo que pensa escrever um romance para snobs e, perto dele, um pai carinhoso que prometera aos garotos uma noite luxuosa fora da simplicidade habitual do lar...

Ambiente do *Carlton* de Paris, do *Palace* de Madri, do *Aviz* de Lisboa, do *Clarice* de Londres, mas muito mais alegre e cordial... porque estamos em Recife, a cidade do riso, da luz, das caras bonitas (Las Casas, 1939: 121-22).

A respeito da vida intelectual recifense, que qualifica “de primeira ordem”, o autor distingue dois grupos, o da esquerda, liderado por Gilberto Freyre, e o da direita, liderado por Manuel Lubambo, “dirigente da revista *Fronteiras*”. Desses grupos, Las Casas entrosou com o segundo, como se desprende das seguintes linhas que dedica a agradecer a companhia que recebera do seu líder e de um dos seus membros:

A gratidão obriga-me a destacar dois nomes aos quais conservarei reconhecimento eterno pelas atenções que me prodigaram: Lubambo e Gilberto Osório de Andrade, moços ainda e que já atingiram a justa fama que merecem; tanto aquele, ensaísta com autoridade de autêntico mestre, como este, poeta e prosador brilhantíssimo (Las Casas, 1939: 119-120).

Uma seção à parte é dedicada para criticar a obra do artista plástico recifense Vicente Rego Monteiro, de que Las Casas diz que foi “o pintor moderno que mais me impressionou na vida”. Las Casas frisa que já conhecia algo da sua obra através de reproduções em periódicos e de ilustrações de livros e que já lera as opiniões que alguns críticos franceses emitiram sobre a trajetória do pintor, mas informa que foi a primeira vez que pôde ver os originais, dos que tanto gostou que afirma que “só por conhecer a Monteiro já valia a pena ter vindo a Recife”.

Neste capítulo, Las Casas alude por primeira vez a uma reação negativa provocada pelas suas intervenções públicas no Brasil. É claro que essa alusão não a faz para se comprazer com a narração dos protestos gerados pela exposição dos seus pontos de vista, senão tanto para negar o mau acolhimento que ele teria suscitado quanto para desmentir que

ele pudesse ter falado qualquer opinião política suscetível de manifestações adversas. Sob o título Um argumento, assim expõe a sua opinião sobre o acontecido com ele no Recife:

O caso não tem importância, mas vou citá-lo para provar quanta é a paixão política nos meios literários pernambucanos.

Por diversas circunstâncias, que não vêm ao caso, a minha roda era a roda do Governo: o secretário da Agricultura, o da Fazenda, o diretor do Ensino, o diretor da imprensa oficial, e isto foi causa de que alguns fanáticos das esquerdas fossem menos amáveis comigo. Não sou político, não me interessa a política, mas sou um intelectual de formação tradicionalista, católico e conservador, e os tais cavalheiros não perderam oportunidade para mostrar-me a sua antipatia.

Pois bem: tinha passado um mês após minha saída de Recife, já estava para chegar a S. Salvador, quando o correspondente pernambucano do “Estado da Baía”, julgando que não trucidava desonestamente a verdade nem infringia os mais elementares princípios de hospitalidade, lançou a este grande e querido jornal, surpreendendo-o na sua boa fé, o seguinte telegrama, publicado no dia 19 de setembro:

“Convidado pelo diretor da Faculdade de Direito, Sr. José de Almeida, no momento em que iniciava a sua palestra de propaganda política do general Franco, sob o título: “História e Legislação da Espanha”, o Sr. Álvaro de Las Casas foi vaiado pela assistência, constituída na sua maioria de acadêmicos. Vários estudantes falaram... etc.”.

Ora, eu nem falei na Faculdade de Direito, nem falei na minha vida sobre tal tema, nem jamais quebrei as normas que a mim próprio me tracei e que defini em entrevista concedida ao “Correio do Ceará”, e publicada em 6 de agosto:

“Acho ótima a política do presidente Vargas de afastar do Brasil as preocupações com a política européia, que, cá, só podem acarretar desvantagens. Assim, pois, permita que cale as minhas opiniões sobre a nossa guerra, fiel à sábia política brasileira”.

Nem liguei ao caso. O “Estado da Baía”, cordialmente, ofereceu-me campo para uma retificação; não valia a pena retificar o Sr. Anibal Fernandes. Estou certo que, se comunicasse o caso à Associação de Imprensa Pernambucana, inutilizaria o tal correspondente que, mentindo perversamente, fazendo em seu serviço a mais escandalosa política, injuriava um hóspede que, através de seis livros e mais de duzentos artigos, só vem tendo a preocupação de servir dedicadamente o Brasil e os brasileiros” (Las Casas, 1939: 12021).

Do Recife parte para a capital de Alagoas, cujas impressões usa o autor para abrir a sua narração do Cap. X – A costa da saudade. De Maceió comenta que o visitante, caso se deixe levar pelas primeiras impressões, pode acreditar que a cidade não vale a pena, pois nem tem um bairro colonial monumental nem prédios modernos grandiosos. Mas ele experimentou como, mediante a orientação de “meia dúzia de amigos”, Maceió pode resultar uma cidade “interessante, amável, cheia de curiosidades que merecem a nossa

atenção”, com uma considerável atividade fabril e com dois bonitos bairros residenciais, o Farol e o Bebedouro⁵⁴⁸. Informa Las Casas, na seção Os mortos, que a história do Estado de Alagoas permite denominá-lo “a terra dos guerreiros”, pois nela nasceram os presidentes Gen. Deodoro da Fonseca, Gen. Floriano Peixoto e o ministro Gen. Góis Monteiro, e que ele captou a vigência desse caráter distintivo em um desfile de colegiais o 7 de setembro (“vendo o desfile de milhares de colegiais, pareceu-me observar neles uma vocação marcial que outras vezes não tinha encontrado” Las Casas, 1939: 127).

Las Casas recomenda aos visitantes que peguem o bonde do Bebedouro e que vão até o final da linha, pois verão um bairro operário “repleto de moças lindíssimas (não há no mundo nada comparável à pele da gente alagana) e verde como uma paisagem suíça” e passarão por umas chácaras que fazem lembrar o Sul da França (“vocês abrirão muito os olhos e dirão assombrados: oh!!!, como qualquer turista norte-americano na Praça da Concórdia ou em Westminster” Las Casas, 1939: 126). O autor salienta, dentre essas chácaras, o palácio de Dona Iná, uma “dama arqui-milionária”, absentista de Maceió, mas de grande prestígio entre a população, que decorou a sua casa:

de quadros famosos, pratas antigas, louças raras, mobílias valiosas, livros de mérito... Com certeza, vocês pensam, como em pensei, em Conan Doyle, ou, melhor ainda, no seu Sherlock-Holmes, o detective que nos fascinou aos quinze anos. Porque esta casa parece feita de propósito para um romance policial. (Ah, meu Eça, transplantando para aqui o Crime da estrada de Sintra!). Feros cães que uivam entre o espesso arvoredo do parque, um velho porteiro que não responde às direitas, janelas sempre fechadas, um óleo de Leonardo da Vinci, um judeu austríaco capaz de matar o pai pelo prazer de possuir um quadro famoso... Até eu seria capaz de competir com Ed. Wallace (Las Casas, 1939: 127).

De Maceió vai a Aracajú combinando ônibus – até Penedo –, “canoa” – pelo rio São Francisco, de Penedo até Propiá –, e trem – de Propiá a Aracajú –. No breve relato dessa viagem abundam as referências à paisagem, à gente e às coisas européias. Assim, as lagoas no entorno da cidade de Penedo lembram-lhe “vales suíços”, na canoa, por sua vez

⁵⁴⁸ O principal acompanhante de Las Casas em Maceió parece ter sido Jacinto Cavalcanti, a quem se referiu na seção Um almoço: “Quisera recomendar-lhes o meu grande amigo sr. Jacinto Cavalcanti, alagoano, mas... vive em Manaus (Manaus do meu coração!) e eu só casualmente o encontrei cá. E que sorte que eu tive! Foi por ele que sua veneranda mãe me ofereceu um dos almoços mais saborosos que mãos humanas podem cozinhar: carapebas, que são peixes dignos das “ladies” de Oscar Wilde, e siris, que são mariscos que Deus fez para abater os orgulhos de Marennes; de sobremesa frutas do conde – aqui chamam pinhas – grandes como melancias e doces como as canas de Tiama. O sr. Jacinto é uma jóia, mas... está em Manaus, e só aparece cá de cinco em cinco anos. Sinto por vocês” (Las Casas, 1939: 128-29).

comparada com um junco chinês, os marujos cantam, como nos romances do Volga, “antigas canções de amor e de mágoa”, os vales suaves e aprazíveis da zona de Laranjeiras, perto de Aracajú, iguala os “melhores recantos da Irlanda”, a paisagem de Aracajú pareceu ao autor a mais semelhante à de Europa e a costa da cidade, com os seus “risonhos prados”, com vacas e pastores, é como a cantábrica. De fato, diz que na chegada a Aracajú não se sentia “em médios tropicais” e que, quando começou a chover, “a lembrança dos meus recantos nativos se tornou mais exata” (Las Casas, 1939: 130-31). Ao chegar à capital de Sergipe, aloja-se no hotel de Dona Rubina, a quem retrata como “uma daquelas viúvas espanholas que, para suportar a velhice, acabaram abrindo uma pensão de estudantes, quando os estudantes alegravam os primeiros anos deste século maldito que, não sei como, perdeu toda a alegria” (Las Casas, 1939: 133-34).

De Aracajú louva a gestão na administração do município que exercia o prefeito Godofredo Diniz. Em decorrência dos elogios, acrescenta que, embora não haja na cidade nada de notável que visitar, a ida a Aracajú é imprescindível para ver “como o esforço humano, bem dirigido e mantido com entusiasmo, pôde criar uma cidade lindíssima no meio de um mato insalubre, e, com pouco dinheiro mas administrando bem, pôde transformá-la num centro de primeira ordem” (Las Casas, 1939: 132). Também sobre Aracajú escreveu uma seção intitulada Os intelectuais, na qual nomeia os escritores em que ele reconheceu o “positivo valor”, salienta as instituições culturais – a Associação de Imprensa e o Departamento de Estatística –, menciona os jornais da cidade e julga a qualidade da biblioteca pública (“a mais bem organizada que já vi nesta viagem, sendo uma das mais ricas e freqüentadas”). Las Casas recomenda que se visita a antiga capital da província, a cidade de São Cristóvão, “a pouco mais de meia hora de automóvel”, a ser possível com a orientação de “um historiador da cultura de José Calazans e um poeta da sensibilidade de Freire Ribeiro” (Las Casas, 1939: 138), pois é nela onde se encontram os principais monumentos coloniais, e do período do Império, do Estado.

Neste capítulo intitulado A costa da saudade insere duas seções independentes em relação às cidades de Maceió e Aracajú. Trata-se das seções Ovídio no Brasil e Espanha. Em ambas expõe pareceres conclusivos; na primeira refere-se ao espanto que lhe provocou ter notado a precocidade com que os jovens escreviam e publicavam obras literárias:

Ana Amélia escreveu seu primeiro poema aos quatro anos e aos quatorze publicou o primeiro livro;
Fernanda Lopes de Almeida é poetisa desde os sete anos; Osvaldo Teixeira principiou a pintar aos

treze anos e Rego Monteiro aos quatorze figurou no Salão dos Independentes de Paris; Otávio de Mendonça, em Belém, leciona cursos universitários com dezessete anos e possui uma erudição que nunca vi abaixo dos trinta ou trinta e cinco.

Há aqui [em Aracajú] um garotinho de quatorze anos, Paulo Dantas, que já publicou um livro – *Mentalidade Infantil* – que muitos profissionais das Letras quereriam ter escrito. Em Maceió conheci a Ledo Ivo, que apenas conta treze e escreve habitualmente na imprensa contos e crônicas magníficas. Em Fortaleza convivi com Freitas Nobre, que tendo quinze anos, publicou uma obra sobre *A revolução acreana* que muitos historiadores se orgulhariam de ter assinado. Na Baía ouvi a Zoraide Aranha, que, com doze anos, declama no palco como gente grande. Direi ainda que, visitando livrarias, observei que noventa por cento dos compradores eram moços muito abaixo sempre dos vinte e cinco anos.

Que belo porvir espera ao Brasil! Para acreditar nele, para convencer-se das possibilidades infindas deste povo, observem um homem de oitenta anos, outro de cinqüenta, outro de trinta, outro de quinze... Entre eles há abismos seculares. A fé, o patriotismo, o talento, a cultura das novas gerações garantem avanços que assombrarão o mundo

O poeta Sindulfo Barreto Filho tem apenas dezoito anos e já publicou seu primeiro volume de versos: *Frêmitos de minh'alma*. Impressionou-me pelo seu extraordinário amor à Espanha, sendo tal o seu entusiasmo pelo meu país que estudou espanhol e, apenas com quatro meses, fala-o corretamente e escreve-o bem (Las Casas, 1939: 135-36).

Na segunda, faz um breve retrato geral da colônia espanhola no Brasil:

Devo dizer aos meus patrícios que no Brasil ama-se a Espanha com entusiasmo, com paixão, e isto comprovei por toda parte aonde fui. Dei-me com centenas de amigos que leram e possuem milhares de livros espanhóis e falam da nossa literatura, das nossas artes, dos nossos cientistas, com verdadeira emoção, com emoção que merece por parte da Espanha eterna e cordialíssima reciprocidade. Sabem meus compatriotas que, no mercado de livros estrangeiros no Brasil, nós ocupamos o primeiro lugar?

E a colônia não é muito grande: 183 em Manaus, 1500 em Belém, 4 em S. Luiz do Maranhão, 8 em Fortaleza, 3 na Paraíba, menos de 200 em Recife, 1 em Maceió, 2 em Aracajú, pouco mais de 5.000 em S. Salvador e menos de 4.000 no resto do Estado da Baía, 5 no Espírito Santo... Felizmente é uma colônia honesta, trabalhadora, ordeira e rica, e muito estimada. Galega na sua maior parte (quase todos os que encontrei de Pontevedra e Orense) aqui está radicada há mais de trinta anos. Conheci alguns patrícios beneméritos: David Novoa, o dr. Asensi, Pablo Novoa, Manuel Lira, Antoliano Cmaibes, o Padre Caballero e Francisco Gordon, em Manaus (duvido que se ache no mundo uma colônia espanhola tão digna como esta); Taboada em S. Luiz e o Padre Carlos Martinez, em Fortaleza; Domingo Gutiérrez, Felix Ruiz Gil, Luís e Manuel Pérez e Gimercindo Dominguez, em Recife; Méndez García, Francisco Leon Santos, o Padre Azacarate e Frei Andréa, na Baía. Vidas retas e

esforçadas que sempre souberam glorificar a Pátria em que nasceram e bem servir a nobre nação que os hospeda.

Algum dia se escreverá um livro sobre os espanhóis no Brasil, e ficará provado quanto foram intensas as relações entre ambos os povos e como as influências mútuas passaram além do que muita gente imagina (Las Casas, 1939: 136-37).

A Salvador da Bahia dedica a narração mais extensa de *Na labareda dos trópicos*. Isso se deve às detalhadas descrições do patrimônio histórico-artístico da capital baiana. A São Salvador chega de navio e, do mar, a cidade, evoca-lhe a ilha de Helgoland pelas suas cores branca – na areia –, vermelha – no rochedo – e verde – no país –. Na chegada à cidade comenta que, quando se vê do mar, “A humanidade é uma unidade plural, como o bosque, e dentro dela, cada povo é uma árvore, sendo cada comarca um galho diferente” (Las Casas, 1939: 141). Em decorrência disso, para o autor, Bahia “é uma cidade belamente madura que nos cai nas mãos como o mais rico presente do céu; doirada e cheirosa, como uma laranja, satisfaz os cinco sentidos, e ainda a casca para perfumar as roupas e acompanhar nossa saudade por aí afora” (Las Casas, 1939: 141).

Da arte de Salvador, em primeiro lugar, realça, e até sublima, as estátuas, as mais “grandiosas e belas” do Brasil, pelas suas proporções e pelos seus materiais, estando a sua localização determinada com um perfeito sentido urbanístico. Menciona a da campanha do Paraguai, a da Independência, a de Castro Alves, a do Conde dos Arcos, a do Visconde de Cairú e a do Barão de Rio Branco. Em segundo lugar focaliza a arte sacra e as igrejas da cidade. Gosta especialmente da Virgem do violão, na sala do capítulo da igreja de São Francisco. Aproveita a descrição dessa imagem para refletir sobre a importância desse instrumento “no desenvolvimento histórico dos povos ibéricos”⁵⁴⁹.

⁵⁴⁹ Diz Las Casas (1939: 146-47): “Confesso que nunca li, nos originais, crônica alguma do trágico reinado de D. Sebastião, embora tenha escrito sua biografia, quando muito moço, para aquela coleção que, na Madri de há vinte anos, dirigia Gutierrez Rayé. Mas vi comentado inúmeras vezes que na batalha de Alcaçarquivir se perdeu também, além de um rei, uma nação e quase toda a fidalguia lusitana, quinze mil ou não sei quantos mil violões. De fato o violão teve a maior importância no desenvolvimento histórico dos povos ibéricos. Príncipes, duquesas, ciganos, estudantes, ministros, padres, soldados... passaram as portas da História levando um violão na mão como melhor credencial; com um violão na mão a Severa namorou o Conde de Marialva, e parece que foi tocando violão que enfeitou à Merimé a Condessa Eugênia de Montijo, mais tarde Imperatriz da França. Com música de violões, Pastora Império deu a volta ao mundo, e pintando sevilhanas acariciando violões, o pintor Romero de Tormes ganhou imortalidade. Andrés Segovia se apresentou com o popular instrumento perante os públicos mais requintados do planeta, e o Duque de Windsor, a primeira vez que o ouviu na Venta Eritana, afirmou estar nele o segredo da universalidade da Espanha. Ora, foi na Baía que eu me informei que também Nossa Senhora gosta de violões e serenatas”.

Além disso, refere-se às igrejas, mas matiza: “É impossível ocupar-se de todas as igrejas de S. Salvador; ouvi dizer que são 365, e não duvido” (Las Casas, 1939: 162). Menciona várias delas, mas diz que a do Convento do Carmo foi uma das que mais gostou. Desse convento, assinala as “jóias e lembranças preciosas que o tornam celeberrimo”; dentre elas recomenda especialmente a visita à sacristia. Diz, dialogando com os seus possíveis leitores: “vejam a sacristia! Já viram muitas salas tão majestosas?”. Refere-se também à sala onde, aos 30 de abril de 1625, os holandeses assinaram a sua capitulação perante o “imortal capitão espanhol D. Fadrique de Toledo y Osório, Marquês de Villanueva de Valduega”.

Salienta os conventos da Graça, em que se custodia “uma imagem de Nossa Senhora com o Menino Jesus, construída na Espanha”, encontrada, na ponta dos Castelhanos, pelo Caramuru e por Paraguaçu após o naufrágio de um navio que se dirigia à Argentina, e da Lapa, orientando para os turistas, de forma específica, os seus comentários sobre essas igrejas. O autor conta a história do beneditino Convento da Graça, descreve-o, refere-se a alguns dos enterramentos que há nela, destacando o de Júlia Fetal, “morta em 20 de abril de 1842, assassinada de um tiro pelo amante despeitado Dr. Lisboa – “curioso tipo para Stefan Zweig” – em uma noite “como aquela em que se suicidou D. Mariano José de Larra”. Em relação ao Convento da Lapa aconselha a qualquer turista potencial que vá até esse convento em três momentos, à noite, de manhã e de tarde, pois o interesse da visita não reside, comparativamente com outras igrejas, na qualidade artística do prédio (“Uma das coisas mais difíceis de ver é um desses conventos que não têm nada que ver” Las Casas, 1939: 148), senão na observação da vida conventual. Na visita matutina, o autor diz ter percebido que a quase todas as freiras brasileiras que ele vira eram morenas, pelo qual decide se dirigir com sonsice a uma das irmãs:

Quando eu fui, só uma freira atrasada rezava na igreja. Era morena, lindamente morena. Por que, Senhor, quase todas as freiras são morenas? Adiantei-me a ela, com cerimônia portuguesa, tal qual o faria meu defunto amigo o Marquês de Bradomin.

– Diga, vossas senhorias são da Ordem do Divino Pastor?

Ficou corada, como uma papoula. Tinha qualquer coisa de *Hermana San Sulpicio* de Palacio Valdés. Gostaria de sorrir acaso, mas não podia; muita vez Satanaz apareceu nos claustros vestido de gentil-homem (Las Casas, 1939: 149).

Las Casas recomenda aos turistas que, na volta à tarde ao convento da Lapa, se comprem algumas das guloseimas do convento (“porque nelas está toda a geografia do Brasil nos mais tenros diminutivos: baianinhos, mineirinhos, carioquinhos...” Las Casas, 1939: 149), tal como fazem as “moças da alta roda” e os “velhos fidalgos” da cidade. Esse costume local de compra de doces no convento lembra a Las Casas a relação da sociedade de algumas cidades espanholas com os serviços oferecidos em mosteiros e conventos: “Lembro o Colégio das Donzelas Nobres, de Toledo, o mosteiro das Beneditinas, de Solesmes, e aquele de Santa Clara, de Allariz, que educou o rei Afonso X o Sábio e assistiu às festas nupciais de cinquenta gerações galegas” (Las Casas, 1939: 150).

Em Salvador, o autor repara com intensidade nas artes visuais, sobretudo na pintura, o qual o leva tanto a expor os seus pareceres sobre obras de artistas locais quanto a expressar os seus pontos de vista em relação à pintura em geral. Ele crê que existe um imperativo geográfico que age sobre a composição pictórica. Assim, opina que não se poderia conceber que Picasso compusesse a sua obra “na bucólica doçura de uma vale galego”, que Dalí e Fontanals não fossem senão barceloneses ou que, como consequência da “diáfana” luz de Salvador, a “mais sexual, mais carnosa, mas mediterrânea” das cidades brasileiras que ele conhece, não tivesse surgido uma escola de pintura. Pelo efeito da luz, a escola baiana é associável à “mais pura ortodoxia do valencianismo”, sendo Mendonça Filho “o Sorolha nortista”. Embora não faça parte dessa escola, por ser “um pintor místico por natureza”, salienta também a Prisciliano Silva “o maior e mais prestigioso pintor brasileiro” da época (Las Casas, 1939: 157).

Ao se referir à cidade alta, a que acede pelo elevador Lacerda, destaca a inscrição que há em uma casa situada na rua José Gonçalves em que lê “Louvado seja o Santíssimo Sacramento” que o faz lembrar uma “saudação semelhante” que havia sobre a porta da casa dos seus avôs em Sabucedo de Montes: “Nadie pisará este umbral/ sin que diga por su vida:/ María fué concebida/ sin pecado original”; em decorrência dessa observação salienta “A qualquer outro estrangeiro impressionará também a jaculatória baiana”, mas especifica que o talante dos baianos faz com que nas inscrições e nos letreiros que se encontram na cidade se perceba a cordialidade e a tolerância do povo: “Se o baiano pudesse, acho que escreveria em todas as esquinas: louvado seja o índio, e o amarelo, e o branco, e o preto; o católico e o protestante; o grande e o pequeno; o rico e o pobre” (Las Casas, 1939: 155).

Salienta a Faculdade de Medicina, “a mais antiga e famosa do Brasil”. Para conhecê-la recomenda o Secretário Dr. Pinto Soares; nele “encontrará o visitante o guia douto e fidalgo que precisa”. Las Casas também recomenda que se entre em contato com o Dr. Pinto de Carvalho, “o intelectual mais admirado e querido da Baía” e “o mentor indispensável para entrar na cidade”. Sobre ele diz: “Eu comprovei com que efusão se abrem para ele todas as portas, e com que cortesia são recebidos seus recomendados onde quer que seja. Só um, entre centenas, foi incapaz de ouvi-lo, mas... era Estácio de Lima!” (Las Casas, 1939: 159). De Salvador, Las Casas frisa que o seu meio intelectual também é “de primeira ordem”⁵⁵⁰. Diz que de um livro de êxito se vendem 500 exemplares e que “a venda mensal de revistas passa da elevada cifra de 70.000”. Comenta que, havendo passado muitas horas na livraria Sousa observando a freguesia, notou que a maioria da clientela era jovem e tinha um gosto definido e acertado (“Passei muitas horas na Livraria Sousa observando a freguesia, e posso dizer que são requintados e inteligentes os gostos da mocidade (noventa por cento dos compradores que vi eram moços), que sabe o que compra e porque compra” (Las Casas, 1939: 161).

Na parte velha da cidade visita o Palácio Municipal – “bela amostra da arquitetura colonial do século XVII, que está sendo reconstruído com evidente mau gosto” – e a catedral, “de puro renascimento espanhol” e comenta que se acrescentassem às tumbas do P. Vieira, Caramuru e Mem de Sá, que nela há, a de Castro Alves, o santuário, que já se poderia chamar “O Panteão dos Invictos”, converter-se-ia no “Sancta Sanctorum da raça”. Por outro lado, ele indica que “Para nós, espanhóis”, a catedral soteropolitana é um lugar de “emoção extraordinária” por adornarem, na sua fachada, as estátuas de Santo Inácio, São

⁵⁵⁰ Além do grupo de professores da Faculdade de Medicina, os intelectuais que ele menciona são: “Xavier Marques, membro da Academia e um dos mais puros cultores do idioma; Artur de Sales, o poeta popularíssimo de Música dos birlos; Deolindo Fróis, o inspirado compositor, o sbrilhantes cronistas Ranulfo de Oliveira, Jorge Calmon, Oto Bittencourt, Altamirano Requeião, Aloisio de Carvalho, Carlos Ribeiro e Evaldo Dias, e Hêlio Simões, gentleman da poesia e da vida”. Junto a eles Las Casas destaca o grupo Ala das Letras e das Artes, dirigido pelo mineiro Carlos Chiachio, “poeta excelso, crítico doutíssimo e prosista impecável”. Esse grupo é assim descrito por Las Casas: “*Ala* nasceu a 28 de Novembro de 1936 (algum dia os baianos comemorarão esta data com orgulho) e, de então para cá, sua vida tem sido uma caminhada triunfante nos âmbitos mais nobres da inteligência. Exposições, concertos, recitais, conferências. Não há artista ou escritor que tenha passado pelo porto sem ser objeto da larga e efusiva hospitalidade da *Ala*. Na sua secretaria – na sala 4 da “Associação dos Empregados do Comércio” – reúnem-se diariamente, em volta do cativante autor de *Infância*, todos quantos significam alguma coisa na visa mental baiana. *Ala*, ademais, faz edições primorosas, e publica todos os meses uma página de arte em *A Tarde* e todas as semanas uma página de informação literária em *O Imparcial*. É possível uma atividade maior e mais fecunda? Não!” (Las Casas, 1939: 161-62).

Francisco Xavier e São Francisco de Borja, que são “do nosso sangue” e por na igreja haver um relicário do Duque de Gandia.

Refere-se o autor a um português – Júlio Correia -, presumivelmente um imigrante. Esse português converte-se no estrangeiro a quem Las Casas presta mais atenção. A partir dele comenta uma impressão contrastante que ele tinha dos portugueses em comparação com os outros europeus:

Um português – Sempre tive a impressão de que o português é o europeu que vive melhor. Tenho milhares de amigos na adorável pátria de Camões e, convivendo intimamente com eles, cheguei a esta conclusão que, depois, comprovei pelo mundo fora freqüentando o convívio com emigrantes de todas as classes sociais.

Cá encontrei outro português de raça: Júlio Correia. Sua casa é uma estampa lusitana. Muita luz, muitos livros, muitos retratos, uma oleografia de Salazar e uma bandeira monárquica, muitas pratas do Porto, muitas garrafas de vinho velho, muitos móveis de João V, muitos pássaros... E a mais efusiva e cativante hospitalidade (Las Casas, 1939: 157).

Las Casas recomenda fazer uma excursão de Salvador a Cachoeiras, de navio, pelo rio “Paraguassú”. Diz que ele foi em um iate na companhia de um grupo de professores e alunos – “todos eles moços gentilíssimos, talentosos, cultos...” – da Escola Politécnica. A respeito desses alunos confessa que “Daria a vida por ser professor de uma turma assim” e sobre a gentileza das pessoas que encontrou nos portos em que o navio se deteve assevera: “Quem duvidar da hospitalidade brasileira, não merece andar entre os homens de bem” (Las Casas, 1939: 165). Recomenda ver em Cachoeiras a Prefeitura, a igreja da Ordem Terceira do Carmo, a Matriz, o Seminário de Belém e a fábrica de charutos Danneman, onde os recebera o seu diretor, João Adolfo Jonas Filho, “que nos recebeu como se fôssemos príncipes” (Las Casas, 1939: 166).

Seção própria recebem a “comida africana” de Salvador e “os cultos africanos”. De fato, Las Casas fez-se membro da *União das Seitas Afro-Brasileiras*, guiado pelo conselheiro jurídico dessa associação, o “culto advogado” Dr. Álvaro Mac-Doweell de Oliveira e por Ruth Landes, pesquisadora do “Instituto Rockefeller” e da Universidade de Columbia. Com eles compartilhou um almoço, cujo cardápio menciona e comenta – acaçá, aruá, bobó, inhame, ebô, acarajé, vatapá, abará, caruru –, chegando, inclusive, a indicar o modo de preparo e a esclarecer que “Se vocês prepararem este menu e não saborearem um almoço gostosíssimo, a culpa é minha que não expliquei direito, ou esqueci alguma coisa.

A culpa nunca será do Sr. Manuel, nem da sua bondosa senhora, que bem nos provou ser a melhor cozinheira do planeta” (Las Casas, 1939: 161).

Os cultos africanos são caracterizados por Las Casas a partir da sua participação nos rituais em um terreiro, “o santuário afro-brasileiro”, que ele descreve⁵⁵¹. Informa que “As festas que se celebram nos terreiros, chamam-se *candomblés*”; indica os três que são os mais antigos e respeitados da Bahia – o de Menininha, o de Maci e o de Aninha – e nomeia cinco que considera “notáveis”. Diz que ele visitou o de “Maci”, durante as festas de Oxalá – festas que “duram 17 dias e principiam com a cerimônia chamada das *águas*” –, e esclarece que “a gente que frequenta os candomblés, é boa, cordial e hospitaleira como vocês não fazem idéia. Um mês convivi com as seitas, deixando entre seus filhos amigos queridíssimos que lembrarei com saudade toda a minha vida” (Las Casas, 1939: 167).

Las Casas descreve tanto as gentes que participam dos rituais do candomblé quanto o procedimento seguido em uma das cerimônias, recomenda àqueles interessados em aprofundar na matéria que leiam as obras do Prof. Nina Rodrigues, “autoridade indiscutível” em candomblé, e conclui se dirigindo, da emoção e do espanto que lhe causou a descoberta da energia africana manifesta no candomblé, a alguns dos orixás para que velem por ele, pois “o mar me espera”⁵⁵². O autor encerra a narração sobre a sua visita a Salvador dando “Dois conselhos”:

⁵⁵¹ Um terreiro genérico de candomblé é descrito por Las Casas (1939: 166) como se segue: “É um barracão grande, pouco mais ou menos 8 por 12 ou 14 metros, e 4 de altura, isolado num pequeno morro e rodeado das casas dos santos: árvores, pedras, plantas, ornacinas, que o Pai de Santo descobriu ser moradas sagradas. Nesta grande sala está o *pejé*, altar do santo tutelar, onde também se colocam, mas em lugar subalterno, outros santos queridos. Na direita está a bancada dos *ogans* (os protetores do terreiro), depois a bancada do *babaló* (dono do terreiro) e sua família, e defronte, a tribuna dos *atabaques* (tambores) que são três: *ogum, lé e rumpí*, do menor ao maior. Do teto pendem cornos, contra os maus olhos, e na porta principal, pela parte de fora, está pregada uma cruz pequena de madeira. Uma porta comunica com três ou quatro quartos interiores, onde passa o dia o pai ou mãe de santo, para atender às necessidades dos filhos que, freqüentemente, visitam a casa”.

⁵⁵² Diz Las Casas (1939: 170-71): “O que eu quisera é que vocês sentissem a emoção do candomblé. Não há palavras para descrevê-la, e menos ainda posso fazê-lo eu, neófito na religião e aprendiz no idioma. Aquele momento em que o velhinho ogã se adianta a beijar os tambores sagrados; aquele em que os atabaques ressoam enfurecidos, apelando angustiados para que o santo desça sobre qualquer uma das filhas; aquele outro em que a avozinha centenária cai em transe, convulsionando-se toda em arrepios que me enchiam de pavor... Os cânticos lentos, tristes, afligidos, de uma raça infeliz que chora dores milenárias. O baile rude e pausado, que lembra ritmos guerreiros ancestrais. A beleza arrebatadora das mulatas, enfeitadas de búzios da costa, e vestidas de linhos imaculados, dignos de altares pontifícios. O tam-tam isócrono do arguidaví, que geme como uma gota de água num sepulcro vazio. Os soluços da virgem curiosa que sente nas vértebras as primeiras chicotadas do além. O negro fidalgo, apolíneo como um efebo ateniense, que olha misticamente a sombra, tanto tempo pressentida, de Egú. O cheiro forte e pesado do budum que nem as pitangas conseguem esvair. O ar abafante, que nem as reviravoltas subtilizam. Os beija-mãos, os abraços, os cumprimentos litúrgicos que os garotos fazem atordoados e os patriarcas cumprem graves e meticulosos. Eu ouvi rumores de

Sigam este conselho: vão num bonde da Barra, até ao Farol, continuem de ônibus até Rio Vermelho, passando pelo Cristo Redentor, e voltem à Praça Municipal no bonde número 14. Nunca esquecerão este passeio maravilhoso.

Querem outro conselho? Visitem a fábrica de cristais Fratelli-Vita. Verão como os garotinhos de subúrbio trabalham nos labores mais difíceis com arte de mestre, e verão peças perfeitas, como as mais lindas de Bacarat. E conhecerão a D. José Vita e ouvirão a sua história edificante: 72 dias e 72 noites ao pé dos fornos, até conseguir as mesclas vitoriosas, tendo comprometido na empresa toda a fortuna conseguida em 46 anos de trabalhos esmagadores. Só a fê salvou este homem, que agora voltou a ser um dos mais ricos industriais do Brasil (Las Casas, 1939: 163-64).

Las Casas parte de Salvador aos 25 de outubro de 1938. Regressa de navio ao Rio, fazendo uma escala em Vitória, na companhia do seu amigo Renato Silva e do teatrólogo Eurico Silva, “tradutor no Brasil de muitas das nossas peças teatrais”. Essa viagem é narrada no último capítulo do livro – A Vitória do Espírito Santo –. Gosta do panorama na entrada na baía de Vitória (“nenhum estrangeiro deve deixar de admirá-lo” Las Casas, 1939: 173) e diz que, durante a contemplação da paisagem dessa baía, inventou uma lenda – A Vitória do Espírito Santo – relativa à fundação da cidade⁵⁵³. Não considera, no entanto, que essa idéia sua seja original, pois muitas cidades contam com a sua, como, por exemplo, Nóia:

florestas que enchem um continente, choros de multidões que cobrem trinta pátrias, músicas lúgubres que fecharam os olhos de milhões de mortos. Eu vi belezas angelicais que ninguém aprecia, cadências divinas que ninguém entende, lágrimas inconsoláveis de que ninguém se apieda. O Karaká, Kararokú, Oou... velai por mim! E tu, Mãe-Menininha, prepara os sete botões de rosa e a moeda de prata, que o mar me espera e Mãe d'Água vigia!!”.

⁵⁵³ Esta é a lenda que inventou Las Casas (1939: 174-75) para a capital de Espírito Santo: “Quando Francisco Pereira Coutinho e os seus companheiros de armas iam ser massacrados pelos índios tupinambás, na ilha de Itaparica, em 1537, encomendaram-se piedosamente a Deus, pedindo perdão para os seus pecados e ingresso franco no cobiçado reino dos céus. Choravam de perder a vida, de perder Portugal – que lá ficava, tão longe, para nunca mais ser visto! – e perder o Brasil, defendido por gentes tão indomáveis, e de perder tantas almas que poderiam ser resgatadas, pelo batismo, à família de Cristo. Um dos soldados percebeu então que uma pombinha leve e branca como um floco de neve voava sobre o acampamento, fazendo contínuas fugidas para o sul, de onde tornava batendo nervosamente as asas, como se dissesse: por aqui, por aqui, por aqui... Milagre! – pensou o conquistador – quando o Espírito Santo quer tratar com os homens, é assim que aparece. Ele me ajudará. De fato. Conseguiu fugir, na escuridão da noite, e, nas primeiras luzes da alvorada, abriu caminho para o sul. De três em três horas, a pomba reaparecia, voava algum tempo – sempre, sempre para o sul – e perdia-se outra vez nas altas nuvens. A caminhada durou a vida de uma lua. Então a pombinha, que brincava alta, alta, aonde nunca chegará a negrura dos urubus nem a eloquência parlamentar dos papagaios, virou sobre si, como um avião alvejado, e caiu morta na ladeira dum monte. Outra vez milagre! – pensou o destemido bandeirante. – Isto quer dizer que devo fixar-me aqui. Construiu uma maloca, e lá ficou. Andando o tempo casou com uma linda moça indígena, e deste casal nasceram filhos e netos suficientes para criar uma vila que o vovô batizou como A Vitória do Espírito Santo, dando nome, assim, a um Estado e uma cidade. Eu poderia ter dito que ouvi esta lenda a uma velhota, certa noite de inverno, numa fazenda do interior. Mas prefiro ser uma escritor honesto”.

Conta-se, na minha terra, que quando a pomba da paz saiu da barca de Noé, foi pousar em certo lugar da costa, onde o Patriarca desembarcou logo; o tal lugar chama-se Noia, na província de Carnuba, nome que vem de *Novium*, mas que os poetas forçam a derivar de *Noela* – *Noeia* – *Noia* (Las Casas, 1939: 174).

Em Vitória passeia pelas ruas e praças principais e visita monumentos, que descreve, – o Convento da Penha, as praças 8 de Setembro e Costa Pereira, a travessa de Maria, o bairro do Carmo, as ruas General Osório, Jerônimo Monteiro e Duque de Caxias e o Parque Moscoso. Diz Las Casas que gostaria de viver no bairro do Carmo (“bungalows, sorveterias, senhoras de cabelo branco com saudade de D. Pedro II, moças pálidas que sonham esperando a D. Pedro III, e criancinhas lindas que cantam melancolicamente”) e que, caso morasse em Vitória, “compraria um cachorro, um chapéu alto e uma bengala com castão de ouro, e, todas as tardes, como um personagem de romance, viria ao Parque Moscoso a ler, de luneta, o *Jornal do Comércio* do Rio” (Las Casas, 1939: 176).

A ida ao Rio é comentada destacando os pontos referencias da costa que se avistam do navio. Ao passar o navio, à noite, ao largo do Cabo Frio, observa o céu e diz que a lua, “como as namoradas”, lhe atira “uma fita que vai a caminho de Santiago” e, a respeito dessa estrela, expressa “quero escrever nela minha ânsia de regresso. Não, não, não quero voltar. O Brasil retém-me com um rumor de cânticos, fazendo berço com os braços abertos, convidando-me a deitar em seu colo todas as minhas melancolias infinitas” (Las Casas, 1939: 177-78). No avanço, à noite, do navio distingue o Cristo do Corcovado e, em um arrebatado de inspiração lírica, diz que “o trópico, Deus dos mundos” enviou a recebê-los “os melhores bailarinos da corte” para que dancem perante eles nas praias de Ipanema, Copacabana e Botafogo, no morro de Santa Teresa e na Cinelândia, até atracarem “na Guanabara”⁵⁵⁴. Las Casas encerra *Na labareda dos trópicos* despedindo-se do Norte do

⁵⁵⁴ Assim como fizera com Vitória, a capital do Espírito Santo, criando uma lenda relativa à fundação da cidade, para a entrada no Rio de Janeiro Las Casas (1939: 178-79) inventa uma alegoria pagã tropical, bastante alucinada, associada às suas praias que o viajante pode contemplar à medida que o seu navio se adentra na baía da Guanabara: “Descubro no céu uma estrela maior e mais brilhante que todas as outras, uma estrela que guia como a dos pastores de Belém. Será um farol? Não, não; é uma estrela... ou a lua que, com inveja de meu gozo, foge, e já mal se distingue. Neste momento, nota-se que o astro tem pontas, não cinco, como as estrelas que aparecem nos tratados de geografia, mas quatro, como as que adornam os mantos das fadas. Outro milagre, sim, outro milagre: agora a estrela traça uma figura humana, e parece que distingo o fulgor dos seus olhos e que ouço não sei que entrecortadas palavras de boas vindas – é o Cristo do Corcovado. O navio avança. O trópico, Deus dos mundos, do seu trono de mármore e ouro, ordena que venham a nosso encontro os melhores bailarinos da corte, para oferecer-nos suas artes mais deliciosas, e inicia-se a dança mais grandiosa que pode conceber a imaginação dos homens: um bando de meninas impúberes revolteia num grande riso clamoroso, e logo desaparece devorado pelos faunos, na praia de Ipanema; de repente, pela orla de

Brasil em uma seção que intitula Adeus. Trata-se de umas poucas linhas em que saúda as terras e os céus que viu e os amigos com que conviveu, e nas quais evoca elementos simbólicos da cultura indígena e da cultura africana que conheceu:

Adeus, meu Norte querido! Repetiria esta viagem sem medo de fazê-la de joelhos. Ah, que saudades tenho!... Ainda me parece que estou no Tarumã, na *Cachoeira dos Passarinhos*, ouvindo a lenda da rainha que se enamorou do caboclo; ou na Baía, no terreiro da Gomea, iniciando-me nos ministérios alucinantes do *Pejú*; ou em S. Luiz, na véspera da partida, altas horas da noite, quando... vocês lembram aquele conselho que Wilde deu a Lady Agata para renovar a mocidade?

Adeus terras benditas, por onde meus pés peregrinos cruzaram santificando-se; adeus céus impolutos das minhas alvoradas mais queridas; adeus amigos, com os quais convivi nos diálogos mais carinhosos. Adeus, não: até breve! (Las Casas, 1939: 180).

Essa despedida, mediante epifonema, das regiões Norte e Nordeste converteu-se, segundo o *corpus* que reunimos de Las Casas, na sua despedida literária de todo o Brasil. É possível que, logo de abandonar o país para se assentar na Argentina e no Chile, Las Casas se tenha referido ao Brasil em palestras e artigos jornalísticos. Las Casas, de fato, ainda regressará ao Brasil em 1950. Ele aportou no Rio de Janeiro na travessia em que definitivamente regressou à Espanha partindo de Buenos Aires. Durante essa escala ele palestrou na capital federal. Todavia, *Na labareda dos trópicos* foi o derradeiro produto literário da sua autoria publicado no Rio, embora em 1940, como ensaísta, ainda publicasse em Buenos Aires uma breve biografia intitulada *Ana Amelia: guía de los universitarios brasileños*, sobre a poetisa e tradutora carioca Ana Amélia Queiroz Carneiro de Mendonça. A satisfação que sentia por poder residir no Brasil e o entusiasmo que nele provocava o

Copacabana, surgem milhares de moças de nácar, presas pelas mãos, todas em fila, executando passos de contradança, que flautistas escondidos acompanham do alto dos morros; súbito, qual um atum gigantesco, salta e desaparece, a nosso lado, um penhasco enorme que fica mergulhado não se sabe onde; agora, no anfiteatro de Botafogo, bailam ritmos guerreiros, verdadeiras legiões de donzés desnudos, e bem em derredor, mesmo ao alcance da mão, imponente, como os icebergs polares, marcham, esmagadores, e se somem, como ao sopro de um sortilégio, montes elevados e calvos que parecem sorver-nos com seu alento. Agora, a terra vomita uma praga de vagalumes luminosos, que trepam ardorosos pelas ladeiras de Santa Teresa. Agora, os bailarinos pulam, uns em cima dos outros, e formam altíssimos castelos de luz no pórtico alucinante da Cinelândia. Já estamos na apoteose do bailado: uma sombra toma-nos pelas mãos e arrebatamos, como a correr em zig-zag, daqui para ali, fazendo-nos bailar também com agilidade mercuriana, entre racimos de bailadores, que cantam em coros hinos ao amor e à eternidade. – Contornamos as ilhas. A bombordo e a estibordo ouvem-se os coros, grandiosamente polifônicos, e distingue-se a cor de cada voz que canta num réverbero de alucinação. O mar tremeluz, esmaltado de pés de ouro, que picotam, com beijos nervosos, sobre a superfície límpida de jades e ametistas. Achamo-nos dentro de uma grande opala, e vamos adormecendo no resfôlego voluptuoso e fatigado de uma imensa floresta virgem; zumbem a nossos ouvidos divinas promessas, nossos olhos vêem pela primeira vez coisas nunca vistas e, de repente, percebemos que tudo ficou imóvel, que tudo guarda a quieta atitude dos melhores momentos, que toda a criação parou em êxtase, que estamos na Guanabara – inundados de luz e cheios de prazer sereno”.

contato com os nativos, patentes nesse livro de impressões de viagem, foram também expressados no único romance que Las Casas publicou no Brasil, *Os dois*, editado na cidade do Rio de Janeiro, em maio de 1938.

Os dois

O romance foi publicado em português, sem referência a algum labor de tradução ou de revisão da correção gramatical, mas o prefácio está em castelhano. Nesse prefácio agradece a ajuda recebida de Vasco Lima⁵⁵⁵, de quem diz que:

Cuando llegué a Río, horrorizado y exhausto, fugitivo de la guerra civil más cruel que ha conocido el mundo, fueron los brazos de Vasco Lima los primeros que me estrecharon y las puertas de *A Noite* las primeras que se me abrieron acogedoras; en estos malditos tiempos que corremos, solo aquí, en Brasil, se pueden encontrar amigos tan efusivos y gestos tan generosos. Deseo que quede testimonio eterno de mi gratitud y por eso le dedico este libro (Las Casas, 1938: 7).

No entanto, no ano anterior – 1937 – encaminhara a dedicatória de *Espanha (gênese de uma revolução)*, ensaio publicado na mesma editora carioca que *Os dois* – A Noite –, a João de Barros, “que me trouxe ao Brasil”. Na dedicatória de *Os dois*, Las Casas faz questão de louvar o talante hospitaleiro e a cordialidade do povo brasileiro e de deixar

⁵⁵⁵ Em 1931, Vasco Lima, jornalista e desenhista, converteu-se em gerente de *A Noite Ilustrada*, cuja direção passou a estar a cargo do jornalista Gil Pereira. Nessa nova gestão, consequência da cessão das suas ações, tanto do jornal *A Noite* quanto da revista *A Noite Ilustrada*, que fizera o anterior diretor – o endividado Geraldo Rocha – em favor da “Empresa São Paulo – Rio Grande”, conseguiu-se que ambos os periódicos da firma “A Noite” se consolidassem no meio da imprensa carioca da década de 1940. Tatiana da Silva Bulhões, na sua dissertação de mestrado em História Social do Programa de Pós-graduação em História de UFF, intitulada “*Evidências esmagadoras de seus atos*”: fotografias e imprensa na construção da imagem pública da Ação Integralista Brasileira (1932-1937) (Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2007_BULHOES_Tatiana_Silva-S.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2009), comenta (Bulhões, 2007: 121) que *A Noite Ilustrada*, sob a gerência de Vasco Lima, assim como a revista *Fon-fon*, publicava “uma variedade de fotografias que nos indicam os valores defendidos por elas e os comportamentos que buscavam divulgar”. A autora assinala que, em *A Noite Ilustrada*, eram publicadas fotografias “de festas de fim de ano e de carnaval em Clubes Esportivos e Cassinos” freqüentados pela elite carioca, fotografias “de festividades católicas” e de “visitas de organizações católicas ao cardeal do Rio de Janeiro D. Sebastião Leme”, “de eventos em homenagem a Vargas”, “de eventos na Itália fascista ou de aspectos da sua organização, como a ‘educação exemplar’ dos ‘barillas’ (nome dados às crianças italianas)” e sobre as homenagens do governo getulista aos militares mortos em 1935 no embate aos comunistas, como foi a matéria “Exaltando os bravos de 1935”. Além disso, para entender as simpatias ideológicas mostradas pela direção de *A Noite Ilustrada*, Bulhões (2007: 119-20) crê que é significativa a visita que Vasco Lima realizara à redação do periódico integralista *A Offensiva* para felicitar o movimento integralista pelo aniversário, aos 17 de maio de 1937, desse seu jornal. Essa visita fora resenhada por *A Offensiva* aos 19 de maio desse ano. Na revista *Fon-fon*, a autora localizou uma matéria intitulada “Aspectos da impressionante tragédia espanhola”. Bulhões (2007: 121) diz que nas fotografias que a acompanham se vêem igrejas destruídas e cadáveres nas ruas, fruto da barbárie do comunismo espanhol. Bulhões (2007: 122) conclui que além desses dois periódicos estarem abertos às fotografias da propaganda integralista, publicavam imagens que serviam de apoio aos fascismos na Europa e ao anticomunismo brasileiro e internacional.

constância do seu agradecimento pelas gentilezas recebidas em cada local aonde se deslocou e em cada âmbito em que se integrou. Nesse sentido, o seu discurso apresenta o Brasil como o único destino possível para que os parias da terra se redimam, pois se trata de um país capaz de absorver, assimilar e coerir com harmonia toda a diversidade problemática rejeitada pela fatalidade:

Bastarían dos líneas para la dedicatoria si no deseara decir algo más, si no deseara pregonar a los cuatro vientos como aquí la vida aún es alegre, amplia y cordial, como aquí aún se siente al inefable gusto de vivir. Profesores y estudiantes, pobres y ricos, nobles y plebeyos, todos han tenido para mí en este país idolatrado consuelo, ayuda y estímulo. Así recibe Brasil aún a quienes, como yo, ya no significan nada, ni valen nada, ni sirven para nada. Emigrantes llegados de todas las naciones del mundo aquí hallaron su patria, desheredados de todas las razas aquí han podido ganar honestamente su pan, afligidos de todas las amarguras aquí han encontrados alivio y paz. En este gigantesco crisol brasileño todos los idiomas se unifican, todos los corazones se funden y las esperanzas se aúnan.

Me siento dichoso, debo la mayor parte de esta dicha a Vasco Lima, y así quiero decirlo en alta voz, en recias y claras palabras de mi España. Si en el mundo queda alguien capaz de poner en duda la hidalga hospitalidad que aquí se dispensa, vea en mi ejemplo como en Brasil se recibe a los que no trajeron nada y un año después lo tienen todo (Las Casas, 1938: 7-8).

Os dois é o romance publicado no Brasil que, apesar da sua brevidade – 171 pp. – contém a relação mais ampla de menções a elementos repertoriais da cultura galega e ressalta dezenas de nomes de autores de livros, de artistas e de produtos culturais da Galiza. No Prólogo, o autor informa que ele se limitou a reproduzir os manuscritos de duas cadernetas amarradas com barbante, sem nome, data ou endereço, que encontrara sobre uma poltrona, junto a umas luvas e uma bengala, durante uma viagem de trem da Corunha a Ourense. Não informa qual é a língua em que estavam escritos os originais. Nesse sentido, a história é apresentada em português do Brasil, mas não se indica se ela foi traduzida. O autor esclarece, no entanto, qual é o seu intuito com a publicação desses textos: “Agora publico o original com a melhor das intenções: para ver se assim encontro o feliz mortal que o escreveu. És tu, meu querido leitor? Lembra-te bem. Principia assim:” (Las Casas, 1938: 10). Em, relação a essa interrogativa do autor, *Os dois*, contraditoriamente, contém abundantes dados biográficos dos personagens. Assim, embora se trate de um diário não assinado, nas anotações do primeiro dia contemplado, o protagonista registra que era amigo

de Dom Luiz de Figueroa Sandoval y Quiroga, senhor do “nobre solar de São Martinho de Názara”⁵⁵⁶.

Já no início desse Prólogo, por um lado assinala-se um traço diferencial da Galiza – “dos campos ibéricos” – da década de 1930: a ainda circulação de trens vetustos e lentos, desaparecidos da Europa moderna. No entanto, o autor não qualifica esses trens como veículos enfadonhos para os deslocamentos; refere-se a eles salientando o seu caráter pitoresco, apresentando as nuances românticas que continha uma viagem neles:

Viajava eu da Coruña para Orense num desses longos trens que só ficam já nos filmes alemães, nos romances ingleses e pelos campos ibéricos: uma locomotiva de alta chaminé e agudo resfolgo, construída quando menos em 1890; oito ou dez vagões transportando toda a sorte de mercadorias; outros tantos carregados de gado e, no fim, um único vagão para passageiros. Confesso que adoro estes trens lentos, pausados, sem pressa por chegar, que demoram tempo e tempo em todas as estações, que dão passo a todos os outros trens, que parece que se encolhem assustados, arrepiados de pavor, quando ao seu lado uiva um sud-expresso... Em viagens assim passei muitas noites imaginando um livro, planejando uma conferência, lembrando tal ou qual momento de minha juventude esquecido no último recanto da memória, meditando sobre essas mil verdades das quais a vida, traidoramente, nos distrai (Las Casas, 1938: 8).

Por outro, observa-se já uma característica patente em todo romance. Esta consiste na displicência do primeiro autor – o transmissor dos manuscritos – para facilitar ao leitor a situação espacial da narração que ele apresenta. O leitor terá que saber localizar nos

⁵⁵⁶ Com data de 19 de novembro “Fernando” traça o seguinte retrato do seu amigo Luiz de Figueroa Sandoval y Quiroga. Trata-se do primeiro perfil biográfico que se esboça de Luiz: “Luiz conta entre vinte e oito e trinta anos, e é meu amigo desde o tempo em que juntos, vestidos de marinheiro, freqüentávamos em Orense a escola de Madriñan; convivemos nossos anos de infância e de primeira mocidade, quando se pensam os primeiros pecados e ainda não se adivinham os primeiros remorsos. Foi sempre o meu colega mais estimado. Nesse tempo era uma criança muito loira e muito branca, delgado como um fio, tão débil de corpo e alma que parecia que se iria quebrar ao mais leve empurrão e à menor contrariedade, tinha os olhos muito azuis e uma voz muito fina. Mas era alto, triste e demasiadamente crescido para a sua idade. Odiava a aritmética e fugia de estudar história universal. Era ingênuo como uma pomba e confiado como um cachorrinho chinês. Lembrou-me que se preocupava muito com a leitura de livros piedosos. Um dia me perguntou: tu acreditas que o demônio compra as almas? Talvez, respondi. Pois eu lhe venderia a minha – continuou – se me conseguisse um desejo. E ficou pensativo e calado, de olhos no chão. Contava-me todos os seus mais recônditos segredos, fazia meus exercícios mais difíceis e vinha almoçar a minha casa todos os domingos. Estimava-o como a um irmão, esse irmão mais pequeno que nós gostamos de ver infeliz, para poder-lhe demonstrar que somos capazes de estimá-lo com todo o nosso coração. Quando nos separamos, ele para continuar os estudos em Santiago e eu para viver com uns parentes em Toulouse, ambos sentimos uma tristeza imensa por essa separação e, eu pelo menos, parti com a certeza de que nunca mais o tornaria a ver. Passamos quinze anos sempre afastados, trocando freqüentes cartas, isso sim, mas sempre muitíssimo distantes um do outro, pois meu pai exercia funções diplomáticas e sua carreira me levou a correr meio mundo: hoje em Atenas, amanhã em Stokolmo, depois em Tóquio, assim fui devorando terras, mares e ilusões. Luis ainda está, porém, muito jovem mesmo como se não tivesse mais de vinte anos, e seu caráter se conserva tal qual o mesmo de quando era criança” (Las Casas, 1938: 24-26).

“campos ibéricos” a comarca galega à qual se refere o segundo autor – o responsável por esses manuscritos –. O primeiro autor não insere notas de rodapé nem intervém em nenhum momento explicando ou esclarecendo os motivos culturais dos que falam os personagens do romance. Todas as glosas serão da responsabilidade do segundo autor, cujo nome – Fernando – só se dará a conhecer por meio da reprodução de uma carta que a ele remete, mencionando o seu nome, uma namorada que ele tivera. Contudo, percebe-se facilmente que se trata de uma obra ambientada no estrangeiro e, com o desenvolvimento da trama, entende-se que o marco é o interior agreste da Galiza, pois abundam as referências detalhadas que Fernando faz à comarca que ele passa a conhecer. Assim, o primeiro autor deixa que seja o segundo autor o único responsável pelas anotações e especificações sobre o espaço e sobre o modo de vida dos campos sociais recolhidos no argumento. Isso se deve a que esse segundo autor narra a história sob a estrutura de um diário. Não se trata, portanto, de um autor onisciente senão de um simples observador que, ao passo que redige reflexões existenciais e descreve o seu estado de ânimo dia-a-dia, conta os acontecimentos do seu cotidiano e retrata o modo de vida do âmbito fidalgo de um meio rural em que se inserira como convidado no solar, do acima mencionado, Dom Luiz de Figueroa Sandoval y Quiroga. De todas as formas, o segundo autor não mantém o menor sigilo em relação à localização e datação dos acontecimentos aos que se refere. Na primeira página do diário, iniciado um dia “3 de novembro” discrimina como se segue a descrição da sua chegada ao solar do seu amigo:

A jornada foi longa, muito longa, mas não fatigante.

Em S. Fiz deixamos o trem, a meia manhã, atravessamos o Minho, o *Minius* dos itinerários clássicos, ainda cheio da vozaria legionária; subimos a empinada ladeira de Castrove; passamos, ainda de dia, a medrosa serra da Martinga, a trote longo, isso sim, e em pouco mais de duas horas de noite chegamos ao nobre solar de São Martinho de Názara, herdade de meu grande amigo Dom Luiz de Figueroa Sandoval y Quiroga (Las Casas, 1938: 10-11).

No registro dos acontecimentos e no relato das suas confissões e meditações durante os primeiros dias no solar do seu amigo, o protagonista/ autor segundo manifesta o cansaço físico, a tristeza e o tédio que, pelo seu isolamento, sente, chegando a se arrepender por haver aceito o convite pois entende que a sua estadia no paço de Názara será vivida como um desterro. Manifesta, porém, que permanece no paço com o intuito de poder ajudar o seu amigo e anfitrião – Luiz –, quem lhe inspira “uma piedade infinita” pela imensa dor que

sente (Las Casas, 1938: 23). O isolamento extremo em que mergulhou fará que descreva reações por ele tidas que o levaram até o borde da histeria: “Umas vezes tenho vontade de chorar, outras de sair para a varanda aos gritos, para ver se algum campônio se apieda de mim e quer fazer-me a caridade de conversar comigo, um pouco que seja. Esta solidão e este silêncio esmagam-me, esgotam-me, asfixiam-me” (Las Casas, 1938: 21). Fernando irá qualificar a sua estadia no paço como um desterro que o mantém afastado da vida urbana e cosmopolita que ele já teve e da qual gostaria de continuar desfrutando. Assim, aos 17 de novembro, transcorridos 14 dias da sua chegada ao paço e do início do diário, Fernando, que residia em Barcelona antes de chegar ao paço de Názara para auxiliar o seu amigo, escreve:

Ai Paris dos meus amores! E Londres, Berlim, Marselha, Milão, ou ainda Vigo! Ver grandes navios, trens, automóveis; ouvir muitos ruídos, esgotar cada instante, falar com mil pessoas em cada hora, sentir que se passam os dias como se fossem minutos e não ter tempo nem para pensar. Aqui estou eu, afinal, num interminável exame de consciência, e tenho medo de mim próprio! (Las Casas, 1938: 22).

No entanto, na medida em que se produza a sua valorização, ou revalorização, do modo de vida no campo com a sua conseqüente identificação com ele, re-avaliará os seus critérios a respeito das grandes capitais européias. Anteporá as cidades provincianas francesas a Paris; destacará, entre todas as capitais européias, Berlim e, nas suas anotações de 15 de junho, apontará Xangai como destino que ele preferiria para uma distinta viagem cosmopolita:

Luiz está estudando no Baedeker os principais itinerários da França; de vez em quando vem ter comigo para que lhe complete algumas referências.

– Imagino como o museu do Louvre deve ser maravilhoso.

– Sim, mas é o mais mal organizado da Europa.

– Não acredito; é que tu não gostas de Paris, não sei por quê.

– De fato, não gosto muito; acho que é uma cidade “démodée”, uma cidade que ficou no 1914, Londres, Berlim, Roma parecem-me mais de acordo com a nossa vida atual. Por outra, em Paris não posso libertar-me de uma série de visões trágicas que me afligem: cá foi decapitada Maria Antonieta, lá assassinaram a marquesa de Lambale, além se reuniram os jacobinos... A Bastilhas, as Tulherias, Vincennes, o Bairro Latino cheio de artistas tuberculosos, de poetas famintos... Não, não; não suporto.

– Mas as mulheres...

- Demasiado pintadas, demasiado falas. Prefiro a França provinciana: Avinhon, Tarascon, Pau, Tours...
- Tu? U, o homem da aventura permanente, o snob que pontifica em todos os requintes?
- Bem, neste caso leva-me a Berlim, ou, melhor ainda, a Changai (Las Casas, 1938: 126-27).

Durante a noite desse dia a amolação e o desespero que provocavam nele a desorientação que sentia no paço não lhe permitiram dormir à vontade e fez com que ele tivesse pesadelos dos quais lembra estarem cheios de excentricidades:

Esta noite não consegui adormecer completamente. Despertei não sei quantas vezes sonhando coisas extravagantes: tão depressa me via em Roma dando pancada no Papa como depois preso, entre soldados que queriam fuzilar-me.

Vi todas as minhas amigas vestidas de homem e a todos meus amigos vestidos de mulher, numa confusão danada, e ouvi uma voz misteriosa que gritava: isto é o certo; afinal cada qual se arranjou ao seu modo.

Vi-me num naufrágio no meio do Atlântico sem ninguém que pudesse salvar-me. Sonhei ainda que andava embriagado em pleno “boulevard” dos Italianos, em Paris, empenhado teimosamente em beijar uma mulher desconhecida.

E por fim ouvi o cantar de não sei quantos galos e o ladrar agoureiro de todos os cães das redondezas (Las Casas, 1938: 23).

Nesse sentido, a área do paço, ademais de ser um espaço rústico, está em um lugar distante de tudo: “Tenho a certeza que me encontro no fim do mundo. Acho isto demasiado triste, aterrador mesmo. Parece que faz um século que estou enterrado neste poço” (Las Casas, 1938: 21); comenta, inclusive, que a experiência pela que passa serviria como matéria para um romance, mas considera-a inapropriada para ser vivida na realidade: “Tudo isto estaria muito bem para contado por romancistas, porém me faz desesperar” (Las Casas, 1938: 22).

De todas as formas, o primeiro autor/ protagonista valorizará positivamente, meses após do começo da sua vida aldeã, alguns aspetos do modo de vida interiorano. Essa mudança na percepção acontecerá à medida que se transmute o aborrecimento inicial que lhe produzia o seu isolamento no campo pela segurança identitária que lhe transmitirá a assunção do seu papel de fidalgo herdeiro de um antigo patrimônio rural que possibilita uma vida tranqüila baseada em valores e usos tradicionais, considerados bons devido à sua natureza antiga. Aos 8 de maio Fernando registra no diário o seu apreço e exaltação da conservação dos antigos trajes regionais pelas moças nas festas camponesas na área em que se encontra o paço de Názara:

Outro dia de festa; para os camponeses, não há dia sem trabalho nem semana sem festejo. S. José, Santo António, S. Romão, S. João, S. Roque, S. Lázaro, S. Bento, todos os principais santos do Céu têm seu novenário e seu dia: foguetes, missa cantada e procissão. No dia da festa vem o gaiteiro, bem cedinho, com seus três filhos pequenos – um toca bombo, outro clarinete e outro ; vão despertando a vizinhança, de porta em porta, e bebendo, em cada casa, um copo de vinho. [...] No meio bailam os enamorados; eles com uma flor à orelha e um lenço de seda em qualquer lugar que se veja bem, e elas...

Porque estamos na montanha, sem estrada, nem automóveis da linha, nem posto de Telégrafos, as moças ainda conservam louçã a sua beleza e ainda sabem realçá-la com os típicos trajes da moda antiga; ainda gastam veludo de seda e rendas a camisas de linho que rescendem a laranjas. Porque se sabem formosas são boas, e sorriem aos galanteios, e ouvem as palavras de amor com esse riso dos olhos que enche de confiança tosa a vida. A multidão agita-se em policromias deslumbrantes, e o baile atinge o auge heróico das danças guerreiras; os pés, leves como as mariposas, abrem círculos que são como órbitas solares e os lenços multicores tremulam no ar à guisa de galhardetes de uma esquadra de ficção. Nós da cidade descansamos nossas fadigas na contemplação dos campos. Os nervos retemperam-se, os olhos aquietam-se e toda a alma, castamente desnuda, sente-se num paraíso sonhado sem pecado original. Manuela de Lâncara, Rosa de Miñortos, Helena de Silves, Carmen de Rairiz... oh! Que belas todas com seus trajes novos à moda antiga! Os moços requebram-se como os pastores das baladas, e elas fazem gestos como aladas tapeçarias flamengas. Cheira a vinho novo e a frutas de inverno (Las Casas, 1938: 123-24).

Dorme mal, não se concentra nem para ler nem para escrever, e não se comove com nada pois todas as coisas lhe parecem mortas. Resulta, no entanto, contraditório que Fernando, como autor de um denso diário carregado de impressões, expresse, sincronicamente, que não se pode concentrar para escrever:

Tentei escrever – uma carta, um artigo, uma impressão qualquer... Impossível. Parece-me que tenho a cabeça cheia de água. Os olhos se fecham cansados, e as palavras, apenas chegam aos lábios, caem desconexas, como passarinhos que querem voar do ninho antes do tempo. Não há nada capaz de sujeitar a minha imaginação; é assim que se deve viver no Limbo dos Justos. Outras vezes me agito daqui para ali, como um leão enjaulado, e sinto que treme até a parte mais miúda do meu corpo, como se estivesse cheio de pilhas elétricas (Las Casas, 1938: 18-19).

Além disso, sente-se mal-atendido pelos serviçais da propriedade de Dom Luiz que , nem tão sequer lhe sabem preparar o café⁵⁵⁷ que ele precisa para superar a sua sonolência.

⁵⁵⁷ Na crítica ao modo como lhe serviam o café no solar de São Martinho de Názara, o autor frisa que tentara lhes explicaraos empregados , em espanhol e sem resultado, a mensagem inerente às letras que compunham a palavra “café”: “Em vão lhes expliquei que a palavra café está composta de quatro letras que, em espanhol, são as iniciais de quatro palavras com as quais se define como deve servir-se esta bebida maravilhosa: *caliente, amarga, fuerte, espesa*. Nada, empenham-se em não entender-me” (Las Casas, 1938: 13).

No registro do 7 de novembro, diz dos aldeões galegos que trabalham como empregados do seu amigo: “Estas gentes são brutas a valer. Andam torpemente, parece que nem sabem mover os dedos, falam atropelando-se e com estridências que ferem os ouvidos, e têm um cheiro de cabelo molhado que repugna” (Las Casas, 1937: 13). O comportamento desses aldeões é de novo desprezado por Fernando na noite de Natal. Ele qualifica os cantos e o modo de celebrar essa noite pelos aldeões no pátio do paço de “algazarra” e prefere se isolar no seu quarto fumando e bebendo *brandy*⁵⁵⁸:

O pátio está cheio de aldeões que vieram cantar-nos pastorinhas: velhos, mulheres, crianças... Uns trazem pandeiros, outros batem conchas, outros tocam harmônica, numa algazarra de todos os diabos. Serviram-lhes vinho em abundância, e nozes, e avelãs, e castanhas, e figos secos, e pão de trigo. Bailam danças antigas e cantam quadras em que nos fazem as mais amáveis alusões.

Longe de me aterrar, a festa aumenta meu tédio e acentua a minha tristeza. Luiz está recolhido no seu quarto e penso que, como eu, daria qualquer coisa para que acabasse este vozerio; há demasiado tormento na casa para suportar esta balbúrdia (Las Casas, 1937: 72).

Uns dias após – 2 de janeiro – Fernando anota que, estando ele e Luiz taciturnos em um dos salões do paço, ouve ressoar pandeiros e gaitas “pela encosta do curral” e uma canção “inquietante”, “murcha, lânguida, úmida de orvalhos e de lágrimas” que ele transcreve usando uma outra ortografia: “Estreliña do luceiro/ a da miña claridade;/ vaise o dia, ven a noite,/ vaise a nosa mocidade” (Las Casas, 1938: 79). O 7 de janeiro volta a se referir ao som de pandeiros e às cantigas dos jovens campônios que ele ouve, à noite, do paço. Fernando registra no diário que percebera que esses moços também dançavam. Ele memorizara algumas letras e transcreve-as⁵⁵⁹, salienta que também rasgaram o ar os

⁵⁵⁸ A caracterização de Fernando como um personagem distinto extrema-se por meio das anotações que faz no diário aos 25 de dezembro, quando ele aponta os vinhos e licores que escolhera para o almoço do Natal: “Consegui que celebrássemos o almoço de Natal senão com um menu extraordinário, ao menos com vinhos e licores de uma certa categoria. Bebemos dourado *Oestricher Doosberg* e cálido *Château Mouton-Rothschild*, inapreciável xerez Matusalém e Pôrto da Companhia Velha, e um bom *Pomery 1920*; *Cordon Argent*, de Martell, e um delicioso marrasquino *Girolamo Luxardo* que nunca tinha experimentado. Houvera preferido que o conhaque *Courvoisier Napoleon* e que os vinhos fossem alegre *Chablis* e purpurado *Chassagne*, mas, enfim!... O problema é beber. Os animais diferenciam-se de nós em que só bebem água” (Las Casas, 1938: 73-74).

⁵⁵⁹ Trata-se de seis fragmentos de cantigas (Las Casas, 1938: 85-86). Uma dessas cantigas é portuguesa: “Luar de janeiro,/ fria claridade,/ à luz dele foi talvez/ que a boca dum português/ disse a palavra saudade” e as restantes são galegas. Duas dessas cinco são só transcritas no seu diário pelo protagonista Fernando (“Tu no mar e eu no mar,/ ambos andamos perdidos:/ tu no mar dos meus pesares,/ eu no mar dos teus olvidos.// Non te cases con ferreiro/ que é mui malo de lavar,/ cástate con mariñeiro/ que ven lavado do mar.”); uma terceira – “Acordate miña amiga/ daquela noite de vran:/ tu contabas as estrelas.../ eu as areias do chan.” – é comentada salientando-se que era cantada por “um moço bilontra que quer apregoar aos quatro ventos a conquista fácil, e ainda saudosa, daquela noite”. De uma outra, iniciada com a quadra “Uma vez caí no rio,/ outra vez caí no

aturuxos – “grito céltico dos triunfos que, agudo, metálico, uivante, vai ressoando nos ecos de cada recanto do vale” – e enuncia:

A Galiza é um povo eminentemente musical, talvez com o mais rico cancionero popular da Europa, e, contudo, nunca tivemos grandes músicos. Veiga, Montes, Chané merecem uma lembrança pela nobreza dos seus intentos, mas a sua obra é pouco consistente e dilui-se pouco a pouco no correr dos anos. Em nossos dias esforçam-se por fazer qualquer coisa Obdulio Prieto, Baldomir, Baudó, Curtier, Losada, mas dão-nos a impressão de pássaros sem asas – cativos, mirrados, impotentes. Quando tivermos um gênio musical autêntico, um compositor de inspiração larga e técnica suficiente, o nosso folclore correrá o mundo em êxitos clamorosos e definitivos (Las Casas, 1938: 87).

Nas suas anotações sobre a noite de Natal, Fernando registra que, embora ele sempre tivesse associado essa data à “neve, frio, pastores esfarrapados e tiritantes, luzeiros de cintilar longínquo e esvaído...”, percebia que as noites da Galiléia deviam ser semelhantes às noites tropicais da Bahia. Contudo, acredita que a emoção com a que viviam essa noite os europeus nas suas cruas e invernosas noites não poderia ser sentida no verão da Bahia (Las Casas, 1938: 73). Um mês após a sua chegada – o 5 de dezembro – anota no seu diário que decidira a sua partida, mas, finalmente, opta por ficar durante mais um tempo por temor a que o seu amigo Luiz se suicide (Las Casas, 1937: 44-45). Uma das causas da depressão de Luiz é mencionada aos 10 de dezembro, quando Fernando comenta que rezara o terço com o seu amigo pela alma da mãe deste, falecida havia dois meses. A mãe de Luiz é retratada como uma senhora “rígida e severa, pouco compreensiva, inflexível nos seus preconceitos” (Las Casas, 1938: 58), que censurava as leituras do filho e não o deixava nem sair à noite, nem ter amigos, nem passear com alguém que não fosse uma pessoa idosa. Com a morte dela, Luiz ficou ainda mais sozinho e sem nenhuma proteção, e Fernando acredita que o amigo, débil “de carnes e de espírito” e de pouca saúde, precisa dele para se poder expressar com intimidade.

Aos 14 de novembro explica didaticamente a causa da mudança de residências feita pela nobreza galega, que abandonara os castelos para ocupar os paços que se fizera construir, e descreve com detalhe as características arquitetônicas e dos bens móveis da residência fidalga do seu amigo Dom Luiz – o paço de S. Martinho de Názara –, a qual percorre pelas suas principais dependências e pelo seu pátio e jardins. Por um lado, o

mar,/ outra caí nos teus brazos,/ non me pude levantar” comenta que era cantada por “Uma voz varonil, intensa, forte”, enquanto marcam o compasso as moças cantarolando. Da derradeira cantiga (“Ainda que sou moreniña,/ eche do polvo da eira; verasme para domingo/ como rosa na roseira”) Fernando assinala que foi soluçada do despeito.

comentário sobre a evolução das residências da nobreza galega constitui uma breve lição a respeito da história da Galiza, da Idade Média até o séc. XVI, para os leitores brasileiros⁵⁶⁰. Por outro, na descrição do paço de S. Martinho de Názara apresenta-se um paradigma do que fora o gosto doméstico da fidalgia galega. Podemos supor qual fora um dos modelos palacianos tomados por Las Casas pois, ao se referir ao grande letreiro que havia sobre a entrada principal do paço diz que nele se escrevera, “em fim de século”: “Nadie pasará este umbral/ sin que diga por su vida:/ María fué concebida/ sin pecado original” (Las Casas, 1938: 14). Ora, em *Na labareda dos trópicos* (Las Casas, 1939: 155) menciona que essa mesma consigna, ou saudação, fora lavrada na porta da casa dos seus avôs em Sabucedo de Montes. Isso, no entanto, não quer dizer que a casa dos avôs do produtor recebesse no paço de S. Martinho de Názara a sua projeção literária. Acreditamos que o paço de *Os dois* seja uma representação estereotipada do paço galego que, *ad hoc*, cria Las Casas através da sua personagem, o autor do diário. Las Casas, inclusive, inventa uma linha genealógica para os seus proprietários do paço, cujas armas, sobrepostas na cruz dos cavaleiros de São João de Malta, são analisadas por Fernando⁵⁶¹, e indica como se chega até ele:

O paço de S. Martinho de Názara, construído em 1648 por dom Vasco Gayoso y Sandoval, fica situado numa profundidade, entre rumor de mato e incessante trinar de pássaros. Chega-se-lhe ao pé por um caminho de ardósias, onde os cavalos resvalam e a água brinca a fazer cachoeiras para liliputianos, e a vista o distingue de longe por uma grande chaminé que parece o castelo de Herodes dos contos (Las Casas, 1938: 14).

Fernando diz que no paço de São Martinho de Názara, “nobre e rústico, imponente e acolhedor”, nasceram:

Priores de S. Bento, professores de Salamanca e Alcalá, cavaleiros de Ronda e de Granada, alcaides de Segura de Leon e de Mombeltran, vice-reis do Peru e capitães-generais de Andalúcia. Hoje

⁵⁶⁰ Sobre o abandono dos castelos e a sua substituição, por parte da nobreza galega, pelos paços como principal lugar de residência, Las Casas (1938: 13-14) faz a seguinte apresentação: “Os castelos galegos ficam situados no alto das montanhas; não podia ser de outra maneira, dado o seu caráter militar e a guerreira agitação da nossa sempre ensangüentada Idade Média. Ao iniciar-se o século XVI – fortalecida a coroa, pacificada a nobreza, afastado o campo das nossas contendas para além das fronteiras peninsulares – os nobres abandonaram as suas ciclópicas residências serranas, desceram para o abrigo dos vales e construíram belos palácios sob a sombra espessa dos castanheiros e o alto e monócórdio monólogo dos riachos. A palavra palácio contraiu-se e ficou reduzida a *paço*, o qual é distinguível por uma série de circunstâncias comuns a todas essas residências senhoriais: Capela, foros, brasão, pombal e ciprestes”.

⁵⁶¹ O personagem Fernando comenta que o escudo do paço,, “sob uma cimeira aberta que desfralda três penas revoltas de avestruz”, se compõe de quatro quartéis que representam a honoráveis estipes galegas: “no primeiro figuram as três trutas dos Gayosos; no segundo o pinheiro entre as dez lanças dos Caamaños; no terceiro, as três bandas dos Ribera e no quarto as cinco estacas dos Varcancel, todos apelidos bem galegos e da mais limpa e nobre origem” (Las Casas, 1938: 15).

ninguém lhe bate à porta nem o corteja; só os camponeses o veneram e lhe oferecem todos os dias a expressiva homenagem de uma súplica (Las Casas, 1938: 17-18).

Em dezembro Fernando anotará que conversara durante horas com Luiz acerca de heráldica e genealogia galegas, “ciências que não servem para nada, mas que são imprescindíveis a pessoas que saibam estimar-se”, pois “quem sabe a história da nobreza galega sabe a origem da castelhana, que é a mais citada e heróica do mundo” (Las Casas, 1938: 42). A heráldica e a genealogia são, inclusive, propostas por Fernando como disciplina da educação básica:

Em vez de tanta datilografia e tanta regra de três aborrecida, dever-se-iam educar as crianças nessas belas e enobrecidas disciplinas; são estudos que levantam o espírito, que ensinam a olhar para cima, que fortificam a dignidade – uma espécie de ginástica da coluna vertebral. Se eu tivesse um filho, toda a minha preocupação seria educa-lo para que fosse um perfeito cavaleiro; só assim, com o correr dos anos, seria capaz de suportar o peso opressor da glória ou da miséria (Las Casas, 1938: 43).

Fernando contrasta, aos 23 de dezembro, os lemas dos brasões das famílias galegas com os castelhanos e os portugueses, frisando que os galegos transmitem um orgulho mais humano (“ou se contentaram com um romântico *Alto miro*, como os Altamirano, ou, quando mais, chegaram àquela eufonia valentia – Se não temes aos Femés, a quem, temes?” Las Casas, 1938: 70) e registra que irá lhe recomendar ao seu amigo Luiz que mude o brasão da família e faça um para si – “uma águia com as asas abertas sobre uma larga planura” – lavrando em volta “a bela divisa paulista: *Non ducor, duco* – Conduzo, não sou conduzido” (Las Casas, 1938: 71). Na descrição do interior do paço, “nobre e rústico, imponente e acolhedor” (Las Casas, 1938: 17), parte do térreo e comenta como eram as adegas (“imensas, abobadadas de granito, como o refeitório dos velhos conventos” Las Casas, 1938: 15). Passa ao andar superior por uma escada de pedra, enfeitada com um reposteiro, com um corrimão “muito bem trabalhado”. Aponta as características do “hall” e destaca a existência de uma sala dedicada à exposição de “formosas obras de artistas do país”, as quais cita:

um escravo de Parada Justel, uma paisagem de Llorens, uma camponesa de Sotomaior, uma marinha de Corral, duas águas-fortes de Castro Gil, um clérigo de Corredoira, três paisagens de Manuel Colmeiro e uma perspectiva de cais de Torres, e em escultura obras preciosíssimas de Asorey, Eiroa, Miranda e Narciso (Las Casas, 1938: 15-16).

Passa, a seguir, ao salão, “com um magnífico conjunto de cadeiras barrocas, e, logo, à biblioteca, que reunia “obras preciosas”, das quais salienta umas vinte. Cita dois títulos do P. Feijóo, o único autor galego mencionado, *Teatro Crítico* e *Cartas eruditas*. Aos 22 de dezembro, em um novo escrutínio da biblioteca, deparar-se-á com algumas obras que abordam o que ele denomina “amores malditos”, que lhe valerão para dialogar com o seu amigo Luiz em torno ao amor⁵⁶² e, aos 23 de janeiro, registra no diário que localizara centenas de livros sobre a Galiza e que passara o dia folheando-os. Esse registro oferece ao leitor brasileiro um *corpus* bibliográfico que supostamente seria, na opinião de Álvaro de Las Casas, recomendável para aqueles que tivessem interesse em se aproximarem à cultura galega:

Passei o dia todo folheando livros sobre a Galiza, porque este é um dos países sobre os quais mais se tem estudado, dentro e fora da Espanha. Vi a famosa crônica que Idácio, o de *Civitas Limicorum*, escreveu no século V sobre a invasão dos suevos; “El cisne de Occidente” do Pe. Gándara, dedicado a exaltar os nossos santos; a mentirosa “História” de Vereia e Aguiar, a romântico de Benito Vicetto, os cinco volumes da de Murguía, a brevíssima de Vilar Ponte e o bem feito resumo de Florencio Vaamonde; a grande “História de la Iglesia de Santiago” de Lopez Ferreiro – o melhor texto para estudar o nosso passado – e as curiosas monografias de D. Marcelo Macias; a reputada “Flora de Galicia” do Pe. Merino, a copiosa “História da Literatura” de Carré Aldao, as gramáticas de Saco Arce e Lugris Freire, os dicionários de Cuveiro e de Valladares, e o “Idioma Galego” de Couceiro Feijomil, sem qualquer valor crítico, mas repleto de erudição. Vi a belíssima “Guia de Galicia” de Otero Pedrayo, a monumental “geografia” de Casa Martin, e os procuradíssimos estudos de Fernandez Alonso sobre o “Episcopado de Orense”, “Los judios en Orense” e “Armas de Galicia”, a “História de Ribadavia” do Pe. Eijan, e os trabalhos sobre heráldica e genealogia de Taboada Roca, Cotarelo e X. Lorenzo Fernandez.

Nas prateleiras de Luiz estão todas as publicações do *Seminário de Estudos Galegos*, algumas tão pobres que provocam o riso, porém as mais, digníssimas de figurar entre a bibliografia de qualquer

⁵⁶² O encontro das obras que narram ou abordam “amores malditos” na biblioteca do paço de Názara é assim descrito por Fernando no seu diário aos 22 de dezembro (Las Casas, 1938: 68): “Às voltas com a biblioteca encontrei num recanto, escondido entre grossos volumes *in folio* de Teologia e História Eclesiástica, o livro de Antônio Botto “Ciúme”, bela coleção de versos em que o poeta chora a sua desgraça perante o fracasso dum amor de justificação difficilíssima; um livro pensado em volta do mesmo tema que Oscar Wilde imortalizou em “O retrato de Dorian Gray” e Stefan Zweig estendeu pelo mundo em “A confusão dos sentimentos”. Perto da obra de Botto estavam “O anjo de Sodoma” de Hernandez Catá, “Infância terrível” de Jean Coteaux, “O Barão de Lavos” de Abel Botelho, “A folha da parra” de Tomaz Ribeiro Colaço, “Deux hommes” de Georges Duhamel, “La Robe prétexte” de François Mauriac e “Le cercueil de cristal” de Maurice Rostand. Um pouco mais longe encontrei “O diário de Costia Riabtsev”, a seu lado o admirável “Artista adolescente” de James Joyce e, dentro duma gaveta, o satânico “Corydon” de André Guide. Procurei mais livros deste gênero: inútil; faltavam os três mais serenos e literários: “Boy” de Coloma, “A morte em Veneza” de Tomas Mann e “Demian” de Sinclair”.

grande centro de investigações; este Seminário é hoje a nossa mais categorizada entidade científica, e é por ele que estamos em relação com todas as universidades notáveis e grandes centros intelectuais do mundo (Las Casas, 1938: 93-94).

Fernando também comenta as leituras que ele faz. Aos 6 de janeiro escreve que sempre se interessara pelos estudos que se referem ao séc. XIX na Espanha e que acabara de ler *De la revolución a la restauración*, do Marquês de Lerma. Opina que os principais cargos políticos desse século em quase todos os países foram ocupados por literatos que se sentiam “personagens de novela”, pelo qual as suas decisões obedeciam a “motivos líricos” e o ideal político se associou à pureza e não à eficácia (Las Casas, 1938: 101). Aos 5 de maio registrará que “depois de ler centenas de poemas galegos, cheguei à conclusão de que o melhor é este de Rosalia de Castro: Cuando penso que te fuches,/ [...]” (Las Casas, 1938: 121-22). Antes, aos 20 de março (Las Casas, 1938: 107-09), qualificara a Galiza como “a terra dos poetas”, indicando que “só no século XIX registramos mais de trezentos”. De todos eles os três que mais o apaixonam são Rosalia de Castro (“Rosalia é a feminidade, o diminutivo trasbordante de ternura, a visão minúscula da vida, a tristeza conformada, a infelicidade permanente”), Curros Enríquez (“Curros o apóstrofe, a preocupação política, a acritude, o livre pensamento, o anticlericalismo, o rancor, e, por vezes – em contraste violentíssimo – a piedade mais efusiva”) e Eduardo Pondal (“significa o celtismo, a ancestralidade, a voz da raça milenária, o sentido histórico da nacionalidade, o idioma rude e forte, a virilidade, a vocação apostólica, o messianismo”); salienta que, nos três, “o idioma passa [...] como dedos divinos nas cordas duma lira excelsa, conseguindo os acordes mais perfeitos e harmoniosos” e recomenda a leitura, respectivamente, de *Cantares galegos*, *Aires da minha terra* e *Queixumes dos pinos* – o “único livro impresso” de Pondal, assinala –. No diário são reproduzidos os seguintes fragmentos:

Doce galeguiños aires,/ quitadoriñas de penas.../ escreve Rosalia; Ladrade, mordede, ride;/ onde hácha virtu beijade,/ onde hácha vicio feride/ clama Curros; Non cantes tan tristemente,/ pobre e desolada mai;/ non lle cantes cantos brandos/ pra adormecer o rapaz;/ cántalle cantos ousados/ que esforzado o peito fan.../ pede Pondal (Las Casas, 1938: 108).

Em uma nova visita à biblioteca do paço, segundo registra o 18 de março (Las Casas, 1938: 104-06), localiza romances de Galdós, Alarcón, Pereda, poemas fruto da “sensível feminidade” de Bécquer, obras que contêm a erudição da condessa de Pardo Bazán, a “fina ironia” do P. Coloma, as “amplas sonoridades” de Espronceda, a

“desgarrada tristeza” de Antônio Nobre, a “graça inigualável” de Eça, os títulos *A montanha mágica*, *D. Quixote*, *A bíblia de Amiens*, *Jerusalém em Dalecarlia*, *Stepanchicovo*, *Vermelho e preto*, obras de Fedin, Azorín, Ognev, Strindberg, Gide, Hebbel, Joyce, Shaw, “dramas célticos da pátria, mar e morte”, literatura judaica – “nebulosa, confusa, torturada, em sonora declamação” – (“como aquela tragédia de *Mirra Efros* que mais de uma vez me fez perder o sono”) e literatura política da escola do “gigantesco” Spengler (“que cada dia me alucina mais”). Essa ida à biblioteca acontece de madrugada, quando Fernando se desvela pelo intenso e invernoso bater do aguaceiro nas janelas. Nesse sentido, frisa, referindo-se, sem explicitar o seu nome, ao poeta português Augusto Gil, que o bater dessa chuva não era leve, “*como quem chama por mim*, de quem, fala o cativante autor de *Luar de Janeiro*”, senão forte. Fernando anota que à biblioteca fora procurar especificamente algum título de D’Annunzio, “que tanto me impressionou noutro tempo”, ou de Stendhal, “que de moço me acompanhou tanto”, ou de Antonio Machado, “um dos mais queridos de todos meus poetas das Espanhas”; ele não assinala que livro escolhera, mas escreve que foi até a lareira e rememorou as suas noites em Marrocos⁵⁶³, as suas viagens pela costa de Dalmácia, pelo Mar do Norte, as suas estadias em Argel, Dakar, Dresde, Lübeck, Basiléia, Reno, Zara, Málaga, Pau, e que evocou os seus amigos ciganos “feiticeiros e enfeitiçados, os das lembranças sempre brancas e as adivinhações sempre negras” e os “rosários inacabáveis [...] com orações e lágrimas para todos os coitados” da sua avó. Um mês depois – o 16 de abril – volta a biblioteca e encontra um poema

⁵⁶³ As noites desfrutadas por Fernando em Marrocos serão de novo evocadas no diário. Nas anotações do 31 de agosto (Las Casas, 1938: 162-64), Fernando menciona que gostaria de reviver uma noite e uma alvorada, prolongada até a chamada à oração pelo muezim, que passara em um *bacalito* de Tetuão, “fumando kif e sorvendo chá com ervas aromáticas, e, ao bater das três horas, como nas novelas românticas, uma aventura imprevista e insuspeitada. Dessas que não se podem contar de qualquer maneira”. Essa recordação fá-lo escrever um romance sobre um relacionamento apaixonado tido nessa madrugada. Trata-se de uma sequência de oito estrofes de quatro versos; nela, não se precisa o sexo do objeto do desejo do autor, indicando-se só que ambos tinham o “corpo moreno”. Acreditamos que esse poema foi composto *ad hoc* por Las Casas para *Os dois*, pois não o localizamos fazendo parte de nenhuma outra obra: “Lembro con moita saudade/ teu quente corpo moreno,/ que eu vi, no cantar dos galos,/ todo en temblor no meu leito.// Tiña un sabor de canela/ que nunca jamais esquezo,/ e um tornasol de arrepios/ por afora e por adentro.// Tiña doces suavidades/ de rosas de terciopelo,/ según miña man gelada/ o iba todo recorrendo.// Tiña un olor campesio,/ meu quente corpo moreno!/ que ainda agora me desvai/ en cada ensono que teño.// Tiña, cuando nada tiña,/ un non sei qué de segredos,/ que ainda agora na lembranza/ ando en procura de velos.// Tiña por cada recanto/ cen mil tentacións de beijos,/ que se iban multiplicando/ cuanto mais se iban sabendo.// Tiña... cuantas coisas tiña,/ meu quente corpo moreno!/ quisera eu ter mais sentidos/ para poder reconocelo.// Ai como te vejo todo,/ meu quente corpo moreno,/ naquel romper de alborada/ de aquel sitio... e de aquel tempo!” (Las Casas, 1938: 162-64).

manuscrito anônimo e pergunta-se se será de Luiz⁵⁶⁴ (“Será que Luiz também é poeta? E o poema parece que foi escrito nestes dias” Las Casas, 1938: 116). Nas anotações do 5 de agosto indicará que se estivera relendo livros de guerra (*Les croix de bois* de Roland Dorgelès, *Los coolies del Kaiser* de Theodor Plivier, *Sem novidade no fronte* de Remarque, *Os que tínhamos doze anos* de Glaeser, *Guerra de Ludwig Renn*, *O sargento Grischa* de Arnold Zweig... Las Casas, 1938: 148) e menciona que todos eles são má literatura – “literatura de jornal” – pelas mentiras que contêm e a vulgaridade do seu conteúdo. No entanto, ele qualifica como bons escritores de literatura bélica a [Henri] Barbusse e a [Wladimir] Semenoff, embora matize que:

a grande guerra não se reflete nem em um só escritor de mérito. Sigo preferindo *Waterloo* de Erckmannchatrian e os livros das campanhas coloniais: *Os sertões* de Euclides da Cunha, *Iman* de Sender, *La guerra d’Etiopia* de Badoglio, *Pour la Princesse* de André Armandy e *África chora* de Lohndorff. Calculo que a obra do misterioso coronel Lawrence deve ser uma maravilha (Las Casas, 1938: 149).

Na biblioteca do paço de Názara, Fernando descobre também dezenas de biografias – “esta biblioteca está cheia de biografias”, escreve –, que ele cita no registro do 7 de agosto (Las Casas, 1938: 150-52). Crê que a produção de biografias, isto é, “a tarefa de reviver os grandes mortos”, é consequência da crise da democracia, pois, ao se perder a fé nas massas – “já ninguém acredita na capacidade do povo como elemento substancial de direção, e os olhos percorrem os quatro horizontes à procura do gênio que possa conduzir a nação. O mundo arde em febre messiânica”. Aponta como “um bom biógrafo”, entre “nós”, do séc. XIX a Murguia e, dentre todos os autores do séc. XX, destaca a Emilio Ludwig e focaliza, da produção deste, a biografia sobre Napoleão, sobre a qual elabora a seguinte crítica: “conseguiu mais adeptos para a causa dos governos autoritários que toda a propaganda nazista; nele inspirou-se Mussolini para escrever *O governo dos cem dias*, obra na qual vejo o melhor argumento para sustentar o império fascista”. De todas as formas, o protagonista indica que o autor de biografias que ele prefere é Stefan Zweig, “apesar da sua desigualdade, da sua irregularidade, da sua arte inconstante”, e diz gostar especialmente da biografia sobre Fouché intitulada *A luta contra o demônio*, sobre a qual expressa que é um “livro que não posso ler sem ficar doente”.

⁵⁶⁴ Eis o poema: “Ainda a boca me sabe a melancia,/ ainda os olhos me dan visões sutis,/ ainda no meu recorde andas bailando,/ andas bailando ti.// Ainda na minha alma hai uma pena,/ e um desvelo agitado bole em mim;/ ainda no meu inconsolable ensono/ andas falando ti!” (Las Casas, 1938: 116).

No mês de junho anotarà a sua reflexão sobre as, então, tendências predominantes na prática da leitura, frisando que só uma elite lia com rigor, método e constância enquanto que a maioria dos leitores lia pouco e com escasso proveito. Além disso, ele expôs que a qualidade da produção literária contemporânea era inferior à pretérita e vaticina que, em pouco tempo, será esquecida. Assim é assinalado aos 5 de junho:

O homem da nossa época ou não lê nada, ou lê demasiado, e esta é uma das razões que justificam o pavoroso descenso da cultura em todo o mundo. Não há meio termo: ou a ignorância bárbara, brutal, indigna, ou uma sede morbosa, febril, de doentes em delírio, que nos leva a beber em todas as fontes sem os mais elementares cuidados de eleição, que nos desorienta e nos desagrega através de centenas de autores e milhares de obras da mais confusa heterogeneidade. São poucos os leitores que, firmes na serenidade dum método, enriqueceram-se num tipo de leitura constante e fecundo, e ainda são menos os autores, está claro, que, em força duma marcha constante, realizam trabalho perdurável. Suspeito que dentro de cinquenta anos ninguém se ocupará de nós, ninguém recordará nem um só dos nomes que hoje julgamos imortais, ninguém lerá um só dos livros publicados agora. Escolhei o melhor poeta, o melhor teatrólogo, o melhor filósofo dos nossos dias. Que significa ao lado de Byron, de Ibsen, de Goethe, e não digamos de Vergílio, de Esquilo ou de Aristóteles? Efetivamente estamos no ciclo do jornalismo, quer dizer: no sono das idéias e no sonho dos sentidos (Las Casas, 1938: 130).

Nesse mês de junho, Fernando inclusive registra, no dia 17, o seu parecer a respeito da toponímia da Galiza:

Não há país no mundo onde as toponímias sejam tão lindas como na Galiza: Urbilde, Belesar, Grandarío, Fontefría, Trasalba, Pindo, Samos, Gaibor, Lán cara, Milmanda, Padornelo, Brandariz, Ulfe, Umia, Miñortos, Lóira, Ráiro, Bueu, Ezaro, Montelouro, Fruime... Não se sabe se são nomes de terras ou nomes de deuses! (Las Casas, 1938: 131).

Nas paredes de uma sala íntima, anexa à sala de jantar, observa que elas estão cobertas de pratos populares da Galiza e de Portugal – “Tioira, Niño de Águia, Maside, Bruño, Barcelos, Caldas da Rainha...” (Las Casas, 1938: 16-17) –. Para Fernando, a cozinha é “o pedaço mais confortável e querido do paço, e onde se escoam as minhas melhores horas”, sendo a sala palaciana sobre a qual é traçado o retrato mais detalhado:

A cozinha é para mim o pedaço mais confortável e querido do paço, e onde se escoam as minhas melhores horas. É amplíssima, escura e de tetos muito altos. A lareira poderia servir para empedrar uma praça, e fica toda sob imensa chaminé, que a cobre como se fosse um dossel. Os caldeiros ficam dependurados como sinos, e são grandes, como o sino maior de Toledo. O fogo está sempre aceso e em volta há sempre alguns velhos criados que passam o tempo falando de bruxas e feitiços. Entre os bancos da criadagem há um caldeirão de braços, muito cômodo, onde o dono da casa vai rezar o

rosário todas as noites e comer nozes e figos secos, para saborear melhor os vinhos da colheita e ver quais os cuidados de que vão carecendo. Num recanto muito escuro está dependurado um ramo de louro para os temperos, e um raminho de oliveira para afugentar as bruxas; por entre os pratos andam os pacotes de canela, a chícara com sal e uma Novena de Sto. Antônio que a pobre cozinheira reza todos os dias para alívio dos seus antigos pecados e da sua ainda mais antiga dor reumática. Os chouriços pendem das vigas, como guirlandas, e os guarda-chuvas alinham-se junto á porta, como alabardeiros (Las Casas, 1938: 17).

Fernando gosta do dormitório em que o alojaram, composto por um guarda-roupa que despede um delicioso aroma de maçãs, uma escrivaninha com entalhes de conchas e cruzeiros “no gênero das mobílias compostelãs”, duas cadeiras dignas de Filipe II e do “seu augusto pai, o Imperador”, uma panóplia, uma gravura da Virgem do Monte Medo “cujo santuário visitei muitas vezes na minha meninice”, uma pia de água-benta, “ao gosto dos ourives de Portugal”, por uma ampla cama que parece do séc. XVII, com colchão de folha de milho, lençóis de linho e uma colcha em que foram tecidos anagramas e corações em cores vivas, “tal como fazem nos seus teares domésticos as raparigas de Cartelle, que quando trabalham para os seus noivos desenham galos verdes, pombas azuis e rosas vermelhas, e em volta legendas que dizem: – ‘Lembra-te de mim’.” (Las Casas, 1938: 19). Aos 27 de dezembro, Fernando anota no seu diário os tipos das abundantes jóias que Luiz lhe mostrara; elas faziam parte da herança que Luis recebera dos seus antepassados. Entre elas estava um medalhão de azeviche com o apóstolo Santiago que pertencera ao arcebispo D. Bartolomeu de Rajoy (Las Casas, 1938: 75). Uns dias depois – o 6 de dezembro –, Fernando anota que um gato rompera uma salva de Sargadelos que adornava a sala de jantar do paço – “uma das melhores peças saídas da nossa grande fábrica de cerâmica: decorada em verdade, parecia feita para oferecer morangos à mais requintada duquesa italiana” (Las Casas, 1938: 83) –, acontecimento que o leva a descrever detalhadamente a coleção de louças que herdara Luiz, “uma das mais belas coleções do país, herdada do palacete de Santiago” e a expor que amostras ele escolheria para a deslumbrante coleção internacional que reuniria em uma sala própria se ele fosse milionário. Outrossim, Fernando expressa o seu ânimo de distinção registrando, aos 10 de janeiro, que ele gostaria de ter uma sala de jantar arranjada por Leglas-Maurice, a biblioteca particular pintada por Sharaku e a capela por Sert, e “ler os salmos de David numa prodigiosa encadernação com praas trabalhadas por Sunyer” (Las Casas, 1938: 88).

No mês de agosto, durante uma agitada crise nervosa em que se sente aborrecido e incapaz para se concentrar e ler – “estou inquieto, intranquilo”, escreve; “ora me dá vontade de rir, de falar muito, de correr daqui para ali, ora me sinto abatido, angustiado” (Las Casas, 1938: 154) –, revisa as relações humanas que marcaram a sua vida. Esse estado de ânimo é descrito nas suas anotações do dia 15, salientando que recuperara a serenidade uma noite em que, descendo ao jardim, escutara o ruído produzido pela água da fonte do paço. A calma que sentiu levou-o a refletir sobre a função da água na humanização dos povos e, especificamente, sobre a sua influência no talante e na produção cultural dos galegos:

Agora percebo porque todas as grandes culturas professaram à água um grande culto; [...]. A Galiza é uma região de rios, de estuários, de lagos, de fontes inúmeras, é uma terra úmida, molhada, e por isso a nossa literatura, e todas as nossas manifestações de arte, são entranhavelmente humanas; a terra mais seca da Espanha é a Extremadura e por isso lá está o berço dos conquistadores: Pizarro, Herman [sic] Cortés, Valdivia... (Las Casas, 1938: 154-55).

Já após a leitura das primeiras páginas de *Os dois*, a discriminação e a exposição minuciosa dos objetos do interior do paço que faz o segundo autor servem para que o consumidor conhecedor da Galiza situe com facilidade o espaço geográfico escolhido para o desenvolvimento da narração. Assim, se com os apontamentos do segundo autor acerca da história dos paços, a narração ficava claramente enquadrada na Galiza, os detalhamentos sobre o paço de Názara circunscrevem, comarcalmente, a maior parte da trama à Terra de Celanova. Entretanto, se for considerado que o livro, no momento do seu lançamento e tendo em conta que fora editado por A Noite, deve haver sido lido, sobretudo, por cariocas e paulistas, e por intelectuais determinados aos que se lhes teria remetido a obra, acreditamos que as especificações feitas pelo protagonista Fernando pouca relevância puderam ter a não ser para a consolidação da percepção paisagística de que os acontecimentos tinham lugar ambientados no interior rústico, atrasado e fidalgo das terras galegas da Espanha. Os recortes da fortuna crítica do romance que foram anexados, no ano seguinte ao seu lançamento, em *Na labareda dos trópicos*⁵⁶⁵, e, portanto selecionados pelo

⁵⁶⁵ Trata-se de oito breves resenhas que compõem o anexo de *Na labareda dos trópicos* (Las Casas, 1939: 198-99) em que Álvaro de Las Casas reuniu a fortuna crítica obtida pelas suas obras publicadas no Brasil (*Espanha; gênese da revolução, Oraciones y consejos de amor, Angústia das nossas horas, Sonetos brasileiros e Os dois*). Em quatro das dedicadas a *Os dois*, junto ao nome do autor consta o periódico em que supostamente foram publicadas. As outras quatro só vão acompanhadas do nome do seu responsável. As do primeiro grupo são de autoria de Donatelo Grieco (*Vamos Lêr!*), Machado Coelho (*O Estado do Pará*), Lemos Brito (*A Vanguarda*) e Ledo Ivo (*Jornal de Alagoas*). Donatelo Grieco escreveu: “Las Casas possui, como poucos, o dom de armar situações sentimentais e casos da vida quotidiana que ninguém, vindo a tomar

próprio Las Casas, transmitem que os críticos destacaram no tema a estreita e conflitante relação de amizade entre Fernando e Luis – os dois –, mas não repararam no quadro de costumes galegos, a não ser o anônimo autor da resenha publicada no diário *A Noite*, susceptível, conseqüentemente, de ter sido influenciada por Las Casas. Eis essa resenha:

O autor, que se revela um mestre no gênero, faz girar todo o interesse em torno de duas figuras antagônicas, caracteres que contrastam extrínseca e intrinsecamente.

Ao correr do romance, em que o sentido da poesia e o sentido filosófico se ajustam em grata harmonia, o autor insere descrições encantadoras do ambiente galego animando-os com a referência de costumes, paisagens e lendas de inexcédível sabor. Raramente um livro de índole reflexiva se lerá com tão vivo e tão constante encantamento espiritual (Las Casas, 1939: 199).

Contudo, quantitativamente no argumento de *Os dois* não predomina o relato da tensão gerada na relação entre Fernando e Luiz. A maior parte da obra é dedicada à descrição que Fernando desenvolve das particularidades da Galiza a través das suas anotações do diário. Inclusive, aos 8 de julho, o protagonista Fernando lavra a sua opinião sobre as eleições nas aldeias galegas. Ele opina que elas, além de serem fruto da inquinação inerente à democracia, estavam permeadas pelas corruptelas dos caciques locais:

Eleições, outra vez eleições! Os pobres campônios, sempre desprezados como parias, são agora procurados cobiçadamente. Cada homem um voto; Mário, o horteleiro, que é maluco, vai decidir a sorte da nação e fazer a felicidade do deputado. Palmadas no ombro, abraços, promessas e vinho,

conhecimento deles, poderá esquecer. Romances como *Os dois*, pela ação, pelo estilo e pelo sentimento, incorporam-se logo às melhores bibliotecas”. O comentário de Machado Coelho é o seguinte: “Duas almas profundamente humanas que se agitam nessa obra e em torno das quais gira um mundo de coisas belas – sonhadas umas, vividas outras...”. Lemos Brito salienta que, em *Os dois*, Álvaro de Las Casas apresenta uma “Paisagem singular que surpreende nas próprias cousas inanimadas algo de humano, de espiritual, que lhes dá inteligência, alento e até voz. Subtil desenhista de almas e caracteres”. Por sua vez, Ledo Ivo qualifica *Os dois* como um “Livro da mais bela elegância, reflete algo de desnatural que o torna único. É mais que um livro: é a objetivação de sentimentos, o complexo desenho de caracteres íntimos, de uma introspectividade bem profunda”. Os autores de comentários dos quais não se especifica em que meio foram divulgados são Afrânio Peixoto (“da Academia Brasileira”), Olegário Mariano (“da Academia Brasileira”), Prof. A. Austregésilo (“da Academia Brasileira”) e Pascoal Carlos Magno. O primeiro deles escreveu que “*Os dois* são um belo romance, quotidiano como a vida, páginas umas de festa, outras de intimidade, poesia aqui, dor de pensar adiante, por vezes páginas de obra prima, como aquela que não se esquecerá nunca, a do gozo ou alegria da morte... O romance é delicioso, tanto que é daqueles onde não se passa nada, mas se passa tudo, tudo que é a vida... Um belo livro que honra a quem já escreveu tantos belos livros”. Por sua vez, Olegário Mariano apontou que “Álvaro de Las Casas é o maior fenômeno de adaptação que conheço: conseguiu o verdadeiro milagre de manejar o nosso idioma com a mesma pujança, a mesma riqueza vocabular e o mesmo brilho com que maneja a língua dos seus maiores”. O Prof. A. Austregésilo apontou que “Las Casas possui, como poucos, o dom de armar situações sentimentais e casos da vida quotidiana que ninguém, vindo a tomar conhecimento deles, poderá esquecer. Romances como *Os dois*, pela ação, pelo estilo e pelo sentimento, incorporam-se logo às melhores bibliotecas.” E Pascoal Carlos Magno destacara do romance o que se segue: “Neste seu último livro, Álvaro de Las Casas reafirma suas qualidades de retratista de almas, patenteando mais uma vez a riqueza da sua sensibilidade e da sua imaginação”.

muito vinho, vinho a valer. Meia dúzia de sem-vergonhas que em toda a sua vida nunca prestaram para coisa útil, andam de porta em porta em busca de votos, envenenando o povo com preocupações políticas que a ninguém importa. A aldeia está dividida em dois bandos que se insultam, se perseguem, se odeiam. Maldita política! (Las Casas, 1938: 140).

É, de fato, essa exposição, e a conseqüente reflexão sobre o seu conteúdo, o que provocará a transformação nesse protagonista/ primeiro autor, quem passa a aborrecer a vida cosmopolita e aceita um destino vinculado à tradição, assumindo a sua função de herdeiro da propriedade rural da família:

A terra, para os nossos labregos, tem um valor metafísico; não importa o seu tamanho nem a sua qualidade: há propriedades que medem dois metros e que não produzem absolutamente nada. Contudo, o labrador defende-se com um alto muro de pedra, como se fossem poços de petróleo ou jazigos de ouro. Um aldeão sem terras, ainda mesmo que tenha muito dinheiro nos bancos e bons prédios nas cidades, é considerado como pobre e julga-se o ser mais infeliz deste mundo, porque se crê desvinculado do país, como despatriado. A terra herda-se, ou compra-se para deixar de herança, e transmite as maiores emoções da vida; cada propriedade é um ciclo na história familiar, e por isso os filhos, na morte dos pais, querem um pedaço de cada terra, ainda que as herdades tenham que esmigalhar-se, divididas até às proporções mais insignificantes. A terra é a genealogia da casa, e quem não recebe uma parte julga-se renegado, proscrito, infamado. (Las Casas, 1938: 115).

Em *Os dois*, Fernando (Las Casas, 1938: 46-49) relata uma anedota relativa à sua atividade como colecionador de autógrafos, os quais ele reúne em um caderno que cogita em publicar. Essa anedota aconteceu quando ele solicitou as suas dedicatórias a “dois dos nossos maiores prestígios na Espanha de princípio de século: D. João Vazquez de Mella e a Condessa de Pardo Bazan, escritora exímia” – ambos muito conhecidos e interlocutores de Fernando –, com uma diferença de 48 horas entre a obtenção da primeira e a segunda. O primeiro “grandiloquente parlamentar, chefe e verbo do tradicionalismo e homem inflamado no mais apaixonado fervor religioso” escrevera:

Somos todos estudantes, e o devemos ser de três livros: o mundo exterior, o interior e o superior. Necessitamos estudar e conhecer os dois primeiros, através dos quais atingiremos o último, que se refere ao próprio Deus, autor dos outros. Por isso, toda ciência que prescinde da religião prescinde de si mesma.

A condessa “Mulher de cultura extraordinária”, mas “desgraçadamente dominadora, pretensiosa e não tanto simpática quanto a quiséramos” e “De origem simples e vulgar” leu o autógrafo de Mella e fez-la alvo da sua chacota, pois acreditava que “Mella não estudou uma hora que fosse”. E glosou-a:

Olhe, João Mella, boca de ouro: teçamos o véu recamado e sutil da teologia, mas que se entrevejam por baixo da primorosa tela as formas ideais de Palas Athenéa, mãe de todo saber, e advogada dos verdadeiros estudantes, isto é, dos que estudam...

Aos 20 de novembro, Fernando registrou, no seu diário, duas excursões que fizera com Luiz até um cruzeiro misterioso – “o cruzeiro da estrada de Roucos” –. Junto à narração dessas experiências, incluiu umas considerações gerais sobre os cruzeiros na Galiza:

O visitante menos observador nota que toda a Galiza está cheia de cruzes: nos cumes, à guisa de pára-raios, nos tetos dos celeiros, nas encruzilhadas dos caminhos, nas portas das casas, por toda a parte, os galegos traçam cruzes de pedra, de ferro, de madeira, de massa ou de pano. Por que se trata de um povo profundamente religioso? Por que há no símbolo sagrado reminiscência de um culto fetichista, consagrado na heresia priscilianista e jamais extirpado? Por que ainda perdura o mito das inculturas primitivas, que com uma cruz representavam o homem, assim como com um círculo representavam a mulher?

[...] Nós, seguindo um costume que não deve ser desrespeitado, deixamos ao pé do cruzeiro umas espigas de milho, as quais o cura recolhe todos os sábados para custear com elas o culto das Benditas Almas do Purgatório. Ninguém as roubará, porque seria condenado ao fogo eterno, nem os animais as comerão, porque, ao chegarem, são perturbados por vozes celestiais, como o lobo de Agubio que acabou por ser amigo do irmão Francisco de Assiz (Las Casas, 1938: 26-27).

A cultura produzida pela atividade monacal na Galiza é comentada por Fernando aos 18 de dezembro em decorrência de uma vagarosa visita que ele e Luiz fazem ao abandonado mosteiro de Santo Estevão – “glorioso mosteiro beneditino” –, “a pouco mais de três léguas do nosso solar” (Las Casas, 1938: 62-65). Fernando entristece-se perante a amarga desolação de Santo Estevão; observa que as torres perderam os seus sinos e crê que, se ainda os houvesse, “os pinheiros distantes, que a estas horas se banham alegremente no mar de Vigo, e as carquejas ásperas, que se dilaceram ao sol humilde da serra, chorariam, inconsoláveis, se ouvissem o pranto aflito dos sinos de Santo Estevão...”. Aos cinco de janeiro, refere-se de novo a sinos; desta vez trata-se dos sinos da “torrezinha” da igreja de São Damião, cujo som, procedente de um vale, Fernando escuta do paço. Ele reflete sobre a função social dos sinos; compara as modestas badaladas de São Damião com as grandiosas badaladas dos sinos que, das grandes cidades, “enchem o mundo” e elabora um breve ensaio sobre relevância que, não obstante o seu escasso valor material, têm esses sinos:

Meus sinos de São Damião são pequenos, pobrezitos, flébeis; não luzem brasões nem legendas [...]. [...] deploram angustiados, porque a sua voz é muito débil e não pode levar tão longe a resposta; às

vezes, gritam, como náufragos, para que quando menos os possam ouvir os sinos santiaguinhos da Berenguela, mas o som fica-lhes na garganta, nessa torrezinha de S. Damião, que apenas pode com o peso da era. Rosália de Castro cantou seus sinos da Maia:

Campanas de Bastabales,
cuando vos oio tocar
mórrome de soidades.

E Eduardo Pondal, o de Ponteceso, dedicou seu melhor poema aos sinos de Anllón, ouvidos no bramido da costa de Lage. Outros poetas, milhares de poetas, alguns tão poderosos como o imperador Guilherme de Prússia, rimaram também na diversa emoção de seus campanários nativos. Só meus pobres sinos nunca foram citados; si o velho Ruskin os tivesse ouvido, talvez lhes houvesse dedicado a sua *Lâmpada da verdade*, porém São Damião se acha tão distante e escondido, tão fora de caminho, que nem se vê nos mapas militares, nesses mapas meticolosos que parecem feitos para que não fique nenhuma casa sem bombardear.

E quanto lhes deve a humanidade a esses sinos. É por eles que, cada noite, as velhas do lugar rezam seu Padre-nosso pelos navegantes, pelos peregrinos, pelos moribundos, pelos aflitos, sem se importarem se são galegos, turcos ou malaios (Las Casas, 1938: 82-83).

Ambos os amigos passeiam pelas ruínas de Santo Estevão; Fernando comenta no seu diário que nesse monastério, no séc. XVIII, ingressara como noviço o P. Feijó, quem, logo se converteria na “expressão máxima da ciência espanhola de então” e pondera que

A melhor história de nossa terra foi escrita nessas eminentes casas de S. Bento, que, como bandeiras invictas, fulguraram nos rincões mais belos e ilustres do noroeste hispânico – Osera, Montederramo, S. Clódio, Celanova, Lorenzana, Melon, Armenteira, Antealtares...

[...] Não há dúvida: a Igreja é o arcabouço, o esqueleto, a coluna vertebral da Europa; sua história é a história dos europeus e sem ela dificilmente se poderia explicar isso a que se dá agora, pomposamente, o nome de solidariedade humana e também de consciência universal. E na Igreja a Ordem de S. Bento é a medula e, talvez melhor, a raiz de onde se nutrem as suas mais belas florações e seus frutos mais saborosos e perduráveis. [...] E quinze séculos da nossa história galega são inspirados nas cógulas preclaras. E esta é a abadia que deu rumo aos nossos monges medievais, no seu amplo roteiro de artes e de ciências. Como não sentir um arrepio de tristeza, de mágoa, vendo em tal abandono o solar ínclito! (Las Casas, 1938: 63-64).

Fernando acredita que, em poucos anos, não restarão nem os alicerces do mosteiro, mas não sente que isso possa ser fatídico pois “a terra ficará misturada de cinzas sagradas e empapada de sangues heróicos. E a terra é a criação”.

Aos 8 de dezembro, em uma tertúlia, à noite, com o abade que fora dizer a missa na capela da “quinta” e que optara por ficar a dormir no paço, Fernando, que escreve no seu diário que é católico e que admira “apaixonadamente” a figura de Cristo (Las Casas, 1938:

50) discute com esse religioso e irrita-o, pois diz que, no fundo da sua alma, guarda um culto exaltado “aos imortais deuses helênicos” e que acredita que, com o cristianismo, a alegria fugiu da vida. Uma nova polêmica como o “vigário” será recolhida aos 21 de julho; então a discussão será provocada pelo desgosto que Fernando manifesta perante o clérigo quando este vá pedir esmola para comprara a imagem “de não sei que santo recentemente canonizado”. Ele crê que a igreja católica já era suficientemente rica em santos e mártires – “grandes figuras” – e que as novas canonizações eram banais pois ressaltavam qualidades e ações irrelevantes de alguns sujeitos. Essa polêmica leva-o a reagir uma análise dos erros da igreja contemporânea:

Assim as grandes Ordens da Igreja, aquelas que durante séculos e séculos mantiveram invicta a pureza dogmática e a ciência eclesiástica, estão também em crise, no entanto o campo apostólico enche-se de congregações minúsculas, sem causa suficiente, nem meios adequados, nem fins transcendentais; já qualquer senhora piedosa funda uma Ordem, sem mais nem menos, e qualquer homem virtuosos organiza uma Regra. O catolicismo vai-se tornando moda, tema de orgulho local, mesocracia, sentimentalismo fácil e doentio (Las Casas, 1938: 145).

Na discussão registrada aos 8 de dezembro, Fernando comenta no diário que o abade reagira às suas palavras espetando-lhe que, se vivesse na Itália ou na Alemanha, seria fuzilado, ao qual Fernando replicou que isso nunca aconteceria pois esses dois Estados favoreciam, precisamente, a re-instauração do modo de vida pagão. Na narração que faz Las Casas da visão que tem Fernando das práticas e dos rituais pagãos entre os jovens são retomadas, literariamente, as medidas higiênicas baseadas na ginástica e no excursionismo, seguindo as diretrizes espartanas, que propunha no item “A formação da juventude” de *Angústia das nossas horas* (Las Casas, 1937: 131-32) para moldar o caráter na juventude de uma nação, tal como, em parte, estavam já elas sendo implementadas na Alemanha nazista e na Itália fascista. As idéias de Las Casas sobre os rituais de inspiração greco-romana que representariam a nova forma pedagógica dos jovens recebem em *Na Labareda dos trópicos* um outro tratamento. Desta vez trata-se de uma dança pagã aculturada no trópico e ambientada na baía de Guanabara (Las Casas, 1939: 178-79). Em *Os dois*, o autor Fernando expõe o seu critério sobre a projeção do paganismo na educação da juventude em detrimento da influência do cristianismo aplicando-o às práticas do fascismo:

No fundo, senhor abade, fascismo e paganismo são semelhantes cousas, e por isso o Vaticano combate-o e não transigirá com ele, jamais. Mussolini é o criador da segunda Renascença; sua fonte é o paganismo, a cultura clássica sua base, e sua norma orientar a louca inquietude das novas

gerações, entroncando-as diretamente na vida pré-cristã. Se o senhor visse um campo de esportes fascista, acreditar-se-ia na Atenas de Péricles: os moços quase nus, aqui jogando ao arco e lá lançando o dardo, na mais suprema exaltação humana. Ponha-se a falar àquela mocidade de jejuns e de penitências e a comovê-los com imagens de S. Jerônimo e pálidos crucifixos de El Greco. Rir-se-iam do senhor, como os jovens legionários, que dominavam na Judéia, se riam dos atormentados apóstolos de Cristo. A própria concepção do Estado italiano é romana, imperial, com édito de Constantino, sim, mas muito menos generoso, não tenha dúvidas.

[...] É muito possível que o fim do mundo venha com o choque terrível, brutal, aterrador, apocalíptico, entre duas massas de homens igualmente poderosas. De um lado, estará o Cristianismo com a Democracia, e do outro o fascismo com a Paganía. O choque será de um dramatismo tremendo, porque os filhos lutarão contra os pais, – será a guerra de morte entre a mocidade e a velhice. Que o fascismo é paganismo, vejo-o nos próprios jovens, que instintivamente se vão para ele porque ali se encontram livres em seus desejos mais recônditos, porque ele é um Jordão permanente para todo possível remorso por culpas que na Igreja dificilmente se perdoam. O moço atual – desportista, nudista, simples, claro, forte, ardoroso, intenso, cheio de complexos – espanta-se com uma moral de ferro e se desilude com um culto que, desgraçadamente, na maioria dos casos, se fez um pouco rotineiro e inexpressivo. O mundo vive em ópera. Tenta-nos a grandiosidade, o risco, o perigo, as grandes campanhas, a estética dos grandes planos e das grandes massas, as multidões em grande escala...

[...] Não, não. A ciência e a arte ajudam também a Igreja. Muitos que se prenderam ao Duce pelas charangas, e pelas camisas pretas e toda a maravilhosa tática do Estado novo, são resgatados e voltam ao templo, ontem sujo, abandonado, feio, frio, lúgubre. E sabe o senhor por que? Pelo ressurgimento da liturgia, que é ópera também, e deslumbrante.

[...] Eu sou um pobre pecador, que todos os dias faz as suas orações, pedindo perdão a Deus das suas muitas culpas. Acordado, durmo confiado na bondade divina. Dormindo, acordo em sonhos hel~enicos, que são as mais tremendas tentações de Satanaz.

[...] Sim, meus amigos, sim. Temo que não voltemos à idade média. Temo que as novas gerações, cansadas de tanta cruzada, horrorizadas de tanta guerra, exaustas de tanta carnificina, torturadas de tanta preocupação econômica, se entreguem no dia de amanhã, a viver livremente, a gozar a vida, no que ela tem de bom e belo, sem se atormentar com mais jejuns e mortificações, nem se enlear em mais preocupações de além-túmulo. O perigo da guerra próxima leva-as a gozar sem medida, porque amanhã serão arrastadas às trincheiras para nunca mais voltar. Talvez que não devesse ser assim, mas assim é. Para que havemos de nos enganar? (Las Casas, 1938: 53-55).

O assunto do paganismo na Galiza é retomado nas anotações que faz Fernando aos 2 de maio:

Os caminhos estão cheios de romeiros que se dirigem à festa de Santa Cruz. As crianças, anto na cidade como na aldeia de qualquer rincão da Galiza, vestem-se com flores e ramos de árvores e

cantam coplas alegres, cheias de ironia, como as cantigas de escárneo dos trovadores do século XIII. Construindo pequenas pirâmides de ramagem dentro das quais se escondem, para dar a impressão de que os montes andam de cá para lá, cantam a grande polifonia da natureza, no luxuriante despontar da primavera; são os *mayos*, os famosos maios eruditamente estudados pelo professor Figueira. A comemoração é essencialmente pagã e a festa celebra-se no mundo infantil, com o mesmo prazer de dois mil anos atrás, e, mais ou menos, com o mesmo rito. Nesse dia os homens, mais tristes e preocupados, celebram uma festividade cristã: a exaltação da Santa Cruz; porém, incapazes de amortecer o paganismo que lhes vai pelo corpo, cantam também jocosamente, vestindo-se com trajes alegres e deslumbradores.

Na Galiza, mais do que em qualquer outra terra do mundo, o conflito entre paganismo e cristianismo mantém-se, nos dias de hoje, com a mesma violência que nos anos das perseguições, embora oculto nas maiores intimidades. A devoção católica vibra apaixonada e comovedoramente em nossas gentes, porém não é sólida e maciça: envolve apenas os velhos cultos, as mais ancestrais superstições, os ritos célticos que aqui e ali vivem ainda, como na remota era da colonização. Nossos camponeses peregrinam com devoção a S. Campio, à Sainza, a S. Bento de Lerez, ao Cristo de Orense, porém não prescindem, na romaria, de render seu tributo às amadas deidades adormecidas, que ninguém poderá julgar, por muitos motivos, definitivamente mortas. O galeguíssimo Prisciliano, bispo de Ávila e o primeiro dos grandes heresiarcas da Igreja, expressa claramente o grande drama do nosso povo.

Nasce o dia quando passam pela nossa porta os primeiros romeiros de Santa Cruz de Landal; distingo um deles – Anton de Mañufe. Vai rezando o rosário, piedosamente, em ação de graças por ter sido curado de não sei que doença, e leva um grande círio, cheio de ornamentos, para oferecer ao capelão da ermida. Vestido de branco, como amortalhado, prendeu em todo o traje folhas de hera, quase como as crianças que se vestem de paisagem, e colocou sobre a fronte uma coroa de rosas, tal como imagináramos os helenos nas festas de Dionísios. Vai choroso rezar diante da Cruz ensangüentada que imortaliza a tragédia do Gólgota, porém jamais será capaz de compreender o Nazareno na agonia mais aflitiva que presenciaram e presenciarão os séculos. Não. Para ele a festa é o triunfo da natureza que revive na folha de cada árvore e em cada árvore do campo, que floresce em toda a grandiosidade do horizonte, numa afirmação rotunda de perene fecundidade: desperta a terra depois do sono invernal para consagrar sua ampla e cósmica maternidade.

Anton de Mañufe vai rezando; às vezes as palavras se deslocam subindo de tom, pretendendo transformar-se em cantiga.

Seus olhos, fixos na terra, são dominados por fervoroso êxtase (Las Casas, 1938: 119-21).

Fernando interpreta como um exemplo do paganismo inerente ao modo de vida do povo galego a descoberta que ele faz de uma cena íntima de um casal sob um pinheiral quando ele regressava ao paço depois de haver ido passear ao redor do “moinho da ponte”:

Passei um certo tempo quieto, em silêncio, extático na doce serenidade da paisagem. De súbito ouvi um ruído perto de mim. Olhei com receio; nunca fui homem de coragem e a suspeita de ter qualquer

encontro naquelas horas arrepiava-me. Duas sombras agitavam-se na relva, agarradas como em peleja. Reparei melhor, com a mão posta no revólver. Vi branquejar duas pernas que oscilavam violentamente no ar; vi pedaços de panos brancos que flutuavam como galhardetes de um navio enfeitado; vi duas mãos que apalpavam ansiosas e uma constelação de olhos que relampejavam em volta de uns lábios vermelhos, sangrantes, ardidos... Vi duas bocas muito juntas e ouvi um beijo que se continuou retorcido, buscando numa infinita espiral de desejos a profundidade dos gozos nunca vistos. E compreendi todo o sentimento pagão deste povo, que se entrega a desfrutar a vida, sem preconceitos covardes nem preocupações inúteis (Las Casas, 1938: 97-88).

Aos 5 de março Fernando redige a valorização sobre a vida sexual das crianças e dos adolescentes camponeses da Galiza:

Julgo que as crianças aldeãs são de uma incrível precocidade, e têm a sua vida sexual muito mais adiantada que os jovens da cidade; mais ainda: penso que para o rapaz das nossas aldeias a vida é sexo, e nada mais. Propriedade, família, religião, todos esses mundos que tanto a nós nos inquietam, são para eles insuspeitados. A vida sexual começa a se desenvolver neles aos dez anos, e a resolver-se aos doze; aos quinze já têm ensaiadas as formas mais simples e primitivas do matrimônio (Las Casas, 1938: 100).

Aos 15 desse mês, disserta sobre a prática do amor entre os campônios galegos, observando a existência de várias etapas nessa vivência. Estabelece como a primeira a “atração sexual” que se desenvolve sem preconceitos morais e se satisfaz com luxúria; a segunda é a “razão de camaradagem”, pela qual se procura o amor entre a vizinhança e a parentela ainda que esse razão possa ser descumprida por vaidade e por vontade de provocação: “conseguir amor longe da casa pressupõe dobrada vitória, a cidade respeita o estrangeiro, mas a cidade repele-o” (Las Casas, 1938: 101). A terceira etapa é marcada pela necessidade econômica:

o rapaz casado deixa de entregar aos pais o seu salário, tem uma mulher que o ajuda nos trabalhos, e algum dia pode ter filhos que o ajudarão com a sua mensalidade a aumentar o patrimônio. A virgindade é problema que não conta muito, nem conta tampouco a fortuna da mulher: o que importa é que seja laboriosa, pois as mãos são capital. Não importa ter dinheiro, senão terras, e cultivá-las sem auxílio alheio, porque assim na colheita todos são ingressos. Se vierem maus anos o marido emigra, e a mulher tem de ser de tal jeito que possa continuar administrando a casa e defendendo a herdade. O respeito à mulher casada tem categoria religiosa: “Para que me deste o si/ traidora sendo casada?/ para que me deste o si/ non me valendo de nada?” No casamento importa o matrimônio canônico, não o civil (Las Casas, 1938: 102).

Fernando, aos 2 de abril, registra a sua interpretação racial da emigração galega a América:

Vieram dizer-nos adeus dois lavradores que partem amanhã para a América. Cruzei toda a Europa muitas vezes e sempre sem emoção nas despedidas, mas confesso que se alguma vez empreendesse uma viagem transatlântica, sentiria uma tristeza profunda, insuportável. Para estas gentes, que nunca saíram da comarca, a América está aí, ao lado, ao alcance da mão, e Madrid – por exemplo – a um milhar de léguas. É a raça, que está olhando o mar, de costas para o continente; que se sente atraída pelas vagas e tem pavor dos caminhos. Raramente encontrei em nosso interior quem conhecesse o resto da Espanha, e vi milhares de moços que já conheciam os principais portos da Europa e das Américas.

Toda nossa história está ligada ao mar. Fomos descobridores, no entanto outros povos conquistaram as nossas descobertas. Fora da beiramar a nossa alma seca-se, amortece, murcha-se, e o mar, em troca, chama-nos em amoroso convite, em eterno convite de desposórios (Las Casas, 1938: 110-11).

Referindo-se à idéia da morte, à relação dos vivos com os mortos e aos cultos das “Benditas Almas do Purgatório”, Fernando assevera que “Aos celtas, gente de longa vida em geral, não nos importa morrer” (Las Casas, 1938: 35). Ele, pois, se identifica com a raça celta; associa, além do mais, à “Galízia” com os seis países celtas e indica que na literatura, “desde O’Flery a Castelao, desde Yeast a Otero Pedrayo”, o tema da morte é tratado com naturalidade e “até com gozo” (Las Casas, 1938: 34), salientando, no entanto, que, embora os celtas saibam esperar a morte com serenidade, sentem pavor por morrer afogados ou repentinamente, e angustia-lhes morrer longe “da pátria nativa”. E cita, sem o nomear, a Castelao:

Há uma página impressionante do ilustre autor de Coisas da Vida, que fará chorar a quantos galegos a mostreis: – é um emigrante recém-chegado de ultramar, esquelético, amarelo, que agoniza nos braços de sua mãe velhinha, vendo, pela pequenina janela de seu pobre quarto aldeão, a paisagem outonal, e diz assim as suas últimas palavras: “Eu não queria morrer lá, sabe, minha mãe?” Compreende-se que alegria há nesta morte! (Las Casas, 1938: 35).

Fernando, ao se referir à intimidade dos galegos com os seus mortos e ao primor com que cuidam os seus cemitérios, nomeia também a Murguia citando os jantares que se realizavam no cemitério de “Noya” que mencionara esse historiador, e pergunta-se:

E eu, Senhor, onde morrerei eu? Meus pés andam percorrendo todos os caminhos todos os caminhos do mundo, minha frente se enegrece no ar de todos os mares. Muito poucos me acompanharão com a sua recordação amiga, quando eu morra. Que importa! Minha vida andarás nas orações de todos os da minha raça, que rezarão cada noite por mim, na falange desconhecida dos sem-pátria (Las Casas, 1938: 38).

Com data de 1º de dezembro, Fernando anota no seu diário que conhecera a fidalga Dona Glória, uma senhora, viúva de um coronel carlista, a qual, havendo tido uma vida

muito intensa e cosmopolita durante a sua juventude, é “galega até a medula dos ossos e tudo na sua casa tem o sabor da terra natal” (Las Casas, 1938: 41). Faz-se amigo dela e conversam muito. Na casa de Dona Glória Fernando observa que ela combina o consumo de produtos exóticos para matar saudades das suas viagens – rum de Jamaica, doce de abacaxi, marrasquino de Zara e cigarros turcos – com rendas de Camarinhas, baixela de Sargadelos, toalhas de linho de “Padron”, pratos de Compostela e tapetes de Jubia (Las Casas, 1938: 41). Aos 4 de dezembro, Fernando e Luiz visitam uma outra casa fidalga – a de “Casaldereito” –, na qual se hospedaram “o marechal Moore e uma noite a alourada e sempre peregrina duquesa de Gevreuse” (Las Casas, 1938: 43)

Os passeios que Fernando dá pelos arredores geram também uma disquisição, anotada no diário aos 29 de novembro, acerca dos caminhos seguidos por campos de vinhas (“Os caminhos parecem costelas de um gigantesco esqueleto insepulto” Las Casas, 1938: 33). Logo de mencionar uma percepção de Ortega em relação aos caminhos castelhanos (“Ortega Gasset sentiu a dor dos pobres caminhos castelhanos cortados violentamente pela via férrea”), assinala que a angústia do filósofo poderia ainda ser maior se chegasse a conhecer os caminhos galegos que ele vê: [Ortega] “não viu estes probrezinhos caminhos galegos, mortos de fadiga, que sobem e descem de um lado para outro, como mendigos desventurados, e que no inverno ficam sozinhos, olhando-se de longe, sem se poderem auxiliar mutuamente, nem tão sequer dar-se abrigo” (Las Casas, 1938: 33-34). Aos 4 de janeiro do seguinte ano (Las Casas, 1938: 80), cita e Eugenio D’Ors devido à classificação que este fizera dos povos mediante os critérios de inteligência, vontade e memória e expõe que, pessoalmente, considera mais exata uma agrupação da humanidade, atendendo a razões climáticas, “em zonas geladas, tórridas e tropicais, povos de deserto e de montanha...”, pelo qual gostaria de poder escrever, algum dia, um ensaio sobre “os povos da névoa”, cujo assunto esboça como se segue:

Passamos o dia envoltos em névoa; penso que ela é que fez nosso caráter e dou rumo às nossas expressões mais singulares. Como a névoa somos chorosos, mornos, vagos, imprecisos; por ela somos o povo dos estilos curvos e amplos: o românico e o barroco. A névoa explica que o gótico nunca se enraizara na Galiza, e que entre as nossas gentes nunca se desse o tipo do conquistador. Levamos dentro longas teorias de idéias, ainda o campônio mais pobre está enriquecido de mundos imaginativos, mas somos incapazes de concretar, de definir, de sintetizar.

Eugenio D’Ors será, no entanto, um autor ao que Fernando recorrerá para amparar e autorizar as suas anotações de 18 de abril sobre a relação entre a Espanha e Portugal. Então expõe que os políticos espanhóis deveriam estudar com profundidade a história de Portugal; esse estudo devia ser comparativo com o da história da Espanha com vistas a encontrar as soluções aos problemas espanhóis a partir do desenlace tipo pelas medidas tomadas em Portugal para problemas semelhantes em circunstâncias parecidas. Fernando escreve que “ninguém se preocupa com o que lá [em Portugal] se passa. E lá está o segredo que decifra todos os nossos enigmas” e narra, nesse sentido, o encontro entre o intelectual catalã e o político suíço Pilet-Godaz, no qual D’Ors recomenda a este que vá conhecer Portugal:

Conta Eugênio D’Ors que estando no castelo de Rue, em Friburgo, com os senhores de Stoutz, o conselheiro Pilet-Godaz – que depois foi presidente da Suíça – lhe disse:

– Tenho quinze dias de férias e vou conhecer a Espanha. Que acha você que eu devo visitar e estudar com mais cuidado, para compreender melhor o seu país?

E D’Ors, o nosso grande pensador contemporâneo, respondeu-lhe rápido:

– Portugal (Las Casas, 1938: 116-17).

Fernando e Luiz vão também a Pontevedra, cidade na que passam dois dias. Assim é registrada no diário, aos 29 de março, a estadia nessa cidade:

Ontem regressamos de Pontevedra [...] Bela cidade: pequenina, pacata, silenciosa, mas com encantos que não tenho encontrado em parte alguma. Tudo muito limpo e ordenado, tudo enfeitado que é um primor.

Admirei especialmente o museu, um pequeno Cluny: louças, jóias, mobílias, azeviches raríssimos, e uma coleção de cruzes processionais de grande valor (Las Casas, 1938: 110).

Fernando expõe que, se lhe fosse encomendada a organização da vida galega, preocupar-se-ia com uma adequada distribuição dos museus da Galiza com vistas à reunião da magnífica riqueza arqueológica galega, dispersa, então, em “infinitas coleções”. Assim em Ourense instalaria o grande museu da pré-história; em Lugo, o das antiguidades romanas; em Pontevedra, o medieval; na Corunha, o romântico e, em Compostela, “um grandioso museu etnográfico e nele residiria o Seminário de Estudos Galegos” (Las Casas, 1938: 110). Aos 24 de maio é registrada uma ida à Corunha:

Estivemos na Coruña. Luiz passava os dias a dormir e as noites a percorrer cafés, cassinos e cinemas. Entreteve-me perlustrando lojas de antiguidades e vielas obscuras da cidade medieval. Vivi horas memoráveis no romântico jardim de São Carlos, ao pé das cinzas do marechal Moore, morto em Eirinha, lutando contra as tropas napoleônicas. Gostaria de casar-me na pequena e quase milenária

igreja de Santiago, por dentro com muitos jazigos e por fora com muitas pombas (Las Casas, 1938: 127).

E, o 6 de julho, Fernando anota a viagem que fizera a Santiago de Compostela:

Aproveitando uns dias que Luiz passou na Coruña, fui a Compostela. Nenhuma outra cidade da Europa me impressionou mais: nem Bruxes, nem Florença, nem Veneza, nem Antuérpia, nem Toledo, nem Coimbra, nem Gant. Palácios de elegância e sobriedade ímpar, mosteiros de proporções gigantescas, ruas seculares pisadas pelos pés mais ilustres da cristandade, e a tumba do Apóstolo Santiago, o grande altar da Europa, a fogueira onde se forjou a nossa consciência ocidental. Os centenários sinos do Sar ressoam em ecos lentos e humildes, como de ermida aldeã, e aqueles outros da Berenguela com solenidade que enche o tempo e o mundo; vi a torre feudal de Santo Agostinho, e o prodígio do Pórtico da Glória, sob cujas arcádias passou um dia S. Francisco de Assiz, tiritante de fome e de frio. Não, não; nunca deixarei o meu país. Cá ficarei, pegado à terra, como o musgo às rocas, como o amor ao desejo, como o amor ao desejo (Las Casas, 1938: 138).

As críticas recebidas por *Os dois* no Brasil acima apontadas destacam, sobretudo, a qualidade no desenvolvimento da intensa relação entre Fernando e Luiz. Só aos 11 de dezembro, Fernando plasma no seu diário a natureza conflitante do relacionamento dele com o seu amigo:

Não acerto a compreender que classe de afeto sente Luiz para mim; observo-o com atenção desde que cheguei – especialmente desde aquela noite em que, ao despedir-se, abraçou-se a mim longamente, o seu rosto muito perto do meu e o seu olhar como acariciando-me – e cada dia sinto-me mais incerto e duvidoso. Sempre me olha intensamente, mas com uns olhos tão tristes e chorosos, que não percebo neles qualquer desejo inconfessável; gosta de acariciar as minhas mãos, mas com tão humilde amargura que só consegue despertar piedade. Amizade, o que se diz amizade na sua acepção mais usual e freqüente, parece-me palavra demasiado pequena para abranger todas as suas imensas ânsias. Amor? Amor como o que se pode ter a uma mulher, a uma noiva? Não acredito (Las Casas, 1938: 57).

Chega também a cogitar que possa existir um relacionamento entre Luiz e o “criado” que dispuseram para o seu serviço. Esse criado – João – é, por sua vez, retratado como um narciso muito sensível⁵⁶⁶. Aos 27 de dezembro anota a sua dúvida:

⁵⁶⁶ Eis o retrato que faz Fernando do seu criado: “O criado que está ao meu serviço chama-se João; em quinze para dezesseis anos, e já é alto como um homem; é loiro, de olhos muito grandes e azuis, como o cabelo muito suave e as faces coradas como maçãs. Se porte é distinto, a sua voz harmoniosa, e só pelas mãos – um pouco ásperas – é que se percebe a sua condição humilde e serviçal. Não consegui adivinhar se tem noiva. Passa todo o dia em casa e só depois de jantar sai a farrear com os outros rapazes. Gosta dos pássaros, das flores, das fazendas bonitas, dos perfumes e... de olhar-se nos espelhos; muita vez o surpreendi, como um Narciso, em repousada contemplação do seu próprio corpo pálido e doentio” (Las Casas, 1938: 74).

Estima [o criado] muito que eu lhe fale e adivinho que sente por Luiz uma estima profunda, entranhável. O meu amigo nunca me falou dele e até parece que o esconde de mim. Por que? Haverá qualquer relação misteriosa entre os dois? Não acredito; ainda não acredito (Las Casas, 1938: 74).

Fernando reproduz, aos 27 de janeiro (Las Casas, 1938: 96-98), o diálogo que mantivera com Luiz tentando convencer esse seu amigo de que o acompanhasse em viagens “por esses mundos afora” para se civilizar “um pouco mais” – Berlim, Trieste, Sicília –. Comenta-lhe que poderiam levar consigo “Joãozinho” – “um rapaz lindo, amável, prestimoso” – apresentando-o como um sobrinho, pois “na Europa ninguém se importa com intimidades mais ou menos dramáticas; o problema está em cobrir as aparências, em dar uma justificação qualquer, em poder explicar as coisas com desculpas toleráveis. Mais nada”. No entanto, Luiz confessa a Fernando que, embora ele ame o criado, não o ama eroticamente: “Quero-lhe, sim, como a uma noiva, como a um pai. Não sei! Não quero saber. Só a ele, e a ninguém mais, devo nestes últimos anos da minha vida uma ternura verdadeira. Do resto...”, ao qual Fernando responde: “Basta, basta; eu compreendo”.

Fernando apresenta-se, inicialmente, como um homem heterossexual que se crê bem resolvido afetiva e sexualmente, mas que permite que o seu amigo o toque e que lhe mostre a sua paixão contida enquanto não supere as suas carências e a conseqüente repressão, fruto da sua educação materna excessivamente protetora. Assim, Fernando, nesse mesmo dia – 11 de dezembro –, escreve o seguinte sobre o seu amigo, quem deposita nele a esperança da sua libertação por meio do aprendizado tanto do talante culto, fresco e cosmopolita quanto dos bastos conhecimentos dos que acredita que Fernando é possuidor:

A sua debilidade de carnes e de espírito, a sua falta de saúde, a sua constante preocupação de uma morte prematura, fazem que se prenda à vida com ardor, sem controle. Tem fome de um amor sem confins. Ama, ama tudo, e porque nunca foi amado – as ternuras de sua mãe eram simples proteções – arde por prender-se a um afeto que possa recolher as suas sempre contidas exuberâncias. As suas mãos tremem apaixonadas quando acariciam o gato ou os cachorros, os seu lábios beijam mais do que silvam quando brinca com os pássaros imitando seus gorjeios, a sua voz arrulha com as pombas quando pode dialogar numa longínqua esperança de ser entendido.

Pobre Luiz! Hoje estivemos no jardim até à meia noite, abrigados no orvalho num recanto profundamente escuro e acolhedor. Senti suas mãos entre as minhas, seus olhos nos meus olhos, seu arfar roçando-me no ouvido, e sobre o meu peito todo o seu tremer febril e convulso. Era feliz assim, e julgo que não gostaria de passar além (Las Casas, 1938: 59).

Fernando decide repassar os seus conhecimentos a Luiz. Fala-lhe, então, da cultura, sobretudo da literatura, do “mundo clássico”, o qual repercute positivamente em Luiz e faz

com que ele mude as suas leituras, abandonando os nobiliários e passando a ler ensaios sobre a civilização clássica⁵⁶⁷. Conversa também sobre os amores malditos convertidos em assunto literário. Interroga Luiz sobre as leituras que ele tem feito sobre esse tema; pergunta-lhe se lera *L'Androgine* de Sar Peladan, mas Luiz responde-lhe que esse tipo de livros lhe dão medo e brinca comentando-lhe que só se sentira refletido em um personagem de “novela”, no *Bom caboclo* [*Bom-crioulo*] de Adolfo Caminha [Adolpho Caminha], ao qual Fernando replica:

Li um livro maravilhoso que vou encomendar no Brasil, e que terei muito gosto em oferecer-te: “O Ateneu” de Raul Pompéia. Descreve a vida dum colégio, um colégio como o nosso, lembras-te? Nas suas páginas, umas palpitantes de graça e outras como tintas de sangue, aparecemos tu e eu. Vamos ver se te encontras nelas tão facilmente como eu me encontrei (Las Casas, 1938: 69-70).

Um dos livros regalados por Fernando a Luiz intitula-se *Dandysmo*, de Barbey d'Aurevilly, “encadernado em veludo verde”. O 13 de julho escreve que na tarde desse dia, no jardim, eles ficaram lendo sob os magnólios e que, enquanto Luiz estudava o *Dandysmo*, ele lia ao serviçal João passagens do último capítulo do *Quixote*, “o livro mais famoso e belo de quantos se têm escrito no decorrer dos séculos” (Las Casas, 1938: 142). Fernando registra que, ao rematar a leitura, o serviçal, impressionado, lhe comentou que achara que ele fora um Quixote, ao qual ele lhe respondeu: “– Sim, meu filho, e como ele vou morrendo, também ferido de chagas que não se vêem e afogado de lágrimas que ninguém olha” (Las Casas, 1938: 142).

No entanto, Fernando põe limites à dimensão dos ensinamentos que ele está disposto a repassar a Luiz. Aos 10 de dezembro escreve que esclarecera a Luiz que ele estava disposto a aconselhá-lo sobre a prática da distinção mediante a cultura e a elegância, mas não à prática do amor:

– Mas... sou eu que quero saber.

– Procura outros mestres, tanto mais que no amor o mestre sempre tem de ser amante. Nós não estamos neste caso.

– Ou amado.

⁵⁶⁷ A assunção, por parte de Luiz, do gosto por leituras que o ilustrem sobre o mundo clássico é assim anotada no seu diário por Fernando (Las Casas, 1938: 62), quem destaca os livros que Luiz tira da sua escrivaninha e aqueles com os quais os substitui: “Reparei que na mesa de trabalho de Luiz já não está o nobiliário de Vasco da Ponte, nem o do Pe. Gandara, nem o grande dicionário heráldico dos Garrafa, nem o pequeno Gotha, onde se vão encontrar as genealogias de toda a fidalguia européia. Lá estão agora a “História da Arte” de Pijoan, o “Apolo” de Salomão Reinach, a “Vida pública e privada dos gregos” de Paul Giraud, e o tomo IV da “História Universal” do Instituto de França, aberto onde Duruy estuda os oráculos”.

– Não, não: amante; só assim está em possibilidade de criação.

– Quantas coisas me poderias ensinar!

– Assim, friamente? Não acredites.

Ficou assustado de ter falado demais. Mudamos de palestra, e ainda encontrei arte para restituir-lhe a serenidade que perdera (Las Casas, 1938: 89).

Ele, inclusive, aconselha Luiz, que fumar e como fumar. Assim o registra no diário aos 11 de janeiro, recomendando-lhe que compre essências “Bichara” para perfumar os “cigarros aceitáveis” que Luiz já fuma e que se desfaça dos vulgaríssimos “Capstam”, “que fumam todos os marujos do mundo e os grã-finos de todos os cassinos econômicos” (Las Casas, 1938: 89). Fernando aprova as piteiras que Luiz tem, de marfim, de tartaruga e de âmbar em diferentes tonalidades⁵⁶⁸. Aos 18 desse mês, louva o aprendizado de Luiz sobre licores e a aquisição que deles ele fez, pelo qual Fernando registra que “Já poderiam vir a esta quinta os bebedores mais exigentes do mundo” (Las Casas, 1938: 93). Esse aprendizado serviu para que Luiz se diferenciasse dos campônios galegos e começasse a se parecer ao *dandy* cosmopolita em quem Fernando quer transformá-lo: “Luiz está desconhecido. De manhã já não toma, como os campônios, caldo com pão de centeio; agora saboreia com os máximos requintes frutas, marmeladas, tortas, café negro e um cálice de bom gim *Gordon’s old Tom* ou de *Steinhäger*” (Las Casas, 1938: 93). Em 25 de janeiro Fernando reproduz a explicação que lhe dera a Luiz sobre “a série dos grandes perfumes”. De um deles, o “Orchid de Renaud (Paris-1817), anota que o vira vender no Rio, “na casa Hermann” a 32 contos de réis (Las Casas, 1938: 94). As mudanças de gosto que Fernando promove no paço afetam, inclusive, o criado João quem, aos 2 de março, apresenta-se transformado na sua aparência perante Fernando, com um “belo anel antigo” com o qual o presenteara Luiz e “bons sapatos marron, calças cinzentas da melhor qualidade e sweater branco, sem paletó; muito bem penteado, as unhas muito polidas, perfumado discretamente... elegante, sim senhor, como qualquer dandy de alta roda” (Las Casas, 1938:

⁵⁶⁸ A preocupação do protagonista Fernando pela demonstração, entre os fumantes, de um hábito distinto será de novo marcada no final do romance. Na anotação do diário de 27 de agosto salienta-se o correto modo para fumar charutos que mostra “D. Francisco, o médico”, um personagem que não intervém em nenhuma outra passagem da obra e de quem não se esboça um retrato que vá além da particularidade da sua forma ritual de pegar, segurar e acender um havano. A sua função é só a de servir de escusa para a exposição da posse que o protagonista considerava adequada e elegante para um fumante: “Nota-se que D. Francisco, o médico, foi homem de certa linha; hoje observei-o na hora do café vendo com que arte especialíssima acendeu o seu charuto: acariciou-o algum tempo, cheirou-o de vagar, com deleite, acendeu seu fósforo pausadamente, e, girando o havano entre os dentes, foi-o queimando em aspirações fundas e isócronas, que tinham qualquer coisa de rito” (Las Casas, 1938: 161).

98). Fernando nesse dia registra também que, querendo contribuir à consagração de João, regalara-lhe a sua cigarreira de ouro e prata. Dias após, o 17 de março, escreve que lera a João o poema Narciso⁵⁶⁹, de García Lorca, com o intuito de saber como o serviçal reagiria:

Li ao João este poema de Garcia Lorca [...].

João ficou calado, olhando-me muito. Que entendeu? Perguntei-lhe se alguma vez, quando se banhava no rio totalmente nu, se tinha contemplado. E respondeu-me assim:

– Sim, senhor, mas Pedrinho, o filho de D. Carmen, é muito mais bonito do que eu.

– Não importa a beleza – aventurei-me a declarar-lhe – senão desfrutá-la. Pouco importa que os seus olhos alcancem ver horizontes longínquos, se você se empenha em tê-los fechados. Não estamos no mundo; é o mundo o que está em nós (Las Casas, 1938: 104).

Embora Fernando tenha observado o aprimoramento de João, do qual responsabiliza sobretudo a Luiz, acredita que o labor ainda não foi completado e solicita ao amigo que lhe encomende o serviçal para que se possa encarregar pessoalmente da educação dele, o qual gera o desgosto temeroso de Luiz, quem declara com sinceramente a inveja que, pela sua distinção, o seu amigo lhe faz sentir. Assim o anota Fernando aos 19 de março:

Vestiste muito bem o rapaz, já está em condições de ser apresentado nos melhores hotéis, mas temo que tenhas esquecido o principal, esses pequenos detalhes que diferenciam verdadeiramente o homem distinto, digamos por exemplo: a roupa interior. Sob um magnífico terno inglês, suspeito cuecas de três mil réis e camisas de leilão.

Luiz calou, consentindo.

– Depois, é necessário educá-lo. João deveria fazer as refeições conosco, passear ao nosso lado, aprender a conversar, adquirir hábitos de meninote de família.

– Concordo perfeitamente.

– Não tenho nada a fazer e gostaria de tomá-lo por minha conta, digamos, duas horas cada manhã; não só lhe ensinaria as formas mais elementares, como também conformaria um pouco a sua sensibilidade com o meu modo.

– Isso não.

– Por que?

– Não te zangas se digo que és um homem tímido?

– Coitado de mim!

– És demasiado eloquente.

– Não percebo.

⁵⁶⁹ Embora “Fernando” não indique o título, trata-se do poema Narciso, de *Canciones* (Lorca, 1996: 302-04), reproduzido integralmente em *Os dois* (Las Casas, 1938: 103) (“Niño./ ¡Que te vas a caer al río!// En lo hondo hay una rosa/ y en la rosa hay otro río.// ¡Mira aquel pájaro! ¡Mira/ aquel pájaro amarillo!// Se me han caído los ojos/ dentro del agua.// ¡Dios mío! ¡Que se resbala! ¡Muchacho!// ... y en la rosa estoy yo mismo.// Cuando se perdió en el agua/ comprendí. Pero no explico.”)

– Direi mais: declaro que tenha inveja de ti; o pequeno acabaria estimando-te mais do que a mim, compreendes? Ao teu lado ainda sou um pobre camponês, tu és o caminhante de todos os mundos apetecidos, e qualquer um – com uma pouca imaginação – desdenhará a minha companhia para caminhar contigo (Las Casas, 1938: 106-07).

No mês de junho, Fernando anotarà que uma outra das suas funções era a de dotar o paço de Názara de uma adequada discoteca para o gramofone. No dia vinte escreve “Já temos bastante completa a coleção de discos com a remessa que agora chegou; quase todas as minhas obras prediletas estão aqui” (Las Casas, 1938: 132)⁵⁷⁰. Ele menciona que o seu deleite escutando uma das peças musicais que recebera provocou um comentário do seu amigo Luiz que o fez reagir explicando-lhe a relação entre o sentimentalismo do sujeito e a ocupação estável de uma posição na vida:

Luiz surpreendeu-me escutando ao gramofone a página que mais me comove de todas quantas tenho ouvido na minha vida: o *Andante Cantabile*, de Tchakowsky.

– Então, agora és tu o sentimental? – perguntou-me entre risos irreverentes.

– Talvez; o sentimentalismo é um ponto de fixação do qual se parte, ou ao qual se chega: nunca está na metade do caminho. – E continuei com desdém. – Por isso tu, que ainda não sabes de onde vens nem para onde vás, nem que rumo levas, que andas de um lado para outro como as folhas secas das árvores, não podes ser sentimental. O sentimentalismo é uma posição estática, porque é uma manifestação de amor, e o amor nos fixa, nos situa, nos deixa quietos, nos induz ao repouso, assim como o ódio, pelo contrário, nos torna dinâmicos, nos leva, nos arrasta, nos impulsiona para a ação. Tu estás em plena ação, em atitude desenfreada... porque odeias.

– Eu? A quem?

– Odeias tua vida, tudo quanto te rodeia: esta casa, este campo, este país, esta gente que te acompanha, e, no fundo, odeias-me também a mim.

– Exageras.

– Não, não; tudo isto te parece já pequeno, minúsculo, raquítico; cá, julgas-te num cárcere. Queres andar, correr, voar, e em tudo isto – que é a tua vida – só vês cadeias que te aprisionam (Las Casas, 1938: 132-33).

Fernando, aos 15 de dezembro, classificara o luxo como uma “categoria de cultura” que pode e, com ousadia, deve ser oposta à “campanha satânica que se empenha em

⁵⁷⁰ Trata-se das seguintes obras: “*A paixão segundo S. João* e a *Cantata 140* de Bach; de Beethoven a *Grande Missa*, o *Septimino* e a *VII Sinfonia*; o *Christus Resurgens* cantado pelos monges de Solesmes, e os *Murmúrios da Selva*, do *Sigfredo*; o *Fandango*, de Turina, tocado em violão por Andrés Segovia, e o *Madrigal à Rainha Elisabeth*, interpretado em clavicênalo por Wanda Landowska; o *Capricho Español*, de Rismikorsakow, *As estepes da Ásia Central*, de Borodin, o *Bolero*, de Ravel, *L’après-midi d’un faune*, de Debussy, *O pássaro de fogo*, de Strawinsky e *La mort de l’escolá*, de Nicolau, cantada pelo Orfeão Catalão; a *Valsa Triste*, de Sibelius, as *Danças Húngaras*, de Brahms e várias valsas e noturnos de Chopin” (Las Casas, 1938: 132).

proletarizar o mundo” (Las Casas, 1938: 90); ampara a sua convicção a respeito do luxo e a sua apologia da ânsia pelo luxo, além de no desejo do homem evoluído, com sede espiritual, de imortalizar na arte os seus desejos e do gozo que sente esse homem perante a riqueza supérflua e acessória, em um critério que expusera Oscar Wilde e que ele reproduz como se segue: “a profunda observação de Wilde propenderá sempre a ampliar-se, à medida que se acentue o progresso humano: nós, homens civilizados, nos diferenciamos porque julgamos imprescindíveis as cousas desnecessárias” (Las Casas, 1938: 90). Fernando, ao respeito, encerra as suas anotações ditando:

A vida faustosa coincide com os ciclos máximos de todas as civilizações e o frugal e austero só apenas com as épocas de origem. Quando as nações obtêm ritmo imperial, é quando aparecem os grandes artistas, que têm possibilidade de realização junto aos príncipes poderosos. Enquanto satisfazemos necessidades indeclináveis vivemos vida material, carnal, física; quando olhamos para o que está além da avidez do corpo, ampliamos ilimitadamente o nosso mundo espiritual. Se só nos dessem o necessário, o mundo desceria pesadamente aos mais baixos níveis da carne; que nos dêem possibilidade de alcançar tudo o que a nossa imaginação representa, e o mundo erguer-se-á na mais alegre e fecunda ascensão. Um povo sem a ansiedade de luxo é incapaz de compreender o acessório, seca as suas fontes mais puras de criação, esteriliza a sua sensibilidade, propende para sentimentos negativos e corre – queiramos ou não – à beira da subversão; um povo com pendor suntuoso mantém sempre vivo o seu manancial mais rico de originalidade. Os materialistas empenham-se em reduzir as ambições ao diário, imprescindível e peremptório; os que têm um conceito espiritualista da vida devem fortalecer o sentimento do luxo, porque nele se radica uma das mais firmes ilusões da vida, um dos alvos capazes de exaltar nossas almas, um dos estímulos mais cordiais da generosidade (Las Casas, 1938: 91-92).

Visando imprimir à “quinta” um ar de elegância e distinção e com a aprovação de Luiz, quem “foi deixando seus hábitos camponeses”, Fernando cuida da organização do almoço do seu aniversário. Insere no menu alguns produtos galegos – “vinho de Cambados” e queijos “S. Simão” e “Arzua” –:

Primeiro um cálice de *Saké*, esse raro licor que os japoneses fazem com arroz mau e que só nos limites ocidentais tem alta cotação; depois salada Holstein, com vinho de Cambados, arenques com pickles, e vinho do Mossela, salmão com salsa tártara, e Sauternes, e peru com presunto de York e champanhe *Keidsieck Ory Monopole* – 1919; queijos com Tostado de Banga, 1887 e Porto-Borges 1896. Como gosto muito de queijos, mandei trazer quantas marcas podem encontrar: Holanda, Ermenthal, Romadour, Tilsit, Chester, Munster, S. Simão, Arzua, Kümmel, La Mancha, Gorgonzola, Serra da Estrela, Gruyere, Rochefort, Gervais, Allgäuer, Provolone... (Las Casas, 1938: 95-96).

Por sua vez, Fernando anota aos 5 de março que Luiz encomendara em Roma uma reprodução em mármore do *Apoxiomeno* de Lisipo para adornar o jardim do paço. Aos 25 de março (Las Casas, 1938: 109-110), Fernando registra que as mudanças nos hábitos de Luiz já são patentes:

fuma com elegância os melhores cigarros, bebe bons licores com a leve graça dos iniciados – já se indigna se lhe servem o whisky sem gelar e em copos de vidro fino – lê autores modernos e excêntricos, joga tennis e bridge, faz esgrima, recebe visitas de toda a parte; se os atenienses clássicos vivessem em nossos dias seriam assim.

Hoje procurou-me para passear a cavalo: bota inteira de cromo marron, calças claras, plastron branco e rebenque de punho de prata esquisitamente trabalhado por não sei que índios sul-americanos. Pela manhã passeia no jardim, com sweater de mangas curtas que lhe permite mostrar os seus braços ebúrneos, nos quais já principia a depositar complicadas e longas variedades; o jantar é-nos servido por um criado trajado com toda etiqueta, e na entrada da casa ergue-se um porteiro de linha germânica que assusta os lavradores. Nos corredores estendem-se tapetes preciosos que o bom vigário tem medo de pisar, com temor de profaná-los.

No mês de junho, Fernando escreve que decidira testar a alienação de Luiz a respeito das coisas e das pessoas do paço. Assim, aos 21 desse mês (Las Casas, 1938: 135) reproduz o diálogo que mantivera com Luiz sobre o serviçal João. Ele suspeitava que Luiz estivera apaixonado por João, mas comprova que esse sentimento se dissipara devido à obcecação de Luiz pelo seu projeto da absorção de um *habitus* mundano e cosmopolita através de viagens pela Europa e devido a uma paralela ensimesmação. Para corroborar a sua suspeita, tenta provocar Luiz pedindo a João que se desnude, nade e adote posturas que imitem os gestos de esculturas gregas⁵⁷¹, mas acaba comprovando que a alienação de Luiz

⁵⁷¹ Eis o registro: “Quis provar até onde chegava a sua indiferença e tentei uma experiência decisiva: propus um passeio com o Joãozinho. Quando chegamos à beira do rio, num recanto sombrio, deliciosamente acolhedor, mostrei meus desejos de ver como o pequeno nadava. – Mas eu nado muito mal. – Deverás nadar bem; é preciso ser um bom nadador para ser estimado como pessoa elegante. Eu te ensinarei. O zagal pôs-se nu, subiu sobre uma roca e ficou olhando a água, ou melhor olhando-se na água, como a estampa clássica de Narciso. Nós mirávamos a oito ou dez metros. Sem um pelo em todo o corpo, doirado de sol, a cabeleira em caracóis, largos ombros e a cintura fina e flexível como a haste duma dália, suave de perfil em curvas quase imperceptíveis, parecia um bronze renacentista. Se João de Bolonha o encontrara para modelo, ainda seria mais formoso o seu *Mercúrio*. E Luiz entretinha-se em fazer desenhos na areia, sem olhá-lo sequer, sem prestar-lhe a menor atenção. – Este rapaz é maravilhoso – disse, irritado já, querendo saber até onde poderiam chegar as suas indiferenças. – Não me interessa. – Pois deve interessar-te; em visões assim se fez a estética ateniense. E mandei que Joãozinho se situasse em posições variadas, imitando o gesto dos mais famosos mármore gregos: ora como o *Apoxiomeno*, de Lisipo, ora como o *Discóbolo*, de Miron, ora como o *Doriforo*, de Policeto, ora com o *Apolo*, de Belvedere, ora como o *Menino da espinha*, do museu de Nápoles. Quando reproduziu o *Diadumenos* atingiu um estado de graça perfeita, e se nos revelou impecável, radiante, tal como o mais acabado modelo, quando o coloquei na posição do *Mercúrio orante*, do Museu das Termas. Tudo

era efetiva. Fernando, quem percebera e explorara a atitude narcísica de João e a inclinação de Luiz para o amor homossexual, retratando senhor e serviçal como sujeitos andróginos, reflete também, aos 17 de agosto (Las Casas, 1938: 155-57) acerca das causas da homossexualidade – “intersexualidade” – entre a juventude que lhe era contemporânea. Ao respeito elabora um longo discurso no qual traça a apologia da “intersexualidade” baseando-se em uma argumentação em que salienta as dificuldades que tinham os jovens, bem formados intelectualmente e com aptidão profissional, de encontrar uma mulher que pudesse agir como um par capaz de o compreender e complementar, pois eram poucos os indivíduos do sexo feminino que sentiam a inquietação pela aquisição do conhecimento, não podendo, portanto, se apresentar como interlocutor válido para o varão. Conseqüentemente, esses jovens tinham que recorrer ao convívio dos seus colegas homens e encontrar nele os parceiros que os compreendessem. Esse discurso elaborado por Las Casas através do protagonista/ primeiro autor Fernando constitui, muito provavelmente, a primeira dissertação explicativa sobre a causa da “intersexualidade” inserido em um romance por um galego⁵⁷².

inútil. Luiz continuava indolente os seus desenhos, calado, nesse hermético silêncio de tipo oriental que tanto pode significar uma sabedoria ilimitada quanto uma estupidez sem limites” (Las Casas, 1938: 134-36).

⁵⁷² Esta é a reflexão elaborada por Las Casas sobre o “amor intersexual”: “Qualquer observador, um pouco atento, aprecia como se vai estendendo entre os homens jovens do nosso tempo o amor intersexual. Por que? Observei centenas de grandes cidades, meios sociais diversos, múltiplos povos, e julgo ter chegado a uma conclusão. A vida é cada vez mais difícil e penosa e temos de enfrentá-la, na mais difícil competência, bem capacitados, bem dotados, com o maior cabedal possível de cultura: só assim contamos com probabilidades de vitória. Aos vinte anos o jovem lança-se à conquista do seu posto, sofrendo a rivalidade de milhares de jovens que, como ele, desejam garantir o seu leito e o seu pão. Desde os doze anos o menino percebe o porvir de luta que o espera, e lê sem descanso, estuda sem trégua, para enfrentar a batalha nas melhores condições. Hoje um estudante de dezasseis ou dezoito anos sabe mais do que sabiam os catedráticos de há cinquenta anos. A mulher não sente esta inquietação, é, intelectualmente, menos precoce, é mais retardada, é mais débil, e não pode subtrair-se aos encantos e tentações que a vida lhe oferece com facilidade: cinema, teatros, bailes, trajes, chás... Entre uma mulher e um homem, ambos com dezessete anos, há um abismo: aquela apenas principiou a ler meia dúzia de livros insípidos, e este já leu uma pequena biblioteca; aquela vive feliz no pequeno meio da cidade natal, e este já sente a tortura de todos os grandes problemas do mundo. Quando se encontram pouco têm de que falar, não há um tema suficientemente intenso que os prenda numa conversação. O jovem sente-se só, isolado, incompreendido, no entanto quando está com os camaradas desfruta os mais fecundos diálogos. Quando descansa do seu trabalho, e sai para se distrair um pouco, não procura o convívio com suas amigas ou vizinhas, incapazes de entendê-lo, e busca os companheiros de aula ou de oficina, porque com eles pode compartilhar suas preocupações. O jovem atual é mais cerebral do que instintivo, reduz a sua vida sexual ao mínimo, e ainda nestas relações da carne, quer alguma coisa mais do que simples satisfações passageiras: quer um pouco de mistério, de novela, de drama e, porque está feito na luta, no combate ilimitado, quer também um pouco de risco, um pouco de perigo, um pouco de aventura singular. A sua personalidade está prematuramente definida, e gosta de sentir-se pessoal em tudo, diferenciado, fora do normal e do vulgar” (Las Casas, 1938: 155-57).

Aos 5 de abril, Fernando anota que Luiz passa as noites lendo nos grandes jornais as crônicas mundanas. Nas anotações desse dia, observa-se o primeiro indício da inflexão no modo de vida e no gosto de Fernando. Assim, escreve que, enquanto o seu amigo lia essas notícias, ele preferia palestrar na cozinha com as velhas, ouvindo contos e lendas “de pastores amantes e princesas mal casadas” e contando o que ele vira nas suas viagens, o qual deixava as velhas “em êxtase, como se lhes aparecesse o Espírito Santo” (Las Casas, 1938: 112). O segundo momento de inflexão nas disposições do personagem observa-se nas anotações do 26 de abril, quando se refere a quem se tornará a sua esposa – a moça Maria José –, filha de um emigrante no México. Conhece-a na vila de Veiga, distante do paço, “pouco mais de uma hora”, até onde fora acompanhando uns rapazes que se iam lá encontrar com as suas namoradas:

Passei duas ou três horas com uma moça muito linda que se chama Maria José, e em o pai em Veracruz. Não passa de dezessete anos e já parece uma mulher completa. No princípio nem se atrevia a olhar-me, e só se mostrou amável quando a convenci de que eu era o novo empregado da quinta de Názara. Então confiou plenamente e gozei as horas mais deliciosas e puras de minha vida (Las Casas, 1938: 119).

Dias após haver conhecido Maria José – o 8 de maio – e de havê-la beijado, registrando, aos 10 de maio, “Que deliciosos são os beijos quando não se compram! Foram rápidos, indecisos, nervosos. A pobre pequena ficou encabulada” (Las Casas, 1938: 125), Fernando redigirá um discurso em torno ao valor paradigmático que as moças populares aldeãs deveriam ter para as distintas damas urbanas. Ele crê que essas damas deviam observar os usos tradicionais das aldeãs e adotá-los como próprios para, por sua vez, projetá-los, canonizados, sobre as massas nacionais, pois neles se condensa o modo de ser diferencial que se deveria conservar para evitar a descaracterização que podem provocar os efeitos que exerça sobre essas massas o cosmopolitismo:

As damas do grande mundo deviam ver essa maravilha, para sentirem a tentação de imitar as mocinhas serranas, e revalorizarem os antigos usos, na pompa e esplendor dos seus salões. A coisa seria de uma transcendência imensa, porque, digam o que quiserem, por mais que clamem os demagogos, as multidões fazem o que vêem fazer aqueles que, pelo sangue, inteligência ou poder, se intitulam aristocracia, segundo a nomenclatura grega. Não há povo capaz de manter incólume as suas virtudes, se a sua pequena elite se corrompe; não há possibilidade de anarquia e degradação, se o núcleo dos justamente destacados mantém com dignidade a sua primazia. Nas monarquias ancestrais, como nas modernas democracias, meia dúzia de famílias assinalam o rumo social, e porque estas, aqui e ali e mais além se estrangeirizam e desvirtuam no mais absurdo e insípido cosmopolitismo,

os povos, ainda aqueles grupos étnicos de mais vigoroso e acusado perfil, se descaracterizam e mistificam, perdendo quanto possuem de original e castiço, que é, nem mais nem menos, a sua única potencialidade criadora. Volvamos à arte e à literatura popular, volvamos à copla ingênua do cego romeiro, à antiga maliciosa do raposo e ao alegre traje centenário que, tal os bons vinhos, valorizam a sua qualidade no tempo (Las Casas, 1938: 124-25).

Aos 10 de julho (Las Casas, 1938: 140-41), expõe no seu diário as razões pelas quais ama a Maria José. Ele considera-se um pouco velho; assinala que tem a pele “rugosa”, “os olhos cansados”, alguns “cabelos brancos”, mas, sobretudo, o que o faz se sentir velho é se saber apaixonado por uma moça que não é “nem muito bonita, nem muito inteligente, nem muito elegante”, mas que é “boazinha, e mais nada, de uma bondade doce e humilde, implorante”; ele confessa que, sobretudo, gosta dela porque a pode dominar com facilidade⁵⁷³. Antes ele gostara de mulheres “com grande personalidade”, “lindíssimas e elegantíssimas”, “superlativas”, provocadoras⁵⁷⁴; agora ele expressa que, devido à perda de confiança em si mesmo, prefere às mulheres simples e submissas, como Maria José: “Porque a vejo desde o alto, porque com ela qualquer vitória está garantida. *Vanitas, vanitatem et omnia vanitas*. Miserável vaidade, roupagem da decadência, refúgio da

⁵⁷³ A bondade de Maria José faz temer Fernando que ele não possa lhe oferecer a existência feliz que ela merece. Assim o manifesta no seu diário aos 12 de agosto (“Passei o dia bastante triste, quase decidido a partir, e confesso que foi de medo a não dar a Maria José toda a imensa felicidade que merece” Las Casas, 1938: 153). Essa insegurança leva-o a compor para Maria José um soneto platônico em espanhol. Duvida em mandar-lho, pois receia se ela o entenderá, o qual, por sua vez, não o preocupa (“Já estou aborrecido das mulheres que o entendem tudo” Las Casas, 1938: 153). Afinal, registra-o no diário. A autoria do soneto deve ser de Álvaro de Las Casas quem o pode ter composto *ad hoc*. Fora do romance não localizamos nenhuma outra referência a esse poema. Eis o soneto: “Mis ojos que en tus ojos se miraron,/ cansados de mirar adormecieron,/ era tanta la luz que recibieron,/ que al fin – mis pobres ojos! – deslumbraron.// Ah mi sublime amor! Como cansaron/ mis pobres ojos que tus ojos vieron:/ nunca tan fatigados se sintieron/ como después de verte se quedaron.// Ay, desdichados ojos alma mía/ ahora cansados, tristes, doloridos,/ sin el claror que de tu voz venía!// Solo ven, en la angustia de quererte,/ los días hondos, largos y afligidos/ en que, lejos de ti, no podrán verte” (Las Casas, 1938: 153).

⁵⁷⁴ Como consequência da reflexão que faz Fernando acerca dos motivos pelos quais gosta de Maria José, aos 10 de agosto ele redige uns breves comentários em relação às mudanças do gosto dos homens sobre os estereótipos de beleza femininos. Aponta que essas mudanças, por um lado, se manifestam na passagem dos homens da adolescência à maturidade e, por outro, dependem da estética canonizada em cada época. Nesse sentido, na época contemporânea ao protagonista predominaria o gosto pela “mulher efebo”: “Faz vinte anos teria desprezado Maria José; gostava então, como todos os colegiais, das mulheres altas, grossas, angulosas, exuberantes, macias. Os rapazes vêem sempre as mulheres como um grande mar de carne em que a gente se deita como quem mergulha. Ao passar dos trinta anos, preferimos a mulher miúda, dura, de carne fria, de curvas apenas perceptíveis. Por que? Que o explique Freud. O que não tem dúvidas é que a mulher perfeita, a mulher madura, a mulher plenamente mulher, a mulher tipo Rubens ou Goya – digamos *La maja desnuda* – não consegue na nossa época olhares de riso ou de lástima; em nossos dias triunfa a mulher quanto menos mulher possível, a mulher efebo, a mulher que se penteia como os homens, e tem braços e pernas de homem, e peito e costas de homem; a mulher que reduz o sexo a proporções mínimas e a ilusão insignificantes. Enfim: isto que o explique Guide. Eu não quero dizer mais” (Las Casas, 1938: 152).

debilidade, consolo dos que já não podemos ser orgulhosos” (Las Casas, 1938: 141). Luiz, de fato, não gosta de Maria José como namorada de Fernando por considerá-la “pequena”, “magra” e “pobre”. Fernando refere-se a essa opinião de Luiz aos 15 de julho e diz que ele a contentou argüindo que a Princesa de Eboli “era torta de um olho e, precisamente por este grave defeito, inspirou o mais belo madrigal que conheço”⁵⁷⁵ (Las Casas, 1938: 143).

Contudo, aos 11 de julho anota que advertira a Luiz que o seu aprendizado não fora completado.

Luiz passou o tempo debochando de mim. Quando eu regressar – disse-me – encontrar-te-ei podando as árvores e regando o milho.

– Tardarás muito em regressar.

– Daqui a um ano.

– Muito mais. Daqui a um ano, e talvez antes, estarás outra vez na quinta, mas ainda não estarás de regresso, senão de ida. Só se regressa depois de ver os pontos finais que nossa imaginação sonhou, e tu ainda és um pobre colegial que nem chegou à metade do seu caminho.

Mordendo os lábios, abriu uma garrafa de cerveja e encheu nossos copos, com mais de metade de espuma.

– Tu vês? Ainda não sabes servir cerveja, e só aprenderás quando tenhas bebido cinco milhares de garrafas. Imagina quanto tempo precisas! (Las Casas, 1938: 141).

A falta de perícia de Luiz para a distinção anota-a Fernando aos 14 de julho, observando que “Não há forma humana de convencer a Luiz para que use sempre o mesmo perfume, e não um cada dia, como fazem os novos ricos” (Las Casas, 1938: 142). Quatro dias após, escreve que lhe levava horas convencer Luiz que usasse “um bom sabonete de barba” e que adquirisse um ótimo papel de escrever e elegantes cartões de visita (Las Casas, 1938: 144). Aos 23 de junho, Fernando escrevera que Luiz lhe comunicou que decidira partir, a meados de agosto, rumo a Londres para se encontrar com Miss Madison, quem conhecera no “*Atlantic*” da Corunha e com quem mantém, logo do encontro, correspondência. Sobre essa correspondência anota Fernando o seguinte em 23 de junho:

Luis recebeu uma carta que suponho de Miss Madison, porque anda alegre como um pássaro. Entretém-se diante do espelho horas e horas: olha-se de frente, de perfil, sentado, de pé, e não se olha de joelhos porque... porque é o tal meio termo, e só se ajoelham os grandes ou os miseráveis; em todo caso sentar-se-ia (Las Casas, 1938: 136).

⁵⁷⁵ Esse madrigal, anônimo, composto por dois quartetos, inicia-se com o verso “Un párpado levantado” (Las Casas, 1938: 143).

Perante a viagem marcada por Luiz para Londres, Fernando aconselha-lhe aos 18 de julho que adquira malas elegantes, “pois a bagagem apregoa a qualidade do viajante” e pelas características dela os empregados dos hotéis classificam e tratam os hóspedes, “e pelo informe dos empregados fixa a sua conduta o gerente, e conforme o trato do gerente nos atendem no corredor, e os outros hóspedes nos honram ou nos desdenham percebendo como somos servidos” (Las Casas, 1938: 144). A decisão que tomara Luiz em junho de partir para Londres, afasta-o das suas responsabilidades com a administração do paço, que acabam sendo assumidas por Fernando. Aos 21 de junho Fernando escreve: “Sou eu que tenho que ocupar-me de tudo, porque já nem quer saber do gado, nem do vinho, nem das lavouras. Passa semanas inteiras sem ver seu cavalo favorito, sem falar com os criados, sem acariciar os cachorros” (Las Casas, 1938: 134). Em finais de maio, Fernando já se reconhecia como um homem apaixonado por Maria José. O entusiasmo que sente faz com que adquira hábitos populares galegos:

A Maria José obsessiona-me. Ontem estive com ela até muito tarde. A uma? às duas? Às três? Não sei; sou tão idiota que ainda não aprendi a contar o tempo no caminho do sol e no lento e gracioso passear das estrelas. Ao regresso, vim cantarolando, como um zagal qualquer, aquela quadra cheia de ternura que ouvi uma vez aos trabalhadores de Casaldereito:

Cantam os galos ao dia,
érguete meu bem e vaite.

– Como me hei de ir, queridinha,
como me hei de ir e deixarte! (Las Casas, 1938: 128).

Fernando escreve que percebera que Luiz ficara apaixonado, mas matiza “Quer dizer: enamorado não; já é muito elegante para enamorar-se. O amor fica para os aldeões, as cocotes velhas e os sentimentais que, como eu, ambicionam reduzir o mundo a um fogão sempre em brasa, um pequeno jardim e meia dúzia de livros” (Las Casas, 1938: 128). A patente transformação de Luiz é assinalada no diário por Fernando aos 3 de junho. Ele considera que essa transformação é, em parte, uma impostura, pois é hiperbólica e baseia-se ainda demasiado na aparência; manifestou-se, sobretudo, após regressarem da Corunha, como consequência das práticas de Luiz nessa cidade do seu relacionamento com Miss Madison: “Luiz, desde que viu a Coruña e almoçou num transatlântico de luxo, pretende saber do mundo mais do que eu, e discute violentamente todas as minhas opiniões. Esqueceu-se de que faz meio ano alimentava-se com caldo verde” (Las Casas, 1938: 128-29). Paralelamente, no mês de junho, o seu apaixonamento por Maria José leva Fernando

tanto a cogitar na possibilidade de deixar Názara, quando, a meados de agosto, Luiz parta para Londres, e assentar-se na sua “quinta” de Trasdeza – anotações de 26 de junho –⁵⁷⁶, quanto a pensar no casamento com Maria José – anotações de 28 de junho –. Nesse sentido, ele assume a disjuntiva de casar ou ir embora e retomar o seu modo de vida de viajante cosmopolita:

Devo casar-me com Maria José? Não será melhor fugir, da noite para a manhã, e voltar às minhas galopadas pela Europa adiante? América! Tenta-me a América. Sonho com as vermelhas arquiteturas astecas, com a luz deslumbrante do Rio de Janeiro, com as misteriosas antiguidades incas... Quero bailar sambas no ardor luxurioso da Baía e ver dançar rumbas na sombra espessa das bananeiras cubanas; quero tremer de frio no Aconcagua e desvairar-me na fogosa policromia do Amazonas (Las Casas, 1938: 137-38).

Aos 6 de julho (Las Casas, 1938: 138-39) escreve que se decidira a ir até a sua quinta de Trasdeza e narra como foi o emocionado reencontro com a sua propriedade, o qual o fez evocar uns versos do seu “chorado amigo Marquês de Torres Cabrera”. Na narração menciona que os salões do prédio estavam vazios e que a quinta tinha capela; nela encontravam-se as sepulturas dos seus antepassados, alguns dos quais ele menciona – “um que combateu na Itália contra Francisco I”, um “vice-rei da Venezuela”, um “bispo do Chile”, “outro” que “sucumbiu na defesa de Astorga lutando contra as tropas bonapartistas” – um carlista –, referindo-se mais extensamente, pelos remorsos que sente, no seu avô:

e eu o deixei morrer sozinho, totalmente só, entretanto meu pai estava no seu consulado de Alexandria e eu farreava tranqüilamente em Paris. Somente os criados presenciaram a sua agonia, resignada e piedosa, como a de um ermitão. As suas últimas palavras foram ditas para mim... e eu rompi a carta onde o criado mas contava (Las Casas, 1938: 139).

Dias após – 22 de julho (Las Casas, 1938: 145-46) – Fernando escreve que estivera imaginando como seria o seu *modus vivendi* no dia-a-dia em Trasdeza. Indica que dedicaria as manhãs às lavouras do campo, as tardes a passear com Maria José e as noites a ler. Disporia com sobriedade o salão, onde só haveria o retrato do seu avô, uma escrivaninha,

⁵⁷⁶ Sobre a quinta de Trasdeza, Fernando escreve que lá só passara dois ou três verões sendo criança, junto ao seu avô. Ela levava mais de trinta anos aos cuidados de um administrador, a quem Fernando diz não conhecer. E acrescenta: “Meu pai esteve lá uma semana, quando recebeu a herança, e eu nem me tomei ao trabalho de visitá-lo quando, por minha vez, a herdei de meu pai. Quem poderia estar em Trasdeza estando em Berlim ou em Londres? Agora anseio visitar o venerável solar da minha casta, um severo palácio construído pelo conde de Montouto em 1648. Vejo-o, como em sonhos, entre uma névoa espessa que esvai os perfis e dá contornos imprecisos. Tenho uma vaga idéia que tem uma torra muito alta, cheia de morcegos, uns ciprestes fortes como castelos e agudos como dardos, e uma varanda de granito, muito larga, onde os criados punham a secar o milho” (Las Casas, 1938: 137).

uma poltrona e uma biblioteca com cinquenta livros, entre os quais estariam “as poesias” de Rosalia de Castro⁵⁷⁷; a sala de jantar seria simples, “de uma simplicidade franciscana, para que não destoem o caldo verde, o pão de milho, as laranjas acedas e as flores silvestres que sempre cobrirão a toalha, e sempre terei talheres dispostos para os viajeiros que batam na minha porta” (Las Casas, 1938: 146), e o dormitório seria o seu “santuário”, onde reuniria os objetos simbólicos que guardara das suas viagens pelo mundo. O deleite de Fernando ao imaginar o seu recolhimento em um modo de vida austero, junto a Maria José, na casa solarenga familiar no interior da Galiza é acompanhado pela convicção, expressa aos 28 de agosto (Las Casas, 1938: 161-62), da benesse inerente à conservação das tradições. Essa convicção faz com que Fernando defenda, inclusive, a reação perante o progresso extremo porque acredita que se o homem recuperasse os usos do passado poderia ser mais feliz:

Seríamos muito mais felizes se a humanidade fizesse um alto na sua carreira vertiginosa, e principiássemos a caminhar para trás. Que bom se voltássemos de pronto aos coches de cavalos, aos lampiões, às sobrecasacas, às cartolas, às caixas de música, ao cinema mudo, quando ainda era lanterna mágica!

Pela primeira vez usei hoje o rico relógio de meu avô, preso numa grande corrente de ouro que me cruza o peito; estou contente como uma criança com sapatos novos.

– Pareces um velho – disse-me Luiz. – Só os velhos usam relógios com corrente.

– Pareço um velho, sou um velho, e... louvado seja Deus! Estou cansado de aparentar juventude. Mas não te assustes: a verdade faz-me muito mais forte (Las Casas, 1938: 161-62).

A meados do mês de julho, a decisão de contrair casamento por parte de Fernando e de Luiz é apresentada como definitiva. Aos 18 de julho (Las Casas, 1938: 157-58), Fernando contrasta no diário a visão divergente que ele e o seu amigo têm acerca do matrimônio. Escreve que, para ele, o casamento é “uma esperança de recolhimento”, uma esperança de restituição da “calam esquecida”, enquanto que, para Luiz, é “um motivo social” e uma consequência do “anseio de saciar gozos nunca vistos”. Fernando plasma essa oposição reproduzindo um diálogo mantido entre ambos, no qual se frisa a sua vontade de se afastar da sua pretérita vida errante de cosmopolita e de se isolar no seu sítio

⁵⁷⁷ Os títulos mencionados para constar na biblioteca da quinta de Trasdeza, além das “poesias” de Rosalia de Castro, são: “os Evangelhos, O Kempis, *Só* de Antônio Nobre, o *Quixote*, [...] os *Anos decisivos* de Spengler, as *Minhas prisões* de Silvio Pellico, *Del sentimiento trágico de la vida*, de Unamuno, *Os heróis* de Carlyle, *As vidas paralelas*, de Plutarco, o *Hamlet*...” (Las Casas, 1938: 146).

integrando-se humildemente no modo de vida tradicional de um fidalgo interiorano⁵⁷⁸. O plano da mudança à quinta de Trasdeza é descrito no diário aos 21 de agosto (Las Casas, 1938: 158-59) e, aos 25 desse mês (Las Casas, 1938: 159-61), é reproduzida pelo protagonista a conversa que manteve com Maria José e na qual se fixou uma possível viagem de ambos por Itália devido à vontade da moça por conhecer o túmulo de Santo Antônio de Pádua⁵⁷⁹. A narração do projeto de ida a Trasdeza conforma um quadro *costumbrista* em que se combina a ambientação pitoresca galega com a ilusão da adoção, por Fernando, Maria José e a sua comitiva, de um porte majestoso durante o trajeto:

Gosto de pensar na manhã da minha partida, caminho de Trasdeza. Formaremos a comitiva mais feliz deste mundo.

O Sr. José e Alfredo irão adiante, com os carros de bois, levando as bagagens; serão precisos pelo menos dez carros. Em seguida, a cavalo, iremos eu e Maria José, altivos como os Reis Católicos quando se dirigiam à conquista de Granada. Francisca, Rosa e a Maria do Carmo – que logo serão as

⁵⁷⁸ O diálogo reproduzido aos 18 de julho mostra o extremo grau de divergência alcançado pelos dois amigos em relação aos seus projetos futuros: “[Luiz] – Quando tenha a Miss Madison entre os meus braços, vou mordê-la, desfazê-la em beijos. – Eu quisera acariciar docemente a Maria José, como se fosse um pássaro. – Vou correr com ela toda a Europa. – Nós passaremos os dias e os anos sem sair daquela varanda onde meu avô viveu os anos mais felizes da sua vida. – Comprar-lhe-ei os trajes mais luxuosos que encontre. – Eu a vestirei simplesmente de linho branco, sem uma jóia. – Chamaremos a atenção em toda a parte. – De nós não se lembrará ninguém. – Perfumá-la-ei com as essências mais estranhas e caras. – Eu só com fêlres silvestres e maçãs maduras, para que cheire a campo. – Sinto o mundo como um grande turbilhão que me arrasta. – Pressinto minha vida como um grande silêncio” (Las Casas, 1938: 157-58).

⁵⁷⁹ A escolha da Itália por parte de Fernando como destino para uma viagem com Maria José é apresentada por ele, do seu orgulho e da sua superioridade de homem cosmopolita, ressaltando a ingenuidade e a submissão a ele da moça, quem fica emocionada quando ele lhe comenta que Santo Antônio fora um homem e que a sua tumba se pode ver. Aos 25 de agosto (Las Casas, 1938: 159-61), Fernando escreve: “Maria José ficou assombrada quando lhe disse que tinha estado em Pádua, e visitado o túmulo de Santo Antônio. Imaginava que Santo Antônio tinha descido das nuvens, pela escada de um raio, passara meia dúzia de anos neste miserável mundo, e voltara ao céu voando como os anjos. Acabei por convencê-la de que fora um homem, como qualquer de nós, nascido de pai e mãe, e, que, morto, fora enterrado como um simples mortal”. Para regalar a moça, Fernando propõe-lhe fazerem juntos uma peregrinação até Pádua, onde visitariam “o palácio Contarini”, “a capela Scrovegni”, a universidade – “um pouco suja e tumultuosa, como a de Santiago” – e a basílica do Santo, à qual chegariam passeando pela “Via S. Francesco” e “pela rua Cesarotti”. Ele estabelece o seguinte plano para a visita a basílica: “Rezaremos muito, compraremos muitas medalhas, encomendaremos aos frades muitas missas, e subiremos à torre, alta e branca como uma canção franciscana, para sentir mais real e tangível o admirável Gattamelata, de Donatello”. Escreve que, ao dizer a Maria José que poderia pedir três graças, esta respondera-lhe que só pediria uma: “– Que tu me queiras sempre [...] E Maria José reclinou a cabeça como repetindo as candorosas e inefáveis palavras de Maria: Eu sou a escrava do senhor...”, e que, embora ele tivesse recebido “milhares de vezes” diversas declarações de amor que lhe acabaram custando “dinheiro e desilusão”, essa foi a única vez em que as palavras ditas forma sentidas por ele como sendo verdade (“Pela primeira vez na minha vida percebo como a verdade é limpa, sóbria e convincente”). Além de a Pádua, projeta levá-la a Roma, Redipuglia, Florença, Orvieto, Ferrara, Bolonha e Milão. Encerra a narração do seu plano de viagem expressando com complacência: “Já suponho como Maria José, ao voltar, vai contar na cozinha a maravilha de tantas coisas vistas. Tem de assombrar”.

nossas criadas – irão em mulas, e levarão pandeiros para fazer festa na noite de cada jornada. Quero que Roque de Saltes leve a sua sanfona e Andrés de Lâncara o seu violão.

Joãozinho irá sempre a meu lado, como um escudeiro, e Carlos, o filho do moleiro, que faz um mês entrou ao meu serviço, irá como criado de Maria José; irão muito bem trajados, com os ternos novos que lhes comprei em Ribadávia, e as botas de montar que lhes encomendei em Allariz; competirão para ver quem é o melhor ginete, e eu concederei prêmio ao que mostre melhores portes. O caminho encher-se-á de cantigas, e cada aldeia guardará nossa lembrança como o passo dos Reis Magos. As estrelas terão inveja de nós, e correrão umas para as outras à procura de bodas (Las Casas, 1938: 158-59).

A partida de Luiz e o casamento de Fernando acontecem em setembro. No diário, Fernando anota, aos 12 de setembro, que acompanhara a Luiz até a Corunha, onde ele embarcou no “*Alcantara*” rumo a Londres. Fernando ficara chocado como modo em que o seu amigo se despedira dele (“Disse-me adeus com uma indiferença que me deixaria espantado de não ser quem sou. Parte como um louco. Só pensa em beber, em jogar, em habitar hotéis célebres, em deslumbrar nos grandes salões” Las Casas, 1938: 164). Fernando escreve que, a bordo do navio, foi-lhe apresentada Miss Madison, e acha-a bonita, mas matiza “bonita, sim, bastante bonita, mas com esse ar inconfundível de todas as aventureiras. Quem é? A que família pertence? De onde veio?” (Las Casas, 1938: 164). Assim, ele crê que o seu amigo Luiz, devido às diferenças de idioma, raça e religião, será sempre um estranho para sua mulher, o qual, por sua vez, contribuirá para os afastar. As reservas que se interpõe perante a tal Miss Madison – uma mulher mundana e “sem-lugar” – são utilizadas por Fernando para ratificar o acerto da sua escolha de esposa e a virtude que esta ostenta. Nesse sentido, elabora o seguinte discurso em que assinala que acreditava que o matrimônio com Maria José tinha um caráter endogâmico e racial:

A minha Maria José é pobre, aldeã, simples, mas eu conheço os seus pais, os seus irmãos, os seus tios, todos os seus parentes e vizinhos; ao casar-me com ela parece-me que caso com toda a aldeia, com toda a minha raça. Os cães da sua casa jogam comigo alegremente e as galinhas do seu quintal não se espantam quando passo pela porta adentro, alvoroçando como estudante que vem de férias. Muitas vezes, quando estamos juntos, o gato vem ao me colo e dorme confiado sobre as minhas pernas, como se fôssemos velhos amigos (Las Casas, 1938: 164).

A sua despedida de solteiro é resenhada por Fernando aos 17 de setembro (Las Casas, 1938: 165). Ele indica que foi um jantar “suntuoso” interclassista, pois todos os criados compartilharam a refeição; sentara do seu lado, à direita, o vigário e, à esquerda, o serviçal Joãozinho, quem, ao se despedirem, lhe comunicara que estava triste porque cria

que, ao casar, Fernando não se lembraria mais dele, ao qual este respondeu que isso não aconteceria porque, para ele, Joãozinho era o seu primeiro filho. Frisa que a cerimônia se desenvolvera “como faz oitocentos anos”, bailando em volta do pão da boda “a mesma dança solene dos antepassados”, e que, “conforme a velha moda”, se trocaram presentes (“este deu-me um lenço, e eu lhe dei um livro, aquela uma flor e eu lhe dei uma taça, o outro uma gravata e eu lhe dei uma cigarreira”). Todas brindaram (“Cada um fez o seu brinde – que deliciosa ingenuidade em todos e que extremosa dedicação! – ”); cantaram até a madrugada e despediram-se dando-se um abraço.

Antes de contrair matrimônio, Fernando purga-se do seu passado. Assim, por um lado, aos 20 de setembro (Las Casas, 1938: 166-68) narra no seu diário um sonho que tivera, no qual São José – “santo protetor dos lares perfeitos” – aparece para afugentar os deuses do Olimpo que regalavam Fernando, especialmente Mercúrio, quem insistiam em o tentar com um amor do passado para que fosse infiel a Maria José⁵⁸⁰. Por outro, aos 22 desse mês (Las Casas, 1938: 168) registra o demorado banho que tomara para tirar de si o aroma da futilidade⁵⁸¹. O protagonista expressa que deseja “entrar numa vida”, em que

⁵⁸⁰ O sonho é exposto através de uma, comparativamente com os outros assuntos narrados no romance, extensa exposição. É a seguinte: “Sonhei que todos os velhos deuses do Olimpo desceram ao meu quarto para acompanhar-me pela última vez. Saturno empenhava-se em demonstrar-me a melhor maneira de devorar os filhos, Juno queria dar-me para Maria José o seu diadema de prata, Vesta ofereceu-me as suas sacerdotisas de mais confiança para que pudesse confiar em alguém os meus segredos, Neptuno explicou-me como convencera Anfitriote para que o aceitasse em matrimônio para quando algum dia necessitasse eu de artes semelhantes. Plutón disse-me que vinha só para cumprir um preceito social mas que não queria atormentar-me com relatos macabros. Ceres jurou que me dedicaria mais amor que a Triptolemo a presenteou-me com sementes muito apropriadas para as minhas herdades, Minerva prometeu recomendar-me ao governo francês para que me desse a Legião de Honra, Vênus relatou-me a história dos seus tristes amores com Adonis oferecendo-me como exemplo para evitar perigosas imprudências, Marte garantiu-me a sua proteção se a minha esposa não se fizesse enfermeira da Cruz Vermelha, Apolo incitou-me a passar uma temporada no Parnaso sob promessa de que não lhe leria nenhum verso, e Mercúrio quis deixar-me umas fórmulas para poder enganar a Maria José e sair de noite, sem perigo, a fazer pilhérias pelos arredores. Recusei-o indignado. – Serei um esposo integralmente honesto. – Todos dizem o mesmo, ao princípio. Discutimos violentamente. – Pelo menos explicar-te-ei como se escolhem as boas cozinheiras. – Não me interessa. – Se queres posso conseguir um novo encontro com... Tremi horrorizado; tinha-me ferido no mais vivo do coração. Senti que perdia forças e pensei nos olhos de Maria José, nos seus lábios, nas suas mãos... mas eram outras mãos, e outros lábios, e outros olhos os que eu via. As melhores intenções caíam por terra. Então, agarrando-me ao travesseiro, como o naufrago que teme perder seu último ponto de apoio, reuni toda a minha coragem e chamei por S. José, santo protetor dos lares perfeitos. Ouvi um ruído ensurdecedor e vi que todos os deuses fugiam como loucos, saltando sobre mim como cabritos espantados. E assim acordei, cansado, rendido, sufocado, como se acabasse de lutar contra um exército de boxeadores raivosos”.

⁵⁸¹ O protagonista Fernando desenvolve a sua particular interpretação simbólica do cheiro que adquirem as pessoas, impregnando-se dele, segundo seja o seu modo de vida. Pode-se tentar, no entanto, a troca do cheiro com a mudança do modo de vida: “Venho do rio onde estive duas horas banhando-me. A vida, cada tipo de vida, imprime um certo odor inconfundível, que não se dissipa nunca; com os olhos fechados, pelo aroma, podemos diferenciar um chauffeur, um jornalista, um ator, um padre... Quis perder todo o meu cheiro de

mereça o respeito de todos, ninguém lembre do seu passado e possa agir como “o consolo de todos os tristes, o amparo de todos os pobres, o exemplo de todos os desalentados”, convertendo o seu lar na quinta de Trasdeza em um refúgio para quem dele precise, pois “nunca faltará mesa para os mendigos, nem leito para os peregrinos” (Las Casas, 1938: 166). Contudo, teme que, nessa nova vida, a sua esposa nunca o deixe de reconhecer como um senhor, pois ele gostaria que ela só enxergasse nele um rapaz mais da aldeia. Nesse sentido, matiza:

O inimigo mais temível do amor é o respeito. Coitado de mim se ela continua a respeitar-me como agora, porque então, quando quiser beijar-me sentir-se-á acanhada e simulará, e quando não quiser aceitar os meus beijos, suportá-los-á resignada, com a humildade de servo que cumpre as ordens do amo (Las Casas, 1938: 108).

O romance encerra-se com o registro que, aos 23 de setembro (Las Casas, 1938: 168-71), faz Fernando do seu primeiro acordar no leito do lado de Maria José. Ele faz uma avaliação comparativa desse seu acordar de recém casado com os da sua vida pretérita e conclui que a sensação que lhe transmite o quarto que ocupa com Maria José é melhor: “Em outras alvoradas análogas o quarto cheirava-me a perfumes corrompidos e a suor frio; hoje parece-me que cheira a uvas frescas e a cerejas maduras” (Las Casas, 1938: 168-69). Nas derradeiras linhas do seu diário, o protagonista registra que, logo de acordar abrira a janela e sentira que a natureza possuía uma aparência que combinava com o seu feliz e tranqüilo estado de ânimo⁵⁸². Descreve, a seguir, como foi a noite nupcial; tem um momento de vacilação ao confundir a sua esposa com o amor que procurara durante anos e nunca atingira⁵⁸³, mas logo recupera a serenidade e remata os seus apontamentos

futilidade, e sonhei que poderia impregnar-me dos mais agrestes perfumes campestres: frixionei-me com ervas, deitei-me nu sobre os arbustos, mastiguei folhas de árvores diversas” (Las Casas, 1938: 168).

⁵⁸² Ao abrir a janela, Fernando interpreta que a natureza se harmoniza com o seu ânimo feliz: “No morno romper do dia todos os pássaros se deleitam imitando as minhas bodas. A terra exala aromas carnosos e os galhos das árvores estendem-se a mim como oferecendo-me abraços. As pombas namoram-se no jardim e umas andorinhas, as últimas em partir, bebem tristemente na lenta sonata melancólica da fonte de pedra. Cheira a presépio e a vinho novo. Cantaroleia uma criança que anda cortando flores para a mesa. Uma borboleta, agonizante de frio, procura o regaço carinhoso de uma rosa que já principiou a desfolhar-se. As murchas folhas das vides amontoam-se nos sulcos que a noite outonal deixou encharcados, para lavar a sua velhice na água virgem do orvalho. Uma nuvenzinha longínqua desenha sobre o cinzento do céu matutino coisa assim como a vela de um barco” (Las Casas, 1938: 169).

⁵⁸³ A superação da evocação de “aquele amor impossível” por parte de Fernando é paralela à sua reafirmação no amor por Maria José; funciona, portanto, como o derradeiro ritual de passagem do protagonista à nova vida, cristã e familiar, rural e tradicional, e enraizada na terra dos seus antepassados: “Por um instante, envoltos na mais espessa escuridão, imaginei que Maria José era... aquele outro amor que procurei anos e anos e não atingi nunca, e estremeci-me apaixonado, como se ao fim, por arte de bruxaria, os deuses propícios

expressando: “Sinto na boca flores de alecrim. Quisera morrer agora, assim, como quem fica dormindo” (Las Casas, 1938: 171).

Os viajantes estrangeiros que percorreram a Galiza, especialmente os que peregrinaram ou viajaram até ela para visitar o túmulo de Santiago, são também assunto para as redações de Fernando. Ele cita os que ele qualifica de mais ilustres nas anotações que faz aos 19 de dezembro (Las Casas, 1938: 66-67). Parte de George Borrow (“nenhum teve de lutar com tantos obstáculos e percalços como o desditoso propagandista da Sociedade Bíblica”), quem teria aberto o caminho a um novo tipo de viajantes, “menos crentes e mais estudiosos, mas comenta que têm sido inúmeros os que até Compostela foram “através de oito séculos, desde o pontificado metropolitano de Gelmirez”. Explica, assim, as idas por devoção a Compostela e a importância simbólica dessa cidade para a formação da Europa:

Os mais altos personagens europeus cumprem promessas rumo ao Pico sacro, e o Dante pode escrever com razão que “non s’intende pellegrino senon chi va verso la casa di San Jacopo”. Em Compostela se falam todas as línguas e dialetos do mundo, e a consciência européia nasce, na realidade, pelos caminhos da peregrinação (Las Casas, 1938: 66).

Crítica, no entanto, nas suas anotações de 19 de junho, o talante de alguns viajantes pesquisadores. Qualifica-os de intelectuais esportivos, e vincula a superficialidade e a banalidade das suas investigações à indolência da época:

Hoje almoço conosco uma senhora alemã que anda percorrendo a Espanha para estudar trajes populares. Como todas as senhoras da sua espécie, é muito rica, muito inteligente e muito audaciosa. Milhares de estudiosos andam assim pelo mundo adiante estudando sapatos, pandeiros, cachimbos, bordados, caixas de fósforos, guarda-chuvas, queijos e danças. Estas viagens significam esforço e sacrifício. Supõem uma preocupação intelectual pura? Não acredito; entendo melhor, que, ao lado da vocação investigadora, há muito do temperamento esportivo que caracteriza as nossas gerações. Os milhões de homens civilizados que ainda povoam o mundo, vivem em forma esportiva, como na idade média viviam em preceitos litúrgicos. Uns, os mais virgens, entregam-se ao esporte por instinto e circunscrevem nele os seus fins; outros, os mais cultivados, envolvem-se nele por mimetismo e o aceitam como meio ao serviço de uma ilusão qualquer, que chamamos científica, porque na nossa pobreza mental já tudo nos parece ciência, e, em vez de viajar simplesmente para conhecer a aventura dos caminhos, viajam para recolher insetos ou colecionar flores secas. Quantos alpinistas eu vi disfarçados de geólogos! (Las Casas, 1938: 132).

o tivessem deitado nos meus braços. Foi só um instante. De pronto senti-me horrorizado de tanta maldade e ofereci à pobre pequena as carícias mais humildes e comovidas” (Las Casas, 1938: 170).

Se, no Brasil, Álvaro de las Casas demonstrou uma grande capacidade de produção ensaística e literária e foi capaz de comprometer uma grande editora com a sua obra, ao se instalar em Buenos Aires escreveu e produziu ainda mais⁵⁸⁴, participando, inclusive, na fundação de uma editora – a Emecé – e assegurando a reedição da sua produção prévia à sua chegada ao Cone Sul⁵⁸⁵. Percebemos que, embora em *Espanha (gênese de uma revolução)* e em *Angústia das nossas horas* Casais já indicasse com clareza a sua decepção com o regime político da II República e deixasse entrever a sua confiança na solução autoritária, vinculada ao nazi-fascismo, que poderia oferecer o General Franco, mantinha a sua ligação com a ideologia galeguista e continuava sustentando que só o federalismo resolveria a *questão nacional* do Estado espanhol. Porém, mediante alguns dos seus ensaios publicados em Buenos Aires surpreende expressando a sua nítida adesão ao patriotismo espanholista. Não cabe aqui apreciar a razão dessa transformação no pensamento político de Las Casas ao abandonar o Brasil, mas, é claro, esta deve ser relacionada com o início da II Guerra Mundial e o que parecia ser uma contundente e total vitória do Eixo. Isso é notório no ensaio *Horas de España* (Las Casas, 1940), publicado, em 1940, pela editora portenha Rueda⁵⁸⁶. Consta de seis capítulos – Alborada gallega, Mediodía andaluz, Atardecer en Cataluña, Noche leonesa, Desvelo en Castilla e Una hora en un jardín –; neles foram distribuídas as impressões de passeios, supostamente reais, do autor pelas regiões da Espanha mencionadas nos títulos⁵⁸⁷, com exceção do capítulo Una

⁵⁸⁴ Além do livro *Sonetos brasileños*, acima mencionado, contabilizamos mais oito obras publicadas em 1939. Quatro delas foram também editadas em Santiago de Chile: *Cancionero popular gallego*, *Basconia, la tierra y el hombre*, *Breve historia de Galicia* e *Los Santos de España*. Em Buenos Aires publicou *La fontana fría*, *Antología de poetas gallegos* e *Santiago de Compostela, corazón de Europa*, esta publicada por Emecé, a editora que ele fundara ao pouco tempo de fixar a sua residência em Buenos Aires.

⁵⁸⁵ Uxío-Breogán Diéguez Cequiel, na sua biografia de Álvaro de Las Casas – *Álvaro de Las Casas. Biografía e documentos* (Diéguez, 2003) – desenvolve um detalhado estudo sobre os anos de Las Casas na Argentina e no Chile.

⁵⁸⁶ Acreditamos que só houve a edição portenha da Editorial Rueda [1940] de *Horas de España*, de 196 p. Álvaro de Las Casas publicou, posteriormente, uma obra, com várias reedições, de título semelhante, mas de conteúdo diverso. Trata-se de *Horas de España en el reloj del mundo*. Provavelmente a primeira edição desta seja a da Editorial de Arayl, de 1945, (85 p.), em que se especifica que as “Horas” foram “Glosadas en prosa castellana por el bachiller don Álvaro de Las Casas, Natural del Reyno de Galicia”. A segunda, nesse mesmo ano, seria a feita pelo Liceo de España de Rosario na Tipografía Llordén, com 103 p. Em 1946, o portenho Liceo de España fez uma edição de 100 exemplares, numerados e assinados pelo autor, em que nas *Horas de España en el reloj del mundo* se reuniam 86 p. Ainda em 1946, haveria também a edição feitas pelas Ediciones Moran, de Buenos Aires, com 97 p. A última edição que conhecemos seria a feita, em 1948, pela Librería Don Quijote de Buenos Aires, com 181 p.

⁵⁸⁷ Cada um desses capítulos é composto por vários relatos. O primeiro relato de Alborada gallega intitula-se *Amanece en mi aldea*; nele o autor descreve o acontecer habitual ao redor do seu paço na paróquia de Názara em um dia qualquer de inverno, da aurora ao horário do almoço. O autor frisa que os passeios pela Galiza que

ele relata se desenvolvem a partir do início do raiar do dia, pois esse o momento em que se pode apreciar mais e melhor a Galiza (“Galicia ha de ser vista en el amanecer. Ya mi tierra es de por sí una amanecida, milenaria y siempre nueva, que, desde la aparición de los primeros hombres hasta estos tiempos nuestros en que se van muriendo los últimos, abre ciclos de cultura, inicia escuelas de arte, señala rutas nuevas, fija rumbos ignotos y deja – con desdén – que los otros disfruten el júbilo y sazón del mediodía” Las Casas, 1940: 25). O seguinte relato – Dar de beber a quien pase – é dedicado a Pontevedra – cidade “amorosa como ninguna otra en el mundo” (Las Casas, 1940: 21) – cujas igrejas louva e de cuja Alameda menciona os municípios que fazem parte da ria. O relato terceiro – Itinerario Compostelano – é a descrição de um percorrido matinal contemplativo pela zona monumental de Santiago, iniciado na Porta de Mazarelos e concluído na carvalheira de Santa Susana. O quarto relato – Al pie de las burgas – contém a rotina do autor em um dia útil em Ourense, desde que acorda até que se deita. A narração detalha a significação real e simbólica das burgas para os naturais de Ourense e a função da catedral como espaço de congregação dos cidadãos e como meio de estruturação do dia-a-dia. No relato, Las Casas (1940: 40-41) insere o que, para ele, seria o retrato inquestionável do indivíduo oriundo de Ourense: “¡Curioso tipo el del orensano, amigos míos! Es inteligente como el que más, pero inquieto, violento, revolucionario, alocado, incapaz al trato usual y a las vulgares convivencias. Lejos de aquí, en Madrid como en Buenos Aires y en Sevilla como en Nueva York, lo reconoceréis entre millares y millares de hombres: bajo, grueso, fuerte, de ancho tórax y grueso cuello, chorreando romanidad por cada poro, es el que más grita y discute, el que protesta por todo, el que lo organiza y dirige todo y el que acabará siempre por destrozarlo todo y rebelarse contra todos. Parece que en vez de agua natural, como acontece con el resto de los humanos, se ha pasado la vida bebiendo agua de las burgas, y así está de encendido y caldeado. ¡Y qué magníficas cosas han hecho los orensanos! ¡Y qué soberbia provincia es la suya y que joya bellísima es su capital” En las actividades más nobles y de más difícil desempeño, se les encuentra siempre y siempre descollando en primer plano: en la cátedra, en la diplomacia, en la magistratura”. O último relato referente à Galiza intitula-se La torre de las reinas. Nele, o autor menciona a importância da linhagem Castro, de Monforte, e descreve a torre remanescente do castelo que tiveram esses nobres nesse município. Álvaro de Las Casas contrasta a modéstia dos castelos galegos com a grandeza de muitas das residências fortificadas européias e conta a história de Juana de Castro e de Inés de Castro. Por sua vez, o capítulo Mediodía andaluz compõe-se de quatro relatos. En El embrujo sevillano justifica na vontade de satisfação da luxúria a grande atração que causa a Sevilha moura e cigana para os viajantes estrangeiros que tiveram uma vida muito contida. La hoguera cordobesa é a narração de um percorrido pelos monumentos e espaços pitorescos da cidade em que se enfatiza a orgulhosa assunção por parte dos cordobeses da grandeza do passado da cidade. O relato Sangre de corazón é dedicado a Málaga, cidade que o autor diz não valer pelos seus monumentos e pela arte que custódia, senão pelas paisagens e pela natureza dos seus jardins e das suas campinas, especialmente pelos cravos. Nele, Las Casas esboça uma classificação para os turistas, que ele chama de “excursionistas”: “Hay muchos tipos de excursionistas, está claro. Unos que salen de viaje para llenar los equipajes de etiquetas raras, para que lo noticien los diarios, para que en el club se derriñan de envidia los amigos, para epatar; otros para ver todo lo que se presente al paso, sean paisajes, ruinas románticas o fábricas de zapatos, porque ningún propósito especial les impulsa; otros para hacer lejos de casa todo lo que no se puede hacer al alcance de la curiosidad de los vecinos; otros simplemente para demostrar que están en buena posición económica; otros para ver monumentos antiguos, de esos que figuran en todas las historias del arte y en todas las buenas colecciones de tarjetas postales... A estos les diría sin medias tintas: no vayan nunca a Málaga, porque en Málaga no hay nada que ver”. Ronda que Ronda contém a narração de um passeio por essa cidade, a qual lhe serve a Las Casas para refletir sobre a convulsa e violenta história da Espanha. O capítulo Atardecer en Cataluña compõe-se de quatro relatos: La nube leridana, em que destaca os traços distintivos do românico espanhol e repassa a história medieval da cidade centrando-se na biografia dos nobres da época que ele considera egrégios; Humo de incienso, uma descrição do mosteiro de Poblet acompanhada de uma denúncia dos efeitos ruinosos da desamortização de Mendizábal; El balcón latino, dedicado à história de Tarragona, cidade-símbolo, para o autor, da grandeza da romanização e essência sincrética da identidade espanhola (“Se observa en Tarragona una variadísima superposición de estilos y maneras, que ya os hacen revivir lo originario y autóctono, ya os evocan el paso helénico, ya os recuerdan la era germánica, ya os llevan a la civilización árabe, ya os hacen ver las gestas feudales, ya os pierden en el apasionado anecdotario romántico, pero tan sobre un firme denominador común, tan armonizadas unas escuelas con las otras, tan consecuentes estas con aquellas épocas, que se llega a la conclusión de que España es en efecto la unidad plural que José Antonio Primo de Rivera acertó a definir” (Las Casas, 1940: 113), “Escuchad estas amargas elegías que llora el mar de Tarragona en el obscurecer; son

hora en un jardín, que contém um ensaio acerca das diferenças entre a identidade espanhola e a francesa e, em consequência, acerca do que Las Casas considera a histórica rivalidade, derivada da sua incompatibilidade, entre os projetos desses Estados para a afirmação dos seus caracteres nacionais no âmbito internacional⁵⁸⁸. Nesse capítulo, Las Casas (1940: 176-

el eco del llanto de Roma, la de Zama y Cinocéfalos, la de Magnesia y Triganocerta. De aquella Roma donde los españoles – que sumaron todas las razas y fundieron todas las culturas – estimularon, apadrinaron y bendijeron el amoroso consorcio de todos los pueblos y el fraterno diálogo de todas las civilizaciones” Las Casas, 1940: 117) e Sal y pimienta, um conjunto de impressões que têm como foco as características urbanas, a sociedade e a história, desde a época romana, de Barcelona, “la más rica, la más populosa y la más moderna” cidade mediterrânea. Álvaro de Las Casas (1940: 120-21) frisa que, na aparência, a riqueza histórico-artística de Barcelona parte das realizações do séc. XIX e adverte os visitantes que eles correm o risco de abandonarem a cidade sem conhecerem “el archipiélago arqueológico que se ha sumergido bajo la marejada de la pleamar cosmopolita”, ficando, portanto, “con la impresión de que Barcelona empezó a construirse ayer a la mañana, cuando el arquitecto Gaudí despertó de su primer sueño profesional”. Encerra essa admoestação fazendo um comentário a respeito do solapamento do prestígio dos museus públicos pelas coleções privadas, especialmente as da família judia Rothschild. Assim, ele diz que o visitante “Puede ver museos, muchos museos, museos nutridísimos que son la envidia de media Europa, pero desde que los Rostchild heredaron el imperio napoleónico, el tener un museo, por importante que sea, está a la altura de cualquier negociante afortunado”. Além disso, o autor indica, no seu relato sobre Barcelona, que a associação da cidade com revoltas e desordens é fruto de um equívoco, pois os sujeitos preguiçosos e baderneiros responsáveis pela má fama da cidade eram os residentes em Barcelona não barceloneses, enquanto que os autênticos cidadãos de Barcelona eram um paradigma de trabalho e sensatez (“A los verdaderos barceloneses nadie los ve: se levantan, se val al escritorio, vuelven al trabajo y se meten en casa hasta el día siguiente, y los sábados se van al campo hasta el lunes hasta la mañana temprano. Por regla general el barcelonés es el ser más trabajador y honesto de la Tierra y el habitante de Barcelona no barcelonés es el más perezoso haragán y el pillo más redomado de cuantos brujulean en el planeta; los unos elaboran la riqueza de nuestra España contemporánea y los otros intentaron fraguar su ruina, organizando todas las revoluciones que hemos venido padeciendo, como un cáncer, desde hace cuarenta años” Las Casas, 1940: 123). O seguinte capítulo – Noche leonesa – é formado pelos relatos: De España al cielo, La heredad sagrada e Retablo de la grandeza de España. No primeiro, o autor explica a origem da cidade de León e descreve a Basílica de San Isidoro de León, a catedral e o convento de San Marcos, que ele considera de grande importância para a galegidade por nele se haver fundado a Ordem de Santiago, mas esclarece: “Pero a mí me impresiona sobre todo, en León, el convento de San Marcos. Tenéis que perdonarme, pero ¡está tanligado a la historia de mi país gallego!... Y no me vengan cuatro idiotas al camino, diciendo que tanta galleguidad huele a separatismo” (Las Casas, 1940: 134). Ampara a sua advertência aos que estejam tentados a o denegrir em uma citação de Menéndez Pelayo (“San Marcelino en la hispanidad”): “No puede amar a su nación quien no ama a su país nativo y comienza por afirmar este amor como base para un patriotismo más amplio. El regionalismo egoísta es odioso y estéril, pero el regionalismo benévolo y fraternal puede ser un gran elemento de progreso y quizá la única salvación de España” (Las Casas, 1940: 134). La heredad sagrada é um percorrido pelos prédios que o autor considera mais notáveis de Valladolid, cidade que ele qualifica de “heredad sagrada” devido aos muitos ilustres personagens que nela nasceram e moraram. Em Retablo de la grandeza de España, ressalta a atmosfera senhorial que, na sua opinião, ainda predominava em Salamanca devido aos muitos nobres que nela residiram ou por ela passaram. Compõem o último capítulo – Desvelo en Castilla – os relatos Escudo de Castilla e Santa Ávila. No primeiro narra-se o itinerário do autor por prédios emblemáticos de Toledo e, no segundo, por um lado, Las Casas sopesa a influência da paisagem castelhana na formação do talante dos místicos, dentre os que focaliza a biografia de Santa Teresa de Jesus, (“No es fácil entender éxtasis místicos en el sensual verdor del paisaje gallego o en la dionisiaca alegría de los viñedos andaluces, pero no es difícil razonarlos aquí donde el cielo y la tierra tienen la misma inmensidad insondable” Las Casas, 1940: 166) e, por outro, faz um percorrido pelos prédios monumentais de Ávila relacionados com a vida dessa freira.

⁵⁸⁸ Álvaro de Las Casas (1940: 176) afirma que, frente ao expansionismo cultural do Estado francês, o intuito da Espanha é o de preservar a sua identidade distintiva das possíveis influências de outras nações: “Francia goza al ver que los portugueses y los belgas y los italianos pueden ser incluidos, por confusión, entre sus hijos

78) apresenta uma conceituação do sujeito espanhol. Assim, para ele, o espanhol identifica-se com o guerreiro, entendido como “el individuo en plena acción de sus impulsos personales que, recabando para sí toda la responsabilidad del esfuerzo, actúa con arreglo a sus propias normas”. Como tal, tende ao “individualismo hipersensible” e constrói sociedades anárquicas, sendo incapaz de se vincular corporativamente para desenvolver uma cultura nacional. Diz Las Casas: “No se puede hablar en cambio de una cultura española, sino de individualidades hispánicas, porque entre nosotros el individuo es siempre superior a su escuela y – no lo atribuyáis a jactancia – siempre superior a su arte”. Álvaro de Las Casas também expõe a sua idéia sobre a Espanha – o país do “gênio”, o país com cuja “raça” ele se identifica – contrapondo-a à que tem sobre a França – o país da razão –. Embora esclareça que ele não pretende valorizar e julgar qual dos dois países possui uma maior excelência, concede, indiretamente, o mérito à Espanha, o país que em situações extremas gera “doidos”, frente à França, o país que, nessas situações, só produz “bobos”:

Decir Francia es tanto como decir armonía y proporción y tanto como decir exactitud ordenada, instinto metódico, espíritu analítico, sentido crítico y otras mil virtudes que adornan al probo empleado bancario, al experto maquinista de trenes, al fiel corrector de pruebas, al abnegado maestro de escuela, al erudito conferenciante de ateneos, etc., etc.; decir España es tanto como decir desorden, desproporción, desarmonía y otras mil locuras que son, precisamente, las que caracterizan al genio. Las cosas como son: con nuestros vicios se puede parar en loco, mas con sus virtudes se puede parar en tonto. Claro está que yo no cambio por toda la razón del universo la divina locura de mi raza: sólo estando locos pudimos resistir a los romanos en Numancia, salvar la literatura clásica de las hordas visigodas, enfrentar la batalla de Covadonga, salir a descubrir América, lanzarnos a dar la vuelta al planeta, empeñarnos en derrotar al protestantismo, desafiar a Napoleón Bonaparte y en los mares de Cuba, con cuatro cáscaras de nuez, aguantar la embestida de toda la escuadra norteamericana. Pero aquí no es cuestión de afirmar si los españoles somos mejores o peores que los franceses, sino de sentar el principio de que somos diametralmente opuestos.

Y puestos a hacer teoría de las argumentaciones, enhebraríamos esta otra: en Francia, porque no hay paisaje, se inventó el arte de la jardinería; en España, porque todo es paisaje, no hay un solo jardín español. En mi patria hay dos jardines famosísimos y ambos son obra de franceses: los de Aranjuez, que Felipe V trazó con un cetro borbónico para que sus herederos se hartasen de lises y que –

y mucho más con la esperanza de que su espíritu pueda infiltrarse en todo el continente; España no quiere hijos adoptivos ni que se trate de emperadores, y cifra su mayor orgullo en ser evidentemente inconfundible, en mantener pura su personalidad, buena o mala, de modo que nadie la equivoque. Por eso el prototipo del francés es el diplomático y el del español el guerrero. Y no diplomático por la suavidad y guerrero por la rudeza de los modales, sino por razones mucho más hondas”.

cursilería aparte – son una profanación en la severa tierra castellana, y los de San Ildefonso de la Granja (Las Casas, 1940: 179-80).

Logo de expor as suas conceituações sobre a essência da pátria espanhola e o *volkgeist* dos espanhóis, Las Casas encerra o capítulo Una hora en un jardín salientando a incompatibilidade natural entre a dinastia borbónica, devido aos seus modos derivados da sua origem francesa, e o povo sobre o que reinaram, e assinalando as conseqüências desastrosas desse relacionamento⁵⁸⁹.

A inserção de Álvaro de Las Casas no sistema literário brasileiro

Frente a José Casais, Álvaro de Las Casas não se concentrou no gênero das impressões de viagem durante a sua estadia no Brasil. Las Casas abrangeu a poesia, o ensaio histórico-político e o romance, fazendo questão, além do mais, de ressaltar a sua nacionalidade galega e a beleza da sua pátria, e de apresentar e comentar o repertório cultural da Galiza. Resulta difícil vincular todo o *corpus* brasileiro de Las Casas a um sistema literário, sobretudo no tocante ao romance *Os dois*. Trata-se de um autor estrangeiro que, com pleno apoio editorial, publicou no Brasil e em português, mas que decidira deixar patente que a sua visão era a de um galego e que não ocultou que contara com o labor de auxiliares para redigir no português do Brasil. Ele conseguiu, em *Na labareda dos trópicos*, que o seu parecer, como repórter galego, sobre o Norte e o Nordeste brasileiros fosse de interesse para uma editora e recebesse uma laudatória fortuna crítica. Com os seus ensaios *Espanha (gênese de uma revolução)* e em *Angústia das nossas horas* obteve sucesso como *político* preocupado em apresentar a leitores brasileiros o problema da Espanha. Foi também capaz de que um romance de assunto galego – *Os dois* – tivesse aceitação no mercado brasileiro. A publicação em 1941 em, de Santiago de Chile, de uma segunda edição, traduzida ao espanhol, de *Angústia das nossas horas*, com o título *La*

⁵⁸⁹ Álvaro de Las Casas (1940) elabora resumos sobre as características dos reinados borbônicos, de Felipe V a Fernando VII. Nenhum governo desses reis é considerado pelo autor como positivo para a Espanha. Esta é a explicação que Las Casas (1940: 190-91) dá em relação à inadequação das ações dos Borbons para os interesses da Espanha: “No: los Borbones de ninguna manera podían encarnar los ideales de España. Eran demasiado tolerantes para comprender nuestra apasionada intransigencia, demasiado escépticos para comprender el fervor de nuestra fe, demasiado economicistas para comprender nuestro lirismo. Eran la malicia y nosotros la milicia. Nos traían espadines y nosotros lo que precisábamos eran lanzas. No entenderían jamás un epitafio como aquel que está grabado en Arras, sobre el sepulcro de uno de nuestros capitanes: *También se gana el cielo con la espada*. Fríos, ceremoniosos, eclécticos, soñaron que nos podían regir haciendo de la neutralidad lema y brújula de la dinastía, y si hay algo que al español asquea, son precisamente las posiciones neutrales”.

angustia de nuestro tiempo: la patria, la nación, la guerra, mostra-nos um autor, por um lado, que confia na qualidade da sua prosa e que crê que esse valor garante a recepção e, por outro, que crê que, logo da sua tradução, essa prosa pode ser aceita, reconhecendo-se que o seu produtor é um estrangeiro territorialmente distante, pela circunstância do exílio, do seu sistema literário natural, isto é, do sistema literário nacional.

Las Casas viu os imigrantes galegos no Brasil, e mencionou-os na sua produção, mas nem pretendeu que eles fossem os destinatários específicos dela, nem ele visou se converter em uma liderança da colônia desses seus patrícios imigrantes.

V. 4. O Brasil visto desde a Galiza em meados do séc. XX

Passados cinco anos do falecimento de Álvaro de Las Casas, publicou-se em Santiago de Compostela⁵⁹⁰ o estudo *Brasil, la gran potencia del siglo XXI*, classificado, no início do texto da sua orelha, como:

el primer libro español sobre un tema de tanto interés como la estructura geoeconómica del Brasil y sus futuras posibilidades. [...] Dado el interés intrínseco del temario y su completa documentación, es indiscutible que esta obra viene a llenar una amplia laguna en la actual bibliografía española de estudios geográficos y económicos (Meijide, 1957).

A obra teve duas edições, 1955 e 1957⁵⁹¹, e foi editada pela Porto y Cía Editores. Nesse texto da orelha indica-se que no livro “se plantean las principales cuestiones de carácter geográfico, demográfico y económico que proporcionarán al público de habla

⁵⁹⁰ Em 1959, o Instituto Español de Emigración publicou em Madri um folheto de 24 páginas intitulado *Esquema de Brasil* (Ferraz; Gómez, 1959) no qual se assinalavam, aos candidatos a imigrantes no Brasil, as características gerais do país. A obra divide-se em onze seções (Un poco de historia, Situación y clima, Régimen político y población, Lengua – Religión – Enseñanza, La economía brasileña, Transportes y vías de comunicación, Resumen de la Legislación Laboral, Salarios y empleos, Coste de la vida, Otros datos de interés, Direcciones útiles). Na obra há dois mapas, um mapa do mundo e um mapa político-económico. No primeiro traça-se a via normal de chegada ao Brasil, a qual parte da Galiza e vai até o Rio de Janeiro. No segundo indica-se que a “futura capital federal” é Brasília. A seção “Un poco de historia” começa na descoberta “El Brasil fue descubierto por Vicente Yáñez Pinzón, que, desviado por una tormenta, arribó al cabo San Agustín, cerca de Pernambuco, el 26 de enero de 1500 y siguió rumbo al Norte cruzando las bocas del Amazonas” (Ferraz; Gómez, 1959: 3) e encerra-se com uma referência à proclamação da República: “No obstante la buena gestión de este monarca, las ideas republicanas, que se habían ido extendiendo por el país, culminaron en un movimiento que proclamó la República Federal en 1889, sin derramamiento de sangre” (Ferraz; Gómez, 1959: 4). Na seção “Otros datos de interés” informa-se da documentação e do procedimento necessários para que o imigrante espanhol legalize a sua presença no Brasil.

⁵⁹¹ Cotejamos ambas as edições e observamos que a de 1957 é uma reedição, sem a menor alteração, da de 1955, coincidindo, inclusive, em ambas, a paginação. Citamos pela edição de 1957, pois foi a primeira que obtivemos. O nosso exemplar de 1955 encontra-se sem a capa original, ao haver sido re-encadernado, havendo perdido também as orelhas.

española una visión clara y al día de la gran nación del mundo hispanoamericano” (Meijide, 1957)⁵⁹².

Observa-se que, na elaboração de *Brasil, la gran potencia del siglo XXI*, o autor, o professor e historiador Antonio Meijide Pardo, adotou a perspectiva de um ensaísta, recorrendo a uma ampla bibliografia⁵⁹³ sobre geografia e economia do Brasil que ele relaciona entre si e interpreta, para concluir, já no prólogo, que:

Una nación-continente, de 56 millones de habitantes y que crece a razón de un millón de almas por año; un vastísimo territorio que incluye tierras inexploradas y ocupadas por tribus de indios salvajes, en contraste con núcleos urbanos superavanzados; un inmenso escenario pleno de contrastes geofísicos; un pueblo de diversas estirpes étnicas, pero unido y homogéneo hoy con naturalidad,

⁵⁹² Nesses mesmos anos, concretamente em 1958, Manuel Fraga Iribarne dedicou um amplo ensaio ao retrato do que ele qualificou como “impressionante realidade brasileira”. Fraga (1971: IX) informa que esse texto fora escrito em 1958 como prólogo à obra *Las Constituciones del Brasil*, do juriconsulto brasileiro Cavalcanti. Nós consultamos esse trabalho na versão ampliada dele que constitui o VI capítulo, intitulado El Gran Brasil, da obra *Sociedad, política y gobierno en Hispanoamérica* (Fraga, 1971: 277-323). Trata-se de um estudo em que se recopilam, justapõem e interpretam dados da abundante bibliografia à que recorreu o autor para compreender e criticar a formação da sociedade brasileira, desde a descoberta até finais da década de 1960. Fraga deteve-se na compreensão do surgimento e da construção da consciência nacional brasileira que permitira a integração harmônica, nos mesmos campos, de indivíduos de diversas origens étnicas, extrações sociais e idiossincrasias. Ele, embora dedicasse uns parágrafos a salientar a importância da União Ibérica para a ampliação, defesa e consolidação das fronteiras brasileiras, salientando, nesse sentido, a intervenção de Fadrique de Toledo na recuperação da Bahia e a anulação do disposto pelo Tratado de Tordesilhas, só mencionou a imigração espanhola ao estabelecer a percentagem de 12% para o peso dessa presença dentro do 44,4% da população branca que compunha o país. Em outro texto, de 1965, intitulado Brasil en el concierto de los pueblos iberoamericanos, que faz parte do livro *Horizonte español* (Fraga, 1968: 150-59), Fraga estudara também o processo da formação social do Brasil. No item La integración histórica de la sociedad brasileña, contrastou os alicerces agrícolas e patriarcais, e a escravidão, no Brasil com as estruturas sociais do Sul dos Estados Unidos e visou a compreensão do princípio de unidade interna, e da consciência de diferenciação frente aos outros, de um povo – o brasileiro – que se destaca pela sua grande variedade “multicromática”. Fraga então concluiu que o desenvolvimento das potencialidades e a solução dos problemas inerentes à evolução da raça que surgisse do “crisol multicolor”, em efervescência cultural, do povo brasileiro dependeriam do traçado de uma linha política firme e realista, herdeira das experiências e dos ensinamentos do Estado Novo.

⁵⁹³ A bibliografia usada e citada por Meijide é composta por 180 títulos de livros. Mais da metade deles são produtos publicados em português no Brasil, embora também haja bastantes obras publicadas em inglês e em francês. Há alguns títulos em espanhol e em italiano. Os títulos em espanhol foram, quase todos, publicados ou em Buenos Aires ou na cidade de México. Só sete desses produtos foram publicados na Espanha; trata-se ou de obras estrangeiras sobre o Brasil traduzidas ao espanhol, ou de títulos, de autores espanhóis, cujo conteúdo, só tangencialmente, tinha a ver com o Brasil: P. Deffontaines, *El Brasil, la tierra, el hombre* [Barcelona, 1944]; F. Maurette, *Los grandes mercados de materias primas* [Barcelona, 1944]; R. de Mendoça, *Breve historia del Brasil* [Madrid, 1950]; E. W. Shanahan, *América del Sur. Geografía económica y regional* [Barcelona, 1950]; A. Zischka, *Países del futuro* [Barcelona, 1950]; J. L. Peña Suárez, *El petróleo en Hispanoamérica* [Madrid, 1953] e M. Fuentes Irurozqui, *El bloque económico hispanoamericano* [Madrid, 1953]. Além desses livros, fazem também parte da bibliografia 34 periódicos, com, proporcionalmente, uma semelhante distribuição à dos livros em relação à língua e ao lugar de publicação. Além de *El Brasil; riquezas posibilidades*, [Gonçalves, 1948], há uma outra obra em língua espanhola que aborda um conteúdo e possui uma estrutura semelhantes ao livro de Meijide. Trata-se da obra *El Brasil moderno*, do argentino “R. Sáens” [Ricardo Saenz Hayes] (Buenos Aires, 1942).

ineludiblemente ejercerá un descollante papel en el mundo futuro. BRASIL SERÁ LA GRAN POTENCIA DEL SIGLO XXI (Meijide, 1957: IX).

No texto, não assinado, da aba (Meijide, 1957), o único que, se supõe, não é da autoria de Meijide Pardo, oferece-se um resumo do conteúdo e um esboço da estrutura da obra. Indica-se que nela, em primeiro lugar, se descrevem os fundamentos geofísicos e as bases demográficas do Brasil e, em segundo lugar, se analisa, desde a descoberta, o ritmo evolutivo da economia brasileira, além da colonização, o povoamento, os grandes espaços geoeconômicos, os “ingentes” recursos naturais, os avanços na industrialização e a geografia dos transportes. Por último, salienta-se que a obra oferece uma “exégesis” sobre o “poderio industrial” e a “capacidad de absorción humana” do Brasil, país do qual se informa que “se ha convertido virtualmente en la verdadera ‘tierra de promisión’ de la segunda mitad del siglo XX”.

O conteúdo dessa obra de Meijide Pardo não mostra, em nenhum momento, uma observação *in loco*, por parte do autor, da realidade brasileira de meados do séc. XX. O autor limitou-se a expor os dados que selecionara e retirara das fontes biográficas que citava, e a valoriza-los com entusiasmo. Embora seja certo que se trata do primeiro ensaio espanhol cujo assunto era, exclusivamente, as condições geoestratégicas do Brasil, deve-se também considerar que, em 1946, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil publicara, no Rio de Janeiro e em língua espanhola⁵⁹⁴, uma obra de conteúdo análogo, com o título *El*

⁵⁹⁴ No final da obra especifica-se que a versão em espanhol foi uma “Publicación hecha por el Rotary Club de Río de Janeiro para la 39ª Convención Anual del Rotary Internacional, con permiso especial del Excmo. Sr. Dr. Raul Fernández, Ministro de Relaciones Exteriores del Brasil” (Ministério das Relações Exteriores, 1946: 277). Esse esclarecimento complementa, mas também em parte contradiz, o exposto pelo ministro *ad interim* Samuel de Souza Leão Gracie, quem justificara, em forma de prólogo, que “En el deseo de dar una mayor expansión a los datos que contiene el libro, y como un gesto de confraternidad hacia los pueblos hispano-americanos, el Ministerio de Relaciones Exteriores ha dispuesto la edición en español, que hoy ve la luz” (Ministério das Relações Exteriores, 1946: 5). Esse esclarecimento também contradiz parcialmente o assinalado pelo diplomata Carlos Alberto Gonçalves, no outro prólogo do livro, em que se assinalava que “Por primera vez aparece esta obra en español. Desde 1930, viene apareciendo regularmente con el propósito de hacer conocer las riquezas del país y suministrar indicaciones sobre sus múltiples posibilidades. [...] La acogida que viene mereciendo este libro desde su aparición, cuando lo iniciamos, nos alienta para redoblar los esfuerzos para que las sucesivas ediciones correspondan cada vez con mayor amplitud al propósito de hacer que el país sea cada vez más y mejor conocido en el exterior” (Ministério das Relações Exteriores, 1946: 6). Temos, portanto, duas aparentes reivindicações da responsabilidade pela publicação da versão em espanhol de *O Brasil*. Deve-se entender que a versão em português era da autoria do Ministério das Relações Exteriores e que a tradução ao espanhol foi uma iniciativa promovida e custeada, sob a permissão desse Ministério, pelo Rotary para o evento acima assinalado. É preciso levar também em consideração que o tempo gasto na tradução e na edição da obra fez com que, ao assinar o prólogo, Samuel de Souza Leão Gracie indicasse que ele era o Ministro interino das Relações Exteriores (Período: 25.07.1946 a 12.12.1946), embora esse cargo, no momento do lançamento da publicação, fosse ocupado por Raul Fernandes (Período: 12.12.1946 a

*Brasil; riquezas, posibilidades*⁵⁹⁵, citada por Meijide Pardo e incluída na bibliografia⁵⁹⁶. No entanto, apesar de *El Brasil; riquezas, posibilidades* ser uma obra de divulgação e propaganda, no exterior, do desenvolvimento da economia brasileira e, portanto, das vantagens que o Brasil oferecia para os investidores, o seu conteúdo tem, marcadamente, um caráter descritivo e estatístico, enquanto que no trabalho de Meijide Pardo é patente a tendência desse autor à interpretação ufana dos dados que ele apresenta sobre o Brasil⁵⁹⁷. De fato, *El Brasil; riquezas, posibilidades* não é uma obra conclusiva, nem ao todo – não

31.01.1951), o indivíduo que foi efetivado por Gaspar Dutra na posse do cargo durante o mandato deste como presidente da República.

⁵⁹⁵ Em nota introdutória assinada no Rio, aos 28 de outubro de 1946, o ministro das Relações Exteriores, S. [Samuel] Souza Leão Gracie justifica a publicação da obra, em língua espanhola, como se segue: o “Itamaraty da a conocer, cada año, los datos más interesantes de la vida brasileña en sus diversos aspectos: población, economía, agricultura, ganadería, industrias, riquezas minerales, comercio interno y externo, así como sus instituciones. Este libro ha tenido una creciente aceptación por la amplitud de sus informaciones. Más que un cuadro estadístico, es un panorama de la vida nacional. A través de sus páginas se ven la situación y la marcha ascendente de un país que progresa gracias a la labor tesonera. El ritmo de ese progreso se ha ido acelerando, en el curso de pocos años que revelan realizaciones positivas, y ha de cobrar mayor aliento ahora que el horizonte internacional se va despejando, después de la conflagración mundial, y esta circunstancia favorable permitirá al país concurrir con mayor amplitud a los mercados, con sus productos nobles y variados y una mayor capacidad de consumo. El Brasil todo tiene que esperar del trabajo, de la organización, de la paz. Sus grandes riquezas van aflorando; su potencial económico crece constantemente. Ya no es sólo un país del futuro, sino una realidad palpitante y progresista. Bajo la Cruz del Sur vive un pueblo, que edifica una civilización característica, aprovechando y adaptando el medio. En el deseo de dar una mayor expansión a los datos que contiene el libro, y como un gesto de confraternidad hacia los pueblos hispano-americanos, el Ministerio de Relaciones Exteriores ha dispuesto la edición en español, que hoy ve la luz” (Ministério das Relações Exteriores, 1946: 5). Em *El Brasil, riquezas, posibilidades*, por um lado, não se especifica a autoria; só se indica que se trata de uma publicação do Ministério das Relações Exteriores, embora, pelo conteúdo da nota que abaixo se reproduz, se possa inferir que ao diplomata Carlos Alberto Gonçalves fora encomendada a organização ou a coordenação da obra. Por outro, não consta o responsável pela tradução. No entanto, na versão em inglês desse mesmo ano [1946] – *Brazil - resources, possibilities, development, stat* – sim consta o nome do tradutor – J. Knox – e sim se assinala uma autoria específica – Carlos Alberto Gonçalves, havendo três prólogos, um do próprio Gonçalves, outro do ministro S. Souza Leão Gracie e o terceiro do cônsul Moacyr Briggs. A versão em inglês tem o mesmo número de páginas que a espanhola – 280 – e as mesmas características tipográficas (ambas as versões foram editadas no Rio pela Gráfica Ouvidor, em *papel cuchê*, formato 16x23 cm, ilustradas com fotos em preto e branco e gravuras aquareladas, protegidas com papel de seda japonês, sobre minerais, animais e vegetais do Brasil, havendo, no final, um mapa desdobrável a cores sobre as *Principales Riquezas* [*Principal Resources*] do Brasil, medindo 45x60 cm). Em uma nova edição em português – atualizada –, feita em 1955, *Brasil, situação, recursos, possibilidades*, Carlos Alberto Gonçalves consta como o organizador.

⁵⁹⁶ Meijide Pardo cita *El Brasil; riquezas, posibilidades* adjudicando a autoria da obra a “G. A. Gonçalves” e datando-a em 1948. Na verdade, o nome desse indivíduo era “Carlos Alberto Gonçalves” e, na obra, ele não consta como autor, sendo a autoria assumida pelo Ministério das Relações Exteriores, podendo-se interpretar que a Carlos Alberto Gonçalves coube coordenar e organizar essa publicação. Acreditamos, pela datação dos prólogos, que a obra ficou pronta em 1946 embora fosse apresentada na 39ª *Convenção do Rotary International*, celebrada no Rio de Janeiro, em 1948.

⁵⁹⁷ Uma clara intenção divulgadora, e propagandística, tivera a obra *El Brasil industrial en 1940*, publicada, no Rio de Janeiro, pela Indústria do Livro, no ano do título, em atenção à Exposição da indústria brasileira em Buenos Aires. Fora organizada por José Jobim (1940). Continha um panorama da evolução industrial brasileira, dividido nas seguintes seções: Alimentos; Indústria manufatureira; Indústria têxtil; Artigos de couro; Produtos químicos; Sapatos; Metalurgia; e Indústria do papel.

há um capítulo com uma conclusão –, nem nos seus capítulos (Formación territorial del Brasil; Formación política; Medio geográfico – Ambiente geomórfico – Ambiente climatérico; Demografía; Evolución política; Evolución económica; Situación económica; Situación social; Situación cultural; Situación financiera; Unidades Políticas), os quais se limitam a mostrar o estado da questão de que tratavam em meados da década de 1940. No tocante à imigração, são escassas as considerações contidas em *El Brasil; riquezas, posibilidades*; elas estão incluídas no quarto capítulo – Demografía –, fazendo parte do item Algunos resultados del censo del 1º de septiembre de 1940, e apresentam a imigração de europeus como um fenômeno quase encerrado, sem que se indique qualquer previsão de reativação dela ou se exponha um discurso que vise o fomento da chegada de novas massas de imigrantes europeus⁵⁹⁸.

Ao igual que *El Brasil; riquezas, posibilidades, Brasil, la gran potencia del siglo XXI* não apresenta considerações finais; de fato, termina com uma citação em inglês, tirada do informe *Economic Survey of Latin América, 1949*⁵⁹⁹. Com ela ampara-se a exposição acerca da necessidade de aumentar a produção têxtil brasileira para a satisfação da demanda interna e do mercado internacional. Essa citação, por sua vez, encerra o item “Sector

⁵⁹⁸ No item Estadística por sexo indica-se que “La menor afluencia de inmigrantes repercutió en la composición por sexo, reduciendo en algunos lugares y eliminando totalmente en otros, el excedente masculino típico de los países de inmigración”. Ressalta-se que a falta de renovação da população estrangeira se refletia no seu envelhecimento. No item Nacionalidad informava-se que, embora se tivesse, em geral, reduzido a chegada de imigrantes, estava aumentando a imigração amarela – japonesa –, a qual se caracterizava pelo seu elevado índice de nascimentos. Punha-se como exemplo da forte presença japonesa em alguns municípios brasileiros o caso de Marília, cidade na qual quase 20% da população era formado por japoneses natos ou por filhos de japoneses, destacando-se sobre eles que “Las ocupaciones preferentes de ellos eran las agropecuarias; de los 5.600 varones de más de 10 años, 4.400 eran de esas profesiones, siendo también notable su participación en el comercio”. Dedicar-se um item à “Asimilación demográfica”. Nele, salienta-se que o grau de assimilação demográfica e cultural podia ser medido pelo conhecimento do português por parte dos imigrantes e pelo idioma falado no lar. Essa mediação fora feita através de dados censitários; os exemplos postos, em relação à assimilação dos imigrantes e dos seus descendentes em primeiro grau, são os casos do Distrito Federal, do Paraná e do Mato Grosso. Sobre o Distrito Federal [Rio de Janeiro] menciona-se que mais da metade (53,40%) dos filhos de estrangeiros só o eram de pai estrangeiro ou de mãe estrangeira, tendo, o resto, ambos os progenitores estrangeiros. Do Panamá informa-se que “entre los brasileños naturales de 5 años y más, 5,34% emplean en el hogar un idioma distinto al portugués”, embora a maioria deles falasse correntemente o português. Sobre o Mato Grosso destaca-se que, apesar de haver 6,66% de pessoas falando no seu lar uma língua diferente do português, 4,80% dessa percentagem falava guarani, classificado como “idioma aborígen nacional”. Por último, no item Población según el color frisa-se que a imigração conseguira, diretamente ou por meio dos seus descendentes, branquear, entre 1890 e 1940, a povoação do Brasil, apesar de que também se produzira a aparição da população amarela, sem importância em 1890, e 1% sobre o total em 1940 (Ministério das Relações Exteriores, 1946: 53).

⁵⁹⁹ Trata-se de um informe que faz parte de um relatório econômico sobre a situação da economia mundial (*Economic Report. Salient features of the world economic situation*) publicado em Nova Iorque, em 1951, pelo Department of Economic Affairs das Nações Unidas.

Industrial” do último capítulo (El equilibrio autárquico y el poderío potencial) de *Brasil, la gran potencia del siglo XXI*.

As conclusões foram inseridas no Prólogo. No Prólogo, além de se indicar quais são os assuntos de que trata a obra, frisa-se que o Brasil é o “país del porvenir”. O Prólogo inicia-se com a interrogação: “¿Brasil, país del porvenir?...” (Meijide, 1957: VII) e encerra-se com a asseveração acima citada “BRASIL SERÁ LA GRAN POTENCIA DEL SIGLO XXI” (Meijide, 1957: IX).

Respondendo ele mesmo à pergunta que formula, Meijide (1957: VII) enuncia que “Más de un autor no brasileño dio este título sensacional a sus estudios sobre esta tierra, esperanza del futuro, y, en verdad, no le faltaban razones para ello”. Trata-se de uma clara alusão ao ensaio de Stefan Zweig, *Brasil, país do futuro*, de 1941. Surpreende que, nas décadas de 1940 e 1950, fossem estrangeiros os autores que se mostraram mais ufanos em relação à sorte do Brasil. Não localizamos nenhuma publicação oficial dessas duas décadas em que se emitissem pareceres tão taxativos ou se divulgassem matérias sobre o progresso do país com tanto entusiasmo. Em 1952 a Divisão Cultural do Ministério das Relações Exteriores editara, em espanhol, no Rio de Janeiro, um livro de conteúdo informativo sobre os aspectos fundamentais do Brasil (história, geografia, clima, vegetação, população, estrutura administrativa, economia, saúde pública, ensino, cultura e turismo)⁶⁰⁰. Intitulou-se

⁶⁰⁰ Na década de 1960 – em 1967 –, declarando-se, simplesmente, que a autoria era da “Embajada del Brasil”, o Itamaraty publicou em língua espanhola a obra *Imagen del Brasil*, em que constavam os endereços das embaixadas e consulados brasileiros em Hispano-América e na Espanha. Trata-se de um produto de 160 páginas com abundância de fotografias. Supõe-se que o propósito dessa publicação era a divulgação de uma imagem positiva do Brasil que servisse de incentivo para intensificar as relações comerciais. No início da obra faz-se a seguinte declaração de intenções: “Este libro pretende dar apenas una idea del Brasil, de su realidad física, de sus tradiciones, de su cultura, de sus instituciones y de su economía. Es una pequeña guía para uso de estudiantes, turistas, hombres de negocios. Como tal, no puede cubrir todos los aspectos de la mitad de un continente y de un país en constante cambio, ni contener tampoco lo que hay de esencial en el hombre brasileño: su exuberante cordialidad y alegría” (Embajada del Brasil, 1967: 7). Todavia, o discurso com que se encerra *Imagen del Brasil* mostra o segundo objetivo da obra; este era o de informar que, nas repartições internacionais do país, os investidores seriam assessorados sobre como materializar os seus planos. Eis esse texto: “Son muchas las posibilidades de negocios con el Brasil. Las Embajadas y Consulados brasileños, a través de sus Secciones de Promoción Comercial, están capacitados para dar informaciones sobre los productos brasileños y para orientar a quienes deseen comerciar con el Brasil, ya que disponen de catálogos y folletos sobre una gran variedad de productos” (Embajada del Brasil, 1967: 157). *Imagen del Brasil* contém as seguintes seções: La tierra; La historia; Las ciudades; Las instituciones políticas; La educación y la cultura; e La economía. No item dedicado à população, na seção La Historia, sintetiza-se como se segue a evolução da imigração no Brasil: “La parte más antigua de la actual población brasileña se deriva de los elementos indígenas, portugueses y africanos que se cruzaron desde el comienzo de la formación del país. Posteriormente, se sumaron a esos elementos los grandes contingentes de inmigrantes que, a su vez, comenzaron a mezclarse a partir prácticamente de la segunda generación. Entre 1822 y 1963 llegaron al país

El Brasil, aspectos de interés general (1952); nele, as asserções mais orgulhosas restringem-se a destacar as vantagens que o governo brasileiro, através do Conselho de Imigração e Colonização, oferecia ao colono (*El Brasil, aspectos de interés general*, 1952: 16) e a frisar os grandes atrativos turísticos do país:

Brasil ofrece al visitante incomparables bellezas. Sus playas, los rincones de sus montañas y florestas, despiertan la admiración de los que llegan a ese país, uno de los más pintorescos de la tierra. La comodidad que ofrecen los balnearios y el interés de las ciudades históricas atraen una corriente continua de turistas en todas las épocas del año (*El Brasil, aspectos de interés general*, 1952: 56).

No Prólogo, Meijide argumenta que o Brasil, havendo consolidado, já em 1955, a sua posição entre as primeiras nações do mundo, e tendo o “mayor espacio potencial de territorio útil del globo”, converter-se-ia na grande potência no séc. XXI como consequência, por um lado, de a sua economia haver superado a sua “antigua timidez colonialista” na Segunda Guerra Mundial, durante a qual houve restrições ao comércio exterior, e, por outro, de a sua ampla “estructuración geofísica” ser “capaz” de tudo. Ambos os motivos possibilitariam a exploração de “cuantiosos recursos geoeconómicos” – minerais, florestais, hidroelétricos e agropecuários – e, portanto, o desenvolvimento industrial amplo e autônomo. Essa exploração e o consequente desenvolvimento seriam favorecidos pela circunstância de estarem, em “plena fiebre de crecimiento”, as bases espirituais e demográficas nacionais ao longo de um território imenso, “demográficamente vacío”. A única carência que assinala Meijide é a de que, apesar dos benefícios proporcionados pelo avanço econômico, patente a meados do séc. XX, ainda não se conseguira nem a plena auto-suficiência econômica nem a melhora da qualidade de vida do povo brasileiro, processos cujo termo ele acreditava que só se poderia alcançar a longo prazo, embora já existissem “significativas y esperanzadoras perspectivas”. Assim se tratando, Meijide julga de sumo interesse o estudo da experiência brasileira, a qual ele crê que terá “repercusiones vitales en muchos otros países del bloque de naciones hispanoamericanas e incluso influirá en el futuro del África tropical vecina”.

más de 5.635.000 inmigrantes. Los contingentes más importantes fueron portugueses (1.777.000), italianos (1.624.000), españoles (719.000), alemanes (260.000), japoneses (243.000), rusos (126.000), libaneses, sirios, austriacos, griegos, norteamericanos, polacos, rumanos, ingleses, lituanos, suizos, holandeses, belgas, suecos, etc.” (Embajada del Brasil, 1967: 39). Essa síntese evidencia que *Imagen del Brasil* não tencionava animar a chegada de novos imigrantes ao país. Nessa altura – 1967 – o interesse do Brasil parecia já só ser o aumento do investimento, no país, de capitais estrangeiros.

Alicerçando a justificativa do livro nesse interesse, Meijide informou que se propusera estudar a geografia econômica do Brasil com a maior amplitude possível e que recopilara as informações obtidas, durante esse estudo, no livro que apresentava. Diz que, no livro, acompanha essas informações do seguinte:

cuadros estadísticos comparativos de los períodos fundamentales, como son los años anteriores a la gran crisis de 1939-45 y los recientes períodos normales, para así mejor expresar las diversas tendencias y la capacidad progresiva de la economía brasileña en su marcha evolutiva, y también como demostración y exégesis de los ejercicios económicos de última actualidad (Meijide, 1957: VIII).

Frente a Zweig, Meijide Pardo não avalia o Brasil a partir da sua experiência pessoal. Se, por um lado, o título da obra e o Prólogo, constituem, por si, exemplos contundentes da tendência do autor ao uso de juízos de valor, por outro, estes, ao longo do livro, não são consequência de pesquisas de campo realizadas por ele, ou da análise de dados por ele obtidos, senão da sua interpretação da ampla bibliografia que consultara.

Meijide não insere impressões de viagem nem avalia os campos sociais do Brasil através dos contatos pessoais marcados com alguns dos seus agentes, ou através de vivências casualmente tidas com cidadãos brasileiros no dia-a-dia de uma estadia no país. *Brasil, la gran potencia del siglo XXI*, adquire, assim, a feição de um estudo descritivo científico embora esteja transpassado pelas exposições dos comunicados que o autor recebeu dos textos que manejou.

O livro está estruturado em dez capítulos (El marco físico; Las bases demográficas; La colonización y el poblamiento; La evolución de la economía; Los grandes espacios geoeconómicos; La explotación del suelo; Minerales y recursos energéticos; La expansión industrial; Geografía de la circulación; e El equilibrio autárquico y el poderío potencial) que visam a justificação do título do produto e a conclusão que permeia o prólogo, pois neles são fornecidos e glosados os dados que permitem o autor enunciar que o Brasil tem recursos suficientes para, se administrado com eficiência e auxiliado com a mão-de-obra estrangeira, continuar se desenvolvendo e se transformar em uma grande potência econômica alternativa para a humanidade quando o resto do mundo entre no que Meijide considera uma inevitável crise destruidora⁶⁰¹.

⁶⁰¹ Meijide situa no Brasil uma das taboas de salvação para a humanidade quando estoure a nova guerra mundial que ele augura: “Europa ha sufrido dos terribles guerras en una generación y presente la tercera; en

O autor, por conseguinte, recomenda o Brasil como destino promissor em ofertas de trabalho, para operários e técnicos, e como um investimento rentável para os capitais, e indica que essa escolha do Brasil já estava acontecendo a meados do séc. XX: “Toda una falange de especialistas (geógrafos, demólogos, economistas, etc.) y una decisiva parte del elemento migrante – capital y trabajo – dirigen su preferencia hacia el Brasil, que se convierte así en la verdadera tierra de promisión de la segunda mitad del siglo XX” (Meijide, 1957: VII).

Brasil, la gran potencia del siglo XXI é um livro extenso, de 410 páginas, que reúne fartas informações sobre a história geoeconômica do Brasil. O primeiro dos capítulos mencionados é o menor – 15 páginas –, mas é o que melhor reflete o otimismo do autor em relação ao futuro do país. Assim se observa nos itens em que esse capítulo se divide: Inmensidad territorial, Simplicidad física, Diversidad climática, Variedad y exuberancia de vegetación e Grandes sistemas fluviales. Essas quinze primeiras páginas mostram duas constantes em toda a obra. Em primeiro lugar, observa-se, nelas, a preocupação de Meijide por fundamentar bibliograficamente a sua exposição, pois só nessas páginas há remissões a 28 títulos de livros e periódicos. Em segundo lugar, percebe-se a tendência do autor a expor a sua livre interpretação dos dados que maneja, a qual é susceptível de ser qualificada como pouco rigorosa. No primeiro parágrafo desse primeiro capítulo, logo de apresentar dados objetivos sobre a situação geográfica do Brasil e as suas fronteiras, insere a seguinte apreciação em relação ao clima e à geografia humana do país:

Casi el 90 por ciento del territorio permanece enclavado logísticamente bajo el dominio del ecuador y del trópico, lo que determina el acusado señorío de un medio climático no muy propicio para los establecimientos humanos de tipo europeo, pues el conjunto de tierras templadas equivale a un exiguo porcentaje para un cuadro geográfico que supera en un millón de km² la extensión de Estados Unidos. En este inmenso marco físico vive una población de 56 millones de almas, constituida por los descendientes de una nutrida masa de inmigrantes portugueses y de otros países de Europa, además de un pequeño efectivo de negros e indígenas (Meijide, 1957: 1).

ella radicará, a buen seguro, el principal teatro de operaciones. La creciente agitación que Asia empieza a experimentar y su resurgir económico, el atraso en que se halla África y, sobre todo, el cansancio de Europa, donde la falta de espacio, la crisis de confianza en nuevas posibilidades, el grave y permanente temor al imperialismo soviético, le merman gran parte de los magníficos rendimientos de que vivía y que le permitían actuar privilegiadamente como potencia rectora del orbe, todo ello hace volver las miradas hacia tierras de ultramar pletóricas de mejores disponibilidades y sin graves inquietudes” (Meijide, 1957: VII).

Contraditoriamente, Meijide indica, no segundo capítulo, Las bases demográficas, que o Brasil era, trás a África do Sul, a “potência” com maior população negra:

Es curioso señalar que, entre todas las potencias, Brasil es la que cuenta con la mayor proporción de negros en su ethnos (excepto la Unión Surafricana), así como entre los países hispanoamericanos (salvo Cuba). Mas, esto no significa la presencia de una latente y aguda crisis racial (Suráfrica), ni la discriminación (Estados Unidos), ni siquiera el peligro de que el comunismo explote en su provecho el antagonismo (India) (Meijide, 1957: 33).

Citando uma apreciação de Zweig acerca do harmonioso convívio interétnico no Brasil, por meio da edição lançada em 1945, na Argentina, de *Brasil. País del futuro*⁶⁰², Meijide estima que, no Brasil, a heterogeneidade étnica não desembocava em enfrentamentos devido à fusão das etnias⁶⁰³, nem no estranhamento em relação ao país receptor, pois, por um lado, o trabalho, e os laços sociais derivados do seu exercício, vinculavam o adventício à pátria adotiva e, por outro, o cristianismo do elemento receptor apagava os preconceitos raciais e levava à assimilação do alienígena. Todavia, embora ele

⁶⁰² A passagem de Zweig citada por Meijide (1957: 33) é referida indicando-se que se encontra na p. 16 da edição argentina mencionada (Zweig, 1949). Ela corresponde-se com as p. 7-8 da edição brasileira que manejamos (Zweig, 1960). Na tradução ao castelhano, dessa edição Argentina, a passagem é a seguinte: “De acuerdo con la posición europea, habría que suponer que esos grupos se enfrentan mutuamente de un modo adverso; los primeros venidos con los recién venidos, los blancos contra los negros, americanos contra europeos, morenos contra amarillos; habría que suponer que mayorías y minorías se hallasen en lucha constante por sus derechos y privilegios. Y, asombradísimo, se observa que todas estas razas, visiblemente diferenciadas por el mero color ya, viven en la más acabada armonía y que, a pesar de su origen individual, sólo compiten en la ambición de despojarse de las peculiaridades primitivas para convertirse cuanto antes y todo lo más perfectamente posible en brasileños, en una nueva y uniforme nación”.

⁶⁰³ A população indígena, indica Meijide (1957: 33-35), foi submetida ora por meios pacíficos – “misiones religiosas” – ora pela violência – “bandeirismo” – e, na sua maior parte, fusionou-se com os colonizadores através da mestiçagem e da desintegração das suas culturas tribais. Estima o autor que havia entre um e dois milhões de índios, mas acreditava que esse número diminuiria “por la simple y pura extinción natural o en virtud del mestizaje”. O “elemento” branco é qualificado como o mais importante da composição racial brasileira, “tanto por su valor en sí como por su volumen numérico”; o autor, além do mais, especifica que “ahora” a proporção desse elemento atingia 62% da população e era composto por mais de 35 milhões de indivíduos. Para Meijide, todo o “elemento” branco do Brasil foi composto pelos imigrantes, pois, na sua interpretação eram imigrantes todos os europeus assentados no Brasil desde a sua descoberta: “Esta inmigración de estirpe europea, iniciada con el descubrimiento (portugueses), culminó en la segunda mitad del siglo XIX (latinos, eslavos, germánicos, etc.) y primeros decenios del siglo XX (amarillos y de países mediterráneos). Sólo en el último período álgido de la inmigración, en la próspera etapa a caballo de dos siglos, su volumen numérico significó nada menos que una aportación de 4 millones de almas a la demografía brasileña” (Meijide, 1957: 36). Sem, desta vez, remeter a nenhuma fonte, o autor enuncia que, durante o período colonial, as autoridades portuguesas mantiveram um “criterio liberal” em relação aos forâneos que fez com que se admitisse o assentamento no Brasil de colonos não portugueses enquanto fossem católicos, pois, na opinião do autor, “era fundamental la condición de cristiano, mientras que las circunstancias de nacionalidad o raza se estimaron como secundarias”. Trás o elemento branco, o indicado como o segundo quantitativamente mais importante foi o mestiço, ao estar composto por 14 milhões de indivíduos, divididos por Meijide entre mulatos e caboclos, estes últimos apontados como um paradigma da brasilidade. O autor salienta que as razões da “supervivencia de este nutrido grupo racial” eram o alto coeficiente de natalidade e a resistência física às doenças endêmicas tropicais.

assinala que, no Brasil, predominou o convívio cordial entre as etnias que o foram povoando e que a consequência desse *modus vivendi* era a fusão delas, salienta que o “elemento” branco tinha crescido a cada ano desde a última década do império e que, portanto, pelo “dinamismo demográfico”, seriam os brancos os que prevaleceriam.

O autor assinala que a densidade de povoação no Brasil era muito baixa e que os coeficientes dessa densidade eram tanto mais baixos quanto mais se distanciavam do litoral. Indica que, apesar de os habitantes do Brasil provirem de raças diferentes, criara-se no país “um tipo étnico uniforme” (Meijide, 1957: 31), ao qual contribuiu, com determinação, a imigração européia, cuja história no Brasil Meijide redigiu considerando que esta se iniciara com a descoberta. Ele sublinhou a contribuição dos imigrantes para a colonização e para o decorrente “progresso espiritual e econômico”, destacando a rápida integração dos imigrantes no povo brasileiro (Meijide, 1957: 42). O autor discriminou a imigração em cinco grandes “estirpes” ou *stocks* – portugueses, italianos, espanhóis, alemães e japoneses –, baseando-se no aporte quantitativo. Caracterizou cada uma dessas estirpes de imigrantes por períodos de chegada, pela sua distribuição nos estados do Brasil, e pelas atividades econômicas que assumiam. As referências ao *stock* espanhol são, se comparadas com as dedicadas aos outros principais grupos de imigrantes, especialmente sucintas, ocupando só um parágrafo⁶⁰⁴, o mesmo espaço que o autor dedica aos japoneses, indicando-se só a importância quantitativa do contingente humano e a sua distribuição geográfica, para

⁶⁰⁴ A descrição de Meijide da imigração espanhola no Brasil não se segue de nenhuma referência bibliográfica, ao contrário da relativa aos imigrantes alemães, italianos e japoneses, na qual Meijide acompanha as informações que fornece com citações e notas de rodapé de trechos extraídos da bibliografia específica dessa outra imigração. Ele não indica em que informações se baseia para enunciar que a colônia espanhola no Brasil é “una de las colonias más consideradas y que gozan de mejor posición social”. Contudo, quando o autor assinala que os espanhóis no Brasil constituem quantitativamente o terceiro contingente de imigrantes ele remete para um quadro estatístico – o Cuadro 18/ Reparto aproximado de inmigrantes entre 1884 y 1950 (en millones) –, no qual consta o cálculo de 630 mil espanhóis chegados, no período, ao Brasil e a percentagem de 13,5% sobre o total de imigrantes recebidos pelo país. O quadro não é acompanhado por referências autorais e acreditamos que foi elaborado por Meijide a partir de dados retirados dos anuários estatísticos do Brasil. O parágrafo que dedica à imigração espanhola é o seguinte: “La inmigración española durante el período 1884-1950 equivalió a casi la mitad del porcentaje asignado a italianos y portugueses. Los años de máxima aportación fueron 1891 (22.146 entradas), 1893 (38.998), 1896 (24.154) y los del período de 1904 a 1907. Esta inmigración decayó posteriormente, hasta que en tiempos recientes se anotó un sensible aumento (Cuadro 18). Los españoles se dirigieron con predilección a los estados del Sur, y en menor cuantía a Río de Janeiro y Minas Gerais. En el Estado de São Paulo son ahora en número cercano a los 400.000 (frente a un contingente de 70.000 que radican en la capital federal y zonas satélites), y la colonia española se clasifica a continuación de la italiana, superando a las otras tres minorías étnicas más nutridas (portuguesa, nipona y siriolibanesa), contribuyendo con su esfuerzo al progreso nacional y siendo una de las colonias más consideradas y que gozan de mejor posición social” (Meijide, 1957: 44).

concluir que os espanhóis no Brasil contribuíram “con su esfuerzo al progreso nacional”, pois conformaram “una de las colonias más consideradas y que gozan de mejor posición social” (Meijide, 1957: 44). Acreditamos que a brevidade e a superficialidade da apreciação que faz Meijide sobre os imigrantes espanhóis se deve ao fato de não ter encontrado mais dados sobre eles na bibliografia que consultou. Essa bibliografia só permitiu que o autor preenchesse de informações sobre a história econômica do Brasil os capítulos em que estruturou o seu produto. Ele cingiu a sua exposição, sobre cada um dos temas que considerou relevantes para a justificativa da sua conclusão a respeito do porvir do Brasil, à reprodução e interpretação dessas informações. Devido às restrições que lhe impunha a bibliografia – livros e periódicos – que manejava, não pôde aprofundar em nenhum aspecto concernente à imigração espanhola. Essa lacuna, que podia haver sido preenchida com notícias publicadas em periódicos, documentos das relações bilaterais entre a Espanha e o Brasil e observações *in loco*, impediu que Meijide pudesse assinalar exemplos do sucesso econômico alcançado pelos espanhóis na colonização do interior do país e nos trabalhos da indústria e que indicasse como se produzia a adaptação dos espanhóis aos campos sociais brasileiros. Ele, logo de salientar o cuidado que era preciso manter na introdução de imigrantes no Brasil para não se pôr em perigo o “sentir nacionalista del pueblo brasileño”, encerra o capítulo Las bases demográficas com uma citação, não comentada, da obra de P. George [1951: 276] intitulada *Introduction a l'étude géographique de la population du monde*. Nela, as percentagens de conservação da língua materna e de adoção da língua portuguesa, entre a população de imigrantes europeus, e de filhos de imigrantes, no Rio Grande do Sul e em São Paulo, são apresentadas como índice da integração dos estrangeiros no Brasil, apesar de que se trata unicamente de imigrantes alemães e italianos.

Meijide escreve *Brasil, la gran potencia del siglo XXI* na primeira metade da década de 1950, quando a emigração espanhola ao Brasil estava de novo deslanchando após um período – 1931-1948 – de insignificantes chegadas em comparação com o ritmo de emigração ao Brasil que se mantivera desde a década de 1880 até 1930. Ele expõe que essa diminuição não estivera relacionada com a situação econômica do Brasil nesse período; segundo ele, ela devera-a, sobretudo, à política marcada no Estado Novo, na qual se estabeleceu a nacionalização do trabalho urbano e agropecuário em favor do sujeito nativo, criando-se, em decorrência disso, critérios restritivo-seletivos através de quotas que

desanimaram a vinda de mais imigrantes. O autor assevera que, no momento em que ele analisa a questão migratória, o Brasil continuava sendo um destino economicamente atraente para a mão-de-obra estrangeira devido às imensidões no interior do país, as quais ainda deviam ser colonizadas e exploradas mediante negócios agropecuários⁶⁰⁵, e ao crescimento da infraestrutura industrial. Ressalta que os governos da União presididos por Dutra e Getúlio Vargas estiveram preocupados pelo estabelecimento, a meados do séc. XX, de um programa que permitisse um fluxo de imigrantes estável e eficaz⁶⁰⁶. A esses motivos,

⁶⁰⁵ Meijide insere no final do parágrafo abaixo, no qual expõe as vantagens que reporta ao emigrante a escolha do Brasil como destino para os empreendimentos agropecuários, uma nota que remete à obra *Immigration and settlement in Brazil, Argentina and Uruguay* [p. 352, pub. “International Labor Review”, Vol. XXXV, Ginebra, 1937]. Contudo, as citações e as notas de rodapé não são, em toda a obra, mais do que uma égide que lhe permite redundar no objetivo do seu produto. Trata-se de um objetivo que já estava claramente marcado no título e no prólogo; isto é, que o Brasil, como país preparado para virar uma grande potência no séc. XXI, era um destino propício para que o trabalhador europeu obtivesse com facilidade sucesso laboral e, portanto, fortuna. Eis o parágrafo que visa o esclarecimento da cauda pela qual deve haver uma tendência migratória de mão-de-obra agrícola orientada para o Brasil: “Es evidente que, cada vez más, las grandes corrientes migratorias de procedencia europea comienzan a desviar su rumbo hacia Brasil. Con sus 8,5 millones de km² y sólo un efectivo humano de 56 millones de almas, falta mucho todavía para que el subcontinente, de tan ricas posibilidades reservistas, llegue a una saturación demográfica tan siquiera mínima. La puesta en valor de extensos espacios útiles al poblamiento, el crecimiento industrial y la proyectada “marcha para el Oeste” podrían dar ocupación laboral a millones de personas. Los expertos adscritos a la Oficina internacional del Trabajo expresaron hace años que, dentro del continente suramericano, sólo en el Brasil los inmigrantes podrían encontrar tierras fértiles en grandes cantidades, a precios suficientemente bajos para convertirse en propietarios de ellas en corto tiempo, sin aportar otro capital que su capacidad para el trabajo” (Meijide, 1957: 46). As possíveis ressalvas à visão otimista apresentada são relativizadas mediante a contrasteação entre citações de autores. Nessa contrasteação, porém, predomina sempre o amparo à perspectiva adotada por Meijide. Observa-se, inclusive, que a matização pode ser relegada a uma nota de rodapé. Nesse sentido, em relação ao conteúdo das duas primeiras orações acima transcritas, Meijide insere uma reserva parcial na nota de rodapé n. 80: “Ciertamente que la adversidad climática impera en gran parte del país, pero en el Sur templado y en muchos distritos de la Meseta domina un clima similar al que priva en Europa, y en las zonas del litoral, las frecuentes temperaturas elevadas no lo son permanentemente y raras veces ultrapasan los 39 grados”.

⁶⁰⁶ A primeira exposição de Meijide em relação ao Plano SALTE é a seguinte. Nela focalizam-se os objetivos fixados por esse plano como se eles ainda fossem alcançáveis. Deve-se reparar, no entanto, que em 1955 a parcial execução do plano demonstrara a impossibilidade de os atingir; isto é, o autor expõe umas expectativas para um prazo que, no momento da publicação da sua obra, já transcorrera, havendo-se elas frustrado: “Al finalizar la última contienda, la situación fue examinada desde otro punto de vista más liberal. En 1945 se aprobó un decreto-ley basado en principios de desarrollar las características más convenientes del ascendiente europeo en la composición étnica y protegiendo al mismo tiempo los intereses de los trabajadores brasileños: se vio claramente lo erróneo de la postura restrictiva, cuando en la entrada de 27.000 trabajadores (1947) se reveló como muy insuficiente para atender a las ingentes necesidades requeridas en materia de mano de obra, siendo anuladas parte de las cortapisas impuestas a la entrada de extranjeros al año siguiente. El Presidente Dutra auspició en 1948 una política más liberal para el emigrante, si bien el Gobierno de Lisboa, ante la posible persistencia de la discriminación laboral, tomó medidas restrictivas en la salida de emigrantes para el Brasil. Se pretende ahora realizar una intensa labor de colonización interior de acuerdo con el llamado plan SALTE. La nueva política inmigratoria buscaría el arraigo de nuevos colonos en las zonas interiores de la Meseta, favoreciendo la vitalización económica de una región conceptuada, por muchos expertos, como una de las zonas-clave del Brasil futuro” (Meijide, 1957: 48). De todas as formas, Meijide faz uma ressalva à colonização do planalto central do Brasil – dos “ricos y extensos estados de Minas Gerais,

Meijide acrescenta a preferência que havia, devido a “razones de tipo étnico y social”, pelos trabalhadores especializados ibéricos e italianos dos quais se esperava que se integrassem facilmente na nação brasileira:

Portugueses, españoles e italianos tienen sobre los demás grupos étnicos la ventaja de una más pronta identificación con el elemento receptor, mientras que el elemento germánico, anglosajón, eslavo, etc., suele permanecer más aislado por lo general. También se estima como perjudicial la entrada de personas que por sus costumbres o temperamento social son difícilmente asimilables, o de los que tratan de afincarse en las ciudades para caer en el vicio de la “empleomanía” o en actividades que suelen ser superfluas cuando no parasitarias. Por último, concédese gran importancia al fomento de la inmigración técnica o especializada (esta rigurosa postura afectiva es compartida por casi todos los “Estados Mayores” de la economía hispanoamericana), facilitando la admisión de los que pueden contribuir eficazmente al mayor progreso económico del país, por sus condiciones específicas de trabajo, sin descuidar tampoco la unidad étnica y el sentir nacionalista del pueblo brasileño (Meijide, 1957: 49).

O “vicio” da “empleomanía” de alguns trabalhadores estrangeiros significa, para o autor, a preferência, nessa mão-de-obra imigrante, pelos ofícios urbanos ou mesmo pelo desempenho de qualquer atividade remunerada nos serviços das cidades frente à labuta no campo. Para Meijide o imigrante no Brasil devia, além de ser um esforçado trabalhador, povoar e colonizar o interior. Ele, inclusive, critica os imigrantes portugueses pela sua tendência a se assentarem nas cidades e não ocuparem o espaço rural⁶⁰⁷. Apesar das restrições indicadas nessa exposição, o autor opina que se tinha que evitar “una discriminación racial a ultranza” caso se pretendesse conseguir a imigração massiva para a colonização do interior ermo, mas também indica que, se essa discriminação sucedesse, os

Goiás y Mato Grosso” –, apontando o isolamento dessa região como um grande empecilho (“el acuciante problema que plantea la extrema penuria en rutas y medios de transporte en dicho espacio geográfico”) para a realização de quaisquer projetos que envolvessem o estabelecimento de assentamentos nela. Essa crítica, porém, é relegada a uma nota de rodapé – a n. 80 –.

⁶⁰⁷ Os portugueses são criticados por Meijide (1957: 44), no parágrafo em que sintetiza as características da sua imigração, dentro do item El influjo de la inmigración, pela sua recente orientação, segundo ele, a se radicarem nas cidades brasileiras, o qual foi avaliado pelo autor como um inconveniente para a colonização do escassamente habitado interior. Meijide indica que essa tendência tinha acontecido durante a primeira metade do séc. XX, mas não sopesou quais foram os motivos que causaram essa aparente mudança na orientação seguida por esses imigrantes ao se assentarem no Brasil: “El ‘stock’ lusitano, dominante en la composición étnica de la población, constituyó desde los orígenes del descubrimiento el cimiento básico de la demografía brasileña, anulando primeramente la presencia de un efectivo aborigen, estimado de un millón a tres millones de individuos. [...] Exceptuando los períodos de 1905-07 y 1932-35, en que la primacia correspondió respectivamente a los españoles y nipones, en lo que va de siglo el elemento portugués siguió siendo el grupo étnico dominante, si bien esta aportación adoleció del inconveniente de haberse dirigido en demasía a los núcleos urbanos, en detrimento de las comarcas rurales, tan necesitadas de hombres”.

espanhóis não resultariam afetados devido à opinião pública brasileira ser favorável à sua presença⁶⁰⁸.

A ocupação das áreas sub-povoadas do interior era precisa para garantir a segurança nacional, consolidar o patrimônio natural do país e incorpora-lo ao processo de geração de riqueza. Esse infrapovoamento em algumas regiões do país existia ainda havendo uma elevada taxa de natalidade e da imigração, pelo qual Meijide (1957: 331) considerava que se devia promover a chegada de mais imigrantes e o seu assentamento no interior: “La presencia de un mayor efectivo humano fortalecería el poderío económico y político de la nación, aun luchando con las dificultades geofísicas del poblamiento interior”⁶⁰⁹. O autor expõe que a economia brasileira passava, na década de 1950, por um intenso processo de modernização, cujo início datou em 1930, “con el advenimiento al poder del gran estadista

⁶⁰⁸ A obra *Povoamento e população*, de Castro Barreto (1951: 371-72) é citada por Meijide (1957: 118) como a sua referência na constatação do apreço, existente no Brasil, da mão-de-obra ibérica e italiana, sobretudo da destinada à agricultura: “En este sentido, es curioso observar la opinión de los propios brasileños. En una encuesta oficial acerca del problema que nos ocupa, el estado de São Paulo expresaba en su informe el siguiente criterio: ‘De acordo com a opinião generalizada nos meios agrícolas, a ‘velha’ imigração de italianos, portugueses e espanhóis foi a que produziu melhores resultados e deve, portanto, ser recomendada como desejável para o Estado e para o Brasil em geral’. Mato Grosso respondeu, por su parte, que ‘a procedência deverá ser do reino da Itália, da Polônia, da Espanha e, em pequena escala, da Áustria e Hungria, e para fins de agricultura’. El estado de Espírito Santo expresaba en su informe que ‘não há dúvida de que a preferência recairia sobre os de procedência italiana, alemã e polonesa’. En fin, Bahia apuntaba que debía ampararse preferentemente la aportación foránea de Portugal, España e Italia”.

⁶⁰⁹ O Brasil era para Meijide (1957: 332-33), no momento da elaboração de *Brasil, la gran potencia del siglo XXI*, não só o principal destino para os trabalhadores europeus que decidiam emigrar senão também o espaço preferencial de povoamento recomendado pelos técnicos: “Los técnicos de la demografía dirigen su preferente atención a un país que es también meta soñada por millones de inmigrantes europeos. Estudios de postguerra acerca de las posibilidades de efectuar una emigración masiva intercontinental, beneficiando a los ‘países nuevos y de reciente colonización’ en fase de transición de la economía agraria a la vida industrial, coinciden en afirmar la enorme capacidad de absorción del Brasil, cuya captura anual de inmigrantes fortalecería grandemente su naciente dinamismo industrial”. Nesse sentido, o autor contemplava o Brasil como um país necessitado tanto de colonos para o escassamente povoado interior quanto para a incipiente indústria. O único questionamento à intensificação do povoamento do Brasil seria o do estabelecimento da quantidade mais conveniente de sujeitos que haveria que assentar no país em razão da produtividade do seu solo e dos fatores climatológicos. Para fundamentar a sua ponderação sobre a incidência no clima sobre os planos de povoamento, o autor recorreu à obra, de Max Sorre, *Les fondaments biologiques de la géographie humaine*: “Plenamente capacitado el territorio brasileño para albergar un volumen demográfico muy superior al de sus 56 millones de almas de hoy, concentradas casi exclusivamente en el litoral y zonas adyacentes, muchos expertos bien informados de sus posibilidades reservistas miran al Brasil como ideal punto de asentamiento de grandes masas humanas. Pero los técnicos no siempre se ponen de acuerdo en relación al volumen numérico de admisión potencial, insistiendo muchos en que el predominio del clima ecuatorial es un factor restrictivo de la actividad física y psíquica del hombre asentado sobre estos parajes cálidos y lluviosos. Una gran mayoría de expertos demológicos suelen dar la cifra de 700 a mil millones de almas, basándose en que el 90 por cien del país es potencialmente productivo, mientras que el famoso geógrafo alemán Penck ya hace tiempo llegaba a la cifra de 1.200 millones de individuos. Calculando sobre la base de 700 millones de habitantes, tendríamos una densidad media de 88,3, y sobre el supuesto de los 1.200 millones, se obtendría un índice de 141,1 habitantes por km²” (Meijide, 1957: 333).

Getulio Vargas” (Meijide, 1957: 108)⁶¹⁰. Ele caracterizou esse processo, qualificado como de “descolonização”, indicando a substituição das importações “de materias primas alimenticias”, as quais passavam a ter produção nacional, a expansão e diversificação agrária, a industrialização, com a conseqüente supressão da importação de manufaturas, e a intensificação da mineração. A conseqüência do sucesso desse processo fora o surgimento de um mercado interior que demandava e consumia produtos nacionais. Meijide (1957: 264-65) acredita que os imigrantes europeus contribuíam positivamente a esse mercado de consumo interno, pois, assim como, devido a eles serem um quadro técnico e uma masse de mão-de-obra, produziam os bens de consumo requeridos pelos hábitos modernos, também adquiriam esses bens com os salários recebidos, integrando-se na classe média que se conformava no Brasil desde a Revolução de 1930. Diz Meijide:

El continuo aumento demográfico, provocado por el alto índice del crecimiento vegetativo de la población, ha sido respaldado por los aportes de la inmigración europea, con una marcha ininterrumpida desde los años finales del Imperio. La inmigración, además de aportar técnicos, gerentes de empresas, etc., suministra un nutrido contingente de mano de obra y crea una sólida base para el nacimiento de una verdadera clase media, núcleo esencial del mercado interno y origen de nuevos propietarios capitalistas (Meijide, 1957: 264-65).

Os comentários de Meijide sobre o avanço da “fronteira humana” da civilização brasileira – a interiorização do povoamento – em paralelo com a exploração econômica do país, isto é, o ensaio de Meijide sobre a história geoeconômica do Brasil, partem da divisão do território em capitanias hereditárias e detêm-se no Plano SALTE. O plano de transferência da capital federal e o início da construção de Brasília, a qual mobilizaria à

⁶¹⁰ Abundam no texto de Meijide os comentários favoráveis às diretrizes da primeira presidência de Getúlio Vargas. No cap. IV – La evolución de la economía – faz-se o seguinte julgamento a respeito dos resultados do planejamento econômico estabelecido durante essa administração: “Estos éxitos se dejaron sentir sobremanera a partir de 1930, cuando, al frente de un Gobierno que duraría quince años, Getulio Vargas inició una acertada política de realizaciones en pro del desarrollo industrial y liberando a la economía de la práctica monocultivista, sistema que durante siglos había sometido al país al duro cautiverio de los precios mundiales. Se establecieron las bases para una economía planificada, pluralista, que los propios brasileños calificaron de ‘economía equilibrada’, porque reposaba en la diversificación agraria, en el fomento de la siderurgia y en el desarrollo de los recursos minerales” (Meijide, 1957: 110). No cap. VIII – La expansión industrial –, ao se referir Meijide (1957: 278) ao aumento da produção brasileira de ferro fundido, salienta que este foi possível “gracias al impulso dado a los parques industriales durante la etapa gubernativa de Getulio Vargas”. Nesse capítulo, na sua caracterização da indústria pesada de Volta Redonda, Meijide (1957: 279) diz que essa “superfábrica de acero del continente” imortalizará o governo do Presidente Vargas. No item Las rutas férreas do cap. IX – Geografía de la circulación – Meijide (1957: 304) louva as nacionalizações das ferrovias efetuadas pelo primeiro governo de Vargas: “El Presidente Vargas aceleró el programa pronacionalización y, durante su fructífera gestión gubernativa, diversas empresas controladas por el capital inglés pasaron a poder del Estado y también se liquidaron los intereses de Francia en los ferrocarriles brasileños”.

afluência, ao Planalto Central do Brasil, de centenas de imigrantes espanhóis, não são mencionados na obra. Mesmo que isso fosse impossível na primeira edição, porque em 1955 ainda não se iniciaram os trabalhos de construção (a Comissão de Localização da Nova Capital Federal, criada em 1953, só escolheu o local definitivo aos 15 de abril de 1955), na reedição de 1957 já poderia ter sido inserida a menção à transferência do DF, pois o edital do Concurso do Plano Piloto fora publicado no DOU de 30.09.56. Todavia, a restrição bibliográfica de Meijide acima comentada impediu-lhe remeter-se a informações em que se analisasse o processo de transferência. Em 1955 ainda não havia livros ao respeito, embora sim numerosos artigos periodísticos e farta documentação oficial, textos aos que, no entanto, Meijide não recorreu. Para entender esse lapso informativo, que teria valido ao interesse do autor na divulgação das oportunidades de trabalho aproveitáveis para a mão-de-obra espanhola que se deslocasse ao Centro-Oeste brasileiro, é preciso também ter em conta que a reedição de 1957 não se corrigiu nem aumentou o texto da edição de 1955.

Do capítulo III ao IX predomina a exposição e o comentário das informações da bibliografia que Meijide selecionara. Em todos eles segue-se a mesma estruturação, a qual consiste em uma abertura mediante um item que contém uma síntese da matéria do capítulo, por sua vez dividida e desenvolvida em várias seções sem numerar. As sínteses iniciais funcionam como introdução e conclusão dos capítulos, pois eles se encerram com o esgotamento do conteúdo da sua última seção, a qual nunca tem uma orientação conclusiva em relação ao temário de todo o capítulo.

Assim, o capítulo III, intitulado *La colonización y el poblamiento*, começa com uma síntese homônima, seguida dos itens *Los grandes núcleos de irradiación* (o bahiano, o pernambucano, o paulista e o carioca), *El “bandeirismo”*, *La expansión pecuaria*, *La expansión minera* e, por último, *La acción evangelizadora*. Este último item abrange, cronologicamente, desde o início da catequização até a expulsão dos jesuítas e é exposto ao longo de quatro páginas com dez referências bibliográficas. O rigor bibliográfico com que age Meijide para a exposição de conteúdos não é, entretanto, óbice para que logo ele enuncie os seus juízos de valor sobre as informações que recopilara. Esse capítulo III termina com a sua valorização das causas e dos efeitos relativos à expulsão dos jesuítas:

Desgraciadamente, la acción jesuítica se detuvo en 1759, cuando el ministro Brasil – enciclopedista, marqués de Pombal – quizá con intención premeditada de quitarles el prestigio y el poder que habían

adquirido entre las poblaciones del Brasil – decretó la expulsión de los jesuitas de los dominios portugueses. Esta expulsión no afectó a los carmelitas y demás órdenes religiosas (Meijide, 1957: 80).

No capítulo IV – La evolución de la economía –, logo do item com a síntese de título homônimo, desenvolve-se uma exposição sobre a história da economia brasileira baseada em uma concepção de ciclos: o ciclo da madeira, o do açúcar, o mineiro, o sub-ciclo da pecuária, o ciclo do algodão, o do café e os sub-ciclos do fumo e do cacau. Essa exposição sobre os ciclos da economia brasileira é encerrada com um comentário valorativo acerca da história do escravagismo no Brasil, intitulado El trabajo negro y la abolición de la esclavitud⁶¹¹. Os seguintes itens são La fase de transición de la economía e El plan SALTE y la marcha hacia el Oeste. Meijide (1957: 107-08) entende que a transição econômica no Brasil se iniciou devido, inicialmente, à instabilidade dos mercados internacionais na década de 1910 e, sobretudo, ao isolamento do Brasil durante a Primeira Guerra Mundial. Essa transição consistiu na superação do “colonialismo”, baseado este nas exportações que eram permitidas por uma economia agrária concentrada em monoculturas (café, açúcar,

⁶¹¹ Diz Meijide (1957: 103-07) que o sistema escravista foi relevante no Brasil tanto pelos seus efeitos na evolução econômica da colônia e do Império quanto pelas consequências, além de econômicas, políticas e sociais que houve quando ele foi abolido, aos 13 de maio de 1888, pois, com o abandono das lavouras por parte dos 800 mil alforriados, muitos dos seus proprietários, que foram expropriados, sem compensações, da fortuna que significava esse capital humano, se arruinaram ao perderem a mão-de-obra; parte das safras imediatas inviabilizou-se, a Casa Imperial deixou de poder contar com a adesão dos grandes fazendeiros e instaurou-se a República, uma grande massa dos manumissos rurais deslocou-se às cidades na procura de serviço e habitação, inflacionando o seu custo, e uma elevada proporção dos fazendeiros empobrecidos se assentou nas cidades para se dedicar à indústria e ao comércio, fenômeno qualificado pelo autor como de “desviación proindustrial”. Ele acompanha a sua exposição de argumentos citados ou referidos que contêm doze obras sobre o tema (*História econômica do Brasil*, vol. I [Simonsen, 1937: 205], *Povoamento e população* [A. Castro Barreto, 1951: 61-73], *Sudamérica. Biografía de un continente* [E. Samhaber, 1946: 349], *História do Brasil* [J. Ribeiro, 1945: 190], *Voyage autour du monde* [I. Pfeiffer, 1868: 18], *José Maria Parachos. Vizconde de Rio Branco. Ensayo histórico-biográfico* [L. Besouchet, 1944], *História econômica do Brasil* [C. Prado Junior, 1945: 192], *Emancipação dos escravos* [Rui Barbosa, 1884], *A queda do império* [Rui Barbosa, 1921], *O império brasileiro* [Oliveira Lima, s. a.], *A revolução pacífica* [F. Gonzaga 1890], *O abolicionismo* [Joaquim Nabuco, 1938]). Meijide refere-se aos escravos negros como “materia prima” e frisa que ela produzia grandes lucros tanto aos que se dedicavam ao seu comércio quanto aos que a empregavam nas plantações e na mineração, em tal grau que ela permitira uma “gran prosperidad nacional”. No entanto, na visão de Meijide configurada a partir dessa bibliografia omite-se, ou, inclusive, nega-se, qualquer atribuição aos escravos de responsabilidade nas transformações político-sociais acontecidas no Brasil: “A pesar de la masa numérica que representaban, los esclavos no llegaron a intervenir en la emancipación política del país – al contrario de lo que ocurrió en otras colonias americanas en análoga situación –, y tampoco su fuerza social resaltó sobre la de los diferentes grupos clasistas en que se hallaba dividida la sociedad colonial. Únicamente, como fuerza ideal de trabajo, descansó sobre ellos una gran parte de la economía en ejercicio, sin que por entonces existiera un fácil sustituto. La crítica histórica reconoce haber sido el mejor arreglo a que pudieron echar mano los colonizadores, y los autores brasileños admiten el eficaz papel desempeñado por esa minoría de hombres de color, única solución factible para lograr por entonces el cultivo de las tierras y consolidar la frágil ocupación real de tan inmenso territorio [...]” (Meijide, 1957: 104).

cacau, algodão e fumo) e na importação de quase tudo o que demandava o consumo, desde as manufaturas a matérias primas como o carvão. O começo dessa superação foi possível pelo planejamento e pela fundação, no final da República Velha, de uma estrutura econômica diversificada que combinava o extrativismo, a moderna indústria pesada, a produção nacional de manufaturas e a agricultura intensiva, diversificada e mecanizada. Essa superação acelerou-se durante a Era Vargas (1930-1945), mediante, na interpretação de Meijide (1957: 108-09), três novas tendências de bom sucesso que permitiram a substituição de importações e uma maior independência do mercado externo. Estas medidas consistiram em: “1), incrementar la producción de materias primas alimenticias que antes eran objeto de onerosa importación”; “2), la expansión industrial, dirigida especialmente a la creación de una moderna siderurgia [...] y al fomento de ciertas industrias de transformación de segunda línea” e “3), la intensificación de las actividades extractivas del subsuelo”. Meijide (1957: 112-13) assinala que, na segunda metade da década de 1940, o governo brasileiro estabeleceu um triplice objetivo para acelerar o crescimento econômico e influenciar na economia sul-americana: a) a ampliação da capacidade de produção siderúrgica para satisfazer a demanda nacional e exportar ao mercado sul-americano; b) a melhora dos métodos de cultivo e a mecanização da agricultura para aumentar a produtividade e os rendimentos do setor e melhorar a alimentação da população; e c) o fomento da colonização do interior, onde havia extensas regiões “sedientas de inmigrantes y de capitales”. O último item – El plan SALTE y la marcha hacia el Oeste – dedica-o a explicar como, no Estado Novo e na presidência de Dutra, se programaram o povoamento e a colonização do interior.

O capítulo V – Los grandes espacios geoeconómicos –, comparativamente breve e marcadamente descritivo, é introduzido por uma síntese em que Meijide justifica a divisão geoeconômica do Brasil em quatro blocos – “grandes espacios” – regionais, mais adequada, na sua opinião, por ser o Brasil um “estado-continente”, que uma divisão em regiões naturais. Os quatro blocos que Meijide (1957: 119-47) estabelece e caracteriza são: “las tierras bajas amazônicas”⁶¹², “el nordeste”, “la meseta” e “el sur templado”⁶¹³. O seguinte

⁶¹² Citando um livro de Osório Nunes, *Introdução ao Estudo da Amazônia Brasileira* [Nunes, 1949: 58], Meijide (1957: 126) assinala que cumpriria aumentar a exploração agrícola da Amazônia e o povoamento da região, o qual seria fatível através da introdução de imigrantes estrangeiros, pois eles poderiam “sacudir com novos hábitos a rotina de populações quase insuladas do mundo”.

capítulo, La explotación del suelo, o mais extenso de todos (Meijide, 195: 149-222), consiste em um estudo sobre a agricultura, a pecuária e a exploração florestal contemporâneas do Brasil. Em relação à agricultura, frisando a passagem acontecida, com vistas à superação das crises cíclicas, da monocultura à diversificação agrária, e a conseqüente expansão da área semeada, Meijide desenvolve amplos estudos monográficos sobre as principais lavouras e extrações (*la gran riqueza cafetal; el cultivo algodonero; el caucho – Fordlandia y Belterra; caña de azúcar; cacao; tabaco; los cultivos alimenticios; los cultivos arborescentes; las plantas fibrosas; plantas oleaginosas y producción de aceites vegetales e la cera de carnauba*). O autor dedica um item⁶¹⁴ à análise dos dois empecilhos que estorvam o desenvolvimento da agropecuária brasileira: o predomínio do latifúndio – empecilho “social” –, que derivava no “bajo nivel de vida de la mayoría del campesinado” e a baixa produtividade – empecilho “técnico” –, causada pelo atraso dos métodos agrícolas (deficiente seleção de sementes, pouca mecanização, pouca irrigação, escasso uso de fertilizantes e de remédios contra as pragas) devido à falta de capitais⁶¹⁵, o qual acaba provocando a erosão do solo. Contudo, salienta o interesse que tinha o governo de então na extensão da pequena propriedade e na mecanização da agricultura. Frente à detalhada descrição da agricultura brasileira, é sumária, e isenta de juízos de valor, a exposição sobre a pecuária e sobre a exploração da riqueza florestal.

⁶¹³ Os traços distintivos da Região Sul, a qual abrange os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, seriam o seu alto índice de crescimento pela alta taxa de natalidade (24 por mil) e o perfil laboral da sua população, composta por pequenos agricultores proprietários das suas terras (Meijide, 1957: 144). Ao se referir à procedência étnica ou nacional desses lavradores, Meijide mostra as conseqüências que sobre a sua visão da imigração no Brasil tinham as restrições e as lacunas da bibliografia que manejava. Assim, ele omite qualquer menção à presença de espanhóis na Região Sul, destacando só a presença de colonos de origem alemã, italiana, eslava e portuguesa: “la mayoría de la población son pequeños agricultores que disfrutan de tierras propias; elevada proporción del elemento de estirpe europea en la composición étnica; la práctica agrícola y toda la vida rural está montada sobre una base permanente, como lo evidencia el que no haya podido prosperar aquí ningún ciclo económico especulativo. Generalmente, son los colonos de origen alemán, italiano o eslavo los que explotan la pequeña propiedad rural. Los alemanes suelen consagrarse al centeno, avena, maíz, patatas y a la cría del ganado de cerda; los italianos cultivan preferentemente viñedos, arrozales y dedícanse también a la cría del gusano de seda; los eslavos prefieren la agricultura de tipo universalista. En cuanto a los descendientes del viejo fondo de población lusa, aparte las diversas actividades administrativas y urbano-industriales, canalizan su atención hacia la ganadería y a la preparación de cueros, carnes en conserva, etc.”.

⁶¹⁴ Intitula-se Los problemas actuales del campo brasileño: gran propiedad y bajo rendimiento (Meijide, 1957: 154-59). Ao se referir à produção de arroz nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, responsáveis por 70% dessa produção, destaca que a primazia paulista no subministro do arroz se devia “a la introducción de nuevos métodos de cultivo, regadío y mecanización, y al trabajo de una laboriosa y experta mano de obra de origen japonés e italiano” (Meijide, 1957: 196).

⁶¹⁵ Meijide (1957: 156) assinala que a exceção à extremamente defeituosa técnica agrícola aplicada no Brasil a constituíam algumas fazendas do Sul e do Centro-Este organizadas por “colonizadores de estirpe europea”.

No capítulo VII – Minerales y recursos energéticos – discrimina-se, localiza-se geograficamente e descreve-se a riqueza mineira (ferro, manganês, ouro e diamantes, cristal de quartzo e mica, e “otros minerales estratégicos”) e os recursos energéticos do país (carvão, petróleo e energia elétrica)⁶¹⁶, traçando-se, simultaneamente, a história da sua exploração. Meijide, embora indique que as fontes de energia brasileiras não satisfaziam a demanda do país⁶¹⁷, estima que os seus minérios, muito cotizados nos mercados internacionais, permitiriam não só desenvolver a indústria nacional senão também “llevar a cabo la proyectada industrialización de Suramérica” (Meijide, 1957: 223). Em La expansión industrial, título do capítulo VIII, o autor explica, remontando-se ao exame do sistema colonial lusitano que proibia a produção, no Brasil, de manufaturas, a causa da tardia industrialização brasileira, e assinala que, a partir da década de 1890, a exportação do café permitira a acumulação de capital nativo, o qual, junto às medidas protecionistas e de fomento da produção fabril nacional, sobretudo dentro da crise do comércio exterior provocada pela Primeira Guerra Mundial, criou as bases para que prosperassem as indústrias no país. Elas, além do mais, puderam contar também com os “ingentes recursos naturales” brasileiros e, logo da abolição da escravatura, com uma “nutrida masa móvil de trabajadores” (Meijide, 1957: 263). Esse processo de industrialização é explicado, por um lado, mediante a sua divisão e caracterização em três períodos (1890-1914; 1914-1938; 1939-1953) e, por outro, através do exame dos principais setores industriais consolidados (têxtil⁶¹⁸, siderúrgico, do cimento, químico – seringueiro, da celulose, de ácido sulfúrico, soda cáustica e carbonato sódico –, alimentício e florestal). Embora apresente uma visão otimista sobre o futuro industrial do Brasil, Meijide assinala também alguns fatores que restringiam o desejável crescimento rápido para a indústria brasileira e que faziam com que o efeito ideal que ele (Meijide, 1957: 267) acreditava que se devia obter através da

⁶¹⁶ Os dados estatísticos relativos à exploração petrolífera no Brasil (Meijide, 1957: 246-51) eram, no momento da publicação de *Brasil, la gran potencia del siglo XXI*, bastante atuais. Foram tomados do livro, de J. L. Peña Suárez, *El petróleo en Hispanoamérica* [Madrid, 1953].

⁶¹⁷ No cap. VIII Meijide (1957: 267) estima que a pobreza brasileira em fontes de energia criava o talão de Aquiles do país: “no se produce petróleo en plan comercial, escasea el carbón y el poco que se extrae es de mediocre calidad, y la energía de origen hidráulico se encuentra insignificamente aprovechada”.

⁶¹⁸ Meijide (1957: 273-74) aponta que, apesar de o Brasil contar com uma potente indústria do algodão, esta poderia ser melhorada mediante a modernização da maquinaria empregada na cultura e nos cotonifícios, e mediante o aprimoramento da mão-de-obra, qualificada pelo autor de insatisfatória. No entanto, ele critica positivamente o labor desempenhado pelos trabalhadores que se dedicaram à indústria serícea e, sobretudo, o desempenhado pelos pequenos proprietários rurais de São Paulo e Rio Grande do Sul que se dedicaram à sericultura. Meijide especifica que eles eram, na sua maioria, imigrantes italianos e japoneses.

industrialização – a autarquia econômica – ficasse ainda longe. Nesse sentido, baseando-se no artigo de P. E. James, *The significance of industrialization in Latin America*⁶¹⁹, ele expõe o seguinte:

La lentitud de este proceso sería imputable a: 1), la pobreza de fuentes de energía; 2), la escasez de mano de obra cualificada, capitales financieros y medios de transporte, y 3), el estado de atraso social y cultural de la gran masa de la población, multiracialmente estructurada y que hace más difícil alterar el rutinario “modus vivendi” tradicional de la economía (Meijide, 1957: 267).

A respeito da penúria brasileira em quadros técnicos qualificados e, inclusive, em mão-de-obra para o trabalho industrial, o autor (Meijide, 1957: 268-69) diz que caberiam duas possibilidades. Uma seria a importação de técnicos estrangeiros e a abertura generosa de “las puertas del país al inmigrante”. A outra corresponderia à posição nacionalista, inerente à promoção da plena autarquia⁶²⁰, consistente na formação, em Escolas Técnicas do Brasil, de profissionais especialistas, e no incentivo à produtividade dos operários através de aumentos salariais. Ademais, essa segunda seria reforçada pela inviabilidade da primeira no tocante à contratação de técnicos estrangeiros, pois, segundo os detratores dessa primeira possibilidade, os trabalhadores qualificados não abundavam e, na época, já desfrutavam de uma satisfatória remuneração salarial e de qualidade de vida nos seus países de origem, pelo qual dificilmente se arriscariam a abandonar as suas pátrias.

O cap. IX – Geografía de la circulación – é um estudo da inter-relação entre a estrutura demográfica e produtiva brasileira e os meios de transporte no qual, por um lado, se denunciavam as restrições que gerava a deficiência das vias de comunicação (estradas e ferrovias)⁶²¹ ao aproveitamento das possibilidades econômicas e à industrialização e,

⁶¹⁹ Meijide (1957: 267) indica a seguinte referência bibliográfica para esse artigo: *Economic Geography*, vol. XXVI, 1950, p. 159-71.

⁶²⁰ O “ideal de una plena autarquía” é assumido por Meijide (1957: 270) e, portanto, desejado para o Brasil, pelo qual recomenda que, apesar de haver escassez de capitais para o completamento de uma indústria pesada que permita a transformação, no país, das suas abundantes matérias primas, estes não sejam pedidos emprestados no exterior pois “toda intervención crediticia del exterior predispone a una situación de dependencia y subordinación funcional de la economía recipiendaria y pugna con el ideal de una plena autarquía”.

⁶²¹ A rede ferroviária brasileira – item Las rutas férreas – é qualificada por Meijide (1957: 299-308) como de escasso valor, e pouco rentável pelas poucas e curtas linhas que possuía, pela obsolescência dos trens, pela disparidade na largura das vias, pelo mau firmamento destas, pelo custo do carvão e pela péssima interconexão entre as linhas; ele, de todas as formas, excetua parcialmente nas suas críticas a rede da região paulista, pois indica que, nessa região, a rede atingia as máximas densidades. Salienta o autor a insignificância histórica das ferrovias no processo de povoamento e colonização do país; todavia, ele acredita que essa deficiência em densidade ferroviária seria paliada a partir da década de 1950: “Se pretende ahora dotar al país, sobre todo en la parte central, de los ferrocarriles mínimos e indispensables, pues su extrema penuria

portanto, à expansão do comércio exterior, e, por outro, e em compensação, se mostra a importância que tinham, para as comunicações, as rotas fluviais e marítimas⁶²². Apesar do grave déficit em vias de comunicação modernas, Meijide (1957: 295) estima que, inevitavelmente, em um futuro não distante, o Brasil converter-se-ia no eixo das comunicações do continente⁶²³. Todavia, reportando-se a um artigo de 1955 da autoria de P. Monbeig⁶²⁴, informa que a balança comercial do Brasil, na época, era deficitária. Essa indicação constitui a ressalva mais contundente de Meijide à situação financeira do comércio brasileiro, mas ele matiza esse risco apontando que a rentabilidade da produção industrial no Brasil, como país subdesenvolvido e dependente, se devia à conjuntura internacional e não à sua riqueza em matérias primas:

es conveniente señalar que, muy recientemente, la coyuntura comercial brasileña atraviesa por una crítica situación, que afecta asimismo al programa de industrialización y fortalecimiento de la economía nacional. El obstáculo mayor es de orden financiero. Las ventas de café, la principal

constituye un serio ‘handicap’ al progreso de la industrialización, además de conseguir mejores enlaces internacionales con los países vecinos” (Meijide, 1957: 300). Por sua vez, da rede rodoviária – item Carreteras – Meijide (1957: 308-12) informa que, comparativamente à superfície nacional, é a menor em longitude da América do Sul e, pontificando, assevera “En síntesis, la densidad del tráfico rutero y su valor comercial adquieren todavía menos relieve que el de las vías férreas” (Meijide, 1957: 308). O autor considera que só eram modernas algumas estradas do Sudeste, especialmente algumas de São Paulo, e a “autopista” Rio de Janeiro-Salvador, e indica que a construção de rodovias em direção ao Centro-Oeste seria fundamental para conseguir o assentamento de imigrantes na região.

⁶²² No item Las rutas fluviales, Meijide (1957: 295-99) refere-se à bacia hidrográfica brasileira em relação ao seu aproveitamento para o transporte. Assim, menciona quais são os principais rios de cada região para as comunicações estaduais e interestaduais, especifica quais eram as partes do curso aptas para a navegação e que tipo de embarcações eram utilizáveis nelas. Em relação ao transporte por mar – item La circulación marítima (Meijide, 1957: 314-) –, o autor comenta que só há dois portos – Santos e Rio de Janeiro – com categoria internacional e adequadamente equipados, e que a frota mercante tinha pouca capacidade de carga, dentro do cômputo mundial, e não estava modernizada. Meijide descreve os principais portos brasileiros, tanto os fluviais (Manaus e Belém) quanto os marítimos, do Nordeste ao Rio Grande do Sul, assinalando a sua estrutura e o volume dos produtos que neles eram embarcados.

⁶²³ O cap. IX não contém uma conclusão no final. Encerra-se com o item El comercio exterior, sem que o autor se pronuncie oferecendo um comentário sintético sobre a “Geografía de la circulación” a partir dos dados que apresentara. A conclusão, como nos outros capítulos da obra, encontra-se no item introdutório [Caracteres generales]. É nele onde Meijide (1957: 295) oferece a sua opinião otimista acerca da construção de vias de comunicação terrestres que permitissem superar as dificuldades de conexão do interior brasileiro com o litoral: “Si el acusado déficit en rutas modernas de circulación obstaculiza la explotación en regla de los ingentes recursos del país y frena el programa de industrialización, en esta permanente lucha contra ‘la tiranía de la distancia’ parece existir un amplio margen para el optimismo en el futuro. Primero, porque Brasil es una de las naciones del continente, con Argentina, potencialmente mejor dotadas a este respecto desde el punto de vista geofísico; además, por su enclave logístico, Brasil desempeñará un papel relevante en la vida de relación del bloque suramericano. Como futura ‘plataforma giratoria’ de Sudamérica, Brasil contará para ello con una gran amplitud de fachada marítima, de fronteras terrestres, y con un ‘formidable núcleo central’ en cuya periferia se adosan numerosas nacionalidades y, por último, el creciente impulso dado a la navegación aérea transformará al país en una auténtico ‘carrefour’ de enlaces internacionales del continente”.

⁶²⁴ Meijide (1957: 323) cita o artigo Fer et métallurgie au Brésil (p. 56) do periódico *L’Information Géographique*, vol. XIX, n. 2, 1955.

condición para obtener divisas fuertes, han disminuido últimamente; el cruceiro ha perdido mucho terreno; unida a la del café, la crisis en los cambios crea una difícil situación sobre el poder de compra de la población, mientras que la expansión comercial e industrial se halla un tanto paralizada por la falta de buenos mercados de absorción y escasez de capitales (Meijide, 1957: 323).

No derradeiro capítulo (cap. X – El equilibrio autóquico y el poderío potencial), retoma a observação exposta na Introdução. Indica que o Brasil era a grande economia do séc. XXI em potência, e salienta que a causa de o país ainda não haver alcançado, em meados do séc. XX, o lugar hegemônico no concerto das nações que lhe correspondia em razão da sua riqueza residia na sua circunstância tropical. Nesse sentido, Meijide, sem o nomear, confirma o parecer de Zweig – o Brasil é o país do futuro – e concretiza-o, determinando que esse futuro será já o séc. XXI:

Brasil no logró escalar todavía un rango de relieve en la economía mundial, el que podía esperarse de un país tan extenso y tan rico en recursos naturales de todas clases. Su peculiar arquitectura geofísica y enclave logístico en el trópico apartaron al Brasil del concierto de las grandes potencias, oponiéndose a una mayor capacidad económica y política que, evidentemente, hubiese ocurrido mucho antes de ser otras más propicias latitudes geográficas. En cambio, Brasil es una de las grandes naciones del porvenir. Bajo el prisma potencial, puede calificarse al Brasil como “el país del futuro”; realmente, podríamos calificar al Brasil como la gran potencia del siglo XXI, teniendo en cuenta sus grandes posibilidades mineralógicas, forestales, agropecuarias e industriales, y su expansión económica no se hará esperar en muchas décadas (Meijide, 1957: 325).

São enumerados por Meijide (1957: 325-37) tanto os fatores dos que se poderia valer o Brasil – “país hispanoamericano” (Meijide, 1957: 327) – para se converter em uma potência mundial quanto os fatores que poderiam obstaculizar o processo de fortalecimento econômico do país. O autor contabiliza quatro fatores positivos: (1) a imensidade territorial e a unidade política “que ofrece el máximo potencial de espacio útil del orbe”; (2) a variedade climática e a fertilidade de grande parte das terras, o qual permitiria uma exploração agropecuária muito diversificada e asseguraria uma potente indústria alimentícia; (3) reservas florestais e recursos hidroelétricos “incalculables”, e ricas jazidas minerais – sobretudo ferro e manganês –, e (4) um efetivo demográfico em constante crescimento que, além de aumentar progressivamente o consumo interno, permitiria, em poucos anos, povoar e explorar o interior, consolidando-se, assim, a segurança nacional e o prestígio exterior. Por sua vez, os fatores adversos eram, para o autor, dois: (1) “la penuria en combustibles, capitales financieros, mano de obra cualificada, rutas modernas de

transporte” e (2) “una estructura social subyugada por el latifundismo y atormentada por un bajo nivel de vida, con predominio de atrasadas poblaciones rurales, subnutridas y esclavizadas por un altísimo coeficiente da analfabetismo”.

A falta de vias de comunicação, o atraso tecnológico, os poucos capitais disponíveis para os investimentos e as deficiências na atenção sanitária, na estrutura social e na assistência em educação e cultura dificultavam, na opinião do autor, o povoamento e a colonização dos espaços reservistas do país. Meijide (1957: 339) diz que ao se referir à “colonização” aplica o significado oficializado no Brasil para o termo: “promover a fixação do elemento humano ao solo, o aproveitamento econômico da região e a elevação do nível, saúde, instrução e preparo técnico dos habitantes das zonas rurais”⁶²⁵. Junto a essas dificuldades, o autor menciona as melhoras que haveriam de ser empreendidas no desenvolvimento dos setores agrário, alimentício, energético, mineralógico e industrial para equilibrar a balança comercial e de pagamentos em benefício do nível de vida da população e do aumento demográfico e para, como objetivo final, alcançar a autarquia.

V. 5. Xosé María García Rodríguez: o diplomata que poetizou em galego as suas vivências brasileiras

Duas décadas depois das travessias brasileiras de Casais e de Las Casas, um outro galego não-imigrante viajou pelo Brasil e publicou logo uma obra – *Brasil, historia, xente e samba-canción* – contendo, sobretudo, poemas em galego⁶²⁶, dedicados a personagens históricas, a cidades brasileiras e a representações do Brasil. O livro foi publicado em 1977 pela Editorial Galaxia. Nessa edição, o autor fez constar, junto ao seu nome, o seu título de “Oficial e Comendador da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul”. Na p. 7, antes da “Limieira”, figura a seguinte declaração do autor: “Brasil é tan imenso que non cabe nos libros, pro cabe no meu pequeniño curazón”. A “Limieira” não é senão uma dedicatória

⁶²⁵ Meijide (1957: 339) aponta que o “concepto brasileiro de colonización” fora estabelecido através do art. 46, decreto-lei 7.967. Trata-se do Decreto-lei n. 7.967, de 18 de setembro de 1945, que dispõe sobre a Imigração e Colonização. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>>. Acesso em: 20 mai. 2009.

⁶²⁶ Quase todos os poemas levam notas de rodapé em que se oferecem ora dados sobre personagens, fatos históricos ou lugares do Brasil, ora esclarecimentos sobre o léxico empregado, dando um sinônimo em galego ou, mormente, fazendo a sua tradução ao castelhano.

para alguns diplomatas brasileiros⁶²⁷. O nosso exemplar foi o que García Rodríguez lhe dedicou, com data de janeiro de 1978, ao Agregado Cultural da Embaixada do Brasil em Madri⁶²⁸.

O livro está dividido em quatro partes: primeira parte, “Poemas Históricos”; segunda parte, “I Coroneis, cabras, un morto e a muller da vinganza”, “II Winnia e Diva, poema do amor e da morte”; terceira parte, “Sonetos”; quarta parte “Cantares da xente”; e o anexo “Poema da morte do guerrilleiro e do vello das brancas guedellas. Vuelos líricos en un poema épico”. No nosso comentário, não seguimos a ordem dessa divisão em “partes”. Interessa-nos, em primeiro lugar, o poema que abre a última parte – Cantares da xente –, pois nele, em primeira pessoa, se versifica a chegada de um viajante estrangeiro ao Brasil. Esse poema intitula-se Vou pra o Brasil (García, 1977: 79-80)⁶²⁹. O autor refere-se a uma viagem, ao Brasil, de avião, a qual faz com que ele aluda a Santos Dumont; ele expressa o seu encantamento por se saber chegando a um país em que projeta os seus sonhos e no qual residem alguns indivíduos afins – “nobres corazóns lusos/ de alén do mar e de eiquí” –. Enquanto viaja, diz estar saboreando um cafezinho e destaca, como elementos representativos do seu país-destino – o “Brasil de cravo e canela” –, o samba-canção, os cangaceiros e o Senhor do Bonfim. Apesar dessa alusão ao soteropolitano Senhor do Bonfim, o carioca Galeão é assinalado como o aeroporto em que desembarcou o autor (poema No aeroporto do Galeón (García, 1977: 79-80), da parte quarta). Ao aeroporto do Galeão volta a se referir nessa parte final da obra – Cantares da xente –, de cujos 23 poemas, 16 fazem alusões explícitas a pessoas, espetáculos ou espaços cariocas. No

⁶²⁷ Esta é a dedicatória [“Limieira”]: “Adico iste libro a saudosa memoria dos embaixadores do Brasil don Gastón Paranhos do Río Branco, don Decio Coimbra, don Osvaldo de Moraes Correia, don Paulo Germano Hasslocher e do historiador Leopoldo Teixeira Leite, dos que recibín agarimosa e sinxela amizade. Tamén desexo ofrecer miñas lembranzas aos diplomatas don Aldo de Freitas, don Antonio Houais, don Osiris de Oliveira Correia e don Francisco Hermógenes de Paula, mozos talentosos e brillantes cando eu ainda era mozo” (García, 1977: 9).

⁶²⁸ Consta, de próprio punho, a seguinte dedicatória: “Para o Excmo Sr. Agregado Cultural da Embaixada do Brasil en Madrid, cos millares desexos de boaventura e feliz aninovo. José M^a García Rodríguez”.

⁶²⁹ Este é o poema Vou pra o Brasil: “Nas azas dun aeroprán,/ meu vello, vou para o Brasil,/ baixo dos confíns de céu,/ do mar riba dos confíns,/ penso naqueles que soñan,/ coa terra onde non van dir.// Corazón de ferro, o teu,/ latexa, meu avión,/ anduriña xigantesca,/ neboeiro de ilusión,/ dende que se erguéu do chan,/ o heróico Santos Dumont.// Saloucos de namorada,/ paxariños sin porvir,/ quedades lonxe, nas rochas,/ coma fedellos na bris,/ mentras eu namoro ensoños,/ que enfiaréi no Brasil.// Un grolíño de café/ vénnos ben, *louvade a Dios*/ que sabe a licor de deuses,/ inda que Deus nó probóu,/ no Calvario, para súas dores,/ na cruz, na crucifixión.// Penso que feliz vou ser,/ polo que sinto e sentín,/ cos nobres corazóns lusos/ de alén do mar e de eiquí/ que vou atopar, meu vello,/ arestora, no Brasil.// Brasil de cravo e canela,/ miragreiro es ti para mín,/ zamba-canción, cangaceiros,/ i o bon Xesús do Bomfim./ Vóume axoellar na túa terra/ para rezar por tí e por mín”.

aeroporto do Galeão o poeta foi recebido pelo embaixador Paulo Germano Hasslocher; o autor diz que se sentiu como uma criança “que leva/ riba do peito unha fror/ e vai, por prazas e ruas,/ pregoando paz e amor”.

No poema dedicado explicitamente ao Rio – poema intitulado Rio de Janeiro (García, 1977: 98-99) – menciona o que se pode visitar nessa cidade – belas praias, arranha-céus, morros – e versa uma história de amor que tem como fundo um jantar no Sacha’s e um passeio de bondinho⁶³⁰. Quatro dos poemas são intitulados com nomes de espaços físicos cariocas – Cantares da Floresta da Tijuca, Variaciones de cantares na Floresta da Tijuca, De noite em Copacabana, Bahía de Guanabara –. No primeiro deles, Cantares da Floresta da Tijuca, um romance de estrutura neo-trovadoresca⁶³¹, García Rodríguez aponta, em nota de rodapé, como por ele foi objetivamente vista essa floresta: “Floresta da Tijuca. – Belíssima fraga ou mato, pegadiño a Rio” (García, 1977: 101). Tendo como marco a Floresta da Tijuca, cuja natureza o autor interpreta simbolicamente, verseja-se o amor perdido de uma moça pelo autor⁶³². Nas oito estrofes do, também romance, Variaciones de cantares na Floresta da Tijuca, redonda na expressão da atmosfera paradisíaca desse mato (II “Quen vai chorar súas penas,/ na floresta da Tijuca,/ si vai alá, se lle esquecen,/ non chora penas ningunhas.” García, 1977: 105) e na caracterização do seu espaço como um âmbito dialogador com o amor (VII “A luz descende dos ceos,/ na floresta da Tijuca,/ coa léneme mansedume/ dun amor, en moza pudica.// VIII Teu amor chegou a min,/ na floresta da Tijuca, coma ás raíces dos albres, auga de chuvias miúdas.” (García, 1977: 106-07). Em um outro poema – Azas de volvoreta –, a floresta da Tijuca é, outrossim, o foco. Nessa floresta é imaginada a procedência das asas das borboletas que o autor diz ter visto em frascos, “¡Onte, libres na Tijuca!/ ¡Cousa non hai niste mundo/ que de seu destiño fuxa!” (García, 1977: 100). Além disso, as asas da borboleta são transformadas em imagem da canção e do amor e, o frasco, em imagem de um livro e de

⁶³⁰ A história de amor é assim versejada por García Rodríguez: “– Meu amor, nós imos/ a Sacha’s cear.// – Sacha é um amor,/ e oubirlle tocar/ de noite o piano,/ mesmo é um tesouro...// Dimpóis levaréiche,/ no “bondiño” aquíl, pra o Pan de Sucre;/ ou millor, si queres,/ até o Corcovado,/ a Xesús rezar,/ que che está esperando,/ cos brazos abertos, coma fago eu, meu bem,/ si che vóu amar.”

⁶³¹ É um poema de nove estrofes, de quatro versos octo-silábicos cada uma, com rima nos versos pares e estrutura paralelística, começando todas as estrofes com o verso “Na floresta da Tijuca”.

⁶³² Eis o leit-motiv: “III Na floresta da Tijuca,/ fun dunha nena esquecido:/ inda que Deus chame a moitos, son poucos os escollidos.// VI Na floresta da Tijuca,/ perdín e achei meu amor,/ coma na noite pechada/ morre o día e ven o sol.// IX Na floresta da Tijuca,/ onde o meu querer deixei,/ Deus queira que volte a velo,/ si non volto, morreréi.” (García, 1977: 102-04).

um coração que ama: “– Pro tamén debe pensar,/ que unha canción que se escoita,/ si ao libro se for levar,// é un aza de volvoreta,/ que caíu nisa prisión/ pra eternizar súa beleza.// O curazón é un vidro,/ meu ben,/ pra as azas de volvoreta/ do teu querer.” (García, 1977: 101). Em *De noite en Copacabana*, García Rodríguez também canta os amores, desta vez “amores saudosos”, que sente uma moça – uma moça com “Ollos de sereia”, “ollos sereos,/ lumiosos e craros” – pelo autor, tendo como ambientação a “praia bonita de Copacabana”. Em nota de rodapé, García Rodríguez define Copacabana como: “Bairro ou rueiro perto do Río. Chégase por un buraco aberto no monte. Tén bonita praia. Tamén tén eirexa de Nosa Señora, craro é, de Copacabana” (García, 1977: 113)⁶³³. O autor versifica a sua visão panorâmica da cidade do Rio de Janeiro no poema *Bahía de Guanabara*. Nele diz que “Guanabara é/ bonita bahía./ Tén ondas azúes,/ coma os ollos craros/ dunha moza minha” e que, da distância, a cidade do Rio, que o encanta – “Eu adoro Río” –, “semella un anxeio/ de muller preñada,/ que soña cos tempos,/ ha pouco pasados, de estar namorada.” (García, 1977: 128). Dessa cidade diferencia três partes: a de “co aquilas casas/ de moitos andares”, a de “casas baixas,/ onde dín que moran/ os das caixas altas” e a “dos morros no bico,/ as casas máis altas/ dos caixiñas baixas,/ que soñan que trunfe,/ súa Escola de Samba...” (García, 1977: 128-29)⁶³⁴.

Os personagens cariocas, ou associados ao Rio, contemporâneos ao autor e convertidos em conteúdo para os poemas de *Brasil, historia, xente e samba-canción* são Lilác, Cacilda Becquer, uma “garotiña” do *Show de Carlos Machado*, Lurdes Monteiro, Zaquia Jorge, Pierre Balmain e o “Profeta de Niteroi [Niterói]”. Lilác, referente do poema homônimo, é uma namorada do autor, a quem ele lhe comunica que ele gostaria de que o amor entre eles morresse “Coma os brinquedos velhos,/ no faiado esquecidos” ou “coma humildes violetas mouras,/ de Petrópolis,/ con rosas remexidas”, para ser substituído por “outros brinquedos de fantasía,/ de ilusión ou de carne” que “samban” “antre as flores esprendentes”. E conclui: “Lilác, boneca de fantasía,/ eu quixera que o noso amor/ morrese

⁶³³ Eis o poema *De noite en Copacabana*: “Nista noite,/ calada e bonita,/ teus ollos me miran/ e ieu, ¡ai coitado!/, pois me firen/ de amores saudosos,/ quixera pechalos.// Eu quero deixalos,/ pechados e cegos,/ a forza de bicos,/ teus ollos sereos,/ lumiosos e craros.// Ollos de sereia,/ morta de soidades,/ riba das areas,/ da praia bonita/ de Copacabana...// Daquela soidade/ que chega e non fire,/ nin doi nin fai mal,/ que é coma un vóo,/ dos arredores, nun día de vran.// Ou é coma a sombra/ dun ramo de rosas,/ que en noite de lúa,/ humilde se apousa,/ nas pedras do chan.” (García, 1977: 113-14).

⁶³⁴ García Rodríguez (1977: 128-29) esclarece, em nota de rodapé, que os *andares* “‘Son os que lle chaman no castelán *pisos*’, os das caixas altas ‘Son os ricos’ e as *escola[s] de samba* ‘son as comparsas que desfilan no Entroido carioca’”.

pouco a pouco/ de malencolia...” (García, 1977: 111-112). O poema à paulista Cacilda Bécquer – uma ode – é motivado pela assistência do autor à encenação de *Gata no tellado de queimante zinque* [*Gata em Teto de Zinco Quente*], estreada em outubro de 1956 e em que Cacilda fez de *Maggie Pollit* – a “gata” –. Nesse poema não há nenhuma alusão de García Rodríguez a que a sua assistência a essa representação tenha acontecido no Rio, mas a comparação de Cacilda com duas atrizes que trabalhavam para Carlos Machado, famoso empresário do teatro e dos shows musicais do Rio das décadas de 1950 e 1960, faz-nos acreditar que García Rodríguez viu a obra no ainda Distrito Federal. O poema Casilda Becquer [sic] deve ser fruto, portanto, de uma experiência de García Rodríguez acontecida vinte anos antes da publicação de *Brasil, historia, xente e samba-canción*, livro publicado, inclusive, bastantes anos após o falecimento da atriz, aos 14 de junho de 1969. Não sabemos se o produtor tinha conhecimento do passamento da atriz quando publicou a sua coletânea de poesias sobre o Brasil. Todavia, esses versos não transparecem nenhuma nuance elegíaca em relação à atriz; apresentam, ao contrário, uma apreciação da atriz, por parte do poeta, que é contemporânea ao momento de estréia da peça mencionada, isto é, 1956⁶³⁵. Pelo contrário, o poema intitulado Lurdes Monteiro é a evocação de um fato de data certa. Nele, García Rodríguez pergunta-se que terá sido da garota “Lurdes Monteiro” (“Lémbrome, inda hoxe, de Lurdes Monteiro,/ na noite de Río, cando a conocín./ ¿Qué foi, qué é, ou qué será dela, no longo vieiro,/ ou curto, que vai, nista vida, da morte aos confins?”); ele descreve-a recorrendo a uma comparação – as estrelas do Cruzeiro do Sul com as pepitas de ouro do Sil – que contém a única alusão à Galiza da coletânea. Eis o poema:

Con pasión fervente, a brillante moza,/ Raíña dos Primaveraes Xogos,/ os xornaes, a pregoaban ‘a muller máis bela do Brasil,/ xentilísima herdeira da gaúxa Zezé Cardoso’./ Chamáronlle encanto, lume, favo, sol;/ déronlles louvores, imensos, sin fin/ tecéronlle un manto, cos cinco luceiros/ do Cruzeiro,/ que son máis brillantes que as pedriñas de ouro, que da o río Sil (García, 1977: 119).

⁶³⁵ Este é o poema Casilda Becquer (García, 1977: 115-16): “Vin Casilda Bécquer/ indo pola rúa./ Un rapaz lle dixo,/ ao paso, unha cousa,/ que non mereceran/ outras primorosas,/ con corpo de estáduas/ e cara de rosa./ Casilda é pequena./ Riba do cenário,/ medra – o increíble –/ súa estampa rexa./ Ao representar,/ ‘Gata no tellado/ de queimante zinque’,/ gostei dela máis/ que de Irina Greco/ ou que Neide Landi,/ dúas estreliñas/ de Carlos Machado./ ¡‘Hai fogo na bica’!/ ¡Hai fogo na ialma!// Co seu apelido,/ esquisito e raro,/ pracede Casilda,/ cos seus ollos pretos,/ abertos e craros...// E cousa ben linda/ vela naquíl drama./ ¡Chorar lle fai ben!// Coma cando o xieiro/ se espalla nas rosas/ e nelas se espellan/ as nubens do ceu./ ¡Chorar lle fai ben!”.

O autor assevera que essa garota – Lurdes Monteiro – merecera ser a sucessora, como Miss Brasil, da catarinense Maria José Cardoso [“gaúxa Zezé Cardoso”], quem era Miss do Rio Grande do Sul e Miss Brasil em 1956. Assim, ele qualifica de injusta a eleição, no ano seguinte, de Eloísa Oliveira de Menezes [“Eloísa de Meneses”] como Miss Distrito Federal [“Señoriña Rio”], quem, contudo, não chegaria a ser a nova Miss Brasil, pois o concurso o ganhou em 1957 a amazonense Terezinha Morango: “Un xurado, sin xeito, nona quixo pra ‘Señoriña Rio’./ Mollaron os panos, côas bágoas, seus ‘fans’./ E foi premiada Eloísa de Meneses,/ por algún Abelardo escondido,/ que morría por ela de amor, afrixido,/ e que nona podía amar.” (García, 1977: 120). Essas referências orientam-nos claramente a acreditar que o autor deveu estar no Rio em junho de 1957⁶³⁶ e que nunca mais lá regressou. Supostamente, passados os anos, se pergunta:

A Lurdes Monteiro, téño-a nos ollos, coma unha gravura,/ dun prado, semeado de frores, moi sentimental,/ de que non quixera percibir a doentísima tristura,/ de velo marcharse, con soles saudosos do outono/ da vida, eiquí ou alá./ Moza primorosa, rosa coorida, deitada na noite de Río,/ de azúes veludos, na que a conocín,/ ¿qué foi, qué é, ou qué será dela, no longo vieiro,/ ou curto, que vai, nista vida, da morte aos confíns? (García, 1977: 120).

“Lurdes” é também mencionada no poema O figurinista Pierre Balmain, ao se referir o poeta a uma reação da moça durante uma palestra desse estilista francês. Supomos que essa palestra foi uma que o modesto proferiu no Rio, na sede da Associação Brasileira de Imprensa, em 1957:

Miña amiga Lurdes,/ díxome baixinho,/ que lle semellaba,/ Pierre Balmain,/ non un arquitecto,/ mais un mestre de obras,/ rural e sin nome,/ para quen pide o corpo/ traxe de canteiro;/ e que, ás súas mans,/ non lles vía xeito,/ para tomarlle as medidas/ a Marlén Dietrich./ ¡Qué cousas, irmáns,/ a vida eche eisí! (García, 1977: 127).

Nesse poema, o autor verseja o seu encontro, na rua, com o “figurinista” e mostra a sua apreciação da exposição que Balmain fizera acerca das características da sua alta costura. Sobre a assistência à palestra assinala: “Homes non se vían;/ sí, moitas mulleres,/ feitas e dereitas./ Tampouco vín mozas./ Cicáis sua colección/ ‘Jolie madame de Paris’/ gostaba moi pouco/ as nenas cariocas./ O mundo eche eisí.” (García, 1977: 125).

Uma outra moça anônima do Rio de Janeiro – a “garotiña do ‘show’ de Carlos Machado” – é motivo de um poema de García Rodríguez, mas, desta vez, não se trata da

⁶³⁶ Os concursos de Miss Brasil de 1956 e 1957 tiveram lugar nos meses de junho, celebrando-se no Hotel Quitandinha, de Petrópolis.

expressão de uma evocação senão da declaração, em presente, dos sentimentos que nele causa essa moça, a qual, pelo termo “‘show’ de Carlos Machado”, devia fazer parte de um dos elencos desse empresário dos espetáculos cariocas:

Cando te chegas de mín,/ meus ollos pecho, e dimpóis,/ non sei si é que o sol se foi,/ ou si se deitôu en mín.// [...] Princesa de fantasía,/ de seu amada das rosas,/ xeito de sereia morta/ unha noite de luar;// gata persa, tenebrosa,/ coma Salomé que, inspira,/ deitouse, a danza finida,/ ante mín, Herodes de hoxe,// que as sombrías pedras negras,/ do pecado, ao río botôu, e pensa,/ que terá quietude imensa/ na luz do ceu que perdín,// pois si te chegas de mín,/ os ollos pecho, e dimpóis,/ ¡non séi si é que o sol se fôí/ ou si se deitôu en mín! (García, 1977: 117-18).

O poema *Morréu Zaquia Xorxe* é uma elegia à vedete carioca *Zaquia Jorge*, empresária do *Teatrinho do Bolso*, em Copacabana, e do *Teatro de Madureira* – único teatro de rebolado do subúrbio carioca –. *Zaquia Jorge* (“a sereia,/ filla da beleza/ e artista do éxito”), morreu, afogada, em 22 de abril de 1957 na praia da Barra da Tijuca, aos 33 anos. O poema inicia-se com os versos “¡Qué dramática historia/ para un poeta,/ e que ocasión para un bó pranto,/ si eu fose capaz de dicilo!”; dela destaca-se que “levôu teatro/ da cidade imensa/ aos rueiros de Río” (García, 1977: 121).

Uma anedota acontecida a *García Rodríguez* no Rio é o tema da poesia *O profeta de Niterói* (em nota de rodapé, o autor explica que Niterói “é unha cidade, frente ao Río de Xaneiro, na outra orela da bahía de Guanabara”). Cremos que esse profeta – “un home esquisito,/ a barba hastra o peito/ e os ollos moi vivos” –, cujo nome próprio não é mencionado pelo autor, poderia ser o *José Datrino*, apelidado como *José Agradecido* ou *Profeta Gentileza*. O autor vai a Niterói a conhecer o profeta em uma “viaxe de prazer”. Diz o autor que o “profeta” apregoava: “que o Demo é lindo/ e que nin é preto,/ nin cheira a queimado,/ nin se lle ven cornos,/ e menos un rabo./ Os danos que fáí,/ fáinos por bonito./ Coma un mozo novo,/ o Demo esta cheo/ de moito atractivo.” (García, 1977: 131). Esse profeta, porém, não o quis receber: “Cheguéime ao profeta./ Non quixo falar-me./ Dóuse media volta,/ cheo de desprezo,/ mentras remungaba: – Iste é xornalista,/ ¡vaia pra o carallo!// E fun./ O serán morria” (García, 1977: 131). O autor encerra esse poema versejando um comentário jocoso em relação às prédicas do profeta após se ter defrontado com um negro vestido de preto: “Para chuvias na man,/ sabroso, elegante,/ pasôu un moreno,/ de preto vestido./ Unha rapacinha/ voltôu-se a miralo./ ¿Non sería o Demo? ¡Nin quero pensalo!” (García, 1977: 132).

Xosé María García Rodríguez escribiu tamén un poema dedicado ao samba e, um outro, ao futebol carioca, *Sambas* e *¡Pra o frente, Botafogo!*, respectivamente, ambos incluídos na cuarta parte do libro – *Cantares da xente* –. Com *¡Pra o frente, Botafogo!* encerra *Brasil, historia, xente e samba-canción*. *Sambas* (García, 1977: 108-110) é a descrición de uma festa noturna carioca, logo após um jantar. Nessa descrición, o autor insere ponderacións suas acerca do poder simbólico e da contribución do samba na identidade brasileira:

E noite de festa./ Samba que te samba, samba unha paulista/ que tén ollos verdes e se chama Crara,/ e unha paranaense, lourina e bonita,/ que con moito xeito, noméase Aurea.// Amar ao Brasil é bailala samba,/ quen non baila samba non ama ao Brasil,/ e a rimo de samba chegaron ao Río,/ os revolucionários, farroupilhas cáseque,/ de Xetulio Vargas. Tamén eu e ti. (García, 1977: 108).

O samba, e as sambistas – a paulista e a paranaense –, são contrastados com o rock, que baila uma moça francesa: “E noite de festa/ e dimpóis da cea, unha francesiña,/ Monique, nun ‘rock’, pónlle as contorsioes,/ dozura esquisita, un pouco picante,/ coma a carantoña dunha rapariga,/ logo de pasada a hora lostregante/ do amor” (García, 1977: 108). Diz o autor que o rock findou, mas que o samba não acaba, pelo qual a francesa fica zangada (“Monique retorce o fuciño e dí despeitiva: ¡Bah!” García, 1977: 109). Trata-se de uma festa organizada em um sala por Carlos Machado, na qual soa música do Ary Barroso e atua Aurora Miranda – “a irmán de Carmen, que nas nosas almas é/ bahiana lembranza,/ de inesquecibres, doces radiaciós.” (García, 1977: 109) –, na que estão presentes a “rebuldeira americana” Elsa Maxwell e Maharani Brinda de Kapurtala – “as duas son baixiñas e gordas e feas” García, 1977: 110) –. Elas, porém, não dançam, o qual faz com que o autor se pergunte:

Non saben sambar. ¿Qué fan no Brasil?/ Quen non baila samba non ama ao Brasil/ E quen baila samba/ pode amalo tanto como Xetulio Vargas,/ que traxo aos gaúxos/ – farroupillas, cáseque –/ a cantalas sambas, nas rúas do Río/, onde il lle metéu, a súa cachola, fogo de fusil. (García, 1977: 110).

Em *¡Pra o frente, Botafogo!*, o autor canta o entusiasmo que provocou no frade Venancio Mateus, “de Minas Xerais”, a vitória em um jogo do Botafogo contra o Fluminense no Maracanã. Há um refrão, supostamente coroado por uma multidão, que é repetido três vezes: “¡Pra o frente, Botafogo!/ Hoxe tí es máis grorioso/ túas grorias son mil...”. No poema verseja-se o diálogo que mantém esse frade, chegado ao Rio de trem, com o autor. O diálogo acontece durante o regresso, também de trem, do frade a Minas;

nele, esse frade, torcedor do jogador “Pauliño”⁶³⁷, diz ao autor no começo do poema: “– Meu vello,/ vencéu Botafogo,/ síntome felís;/ o viño que bebo,/ coa risa que dame,/ entra pola gorxa, sái polo narís.” (García, 1977: 133). García Rodríguez, por sua vez, descreve o desconsolo das “meninas” do Fluminense pela derrota do seu time: “As meninas/ do Fluminense/ escondían as bagullas,/ e os paniños/ de enxoitalas,/ doéndose do tempo perdido./ Un mozo dicíalles:/ – Outro ano será./ Quen se vai non volta,/ e leva soidades/ do que véu buscar.” (García, 1977: 135). A última fala do frade reproduzida e comentada pelo autor é esta: “O padre Mateus,/ repantigado no tren,/ dicía felís:/ – Dóume a corazoada,/ que o dedo de Deus/ apuntaba para mín.../ E bicaba un anaquiño/ que rachóu/ da camiseta do Pauliño.” (García, 1977: 135). Com a repetição dos sete versos do início do poema acima transcritos fecha-se o poema e, com ele, a obra *Brasil, historia, xente e samba-canción*.

Junto ao Estado do Rio de Janeiro, são o Norte e o Nordeste os territórios brasileiros que também motivaram poemas de García Rodríguez. A única exceção a esse itinerário constitui-a o poema Porto Alegre, um soneto da terceira parte⁶³⁸. Três desses poemas sobre o Nordeste constituem, inclusive, uma das partes do livro – a segunda –, a chamada “I Coroneis, cabras, un morto e a muller da vinganza. II Winnia e Diva, poema do amor e da morte”. Na terceira parte da obra – Sonetos –, García Rodríguez dedica poemas ao Lampião, a Maria Bonita e à cidade de Olinda e, na quarta – Cantares da xente –, compõe versos sobre a cidade de Belém, sobre o capitão “Umbelino”, sobre os cangaceiros e sobre duas expressões culturais: a procissão da aleluia e o “mallar do Xudas”.

⁶³⁷ A menção a Paulinho e, sobretudo, ao dado de que esse jogador marcara cinco dos seis tentos do Flamengo (“Paulino marcóu/ cinco dos seis gols./ ¡Pauliño é o millor!” García, 1977: 134) permitem-nos comprovar a data dessa atividade esportiva convertida em tema poético por García Rodríguez. A vitória do Flamengo sobre o Fluminense (6x2), no Maracanã, com a presença de 89.100 torcedores, teve lugar aos 22 de dezembro de 1957.

⁶³⁸ O soneto Porto Alegre é dedicado à “ilustre poetisa portuguesa Anabel Paul”. Anabel Paul assinara o Prólogo do texto intitulado *Poema da morte do guerrilleiro e do vello das brancas guedellas*, publicado em 1976 por García Rodríguez na Editorial Galaxia. No soneto (García, 1977: 73), o autor verseja a fundação da “grande urbe” por “sesenta casals de namorados”. Supõe-se que o autor canta à cidade *in loco*, pois assevera: “Hoxe tés de grande urbe bós primores,/ mais gosto de evocar tempos passados.../ Pola Rúa da Praia van, cansados/ de tanto te cantar, meus reiseñores.../ Porto Alegre de outrora, niste istante,/ o destiño que temos por diante,/ non é cousa de verbas nin de nomes.” O terceto final recolhe o que poderia ser interpretado como uma exaltação libertária do autor (“Coma o sol que alumea moitas illas,/ a túa revolución dos Farroupillas,/ nos amostra o camiño de ser homes”), atenuada, no entanto, pelo caráter prosaico do seu esclarecimento sobre os farroupilhas recolhido em nota de rodapé (FARROUPILLAS. – Revolucionarios do Río Grande do Sul, tan probes e seus vestidos tan farrapentos, que pasaron á historia co-ise nome. No castelán harapientos).

Nessa segunda parte, no poema *Coroneis, cabras, un morto e a muller da vinganza* (García, 1977: 39-45), o autor denuncia, em primeiro lugar, o comércio injusto, organizado de Londres, do cacau brasileiro:

Uns coroneis, repantigados en Londres,/ que teñen abonda fartura nas súa mesas,/ si lles falan da terra brasileira,/ e das súas culturas,/ e do sudor que os probes, ben probiños,/ poñen nela,/ torcen o fuciño para dicir acedos:/ “O cacau val o que nós queremos;/ ¡caboclos do Brasil, vaianse á merda!”/ ¡Deus salve á raíña!/ ¡Deus salve á bandeira inglesa! (García, 1977: 39).

Logo, verseja o assassinato, por ordem de um coronel – “*Vinicio dos Leoes*” –, de um camponês – o “*pardo Aurelio*” –, devido a desavenças fundiárias. O “*pardo Aurelio*” nem recebeu sepultura; a sua viúva “*muller, garrida e morena, da vinganza, o cadavre do Aurelio, botóuno no riacho, [...] E, ao probe corpo morto, algunhas pirañas, non lle deixaron máis que a osamenta.*” A filha do camponês morreu pouco tempo depois “*de non séi qué doenza misteriosa*” e a viúva converteu-se em “*puta de senzala*” na fazenda do “*coronel de Santo Amaro*”. A viúva acaba furtando um cliente – “*moreno/ gordo e feio*” – para poder pagar o enterro da menina e comprar uma espingarda, com a qual “*no mato agochada, tralos cachopos de mangoes outos, matóu a un cabra que matou seu home, e a outro deixóulle a cara assinalada.*” Então o coronel “*Vinicio dos Leoes*” declarou a guerra ao “*coronel de Santo Amaro*”. Vence o segundo, morre o primeiro e o “*coronel de Santo Amaro*” celebra o triunfo com os seus cabras, e com os pobres da fazenda, com um grande jantar, após o qual se deita com a viúva:

O coronel levóu á moza pra o seu leito/ e gozóuna con sensualidá desenfreada,/ amor de noite que sempre o máis que dura,/ é dende o morrer do sol a ialborada./ Como era puta, voltóuna para senzala,/ satisfeita do amor que tiña ao morto,/ de quen vía cumprida súa vinganza (García, 1977: 44).

Apesar de satisfeita por ter vingado o seu homem, a viúva cai no desespero ao se sentir prostituta e não encontrar mais o sentido à sua vida. Decide se suicidar; o autor encerra este dramalhão poético associando a desgraça da família do “*pardo Aurelio*” à estafa do cacau brasileiro organizada da Inglaterra:

Os cabras que mataran ao seu home/ morreran no asalto a Santo Amaro,/ incrusive o da cara asinalada,/ que deitóuna unha noite, pola forza/ pra inxuriar no seu corpo, súa lembranza./ Mais agora, fría a ialma,/ coma a ramaxe dunha uveira vella,/ sentada á porta da senzala, coma parva,/ que chora e pensa, que chora e cala,/ envergoñada de cantos xa lle viran/ o seu corpo, moreno e ben formado,/ que foi do Aurelio por amor, de un home,/ hoxe, nin siquera sombra antre as pirañas;/ e a filliña bonita dada aos vermes,/ e de Deus nin compasioes nin miradas,/ co-isa tristura fonda que hai

nos ollos/ dos que teñen de tristura morta a ialma,/ unha noite de limpas craridades,/ a moza da vinganza,/ tiróuse ao río... Sin que ninguén a vira,/ morréu nas nidias ondas, afogada.// ¡Deus salve á Raíña!/ ¡Deus salve á bandeira inglesa!/ ¡O cacau é noso, pro colleitalo/ non val a pena! (García, 1977: 45).⁶³⁹

A miséria das gentes do Nordeste é também salientada por García no poema Cuadros de Portinari (García, 1977: 95-96). Esse poema remete-nos à época em que o autor esteve no Brasil, pois, sendo publicado *Brasil, historia, xente e samba-canción* em 1977 e havendo falecido Portinari em 1962, García, em nota de rodapé qualifica Candido Portinari como “O melhor pintor brasileiro dos nosos días”. De um homem nordestino retratado em um dos quadros que o autor teria mirado, diz-se: “Ao derradeiro diles, o amaecer semella,/ unha cobra coorida, coma que vén e vái,/ cos seus ollos brillantes, maliños e perversos,/ que non deixou pozón nos homes do Ceará.”; a partir dos retratos de Portinari, o autor o seguinte sobre as mulheres nordestinas: “Eu que son un boi manso que só, na terra firme,/ as súas mouras poutas consegue apousentar,/ dóiome moito delas, que non teñen na vida,/ nin unha fror de dalia que poñer nun altar.”.

O poema Winnia e Diva (García, 1977: 46-54), poema do amor e da morte – o poema mais extenso de *Brasil, historia, xente e samba-canción* – trata dos amores entre um senhor – Winnia, casado, “calvo e feo”, forasteiro no Brasil –, aficionado a tocar o violino, e uma moça – Diva, solteira, bahiana –, “trinta anos/ mais nova do quil” (“il, un home vello,/ i ela, unha meniña”). Ela, na companhia de sua mãe, chegara, para estudar, à cidade onde também se encontrava o forasteiro – Rio de Janeiro –. O retrato que faz o autor de

⁶³⁹ As notas de rodapé do poema Coroneis, cabras, un morto e a muller da vinganza mostran o estranho critério seguido por García Rodríguez na selección dos vocábulos cujo esclarecemento ele considerou necesario, pois, se por un lado, ele explica o significado das palabras do portugués do Brasil inseridas no poema – por súa vez adaptadas, na ortografía, ao libre arbitrio do autor, ou, simplemente, deturpadas –, com vistas, provavelmente, a facilitar a súa comprensión a lectores non-brasileiros, isto é, à maioria dos seus posibles lectores, por outro, ele define vocábulos galegos, do léxico fundamental, cujo sentido, supostamente, non albergaría dificultade alguna a um leitor galego. Tenha-se em conta, além disso, que, nessas notas de rodapé, as explicacións do significado dos termos consiste, na maior parte dos casos, na indicación do sinónimo em castelano, o qual nos faz supor que o produtor esperaba que *Brasil, historia, xente e samba-canción* fosse lido por consumidores non-galegos ou por galegos que non entendessem a súa lingua. Eis as palabras que ele anota: “CORONEIS.– Poderíamoslle chamar caciques políticos; CULTURAS.– No castelán *cultivos*; CABRAS.– Garda corpos, no castelán *escoltas, matores*; PARVA.– Que non tén todo o senso, coitadiña. No castelán *deficiente mental*; PIRAÑAS.– Peixes carnívoros; ABRICHOCADOS.– No castelán *salidos, fuera de las órbitas*; SENZALA.– No castelán *cuarterías o rancherías donde vivían los esclavos antiguos y luego los braceros y trabajadores humildes*; PANCADAS E SOCOS.– No castelán *pescozadas y golpes*; MANGOES.– Árbores outos que dan unha froita saborosa e con moitos fiachos que se chama *mango*; MUSURANA.– Unha cobra, *serpiente de ese nombre en Brasil*; CACHOPO.– No castelán *tronco de un árbol*; ASOLAGADA (terra asolagada).– No castelán *barrizal, lodazal*” (García, 1977: 39-45).

Diva é o seguinte “ollos soñadores,/ beizos de coral,/ corpo de sereia./ Estaba previsto,/ nacéu para amar.” Eles apaixonam-se; tentam, no início, abafar esse amor: “Winnia lle pregóu,/ pasión tan insán/ coidase esquecela./ E saíu pra Europa./ A Diva non quería/ endexamáis vela.” Porém, eles retomam o seu amor e, em conseqüência, a família da moça intervém para o impedir, tirando a moça do Rio e devolvendo-a à Bahia. Lá é resgatada por Winnia e, de novo juntos, regressam ao Rio. Ante os novos empecilhos surgidos, decidem se matar, encomendando, como a sua última vontade, que os enterrem juntos, desejo que não é respeitado:

No cuarto esquecido,/ o Amor e a Morte/ fixeron súas bodas./ Winnia, asosegado,/ calmado e vencido,/ deitado no chan.// Diva reclinaba,/ a linda cabeza,/ no peito do amante.// Nas mans unhas frores,/ tan doces e tenras,/ coma unha preganza// Cal cisne ferido,/ que anque morre canta,/ a moza escribú:/ “polo amor de Deus,/ á beira de Winnia/ quero que me enterren.”// Negóuse a familia./ Xente moito irada,/ levantóu motín./ Puxo os cadaleitos,/ en ichós, xuntiños,/ para seu santo pouco.// Mais viñeron guardas,/ e quen manda manda,/ nin siquera morta/ deixáronlle, a Diva,/ que fora cumprida/ a súa vontade (García, 1977: 54).

Nos sonetos Lapião e Maria Bonita, o autor descreve, nos quartetos, ambos os personagens, deixando os tercetos para a expressão do seu julgamento, sem simpatia, e nada complacente, a respeito dos dois cangaceiros. Diz de Lampião: “Polos vieiros da túa vida estreita,/ de vinganza ou xustiza na colleita,/ pro para moitos Caín do teu sertón,// nunca terás repouso nin sosego./ ¡E chora os crimes, que fas co ollo cego,/ teu outro ollo, brasiña de carbón!” (García, 1977: 64). Ele interpela a Maria Bonita como se segue: “María Bonita, ¿para qué deixastes/ aos teus e á terra para tí seguilo,/ si só recibes, por querer moito,// os cinco cravos do teu martirio,/ coma a coroa dunha pasión,/ que o mundo inteiro tén esquecido?” (García, 1977: 65). No terceiro, e último, soneto “nordestino” – Olinda e Olanda⁶⁴⁰ (García, 1977: 71) – verseja-se a invasão batava de Olinda (a invasão “de uns homes malvados”) como um castigo divino a essa cidade pela sua vadiagem (“só niste mundo buscaba o pracer,/ [...] Sodoma ou Gomorra cadráballe ser.”). Mas, diz-se que os olindenses, arrependidos, oraram, insurgiram-se contra os holandeses e expulsaram-nos (“E por lucideños, moito coraxosos,/ da roubona Olanda triunfóu Olinda,/ de Davide o seixo matóu Goliá”).

⁶⁴⁰ García Rodríguez (1977: 71) descreve, como se segue, Olinda, e dá esta explicação da grafia escolhida para Holanda: “OLINDA é unha cidade brasileña, de Pernambuco, ocupada polos holandeses na época colonial e logo liberada. OLANDA OU HOLANDA, nos Países Baixos. Con Olanda é mais bonito o parónimo”.

O poema En Santa María de Belén do Pará figura a continuación do poema Vou pra o Brasil, acima comentado, que abre a última parte do livro – quarta parte, Cantares da xente –. Refere-se à chegada do autor à capital do Pará, embora essa chegada não possa ser o primeiro desembarque do autor no Brasil, pois a Belém chegou de navio e no poema Vou pra o Brasil verseja-se uma viagem aeronáutica. O poema En Santa María de Belén do Pará (García, 1977: 81-84) está dividido em cinco cantos. No primeiro, o autor informa que chegara a essa cidade de manhã e salienta a impressão que lhe causara ouvir o barulho provocado pelas pororocas. No dois seguintes refere-se à sua rejeição do amor que lhe oferecera uma preta:

Chamóume unha preta,/ dende un soportal,/ co aquila vergoña,/ de ser a muller/ a que quér amar.//
[.../ ¡Si eu tivera un “brick”/ íbache levar até Porto Alegre,/ mulata sabrosa, das rúas do porto e
peiráns,/ de Santa María de Belén do Pará!// [...] E a cara sorrída,/ o bico e a frol,/ o amor rexeitado,/
pésanme na ialma,/ coma unha lembranza/ do que puido ser/ e non será (García, 1977: 82-83).

No canto quarto verseja um passeio de Belém até Nazaré, onde repara nas rendas que lá eram tecidas. Expressa que lhe parecera entrever em Nazaré a mulata que o chamara no cais de Belém e encerra o poema – Canto V – evocando essa moça: “– Miño branco, sior. – Aquela pretiña,/ que no pelo tiña/ a bermella fror,/ roubóu miña alama./ ¿ou non?/ ¡En Santa María de Belén do Pará! (García, 1977: 84).”. As rendas, e as rendeiras, do Norte do Brasil, são também motivo de um outro poema, Canción de cangaceiros (García, 1977: 93), no qual o autor se transmuta em cangaceiro (“Son mozo barudo, levóume ao cangazo,/ á xente maliña que matou meu pai./ Eu quero vingalo, non quero outra cousa,/ dimpóis de facelo, vivir é demais.”) para declarar o seu amor a uma rendeira, a quem lhe canta a sua beleza e lhe diz que, se não o ama, se matará:

Meniña rendeira, que facela renda,/ ¿por qué non me arrendas o teu corazón?/ Que si tí me ensinas a
facela renda,/ poido eu ensinarte a facelo amor.// [...] A feia ou bonita, que non quer amores,/ e coma
o capucho que non bota fror,/ máis probe que espiños da nosa caatinga, máis dura que as pedras do
noso sertón.⁶⁴¹

O poema Lembranzas ao Capitán Umbelino (García, 1977: 85-86) contém também uma referência ao contato do autor com as moças do Norte do Brasil. Nele, o autor evoca o

⁶⁴¹ Junto ao esclarecimento de que uma “caatinga” é uma “gándara longa, espiñenta e inculta”, a palavra “arrender” apresenta-se anotada por García (1977: 93) como se segue. Trata-se da única consideração na coletânea em que o autor expressa a sua opinião sobre o que ele acreditava que eram erros lexicais galegos: “ARRENDAR.– É castrapo. Debe dicirse *alugar*. Pro desfaria a paronímia con renda, que lle dá gracia á estrofa”.

capitão Umbelino Santa Rita e o seu “trancalleiro” barco – o “Augusto Montenegro” – no que, provavelmente, fez uma travessia pelo rio Amazonas – o “río-mar” –. Do Augusto Montenegro diz que “Era unha vírgula/ de libro de freira,/ no lombo do río,/ e tí o gobernabas,/ coma Deus,/ que disque nos leva/ a cousas dereitas,/ por tortos camiños”, e desse capitão diz que “Gostéi do teu nome, esnobe ieufónico,/ e da túa ialma de caboclo sorridente,/ bambocheiro, comprensivo e imberbe,/ percorrendo o salón, limpo con vasoiras,/ onde todos dormíamos nas redes.” Com o capitão Umbelino, o autor jantou uma caldeirada do “xigantesco piracurí [sic] do Amazonas” e bebeu “tacatá [sic]”⁶⁴². Nesse jantar, junto a eles, estiveram presentes a namorada do capitão (“vistosamente traxeada,/ con adovíos de frores no cabelo/ e a humildade de saber que che ofrecía,/ aloumiños de día e amores de noite.”) e uma moça que lhe fora apresentada ao autor pelo capitão (“E para mín me destes unha mulata,/ da que non quero falar,/ pois eu non son home que de amores se gaba”).

Em uma cidadezinha do Norte ou do Nordeste parece estar situado o poema A procesión do Aleluia (“Eu fun a cidadeciña,/ ver procesión do Aleluia.// A eirexiña era un tesouro/ de coloniaes belezas;/ máis que tempro semellaba/ unha casa palacega.”). Nesse poema (García, 1977: 87-89) cria-se um quadro pitoresco da cerimônia, descrevendo-se o altar em que se celebrava a missa que antecedia a procissão e, logo, com um tom exaltado, a passagem dessa procissão, à noite, pelas ruas da povoação:

Por corredoiras e rúas,/ balcoes e voladizos,/ vai o canto do Aleluia,/ riba do chan estendido,/ baixo de un ceo de veludo,/ que, eisí, resurreito Cristo,/ deixou aos gardas, pasmados,/ de ver o nunca antes visto:/ a luz da vida nun morto,/ e nos ollos de zafiro/ da mañán, dúas pombas brancas,/ Il e Dimas, que van xuntos,/ ¡aleluia!, ao paradiso (García, 1977: 88-89).

Na menção dos santos que integram o altar-mor, o autor traça um paralelismo entre ele e São Sebastião (“Sebastián, aposto,/ co peito mártir ferido,/ coma ieu, polas baestas,/ meu amor, do teu cariño.”) e compara os olhos de São Tobias com os da sua namorada

⁶⁴² García (1977: 86) deve ter errado ao escrever esses nomes. “Piracurí” é um bairro de Belém. Ele deve ter querido se referir ao peixe “pirarucu”, peixe da bacia amazônica – o maior peixe fluvial de escama – que pode atingir 2,60 m de comprimento e pesar 160 kg. O autor detalha que esse peixe fora-lhes servido “com prebe de bacallau, tomate e leite de coco”. O “tacatá” que ele menciona não existe; com certeza, ele queria mencionar o paraense “tacacá”, caldo feito com a goma da mandioca, camarões e tucupi e temperado com alho, sal e pimenta, a que se adiciona jambu, uma erva com a propriedade de provocar sensação de formigamento na boca.

(Tobías, peleriñante,/ cun anxó, seu patrocínio;/ e unha coxa descuberta;/ na man dereita, un peixiño,/ ios ollos, coma os teus ollos,/ meu ben, craros e sentidos).

A mulher nordestina – baiana, neste caso – está presente também no poema *Mallar no Judas* (García, 1977: 90-92), uma representação, em dois cantos, da experiência do autor como observador do costume ibérico da malhação do Judas no sábado de Aleluia:

Dispóis do Aleluia, a xente latrica/ cuns bonecos feios, imaxes de Xudas,/ que son pendurados, por mozos e vellos, nas portas das casas de prazas e rúas.// Uns eran retratos de Carlos Lacerda,/ político mozo, entón fulgurante,/ pro que se perdéu na riola do tempo,/ coma nos coriscos, as follas dos albres (García, 1977: 90).

Na última estrofe do primeiro canto, menciona-se o “Largo do Machado”, a única referência útil para situar espacialmente o texto; acreditamos, nesse sentido, que o autor se refere ao Largo do Machado do Rio de Janeiro (“Largo do Machado é bonita praza,/ alí eu malléino, non vou a negalo,/ pois, ao Iscariote, todos nós o temos/ por boi espiatorio dos nosos pecados.”). A referência a Carlos Lacerda (“político mozo, entón fulgurante,/ pro que se perdéu na riola do tempo”) indica-nos, tanto que o autor observou o que verseja muitos anos antes da publicação da obra, quanto que o poema foi composto, ou revisado, anos após a sua ida a essa malhação, pois Carlos Lacerda faleceu, com 63 anos, aos 21 de maio de 1977. Por um lado, a raiva popular desatada contra esse político, manifestada na encarnação em Lacerda da figura de Judas, muito provavelmente esteja relacionada à campanha difamatória que ele orquestrara contra Getúlio Vargas e às manobras que ele promovera para impedir a posse de Juscelino Kubitschek. Por outro, o autor, ao assinalar que Lacerda acabara perdendo o rumo político com o passar do tempo pode estar aludindo ao apoio por este prestado à Revolução de 1964.

No canto segundo o autor verseja a dó que o Judas traidor acabou provocando entre algumas mulheres, que decidiram cuidar do boneco, penteando-o, perfumando-o e enfeitando-o, até convertê-lo em um fetiche ou em um ex-voto com o qual se identificava o autor:

Contóume unha moza, bahiana, bonita,/ da mesma cidade de San Salvador,/ que, pouquiño a pouco, algunhas mulleres,/ foron esquecendo ao Xudas treidor.// [...] E algunhas saudosas chegaron ao caso,/ de adoviar de Xudas ao noivo esquecido,/ riba dil vertendo prantos tan acedos/ coma as Madalenas dun amor perdido.// [...] Tamén eu son Xudas e si me levaras,/ a vella figueira que carrega os figos,/ choraras na sombra, cando me aforcaras,/ coa longa ringreira dos teus loiros rizos (García, 1977: 91-92).

Acreditamos que, junto à seção de poemas relacionados com as vivências do autor no Rio de Janeiro e à seção formada por aqueles poemas em que se destacam ora experiências do autor no Norte ou no Nordeste, ora características dessas duas regiões brasileiras, uma terceira seção é formada pelos poemas dedicados a personagens históricos da política e do campo cultural do Brasil. Cinco desses poemas foram classificados por García Rodríguez como “Poemas históricos” – “primeira parte” –, os outros são sonetos e compõem a “terceira parte”. Cinco sonetos estão dedicados a políticos contemporâneos ao autor: “Jango Goulart”, “Xanio Quadros”, “Xuscelino Kubitschek”, “O General Gaspar Dutra” e “Xetulio Vargas”. Em relação ao período imperial brasileiro há dois sonetos, dispostos, no livro, um a seguir do outro, de modo que se podem ler como duas representações contrapostas, pois um desses sonetos – Na morte de Francisco Solano López (García, 1977: 66) – apresenta o retrato de um político ignominioso frente ao retrato elogioso traçado no outro soneto – Don Pedro II, Imperador do Brasil (García, 1977: 67) –. Assim, nos tercetos dedicados à morte daquele presidente paraguaio, expõe-se: “Tal, irado e ferido na devesa,/ si o can alán o prende pola orella,/ recebe súa morte o porco bravo,// sin necesidade de ter Casio nin Bruto,/ a un dos tiráns máis grandes diste mundo,/ derribóuo a lanza dun valente Cabo”. Contrastivamente, a morte de D. Pedro II é assim versejada: “Respeitado por todos, benquerido,/ o cinco de decembro véu seu fin,/ naquela gran cidade de mil luces,// que sempre era desterro, anque París,/ morréu moi lonxe do Brasil amado/ o home máis brasileiro do Brasil.”. A única composição crítica com o personagem que lhe dá nome é a intitulada “Xuscelino Kubitschek” (García, 1977: 61), pois, embora o autor afirme que lhe guarda carinho a J.K., acusa-o de ter feito uma gestão baseada na mentira. Trata-se de um soneto em que García Rodríguez revela que foi durante o mandato de Juscelino quando ele recebeu a condecoração da Ordem do Cruzeiro do Sul, havendo-se tido, portanto, que deslocar ao Brasil depois do ano 1956: Eis esse soneto:

Eu fun condecorado no seu tempo/ e ténolle respeto. Até cariño./ Pro as súas lembranzas vánseme indo,/ coma as pompas de xabón vánselle aos nenos.// Cando mudóu a capital de sitio,/ moi poucos o aceptaron de boa gana,/ e quen aló non fôí, cantóulle o samba,/ eu “Non vou para Brasilia”, fico en Río.// Presidente xeitoso e sorridente,/ creóu cos seus sorrisos súas verdades,/ que, na verdade, somente eran mintiras.// Tamén nos nosos ventureiros áres,/ xurden penas, reloucos ou ledicias,/ que non son ás máis das veces realidades.

No soneto Xanio Quadros (García, 1977: 60), o autor não acusa ao político homônimo, quando presidente, de falsário, como fez com J.K.; limita-se a frisar a desorientação que caracterizou o seu breve mandato, iniciado com esperançosos augúrios, rapidamente desfeitos: “Na súa frente o brilar dos elexidos,/ anxos de gloria, frores das mulleres. [...] Antes de que pasaran sete meses,/ fuxéu pra lonxe do Brasil, un home,/ hoxe esquecido, que esqueceu seu norde”. A João Goulart – soneto Jango Goulart (García, 1977: 59) –, no entanto, além de lhe dar o benefício da dúvida (“Eu non sei si tiña razón ou nona tiña,/ cando as carreiras deixou a presidencia”), oferece-lhe a sua solidariedade, a partir da qual expressa conclusivamente, no último terceto, a sua opinião sobre o drama do desterro: “Pro dá noxo a varoes encumiados/ velos caer, ao fin, nisa tristeza,/ de saíren da terra ú foron nados.// Coma il ioutros mil que, desterrados,/ non voltarán á patria feiticeira/ máis que, tendo boa sorte, de finados”.

Do mandato de presidente Dutra, García Rodríguez louva, no soneto O General Gaspar Dutra (García, 1977: 62), a paz social conseguida pela sua gestão: “O seu Brasil non saíu de ‘España boba’, tampouco foron seus anos barulleiros,/ [...] o povo recibeu das súas virtudes/ cinco anos de paz e bon goberno,/ auga de rego que mansiña pasa,/ pra facer as espigas máis graúdas”. Por sua vez, o retrato que traça do Dr. Vargas, no soneto Xetulio Vargas (García, 1977: 63), é encomiástico; nele frisa-se o carisma do político e a indignação que mostrou o povo quando ele, traído pelos seus aliados, se suicidou:

Presidente de revolta a vez primeira/ e a segunda por votos populares,/ inda que sempre teve moitas penas,/ sobrevivéunas o curazón grande.// Mais, traizoado á dereita e á esquerda,/ vendido polos propios familiares,/ non achando camiño pras enmendas,/ o seu destiño foi sacrificarse.// Afastado das glorias e do mando,/ e tamén pola súa man da mortal vida,/ endexamáis vín home máis chorado.// E ante o pobo do Río, que xemía,/ estrelas do Cruceiro, estremecidas,/ curbírono, chorosas, co seu manto.

Junto aos cinco “Poemas históricos” da “primeira parte” (Hino a Tiradentes, Inconfidentes na Bahía, Bandeirantes, Os Padres Xesuitas no Brasil, Descobrimento da Terra da Vera Cruz), há sete sonetos, na “terceira parte” (O grito perto do riacho Ipiranga, Marília e Gonzaga, Soidades, O Aleixadiño, O conde de Oeiras, O padre Xosé de Anchieta e Padre Manoel da Nobrega), que conformam uma seção de poemas especificamente dirigidos a pôr em relevo ícones da história colonial do Brasil. Por ordem cronológica em relação aos fatos convertidos em matéria poética, o primeiro poema que aborda a história

do Brasil é, obviamente, Descobrimento da Terra da Vera Cruz (García, 1977: 30-36). Nele, em seis cantos, o autor verseja a singradura da esquadra de Cabral, desde que zarpou logo após ouvir “misa na ermida do Restelo” até que, após a escala no litoral do monte Pascual, levanta de novo âncora rumo à Índia. No primeiro canto, García Rodríguez, embora afirme, na primeira estrofe, que a “Terra de Vera Cruz era unha rosa,/ que o velho Portugal tiña para sí”, não deixa de mencionar, já na segunda estrofe, que a presença de Castela em terras brasileiras fora anterior à chegada da tripulação e da tropa portuguesa: “Alonso de Oxeda quixo arrecendela,/ Vicente Yáñez Pinzón tévea nas mans,/ a Diego Lepe dóulle pracer, como unha moza/ que nona queres, dimpóis de que a gozas,/ e a deixas, de sócato, pra dirte;/ auga que pasa que ninguén a bebe”. O autor cita os que ele crê serem os membros sobranceiros da tripulação e da tropa cabralina, inclusive o Mestre João (“mestre Xan,/ bacharel, físico e ciruxán de Noso Señor El Rei”). O poema encerra-se com a repetição da primeira estrofe, precedida por três apontamentos. Por um lado, o autor expressa o desencanto de “Gaspariño, o xudéu” – o língua – ao não se poder comunicar com os índios. Dele diz: “Miróunos con piedade e cochichóu,/ triste, consigo mesmo:/ – Son coma animalíños istes probes/ e si alma teñen siquera, nono séi”. Por outro, salienta a decisão de Cabral de não permanecer nas terras descobertas e prosseguir rumo à Índia (“Pedro Alvares Cabral, alí non fixo/ o que o Gran Almirante Don Cristobo,/ nin colléu indios presos/ que amostrar en Lisboa.”). Por último expressa a tristeza que deve ter sentido Frei Henrique ao não poder ficar no Brasil para evangelizar os indígenas, apresentando-o como o primeiro sujeito que sentiu saudades do Brasil: “Nantramentras, bagullas reventaban, nos ollos,/ moito amorosos, do noso Frei Enrique,/ que non quixera deixar aquela terra./ E foron súas soidades as primeiras/ que do adourado Brasil ninguén tivera...”.

Nos sete cantos do poema *Bandeirantes* (García, 1977: 22-26), o autor refere-se à última bandeira organizada por Fernão Dias Pais [Fernando Días Pais]. Ela, partindo de São Paulo em julho de 1674, percorreu durante sete anos os sertões mineiros, havendo falecido Fernão Dias, de febre, em pleno mato, em 1681, acreditando que eram esmeraldas as pedras que encontraram, sendo estas, na verdade, turmalinas. Trás comentar as duras experiências dessa bandeira, García Rodríguez encerra o poema com a seguinte consideração, a qual é a única referência no livro à estadia do poeta em São Paulo: “Eu piso a terra paulista paseniño./ Non vaia Días Pais a despertar!./ Un vello, coma eu, que inda camiño,/ postos os

ollos no ceo, mentras cobizo,/ esmeraldas de versos polo chan./ Coma as meniñas craras dos teus ollos,/ que firen para dar vida ou para matar”.

O poema *Os Padres Xesuítas no Brasil* (García, 1977: 27-29) é um encômio de inacianos ilustres entregues à evangelização do Brasil. Inicia-se com a louvação dos “quarenta mártires” – o grupo dos jesuítas de Inácio de Azevedo assassinado em 1568, durante uma travessia atlântica, por corsários calvinistas – e com a louvação dos doze mártires, um outro grupo, o de Pero Dias, massacrado no ano seguinte durante uma outra tentativa, de evangelizadores jesuítas, de alcançar as costas brasileiras. Logo o poeta refere-se a evangelizadores jesuítas dos aborígenes nos sertões brasileiros – o irmão Saloni, Gaspar Lourenço, Luís Figueira, Luís de Góis, Gaspar de São Peres, Francisco Pintos –, de quem diz que: “Foran mostra tan só da boa estirpe,/ criadores do ensino e do teatro,/ preservadores das línguas dos indíxenas,/ cronistas, literatos, refinados,/ fixeron fortalezas e poesía/ polas capitanías da conquista”. O poema termina com o epifonema: “¡Si os soldados ao Brasil déronlle o corpo,/ inacianos ao Brasil déronlle a ialma,/ coma o sol, refreixado nun espello,/ dálle a quentura e luz de que se gaba!”. Aos jesuítas José de Anchieta e Manoel de Nóbrega dedica senhos sonetos – O Padre Xosé de Anchieta (García, 1977: 75) e Padre Manoel de Nóbrega (García, 1977: 76) –. Do primeiro elogia a sua catequese dos índios de São Paulo (“foi o pai do Brasil que amañecía”), cidade que qualifica como “seu millor monumento”, e diz que, se Anchieta ainda não está nos altares, é “por culpa dos santos que hai en Roma,/ que fan santos, por pracer, aos que lle pracen”. Qualifica o segundo jesuíta como sertanista – “precursor dos bandeirantes” – e cria para ele a seguinte imagem: “¡Alma que fixo dos indíxenas cristianciños,/ polas que foi grande o pequeniño Portugal!”. Em contraposição aos jesuítas, aparece a figura de José de Carvalho e Melo – “home xuizoso e vengativo” com “persoalidade de estadista” –, convertido em matéria poética no soneto *O Conde de Oeiras e Marqués de Pombal* (García, 1977: 74), no qual se assinala que ele, antes da *viradeira*, “botou para fora aos inacianos cregos,/ e deitou polo chan seus outos sonos”.

García Rodríguez dedica três poemas às revoltas *independentistas* brasileiras. Trata-se das composições *Hino a Tiradentes*, *Inconfidentes na Bahía* e do soneto *O grito perto do riacho Ipiranga*. No *Hino a Tiradentes* (García, 1977: 13-17), em 22 quadras, o autor verseja a biografia desse insurgente mineiro, glorifica o seu sacrifício pela libertação do

Brasil, identifica-o com imagens cristãs (“Cristo dos humildes”, “Varón apostólico”, “Exemplo de xustos”, “Cristo de culpas alleas”, “noso Urías”, “o mártir Mauricio ou santo Lourenzo”, “Cristo resurreito”) e expressa, como se segue, a sua admiração pelo talante desse suposto patriota e a sua submissão a ele: “¡O meu curazón e um ramo de frores,/ para tí, Tiradentes,/ e si ben poidera, do mundo os louvores,/ coma protomártir dos Inconfidentes!”. Na Vila Rica de Ouro Preto da época da Inconfidência, situam-se os três sonetos dedicados a personagens da cultura mineira setecentistas: Marília e Gonzaga, Soidades que tiña o poeta Tomás Antonio Gonzaga da belísima Marília de Dirceu nantramentras il se achaba no desterro de Angola e O Aleixadiño. No poema Marília e Gonzaga (García, 1977: 69) diz que a biografia de Tomás Antonio Gonzaga é a “historia dun gran home”, a qual serviria “pra facer un bó libro de versos, un romance, unha peza dramática”. Desse poeta destaca que, ainda que desterrado e afastado do seu amor, continuou escrevendo versos “pra adourada meniña”, mas, dela, censura a sua conduta logo após eles se terem afastado por não ter sabido se manter leal ao que fora seu namorado. Assim, García Rodríguez expressa que Marília “logo teve amores,/ axitados e tolos, que non fái ben lembralos”, pelo qual ela foi como “un anxo de ilusioes, pro – ¡ai! – un anxo, que pouco o/ foi na vida”. Em Soidades que tiña o poeta Tomás Antonio Gonzaga (García, 1977: 70), a voz é a de Gonzaga, quem se dirige, da distância, a Marília, comunicando-lhe o seu imperecedouro amor e a sua confiança em o poder retomar. Enquanto isso não acontece, ele aguarda, tendo-a presente: “Nantramentras, por tí, perdido o sen,/ a rosa dos teus beizos bicaría,/ onte, hoxe, mañán, eiquí e alén.” Por sua vez, o soneto O Aleixadiño (García, 1977: 72) é um retrato e uma homenagem do escultor mineiro Antônio Francisco Lisboa, louvado por saber fazer “coa ialma o que as mans non podían”, lavrando profetas “nos adros das eirexas de Minas”, isto é, em Congonhas do Campo. No último terceto o autor enfatiza que a obra do Aleijadinho: “pónlle ilusioes novas ao inqueda camiñante,/ enderéitalle os pasos ao que se acha perdido,/ e dalle a paz de Deus ao que de Deus tén sede”.

Em Inconfidentes na Bahia (García, 1977: 18-21), verseja-se a *Guerra ou Revolta dos Alfaiates*, isto é, a conjuração baiana ocorrida em Salvador em 1798, ressaltando-se o seu caráter popular e os seus ideais igualitaristas e antiescravistas e elogiando-se a heroicidade dos executados (o soldado Lucas Dantas do Amorim Torres [Amorín], o

soldado Luiz Gonzaga das Virgens [Luís das Virxens], o mestre alfaiate João de Deus Nascimento [o xastre Xan de Deus do Nascimento], o aprendiz de alfaiate Manuel Faustino dos Santos Lira [o pasquineiro Manoel Faustino]), aos quais o poeta se dirige:

Indixentes, meus probes, nada tiñan,/ e aínda son indixentes pras historias./ ¿Quén vos lembra? ¡Só eu, probe e coitado,/ co istos versos, para vós, ramos de rosas!// E deixo enriba dos nomes esquecidos,/ riba das vosas esquecidas fosas,/ nos locais onde foron vosos restos,/ onte vergoña, hoxe luz de gloria,// os exemplos dun Franco aventureiro,/ ou do lontano e misterioso Mao,/ que morren, mas súas camas, tranquiliños,/ bieitos polas musas ou os santos.

A independência do Brasil é versejada focalizando o momento simbólico conformado pela insurreição do infante D. Pedro com o soneto O grito perto do riacho Ipiranga (García, 1977: 68).

Xosé María García Rodríguez não viajara ao Brasil para fazer turismo, senão para, sendo um funcionário consular espanhol, receber a honraria de Comendador da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. Aproveitando esse ensejo, percorreu e apreciou, no segundo lustro da década de 1950, as regiões Norte, Nordeste e Sudeste do país como um viajante estrangeiro não-imigrante. A sua experiência de entrosamento social com os nativos e a sua visão da história do Brasil foi divulgada, duas décadas depois, em poemas que, por sua vez, refletem que o posicionamento predominante do autor perante as suas vivências no Brasil fora o de um turista. Xosé María García Rodríguez, advogado graduado em Deusto e juiz de direito espanhol⁶⁴³ disse que ele emigrara à República Dominicana, embora em Santo Domingo, e, logo, no seu destino em San Juan (Puerto Rico), acabasse exercendo profissões – chanceler na Embaixada de Espanha em Santo Domingo e funcionário no Consulado Geral de Espanha em Puerto Rico – não próprias de um imigrante⁶⁴⁴. Em San Juan ele foi um destacado colaborador e um dirigente das principais entidades fundadas pelos imigrantes espanhóis – Casa de España en Puerto Rico e Sociedad Española de

⁶⁴³ O afastamento, do seu cargo de juiz, de García Rodríguez foi informado pela “Orden por la que se dispone que don José María García Rodríguez continúe en situación de excedencia voluntaria”, publicada no n.111 do *Boletín Oficial del Estado* em 21.04.1945. Disponível em: <<http://www.boe.es>>. Acesso em: 28 jun. 2009.

⁶⁴⁴ Na entrevista que concedera a *La Voz de Galicia* em 10.09.2002, intitulada “Soy de esos escritores que espera la fama tras la muerte” – Hijo de la colonia española en el Caribe, a los 90 años escribe sin descanso – (Disponível em: <<http://www.lavozdeg Galicia.es/hemeroteca/2002/09/10/1224892.shtml>>; acesso em: 28 jun. 2009), declarou o seguinte a respeito da sua ida à República Dominicana e da sua obtenção do cargo de chanceler: “Emigré tras trabajar como periodista y magistrado, y cuando llegué a Santo Domingo, en la embajada no se creyeron que fuera juez. Fue bastante gracioso, y marcó el comienzo de una etapa en la que asistí en primera persona a la dictadura de Trujillo. [...] El embajador me sacó de las garras de la policía en más de una ocasión, y también me hizo cancelar para protegerme. Tras un malentendido por una obra de teatro que yo había escrito, Trujillo ahorcó al protagonista de la pieza como advertencia hacia mí”.

Auxilio Mutuo y Beneficencia –⁶⁴⁵; no entanto, o livro de poemas *Brasil, historia, xente e samba-canción* mostra que a *gente* que o atraiu durante a sua experiência brasileira foram os aborígenes, não os imigrantes galegos⁶⁴⁶.

V. 6. A reação de José Luis Casas

No mesmo período em que Xosé María García Rodríguez esteve no Brasil, o jornalista e literato José Luis Casas (1936-), sobrinho de Álvaro de Las Casas⁶⁴⁷, situou o tempo da história do seu único romance de ambientação brasileira, *Sucedió en Brasil* (Casas, 1985). Este se inicia como se segue:

Del 8 de enero de 1958

Como saben los que conocen a Álvaro, nuestro protagonista, antes de lo que se cuenta en el presente libro, ya había vivido varios hechos singulares. Sin embargo, para lo que aquí nos interesa no es imprescindible conocer las anteriores aventuras. Bastará con recordar que se trata de un español de 21 años, que emigró a Brasil, en julio de 1957, con el propósito de regresar a España de inmediato para dialogar con Franco y plantearle, muy objetivamente, el problema de su sucesión.

Desde su arribo a São Paulo, hasta este día en que se reanuda la historia, Álvaro Castelovento Meira había tenido la oportunidad de comprobar que su propósito no era tan fácil de cumplir como estimara en su inicio, y fruto, precisamente, de tales obstáculos es el viaje que va a emprender con destino a Montevideo.

Así, pues, la fecha escogida por Álvaro, con tanta meticulosidad, había llegado y el 8 de enero de 1958 lucía en el calendario con su peculiar fulgor. Sí, peculiar fulgor porque sólo iba a existir un 8 de

⁶⁴⁵ Com motivo do falecimento de García Rodríguez, em San Juan de Puerto Rico, aos 22 de janeiro de 2006, no *Boletín Informativo del Plan de Socios de la Sociedad Española de Auxilio Mutuo y Beneficencia de Puerto Rico*, de dezembro de 2006, Casimiro de la Torre, da Junta de Síndicos da entidade, publicou uma nota necrológica. Intitula-se Dejando huellas, in memoriam, José María García-Rodríguez, Historiador Honorario de la Sociedad Española de Auxilio Mutuo y Beneficencia de Puerto Rico (1912-2006) (Disponível em: <www.auxiliomutuo.com/.../Diciembre_2006_RevistaSocios.aspx>; acesso em: 28 jun. 2008). Nela patenteiam-se os vínculos entre García Rodríguez e a colônia espanhola em San Juan. Eis o encerramento da nota: “En lo humano, su vida fue sencilla y su trayectoria literaria, mantenida con sencillez y constancia, no exenta de típica socarronería galaica, lo transformó en una de las plumas más prolíficas de la literatura hispana, como lo acredita su extensa obra. Por su valiosa e indiscutible aportación para preservar la memoria histórica de nuestra Sociedad, hoy queremos reconocer los grandes méritos de Don José María García-Rodríguez, Socio propietario y distinguido Historiador Honorario de la Sociedad Española de Auxilio Mutuo y Beneficencia de Puerto Rico con este ‘recuerdo agradecido’ en ocasión de su fallecimiento”.

⁶⁴⁶ Em 2001, já idoso, “José María García-Rodríguez” (1912-2006) publicou em San Juan um livro com as suas impressões sobre o Brasil. Intitula-se *Brasil, 1950-1960: crónicas y recuerdos*.

⁶⁴⁷ Em 2003, José Luis Casas publicou, em Cartelhe, uma edição comentada da coletânea *Sulco e vento*, de Álvaro de Las Casas. Intitulou essa edição *Os sulcos e os ventos de Álvaro*. Não manteve o título do livro de poemas de seu tio; inseriu um grande estudo crítico introdutório no qual faz apologia da trajetória intelectual de Las Casas e denuncia a marginalização à qual este foi relegado nas letras galegas. Todavia, fornece escassas informações a respeito da estadia de Las Casas no Brasil.

enero de 1958 en la vida de Álvaro y, además, porque los fulgores, en la vida de nuestro protagonista, ya saben los que lo conocen eran determinantes (Casas, 1985: 7).

O protagonista – Álvaro – é um rapaz galego desorientado, de cuja vida anterior à sua estadia no Brasil não se informa, que, segundo informa um autor onisciente que sente pouca simpatia por ele, sonha com poder iniciar a instauração, desde o Brasil e o Uruguai, da “I Res Pública Hispánica Homocrática”. Nem o autor nem o protagonista especificam qual é a ideologia revolucionária que fundamenta essa república. Ambos mencionam que se trata de uma utopia que pretende redimir os pobres explorados e criar um regime de justiça e fraternidade. Nesse sentido, o protagonista considera-se um ideólogo que deve agir como um ativista para, em associação a outros esclarecidos, consolidar uma vanguarda que inicie o processo de transformação política-social. O problema dele é a carência de apoios, pois não encontra outros sujeitos que pensem como ele e não recebe subsídios. O isolamento social, a desinformação que padece e a penúria econômica fazem-no trabalhar, o qual o converte em um imigrante circunstancial e o relaciona com párias estrangeiros, já que a falta de formação técnica dele leva-o a assumir empregos que não requerem especialização; o último desses empregos é o da revenda de bananas, junto a sujeitos marginais, em um carrinho na fronteira rio-grandense com o Uruguai (Livramento/ Rivera). Isto é, Álvaro é um diletante intelectual que, mediante a labuta, é forçado a conviver com os indigentes estrangeiros que se situam no segmento social que ele almeja redimir, mas nos quais não encontra compreensão e com os quais não conta para a estruturação da vanguarda revolucionária.

O produtor José Luis Casas, nascido em Ourense, viveu no Brasil. Na orelha de *Sucedio en Brasil* indicam-se estes dados biográficos:

A los 19 años se trasladó a Madrid, y como consecuencia de las huelgas estudiantiles de 1957 se marchó a Iberoamérica en julio de ese año, viviendo fundamentalmente en Brasil hasta su regreso a España, en agosto de 1963. En Porto Alegre, Brasil, publica en 1959 su primer libro de relatos cortos, *Páginas*, y comienza a escribir en los diarios *A hora*, *Diário de Notícias* y *Última hora* de aquella ciudad. A finales de 1963, ya en Madrid, se incorpora a la revista *Control de Publicidad y Ventas* y en 1968 publica su segundo libro, *Hay que vivir*.

O protagonista Álvaro, ao igual que o produtor, também esteve no Estado de Rio Grande do Sul, embora, ao contrário dele, fracassara na tentativa de se empregar estavelmente como jornalista. Não sabemos em que grau há paralelismos biográficos entre José Luis Casas e o seu personagem. Não localizamos a obra *Páginas*; consultamos, no

entanto, a narrativa *Hay que vivir*, mas nela não há referências ao Brasil. Também não sabemos em que grau as “consequências” dos incidentes de 1956 e 1957 na Universidade de Madri afetaram José Luis Casas, mas as posições por ele ocupadas nunca foram as de um revolucionário esquerdista⁶⁴⁸. Por sua vez, o personagem desenganara-se com o rumo seguido pela política na Espanha e decidiu deslocar-se ao Cone Sul, onde acreditava que encontraria camaradas que compartilhavam o seu ideário em torno à comunhão humanista ibérica. O fracasso de Álvaro na cidade de São Paulo na realização do seu projeto revolucionário fez com que ele decidisse partir de trem para Montevidéu; lá, ele esperava contatar com pares. Em *Sucedió en Brasil*, narra-se essa travessia, que se converte em uma viagem frustrante. Ao alcançar o estado gaúcho, por, supostamente, não haver linha direta de trem, o protagonista tem que fazer várias conexões rumo à fronteira, até se deter em Livramento, onde aguarda instruções procedentes do outro lado da fronteira, que só lhe chegarão de forma confusa. E, enquanto aguarda, tem que trabalhar para se manter, porque esgotara o dinheiro que tinha poupado na cidade de São Paulo.

Na cidade de Livramento, Álvaro topou com vários galegos dedicados ao comércio varejista. Nenhum deles tivera sucesso econômico, pelo qual concentravam os seus esforços na sobrevivência do dia-a-dia. De fato, o autor ressalta deles o seu modo de vida decadente, marcado por relações sociais brancas, pela desconfiança que a respeito deles têm os nativos, pela incapacidade para formarem famílias felizes com brasileiras e, geralmente, pelo fracasso dos seus empreendimentos. Assentaram-se em Livramento de casualidade, logo de haverem tentado a fortuna em localidades brasileiras e uruguaias. Esses galegos não são retratados como uma colônia unida, senão como um conjunto de indivíduos desconfiados e rivais, de linguajar soez, que se desprezam e se enfrentam constantemente em decorrência das humilhações às quais os melhor colocados nos negócios do comércio submetem os seus patrícios. Um dos galegos melhor sucedidos – Ricardo –, proprietário de um pequeno armazém de frutas situado em um fedorento porão, matem o seguinte diálogo com o protagonista Ricardo. Reproduzimo-lo porque nele patenteiam-se, por um lado, as tensões e as desconfianças, fruto do fracasso e da miséria,

⁶⁴⁸ Nas décadas de 1970 e 1980, a produção literária de José Luis Casas – a obra *Romances del hombre solo* [1970] e a sua narrativa *El otro Franco: de mis conversaciones privadas* [1981] – e o seu trabalho jornalístico – diretor da revista *En Punta*, fundada em 1973, e colaborador de *El Alcázar* – mostram um intelectual, sem militância em partidos políticos, oposto ao regime franquista desde uma posição *conservadora*.

entre os galegos residentes em Livramento, e, por outro, a rejeição a qualquer proposta que não contenha uma via de benefício econômico imediato. Eis:

– [Álvaro] Hola. Buenos días – dijo Álvaro, mirando para todas las esquinas, más que para el hombre.

– [Ricardo] Buenas – contestó hoscamente el hombre, sin levantar la vista del cuchillo y sin abandonar la comida crujiente, como si se tratase de nueces y avellanas, de la sandía.

– ¿Es este el depósito de frutas de unos españoles?

– Sí – contestó el hombre mirando al suelo.

– Desearía hablar con Ricardo Fernández.

– ¿De qué se trata?

– De nada en particular, pero me gustaría hablar con él.

– Yo soy y esto es mío, ¿qué quieres? – el hombre miró a Álvaro con desprecio; era cuadrado, tenía poco pelo y la camisa, las zapatillas y los pantalones estaban rotos.

– Yo también soy español.

– ¿Y qué? – el hombre, de unos treinta y dos años, miró a Álvaro con ira y sus ojos castaños se enrojecieron.

– Nada.

– Entonces, ¿por qué querías hablar conmigo?

– ¡Ah! Sí, pero me parece que me equivoqué. ¿Tienes algo que ver con “Marx”?

– ¿El del Morro?

– No, no. No vive aquí.

– Yo sólo conozco a ése. Está tuberculoso, ¿y qué le quieres?

– No es ése, ya te dije. Es que el señor Rioja me habló de vosotros y como busco a un Fernández, pensaba que a lo mejor...

– ¿Con Pedro Rioja? ¿Entonces tú eres el idiota que ayer terminó perdiendo todo en la ruleta?

– Gracias por el cumplido. ¡Tengo la lengua que me da la gana! ¿Te importa?

– Eso depende. Desde luego, si es para insultarme sí.

– Vaya! Con que además de tonto perdedor eres matón, ¡pues estás frito! ¿Aún no comprendo cómo te dejaron entrar con esa pinta de vagabundo! – el hombre paseó su torva mirada sobre la crecida barba de Álvaro y sobre los zapatos sucios.

– Ya ves, a Rioja le merecí distinta opinión – ¿Ese es un chalado! ¿Y qué cuentos te dijo de mí?

– Creo que algunos. Aunque no me habló de ti particularmente, sino de los españoles de aquí, que eran tratables y trabajadores. Rioja es siempre así. Está en las nubes, De un tiempo a esta parte viene mandándonos españoles como si este fuese el Consulado. Claro que nosotros no hacemos caso de eso. Por mi parte, prefiero gastar diez pesos con una puta cualquiera que dejarle diez centésimos a un compatriota. ¡Detesto a los compatriotas!

– Ya veo, ya, no necesitas decírmelo. ¿Y por qué? ¿Acaso?

– Y no me hicieron más porque corté a tiempo,. La mayoría de los paisanos que andan por ahí son ladrones y sinvergüenzas. Sólo viven engañando – en el semisótano había olor a ratas y a queso podrido –.

[...]

– [Ricardo] ¿Oye! ¿Tú también eres gallego?

– [Álvaro] Sí, ¿te importa? Nací y viví en Galicia, pero soy español, ¿pasa algo?

– No, si tonto y presumido eres, ya se ve. Si no eres de los que vienes a pedir puedes quedarte.

– ¿Gracias hombre! ¡Al fin te vino la amabilidad! ¡Como que adelantaría algo que te – viniese a pedir! Ya veo por dónde respiras y es suficiente.

– ¡Claro! ¡Si ya sabía yo que eras como los demás! Perdiste ayer todo y ahora seguro que me venías a pedir dinero.

– ¡Hombre, acertaste! ¿Y me lo das?

– ¡Tú estás loco!

– Bueno, me has convencido. Dame un pedazo de sandía. Cóbramelo antes, no vaya a ser que me escape sin pagártelo.

– Ya te librarías de eso, ya, ¡te daba un “porrazo” que te “escarallaba”! (Casas, 1985: 134-36).

A narrativa encerra-se com o acordar do protagonista Álvaro logo da haver passado a noite em uma alucinante cerimônia em um terreiro de candomblé. Trata-se de um final aberto; supõe-se que, nesse dia, o protagonista atravessará a fronteira e se encaminhará a Montevideu. Na prosa do autor salienta-se que, apesar das amargas experiências que o protagonista tivera no Brasil, ele não desistiu dos seus ideais e porfiou no seu projeto revolucionário de criar um grupo de esclarecidos desde o qual instaurar a “I Res Pública Hispánica Homocrática”.

O romance *Sucedio en Brasil*, qualificado na sua capa como “Pormenorizado y reflexivo relato en el que se cuenta cómo, cuándo y por qué Álvaro Castelovento Meira tomó la meditada decisión de arreglar el mundo” foi publicado vinte anos após José Luis Casas haver regressado a Madri. Das obras escritas sobre o Brasil por galegos não-imigrantes, comentadas neste capítulo, *Sucedio en Brasil* é a única que não apresenta uma visão favorável ao país. O modo sofrido de vida e a falência dos projetos de sucesso, e o decorrente desengano, dos galegos, imigrantes e não-imigrantes, residentes no Brasil, proporciona, desde a ficção, uma imagem negativa acerca da pertinência da escolha do Brasil como país de emigração.

VI. SÍNTESE CONCLUSIVA

A produção normal de um imigrante é determinada pelas necessidades do país que demandou, ou simplesmente admitiu, a presença dele como mão-de-obra. Esta obviedade, determinante do *habitus* do imigrante, é a premissa a partir da qual se pode compreender por que os milhares de trabalhadores galegos deslocados ao Brasil publicaram poucas obras que se possam vincular com o campo da cultura. Essa premissa permite-nos também compreender por que não se constituíram grupos galeguistas no Brasil.

Mediante o terceiro capítulo desta tese – A condição do imigrante – esclareceu-se, com o auxílio das ponderações da Abdelmalek Sayad, que há funções que justificam a convocatória, por parte do país receptor, de imigrantes, e que há labores que se espera que realizem estrangeiros que não são imigrantes. Paralelamente, o país que permite, e que até mesmo fomenta, a saída dos seus cidadãos nacionais para que trabalhem em outros Estados soberanos confia em que esses cidadãos cumpram com as responsabilidades que lhes cabem segundo seja o seu estatuto, quer dizer, segundo a sua partida seja considerada, ou não, um ato de emigração. O país receptor legisla sobre a imigração; ele estabelece os perfis profissionais nos quais o imigrante se deveria encaixar, fixa subsídios para a chegada e o assentamento do trabalhador estrangeiro, delimita os direitos e os deveres, abre vias para a reunificação familiar desse trabalhador e preocupa-se pelo modo de escolarização da sua descendência, e, se for o caso, facilita o retorno desses sujeitos aos seus países de origem. Para o país receptor resulta, no entanto, mais difícil legislar a respeito dos sujeitos estrangeiros não-imigrantes, já que estes não constituem uma massa. A massa sempre é formada por indivíduos qualificados como imigrantes, os quais, por sua vez, se reconhecem como tais. Nesse sentido, o Estado pode legislar sobre os requisitos que hão de cumprir os estrangeiros não-imigrantes que visem permanecer no país durante determinados períodos, mas o controle da conduta deles e os fins sociais e/ ou econômicos fixados para a sua estadia não coincidem com os que cabem em relação aos estrangeiros imigrantes e variam segundo o estatuto que ocupem esses não-imigrantes (asilados, estudantes, pesquisadores, cooperantes, missionários, turistas, funcionários consulares). Frente a eles, todos os imigrantes são, simplesmente, mão-de-obra estrangeira.

No Brasil, ao igual que em todos os Estados americanos que fomentaram a chegada de imigrantes desde a sua emancipação até a aparição do desemprego a partir das crises

econômicas da década de 1930, pretendeu-se que os imigrantes, além de cumprirem com a sua função – a ocupação dos empregos a eles destinados –, contribuíssem à consolidação e ao engrandecimento da nação permanecendo no país. Por meio dessa permanência, no Brasil, por um lado, procurava-se, que os imigrantes, ao constituírem famílias, aumentassem a população que, logo, além de garantir a mão-de-obra nas cidades e nas fazendas, poderia colonizar sertões e, por outro, procurava-se que se implicassem nos planos de eugenia, *branqueando* a nação.

Sayad assinalou que, quando a presença dos imigrantes se faz constante, deve-se decidir se a conveniência para a nação receptora consiste na criação de guetos para eles ou na sua integração. Ele frisou o paradoxo que encerra a retórica com a qual é apresentada essa segunda opção, já que não é possível incorporar sujeitos não-nacionais, respeitando-se a sua natureza, na nação, a não ser que se admita, em uma ficção do direito positivo, que a nação também é constituída por sujeitos pertencentes a nacionalidades estrangeiras, isto é por sujeitos não-nacionais. No capítulo terceiro, mostramos que as administrações públicas brasileiras, sobretudo na Era Vargas, escolheram a segunda opção, mas esta, no Brasil, foi marcada por uma exigência que apagava, na aparência, as suas inerentes contradições.

Enquanto foi permitida a chegada de massas de imigrantes, no discurso dos políticos e da *intelligentsia* do Brasil, e na conseqüente legislação, manifestou-se o intuito de que os imigrantes se integrassem na nação *abrasileirando-se*, isto é, negando formalmente a sua condição de indivíduos exógenos à nação. Desde o poder público brasileiro não se admitiu, portanto, nem a marginalização do trabalhador estrangeiro nem a via da transculturação, assinalada por Todorov como a, socialmente, mais saudável, por beneficiar a ambas as partes, já que, segundo cogitou esse autor, ela permitia, sob o controle do Estado, o intercâmbio cultural entre os elementos endógenos e exógenos da nação, e, logo, o enriquecimento cultural de todo os indivíduos envolvidos nesse processo.

No Brasil, a relação oficialmente almejada consistiu na aceitação de que o estrangeiro residisse no país, para se desempenhar profissionalmente nos trabalhos a ele reservados, sob a condição de que não perturbasse a nação, o qual significava que devia agir como um ser nacional – um brasileiro –, isto é, que se devia aculturar. Nesse sentido, esperava-se que os filhos dos imigrantes, como brasileiros natos, estivessem plenamente inseridos na nação, o qual fez com que, durante o Estado Novo, as autoridades intervissem

os colégios em que se apreciara a oferta de uma educação *exótica*. Tal medida não afetou os imigrantes espanhóis assentados nas capitais dos estados estudados das regiões brasileiras Nordeste e Sudeste, pois esses imigrantes não constituíram mantenedoras destinadas a reger instituições educativas para os seus descendentes. Durante os períodos da imigração em massa, o poder público brasileiro planejou o ensino para que os filhos dos imigrantes se reconhecessem simplesmente como brasileiros descendentes de estrangeiros, visando-se evitar o surgimento de identidades *hifenizadas*, do tipo *hispano-brasileiro* ou *galego-brasileiro*. Desse modo, os escritores Renard Perez e Francisco Maria de Uberaba, aos quais nos referimos no capítulo terceiro, reconheceram-se como brasileiros de pai espanhol, sendo Nélida Piñon a exceção, por essa escritora ter reivindicado um determinante vínculo com a Espanha na formação do seu repertório literário.

Contudo, houve adventícios no Brasil dos quais não se esperava que se abrasileirassem; a função deles era a de conservarem a sua identidade, ora para mostrarem ao aborígene como era o *outro* que devia valer como referência pelo seu valor civilizacional, ora para, desde a sua alteridade, eles observarem o país que percorriam e a sua sociedade nativa, e, logo, comentarem, publicitariamente, a beleza do território e as virtudes das suas gentes. Os poucos escritores galegos, não-imigrantes, que vieram ao Brasil e, no Brasil, publicaram a narração com as impressões da sua experiência, estudados no capítulo quinto, encaixaram-se nesse modelo, contribuindo, portanto, à difusão de imagens ufanas no país e da capacidade deste para incorporar, desde a cordialidade, os imigrantes. Um paradigma extremo desse sujeito que assumia o projeto de fazer propaganda, por meio de uma publicação, das grandezas e das possibilidades de desenvolvimento de um país estrangeiro foi o do galego Antonio Meijide Pardo, cuja obra foi comentada no capítulo quinto. Ele, com o seu ensaio *Brasil, la gran potencia del siglo XXI*, e sem se ter deslocado ao Brasil, descreveu os ingentes recursos e a boa condução política do país que era o destino laboral que, contemporaneamente, escolhiam os seus compatriotas emigrantes para tentarem fazer fortuna.

Os documentos comentados no capítulo quarto mostram que, nas capitais dos estados em que os galegos se concentraram, eles criaram, para si, algumas associações. Mediante elas, na cidade de Salvador e no Rio de Janeiro, fundaram-se hospitais, ainda em funcionamento. Nas capitais dos estados em que focalizamos a nossa pesquisa – Minas

Gerais, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro – os imigrantes galegos organizaram clubes. Deles, somente dois, o da cidade de São Paulo e o da cidade do Rio de Janeiro, receberam o nome de *Centro Galego*, sendo, o carioca, dissolvido na década de 1930, e havendo-se, no paulistano, fusionado o Centro Republicano Espanhol nos anos 40 para, depois, se transformar no Centro Democrático Espanhol, no qual a maioria dos sócios passou a ser composta por espanhóis não galegos. Observamos que esses clubes tiveram, como missão básica, a promoção do convívio entre os sócios em atividades de lazer e comprovamos que a sua vinculação a causas políticas espanholas foi anulada como consequência das proibições de engajamento político dos estrangeiros decretada durante a presidência de Vargas, unicamente mantendo um declarado objetivo político – a denúncia do regime *franquista* – um deles, o Centro Democrático Espanhol. Nesse capítulo quarto, mostramos que os periódicos em espanhol publicados durante a primeira grande imigração por espanhóis residentes nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro tiveram uma existência efêmera, não havendo, no final da década de 1940, nenhum periódico em circulação, um fato motivado pela proibição, no Estado Novo, de que se editasse no Brasil imprensa em língua estrangeira.

Ao recopilarmos a produção cultural escrita dos imigrantes galegos nesses estados para ponderar em que grau se manifestara, nela, o galeguismo, percebemos que ela era muito escassa. Nesse sentido, observamos que, na sua maioria, os imigrantes galegos se comportaram estritamente como tais, isto é, como trabalhadores estrangeiros cuja presença no Brasil não se devera à demanda de realizações intelectuais, senão à execução de tarefas, próprias da mão-de-obra, na agropecuária, na indústria e nos serviços. Assim se tratando, a associação entre eles só aconteceu com fins empresariais, de socorros mútuos e de lazer, mas não culturais. As representações dos galegos feitas nos discursos de autores brasileiros, e de estrangeiros não-imigrantes, que comentamos mostram, predominantemente, sujeitos pacatos, de pouca cultura e sem inquietudes intelectuais, aferrados ao seu destino de imigrantes, ou seja, ao destino de sujeitos concentrados na sua missão de reunirem poupanças através da execução de qualquer tarefa relegada aos estrangeiros. Essas representações alcançam o deboche na novela *Vida, paixão e morte republicana de Don Ramón Fernández y Fernández*, do brasileiro Nélson de Araújo, quem, com a exceção de “Ramón Fernández”, retrata a colônia galega da Bahia como um conjunto de sujeitos

ignorantes e interesseiros, obcecados e, por conseguinte, alienados pela vontade de se enriquecerem.

As funções de produção cultural escrita couberam especificamente a galegos não imigrantes. No capítulo quarto referimo-nos aos únicos galegos oficialmente asilados no Brasil, os comandos do DRIL, acolhidos pelo governo de Jânio Quadros. Seguimos a trajetória do chefe do Diretório, José Velo Mosquera, e indicamos que ele, a despeito da sua biografia de intelectual e de revolucionário galeguista, que liderara um dos centros de imigrantes galegos em Caracas e que tivera uma destacada atuação no Congresso da Emigração Galega que se celebrara em Buenos Aires em 1956, não se entrosou com a colônia de imigrantes galegos na cidade de São Paulo, cidade na qual residiu durante a década de 1960. Assim, as *Poesias* de Rosalia de Castro, a única obra saída da editora – a Editorial Nós, Publicações Galiza Ceibe – que ele fundara, foi destinada a leitores brasileiros, tratando-se de uma versão ao português prefaciada por intelectuais paulistas. A maioria dos imigrantes galegos de São Paulo, na assunção da sua categoria de mão-de-obra disciplinada, provavelmente acreditou não lhe ser conveniente a vinculação a um refugiado político no Brasil, perseguido na Espanha, seqüestrador de um transatlântico carregado de imigrantes, e, por sua vez, José Velo não insistiu na obtenção da simpatia deles.

Havendo observado que os trabalhadores galegos nos estados de Minas Gerais, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro não transgrediram a figura do imigrante ordeiro e aculturado, para eles traçada pelas autoridades brasileiras, estudamos a produção cultural escrita de cinco intelectuais, nascidos na Galiza, que residiram no Brasil. Estes foram Manuel Bernárdez, José Casais, Álvaro de Las Casas, Xosé María García Rodríguez e José Luis Casas, tomando em consideração que só José Casais e Álvaro de Las Casas publicaram no Brasil as obras que analisamos.

Observamos que Manuel Bernárdez em *El Brasil, su vida, su trabajo, su futuro*, manifestou que tudo quanto conhecera do Brasil indicava um notório desenvolvimento econômico e social e que isso conduzia a um futuro promissor para o país. Ele não se referiu à sua origem galega e compartilhou o planejamento que as autoridades locais faziam para a fixação e a consecução da produtividade dos trabalhadores estrangeiros. José Casais, nas obras *Un turista en el Brasil*, *Congonhas* e *Roteiro Balneário*, assumiu o papel de um especialista na verificação, destinada a turistas brasileiros e estrangeiros, das atrações

turísticas em destinos alternativos ao eixo Rio de Janeiro – São Paulo, no que parece ser, além da improvisação de um profissão, um ato de fuga da barbárie, primeiro da Guerra Civil espanhola e, depois, da Segunda Guerra Mundial, os conflitos que lhe impediram continuar o seu retorno à Espanha desde Buenos Aires. Por sua vez, no seu exílio brasileiro, Álvaro de Las Casas mostrou que era capaz de sobreviver economicamente exercendo no exterior as mesmas profissões que tivera na Galiza. Nos ensaios *Espanha (gênese de uma revolução)* e *Angústia das nossas horas*, com afã didático, ele expôs aos leitores brasileiros a sua visão de *político* acerca das revoluções européias então contemporâneas. No livro de impressões de viagens *Na labareda dos trópicos* decidiu marcar, desde a sua experiência pessoal, ao igual que fazia José Casais, itinerários brasileiros alternativos, embora se diferenciasse deste ao se referir com maiores detalhes aos sujeitos brasileiros do campo da cultura, com os quais contatara e convivera, ao fazer questão de inserir apreciações comparativas com a Galiza e ao narrar pareceres seus sobre assuntos diversos, alheios ao turismo, em decorrência das sugestões que lhe proporcionavam as suas experiências contemplativas do Brasil. Com *Os dois*, Las Casas conseguiu introduzir no sistema literário brasileiro o primeiro romance ambientado na Galiza que continha, ademais, um compêndio dos traços diferenciais da identidade e da cultura galega.

Xosé María García Rodríguez e José Luis Casas compartilharam a característica de terem publicado as suas obras ambientadas no Brasil duas décadas depois de terem estado no país. Xosé María García Rodríguez, o autor do primeiro livro de poemas em galego, publicado na Galiza, inspirado plenamente no Brasil – *Brasil, historia, xente e samba-canción* –, versificou a sua experiência como um viajante que, conhecendo a história do país, soubera intimar com os naturais e interpretar a identidade deles. Por sua vez, o romance de José Luis Casas, *Sucedió en Brasil*, contém o argumento literário mais negativo que localizamos sobre os galegos no Brasil. Nessa obra, nem o Brasil é descrito como o lugar adequado para conseguir fortuna nem há um galego retratado com simpatia por parte do produtor. As personagens galegas de *Sucedió en Brasil* fracassaram na realização dos seus projetos, tanto os imigrantes, que se limitavam a sobreviverem na miséria, quando o único personagem intelectual e idealista – o protagonista –, que teve que partir ao Uruguai para poder continuar conspirando em prol de uma revolução redentora. Não sabemos em que grau José Luis Casas pretendeu traçar paralelismos entre o protagonista de *Sucedió en*

Brasil – Álvaro – e seu tio, Álvaro de Las Casas; essa simples velada referência distingue, porém, o posicionamento da José Luis Casas do adotado pelo seu tio, por José Casais e por Xosé María García Rodríguez. Esses três escritores evitaram mencionar, nas suas obras, que o que eles expressavam fora motivo de atração para outros escritores galegos não-imigrantes. José Casais e Álvaro de Las Casas coincidiram inclusive no Rio de Janeiro, mas não nos consta que entre si se relacionassem nem que entrassem em contacto com Victor Balboa.

As obras desses cinco agentes intelectuais não estiveram destinadas aos seus patrícios residentes no Brasil, imigrantes ou não-imigrantes. Manuel Bernárdez e José Luis Casas demonstraram, publicando as suas prosas em Buenos Aires e em Madri, respectivamente, que estas estavam dirigidas a leitores espanhóis e rio-platenses. Manuel Bernárdez só tangencialmente aludiu aos imigrantes, assinalando-os como povoadores e força produtiva do Brasil. No caso de José Luis Casas, os galegos do Brasil foram o tema do seu romance, mais estes dificilmente teriam acesso à obra. Xosé María García Rodríguez escreveu sobre o Brasil para os leitores galegos. Assim *Brasil, historia, xente e samba-canción* não pretendeu ser uma obra sobre os galegos do Brasil ou a eles destinada. José Casais compôs livros de viagem ou para estrangeiros como ele – turistas – ou para turistas brasileiros, e Álvaro de Las Casas, embora se referisse às características geográficas da Galiza, à sua história e à sua cultura, visou que fossem os leitores brasileiros os destinatários da descrição desses aspectos. Nenhum desses escritores galegos não-imigrantes objetivou converter-se em representante da colônia galega do Brasil; eles limitaram-se a almejar o reconhecimento, segundo o caso, dos leitores e da crítica espanhola ou brasileira.

Las Casas, no Rio de Janeiro, ao igual que José Velo na cidade de São Paulo, um pouco mais de duas décadas depois, não manteve no Brasil a sua posição de líder galeguista. Ambos optaram por tentarem o reconhecimento da sua figura de galeguistas entre os brasileiros. Constatamos, portanto, a veracidade do panorama descrito por Victor Balboa; o vazio galeguista no Brasil existiu e ele não pôde ser ocupado nem pelos imigrantes nem pelos escassos intelectuais que se radicaram no Brasil, alheios, estes, a uns patrícios que eles não reconheciam e que não os reconheciam.

-----oooOooo-----

BIBLIOGRAFIA

- ADDOR, Carlos Augusto. *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.
- ALENCAR, José de. *O guarani* – 24 ed. São Paulo: Ática, 1999.
- A camião da Franza pasan por Río de Janeiro os Ministros do Governo Giral Señores Alfonso R. Castelao e Augusto Barcia. *A Nosa Terra*. Buenos Aires, 1946, n. 449, capa.
- *A carta de Caminha: testemunho lingüístico de 1500*/ Rosa Virgínia Mattos e Silva (org.). Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1996.
- *Acervo*: revista do Arquivo Nacional. v. 10, n. 2 (jul./ dez. 1997). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1998.
- *A Espanha Vermelha contra Portugal: portugueses-traidores ao lado dos sinistros obreiros das repúblicas soviéticas da Ibéria*. [Lisboa?]: Comité Popular de Defesa Nacional, 1937.
- AFLAQ, Michel. *El punto de partida*. Madri: Unidad, libertad, socialismo, 1978.
- AFFONSO CELSO. *Trovas de Hespanha* – 2 ed. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia – Editores, 1922.
- AGASSIZ, Louis. *Voyage au Brasil*. Paris: Hachette, 1882.
- AGUIAR, Cláudio. *Os espanhóis no Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.
- AGUIRRE BELTRÁN, Gonzalo. *El proceso de aculturación*. México DF: Universidad Nacional Autónoma de México, 1957.
- ALBÁN, Maria del Rosário Suárez. *A imigração galega na Bahia*. Salvador: Universidade Federal de Bahia, 1983.
- ALBÁN, Maria del Rosário Suárez; ALCOFORADO, Doralice Fernandes Xavier. *Romanceiro ibérico na Bahia*. Salvador: Livraria Universitária, 1996.
- *Albatroz*, Jornal do Grêmio Espanhol de Socorros Mútuos. BAHILLO CUADRADO, Valentín (org.). Belo Horizonte, 1991, número extraordinário pelos “80 anos do Grêmio Espanhol”.

- ALBÓ, Xavier. *Cultura, Interculturalidade, Inculturação*. São Paulo: Loyola, 2005.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- *Alma Mater – Revista da Universidade Católica de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1959 (1969), n. 1.
- ALMEIDA, Ângela Mendes de. *Revolução e Guerra Civil na Espanha*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- ALMEIDA, Guilherme de. *Cosmópolis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1962.
- ALONSO, Annibal Martins. *Estrangeiros no Brasil*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1960.
- ALVAR, Manuel. *La ciudad es ya cuerpo*. São Paulo: Colección «Álamo y Sauce», 1970.
- ALVARENGA, Octavio Mello. *Rosário de Minas*. Belo Horizonte: Lidador, 2003.
- ÁLVAREZ ALONSO, Isidro. *Arca de luz y de sombras (un saldo al margen de mis lecturas)*. São Paulo: Continentes, 1959.
- ÁLVAREZ ALONSO, Isidro/ BARROS, Frederico Ozanam Pessoa de. *Dicionário espanhol-português* [dois volumes]. São Paulo: Mestre Jou, 1965.
- ÁLVAREZ ALONSO, Isidro. *Nieve en las alas*. São Paulo: Bentivegna, 1967.
- ALVES, Antônio Frederico de Castro. *El navío negrero y otros poemas* [VILLAESPESA, Francisco (org.)]. Madrid: Alejandro Pueyo, 1930.
- AMADO, Jorge. *Gabriela, cravo e canela* – 94 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- AMARAL, Aracy Abreu. *A hispanidade em São Paulo: da casa rural à Capela de Santo Antônio*. São Paulo: Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

- AMARAL, Azevedo. Comentário internacional. *Diretrizes*. Rio de Janeiro, jul. 1938.
- AMARÍLIO JÚNIOR. *As vantagens da imigração syria no Brasil*. Rio de Janeiro: Estab. Artes Gráficas, 1935.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Poesia completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2003.
- ANDRADE, Luciana Teixeira de. *A Belo Horizonte dos modernistas: representações ambivalentes da cidade moderna*. Belo Horizonte: PUC Minas: C/ Arte, 2004.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Gilberto Freyre e os grandes desafios do século XX*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- ANDRADE, Rodrigo Ferreira; MAGALHÃES, Beatriz de Almeida. A formação da cidade. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). *Arquitetura da modernidade*. Belo Horizonte: UFMG; IAB-MG, 1998.
- ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves Antunes; OLIVEIRA, Valéria Garcia de. *Cultura Amordaçada: Intelectuais e músicos sob a vigilância do DEOPS*. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2002.
- *A Nosa Terra* (Boletín do Partido Galeguista), n. 342, 4 ago. 1934, p. 3.
- Aproximação hispano-brasileira. *Estado de São Paulo*. São Paulo, 21 set. 1935.
- ARAÚJO, Levi. *Os Antonios – A história da imigração no Estado de São Paulo*. São Paulo: Divisa, 2006.
- ARAÚJO, Nélson. *Três novelas do povo baiano*. Salvador: Ianamá, 1987.
- *A Revista – 1925/ 1926* [Edição fac-similar]. São Paulo: Metal Leve, 1978.
- ARRUDA, Maria A. do Nascimento. *Mitologia da mineiridade*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- As finalidades do Centro, 1 ago. 1932.

- As realizações da colônia hespanhola em São Paulo. *Correio de São Paulo*. São Paulo, s/ d.
- Atas da *I Conferência Brasileira de Imigração*, de 30 de abril a 7 de maio de 1949/ Conselho de Imigração e Colonização (org.). Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização, 1949.
- AUGÉ, Marc. *Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo: Papirus, 1994.
- A universidade e a colônia hespanhola. *Estado de São Paulo*. São Paulo, 7 jul. 1934.
- ÁVILA, Fernando Bastos de. *L'immigration au Brésil*. Rio de Janeiro: Agir, 1956.
- AYALA, Francisco. *La cabeza del cordero*. Madri: Cátedra, 1978.
- AYALA, Francisco. *Recuerdos y olvidos – 2. El exilio*. Madri: Alianza, 1983.
- AYLLÓN PINO, Bruno. *Las relaciones entre Brasil y España ponderadas desde la perspectiva de la política exterior brasileña, (1979 – 2000)*. Memória de Doutorado apresentada ao Departamento de Derecho Internacional Público y Relaciones Internacionales da Facultad de Ciencias políticas y sociología da Universidad Complutense de Madrid. Madri, 2004.
- AYROLO CALAR, Gabriel de. *Laurentina: poema heroico de la victoria naval que tuvo contra los holandeses don Fadrique de Toledo Osorio*. Recife: Pool Editorial, 1983.
- AZEVEDO, Aluísio. *El conventillo*. Buenos Aires: Editorial Nova, 1943.
- AZEVEDO, Aluísio. *O touro negro*. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1961.
- AZEVEDO, Artur. *O escravocrata*. Rio de Janeiro: Typ. A. Guimarães & C., 1884.
- AZEVEDO, Arthur. *A capital Federal*. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- AZEVEDO, Raquel de. *A Resistência Anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

- BACELAR, Jefferson. *Negros e espanhóis* (Identidade e ideologia étnica em Salvador). Salvador: Centro de Estudos Bahianos, 1983.
- BACELAR, Jefferson. *Galegos no Paraíso Racial*. Salvador: Ianamá/CEAO/ CED, 1994.
- BACELAR, Jefferson. *Álbum de imigrantes galegos; memória visual da presença galega na Bahia*. Salvador: Universitária, 1997.
- BAHILLO CUADRADO, Valentín. *Hispanidade e outros ensaios*. Belo Horizonte: Barvalle, 1994.
- BAHILLO CUADRADO, Valentín. *Pelos caminhos da Espanha*. Belo Horizonte: Edição do autor, 1995.
- BAHILLO CUADRADO, Valentín. *Espanha em Belo Horizonte (cem anos)*. Belo Horizonte: Speed, 1998.
- BAHILLO CUADRADO, Valentín. *Brasil no contexto colonial ibérico*. Belo Horizonte: Speed, 2000.
- BANDEIRA, Manuel. *Literatura hispano-americana*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1960.
- BARBOSA, Maria de Fátima. *A tradição Ibérica no romanceiro Paraibano*. João Pessoa: Editora Universitária da Universidade Federal da Paraíba, 2000.
- BARRETO, Abilio. *Bello Horizonte – Memória histórica e descritiva*. Belo Horizonte: Edições da Livraria “Rex”, 1936.
- BARRETO, Adolfo Castro Pais. *Povoamento e população*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.
- BARRETTO, Castro. *Povoamento e população – 2 ed., rev. e aumentada* (dois volumes). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1959.
- BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. *Imigrações Internacionais no Brasil: um panorama histórico*. In: PATARRA, Neide Lopes (org.). *Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo – 2 ed.* São Paulo: FNUAP, 1995.
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Anhembi, 1955.

- BASTIDE, Roger. *Brésil: terre des contrastes*. Paris: Hachette, 1957.
- BASTIDE, Roger. *Brasil, terra de contrastes*. São Paulo: Difel, 1959.
- BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- BATISTA, Maria de Fátima Barbosa de Mesquita. *A tradição Ibérica no romanceiro Paraibano*. João Pessoa: Editora Universitária da Universidade Federal da Paraíba, 2000.
- BATTIBUGLI, Thaís. *A solidariedade antifascista: brasileiros na guerra civil espanhola (1936-1939)*. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- BAUDRILLARD, Jean. *América*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- BECK, Susana Marques Dias. *Os Andaluzes*. São Paulo: Ed. Moderna, 1980.
- BECKER, Idel. *Compêndio de literatura espanhola e hispano-americana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.
- BECKER, Idel. *Manual de español*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.
- BEIGUELMAN, Paula. *Os Companheiros de São Paulo*. São Paulo: Editora Símbolo, 1977.
- BELATTO, Luiz Fernando Benezere. *Histórias de luta, sonhos de vida: cenas da Guerra Civil Espanhola*. São Paulo: Ed. do autor, 2001.
- *Belo Horizonte em tese*/ GUIMARÃES, Berenice Martins; AZEVEDO, Sérgio de (org.s). Belo Horizonte: Centro de Estudos Urbanos/ UFMG, 1995.
- BELTRAN, Carlos. *Brasil, tipos humanos y mestizaje*. Madrid: Ediciones Cultura Hispánica, 1970.
- BERDIÓN, Auxilio. *El país maravilloso (Impresiones del Brasil)*. Madri: Industrial Gráfica, 1929.
- BERLINI, Cintia Stela Negrão. *Espanhóis em Bauru - Histórias de Vida 1896-1930*. Dissertação de Mestrado em História na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP. São Paulo, 1999.

- BERNÁRDEZ, Manuel. *El Brasil, su vida, su trabajo, su futuro*. Buenos Aires: Ortega y Radaelli, 1908.
- BERNÁRDEZ, Manuel. *O gigante deitado (notas e actos de doze anos de vida no Brasil)*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1918.
- BERRY, John W. Migração, aculturação e adaptação. In: DEBIAGGI Sylvia Dantas; PAIVA, Geraldo José de (org.). *Psicologia, E/ Imigração e Cultura*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- BERTOLLI FILHO, Cláudio. *A gripe espanhola em São Paulo, 1918: epidemia e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- BETHLEM, Hugo. *Vale Itajai – Jornadas de Civismo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.
- *Bíblia Shedd* – 2 ed. rev. e atual. São Paulo: Vida Nova; Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1997.
- BIRMAN, Joel. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *Imigrantes no Brasil (1870-1929)*. São Paulo: FTD, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *Esquisse d'une théorie de la pratique, précédé de trois études d'ethnologie kabyle*. Genebra: Droz, 1972.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas. Sobre a teoria da acção*. Oeiras: Celta Editora, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *La distinción* – 2 ed. Madri: Taurus, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *Las reglas del arte* – 3. ed. Barcelona: Anagrama, 2002.
- BRAGA, Célia Maria Leal Braga. *Os espanhóis em Salvador* (Análise Sociológica das possibilidades de assimilação de um grupo de imigrantes) – Tese defendida para o Concurso a Professor Assistente da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), 1972.

- BRAGA, Célia Maria Leal. A presença galega em Brasil. *Catálogo Galicia e América. Cinco Séculos de Historia*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 1992.
- BRAGA, Célia Maria Leal Braga. *Memórias de imigrantes galegos*. Salvador: UFBA, 1995.
- BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. *Geografias da presença galega na cidade da Bahia*. Salvador: UFBA, 2005.
- *Brasil e Japão: Duas Civilizações que se Completam*. São Paulo: Empresa Graphica da Revista dos Tribunaes, 1934.
- BRITO, Maria Helena de Oliveira. *A colônia alemã de Uvá: uma tentativa de colonização em Goiás : (1924-1954)*. Goiânia: CEGRAF/ UFG, 1992.
- BROCOS, Modesto. *Retórica dos Pintores*. Rio de Janeiro: A Indústria do Livro, 1933.
- BROCOS, Modesto. *Viaje a Marte*. Valencia: Editorial Arte y Letras, 1935.
- BUADES, Josep. M. *Os espanhóis*. São Paulo: Contexto, 2006.
- BUÊNO, Wagner Pimenta. *Ante-projeto de lei sobre imigração e colonização*. Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização/ Imprensa Nacional, 1943.
- BUENO, Antônio Sérgio. *O modernismo em Belo Horizonte: década de vinte*. Belo Horizonte: UFMG/ PROED, 1982.
- BUENO, Clodoaldo. *A República e sua Política Exterior (1889 a 1902)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995.
- CAHALI, Yussef Said. *Estatuto do estrangeiro*. Saraiva: São Paulo, 1983.
- CALLEJA ÁLVAREZ, José Ramón. *Español básico – 4. ed.* São Paulo: Editôra do Brasil, 1949.
- CAMPOS, Francisco. *Atualidade de D. Quixote*. Belo Horizonte: Publicações da Secretaria da Educação de Minas Gerais, 1951.
- CAMPOS, Humberto de. *O Brasil anedótico*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1927.

- CAMUS, Albert. *Diário de viagem – a visita de Camus ao Brasil* – 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 1985.
- CANEVACCI, Massimo. *Culturas eXtremas: mutações juvenis nos corpos das metrópoles*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- CÁNOVAS, Marília Dalva Klaumann. *A emigração espanhola e a trajetória do imigrante na cafeicultura paulista: o caso de Villa Novaes, 1880-1930*. São Paulo: USP, diss. de mestrado, 2001.
- CÁNOVAS, Marília Dalva Klaumann. *Hambre de Tierra. Imigrantes espanhóis na cafeicultura paulista, 1880-1930*. São Paulo: Lazuli Editora, 2005.
- CARMO, José Arimateia Pinto do. *Rui Barbosa e o Dom Quixote*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949.
- CARMO, José Arimateia Pinto do. *Presença de Espanha*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1959.
- CARMO, José Arimateia Pinto do. *Presença de Espanha*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editôra, 1960.
- CARNEIRO, J. Fernando. *Imigração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, 1950.
- CARNEIRO. Maria Luiza Tucci. *O Anti-Semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração: 1930-1945* – 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- CARNEIRO. Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas* – 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ateliê Editorial, PROIN – Projeto Integrado Arquivo do Estado/ USP; Fapesp, 2002.
- CARNEIRO. Maria Luiza Tucci; KOSSOY, Boris. *A imprensa confiscada pelo DEOPS, 1924-1954*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/ Ateliê Editorial, 2003.
- CARNIER JÚNIOR, Plínio. *A imigração para São Paulo: a viagem, o trabalho, as contribuições*. São Paulo: P. Carnier Júnior, 1999.
- CARONE, Edgard. *A República Nova (1939-1937)*. São Paulo: Difel, 1976.

- CARPEAUX, Otto Maria. *História da literatura ocidental*. Rio de Janeiro. O Cruzeiro, 1989.
- Cartas do Brasil – Victor M. Balboa. *A Nosa Terra*. Buenos Aires, 15 nov. 1949, p. 2.
- CARTELHE, Cástor. *Os meninos da planície* – Histórias de um Brasil antigo. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2001.
- CARVALHAL, Luís Abreu de Almeida. *A verdade sobre Humberto Delgado no Brasil – cartas inéditas, notas e comentários*. Rio de Janeiro: Editorial Globo, 1986.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CASTRO, José Maria Ferreira de. *Emigrantes*. Lisboa: Editora Guimarães, 1928.
- CASTRO, José Maria Ferreira de. *Emigrantes* – 10 ed. Lisboa: Editora Guimarães, 1954.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Folclore do Brasil* – 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1967.
- CASAIS SANTALÓ, José. *Un turista en el Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa de Franz Timon, 1940.
- CASAIS SANTALÓ, José. *Congonhas do Campo*. Rio de Janeiro: Imprensa de Franz Timon, 1942a.
- CASAIS SANTALÓ, José. *Roteiro Balneário*. Rio de Janeiro: Gráficas de “Vida Doméstica”, 1942b.
- CASAS, José Luis. *Hay que vivir*. Madri: Librería Club, 1968.
- CASAS, José Luis. *Sucedio em Brasil*. Madri: Ediciones Dyrsa, 1985.
- CASAS, José Luis. *Os sulcos e os ventos de Álvaro*. Cartelhe: Okapi, 2003.
- *Castelao: prosa do exílio* [1940-49]/ Ricardo Palmas [compilador]. Montevideu: Patronato da Cultura Galega, 1976.
- CASTELAO, A. R. *Sempre en Galiza*, Edición coordinada por R. Máiz, Santiago de Compostela Parlamento de Galicia / Universidade de Santiago de Compostela, 1992.

- CASTRO, Moacir Werneck de. Nossa dívida com a Espanha. *Boletim da A.B.A.P.E.*, Rio de Janeiro, jul. de 1946, p. 5.
- CASTRO, Rosalia de. *Poesias*. São Paulo: Editora Nós – “Publicações Galicia Ceibe”, 1966.
- CASTRO, Rosalia de. *Poesia* [Seleção e versão do galego e do espanhol de Ecléa Bosi] – 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CAVALHEIRO, Edgard. *Garcia Lorca*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1956.
- CENNI, *Italianos no Brasil* – 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- *Centenario de D. Miguel de Unamuno*. Embaixada de Espanha no Brasil (org.). São Paulo: Faculdade de Filosofia da Usp, 1965.
- *Centenário de Villaespesa*. Solicitude do embaixador do Brasil na Espanha, Sérgio Armando Frazão, à Secretária do Estado (22.09.1977). Arquivo Histórico do Itamaraty, Brasília, 640-23 (B46) (F4).
- Centro Galego – À Gazeta foi concedido o título de “sócio distinguido”, 20 jun. 1934.
- Centro Galego. *Folha da manhã*. São Paulo, 12 out. 1935.
- Centro Galego. *Correio de São Paulo*. São Paulo, 21 de jun. 1937.
- Centro Galego. *Estado de São Paulo*. São Paulo, 21 de jun. 1937.
- Centro Galego. *Folha da Noite*. São Paulo, 21 de jun. 1937.
- CERVO, Amado L.; MAGALHÃES, José Calvet de. *Depois das caravelas. As relações entre Portugal e Brasil 1808-2000*. Brasília: Editora UnB, 2000.
- CHACÓN, Vamireh. *A Grande Ibéria*. São Paulo/ Brasília: Editora UNESP/ Paralelo 15, 2005.
- CHALOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CHASE, Allan. *Falange: o exército secreto do eixo na América*. Rio de Janeiro: Ed. Vitoria, 1944.
- COELHO, Paulo. *O diário de um mago* – 72ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

- CONSELHO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO. *Revista de imigração e colonização*, ano 1, n. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940.
- CONSELHO NACIONAL DE IGREJAS CRISTÃS DO BRASIL. *Inculturação e sincretismo*. Porto Alegre – São Leopoldo: CONIC – IEPG, 1994.
- *Construtora Andrade Gutiérrez S.A. 1948-1978*.
- Convescotes. *Estado de São Paulo*. São Paulo, 1 de jun. 1934.
- CORDEIRO, J. P. Leite. *O “castelhano” e seus ilustres descendentes em Piratininga*. São Paulo: [s. n.], 1946.
- CORRÊA, Viriato. *Mata Gallego, Historia da “Noite das Garrafadas” e outras Historias*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.
- CORRÊA FILHO, José do Couto. *Por Espanha* (1987-2005). São Luís: FUNC, 2006.
- *Correspondencia* – Juan Valera, vol. I (anos 1847-1861). Madrid: Nueva Biblioteca de Erudición y Crítica: 2002.
- *Correspondência de Rodrigues Lapa* – Selecções (1929 – 1985). Coimbra: Minerva, 1997.
- CORTIZO BOUZAS, Benigno. *Del Amazonas al Infinito*. Recife: Diário da Manhã, 1950.
- COSTA, Alexandre Ferreira da; QUINTELA, Antón Corbacho. A modernidade assustadora: o pesadelo goiano de Lévi-Strauss. In: AGUIAR, Ofir Bergemann de (org.). *Região, nação, identidade*. Goiânia: AGEPEL; Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2005.
- COSTA, Florencio. *Emigrantes obreros en Europa*. Madrid: ZYX. 1970.
- COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais* – Com estudo histórico da divisão territorial e administrativa. Belo Horizonte: BDMG, 1997.
- CRUZ, Domingo González. *No meio do caminho tinha Itabira: a presença de Itabira na obra de Carlos Drummond de Andrade*. Rio de Janeiro: Achiamé/ Calunga, 1980.

- CRUZ, Domingo González. *Poesia peregrina*. Rio de Janeiro: HP Comunicação Editora, 2005.
- *Cultura* “Edição especial em homenagem à contribuição da Espanha na formação da cultura brasileira” – Ano X/ Ministério da Educação e Cultura. Brasília, jul./ dez. 1980, n. 35.
- *Cultura Política* – Revista mensal de estudos Brasileiros, ano 1, n. 3. Rio de Janeiro: Indústria do Livro, 1941.
- CUNHA, Euclides de. *Los sertones*. Buenos Aires: Editorial Atlántida, 1941.
- CUNHA, José Gay da. *Um brasileiro na Guerra Espanhola*. Porto Alegre: Globo, 1946.
- CURY, Maria Zilda Ferreira. *Horizontes modernistas: o jovem Drummond e seu grupo em papel jornal*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
- DAGLIO, Andrés. *Kodak, el Brasil ante mi lente*. Montevideu: Florensa & Lafon, 1951.
- DAGLIO, Andrés. *Brasil, despertar de un mundo*. São Paulo: Edições Alarico, 1952.
- D’AQUINO, Ivo. *Nacionalização do Ensino – Aspectos políticos*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1942.
- DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1941.
- D’ÁVILA, Rosimeire Pereira. *Lembranças da imigração: cenas e cenários de vida dos imigrantes espanhóis em Bauru (1892-1930)*. Bauru-SP: EDUSC, 2004.
- De como vin a coñecer a Castela – Victor M. Balboa. *A Nosa Terra* – Número especial adicado a Castela. Buenos Aires, 25 jul. 1950, n. 474, p. 20.
- *De outras terras, de outro mar: experiências de imigrantes estrangeiros em Belo Horizonte* (GARCIA, Luiz Henrique A.; PIMENTEL, T. V. C.; VASCONCELOS, L. J.; RODRIGUES, Rita. L.; BERNARDO, Sirlene;

- BARROS, Fabiano B.). Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2004.
- *De Picasso a Barceló* – Catálogo da exposição realizada na Pinacoteca de São Paulo, de 31 de julho a 16 de setembro de 2001. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2001.
 - *Diario Español* [continuador de *La Voz de España*]. São Paulo, 8 jan. 1912.
 - *Diario Español* [continuador de *La Voz de España*]. São Paulo, 7 set. 1922.
 - DIAS, Eduardo. *Um imigrante e a revolução (memórias de um militante operário, 1934-1951)*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
 - DIAS, Gonçalves. *Primeiros Cantos – Poesia comentada* [MALARD, Leticia (org.)]. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
 - DÍAZ, Jorge. *Los números del elefante*. Barcelona: Planeta, 2009.
 - DÍAZ-PLAJA, Guillermo. *Poemas y Canciones del Brasil*. Madri: Ediciones de Cultura Hispánica, 1974.
 - DÍAZ-PLAJA, Guillermo. *Los Brasiles – una visión amena, desenfadada y culta de los pueblos del Brasil*. Barcelona: Plaza y Janés, 1978.
 - *Dicionário biográfico de construtores e artistas de Belo Horizonte: 1894-1940*. Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/ MG), 1997.
 - *Diccionario de literatura española* – 2 ed. Madri: *Revista de Occidente*, 1953.
 - DIÉGUEZ CEQUIEL, Uxío-Breogán. *Álvaro de Las Casas. Biografía e documentos*. Vigo: Galaxia, 2003.
 - DIEGUES Jr., Manuel. *Etnias e culturas no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1956.
 - DIEGUES Jr., Manuel. *Imigração, urbanização e industrialização: estudo sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1964.
 - DIRECTORIA GERAL DE ESTATISTICA. *Boletim Commemorativo da Exposição Nacional de 1908*. Rio de Janeiro: Typographia da Estatistica, 1908.

- DOMINGO, Alfonso. *La estrella solitaria*. Sevilha: Algaida, 2003.
- DOMÍNGUEZ GONZÁLEZ, Ignacio. *Entrevista*. Vigo, 5 jun.2007.
- DOS ANJOS, M. Fabri. *Teologia da inculturação e inculturação da teologia*. Vozes – SOTER: Petrópolis 1995.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico* – 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- DURKHEIM, Émile. *Sociologia e filosofia*. Rio de Janeiro: Forense, 1970.
- DUTRA, Eliana. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.
- DUVAL, Maurice. *Lições da Guerra de Espanha*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar do Ministério da Guerra, 1941.
- EIRAS ROEL, Antonio. *Los gallegos y América*. Madri: Mapfre, 1992.
- *El “aleijadinho” – Antonio Francisco Lisboa*. Buenos Aires: Editorial Nova, 1946.
- *El Brasil industrial en 1940*. Rio de Janeiro: Indústria do Livro, 1940.
- *El Brasil, aspectos de interés general*. Rio de Janeiro: Divisão Cultural do Ministério das Relações Exteriores, 1952.
- *El Correo Gallego* – Ano III. Rio de Janeiro, 7 jan. 1905, n. 62.
- *El Correo Gallego* – Ano III. Rio de Janeiro, 11 fev. 1905, n. 65.
- *El Correo Gallego* – Ano III. Rio de Janeiro, 18 fev. 1905, n. 68.
- *El Correo Gallego* – Ano III. Rio de Janeiro, n. 69.
- *El Correo Gallego* – Ano III. Rio de Janeiro, n. 70.
- *El Correo Gallego* – Ano III. Rio de Janeiro, n. 71.
- *El Correo Gallego* – Ano III. Rio de Janeiro, 17 mar. 1905, n. 72.
- *El Correo Gallego* – Ano III. Rio de Janeiro, 25 mar. 1905, n. 73.
- *El Correo Gallego* – Ano III. Rio de Janeiro, n. 77.
- *El Correo Gallego* – Ano III. Rio de Janeiro, 29 abr. 1905, n. 78.
- *El español en Río de Janeiro – Quinto Centenario, España 92 y Cultura Española en el Siglo XX/ Consulado General de España no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, fev. 1993.

- ELLIS JUNIOR, Alfredo. *Populações paulistas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.
- ELLIS JUNIOR, Alfredo. *Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.
- ELLIS JUNIOR, Alfredo. *A Lenda da Lealdade de Amador Bueno e A Evolução da Psicologia Planaltina*. São Paulo: Obelisco, 1967.
- EMBAJADA DEL BRASIL. *Imagen del Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1967.
- *Em mar aberto*. Centro Cultural da Espanha em São Paulo. São Paulo, 2007.
- ERCILLA, Affonso Martinez de; PINHEIRO, Brenno. *Zona Noroeste*. São Paulo: Sociedade Imprensa Paulista/ “Propagadora Pan-Americana”, 1928.
- España en el Brasil; Recordando a Rosalía Castro – La velada del Centro Galego. *Gaceta Hispana*, n. 164. São Paulo.
- *Espanha no Brasil*. Programa Cultural 2002. AECI, Embaixada da Espanha, Brasília.
- *Espanha vermelha* (s/ d).
- *Esplendores de Espanha: de El Greco a Velázquez* – Catálogo da exposição realizada no Museu Nacional de Belas Artes, de 11 de julho a 24 de setembro de 2000. Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes, 2000.
- *Estatutos da A.B.A.P.E.*, 1945.
- *Estatuto do Estrangeiro – Lei n. 6.815, de 19.09.1980*. São Paulo: Atlas, 2003.
- *Estatuto do Centro Galego*, São Paulo, s/ d.
- *Estudos avançados* – Dossiê Migrações. USP. São Paulo, maio-agosto de 2006, vol. 20, n. 57.
- FARINA, Duilio Crispim. *Sarmiento de Gamboa no Brasil*. São Paulo: KMK Artes Gráficas e Editora Ltda., 1991.
- FAUSTO, Boris. *Historiografia de imigração para São Paulo*. São Paulo: Editora Sumaré, 1991.
- FAUSTO, Boris (et alii). *Imigração e política em São Paulo*. São Paulo: Editora Sumaré/ Fapesp, 1995.

- FAUSTO, Boris. *Fazer a América* – 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- FERNANDES, Florestan. *A etnologia e a sociologia no Brasil*. São Paulo: Anhembi, 1958.
- FERNANDES, Florestan. *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1959a.
- FERNANDES, Florestan. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959b.
- FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.
- FERNÁNDEZ, Alberto. *Emigración republicana española (1939-1945)*. Madri: ZYX, 1972.
- FERNÁNDEZ Y GONZÁLEZ, Eduardo. *A tragédia da Espanha* (de Felipe V a Francisco Franco). São Paulo: Editora Brasiliense, 1947.
- FERRAZ CASTÁN, Vicente; GÓMEZ DE LA SERNA, Guillermo. *Esquema de Brasil*. Madri: Ministerio de Trabajo/ Instituto Español de Emigración, 1959.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*/ ABHF. – 3. ed., totalmente revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FERREIRA, Jerusa Pires. *Os Poemas Gallegos, de Godofredo Filho, poeta da Bahia*. In: *Ocidente*, vol. LXXVIII, Lisboa, jan. 1970.
- FERREIRA, José Francisco. *Capítulos de Literatura Hispano-americana*. Porto Alegre: UFRGS, 1959.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A Ferrovia do Diabo*. São Paulo: Melhoramentos, 2005.
- Festa infantil. *Diário da Noite*. São Paulo, 21 de jun. 1937.
- Festas de carnaval do Centro Galego. *Diário Popular*. São Paulo, 1 fev. 1937.

- FIGUEIREDO, Fidelino de. *Cartas de Menéndez y Pelayo a Garcia Peres*. Coimbra: Academia das Ciências de Lisboa, 1921.
- FIGUEIREDO, Fidelino de. *As duas Espanhas*. Lisboa: Ed. Europa, 1932.
- FIGUEIREDO, Fidelino de. *Lope de Vega: alguns elementos portugueses na sua obra*. Santiago: Instituto de Estudios Portugueses de la Universidad de Santiago de Compostela, 1936.
- FIGUEIREDO, Fidelino de Souza. *Viagem à Espanha literária*. Rio de Janeiro: Tupi, 1951.
- FILHO, Godofredo Rebelo de Figueredo. *Sete sonetos do vinho*. Salvador: Estuário, 1971.
- FILHO, Godofredo Rebelo de Figueredo. *Irmã Poesia: Seleção de Poemas (1923-1986)*. Rio de Janeiro/ Salvador: Tempo Brasileiro/ Secretaria de Estado da Educação e Cultura da Bahia; Academia de Letras da Bahia, 1986.
- Foi inaugurada sábado a Seção de Beneficência do Centro Galego. *Diário da Noite*. São Paulo, 28 set. 1934.
- FORTES, Betty Borges. *Tempo de Espanha*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1969.
- FÓSCOLO, Avelino. *A Capital* – Prefácio de Eduardo Frieiro. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*; organização e tradução de Roberto Machado – 9 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.
- FRAGA IRIBARNE, Manuel. *Horizonte español* – 3 ed. Madrid: Héroes, 1968.
- FRAGA IRIBARNE, Manuel. *Sociedad, política y gobierno en Hispanoamérica* – 2 ed. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1971.
- FRAGUAS FRAGUAS, Antonio. *Influencia de la emigración al Brasil en tierras de Galicia*. [Separata do vol. I das Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros]. Coimbra: Gráficas Coimbra, 1965.
- FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Visões do Rio de Janeiro Colonial. Antologia de textos (1531 – 1800) 2ª edição*. Rio de Janeiro: EdUERJ: José Olympio, 2000.

- FREIRE-MEDEIROS, Bianca. *A construção da favela carioca como destino turístico*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.
- FREIRE-MEDEIROS, Bianca. Favela como atração: visitantes estrangeiros descobrem aventura e caridade nos morros cariocas. *Revista de História*. Rio de Janeiro, v. 21, 2007, p. 64-66.
- FREITAS, Sonia Maria de. *E chegam os imigrantes... (o café e a imigração em São Paulo)*. São Paulo: Memorial do Imigrante/ Museu da Imigração, 1999.
- FREITAS, Vladimir Passos de. *Comentários ao estatuto do estrangeiro e opção de nacionalidade*. Campinas: Millenium, 2006.
- FREYRE, Gilberto. *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.
- FREYRE, Gilberto. *Problemas brasileiros de antropologia*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1943.
- FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1947.
- FRIEIRO, Eduardo. *O elmo de Mambrino*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971.
- FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego* – 2 ed. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ Editora da Universidade de São Paulo, 1981.
- *Fronteiras imaginadas: cultura nacional/ teoria internacional/* Eduardo F. Coutinho (org.). Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2001.
- *Gaceta Hispana*. São Paulo, 17 jun. 1937.
- *Gaceta Hispana*, n. 164. São Paulo, 2 set. 1939.
- Galegos no Brasil. *A Nosa Terra*. Buenos Aires, n. 495.
- *Galicia Emigrante*, ano III. Buenos Aires, n. 23, ago./ set. 1956.
- GALINA, Lucia Rivero. *Centro Español y Repatriación de Santos (1895-1919)*. Monografia de conclusão de Curso de Pós-graduação *lato sensu* em História Regional, da Universidade Católica de Santos. Santos, 1990.
- GALLEGO, Avelina Martinez. *Espanhóis*. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, 1995.

- GALVÃO, Henrique. *Minha Cruzada Pró-Portugal – Santa Maria*. São Paulo: Martins, 1961.
- GAMBI GIMÉNEZ, Esther. *La inmigración castellana y leonesa en São Paulo, 1946-1962*. Tese de Doutorado em História apresentada ao Departamento de Historia Medieval, Moderna y Contemporánea da Facultad de Geografía e Historia da Universidad de Salamanca. Salamanca, 2008.
- GARCÍA, Xosé Lois. *Antologia da poesia brasileira*. Santiago de Compostela: Laiovento, 2001.
- GARCÍA-GUILLÉN Mario. *Frente 313*. São Paulo: Clube do Livro, 1969.
- GARCÍA-GUILLÉN Mario. *Máquinas para o progresso*. São Paulo: Edição do Escritor, 1975.
- GARCÍA-GUILLÉN Mario. *Último encontro*. São Paulo: Edições Loyola, 1981.
- GARCÍA-GUILLÉN Mario. *Vimos por nuestras águas: espanhóis no Brasil*. São Paulo: Senac, 2005a.
- GARCÍA-GUILLÉN Mario. Permanente presencia española en Brasil: la gran emigración a Brasil (1824-1914). In: MARCONDES, Neide; BELLOTTO, Manoel (org.). *Turbulência cultural em cenários de transição: o séc. XIX ibero-americano*. São Paulo: EDUSP, 2005b.
- GARCÍA MÉROU, Martín. *El Brasil intelectual*. Buenos Aires: Félix Lajourane, 1900.
- GARCÍA MOREJÓN, Julio. *De lírica e pensamento*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, Comissão de Literatura, 1960.
- GARCÍA MOREJÓN, Julio. *Límites de la estilística*. Assis-SP: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1961.
- GARCÍA MOREJÓN, Julio. *Unamuno e Portugal*. Madri: Ediciones Cultura Hispánica, 1964.
- GARCÍA MOREJÓN, Julio. *Unamuno y el cancionero – la salvación por la palabra*. Assis-SP: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1966.
- GARCÍA MOREJÓN, Julio. *Introdução a Lope de Vega*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, Comissão de Literatura, 1969.

- GARCÍA MOREJÓN, Julio. *Unamuno e Portugal* – 2 ed. Madri: Gredos, 1971.
- GARCÍA MOREJÓN, Julio. *O resgate da memória (Temas hispânicos)*. São Paulo: Unibero, 2001.
- GARCÍA RODRÍGUEZ, Xosé María. *Brasil, historia, xente e sambacanción*. Vigo: Galaxia, 1977.
- GARCÍA VIÑOLAS, Manuel Augusto. Los amotinados de Galvão continúan su propaganda por radio y televisión en Brasil; pero el resultado de la aventura del “Santa Maria” ha sido absolutamente negativo. *Arriba*, Madri, 1 mar. 1961.
- GATTAI, Zélia. *Anarquistas, graças a Deus*. Rio de Janeiro: Record, 1979.
- GATTAZ, André Castanheira. *Braços da resistência: uma história oral da imigração espanhola*. São Paulo: Xamã, 1996.
- GELMAN, Juan. *Interrupciones II*. Buenos Aires: Libros de Tierra Firme, 1986.
- GIMÉNEZ CABALLERO, Ernesto. *Bahia de Todos os Santos e de Todos os Demônios*. Salvador: Serviço de publicações da Universidade da Bahia, 1958.
- GOMES, A. C.; MAUAD, A. M.; SILVA, Eduardo. Â.; CHAVES, E. (org.). *Memória: Imigração Espanhola em Niterói*. Niterói: Niterói Livros, 2006.
- GOMES, Alfredo de Freitas Dias. *O pagador de promesas*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.
- GOMES, Angela Maria de Castro Gomes (coord.). *Velhos Militantes: Depoimentos*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1988.
- GOMES, Carlos de Oliveira. *Caminho de Santiago*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- GOMES, João Carlos Teixeira. *Gregório de Matos, O Boca de Brasa*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- GOMEZ DE OTERO, F.; BURRIEL MUÑOZ, José. *Bahia, orgullo del Brasil*. Salvador: Imprensa Oficial, 1929.
- GONZAGA, Tomás Antônio. *Cartas Chilenas*. Belo Horizonte: 1958.

- GONZÁLEZ MARTÍNEZ, Elda Evangelina. O Brasil como país de destino para os migrantes espanhóis. In FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América* – 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2000.
- GONZÁLEZ MARTÍNEZ, Elda Evangelina. *La inmigración esperada: la política migratoria brasileña desde João VI hasta Getúlio Vargas*. Madrid: CSIC, 2003.
- GONZÁLEZ-MATA, Luis M. *Cisne (espía de Franco y de Trujillo)*. Barcelona: Argos Vergara, 1977.
- GOTLIB, Nádia Battella. *O estrangeiro definitivo: poesia e critica em Adolfo Casais Monteiro*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.
- GOULARTE, Washinton. *Lembranças da Espanha*. Porto Alegre: Orvalho Andaluz Editora, 1996.
- GRADAÍLLE MARTÍNEZ, Beatriz. *Um mar no meio: a(s) identidade(s) construída(s) no discurso de imigrantes galegos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: H.P. Comunicação, 2004.
- *Gregório de Matos – Crônica do Viver Baiano Seiscentista* (dois volumes)/ AMADO, James (org.). Rio de Janeiro: Record, 1999.
- *Gremio Español. Noventa Años de Historia*. RAMOS, Manuel Diz (org.). Belo Horizonte: Edição do Grêmio Espanhol, 2001.
- GUIMARAES, Lucia Maria Paschoal. Breves reflexões sobre a imigração urbana. *Acervo*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, 1999.
- GUIMARAES, Lucia Maria Paschoal; VAINFAS, R. Sonhos galegos: os espanhóis no Brasil. In: IBGE/ Centro de Documentação e Disseminação e Informações (org.). *Brasil 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE/ Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2000a.
- GUIMARAES, Lucia Maria Paschoal. Caminhos convergentes: de uma rua chama Brasil ao próprio Brasil. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7LETRAS, 2000b.

- GUTIÉRREZ GARCÍA, Eladio. *Resenha Histórica no Vicariato da província de Castela no Brasil (1933-1992)*. Belo Horizonte: Colégio Santo Agostinho, 1992.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão!: memória operária, cultura e literatura no Brasil*. – 3. ed. rev. e ampl. São Pulo: Editora UNESP, 2002.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- HECK, Marina e BELLUZZO, Rosa. *Cozinha dos imigrantes. Memórias & receitas*. São Paulo: DBA Melhoramentos, 1998.
- *História do Brasil, por frei Vicente do Salvador*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918.
- HITLER, Adolf. *Mein Kampf*. São Paulo: Centauro, 2001.
- HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.
- HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HORMAZABAL, Yllema. *O manual da cartomante ou o destino pelas cartas*. Rio de Janeiro: Eco, 1974.
- HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- HUSSEIN, Saddam. *¿Una trinchera común o dos frente a frente?* Lausana/ Bagdá: Sartec/ Er´rachid, s/ d.
- *I Conferência Brasileira de Imigração e Colonização [Atas]*, 1949.
- IGLÉSIAS, Francisco. Chão galego. Suplemento Literário do *Minas Gerais*. Belo Horizonte, 3 fev. 1973.
- *Inculturação e sincretismo*. São Paulo: Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, 1994.
- Irmán galego. *A Nosa Terra*. Buenos Aires, 1946, n. 449, p. 5.

- JIMÉNEZ DE ASÚA, Luis. *Un viaje al Brasil – Impresiones de un conferenciante, seguidas de un estudio sobre el derecho penal brasileño*. Madrid: Reus, 1928.
- JORGE, Fernando. *Getúlio Vargas e o seu tempo*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1985.
- JULIO, Silvio. *Nótulas de literatura española para brasileiros*. Rio de Janeiro: Publicações da Faculdade Nacional de Filosofia, 1960.
- KAVÁFIS, Konstantinos. *Poemas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- KEYSERLING, Hermann de. *Méditations sud-américaines*. Paris: Stock, 1932.
- KLEIN, Hebert. *A imigração espanhola no Brasil*. São Paulo: Sumaré/Fapesp, 1994.
- KRISTEVA, Julia. *Estrangeiros para nós mesmos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- KULKES, Marlene (coord.). *Histórias de vida – Imigração judaica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, 1950.
- *La Estirpe*. Rio de Janeiro, 12 out. 1923, n. 1.
- *La Estirpe*. Rio de Janeiro, 15 dez. 1923, n. 5.
- *La Estirpe*. Rio de Janeiro, n. 6.
- *La Estirpe*. Rio de Janeiro, 17 mai. 1924, n. 10.
- *La Estirpe*. Rio de Janeiro, 12 set. 1924, n. 13.
- *La Estirpe*. Rio de Janeiro, 10 jul. 1924, n. 55.
- *La Estirpe*. Rio de Janeiro, n. 56.
- *La Estirpe*. Rio de Janeiro, n. 57.
- *La Estirpe*. Rio de Janeiro, n. 58.
- *La Estirpe*. Rio de Janeiro, n. 59.
- *La Estirpe – Ano III*. Rio de Janeiro, 30 set. 1925, n. 62.
- *La huella editorial del Instituto de Cultura Hispánica: Ediciones y otras publicaciones. Estudios y catálogo (1944-1980)*. Madri: Ministerio de Asuntos Exteriores/ Fundación Mapfre, 2003.

- LAMBERT, Jacques. *O dois Brasis* – 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- *La Nación*, n. 341. São Paulo, 18 jul. 1938.
- *La Nación*, n. 360. São Paulo, 24 mar. 1939.
- LAS CASAS, Álvaro de. *Espanha (gênese de uma revolução)*. Rio de Janeiro: A Noite, 1937a.
- LAS CASAS, Álvaro de. *Angústia das nossas horas*. Rio de Janeiro: A Noite, 1937b.
- LAS CASAS, Álvaro de. *Os dois*. Rio de Janeiro: A Noite, 1938.
- LAS CASAS, Álvaro de. *Na labareda dos trópicos*. Rio de Janeiro: A Noite, 1939.
- LAS CASAS, Álvaro de. *Horas de España*. Buenos Aires: Rueda, 1940.
- LAS CASAS, Álvaro de. *Sulco e vento* [CUQUEJO ENRÍQUEZ, María (org.)]. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 2004.
- LAPA, Manuel Rodrigues. *As “Cartas Chilenas”: um problema histórico e filológico*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/ Instituto do Livro, 1958.
- LATIF, Miran de Barros. *As Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1991.
- LEAL, Geraldo da Costa. *Perfis urbanos da Bahia*. Salvador: Gráfica Santa Helena, 2002.
- LEITÃO, Adauto. *A Seara de Santiago no Brasil*. Fortaleza: Imprensa da UFC, 2000.
- LEITE, Aureliano. *Amador Bueno, O Aclamado*. São Paulo: Edição do Autor, 1938.
- LEITE, José Roberto Teixeira. *Pintores espanhóis no Brasil*. São Paulo: Espaço Cultural Sérgio Barcellos, 1996.
- *Lembranza de Galicia*, dedicado a la colonia gallega del Brasil. Rio de Janeiro, mar. 1909.
- LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional*. São Paulo: UNESP, 2000.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes tropiques*. Paris: Librairie Plon, 1955.

- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. São Paulo Companhia das Letras, 1996.
- LEVY, Maria Stella Ferreira. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). *Rev. Saúde Pública*. São Paulo, 1974, vol.8, suppl., p. 49-90.
- LIAÑO HUIDOBRO, Juan Antonio. *La enseñanza militar en el Brasil*. Madrid: Instituto de Cultura Hispánica, 1952.
- LICURZI, Ariosto. *Problemas de inmigración y de criminología*. Córdoba: Imprenta de la Universidad, 1945.
- LIMA, Oliveira. *Aspectos da literatura colonial brasileira*. Rio de Janeiro: F. Alves; Brasília: INL, 290 pp. 1984.
- LIMA, Sergio Mourão Correa. *Tratados internacionais no Brasil e integração*. São Paulo: Editora LTr, 1998.
- *Língua e imigração galegas na América Latina*/ ALBÁN, Maria del Rosário Suárez (org.). Salvador: CELGA/ EDUFBA, 1998.
- LINS, Ivan. *Lope de Vega*. Porto Alegre: UFRGS, 1967.
- LISBOA, José Carlos. *Uma Peça Desconhecida sobre os holandeses na Bahia* [Contém a peça *La Pérdida y Restauración de la Bahía de Todos los Santos*, de Juan Antonio Correa, com tradução e notas do autor]. Rio de Janeiro: MEC – INL, Coleção de obras raras VI, 1961.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. *Rio de Janeiro Operário: natureza do Estado, a conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe, 1930-1970*. Rio de Janeiro: Access Editora, 1992.
- LOPES, Milton. *Crônica dos primeiros anarquistas no Rio de Janeiro (1888-1900)*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.
- LOPES, Rodrigo Garcia. *Nômada*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2004.
- LÓPEZ, Rafael. *Páginas cínicas*. Rio de Janeiro: Germinal, 1955.
- LOPREATO, Christina da Silva Roquette. *A semana trágica: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Museu da Imigração, 1997.

- MACHADO, Leão. *O problema dos indesejáveis*. São Paulo: Serviço de Documentação do Departamento do Serviço Público do Governo do Estado de São Paulo, 1945.
- MACIEL, Laura Antunes; ANTONACCI, María Antonieta Martínez. Os Espanhóis em São Paulo: cultura, cotián e experiencias de vida. *Estudios Migratorios*, Santiago de Compostela, 1997, n. 3, p. 65-111.
- MADUREIRA, Deodato. *Espanha eterna*. Salvador: F. G. Moniz, 1967.
- MAFFEI, Eduardo. *A greve*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MAFFEI, Eduardo. *A morte do sapateiro*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MAGALINSKI, Jan. *Deslocados de guerra em Goiás; imigrantes poloneses em Itaberaí*. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1980.
- MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MARCONDES, Neide; BELLOTTO, Manoel. *Labirintos e nós: imagem ibérica em terras de América*. São Paulo: Editora UNESP/ Imprensa Oficial do Estado, 1999.
- Marcial Mariñas Campelo. Depoimento. São Paulo, 13 jun. 2003.
- MARCOS ANA. *Poemas desde la cárcel*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1960.
- MARTIN, Sebastian Sanchez. *A imigração espanhola no Nordeste*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco, 1978.
- MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: Imprensa e práticas culturais em Tempos de República*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Fapesp: Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- MARTINS, Carlos. *Uma política de imigração*. Rio de Janeiro: Jornal de Comércio e Rodrigues, 1929.
- MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1973.
- MARTINS, Nilce Sant'Anna. *O léxico de Guimarães Rosa*. São Paulo: Edusp, 2001.

- MEDEIROS E ALBUQUERQUE. *Homens e cousas da Academia Brasileira*. Rio de Janeiro: Renascença, 1934.
- MEDEIROS, Regina de Paula (org.). *Permanências e mudanças em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2001.
- MEIHY, José Carlos Sebe. Guerrilleros de la libertad: intelectuales brasileños y la Guerra Civil española. In ZEA, Leopoldo (comp.) *Historia y cultura en la conciencia brasileña*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- MEIHY, José Carlos Sebe. *Guerra Civil Espanhola*. São Paulo: Ática, 1996.
- MEIHY, José Carlos. *Brasil fora de Si: experiências de brasileiros em Nova York*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- MEIJIDE PARDO, Antonio. *Brasil, la gran potencia del siglo XXI*. Santiago de Compostela: Porto y Cía Editores, 1955.
- MEIJIDE PARDO, Antonio. *Brasil, la gran potencia del siglo XXI*. Santiago de Compostela: Porto y Cía Editores, 1957.
- MELGAREJO, Miguel. *Alvorada, um canto a Brasília*. São Paulo: Fulgor, 1960.
- MELO NETO, João Cabral de. *Entre o sertão e Sevilha*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.
- MENDES, Murilo. *Tempo Espanhol*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- MENEZES, Raimundo de. *Aluizio Azevedo, uma vida de romance*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1958.
- MENDONÇA, Renato de. *Breve historia del Brasil*. Madrid: Instituto de Cultura Hispánica, 1950.
- MENOTTI DEL PICCHIA. *Amores de Dulcinéa* – 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1931.
- MERCHÁN, Marcelino; GUIASOLA, Consuelo. *Imágenes*. São Paulo: Do autor, 1983.
- MERCHÁN, Marcelino. *Historia de la Sociedad Hispano Brasileira de Socorros Mútuos, Instrução e Recreio*. Brasília/ Montevideo: Embaixada de Espanha/ Oltaver, 1993.

- MESQUITA, Alfredo Mesquita. *Na Europa (França, Hespanha, Hollanda, Inglaterra e Europa Central)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.
- MEYER, Augusto. Caminho de Santiago. *Revista de São Pedro*, n. 10. Porto Alegre: Editora Globo, 1947.
- MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MICHAELIS. *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *El Brasil; riquezas, posibilidades*. Rio de Janeiro: Rotary Club de Rio de Janeiro, 1946.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Brazil – resources, possibilities, development, stat*. Rio de Janeiro: Gráfica Ouvidor, 1948.
- MIRANDA, Mário de França. *Inculturação da fé*. São Paulo: Loyola, 2001.
- MOISÉS, Massaud. *A literatura brasileira: através dos textos* – 22 ed. São Paulo: Cultrix, 2000.
- MONTANYÀ, Xavier. *Pirates de la llibertat*. Barcelona: Editorial Empúries, 2004.
- MONTEIRO, Eugênio Carneiro. *Arriba, España!* n/ c.
- MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e colonização em Minas (1889-1930)*. Belo Horizonte: Ed. do autor, 1973.
- MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e Colonização em Minas 1889-1930*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1994.
- MOOG, Vianna. *Bandeirantes y pioneros (paralelo entre dos culturas* [VÁZQUEZ CUESTA, Pilar (trad.)] – 2 ed. Madri: Ediciones Cultura Hispánica, 1965.
- MORAES, Dislane Zerbinatti. *Literatura, memória e ação política: uma análise de romances escritos por professores paulistas*. Dissertação de mestrado da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

- MORAIS, Alexandre de. *A Guerra Civil em Espanha*. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, 1936.
- MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolfo. *O Rio de Janeiro Imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks/ UniverCidade, 2000.
- MOREIRAS, Eduardo. Vivências galegas nas narracões de Guimarães Rosa. *Grial*. Vigo, n. 48.
- MOTT, Luiz, *A influência da Espanha na formação religiosa no Brasil*. Salvador: Centro Gráfico da UFBA, 1993.
- MOURA, Andityas Soares de. *A rosa dos claustros*. Belo Horizonte: Crisálida, 2003.
- MUCKERMANN, Frederico. *Ouvindo a alma da Espanha...! – A voz dos documentos mais recentes*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1937.
- MUÑOZ GARRIDO, Hernán. *Alô, alô... “Santa Maria” chamando!* São Paulo: Mestre Jou, 1961.
- *Narceja*, n. 2. São Paulo, verão 1959.
- NART, Javier. *Viaje al otro Brasil*. Barcelona: Ediciones B, 2003.
- NASCENTES, Antenor. *Ensaio de phonetica diferencial luso-castelhana; dos elementos gregos que se encontram no español*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1919.
- NASCENTES, Antenor. *Gramática da língua espanhola – 4 ed.* Rio de Janeiro: Pimenta de Mello, 1920.
- NASCENTES, Antenor. *América do Sul*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.
- NASCENTES, Antenor. *Antologia espanhola e hispano-americana*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1943.
- NASCIMENTO, Rogério Humberto Zeferino. *Florentino de Carvalho: pensamento social de um anarquista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.
- NAUD JÚNIOR, de Antonio. *Se um viajante numa Espanha de Lorca*. Coimbra: Pé de Página Editores, 2005.
- NAVAZA, Xavier. *Disparos*. Vigo: Xerais, 1991.

- NEIVA, Artur Hehl. *Estudo sobre a imigração semita no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.
- NETO, Oscar Farinha. *Atuação libertária no Brasil. A federação anarco-sindicalista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2001.
- NETTO, Antônio Jordão; BOSCO, Santa Helena. *O imigrante espanhol em São Paulo: Estudo sociológico sobre problemas de colocação de mão-de-obra, adaptação ao trabalho e acomodação social de um grupo de imigrantes espanhóis*. Separata do *Boletim do Departamento de Imigração e Colonização/ Setor de Estudos e Pesquisas Sociológicas*. São Paulo, 1963.
- NEVES, Magda de Almeida (org.). *Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais*. Belo Horizonte: Ed. Arte, 1996.
- NIEDERMAIER, H. A alma cavalheiresca da Espanha. *Inteligência – Mensário da opinião mundial*. São Paulo, mar. 1939, n. 51.
- Notícias do Brasil. *A Nosa Terra*. Buenos Aires, jul. 1953, n. 496.
- *Nova Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brasil – Promulgada em 10 de Novembro de 1937*. São Paulo: Empresa Editora Brasileira, n/ c.
- NOYA GONZÁLEZ, Paz. Rosalía. Xosé Velo Mosquera. In: *Galicia no ano 79*, 1980.
- NUÑEZ ARCA, P. *De Quintandinha a Bogotá passando por Buenos Aires; reportagens de duas conferências e duas viagens*. São Paulo: Letras Ed. Continental, 1949.
- NUÑEZ ARCA, P. *Os três Felipes da Espanha que foram reis do Brasil*. São Paulo: Edigraf, 1957.
- NÚÑEZ SEIXAS, Xosé Manuel. *O inmigrante imaxinario: Estereotipos, representacións e identidades dos galegos na Arxentina (1880-1940)*. Santiago de Compostela: Universidade, Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, 2002.
- O Centro Galego e a Universidade de São Paulo. *Diário da Noite*. São Paulo, s/ d.

- O Centro Galego homenageará o Rei Momo. *Correio de São Paulo*. São Paulo, 1 fev. 1937.
- O Día de Galicia en Rio de Janeiro. *A Nosa Terra*. Buenos Aires, ago. 1955, n. 497, p. 5.
- O galeguismo no Brasil. Os galegos do Rio de Janeiro e o Dia de Galicia. *A Nosa Terra*. Buenos Aires, ago. 1949, n. 471, capa.
- OLIVEIRA, Haroldo Cândido de. *Índios e sertanejos do Araguaia*. São Paulo: Edições Melhoramentos, s/ d.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. *O Brasil dos imigrantes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- OLIVEIRA, Martins de. *História da Literatura Mineira* – 2 ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1963.
- OLIVEIRA, Sérgio Coelho de. *Os espanhóis*. Sorocaba: TCM, 2002.
- O mitin nacionalista de Allariz. *A Nosa Terra*. Semanario do Partido Galeguista. Ano XVIII, Galiza, 4 de agosto 1934, nº342, p. 3.
- O Movimento Galeguista no Brasil. Eisaltación do sentimento nacional e patriótico dos nosos emigrados. *A Nosa Terra*. Buenos Aires, dez. 1947, p. 2.
- ORICO, Osvaldo. *Poetas del Brasil*. Madri: Instituto Miguel de Cervantes, 1948.
- ORNELLAS, Manoelito. *Cadernos de Portugal e de Espanha*. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1954.
- ORNELLAS, Manoelito. *A gênese do gaúcho brasileiro*. Rio de Janeiro: MEC, 1956a.
- ORNELLAS, Manoelito. *Gaúchos e beduínos: a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul* – 2 ed., revista e aumentada. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956b.
- ORTIZ, Fernando. *Contrapunteo cubano del tabaco y del azúcar*. Madrid: Cátedra, 2002.
- OTERO PEDRAYO, Ramón. *Ensaio sobre a cultura galega*. Lisboa: Guimarães, 1954.

- OTERO PEDRAYO, Ramón. *Por os vieiros da saudade*. Vigo: Galaxia, 1952.
- OUBINHA, José Carreiro. *Memória*. Salvador: Do autor, 1960.
- PALACIOS, Alberto. Salvemos os presos políticos da Espanha. *Boletim da A.B.A.P.E.*, Rio de Janeiro, jul. de 1946, p. 6-7.
- PARRA, Lucia Silva. *Combates pela liberdade: o movimento anarquista sob a vigilância do DEOPS/ SP (1924-1945). Inventário Deops: módulo IV, espanhóis: República Espanhola: um modelo a ser evitado*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003.
- PASTOR, Raimundo. *Alegrias, Agruras e Tristezas de um Professor*. São Paulo: Centro do Professorado Público Paulista, 1970.
- PASTOR, Raimundo. *Raboné, de Colono a Professor*. São Paulo. Centro do Professorado Paulista, 1974.
- PATARRA, Neide Lopes (org.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo* – 2 ed. São Paulo: FNUAP, 1995.
- PAULA, João Antonio. Dois noturnos de Belo Horizonte. In: MEDEIROS, Regina de Paula (org.). *Permanências e mudanças em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2001.
- PAULA, João Antonio. *Livraria Amadeu: os livros e a cidade*. Belo Horizonte: Conceito, 2006.
- PAZ-ANDRADE, Valentín. *A galegidade na obra de Guimarães Rosa*. São Paulo: Difel, 1983.
- PEÇANHA, Nilo. *Impressões da Europa* – Suíça, Itália e Espanha. Rio de Janeiro: Garnier, 1913.
- PEÑA SAAVEDRA, Vicente. *Éxodo, Organización Comunitaria e Intervención Escolar. La impronta educativa de la emigración transoceánica en Galicia* – 2 volumes. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1991.
- PERES, Elena Pájar. *A imigração galega em São Paulo, 1946-1964*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Fapesp/ Imprensa Oficial do Estado, 2003.

- PÉREZ, José. *A psicologia social do Quixote*. São Paulo: Cultura Moderna, 1935.
- PEREZ, Renard. *Chão Galego*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- PÉREZ LEIRA, Lois. *Galegos na Bahia de Todos os Santos*. Vigo: Edicións Galicia en el Mundo, 2002.
- PETRY, Leopoldo. *Pátria, imigração e cultura*. São Leopoldo: Federação dos Centros Culturais 25 de julho, 1956.
- Pic-nic do Centro Galego em Villa Galvão. *Diário da Noite*. São Paulo, s/ d.
- PIÑEIRO, Juan. *El viajero desnudo*. Barcelona: Lumen, 1981.
- PIÑEIRO FEIJOO, Antonio. *Pepe Velo. Pensador, soñador e mestre revolucionario*. Vigo: Xerais, 2000.
- PIÑERO VALVERDE, María de la Concepción. “*Cosas de España*” em *Machado de Assis e outros temas hispano-americanos*. São Paulo: Giordano, 2000.
- PIÑON, Nélica. *A República dos Sonhos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1984.
- PIRES, Jacira Rosa. *Goiania – La Ciudad Premoderna del “Cerrado” 1922-1938/ Modernidad y Ciudad Jardín en la urbanística de la nueva capital del Estado de Goiás*. Tese de Doutorado apresentada à Escola Tècnica Superior D’Arquitectura de Barcelona da Universitat Politècnica de Catalunya. Barcelona, 2005.
- PIROLI, Wander. *Lagoinha*. Belo Horizonte: Conceito, 2004.
- PONGETTI, Henrique. *Encontro no aeroporto*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1960.
- PORTO, Leônidas Sobrino. *Antología española*. Rio de Janeiro: Do autor, 1947.
- PRADO, Antonio Arnoni (org.). *Libertários no Brasil: memória, luta, cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- PRADO, Miguelanxo. Louvada Seja a Ciência. *O melhor do quadrinho mundial – Aventura e ficção*, n. 21. São Paulo: Editora Abril Jovem, 1990.

- PRADO, Miguelanxo. *Mundo cão (Graphic Novel, n. 26)*. São Paulo: Editora Abril Jovem, 1991.
- PRADO, Miguelanxo. *Belo Horizonte*. Rio de Janeiro: Casa 21, 2003.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- *Prensa Hispana-Brasileira*. São Paulo, 23 de julio de 1964.
- *Presença da García Lorca*. NUÑEZ ARCA, P. (sel.). São Paulo: Letras Editora Continental, 1940.
- *Presente y futuro de la comunidad hispánica*. Madrid: Instituto de Cultura Hispánica, 1951.
- PRIMO DE RIBERA, José Antonio. *Obras completas*. Madrid: Ediciones de la Vicesecretaría de Educación Popular, 1945.
- *Problemas e realizações do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural, 1938.
- *Projeto de Estatutos do Ateneu García Lorca*, 1946.
- *Primeiro Congreso da Emigración Galega* – Manifesto, Temario, Regulamento. Buenos Aires: Comisión Organizadora, 1956.
- RAMOS, Arthur. *Introdução à Antropologia Brasileira* (2º volume: As Culturas européias e os contatos raciais e culturais). Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1962.
- RAMOS, Manuel Diz. *Isaías, el emigrante soñador*. Belo Horizonte: Edição do autor, 2000.
- RANGEL, Wellman Galvão de França. Algumas contribuições espanholas ao folclore paulista. *Revista do Arquivo Municipal*. Departamento Municipal de Cultura de São Paulo. São Paulo, 1951, XVIII (CXLIV), p. 397-447.
- *Real Sociedade Espanhola de Beneficência. 115 anos promovendo saúde. Publicação comemorativa 1885-2000*. Salvador: Real Sociedade Espanhola de Beneficência, 2000.
- *Reconquista* (revista bilíngüe de cultura publicada trimestralmente), n. 1. São Paulo, 1950.
- *Reglamento*. Centro Republicano Espanhol da cidade de São Paulo, s/ d.

- Revestiu-se de grande entusiasmo a reunião íntima do Centro Galego, 24 jul. 1933.
- *Revista de imigração e colonização*. Conselho de Imigração e Colonização. Rio de Janeiro, jan. 1941, n. 1.
- REVORÊDO, Julio de. *Imigração*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1934.
- REX MUÑOZ, Domingo. *A través de España y otros ensayos*. São Paulo: Graphica Paulista Editora, 1936.
- RIBEIRO, Darcy. *Aos trancos e barrancos: como o Brasil deu no que deu*. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1985.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro; evolução e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *Mata galegos: Os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- RICARDO, Cassiano. *O homem cordial e outros pequenos estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura/ Instituto Nacional do Livro, 1959.
- RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- RIO, João do. *Dentro da noite*. São Paulo: Antiqua, 2002.
- RIO, João do. *Vida Vertiginosa* [Edição preparada por João Carlos Rodrigues]. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- RODRIGO, Octavio. *Direito do estrangeiro no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1909.
- RODRIGUES, Edgar. *Alvorada Operária*. Mundo Livre: Rio de Janeiro, 1979.
- RODRIGUES, Edgard. *Os libertários, idéias e experiências anárquicas*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- RODRIGUES, Edgar. *Os Libertários*. Rio de Janeiro: VJR Editores, 1993.
- RODRIGUES, Edgar. *Os Companheiros I*. Rio de Janeiro: VJR Editores, 1994.

- RODRIGUES, Edgar. *Sem fronteiras*. Rio de Janeiro: VRJ – Editores Associados, 1995a.
- RODRIGUES, Edgar. *Os companheiros 2*. Rio de Janeiro: VRJ, 1995b.
- RODRIGUES, Edgar. *Os companheiros 3*. Florianópolis: Editora Insular, 1997a.
- RODRIGUES, Edgar. *Os companheiros 4*. Florianópolis: Editora Insular, 1997b.
- RODRIGUES, Edgar. *Os companheiros 5*. Florianópolis: Editora Insular, 1997c.
- RODRIGUES, João Carlos. *João do Rio: uma biografia*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- RODRIGUES, Ondina Antonio. *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Memorial do Imigrante/ Museu da Imigração, Série Resumos, n. 5, 1999.
- RODRÍGUEZ, Marcelino. *Bom dia, Espanha!* Rio de Janeiro: Luz do Milênio, 2005.
- ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira – Volume Primeiro*; Contribuições e estudos gerais para o exato conhecimento da literatura brasileira – 6. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1960.
- ROQUETTE-PINTO, Edgardo. *Ensaio de anthropologia brasiliana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.
- ROSA, João Guimarães. *Sagarana*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.
- ROSA, João Guimarães. *Ficção completa* [dois volumes]. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.
- RUBIO CORDÓN, José Luis. *El pensamiento español contemporáneo y la idea de América*. Barcelona: Ed. Anthropos, 1989.
- SAENZ HAYES, Ricardo. *El Brasil moderno*. Buenos Aires: Editorial del Instituto Americano de Investigaciones Sociales y Económicas, 1942.
- SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem à província de Goiás*. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ EDUSP, 1975.

- SAITO, Hiroshi (org.). *A presença japonesa no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- SALES, Teresa. *Brasileiros longe de casa*. São Paulo: Cortez, 1999.
- SALGADO, Plínio. *A voz do Oeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1934.
- *Sanatório Espanhol 1885/ 1985 – 100 anos*. Salvador: Real Sociedade Espanhola de Beneficência, 1985.
- SÁNCHEZ FERNÁNDEZ, Luis Amador. *Colombo*. São Paulo: Edições Cultura, 1942.
- SÁNCHEZ FERNÁNDEZ, Luis Amador. *El Greco*. São Paulo: Edições Cultura, 1943.
- SÁNCHEZ FERNÁNDEZ, Luis Amador. *El llanto de los hombres*. São Paulo: Letras Editora Continental, 1944.
- SÁNCHEZ FERNÁNDEZ, Luis Amador. *Velázquez*. São Paulo: Edições Cultura, 1945a.
- SÁNCHEZ FERNÁNDEZ, Luis Amador. *Isabel a Católica*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1945b.
- SÁNCHEZ FERNÁNDEZ, Luis Amador. *Del “Cid” al “Quijote”*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1957.
- SÁNCHEZ FERNÁNDEZ, Luis Amador. *El pensamiento literario español*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1960.
- SÁNCHEZ LÁZARO, Mónica. *Memorias del Mato Grosso; una misión en el umbral de la Amazonia*. Barcelona: Ediciones B, 2004.
- SÁNCHEZ-SÁEZ, Braulio. *Acción y símbolo de Miguel de Cervantes*. São Paulo: USP, 1940.
- SÁNCHEZ-SÁEZ, Braulio. *Cultura hispano-americana*. São Paulo: Editora Anchieta, 1942.
- SÁNCHEZ-SÁEZ, Braulio. *Suplemento Pasivo – poemas – (1937-1941)*. São Paulo: “Cuadernos Continentes”, 1956.
- SÁNCHEZ-SÁEZ, Braulio. *Dor e gloria de Cervantes*. São Paulo: Clube do Livro, 1967.

- SANTOS, Ângelo Oswaldo de Araujo. *Praça 7: o coração da cidade*. Belo Horizonte: Conceito, 2006.
- SANTOS, Ricardo Evaristo. *Política migratoria española a Iberoamérica: aporte Brasil 1890-1950*. Sada: Ediciós do Castro, 1996.
- SANTOS, Viviane Teresinha dos. *Inventário Deops: módulo II, Estudantes: os subversivos das arcadas*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 1999.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOUSQUET, Helena Maria Bomeny; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema* – 2 ed. São Paulo: Paz e Terra/FGV, 2000.
- *Século XVIII. Espanha, o sonho da razão* – Catálogo da exposição realizada no Museu Nacional de Belas Artes, de 4 de julho a 25 de agosto de 2002. Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes, 2002.
- [VI] *Seminário de Estudos Mineiros* (agosto de 1980) – A revolução de 1930; Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1987.
- SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.
- SILVA, Alberto. El primer emigrante español en Brasil. *Revista de Indias*, 1951, vol. XI, n. 43-44, p. 153-162.
- SILVA, Alberto. *Dos españoles en la historia del Brasil*. Madrid: Instituto de Cultura Hispánica, 1953.
- SILVA, Edevaldo A. *História da imigração no Brasil; as famílias* – 5 ed. São Paulo: Serviço Nacional de Divulgação Cultural Brasileira, 1986.
- SILVA, Emilio. *Caminho de Santiago e cultura medieval galaico-portuguesa. Mostra bibliográfica*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1966.

- SILVA, Érica Sarmiento da. *Galegos no Rio de Janeiro (1850-1970)*. Tese de Doutorado em História apresentada à Faculdade de História da Universidade de Santiago de Compostela. Santiago de Compostela, 2006a.
- SILVA, Érica Sarmiento da. *O outro rio: a emigración galega a Río de Xaneiro*. Santa Comba: TresCtres, 2006b.
- SILVA, Oliveira e. D. *Quixote e Carlito* (tentativa de interpretação). Rio de Janeiro: Aurora, 1959.
- SILVA, Renato de Assumpção e Silva. *A América Latina e a Imigração Espanhola em Belo Horizonte (1890-1930): Colonização, Urbanização e Integração Social* – Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul, 2002.
- SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- SILVEIRA, Brenda; HORTA, Luiz Otávio. *Trilhas urbanas: histórias da Rua da Bahia e da Cantina do Lucas*. Belo Horizonte: Realizar Cine, Teatro, Vídeo & Idéias Ltda, 2002.
- SILVEIRA, Enzo. *Paulistíadas*. São Paulo: Departamento Cultural do Centro Gaúcho [Primográfica], 1954.
- SILVEIRA, Paulo. *Ensaio europeus*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956.
- SIMÕES, Henrique Campos. *As Cartas do Brasil*. Ilhéus: Editus, 1999.
- SOARES D'AZEVEDO. *Espanha em sangue... – o que vi e sofri*. Rio de Janeiro: Cruzada da Boa Imprensa, 1936.
- SOARES, José Carlos de Macedo. *Cervantes en el Brasil*. Sao Paulo: Tip. Ideal, 1949.
- SOARES, José Carlos de Macedo. *El teatro jesuítico en el Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Teatro do Ministério de Educação e Cultura, 1956.
- SOCIEDADE ESPANHOLA DE BENEFICÊNCIA. *Sociedade Espanhola de Beneficência – 146 anos de história/* [texto, Paula Salgado Quintans]. Rio de Janeiro: Sociedade Espanhola de Beneficência, 2006.

- SOTOMAYOR, Jorge [José Fernando Fernández Vázquez]. *Yo robé el Santamaría*. Caracas: Monte Ávila, 1972.
- SOUTELO VÁZQUEZ, Raúl. Memoria oral e identidade étnica da inmigración española a Latinoamérica no século XX: os galegos en Brasil, 1880-1970. *Estudios Migratorios*, Santiago de Compostela, 1998, n. 6, p. 99-124.
- SOUZA, Ismara Izepe de. *Inventário Deops: módulo IV, espanhóis: República Espanhola: um modelo a ser evitado*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2001.
- SOUZA, Ismara Izepe de. *Solidariedade Internacional. A comunidade espanhola do Estado de São Paulo e a Polícia Política diante da Guerra Civil da Espanha (1936-1946)*. Dissertação de Mestrado em História Social apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.
- SOUZA, Ismara Izepe de. *Solidariedade Internacional: a comunidade espanhola e a polícia política diante da Guerra Civil da Espanha (1936-1946)*. São Paulo: Humanitas/ Fapesp, 2005.
- SOUZA, Ismara Izepe de. *Espanhóis: história e engajamento*. São Paulo: Ibep Nacional – Série Lazuli, 2006.
- SOUZA, Márcio. *Galvez, Imperador do Acre* – 12 ed. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1984.
- SOUZA, Wlaumir Doniseti de. *Anarquismo, Estado e pastoral do imigrante. Das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem: o Caso Idalina*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- SPINA, Segismundo. *A poesia de Gregório de Matos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- STRENGER, Irineu. *Direitos e obrigações dos estrangeiros no Brasil*. São Paulo: Editora LTr, 1997.
- Suplemento: *El hispanismo en Brasil. Anuario brasileño de estudios hispánicos*. MORENO FERNÁNDEZ, Francisco (dir.). Brasília, Embajada de España en Brasil – Consejería de Educación y Ciencia, 2000.

- TÁBOAS VELEIRO, Teresa. *Emigración y arquitectura: os brasileiros*. Pontevedra: Deputación Provincial, 1999.
- TAPIE, R.P. Marie H. *A través de las selvas brasileñas*. Barcelona: Edics. Iberia, 1930.
- TAVARES, Rodrigo Rodrigues. *O porto vermelho: a maré revolucionária (1930-1951)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- *Teatro de Gonçalves Dias* [GIRON, Luís Antônio org.]. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- *Teatro de João do Rio* [LEVIN, Orna Messer (org.)]. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- TEIXEIRA, Carlos M. *Em Obras: História do Vazio em Belo Horizonte*. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 1999.
- Telegramas de pêsame. *A Nosa Terra* – Número especial adicado a Castelaio. Buenos Aires, 25 jul. 1950, n. 474, p.8.
- THIAGO, Paulo. *Cassino de Sevilha*. Rio de Janeiro: Razão Cultural, 2000.
- TÓTH, Tihamér. *Eugenesia y catolicismo*. Madrid: Sociedad de Educación Atenas, 1942.
- TODOROV, Tzvetan. *O homem desenraizado*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário. Trabalhadores e Militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo. Coleção História do Povo Brasileiro, 2004.
- *Três depoimentos libertários* – Edgar Rodrigues, Jaime Cubero, Diego Giménez Moreno. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.
- TRINDADE, Liana M^a Salvia. *A produção intelectual de Roger Bastide*. São Paulo: Centro de Estudos de Sociologia da Arte/ USP, 1985.
- UBERABA, Francisco Maria de. *Espanha gloriosa*. Pouso Alegre: Tipolitografia Escola Profissional, 1978.

- UGARTETXEA, Arantxa [et al.]. *Lectura pedagógica de la realidad “vasco-brasileña”*. Donostia: Eusko Ikaskuntza – Sociedad de Estudios Vascos, 2004.
- Universidade Paulista. *A Gazeta*. São Paulo, 7 jul. 1934.
- Um pedaço da Hespanha nobre e cavalheiresca, dentro de São Paulo. *Correio de São Paulo*. São Paulo, 16 jun. 1936.
- VALERA, Juan. *A poesia do Brasil*; estudo introdutório e tradução de Maria de la Concepción Piñero Valverde (ed. bilíngüe). Madri/ Brasília: La Factoría de Ediciones/ Consejería de Educación y Ciencia de la Embajada de España, 1996.
- VARELLA, Drauzio. *Nas ruas do Brás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- VARGAS, Getúlio. *Discurso de Posse na Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: Americ. Edit., 1944.
- VARGAS, Getúlio. *Diários*. São Paulo: Siciliano/ Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.
- VÁZQUEZ CUESTA, Pilar; PORTO, Leônidas Sobrino; PORTO, Vicente Sobrino. *Tres poetas del Brasil* (Bandeira – Drummond – Schmidt). Madri: [Estaees Artes Gráficas], 1950.
- VEGA CARPIO, Félix Lope de. *El Brasil restituido/ Obras de Lope de Vega* – vol. 13 [Crónicas y leyendas dramáticas de España: séptima y última sección (1902)]. MENÉNDEZ Y PELAYO, Marcelino (ed.). Madrid: Sucesores de Rivadeneyra, 1902.
- VEGA CARPIO, Félix Lope de. *El Brasil restituido*. SOLENNI, Gino (ed.). Nova Iorque: Instituto de las Españas en los Estados Unidos, 1929.
- VEGA CARPIO, Félix Lope de. *El Brasil restituido*. In NUÑEZ ARCA, P. *Os três Felipes da Espanha que foram reis do Brasil: um capítulo esquecido da história do Brasil; reivindicação histórica dos 60 anos do período filipino*. São Paulo: Edigraf, 1957.

- VELO, Victor. *Xosé Velo e o “Santa Maria”; “Santa Liberdade”, Operação “Dulcinea” ou Operação “Compostela” – Passados 36 anos –*. São Paulo, 1996 [Inédito].
- VELO, Victor. *Depoimento*. São Paulo, 21 e 22 mai. 2003.
- VELO, Victor. *Xosé Velo e o “Santa Maria”*. São Paulo, 2004 [Inédito].
- VELO MOSQUERA, Xosé. *Exhortación*. São Paulo, 1962 [Inédito].
- VERÍSSIMO, Érico. *Saga*. Porto Alegre: Globo, 1940.
- VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Raça e assimilação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.
- VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Raça e assimilação* – 4 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1959.
- Viaxe ao Brasil do Presidente da Irmandade Galega Dr. Fiz Fernández. *A Nosa Terra*. Buenos Aires, n. 489, abr. 1954 (capa).
- VIEIRA, Yara Frateschi. *Antologia de Poesia Galega*/ org. e introd. de Yara Frateschi Vieira. Campinas: Unicamp, 1996.
- VILLAESPEA, Francisco. *Poesías Completas* [MENDIZÁBAL, Federico (org.)] (dois vol.). Madri: Aguilar, 1954.
- VILLARES, Ramón. *Historia da emigración galega a América*. Xunta de Galicia, 1996.
- VILLARES, Ramón. *Figuras da nación*. Vigo: Xerais, 1997.
- VILLARINO PARDO, M. Carmen. Aproximação à obra de Nélida Piñon A república dos sonhos. Tese de Doutorado. Universidade de Santiago de Compostela. Faculdade de Filologia. 1999.
- VILLAYERDE GARCÍA, Elixio. *Galegos en México (1878-1936) – Inmigración e sociedade no alén mar*. Santiago de Compostela: Sotelo Blanco, 2003.
- WATZLAWICK, Paul (org.) *A realidade inventada*. Campinas: Editorial Psy II, 1994.
- WILLENS, Emílio. *Assimilação e populações marginais no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

- WILLENS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.
- WITTER, José Sebastião. *Ibicaba, uma experiência pioneira* – 2 ed. rev. ampl. São Paulo: Arquivo do Estado, 1982.
- VIQUEIRA BARREIRO, José Maria. *El lusitanismo de Lope de Vega y su comedia El Brasil restituído*. Coimbra: Coimbra Editora, 1950.
- Xurde a Irmandade Galega do Brasil. Interessante chamado da Xunta Iniciadora do Movimento Irmandiño en Río de Xaneiro. *A Nosa Terra*. Buenos Aires, jun. 1946, n. 448, p. 3.
- YBERVILLE, Zanoni. *A disputa do pequeno filho da puta com o grande filho da puta no cabaré das galegas*. João Pessoa: Fora da lei, 2004.
- ZORRAQUÍN BECÚ, Horacio. *El problema del extranjero en la reciente legislación latino-americana*. Buenos Aires: Kraft, 1943.
- ZWEIG, Stefan. *Brasil, país do futuro*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1941.
- ZWEIG, Stefan. *Brasil, país del futuro*. Espasa Calpe, Buenos Aires, 1946.
- ZWEIG, Stefan. *Brasil, país do futuro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.